SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 30 de Junho de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3562

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERCEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO - CONTRATO 196/2023

Termo Aditivo: 3/2026
Licitação: Dispensa Presencial n° 11/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: VALDINA KOERICH PETRI, ESTABELECIDA NA AVENIDA DEMÉTRIO PINZON, Nº 25, CENTRO, NA CIDADE DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: Locação de um imóvel, medindo 880 m², sob lote 05 (cinco) e 06 (seis), da quadra 01 (um), localizado na Avenida Demétrio Pinzon, nº 23 na cidade de Boa Esperança do Iguaçu/PR, e que servirá para a instalação da Secretaria de Educação.
Valor Total Mensal: R$ 15.336,84 (quinze mil, trezentos e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos)
Prazo de Vigência: 30/06/2026 à 30/06/2027.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 29 de junho de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 29 de junho de 2026

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:FFA67200

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERCEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO - CONTRATO 197/2023

Termo Aditivo: 3/2026
Licitação: Dispensa Presencial n° 12/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: FELIPE PETRI, ESTABELECIDO NA AVENIDA DEMÉTRIO PINZON, Nº 25, CENTRO, NA CIDADE DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: Locação de um imóvel comercial, medindo 800 m², sob lote 07 (sete), da quadra 01 (um), localizado na Avenida Demétrio Pinzon, nº 25 na cidade de Boa Esperança do Iguaçu e que servirá para a instalação da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hidricos e Turismo, Posto do Detran, Sala do Empreendedor e Banco do Empreendedor e Secretaria de Esportes e Cultura..
Valor Total Mensal: R$ 9.834,84 (nove mil, oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)
Prazo de Vigência: 30/06/2026 à 30/06/2027.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 29 de junho de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 29 de junho de 2026

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:A4DE40DC

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO LICITAÇÃO ESPECIAL PARA CONTRATO PÚBLICO DE SOLUÇÃO INOVADORA – CPSI EDITAL Nº 01/2026

Extrato Contrato LICITAÇÃO ESPECIAL PARA CONTRATO PÚBLICO DE SOLUÇÃO INOVADORA – CPSI EDITAL nº 01/2026. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ESPECIAL PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PÚBLICO DE SOLUÇÃO INOVADORA – CPSI, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 2021, APLICANDO-SE, SUBSIDIARIAMENTE, NO QUE COUBER A LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021, DECRETO MUNICIPAL 73/2023. VALOR: R$ 700.000,00 (setecentos mil reais). FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) em preço fixo. CRITÉRIO DE REMUNERAÇÃO: Pagamentos proporcionais ao atingimento de marcos tecnológicos e metas do Plano de Trabalho: Metas 01, 02 e 03 (Primeiros 6 meses): R$ 560.000,00 (correspondente a 80% do montante global). Meta 04 (6 meses finais): R$ 140.000,00 (saldo remanescente de 20%) pago em 6 parcelas mensais, sendo a primeira de R$ 23.300,00 e as outras 5 de R$ 23.340,00. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO: Autorizada extraordinariamente no valor de R$ 175.000,00 (inclusa no valor das três primeiras metas e deduzida proporcionalmente nas faturas subsequentes) para mobilização técnica inicial. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta do Orçamento Geral do Município para o presente exercício, conforme a seguinte classificação orçamentária: Órgão/Secretaria: Secretaria de Desenv. Econômico, Inov. e Tecnologia. Gestão/Unidade: 09.01 - Depto Inov Tec Capacit, Ger Empr e Renda. Fonte de Recursos: 5507 - Contribuição Iluminação Pública - Superavit. Programa de Trabalho: 2369100152.053 - Manutenção das atividades de Fomento a Indústria, Comércio e Serv. Elemento de Despesa: 3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e C. Desdobrado: 833 - Serviços de processamento de dados. Empenho: Não se Aplica. Partes: Município de Chopinzinho e Contrato nº 215/2026 - PROC ESPECIALISTAS EM INFRAESTRUTURA DE TI LTDA - Contratada, Valor Total do

Contrato: R$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Data da assinatura: Chopinzinho-PR, 26 de junho de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO –
Prefeito.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:43AF503D

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 4º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO 255/2022

Espécie: Extrato do 4º Termo de Aditamento ao Contrato 255/2022. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Daniela Tres ME. CNPJ nº 23.947.343/0001-63. Objeto: Prorogação do prazo de execução e vigência Contratual e reajuste de valores conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Novo Prazo Vigência: 01/07/2026 a 30/06/2027. Valor Total do Aditamento: R$ 113.986,56 (Cento e treze mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos). Origem: Pregão Eletrônico 65/2022. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Artigos 57 e 65. Data da assinatura: 26/06/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Daniela Tres, pela Empresa.

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:E76C225B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
DECRETO - 200-2026 - EXONERA THAISE VIOLA

DECRETO Nº 200/2026

Exonera Assessor Jurídico.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012, e Lei n.º 4.113/2025,

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 1.512/2026,

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Thaise Viola, RG nº 13.***.*15-9 SESP/PR, matrícula nº 3973-2, do Cargo em Comissão de Assessor Jurídico, com carga horária semanal de 40 hs, a partir de 23 de junho de 2026.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 29 DE JUNHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:7C05DA3B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 695-2026 - AFASTAMENTO ÓBITO FAMILIAR SANDRA MARA DA SILVA

PORTARIA Nº 695/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO a conclusão dos trâmites do procedimento administrativo sob Memorando Eletrônico n.º 3.448/2026,
RESOLVE:

Art. 1º. Afastar de suas funções pelo período de 05 (cinco) dias consecutivos, a servidora Sandra Mara da Silva, matrícula funcional nº 2670-0, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, em razão do falecimento de seu pai, pelo período de 24 a 28 de junho de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 29 DE JUNHO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:BF9657A6

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 696-2026 - AFASTAMENTO ÓBITO FAMILIAR RAQUEL BIDO

PORTARIA Nº 696/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO a conclusão dos trâmites do procedimento administrativo sob Memorando Eletrônico n.º 3.474/2026,
RESOLVE:

Art. 1º. Afastar de suas funções pelo período de 05 (cinco) dias consecutivos, a servidora Raquel Bido, matrícula funcional nº 2900-0, ocupante do cargo de Professor, em razão do falecimento de seu irmão, pelo período de 25 a 29 de junho de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 29 DE JUNHO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:32FB43E8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO 199-2026 - ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 176, DE 11 DE JUNH0O DE 2026, PARA SUBSTITUIR A REFERÊNCIA À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PELA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO.

DECRETO Nº 199, DE 29 DE JUNHO DE 2026

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 176, DE 11 DE JUNH0O DE 2026, PARA SUBSTITUIR A REFERÊNCIA À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PELA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO.

O Prefeito DO MUNICÍPIO de Chopinzinho, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 176, de 11 de junho de 2026, para que, onde lê-se "Secretaria de Administração e Finanças", passe a constar "Secretaria de Obras e Urbanismo", permanecendo inalteradas as demais disposições e ficando plenamente respeitados e salvaguardados todos os efeitos jurídicos e administrativos já produzidos sob a vigência da redação anterior.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, 29 DE JUNHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:A4ED9AAF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 697/2026 - NOMEIA A COMISSÃO PROCESSANTE, NOS MOLDES DO ART. 201 DO DECRETO 073/2023, PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO

PORTARIA Nº 697, DE 29 DE JUNHO 2026.

Nomeia a Comissão Processante, nos moldes do art. 201 do Decreto 073/2023, para condução de processo de responsabilização.

A **SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Memorando3.455/2026, instaurado pela Secretária de Educação, Cultura e Esportes, que tem por assunto "Procedimento Administrativo para Apuração de responsabilidade da Empresa Transportes Paraná Ltda.";

CONSIDERANDO o art. 201 do Decreto Municipal 073/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Processante para condução de processo de responsabilização nos autos do Processo Licitatório: 239/2023, Edital de Pregão Eletrônico: 110/2023, composto dos seguintes membros:
I – Mônica de Almeida Kaliski;
II – Fernanda Gorete Griz;
III – Suzani Pletsch Verlindes.

Art. 2º As atribuições e funcionamento da Comissão Processante, serão de acordo com o Decreto Municipal 073/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga e as disposições em contrário.

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:D7EDE2D2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 694 - 2026 - DIARIAS JANDIRA ANTUNES DUARTE CARDOSO

PORTARIA Nº 694/2026
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a Servidora Jandira Antunes Duarte Cardoso, Conselheira Tutelar, CPF nº 624.***.***-49, 01 e 1/2 (uma e meia) diária de viagem, no valor total de R$ 540,00, conforme Art. 11, § 1º e § 2º, Anexo I, da Lei 3.908/2021, alterada pela Lei nº 4.028/2023, com pernoite, com saída no dia 29 de junho de 2026 e e retorno no dia 30 de junho de 2026, para Itanhaém - SP, para acompanhar adolescente índigena para colocar em família extensa, como medida de proteção, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 29 DE JUNHO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:E0B2B715

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 84/2026

PORTARIA Nº 84/2026
DE 01/06/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À SERVDIOR (A) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias e abono pecuniário a servidora Cassiana Cássia Alves**,** matrícula nº. 1156, inscrita no CPF nº 082.774.569-99, ocupante do cargo em comissão de Diretor Geral, no período de 01 de junho de 2026 a 20 de junho de 2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Art. 2º - Converter em pecúnia 10 (dez) dias das férias da mesma, sendo do dia 21 de junho de 2026 a 30 de junho de 2026.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de junho de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:A2A19915

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 87/2026

PORTARIA Nº 87/2026
DE 10/06/2026

SÚMULA: EXONERAR SERVIDOR (A) OCUPANTE DE CARGO PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO,** no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - **EXONERAR** a partir de 11 de junho de 2026, a servidora **Ana Paula Peternelli Adame**, matrícula n.º 1436, inscrita no CPF nº. 072.858.839-05, admitida em 03 de setembro de 2025, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor II.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 10 de junho de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:F6DC14D1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 88/2026

PORTARIA Nº 88/2026
DE 12/06/2026

SÚMULA: EXONERAR SERVIDOR (A) OCUPANTE DE CARGO PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO,** no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - **EXONERAR** a partir de 12 de junho de 2026, a servidora **Ana Letícia de Oliveira Bueno**, matrícula n.º 1428, inscrita no CPF nº. 117.282.299-95, admitida em 01 de julho de 2025, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor V.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 10 de junho de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:BAE03FE8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 89/2026

PORTARIA Nº 89/2026
DE 12/06/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À SERVDIOR (A) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias e abono pecuniário ao servidor Alan José Sena**,** matrícula nº. 1023, inscrito no CPF nº 086.876.529-50, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, no período de 10 de junho de 2026 a 30 de junho de 2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Art. 2º - Converter em pecúnia 10 (dez) dias das férias da mesma, sendo do dia 01 de julho de 2026 a 10 de julho de 2026.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 10 de junho de 2026.
Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 12 de junho de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:1B01411F

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6530-2026

DECRETO Nº 6530/2026

Institui o Comitê Municipal de Prevenção a Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, e dá outras providências.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO os objetivos do Comitê Municipal de Prevenção a Mortalidade Materna, Infantil e Fetal.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Prevenção a Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, que tem como objetivo a mobilização social e o acompanhamento da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal do Município, com permanência indeterminada.

Art. 2º O Comitê Municipal de Prevenção a Mortalidade Materna, Infantil e Fetal será composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, assim organizados:

I – Representantes do Poder Público:
03 (três) membros titulares e 01 (um) membro suplente da Secretaria Municipal de Saúde;
01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria Municipal de Educação;

II – Representantes da Sociedade Civil:
01 (um) membro titular e 01 (um) suplente do Conselho Municipal de Saúde;
01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Assistência Social;
01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente do Conselho Tutelar;

01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente do Conselho Municipal da Mulher.
01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente do Clube de Mães;
Art. 3º Constituem atribuições do Comitê Municipal de Prevenção a Mortalidade Materna, Infantil e Fetal:

I - Conhecer a situação epidemiológica da morte materna, infantil e fetal;

II - Estimular a investigação dos óbitos maternos, infantis e fetais pela Secretaria Municipal de Saúde segundo os critérios estabelecidos pelo Comitê Nacional e Ministério da Saúde de acordo com a realidade e interesse local, assumida como uma responsabilidade institucional cotidiana.

III - Promover e favorecer a articulação e a integração entre os setores e profissionais da Vigilância Epidemiológica e da Atenção Primária a Saúde na investigação dos óbitos, garantindo o enfoque adequado ao problema da mortalidade materna, infantil e fetal, onde envolve a investigação e análise dos casos para elaboração de estratégias com intervenções por meio da assistência à saúde com foco na prevenção e evitabilidade de novas ocorrências.

IV - Avaliar periodicamente os principais problemas observados no estudo dos óbitos e as intervenções realizadas para redução da mortalidade materno, infantil e perinatal no âmbito municipal.

V - Promover e estimular a qualificação das informações sobre mortalidade, com a ampliação da cobertura do sistema de informação, registros dos atendimentos e melhoria do preenchimento das Declarações de Óbitos (DO).

VI - Consolidar periodicamente os dados de investigação para o envio ao Comitê Regional.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor nesta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e
Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:16319B7B

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7932-2026

PORTARIA Nº 7932/2026

Concede férias.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. **89º** da **Lei Municipal** nº **073/1994** de **19/09/1994**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder quinze **(15)** dias de férias a servidora **CLECI FURST**, portadora do RG: **6.260.***-***, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, a contar de **01/julho/2026** a **15/julho/2026**, referente ao período aquisitivo de **04/06/2024** a **03/06/2025.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:BC006EA1

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS TIPO 3
O Município de Cruzeiro do Iguaçu/Pr, CNPJ 95.589.230/0001-44, torna público que requereu junto ao Instituto de Águas e Terras (IAT), Licença de Ambiental Simplificada – LAS Tipo 3, para implementação de Parque Urbano, ao longo da orla com o lago artificial da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, na extensão da Rua Costa e Silva, situado no terreno de Matricula 20.288, no Distrito de Foz do Chopim, município de Cruzeiro do Iguaçu/Pr. 29/06/2026.

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:75ECDDA5

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
SÚMULA LICENÇA DE OPERAÇÃO E REGULARIZAÇÃO - LOR

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO – LOR
O Município de Cruzeiro do Iguaçu/Pr, CNPJ 95.589.230/0001-44, torna público que requereu junto ao Instituto de Águas e Terras (IAT), Licença de Operação de Regularização - LOR, para realização de atividades de lazer, entretenimento, banho e praia artificial, situado no terreno de Matricula 30.241, no Distrito de Foz do Chopim, município de Cruzeiro do Iguaçu/Pr. 29/06/2026.

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:42F2F432

SECRETARIA DE FINANCAS
ADITIVO DE PRAZO P42-2025 H

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO
PREGÃO ELETRONICO Nº 042/2025
ATA DE REGISTRO N° 120/2025

Pelo presente TERMO ADITIVO, de um lado como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no Edifício da Prefeitura Municipal, á AV. 13 DE MAIO 906, inscrito no MF/CNPJ nº 95.589.230/0001-44 devidamente representado pelo Sr. Jean Carlos Cardoso, Prefeito, inscrito no CPF sob o nº 034.526.049-

00, e RG sob o nº 7.889.518-7 e do outro lado a CONTRATADA, e a empresa HELENICE FONSECA DA SILVA NEVES, estabelecida na Rua Deputado Arnaldo Busato, nº1022 - Centro, Cruzeiro do Iguaçu/PR, CEP 85598-000, inscrita no Cadastro acional de Pessoas Jurídicas sob nº 27.771.438/0001-20, neste ato representada por seu representante legal, Helenice Fonseca da Silva Neves, RG: 4547971-4, CPF: 787.966.109-30, ajustam entre si o presente contrato, a ser regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, demais disposições legais cabíveis, pelos termos do pregão eletrônico nº 042/2025 e pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULAS
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
Do objeto: Registro de preço para contratação de empresa de transporte rodoviário para executar serviços de Transporte Escolar no Município de Cruzeiro do Iguaçu, considerando o atendimento da rede estadual e municipal de ensino conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 31/12/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original, não atingido pelos Termos Aditivos.

E assim por estarem justos e contratados, assinam o Termo Aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Cruzeiro do Iguaçu, 26 de Junho de 2026.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU PR
Contratante

HELENICE FONSECA DA SILVA NEVES
Contratada

Publicado por:
Kelli Moresqui
Código Identificador:F57F6977

SECRETARIA DE FINANCAS
ADITIVODE PRAZO P42-2025 LS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO
PREGÃO ELETRONICO Nº 042/2025
ATA DE REGISTRO N° 121/2025

Pelo presente TERMO ADITIVO, de um lado como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no Edifício da Prefeitura Municipal, á AV. 13 DE MAIO 906, inscrito no MF/CNPJ nº 95.589.230/0001-44 devidamente representado pelo Sr. Jean Carlos Cardoso, Prefeito, inscrito no CPF sob o nº 034.526.049-00, e RG sob o nº 7.889.518-7 e do outro lado a CONTRATADA, e a empresa LS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA, estabelecida na Rua Rio Grande do Sul, nº1164 - Centro, Cruzeiro do Iguaçu/PR, CEP 85598-000, inscrita no Cadastro acional de Pessoas Jurídicas sob nº 45.044.817/0001-08, neste ato representada por seu representante legal, Adriano Langa, RG: 75548532, CPF: 034.656.459-01, ajustam entre si o presente contrato, a ser regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, demais disposições legais cabíveis, pelos termos do pregão eletrônico nº 042/2025 e pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULAS
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
Do objeto: Registro de preço para contratação de empresa de transporte rodoviário para executar serviços de Transporte Escolar no Município de Cruzeiro do Iguaçu, considerando o atendimento da rede estadual e municipal de ensino conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 31/12/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original, não atingido pelos Termos Aditivos.

E assim por estarem justos e contratados, assinam o Termo Aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Cruzeiro do Iguaçu, 26 de Junho de 2026.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU PR
Contratante

LS SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
Contratada

Publicado por:
Kelli Moresqui
Código Identificador:06F0FB1F

SECRETARIA DE FINANCAS
ADITIVO DE PRAZO P42-2025 TPO

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO
PREGÃO ELETRONICO Nº 042/2025
ATA DE REGISTRO N° 119/2025

Pelo presente TERMO ADITIVO, de um lado como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no Edifício da Prefeitura Municipal, á AV. 13 DE MAIO 906, inscrito no MF/CNPJ nº 95.589.230/0001-44 devidamente representado pelo Sr. Jean Carlos Cardoso, Prefeito, inscrito no CPF sob o nº 034.526.049-00, e RG sob o nº 7.889.518-7 e do outro lado a CONTRATADA, e a empresa TRANSPORTE PEDRA DO OURO LTDA, estabelecida na Av 26 de Abril, nº841 - Centro, Cruzeiro do Iguaçu/PR, CEP 85598-000, inscrita no Cadastro acional de Pessoas Jurídicas sob nº 13.132.125/0001-17, neste ato representada por seu representante legal, ELTRO FLORENTINO, RG: 6.235.982-0, CPF: 841.752.739-72, ajustam entre si o presente contrato, a ser regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, demais disposições legais cabíveis, pelos termos do pregão eletrônico nº 042/2025 e pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULAS
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
Do objeto: Registro de preço para contratação de empresa de transporte rodoviário para executar serviços de Transporte Escolar no Município de Cruzeiro do Iguaçu, considerando o atendimento da rede estadual e municipal de ensino conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 31/12/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original, não atingido pelos Termos Aditivos.

E assim por estarem justos e contratados, assinam o Termo Aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Cruzeiro do Iguaçu, 26 de Junho de 2026.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU PR
Contratante

TRANSPORTE PEDRA DO OURO LTDA
Contratada

Publicado por:
Kelli Moresqui
Código Identificador:4A94DE8D

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ANA CAROLINE GRASSI VANAZI

PORTARIA 4213/2026

SÚMULA: Concede Horário Especial a Servidora Municipal ANA CAROLINE GRASSI VANAZI e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 71, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, e 154 a 161, da Lei Complementar Municipal n.º 106/2023, bem como no Protocolo n.º 143/2026,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Horário Especial, sem prejuízos ao seu vencimento e demais vantagens fixas, em favor da servidora pública municipal **ANA CAROLINE GRASSI VANAZI**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 095.760.339-85, portadora da cédula de identidade RG n.º 12.672.956-1 SSP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Universitário da Saúde - Psicólogo, por um período de 6 (seis) meses, conforme o estabelecido no âmbito do Protocolo n.º 143/2026.

Art. 2º O afastamento da servidora deverá ser ajustado por sua Chefia imediata e poderá corresponder a até duas tardes por semana, distribuída durante os dias de seu expediente regular, podendo ser consecutivos, alternados ou escalonados, conforme as necessidades de cuidado, tratamento e acompanhamento terapêutico prescritas ao seu dependente, compatibilizadas com as demandas do serviço público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENEAS MARQUES/PR EM 29 DE JUNHO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:631CE986

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
APLICA SANÇÕES

PORTARIA N.º 4214/2026

Aplica sanções em face de licitante e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 71, II, "f", da Lei Orgânica Municipal, nos arts. 156, II e IV, §§ 3º, 5º e 7º, e 161 da Lei Federal n.º 14.133/2021, no Decreto Municipal n.º 1.870/2023 e na documentação constante do Processo Administrativo de Responsabilização n.º 1.058/2025,

CONSIDERANDO o exaurimento da instância administrativa e o consequente trânsito em julgado administrativo da decisão proferida no Processo Administrativo de Responsabilização n.º 1.058/2025, que reconheceu a responsabilidade da licitante Dubai Construções e Pavimentações Ltda. (CNPJ n.º 57.902.002/0001-93) pela prática da infração prevista no art. 155, VIII, da Lei Federal n.º 14.133/2021, no âmbito da Concorrência Eletrônica n.º 4/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar à licitante Dubai Construções e Pavimentações Ltda. (CNPJ n.º 57.902.002/0001-93), no âmbito do Processo Administrativo de Responsabilização n.º 1.058/2025, instaurado pela Portaria n.º 4.118/2025, as seguintes penalidades:
I – multa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado; e
II – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo de 4 (quatro) anos.
Art. 2º As sanções aplicadas deverão ser informadas, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), em cumprimento ao disposto no art. 161 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no art. 32 do Decreto Municipal n.º 1.870/2023.
Art. 3º Determina-se a adoção das demais diligências necessárias ao integral cumprimento da decisão administrativa sancionatória, inclusive a cobrança extrajudicial ou judicial da multa aplicada à licitante.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Expeça-se o necessário.
Publique-se.
Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENÉAS MARQUES/PR, EM 29 DE JUNHO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:426E5352

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
JAMIR SALESIO CAMPOS

PORTARIA 4212/2026

SÚMULA: Concede Horário Especial ao Servidor Municipal JAMIR SALESIO CAMPOS e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 71, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, e 154 a 161, da Lei Complementar Municipal n.º 106/2023, bem como no Protocolo n.º 17/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, sem prejuízos ao seu vencimento e demais vantagens fixas, em favor do servidor público municipal **JAMIR SALESIO CAMPOS**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 024.708.689-47, portador da cédula de identidade RG n.º 7.861.909-6 SSP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Máquinas e Veículos, por mais um período de 6 (seis) meses, conforme o estabelecido no âmbito do Protocolo n.º 17/2026.

Art. 2º O afastamento do servidor deverá ser ajustado por sua Chefia imediata e poderá corresponder a até 50% (cinquenta por cento) da sua carga horária semanal, distribuída durante os dias de seu expediente regular, podendo ser consecutivos, alternados ou escalonados, conforme as necessidades de cuidado, tratamento e acompanhamento terapêutico prescritas ao seu dependente, compatibilizadas com as demandas do serviço público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENEAS MARQUES/PR
EM 29 DE JUNHO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:7E7F7C6E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 29/2025

TERMO DE ADITIVO

1º Termo aditivo do contrato 29/2025 decorrente da Pregão nº 18/2025 de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ADMINISTRAR PROGRAMAS DE ESTÁGIO, PARA ESTUDANTES QUE ESTEJAM REGULARMENTE MATRICULADOS E COM FREQUÊNCIA EFETIVA EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

O **MUNICÍPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR, e a empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ**, inscrita no CNPJ sob nº. 76.610.591/0001-80, com sede no endereço Rua Ivo Leão, 42, Alto Da Glória, Curitiba-Pr, neste ato representada por **EUGENIO LIBRELOTO STEFANELO**, portador do CPF sob nº 133.384.390-91, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do prazo de vigência para término em 23/06/2027, justifica-se a dilatação do prazo contratual, com fundamento no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da necessidade de continuidade dos serviços de administração de programas de estágio para estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em instituições de educação. A prorrogação visa evitar a interrupção dos programas de estágio em andamento, preservando o interesse público e a regularidade administrativa, sem alteração do objeto contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix, 16 de junho de 2026.

Município De Fênix	Centro De Integração Empresa-Escola Do Paraná – CIEE/PR
Contratante	Contratada
EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***EUGENIO LIBRELOTO STEFANELO***
Prefeito Municipal	Representante Legal

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:4BCA545F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 25/2024

TERMO DE ADITIVO

3º Termo aditivo do contrato 25/ 2024 decorrente da Inexigibilidade nº 16/ 2024 de AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS.

O **MUNICÍPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. **EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR**, e a empresa **VIAÇÃO GARCIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 78.586.674/0001-07, com sede no endereço Av. Celso Garcia Cid, 1100, Boa Vista, Londrina-Pr, neste ato representada por **ESTEFANO BOIKO JUNIOR**, portador do CPF sob nº 869.157.119-53, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do prazo de vigência para término em 18/06/2027. Justifica-se o aditamento do Contrato nº 25/2024, com a finalidade de ampliar a quantidade contratada e/ou prorrogar a vigência, nos termos do art. 107 e art. 124, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando garantir o atendimento contínuo e eficiente das necessidades da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix, 18 de junho de 2026.

Município De Fênix	Viacao Garcia LTDA
Contratante	Contratada
EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***ESTEFANO BOIKO JUNIOR***
Prefeito Municipal	CPF: 86915711953
	Representante Legal

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:F0F17289

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 25/2024

TERMO DE ADITIVO

4º Termo aditivo do contrato 25/2024 decorrente da Inexigibilidade nº 16/2024 de AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS.

O **MUNICÍPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. EURIDES MOLINA TASCA JUNIOR, e a empresa **VIAÇÃO GARCIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 78.586.674/0001-07, com sede no endereço Av. Celso Garcia Cid, 1100, Boa Vista, Londrina-Pr, neste ato representada por **ESTEFANO BOIKO JUNIOR**, portador do CPF sob nº 869.157.119-53, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância de R$ 47.283,60 (quarenta e sete mil, duzentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), justifica-se a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos bilhetes de passagens rodoviárias, no percentual de 10,32%, em razão da atualização tarifária que impactou diretamente os valores contratados. A medida visa restabelecer a equação econômico-financeira inicial do contrato, conforme art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	PASSAGEM DE FÊNIX A CURITIBA CONVENCIONAL).	UND.	101	181,86	18.367,86,00
2	PASSAGEM DE CURITIBA A FÊNIX (CONVENCIONAL).	UND.	159	181,86	28.915,74,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix 26 de junho de 2026.

Município De Fênix	Viação Garcia LTDA
Contratante	Contratada
EURIDES MOLINA TASCA JUNIOR	***ESTEFANO BOIKO JUNIOR***
Prefeito Municipal	CPF: 86915711953
	Representante Legal

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:E42FA7A5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 15/2026

PROCESSO LICITATÓRIO
60/2026

PREGÃO ELETRÔNICO
15/2026

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE FÊNIX

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTO, LOCAÇÃO DE PALCO, TENDAS, SOM E ILUMINAÇÃO, FECHAMENTO, GERADOR DE ENERGIA, BANHEIRO QUÍMICO, SEGURANÇAS PROFISSIONAIS, E SHOW PIROTÉCNICO PARA FESTIVIDADES.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 1.321.097,66 (Um milhão, trezentos e vinte e um mil, noventa e sete reais e sessenta e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 10/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:
Menor preço por Lote

Modo de disputa:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:2C207D74

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
229/2026

PORTARIA Nº 229/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o (a) Servidor (a), **ELOINE LAIANE DE CAMPOS**, Licença para tratamento de saúde de 15 dias conforme atestado médico, a partir de 22 de junho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 22 de junho de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 29 de junho de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:F5FB821D

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 414/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Conceder férias e registrar os saldos de férias dos servidores públicos municipais abaixo relacionados, conforme discriminação:
I - Servidor: Nalyne Cibely Souza
· **Cargo:** Motorista
· **Período Aquisitivo:** 07/04/2025 a 06/02/2026 (30 dias)
· **Período de Gozo:** 13/07/2026 a 22/07/2026 (10 dias de gozo)
· **Saldo:** 20 dias a desfrutar posteriormente
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 29 dias do mês de junho do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cananor Mariano de Almeida Junior
Código Identificador:200CC41A

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

CAMARA DE VEREADORES
DESPACHO - DISPENSA 04/2026

DESPACHO ADMINISTRATIVO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 04/2026

Órgão Vinculante: Câmara Municipal de São Jorge d'Oeste – PR
Objeto: Contratação de fornecedor para fornecimento de materiais de expediente, papelaria e suprimentos de escritório, visando suprir as necessidades operacionais diárias das Unidades Administrativas e Legislativas da Câmara Municipal de São Jorge d'Oeste – PR.
Proponente: HELPFIX ATACADO DE PAPELARIA LTDA
CNPJ nº: 20.992.564/0001-65

1.**RELATÓRIO E FUNDAMENTAÇÃO**

Trata-se do procedimento de Dispensa de Licitação nº. 04/2026, que visa à aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades diárias desta Edilidade.
Em 23 de junho de 2026, por meio do correspondente Termo de Julgamento, este Agente de Contratação proferiu decisão fundamentada pela **DESCLASSIFICAÇÃO** da proposta comercial apresentada pela empresa HELPFIX ATACADO DE PAPELARIA LTDA. Os motivos ensejadores da desclassificação pautaram-se em:
Desconformidade econômica insanável: Apresentação de valor superior ao limite máximo estipulado pela Administração Pública para o Item 25 (Papel tipo Offset/Sulfite), infringindo o Item 5.1.2 do Edital e o artigo 72, VII, da Lei Federal nº 14.133/2021;
Inviabilidade logística e operacional: Incompatibilidade manifesta entre a localização geográfica da sede da proponente (Nova Prata - RS) e a obrigação de entrega fracionada na sede desta Câmara Municipal no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas, contrariando o Anexo I (Termo de Referência) e o artigo 59, IV, da Lei nº 14.133/2021.
Naquela mesma oportunidade, em estrita observância ao artigo 165, inciso I, alínea “b” da Lei Federal nº 14.133/2021, foi aberto o prazo

legal de 03 (três) dias úteis para que a proponente manifestasse eventual intenção de recorrer.
Certifica-se, nesta data, que o prazo recursal transcorreu *in albis*, ou seja, **não houve a apresentação de qualquer recurso ou manifestação por parte da interessada**, operando-se os efeitos da preclusão temporal e configurando a intempestividade de qualquer ato posterior.

2.**DELIBERAÇÃO E DETERMINAÇÃO DE ANDAMENTO**

Diante do exposto, e com o intuito de conferir regular andamento ao certame em consonância com o princípio da eficiência, da celeridade processual e da continuidade do serviço público, **DECIDO**:
a) RATIFICAR a desclassificação definitiva da empresa HELPFIX ATACADO DE PAPELARIA LTDA do Processo de Dispensa de Licitação nº 04/2026, ante a ausência de recurso tempestivo contra a decisão anterior;
b) DETERMINAR o prosseguimento da fase de julgamento do certame.
Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se aplicável, para fins de ampla publicidade e transparência.

São Jorge D'Oeste - PR, 29 de junho de 2026.

LEANDRO PAGLIARI JACOBS
Diretor Administrativo
Agente de Contratações – Poder Legislativo Municipal.

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:54CA6424

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
CONVÊNIO Nº02/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS PARA A SAÚDEPARA O MUNICÍPIO.

CONVÊNIO Nº02/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS PARA A SAÚDEPARA O MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de São Jorge D' Oeste**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.995.380/0001-03, com sede à Avenida Iguaçu nº 281, nesta cidade de São Jorge D' Oeste - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. .Gelson Coelho do Rosário, portador da cédula de identidade RG n.º 9231489 PR e do CPF n.º 064.733.219-18, residente e domiciliado em São Jorge D' Oeste – PR, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar as ações envolvendo produtos para a saúde, através da aquisição e distribuição para o município

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 100.000,00 em duas parcelas de R$ 50.000,00, sendo que as mesmas deverão ser depositadas em conta corrente nº 11.571-1 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de agosto e novembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;

b) estruturar as ações envolvendo a utilização dos produtos para a saúde no município;

c) garantir que a utilização seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional;

d)manter dados consistentes sobre o consumo de produtos para a saúdee demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

e) efetuar a programação de produtos para a saúdeutilizando-se consumohistórico e oferta de serviços;

f) quantificar os materiais definindo um ponto de reposição, considerando o ConsumoMédio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos materiais recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os materiais;

i) organizar a distribuição dos materiais, exclusivamente na rede SUS, garantindo utilização adequada dos mesmos;

j) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde.

II - AO CONSÓRCIO PARANÁ SAÚDE:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovado pela Conselho Deliberativo;

b) adquirir os materiais de acordo com a programação do município, elaborada com orecurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

c) incentivar os municípios a participarem e a organizarem sua estrutura no município;

d)manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seusrecursos;

e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade nofornecimento;

f) efetuar as aquisições de produtos para a saúdedentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade,estabelecidos para esses produtos;

g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

h)intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvioda qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado àexecução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 4490, elemento de despesa – consorcio de saúde - material, Fonte: livre 00000.

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seuobjeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembrode 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

São Jorge D' Oeste, 24 de Junho de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal Presidente do Conselho
Deliberativo do Consórcio

Testemunhas:
1 – Nome, Cargo eCPF:
.....

2 – Nome, Cargo e CPF:
.....

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:131AA437

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026 DISPÕE SOBRE A ENTRADA EM VIGOR DO MANUAL DE AUDITORIA INTERNA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D´OESTE-PR E ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA APLICAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026

Dispõe sobre a entrada em vigor do Manual de Auditoria Interna do Município de São Jorge D´Oeste-PR e estabelece diretrizes para sua aplicação no âmbito do Poder Executivo Municipal.

O CONTROLADOR INTERNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D´OESTE-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 165/2007, que institui o Sistema de Controle Interno Municipal, e
CONSIDERANDO que os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal determinam a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública, bem como a manutenção de sistema de controle interno destinado a avaliar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia da gestão pública;
CONSIDERANDO que o artigo 74 da Constituição Federal estabelece como finalidade do Sistema de Controle Interno a avaliação do cumprimento das metas governamentais, a comprovação da legalidade dos atos administrativos, a avaliação dos resultados da gestão e o apoio ao controle externo exercido pelos Tribunais de Contas;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que atribui ao Sistema de Controle Interno a fiscalização do cumprimento das normas de gestão fiscal e dos limites constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, governança, prestação de contas (accountability), gestão de riscos e integridade administrativa previstos na Constituição Federal e na legislação aplicável;
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 11, 169, 170 e 171 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que determinam a implementação de práticas de governança, gestão de riscos e controles internos na Administração Pública;
CONSIDERANDO as Diretrizes e Orientações sobre Controle Interno para Jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Edição 2024, que recomendam a estruturação da atividade de auditoria interna governamental mediante planejamento próprio, independência funcional, observância de normas e utilização de manuais específicos para execução dos trabalhos de auditoria;
CONSIDERANDO o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná de que a Unidade Central de Controle Interno possui função avaliativa, fiscalizatória e de auditoria dos controles existentes na Administração Pública, atuando como importante instrumento de governança e aperfeiçoamento da gestão pública;
CONSIDERANDO que a auditoria interna governamental constitui atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria destinada a agregar valor, aperfeiçoar processos e fortalecer a governança pública;
CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos procedimentos, técnicas, metodologias, papéis de trabalho, planejamento, execução, monitoramento e comunicação dos resultados das auditorias realizadas pela Controladoria Geral;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a vigência do Manual de Auditoria Interna do Município de SÃO JORGE D´OESTE-PR, como instrumento normativo e técnico destinado a disciplinar a atividade de auditoria interna no âmbito do Poder Executivo Municipal.
Art. 2º O Manual de Auditoria Interna entrará em vigor na data da publicação desta Instrução Normativa, tornando-se de observância obrigatória para todos os servidores e agentes públicos envolvidos na execução, supervisão, acompanhamento e monitoramento das atividades de auditoria interna.
Art. 3º A atividade de auditoria interna governamental será desenvolvida pela Controladoria Geral em conformidade com:
I – a Constituição Federal;
II – a Lei Complementar Federal nº 101/2000;
III – a Lei Federal nº 14.133/2021;
IV – a legislação municipal aplicável;
V – as Diretrizes e Orientações sobre Controle Interno para Jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
VI – as normas profissionais aplicáveis à auditoria interna governamental;
VII – as disposições constantes do Manual de Auditoria Interna do Município.
Art. 4º O Manual de Auditoria Interna tem por finalidade:
I – estabelecer metodologia padronizada para execução dos trabalhos de auditoria;
II – promover a uniformização dos procedimentos de planejamento, execução, documentação e comunicação dos trabalhos;
III – fortalecer a governança, a gestão de riscos e os controles internos administrativos;
IV – subsidiar a tomada de decisão dos gestores públicos;
V – contribuir para a prevenção, detecção e correção de impropriedades e irregularidades administrativas;
VI – apoiar o exercício do controle externo realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão assegurar à Controladoria Geral pleno acesso às informações, documentos, sistemas, processos administrativos e demais elementos

necessários à realização dos trabalhos de auditoria, observadas as disposições legais pertinentes.
Art. 6º Os trabalhos de auditoria iniciados após a vigência desta Instrução Normativa deverão observar integralmente as disposições do Manual de Auditoria Interna.
§1º Os trabalhos em andamento poderão ser concluídos segundo os procedimentos anteriormente adotados, sem prejuízo da aplicação imediata das disposições do Manual quando tecnicamente recomendável.
§2º A critério da Controladoria Geral, poderão ser promovidas adequações metodológicas visando à compatibilização dos trabalhos em andamento com as disposições do Manual.
Art. 7º Compete à Controladoria Geral promover a atualização periódica do Manual de Auditoria Interna sempre que houver alterações legislativas, normativas, jurisprudenciais ou técnicas que justifiquem sua revisão.
Art. 8º Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação desta Instrução Normativa serão resolvidos pela Controladoria Geral do Município.
Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

SÃO JORGE D´OESTE-PR, 25 de junho de 2026.

OLVIDES FONTANA
Controlador Interno
Município de São Jorge D´Oeste-PR

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:1C8E55FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA

CONTROLADORIA GERAL

Versão: 1.0
Data de Emissão: 25/06/2026
Vigência: A partir da publicação
Revisão Prevista: Anual ou sempre que houver alteração normativa relevante.

ELABORAÇÃO
Controladoria Geral
Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste – Paraná

ANÁLISE JURÍDICA
Procuradoria Geral do Município

APROVAÇÃO
Controladoria Geral
Instrução Normativa CG nº 01/2026

FUNDAMENTAÇÃO
O presente Manual foi elaborado com fundamento:
Constituição Federal de 1988;
Lei Federal nº 4.320/1964;
Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
Lei Federal nº 14.133/2021;
Normas Globais de Auditoria Interna (Global Internal Audit Standards);
International Professional Practices Framework (IPPF);
Modelo das Três Linhas do Institute of Internal Auditors – IIA;
Normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
Modelos de Relatórios de Controle Interno (RCD) do TCE-PR;
Legislação Municipal aplicável.

FINALIDADE
Padronizar os procedimentos de auditoria interna, fortalecer os mecanismos de governança, gestão de riscos e controles internos, promover a melhoria contínua da gestão pública e subsidiar a elaboração dos Relatórios de Controle Interno exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste – PR
Controladoria Geral
2026

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA
SISTEMA DE CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL
Versão: 1.0
Data de Aprovação: 06/2026
Órgão Responsável: Controladoria Geral

SUMÁRIO
Objetivo
Base Normativa
Princípios da Auditoria Interna
Planejamento das Auditorias
Etapas da Auditoria Interna
5.1 Instauração da Auditoria
5.2 Solicitação de Documentos
5.3 Recebimento e Análise Preliminar
5.4 Avaliação dos Pontos de Controle do TCE-PR
5.5 Planejamento dos Trabalhos
5.6 Execução da Auditoria
5.7 Solicitação de Esclarecimentos
5.8 Relatório Preliminar
5.9 Contraditório e Ampla Defesa
5.10 Relatório Final
5.11 Plano de Ação
5.12 Monitoramento das Recomendações
5.13 Auditorias Vinculadas aos RCDs do TCE-PR
Classificação dos Achados
Fluxo dos Trabalhos
Disposições Finais
Anexos

1. OBJETIVO
O presente Manual estabelece os procedimentos, critérios, responsabilidades e prazos para execução das atividades de auditoria interna realizadas pela Controladoria Geral, visando avaliar a adequação e efetividade dos processos de governança, gestão de riscos, controles internos e conformidade legal da Administração Municipal.
Os trabalhos deverão contribuir para o fortalecimento da governança pública, mitigação de riscos, proteção dos recursos públicos e melhoria contínua dos processos administrativos.

2. BASE NORMATIVA
As auditorias internas serão realizadas observando:
Constituição Federal;
Constituição do Estado do Paraná;
Lei Federal nº 4.320/1964;
Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
Lei Federal nº 14.133/2021;
Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
Normas Globais de Auditoria Interna (Global Internal Audit Standards);
International Professional Practices Framework (IPPF);
Modelo das Três Linhas do IIA;
Instruções Normativas e demais atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
Jurisprudência do TCE-PR;
Modelos de Relatórios de Controle Interno (RCD) do TCE-PR;
Normativos internos do Município;
Demais legislações aplicáveis ao objeto auditado.

3. PRINCÍPIOS DA AUDITORIA INTERNA
A atividade de auditoria interna observará os seguintes princípios:
Integridade;
Independência;
Objetividade;
Base em evidências;
Transparência;
Melhoria contínua;

Agregação de valor à administração pública.

4. PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS
As auditorias poderão ser originadas por:
I – Plano Anual de Auditoria Interna;
II – Determinação do Chefe do Poder Executivo;
III – Solicitações do Tribunal de Contas;
IV – Denúncias ou representações;
V – Apuração de riscos identificados;
VI – Monitoramento de recomendações anteriores;
VII – Necessidade de subsidiar os Relatórios de Controle Interno (RCD) exigidos pelo TCE-PR;
VIII – Auditorias especiais ou extraordinárias.

5. ETAPAS DA AUDITORIA INTERNA
5.1 INSTAURAÇÃO DA AUDITORIA
A auditoria será formalizada mediante solicitação de documentos, que será encaminhada ao setor auditado e em paralelo ao Chefe do Executivo, por meio do qual o mesmo terá conhecimento do início da auditoria.

5.2 SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS
A unidade auditada receberá Memorando contendo:
objeto da auditoria;
documentação requerida;
prazo para atendimento;
Prazo para atendimento
10 (dez) dias úteis.
Prorrogação
A unidade auditada poderá solicitar prorrogação mediante justificativa formal apresentada antes do vencimento do prazo inicial.
Prazo adicional
05 (cinco) dias úteis.
Limite
A prorrogação será concedida uma única vez, em caráter improrrogável.
Não atendimento
A ausência de resposta, entrega parcial da documentação ou após análise do responsável pelo Controle Interno caracterizar efetiva irregularidade relevante, embaraço à fiscalização ou descumprimento injustificado capaz de comprometer a atividade de controle, será registrada como restrição aos trabalhos de auditoria, constituir achado de auditoria e ser comunicada ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná-TCE-PR.

5.3 RECEBIMENTO E ANÁLISE PRELIMINAR
Recebida a documentação, será realizado:
conferência documental;
análise de completude;
avaliação de consistência;
Prazo
Até 10 dias úteis.

5.4 AVALIAÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE DO TCE-PR
Nesta etapa serão avaliados os pontos de controle previstos nos modelos RCD do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Serão observados:
critérios utilizados pelo TCE-PR;
riscos apontados em fiscalizações externas;
evidências exigidas para elaboração dos RCDs.
Prazo
Integrado à análise preliminar.

5.5 EXECUÇÃO DA AUDITORIA
Compreende:
cruzamento de dados;
verificações físicas;
validação de evidências.
Prazo
Até 30 dias úteis.
Prorrogação
Mediante justificativa Controladoria Geral.

5.6 SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS
Quando necessário serão solicitadas informações complementares.
Prazo para resposta
05 dias úteis.
Prorrogação
05 dias úteis adicionais.
Limite
Uma única prorrogação.

5.7 RELATÓRIO PRELIMINAR
Concluída a execução dos trabalhos será elaborado Relatório Preliminar.
Prazo
Até 10 dias úteis após conclusão da auditoria.
O relatório conterá:
metodologia;
critérios;
evidências;
achados;
recomendações.
Sempre que aplicável, a estrutura deverá observar os modelos RCD do TCE-PR.

5.8 CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA
O Relatório Preliminar será encaminhado à unidade auditada.
Prazo para manifestação
10 dias úteis.
Prorrogação
05 dias úteis.
Limite
Prorrogação única e improrrogável.
Ausência de manifestação
Os trabalhos prosseguirão com base nas evidências obtidas.

5.9 RELATÓRIO FINAL
Após análise das justificativas será emitido Relatório Final.
Prazo
Até 10 dias úteis após recebimento das manifestações.
O relatório deverá conter:
síntese dos trabalhos;
análise das justificativas;
conclusão;
recomendações;
responsáveis;
prazos de implementação.

5.10 PLANO DE AÇÃO
A unidade auditada deverá apresentar Plano de Ação.
Prazo
15 dias úteis após recebimento do Relatório Final.
O plano deverá conter:
ação corretiva;
responsável;
prazo;
evidências de implementação.

5.11 MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES
A Unidade Central de Controle Interno acompanhará a implementação das recomendações.
Periodicidade
Trimestral.
Classificação
Implementada;
Parcialmente Implementada;
Não Implementada;
Não Aplicável.
Relatório de Monitoramento será emitido semestralmente.

5.12 AUDITORIAS VINCULADAS AOS RCDs DO TCE-PR
As auditorias destinadas a subsidiar os Relatórios de Controle Interno poderão observar os modelos oficiais adotados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Os relatórios poderão ser estruturados com base nos modelos RCD aplicáveis ao tema auditado, especialmente quanto:
aos critérios de análise;

aos pontos de controle;
às evidências requeridas;
às conclusões;
às recomendações.
Os resultados das auditorias poderão ser utilizados como suporte técnico para elaboração dos Relatórios de Controle Interno encaminhados ao TCE-PR.

6. FLUXO DOS TRABALHOS
Planejamento Anual
↓
Solicitação de Documentos
↓
Recebimento da Documentação
↓
Análise Preliminar
↓
Avaliação dos Pontos de Controle do TCE-PR
↓
Execução da Auditoria
↓
Esclarecimentos
↓
Relatório Preliminar
↓
Contraditório
↓
Relatório Final
↓
Plano de Ação
↓
Monitoramento
↓
Encerramento

7. DISPOSIÇÕES FINAIS
Os modelos RCD do Tribunal de Contas do Estado do Paraná constituem referência metodológica para elaboração dos trabalhos de auditoria interna, sem prejuízo da observância das Normas Globais de Auditoria Interna e demais normas aplicáveis.
Sempre que possível, os trabalhos deverão produzir evidências suficientes e apropriadas para subsidiar tanto os relatórios de auditoria quanto os Relatórios da Controladoria Geral encaminhados ao TCE-PR.
A recusa injustificada no fornecimento de informações, documentos ou acesso a sistemas poderá ser comunicada à autoridade competente para adoção das medidas cabíveis.

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:20FF4878

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
PORTARIA Nº. 3223/2026 APROVA MANUAL DE AUDITORIA INTERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 3223/2026

Aprova Manual de Auditoria Interna e dá outras providências.

O OLVIDES FONTANA, CONTROLADOR INTERNO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 165/2007, Decreto 2998/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o **Manual de Auditoria Interna**, instrumento normativo que passa a nortear e padronizar os procedimentos de auditoria, avaliação e consultoria no âmbito do Município de São Jorge D´Oeste, conforme anexo desta Portaria.

Art. 2º O Manual de Auditoria tem como finalidade sistematizar as diretrizes, técnicas e rotinas a serem observadas pelo Controlador Interno, garantindo a conformidade, a economicidade e a eficiência dos atos administrativos.

Art. 3º Caberá à Controladoria Geral garantir a ampla divulgação deste Manual aos servidores e sua disponibilização no Portal da Transparência.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Jorge D´Oeste-PR, 26 de junho de 2026.

OLVIDES FONTANA
Controlador Interno
Controladoria Geral

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:C898A968

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA - Nº 19/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL Nº 1.410/2021

Data: 26/06/2026	Órgão: Câmara Municipal de Vereadores
Nome do Beneficiário: Edelvan Lazare	
Cargo do Beneficiário: Vereador	Matrícula: 1228 / 1
RG: 9.***.***-4SSP/PR	CPF: ***707.939-**
Banco: 748 SICREDI Agência: 740-1 Conta Corrente: 45.875-9	
Data de Saída: 30/06/2026	Horário: 06:00 hs.
Data de Retorno: 03/07/2026	Horário: 19:00 hs.
N° de Diárias: 3,5	Valor da Diária: R$ 548,29
Valor Total: R$ 1.919,01	
Cidade Destino/UF: Curitiba/PR	
Código do IBGE da Cidade Destino: 4106902	
Dotação Orçamentária: 3390.14.14-03 – agentes políticos	
Motivo da Viagem – Justificativa	
Participação em curso de capacitação intitulado “REFORMA TRIBUTÁRIA e o INCREMENTO NA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL”, a ser realizado no período de 30 de junho a 03 de julho de 2026, na cidade de Curitiba/PR.	
Adiantamento Para Combustível ( ) Sim (X) Não	
Veículo: Fiat Siena – Placas AXD-3717 – Renavan 00551081279	
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 1.410/21, que aprova o regimento das diárias. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões.	
Data: 26/06/2026 Assinatura do Solicitante:	
Autorizado (**X**) Não Autorizado ( )	
DIEGO TRINDADE	
Presidente do Poder Legislativo	

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:8B87F72C

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE CANCELAMENTO DE DIÁRIA Nº 21/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a Solicitação/Autorização de Diária nº 21/2026, concedida ao Vereador Diego Trindade para participação no curso de capacitação intitulado **“REFORMA TRIBUTÁRIA e o INCREMENTO NA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL”**, a ser realizado na cidade de Curitiba/PR, no período de 30 de junho a 03 de julho de 2026;
CONSIDERANDO o pedido formal de desistência apresentado pelo beneficiário, em razão de motivos particulares que impossibilitaram sua participação no referido evento;
RESOLVE:
Art. 1º Cancelar a Diária nº 21/2026, concedida ao Vereador **Diego Trindade**, no valor total de **R$ 1.919,01 (mil novecentos e dezenove reais e um centavo)**.

Art. 2º Determinar ao Setor Administrativo e Financeiro que proceda às anotações e providências necessárias decorrentes do presente cancelamento, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 3º Este Termo entra em vigor na data de sua assinatura.
Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu, 29 de junho de 2026.

DIEGO TRINDADE
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:5CE2748A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2026 - PMSI

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 72/2026
OBJETO: Contratação de serviços para a implementação do Programa Cidade Compras, instituído pelo SEBRAE. conforme Inexigibilidade 14/2026. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, representada por seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO GALLINA, portador do CPF nº ***.***.***-** e do RG nº *.***.***-* SESP/PR CONTRATADA: SEBRAE/PR SERV.DE APIO MICRO E PEQ., com CNPJ Nº75.110.585/0001-00, com sede AV TUPY – 1 ANDAR, 2159 PATO BRANCO - PR a neste ato representado por VITOR ROBERTO TIOQUETA, portador do CPF Nº ***.***.***-**e do RG nº*.***.***-*. ITENS: LOTE: 1 – ITEM: 1 – VALOR UNIT. R$ 54.000,00 – VALOR TOTAL R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 12 MESES, PRAZO DE VIGÊNCIA: 28/02/2028. ASSINATURA DO CONTRATO: 29/06/2026.

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:776C5A2F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2026 - PMSI

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO Nº 67/2026-PMSI
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2026-PMSI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CIDADE COMPRAS, INSTITUÍDO PELO SEBRAE.

PRAZO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA: 12 (doze) meses.
CONTRATADA: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANA-SEBRAE/PR.
CNPJ Nº 75.110.585/0001-00.
VALOR TOTAL: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias, mediante a execução e apresentação de nota fiscal assinada pelo responsável da Secretaria.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: 12.00 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
Unidade: 12.01 – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
Ação: 23.691.0017.2.061 – Incentivos as Atividades Comerciais, de Serviços e de Turismo
Despesa: 3.3.90.35.01.02 – Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica - PJ
Principal: 5750 Despesa: 5875
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) – Superávit

JU S T I F I C A T I V A

Com fundamento no Artigo 74, Caput, da Lei 14.133/2021, tendo em vista a inviabilidade do certame competitivo efetivamente demonstrado nos documentos apresentados pela proponente e que determinou os critérios de escolha do fornecedor acima especificado.

Ratifico a inexigibilidade supracitada, nos termos do Artigo 72 e incisos, da Lei 14.133/2021.

Saudade do Iguaçu, 29 de junho de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:3DA1F51B

DEPARTAMENTO DE RH
EDITAL 34 2026 - CONVOCAÇÃO PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - PSS

EDITAL Nº 34, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

O PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o disposto no Edital nº 037, de 13 de junho de 2025, que regulamentou o Processo Seletivo Simplificado;
CONSIDERANDO a classificação final e homologação divulgados pelo Edital nº 045 de 28 de julho de 2025;
CONSIDERANDO o memorando nº 385/2026 da Secretaria Municipal de Educação, tramitado no sistema de protocolo digital,;
CONSIDERANDO a exoneração do servidor estatutário inscrito na matrícula funcional sob o nº 1159-2;
CONSIDERANDO a exoneração da contratada matriculada sob o nº 1649-7, classificada em 13º, do edital nº 45 de 28 de julho de 2025;
CONSIDERANDO a necessidade de contratação 01 (um) professor para atendimento na escola Cmei Sonho Encantado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados para que compareçam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Saudade do Iguaçu, até o dia **02 de julho de 2026,** no horário das 07h45 às 11h45 e das 13h às 17h, para manifestar o interesse em assumir a vaga e apresentar a documentação relacionada neste Edital.

CARGO: PROFESSOR – TEMPORÁRIO - PSS:

Classificação	Inscrição	Nome
25º	59	Eduarda Polga da Silva Dorberto
26º	129	Marineia Garroso Cemin
27º	117	Marilei da Rosa Laitharth

Art. 2º - Os candidatos convocados no ato do comparecimento deverão apresentar os seguintes documentos:
I – Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
a) Cédula de Identidade;
b) CPF;
c) Título de Eleitor;
d) Carteira de Trabalho;
e) Número de Inscrição no PIS/PASEP;
f) Certificado de Reservista (para sexo masculino);
g) Certidão de nascimento/casamento;
h) Certidão de nascimento de filhos menores de 18 anos, se houver;
i) Carteira de vacinação dos filhos até 6 (seis) anos;
j) Cópia do comprovante de residência (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
k) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
l) Originais e cópias dos comprovantes que foram apresentados na prova de títulos e tempo de serviço;

m) Original e cópia da CNH-Carteira Nacional de Habilitação, categoria "C" para o cargo de Operador de Máquinas e categoria "D" para Motorista.
n) Originais ou cópias autenticadas em cartório ou por servidor público dos títulos e documentos encaminhados de forma digital no Formulário Eletrônico de Inscrição;

II – Originais dos documentos relacionados a seguir:
a) 01 foto 3x4 colorida e recente;
b) Atestado de saúde ocupacional, a ser emitido por Médico indicado pelo Município;
c) Certidão de Quitação Eleitoral;
d) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pelo Foro da Justiça Federal
emitida através do site: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php.
e) Atestado de antecedentes criminais expedida pela Justiça Estadual, no domicílio onde o candidato reside, expedida através do site: http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102.
f) Certidão Negativa para Efeitos Civis, do Cartório Distribuidor da Comarca onde resida (expedida, no máximo, há trinta dias de sua apresentação).
g) Original e cópia do comprovante de inscrição no órgão de Classe Fiscalizador do exercício profissional.

III – Declarações em formulário próprio a serem fornecidas pela Divisão de Recursos Humanos:
a) Declaração de não acúmulo ilícito de aposentadoria, emprego ou função pública;
b) Declaração de bens e valores;
c) Declaração de Parentesco;
d) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público;
e) Ficha de dados cadastrais devidamente preenchida.

Art. 3º - O não comparecimento dos convocados por este Edital até o prazo de 02 de julho de 2026, resultará em perda automática da vaga.
Art. 4º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, 29 de junho de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:8EB7099E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
DECRETO Nº 012/2026

Súmula: "Dispõe sobre alteração do horário da jornada de trabalho nas dependências da Câmara Municipal no Período do mês de julho"

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar o seguinte DECRETO.

Artigo 1º - Fica determinado que de **30 / 06 / 2026 a 17 / 07 / 2026,** o expediente da Câmara Municipal, será conforme o cronograma abaixo:

Recepção, Setor Administrativo, Diretoria, Contábil e Motorista	**Expediente**: 08:00 as 12:00 e das 13:00 às 17:00. Com escala entre os funcionários, conforme tabela em anexo
Setor Jurídico	**Home Office**

Artigo 2º - Conforme Período de Recesso dos Vereadores publicado na Resolução nº 006/2023, Capítulo I, § 1º, do Regimento Interno, os servidores efetivos e comissionados, estarão cumprindo sua jornada de trabalho, através de escala conforme planilha em anexo.

Artigo 3º - No período de recesso da Câmara Municipal, esta poderá reunir-se através de convocação Extraordinária aos servidores, por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal.

PARAGRAFO ÚNICO- Todos os servidores efetivos e comissionados deverão retornar as suas atividades em definitivo, a partir do dia **20 de julho de 2026.**

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, 29 de julho de 2026.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

TABELA DE ESCALA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DURANTE O RECESSO DOS MÊSES DE JUNHO E JULHO
INÍCIO DIA **30 / 06 / 2025 ATÉ 17 / 07 / 2025**.

DIA / SEMANA	ESCALA DOS SERVIDORES
30/06 – TERÇA-FEIRA	CINTIA, MARILI, TIAGO, VINICIOS
01/07 – QUARTA-FEIRA	CINTIA, PAMELA, VINICIOS, SERGIO
02/07 – QUINTA-FEIRA	MARILI, DIEGO, BRENDA, TIAGO
03/07 – SEXTA-FEIRA	DIEGO, BRENDA, PAMELA, SERGIO
04/07 – SÁBADO	
05/07 – DOMINGO	
06/07 – SEGUNDA-FEIRA	BRENDA MARILI, VINICIOS, SERGIO
07/07 - TERÇA-FEIRA	CINTIA, MARILI, VINICIOS, TIAGO
08/07 – QUARTA-FEIRA	CINTIA, MARILI, VINICIOS, SERGIO
09/07 – QUINTA-FEIRA	CINTIA, MARILI, VINICIOS, TIAGO
10/07 – SEXTA-FEIRA	CINTIA, MARILI, VINICIOS, SERGIO
11/07 – SÁBADO	
12/07 – DOMINGO	
13/07 – SEGUNDA-FEIRA	PAMELA, DIEGO, CINTIA, SERGIO
14/07 - TERÇA-FEIRA	PAMELA, DIEGO, BRENDA, TIAGO
15/07 – QUARTA-FEIRA	PAMELA, DIEGO, BRENDA, TIAGO
16/07 – QUINTA-FEIRA	PAMELA, DIEGO, BRENDA, TIAGO
17/07 – SEXTA-FEIRA	PAMELA, DIEGO, BRENDA, SERGIO

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:BBEF65AC

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
SETOR DE LICITAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS/PR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 006/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de buffet para atendimento à Sessão Solene da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, a ser realizada no dia 25 de julho de 2026, em comemoração ao aniversário do Município, ocasião em que serão entregues Títulos de Cidadania Honorária, Moções de Aplauso e Congratulações. O serviço deve compreender: fornecimento de alimentação (almoço), bebidas não alcoólicas, estrutura de atendimento e pessoal para manipulação e distribuição dos alimentos.

DISPENSA LICITAÇÃO: Nº 006/2026

CONTRATADA: RECANTO VOLTA GRANDE LTDA

CNPJ/MF Nº: 48.594.945/0001-05

VALOR TOTAL: R$ 5.630,00 (cinco mil seiscentos e trinta reais).

Adrianópolis-PR, 29 de junho de 2026.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis/PR

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:EFC4495C

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
SETOR DE LICITAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS-PR

SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL LOTE ÚNICO

PRAZO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ O DIA 02 / 07 / 2026 às 17hs00.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel celular mínimo 4G pelo sistema digital (PÓS-PAGO), com área de registro na cidade de Adrianópolis-PR, com cobertura para voz e transmissão de dados, roaming nacional, disponibilizando 20 (vinte) linhas e chips para utilização dos Servidores e Vereadores da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR

PARA CONSULTA AO PROCESSO E ENVIO DE PROPOSTAS: através do e-mail licitacoes@cmadrianopolis.pr.gov.br

TELEFONE PARA ESCLARECIMENTOS: (41) 99846-0460

Adrianópolis-PR, 29 de junho de 2026.

MARILI RAQUEL SANTOS OLIVEIRA LEMOS
Agente de Contratação
Portaria 004/2026 de 16/01/2026

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:5BF7FDB9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 293, DE 29 DE JUNHO DE 2026

PORTARIA Nº 293, DE 29 DE JUNHO DE 2026
O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato,por representantes da Administração;

R E S O L V E
Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal do contrato, os servidores abaixo relacionados, conforme dados abaixo:

Modalidade:	CONCORRÊCIA ELETRÔNICA	**Nº licitação:**	07/2026
Objeto:	EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ - RUA DAS LARANJEIRAS, EM ATENDIMENTO AO INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4100301/2025 - PROGRAMA MAIS QUE ENERGIA DA ITAIPU BINACIONAL.		
Gestor:	Everson Luan Adolphatto	Cpf:	***.591.649-**
Fiscal:	Brauli Gonçalves da Luz	Cpf:	***.151.699-**
Contrato:	78/2026	**Vigência:**	26/06/2026 A 26/06/2027
Contratado:	MR PAVIMENTAÇÕES LTDA CNPJ 52.554.325/0001-10		

Modalidade:	CONCORRÊCIA ELETRÔNICA	**Nº licitação:**	07/2026
Objeto:	EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ - RUA PRINCIPAL LAGOA DOS PRETOS, EM ATENDIMENTO AO INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4100301/2025 - PROGRAMA MAIS QUE ENERGIA DA ITAIPU BINACIONAL.		
Gestor:	Everson Luan Adolphatto	Cpf:	***.591.649-**
Fiscal:	Brauli Gonçalves da Luz	Cpf:	***.151.699-**
Contrato:	79/2026	**Vigência:**	26/06/2026 A 26/06/2027
Contratado:	FORTREX OBRAS DE INFRAESTRUTURA LTDA CNPJ 67.121.557/0001-51		

Art. 2º - Os servidores serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução do contrato, mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento, controle e aceite do objeto pactuado.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente os Contratos acima mencionados.
Cumpra-se e registre-se.
Agudos do Sul, em 29 de junho de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:70906E9A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
PORTARIA N˚ 77/2026

PORTARIA N˚ 77/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL EM DIA DE JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL DURANTE A COPA DO MUNDO DE 2026".

CONSIDERANDO a classificação da Seleção Brasileira de Futebol para a Copa do Mundo que é um evento esportivo realizado a cada quatro anos no qual as melhores seleções disputam o título de melhor seleção de futebol do mundo;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios que permitam, sem prejuízo dos serviços públicos essenciais, na data e horário do jogo da Seleção Brasileira;
CONSIDERANDO o Decreto nº082/2026 do Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio de Almirante Tamandaré.

RESOLVE:

Art. 1º Durante a realização da Copa do Mundo de Futebol 2026, o expediente da Câmara Municipal, será reduzido no dia 29 de junho de 2026, observando o horário de expediente das 8h às 12h.

Art. 2º Os servidores da Câmara Municipal, poderão ser convocados a qualquer momento pelo e/ou Vereador, sempre que houver necessidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Almirante Tamandaré, 26 de junho de 2026.

FÁBIO GUERRA CORREA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Caroline Schoffen Costa
Código Identificador:AE2BFFD2

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RESOLUÇÃO Nº 031/2026

Dispõe sobre a instituição da Comissão Eleitoral Provisória para condução do processo de eleição dos representantes do segmento dos Prestadores de Serviços de Saúde para composição do Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré – CMSAT.

O Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré – CMSAT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela legislação municipal vigente e pelo seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a regularidade, a transparência e a legitimidade do processo de eleição dos representantes do segmento dos Prestadores de Serviços de Saúde para composição do Conselho Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em Reunião Ordinária realizada em 17 de junho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Eleitoral Provisória, responsável pela organização e condução do processo de eleição dos representantes do segmento dos Prestadores de Serviços de Saúde para composição do Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré – CMSAT, referente ao mandato 2026–2030.

Art. 2º Ficam designados para compor a Comissão Eleitoral Provisória:

I – Presidente: Sandra Aparecida Gonçalves, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – SINTRAT;

II – Secretário: Cristiano Martins da Silva, representante do Poder Executivo.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral Provisória exercerá suas atribuições até a conclusão do processo eleitoral e a homologação do resultado pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Provisória, observadas a legislação vigente, o Edital do Processo Eleitoral e as deliberações do Plenário do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Almirante Tamandaré/PR, 29 de maio de 2026.

ANTÔNIO JOSÉ PEDROSO DE MORAES
Presidente do Conselho Municipal de Saúde – CMSAT

Publicado por:
Antonio Jose Pedroso de Moraes
Código Identificador:BB05B567

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE ADESÃO À NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA DE PADRÃO NACIONAL

Termo de Adesão do MUNICÍPIO DE MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARE PARANA ao Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, entre as administrações tributárias da União, do
Distrito Federal e dos Municípios, com a participação da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), da Confederação Nacional de Municípios (CNM), e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), objetivando a adesão ao padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica, bem como exercer opção por produtos disponíveis pelo Sistema Nacional da NFS-e, de acordo com o disposto no artigo 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

O MUNICÍPIO DE MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARE PARANA, neste ato representado pelo seu
Prefeito, CAMILO DANIEL LOVATO, CPF n° 830.110.729-49, tendo em vista o disposto no inciso Iv do art. 100 e no art. 199 da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ora denominado ADERENTE:

Considerando que o Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, que dispõe sobre as regras relativas à instituição de um padrão nacional para a Nota Fiscal de Serviço eletrônica
(Protocolo ENAT n° 11, de 2015), institui o Sistema Nacional da NFS-e e estabelece o modelo deste Termo de Adesão ao Convênio,

resolve firmar, por seus representantes legais, o presente Termo de Adesão ao Convênio da NFS-e que se regerá pelas cláusulas seguintes:

DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo a adesão ao Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, visando adotar o padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e), com o consequente compartilhamento dos documentos fiscais, e integrar o Sistema Nacional da NFS-e, sem prejuízo da legislação nacional referente aos sigilos comercial e fiscal.

DAS CONDIÇÕES

O aderente se obriga às cláusulas do CONVÊNIO.

DA VIGÊNCIA

O presente TERMO é parte integrante do CONVÊNIO e terá vigência por prazo indeterminado, a partir da data de sua assinatura.

Na ocorrência de ajustes ao CONVÊNIO, este termo fica tacitamente ratificado, sem prejuízo ao direito ulterior de distrato.

DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente TERMO é de responsabilidade do ADERENTE, a ser formalizada em seus diários oficiais, ou em outros instrumentos de grande circulação.
O signatário firma o presente TERMO para que produza os efeitos legais e resultantes de direito.

Almirante Tamandaré, 09 de junho de 2026

CAMILO DANIEL LOVATO
Almirante Tamandaré/PR

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:19834559

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 041/2026 – CONCURSO PÚBLICO 2022

A **Secretaria Municipal de Recursos Humanos**, no uso desuas atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 17, inciso I alínea b, da Lei Municipal nº 019/2011, Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar 100/2021, tendo em vista o Decreto Municipal nº 037/2024, e o Edital nº 003/2023 da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, e em conformidade com a legislação vigente, resolve:

TORNAR PÚBLICO

O RESULTADO da avaliação de documentos contidos no **Anexo I** deste Edital, para o cargo de **ADVOGADO** conforme item 15.3 e 15.4 do Edital nº 004/2022.

CONVOCAR o candidato contido no **Anexo II** deste Edital, considerado **APTO** na avaliação de documentos, para o cargo de **ADVOGADO** a comparecer na data e horário indicados Anexo para **AVALIAÇÃO MÉDICA** na **UBS Cachoeira, localizado à Rua Prof. Antônio Rodrigues Dias, 153 – Cachoeira - Almirante Tamandaré – PR** e para **AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA** no **Centro Administrativo Vereador Dirceu Pavoni**, situado à Rua Maurício Rosemann, nº 15, Cachoeira – Almirante Tamandaré– PR.

O questionário contido no **Anexo III** deste edital deve ser apresentado impresso, preenchido e assinado em duas vias, nas datas previstas para **AVALIAÇÃO MÉDICA e AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.**

O candidato deverá comparecer 30 minutos antes do horário agendado no **Anexo II** deste Edital para cadastro prévio na Rede de Saúde Municipal, em caso de atrasos, o candidato estará sujeito a alterações de horário conforme disponibilidade.

O candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência, deverá apresentar Laudo Médico comprovando a deficiência. O Laudo deve conter a descrição da espécie e do grau ou nível da deficiência do candidato, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como sua provável causa, além de nome, assinatura, carimbo e CRM ou RMS do médico que forneceu o laudo, e ter sido expedido no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Durante a Avaliação Médica poderão ser solicitados outros exames complementares, a depender da necessidade de esclarecimento de diagnóstico.

Se o candidato for declarado INAPTO no Exame Admissional, poderá interpor recurso, desde que devidamente fundamentado, segundo procedimento a ser estabelecido no edital de convocação. Os recursos deverão ser protocolados no setor de protocolo da Prefeitura até 24 horas após publicação do resultado.

Os casos omissos neste Edital serão analisados pela Comissão Organizadora do Concurso Público do Município de Almirante Tamandaré.

O candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 13.1, será considerado desistente e não será contratado.

Em conformidade com o item 15.1 do Edital nº 004/2022, as publicações estão disponíveis no endereço eletrônico do Município, **www.tamandare.pr.gov.br, no Diário Oficial do Município e afixadas no mural público** na sede da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, situada à Av. Emílio Johnson, 360, Centro.

Almirante Tamandaré, 26 de junho de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS
Cargo: **ADVOGADO**

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	R.G.	RESULTADO
12º	AGATHA PALMERIO VIEIRA	10.015.XXX-X / PR	APTO

ANEXO II

CANDIDATO CONSIDERADO APTO NA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E CONVOCADO PARA A **AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**.

CLASS	NOME DO CANDIDATO	AVALIAÇÃO PSICOLOGICA	HORÁRIO
12º	AGATHA PALMERIO VIEIRA	08/07/2026	14:00

CANDIDATO CONSIDERADO APTO NA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E CONVOCADO PARA A **AVALIAÇÃO MÉDICA.**

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	AVALIAÇÃO MÉDICA	HORÁRIO
12º	AGATHA PALMERIO VIEIRA	08/07/2026	16:00

*****O candidato deverá comparecer 30 minutos antes do horário agendado para realização de cadastro prévio na rede de saúde municipal, em caso de atrasos, o candidato estará sujeito a alterações de horário conforme disponibilidade.

ANEXO III
Apresentar o questionário impresso, preenchido e assinado em 2 vias, nas datas previstas para **AVALIAÇÃO MÉDICA e AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.**

Publicado por:
Camila Stelle Rocha
Código Identificador:8A67DF6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 042/2026 – CONCURSO PÚBLICO 2023

A **Secretaria Municipal de Recursos Humanos**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 17, inciso I alínea b, da Lei Municipal nº 019/2011, Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar 100/2021, tendo em vista o Decreto Municipal nº 108/2022 de 14 de dezembro de 2022, e o Edital nº 002/2023 da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, e em conformidade com a legislação vigente, resolve:

TORNAR PÚBLICO

CONVOCAR os candidatos contidos no **Anexo I** deste Edital, para o cargo de **MOTORISTA,** a comparecer no período de **03 à 10 de julho de 2026,** das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30 **na Secretaria Municipal de Recursos Humanos** na Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, situada à Av. Emílio Johnson, 360, Centro - para **ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO,** conforme item 12.3 e 12.4 do Edital 002/2023.

O **Anexo II** deste Edital contém a relação dos documentos necessários para entrega. O candidato deve apresentar as **CÓPIAS JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL**, para que um servidor público possa dar fé ou **CÓPIAS AUTENTICADAS EM CARTÓRIO.**

O candidato relacionado no **Anexo III** que não compareceu para o cumprimento do Edital nº 035/2026- SMRH, denominado como **AUSENTE ou DESISTENTE**, está eliminado do certame.

O candidato que apresentar a documentação exigida será encaminhado para realização da Avaliação Médica/ Exame Médico Pré-Admissional, com data a serem estipulada em Edital complementar.

Durante a Avaliação Médica poderão ser solicitados outros exames complementares, a depender da necessidade de esclarecimento de diagnóstico.

Se o candidato for declarado INAPTO no Exame Admissional, poderá interpor recurso, desde que devidamente fundamentado, segundo procedimento a ser estabelecido no edital de convocação. Os recursos deverão ser protocolados no setor de protocolo da Prefeitura até 24 horas após publicação do resultado.

Serão eliminados do Concurso Público os candidatos que convocados para apresentarem os documentos não comparecerem à entrega para análise documental ou não comprovarem os requisitos mínimos para

contratação no cargo postulante, no momento da convocação, em conformidade com item 12.3 do Edital 002/2023.

O candidato convocado para entrega da documentação poderá, a seu critério, solicitar nesta única fase, o reposicionamento para o final da lista classificatória. Por meio de formulário próprio de Requerimento de Reclassificação ao Final de Lista de Aprovados no Concurso Público 02/2022, o qual deverá ser efetuado pessoalmente pelo candidato no prazo do item 12.7 do Edital nº 002/2023.

Os casos omissos neste Edital serão analisados pela Comissão Organizadora do Concurso Público do Município de Almirante Tamandaré.

Em conformidade com o item 12.1 do Edital nº 002/2023, as publicações estão disponíveis no endereço eletrônico do Município, **www.tamandare.pr.gov.br, no Diário Oficial do Município e afixadas no mural público** na sede da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, situada à Av. Emílio Johnson, 360, Centro.

Almirante Tamandaré, 29 de junho de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
RELAÇÃO DE CANDIDATOS PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2023
Data: 03 à 10 de julho de 2026
Horário: 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30

CARGO: MOTORISTA

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	R.G.
54º	PAULO ANTONIO NOVAK FERREIRA	10.110.XXXX/PR
55º	ANA PAULA DE LARA CAMARGO	8.761.XXXX/PR

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS - CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2023
Cargo: MOTORISTA

Conforme Edital nº 002/2023, item 12.3 "Os documentos pessoais descritos abaixo, deverão ser apresentados no original e fotocópia legível em folha branca A4, frente e verso, sem cortes:

Carteira de Identidade:
CPF próprio;
PIS ou PASEP - se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar Cartão Cidadão;
Título de Eleitor;
Comprovante de votação ou justificativa eleitoral da última eleição;
Certificado de Reservista;
Certidão de Casamento, Carteira de Identidade e CPF do cônjuge;
Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 16 anos;
Comprovante de endereço, sem abreviaturas, constando bairro e CEP
Declaração de que não é titular de cargo, emprego ou função pública (federal,
Estadual e municipal) inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do art. 37, da Constituição Federal;
Carteira de Trabalho e Previdência Social.
Certidão Negativa Criminal (ORIGINAL) expedida pelo respectivo **Cartório Distribuidor da Comarca (Município)** onde reside;
Certidão Judicial Federal(ORIGINAL) expedida pelo site: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php, tipos de certidões: Certidão Judicial Criminal.
Habilitação (CNH) em situação regular no Departamento de Trânsito – DETRAN, **Categoria D;**
Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso acompanhado de Histórico Escolar do Curso, formalmente reconhecido pelo MEC. A Certidão de Conclusão de Curso e o Histórico Escolar, quando apresentados, deverão conter: Nome completo do Curso; Dados do Aluno; Identificação da Instituição com ou sem o emblema; Entidade Mantenedora; Atos Regulatórios (autorização e reconhecimento do Curso);Data da conclusão.
01 (uma) foto 3x4.

ANEXO III
RELAÇÃO DE COMPARECIMENTO PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO
Cargo: MOTORISTA – EDITAL Nº 035/2026

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	RESULTADO
50º	CARLOS EDUARDO RIBEIRO LOPES	**AUSENTE**
52º	JURACI BATISTA MENDES	**AUSENTE**
53º	MIGUEL DE SOUZA FRANÇA	**AUSENTE**

Publicado por:
Camila Stelle Rocha
Código Identificador:5264CA58

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO Á
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025

Pelo presente instrumento particular do Termo aditivo, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva e;
CONTRATADA: A empresa MAIS SAUDE MARINGA PRODUTOS MEDICOS E NUTRICIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 29.715.704/0001-22, com sede na Avenida Cidade de Leiria, n° 493, Sala 02, Zona 01, CEP nº 87.013-280, na cidade de Maringá, no Estado do Paraná, neste ato representado por Sr. Lucio Mauro Cantarute Messas.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO.
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e renovação do quantitativo registrado na Ata de Registro de Preços nº 21/2025, por igual período, com renovação do quantitativo de 100 unidades do item/lote 09, sem acumulação com eventual saldo do período anterior, com início em 24 de junho de 2026 e término em 23 de junho de 2027.

2. DO VALOR.
O Presente Termo de Aditivo terá impacto orçamentário no valor de R$ 7.934,00 (sete mil, novecentos e trinta e quatro reais).

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta das seguintes Dotações orçamentárias no Exercício:
07.002.10.301.0021.2056 – ASSITÊNCIA E AMPLIAÇÃO FARMÁCIA BÁSICA;
07.001.10.302.0019.2056 – ASSITÊNCIA E AMPLIAÇÃO FARMÁCIA BÁSICA;
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

4. DA RATIFICAÇÃO.

Ficam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento inicial, desde que não contrariem, implícita ou explicitamente, as previstas neste Termo Aditivo.

5. DO FORO.
Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste Termo é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato do Termo de Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 24 de junho de 2026.

_____
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Simone da Silva Vaz Dias
Código Identificador:71296DFE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

Pelo presente instrumento particular do Termo aditivo, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva e;
CONTRATADA: A empresa PEREIRA ODONTOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 60.759.522/0001-01, com sede à Rua Cantu, n° s/n, CEP nº 85.280-114, na cidade de Altamira do Paraná, no Estado do Paraná, neste ato representado pela Sra. Gabrielle de Andrade Pereira.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO.
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 48/2025, por mais 12 (doze) meses, compreendendo as prestações mensais correspondentes ao período prorrogado, com início em 27 de junho de 2026 e término em 26 de junho de 2027, bem como a aplicação do reajuste contratual, nos termos da Cláusula Sexta do instrumento originário.

2. DO VALOR.
O Presente Termo de Aditivo terá impacto orçamentário no valor de R$ 77.447,46 (setenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e seis centavos).

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta das seguintes Dotações orçamentárias no Exercício:
07.002.10.301.0021.2059 – EXECUÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL;
3.3.90.34.00.00 – OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCERIZAÇÃO;
3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

4. DA RATIFICAÇÃO.
Ficam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento inicial, desde que não contrariem, implícita ou explicitamente, as previstas neste Termo Aditivo.

5. DO FORO.
Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste Termo é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato do Termo de Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 29 de junho de 2026.

_____
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Simone da Silva Vaz Dias
Código Identificador:35DCCC1A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

Pelo presente instrumento particular do Termo aditivo, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva e;
CONTRATADA: ADRIELSON LUCAS DE SOUZA, inscrita no CPF sob nº 121.828.999-60, residente à Avenida Jaime Canet, n° 73, Centro, CEP nº 85.280-000, na cidade de Altamira do Paraná, no Estado do Paraná.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO.
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 49/2025, por mais 12 (doze) meses, compreendendo as prestações mensais correspondentes ao período prorrogado, com início em 27 de junho de 2026 e término em 26 de junho de 2027, bem com a aplicação do reajuste contratual, nos termos da Cláusula Sexta do instrumento originário.

2. DO VALOR.
Em decorrência da prorrogação e dos valores, o presente Termo Aditivo importa em valor global de R$ 54.454,68 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) para o período prorrogado.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta das seguintes Dotações orçamentárias no Exercício:
07.002.10.301.0021.2059 – EXECUÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL;
3.3.90.34.00.00 – OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCERIZAÇÃO;
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA.

4. DA RATIFICAÇÃO.
Ficam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento inicial, desde que não contrariem, implícita ou explicitamente, as previstas neste Termo Aditivo.

5. DO FORO.
Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste Termo é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato do Termo de Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 25 de junho de 2026.

_____
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Simone da Silva Vaz Dias
Código Identificador:6EA493A8

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 252/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares à servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;*

CONSIDERANDO a Lei nº 680/2022 que regulamenta a possibilidade de fracionamento do período das férias dos servidores;

RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 24 (vinte e quatro) de junho de 2026, 10 (dez) dias de FÉRIAS à servidora **SANDRA MAYARA COELHO DOS SANTOS,** ocupante do cargo de **FARMACÊUTICA**, matrícula funcional nº **508618**, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Unidade Básica de Saúde, referente ao período aquisitivo de 05/09/2023 à 04/09/2024.*

***Art. 2º - CONCEDER** a partir do dia 24 (vinte e quatro) de junho de 2026, 10 (dez) dias de FÉRIAS à servidora **SANDRA MAYARA COELHO DOS SANTOS,** matrícula funcional nº **508891**, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Unidade Básica de Saúde, referente ao período aquisitivo de 05/07/2024 à 04/07/2025 .*

***Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos ao dia 24 (vinte e quatro) de junho de 2026.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:E622FE3D

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 253/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares ao servidor público municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*
RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 29 (vinte e nove) de junho de 2026, **30 (trinta) DIAS DE FÉRIAS** ao servidor ao servidor **JOSE MARIA SOARES,** matrícula funcional nº **13404**, ocupante do cargo de VIGIA, lotado no Pátio Rodoviário, referente ao período aquisitivo de 07/02/2025 à 06/02/2026, em conformidade com Art. 67, Inciso 1º da Lei nº 130/2005.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:C681542D

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 74/2026 DE 08/06/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Transposição e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Transposição, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.002 DIVISAO DE EDUCACAO - INFANTIL
05.002.12.365.0012.2.034 GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
85 - 3.3.90.39.00.00 1103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 5.000,00
05.003 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO- ESPECIAL
05.003.12.367.0013.2.036 GESTÃO E ATIVIDADES OPERCIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
99 - 3.3.50.43.00.00 1040 SUBVENÇÕES SOCIAIS 30.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.001 DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO
10.001.17.511.0029.1.100 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
359 - 3.3.90.30.00.00 1507 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00
Total Suplementação: 45.000,00
Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Redução
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.001 DIVISAO DE EDUCACAO - FUNDEB
05.001.12.361.0008.2.021 GESTÃO DO QUADRO PERMANENTE DO MAGISTERIO
68 - 3.1.91.13.00.00 1040 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 30.000,00
05.004 DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0074.2.026 MANTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL
123 - 3.3.90.33.00.00 1103 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 5.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.001 DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO
10.001.25.752.0026.2.110 Iluminação Pública
368 - 4.4.90.52.00.00 1507 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00
Total Redução: 45.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 8 de Junho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:F93A3A72

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 75/2026 DE 08/06/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$11.000,00 (onze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001.08.244.0022.2.071 AÇÕES DE PROMOÇÃO SOCIAL E PROTEÇÃO A FAMÍLIA
254 - 3.3.90.30.00.00 895 MATERIAL DE CONSUMO 4.000,00
256 - 3.3.90.39.00.00 895 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 7.000,00
Total Suplementação: 11.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Receita
Receita: 1.7.1.6.50.0.1.08 ESTRUTURA SUAS CUSTEIO - GND3 - Fonte: 895 11.000,00
Total da Receita: 11.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 8 de Junho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:FB9B56D0

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 76/2026 DE 08/06/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$18.000,00 (dezoito mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.304.0021.2.055 AÇÕES VIG. SANITÁRIA, EPIDEMIOLOGIA E CONT. DE DOENÇAS
193 - 3.3.90.30.00.00 92497 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
212 - 3.3.90.30.00.00 2870 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00
212 - 3.3.90.30.00.00 2868 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00
07.002.10.301.0021.2.056 ASSISTÊNCIA E AMPLIAÇÃO FARMÁCIA BÁSICA
221 - 3.3.90.32.00.00 2871 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 3.000,00
Total Suplementação: 18.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 8 de Junho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:4B601F25

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 77/2026 DE 08/06/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
02 GOVERNO MUNICIPAL
02.003 DIVISAO DE COMUNICACAO
02.003.04.122.0002.2.004 COORDENAÇÃO PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA
25 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 3.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.04.122.0003.2.006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
38 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 35.000,00
06 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
06.001 DEPARTAMENTO DE ESPORTE
06.001.27.812.0018.2.049 ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESPORTE
163 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 500,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC

HIDRICOS
09.001 DIVISAO DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA TÉCNICA E MEIO AMBIENTE
09.001.20.606.0030.2.104 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
317 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 1.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.002 DIVISAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
10.002.26.782.0026.2.086 ATIVIDADES OPERACIONAIS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
375 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 11.000,00
378 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 3.000,00
Total Suplementação: 53.500,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Reserva de contingência, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Redução
99 ENCARGOS GERAIS
99.999 ENCARGOS GERAIS
99.999.99.9 Reserva de Contigência
404 - 9.9.99.99.00.00 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 53.500,00
Total Redução: 53.500,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 8 de Junho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:27653097

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 038/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Processo Administrativo n° 038/2026
Pregão Eletrônico nº 022/2026
SRP Nº 018/2026

O Prefeito do Município de Amaporã, Estado do Paraná, Sr. Marcos Marin no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas, **RESOLVE**:

HOMOLOGAR e **adjudicar** o resultado do certame licitatório contido **Pregão Eletrônico nº 022/2026**, considerando o Parecer Jurídico Conclusivo nº 127/2026, com abertura em **24/05/2026** e sendo o critério de julgamento o menor preço por item, que tem como objeto **Registro de Preço, do tipo menor preço por item, para futuras e parceladas aquisições de uniformes e acessórios destinados para a Banda Marcial Municipal, para atender as necessidades da secretaria municipal de educação, cultura e esportes do município de Amaporã**, que preenchendo os requisitos legais contidos na Lei 14.133/2021 e nas demais legislações seguintes, foram pela Pregoeira e Equipe de Apoio julgadas habilitadas e vencedoras do certame as empresas:

FERNANDO CEZAR RABELO DE OLIVEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 28.971.746.0001-61, vencedora do **item: 01** no valor unitário de R$ 399,99**;** vencedora do **item: 02** no valor unitário de R$ 105,00**;** vencedora do **item: 03** no valor unitário de R$ 150,00**;** vencedora do **item: 04** no valor unitário de R$ 138,00**;** vencedora do **item: 05** no valor unitário de R$ 449,99**;** vencedora do **item: 06** no valor unitário de R$ 134,99**;** vencedora do **item: 07** no valor unitário de R$ 429,99**;** vencedora do **item: 08** no valor unitário de R$ 125,00**;** vencedora do **item: 09** no valor unitário de R$ 189,00**;** vencedora do **item: 10** no valor unitário de R$ 449,99**;** vencedora do **item: 11** no valor unitário de R$ 118,00**;** vencedora do **item: 12** no valor unitário de R$ 195,00**;** vencedora do **item: 13** no valor unitário de R$ 179,99**;** vencedora do **item: 14** no valor unitário de R$ 134,99**;** vencedora do **item: 15** no valor unitário de R$ 144,99**;** vencedora do **item: 16** no valor unitário de R$ 1.422,99**;** vencedora do **item: 17** no valor unitário de R$ 179,99**;** vencedora do **item: 18** no valor unitário de R$ 338,99**;** vencedora do **item: 21** no valor unitário de R$ 1.821,96**;**

DENIS DOUGLAS CAMPOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 17.112.870.0001-55, vencedora do **item: 19** no valor unitário de R$ 1.300,00**;** vencedora do **item: 23** no valor unitário de R$ 350,00**;** vencedora do **item: 24** no valor unitário de R$ 650,00**;**

JOTAGE CREATIVE INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA inscrita no CNPJ sob nº 20.147.887.0001-52, vencedora do **item: 20** no valor unitário de R$ 350,00**;** vencedora do **item: 22** no valor unitário de R$ 180,00**;**

Iniciar o fornecimento de uniformes e acessórios destinados para a Banda Marcial Municipal, para atender as necessidades da secretaria municipal de educação, cultura e esportes do município de Amaporã, conforme demanda da administração municipal, para que surta os efeitos legais e consequentemente gere direitos e obrigações para ambas às partes.

Amaporã/PR, em 29 de junho de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:7ECB2BBF

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 045/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Processo Administrativo n° 045/2026
Pregão Eletrônico nº 024/2026

O Prefeito do Município de Amaporã, Estado do Paraná, Sr. Marcos Marin no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas, **RESOLVE**:

HOMOLOGAR e **adjudicar** o resultado do certame licitatório contido **Pregão Eletrônico nº 024/2026**, considerando o Parecer Jurídico Conclusivo nº 131/2026, com reabertura em **24/06/2026** e sendo o critério de julgamento o menor preço por item, que tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA ESPECIALIZADA PARA A PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE EDITAIS DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AMAPORÃ/PR E INFORMATIVOS GERAIS DO MUNICÍPIO EM JORNAL IMPRESSO DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO REGIONAL E EM EDIÇÃO ELETRÔNICA (ONLINE), COM ENTREGA DE EXEMPLARES FÍSICOS E FORNECIMENTO DE CERTIDÕES COMPROBATÓRIAS, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, que preenchendo os requisitos legais contidos na Lei 14.133/2021 e nas demais legislações seguintes, foram pela Pregoeira e Equipe de Apoio julgadas habilitadas e vencedoras do certame as empresas:

EDITORA NOROESTE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 82.458.688/0001-12, vencedora do **item: 01** no valor unitário de R$ 28,00**;**

Iniciar o fornecimento de serviços de publicação dos atos oficiais do Município de Amaporã/PR, em atendimento às exigências constitucionais e legais que impõem à Administração Pública a obrigação de dar ampla divulgação às suas ações e decisões, parceladamente e por CM/CL, conforme demanda da administração municipal, para que surta os efeitos legais e consequentemente gere direitos e obrigações para ambas às partes.

Amaporã/PR, em 29 de junho de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:DD546DF8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 064/2023 VINCULADO AO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 024/2023.

Firmam o presente TERMO ADITIVO, sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Código Civil Brasileiro, do Código Comercial Brasileiro e de outras referentes ao objeto, e ainda as que não explicitadas. Tendo em vista o que consta no Processo de Pregão Eletrônico nº 024/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas. **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANAHY,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.594.800/0001-94, com sede à Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, nº. 591, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ARILSON BATISTA DE SOUZA**, brasileiro, residente domiciliado na cidade de Anahy Paraná, Rua Duque de Caxias, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº. 764.217.169-20 e Portador da Cédula de Identidade nº. 5.341.856-2. **CONTRATADA**: a empresa **WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.786.517/0001-01, com sede a Rua São Paulo, 909, Centro, CEP: 85.960-000, na cidade de Marechal Candido Rondon, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor Carlos Eduardo Zanquetta Cardozo, Portador da Cédula de Identidade nº. 7500065-0 SESP-PR, e do CPF nº. 045.143.419-67, residente e domiciliado na cidade de Marechal Candido Rondon, Estado do Paraná, na Rua Paraná, 652, Apto 41, Centro, CEP 85.960-000. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O objeto do presente instrumento contratual é o a Contratação de empresa para com locação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de coleta da biometria incluindo o fornecimento do software para monitoramento da conectividade, chat e service desk para abertura e acompanhamento dos chamados, pelo período estimado de 12 (doze) meses. As quantidades e especificações constam no Anexo I, parte integrante deste Edital. **CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA:** Fica prorrogado em até 12 (doze) meses, **O PRAZO DA VIGÊNCIA** previsto no contrato n°. 064/2023 firmado em 28 de junho de 2023. A prorrogação compreende o período entre 01/07/2026 à 01/07/2027. **CLÁUSULA TERCEIRA: DA REPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA:** Quanto à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, acordam as partes em repactuar o valor do contrato aplicando-se o índice de correção do INPC 1,04% (um vírgula zero quatro por cento) acumulado entre o mês 06/2025 (mês da assinatura do 3º Termo Aditivo) até o mês 05/2026 (último mês com índice cadastrado), sendo assim o valor anteriormente pactuado **R$ 52.025,33 (cinquenta e dois mil vinte e cinco reais e trinta e três centavos),** deverá ser corrigido aplicando-se o percentual corresponde a aproximadamente 4,42% (quatro vírgula quarenta e dois por cento), conforme cálculo feito junto à calculadora do cidadão do Banco Central do Brasil, chega-se ao novo valor de **54.325,29 (cinquenta e quatro mil trezentos e vinte e cinco reais e vinte e nove centavos. CLÁUSULA QUARTA – DA JUSTIFICATIVA:** Conforme Ofício de solicitação de prorrogação de contrato da empresa, manifestação contratual favorável da Secretaria de Coordenação geral, através do Memorando n° 179/2026 em conformidade com Parecer Jurídico n° 168/2026 e Pesquisa de Mercado, comprovando a economicidade e vantajosidade da prorrogação (anexo). **CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL:** O presente termo aditivo encontra amparo legal na Lei n.º 8.666/93, conforme depreende da Cláusula Vigésima sétima do contrato, dando cumprimento ao art. 191 da Lei nº 14.133/2021. **CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato em original. **CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO:** o foro da cidade de Corbélia-PR, Estado do Paraná.

Anahy/PR, 29 de junho de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:5A56205B

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.442/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do servidor efetivo Reinaldo Barbosa da Silva, motorista, portador do RG. 25.315.472-8/SP, lotado no Departamento de Saúde, matrícula funcional nº 6378-1, meia diária para empreender viagem a serviço do Departamento Municipal de Saúde, sendo:

Data:	26 de junho de 2026.
Destino:	Londrina/PR
Objetivo:	Transportar com o veículo TRACKER, placa SEP1B95, o paciente Nathan Gabriel de Camargo e acompanhante, que passará por consulta médica no Hospital Infantil Sagrada Família.
Protocolo nº	278/2026
Quant. de Diária:	Meia diária
Valor Total:	R$ 150,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:B8994731

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.253 DE 29 DE JUNHO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei,

CONSIDERANDO a certidão de óbito nº. 080721 01 55 2026 4 00027 101 0006321 92 emitido pelo Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Andirá-Pr, em 26 de junho de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, por motivo de falecimento, a partir do dia 24 de junho de 2026, a Servidora Pública Municipal **MARIA TERESA GROSS BARBOSA DA SILVA,** ocupante do cargo de **PROFESSOR.**

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, a partir do dia 24 de junho de 2026.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:2FD0EB28

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.254/2026 DE 29 DE JUNHO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0002.2.006.		Manter o Gabinete da Secretaria Municipal de Administração	
1417 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.15.452.0021.2.062.		Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	
1418 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
13.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
13.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
13.002.20.782.0019.2.117.		Manter as Estradas Rurais	
1363 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
13.004.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - FUNDO DE MEIO AMBIENTE	
13.004.18.122.0002.2.119.		Manter o Departamento de Meio Ambiente	
1169 - 3.3.90.39.00.00	3000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.000,00
		Total Suplementação:	**69.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:123A711B

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 010/2026 PSS - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, objeto do Edital nº 004/2026, homologado em 23 de Abril de 2026, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 02 de julho de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidato convocado:

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL/EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
22º	MÁRCIA ELENA SILVEIRA BORTOLINI

O candidato classificado convocado, deverá se apresentar no Departamento de Recursos Humanos no prazo fixado de **2 dois dias úteis**, onde será entregue a lista de documentos necessários para admissão e, aberto novo prazo de **3 dias úteis** para entrega de documentos e procedimentos administrativos, o candidato convocado que não se apresentar nos prazos indicados será encaminhado para o final de lista, sendo convocado o candidato classificado em ordem subseqüente, de acordo com o Edital nº 004/2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 29 de junho de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:D46F2CA2

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 075/2026 CONCURSO 001/2023 – ADMINISTRAÇÃO – SAÚDE - EDUCAÇÃO

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do CONCURSO PÚBLICO 001/2023, objeto do Edital nº 001/2023, homologado em 21 de fevereiro de 2024, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 03 de julho de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidatos convocados:

Cargo: NUTRICIONISTA

CLASSIFICAÇÃO GERAL	CANDIDATO
1º	PAULO RICARDO MUCHAGATA CONTE

*O candidato classificado convocado que não se apresentar para os procedimentos administrativos de admissão no prazo fixado de três dias úteis, deve ser considerado desistente, sendo convocado o candidato classificado em ordem subsequente, de acordo com item 14.2 do Edital nº 001/2023.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 29 de junho de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:53287BB6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2026

OBJETO: Prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP), em ligações VC1, VC2 e VC3, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil usando código da operadora, tecnologia 4G ou superior, plano de dados móveis com no mínimo 10GB de franquia mensal e redução de velocidade após atingir o limite, sem cobrança de valores excedentes; pacote com 100 SMS, fornecimento de chip; portabilidade de 27 linhas, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 33.552,00 (trinta e três mil, quinhentos e cinquenta e dois reais).
Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 01/07/2026 as 08h30m do dia 06/07/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: das 09h00m. do dia 06/07/2026 as **15h** do dia **06/07/2026**.

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil https://bll.org.br . Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 29 de junho de 2026.

RENATA WENCELOSKI CÓSTA
Agente de Contratação
Portaria nº 001/2026

Publicado por:
Renata Wenceloski Costa
Código Identificador:83895D84

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 140/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 140/2026

OBJETO: Aquisição de dietas, suplementos alimentares, fórmulas infantis e materiais para administração de dietas enterais, através da modalidade de Registro de Preços, para atender aos pacientes cadastrados no Programa Municipal de Dietas Especiais (PMDE) do Município de Balsa Nova, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 1.302.231,00 (um milhão, trezentos e dois mil, duzentos e trinta e um reais.

Recebimento das Propostas: das 08h00min do dia 01/07/2026 às 08h14min. do dia 15/07/2026.
Abertura das Propostas: das 08h15min. do dia 15/07/2026 às 08h59min. do dia 15/07/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h do dia 15/07/2026

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br *https://balsanova.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes* e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil *https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1* . Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 29 de junho de 2026.

Assinado Digitalmente
RENATA WENCELOSKI CÓSTA
Pregoeira / Agente de Contratação
Portaria nº 001/2026

Publicado por:
Renata Wenceloski Costa
Código Identificador:336F7A99

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 078/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 078/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 067/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: SIGMA PROJETOS E TREINAMENTOS LTDA.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos especializados de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo as áreas de edificações e infraestrutura, bem como para a execução de serviços de topografia e geotecnia, ensaios laboratoriais e serviços de sondagem - Execução do projeto elétrico na Unidade Básica de Saúde - Itambé.
VALOR: Até R$ 3.663,58 (três mil, seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos) por todo o objeto contratado.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.001.15.451.0004.1031-4.4.90.51.00.00.3000.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.

Balsa Nova, 26 de junho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:87B4762B

GABINETE
DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO N°. 137/2026

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO N°. 137/2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a homologação do Resultado final do Processo Seletivo Simplificado para contratação de OPERADOR DE MÁQUINAS",

veiculado ao Edital 05/2026, instrumentalizado nos autos do Processo Administrativo nº 5078/2026, nos termos das Leis Municipais nº879/2015, sob regime de excepcional interesse público e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei municipal nº 879/2015, e sob a coordenação, fiscalização e responsabilidade técnica da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, designada pela Portaria nº 228/2026 e demais disposições aplicáveis a espécie, conforme instrumentalizado no Processo Administrativo nº 5078/2026,

DECRETA:
Art. 1°. Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado veiculado através do Edital nº. 05/2026, instrumentalizado nos autos do Processo Administrativo nº 5078/2026, para provimento do cargo de "**OPERADOR DE MÁQUINAS**" a serem contratados por tempo determinado e excepcional interesse público nos termos da Lei Municipal 879/2015, conforme ordem classificatória, publicada no Diário Oficial em 29/06/2026.

Art. 2º. O prazo de vigência deste Processo Seletivo Simplificado - PSS é de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 30 de junho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:472DFF8F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2026 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Alves Rosa, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA: RECREIO BH VEICULOS S/A, CNPJ: 01.929.665/0003-09.

PROCESSO LICITATORIO: Inexigibilidade nº 23/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, TIPO SEDAN, MEDIANTE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2025, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025, GERENCIADA PELO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS – CIMINAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR..

VALOR: R$ 257.230,00 (duzentos e cinquenta e sete mil, duzentos e trinta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02/06/2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 02 de Junho de 2026

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:B6F2A38F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

CONSELHOS MUNICIPAIS
CMAS - RESOLUÇÃO Nº 03/2026

Dispõe sobre a aprovação da alteração do Plano de Trabalho do Termo de Colaboração nº 01/2026 celebrado entre o Município de Barra do Jacaré, por intermédio da Secretaria da Mulher, Família e Assistência Social, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Barra do Jacaré.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS do Município de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Municipal de criação do Conselho Municipal de Assistência Social e demais normas aplicáveis,
CONSIDERANDO o Termo de Colaboração nº 01/2026 celebrado entre o Município de Barra do Jacaré, por intermédio da Secretaria da Mulher, Família e Assistência Social, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Barra do Jacaré;
CONSIDERANDO que o referido Termo de Colaboração tem por objeto a execução do Plano de Trabalho referente aos recursos oriundos de Emenda Parlamentar destinada pelo Senador Flávio Arns, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados ao custeio da entidade;
CONSIDERANDO o Ofício nº 17/2026, encaminhado pela APAE de Barra do Jacaré, solicitando alteração do Plano de Trabalho para inclusão das despesas nas rubricas **3.3.90.39.44.00 – Serviços de Água e Esgoto** e **3.3.90.40.97.00 – Serviços de Telecomunicação e Conectividade à Internet**, bem como remanejamento de valores entre rubricas, sem alteração do valor global do plano;
CONSIDERANDO que as alterações propostas visam adequar a execução financeira às necessidades atuais da entidade, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados às pessoas com deficiência e suas famílias;
CONSIDERANDO que a alteração não implica aumento do valor originalmente pactuado, tratando-se apenas de adequação das despesas de custeio previstas no Plano de Trabalho;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em reunião extraordinária, de forma virtual, por meio do aplicativo WhatsApp, em 17 de junho de 2026, que aprovou por unanimidade dos conselheiros presentes a alteração do Plano de Trabalho;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a alteração do Plano de Trabalho referente ao Termo de Colaboração nº 01/2026, celebrado entre o Município de Barra do Jacaré, por intermédio da Secretaria da Mulher, Família e Assistência Social, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Barra do Jacaré.
Art. 2º A alteração consiste na inclusão das despesas com **Serviços de Água e Esgoto** e **Serviços de Telecomunicação e Conectividade à Internet**, bem como no remanejamento de valores entre rubricas já existentes, permanecendo inalterado o valor global de **R$ 100.000,00 (cem mil reais)**.
Art. 3º Permanecem inalteradas todas as demais disposições constantes no Plano de Trabalho e no Termo de Colaboração nº 01/2026.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Barra do Jacaré – PR, 29 de junho de 2026.

VIVIANE DA SILVA FRANCELINO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:E6E0C212

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES ANEXO II CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos;
• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
• Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural de Barra do jacaré.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura de Barra do jacaré	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -**considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -**A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** -Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		70 PONTOS

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
H	Agentes culturais do gênero feminino	5
I	Agentes culturais negros e indígenas	5
J	Agentes culturais com deficiência	5
K	Agentes culturais residentes em regiões de menor IDH	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20 PONTOS

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
L	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas com deficiência	5
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
N	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5
O	Pessoas jurídicas sediadas em regiões de menor IDH ou coletivos/grupos pertencentes a regiões de menor IDH	5
P	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		25 PONTOS

A pontuação final de cada candidatura seráde definida pela média das notas atribuídas.
Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação , com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:19F68D59

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES ANEXO IX DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu,_____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:1089CA4B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES ANEXO V DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu,_____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:48DC2D94

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES ANEXO VI FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE habilitação

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À [INSERIR UNIDADE OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA ETAPA DE HABILITAÇÃO],
Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:9236A2AE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES EDITAL 002/2026 PARA EXECUÇÃO CULTURAL PNAB CICLO 2 (PROJETOS) EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 PNAB CICLO 2

EDITAL 002/2026 PARA EXECUÇÃO CULTURAL PNAB CICLO 2 (PROJETOS)
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 PNAB CICLO 2
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais de Barra do jacaré, estado do Paraná.
Deste modo, a Secretaria Municipal de Culturatorna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

INFORMAÇÕES GERAIS
Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projeto cultural para receber apoio financeiro nas categorias descritas, com o objetivo de incentivar projetos apresentados por pessoa física, pessoa jurídica e coletivos.

Quantidade de projetos selecionados
Será selecionado 1 projeto.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital
O valor total deste edital é de R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais)
Sobre o valor total repassado por Barra do jacaré ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

Categorias

Categoria	Vagas de ampla concorrência	Cotas	Valor por projeto	Valor total da categoria
Fomento a projeto cultural destinado organizar e executar o evento Mostra cultural de Barra do Jacaré, onde o proponente se responsabiliza pelas licenças e liberações obrigatórias bem como pela estrutura e logística da Mostra	1	Não há vaga para cotas mas pontuação extra para proponente autodeclarado negro, pardo, indígena ou PCD	18.500,00	18.500,00
			TOTAL	18.500,00

Prazo de inscrição
De 29/06 a 03/07/2026
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.
Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atue ou reside em Barra do jacaré ou Estado do Paraná, há pelo menos02 anos.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I – Pessoa física
II - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
III- Coletivo representado por pessoa física
IV - Pessoa jurídica com fins lucrativos
V - MEI

Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais:
Pessoa física que
II – que tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
III – que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
IV – que sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo 1 projetoe poderá ser contemplado com no máximo1 projeto. Caso apresente mais de 1 inscrição, apenas a primeira será considerada utilizando a data de inscrição como critério.

ETAPAS
Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

INSCRIÇÕES
O agente cultural deve encaminhar por meio do email cultura@barradojacare.pr.gov.br ou presencialmente a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito;
c) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

PONTUAÇÃO DIFERENCIADA
Categoria de bônus
Ficam garantidas pontuações extras neste edital para pessoa jurídica que tenham entre os membros:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
Para concorrer à pontuação, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis. Em caso de dúvida por parte da Comissão, a mesma poderá solicitar comprovação relativa a situação do proponente.

Aplicação da pontuação para pessoas jurídicas
As pessoas jurídicas e coletivos podem concorrer com o atributo de pontuação extra, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - pessoas jurídicas ou coletivo em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou coletivo que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivo que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo devem preencher uma autodeclaração.

COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o município de Barra do jacaré de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados atédezembro de 2026, incluindo a entrega do relatório de execução em 30 dias após a finalização do projeto.

Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária do plano de trabalho indicando os custos do projeto, por rubrica, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado ao projeto, conforme o presente edital e seus anexos.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

ETAPA DE SELEÇÃO
Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão membros do poder executivo e representantes da sociedade civil.

Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - na inscrição de pessoa jurídica: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto
sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos em Anexo do edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de Barra do jacaré.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Secretaria Municipal de Cultura que deve ser apresentado por meio de formulário próprio cujo modelo constitui um dos anexos deste edital.
O recurso deve ser apresentado em 3 dias (PRAZO MÍNIMO DE 3 DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 9º DA LEI Nº 14.903/2024.]a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado noJornal Oficial do Município de Barra do jacaré.

ETAPA DE HABILITAÇÃO
Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de10 dias após a publicação do resultado final de seleção, por meio presencial ou email cultura@barradojacare.pr.gov.br os seguintes documentos:
Agente cultural pessoa física ou coletivo:
I– documento pessoal que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidões negativas de débitos estaduais e municipais.

Agente cultural **pessoa jurídica**:
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – documento pessoal do representante legal que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação do contemplado, será convocado outro agente cultural para apresentar os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a Secretaria Municipal de Cultura que deve ser apresentado por meio de formulário próprio no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação. O recurso pode ser apresentado em forma impressa ou enviado no email cultura@barradojacare.pr.gov.br
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado noJornal Oficial de Barra do jacaré.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS

Termo de Execução Cultural

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria Municipal de Cultura contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros

Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada. Ou poderá utilizar uma conta bancária já existente mas que esteja zerada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas da Política Nacional Aldir Blanc, do Ministério da Cultura, do Governo federal e do Município de Barra do jacaré, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria Municipal de Cultura

Os procedimentos de monitoramento e avaliação do projeto cultural contemplado, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas a Secretaria Municipal de Cultura

O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, em formulário a ser fornecido pelo órgão gestor.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Desclassificação de projetos

Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações noJornal Oficial de Barra do jacaré e nas mídias sociais oficiais.

Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail ou presencialmente na sede da Secretaria Municipal de Cultura
Os casos omissos ficarão a cargo doSecretário Municipal de Cultura.

Anexos do edital

Compõem este Edital os seguintes anexos:
Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Termo de Execução Cultural;
Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Declaração étnico-racial
Declaração PCD
Formulário de interposição de recurso

12.5 Modelos dos anexos acima podem ser solicitados em word diretamente na Secretaria de Cultura ou pelo e-mail cultura@barradojacare.pr.gov.br

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:FF223480

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 095/2026, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

TORNAR PÚBLICA A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o pedido da servidora conforme abaixo:

Nome	Matrícula	Admissão	Cargo	Quinquênio	Protocolo nº
Franciele de Freitas Aguiar Barboza	360495	05/08/2019	Professora	05/08/2019 à 27/05/2020 e 01/01/2022 à 22/06/2026	27/2026 em 28/04/2026.

Considerando: o que legisla o art. 8º da Lei Municipal nº. 663/2018 de 27/03/2018 – *(publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – no dia 28/03/2018 – Edição 1472 – págs.16e17).*

Considerando: a Lei Municipal nº. 816/2023 de 13/06/2023 *(publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – no dia 14/06/2023 – Edição 2792 – pág.49).*

Considerando: o Decreto nº. 1632/2023 de 23/06/2023 *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – no dia 26/06/2023 – Edição 2800 – pág.44).*

Considerando: a conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Considerando o requerimento/protocolo relacionado na coluna acima.

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar pública a conversão de saldo remanescente de Licença Prêmio por Assiduidade dos servidores supracitados.

Art. 2º – Conceder as referidas licenças da seguinte forma: saldo de 60 (sessenta) dias convertidos em pecúnia relativo ao período aquisitivo conforme já descrito, considerando a conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Art. 3º – A conversão em pecúnia da licença-prêmio autorizada através desta Portaria, será paga em parcela única na folha de pagamento ref. o **mês 06/2026**, no valor correspondente a seus vencimentos fixos devidos do cargo em que ocupa por nomeação efetiva, sem descontos previdenciários e de imposto de renda e conforme legislam as leis citadas nas considerações acima.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 29 de junho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:D67CE1F4

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 096/2026, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de férias a servidores públicos que abaixo especifica.

LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

– Conceder FÉRIAS de 28 (vinte e oito) dias, período de gozo de: **01/07/2026 à 28/07/2026**, a servidora abaixo nominada, lotada no *Departamento Municipal de Educação*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360824 Amanda Rocha de Souza	Psicóloga Educacional-PSS	13/08/2025 - 30/06/2026

– Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **13/07/2026 à 11/08/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado no *Departamento Municipal de Saúde Pública*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360783 Anderson Lúcio Magioli	Agente de Endemias	13/02/2025 - 12/02/2026

– Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **01/07/2026 à 30/07/2026**, a servidora abaixo nominada, lotada no *Departamento Municipal de Agricultura e Serviços Rurais*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360690 Anelise de Mello Rubio	Veterinária	01/05/2025– 30/04/2026

– Conceder FÉRIAS de 20 (vinte) dias, período de gozo de: **01/07/2026 à 20/07/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado na *Departamento Municipal de Saúde Pública*, referente ao Período Aquisitivo que menciona. Fica concedido ao servidor Abono Pecuniário de Férias de 10 dias, de acordo com o art. 99, parágrafo 4º da Lei Municipal nº. 16/93 e conf. req. Protocolado sob o nº. 028/2026 em 22/05/2026:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360756 Ariel Arlindo Vigatto Calixto	Atendente de Farmácia - PSS	04/12/2024 – 03/12/2025

– Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **01/07/2026 à 30/07/2026**, a servidora abaixo nominada, lotada no *Departamento Municipal de Saúde Pública*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360761 Beatriz Francisquini Fritegotto	Assistente Administrativo - Saúde	01/08/2024 – 31/07/2025

– Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **01/07/2026 à 30/07/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado no *Departamento de Serviços Públicos*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
4631 Claudinei Garcia Gebin	Aux. de Serviços Gerais	01/08/2024 – 31/07/2025

– Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **01/07/2026 à 30/07/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado no *Departamento de Viação e Obras*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360753 Clayton Estevão Simões	Mecânico de Manutenção Veicular Automotores	11/11/2024 – 10/11/2025

– Conceder FÉRIAS de 20 (vinte) dias, período de gozo de: **06/07/2026 à 25/07/2026**, a servidora abaixo nominada, lotada no *Departamento de Administração e Planejamento*, referente ao Período Aquisitivo que menciona. Fica concedido ao servidor Abono Pecuniário de Férias de 10 dias, de acordo com o art. 99, parágrafo 4º da Lei Municipal nº. 16/93 e conf. req. Protocolado sob o nº. 211/2026 em 15/05/2026:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
4861 Cleunice dos Santos	Aux. de Serviços Gerais	01/09/2024 – 31/08/2025

– Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **01/07/2026 à 30/07/2026**, a servidora abaixo nominada, lotada no *Departamento da Mulher, Família e Assistência Social*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360747 Conceição Helena de Souza	Membro do Conselho Tutelar	04/11/2024 – 03/11/2025

– Conceder FÉRIAS de 20 (vinte) dias, período de gozo de: **01/07/2026 à 20/07/2026**, a servidora abaixo nominada, lotada no *Departamento de Contabilidade, Tesouraria e Tributação*, referente ao Período Aquisitivo que menciona. Fica concedido ao servidor Abono Pecuniário de Férias de 10 dias, de acordo com o art. 99, parágrafo 4º da Lei Municipal nº. 16/93 e conf. req. Protocolado sob o nº. 194/2026 em 06/05/2026:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360766 Elaine Aparecida Nascente	Diretora Dep. de Contabilidade, Tesouraria e tributação	02/01/2025 – 01/01/2026

– Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **01/07/2026 à 30/07/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado no *Departamento Municipal de Saúde Pública*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360598 Eder Claudio da Silva	Motorista	12/09/2024 – 11/09/2025

– Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **06/07/2026 à 04/08/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado no *Departamento de Serviços Públicos*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360744 Estevão dos Reis	Pedreiro de Edificações	04/11/2024 – 03/11/2025

– Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **01/07/2026 à 30/07/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado no *Departamento de Viação e Obras*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360743 Josemar Muniz Donha	Operador de Maquina Pesada	04/11/2024 – 03/11/2025

– Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **01/07/2026 à 30/07/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado no *Departamento de Serviços Públicos*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
4611 Luciano Garcia Gibin	Aux. de Serviços Gerais	01/08/2024 – 31/07/2025

– Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **01/07/2026 à 30/07/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado no *Departamento de Serviços Públicos*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360718 Rodolfo Aparecido Mendonça	Aux. de Serviços Gerais	01/08/2024 – 31/07/2025

– Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **01/07/2026 à 30/07/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado no *Departamento de Serviços Públicos*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360745 Ronaldo Goularte de Oliveira	Pedreiro de Edificações	04/11/2024 – 03/11/2025

– Conceder FÉRIAS de 20 (vinte) dias, período de gozo de: **20/07/2026 à 08/08/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado no *Departamento de Compras*, referente ao Período Aquisitivo que menciona. Fica concedido ao servidor Abono Pecuniário de Férias de 10 dias, de acordo com o art. 99, parágrafo 4º da Lei Municipal nº. 16/93 e conf. req. Protocolado sob o nº. 185/2026 em 30/04/2026:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360509 Tiago dos Santos Rodrigues	Assistente Administrativo	03/02/2025 – 02/02/2026

– Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **02/07/2026 à 31/07/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado no *Departamento de Serviços Públicos*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
7001 Venicios Henrique Araújo	Servente de Pedreiro	01/08/2024 – 31/07/2025

Registre-se, Certifique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 29 de junho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:B8991EC2

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 097/2026, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o artigo 13à17 e anexo I da Lei Municipal nº. 821/2023 de 18/09/2023, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais de Barra do Jacaré, que dispõem sobre o enquadramento dos atuais servidores efetivos:

RESOLVE:
Art. 1º – Efetuar a progressão horizontal na tabela de remuneração, a partir de ***01/06/2026***, ao servidores efetivos desta municipalidade, em nova faixa de vencimento do cargo – progressão na tabela de vencimentos, conforme abaixo:

Matr. /Nome do Servidor:	Admissão/Cargo:	Tabela Atual:	Tabela após progressão:
360650 Adriana Mehlmann Lourenço	22/06/2023 Advogada	**A17 03 anos**	**B17 04 anos**
6711 Daniel Eugênio Pontes	12/06/2017 Aux. de Serviços Gerais	**D01 09 anos**	**E01 10 anos**
6721 Vanessa dos Santos Lauro Juliano	19/06/2017 Aux. de Serviços Gerais	**D01 09 anos**	**E01 10 anos**

Art. 2º – O vencimento básico de cada servidor efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Barra do Jacaré, será correspondente à nova Estrutura do Plano de Cargos e Salários – Artigos 13,14,15 e anexo I da Lei nº. 821/2023 de 18/09/2023 – que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01/06/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 29 de junho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:C8C0A09D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 16/2026 | CMDCA

Resolução nº 16/2026 | CMDCA

SÚMULA: Dispõe sobre o Regimento Interno da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bela Vista da Caroba - Paraná, realizado no dia 24 de junho de 2026.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA** de Bela Vista da Caroba - Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 637/2023, de 30 de março de 2023, juntamente com a Comissão Organizadora, criada pela Resolução nº 05/2026 do CMDCA,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público, o Regimento Interno da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR, **após aprovação plenária na Conferência,** realizada no dia 24 de junho de 2026, conforme disposto no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bela Vista da Caroba – PR, 25 de junho de 2026.

PAMELA CRISTINA SILVA
Presidente do CMDCA

ANEXO I

XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BELA VISTA DA CAROBA - PARANÁ

REGIMENTO INTERNO

Art. 1º A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bela Vista da Caroba - PR, foi convocada pela Resolução nº 15/2026, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em 09 de junho de 2026.

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 2º A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR constitui-se

como instância máxima de deliberação da Política da Criança e do Adolescente, e tem como objetivo geral sensibilizar, conscientizar e mobilizar a sociedade para o fortalecimento do SGDCA, visando à promoção, proteção, defesa e controle social das políticas, programas e ações voltadas à infância e adolescência, com base no respeito às diversidades e no fortalecimento da democracia participativa.

Art. 3º A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR tem como tema central: **"FORTALECENDO O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA"**, que será discutida separadamente em 6 eixos temáticos específicos, sendo eles:
I - EIXO 1. Aprimoramento do Controle Social e fortalecimento da participação social;
II - EIXO 2. Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
III - EIXO 3. Promoção da convivência familiar e comunitária;
VI - EIXO 4. Prevenção e enfrentamento às violências;
V - EIXO 5. Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente no trabalho;
VI - EIXO 6. Aprimoramento da execução das medidas socioeducativas.

CAPÍTULO II
DA REALIZAÇÃO

Art. 4º. A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada no **dia 24 de junho de 2026, com início do credenciamento às 08:30 horas e conclusão às 16:30 horas, no espaço do Centro de Convivência do Idoso, localizado na Rua Sergipe, s/n, Centro, Bela Vista da Caroba - Paraná** sob a responsabilidade e apoio técnico do Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social em conjunto com a Comissão Organizadora da Conferência e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Parágrafo Único - A XI Conferência Municipal contará com a seguinte programação:
8h30min - Credenciamento;
9h00min - Abertura Oficial da Conferência;
09h30min - Leitura e apreciação do Regimento Interno;
10h00min - Palestra Magna;
11h30min - Debate;
12h00min - Encerramento dos trabalhos/pausa almoço;
13h00min - Apresentação Cultural;
13h30min - Trabalhos em grupo por Eixos Temáticos;
14h00min - Plenária Final para apreciação das propostas;
15h30min - Eleição de delegado para Conferência Estadual;
15h45min - Eleição da Sociedade Civil para compor o CMDCA;
16h30min - Agradecimentos e encerramento.

Art. 5º A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR será presidida pelo presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - Na ausência do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a presidência da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR ou outro (a) conselheiro(a) designado pela presidência.

Art. 6º A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR contará com Palestra Magna, Grupos de Trabalho, Debates e Plenária Final.

Art. 7º As despesas para a realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR, ocorrerão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social com recursos do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente - FIA.

CAPÍTULO III
DOS PARTICIPANTES

Art. 8º Poderão participar da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR:
I - Delegados natos: conselheiros titulares e suplentes que compõem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - com direito a voz e voto;
II - Delegados: representantes governamentais e da sociedade civil indicados a participar da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - com direito a voz e voto;
III - Convidados: participantes da Conferência com direito a voz;
IV - Observadores: participantes da Conferência que acompanham as discussões com direito a voz.

Seção I
Do Credenciamento

Art. 9º O credenciamento dos participantes da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR, iniciará às 08:30 horas no local do evento, com lista de presença e entrega dos crachás de identificação correspondente.

Art. 10 As excepcionalidades surgidas no credenciamento serão tratadas pela Comissão Organizadora da Conferência.

Seção II
Da Palestra Magna

Art. 11 A Palestra Magna da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR, será realizada por um palestrante conferencista, que deverá explanar sobre o tema central e eixos temáticos da Conferência, bem como apresentar informações e dados do município de Bela Vista da Caroba, e provocar reflexões acerca do tema, nos participantes, provocando-os ao debate construtivo.

Art. 12 Após a apresentação dos Eixos Temáticos, os participantes da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR poderão fazer intervenções ou perguntas ao conferencista, respeitando o tempo previsto para debate na programação.

Parágrafo Único - Cada intervenção deverá ser de, no máximo, 3 (três) minutos.

CAPÍTULO IV
DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 13 Os grupos de trabalho tem por objetivo, discutir sobre a temática específica do grupo conforme parágrafo único do Artigo 4º, e propor ações que visam fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos - SGD do município, bem como atender as necessidades das crianças e dos adolescentes, tendo como base os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 14 Os grupos serão compostos por delegados, convidados e observadores, previamente distribuídos no momento do credenciamento da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR, de maneira que integrem adultos, crianças e adolescentes.

Art. 15 Cada grupo de trabalho terá um coordenador e um relator.

§ 1º Os coordenadores serão eleitos dentre os presentes no grupo e terão como atribuições:

I. Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra a todos os participantes;
II. Cronometrar o tempo de intervenção de cada participante, fazendo respeitar os três minutos, para cada uma delas;
III. Assegurar que as propostas sejam encaminhadas à Coordenação de Relatoria de acordo com a deliberação do grupo.

§ 2º Os relatores, que serão eleitos pelo grupo de trabalho, terão como atribuições:

I. Acompanhar e relatar os debates do grupo, apresentando e ordenando as deliberações para apoiar a Relatoria Geral;
II. Oferecer suporte ao andamento dos trabalhos do grupo;
III. Registrar as conclusões do grupo em sistema próprio da relatoria;
IV. Apresentar a sistematização das propostas para deliberação na Plenária Final.

Art. 16 Cada grupo de trabalho ficará responsável pela discussão de um eixo temático, e deverá apresentar à plenária final no mínimo 02 propostas para remeter à esfera Estadual e no mínimo 02 para esfera Nacional.

CAPÍTULO V
DA PLENÁRIA FINAL

Art. 17 A Plenária Final da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR será constituída de delegados, convidados e observadores, e tem **caráter deliberativo**, com atribuição de discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas consolidadas nos grupos de trabalho, bem como as moções.

Parágrafo Único - Apenas terão direito a voto os Delegados devidamente credenciados na XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR e que estejam de posse do crachá de identificação. Aos demais participantes será garantido o direito a voz.

Art. 18 As moções deverão ser apresentadas à Comissão Organizadora da Conferência, em ficha de Moções da Conferência, retirado junto à Comissão, até às 14h00 do dia 24 de junho de 2026, com a assinatura de, no mínimo, **10% (dez por cento)** dos delegados, de que trata o artigo 8º deste Regimento, de forma a permitir o processo de apreciação e votação pela Plenária Final.

Parágrafo Único - As moções serão apreciadas pela Plenária Final logo após a aprovação do relatório das propostas oriundas dos Grupos de Trabalho.

Art. 19 O processo de apreciação e aprovação das propostas elaboradas dar-se-á da seguinte forma:

I. Cada grupo de trabalho realizará a leitura das propostas elaboradas;
II. A cada proposição submetida a Plenária será garantida a manifestação favorável ou contrária, obedecendo o prazo máximo de 03 (três) minutos.
III. Esclarecidas as propostas, estas serão submetidas à votação pela Plenária Final;
IV. Serão aprovadas as propostas que obtiverem a maioria simples dos votos dos Delegados presentes, identificados por contraste e recorrendo-se à contagem em caso de dúvida.
V. As propostas não destacadas serão consideradas automaticamente aprovadas.

CAPÍTULO VI
DA ESCOLHA DOS DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL

Art. 20 Após a plenária final da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR, será eleito 01 delegado representante do município de Bela Vista da Caroba - PR para participar da 12ª Conferência Estadual da Criança e do Adolescente do Paraná.

Parágrafo Único - A escolha do delegado do município de Bela Vista da Caroba - PR para participar da 12ª Conferência Estadual da Criança e do Adolescente do Paraná, será eleito considerando os seguintes critérios: ser delegado eleito com comprovação de presença em 100% da carga horária da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba – PR.

Art. 21 A eleição do delegado para a Conferência Estadual, seguirá o disposto na Deliberação nº 023/2026 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, a qual destina 01 vaga para Bela Vista da Caroba - PR, sendo este, criança ou adolescente.

Parágrafo Único - O delegado eleito em Plenária Municipal receberá do município, todo suporte financeiro necessário para participar da Conferência Estadual.

CAPÍTULO VII
DA ESCOLHA DOS MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR CMDCA

Art. 22 Na sequência da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR, serão eleitos os novos representantes para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA para os próximos 02 anos.

Art. 23 As Entidades que desejarem candidatar-se às vagas do CMDCA, deverão encaminhar Ficha de Indicação de Delegados contendo os nomes dos representantes titular e suplente em período definido pela Comissão.

Parágrafo Único - A ausência dos Delegados inscritos a concorrer às vagas do CMDCA no momento da eleição automaticamente invalida a candidatura dos mesmos.

Art. 24 Será respeitado o número de vagas de que trata a Lei Municipal nº 637/2023, de 30 de março de 2023, para compor o CMDCA, no que se refere às vagas para a sociedade civil.

Art. 25 A escolha dos novos representantes da sociedade civil para o CMDCA dar-se-á da seguinte forma:

§ 1º A Comissão Organizadora da Conferência, fará a leitura das Organizações da Sociedade Civil - OSC inscritas para as vagas, com representantes na XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR, e colocará em votação.

§ 2º Após apresentação das OSCs,os delegados presentes deverão se manifestar, no formato de votação, por aclamação ou por maioria simples de votos.

§ 3º Finalizado o processo de escolha das OSCs eleitas para ocuparem as vagas destinadas a sociedade civil no novo mandato do CMDCA, os novos representantes serão apresentados à plenária da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR, juntamente com os conselheiros indicados pelo segmento governamental.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 As deliberações aprovadas na XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR deverão ser publicadas anexo ao Relatório Final da Conferência, após aprovação pelo CMDCA, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do encerramento da Conferência e disponibilizados em meios de comunicação públicos e/ou afixadas em locais públicos, assegurando sua ampla divulgação e o acesso da sociedade às informações.

Art. 27 Assegura-se à Plenária o questionamento, pela ordem, à Comissão Organizadora, para restabelecer os trabalhos ou no caso em que este Regimento não esteja sendo cumprido.

Art. 28 Os casos omissos serão apreciados pela Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Bela Vista da Caroba - PR e submetidos à aprovação da Plenária.

PAMELA CRISTINA SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Mayara Nonnenmacher
Código Identificador:B78D69F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, por intermédio da Prefeitura Municipal, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento aos princípios da publicidade, da transparência e da participação popular, **CONVOCA** toda a população, autoridades públicas, representantes de entidades da sociedade civil organizada e demais interessados para participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** destinada à apresentação, discussão e recebimento de sugestões acerca das propostas de alteração da legislação integrante do Plano Diretor Municipal.
A audiência será realizada no dia **07 de julho de 2026**, às **08h30min**, nas dependências da **Câmara Municipal de Vereadores de Boa Vista da Aparecida/PR**.
ORDEM DO DIA:
I – Apresentação, discussão e coleta de sugestões referentes às propostas de alteração das seguintes normas integrantes do Plano Diretor Municipal (Lei Complementares nº 01/2023, 03/2023, 04/2023, 05/2023 e 09/2023, bem como das demais propostas de alteração legislativa constantes dos documentos disponibilizados para consulta pública.
II – Discussão de outros assuntos relacionados ao Plano Diretor Municipal e ao planejamento, desenvolvimento e ordenamento territorial do Município.
A proposta de alteração legislativa e a realização da presente Audiência Pública têm por finalidade **adequar a legislação urbanística municipal, em especial o Plano Diretor Municipal e suas leis complementares, à realidade atual do Município de Boa Vista da Aparecida**, considerando as transformações ocorridas desde sua aprovação, as necessidades da Administração Pública, o crescimento e desenvolvimento urbano, bem como o interesse público na atualização dos instrumentos de planejamento e ordenamento territorial.
A presente Audiência Pública busca assegurar a ampla participação da comunidade no processo de revisão e aperfeiçoamento da legislação urbanística municipal, garantindo a transparência, o debate democrático e a efetiva participação popular na construção das alterações propostas.
Os interessados poderão apresentar sugestões, manifestações e contribuições durante a realização da audiência, as quais serão registradas e analisadas para subsidiar a elaboração da redação final das propostas legislativas.

Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de junho de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:60A8D808

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA
PORTARIA 22/2026

PORTARIA Nº 42/2026.

Autoriza viagem e pagamento de diárias.

A Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar o Vereador VOLMIR PEREIRA RAMOS, portador do RG E CPF Nº 007.629.999-69, para viagem oficial à cidade de Curitiba nos dias 29 de Junho de 2026 ao dia 03 de Julho de 2026, com a finalidade de participar de audiências na Assembleia Legislativa, Órgãos do Governo do Estado, e participar do Curso A Titularidade do Controle Externo Pelo Legislativo e o Auxilio dos Tribunais de Contas, Instrumentos de Controle, Prestação de Contas Municipal, Julgamento das Contas do Executivo Pelo Legislativo e o Prolegis nas Câmaras Municipais "para estreitar relações de desenvolvimento e benefícios ao município".
Art. 2º - Fica autorizado o pagamento de 04(Quatro) diárias, na forma que preceitua a lei nº 766/2023, e o desconto conforme a Lei Municipal Nº 1013/2026, perfazendo um total de R$ 2.666,00 (Dois mil seiscentos e sessenta e seis reais) para o Vereador mencionado no artigo anterior, para custeio das despesas com alimentação, pernoite e locomoção urbana.
§ 1º O valor unitário da diária para Curitiba é de R$ 700,00 (setecentos reais)
Art. 3º - O meio de transporte utilizado para o deslocamento será veículo oficial do município (Legislativo e Executivo), saída às 18h00min do dia 29 de Junho de 2026 e retorno no dia 03 de Julho de 2026 às 18h00min. (previsão).
Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, em 26 de Junho de 2026.

VALDIR DAS DORES MANZANI
Presidente 2025/2026

Publicado por:
Cleci Antonelo
Código Identificador:185E34CB

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA
PORTARIA 29/2026

PORTARIA Nº 39/2026.

Autoriza viagem e pagamento de diárias.

A Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar o Vereador GELSON LUIZ, Portador do RG E CPF Nº 943.000.540-53, para viagem oficial à cidade de Curitiba nos dias 29 de Junho de 2026 ao dia 03 de Julho de 2026, com a finalidade de participar de audiências na Assembleia Legislativa, Órgãos do Governo do Estado, e participar do Curso A Titularidade do Controle Externo Pelo Legislativo e o Auxilio dos Tribunais de Contas, Instrumentos de Controle, Prestação de Contas Municipal, Julgamento das Contas do Executivo Pelo Legislativo e o Prolegis nas Câmaras Municipais "para estreitar relações de desenvolvimento e benefícios ao município".
Art. 2º - Fica autorizado o pagamento de 04(Quatro) diárias, na forma que preceitua a lei nº 766/2023, e o desconto conforme a Lei Municipal Nº 1013/2026, perfazendo um total de R$ 2.666,00 (Dois mil seiscentos e sessenta e seis reais) para o Vereador mencionado no artigo anterior, para custeio das despesas com alimentação, pernoite e locomoção urbana.
§ 1º O valor unitário da diária para Curitiba é de R$ 700,00 (setecentos reais)
Art. 3º - O meio de transporte utilizado para o deslocamento será veículo oficial do município (Legislativo e Executivo), saída às

18h00min do dia 29 de Junho de 2026 e retorno no dia 03 de Julho de 2026 às 18h00min. (previsão).
Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, em 26 de Junho de 2026.

VALDIR DAS DORES MANZANI
Presidente 2025/2026

Publicado por:
Cleci Antonelo
Código Identificador:13AD92B2

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA
PORTARIA 39/2026

PORTARIA Nº 40/2026.

Autoriza viagem e pagamento de diárias.

A Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar o Vereador GILVAIR ANTONIO ALVES, Portador do RG E CPF Nº 059.091.969-52, para viagem oficial à cidade de Curitiba nos dias 29 de Junho de 2026 ao dia 03 de Julho de 2026, com a finalidade de participar de audiências na Assembleia Legislativa, Órgãos do Governo do Estado, e participar do Curso A Titularidade do Controle Externo Pelo Legislativo e o Auxilio dos Tribunais de Contas, Instrumentos de Controle, Prestação de Contas Municipal, Julgamento das Contas do Executivo Pelo Legislativo e o Prolegis nas Câmaras Municipais "para estreitar relações de desenvolvimento e benefícios ao município".
Art. 2º - Fica autorizado o pagamento de 04(Quatro) diárias, na forma que preceitua a lei nº 766/2023, e o desconto conforme a Lei Municipal Nº 1013/2026, perfazendo um total de R$ 2.666,00 (Dois mil seiscentos e sessenta e seis reais) para o Vereador mencionado no artigo anterior, para custeio das despesas com alimentação, pernoite e locomoção urbana.
§ 1º O valor unitário da diária para Curitiba é de R$ 700,00 (setecentos reais)
Art. 3º - O meio de transporte utilizado para o deslocamento será veículo oficial do município (Legislativo e Executivo), saída às 18h00min do dia 29 de Junho de 2026 e retorno no dia 03 de Julho de 2026 às 18h00min. (previsão).
Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, em 26 de Junho de 2026.

VALDIR DAS DORES MANZANI
Presidente 2025/2026

Publicado por:
Cleci Antonelo
Código Identificador:9862F9A8

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA
PORTARIA 41/2026

PORTARIA Nº 41/2026.

Autoriza viagem e pagamento de diárias.

A Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar o Vereador CESAR LUIZ DE BONA, Portador do RG E CPF Nº 026.606.499-01, para viagem oficial à cidade de Curitiba nos dias 29 de Junho de 2026 ao dia 03 de Julho de 2026, com a finalidade de participar de audiências na Assembleia Legislativa, Órgãos do Governo do Estado, e participar do Curso A Titularidade do Controle Externo Pelo Legislativo e o Auxilio dos Tribunais de Contas, Instrumentos de Controle, Prestação de Contas Municipal, Julgamento das Contas do Executivo Pelo Legislativo e o Prolegis nas Câmaras Municipais "para estreitar relações de desenvolvimento e benefícios ao município".
Art. 2º - Fica autorizado o pagamento de 04(Quatro) diárias, na forma que preceitua a lei nº 766/2023, e o desconto conforme a Lei Municipal Nº 1013/2026, perfazendo um total de R$ 2.666,00 (Dois mil seiscentos e sessenta e seis reais) para o Vereador mencionado no artigo anterior, para custeio das despesas com alimentação, pernoite e locomoção urbana.
§ 1º O valor unitário da diária para Curitiba é de R$ 700,00 (setecentos reais)
Art. 3º - O meio de transporte utilizado para o deslocamento será veículo oficial do município (Legislativo e Executivo), saída às 18h00min do dia 29 de Junho de 2026 e retorno no dia 03 de Julho de 2026 às 18h00min. (previsão).
Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, em 26 de Junho de 2026.

VALDIR DAS DORES MANZANI
Presidente 2025/2026

Publicado por:
Cleci Antonelo
Código Identificador:CC5D6626

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA
PORTARIA 43/2026

PORTARIA Nº 43/2026.

Autoriza viagem e pagamento de diárias.

A Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE
Art. 1º - Autorizar o Servidor MIRCON FREDERICO WEIERBACHER, portador do RG E CPF Nº 513.502.119-15, para viagem oficial à cidade de Curitiba nos dias 29 de Junho de 2026 ao dia 03 de Julho de 2026, com a finalidade de participar de audiências na Assembleia Legislativa, Órgãos do Governo do Estado, e participar do Curso A Titularidade do Controle Externo Pelo Legislativo e o Auxilio dos Tribunais de Contas, Instrumentos de Controle, Prestação de Contas Municipal, Julgamento das Contas do Executivo Pelo Legislativo e o Prolegis nas Câmaras Municipais "para estreitar relações de desenvolvimento e benefícios ao município".
Art. 2º - Fica autorizado o pagamento de 04(Quatro) diárias, na forma que preceitua a lei nº 766/2023, e o desconto conforme a Lei Municipal Nº 1013/2026, perfazendo um total de R$ 2.666,00 (Dois mil seiscentos e sessenta e seis reais) para o Vereador mencionado no artigo anterior, para custeio das despesas com alimentação, pernoite e locomoção urbana.
§ 1º O valor unitário da diária para Curitiba é de R$ 700,00 (setecentos reais)
Art. 3º - O meio de transporte utilizado para o deslocamento será veículo oficial do município (Legislativo e Executivo), saída às 18h00min do dia 29 de Junho de 2026 e retorno no dia 03 de Julho de 2026 às 18h00min. (previsão).
Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, em 26 de Junho de 2026.

VALDIR DAS DORES MANZANI
Presidente 2025/2026

Publicado por:
Cleci Antonelo
Código Identificador:4F240EE0

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA
PORTARIA 44/2026

PORTARIA Nº 44/2026.

Autoriza viagem e pagamento de diárias.

A Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais;
RESOLVE
Art. 1º - Autorizar o Servidor LEOMAR PAULO GRANETTO, portador do RG E CPF Nº 865.682.219-53, para viagem oficial à cidade de Curitiba nos dias 29 de Junho de 2026 ao dia 03 de Julho de 2026, com a finalidade de participar de audiências na Assembleia Legislativa, Órgãos do Governo do Estado, e participar do Curso A Titularidade do Controle Externo Pelo Legislativo e o Auxilio dos Tribunais de Contas, Instrumentos de Controle, Prestação de Contas Municipal, Julgamento das Contas do Executivo Pelo Legislativo e o Prolegis nas Câmaras Municipais "para estreitar relações de desenvolvimento e benefícios ao município".
Art. 2º - Fica autorizado o pagamento de 04(Quatro) diárias, na forma que preceitua a lei nº 766/2023, e o desconto conforme a Lei Municipal Nº 1013/2026, perfazendo um total de R$ 2.666,00 (Dois mil seiscentos e sessenta e seis reais) para o Vereador mencionado no artigo anterior, para custeio das despesas com alimentação, pernoite e locomoção urbana.
§ 1º O valor unitário da diária para Curitiba é de R$ 700,00 (setecentos reais)
Art. 3º - O meio de transporte utilizado para o deslocamento será veículo oficial do município (Legislativo e Executivo), saída às 18h00min do dia 29 de Junho de 2026 e retorno no dia 03 de Julho de 2026 às 18h00min. (previsão).
Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, em 26 de Junho de 2026.

VALDIR DAS DORES MANZANI
Presidente 2025/2026

Publicado por:
Cleci Antonelo
Código Identificador:DE2323AD

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 182 2026

DECRETO nº 182/2026
Data: 29/06/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de servidora contratada temporariamente por prazo determinado, em decorrência do término do contrato administrativo, e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada a servidora ocupante de cargo temporário, admitida mediante contratação por prazo determinado, em decorrência do término da vigência do respectivo contrato, conforme relacionada abaixo:

Nome	CPF	Cargo	Exoneração
JULIANA TORMEN	117.290.469-32	DENTISTA	30/06/2026

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 29 de junho de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:BBB60B67

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 183 2026

DECRETO nº 183/2026
Data: 29/06/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração, a pedido de servidor municipal temporária, ocupante do cargo de Técnico Desportivo - Temporário dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado na Divisão de Recursos Humanos na data de 17 de junho de 2026,
DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido de servidor municipal temporário, conforme abaixo relacionado:

Nome	CPF	Cargo	Exoneração
Valdir Chies Prestes de Souza	092.506.789-08	Técnico Desportivo	30/06/2026

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 29 de junho de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:83F09389

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA, inscrita no CNPJ n° 78.121.985/0001-09 e **JULIANA TORMEN**, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 117.290.469-32, residente e domiciliada no município de Boa Vista da Aparecida – PR, firmado em 01/07/2024 e dando-se por terminado em 30/06/2026, o referido contrato, nada mais tendo a reclamar um do outro, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

Boa Vista da Aparecida, 30 de junho de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:93A9E7AD

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA, inscrita no CNPJ n° 78.121.985/0001-09 e **VALDIR CHIES PRESTES DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 092.506.789-08, residente e domiciliado no município de Boa Vista da Aparecida – PR, firmado em 13/05/2025 e dando-se por terminado em 30/06/2026, o referido contrato, nada mais tendo a reclamar um do outro, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

Boa Vista da Aparecida, 29 de junho de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:E649219F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
PORTARIA 016/2026

PORTARIA Nº 016/2026
A Comissão Executiva da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso IV, do artigo 36, do Regimento interno da Câmara Municipal, resolve:

CONSIDERANDO o requerimento da servidora FERNANDA BORATO SCHLICKMANN DE OLIVEIRA;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços administrativos desta Câmara Municipal em razão do reduzido quadro de servidores;

CONSIDERANDO a manifestação contábil quanto à existência de disponibilidade financeira e orçamentária;

CONSIDERANDO o parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa;

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a conversão em indenização das férias da servidora FERNANDA BORATO SCHLICKMANN DE OLIVEIRA, referentes ao período aquisitivo de 28/06/2025 a 27/06/2026, nos termos do art. 162 da Lei Municipal nº 015/2005.

Art. 2º Determinar ao setor competente que adote as providências administrativas e financeiras necessárias para o pagamento da indenização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Bocaiúva do Sul – PR, 29 de junho de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON SERGIO SCREMIN
1º Secretário da Câmara Municipal

RAFAEL DA CRUZ VIDAL
2º Secretário da Câmara Municipal

Publicado por:
Fernanda Borato Schlickmann
Código Identificador:DB49E48B

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
PORTARIA 017/2026

PORTARIA N.º 017/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso IV, do artigo 36, do Regimento Interno da Câmara Municipal, com fundamento na Lei Municipal n.º 015/2007, e de acordo com o previsto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, **RESOLVE**:

NOMEAR para o Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar, símbolo CC1, **GUILHERME NOVAKOSKI BANDEIRA**, brasileiro, solteiro, portador do documento de identidade n.º 12.357.***-* /PR, a partir de 1º de julho de 2026, com os respectivos vencimentos do cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul-PR, 29 de junho de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON SERGIO SCREMIN
1º Secretário da Câmara Municipal

RAFAEL DA CRUZ VIDAL
2º Secretário da Câmara Municipal

Publicado por:
Fernanda Borato Schlickmann
Código Identificador:19FA3336

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 1 DO CONTRATO N°112-2025

TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo do Contrato N°112/2025, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3 a seguir denominado **OUTORGANTE** e, de outro lado, a empresa **50.772.368 JULIS ANDRE ALVES FERREIRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 50.772.368/0001-46, com sede na Rua Joana da Rosa Coutinho, nº 65, Galpão, centro, na cidade de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. JULIS ANDRE ALVES FERREIRA, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 040.161.629-04 e RG nº 4269965 SESP-SC, residente e domiciliado na cidade de Bom Jesus do Sul – PR, a seguir denominada **OUTORGADA.**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

Fica prorrogada a vigência do presente contrato até a data de 30 de junho de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR
Fica aditivado o presente contrato no montante de **R$ 9.108,00 (nove mil, cento e oito reais)**, em conformidade com a prorrogação de prazo.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 29 de junho de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Outorgante-

50.772.368 JULIS ANDRE ALVES FERREIRA
- Outorgada-

ANTONIO ADAIR ROSA DOS SANTOS
- Gestor do Contrato-

TESTEMUNHAS:
-------_____
ALCIONE MAZZOCATO

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:800D0BA8

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°108-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°108/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: SERAFINI TRANSPORTE ESCOLAR LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa para realização do transporte do trabalhador, da zona rural até a cidade, através do vale único de transporte coletivo.
VIGÊNCIA: 29/06/2026 à 28/06/2028.
VALOR: R$ 370.144,52 (trezentos e setenta mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).
FUNDAMENTO: Inexigibilidade N°17/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:FE6AA558

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°109-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°109/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: TRANSPORTES SEVERGNINI LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa para realização do transporte do trabalhador, da zona rural até a cidade, através do vale único de transporte coletivo.
VIGÊNCIA: 29/06/2026 à 28/06/2028.
VALOR: R$ 289.077,57 (duzentos e oitenta e nove mil e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).
FUNDAMENTO: Inexigibilidade N°18/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:06F1361C

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°110-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°110/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: TRANSPORTES SEVERGNINI LTDA.
OBJETO: Aquisição de 01 (um) KIT SAÚDE INTEGRAL, composto por materiais didáticos e lúdicos destinados a ações de educação em saúde e prevenção de endemias da Secretaria Municipal de Saúde.
VIGÊNCIA: 29/06/2026 à 28/12/2026.
VALOR: R$ 7.840,00 (sete mil, oitocentos e quarenta reais).
FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação N°17/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:C647FF0B

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5944/2026.

Nomeia cidadão sob o Regime Jurídico Único Estatutário – Lei nº 003/97 de 09.01.97.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 003/97 de 09 de janeiro de 1.997,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, sob o Regime Jurídico Único Estatutário, cidadão aprovado em Concurso Público, declarado aberto e realizado em conformidade com o Edital nº 001/2026 de 06 de fevereiro de 2026, e homologado pelo Edital 22/2026 de 18 de maio de 2026, ficando enquadrado(a) conforme a Lei nº 570/2013, a partir de 01 de julho de 2026, com início do Estágio Probatório nesta mesma data, conforme abaixo relacionado:

CARGO: AGENTE DE OPERAÇÃO II		**FUNÇÃO:** OPERADOR DE MÁQUINA			
inscrição	**nome do candidato**	**CI-RG**	**REFER.**	**NÍVEL**	**ANEXO**
220	LEONARDO PEREIRA DE LIMA	13*****70 SESP-PR	VIII	01	III

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de julho de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul-PR, 29 de junho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:580E0F02

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5945/2026.

Nomeia cidadão sob o Regime Jurídico Único Estatutário – Lei nº 003/97 de 09.01.97.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 003/97 de 09 de janeiro de 1.997,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, sob o Regime Jurídico Único Estatutário, cidadão aprovado em Concurso Público, declarado aberto e realizado em conformidade com o Edital nº 001/2026 de 06 de fevereiro de 2026, e homologado pelo Edital 22/2026 de 18 de maio de 2026, ficando enquadrado(a) conforme a Lei nº 570/2013, a partir de 01 de julho de 2026, com início do Estágio Probatório nesta mesma data, conforme abaixo relacionado:

CARGO: AGENTE DE OPERAÇÃO II		**FUNÇÃO:** OPERADOR DE MÁQUINA			
inscrição	**nome do candidato**	**CI-RG**	**REFER.**	**NÍVEL**	**ANEXO**
517	VALDENIR KREINER	10*****88 SESP-PR	VIII	01	III

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de julho de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul-PR, 29 de junho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:9F450B75

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5946/2026.

Nomeia cidadão sob o Regime Jurídico Único Estatutário – Lei nº 003/97 de 09.01.97.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 003/97 de 09 de janeiro de 1.997,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, sob o Regime Jurídico Único Estatutário, cidadão aprovado em Concurso Público, declarado aberto e realizado em conformidade com o Edital nº 001/2026 de 06 de fevereiro de 2026, e homologado pelo Edital 22/2026 de 18 de maio de 2026, ficando enquadrado(a) conforme a Lei nº 570/2013, a partir de 01 de julho de 2026, com início do Estágio Probatório nesta mesma data, conforme abaixo relacionado:

CARGO: AGENTE TÉCNICO I		**FUNÇÃO: TÉNICO EM ENFERMAGEM**			
inscrição	**nome do candidato**	**CI-RG**	**REFER.**	**NÍVEL**	**ANEXO**
322	THAINARA MONTEMEZZO	01*******21 SSP-RS	X	01	III

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de julho de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul-PR, 29 de junho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:DD54EAB7

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5947/2026.

Nomeia cidadão sob o Regime Jurídico Único Estatutário – Lei nº 003/97 de 09.01.97.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 003/97 de 09 de janeiro de 1.997,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, sob o Regime Jurídico Único Estatutário, cidadão aprovado em Concurso Público, declarado aberto e realizado em conformidade com o Edital nº 001/2026 de 06 de fevereiro de 2026, e homologado pelo Edital 22/2026 de 18 de maio de 2026, ficando enquadrado(a) conforme a Lei nº 570/2013, a partir de 01 de julho de 2026, com início do Estágio Probatório nesta mesma data, conforme abaixo relacionado:

CARGO: AGENTE TÉCNICO I		**FUNÇÃO: TÉNICO EM ENFERMAGEM**			
inscrição	**nome do candidato**	**CI-RG**	**REFER.**	**NÍVEL**	**ANEXO**
222	DAYANE PEREIRA PINTO	47****92 SESP-SC	X	01	III

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de julho de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul-PR, 29 de junho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:15963EB5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DA PRIMEIRA CERTIDÃO DE APOSTILAMENTO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2024

Primeira Certidão de Apostilamento do Termo de Colaboração nº 03/2024 nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e do Decreto Municipal nº 1785 de 06 de setembro de 2019.

OBJETO: Este apostilamento tem a finalidade de alterar o plano de trabalho original do Termo de Colaboração nº 03/2024, conforme solicitação emitida pela entidade, através do Ofício nº 052/2026 de 13 de maio de 2026, iniciada pela entidade, aprovada pela Resolução nº 004/2026 de 09 de junho de 2026, emitida pelo Conselho Municipal de Assistência Social, e anuência do Chefe do Executivo.

Data da Assinatura: 26/06/2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:53D3A2C4

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DA PRIMEIRA CERTIDÃO DE APOSTILAMENTO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2024

Primeira Certidão de Apostilamento do Termo de Colaboração nº 04/2024 nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e do Decreto Municipal nº 1785 de 06 de setembro de 2019.

OBJETO: Este apostilamento tem a finalidade de alterar o plano de trabalho original do Termo de Colaboração nº 04/2024, conforme solicitação emitida pela entidade, através do Ofício nº 051/2026 de 13 de maio de 2026, iniciada pela entidade, aprovada pela Resolução nº 005/2026, emitida pelo Conselho Municipal de Assistência Social, e anuência do Chefe do Executivo.

Data da Assinatura: 26/06/2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:7DD13206

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2024

Segundo Termo Aditivo do Termo de Colaboração nº 04/2024 nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e do Decreto Municipal nº 1785 de 06 de setembro de 2019.

OBJETO: Este Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Termo de Colaboração nº 004/2024 para 27 de junho de 2027, conforme solicitação emitida pela entidade, através do Ofício nº 051/2026 de 13 de maio de 2026, iniciada pela entidade, aprovada pela Resolução nº 005/2026 emitida pelo Conselho Municipal de Assistência Social, e anuência do Chefe do Executivo.

Data da Assinatura: 26/06/2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:B3D26495

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 077 DE 29 DE JUNHO DE 2026

Decreto nº 077 de 26 de junho de 2026.

SÚMULA: Altera o Decreto Municipal nº 134, de 26 de agosto de 2025, que reestrutura o Conselho Municipal de Saúde para a Gestão 2025 - 2028.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 811, de 26 de outubro de 2007,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Saúde, instituída pelo Decreto Municipal nº 134, de 26 de agosto de 2025, passando a vigorar com as seguintes substituições:

I. Representantes dos Trabalhadores da Saúde - Suplentes:
a) Fica substituída a conselheira Angela Maria Dapper pela conselheira **Íris Luna Ferreira**.

II. Representantes dos Usuários dos Serviços - Suplentes:
a) Fica substituída a conselheira Rosimere Lopes Braga pela conselheira **Vanuza De Biazzi**.

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Decreto Municipal nº 134, de 26 de agosto de 2025.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 29 DE JUNHO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:B1FFABAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EDITAL Nº 04.001/2026 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Edital nº 04.001/2026

O PREFEITO MUNCIPAL DE CAFELÂNDIA – PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO:

Art. 1º. O Resultado Pós recurso de Habilitação do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 -** Em comprimento ao disposto no **item 9**, informamos o resultado, com base na análise dos documentos apresentados conforme os critérios estabelecidos, os projetos habilitados e os não habilitados, permanecerão em ordem conforme pontuação obtida.

Abaixo, apresentamos a relação dos projetos classificados por ordem decrescente de pontuação, Habilitados e não Habilitados.

Nº	Nome do Projeto	Artistas responsável do Projeto	Nota	Resultado	Parecer
1º	Cores que se Encontram: Diálogos Visuais entre Patricia Skura e Regina Sganzerla.	Regina Sganzerla e Patricia Skura.	95	Habilitado	Documentação atendida integralmente conforme item 9 do edital.
2º	Garagem Criativa.	Sonia Favero.	93	Habilitado	Documentação atendida integralmente conforme item 9 do edital.
3º	Pintar e Motivar.	Adriana Meurer.	92	Não Habilitado	Ausência de documentos obrigatórios.
4º	Roda Viva - Capoeira e Cultura Popular em Cafelândia.	Fundação Padre Luís Luise.	88	Habilitado	Documentação atendida integralmente conforme item 9 do edital.
5º	Berimbau em Movimento: Saberes, Ritmos e Construção Cultural.	Adiraldo Pedro da Silva.	86	Habilitado	Documentação atendida integralmente conforme item 9 do edital.
6º	Xadrez Sustentável: Construindo Saberes com Arte e Reciclagem.	Cristiano Alves Pereira.	85	Habilitado	Documentação atendida integralmente conforme item 9 do edital.
7º	Arte e flor.	Karoline K. Medeiros de Jesus.	82	Habilitado	Documentação atendida integralmente conforme item 9 do edital.
8º	Talentos sem limites: "Arte, inclusão e Cultura na APAE".	APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cafelândia.	80	Habilitado	Documentação atendida integralmente conforme item 9 do edital.
9º	FitDance Kids: Movimento, Cultura e Diversão.	Silvani Vivian Galeno das Neves.	79	Habilitado	Documentação atendida integralmente conforme item 9 do edital.
10º	Som que Transforma: Oficina de Violão e Musicalização.	Fundação Padre Luís Luise.	78	Habilitado	Documentação atendida integralmente conforme item 9 do edital.
11º	Movimento Rosa: Dança e Saúde da Mulher.	Silvani Vivian Galeno das Neves.	77	Habilitado	Documentação atendida integralmente conforme item 9 do edital.
12º	Paisagismo.	Sonia Favero.	76	Habilitado	Documentação atendida integralmente conforme item 9 do edital.
13º	Arte que inclui "Exposição de talentos da APAE Cafelândia".	APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cafelândia.	72	Habilitado	Documentação atendida integralmente conforme item 9 do edital.
14º	Workshop: Arte com jornal e revista.	Karoline K. Medeiros de Jesus.	71	Habilitado	Documentação atendida integralmente conforme item 9 do edital.
15º	Consciência em Arte: Grafismos, Máscaras e Identidade Cultural.	Yara Paiva de Souza	70	Habilitado	Documentação atendida integralmente conforme item 9 do edital.

Art. 2º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 29 DE JUNHO 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:A27EE149

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CALIFÓRNIA/PR

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CALIFÓRNIA /PR-2026

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, FINALIDADE E VINCULAÇÃO

Art. 1º O presente Regimento Interno estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Califórnia – CME, órgão colegiado integrante do Sistema Municipal de Ensino do Município de Califórnia, Estado do Paraná, reorganizado pela Lei Municipal nº 2206/2026.

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação tem funções consultiva, normativa, deliberativa, fiscalizadora, mobilizadora e de assessoramento, atuando em consonância com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as normas educacionais vigentes, o Plano Municipal de Educação e demais legislações aplicáveis.

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação constitui-se em instância de participação social, acompanhamento, orientação e apoio às políticas públicas educacionais do Município, contribuindo para a gestão democrática, a qualidade do ensino, a equidade educacional.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação exercerá suas funções respeitando as competências da Secretaria Municipal de Educação, dos demais conselhos legalmente instituídos e dos órgãos de controle interno e externo, atuando de forma complementar, colaborativa e orientadora.

CAPÍTULO II
DA SEDE, FORO E JURISDIÇÃO

Art. 4º O Conselho Municipal de Educação tem sede e foro no Município de Califórnia, Estado do Paraná, com jurisdição em todo o território municipal.

Art. 5º O Conselho poderá reunir-se em espaço cedido pelo Poder Executivo Municipal, pela Secretaria Municipal de Educação ou em outro local previamente definido, conforme a necessidade dos trabalhos.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º O Conselho Municipal de Educação será composto por membros titulares e respectivos suplentes, representantes do Poder Público e da sociedade civil, conforme a seguinte composição:

I – 1 representante titular e 1 representante suplente da Secretaria Municipal de Educação;

II – 1 representante titular e 1 representante suplente do Poder Executivo Municipal, vinculado à área de Administração e Finanças;

III – 1 representante titular e 1 representante suplente da instituição de ensino privada do Município;

IV – 1 representante titular e 1 representante suplente da rede estadual de ensino do Município;

V – 1 representante titular e 1 representante suplente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

VI – 1 representante titular e 1 representante suplente de entidade da sociedade civil com atuação educacional, social ou comunitária no Município;

VII – 1 representante titular e 1 representante suplente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

VIII – 1 representante titular e 1 representante suplente das APMFs da Educação Infantil da rede municipal de ensino, e 1 representante titular e 1 representante suplente das APMFs do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino;

IX – 1 representante titular e 1 representante suplente das unidades escolares da rede municipal de ensino, sendo servidores efetivos das respectivas instituições.

§ 1º Os membros titulares e suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos, entidades ou segmentos que representam.

§ 2º A indicação dos representantes deverá ser formalizada por ofício ou documento equivalente, contendo a identificação do titular e do suplente.

§ 3º A nomeação dos conselheiros será formalizada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 4º Na hipótese de inexistência de algum dos segmentos previstos neste artigo, a vaga será preenchida por outro representante da mesma natureza de representação, de modo a assegurar o regular funcionamento do Conselho.

§ 5º O exercício da função de conselheiro será considerado de relevante interesse público e não será remunerado.

§ 6º Poderão compor a representação prevista no inciso VI entidades da sociedade civil regularmente constituídas e com atuação comprovada nas áreas educacional, social, comunitária, cultural, assistencial ou de atendimento à criança e ao adolescente no Município.

CAPÍTULO IV
DO MANDATO, POSSE, VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO

Art. 7º O mandato dos conselheiros será de 2 anos, permitida a recondução, conforme a Lei Municipal nº 2206/2026

Art. 8º O mandato de conselheiro será reconhecido após:

I – Indicação formal pelo órgão, entidade ou segmento representado;

II – Nomeação por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III – Posse perante o Conselho Municipal de Educação.

Art. 9º Os conselheiros nomeados tomarão posse em reunião própria do Conselho Municipal de Educação, mediante assinatura de termo de posse e ciência deste Regimento Interno.

Art. 10. Ocorrendo vacância, afastamento, renúncia, perda da condição de representante ou impedimento definitivo, o suplente assumirá a titularidade pelo período restante do mandato.

Art. 11. O mandato do conselheiro será considerado extinto antes do prazo nos casos de falecimento, renúncia, ausência injustificada, perda da condição de representante, substituição formal pelo segmento representado, mudança de domicílio para fora do Município ou impedimento definitivo para o exercício da função.

Parágrafo único. Considera-se ausência injustificada o não comparecimento a 3 reuniões consecutivas ou a 5 intercaladas no período de 12 meses, sem justificativa aceita pela Presidência.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO

Art. 12. Compete ao Conselho Municipal de Educação exercer as funções previstas na Lei Municipal nº 2206/2026 e neste Regimento.

Seção I
Da Função Normativa

Art. 13. No exercício da função normativa, compete ao Conselho:

I – Elaborar normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino, observada a legislação vigente;

II – Autorizar, credenciar e supervisionar, nos termos da legislação aplicável, as instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino, no âmbito da competência municipal;

III – Autorizar o funcionamento das instituições de Educação Infantil da rede privada, comunitária, confessional ou filantrópica, quando vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino do Município;

IV – Estabelecer diretrizes complementares para a organização e o funcionamento das unidades escolares municipais.

Seção II
Da Função Consultiva

Art. 14. No exercício da função consultiva, compete ao Conselho:

I – Emitir parecer sobre matérias educacionais submetidas à sua apreciação pelo Poder Executivo, pela Secretaria Municipal de Educação, pela Câmara Municipal, pelas unidades escolares e por outras instituições, na forma da lei;

II – Opinar sobre planos, programas, projetos e experiências educacionais no âmbito do Município;

III – Manifestar-se sobre propostas de formação, capacitação e atualização dos profissionais da educação;

IV – Opinar sobre convênios, parcerias e demais instrumentos de cooperação na área educacional, quando solicitado.

Seção III
Da Função Deliberativa

Art. 15. No exercício da função deliberativa, compete ao Conselho:

I – Elaborar, aprovar e alterar o seu Regimento Interno;

II – Deliberar sobre matérias de sua competência legal e regimental;
III – Apreciar propostas relativas à criação, ampliação, desativação, reorganização e localização de unidades escolares municipais, observada a legislação vigente;
IV – Deliberar sobre medidas voltadas à melhoria da qualidade do ensino, do fluxo escolar, do rendimento escolar e da gestão democrática.

Seção IV

Da Função Fiscalizadora e de Acompanhamento

Art. 16. No exercício da função fiscalizadora e de acompanhamento, compete ao Conselho:
I – Acompanhar a execução das políticas públicas educacionais no Município;
II – Acompanhar o cumprimento do Plano Municipal de Educação;
III – Acompanhar a aplicação dos recursos públicos vinculados à educação, sem prejuízo das competências específicas de outros conselhos legalmente instituídos e dos órgãos de controle interno e externo;
IV – Zelar pelo cumprimento da legislação educacional no âmbito do Sistema Municipal de Ensino;
V – Acompanhar e avaliar o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino.

Seção V

Da Função Mobilizadora e de Assessoramento

Art. 17. No exercício da função mobilizadora e de assessoramento, compete ao Conselho incentivar a participação social, promover o diálogo entre Poder Público e comunidade escolar, emitir orientações e recomendações e colaborar com ações voltadas à melhoria da política educacional municipal.

CAPÍTULO VI

DOS CONSELHEIROS

Art. 18. Compete aos conselheiros participar das reuniões, votar nas matérias submetidas ao Plenário, relatar processos quando designados, propor encaminhamentos, integrar comissões ou grupos de trabalho e atuar com ética, responsabilidade e compromisso com o interesse público educacional.

Art. 19. É vedado ao conselheiro participar de deliberação que envolva interesse pessoal, particular ou conflito direto de interesse, devendo declarar-se impedido antes da discussão e votação da matéria, com registro em ata.

CAPÍTULO VII

DA ORGANIZAÇÃO INTERNA E DO PLENÁRIO

Art. 20. São órgãos do Conselho Municipal de Educação:
I – Plenário;
II – Presidência;
III – Vice-Presidência;
IV – Secretaria Executiva, quando designada;
V – Comissões ou grupos de trabalho, quando instituídos.

Art. 21. O Plenário é o órgão máximo de deliberação do Conselho Municipal de Educação, composto pelos conselheiros titulares empossados.

Art. 22. Compete ao Plenário:
I – Discutir, votar e deliberar sobre as matérias de competência do Conselho;
II – Aprovar pareceres, resoluções, recomendações, atas e demais documentos oficiais;
III – Aprovar e alterar o Regimento Interno;
IV – Eleger o Presidente e o Vice-Presidente;
V – Instituir comissões ou grupos de trabalho;
VI – Apreciar assuntos encaminhados pela Presidência, pelos conselheiros ou por órgãos competentes;
VII – Decidir sobre os casos omissos deste Regimento.

CAPÍTULO VIII

DA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 23. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação serão eleitos entre seus membros titulares, vedada a ocupação dos cargos de Presidente e Vice-Presidente por representantes do mesmo segmento.

Art. 24. Compete ao Presidente convocar e presidir as reuniões, organizar as pautas, coordenar os debates e votações, assinar os documentos aprovados, representar o Conselho, articular-se com os órgãos competentes, convocar suplentes quando necessário e cumprir este Regimento.

Art. 25. Compete ao Vice-Presidente:
I – Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos;
II – Auxiliar a Presidência na condução dos trabalhos;
III – Exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente ou pelo Plenário.

CAPÍTULO IX

DA SECRETARIA EXECUTIVA, APOIO ADMINISTRATIVO E COMUNICAÇÃO

Art. 26. A Secretaria Executiva, quando designada, prestará apoio técnico, administrativo e organizacional ao Conselho.

Art. 27. Compete à Secretaria Executiva organizar documentos, atas, convocações, registros, pautas, frequência, arquivos e demais encaminhamentos administrativos necessários ao funcionamento do Conselho.

Art. 28. Considerando a organização administrativa do Município, o apoio técnico e administrativo poderá ser prestado pela Secretaria Municipal de Educação, preservada a autonomia deliberativa do Conselho.

Art. 29. O Conselho Municipal de Educação utilizará para comunicações oficiais, recebimento e envio de documentos, o e-mail institucional da Secretaria Municipal de Educação, como canal de apoio administrativo.

Art. 30. As convocações e comunicações oficiais poderão ser realizadas por meio físico ou eletrônico, inclusive por e-mail, desde que assegurado o registro do envio.

CAPÍTULO X

DO FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES

Art. 31. O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que convocado na forma deste Regimento.

Art. 32. O Conselho poderá aprovar calendário anual de reuniões ordinárias, preferencialmente na primeira reunião de cada ano.

Parágrafo único. O calendário poderá ser ajustado pela Presidência, mediante comunicação prévia aos conselheiros, quando houver necessidade administrativa ou interesse público.

Art. 33. As reuniões ordinárias e extraordinárias serão convocadas pelo Presidente ou requeridas por membros do Conselho, com antecedência mínima de 48 horas, salvo situação de urgência devidamente justificada.

Art. 34. As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, remota ou híbrida, desde que assegurada a identificação dos participantes, o registro em ata e a validade das deliberações.

Art. 35. As reuniões instalar-se-ão com a presença da maioria absoluta dos membros titulares em exercício.

Art. 36. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, salvo disposição legal ou regimental em contrário.

Art. 37. A votação será aberta, admitida votação secreta apenas em situações excepcionais, mediante justificativa aprovada em plenário e registro em ata, respeitando a legislação vigente.

Art. 38. Em caso de empate nas deliberações, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 39. O conselheiro poderá solicitar o registro de seu voto em ata.

Art. 40. As reuniões seguirão pauta previamente organizada, contemplando abertura, verificação de quórum, aprovação da ata anterior, discussão das matérias, deliberações, encaminhamentos e encerramento.

Art. 41. As reuniões poderão contar com a participação de técnicos, professores, representantes de órgãos públicos, entidades, instituições ou pessoas convidadas, quando o assunto exigir esclarecimento, contribuição técnica ou participação social.

Parágrafo único. Os convidados poderão fazer uso da palavra, quando autorizados pela Presidência, mas não terão direito a voto.

CAPÍTULO XI

DA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

Art. 42. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos entre os membros titulares do Conselho Municipal de Educação.

Art. 43. A eleição poderá ocorrer por voto aberto, voto secreto ou aclamação, conforme decisão do Plenário.

Art. 44. Será considerado eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos conselheiros presentes, desde que instalada a reunião com maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 45. Em caso de empate, será realizada nova votação. Persistindo o empate, será considerado eleito o conselheiro com maior idade.
Art. 46. O mandato do Presidente e do Vice-Presidente será de 2 anos, permitida a recondução, respeitado o período de mandato como conselheiro.

CAPÍTULO XII
DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Art. 47. O Conselho poderá instituir comissões ou grupos de trabalho temporários para estudo, análise, acompanhamento ou elaboração de propostas sobre matérias específicas, compostos por conselheiros designados pelo Plenário ou pela Presidência, conforme a natureza da matéria.
Parágrafo único. Poderão ser convidados técnicos, representantes de órgãos públicos ou membros da comunidade escolar para contribuir com os trabalhos das comissões ou grupos de trabalho, sem direito a voto.

CAPÍTULO XIII
DAS ATAS, PARECERES, RESOLUÇÕES E ARQUIVO

Art. 48. As reuniões do Conselho serão registradas em ata, contendo data, horário, local, relação dos presentes e ausentes, assuntos tratados, deliberações, encaminhamentos e resultado das votações, quando houver.
Art. 49. O Conselho poderá emitir atas, pareceres, resoluções, recomendações, ofícios, relatórios, manifestações técnicas e demais documentos necessários ao exercício de suas atribuições.
Art. 50. Os documentos oficiais do Conselho deverão ser aprovados pelo Plenário, quando exigido, e assinados pela Presidência, podendo também conter a assinatura dos demais conselheiros, conforme deliberação.
Art. 51. O Conselho manterá arquivo físico e/ou digital próprio, contendo legislação, atos de nomeação, termos de posse, atas, resoluções, pareceres, recomendações, ofícios, listas de presença e demais documentos relacionados ao seu funcionamento.

CAPÍTULO XIV
DO SUPORTE AO FUNCIONAMENTO

Art. 52. O Poder Executivo Municipal assegurará ao Conselho Municipal de Educação o suporte técnico, administrativo e material necessário ao seu regular funcionamento, conforme previsto na Lei Municipal nº 2206/2026
Art. 53. O Conselho poderá solicitar à Secretaria Municipal de Educação documentos, informações, dados e apoio técnico necessários ao desempenho de suas funções.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 54. Este Regimento Interno deverá observar integralmente as disposições da Lei Municipal nº 2206/2026.
Art. 55. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Municipal de Educação, respeitada a legislação vigente.
Art. 56. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do Conselho Municipal de Educação, revogadas as disposições regimentais anteriores em contrário.

Califórnia/PR, 29 de junho de 2026.

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação

Publicado por:
Luiz Eduardo Aparecido de Ananias
Código Identificador:7F511675

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 1366, DE 29 DE JUNHO DE 2026

DECRETO Nº 1366, DE 29 DE JUNHO DE 2026

Dispõe sobre ponto facultativo nas repartições públicas municipais em razão da realização da partida da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:

Art. 1º Fica declarado PONTO FACULTATIVO, no período da tarde do dia 29 de junho de 2026 (segunda-feira), nas repartições públicas da Administração Direta e Indireta do Município de Campina do Simão.
Parágrafo único. O expediente no período da manhã ocorrerá normalmente, encerrando-se às 12h00, ressalvadas as exceções previstas neste Decreto.
Art. 2º O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços públicos considerados essenciais e inadiáveis, que deverão funcionar normalmente ou em regime de plantão, especialmente: urgência e emergência da saúde; transporte de pacientes; Conselho Tutelar; coleta de resíduos sólidos e demais serviços essenciais.
Art. 3º Caberá aos Secretários Municipais assegurar a continuidade dos serviços essenciais.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Campina do Simão, Estado do Paraná, aos 29 de junho de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Marcio Mayer
Código Identificador:5C8F9622

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
RESOLUÇÃO 022/2026 – CMDPI

Dispõe sobre a aprovação do Projeto "Mais Esporte: Movimento Ativo à Inclusão Social", a ser financiado com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campina Grande do Sul – FMDPI.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE CAMPINA GRANDE DO SUL – CMDPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. 47 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 34/2010;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CMDPI nº 06/2017, que regulamenta o Banco de Projetos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campina Grande do Sul – FMDPI;

CONSIDERANDO o Parecer Conjunto das Comissões Permanentes do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campina Grande do Sul;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campina Grande do Sul, em reunião ordinária realizada em 19 de junho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto "Mais Esporte: Movimento Ativo à Inclusão Social", protocolado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social por meio do Ofício nº 056/2026, para

captação e financiamento com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campina Grande do Sul – FMDPI, mediante doações direcionadas ao referido Fundo, nos termos da Resolução CMDPI nº 06/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 23 de junho de 2026.

CAROLINA RIBAS
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campina Grande do Sul/ PR

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:D7ADF111

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 018/2026

Dispõe sobre a aprovação do Projeto "Mais Esporte: Movimento Ativo à Inclusão Social", a ser financiado com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campina Grande do Sul – FMDCA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPINA GRANDE DO SUL – CMDCA/CGS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 20/1997, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a necessidade de observância dos princípios da legalidade, da transparência e da adequada formalização dos atos administrativos;

CONSIDERANDO o disposto pela Resolução nº 11/2021, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que regulamentou o Banco de Projetos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campina Grande do Sul, em reunião ordinária realizada em 19 de junho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto "Mais Esporte: Movimento Ativo à Inclusão Social, protocolado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social por meio do Ofício nº 054/2026, para captação e financiamento com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campina Grande do Sul – FMCDA, mediante doações direcionadas ao referido Fundo, nos termos da Resolução CMDCA nº 11/2021.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 25 de junho de 2026.

CAROLINA RIBAS
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campina Grande do Sul

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:F02CAFD9

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 10, DE 26 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre o Incentivo Financeiro Estadual para implantação de Serviço Residencial Terapêutico, na modalidade de repasse fundo a fundo.

A Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Campina Grande do Sul (CMSCGS), no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelo Regimento Interno do CMS e garantidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; e pela Lei Municipal nº. 44 de 20 de outubro 2005; cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislações correlatas, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Aplicação de Incentivo Financeiro Estadual para manutenção de Serviço Residencial Terapêutico, na modalidade de repasse fundo a fundo no valor de o repasse de R$40.000,00 mensais, referente a 06 meses (de janeiro até junho/2026) totalizando R$240.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VALDIVIO MENDES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS nº 10, de 26 de junho de 2026, nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

MARILDA BARROS DE LIMA SCHWARTZ
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº012/2025

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:E1B3C3D1

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 16/2026 – CMAS

Aprova o pedido de resgate da Associação Kazuco Akamine, referente a recurso recebido por meio de emenda parlamentar concedida pelo Senador Flávio Arns.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 14, de 18 de setembro de 1995;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social de Campina Grande do Sul, em reunião ordinária realizada em 19 de junho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o pedido de resgate em favor do "Projeto Cidades das Artes 2", integrante do Banco de Projetos do Fundo Municipal de Assistência Social de Campina Grande do Sul, de acordo com o Plano de Trabalho e Plano de Aplicação redimensionados ao valor a ser resgatado, conforme requerimento protocolado em 22/05/2026, por meio e de ofício da Associação Kazuco Akamine (protocolo nº 17869/2026), no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), ficando o levantamento dos recursos condicionado ao cumprimento das exigências legais perante a Administração Pública, no âmbito do processo administrativo para formalização do respectivo Termo de Colaboração.

Art. 2º Por se tratar de recurso oriundo de emenda parlamentar, não se aplica a retenção de 10% ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, uma vez que não se trata de doação dirigida via imposto de renda.

Art. 3º Está resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 23 de junho de 2026.

ANDERSON DE JESUS CARDOSO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campina Grande do Sul

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:793A8747

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 17/2026 – CMAS

Dispõe sobre a aprovação do Projeto "Mais Esporte: Movimento Ativo à Inclusão Social", a ser financiado com recursos do Fundo Municipal da Assistência Social de Campina Grande do Sul – FMAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 14, de 18 de setembro de 1995;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social de Campina Grande do Sul, em reunião ordinária realizada em 19 de junho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto "Mais Esporte: Movimento Ativo à Inclusão Social", protocolado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social por meio do Ofício nº 055/2026, para captação e financiamento com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social de Campina Grande do Sul – FMAS, mediante doações direcionadas ao referido Fundo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 23 de junho de 2026.

ANDERSON DE JESUS CARDOSO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campina Grande do Sul

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:C3C7358F

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
Informamos que a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA DESTINADAS À REVITALIZAÇÃO DE CALÇADAS EM C.B.U.Q., INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO DE RAMPAS DE ACESSIBILIDADE (PNE), EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL E SERVIÇOS DE PAISAGISMO (PLANTIO DE GRAMA E ÁRVORES), CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS**, realizada no dia 29/06/2026 às 09:00 horas no sistema ComprasBR, foi considerada como **DESERTA**, tendo em vista a ausência de licitantes participantes.

Campina Grande do Sul, 29 de junho de 2026.

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:C03CAC05

SETOR DE COMPRAS
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO LICITATÓRIO

GABINETE
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO LICITATÓRIO
Pregão Eletrônico: nº. 34/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OFICINAS E ATIVIDADES SOCIOASSISTENCIAIS, ESPORTIVAS, ARTÍSTICAS, CULTURAIS E RECREATIVAS, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ESPECIALMENTE NO CRAS, E AO PÚBLICO ATENDIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, VISANDO AO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E À INCLUSÃO SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
RECURSO ADMINISTRATIVO:
ALBERTO RONI EBLING SILVEIRA - CNPJ nº. 58.321.482/0001-61.
CONSIDERANDO as fundamentações apresentadas pelo Agente de Contratação (Pregoeiro);
CONSIDERANDO as fundamentações do Parecer Jurídico nº 298/2026 da Procuradoria Geral do Município, no qual opinou-se pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Administrativo apresentado pela empresa ALBERTO RONI EBLING SILVEIRA, pelos motivos expostos no parecer;
DECIDO
Ratificar o entendimento do Agente de Contratação (Pregoeiro) e da Procuradoria Geral do Município em seu inteiro teor e forma, decidindo pelo **NÃO PROVIMENTO** do Recurso Administrativo apresentado pela empresa **ALBERTO RONI EBLING SILVEIRA** e pela continuidade e homologação do certame.
A presente decisão será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná – AMP, informada no Portal de Transparência e no sistema do Compras BR.

Campina Grande do Sul, 26 de junho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:6515F325

SETOR DE COMPRAS
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO LICITATÓRIO

GABINETE
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO LICITATÓRIO
Pregão Eletrônico: nº. 34/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OFICINAS E ATIVIDADES SOCIOASSISTENCIAIS, ESPORTIVAS, ARTÍSTICAS, CULTURAIS E RECREATIVAS, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ESPECIALMENTE NO CRAS, E AO PÚBLICO ATENDIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, VISANDO AO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E À INCLUSÃO SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
RECURSO ADMINISTRATIVO:
CLAUDILENE GOMES TEIXEIRA SOARES - CNPJ nº. 66.681.965/0001-03.
CONSIDERANDO as fundamentações apresentadas pelo Agente de Contratação (Pregoeiro);
CONSIDERANDO as fundamentações do Parecer Jurídico nº 299/2026 da Procuradoria Geral do Município, no qual opinou-se pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Administrativo apresentado pela empresa CLAUDILENE GOMES TEIXEIRA SOARES, pelos motivos expostos no parecer;
DECIDO
Ratificar o entendimento do Agente de Contratação (Pregoeiro) e da Procuradoria Geral do Município em seu inteiro teor e forma, decidindo pelo **NÃO PROVIMENTO** do Recurso Administrativo

apresentado pela empresa **CLAUDILENE GOMES TEIXEIRA SOARES** e pela continuidade e homologação do certame.
A presente decisão será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná – AMP, informada no Portal de Transparência e no sistema do Compras BR.

Campina Grande do Sul, 26 de junho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:C678FE06

SETOR DE COMPRAS
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO LICITATÓRIO

GABINETE
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO LICITATÓRIO
Pregão Eletrônico: nº. 34/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OFICINAS E ATIVIDADES SOCIOASSISTENCIAIS, ESPORTIVAS, ARTÍSTICAS, CULTURAIS E RECREATIVAS, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ESPECIALMENTE NO CRAS, E AO PÚBLICO ATENDIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, VISANDO AO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E À INCLUSÃO SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
RECURSO ADMINISTRATIVO
GLOBAL CONSULTORIA CURSOS E TREINAMENTOS ME – CNPJ nº 09.169.635/0001-91.
CONTRARRAZÕES
QUALIFICA CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA – CNPJ nº. 10.728.273/0001-00.
CONSIDERANDO as fundamentações apresentadas pelo Agente de Contratação (Pregoeiro);
CONSIDERANDO as fundamentações do Parecer Jurídico nº 304/2026 da Procuradoria Geral do Município, no qual opinou-se pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Administrativo apresentado pela empresa GLOBAL CONSULTORIA CURSOS E TREINAMENTOS ME, pelos motivos expostos no parecer;
DECIDO
Ratificar o entendimento do Agente de Contratação (Pregoeiro) e da Procuradoria Geral do Município em seu inteiro teor e forma, decidindo pelo **NÃO PROVIMENTO** do Recurso Administrativo apresentado pela empresa **GLOBAL CONSULTORIA CURSOS E TREINAMENTOS ME** para o lote 13 e pela continuidade e homologação do certame.
A presente decisão será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná – AMP, informada no Portal de Transparência e no sistema do Compras BR.

Campina Grande do Sul, 26 de junho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:32245A18

SETOR DE COMPRAS
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO LICITATÓRIO

GABINETE
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO LICITATÓRIO
Pregão Eletrônico: nº. 34/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OFICINAS E ATIVIDADES SOCIOASSISTENCIAIS, ESPORTIVAS, ARTÍSTICAS, CULTURAIS E RECREATIVAS, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ESPECIALMENTE NO CRAS, E AO PÚBLICO ATENDIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, VISANDO AO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E À INCLUSÃO SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
RECURSO ADMINISTRATIVO LUCIANO AGNELO ORO – CNPJ nº 13.121.115/0001-86.
CONTRARRAZÕES GLOBAL CONSULTORIA CURSOS E TREINAENTOS ME – CNPJ nº. 09.169.635/0001-91.
CONSIDERANDO as fundamentações apresentadas pelo Agente de Contratação (Pregoeiro);
CONSIDERANDO as fundamentações do Parecer Jurídico nº 300/2026 da Procuradoria Geral do Município, no qual opinou-se pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Administrativo apresentado pela empresa LUCIANO AGNELO ORO, pelos motivos expostos no parecer;
DECIDO
Ratificar o entendimento do Agente de Contratação (Pregoeiro) e da Procuradoria Geral do Município em seu inteiro teor e forma, decidindo pelo **NÃO PROVIMENTO** do Recurso Administrativo apresentado pela empresa **LUCIANO AGNELO ORO** e pela continuidade e homologação do certame.
A presente decisão será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná – AMP, informada no Portal de Transparência e no sistema do Compras BR.

Campina Grande do Sul, 26 de junho de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:B6DDD701

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 86/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 86/2026
ID nº: 2026166
Pregão nº: 47/2026
Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CALHAS, RETIRADA, SUBSTITUIÇÃO, LIMPEZA, MANUTENÇÃO, REPAROS EM GERAL, RUFOS E CONDUTORES, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIAS MUNICIPAIS, DE ACORDO COM O QUANTITATIVO E DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: BELLALU SOLUCOES LTDA**CNPJ:** 45.977.864/0001-04
Valor total: R$ 848.270,00. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
ABNER DE SOUZA CORDEIRO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 23 de Junho de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:0DB495AA

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 80/2026

Extrato de Contrato
Contrato nº: 80/2026
ID nº: 2026162
Inexigibilidade nº: 65/2026
Objeto:CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA DOMICILIAR, DESTINADO A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ, REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2024
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: FISIOVITALLE FISIOTERAPIA E ESTÉTICA LTDA **CNPJ:** 26.291.783/0001-01
Valor total: R$ 524.500,00. **Vigência:** 60 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
JOYCE BERGAMINI JUREKI	FISCAL

Campina Grande do Sul, 23 de Junho de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:450963D5

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 81/2026

Extrato de Contrato
Contrato nº: 81/2026
ID nº: 2026169
Inexigibilidade nº: 66/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CASA DE ACOLHIMENTO ANJO DA GUARDA PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE CUIDADOR EXCLUSIVO DESTINADO AO ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO INTEGRAL DO MENOR J.E.S.P., ACOLHIDO NA INSTITUIÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS SUAS NECESSIDADES ESPECÍFICAS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: A ASSOCIACAO CASA DE ACOLHIMENTO ANJO DA GUARDA **CNPJ:** 36.488.133/0001-04
Valor total: R$ 144.000,00. **Vigência**: 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
SILMARA TAYS ANDRADE GONCALVES DOS SANTOS	FISCAL

Campina Grande do Sul, 25 de Junho de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:04734553

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 82/2026

Extrato de Contrato
Contrato nº: 82/2026
ID nº: 2026170
Pregão nº: 43/2026
Objeto:AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E TREINAMENTO, DESTINADOS AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO LOCALIZADO NO BAIRRO ARAÇATUBA, ATRAVÉS DE RECURSOS ESTADUAIS ORIUNDOS DAS DELIBERAÇÕES N°48/2025- PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA PARA A PESSOA IDOSA - E N°49/2025 - INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ: ENVELHECIMENTO ATIVO, REPASSADOS AO MUNÍCIPIO POR MEIO DO CECIPI-PR
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: PROJESOM PROJETOS E INSTALACOES DE SOM LTDA **CNPJ:** 19.734.227/0001-99
Valor total: R$ 63.650,00. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
NELSON VAGNER DE SANTI	FISCAL

Campina Grande do Sul, 25 de junho de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:072A2BF8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°243/2026

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os termos do parágrafo 1º, do Art. 84º da Lei 221/93 Estatuto dos Servidores Municipais de Campo do Tenente, **RESOLVE:**

Art. 1º – Concede gratificação de FG IV, ao servidor efetivo CLODOALDO KUHL**,** matrícula nº 4741, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, lotado na Secretaria de Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, para exercer atividades de coordenação e supervisão dos serviços executados pelos tratores da Secretaria, incluindo a orientação técnica e operacional dos respectivos operadores.

Art. 2° – Esta Portaria entrará em vigor nesta data, com efeitos financeiros a contar de 19 de Setembro de 2025.

Campo do Tenente – PR, 24 de Junho de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:36F70E20

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 522/2026

Retira Função Gratificada de simbologia FG6, da servidora ELIZETE DO ROCIO VIEIRA DA LUZ, na forma em que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) Memorando SEMEC n.º 488/2026.

D E C R E T A

Art. 1º - **RETIRA** a Função Gratificada de simbologia FG6 da servidora **ELIZETE DO ROCIO VIEIRA DA LUZ,** matrícula n.º 973, a partir 01/07/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/07/2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 26 de junho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:10AD992D

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.497/2026

Denomina "SIMÃO PINTO DOS SANTOS" a Unidade de Saúde do Bairro Retiro, no Município de Campo Magro, e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado **"SIMÃO PINTO DOS SANTOS"** a Unidade de Saúde situado no Bairro Retiro, no Município de Campo Magro, Estado do Paraná.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal adotará as providências administrativas necessárias à fiel execução desta Lei, inclusive quanto à identificação e sinalização do referido prédio público.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campo Magro, em 29 de junho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:22262B93

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.498/2026

Alterar denominação a logradouro público deste Município.

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera a Lei Municipal nº 1061, de 04 de dezembro de 2018, passando a Rua Antônio Toaldo, registrada sob cód. CM 190, a ter início na Rua Ângelo Menegusso e término na Rua Orlando Bonifácio Colodel, totalizando a extensão de 3,54 quilômetros.

Art. 2º - Fica denominada "**Rua Orlando Bonifácio Colodel**", trecho da rua registrada sob cód. CM 190, Rua Antônio Toaldo e termina na Estrada Lufrido Junior Menegusso, totalizando 3,21 quilômetros.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Campo Magro, em 29 de junho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:F59CAD61

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.499/2026

Institui o Programa Irriga Campo Magro, que tem por objetivo incentivar a prática da irrigação nas propriedades rurais do município, promovendo o uso consciente da água e o aumento da produtividade agrícola.

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído **o Programa Irriga Campo Magro**, com o objetivo de incentivar a prática da irrigação nas propriedades rurais do município, promovendo o uso consciente da água e o aumento da produtividade agrícola, especialmente nos períodos de estiagem.

Art. 2º A iniciativa contará com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, que oferecerá suporte técnico e operacional para a instalação de reservatórios de irrigação, como açudes escavados e revestidos com lona, garantindo a captação e o armazenamento adequado da água.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Campo Magro disponibilizará, sem custo, duas diárias de até 08 (oito) horas por ano de máquina retroescavadeira ou escavadeira por produtor rural, para a escavação de açudes de irrigação em área seca da propriedade.

Art. 4º O Programa tem por objetivo:

I – Aumentar a produtividade das propriedades rurais especialmente as da agricultura familiar;
II – promover a segurança hídrica aos produtores;
III – aumentar de renda das famílias da agricultura familiar;
IV – Valorizar a agricultura familiar e a produção local.

Art. 5º Para participar do programa, o produtor deverá apresentar a seguinte documentação:

I - Os interessados deverão se cadastrar junto à Secretária Municipal de agricultura;
II – Os reservatórios deverão ser escavados em área seca, com distância máxima de 100 (cem) metros da área produtiva;
III – Fica proibida a escavação em área de manancial, área de preservação permanente (APP) ou em locais com vegetação nativa;
IV – Somente produtores com CAF ativo (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) nos municípios poderão ser comtemplados;
V – A Secretária Municipal de Agricultura disponibilizará técnico capacitado para avaliar e indicar a melhor localização do reservatório, além de acompanhar a execução da obra;
VI – A água armazenada será destinada exclusivamente à irrigação agrícola.

Art. 6º Para participar do programa, o produtor deverá apresentar a seguinte documentação:

I – Documentos de identidade (RG) e CPF
II –CAF ativo (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar);
III –Comprovante de endereço no município de Campo Magro;
IV - Documentação do imóvel ou autorização formal de uso.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 29 de junho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:5F2E389D

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.500/2026

"Dispõe sobre as entidades qualificadas como organizações sociais, cria o programa municipal de publicização, a comissão municipal de publicização e dá outras providências."

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a qualificar como Organizações Sociais as entidades constituídas sob a forma de fundação, associação ou sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam relacionadas com as áreas social, educacional, ambiental, de desenvolvimento científico e tecnológico, cultural, esportiva e de saúde, atendidas as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º. – São requisitos específicos para que a entidade privada se habilite à qualificação como Organização Social:

I - comprovar o registro do seu ato constitutivo, dispondo sobre:

a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
b) finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
c) obrigatoriedade de, em caso de extinção, o patrimônio, legados ou doações que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serem incorporados integralmente ao patrimônio do Município ou ao de outra Organização Social, qualificada na forma desta Lei;
d) previsão de participação no órgão colegiado de deliberação superior de representantes do Poder Público, de membros da comunidade de notória capacidade profissional e idoneidade moral, nos termos desta Lei;
e) obrigatoriedade de publicação, no Diário Oficial do Estado do Paraná - Atos do Município de Campo Magro, do Contrato de Gestão na íntegra, dos relatórios financeiros anuais e do relatório anual de execução do Contrato de Gestão;
f) em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;
g) proibição da distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.

II - ter a entidade, como órgão de deliberação e de direção superior, um Conselho de Administração e, como órgão de direção, uma Diretoria, sendo assegurado àquele atribuições normativas e de controle básico, previstas nesta Lei;

III - ter a entidade recebido parecer favorável quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como Organização Social, dado pelo titular do órgão de administração direta ou indireta da área de atividade correspondente ao seu objeto social e pela Comissão Municipal de Publicização, a que se refere o Art. 22 desta Lei.

Art. 3º. – O Conselho de Administração de que trata o inciso II, do Art. 2º será estruturado nos termos que dispuser o respectivo Estatuto, observados ainda os seguintes critérios:

I - ser composto por:

a) 20 a 40% de representantes do Poder Público Municipal, na qualidade de membros natos;
b) 20 a 30% de membros indicados pelas entidades representativas da sociedade civil, na qualidade de membros natos;
c) 10 a 30% de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
d) até 10% de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo Estatuto;
e) até 10%, no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou associados.

II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho terão mandato de 04 (quatro) anos, admitida uma recondução, sendo que os membros natos serão indicados e substituídos a qualquer tempo;

III - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos e indicados será de 02 (dois) anos, segundo critérios estabelecidos no Estatuto;

IV - o dirigente máximo da entidade participará das reuniões do Conselho de Administração, sem direito a voto;

V - o Conselho de Administração deverá reunir-se, ordinariamente, no mínimo 06 (seis) vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;

VI - os representantes das entidades previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste Artigo deverão compor mais de 50% (cinquenta por cento) do Conselho; VII - os Conselheiros eleitos ou indicados para integrar a Diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem as correspondentes funções executivas.

Art. 4º. – Para os fins estabelecidos no inciso II, do Art. 2º desta Lei, compete ao Conselho de Administração:

I - definir os objetivos e diretrizes de atuação da entidade;

II - aprovar a proposta do Contrato de Gestão da entidade;

III - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

IV - escolher, designar e dispensar os membros da Diretoria;

V - fixar a remuneração dos membros da Diretoria;

VI - aprovar e dispor sobre a alteração do Estatuto e a extinção da entidade por maioria de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros;

VII - aprovar o Regimento Interno da entidade, que disporá sobre a estrutura, funcionamento, gerenciamento, cargos e competências;

VIII - aprovar por maioria de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

IX - aprovar e encaminhar, ao órgão público supervisor da execução do Contrato de Gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria;

X - fiscalizar, com o auxílio de auditoria externa, o cumprimento das diretrizes e metas definidas para a entidade e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade.

Art. 5º. A Diretoria terá sua composição e atribuições definidas no Estatuto da entidade.

Art. 6º. – A qualificação da entidade como Organização Social será feita por ato do motivado do Prefeito Municipal.

I – comprovação do atendimento dos requisitos previstos nesta Lei;

II – parecer técnico favorável do órgão da administração pública municipal da área correspondente à atividade da entidade;

III – parecer da Comissão Municipal de Publicização;

IV – publicação do ato de qualificação no órgão oficial do Município.

Art. 7º. – A extinção de entidade pública, a desativação estrutural relevante de órgão ou unidade administrativa, a cessão relevante de bens públicos ou a transferência integral de serviço público essencial para execução por Organização Social somente poderão ocorrer mediante:

I – estudo técnico prévio de vantajosidade, com demonstração comparativa dos impactos administrativos, operacionais e financeiros da medida;

II – demonstração específica do interesse público;

III – plano de transição que assegure a continuidade e a regularidade do serviço;

IV – preservação dos direitos dos servidores públicos, na forma da lei;

V – autorização legislativa específica, quando a medida implicar extinção de estrutura criada por lei ou transferência integral de serviço essencial.

Art. 8º. – O Contrato de Gestão é o instrumento celebrado entre o Município de Campo Magro, representado pelo Prefeito Municipal e Órgão da Administração Direta e Indireta afim e a Organização Social, por intermédio de seus representantes legais, no qual são definidas as atribuições, responsabilidades e obrigações do Governo Municipal e da Organização Social, no desempenho das ações e serviços que lhe forem atribuídos.

Parágrafo Único - O Contrato de Gestão deverá ser submetido, após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Prefeito Municipal.

Art. 9º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato de Gestão Organizações Sociais, desde que devidamente qualificadas.

Art. 10. – Na elaboração do Contrato de Gestão observar-se-ão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, ainda, os seguintes preceitos:

I - o Contrato de Gestão deverá especificar o programa de trabalho proposto pela Organização Social, estipular os objetivos e metas e os respectivos prazos de execução, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - o Contrato de Gestão poderá estipular limites e critérios para a despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais, no exercício de suas funções;

III – definição de indicadores mínimos obrigatórios de qualidade, produtividade, economicidade e efetividade;

IV – estabelecimento de metas quantitativas e qualitativas mensuráveis, com cronograma de execução;

V – previsão dos meios de monitoramento e avaliação periódica dos resultados;
VI – definição das medidas corretivas e das consequências do descumprimento injustificado das metas pactuadas;

VII – previsão de auditoria independente anual, quando o contrato de gestão envolver valores ou grau de complexidade definidos em regulamento.

Parágrafo 1º - Os titulares dos órgãos da administração direta e indireta signatárias, observadas as peculiaridades de suas áreas de atuação, definirão os demais termos dos Contratos de Gestão a serem firmados no âmbito dos respectivos órgãos.

Parágrafo 2° - O contrato de gestão estabelecerá limites e critérios para as despesas com remuneração dos dirigentes da Organização Social, vedado que a parcela custeada com recursos públicos municipais exceda, individualmente, o subsídio mensal do cargo de Secretário Municipal.

Art. 11. – A execução do Contrato de Gestão terá supervisão e controle interno do Conselho de Administração, supervisão externa do órgão da administração direta ou indireta signatário, e será fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado, que verificará os aspectos programático, funcional e finalístico das atividades desenvolvidas pela Organização Social, conforme definido nesta Lei.

§ 1º É obrigatória a apresentação, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse do serviço, de relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 2º Os resultados alcançados com a execução do Contrato de Gestão serão analisados periodicamente, por comissão de avaliação, constituída por ocasião da formalização do Contrato de Gestão, composta por especialistas de notória qualificação, que emitirão relatório conclusivo, o qual será encaminhado pelo órgão de deliberação coletiva da entidade ao órgão do governo responsável pela respectiva supervisão e aos órgãos de controle interno e externo do Município.

Art. 11-A. Fica assegurada a participação dos usuários dos serviços públicos executados por Organizações Sociais, por meio de:

I – ouvidoria obrigatória;

II – canais permanentes de atendimento ao cidadão;

III – pesquisas periódicas de satisfação dos usuários;

IV – participação em conselhos consultivos ou instâncias equivalentes, quando compatível com a natureza do serviço;

V – divulgação periódica das manifestações recebidas e das providências adotadas, resguardados os dados pessoais e as informações legalmente sigilosas.

Art. 11-B. As Organizações Sociais que receberem recursos públicos ficarão sujeitas à fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo competentes e, quando o contrato de gestão envolver valores ou grau de complexidade definidos em regulamento, à auditoria independente anual.

Parágrafo único. Os relatórios de auditoria e de fiscalização deverão integrar a prestação de contas do contrato de gestão, ser encaminhados ao Poder Executivo e à Câmara Municipal e disponibilizados em meio eletrônico para consulta pública, observado o disposto na legislação aplicável.

Art. 12. – O prazo de duração do Contrato de Gestão será fixado de acordo com a natureza e a complexidade do objeto, não podendo exceder 24 (vinte e quatro) meses, admitida renovação, mediante decisão motivada da autoridade competente, desde que observados, cumulativamente:

I – avaliação anual do cumprimento das metas e indicadores pactuados;

II – aprovação da prestação de contas correspondente;

III – demonstração da vantajosidade e do interesse público na continuidade da parceria;

IV – manutenção da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da entidade;

V – publicação do ato de renovação e de sua motivação.

a) A renovação não será automática e dependerá da comprovação satisfatória da execução contratual.
VI – comprovação de que a entidade possui, no mínimo, 1 (um) ano de existência, com situação cadastral ativa junto à Receita Federal do Brasil, bem como experiência prévia, comprovada por Declaração de Contratantes anteriores, pelo mesmo período, na execução de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria.

Art. 13. – Às Organizações Sociais que celebrarem Contrato de Gestão poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos visando ao cumprimento de seus objetivos.

§ 1º Ficam assegurados os créditos orçamentários previstos para a Organização Social e a respectiva liberação financeira nos limites do Contrato de Gestão.

§ 2º Os bens de que trata este Artigo serão destinados à Organização Social, nos termos do art. 121 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro.

Art. 14. – A Organização Social fará publicar, no prazo de 90 (noventa) dias contados assinatura do Contrato de Gestão, o regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras.

Art. 14-A. As Organizações Sociais deverão assegurar transparência ativa de sua atuação, mediante divulgação, em portal eletrônico próprio e no sítio eletrônico oficial do Município, no que couber, das seguintes informações:

I – contratos de gestão, termos aditivos e respectivos anexos;

II – relatórios de execução física e financeira;

III – metas, indicadores de desempenho e resultados alcançados;

IV – demonstrações contábeis, balanços e prestações de contas;

V – relatórios de auditoria, quando houver;

VI – relação nominal dos dirigentes e a remuneração custeada com recursos públicos;

VII – quadro remuneratório por função dos empregados vinculados à execução do contrato de gestão, resguardados os dados pessoais protegidos em lei.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo deverão ser atualizadas periodicamente, apresentadas em linguagem clara, objetiva e acessível ao cidadão, observadas a legislação de acesso à informação e a legislação de proteção de dados pessoais.

Art. 15. – São recursos financeiros das entidades de que trata esta Lei:

I - as dotações orçamentárias que lhes destinar o Poder Público Municipal, na forma do respectivo Contrato de Gestão;

II - as subvenções sociais que lhe forem transferidas pelo Poder Público Municipal, nos termos do respectivo Contrato de Gestão;

III - as receitas originárias do exercício de suas atividades;

IV - as doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras;

V - os rendimentos de aplicações do seu ativo financeiro e outros relacionados a patrimônio sob sua administração;

VI - outros recursos que lhes venha a ser destinados.

Art. 16. – O Poder Executivo Municipal poderá intervir na Organização Social, na hipótese de comprovado risco quanto à regularidade dos serviços transferidos ou ao fiel cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Gestão.

§ 1º A intervenção far-se-á mediante decreto do Prefeito Municipal que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção, seus objetivos e limites.

§ 2º A intervenção terá a duração máxima de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 3º Declarada a intervenção, o Poder Executivo Municipal deverá, através do seu titular, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do respectivo decreto, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 4º Caso fique comprovado não ter ocorrido irregularidade na execução dos serviços transferidos, deverá a gestão da Organização Social retomar imediatamente aos seus órgãos de deliberação superior e de direção, emitindo-se ato do Executivo Municipal para a votação do decreto de intervenção.

Art. 17. – Os responsáveis pela supervisão da execução do Contrato de Gestão ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por Organização Social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 18. – Sem prejuízo da medida aludida no Artigo anterior, quando assim o exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização e execução do Contrato da Gestão representarão ao Ministério Público ou à Procuradoria Geral do Município para que requeira ao Juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e sequestro dos bens de seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado danos ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de sequestro de bens será processado de acordo com o disposto no Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mandas pelo demandado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores sequestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da entidade.

Art. 19. – O Poder Executivo poderá proceder a desqualificação da entidade como Organização Social quando constatado o descumprimento das disposições contidas no Contrato de Gestão.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da Organização Social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 20. – A Administração Pública Municipal, direta, autárquica e funcional, deverá realizar procedimentos público, impessoal e objetivo de seleção, com ampla publicidade e critérios técnicos previamente definidos em edital, para a celebração de contrato de gestão com Organizações Sociais, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência economicidade.

Art. 21. – Fica criado o Programa Municipal de Publicização, que tem como objetivo permitir que as atividades do setor de prestação de

serviços não-exclusivos, a que se refere o art. 1º desta Lei, desenvolvidos por entidades, órgãos e unidades administravas do Poder Executivo Municipal sejam absorvidas por Organizações Sociais qualificadas nos termos desta Lei, para que estas atividades sejam otimizadas através da melhor utilização dos recursos, com ênfase nos resultados, de forma mais flexível e orientadas para o cidadão-cliente, mediante controle social.

Art. 22. – Fica criada a Comissão Municipal de Publicização, como órgão de decisão superior do Programa Municipal de Publicização, com as seguintes competências:

I - aprovar a indicação de inclusão de entidades, órgãos, unidades administravas ou atividades da Administração Municipal no Programa Municipal de Publicização;

II - emitir parecer quanto à qualificação da entidade privada como Organização Social, nos termos desta Lei, encaminhando-o ao Prefeito Municipal;

III - propor a extinção de entidade, órgão, unidade ou atividade da Administração Pública Municipal que desenvolva as atividades definidas no art. 1º desta Lei e a transferência de suas atividades e serviços para as Organizações Sociais;

IV - aprovar, no âmbito da Administração Municipal, a redação final do Contrato de Gestão a ser firmado com cada Organização Social;

V - aprovar a desqualificação da Organização Social, observado o disposto nesta Lei e no respectivo Contrato de Gestão.

Art. 23. – A Comissão Municipal de Publicização será composta por representantes do Poder Executivo, da sociedade civil e por membros de reconhecida capacidade técnica, na forma do regulamento, assegurada composição equilibrada e vedada a participação de pessoa que possua conflito de interesses em relação à entidade qualificada, ao procedimento de seleção ou ao contrato de gestão:

§ 1º A participação da sociedade civil corresponderá a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) da composição total da Comissão.

§ 2º Os membros da Comissão deverão atuar com independência, motivação técnica e observância dos princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.

§ 3º As atas, deliberações, relatórios e decisões da Comissão serão obrigatoriamente publicados no sítio eletrônico oficial do Município e encaminhados à Câmara Municipal para fins de controle institucional.

Art. 24. – A Secretaria Municipal de Administração cabe a supervisão coordenação das funções de apoio e assessoramento técnico ao Programa Municipal de Publicização.

Art. 25. – Poderá o Município, através de seus órgãos competentes, acompanhar e orientar juridicamente na criação de Organizações Sociais, assessorando na elaboração dos respectivos estatutos e na inscrição dos atos constitutivos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Art. 26. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo ser regulamentada pelo executivo no prazo de 90 dias.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 29 de junho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:96FD893A

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003.2026

SÚMULA: Convoca Sessão Legislativa Extraordinária para fim específico.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO**, Estado do
Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa;

CONSIDERANDO o recebimento de Requerimento subscrito pela Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização, que solicita a designação de data para o julgamento das contas do Poder Executivo, relativas ao exercício financeiro de 2020;

CONSIDERANDO a competência do Plenário para deliberar sobre a matéria e a prerrogativa da Presidência para convocar sessões extraordinárias durante o recesso parlamentar, nos termos dos artigos 6º, § 2º e 5º, do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os Senhores Vereadores para a **Sessão Legislativa Extraordinária** a ser realizada no dia **02 de julho de 2026 (terça-feira)**, às **10h00**, no Plenário desta Câmara Municipal.

Art. 2º A Ordem do Dia para a referida sessão tratará, em caráter exclusivo, da seguinte matéria: **I** Deliberação sobre o Processo Administrativo nº 03/2026, que dispõe sobre a prestação de contas do Chefe do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 2020.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser dada ampla publicidade aos membros desta Casa e aos demais interessados.

Publique-se. Cumpra-se.

Campo Magro, 23 de junho de 2026.

RONES RIBAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:B10EAD5B

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ERRATA EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003.26

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2026

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EX-PREFEITO CLAUDIO CESAR CASAGRANDE EXERCICIO 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Regimento Interno da Casa, faz conhecer:
Constou do edital de convocação a data da Sessão Extraordinária, "a ser realizada no dia **02 de julho de 2026 (terça-feira)**, às 10h00min", quando deveria constar: **"a ser realizada no dia 02 de julho de 2026 (quinta-feira), às 10h00min".**

Publique-se, dê ciência aos interessados. Campo Magro, 26 de junho de 2026.

RONES RIBAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:FCF921A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 026/2026

PROTOCOLO 2638/2026

O Prefeito Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento no Art.75, inciso II da Lei 14.133/2021, **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE,** em favor de: **1) MAGISTRAL LABORATÓRIO LTDA,** inscrita no **CNPJ 36.424.506/0001-75,** com o valor de R$ 791,00 (Setecentos e noventa e um reais); **2) MEDINGÁ COMERCIAL LTDA** inscrita no **CNPJ 57.742.953/0001-42,** com o valor de R$ 7.780,00 (Sete mil, setecentos e oitenta reais); **3) PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA** inscrita no **CNPJ 02.816.696/0001-54,** com o valor de R$ 15.530,63 (Quinze mil, quinhentos e trinta reais e sessenta e três centavos); **4) PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** inscrita no **CNPJ 81.706.251/0001-98,** com o valor de R$ 300,00 (Trezentos reais), e **5) SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** inscrita no **CNPJ 00.656.468/0001-39,** com o valor de R$ 3.062,00 (Três mil e sessenta e dois reais), totalizando o valor global de **R$ 27.463,63 (Vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro, 29 de junho de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:29B1C62D

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 027/2026

PROTOCOLO 2490/2026

O Prefeito Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento no Art.75, inciso II da Lei 14.133/2021, **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE CAMPO MAGRO** em favor de **MEDINGÁ COMERCIAL LTDA,** inscrita no **CNPJ 57.742.953/0001-42**, com o valor global de **R$ 58.976,19 (Cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e seis reais e dezenove centavos),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro, 29 de junho de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:EF75DAE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 028/2026

PROTOCOLO 2510/2026

O Prefeito Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento no Art.75, inciso II da Lei 14.133/2021, **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE CAMPO MAGRO** em favor de **FARMODONTO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no **CNPJ 25.386.019/0001-49**, com o valor global de **R$ 18.881,25 (Dezoito mil, oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro, 29 de junho de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:92AFA402

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.828 DE 29 DE JUNHO DE 2026

Dispõe sobre a desafetação e autoriza a alienação de imóvel aos beneficiários da Faixa Urbano 2 do Programa Minha Casa, Minha Vida - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDÓI, Estado do Paraná, aprovou e eu, ALDOINO GOLDONI FILHO, Prefeito Municipal, sanciono com base no Art. 50 da Lei Orgânica Municipal a seguinte Lei.

Art. 1º Fica desafetado da condição de bens indisponíveis, passando à categoria de bens disponíveis, os imóveis urbanos relativos às matriculas 36.402, 36.403, 36.404 e 36.405 do livro 2 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Guarapuava-PR, que somados, perfazem o total de 21.075,72m² (vinte e um mil e setenta e cinco metros e setenta e dois centímetros quadrados), e juntos equivalem o valor de R$2.107.572,00 (dois milhões e cento e sete mil e quinhentos e setenta e dois reais).
Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, mediante venda subsidiada, os imóveis resultantes de parcelamento que for realizado sobre os terrenos relativos as matriculas descritas no art. 1º, aos beneficiários das Faixas Urbano 2 e 3 do Programa Minha Casa, Minha Vida - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
§ 1º Os imóveis relacionados no art. 1º desta Lei, serão objeto de parcelamento e serão destinados à construção unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, instituído pela Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023.
§ 2º A venda subsidiada de que trata este artigo será formalizada por procedimento de dispensa de licitação, nos termos do art. 76, I, "f", da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Art. 3º Após o adequado parcelamento das matriculas descritas no art. 1º, os lotes resultantes serão alienados aos beneficiários pelo valor de R$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), cada.
Parágrafo único. O pagamento do valor descrito no caput será oriundo do contrato de financiamento de cada beneficiário com a Caixa Econômica Federal e será destinado ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), ou, na sua substituição ou falta, ao que estiver relacionado com a matéria de habitação social.
Art. 4º Com fundamento no § 8º do art. 6º da Lei Federal nº 14.620, de 2023, fica assegurada:
I - a isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), nas transferências oriundas da presente Lei;
II - a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), até a devida expedição do habite-se e devida formalização do contrato entre o beneficiário e a Caixa Econômica Federal, referente a unidade adquirida pelos critérios e benefícios desta Lei.;
III - a isenção do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), incidente sobre as operações relativas à construção de unidades habitacionais e obras de infraestrutura necessária a viabilização do empreendimento, até a entrega dos imóveis aos beneficiários;
IV - a isenção das taxas referentes à expedição de alvará de construção e habite-se.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Candói, em 29 de junho de 2026

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:A2339AFC

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO/CMS Nº 06//2026

Dispõe sobre a manifestação do Conselho Municipal de Saúde de Candói/PR quanto à solicitação apresentada pela APAC – Associação de Proteção aos Animais de Candói.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANDÓI/PR, no uso de suas atribuições legais e regimentais, reunido em sessão ordinária/extraordinária realizada em 26 de junho de 2026;
CONSIDERANDO a solicitação apresentada pela APAC – Associação de Proteção aos Animais de Candói, inscrita no CNPJ nº 35.541.866/0001-94;
CONSIDERANDO a publicação oficial da Lei Orçamentária Anual do Estado do Paraná para o exercício de 2026, na qual consta indicação de apoio financeiro à referida Organização da Sociedade Civil;
CONSIDERANDO que a publicação oficial aponta o recurso para aquisição de bens de capital, no valor de R$ 30.000,00, destinado ao desenvolvimento das atividades da entidade;
CONSIDERANDO a documentação apresentada pela entidade e analisada pelo plenário deste Conselho;
CONSIDERANDO a relevância das ações de proteção animal quando relacionadas ao interesse público, à prevenção de agravos, ao controle de zoonoses, à vacinação, à assistência sanitária e à promoção da saúde coletiva;
CONSIDERANDO que a presente manifestação não substitui a análise técnica, jurídica, documental, orçamentária ou financeira a ser realizada pelos órgãos estaduais competentes, nem autoriza liberação ou pagamento de recurso;
RESOLVE:
Art. 1º Manifestar-se favoravelmente à solicitação apresentada pela APAC – Associação de Proteção aos Animais de Candói, CNPJ nº 35.541.866/0001-94, reconhecendo o interesse público da atuação da entidade, especialmente no que se relaciona à proteção animal e aos possíveis reflexos em saúde pública no Município de Candói/PR.
Art. 2º A presente manifestação fica condicionada à compatibilidade entre o objeto aprovado no sistema estadual competente e a finalidade efetivamente apresentada pela entidade, observando-se a publicação oficial que indica a natureza do apoio financeiro para aquisição de bens de capital.
Art. 3º Recomenda-se que a entidade mantenha atualizada toda a documentação exigida pelo sistema estadual competente, incluindo plano de trabalho/plano de aplicação, documentos institucionais, regularidade cadastral e demais documentos que venham a ser solicitados.
Art. 4º Esta Resolução não representa autorização de execução financeira, liberação de recurso, celebração de convênio ou aprovação definitiva do plano de trabalho, cabendo tais providências aos órgãos competentes e à entidade beneficiária, conforme normas aplicáveis.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Candói/PR, 29 de junho de 2026.

Presidente do Conselho Municipal de Saúde
GEORGE JOSÉ ROSA

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:37B56B95

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 061/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 90.011/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 2.217/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: M7 MUSIC PRODUCOES LTDA - CNPJ sob o nº 60.327.504/0001-42.
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa para realização de um show com o cantor FELIPE RODRIGUES, para as festividades da XX Festa Nacional do Charque.
VALOR GLOBAL: R$ 150.00,00 (cento e cinquenta mil reais).
VIGÊNCIA: A vigência deste contrato é de 08 (oito) meses contados da data de publicação do seu extrato, nos termos do Art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
DATA DE ASSINATURA: 29/06/2026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:727DA7D4

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 054/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 054/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 (90.004/2025)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 397/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ sob o nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: Contratação de serviço de Motorista Categoria B - Diurno.
VALOR GLOBAL: R$ 64.200,00 (sessenta e quatro mil e duzentos reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contado da assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 29/06/2026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:2D03FC24

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 059/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 059/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 90.011/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 2.217/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: TA COMBINADO ENTRETENIMENTO LTDA - CNPJ sob o nº 14.738.613/0001-35.
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa para realização de show com a dupla JOÃO NETO & FREDERICO, para as festividades da XX Festa Nacional do Charque.
VALOR GLOBAL: R$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente instrumento terá início na data de sua assinatura e permanecerá vigente até a realização e conclusão do objeto contratado, caracterizando-se como contrato por escopo, nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DE ASSINATURA: 29/06/2026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:DAA8035A

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 056/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 (90.004/2025)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 397/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ sob o nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: Contratação de serviço de motorista categoria D, através de cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
VALOR GLOBAL: R$ 85.200,00 (oitenta e cinco mil e duzentos reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contado da assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 29/062026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:BD3A922D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
ATA CRED. 008 2026

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS
Às oito horas do dia vinte e nove do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026**, para procederem a conferência de documentos referentes ao ***Credenciamento 008/2026 de 02.06.2026,*** destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de poda e corte de árvores, de maneira parcelada, de acordo com a necessidade do município de Capitão Leônidas Marques/PR, abrangendo as repartições e vias públicas do perímetro urbano do município, incluindo Bom Jesus e Distrito de Alto Alegre do Iguaçu, em atendimento a solicitação nº 144/2026 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento. Foi registrado, o protocolo da empresa ***D. FABIULA DALLA NORA CONSULTORIA AGRICOLA,*** inscrita no CNPJ sob nº 36.709.030/0001-19, com a apresentação de documentos faltantes conforme registro em data anterior. Não houve a presença de representante para acompanhar este julgamento. Os membros da Comissão deram prosseguimento e após a revisão e conferência dos documentos apresentados ficou habilitada a empresa participante. A empresa apresentou na proposta interesse na prestação dos serviços para todos os itens constantes do certame. A Comissão deliberou credenciar a empresa acima mencionada para a execução do objeto em consideração. Fica aqui registrado que a empresas declara ciência de que o serviço a ser prestado será remunerado de acordo com os valores constantes do Termo de Referência, cuja aceitação já foi expressa por meio da Declaração do Anexo III, e que também estão cientes de todas as condições da prestação dos serviços. *Todo o conteúdo dos envelopes será retido e autuado em Processo de Inexigibilidade de Licitação.* Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico para assinar o Contrato, o qual estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do Edital e da proposta a que se vinculam, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação/convocação, sob pena de decadência desse direito. O presente Edital continua em validade de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação. Durante a vigência do edital os demais interessados poderão solicitar credenciamento, obedecidas às exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a contratação dependerá da disponibilidade de serviços objeto deste processo, necessidade e conveniência da administração. Este julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação será encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal, cabendo-lhe o direito de revogar a presente licitação, por justas razões de conveniência e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado. Os atos administrativos que dizem respeito a este Credenciamento Público, serão sempre interpretados visando assegurar o aproveitamento da licitação, devendo ser anulados somente aqueles que não sejam passíveis de saneamento, à luz o Regulamento de licitações e contratos, aproveitando-se todos os demais atos antecedentes, prosseguindo-se com o processo até o seu termo final. Nada mais havendo e no aguardo dos prazos encerra-se a presente sessão.

De acordo,

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

JAQUELINE ROHR GROHALSKI GOMES
Membro

MICHELI ZACHE
Membro

LARISSA GABRIELI DA SILVA
Membro

HENRIQUE XAVIER DE SOUZA
Membro

Publicado por:
Adriana Thibes de Melo
Código Identificador:0779CA7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 235/2026 DATA: 29-06-2026

SÚMULA: Concede Função Gratificada aos Servidores Públicos designados para a função que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 2.699/2023, de 20 de dezembro de 2023,

D E C R E T A

Art. 1º- Fica concedida Função Gratificada, aos servidores abaixo relacionados, de acordo com a função designada e respectivo símbolo:

Nome	Cargo	Função	Nº Contrato	Símbolo
Ana Paula Neves Capeleti	Agente de Administração	Fiscal de Contrato	80/2026	FGFC
André Luiz Piva	Agrônomo	Fiscal de Contrato	27/2026, 29/2026, 94/2026 e 95/2026	FGFC
Sélia Pereira da Rocha	Advogado	Fiscal de Contrato	035/2025	FGFC
Uziara Chrystiane de Moura Dallazen	Psicólogo(a)	Fiscal de Contrato	177/2026	FGGC

Parágrafo Único - Considerando a vedação de acumulo de gratificações, nos termos do art. 12 da Lei nº 2.699/2023, será assegurado aos servidores indicados para mais de uma função e/ou contrato, a percepção da gratificação de maior valor.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro retroativo a data da designação do contrato, conforme § 1º, do art. 15 da Lei nº 2.699/2023.

Capitão Leônidas Marques - PR, 29 de junho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:356C777F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 236/2026 DATA: 29-06-2026

SÚMULA: Concede Estabilidade aos Servidores Públicos que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 41 da Constituição Federal,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica concedida Estabilidade, aos Servidores Públicos abaixo relacionados, por haverem concluído com aprovação o Estágio Probatório, passando os mesmos a ocupar a seguinte referência:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Tabela de Vencimento	Ref.	A partir de
124052/1	Andrea Olinda de Oliveira Torales Mattos	Agente de Administração	I	31	02-06-2026
124055/1	Gean Carlos Barea Schneider	Fiscal de Tributos	I	74	15-06-2026
124050/1	Kelly Mendes	Fonoaudiólogo(a)	I	58	01-06-2026
124053/1	Maria Eduarda da Silva	Agente de Administração	I	31	12-06-2026

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 29 de junho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:EE72BA9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 237/2026 DATA: 29-06-2026

SÚMULA: Concede Estabilidade as Servidoras Públicas que mencionam e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 41 da Constituição Federal,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica concedida Estabilidade, as Servidoras Públicas abaixo relacionadas, por haverem concluído com aprovação o Estágio Probatório:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Nível	Classe	A partir de:
124027/1	Carla Aparecida Bitencourt Borba de Oliveira	Professor – LF 02	C	1	02-05-2026
124024/1	Karina Lucia Broetto Hattge Dal'Acqua	Professor – LF 01	C	1	02-05-2026

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao mês de maio de 2026.

Capitão Leônidas Marques - PR, 29 de junho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:30D18DC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 261/2026 DATA: 29-06-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base nos Artigos 86 e 87, da Lei 1.784/2012, de 23/03/2012,

R E S O L V E

Art. 1º. Concede aos Servidores Públicos abaixo relacionados, Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme atestado médico, no seguinte período:

Matríc.	Servidor (a)	Cargo	Início	Término	Dias
124454/1	Andrielli Gregio	Professor – LF 01	08-06-26	10-06-26	03
117641/1	Elisangela Silmara Rodrigues Parmigiani	Professor – LF 01	17-06-26	18-06-26	02
123806/1	Janete Antunes Stefani Ribas	Auxiliar de Serviços Gerais	26-05-26	27-05-26	02
123806/1	Janete Antunes Stefani Ribas	Auxiliar de Serviços Gerais	16-06-26	19-06-26	04
124266/1	Luana Andrieli Scherer Pontes	Agente de Administração	01-06-26	03-06-26	03
116121/1	Neiva de Lima Walter	Auxiliar de Serviços Gerais	08-06-26	10-06-26	03
119801/1	Rosane Kafer	Professor de Educação Infantil	15-06-26	26-06-26	12
124517/1	Simone Ferreira Neto Olegario	Enfermeiro(a)	01-06-26	03-06-26	03
122391/1	Sonia Salete Gonçalves	Professor – LF 01	08-06-26	27-06-26	20

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 29 de junho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:BBA11C40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 263/2026 DATA: 29-06-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 139 e seguintes da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Municipal nº 1.785/2012, de 23/03/2012,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder promoção, com elevação de 01 (uma) referência, a partir do mês de junho de 2026, aos Servidores Públicos abaixo relacionados, pela conclusão de 100 (cem) horas de cursos de atualização, de acordo com o Artigo 16º da Lei Municipal nº 1.785/2012 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais), passando a ocupar a referência abaixo mencionada:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Tabela de Vencimento	Ref.
124052/1	**Andrea Olinda de Oliveira Torales Mattos**	Agente de Administração	I	32
124051/1	Claudio Rauber	Operador de Máquinas	I	32
120461/1	**Eni da Silva**	Zelador(a)	II	19
124022/1	**Fabia Cristina da Silva**	Atendente de Farmácia	I	24
124055/1	Gean Carlos Barea Schneider	Fiscal de Tributos	I	75
115111/1	**Gilmar Antonio Roman**	Motorista	I	45
122621/1	**Isaias da Silva Loures**	Agente de Defesa Civil	I	38
123923/1	**Leandro Chiodi**	Agente Ambiental	I	55
123445/1	**Marli de Chechi Afonso**	Zelador(a)	II	13
123997/1	**Rafael de Medeiro**	Agente de Administração	I	32
123597/1	**Silvane Maria Scheffel**	Auxiliar de Saúde Bucal	I	28
123796/1	**Silvania Aparecida Moreira de Souza**	Zelador(a)	II	17
124026/1	**Vilmar de Paula da Silva**	Motorista	I	20

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 29 de junho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:0A475CFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 264/2026 DATA: 29-06-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 139 e seguintes da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Municipal nº 1.785/2012, de 23/03/2012,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder promoção, com elevação de 05 (cinco) referências, a partir do mês de junho de 2026, as Servidoras Públicas abaixo relacionadas, pela conclusão de Curso Superior, de acordo com o Inciso II, do Art. 15, da Lei Municipal nº 1.785/2012 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais), passando a ocupar a referência abaixo mencionada:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Tabela de Vencimento	Ref.
124052/1	Andrea Olinda de Oliveira Torales Mattos	Agente de Administração	I	37
124022/1	Fabia Cristina da Silva	Atendente de Farmácia	I	29

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 29 de junho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:5E926D4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 265/2026 DATA: 29-06-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 139 e seguintes da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Municipal nº 1.785/2012, de 23/03/2012,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder promoção, com elevação de 03 (três) referências, a partir do mês de junho de 2026, aos Servidores Públicos abaixo relacionados, pela conclusão de ***Especialização lato sensu*** (Pós-Graduação), de acordo com o Inciso III do Artigo 15 da Lei Municipal nº 1.785/2012 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais), passando a ocupar a referência abaixo mencionada:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Tabela de Vencimento	Ref.
124052/1	Andrea Olinda de Oliveira Torales Mattos	Agente de Administração	I	40
124055/1	Gean Carlos Barea Schneider	Fiscal de Tributos	I	78

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 29 de junho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:58CB840F

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 249/2024.

REF: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 039/2024.
PROCEDIMENTO SUBSEQÜENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. º 003/2024.
Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal senhor ***MAXWELL SCAPINI,*** e, de outro lado a empresa ***DIEGO FERNANDO THIS 06595920964,*** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.319.592/0001-65 com sede à Rua das Violetas, 245, Sala 02, Centro, CEP: 85.795-000, Município de Santa Lucia, Estado do Paraná, neste ato representada por ***DIEGO FERNANDO THIS***, portador da CI/RG nº 102863585 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 065.959.209-64. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência e prestação de serviços para ministrar **Oficina de Violão (lote 11),** do edital de ***Chamamento Público n. º 003/2024,*** visando prestar serviços nos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social Cultura e Cidadania, CRAS e Proteção Social Especial, atendendo as necessidades da Política Nacional e Municipal de Assistência Social e Lei Municipal nº 2.259 de 2017 – Lei do SUAS, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I do referido edital da Secretaria Municipal de Assistência Social, Cultura e Cidadania**,** para mais 12 (doze) meses, com aplicação de reajuste, mantidas as demais condições firmadas no Termo original em 21 de junho de 2024 e aditivo subsequente.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE
Fica reajustado o valor mensal de R$ 1.541,18 (um mil quinhentos e quarenta e um reais e dezoito centavos) para R$ 1.571,46 (um mil quinhentos e setenta e um reais e quarenta e seis centavos), com aplicação da variação do índice no percentual de 1,9645%, de acordo com o cálculo atualizado pelo IGP-M.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Soma-se ao valor inicialmente contrato e aditivado o total de R$ 18.857,52 (dezoito mil oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), referente ao período de renovação.
CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência para até 21 de junho de 2027.
CLÁUSULA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ratificam-se as demais disposições do Contrato de origem não modificadas por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 19 de junho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

DIEGO FERNANDO THIS 06595920964
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:F72EF1CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO PE 048/2026

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR
PORTARIA N. º 258/2026 de 29.06.2026.
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 048/2026 de 18.05.2026,** a presente licitação tem por objeto a aquisição de kit pedagógico Brincar e Incluir para atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, a fim de ampliar os instrumentos

educacionais dos Centros Municipais de Educação Infantil, em atendimento a solicitação nº 125/2026 e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I. Considerando o ***"Menor Preço por item",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, fica vencedora para fornecimento do objeto a empresa ***MFM DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA*** com o valor de ***R$ 26.700,00 (Vinte e seis mil e setecentos reais),*** conforme Ata da Sessão Pública.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 29 de Junho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
N. º 247/2026.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 048/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADA: MFM DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de kit pedagógico Brincar e Incluir para atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, a fim de ampliar os instrumentos educacionais dos Centros Municipais de Educação Infantil, em atendimento a solicitação nº 125/2026 e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.
VALOR: R$ 26.700,00 (Vinte e seis mil e setecentos reais), pelo fornecimento integral do objeto.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 06 (seis) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no seguinte orçamento:
*** 239 – 06.008.12.365.1019.2138.3.3.90.30.00 – 103 e 104.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 29 de Junho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:34A9B25B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO MUNICIPAL 4317/2026

SÚMULA: *Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Carlópolis, para o exercício de 2.026.*

NILTON DOUGLAS DE MEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, AMPARADO PELA LEI 1.768 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2026, DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no Corrente Exercício Financeiro um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Carlópolis/PR, no valor R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) destinado às dotações orçamentárias constantes no anexo I do presente decreto.

Art. 2º -Como recursos para abertura do crédito previsto no artigo anterior serão utilizadas as formas constantes no artigo 43, parágrafo 1.º, Incisos I, II e III da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964 conforme especificado nos anexos II, III e IV do presente decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis/PR, 29 de junho 2.026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Lima
Código Identificador:2AF8B081

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
2º TERMO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO AO CONTRATO Nº 124/2025 - REPUBLICADO

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **TRANSPECCHER COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, estabelecida na Linha Caravagio, sem Nº, Zona Rural, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 31.769.545/0001-90, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Fernando José Perccher, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 10.xxx.271-x e do CPF nº 084.xxx.xxx-22, residente e domiciliado a Linha JL, sem Nº, Zona Rural, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital de Pregão **25/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Diante da redução dos valores do combustível utilizado na execução do objeto contratual, tomando por base os preços registrados e praticados pela municipalidade, procede-se ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, com revisão dos valores para menor, para o restante do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Ante ao exposto, com a devida adequação, considerando o percentual que este representa no custo total, fica o presente ajustado para:

Item 04 – R$ 10,24 (dez reais e vinte e quatro centavos) por KM;

Item 12 – R$ 8,25 (oito reais e vinte e cinco centavos) por KM;

Item 13 – R$ 8,24 (oito reais e vinte e quatro centavos) por KM;

I – Memórias de cálculo estão em anexo, contudo, documento a parte.

CLAUSULA TERCEIRA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 29 de junho de 2026.

Município de Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Transpeccher Comércio e Serviços LTDA
FERNANDO JOSÉ PECCHER
Representante Legal
CPF 084.xxx.xxx-22

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:00BF1336

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
2º TERMO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO AO CONTRATO Nº 125/2025 - REPUBLICADO

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **08.612.493 ELBIO CLAUDEMIR KOCH**, estabelecida na Estrada Fazenda Três Lagoas, sem Nº, Zona Rural, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 08.612.493/0001-22, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Elbio Claudemir Koch, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 43.xxx10-x e do CPF nº 618.xxx.xxx-72, residente e domiciliado a Estrada Fazenda Três lagoas, sem Nº, Zona Rural, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital de Pregão **25/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Diante da redução dos valores do combustível utilizado na execução do objeto contratual, tomando por base os preços registrados e praticados pela municipalidade, procede-se ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, com revisão dos valores para menor, para o restante do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Ante ao exposto, com a devida adequação, considerando o percentual que este representa no custo total, fica o presente ajustado para:

Item 05 – R$ 10,24 (dez reais e vinte e quatro centavos) por KM;

I – Memórias de cálculo estão em anexo, contudo, documento a parte.

CLAUSULA TERCEIRA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 29 de junho de 2026.

Município de Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

08.612.493 Elbio Claudemir Koch
ELBIO CLAUDEMIR KOCH
Representante Legal
CPF 618.xxx.xxx-72

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:AE1F62DC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
ATO DA MESA 042/2026

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.....

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias conforme as Resoluções 002/2018 e 001/2022 para a Servidora SANDRA MARCELIA PELEGRINO NICÁCIO**,** para ir até a cidade de CURITIBA-PR, nos dias 30 de Junho a 02 de julho, para participar do 10º Congresso Pacto pelo Brasil – Gestão Inteligente de municípios, realizado pelo Observatório Social do Brasil.

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Gabinete da Presidência, 29 de junho de 2026

MARLON CRUZ PRÊMOLI
Presidente

NOEL DE MOURA NETO
1º Secretário

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:FD573234

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
RESOLUÇÃO 004/2026

SÚMULA: "Altera o artigo 179, acrescentando o inciso III, e Parágrafo Único, acrescentando também o artigo 180- A, a Resolução nº 002, de 31 de dezembro de 1990- Regimento Interno da Câmara Municipal de Centenário do Sul, Estado do Paraná".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PRESIDENTE, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Altera o inciso 179, da Resolução nº 002 de 31 de dezembro de 1990-Regimento Interno, passará a vigorar a seguinte redação:
"Art 179 (...)
(...)
III- Eletrônica.
Parágrafo Único- Votação Eletrônica é aquela que se utiliza dos equipamentos eletrônicos para votação.

Art. 2º - Acrescenta o artigo 180-A a Resolução nº 002 de 31 de dezembro de 1990-Regimento Interno, passará a vigorar a seguinte redação:
"Art. 180-A- Pelo processo eletrônico o Presidente convidará os Vereadores para a votação através de equipamento eletrônico, da seguinte forma, proclamando o resultado final:
Sim: para o voto favorável ao projeto;
Não: para o voto desfavorável ao projeto;
Abstenção: para não votar nem favorável e nem desfavoravelmente ao projeto;
§ 1º- Um painel eletrônico instalado no Plenário identificará o nome e o voto de cada Vereador e imediatamente ao processamento dos votos, os dados concernentes a votação, contendo:
Data e hora em que se processou a votação;
A matéria objeto da votação;
O resultado da votação;
Os nomes dos Vereadores votantes, discriminando os que votaram a favor, os que votaram contra e os que se abstiveram;
Os nomes dos Vereadores ausentes à votação;

§ 2º- Enquanto não for encerrada a votação pelo Presidente, poderá o Vereador registrar seu voto.

§ 3º- Quando o painel eletrônico não estiver funcionando, ou a votação eletrônica não for utilizada, bem como a sessão aconteça fora das dependências da Câmara Municipal, por motivo autorizado pelo regimento interno, a votação se dará de forma Simbólica ou Nominal.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 26 de junho de 2026.

MARLON CRUZ PREMOLI
Presidente

NOEL DE MOURA NETO
1º Secretário

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:15FC0DA8

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2026 - ID Nº 5526

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2026 - ID Nº 5526
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL - PR
CONTRATADO: PRIME AMBIENTAL RESIDUOS EIRELI
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, PRODUZIDOS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALOR GLOBAL: R$ 956.400,00 (Novecentos e Cinqüenta e Seis Mil e Quatrocentos Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de até 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da ata de registro de preços.
DATA DE ASSINATURA: 19/06/2026

Publicado por:
Jessica Maria da Silva
Código Identificador:D74934DA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO N°07/2026

RESOLUÇÃO N°07/2026

Súmula: O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Centenário do Sul, Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.464/2010.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - APROVAR, por unanimidade, em sessão plenária deste conselho, realizada no dia 29 de Junho de 2026, **o TERMO DE ADESÃO àConstrução de obra do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa - Del. 024/2025**

ARTIGO 2º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 29 de Junho de 2026.

THAYNÁ CORREIA DOS SANTOS
Presidente do CMDI

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:46A9F8FC

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 02/2026

RESOLUÇÃO Nº 02/2026
Súmula: o Conselho Municipal dos Direitos da Mulherde Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 3019/2019.
CONSIDERANDO:
Considerando a Deliberação 06/2025 do CEDM/PR que versa sobre a execução das ações do objeto do repasse deste incentivo para a CONSTRUÇÃO DE CASA DA MULHER PARANAENSE.

Considerando à necessidade de aprovação e aceite por meio do Termo de Adesão, bem como o Plano de Ação disponibilizado pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa - SEMIPI no Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF).

DELIBERA
ARTIGO 1º - Pela aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação por meio do repasse de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher para o Fundo Municipal para a CONSTRUÇÃO DE CASA DA MULHER PARANAENSE.
ARTIGO 2º - Essa Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do sul, 29 de Junho de 2026.

TATIANE ARIADNE RODRIGUES SIQUEIRA
Presidente do CMDM

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:9A747466

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DECRETO Nº 014/2026

DECRETO Nº 014/2026

Dispõe sobre o recesso legislativo da Câmara Municipal de Clevelândia durante o mês de julho de 2026 e dá outras providências.

O Presidente Da Câmara Municipal De Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
Considerando o disposto no art. 18 da Lei Orgânica do Município, que estabelece que a Câmara Municipal reúne-se ordinariamente em sessão legislativa anual no período de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;
Considerando que o período compreendido entre 1º e 31 de julho corresponde ao recesso legislativo previsto na Lei Orgânica Municipal;
DECRETA:
Art. 1º Fica estabelecido o recesso legislativo da Câmara Municipal de Clevelândia no período de 1º de julho de 2026 a 31 de julho de 2026, em conformidade com o art. 18 da Lei Orgânica do Município.
Art. 2º Durante o período de recesso legislativo, não serão realizadas sessões ordinárias, permanecendo, entretanto, assegurada a realização de sessões extraordinárias, quando convocadas na forma do § 4º do art. 18 da Lei Orgânica Municipal, bem como a prática dos atos administrativos indispensáveis ao funcionamento da Câmara Municipal.
Art. 3º O expediente administrativo da Câmara Municipal durante o período de recesso observará o horário e a forma de funcionamento definidos pela Presidência, resguardada a continuidade dos serviços essenciais.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Clevelândia - Paraná, 29 de junho de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:AB8CED47

GABINETE
DECRETO N°153/2026

DECRETO N°153/2026

RAFAELA MARTINS LOSI, Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1° Luto Oficial de três dias, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da Senhora **Mayara Aparecida Da Silva**, acadêmica do curso de Administração, da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente- FAMA.

Art. 2° Durante esse período de luto oficial fica determinado que a Bandeira Municipal fique hasteada a meio mastro.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE JUNHO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:913B3EF9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1.932/2026

LEI N.º 1.932 DE 24 DE JUNHO DE 2026

Dispõe sobre o Sistema Viário Básico do Município de Colombo e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Colombo aprovou, e eu, HELDER LUIZ LAZAROTTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES

Art. 1º Esta Lei estabelece a hierarquização e definição do Sistema Viário Básico do Munícipio de Colombo, obedecidas as demais normas federais e estaduais relativas à matéria, especialmente o Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, a Lei Federal nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, a Lei Municipal nº 1.705, de 26 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Colombo, e a Lei Municipal nº 1.801, de 04 de setembro de 2024, que instituiu o Plano de Mobilidade Urbana do Município de Colombo, tendo como objetivos:

I - ordenar o trânsito;
II - equilibrar a repartição de fluxos na rede viária;
III - diminuir conflitos e proporcionar fluidez na circulação;
IV - facilitar a circulação entre as centralidades do município;
V - definir os eixos de desenvolvimento com atividades não residenciais para atendimento local ou regional;
VI - acomodar os diversos modais de deslocamento, tanto os existentes como os planejados.

Art. 2º São partes integrantes desta Lei, os seguintes anexos:
I - Anexo I - Mapa da Hierarquia Viária Municipal;
II - Anexo II - Mapa das Diretrizes Viárias Municipais;
III - Anexo III - Descrição da Hierarquia Viária Municipal;
IV - Anexo IV - Perfis Viários da Hierarquia Viária Municipal;
V - Anexo V - Setorização e dimensões das calçadas.

Art. 3º É obrigatória a adoção das disposições da presente Lei em todos os empreendimentos imobiliários, parcelamentos, loteamentos, subdivisões, unificações, arruamentos ou condomínios que vierem a ser executados.

Parágrafo único. A Prefeitura do Município de Colombo por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação definirá as diretrizes viárias do Município de Colombo e suas hierarquias funcionais, cabendo ao Órgão Municipal de Trânsito a sua fiscalização.

Art. 4º Para efeito da presente Lei, ficam definidos os seguintes termos:
I - acesso: interligação física que possibilita o trânsito de veículos, e/ou de pedestres, entre a via pública e o lote, ou, ainda, entre equipamentos de travessia e circulação de pedestres, ou entre vias de circulação de veículos;
II - alinhamento predial: linha legal limitando os lotes ou chácaras com relação à via pública;
III - aproximação: linha de chegada no cruzamento ou na interseção;
IV - caixa da via: distância definida no projeto entre os dois alinhamentos prediais em oposição;
V - calçada: parte da via reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins;
VI - canaleta: parte da via, segregada do tráfego comum, exclusiva para a circulação dos veículos destinados ao transporte público coletivo;
VII - canteiro: divisor físico construído entre duas pistas de rolamento de uma mesma via, podendo este ser pavimentado ou ajardinado;
VIII - classe de rodovia: é a classificação que se dá a uma rodovia, um conjunto de condições e diretrizes que devem ser seguidas tanto por quem constrói a rodovia como também por aqueles que dela se utilizam;
IX - ciclofaixa: parte da pista de rolamento destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica;
X - ciclovia: pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;
XI - ciclorrota: trajeto que pode ou não ser sinalizado, ligado aos circuitos turísticos ou esportivos;
XII - corredor: sequência de vias que permite continuidade de tráfego;
XIII - eixo da via: linha que divide a faixa de domínio ou a caixa da via;
XIV - faixa de domínio: área ao longo das rodovias e ferrovias destinada a garantir o uso, a segurança da população e a proteção do meio ambiente, conforme o estabelecido nas normas técnicas pertinentes, sendo definida em âmbito estadual ou federal;
XV - faixa de estacionamento: área entre o passeio (ou eventualmente canteiro) e a pista de rolamento destinada ao estacionamento de veículos;
XVI - faixa ou pista de rolamento: área longitudinal da pista destinada à circulação de uma corrente de tráfego de veículos, podendo ser identificada por meio de pintura no pavimento, incluindo áreas de estacionamento;
XVII - faixa total: é a caixa da via total;
XVIII - hierarquia funcional: define a função predominante de diferentes vias, visando tornar compatível o tipo de tráfego que as vias atendem, exclusiva ou prioritariamente, com os dispositivos de controle de trânsito, com as características físicas das vias (traçado, seção, pavimentação) e com os padrões de uso e ocupação do solo;
XIX - ilha: obstáculo físico, colocado na pista de rolamento, destinado à ordenação dos fluxos de trânsito em uma interseção;
XX - interseção: encontro entre duas ou mais vias oficiais de circulação;
XXI- passagem subterrânea: obra de arte em desnível subterrâneo destinada à transposição de vias e ao uso de modos motorizados e não motorizados;
XXII - passarela: obra de arte em desnível aéreo destinada à transposição de vias e ao uso de modos não motorizados;
XXIII - passeio: parte da calçada, com largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, desde que identificada, de ciclistas;
XXIV - pista: parte da via destinada à circulação e/ou estacionamento de veículos, identificada por elementos separadores ou por diferença de nível em relação às calçadas, ilhas ou aos canteiros;
XXV - sentido de tráfego: mão de direção na circulação de veículos;

XXVI - sistema estrutural viário: conjunto das principais vias oficiais de circulação, bem como as interseções resultantes do cruzamento de vias;
XXVII - tráfego (trânsito): movimentação e imobilização de veículos, pessoas e animais nas vias;
XXVIII - via binária: superfície por onde transitam veículos em sentido único e que forma, com outra via próxima e preferencialmente paralela, um sistema de circulação em dois sentidos;
XXIX - via de circulação: avenidas, ruas, alamedas, travessas, estradas e caminhos de uso público;
XXX - via: superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, a ilha e o canteiro; e
XXXI - viela: espaço destinado à circulação de pedestres e ciclistas, interligando duas vias.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO DA REDE VIÁRIA E SUAS FUNÇÕES E REQUISITOS
Seção I - Classificação
Art. 5º As vias componentes do sistema viário básico são assim classificadas:
I - via expressa: é a via que abriga as características de corredor de transporte, busca estruturar o município, abrigar os principais itinerários de transporte coletivo, promover a integração de diferentes modais de transporte e propiciar a ocupação e adensamento urbanos e estabelecer ligações entre municípios vizinhos ou áreas contíguas e atender principalmente as diretrizes definidas pela Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP, com função de ligação intermunicipal, sendo permitido transporte de carga;
II - via arterial: é via de elevada capacidade de tráfego que tem como objetivo promover a ligação entre diferentes bairros ou regiões da cidade, proporcionar ligações transversais e longitudinais em complementação a estruturação dos eixos com o objetivo de conduzir o tráfego nos percursos de maior distância e proporcionar ligações entre bairros;
III - via coletora: é aquela que liga um ou mais bairros entre si e coleta ou distribui o trânsito dentro das regiões da cidade, principalmente a partir das vias arteriais e coletoras;
IV - via parque: função similar à coletora, porém com a atribuição extra de proteção e valorização das áreas protegidas por lei, limite de perímetro urbano ou parques lineares, e consequente aproveitamento como espaço público, e permitem ocupação fundiária apenas de um dos lados da via;
V - via de ligação metropolitana: atuação compatível à via coletora, porém com abrangência metropolitana, considerando o fenômeno da conurbação;
VI - via local: é aquela que distribui o tráfego internamente ao bairro, destinada ao acesso local ou às áreas restritas;
VII - ciclovia: pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;
VIII - ciclorrota: trajeto, que pode ou não ser sinalizado, ligado aos circuitos turísticos ou esportivos;
IX - via pedonal: é aquela destinada ao acesso compartilhado entre veículos e pedestres, com a priorização do deslocamento de pedestres;
X - estrada municipal principal: é a via rural com função similar às vias coletoras, que tem por objetivo promover as ligações entre as propriedades rurais, destas com as demais vias e com os aglomerados urbanos ou rurais;
XI - estrada municipal secundária: é a via rural com função similar às vias locais, que tem por função objetivo promover as ligações entre as propriedades rurais.
Art. 6º As vias classificam-se, quanto à sua implementação, em:
I - vias existentes: as vias implantadas e denominadas;
II - vias projetadas: as vias definidas nesta lei, não implantadas, traçadas como diretriz e que precisam do desenvolvimento de projeto geométrico, assim como os prolongamentos de vias existentes.

Art. 7º O sistema viário básico do Município de Colombo, indicado no Anexo I – Mapa da Hierarquia Viária Municipal e Anexo II – Mapa das Diretrizes Viárias Municipais – parte integrante desta lei é formado por vias expressas, vias arteriais, vias coletoras, vias parque, vias de ligação metropolitana, vias locais, via pedonal, estradas municipais principais e estradas municipais secundárias.

§ 1º A relação das vias com a sua respectiva classificação, de acordo com a hierarquia viária, encontra-se no Anexo III – Descrição da Hierarquia Viária Municipal.

§ 2º As vias projetadas, que constituem prolongamento de trechos existentes, deverão seguir a mesma hierarquização.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação é o órgão responsável pela definição, classificação, emissão e aprovação das diretrizes viárias obrigatórias em novos parcelamentos de solo para fins urbanos.

Parágrafo único. Fica a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação a avaliação das vias para os novos loteamentos, podendo solicitar qualquer alteração que achar pertinente nos traçados das mesmas.

Seção II
Das Dimensões e Requisitos Obrigatórios das Vias

Art. 9º São considerados, para o dimensionamento das vias, os elementos abaixo, cujos parâmetros estão estabelecidos nos Anexos III e IV:
I - caixa da via;
II - faixa de rolamento;
III - faixa de estacionamento;
IV - calçada;
V - canteiro central.

Art. 10. As vias já implantadas e pavimentadas permanecerão com as dimensões existentes, salvo quando:
I - representarem prejuízo à circulação, segurança ou fluidez do tráfego; e
II - constituírem parte ou prolongamento das vias sujeitas à expansão.

Parágrafo único. Existindo necessidade de interligação viária entre bairros, cujo dimensionamento da via seja inferior ao disposto no Anexos III e IV, este poderá ser feito, ajustando ao perfil existente, para o seu prolongamento.

Art. 11. As diretrizes do sistema viário básico deverão ter as seguintes características**:**
I - vias expressas: caixa da via a ser definida pelo ente ou responsável, sendo seu perfil formado por calçadas, pistas com faixa de estacionamento paralelas à via, preferencialmente duas faixas de rolamento de tráfego, ciclovia ou ciclofaixa, preferencialmente com canteiro central;
II - vias arteriais de mão dupla, com ciclofaixa: caixa da via de 24m (vinte e quatro metros), sendo seu perfil formado por calçadas, pista com faixa de estacionamento paralela à via, quatro faixas de rolamento (duas para cada sentido), ciclofaixa;
III - vias arteriais de mão dupla, sem ciclofaixa: caixa da via de 24m (vinte e quatro metros), sendo seu perfil formado por calçadas, pistas com faixa de estacionamento paralelas à via, quatro faixas de rolamento (duas para cada sentido);
IV - vias arteriais de mão única, com ciclofaixa: caixa da via de 21m (vinte e um metros), sendo seu perfil formado por calçadas, pista com faixa de estacionamento paralela à via, três faixas de rolamento, ciclofaixa;
V - vias arteriais de mão única, sem ciclofaixa: caixa da via de 21m (vinte e um metros), sendo seu perfil formado por calçadas, pistas com faixa de estacionamento paralelas à via, três faixas de rolamento;
VI - vias coletoras de mão dupla, com ciclofaixa: caixa da via de 18m (dezoito metros), sendo seu perfil formado por calçadas, pista com faixa de estacionamento paralela à via, duas faixas de rolamento (uma para cada sentido), ciclofaixa bidirecional;
VII - vias coletoras de mão dupla, sem ciclofaixa: caixa da via de 18m (dezoito metros), sendo seu perfil formado por calçadas, pistas com faixa de estacionamento paralelas à via, duas faixas de rolamento (uma para cada sentido);
VIII - vias coletoras de mão única, com ciclofaixa: caixa da via de 18m (dezoito metros), sendo seu perfil formado por calçadas, pista com faixa de estacionamento paralela à via, duas faixas de rolamento, ciclofaixa;

IX - vias coletoras de mão única, sem ciclofaixa: caixa da via de 18m (dezoito metros), sendo seu perfil formado por calçadas, pistas com faixa de estacionamento paralelas à via, duas faixas de rolamento;
X - vias de ligação metropolitana, com ciclofaixa: caixa da via de 18m (dezoito metros), sendo seu perfil formado por calçadas, pista com faixa de estacionamento paralela à via, duas faixas de rolamento (uma para cada sentido), ciclofaixa bidirecional, salvo especificidade apontada pela AMEP, e em comum acordo com o Município;
XI - vias de ligação metropolitana, sem ciclofaixa: caixa da via de 18m (dezoito metros), sendo seu perfil formado por calçadas, pistas com faixa de estacionamento paralelas à via, duas faixas de rolamento (uma para cada sentido) salvo especificidade apontada pela AMEP, e em comum acordo com o Município;
XII - vias de ligação metropolitana de mão única, com ciclofaixa: caixa da via de 18m (dezoito metros), sendo seu perfil formado por calçadas, pista com faixa de estacionamento paralela à via, duas faixas de rolamento, ciclofaixa, salvo especificidade apontada pela AMEP, e em comum acordo com o Município;
XIII - vias de ligação metropolitana de mão única, sem ciclofaixa: caixa da via de 18m (dezoito metros), sendo seu perfil formado por calçadas, pistas com faixa de estacionamento paralelas à via, duas faixas de rolamento, salvo especificidade apontada pela AMEP, e em comum acordo com o Município;
XIV - vias parques, com área frágil em um dos lados da via: caixa da via de 13,8m (treze metros e oitenta centímetros), sendo seu perfil formado por calçadas, pista com faixa de estacionamento paralela à via, duas faixas de rolamento (uma para cada sentido), ciclovia à esquerda;
XV - vias parques, com área frágil em ambos os lados da via: caixa da via de 13,8m (treze metros e oitenta centímetros), sendo seu perfil formado por calçadas, pista com faixa de estacionamento paralela à via, duas faixas de rolamento (uma para cada sentido), ciclovia à direita;
XVI - vias locais: caixa da via de 12m (doze metros), sendo seu perfil formado por calçadas, pista com faixa de estacionamento paralela à via, duas faixas de rolamento (uma para cada sentido);
XVII - estradas municipais principais: caixa da via a ser definida pela Secretaria responsável, sendo seu perfil formado por pistas de acostamento, duas faixas de rolamento (uma para cada sentido);
XVIII - estradas municipais secundárias: caixa da via a ser definida pela Secretaria responsável, sendo seu perfil formado por pistas de acostamento, duas faixas de rolamento (uma para cada sentido);
XIX - ciclovias: com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), unidirecionais, nas vias expressas e largura mínima de 2,50m (dois metros e meio), bidirecionais, nas vias expressas e vias parque ou de acordo com análise da Secretaria Municipal correspondente;
XX - ciclofaixas: com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), unidirecionais, nas vias locais, coletoras, vias de ligação metropolitana e vias arteriais, e largura mínima de 2,50m (dois metros e meio), bidirecionais, nas vias locais, vias coletoras, vias de ligação metropolitana e vias arteriais ou de acordo com análise da Secretaria Municipal correspondente;
XXI - via compartilhada: com largura mínima correspondente a caixa da via.

§ 1º A declividade das novas vias deverá obedecer aos parâmetros estabelecidos na Lei Municipal do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo e na Lei do Parcelamento do Solo Urbano de Colombo.

§ 2º O sistema viário existente deverá progressivamente ser adequado às especificações citadas neste artigo de acordo com análise das Secretarias Municipais correspondentes.

Seção III
Dos Passeios e Calçadas

Art. 12. Para assegurar o trânsito seguro e acessível a todos os pedestres, as calçadas deverão ser executadas ou reparadas conforme determinado na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo e na classificação estabelecida na hierarquia do sistema viário municipal e padrão estabelecido no Anexo V – Setorização e Dimensões das Calçadas, e a critério do Município de Colombo, será dada a continuidade dos padrões das calçadas adjacentes.

Parágrafo único. Na construção de calçadas ou espaços públicos é necessária a implantação de elementos de acessibilidade conforme as especificações presentes na NBR 9050 ou norma técnica oficial que a substitua.

Art. 13. A calçada pública poderá ser setorizada em até 3 (três) faixas, e deve seguir os padrões especificados no Anexo V, obedecendo as seguintes definições e ordem de prioridade:

I - Faixa livre ou passeio: destinada exclusivamente à circulação de pedestres, livre de qualquer obstáculo físico permanente ou temporário; deve possuir largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e a superfície do piso deve ser regular, estável, firme, antiderrapante e não trepidante com inclinação transversal constante de no mínimo 1% (um por cento) e no máximo 3% (três por cento);

II - Faixa de serviço: situada entre a pista de rolamento e a faixa livre, é destinada à colocação de árvores, rampas de acesso para veículos ou para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, postes de iluminação, sinalização de trânsito, tampas de caixas de inspeção, instalações subterrâneas e mobiliário urbano como bancos, floreiras, telefones e lixeiras; deve possuir largura mínima de 0,80m (oitenta centímetros), a superfície deverá ser permeável, com tratamento gramado quando não for acesso de veículos e/ou pedestres, casos em que receberá o mesmo tratamento que a superfície da faixa livre;

III - Faixa de acesso: situada em frente ao imóvel, entre a faixa livre e a testada do lote, destinando-se ao acesso e apoio à propriedade, onde pode haver vegetação, rampas, toldos/marquises, e mobiliário móvel como floreiras e mesas de bar, desde que não dificultem o acesso à edificação ou criem obstáculo para os usuários da faixa livre; sua existência ou não, bem como seu dimensionamento, inicia-se a partir da garantia da faixa livre e de serviço.

§ 1º As faixas de acesso e de serviço poderão receber o mesmo tratamento que a superfície da faixa livre quando os imóveis estiverem inseridos em vias integrantes de centralidades urbanas ou conforme disposição estabelecida na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

§ 2º A utilização da faixa de acesso só é possível em calçadas com largura superior a 2,00m (dois metros) e sua superfície deverá ser permeável, com tratamento gramado quando não for acesso de veículos ou de pedestres, casos em que receberá o mesmo tratamento de superfície da faixa livre, e poderá ser regulamentada por Decreto Municipal.

Art. 14. Na faixa livre ou passeio deve ser executado piso com largura paralela ao meio-fio, conforme especificado na figura do Anexo V, salvo em casos de existência de vegetação de grande porte ou outras interferências de difícil remoção, quando poderá ser executado de forma a desviá-los.

Art. 15. A construção ou reforma dos passeios deverá atender aos padrões estabelecidos na Norma Técnica Brasileira de Acessibilidade – NBR 9050 – e aos seguintes padrões básicos:
I - Piso regular, estável, nivelado e contínuo, de material resistente e antiderrapante, sob qualquer condição climática;
II - Faixa para circulação de pedestres em linha reta e livre de obstáculos, com a largura igual ou superior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

III - Desníveis devidamente sinalizados e, sempre que possível, superados por intermédio de rampas;
IV - Elementos dispostos sobre o passeio devidamente sinalizados e contornados com piso tátil de alerta, bem como instaladas golas ou contornos para demarcação dos canteiros de árvores e áreas ajardinadas no nível do piso;
V - Inclinação transversal máxima de 3% (três por cento).

§ 1º Em passeios já consolidados, no caso de comprovada inviabilidade da adoção da largura mínima estabelecida para a faixa de circulação de pedestres, será admitida largura menor, desde que

esta resulte na maior largura possível livre de obstáculos para o trânsito de pedestres.

§ 2º É obrigatória a construção de rampa de acesso ao passeio junto à faixa de travessia de pedestres dotada com todos os elementos e padrões da NBR 9050.

§ 3º As soluções de acesso para vencer eventuais desníveis entre o passeio e a linha de testada do terreno deverão estar localizadas no interior do lote. Será permitida a construção de rampas na faixa de acesso para edificações já construídas.

Art. 16. Para as construções em lotes de esquina ou junto às faixas de travessia de pedestres, deverão ser previstos e executados rebaixamentos de calçada com rampas conforme o Anexo IV e o disposto na NBR 9050, ou outra norma técnica oficial que a substitua, e considerações a seguir:
I - não deve haver desnível entre o término da calçada e a pista de rolamento;
II - os rebaixamentos de calçadas devem ser construídos na direção do fluxo de pedestres e quando localizados em lados opostos da via devem estar alinhados entre si;
III - todo rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres deve ser sinalizado com piso tátil de alerta.

Art. 17. A inclinação longitudinal das calçadas deverá acompanhar a inclinação da via em que se encontra.

§ 1º Quando existirem áreas com declividade acentuada, maior que 15% (quinze por cento), poderão ser executados degraus somente nas faixas de serviço e de acesso.

§ 2º A faixa livre deverá permanecer sem obstáculos.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. Os lotes resultantes da incidência de ampliação das caixas das vias ficam dispensados da exigência do recuo frontal quando este (recuo frontal) for utilizado para a respectiva ampliação.

Art. 19. Devem ser consideradas nos novos projetos as normas de acessibilidade e mobilidade pertinentes ao sistema viário do município.

Parágrafo único. O sistema viário existente deverá progressivamente ser adequado às normas citadas no caput deste artigo.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Colombo, 24 de junho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

LINK DE ACESSO AOS ANEXOS:

https://drive.google.com/drive/folders/1USfAHL9377LpWJXgixeZLKmAp-P_UOcq?usp=sharing

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:40417153

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N 052/2026

Processo:	26277/2026 – Dispensa Nº 052/2026.
Partes:	*Município de Colombo/PR,* **CONNECT TRUST TECNOLOGIA LTDA.** **CNPJ: 30.996.627/0001-05.**
Objeto:	Contratação de empresa especializada para Serviços de reparos e adaptação para automatização de Controle de Acessos nos ambientes administrativos dos prédios Sede e Regional Maracanã, compreendendo o fornecimento dos materiais, serviços e equipamentos necessários.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 54.895,00 (cinquenta e quatro mil e oitocentos e noventa e cinco reais).
Embasamento Legal:	Artigo 75 - II - Lei Nº 14.133/2021
Data:	29/06/2026.

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:4A52E225

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N 053/2026

Processo:	20463/2026 – Dispensa Nº 053/2026.
Partes:	*Município de Colombo/PR,* **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.** **CNPJ: 61.198.164/0001-60.**
Objeto:	Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de seguro veicular para os novos veículos adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação e recebidos por doação, visando a renovação da frota municipal.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 9.970,77 (nove mil, novecentos e setenta reais e setenta e sete centavos).
Embasamento Legal:	Artigo 75 - II - Lei Nº 14.133/2021
Data:	29/06/2026.

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:B8B5C2C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 036/2026 - COLETA RESÍDUOS SAÚDE

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 036/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta regular, transporte e disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) do tipo A, B e E, dos estabelecimentos municipais de saúde.
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 01 de julho de 2026 até às 08:00 HORAS do dia 15 de julho de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 HORAS do dia 15 de julho de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço “por ITEM”.
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (04) 3656–8117 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 29 de junho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:6FD7A014

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 164/2024 CONCORRENCIA N° 008/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 164/2024
CONCORRENCIA N° 008/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 228/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 105 da lei 14.133/2021
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de pavimentação em bloco de concreto sextavado de dois trechos localizados no bairro de Pedro Machado, incluindo serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública e ensaios tecnológicos da Rua Olímpio Ferreira Padilha e Rua Francisco Vaz de Jesus.

PRAZO DE VIGÊNCIA: **30 DE JUNHO DE 2026 ATÉ 29 DE AGOSTO DE 2026.**
CONTRATADO: AACS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTO LTDA, CNPJ nº 15.082.833/0001-16
DATA: 29/06/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:43E6220B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 052/2026

Súmula: Autoriza Promoção Funcional na Carreira.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1342/2012, de 04 de abril de 2012.

R E S O L V E

Art.1º Autorizar a promoção funcional por Avaliação Especial de Desempenho, Escolaridade e Tempo de Serviço, conforme validação da Comissão de Avaliação, aos seguintes servidores relacionados abaixo:

Nome	Cargo	Do nível	Para o nível
ANALIA RIBA ROMPAVA	Técnico Em Enfermagem	B05	B07
FRANKLIN DE LIMA NETO	Motorista Saúde	U05	U07
INES BERNADETE FURMAN	Auxiliar de Enfermagem	C16	C18
LILIAN ELISA HELLMANN	Fisioterapeuta	L09	L10
LUCIANO CARLOS WYSOCKI	Motorista Saúde	U05	U07
MARINA APARECIDA DA SILVA SALVADOR PEREIRA	Auxiliar de Enfermagem	C16	C18
MAURO LUIS MARTINS	Contador	F07	F09
TATIANE APARECIDA ZIMMERMANN	Assistente Operacional	B11	B13

Art.2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da competência junho de 2026.

Prefeitura do Município de Contenda, 29 de junho de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:E89877FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
ATO DE HOMOLOGAÇÃO N.º 01/2026 - SMECET

ATO DE HOMOLOGAÇÃO N.º 01/2026 - SMECET

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, mantenedora da Escola Municipal do Campo Professora Paulina Urbanik Stabach, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações CEE/PR nº. 02 e 03/2018 e pelo Parecer de Legalidade nº 463/2026 – NRE AMS.

HOMOLOGA

Art. 1º – Art. 1º - O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal do Campo Professora Paulina Urbanik Stabach do município de Contenda, com a oferta de: Educação Infantil (Infantil IV e Infantil V) e Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano).
Art. 2º – O Projeto Político-Pedagógico homologado por este ato de homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação n. º 001/2020 e disposições em contrário.

Contenda, 29 de junho de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Feitosa Verastegui
Código Identificador:FC10F563

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
DESIGNA O(A) COORDENADOR(A) MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DA GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONTENDA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto na **Lei Federal nº 14.601, de 19 de junho de 2023**, que institui o Programa Bolsa Família;
CONSIDERANDO o **Decreto Federal nº 12.064, de 17 de junho de 2024**, que regulamenta o Programa Bolsa Família;
CONSIDERANDO a legislação e os atos normativos expedidos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS relativos à gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada gestão, coordenação, monitoramento e execução das ações relacionadas ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único no âmbito do Município;
RESOLVE:
Art. 1º
Designar o(a) servidor(a) **Alessandra Santos Ladvig**, matrícula nº 33031**, ocupante do cargo de Assistente Social**, lotado(a) na Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, para exercer a função de **Coordenador(a) Municipal do Programa Bolsa Família e da Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**, no âmbito do Município de Contenda.
Art. 2º
Compete ao(à) Coordenador(a) Municipal do Programa Bolsa Família e da Gestão do Cadastro Único:
I – Planejar, coordenar, supervisionar e acompanhar a execução das ações relacionadas ao Programa Bolsa Família e à gestão do Cadastro Único;
II – Coordenar os serviços de cadastramento, atualização cadastral, averiguação, revisão cadastral e demais procedimentos previstos na legislação vigente;
III – acompanhar e monitorar os indicadores de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, promovendo ações voltadas ao aprimoramento da qualidade das informações cadastrais;
IV – Coordenar, orientar e supervisionar a equipe responsável pela operacionalização do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família;
V – Promover a integração entre as áreas responsáveis pelas condicionalidades do Programa Bolsa Família, especialmente Assistência Social, Saúde e Educação;
VI – Acompanhar o cumprimento das normas, orientações técnicas e procedimentos estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS;
VII – representar o Município perante o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, bem como perante outros órgãos e instituições relacionadas à gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, quando necessário;
VIII – solicitar, acompanhar e gerenciar os perfis de acesso aos sistemas informatizados disponibilizados pelo Governo Federal, observadas as competências dos gestores de acesso e a legislação vigente;
IX – Zelar pela segurança, integridade, confidencialidade e correta utilização das informações constantes do Cadastro Único, observando a legislação aplicável, especialmente a **Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)**;
X – Acompanhar a execução dos recursos financeiros destinados à gestão descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, quando houver, observadas as competências da Secretaria Municipal e dos demais setores responsáveis;

XI – elaborar relatórios, prestar informações e atender às demandas dos órgãos de controle interno e externo, bem como do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social;
XII – exercer outras atribuições correlatas necessárias ao adequado funcionamento do Programa Bolsa Família e da Gestão do Cadastro Único.
Art. 3º
O(A) servidor(a) designado(a) deverá exercer suas atribuições em conformidade com a legislação federal, normas complementares e orientações técnicas expedidas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS.
Art. 4º
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda, 29 de junho de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:78C419C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ADITIVO

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
Aditivo n° 09 – Contrato nº 26/2024 – Pregão Eletrônico nº 20/2024. Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: CORONEL EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ sob nº 05.289.532/0001-04. Fica suprimido 01 (um) ponto de monitoramento (Casa Familiar Rural), a partir do dia 25 de junho de 2026. Fica reduzido o valor de R$ 1.420,74. Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Coronel Vivida, 25 de junho 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:A7F75F97

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESUMO TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 04 ao Contrato nº 61/2024 – Concorrência Eletrônica nº 11/2024. Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: BRUSTOLIM CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 04.904.666/0001-25. Fica suprimido o valor de R$ 164.194,20, correspondente ao item referente à instalação de fonte luminosa prevista no contrato, conforme justificativa apresentada no parecer técnico. Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Coronel Vivida, 26 de junho de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:E8227505

GABINETE DO PREFEITO
INSTITUI A EDUCAÇÃO DIGITAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA EM COMPLEMENTAÇÃO À BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, de 29 de junho de 2026

Súmula: Dispõe sobre a implementação da Educação Digital e Computação na Rede Municipal de Ensino de Coronel Vivida.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**, de Coronel Vivida, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 81, parágrafo único, inciso II, da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital;
CONSIDERANDO a Resolução nº 1, de 04 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Normas da Computação na Educação Básica em complemento a BNCC;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e a necessidade de promover o desenvolvimento de competências relacionadas ao uso crítico, ético e criativo das tecnologias digitais;
CONSIDERANDO a Deliberação CEE/PR nº 04/2025, que estabelece normas para a implementação do ensino da Computação na Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Instrução Normativa institui a Educação Digital na Rede Municipal de Ensino do Município de Coronel Vivida em complementação à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas aos eixos estruturantes do Pensamento Computacional, do Mundo Digital e da Cultura Digital.
Art. 2º O Documento Curricular da Rede Municipal de Ensino de Coronel Vivida, no que se refere à Educação Digital e Computação, será implementado em consonância com as diretrizes estabelecidas pela **Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022**, contemplando as habilidades e os objetivos de aprendizagem previstos para a Educação Básica, de modo a assegurar o desenvolvimento das competências relacionadas ao pensamento computacional, ao mundo digital e à cultura digital, conforme as especificidades de cada etapa de ensino.
Art. 3º Conforme previsto na Resolução CEE/PR nº 04/2025, o ensino da Computação abrange um conjunto de competências e habilidades que permite ao estudante resolver problemas de forma lógica e criativa, analisar dados, compreender o funcionamento das tecnologias digitais e obter maior autonomia para atuar de maneira ética, criativa e responsável no mundo online.
Art. 4º A oferta da Educação Digital deverá contemplar os seguintes eixos estruturantes:
I – Pensamento Computacional: Refere-se à habilidade de compreender, analisar, definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções de forma metódica e sistemática, do desenvolvimento da capacidade de criar e adaptar algoritmos, aplicando fundamentos da computação para alavancar e aprimorar a aprendizagem e o pensamento criativo e crítico nas diversas áreas do conhecimento.
II – Mundo Digital: Envolve aprendizagens sobre artefatos digitais, compreendendo tanto elementos físicos (computadores, celulares, tablets) e virtuais (internet, redes sociais e nuvens de dados). Compreender o mundo contemporâneo requer conhecimento sobre o poder da informação e a importância de armazená-la e protegê-la, entendendo os códigos utilizados para a sua representação em diferentes tipologias informacionais, bem como as formas de processamento, transmissão e distribuição segura e confiável.
III – Cultura Digital: Envolve aprendizagens voltadas à participação consciente e democrática, por meio das tecnologias digitais, o que pressupõe compreensão dos impactos da revolução digital e seus avanços na sociedade contemporânea;
bem como a construção de atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais, e os diferentes usos das tecnologias e dos conteúdos veiculados; assim como fluência no uso da tecnologia digital para proposição de soluções e manifestações culturais contextualizadas e críticas.
CAPÍTULO II
DA OFERTA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
Art. 5º Para as turmas da Educação Infantil, os eixos da Educação Digital — Pensamento Computacional, Cultura Digital e Mundo Digital — serão desenvolvidos de forma transversal, integrada e

articulada aos campos de experiência previstos para essa etapa da Educação Básica, considerando as especificidades, os interesses, as necessidades e os processos de desenvolvimento de cada faixa etária.

Art. 6º As propostas pedagógicas deverão promover experiências lúdicas, interativas e significativas, pautadas nas interações e nas brincadeiras, com mediação intencional do(a) professor(a), possibilitando às crianças explorar diferentes linguagens, estabelecer relações, desenvolver a curiosidade, a criatividade, a comunicação, o pensamento investigativo, a resolução de problemas e o uso inicial e consciente dos recursos tecnológicos, em contextos seguros e adequados à infância, respeitando as interações e brincadeiras como eixo estruturante do desenvolvimento infantil.

Parágrafo Único. Deverão ser assegurados, de forma integrada às experiências propostas, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil, quais sejam: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, garantindo condições para a construção de aprendizagens significativas e o desenvolvimento integral das crianças.

CAPÍTULO III

DA OFERTA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 7º Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o desenvolvimento do Pensamento Computacional deverá ocorrer por meio de atividades lúdicas e práticas, incluindo:

I – jogos de lógica e raciocínio;

II – criação de sequências e algoritmos simples;

III – resolução de problemas utilizando diferentes estratégias;

IV – introdução a conceitos básicos de programação por meio de ferramentas visuais e programação em blocos;

V – exploração de softwares educativos;

VI – desenvolvimento de pequenos projetos digitais;

VII – atividades que estimulem a criatividade, a colaboração e a inovação.

Art. 8º Para o Ensino Fundamental – 1º, 2º e 3º anos, os eixos da Educação Digital serão trabalhados de forma transversal e integrada aos componentes curriculares, respeitando as especificidades de cada faixa etária.

Parágrafo único. As atividades deverão priorizar experiências lúdicas, exploração, investigação, resolução de problemas, criatividade e uso responsável das tecnologias digitais, observando os eixos estruturantes da Educação Digital e da Computação, bem como as habilidades previstas no currículo vigente.

Art. 9º Para o Ensino Fundamental – 4º e 5º anos –, o componente curricular de Educação Digital e Computação tem como objetivo promover o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao Pensamento Computacional, ao Mundo Digital e à Cultura Digital, de maneira lúdica, prática e contextualizada, favorecendo a resolução de problemas, a criatividade, a autonomia e o uso responsável das tecnologias digitais.

Art. 10. O trabalho pedagógico do componente curricular de Educação Digital e Computação deverá contemplar as habilidades previstas no currículo vigente, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com ênfase no desenvolvimento do Pensamento Computacional, da Cultura Digital e do Mundo Digital.

Parágrafo único. No âmbito do Pensamento Computacional, deverão ser desenvolvidas habilidades relacionadas à decomposição de problemas, ao reconhecimento de padrões, à elaboração e à análise de algoritmos, bem como à utilização crítica, criativa e responsável das tecnologias digitais.

Art. 11. As habilidades relacionadas à Cultura Digital e ao Mundo Digital, devem abranger o uso seguro, ético e responsável das tecnologias, a compreensão de seus impactos sociais, culturais e econômicos, bem como a produção, autoria e comunicação de conteúdos em ambientes digitais.

Art. 12. As práticas pedagógicas deverão observar o nível de desenvolvimento dos estudantes e assegurar a progressão contínua das aprendizagens ao longo das etapas de ensino, promovendo a ampliação gradual da autonomia, do pensamento crítico e do protagonismo discente.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, orientar as unidades escolares quanto à implementação da Educação Digital, promovendo ações de formação continuada para professores, disponibilização de materiais pedagógicos e acompanhamento das práticas desenvolvidas.

Art. 14. As unidades escolares deverão prever em seu Projeto Político Pedagógico as ações necessárias para a efetivação desta normativa, observando as orientações da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 15. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Vivida, 29 de junho de 2026.

GRASIELI CERBATTO
Secretária de Educação, Cultura e Desporto
Decr. nº8.579, de 02/01/2025

Publicado por:
Maria Olivia da Conceição Rodrigues
Código Identificador:4196A34A

GABINETE DO PREFEITO

INSTITUI O CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL SANTA LÚCIA, DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR, COM A OFERTA DE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL.

ATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026

A Prefeitura Municipal de Coronel Vivida-Pr, mantenedora do **Escola Rural Municipal Santa Lúcia - Educação Infantil e Ensino Fundamental** no uso das atribuições legais conferidas pela Deliberação nº 02/2018 CP/CEE/PR.

INSTITUI

Art. 1º - O Conselho Escolar da **Escola Rural Municipal Santa Lúcia,** do Município de Coronel Vivida - Pr, com a oferta de: **Educação Infantil e Ensino Fundamental.**

Art. 2º - O Conselho Escolar passa a ser composto por **(80)** % da comunidade escolar e **(20)**% da comunidade local, representado pelos seguintes membros:

Presidente	Claudiele Althaus RG: 10.007.272-6 CPF: 070.878.089-07	
Representante da Equipe Pedagógica	Jacinta Maria Cirino Rodrigues RG: 4.188.322-7 CPF: 589.420.849-15	Ana Cristina Rossoni RG: 9.737.725-1 CPF: 082.887.409-36
Representante do Corpo Docente da Educação Infantil	Lurdes da Silva de Souza RG: 5.645.660-0 CPF: 881.443.309-78	Marcelo Balzan RG: 12.330.417-9 CPF: 078.429.979-00
Representantes do Corpo Docente Ensino Fundamental	Adriana Monteiro Ratin RG: 4.184.674-07 CPF: 090.853.389-25	Priscila Marafon Silva RG: 10.524.716-8 CPF: 074.341.179-07
Representantes dos funcionários administrativos	Simone Pellin Cenci RG: 3.658.491-2 CPF: 757.436.809-06	Gleide Regiane Martini Cavassola RG: 1.815.924-4 CPF: 451.808.229-04
Representantes dos funcionários dos serviços gerais	Rosemari Tonion RG: 7.545.853-3 CPF: 036.131.189-39	
Representante da APMF	Jocimar dos Santos RG: 6.110.888-2 CPF: 017.106.049-05	Vera Moreno RG: 7.116.527-5 CPF: 942.667.789-53
Representantes do Corpo Discente / Pais ou Responsáveis	Erondina Alves de Medeiros RG: 7.727.128-7 CPF: 035.081.719-73	Beatriz Goularte RG: 10.196.989-7 CPF: 089.589.929-80
Representantes de Movimentos Sociais da Comunidade Local (igreja)	Luciana Siqueira da Silva RG: 10.203.957-08 CPF: 072.703.619-08	Fagner Moraes dos Santos RG: 9.367.055-8 CPF: 080.443.309-76

Art. 3º - O Conselho Escolar instituído por este Ato Administrativo entra em vigor a partir de **29 de Junho de 2026**, ficando revogado o Ato Administrativo **04/24** da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida – Pr e disposições em contrário.

Coronel Vivida, 26 de Junho de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por:
Maria Olivia da Conceição Rodrigues
Código Identificador:64F95019

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 108/2026

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 02(duas) diária para o Senhor Marciano David, motorista, lotado na secretaria de saúde referente à viagem para a cidade de Curitiba – PR; nos dias 29 e 30 de junho de 2026, para levar pacientes no hospital Santa Casa.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.
Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e Vinte seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:F469BBAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ADITIVO PRAZO DISP 46/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
1° Termo aditivo do contrato nº.201/2025, decorrente de Dispensa n° 46/2025 de CHAMADA
PÚBLICA, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 81 DA LEI 14.133/21; ART. 21 DA LEI
11.947/2009, NA RESOLUÇÃO FNDE/CD N.º 38/2009 E NA RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26/2013,
ARTIGO 20 § 1º; LEI Nº 13.987/2020; RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 2/2020 - RECONHECIDA PELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 6/2020, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA, ESPORTE E TURISMO, VEM REALIZAR A CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR
RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR – PNAE.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa ASSOCIACAO DIAMANTENSE DA AGRICULTURA
FAMILIAR-ADAF , inscrita no CNPJ sob nº. 08.043.466/0001-86, com sede no endereço LINHA SAO
SALVADOR Z.RURAL, S/N, CENTRO, SAO SALVADOR DIAMANTE DO OESTE-PR neste ato
representada por ELIS CARLA COLOMBI, portador do RG n° 6246015-6, portador do CPF sob n°
027.567.479-71, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 27/09/2026
com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 201/2025, referente à licitação Dispensa de Licitação sob nº 46/2025, com base na cláusula quinze, do contrato primitivo e
na lei 14.133/21, estender por 03 (três) meses o vencimento do contrato, renovando o vencimento
primitivo da cláusula vinte e dois do contrato supra descrito, para o dia 30 do mês de Setembro do
ano de dois mil e vinte e seis (30-09-2026).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
www.elotech.com.br
TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
CONTRATANTE CONTRATADA
ASSOCIACAO DIAMANTENSE DA AGRICULTURA FAMILIAR-ADAF
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:080.434.660-00186
ELIS CARLA COLOMBI
PREFEITO MUNICIPAL RG:6246015-6
CPF:027.567.479-71
DIAMANTE DO OESTE 29 de junho de 2026.
REPRESENTANTE LEGAL
Amarildo Aparecido da Silva
www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:5CB09288

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ADITIVO PRAZO DISP 47/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
1° Termo aditivo do contrato nº.202/2025, decorrente de Dispensa n° 47/2025 de CHAMADA
PÚBLICA, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 81 DA LEI 14.133/21; NA LEI 11.326/2006, LEI
15.512 DE 14/10/2011, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 7.775/2012 E REGULAMENTADA
PELA RESOLUÇÃO Nº 50, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 64; DECRETO Nº 9.214/2017; PARA
AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, VEM REALIZAR A CHAMADA PÚBLICA PARA
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR
FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa ASSOCIACAO DIAMANTENSE DA AGRICULTURA
FAMILIAR-ADAF , inscrita no CNPJ sob nº. 08.043.466/0001-86, com sede no endereço LINHA SAO
SALVADOR Z.RURAL, S/N, CENTRO, SAO SALVADOR DIAMANTE DO OESTE-PR neste ato
representada por ELIS CARLA COLOMBI, portador do RG n° 6246015-6, portador do CPF sob n°
027.567.479-71, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 30/09/2026
com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 202/2025, referente à
licitação Dispensa de Licitação sob nº 47/2025, com base na cláusula quinze, do contrato primitivo e
na lei 14.133/21, estender por 03 (três) meses o vencimento do contrato, renovando o vencimento
primitivo da cláusula vinte e dois do contrato supra descrito, para o dia 30 do mês de Setembro do
ano de dois mil e vinte e seis (30-09-2026).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
www.elotech.com.br
TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
CONTRATANTE CONTRATADA
ASSOCIACAO DIAMANTENSE DA AGRICULTURA FAMILIAR-ADAF
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:080.434.660-00186
ELIS CARLA COLOMBI
PREFEITO MUNICIPAL RG:6246015-6
CPF:027.567.479-71
DIAMANTE DO OESTE 29 de junho de 2026.
REPRESENTANTE LEGAL
Amarildo Aparecido da Silva
www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:98C97878

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE SUSPENSÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90048/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE SUSPENSÃO

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90048/2026

O Município de Dois Vizinhos, em alusão ao edital do Pregão Eletrônico nº 90048/2026, que tem por objeto a aquisição de materiais e contratação de serviços para instalação de monitoramento eletrônico, sistema de alarme e segurança para as diversas secretarias do município de Dois Vizinhos-PR, em razão de pedidos de esclarecimentos e impugnações ainda não terem sido respondidos, fica abertura do certame suspensa.

Dois Vizinhos, 29 de junho de 2026

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7C6CAE74

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23646/2026

DECRETO Nº 23646/2026

Contrata o Senhor Gilmar Adriano Basílio Oliveira para o cargo de provimento temporário de Advogado.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Contrata o Senhor **GILMAR ADRIANO BASÍLIO OLIVEIRA**, matrícula funcional 20844-1, regularmente classificado no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, para o cargo de provimento temporário de Advogado, para desempenhar suas atividades junto ao Gabinete do Prefeito/Procuradoria Jurídica, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 23 de junho de 2026, com base nas Leis nº 2248/2018 e 2941/2025.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de junho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:35F1CB1B

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 066/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 066/2026

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 334/2025 – Inexigibilidade de Licitação nº 039/2025	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Editora Jornal de Beltrão S/A - CNPJ nº 95.420.188/0001-33.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Qunta - Preço – Acresce-se ao contrato o valor de R$ 64.926,40 (sessenta e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta centavos). Cláusula Segunda - Retificar a Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do contrato no PNCP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021". Cláusula Terceira - Fica alterada a Cláusula Segunda – Vigência e prorrogação – prorroga-se o prazo de vigência do Contrato até 29 de junho de 2027.
Data de Assinatura	25 de junho de 2026.

Dois Vizinhos, 29 de junho de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E256448E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO DE SALDO REMANESCENTE N°0063/2026 ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N°0011/2025.

ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO DE SALDO REMANESCENTE N°0063/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N°0011/2025.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO DE SALDO REMANESCENTE**:** 25 de junho 2026.

Onde-se lê: **VALOR R$** ***352.253,90*** **(**trezentos e cinquenta e dois mil duzentos e cinquenta e três reais e noventa centavos)

Leia-se: **VALOR R$49.559,80 (quarenta e nove mil quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

CONTRATADA: TRATOR VALLY COMERCIO DE PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°08.112.238/0001-10, com sede na Avenida Francisco Ferreira da Cruz n°6030, Bairro Eucalipto, Cep: 83820-293, Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná

OBJETO: Registro de Preços visando a seleção da proposta mais vantajosa para contratação de empresas para prestação de serviços para a manutenção e reparos em equipamentos rodoviários diversos e tratores agrícolas de diversas marcas e fabricantes, componentes da frota da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR.

VALOR TOTAL: **R$49.559,80 (quarenta e nove mil quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).**

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES

Doutor Ulysses/PR, 29 de junho de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:2E1D8CA7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA Nº 005/2026 CORRIGE O CONTIDO NO DECRETO 0205/2026, PUBLICADO NO DIA 29/06/2026, NA EDIÇÃO 3561

ERRATA Nº 005/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, os erros de digitação identificados em alguns atos oficiais do município, os quais já foram devidamente publicados, apresenta o presente documento com o fim de apresentar os dados corretos;

Corrige o contido no *DECRETO* ***0205/2026***, publicado no dia 29/06/2026, na edição 3561 do *Diário Oficial dos Municípios do Paraná;*

Onde se lê: DECRETO 0205/2026

Leia-se:
DECRETO 0206/2026

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 29 de junho de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:F5E92CE6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
Objeto: Aquisição de camisetas personalizadas para atender as necessidades de campanhas e eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro.
Forma de Julgamento: Menor preço por lote;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 01/07/2026 às 08:30h do dia 15/07/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:30h às 09h do 15/07/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:01h às 09:05h do dia 15/07/2026, acrescido do período aleatório.
LOCAL: www.bll.org.br**_**"**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Local de Acesso e Participação: www.bll.org.br
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3570-0106, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 29 de junho de 2026.

CARMEN LUCIANE ANDREOLA CABRAL
Agente de Contratação
Portaria 118/2025

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:CF6729CA

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2026
*****LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP*****

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
Objeto: Aquisição de Mangueiras Hidráulicas Prensáveis e Conexões para a manutenção de Máquinas e Caminhões da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo.
Forma de Julgamento: Menor preço por item;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 01/07/2026 às 08:30h do dia 16/07/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:31h às 09:00h do 16/07/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:01h às 09:05h do dia 16/07/2026, **acrescido do período aleatório.**
LOCAL: www.bll.org.br**_**"**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Local de Acesso e Participação: www.bll.org.br
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em

<www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3570-0106, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 29 de junho de 2026.

CARMEN LUCIANE ANDREOLA CABRAL
Agente de Contratação
Portaria 118/2025

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:67E839E0

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS DA MULHER
RESOLUÇÃO Nº06/2026 – CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO – PR

Resolução Nº 06/2026 – CMAS

Súmula: Aprova os Planos de Trabalho e de Aplicação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Fernandes Pinheiro para celebração de Termos de Fomento, referentes a emendas parlamentares estaduais.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Fernandes Pinheiro – CMAS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 2º, inciso III, da Lei Municipal nº 11/1997, de 27 de agosto de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, conforme Ata nº 203/2026 do Conselho Municipal de Assistência Social, o Plano de Trabalho e de Aplicação apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Fernandes Pinheiro, para celebração de Termo de Fomento referente ao repasse de recurso no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), oriundo da Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Anibelli Neto, conforme Programação SISTAG e Edital de Dispensa nº 29/2026.

Art. 2º Aprovar, conforme Ata nº 203/2026 do Conselho Municipal de Assistência Social, o Plano de Trabalho e de Aplicação apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Fernandes Pinheiro, para celebração de Termo de Fomento referente ao repasse de recurso no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), oriundo da Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Professor Lemos, conforme Programação SISTAG e Edital de Dispensa nº 520/2026.

Art. 3º A celebração dos Termos de Fomento deverá observar as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.204/2015, que rege as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fernandes Pinheiro – PR, 29 de junho de 2026.

ADRIANA KENDZIERSKI IAREK
Presidente do CMAS

Publicado por:
Jacson Ricardo Ribeiro
Código Identificador:D35FF996

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 296-SME, DE 24 DE JUNHO DE 2026.

PORTARIA Nº 296-SME, DE 24 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre a prorrogação da designação a professora de educação infantil Bruna Larissa Rodrigues de Melo Fiori para ministrar aulas além do padrão, no Centro Municipal de Educação Infantil-CMEI.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, devidamente referendada pelo PREFEITO MUNICIPAL, considerando a necessidade consistente na manutenção das aulas no Centro Municipal de Educação Infantil, considerando a restrição de atividades laborais de professora por motivo de recomendação médica, necessitando de adequação funcional em estrita observância às limitações relatadas em relatório médico, com autorização para retorno gradual às atividades.

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a designação da servidora Bruna Larissa Rodrigues de Melo Fiori, ocupante do cargo efetivo de professor de educação infantil, matrícula 2-01301, concedida por meio da Portaria nº 292/2026-SME, para ministrar 15 horas/aulas semanais, além do padrão, no Centro Municipal de Educação Infantil-CMEI, até ulterior deliberação, sendo aplicado o disposto do art. 33 e art. 34 da Lei Municipal nº 086/2004, de 3 de abril de 2004.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de sua data de emissão.

Flórida, 24 de junho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

CLEUNICE DE OLIVEIRA CESNIK
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:4F6083B7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2026

Pelo presente, de um lado o **MUNICÍPIO DE FLÓRIDA** (contratante) e, de outro, a empresa **SIMONI INDUSTRIA GRAFICA LTDA,** e (contratada), ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira – O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar a Ata de Registro de Preços nº 67/2026, com a finalidade de promover o aumento de 25% (vinte e cinco por cento) na quantidade do Lote 4.

Lote	Descrição	Quantidade Originária	Acréscimo	Quantidade do acréscimo	Valor Unitário
4	Garrafa Material: Plástico, Capacidade: 500 ML, Aplicação: Água, Características Adicionais: Tampa Roscada/Personalizada com a logo do município e o nome da Prefeitura/Secretaria responsável. Tipo: Squeeze	300	25%	75	R$ 4,10

Cláusula Segunda – Fundamenta-se, este aditivo, no disposto no art. 125 da lei nº 14.133, de 2021 haja vista a vantagem administrativa consistente na vantajosidade da aquisição em razão da importância, oportunidade e conveniência para o contratante.

Cláusula Terceira – Em decorrência do presente aditivo previsto na Cláusula Primeira, fica acrescido ao valor original a importância de **R$ 307,50 (trezentos e sete reais e cinquenta centavos)**, perfazendo

o valor global do contrato de **R$ 1.537,50 (um mil e quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).**

Cláusula Quarta – Ficam inalteradas as demais disposições contratuais.

E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente, em duas vias de igual teor com a assinatura das testemunhas.

Flórida, 26 de junho de 2026.

De Acordo:

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratante

SIMONI INDUSTRIA GRAFICA LTDA
Contratada

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:53AC56A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 266 DE 18 DE JUNHO DE 2026

Ementa: Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 002/2005,
CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2025 por meio da Portaria nº 531/2025;
CONSIDERANDO a designação da Comissão Processante pela Portaria nº 532, de 23 de dezembro de 2025; e Portaria 095/2026;
CONSIDERANDO a solicitação formulada pela Comissão Processante, que aponta a necessidade de continuidade das diligências e demais atos instrutórios indispensáveis à adequada apuração dos fatos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 002/2005, que estabelece o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do PAD, admitida prorrogação quando devidamente justificada;

RESOLVE:
Art. 1º Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2025.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 18 de junho de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:114B5DA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO

AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 099/2026
Pregão Eletrônico N° 037/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de General Carneiro, por intermédio de seu Pregoeiro, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que, após a suspensão temporária do certame para análise dos questionamentos técnicos apresentados por meio de Pedido de Esclarecimento e Impugnação ao Edital, foram concluídas as manifestações do setor técnico competente.

Em decorrência da análise realizada, procedeu-se à revisão e ao aperfeiçoamento do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, promovendo-se as adequações técnicas consideradas pertinentes, bem como foram proferidas as respectivas respostas ao Pedido de Esclarecimento e à Impugnação, as quais passam a integrar os autos do procedimento administrativo.

Dessa forma, fica **RETOMADO** o Pregão Eletrônico nº 037/2026, permanecendo inalterado o objeto da contratação, com a republicação do instrumento convocatório e a reabertura integral dos prazos, em observância aos princípios da publicidade, da isonomia e da ampla competitividade.

A sessão pública para recebimento das propostas e disputa de lances fica redesignada para o dia 15/07/2026, às 09h00min, por meio da plataforma eletrônica BLL Compras, permanecendo inalteradas as demais condições não modificadas pelas retificações promovidas.

A versão retificada do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos, bem como as respostas ao Pedido de Esclarecimento e à Impugnação, encontram-se disponíveis na plataforma BLL Compras, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal da Transparência do Município.

General Carneiro - PR, 29 de junho de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:20F037A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO

EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO

Chamamento Público n° **011/2025**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro - PR
Credenciado: **A. P. DAL'BÓ COMÉRCIO DE PEÇAS INDUSTRIAIS**

Objeto: **Chamamento Público visando o credenciamento para o fornecimento parcelado de materiais de construção, com base na Tabela SINAPI – Desonerada, destinados à manutenção, conservação, recuperação e execução de serviços diversos das Secretarias Municipais de General Carneiro – PR**.

Os documentos permanecerão disponíveis para consulta, respeitando-se os prazos legais para apresentação de **impugnações e recursos**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

KIMBERLY DE MOURA DA ROSA
Agente de Contratação

General Carneiro, 29 de Junho de 2026.

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:38624453

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATOS CONTRATUAIS
Processo Administrativo Licitatório: 093/2026

Pregão Eletrônico: 034/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR.
Vigência dos Contratos: 29/06/2026 à 29/06/2027
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, compreendendo alimentos perecíveis e não perecíveis, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e da Secretaria Municipal de Administração do Município de General Carneiro/PR.
--
Contratada: PRISCILA FLORENTINO DA SILVA SALES
Contrato: 217/2026
Valor Estimado da Despesa: R$ 875,00 (Oitocentos e setenta e cinco reais)
--
Contratada: SIRLEI DE J. N. LOPES & CIA LTDA
Contrato: 218/2026
Valor Estimado da Despesa: R$ 313.329,20(Trezentos e treze mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte centavos)
--
Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA LTDA
Contrato: 219/2026
Valor Estimado da Despesa: R$ 39.896,50 (Trinta e nove mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)
--
Contratada: ACF ATACADO E LOGISTICA LTDA
Contrato: 220/2026
Valor Estimado da Despesa: R$ 11.424,90 (Onze mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa centavos)
--
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA	DOTAÇÃO - RECURSO
Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	218 – 00862 218 – 00000 246 – 00938 254 – 00781 262 – 00807 269 - 00743

Valor Estimado da Despesa: R$ 365.525,60 (trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos)

General Carneiro – Estado do Paraná, 29 de junho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:BF503986

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual
Termo aditivo nº 002
Contrato n° 117/2024
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: MINEIA SCARIOT BRUSKE
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

1.1. Em decorrência da prorrogação da vigência contratual, permanece mantido o valor estimado de R$ 86.207,00 (oitenta e seis mil, duzentos e sete reais) para a execução dos serviços durante o período abrangido pelo presente Termo Aditivo, permanecendo inalteradas as demais condições financeiras estabelecidas no Contrato nº 117/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento, conforme estabelecido na Cláusula DECIMA PRIMEIRA do Contrato nº 117/2024, o qual teve vigência de 12 (doze) meses. Assim, o prazo total de vigência das contratações, somando-se os três contratos, será de 36 (trinta e seis) meses, respeitados os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Pregão Eletrônico nº. 023/2024;
Processo nº. 062/2024.
Objeto: "Contratação de empresa para prestação de serviços de hospedagem (incluindo alimentação diária e transporte, atendimento 24 horas) de pacientes em tratamento de saúde, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde para tratamento em Hospitais da cidade de Campina Grande do Sul – PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 21 de maio de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:234E206C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual
Termo aditivo nº 003
Contrato n° 102/2023
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: DESENVOLVER GESTÃO E PLANEJAMENTO
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

1.1. Fica concedido o reajuste contratual previsto no Contrato nº 102/2023, com fundamento na cláusula de reajuste originalmente pactuada e no princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
1.2. O reajuste será aplicado com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, correspondente ao período de maio de 2025 a abril de 2026, no percentual de 4,39% (quatro vírgula trinta e nove por cento).
1.3. Em decorrência da atualização monetária, o valor mensal da contratação passa de R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) para R$ 8.768,89 (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos), produzindo efeitos a partir da assinatura do presente Termo Aditivo**.**
1.4. Em razão do reajuste e da prorrogação contratual pelo período de 12 (doze) meses, o valor global deste Termo Aditivo passa a ser de R$ 105.226,68 (cento e cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prestação de serviços mencionados na cláusula anterior, a importância global de R$ 105.226,68 (cento e cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos), sendo o valor de R$ 8.768,89 (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos), mensais, conforme descrito na Cláusula SEGUNDA do Contrato nº 102/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA– DO PRAZO

3.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento, conforme estabelecido na Cláusula QUARTA do Contrato nº 102/2023. Assim, o prazo total de vigência das contratações, somando-se os dois contratos, será de 24 (vinte e quatro) meses, em conformidade com o que estabelece artigo 57, incisos I e II, da lei 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Tomada de Preço nº. 004/2023;
Processo nº. 055/2023.
Objeto: "**Contratação de empresa especializada em serviços técnicos para assessoramento na área de gestão de projetos e suporte para o uso de sistemas de projetos de transferências interfederativas voluntárias, especiais e fundo a fundo.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 23 de maio de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:768E13EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual
Termo aditivo nº 001
Contrato n° 156/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: JOÃO PEDRO DALGALLO
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

1.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prestação de serviços mencionados na cláusula anterior, a importância de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Conforme descrito na Cláusula SEGUNDA do Contrato nº 156/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 01 (um) mês, contados a partir da assinatura deste instrumento, conforme estabelecido na Cláusula TERCEIRA do Contrato nº 156/2025, o qual teve vigência de 12 (doze) meses. Assim, o prazo total de vigência das contratações, somando-se os dois contratos, será de 13 (treze) meses, respeitados os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação nº. 019/2025;
Processo nº. 102/2025.
Objeto: "**Locação de imóvel destinado à realocação da Associação de Reciclagem Nova Esperança, a fim de viabilizar a instalação e operação dos equipamentos fornecidos pela ITAIPU Binacional e garantir o adequado desenvolvimento das atividades de coleta, triagem de resíduos recicláveis no município de General Carneiro/PR, conforme previsto no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 29 de maio de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:CE207952

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual
Termo aditivo nº 006
Contrato n° 113/2023
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: VERZA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 04 (quatro) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento, conforme estabelecido na Cláusula DECIMA QUINTA do Contrato nº 113/2023, o qual teve vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses. Assim, o prazo total de vigência das contratações, somando-se os três contratos, será de 40 (quarenta) meses, respeitados os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. O prazo de execução do presente contrato será de 04 (quatro) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento, conforme estabelecido na Cláusula QUARTA do Contrato nº 113/2023, o qual teve execução inicial de 24 (vinte e quatro). Assim, o prazo total de vigência das contratações, somando-se os três contratos, será de 40 (quarenta) meses, respeitados os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Concorrência Eletrônica nº. 003/2023;
Processo nº. 045/2023.

Objeto: "**Contratação de empresa do ramo de Engenharia Civil, para Construção de Escola de 01 (um) pavimento, com 12 (doze) salas de aula, Espaço Educativo Urbano, incluindo o fornecimento dos materiais, conforme projetos básicos, executivos, memoriais descritivos anexos ao Edital, com recursos são oriundos de Convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sob n° 202200397/2022."**

General Carneiro – Estado do Paraná, 05 de maio de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:8BDD2A90

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 093/2026
Pregão Eletrônico nº 034/2026
Adjudicação e Homologação: 29/06/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, compreendendo alimentos perecíveis e não perecíveis, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e da Secretaria Municipal de Administração do Município de General Carneiro/PR

Fornecedores Vencedores:

EMPRESAS	QNT ITENS
PRISCILA FLORENTINO DA SILVA SALES	01
SIRLEI DE J. N. LOPES & CIA LTDA	78
AP OESTE DISTRIBUIDORA LTDA	17
ACF ATACADO E LOGISTICA LTDA	16

General Carneiro - Paraná, 29 de junho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:C54AFF74

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Extrato de Apostilamento
Termo Apostilamento nº 002
Contrato n° 203/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: DUDZIAK, FILHOS & CIA LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Aditivo tem por objeto a atualização do valor unitário do litro do Diesel s10 fornecido no âmbito do Contrato nº 203/2025, firmado com a empresa DUDZIAK, FILHOS & CIA LTDA, em razão da variação de preços praticados no mercado local.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência do disposto na cláusula anterior, os valores unitários dos combustíveis passam a ser atualizados, sendo o Diesel S-10 de R$ 7,55 (sete reais e cinquenta e cinco centavos) para R$ 7,08 (sete reais e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Pregão Eletrônico nº. 038/2025;
Processo nº. 109/2025.
Objeto: "**Registro de preços para futura e eventual aquisição de Gasolina Comum e Óleo Diesel S10, na região de São Mateus do Sul, para atender à demanda das Secretarias Municipais de Saúde e Administração deste Município de General Carneiro/PR.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 31 de maio de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:366D39E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Extrato de Apostilamento
Termo Apostilamento nº 002
Contrato n° 301/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: GIACOMINI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a atualização dos valores unitários do Diesel S-10 e Diesel S-500 fornecidos no âmbito do Contrato nº 301/2025, firmado com a empresa GIACOMINI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, em razão da redução dos preços praticados no mercado local.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência do disposto na cláusula anterior, os valores unitários dos combustíveis fornecidos no âmbito do Contrato nº 301/2025 ficam atualizados em razão da redução dos preços praticados no mercado local, passando a vigorar os seguintes valores:
• Diesel S-500 (Óleo Diesel Comum): de R$ 6,58 (seis reais e cinquenta e oito centavos) para R$ 6,33 (seis reais e trinta e três centavos) por litro;
• Diesel S-10: de R$ 7,32 (sete reais e trinta e dois centavos) para R$ 6,79 (seis reais e setenta e nove centavos) por litro.
2.2. A presente atualização representa supressão dos valores unitários anteriormente registrados, proporcionando economicidade à Administração Pública, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 301/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação nº. 029/2025;

Processo nº. 147/2025.
Objeto: "**Chamamento Público visando o futuro credenciamento de Postos de Combustíveis para o Fornecimento de Óleo Diesel S10 e Óleo Diesel S500, para atender as necessidades de todas as Secretarias deste Município.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 29 de maio de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:CAFECF40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Extrato de Apostilamento
Termo Apostilamento nº 002
Contrato n° 302/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS MARINHO LIDER LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a atualização dos valores unitários do Diesel S-10 e Diesel S-500 fornecidos no âmbito do Contrato nº 302/2025, firmado com a empresa COMERCIO DE COMBUSTIVEIS MARINHO LIDER LTDA, em razão da redução dos preços praticados no mercado local.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
2.1. Em decorrência do disposto na cláusula anterior, os valores unitários dos combustíveis fornecidos no âmbito do Contrato nº 302/2025 ficam atualizados em razão da redução dos preços praticados no mercado local, passando a vigorar os seguintes valores:
Diesel S-500 (Óleo Diesel Comum): de R$ 6,58 (seis reais e cinquenta e oito centavos) para R$ 6,33 (seis reais e trinta e três centavos) por litro;
Diesel S-10: de R$ 7,32 (sete reais e trinta e dois centavos) para R$ 6,79 (seis reais e setenta e nove centavos) por litro.
2.2. A presente atualização representa supressão dos valores unitários anteriormente registrados, proporcionando economicidade à Administração Pública, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 302/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação nº. 029/2025;
Processo nº. 147/2025.
Objeto: "**Chamamento Público visando o futuro credenciamento de Postos de Combustíveis para o Fornecimento de Óleo Diesel S10 e Óleo Diesel S500, para atender as necessidades de todas as Secretarias deste Município.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 29 de maio de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:B0E12CBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Extrato de Apostilamento
Termo Apostilamento nº 002
Contrato n° 014/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: GIACOMINI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a atualização do valor unitário da gasolina comum fornecida no âmbito do Contrato nº 014/2026, firmado com a empresa GIACOMINI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, em razão da variação dos preços praticados no mercado local.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência do disposto na cláusula anterior, o valor unitário da gasolina comum fornecida no âmbito do Contrato nº 012/2026 passa a ser atualizado de R$ 6,65 (seis reais e sessenta e cinco centavos) para R$ 6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por litro.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo apostilamento.
CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO
4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação nº. 001/2026;
Processo nº. 002/2026.
Objeto: "**Chamamento Público visando o futuro credenciamento de Postos de Combustíveis para o Fornecimento de Etanol e Gasolina Comum, visando atender a demanda da frota de veículos do município de General Carneiro/PR, de forma parcelada.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 29 de maio de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:0952168C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Extrato de Apostilamento
Termo Apostilamento nº 002
Contrato n° 013/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS MARINHO LIDER LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a atualização do valor unitário da gasolina comum fornecida no âmbito do Contrato nº 013/2026, firmado com a empresa COMERCIO DE

COMBUSTIVEIS MARINHO LIDER LTDA, em razão da variação dos preços praticados no mercado local.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência do disposto na cláusula anterior, os valores unitários dos combustíveis fornecidos no âmbito do Contrato nº 013/2026 passam a ser atualizados, sendo:
Gasolina Comum: de R$ 6,65 (seis reais e sessenta e cinco centavos) para R$ 6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por litro;
Etanol: de R$ 5,26 (cinco reais e vinte e seis centavos) para R$ 4,84 (quatro reais e oitenta e quatro centavos) por litro.
2.2. A presente atualização representa acréscimo de R$ 0,01 (um centavo) por litro no preço da gasolina comum e supressão de R$ 0,42 (quarenta e dois centavos) por litro no preço do etanol, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 013/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação nº. 001/2026;
Processo nº. 002/2026.
Objeto: "**Chamamento Público visando o futuro credenciamento de Postos de Combustíveis para o Fornecimento de Etanol e Gasolina Comum, visando atender a demanda da frota de veículos do município de General Carneiro/PR, de forma parcelada.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 29 de maio de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:973339FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 110/2026
HOMOLOGAÇÃO: 29/06/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE
OBJETO: CONTRATAÇÃO de SERVIÇOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, firmado com oCISCOMCAM - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, para atender a população do Município de GOIOERÊ-PR.
CONTRATADO: CONSORCIO INT DE SAUDE DA COM DOS M DA REG DE C MOURAO
VALOR DA DESPESA: R$ 5.000.000,00

29/06/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Marçal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:D1CDEB3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 03/2026

Dispõe sobre os critérios para composição das turmas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Goioerê para o ano letivo de 2027.

A Secretária Municipal de Educação de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) e demais legislações aplicáveis,
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a organização das turmas da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a importância de garantir condições adequadas ao processo de ensino e aprendizagem, observando os aspectos pedagógicos, administrativos e estruturais das unidades escolares;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios para a composição das turmas, assegurando a eficiência na gestão dos recursos humanos e físicos da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece os critérios para composição das turmas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Goioerê.

Art. 2º A organização das turmas deverá observar:
I – a demanda de matrículas;
II – a capacidade física das salas de aula;
III – as normas de segurança, acessibilidade e vigilância sanitária;
IV – a disponibilidade de profissionais da educação;
V – o interesse público e a qualidade do atendimento pedagógico.
CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO DAS TURMAS
Art. 3º O quantitativo de estudantes por turma será organizado da seguinte forma:
A organização das turmas de 0 a 3 anos, deve considerar a fase de desenvolvimento dos bebês e das crianças, respeitando suas necessidades e características. Também devem ser levados em conta os espaços físicos da escola, os equipamentos e os materiais pedagógicos disponíveis, observando-se os seguintes parâmetros:
I - do nascimento a um ano de idade - até cinco bebês por professor;
II - de um a dois anos de idade - até oito bebês por professor;
III - de dois a três anos de idade - até doze bebês por professor;
IV - de três a quatro anos de idade - até dezoito crianças por professor;
V - de quatro e cinco anos de idade - até vinte crianças por professor.
VI – Educação Infantil (Infantil 4 e Infantil 5):
• mínimo de 15 (quinze) estudantes;
• máximo de 20 (vinte) estudantes por turma.
VII – Ensino Fundamental – 1º e 2º anos:
• mínimo de 16 (dezesseis) estudantes;
• máximo de 20 (vinte) estudantes por turma.
VIII – Ensino Fundamental – 3º, 4º e 5º anos:
• mínimo de 20 (vinte) estudantes;
• máximo de 25 (vinte e cinco) estudantes por turma.

§ 1º A composição das turmas deverá observar os limites estabelecidos neste artigo, respeitando as condições de infraestrutura, acessibilidade, segurança e as especificidades pedagógicas de cada unidade escolar.
§ 2º Excepcionalmente, poderá ser autorizada pela Secretaria Municipal de Educação a abertura ou manutenção de turma com número inferior ao mínimo estabelecido, mediante justificativa técnica fundamentada da Direção Escolar, considerando fatores como

localização geográfica, demanda da comunidade, inclusão escolar, transporte escolar e interesse público.
§ 3º Da mesma forma, situações excepcionais que demandem quantitativo superior ao limite máximo previsto nesta Instrução Normativa dependerão de análise e autorização expressa da Secretaria Municipal de Educação, observadas as condições estruturais da unidade e a disponibilidade de profissionais.
§ 4º A presença de estudantes público-alvo da Educação Especial poderá ensejar adequações na composição das turmas, conforme análise técnica da Secretaria Municipal de Educação, observando a legislação vigente e as necessidades pedagógicas.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

Art. 4º A distribuição dos estudantes nas turmas deverá buscar equilíbrio entre o número de matrículas, evitando discrepâncias que possam comprometer o processo de ensino e aprendizagem.

Art. 5º Havendo alteração significativa no número de matrículas durante o ano letivo, a Secretaria Municipal de Educação poderá autorizar a reorganização das turmas, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Art. 6º A abertura, unificação ou encerramento de turmas dependerá de análise técnica da Secretaria Municipal de Educação, observando:
I – o número de estudantes matriculados;
II – a demanda existente na unidade escolar;
III – a disponibilidade de profissionais;
IV – a capacidade física das salas de aula;
V – os princípios da eficiência administrativa e da qualidade do atendimento educacional.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão analisados e deliberados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Goioerê, 29 de Junho de 2026.

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:74B3BCE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.849/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.085.878,16 (um milhão e oitenta e cinco mil e oitocentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$350.000,00
01710.00494.12.02.06.20.1.600.3110 Emenda Individual e finalidade definida - Flávio Arns - Emenda 20380010 Ano 2026 - Proposta 36000759984202600	350.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$400.000,00
01810.00494.12.02.06.20.1.600.3110 Emenda Individual e finalidade definida - Sergio Moro - Emenda 42770003 Ano 2026 - Proposta 36000760279202600	400.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$300.000,00
01910.00494.12.02.06.20.1.600.3110 Emenda Individual e finalidade definida - Oriovisto Guimarães - Emenda 40890019 Ano 2026 - Proposta 36000760219202600	300.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2040-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$10.822,61
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.822,61
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2040-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$6.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2077-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$19.055,55
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	19.055,55

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$350.000,00
01710.00494.12.02.06.20.1.600.3110 Emenda Individual e finalidade definida - Flávio Arns - Emenda 20380010 Ano 2026 - Proposta 36000759984202600	350.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$400.000,00
01810.00494.12.02.06.20.1.600.3110 Emenda Individual e finalidade definida - Sergio Moro - Emenda 42770003 Ano 2026 - Proposta 36000760279202600	400.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$300.000,00
01910.00494.12.02.06.20.1.600.3110 Emenda Individual e finalidade definida - Oriovisto Guimarães - Emenda 40890019 Ano 2026 - Proposta 36000760219202600	300.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.2045-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$10.822,61
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.822,61
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.2045-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$6.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2077-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$19.055,55
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	19.055,55

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 29 de junho de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:FE47CBE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador		Convenio/repasse	Data	Valor
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	FEP	29/06/2026	R$ 122.924,09
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	RPM	29/06/2026	R$ 1.903,24
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	SIMPLES NACIONAL	29/06/2026	R$ 737,08

Goioerê, 29 de junho de 2.026

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:8A3D5491

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

CAMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM
AVISO DE CANCELAMENTO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Fica sem efeito a publicação do **FORMULÁRIO DE PEDIDO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E/OU PASSAGENS**, referente aos Processos Administrativos nº 022/2026 e nº 023/2026, que tratavam da concessão de 01 (uma) diária e meia, no valor de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), destinada ao deslocamento das Vereadoras Marizele Uchak Visentin Vaz e Elizangela Damara Martins ao Município de Curitiba/PR, para visitas aos gabinetes de Deputados, com a finalidade de tratar sobre a destinação de recursos ao Município.

Considerando a instauração dos Processos Administrativos nº 022/2026 e nº 023/2026 para concessão das referidas diárias;

Considerando a desistência formal da viagem pelas interessadas, por motivos pessoais, antes da efetivação do pagamento;

DETERMINO:

I – O cancelamento da concessão das diárias pleiteadas nos processos administrativos acima mencionados;

II – O arquivamento dos respectivos processos administrativos;

III – Ao setor competente, caso já tenha sido realizado empenho ou qualquer ato contábil preparatório, que proceda ao respectivo cancelamento.

Publique-se.
Cumpra-se.

Goioxim/PR, 29 de junho de 2026.

MARIZELE UCHAK VISENTIN VAZ
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Fernanda Bertuol
Código Identificador:53093A8B

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 33 2026- DISPÕE SOBRE EXCLUSÃO DE BEM MÓVEL DESTINADO A ALIENAÇÃO NO LEILÃO 01.2026

SÚMULA: Exclui bem móvel do Anexo Único do Decreto nº 022/2026, referente a veículo anteriormente destinado à alienação no Leilão nº 01/2026, e dá outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal:

DECRETA
Art. 1º Fica excluído do Anexo Único do Decreto nº 022/2026 o bem descrito como VEÍCULO HB20 1,0M SENSE WHITE SURROUND GRILLE IPC CHASSI: 9BHCN51AAMP145057 - RENAVAM 125282810 ANO 2020/2021 - FLEX - COR BRANCO ATLAS Nº MOTOR: F3LALU412467Patrimonio: 16829, anteriormente destinado à alienação por meio do Leilão nº 01/2026.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 022/2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, em 29 de junho de 2026.
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:5BB19955

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO ATAS PREGAO ELETRONICO 18 2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 72/2026

LICITAÇÃO:Pregão Eletrônico SRP Nº 18/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR:AUTO PECAS TAUSCHER LTDA CNPJ sob n.º 59.948.092/0001-89 ENDEREÇO: RUA SÃO SEBASTIÃO, 101 - CEP: 85162000 - BAIRRO: CENTRO EMAIL: AUTOPECASTAUSCHER@OUTLOOK.COM.

OBJETO:AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS ORIGINAIS/GENUÍNOS OU DE PRIMEIRA LINHA, ELEMENTOS FILTRANTES, LUBRIFICANTES E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA A FROTA MUNICIPAL COMPOSTA POR VEÍCULOS LEVES, VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS..

VIGÊNCIA:O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 1.728.539,18

DATA DA ASSINATURA:26/06/2026.

SIGNATÁRIOS:O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 29/06/2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 73/2026

LICITAÇÃO:Pregão Eletrônico SRP Nº 18/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR:LOURES OFICINA MECANICA LTDA CNPJ sob n.º 58.635.852/0001-35 ENDEREÇO: RODOVIA ENGENHEIRO LUIZ DOUGLAS DE ARAUJ, 1150 SALA 2 - CEP: 85162000 - BAIRRO: centro EMAIL: PRY_KUSTER@HOTMAIL.COM.

OBJETO:AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS ORIGINAIS/GENUÍNOS OU DE PRIMEIRA LINHA, ELEMENTOS FILTRANTES, LUBRIFICANTES E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA A FROTA MUNICIPAL COMPOSTA

POR VEÍCULOS LEVES, VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS..

VIGÊNCIA:O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 199.978,73

DATA DA ASSINATURA:26/06/2026.

SIGNATÁRIOS:O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 29/06/2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 74/2026

LICITAÇÃO:Pregão Eletrônico SRP Nº 18/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR:GOIOCENTER CENTRO AUTOMOTIVO LTDA CNPJ sob n.º 33.174.795/0001-03 ENDEREÇO: RODOVIA ENGENHEIRO LUIZ DOUGLAS DE ARAUJ, 2012 - CEP: 85162000 - BAIRRO: ALVORADA EMAIL: .

OBJETO:AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS ORIGINAIS/GENUÍNOS OU DE PRIMEIRA LINHA, ELEMENTOS FILTRANTES, LUBRIFICANTES E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA A FROTA MUNICIPAL COMPOSTA POR VEÍCULOS LEVES, VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS..

VIGÊNCIA:O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 79.983,72

DATA DA ASSINATURA:26/06/2026.

SIGNATÁRIOS:O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 29/06/2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 75/2026

LICITAÇÃO:Pregão Eletrônico SRP Nº 18/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR:BRUNO MARCONDES CNPJ sob n.º 60.098.768/0001-71 ENDEREÇO: ROD ENGENHEIRO LUIZ DOUGLAS DE ARAUJO, 1399 - CEP: 85162000 - BAIRRO: CENTRO EMAIL: .

OBJETO:AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS ORIGINAIS/GENUÍNOS OU DE PRIMEIRA LINHA, ELEMENTOS FILTRANTES, LUBRIFICANTES E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA A FROTA MUNICIPAL COMPOSTA POR VEÍCULOS LEVES, VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS..

VIGÊNCIA:O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 79.983,72

DATA DA ASSINATURA:26/06/2026.

SIGNATÁRIOS:O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 29/06/2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:227656EF

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 76/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 76/2026

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico SRP Nº 19/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR: TAUSCHER EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ sob n.º 60.027.685/0001-91 ENDEREÇO: R LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 363 - CEP: 85162000 - BAIRRO: centro EMAIL: super_tauscher@hotmail.com.

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, conservação e itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares da rede municipal de ensino de Goioxim-PR.

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 180.234,60

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2026.

SIGNATÁRIOS: O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 29/06/2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:F3190CE0

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 141 DE 29 DE JUNHO DE 2026 EXONERA EVANDRO LUIZ PASA DE SOUZA

PORTARIA Nº 141 DE 29 DE JUNHO DE 2026

Exonera servidor público municipal, ocupante do cargo comissionado, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado o servidor EVANDRO LUIZ PASA DE SOUZA, matricula funcional nº 138035, a partir da data de 30 de junho de 2026 do cargo de Chefe de Divisão de Eventos e Relações Públicas.

Artigo 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, 29 de junho de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:0E493C5A

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 142 DE 29 DE JUNHO DE 2026 CONCEDER FÉRIAS FLAVIO BALDUINO SOARES

PORTARIA Nº 142 DE 29 DE JUNHO DE 2026

Súmula: Resolve Conceder férias ao servidor FLAVIO BALDUINO SOARES, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006, Lei Complementar n.º 003/2025 de 31 de março de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 10(dez) dias, a contar a partir da data de 29 de junho de 2026, ao servidor FLAVIO BALDUINO SOARES, ocupante do cargo de Agente de Licitações, matrícula funcional nº 137877.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 29 de junho de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:2D589116

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026 RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames laboratoriais, com a instalação de posto de coleta nas dependências do hospital, funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), disponibilização de 1 (um) profissional técnico coletador durante 24 horas por dia, realização de exames de rotina e de urgência, processamento, bem como a emissão e disponibilização dos laudos por meio de sistema informatizado do laboratório, com interface de integração ao sistema de gestão hospitalar informatizado já existente, e regime de empreitada por preço unitário".

RESULTADO – Empresa: Grupo Mastellini LTDA no lote único com valor total de R$ 4.274.653,46 (quatro milhões e duzentos e setenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos).

Cascavel – PR, 29 de junho de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:73594054

CONSAMU
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 07/2026

O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, **RATIFICA A DISPENSA Nº 07/2026,** fundamentado no inciso VIII do Art. 75, da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e alterações, conforme documentos constantes do Proc. Administrativo 376/2026, cujo objeto é a "Aquisição de água destilada ampola de 10ml". Empresa CONTRATADA**: LONDRICIR COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 00.339.246/0001-92**. Valor estimado R$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01.001.10.302.0001.2.002 - Manutenção dos Serviços de Urgência e Emergência - 01.002.10.302.0002.2.005 - Manutenção Contratos de Programa – Hospital Retaguarda - 3.3.90.30.09.00 - material farmacológico.

Cascavel – PR, 25 de junho de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:A4FAA3D1

CONSAMU
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 08/2026

O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, **RATIFICA A DISPENSA Nº 08/2026,** fundamentado no inciso VIII do Art. 75, da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e alterações, conforme documentos constantes do Proc. Administrativo 430/2026, cujo objeto é a "Aquisição de solução ácida de polieletrolítico para hemodiálise para o Hospital de Retaguarda Allan Brame Pinho". Empresa CONTRATADA**: ECO-FARMAS**

COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 85.477.586/0001-32**. Valor estimado R$6.970,32 (seis mil, novecentos e setenta reais e trinta e dois centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01.002.10.302.0002.2.005 - Manutenção Contratos de Programa – Hospital Retaguarda - 3.3.90.30.09.00 - Material farmacológico.

Cascavel – PR, 26 de junho de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:AB802C24

PROJUR

11. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 03/08/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ATI9245	275710T000005125	14/06/2026	50100
ATI9245	275710T000005126	14/06/2026	66531
AYA8609	275710T000007886	14/06/2026	65992
AYA8609	275710T000007888	14/06/2026	67261
AYA8609	275710T000007887	14/06/2026	50100
CJT6D69	275710T000005663	14/06/2026	66371
FKI1C04	275710T000001193	14/06/2026	51851
QAH1102	116100T001382406	07/06/2026	53800

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 16/06/2026 07:02 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:8A8F7C4A

PROJUR

4. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 03/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
BEU6H64	275710NIC0000878	21/03/2026	50020	R$ 390,46

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 16/06/2026 07:02 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:BDB1925E

PROJUR

5. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA EM DECORRÊNCIA DE COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 13/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ASM9F46	275710S000009847	19/04/2026	56732	03879188245
BCT2J41	275710S000009870	18/04/2026	56732	
DSD5A17	275710S000009765	14/04/2026	56732	
EIN9F71	275710S000009795	16/04/2026	56732	
HRU3J22	275710S000009868	18/04/2026	56732	
QAK2A07	275710S000009809	17/04/2026	56732	00525430428
UBN5B72	275710S000009871	18/04/2026	56732	

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 24/06/2026 12:29 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:FD9272A0

PROJUR

6. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA EM DECORRÊNCIA DE COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 06/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ACU2F46	275710S000009736	11/04/2026	56732	
AFI2759	275710S000009685	11/04/2026	56732	
AND3E10	275710S000009635	07/04/2026	56732	
ANJ4145	275710S000009655	09/04/2026	56732	
ATH0558	275710S000009669	10/04/2026	56732	
BDZ6G50	275710S000009726	11/04/2026	56732	
BEJ8G10	275710S000009648	08/04/2026	56732	
DLM3F27	275710S000009714	10/04/2026	56732	
GCM1F21	275710S000009727	11/04/2026	56732	
JRA5G19	275710S000009667	10/04/2026	56732	
SFA6D81	275710S000009723	11/04/2026	56732	

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 17/06/2026 09:01 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:BDA59A95

PROJUR

9. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 10/08/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AIA7A13	275710T000007892	18/06/2026	66371
ASN5262	275710T000007895	18/06/2026	50100
HSE5C42	275710T000003571	19/06/2026	51930
IWQ1C60	275710T000007770	17/06/2026	55680
JVN3G95	275710T000007771	17/06/2026	55417
KBW0529	275710T000007772	17/06/2026	55680

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 22/06/2026 08:06 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:88785775

PROJUR
PORTARIA Nº 385/2026 DATA: 29.06.2026 EMENTA: CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 2.429/2025, e, considerando o memorando online sob os nº 1.766/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação da Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal mencionada, durante 60 (sessenta) dias, conforme segue:

Nome	Função	Matrícula /Contrato Nº	Período de gozo
Carla Betariz de Queiroz Varolo	Assistente Administrativo	31169-01	15/07/2026 a 12/09/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 15 de julho de 2026.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:4BB34EBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DE PRONTO PAGAMENTO

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DE PRONTO PAGAMENTO

À Secretaria Municipal de Educação
EMENTA: Autorização de Compra de Pronto Pagamento
OBJETO: Aquisição de materiais/protocolos psicológicos para uso da profissional psicóloga vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Guaraci/PR, consistentes em protocolos do instrumento WISC IV, destinados à realização de avaliações psicológicas e acompanhamento técnico dos alunos da rede municipal de ensino.

DESPACHO
Considerando os argumentos suscitados no presente Processo de Contratação de Pronto Pagamento com a devida Justificativa para Ordem de Serviço, considerando que foi feita a pesquisa de preços para se encontrar o menor valor, cuja a empresa vencedora foi ***ANA ELISA SALONÃO BOSQUE COM. DE LIVROS LTDA – CNPJN. 03.669.919/0001-60,*** considerando a necessidade de suas Secretarias Municipais, utiliza o café como item de consumo contínuo e essencial para o atendimento diário ao público, realização de reuniões administrativas, atividades internas de expediente e suporte aos servidores no regular funcionamento dos serviços públicos, considerando a presente aquisição/contratação está amparada no Decreto Municipal nº. 100/2024, que regulamenta as compras de pequeno valor, especialmente em seu Art. 2º, inciso II, o qual autoriza contratações relativas a demandas não previstas no Plano de Contratações Anual – PCA.

Considerando os documentos que instruem o mesmo, **AUTORIZO** a **emissão de empenhos** dos itens que compõe esse processo de Compra de Pronto Pagamento Nº. 01/2026 no valor ***no valor de R$ 3.353,76 – (Três mil trezentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos),*** para aquisição do objeto, e arquivo ficando à disposição dos interessados, especialmente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Guaraci - PR, 24 de junho de 2026.

TALITA DE MOURA CABRAL	*MARCOS ANTONIO DE SOUZA*
Secretária Municipal De Educação	Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:A16EA7FA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 108/2026

PORTARIA 108/2026

SÚMULA: INSTITUI COMISSÃO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS DOS MATERIAIS EM PROCESSO DE AQUISICAO DESTINADO AO MUNICÍPIO DE GUARACI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a qualidade, adquação e conformidade dos materiais e equipamentos a serem adquiridos por essa municipalidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Análise de Amostras dos materiais em processo de aquisição destinados à Administração Municipal, composta pelos seguintes membros:

I - Dalila Alvez Barboza, CPF nº 048.XXX.20X-89
II - Ricardo Henrique Prado Marçal, CPF nº 064.XXX.77X-80
III - Talita de Moura Cabral Carvalho, CPF: 062.XXX.46X-02
IV – Lorena Alzira de Souza Alexandre, CPF: 086.XXX.78X-73

Art. 2º - A presente Comissão terá vigência pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante justificativa da Administração Municipal.

Art. 3º - Compete à Comissão, no âmbito de suas atribuições, analisar, avaliar e emitir parecer quanto à conformidade das amostras dos materiais e/ou equipamentos apresentados, sendo-lhe facultado:

I – Solicitar, se necessário, parecer técnico especializado, interno ou externo, considerando a natureza e especificidade dos itens analisados, devendo este integrar o relatório final da Comissão;
II – Realizar testes práticos e exames de adequação técnica dos materiais e/ou equipamentos apresentados, observando as exigências estabelecidas no edital ou termo de referência correspondente.

Art. 4º - Os trabalhos da Comissão deverão ser formalizados por meio de relatório circunstanciado, que subsidiará a decisão administrativa quanto à homologação da proposta e continuidade do processo de aquisição.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLICA-SE, REGISTRA-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de **Guaraci/PR**, aos **29** dias do mês de **junho** de **2026**.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:7BC5AF55

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO Nº 10, DE 17 DE JUNHO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 10, de 17 de junho de 2026.

SÚMULA: Aprova o Repasse Fundo a Fundo de Emenda de Comissão nº 2026504900001, no valor de R$ 96.750,000 mil reais para o Conselho Municipal de Assistência Social de Guaraci e da PARECER FAVORÁVEL AO CNEAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal nº 1178 de agosto de 2010;

Considerando a deliberação em reunião ordinária realizada na data de 17 de junho de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprova o Repasse Fundo A Fundo de **Emenda Parlamentar nº Emenda de Comissão nº 2026504900001, no valor de R$ 96.750,00 mil** reais para o **Conselho Municipal de Assistência Social,** decorrente da **Programação nº 410920320260004, p**ara **Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Socia- SUAS,** indicada pelo parlamentar **BRUNO GANEM.**

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraci/PR, 17 de junho de 2026.

JOSIMARA DA CRUZ MATHEUS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:C1A93366

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 022/2026

"Revoga parcialmente a Portaria nº 020/2026 quanto à concessão de férias ao servidor Aldinei Soares dos Santos."

O Presidente da Câmara Municipal de Guaraqueçaba, Vereador Sr. Julhardy Costa de Arruda, no uso de suas atribuições regimentais e legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada, exclusivamente em relação ao servidor Aldinei Soares dos Santos, matrícula nº 12, a concessão de férias constante da Portaria nº 020/2026.

Art. 2º - Permanece inalterada a concessão de férias ao servidor Marcos Oliveira da Costa, matrícula nº 17, conforme disposto na Portaria nº 020/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Guaraqueçaba, em 29 de junho de 2026

JULHARDY COSTA DE ARRUDA
Presidente da Câmara Municipal de Guaraqueçaba

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:29FAE554

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 783 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE GUARAQUECABA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária n° 1031/2026 de 08/01/2026.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$69.141,80 (sessenta e nove mil, cento e quarenta e um reais e oitenta centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

SUPLEMENTAÇÃO		
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS	
06.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0005.2.147	EXECUCAO DO PROGRAMA PISO PARANAENSE DE ASSISTENCIA	
192 - 3.3.90.39.00.00 3974	SOCIAL	69.141,80
Total Suplementação:		69.141,80

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, em 29 de Junho de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito

Publicado por:
Marwin do Carmo Santos
Código Identificador:20F6312D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Ementa: Justificativa técnica e jurídica para a celebração de Termo de Colaboração por meio de Inexigibilidade de Chamamento Público. Fomento à política de atendimento, regularização documental e resiliência das comunidades pesqueiras artesanais. Aplicação do art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC).

I. RELATÓRIO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO

Trata-se de processo administrativo instaurado no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SMMA) do Município de Guaraqueçaba/PR, com o escopo de formalizar parceria, sob a modalidade de Termo de Colaboração, com a **Colônia de Pescadores Z-2 de Guaraqueçaba** (CNPJ nº 77.570.307/0001-52).
O objeto da referida parceria, consubstanciado no Plano de Trabalho anexo aos autos, consiste na conjugação de esforços para a manutenção e a operação integrada de postos de atendimento aos pescadores artesanais, maricultores e aquicultores do município. A atuação descentralizada ocorrerá tanto na Sede municipal quanto na comunidade insular de Superagui, visando à prestação de serviços de ordem administrativa, regularização previdenciária (INSS, seguro-

defeso), fiscal (Notas Fiscais de Produtor, e-Social) e naval (Capitania dos Portos).
Para a consecução das metas estipuladas, a Administração Pública Municipal prevê o aporte financeiro global de **R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais)** para o período de 12 (doze) meses, fracionado em parcelas mensais de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Em estrita observância à economicidade e à finalidade pública, os recursos possuem destinação vinculada e exclusiva a duas rubricas de custeio: a) subsídio para a remuneração de 02 (dois) colaboradores contratados diretamente pela Organização da Sociedade Civil (OSC) para atendimento nas bases; e b) subsídio para a locação e manutenção estrutural do posto de atendimento na Ilha de Superagui.
A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a inviabilidade fática e jurídica de competição para o objeto pretendido, amparando a contratação direta da referida entidade por meio do instituto da Inexigibilidade de Chamamento Público, nos moldes do art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014.

II. DO INTERESSE PÚBLICO E DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA, CULTURAL E AMBIENTAL

A celebração desta parceria transcende o mero fomento administrativo, erigindo-se como uma política pública de salvaguarda existencial, econômica e ambiental para o Município de Guaraqueçaba. A imperiosa necessidade de formalização deste Termo de Colaboração encontra lastro probatório irrefutável na legislação pátria e em recentes diagnósticos técnico-científicos sobre o território litorâneo, estruturando-se nos seguintes eixos fundamentais:

2.1. O Eixo Cultural e a Promoção de Direitos Territoriais

A pesca artesanal não é apenas uma atividade extrativista; é o pilar formador do tecido social e da identidade histórica de Guaraqueçaba. Tamanha é a sua relevância que a recente **Lei Estadual nº 22.378, de 24 de abril de 2025**, reconheceu oficialmente a pesca artesanal como **Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná** (Art. 7º).
O referido diploma legal impõe ao Poder Público o dever de garantir a "acessibilidade a toda documentação exigida para o exercício da pesca artesanal" (Art. 2º, inciso XII) , bem como o estímulo à gestão participativa e descentralizada (Art. 2º, inciso I). Ao apoiar a Colônia Z-2 na manutenção de postos de atendimento nas localidades remotas, o Município de Guaraqueçaba materializa esta determinação legal, mitigando a exclusão burocrática e garantindo que o pescador tradicional tenha acesso aos seus direitos sem precisar abandonar o seu território.

2.2. O Eixo Socioeconômico e a Regularidade Profissional

No prisma econômico, a **Lei Federal nº 11.959/2009** (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca) é categórica ao equiparar as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem a atividade pesqueira a produtores rurais (Art. 27) . A mesma lei estabelece que o ordenamento do setor deve "considerar as peculiaridades e as necessidades dos pescadores artesanais [...] visando a garantir sua permanência e sua continuidade" (Art. 3º, § 1º).
Ocorre que a burocracia exigida pelos órgãos federais (Receita Federal, INSS, Marinha do Brasil) impõe um obstáculo severo a esses trabalhadores. A parceria ora justificada assegura que o Município, de forma subsidiária, forneça o amparo estrutural para que a Colônia realize a emissão do e-Social, guias de Funrural, renovações da Capitania dos Portos e instrução do seguro-defeso. A inércia do Poder Público neste cenário resultaria no empobrecimento da classe, na informalidade generalizada e, por consequência, na queda abrupta da arrecadação municipal e do dinamismo da economia local.

2.3. O Eixo Ambiental e a Adaptação Climática (Vulnerabilidade Costeira)

Do ponto de vista territorial e ambiental, Guaraqueçaba possui a peculiaridade de ter seu território quase inteiramente sobreposto a Áreas de Proteção Ambiental, Parques Nacionais e Zonas de Proteção de Mananciais. Conforme o **Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral do Paraná (ZEE-Litoral)**, instituído pelo Decreto Estadual nº 4.996/2016, a Zona Protegida por Legislação Ambiental Específica (ZPL) abarca praticamente todo o território municipal. A atuação das comunidades tradicionais nessas áreas altamente restritivas só é possível mediante rigoroso controle e orientação técnica contínua.
Ademais, é imperioso trazer aos autos os dados científicos levantados no documento técnico *"Olha o Clima, Litoral! - Documentos técnicos de referência para municípios mais resilientes (Guaraqueçaba/PR)"*, elaborado pelo Mater Natura. O estudo revela que a costa do município enfrenta riscos climáticos severos, destacando que a **Ilha de Superagui está classificada como área de "Muito Alta Vulnerabilidade Costeira"** frente à elevação do nível do mar e a eventos extremos.
A manutenção da base de atendimento subsidiada por esta parceria na Ilha de Superagui dialoga diretamente com as estratégias de **Adaptação Baseada em Ecossistemas (AbE)** citadas no referido documento técnico. Ao garantir que os pescadores permaneçam assistidos e organizados em suas comunidades de origem, a Administração Pública fortalece a resiliência social dessas populações frente aos desastres climáticos, evitando o êxodo caótico para a zona urbana — o que fatalmente resultaria na ocupação de encostas e no adensamento de áreas de risco geomorfológico.
Deste modo, a convergência entre a proteção do patrimônio cultural caiçara, a manutenção da economia pesqueira e a estratégia de resiliência climática em áreas de extrema vulnerabilidade costeira consolida o iminente e inafastável interesse público na celebração do presente Termo de Colaboração.

III. DA NATUREZA SINGULAR DO OBJETO

A inexigibilidade de chamamento público pressupõe não apenas a inviabilidade de competição, mas também a natureza singular do objeto pactuado. No presente caso, o Termo de Colaboração afasta-se peremptoriamente da figura de uma prestação de serviços genérica ou de uma terceirização de mão de obra administrativa, configurando-se como uma **política de extensão socioterritorial e salvaguarda de direitos**.
A singularidade do objeto reside na intrínseca complexidade de traduzir a burocracia estatal (emissão de Notas Fiscais de Produtor, e-Social, regularizações navais e previdenciárias) para a realidade das comunidades tradicionais caiçaras, dispersas em um território de difícil acesso e alta vulnerabilidade climática . A execução dessas metas não demanda apenas conhecimento técnico-administrativo, mas exige **pertencimento comunitário, inserção cultural, confiança irrestrita da população assistida e logística capilarizada**.
A descentralização do atendimento para a Ilha de Superagui — área reconhecida cientificamente pelo projeto *"Olha o Clima, Litoral!"* como de "Muito Alta Vulnerabilidade Costeira" — requer uma organização que já atue organicamente no território. O objeto, portanto, é singular porque funde a assistência administrativa à representatividade de classe e à mediação de conflitos territoriais, algo que não pode ser executado por organizações da sociedade civil (OSCs) genéricas, fundações distantes ou empresas privadas, sob pena de total ineficácia da política pública.

IV. DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO E DA LEGITIMIDADE EXCLUSIVA DA COLÔNIA Z-2

Demonstrada a singularidade do objeto, cumpre comprovar a absoluta e cristalina inviabilidade de competição, requisito central para a declaração de Inexigibilidade de Chamamento Público, nos exatos termos do **art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC)**.
A exclusividade da Colônia de Pescadores Z-2 de Guaraqueçaba não decorre de uma mera preferência discricionária da Administração Pública, mas de uma **vedação constitucional expressa** e de um **monopólio de representação territorial** amparado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

4.1. Do Princípio Constitucional da Unicidade de Representação

As Colônias de Pescadores possuem natureza jurídica equiparada à das entidades sindicais, submetendo-se ao Princípio da Unicidade Sindical esculpido no **art. 8º, inciso II, da Constituição Federal de 1988**, que determina *in verbis*:
"Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
(...)
II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;"

4.2. Da Legislação Infraconstitucional Específica (Lei nº 11.699/2008)

A Carta Magna é regulamentada, no âmbito da pesca artesanal, pela **Lei Federal nº 11.699, de 13 de junho de 2008**, que dispõe sobre as Colônias, Federações e a Confederação Nacional dos Pescadores. A referida lei consagra a legitimidade exclusiva dessas entidades:

"Art. 1º. As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores, reconhecidas na forma da lei, são órgãos de representação da categoria profissional de pescadores artesanais com a forma e natureza jurídica de associação, garantida a livre organização e a independência em relação ao Poder Público."

Em estrita consonância com os ditames federais, o próprio Estatuto Social da Colônia Z-2 de Guaraqueçaba, devidamente registrado e arquivado no Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ratifica o seu monopólio representativo no **§ 3º do seu Artigo 1º**:

"§ 3º Em atendimento ao princípio da unicidade de representação, não poderá existir mais de uma colônia ou representante dos trabalhadores profissionais do setor artesanal da pesca na mesma base territorial da COLÔNIA DE PESCADORES Z-2 DE GUARAQUEÇABA-PR (Art. 8º inc. II da Constituição Federal de 1988)."

4.3. Do Lastro Fático e Institucional

Além da exclusividade de direito (legal), a Colônia Z-2 ostenta a exclusividade de fato. Conforme consta no Mapa das Organizações da Sociedade Civil, gerido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a entidade possui CNPJ ativo e atua de forma ininterrupta no município desde o ano de **1979**.

Ademais, no robusto mapeamento de atores locais (matriz de *stakeholders*) constante no documento técnico *"Olha o Clima, Litoral!"* (Tabela 1 / Figura 2), a Colônia Z-2 é reconhecida oficialmente como a instituição de base comunitária (Ator nº 20) indispensável para a governança costeira e a interlocução com os povos tradicionais em Guaraqueçaba.

4.4. Conclusão da Inviabilidade Competitiva

Sendo o objeto da parceria intrinsecamente voltado à prestação de assistência, regularização e fortalecimento exclusivo dos pescadores artesanais no território de Guaraqueçaba, e havendo norma constitucional (Art. 8º, II, CF/88) que proíbe a existência de qualquer outra entidade representativa da mesma categoria na mesma base territorial, a realização de um Chamamento Público seria um ato **juridicamente nulo, ineficaz e impossível**, uma vez que a competição é matematicamente igual a zero.

Restam, portanto, plenamente satisfeitos os pressupostos materiais e jurídicos para a formalização do Termo de Colaboração mediante Inexigibilidade.

V. DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS (LEI Nº 13.019/2014)

A formalização de parcerias com a Administração Pública, ainda que sob a égide da inexigibilidade de chamamento público, impõe à Organização da Sociedade Civil (OSC) a comprovação irrefutável de sua capacidade operacional, higidez financeira e regularidade jurídica.

Neste esteio, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SMMA) procedeu à rigorosa análise documental da Colônia de Pescadores Z-2 de Guaraqueçaba, restando plenamente satisfeitos os requisitos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.019/2014:

5.1. Da Experiência Prévia e Capacidade Técnica (Art. 33)

A entidade comprova sua existência e atuação ininterrupta desde **20 de junho de 1979**, conforme atesta o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ nº 77.570.307/0001-52) emitido pela Receita Federal do Brasil, superando com folga a exigência temporal mínima fixada no art. 33, inciso V, alínea "a", da Lei nº 13.019/22014.O seu Estatuto Social e a sua trajetória no município evidenciam a experiência prévia e a efetividade na realização do objeto proposto (alínea "b").

5.2. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista (Art. 34)

Em obediência ao art. 34, inciso II, da referida Lei, a Colônia Z-2 apresentou acervo documental que atesta sua absoluta regularidade perante as Fazendas Públicas e órgãos de controle, consubstanciada nas seguintes certidões válidas e acostadas aos autos:

• **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** (válida até 14/02/2026) ;
• **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT** (válida até 14/07/2026) ;
• **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF** (válido até 05/02/2026) ;
• **Certidão Negativa de Débitos Tributários Estaduais** (válida até 15/05/2026) ;
• **Certidão Negativa de Débitos Municipais de Guaraqueçaba** (válida até 16/03/2026).

5.3. Da Regularidade Jurídica e Ausência de Vedações (Arts. 34 e 39)

A entidade colacionou a Ata de Assembleia Geral Ordinária Eleitoral e o respectivo Termo de Posse, registrados no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Antonina, comprovando a regularidade de sua atual Diretoria, presidida pelo Sr. Mauricio Dias (mandato de 14/03/2024 a 14/03/2027).

Atesta-se, ainda, mediante declaração própria e consulta aos cadastros oficiais, que a referida OSC e seus dirigentes não incorrem em nenhuma das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019/2014, não havendo registro de contas rejeitadas, suspensões, declarações de inidoneidade ou vínculos vedados com agentes políticos da Administração Pública.

5.4. Da Adequação do Plano de Aplicação Financeira (Art. 46)

Por fim, destaca-se que o Plano de Aplicação dos Recursos (Item 6 do Plano de Trabalho), estipulado em R$ 72.000,00 anuais, encontra pleno esteio no **art. 46, incisos I e III**, do MROSC. A legislação autoriza expressamente o pagamento da remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, bem como o custeio de despesas indiretas necessárias à execução do objeto (manutenção do espaço físico em Superagui), restando afastada qualquer hipótese de desvio de finalidade.

VI. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS

A análise dos pressupostos fáticos e jurídicos colacionados a este processo revela que a parceria com a Colônia de Pescadores Z-2 de Guaraqueçaba atende ao mais lídimo interesse público. Trata-se de fomento direto a uma política de preservação da cultura caiçara, de regularização econômica e, sobretudo, de resiliência e adaptação climática de comunidades tradicionais situadas em áreas de extrema vulnerabilidade costeira.

Considerando que a referida entidade é a única representante legal e fática da categoria profissional na base territorial do Município de Guaraqueçaba (conforme o princípio da unicidade consagrado no art. 8º, inciso II, da Constituição Federal), resta demonstrada de forma inquestionável a inviabilidade de competição.

Diante do exposto, e em estrita observância aos ditames legais que regem a Administração Pública:

• **DECLARO INEXIGÍVEL O CHAMAMENTO PÚBLICO**, com fundamento no art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, para a celebração de Termo de Colaboração com a Colônia de Pescadores Z-2 de Guaraqueçaba (CNPJ nº 77.570.307/0001-52), visando à execução do Plano de Trabalho anexo aos autos.
• **DETERMINO** o encaminhamento do presente processo à Procuradoria-Geral do Município (PGM) para a emissão do obrigatório Parecer Jurídico, nos termos do art. 35, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014.
• **AUTORIZO**, após a devida manifestação favorável da assessoria jurídica, a publicação do respectivo **Extrato de Justificativa de Inexigibilidade** no sítio oficial da Prefeitura na internet e no Diário Oficial do Município, abrindo-se o prazo legal de 5 (cinco) dias para eventuais impugnações, em cumprimento ao disposto no art. 32, §§ 1º e 2º, do mesmo diploma legal.

Guaraqueçaba/PR, 20 de maio de 2026.

EURIVAL CARLOS DO NASCIMENTO FILHO
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:BE3B2FAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA N.º 1.047 DE 23 DE JUNHO DE 2026

LEI ORDINÁRIA N.º 1.047 DE 23 DE JUNHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, do Estado do Paraná-PR, Sr. **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, no uso das atribuições legais e de acordo com o que dispõe o artigo 77, inciso V da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei ordinária:
Art. 1º Esta Lei autoriza o ingresso do Município de Guaraqueçaba/PR no CISPAR e ratifica as redações do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto Social do CISPAR, conforme documentos anexos.
Parágrafo único. Diante da aprovação de que trata o caput, fica autorizado que o Município se submeta às disposições do Contrato de Consórcio Público, do Estatuto Social e de todas as demais deliberações aprovadas pela Assembleia Geral ou pelos órgãos do CISPAR, nos assuntos que lhe disserem respeito.
Art. 2º O CISPAR constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público.
§ 1º Fica o Município autorizado a firmar os ajustes e contratações desejados por si junto ao CISPAR, desenvolvendo todos os objetivos primordiais e secundários no âmbito cooperação federativa, tais como previstos nos documentos anexos, ora ratificados.
§ 2º Aplicam-se a Lei Federal nº 11.107/2005 e o Decreto Federal nº 6.017/2007, além dos documentos anexos, para reger as relações jurídicas entre o Município e o CISPAR.
Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da presente Lei, limitados ao exercício financeiro de 2026.
§ 1º A utilização de equipamentos, bens e assistência técnica recebidos por força desta adesão fica restrita, única e exclusivamente, a finalidades ambientais, sendo vedado o desvio de finalidade.
§ 2º A vigência da autorização contida nesta Lei encerra-se em 31 de dezembro de 2026.
§ 3º Para a renovação da adesão ao consórcio ou a extensão das obrigações financeiras e operacionais para exercícios subsequentes, será obrigatória a apresentação de novo Projeto de Lei para apreciação e aprovação por esta Casa Legislativa.
Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA, em 24 de junho de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:617B4B43

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.108, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 1.108, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde e Qualidade de Vida de Mulheres no Climatério e na Menopausa no Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, aprovou e eu, Prefeito Municipal, **JOÃO CARLOS GARBIN**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde e Qualidade de Vida de Mulheres no Climatério e na Menopausa, com o objetivo de promover, assegurar e integrar ações voltadas à saúde física, emocional e social das mulheres na fase do climatério e da menopausa, garantindo seus direitos fundamentais e a melhoria de sua qualidade de vida.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, consideram-se:
I - climatério: processo biológico de transição da fase reprodutiva para a não reprodutiva da vida da mulher, caracterizado por alterações hormonais, físicas e emocionais, que inclui a perimenopausa, a menopausa e a pós-menopausa;
II - menopausa: a data da última menstruação, reconhecida retrospectivamente após doze meses consecutivos de amenorreia, sem outra causa clínica identificável.

Art. 2º São diretrizes da Política Municipal:
I - promoção de atendimento humanizado, especializado e multidisciplinar às mulheres no climatério e menopausa no Sistema Único de Saúde (SUS);
II - estímulo à realização de campanhas, seminários e palestras educativas e informativas para conscientização e desmistificação sobre o climatério e a menopausa, bem como seus sintomas, exames, diagnósticos e orientações;
III - estímulo à participação da comunidade na formulação e acompanhamento de políticas públicas voltadas às mulheres;
IV - articulação entre as esferas de governo e os setores de saúde, educação, trabalho e assistência social para assegurar ações integradas;
V - incentivo à formação, capacitação e sensibilização de profissionais da saúde para atender às particularidades dessa fase;
VI - valorização e fortalecimento da pesquisa científica sobre saúde da mulher, com foco no climatério e na menopausa;
VII - desenvolvimento de estratégias para evitar a discriminação e o estigma enfrentados por mulheres no climatério e em menopausa tanto no local de trabalho quanto na sociedade.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal:
I - prevenir e tratar os sintomas e condições associadas ao climatério e à menopausa, como osteoporose, doenças cardiovasculares e alterações emocionais;
II - promover, junto aos órgãos competentes, a sensibilização e o apoio para que sejam ampliados os serviços de acesso a medicamentos, terapias e exames voltados às mulheres no climatério e na menopausa, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;
III - estimular a criação de programas de apoio psicossocial e grupos de acolhimento para mulheres no climatério e na menopausa;
IV - fomentar ações educativas em instituições de ensino e comunidades para promover uma cultura de respeito e conscientização;
V - apoiar medidas que favoreçam a inclusão e o respeito às mulheres no climatério e em menopausa, inclusive no ambiente de trabalho.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos previstos nesta Lei, o Poder Público poderá:
I - elaborar planos estratégicos e materiais didáticos para a realização da política em âmbito municipal;
II - criar indicadores para monitorar e avaliar os impactos das ações relacionadas à saúde da mulher no climatério e na menopausa;
III - capacitar profissionais da saúde para atender às necessidades específicas das mulheres no climatério e na menopausa, assegurando formação contínua;
IV - celebrar convênios ou termos de cooperação com outros órgãos públicos, bem como com instituições privadas.

Art. 5º Fica instituída a Semana Municipal de Conscientização para Mulheres no Climatério e na Menopausa, a ser realizada, anualmente, na segunda semana de outubro, com o objetivo de promover debates, campanhas e atividades educativas.

Parágrafo único. A data referida no caput deste artigo passa a integrar o Calendário Oficial do Município.

Art. 6º As ações decorrentes desta Lei deverão ser consideradas na elaboração e revisão do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, de acordo com a competência do Poder Executivo e observada a disponibilidade financeira do Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Honório Serpa/ PR, em 29 de junho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Pilar
Código Identificador:715AFE75

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 24, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação da Comissão Avaliadora de Títulos para análise dos pedidos de Progressão por Subida de Nível, conforme Edital nº 06-A, de 15 de junho de 2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a necessidade de constituição de Comissão para análise dos títulos apresentados pelos servidores municipais para fins de Progressão por Subida de Nível, conforme previsto no Edital nº 06-A, de 15 de junho de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Avaliadora de Títulos – Subida de Nível – 2026, responsável pela análise, conferência e avaliação dos títulos apresentados pelos servidores municipais para fins de progressão funcional, nos termos do Edital nº 06-A, de 15 de junho de 2026.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Avaliadora de Títulos os seguintes membros:

I – Michele Costa Negri – Presidente;

II – Adriano José de Camargo – Membro;

III – Jéssica de Morais Ramos – Membro.

Art. 3º Compete à Comissão Avaliadora de Títulos:

I – Receber e analisar a documentação apresentada pelos candidatos à Progressão por Subida de Nível;

II – Verificar a autenticidade, validade e adequação dos títulos apresentados, observando os critérios estabelecidos no Edital nº 06-A, de 15 de junho de 2026;

III – Proceder à pontuação dos títulos, conforme os requisitos previstos na legislação e no edital;

IV – Elaborar relatório final contendo o resultado da avaliação dos títulos;

V – Encaminhar o resultado da avaliação à autoridade competente para homologação e demais providências administrativas;

VI – Praticar os demais atos necessários ao fiel cumprimento de suas atribuições.

Art. 4º Os membros da Comissão exercerão suas funções sem percepção de remuneração adicional, sendo os serviços prestados considerados de relevante interesse público.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 29 de junho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:130A66EE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 133 SUPLEMENTAR

DECRETO nº 133/2026

SÚMULA: Abre Crédito Especial no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso das atribuições a mim conferidas, e com base na Lei nº 1.107 publicada em 29 de junho de 2026, decreto;
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, Crédito Especial no valor de R$ 638.297,00 (seiscentos e trinta e oito mil e duzentos e noventa e sete reais) para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 16 - DEPARTAMENTO MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO			
Unidade: 5 – DIVISÃO DE ESPORTES			
Ação: 2064 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTE			**Funcional: 0027.0812.0014**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
505	33903000000000000 – Material de consumo	10501	4.000,00
506	33903900000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10501	34.297,00
507	449051000000000000 - Obras e instalações	10501	600.000,00
Total Ação			**638.297,00**
TOTAL GERAL			**638.297,00**

Art. 2º: Para cobertura dos créditos a serem abertos serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação de Recursos Vinculados para o exercício vigente, mediante detalhamentos na sequência:
Excesso de arrecadação na **Fonte 10501 – Recursos Vinculados ao Fundo Municipal de Esporte**. Referente a **Deliberação 001/2026,** aderido do Sistema Esportivo Estadual – SEE por meio do programa "**O Esporte que queremos"** totalizando R$ 638.297,00 (seiscentos e trinta e oito mil e duzentos e noventa e sete reais).
Art. 3º - Sejam realizadas as modificações orçamentárias necessárias, no Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal n° 1.050/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO instituída pela Lei Municipal n° 1.074/2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA n° 1.081/2025.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, em 29 de junho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:0ADA4336

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE EXONERAÇÃO-134

DECRETO Nº 134/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração da funcionária aprovada em concurso público.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, senhor **João Carlos Garbin**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Exonerada por Aposentadoria a senhora **Claudete Aparecida Bragas**, portadora do RG 5.705.451-5 SSP/PR, aprovada em Concurso público no Cargo de Orientadora Educacional, desde 01/03/2010 com uma carga horaria de 40 horas semanais, lotada no Departamento de Educação, desta Prefeitura Municipal de Honório Serpa, fica exonerada a partir de 29/06/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação 29/06/2026 e após sua publicação revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, estado do Paraná, aos 29 de junho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:729ACFE4

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE EXONERAÇÃO-135

DECRETO Nº 135/2026 DE 29 DE JUNHO DE 2026

SÚMULA: Exoneração do funcionário em cargo comissionado.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, senhor **João Carlos Garbin**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:
Artigo 1º - Fica Exonerado a pedido o senhor Sidinei Piginiscki**,** portador do RG 10.232.608-3 SSP/PR, no Cargo de Chefe da Divisão de Manutenção de Edificações Públicas, desde 03/02/2025 com uma carga horaria de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Serviços Urbanos, desta Prefeitura Municipal de Honório Serpa, fica exonerada a partir de 29/06/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação 29/06/2026 e após sua publicação revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, estado do Paraná, aos 29 de junho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:D64807B7

RECURSOS HUMANOS
EDITSL DE CONVOCAÇÃO 01/Q

EDITAL Nº 01-Q DE 29 DE JUNHO DE 2026

Dispõe sobre a convocação de candidata aprovada no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2026, Edital de Abertura nº 01-A/2026 e Edital de Homologação do Resultado nº 01-I/2026 de 27 de março de 2026.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE
Art. 1.º Convocar os nomes abaixo relacionados, devidamente aprovados (a), para tomar posse da vaga oriunda do Teste Seletivo Simplificado n° 01-A/2026, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Honório Serpa-Pr, munidos dos documentos exigidos no referido edital, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) após a publicação.

CARGO: AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS PSS

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
04	Cleonice Aparecida Urbano Dos Santos	4º

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, 29 de junho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:7065100C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 038/2026.

REFERÊNCIA: Dispensa de Chamamento Público nº 010/2026.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU – PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.772.525/0001-44, com sede administrativa na Rua Otávio Pedro da Silva, 294, Centro, Iguaraçu/PR.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC): ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE IGUARAÇU, inscrita no CNPJ sob o nº 07.918.722/0001-79, situada à Rua João Brunetti, nº 486, Centro, CEP 86750-000, Iguaraçu – PR.

OBJETO DA PARCERIA ORIGINÁRIA: Execução de atividade de fomento destinada ao custeio de transporte universitário aos locais de ensino para 118 (cento e dezoito) estudantes residentes no Município de Iguaraçu/PR, conforme Plano de Trabalho aprovado no Termo de Fomento nº 001/2026.

OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade o ajuste do cronograma de execução financeira e o acréscimo do valor global da parceria para os meses de outubro, novembro e dezembro de 2026. A medida visa à adequação do planejamento à demanda real de transporte e a garantia da permanência estudantil dos beneficiários até o encerramento do ano letivo, mantendo-se inalteradas as demais condições pactuadas no instrumento original.

VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 82.606,00 (oitenta e dois mil, seiscentos e seis reais).

VALOR GLOBAL ATUALIZADO: Em virtude do presente aditamento, o valor total da parceria passa de R$ 327.978,00 para R$ 410.584,00(quatrocentos e dez mil, quinhentos e oitenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: Permanecem inalteradas as condições de vigência estabelecidas no Termo de Fomento nº 001/2026, com término previsto para 31/12/2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente instrumento fundamenta-se no *Art. 57 da Lei Federal nº 13.019/2014* (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC), no *Decreto Municipal nº 049/2018* e demais normas correlatas aplicáveis à espécie.

DATA DA ASSINATURA: 29 de junho de 2026.

FORO: Fica ratificado o Foro da Comarca de Astorga/PR para dirimir quaisquer questões oriundas deste instrumento.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:1C4775F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 97/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao funcionário MARCOS EMANUEL PADILHA, durante o período de 26/06/2026 a 26/06/2026, conforme atestado médico apresentado pelo servidor.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 26 de junho de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:E4A98762

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO Nº80 /2026 DE 12 DE JUNHO DE 2026.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Presidente do CIS/AMCESPAR, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 167/2025 de 21/08/2025.
Resolve:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do CIS/AMCESPAR, no valor de R$ 813.792,00 (Oitocentos e treze mil, setecentos e noventa e dois mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação
01.000.00.000.0000.0.000 CONSÓRCIO INTERM.DE SAÚDE REGIÃO AMCESPAR
01.100.00.000.0000.0.000 – CIS/AMCESPAR

01.100.10.122.0001.2.001- Administração Geral do CIS – REC MUNICIPIO
3.3.90.39.00.00 – 378 (fonte Custeio- outras despesas correntes) -Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica ..... R$ 8.000,00

01.100.10.302.0001.2.006- SUS – ATENDIMENTO ESPECIALIZADO
3.3.90.30.00.00 –389 (fonte SUS) -Material de Consumo ..... R$ 3.500,00
3.3.90.32.00.00 –389 (fonte SUS) -Material, bem ou serviço para distrib. gratuita ..... R$ 183.500,00
3.3.90.39.00.00 –389 (fonte SUS) -Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica ..... R$ 595.000,00
4.4.90.52.00.00 – 376 (fonte SUS) – Equipamentos e Material Permanente .....R$21.592,00
4.4.90.93.00.00 – 376 (fonte SUS) – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES .....R$2.200,00
Total Suplementação: ..... R$ 813.792,00

Artigo 2º - Como recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, de acordo com o disposto pelo Artigo 43, parágrafo 1°, incisos II e III da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, há, conforme discriminação abaixo:

I - **Cancelamento de Dotação Orçamentária**

01.100.10.302.0001.2.006- SUS – ATENDIMENTO ESPECIALIZADO
3.3.90.30.00.00 –31369 (fonte SUS) -Material de Consumo ..... R$ 3.500,00
3.3.90.32.00.00 –31369 (fonte SUS) -Material, bem ou serviço para distrib. gratuita . R$ 183.500,00
3.3.90.39.00.00 –31369 (fonte SUS) -Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica . R$ 595.000,00
3.3.90.39.00.00 –385 (fonte Custeio) -Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica . R$ 10.200,00
Total Cancelamento .....R$ 792.200,00

II Excesso de arrecadação

2.4.1.9.50.0.1.01.00.00.00.00 -376 (fonte CONVENIO FEDERAL) EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE .....R$ 21.592,00

Total Excesso .....R$ 21.592,00

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMCESPAR, Paraná, em 12/06/2026.

BERTOLDO ROVER-
Presidente do CIS/AMCESPAR.

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:343BB623

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
2ª CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 01/2026 - TECNICO DE ENFERMAGEM

2ª CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 01/2026 - TECNICO DE ENFERMAGEM

A Secretária Municipal de Saúde do município de Inácio Martins/Pr, convoca os candidatos classificados abaixo relacionados inscritos no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2026 para o cargo de Técnico de Enfermagem.
Vagas Ampla Concorrência

Nome Completo	Classificação	Média Final
SILVIA DE AMARANTE	9º	74,50
MARLY GONÇALVES MATOSO	10º	74,50
VERIDIANA DE FÁTIMA MACHADO	11º	72,50

– ENFERMAGEM
Os candidatos, convocados, devem comparecer ao Departamento de Recursos Humanos nos dias 30/06/2026 a 02/07/2026 a partir das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas munidos dos documentos relacionados no item 11 do Edital (caso tenham intenção de assumir a vaga, ao contrário devem apresentar somente para assinar a desistência.
Inácio Martins/PR, 29 de junho de 2026.

SILVANE DO CARMO GAVRONSKI
Secretária Municipal de Saúde
Portaria 142/2026

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:8C947EC0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
2ª CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 02/2026 – AGENTE COMUNITÁRIO DE ENDEMIAS - ACE.

2ª CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 02/2026 – AGENTE COMUNITÁRIO DE ENDEMIAS - ACE.

A Secretária Municipal de Saúde do município de Inácio Martins/Pr, convoca os candidatos classificados abaixo relacionados inscritos no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2026 para os cargos:
Agente Comunitário de Endemias – ACE
Vagas de ampla concorrência

Nome Completo	Classificação	Nota Total
CAMILA TRINKAUS FRANCO	1º	5,88

Os candidatos, convocados, devem comparecer ao Departamento de Recursos Humanos nos dias 30/06/2026 a 02/07/2026 a partir das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas munidos dos documentos relacionados no item 10 do Edital (caso tenham intenção de assumir a vaga, ao contrário devem apresentar somente para assinar a desistência.
Inácio Martins/PR, 29 de junho de 2026.

SILVANE DO CARMO GAVRONSKI
Secretária Municipal de Saúde
Portaria 142/2026

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:1A2A467C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 111/2026

DECRETO Nº 111/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e com base no Artigo 54 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artº 1º - Fica exonerado, **a partir de 26/06/2026**, o senhor **EDILBERTO LUIZ GRUBER – MATRICULA 80000655**, que exercia o cargo em Comissão de **SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – Símbolo C1.**

Artº 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Inácio Martins, 26 de junho de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:D741A323

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
PORTARIA Nº 018/2026

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR ROBERTO HIROMI.

ALEX SANDRO FERNANDES, Presidente da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Requerimento do Servidor Roberto Hiromi;

Considerando Parecer Jurídico favorável emitido pela Assessoria Jurídica da Câmara Municipal;

Considerando Despacho do Presidente deferindo o Requerimento.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias de 15 (quinze) dias em pecúnia e, 30 (trinta) dias ao Servidor **ROBERTO HIROMI**, brasileiro, casado, Matrícula 54, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR GERAL, do Quadro de Funcionários deste Legislativo Municipal, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2024 à 31/12/2024 e 01/01/2025 à 31/12/2025, a serem gozadas entre os dias 01 de julho de 2026 a 30 de julho de 2026, devendo o mesmo retornar as suas funções normais no dia 31 de julho de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 01 de julho de 2026.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

Publicado por:
Tayná Marques Barros
Código Identificador:48A8E528

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1000/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA BRIZZIANE BRIZZI SOUZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 24 de junho de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **BRIZZIANE BRIZZI SOUZA** brasileira, inscrita no C.P.F. sob nº. 087.xxx.xxx-24, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 017/2025, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 24 de junho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 26 de junho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:CAEBC435

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1013/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA RITA HELENA FURLANETTO ALBORGHETI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 1632/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **RITA HELENA FURLANETTO ALBORGHETI,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 918.xxx.xxx-53, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de de 12/03/2024 à 11/03/2025 à contar de 13/07/2026.
Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 26 de junho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:320F5933

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1014/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA LUCIANA MELO DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 1642/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **LUCIANA MELO DOS SANTOS**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 057.xxx.xxx-60, aprovada em concurso público, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2025 à 28/02/2026, a contar de 13/07/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 26 de junho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:8626906E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1015/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA SILVANA SIQUEIRA GIROLLA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 1564/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **SILVANA SIQUEIRA GIROLLA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 049.xxx.xxx-79, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2025 à 28/02/2026 a contar de 15/07/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 26 de junho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B55D2895

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1016/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARCIA ANDREIA BOTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 1574/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **MARCIA ANDREIA BOTURA**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 043.xxx.xxx-84, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **ENFERMEIRA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2024 à 28/02/2025 a contar de 06/07/2026

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 26 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A0775A55

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1017/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ROSEMEIRE VIEIRA DE CAMARGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-281/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **ROSEMEIRE VIEIRA DE CAMARGO,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 073.xxx.xxx-21, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AUXILIAR DE APOIO A INFÂNCIA**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, férias de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04/04/2025 à 03/04/2026 a contar de 25/05/2026.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 25 de maio de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 26 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:84A1519B

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1018/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ELIANA LEMOS CUNHA SOUZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-038/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **ELIANA LEMOS CUNHA SOUZA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 106.xxx.xxx-94, residente e domiciliada na cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o Cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência à Saúde, férias de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 05/10/2024 à 04/10/2025, a contar de 01/07/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 26 de junho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5360B3A3

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 999/2026

AUTORIZA O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE FROTAS, VEÍCULOS, PATRIMÔNIO, IDENTIFICAÇÃO E JUNTA MILITAR A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **SECRETÁRIO DE GESTÃO DE FROTAS, VEÍCULOS, PATRIMÔNIO, IDENTIFICAÇÃO E JUNTA MILITAR**, o Senhor **RENAN GUSTAVO BORGES**, a viajar nos dias 30 de junho de 2026, 01, 02 e 03 de julho de 2026, a cidade de Curitiba no Estado do Paraná, para participar do 10° Congresso Pacto pelo Brasil, que será realizado na sede do Conselho Regional de Contabilidade, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 04 (quatro) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 26 de junho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:1FA50578

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2026
Procedimento Administrativo: 019/2026
Licitacão/Número: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2026
Contratação de pessoa Jurídica para REGISTRO DE PREÇOS para Prestação de Serviços de troca, montagem e conserto de pneus de veículos leves e pesados, visado a manutenção da frota municipal.
CONTRATADA: RODRIGO NICÁCIO DE OLIVEIRA 00638027918-MEI, CNPJ 13.900.653/0001-79,
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 152.420,00 (cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e vinte reais).
DATA DA ASSINATURA: 26 de junho de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 26 de junho de 2027

Itambaracá Pr, 26 de junho de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:FBB1487C

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
CONCORRÊNCIA Nº 003/2024
CONTRATO Nº 019/2024
Contratante: Município de Itambaracá/PR, CNPJ nº 76.235.738/0001-08.
Contratada: Lucano Infraestrutura Ltda., CNPJ nº 46.534.246/0001-44.
Objeto do Contrato: Execução de pavimentação asfáltica em CBUQ, drenagem, calçadas, sinalização viária e urbanização em diversas ruas do Município de Itambaracá, Estado do Paraná.
Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 019/2024, previsto na Cláusula Quarta, alterando seu término de **02 de julho de 2026** para **30 de setembro de 2026**.

Itambaracá/PR, 29 de junho de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:DCC59B45

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 237/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 709/2026 do Ofício nº 007/2026 – DC autorizado pelo Secretário Municipal de Administração referente as Férias da servidora abaixo;

R E S O L V E :
Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares na forma na forma do Art. 069, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
VANESSA FERREIRA GONÇALVES	200837	CONTADOR	20/08/2024 a 19/08/2025	06/07/2026	05/08/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 29 DE JUNHO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:5C28E950

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 238/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 743/2026 do Ofício nº 170/2026 do Secretário Municipal de Saúde que solicita Férias da referida servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias na forma na forma do Art. 069, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
VANUSA C. DA SILVA	200705	AUX. DE ENFERMAGEM	30/05/2024 a 29/05/2025	06/07/2026	04/08/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 29 DE JUNHO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:AFF9C2F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 239/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 672/2026 do Ofício nº 148/2026 do Secretário Municipal de Saúde que autoriza as Férias da referida servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares na forma na forma do Art. 069, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
JULIANA APA SOARES	200862	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/02/2025 a 31/01/2026	08/07/2026	06/08/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 29 DE JUNHO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:5EF59B67

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 240/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de Gozo de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 583/2026 do Ofício nº 116/2026 do Secretário Municipal de Saúde que solicita Férias da referida servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de Gozo de Férias na forma na forma do Art. 069, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
LUCIMAR DA SILVA PEREZ	200858	AUX. DE SERV. GERAIS	01/02/2024 A 31/01/2025	06/07/2026	25/07/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 29 DE JUNHO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:9A7B1ECC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

Ananias Soares Vieira, Prefeito do Município de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o teor do Edital n.º 001-C/2025 (Edital de Classificação Final),

RESOLVE:

1. CONVOCAR LUCIANA DOS SANTOS, aprovada no Processo Seletivo Simplificado (PSS) aberto pelo Edital nº 001/2025, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, para comparecer junto à Unidade de Recursos Humanos, no Paço Municipal de Itambé/PR, sito à Praça Rui Barbosa, 34 – Centro, no prazo de 03 (Três) dias úteis a contar desta publicação, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, para fins de cumprimento do processo de admissão junto ao Poder Executivo desta municipalidade, ou, se do eventual desinteresse por parte do(a) mesmo(a), para fins de expedição de declaração formal de desistência na assunção do cargo público correspondente, munido de fotocópias dos documentos abaixo relacionado.

Documentos:
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no Conselho Regional de Classe e fotocópia e Certidão de regularidade do respectivo conselho;
d) Registro Civil de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista/Isenção e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência e fotocópia, ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e fotocópia;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhado da declaração de vacina da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pela Justiça Estadual e Federal, no local de residência do candidato;
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração.
p) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
q) cópia do comprovante do tipo sanguíneo;
r) Exames médicos e clínicos para avaliação de capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo, pela Perícia Médica Oficial ou por órgão devidamente indicado pelo Poder Público Municipal.

2. A desobediência e/ou não comparecimento no prazo previsto no presente instrumento, acarretará as sanções previstas na legislação vigente disciplinadora da matéria, c/c ditames do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025.

Edifício da Municipalidade de Itambé, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:2AE29F27

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO nº 06/2026

Súmula: Dispõe sobre o Registro da Entidade Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Olavo Bilac no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – de Itambé, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1309/2019 de 30 de abril de 2019:

RESOLVE:

Art. 01: Aprovar o Registro da Entidade Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Olavo Bilac, CNPJ 80.897.853/0001-07, sediada na Rua Humberto Moreschi, nº 103, centro de Itambé, Estado do Paraná, sob o nº 03/2026.

Art. 02: O Registro é válido no período de 11/06/2026 a 11/06/2028.

Itambé, 11 de junho de 2026.

ROSANA GOMES REIS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Rosana Gomes Reis
Código Identificador:BB1CD9B8

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO nº 07/2026

Súmula: Dispõe sobre o Registro da Entidade Pastoral da Criança no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – de Itambé, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1309/2019 de 30 de abril de 2019:

RESOLVE:

Art. 01: Aprovar o Registro da Entidade Pastoral da Criança, CNPJ 00.975.471/0001-09, sediada na Rua Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 18, centro de Itambé, Estado do Paraná, sob o nº 04/2026.

Art. 02: O Registro é válido no período de 11/06/2026 a 11/06/2028.

Itambé, 11 de junho de 2026.

ROSANA GOMES REIS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Rosana Gomes Reis
Código Identificador:5533458B

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026
Processo Administrativo nº 042/2026
Registro de Preços nº 06/2026

O **MUNICÍPIO DE ITAMBÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Rui Barbosa, nº 34, Centro, Itambé/PR, neste ato representado pelo Pregoeiro designado pela Portaria Municipal nº 049/2025, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 211/2023 e o Decreto Municipal nº 227/2023 e,

I - CONSIDERANDO que a Administração Pública detém o poder-dever de autotutela, consagrado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial";
II - CONSIDERANDO o princípio constitucional da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal) e os princípios da economicidade, moralidade e transparência que regem a atuação administrativa, notadamente no que tange à correta aplicação dos recursos públicos destinados à aquisição de medicamentos e materiais médicos para a rede municipal de saúde;

III - CONSIDERANDOque, no exercício do controle interno de legalidade e economicidade dos atos preparatórios docertameem epígrafe, a Administração Municipal identificou tempestivamente a existência de vícios de natureza sanável na fase de planejamento da contratação, em especial nos seguintes documentos:

• **Estudo Técnico Preliminar (ETP):** verificou-se a necessidade de complementação do estudo técnico preliminar para que reflita, de forma mais precisa e fundamentada, a**estimativa**das quantidades a serem adquiridas, com base em dados objetivos de**consumo**histórico, projeções de demanda e critérios técnicos quantitativos que assegurem o adequado dimensionamento do objeto licitado, em consonância com o art. 40, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021;
• **Termo de Referência (TR):** constatou-se a necessidade de revisão e adequação dos preços de referência estimados para diversos itens que compõem o objeto da licitação, de modo a refletir, com maior fidedignidade, os valores efetivamente praticados pelo mercado nas contratações públicas de medicamentos, em cumprimento ao disposto no art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, ampliando-se as fontes de pesquisa de preços e aprimorando-se a metodologia de formação do orçamento estimativo;
• **Previsões Editalícias:** identificou-se a necessidade de aperfeiçoamento de cláusulas do edital, com o objetivo de reforçar os mecanismos de controle e de rastreabilidade dos produtos a serem adquiridos, bem como de qualificar as exigências de habilitação técnica, assegurando maior segurança jurídica e operacional à futura contratação, em observância às boas práticas de governança nas aquisições públicas.

IV - CONSIDERANDO que a manutenção do cronograma original do certame, nas atuais circunstâncias, poderia comprometer a segurança da contratação, expondo a Administração a riscos de ordem econômica, operacional e jurídica, com potencial prejuízo ao erário e ao interesse público;

V - CONSIDERANDO que os vícios identificados são de natureza sanável e que a sua correção tempestiva, nesta fase preparatória, preserva a lisura do procedimento licitatório, evita questionamentos futuros e demonstra o compromisso da Administração Municipal com a boa governança, a economicidade e a transparência na gestão dos recursos públicos;

VI - CONSIDERANDO que a presente medida se ampara, ainda, no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, que consagra expressamente os princípios do planejamento, da segurança jurídica, da razoabilidade e da economicidade, bem como no art. 11, parágrafo único, da mesma lei, que estabelece como objetivos do processo licitatório assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública e evitar contratações com sobrepreço ou preços manifestamente inexequíveis;

RESOLVE:

Art. 1.º - SUSPENDER, *sine die*, a data de recebimento das propostas e a correspondente sessão pública de abertura e julgamento do Pregão Eletrônico nº 16/2026, originalmente designadas para o dia 30 de junho de 2026, às 8h15min e 8h30min, respectivamente.

Art. 2.º - A suspensão de que trata este Aviso perdurará até que sejam integralmente equacionados os vícios identificados nos documentos preparatórios do certame (ETP, Termo de Referência e previsões editalícias), momento em que será divulgada, pelos mesmos canais oficiais de comunicação, a nova data para recebimento das propostas e realização da sessão pública.

Art. 3.º - Durante o período de suspensão, a Administração Municipal empreenderá os esforços necessários para:
I - Complementar e aperfeiçoar o Estudo Técnico Preliminar, com a inclusão de memórias de cálculo que fundamentem adequadamente as quantidades estimadas para cada item;
II - Revisar e atualizar a metodologia de pesquisa de preços do Termo de Referência, ampliando as fontes de consulta e assegurando que os valores de referência reflitam os preços efetivamente praticados no mercado de contratações públicas;
III - Ajustar as cláusulas editalícias que demandam aperfeiçoamento, de modo a robustecer os mecanismos de controle, rastreabilidade e qualificação técnica, em benefício da segurança da contratação.

Art. 4.º - Tão logo concluídos os ajustes necessários, será publicado novo aviso contendo a data, o horário e as demais condições para a retomada do certame, observados os mesmos meios de divulgação originalmente utilizados, incluindo:
I - Portal da Transparência do Município de Itambé:
https://itambe.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes
II - Plataforma BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil:
https://www.bll.org.br
III - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP:
https://pncp.gov.br
IV - Demais canais oficiais de comunicação institucional.

Art. 5.º - Este Aviso entra em vigor na data de sua publicação.

Itambé/PR, 29 de junho de 2026.

LUÍS CEZAR CONTRERAS
Pregoeiro
Portaria Municipal nº 049/2025

Publicado por:
Luis Cezar Contreras
Código Identificador:02B67AE2

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO (VALOR)
CONTRATO Nº 001/2026 - ID/TCE Nº 42983

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ Nº 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ N.º 40.035.561/0001-40

OBJETO: Através do presente termo as partes resolvem promover o aditivo financeiro no valor de R$ 8.021,50 (oito mil e vinte e um reais e cinquenta centavos), passando o valor global do Contrato original para R$ 593.965,50 (quinhentos e noventa e três mil, novecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no Compromisso de Fornecimento primitivo, o qual vincula-se ao Processo de Pregão eletrônico Nº 27/2025.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, ao 19/06/2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:D9566580

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO DO 6º TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO (PRAZO/VALOR)
CONTRATO Nº 006/2021 - ID/TCE Nº 42242

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ Nº 76.282.698/0001-47
CONTRATADA: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ Nº 03.392.348/0001-60

OBJETO: Através do presente termo as partes resolvem prorrogar o prazo de prestação dos serviços até 01/09/2026 e consequentemente promover um aditivo financeiro no valor de R$ 10.911,84 (dez mil, novecentos e onze reais e oitenta e quatro centavos), passando o valor global do contrato original para R$ 329.496,00 (trezentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Pregão Presencial Nº 01/2021.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 29/06/2026.

ANANIA SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:3975F202

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 102/26 DE 29 DE JUNHO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suasatribuições legais e das que lhe foram conferidas pela LeiOrçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 8.000,00 (oito mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
11.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ESPORTE
11.001.27.811.0013.2.028. MANUTENÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES E ATIVIDADES
ESPORTIVAS
748 - 3.3.90.30.00.00 830 MATERIAL DE CONSUMO 8.000,00
Total Suplementação: 8.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito abertopelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita:1.7.2.9.99.01.01.00000000 Fonte: 830 8.000,00
Total da Receita: 8.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de suapublicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná,em 29 de junho de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:C2E31AAD

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2027, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **ANANIAS SOARES VIEIRA**, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município para o exercício de 2027, estabelecem as receitas e as despesas da Administração Direta e Indireta, Fundos e Seguridade Social (INSS), compreendendo:
I – as Metas Fiscais;
II – as Prioridades da Administração Municipal;
III – as Estrutura dos Orçamentos;
IV – as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
V – as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
VI – as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
VII – as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
VIII – as Disposições Gerais.

I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2027, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a **PORTARIA CONJUNTA STN/SOF Nº 20, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021-STN.**

Art. 3º A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta, Fundações, Fundos, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4 º Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:
Demonstrativo I —Metas Anuais;
Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais
Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de
Caráter Continuado.

Parágrafo Único. Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município. De forma a compatibilizar as metas com o Plano Plurianual.

II – METAS ANUAIS

Art. 5º Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I – Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2027 e para os dois seguintes.

§1º Os valores correntes do exercício de 2027 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela PORTARIA CONJUNTA STN/SOF Nº 20, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021 da STN.

§2º Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo Único. A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.7º De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão

estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§1º A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

§2º Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º O §2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 10 Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§1º A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§2º A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 11 O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único. O Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 12 O §2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único. De conformidade com a Portaria nº 407/2011-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2027.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 13 A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único. O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 14 O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único. O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 15 Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único. Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2027.

II – DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 16 As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2027, serão definidas e demonstradas no Orçamento Anual 2027 compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2027 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2027, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 17 O orçamento para o exercício financeiro de 2027 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações e Fundos, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 18 A Lei Orçamentária para 2027 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Art. 19 A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 20 O Orçamento para exercício de 2027 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações e Fundos (arts.1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 21 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2026 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 22 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I – Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III – Dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 23 As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2027, poderão ser expandidas em até 10%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2027 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Art. 24 Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superavit Financeiro do exercício de 2027.

§2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhara Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 25 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, ressalvado o disposto no Art. 14 § 3º da LRF.

Art. 26 As despesas consideradas irrelevantes, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, ressalva-se o disposto na LRF-Artigo 16 - § 3º. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2027, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, devidamente atualizado.

Art. 27 O Orçamento para o exercício de 2027 destinará até 1% (um) por cento da receita corrente líquida para a Reserva de Contingência, e 30% (trinta) por cento do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§1º Fica autorizado a proceder por Decreto do Poder Executivo e Poder Legislativo até o limite de 30% (trinta) por cento das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos

Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei.

§2º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).
§3º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de novembro de 2027, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal na proporção de 10/12 avos, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

§4º Fica autorizado o Poder Executivo e Legislativo a efetuar a correção monetária do orçamento pelo índice de inflação apurado mensalmente no exercício de 2027;

Art. 28 Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 29 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da LOA – Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 30 Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2027 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 31 A renúncia de receita estimada para o exercício de 2027, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 32 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 30 dias contados do mês de recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 33 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2027, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 34 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 35 Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 36 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2026 a preços correntes.

Art. 37 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 38 Durante a execução orçamentária de 2027 se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2027 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 39 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único. Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 40 Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2027 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41 A Lei Orçamentária de 2027 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 42 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 43 Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 44 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2027, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2027.

Art. 45 Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2027, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida os limites de 54,00% e 6,00% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 46º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).
Art. 47 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
II – Eliminação das despesas com horas-extras;
III – Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 48 Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 49 O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 50 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2026, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei Orçamentária vigente do exercício financeiro de 2026, com as alterações efetuadas durante o exercício financeiro, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 52 Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria devidamente comprovados.

§1º Fica vedado ao Executivo Municipal recolher a menor o valor do que for apurado mensalmente de encargos sociais, informados à Receita Federal do Brasil, através do E-SOCIAL, bem como deverá ser apurada a responsabilidade por informações ao INSS dos valores mensais para débito em conta corrente do Executivo Municipal, divergentes das obrigações apuradas.

§2º A ocorrência do previsto no parágrafo anterior, fica o setor de Controle Interno Municipal juntamente com o Departamento Jurídico responsáveis por abertura das ações necessárias visando o ressarcimento ao erário dos danos causados, imediatamente no mês subsequente ao fato gerador.

Art. 53 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no limite dos seus saldos, no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, de acordo com a Constituição Federal, em seu Art. 167, inciso XIV § 2º.

Art. 54 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 55 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 26 de junho de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:77C91D0A

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO DE ITAMBE			
Estado do Paraná			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE RISCOS FISCAIS			
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
2027			
Consolidado			
ARF (LRF, art 4o, § 3o)			R$ 1,00
Identificação dos Riscos	**Valor**	**Providência**	**Valor**
Demais Riscos Fiscais Passivos			
Outros Riscos Fiscais	348.033,00	RESERVA DE CONTINGENCIA	348.033,00
SUB-TOTAL	**348.033,00**	**SUB-TOTAL**	**348.033,00**
TOTAL	**348.033,00**	**TOTAL**	**348.033,00**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 17/abr/2026 as 09h e 40m.			

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:83FF3335

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.502/2026

Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DO COLÉGIO ESTADUAL OLAVO BILAC – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DO COLÉGIO ESTADUAL OLAVO BILAC – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, fundada em 13/04/1988, com registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Marialva/PR., sob nº 318 e alterações estatutárias posteriores, com inscrição no Cadastro

Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob n° 80.897.853/0001-07, entidade esta sem fins lucrativos, de direito privado, sediada na Rua Humberto Moreski , nº 103, Centro, CEP 87.175-000, Itambé/PR., e tem por finalidade representar os interesses dos estudantes, dos pais e da comunidade escolar, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino aprendizagem, garantindo a todos uma escola pública e universal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Municipal nº 884/2005, de 30/06/2005.

Gabinete do Prefeito de Itambé, 29 de junho de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:D8EC5005

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 146/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 146/2026
DATA: 26.06.2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapejara D´Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 4° inciso VII da LOA - Lei Orçamentária Anual nº 2239/2025 de 02.12.2025 e artigo 50º incisos I e II da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2232/2025 de 04.11.2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, destinados ao suporte das despesas no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0700	Departamento de Saúde		
0702	Fundo Municipal de Saúde		
103020021.2.028	Consórcio Interm de Saúde - Conims		
3.3.71.70	Rateio pela Participação Consórcio Público (2425)	5380	40.000,00
3.3.71.70	Rateio pela Participação Consórcio Público (2583)	51493	20.000,00
	TOTAL		R$ 60.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos a serem abertos em conformidade com a autorização do artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos do Superávit Financeiro, conforme o previsto no inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, a seguir especificado:

FONTE	NOMENCLATURA	TOTAL
380	Emenda Parlamentar 50410002 FNS Dep Fed Leandre	40.000,00
1493	Farmácia Estadual Custeio	20.000,00
	TOTAL	R$ 60.000,00

Art. 3º - Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 2232/2025 de 04.11.2025 - LDO e Lei n° 2221/2025 do PPA 2026/2029.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:773B07D3

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90009/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no procedimento Licitatório na modalidade de Edital de Concorrência Eletrônica Nº 90009/2026, que tem como objeto a pavimentação de estrada rural em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 11.845,56 m2, compreendendo: serviços preliminares; terraplenagem; drenagem; base e sub-base; revestimento; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico constantes deste Edital e no Termo de Referência, decide HOMOLOGAR o processo Licitatório em conformidade com o Termo de Julgamento n.º 90009/2026, em que sagrou-se vencedora para o Lote Nº 01, a empresa Pavimar – Construtora de Obras Ltda, com o valor total de R$ 2.160.000,00 (Dois milhões, cento e sessenta mil reais). Ficando nesta data HOMOLOGADO.
Itapejara D'Oeste, 29 (vinte e nove) de Junho de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:24B0160E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA N° 239/2026

PORTARIA N° 239/2026

SÚMULA: Dispõe sobre exoneração de servidora com Cargo Comissionado, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 002/2022, **RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR, a Senhora Maiara Gabrieli Machado Meneghello, matrícula nº 888, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.53*.***-9/PR e inscrita no CPF sob o nº 085.7**.***-12, com o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Enfermagem, a partir de 29 de junho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:177BB14D

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 225/2026

PORTARIA Nº 225/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentar a servidora Amarilda de Souza Costa e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**
Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar à servidora Amarilda de Souza Costa, matrícula nº 4, CPF 539.4**.***-72, com o cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada no Departamento de Vigilância Sanitária – Diretoria Executiva de Saúde.

Art. 2º - A férias ora concedida, será usufruída no período de 06/07/2026 a 04/08/2026, para o período aquisitivo 2023/2024.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:CBFEFC6A

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 226/2026

PORTARIA Nº 226/2026

SÚMULA: Conceder férias regulamentar a servidora de cargo efetivo Luma Trizi Manganelli e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar a servidora Luma Trizi Manganelli, matrícula nº 732, CPF 081.7**.***-50, com o cargo efetivo de Agente de Combate às Endemias, lotada no Departamento de Vigilância Sanitária – Diretoria Executiva de Saúde.

Art. 2º - A férias ora concedida, será usufruída no período de 01/07/2026 a 30/07/2026, para o período aquisitivo de 2024/2025.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:1FD3934F

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 227/2026

PORTARIA Nº 227/2026

SÚMULA: Conceder férias regulamentares ao servidor Ewerton Luiz dos Santos Souza e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar ao servidor Ewerton Luiz dos Santos Souza, matrícula nº 917, CPF 079.5**.***-30, com o cargo efetivo de Motorista, lotado no Hospital Municipal – Divisão de Saúde.

Art. 2º - A férias ora concedida, será usufruída no período de 01/07/2026 à 30/07/2026, correspondente ao período aquisitivo de 2024/2025.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:F6DA8420

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 228/2026

PORTARIA Nº 228/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentar e autoriza conversão em pecúnia ao servidor Caio Cesar de Santi Ferreira, como abaixo se especifica e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias regulamentar ao servidor Caio Cesar de Santi Ferreira, matrícula nº 511, CPF nº 066.3**.***-00, brasileiro, casado, Servidor Publico Municipal, com o cargo efetivo de Advogado, lotado na Assessoria Jurídica, como segue:

I - A férias ora concedida, será usufruída no período de 06/07/2026 a 25/07/2026, totalizando 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 2023/2024;

II – Autoriza conversão em pecúnia de 1/3 das férias de que trata o caput deste artigo, em conformidade com o disposto no Art. 106º, § 5º da Lei Municipal nº 085/90.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:7BE77BC6

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 229/2026

PORTARIA Nº 229/2026

SÚMULA: Conceder férias regulamentar a servidora Aline Viana de Lima e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar à servidora Aline Viana de Lima, matrícula nº 541, CPF 087.0**.***-39, com cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na UAPSF - Unidade de Atenção Primária em Saúde da Família – Diretoria Executiva de Saúde.

Art. 2º - A férias ora concedida, será usufruída no período de 06/07/2026 a 04/08/2026, para o período aquisitivo 2024/2025.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:0E26BEB7

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 230/2026

PORTARIA Nº 230/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentar e autoriza conversão em pecúnia a servidora Marcilei Aparecida dos Santos, como abaixo se especifica e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias regulamentar a servidora Marcilei Aparecida dos Santos, matrícula nº 348, CPF 037.8**.***-40, com o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Paço Municipal - Diretoria Executiva de Obras, Viação, Serviços e Desenvolvimento Econômico, correspondente ao período aquisitivo de 2023/2024, como segue:

I - A férias ora concedida, será usufruída no período de 06/07/2026 a 25/07/2026, totalizando 20 (vinte) dias;

II – Autorizar a conversão em pecúnia de 1/3 das férias de que trata o caput deste artigo, em conformidade com o disposto no Art. 106º, § 5º da Lei Municipal nº 085/90.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:17B9F9B4

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 231/2026

PORTARIA Nº 231/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares ao servidor Domingos dos Santos o e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor Domingos dos Santos, matrícula nº 37, CPF 727.7**.***-91, com o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na no Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe - CMEI – Divisão de Ensino, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias será usufruído entre os dias 01/07/2026 e 30/07/2026, totalizando 30 (trinta) dias para o período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

VALDIRENE LUCAS DA SILVA
Secretária de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:E7B377A0

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 232/2026

PORTARIA Nº 232/2026

SÚMULA: Revoga integralmente a Portaria nº 224/2026 e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 224/2026, de 26 de junho de 2026, que concedeu férias à servidora Cleonice da Silva Fernandes, matrícula nº 91, CPF nº 756.8**.***-00, ocupante do

cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais (Gari), lotada na Divisão de Serviços Urbanos e Rurais, vinculada à Diretoria Executiva de Obras, Viação, Serviços e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:D94D3B9E

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 233/2026

PORTARIA Nº 233/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares a servidora Luciê Ferreira da Silva Santos e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e considerando o requerimento apresentado pela servidora e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**
Art. 1º Conceder o fracionamento de férias regulamentares a servidora Luciê Ferreira da Silva Santos**,** matrícula nº 423**,** CPF 218.2**.***-65, com o cargo efetivo de auxiliar de enfermagem, lotada no Hospital Municipal - Diretoria Executiva de Saúde, para o período aquisitivo de 2024/2025, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionada será usufruído entre os dias 02/07/2026 e 11/07/2026, totalizando 10 (dez) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:D0E6F454

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 234/2026

PORTARIA Nº 234/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentar ao servidor de cargo efetivo Vandir Serra, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao servidor Vandir Serra, matrícula nº 792, CPF nº 464.***.***-87, período aquisitivo de 2025/2026, com o cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Administração e Planejamento.

Art. 2º A férias ora concedida, será usufruída no período de 02/07/2026 a 31/07/2026, totalizando 30 dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:4BEA27BF

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 235/2026

PORTARIA Nº 235/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentar ao servidor de cargo efetivo Angelo Fernandes da Silva, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder de férias regulamentares ao servidor Angelo Fernandes da Silva, matrícula nº 33, CPF nº 485.***.***-00, período aquisitivo de 2020/2021, com o cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado no Paço Municipal – Divisão de Tributação e Fiscalização.

Art. 2º A férias ora concedida, será usufruída no período de 06/07/2026 a 04/08/2026, totalizando 30 dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:12701121

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 236/2026

PORTARIA Nº 236/2026

SÚMULA: Conceder férias regulamentar a servidora Vera Lucia da Silva Delmiro e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares a servidora Vera Lucia da Silva Delmiro, matrícula nº 309, CPF 774.4**.***-15, com o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Saúde – Diretoria Executiva de Saúde.

Art. 2º A férias ora concedida, será usufruída no período de 01/07/2026 a 30/07/2026, período aquisitivo 2024/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:2B4FE939

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 237/2026

PORTARIA Nº 237/2026

SÚMULA: Conceder férias regulamentares a servidora Hellen de Freitas Del Aguila Vivan e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar a servidora Hellen de Freitas Del Aguila Vivan, matrícula nº 513**,** CPF nº 064.3**.***-39, com o cargo efetivo de Farmacêutico, lotada no Hospital Municipal – Divisão de Saúde.

Art. 2º A férias ora concedida, será usufruída no período de 01/07/2026 à 30/07/2026, correspondente ao período aquisitivo de 2023/2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:69F7EFD5

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 238/2026

PORTARIA Nº 238/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a revogação de dias de férias regulamentar da servidora com cargo em comissão Maiara Gabrieli Machado Meneghello, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º Revogar 11 (onze) dias da Portaria nº 222/2026 de 24/06/2026, período aquisitivo 2024/2025, onde concede 15 (quinze) dias de férias regulamentar a servidora Maiara Gabrieli Machado Meneghello**,** matrícula nº 888**,** CPF 085.***.***-12, com o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Enfermagem, lotada no Hospital Municipal – Divisão de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:6DF18905

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2026. Processo Administrativo 080.2026. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de transporte de passageiros, mediante disponibilização de micro-ônibus rodoviário e ônibus rodoviário, para atendimento do transporte universitário e demais necessidades do Município de Itaúna do Sul/PR. Dia e horário: 15/07/2026 às 09h00 (horário de Brasília). Plataforma: LICITANET (www.licitanet.com.br). Local de acesso PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1.

Itaúna do Sul-PR, 29 de junho de 2026.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:82711EF6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2026. Processo Administrativo 094.2026. Aquisição de tubos de concreto conforme necessidade. Dia e horário: 14/07/2026 às 09h00 (horário de Brasília). Plataforma: LICITANET (www.licitanet.com.br). Local de acesso PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1.

Itaúna do Sul-PR, 29 de junho de 2026.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:995ADF71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026 – CMDCA

Dispõe sobre a convocação de Conselheira Tutelar Suplente para assumir a função de Conselheira Tutelar Titular do Município de Ivaí/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Ivaí/PR, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal nº 1116/2015 e o Edital nº 02/2024 – CMDCA, que regulamentou o Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar,
CONSIDERANDO o resultado final da Eleição Suplementar realizada conforme Edital nº 02/2024 – CMDCA, homologado por meio da Resolução nº 26, de 28 de outubro de 2024;
CONSIDERANDO que a Sra. KETELIN NAIARA DE OLIVEIRA encontra-se atualmente investida na função de Conselheira Tutelar Suplente, em razão de sua classificação no Processo de Escolha Suplementar;
CONSIDERANDO a vacância do cargo de Conselheira Tutelar Titular decorrente da exoneração da Conselheira Tutelar Sra. Anne Evelin Scheifer Rospirski, formalizada por meio do Decreto Municipal nº 125, de 24 de junho de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade dos serviços prestados pelo Conselho Tutelar e a composição legal de seus membros titulares;
RESOLVE:
Art. 1º Convocar a Sra. KETELIN NAIARA DE OLIVEIRA, atualmente ocupante da função de Conselheira Tutelar Suplente, para assumir a função de Conselheira Tutelar Titular do Município de Ivaí/PR, em decorrência da vacância gerada pela exoneração da Conselheira Tutelar Sra. Anne Evelin Scheifer Rospirski.
Art. 2º A convocada deverá comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí/PR, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação deste Edital, munida dos documentos necessários para os procedimentos de nomeação e posse.
Art. 3º O não comparecimento no prazo estabelecido será interpretado como desistência da vaga, aplicando-se as disposições legais e editalícias pertinentes.
Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí/PR, 29 de junho de 2026.

ADRIANE RAIFUR DE CASTRO FIDÊNCIO
Presidente Do CMDCA de Ivaí/PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:1FFEB9F0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - MOTORISTA - PSS 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAI, tendo em vista o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, realizado para admissão no cargo de **MOTORISTA**,

C O N V O C A
TIAGO DE LARA GARCIA DA CRUZ e CÉSAR RODRIGUES DE OLIVEIRA, aprovados pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rua Rui Barbosa, 632, munidas dos seus documentos, em horário comercial até o próximo dia 01 de julho de 2026.

O não comparecimento até o prazo fixado, será considerado como desistência perdendo os direitos advindos do Processo Seletivo Simplificado.

Ivaí, 29 de junho de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:514B281C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 174-2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 174/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 12/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL JARDIM OLINDA
CONTRATADA: METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA – CNPJ nº 05.035.532/0001-88.

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo de passeio tipo sedan, zero quilômetro, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 06-4/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 05/2026 do CIS/AMUNPAR, destinado ao Departamento Municipal de Saúde.
DO VALOR TOTAL: R$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: RED. 710 – 05.002.10.301.0500.1.106.4.4.90.52.00.00 – Fonte 30500 – Equipamentos e Material Permanente.
DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DO FISCAL DE CONTRATO: CLEICY SANTOS ALMEIDA.
DO FORO: FORO DA COMARCA DE PARANACITY PR.

JARDIM OLINDA/PR, 29 DE JUNHO DE 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:6406D8DA

LICITAÇÃO
EXTRATO - INEXIGIBILIDADE 12-2026

EXTRATO DE TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA – PR.
CONTRATADA: METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.035.532/0001-88.
OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo de passeio tipo sedan, zero quilômetro, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 06-4/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 05/2026 do CIS/AMUNPAR, destinado ao Departamento Municipal de Saúde.
VALOR TOTAL: R$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: RED. 538 – 05002103010500110644905200000 – Fonte 30500 – Equipamentos e Material Permanente.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Jardim Olinda/PR, 29 de junho de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:B7ED47A7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 151/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias regulamentares pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor, **THOMAS WILLIAM DUTRA ALVES,** correspondente ao período aquisitivo de 27 de junho de 2025 a 27 de junho de 2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 29 de junho de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:18766A53

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°218/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº218/2026 - De 22/06/2026
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Helder de Moraes Oliveira	Motorista	Londrina	22/06/2026	Levar ônibus na Revisão.	R$ 80,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 25 de junho de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:27D2A2B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 11/2026

Fica autorizada a concessão de diárias ao Sr. ANDERSON DROBINIEWSKI SOSSELA, conforme solicitação do servidor efetivo, em conformidade com a Resolução N.º 142/2025.

Poder Legislativo da Lapa, em 26 de junho de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:4FE18E5E

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 12/2026.

Fica autorizada a concessão de diárias ao Sr. ARNALDO JOSÉ RAMOS JÚNIOR, conforme solicitação do servidor comissionado, em conformidade com a Resolução N.º 142/2025.

Poder Legislativo da Lapa, em 26 de junho de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:72C83016

GABINETE
DECRETO N° 29799, DE 29 DE JUNHO DE 2026

Súmula: Exonera o (a) servidor (a) CLARA APARECIDA SANTOS MAURER.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o Processo Digital nº 14407/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1° – Fica EXONERADO (A) a pedido, a partir de 25.07.2026, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

CLARA APARECIDA SANTOS MAURER
RG: 9898395-3/PR
CPF: 057.468.469-70
AUXILIAR DE FARMACIA
GRUPO OCUPACIONAL TECNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE B REFERÊNCIA 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 29 de Junho de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:76B3092B

GABINETE
DECRETO Nº 29798, DE 29 DE JUNHO DE 2026

Súmula: Altera o Decreto nº 28595, de 17.03.2025, que nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

• Considerando o que dispõe a Lei nº 3731, de 05.08.2020;

• Considerando a Lei nº 4489, de 10.12.2025;

• Considerando o Ofício nº 214/2026, de 16.06.2026, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer,

• Considerando o Ofício nº 02/2026, de 24.06.2026, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher,

• Considerando o Processo Digital nº 6450/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas Para a Mulher

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada, a partir desta data, a representação da Área da Educação, Esporte e Lazer, na composição do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, passando o Art. 1º, do Decreto nº 28595, de 17.03.2025, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - (...)

I - CONSELHEIRAS DO PODER PÚBLICO:
a) ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLITICAS PÚBLICAS PARA A MULHER:
1. Titular: Angela Krainski Dallabona
2. Suplente: Gabriela Sampaio da Silva Santos

b) ÁREA DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER:
1. Titular: Cristiane Ferreira da Luz de Siqueira
2. Suplente: Josiele Kucla Sampaio Druscz

c) ÁREA DA SAÚDE:
1. Titular: Cleonice Pinheiro dos Santos Dardaque
2. Suplente: Priscilla Zaleski

d) ÁREA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
1. Titular: Antônia Maria de Almeida Carneiro
2. Suplente: Heloize Martins Manhães

e) ÁREA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE:
1. Titular: Mércia de Medeiros Silva França
2. Suplente: Renata Pinto dos Santos

f) ÁREA DE CULTURA:
1. Titular: Maria da Conceição Schuster Pavão
2. Suplente: Luana Wronski de Jesus

II - CONSELHEIRAS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

a) OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SUBSEÇÃO DA LAPA/PR:
1. Titular: Tatiana Suplicy Barbosa
2. Suplente: Regina Sznicer

b) ACIAL - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DA LAPA:
1. Titular: Nilciane Aparecida Ramos Pawowski
2. Suplente: Fernanda Gonçalves

c) ASSOCIAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO A REDE DE ENSINO DA LAPA E AO CENTRO DE ATENÇAO INTEGRAL A CRIANÇA MINISTRO FLAVIO SUPLICY DE LACERDA – CAIC - ADECAL:
1. Titular: Camila Hammerschmidt
2. Suplente: Kassiane de Fátima Ferreira Amorim

d) IBS – INSTITUTO BORGES DA SILVEIRA
1. Titular: Ieda Janz Woitowicz
2. Suplente: Valeria Borges da Silveira

e) SINDICATO RURAL DE LAPA:
1. Titular: Jaqueline Zandrovski Prins
2. Suplente: Deisimar Jagher Burda Weinhardt

f) DISPENSÁRIO SÃO BENEDITO
1. Titular: Cristiane Ferreira Ramos Bueno
2. Suplente: Luciana Kuss"

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 29 de Junho de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:01EE7897

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 17/2025, de 08/08/2025, que homologou o **Concurso Público** 01/2024, **CONVOCA**o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº. 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
ANGELA MARIA DUDA	EDUCADOR INFANTIL

Lapa, 26 de junho de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:962E8199

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 17/2025, de 08/08/2025, que homologou o **Concurso Público** 01/2024, **CONVOCA**o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº. 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
FERNANDA APARECIDA CORREIA	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA

Lapa, 26 de junho de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:121C7648

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 17/2025, de 08/08/2025, que homologou o **Concurso Público** 01/2024, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº. 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das

09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
VICTOR HUGO SOUZA DA SILVA	MEDICO VETERINARIO

Lapa, 29 de junho de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:BE9A3FE9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º ADENDO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2025 (PD Nº 1484/2025).
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: RODOLAPA LTDA ME, CNPJ SOB Nº 00.295.811/0001-67, REPRESENTADA POR SUA SÓCIA, SRA. LUNARA POLAK DE ALMEIDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AFERIÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TACÓGRAFOS, ATRAVÉS DO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1110/2026 (PD Nº 15616/2026)
FICA SUBSTITUÍDO O GESTOR E O FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2025 QUE PASSA A SER:
"4. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
4.1REFERENTEAOGESTORDECONTRATO:
PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS E DEMAIS SECRETARIAS, O GESTOR SERÁ SR. FABIO DELPONTE RIBAS, MATRÍCULA: 82454, TELEFONE: (41) 3547-5082, E-MAIL: LOGISTICALAPA@HOTMAIL.COM, CONFORME PORTARIA Nº 016, DE 21 DE MAIO DE 2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE.
4.2. REFERENTE AO FISCAL DO CONTRATO:
PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS E DEMAIS SECRETARIAS, O FISCAL SERÁ SR. MAURICIO BENEDITO A. BERGHAUSER, MATRÍCULA: 1150, TELEFONE: (41) 3547-5082, E-MAIL: LOGISTICALAPA@HOTMAIL.COM, CONFORME PORTARIA Nº 016, DE 21 DE MAIO DE 2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AGORA ADITADA.
DATA: 26/06/2026
DATA ASSINATURA: 26/06/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:C45EE2D9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Convênio para realização de Estágios Curriculares Obrigatórios que entre si celebram, pelo presente instrumento, MUNICÍPIO DA LAPA (UNIDADE CONCEDENTE) e ASSENAR - Ensino de Araucária Ltda (INSTITUIÇÃO DE ENSINO).

Objeto: O presente Termo de Convênio tem por objeto o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de programas de estágio: obrigatório, que será sempre de interesse curricular, com previsão no projeto Pedagógico do respectivo Curso, constituindo-se em meio para que os discentes, futuros profissionais das diferentes áreas do saber, tenham treinamento prático na linha de sua formação, em situações reais da vida e trabalho, nos termos da Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e demais legislações regulamentadoras.

Vigência: Prazo de 12 (doze) meses.

Data e Assinaturas: 16/06/2026 –

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA E

ANDREIA HELANA PASINI GUARESKI.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:211BC4DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 103/2025

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 002/2025 (PD Nº 24558/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28428, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. ANDRÉ REZENDE CHERUBINI.
CONTRATADO: TRANSRESÍDUOS AMBIENTAL S/A, CNPJ/MF SOB O Nº 77.371.789/0001-11, REPRESENTADO(A) POR SEU PROCURADOR, SR. ANGELO BRESEGHELLO FILHO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA – COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES; COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO GRUPO A, B E E; COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE CARCAÇAS DE ANIMAIS; LOCAÇÃO DE CONTÊINERES DE 1,2 M³; LOCAÇÃO DE CAÇAMBA DE 27M³ COM REMOÇÃO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS; LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS DE 7,0 M³ COM REMOÇÃO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 880/2026 (PD Nº 13975/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE E O PARECER JURÍDICO Nº 545/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 103/2025 POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 15.07.2026 E 14.07.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 3.212.680,32 (TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E DOZE MIL, SEISCENTOS E OITENTA REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 25/06/2026
DATA ASSINATURA: 29/06/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:C9C97EFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO 15º TERMO ADITIVO – APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 132/2021

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2021 (PD N° 1906/2021) E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°094/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADA: ESPAÇO VINCENT CASA DE APOIO EIRELI - ME, CNPJ SOB Nº 33.698.177/0001-62.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA – CLÍNICA OU INSTITUIÇÃO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE LAPA, CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA, PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, PARA ATENDIMENTO DE ATÉ 05 (CINCO) PESSOAS ADULTAS COM IDADE DE 18 A 59 ANOS DE AMBOS OS SEXOS, COM TRANSTORNO MENTAL, COM DIVERSOS GRAUS DE DEPENDÊNCIA, COM OU SEM DEFICIÊNCIA, EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO PESSOAL E SOCIAL, COM VÍNCULOS FAMILIARES ROMPIDOS OU FRAGILIZADOS, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE LAPA – PARANÁ.
O PRESENTE TERMO DE APOSTILAMENTO TEM POR OBJETIVO SUBSTITUIR O FISCAL E SUPLENTE DE FISCAL DO CONTRATO CONSTANTE NA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO SUPRA, PASSANDO A SER FISCAL ASRA. SIMONE DOS SANTOS – MATRÍCULA Nº 9559, E SUPLENTE DE FISCAL SRA. LIDIANE LOPES PARANÁ – MATRÍCULA Nº 11016 CONFORME PORTARIA Nº 003 DE 03 DE JUNHO DE 2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER, EM ATENDIMENTO A REQUISIÇÃO AO COMPRAS Nº 890/2026 (PD Nº 14201/2026), QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO:
O REGISTRO DESTA APOSTILA ESTÁ RESPALDADO NO §8º DO ART. 65 DA LEI 8666/1993 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019.
DATA: 26/06/2026
DATA ASSINATURA: 26/06/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:1BF98CC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO – APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 215/2023

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 45/2023 (PD 15403/2023).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADO: SR. LUCAS TABORDA KRUL DE LARA, CPF/MF SOB Nº 121.684.619-70.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS INTERESSADAS EM PRESTAR SERVIÇOS COMO FACILITADORES SOCIAIS (OFICINEIROS), PARA ATUAÇÃO JUNTO AOS PROGRAMAS, SERVIÇOS E PROJETOS OFERTADOS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E CENTRO DA JUVENTUDE, DESENVOLVENDO ATIVIDADES EM GRUPOS POR MEIO DE OFICINAS DIVERSAS, ITEM 03 – MÚSICA.
O PRESENTE TERMO DE APOSTILAMENTO TEM POR OBJETIVO SUBSTITUIR O GESTOR DO CONTRATO CONSTANTE NA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO SUPRA, PASSANDO A SER GESTORA ASRA. NATALLY APARECIDA GUIMARÃES TEIXEIRA – MATRÍCULA Nº 81609, E FISCAL SRA. ALANNA MARIA ABILHOA – MATRÍCULA Nº 80776 CONFORME PORTARIA Nº 003 DE 03 DE JUNHO DE 2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER , EM ATENDIMENTO A REQUISIÇÃO AO COMPRAS Nº 895/2026 (PD Nº 14251/2026), QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO:
O REGISTRO DESTA APOSTILA ESTÁ RESPALDADO NO §8º DO ART. 65 DA LEI 8666/1993 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019.
DATA: 26/06/2026
DATA ASSINATURA: 26/06/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:38417376

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO - APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 116/2026

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2026 (PD Nº 29715/2025)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
CONTRATADO: UNIÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 08.985.901/0001-91.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA/ARQUITETURA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA EM UM TRECHO DE 964,46M DA RUA CARLOS GANZERT, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).
O PRESENTE TERMO DE APOSTILAMENTO TEM POR OBJETIVO SUBSTITUIR FISCAL DO CONTRATO NA CLÁUSULA QUARTA, DO CONTRATO SUPRA, PASSANDO A SER FISCAL SRA. BIANCA HYGINO DE LIMA OLIVEIRA – MATRÍCULA 82619, TELEFONE (41) 3547-8005, E-MAIL BIANCA.ENGLAPA@GMAIL.COM, CONFORME PORTARIA Nº 016, DE 21 DE MAIO DE 2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE, EM ATENDIMENTO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1044/2026 (PD 15396/2026), QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO:
O REGISTRO DESTA APOSTILA ESTÁ RESPALDADO NO ART. 117 DA LEI 14.133/2021.
DATA: 26/06/2026
DATA ASSINATURA: 29/06/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:9EF6C38F

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 163/2025

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2024 (PD Nº 6293/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
CONTRATADO: PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 32.750.290/0001-87, REPRESENTADO(A) POR SEU SÓCIO, SR. MAURICIO ZENI KURMANN.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ, DRENAGEM E CORRELATOS EM RUAS DIVERSAS, NA VILA SÃO JOSÉ, (REMANESCENTE DA OBRA), NESTA MUNICIPALIDADE, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 625/2026 (PD Nº 10025/2026) DA SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE; O PARECER TÉCNICO DO FISCAL DO CONTRATO, ENGENHEIRO GEANCARLO CARNEIRO RIBAS DATADO DE 17.04.2026; MANIFESTAÇÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR DO FISCAL DO CONTRATO, ENGENHEIRO GEANCARLO CARNEIRO RIBAS DATADO DE 12.06.2026 E O PARECER JURÍDICO Nº 392/2026/PGM, CONFORME ART.125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE ACRÉSCIMO NO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 163/2025 ATÉ O VALOR DE R$ 172.328,26 (CENTO E SETENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E VINTE E OITO REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS),
COM O PERCENTUAL DE 17,13% (DEZESSETE VÍRGULA TREZE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE O ACRÉSCIMO TENDO EM VISTA A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 625/2026 (PD Nº 10025/2026) DA SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE; O PARECER TÉCNICO DO FISCAL DO CONTRATO, ENGENHEIRO GEANCARLO CARNEIRO RIBAS DATADO DE 17.04.2026; MANIFESTAÇÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR DO FISCAL DO CONTRATO, ENGENHEIRO GEANCARLO CARNEIRO RIBAS DATADO DE 12.06.2026 E O PARECER JURÍDICO Nº 392/2026/PGM.
PELOS SERVIÇOS CONTRATADOS A CONTRATANTE PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR DE R$ 172.328,26 (CENTO E SETENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E VINTE E OITO REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 22/06/2026
DATA ASSINATURA: 29/06/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:7465C9B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 08/2026
Dispensa de Licitação nº 07/2026
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE LOANDA (00.661.865/0001-07)
Contratada: MOVEIS AVANZI LTDA CNPJ: 55.981.802/0001-11
Objeto: Aquisição e instalação de móveis planejados para o Plenário da Câmara Municipal de Loanda, visando adequar o ambiente às necessidades funcionais, operacionais e institucionais do Poder Legislativo Municipal.
Valor total: R$ 27.800,00 (Vinte e sete mil e oitocentos reais).
Vigência: 29/06/2026 a 29/06/2027,
Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis

Publicado por:
Joao Pereira da Silva
Código Identificador:886E10E0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 - PML

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2026 - PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para contratação de eventual empresa para aquisição de peças e manutenção para ar condicionado, para atender as Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação e Cultura, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esporte e Lazer, Turismo, Habitação e Meio Ambiente do Município de Loanda-PR, conforme quantidades e especificações constantes do **Anexo I**, que integra o presente Edital.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o procedimento licitatório em epígrafe cujos itens, foram adjudicados pelo Pregoeiro em favor das empresas vencedoras a seguir:
· **ACR DA COSTA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº31.688.977/0001-77, vencedora do Lote 02, perfazendo o valor global de R$139.838,50(cento e trinta e nove mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos);
· **ALX SERVIÇOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº39.153.190/0001-12, vencedora do Lote 01, perfazendo o valor global de R$159.992,00(cento e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e dois reais);

Loanda, 29 de junho de 2.026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:10130988

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026-PML

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO QUILÔMETRO, TIPO MINIVAN, PARA TRANSPORTE DE EQUIPES ESPORTIVAS.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 51/2026
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 15/2026.
DATA DA SESSÃO VIRTUAL: 13 de julho de 2026 às 09h00min.
Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h20min do dia 13 de julho de 2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
LOCAL: www.bnc.compras.org.br, "Acesso Identificado", no qual o edital está disponível para "download".
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019, Lei

Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022; Decreto Municipal n°. 155/2022, de 08 de setembro de 2022, Decreto Municipal Nº 021/2024, de 11 de janeiro de 2024, Decreto Municipal n.º 017/2025 de 27 de janeiro de 2025**,** Decreto Estadual nº 10.86/2022 de 17 de janeiro de 2022 e demais legislações e normas regulamentares aplicáveis à espécie.
DEPARTAMENTO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Esporte

***Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).**
O valor máximo estimado para esta licitação é **de R$ R$ 136.646,11 (cento e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e seis reais e onze centavos), sendo que o valor de cada item se encontra definido no Termo de Referência (anexo 01).**
O edital encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados no Endereço: Rua Antônio Coletto nº 1260, Centro, Cep. 86790-000, Lobato, Paraná, Brasil, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min ao 12h00 min das 14h00 às 17h00min e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **https://pncp.gov.br/**, no Portal Transparência, através do endereço eletrônico **https://www.lobato.pr.gov.br/** - aba "LICITAÇÕES", e ainda no site **www.bnc.org.br.**

Lobato/PR, 29 de junho de 2026.

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Presidente da Comissão de Contratação
Decreto Nº. 102/2025 de 16 de Abril de 2025

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:D7B78FEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 83/2026

Órgão Gerenciador: Município de Lupionópolis - PR. Contratante: Prefeitura Municipal de Lupionópolis - PR, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Carlos Tibério. Contratada: Claudio A Miranda Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.333.619/0001-30. Origem: Processo Licitatório nº 27/2026 – Pregão Eletrônico nº 10/2026. Objeto do Aditivo: Inclusão dos lotes 048, 053 e 054 à Ata de Registro de Preços nº 83/2026, em decorrência da desistência do(s) fornecedor(es) originalmente classificado(s) e convocação do licitante subsequente, nos termos do art. 90, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 14.133/2021. Valor do Aditivo: R$ 17.350,00 (dezessete mil, trezentos e cinquenta reais). Novo Valor Total da ARP: R$ 26.350,00 (vinte e seis mil, trezentos e cinquenta reais). Fundamento Legal: Artigos 84 e 90 da Lei Federal nº 14.133/2021. Data de Assinatura: 23 de junho de 2026. Foro: Comarca de Centenário do Sul - PR.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:63364EF8

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2026

Contratante: Município de Lupionópolis/PR.
Contratada: Anderson Pereira das Dores 07348263976, inscrita no CNPJ nº 44.361.605/0001-83.
Origem: Processo Licitatório nº 27/2026 – Pregão Eletrônico nº 10/2026.
Objeto do Aditivo: Inclusão de novos itens à Ata de Registro de Preços nº 81/2026, em razão da desistência do fornecedor originalmente classificado, com convocação do licitante subsequente, nos termos dos arts. 84 e 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo-se os preços e demais condições ofertadas no certame.
Valor do Aditivo: R$ 52.703,00 (cinquenta e dois mil, setecentos e três reais).
Novo Valor Total da Ata de Registro de Preços: R$ 138.873,00 (cento e trinta e oito mil, oitocentos e setenta e três reais).
Ratificação: Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 81/2026.
Data da Assinatura: 23 de junho de 2026.
Assinam:
José Carlos Tibério – Prefeito Municipal – Município de Lupionópolis/PR.
Anderson Pereira das Dores – Anderson Pereira das Dores 07348263976.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:A1D2CBCC

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/2025

Contratante: Município de Lupionópolis – PR.
Contratada: ANDERSON LUIZ MARSON 00601172906, CNPJ nº 43.055.138/0001-09.
Processo Licitatório: nº 57/2025 – Inexigibilidade nº 12/2025 – Credenciamento nº 05/2025.
Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato nº 135/2025, cujo objeto é o fornecimento de marmitas tamanho médio (M) para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, bem como reajuste do valor unitário com base na variação do IPCA/IBGE.
Prazo de Vigência: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, passando de **01/08/2026 a 31/07/2027**.
Reajuste: Aplicação do índice IPCA/IBGE acumulado de **4,72%**, alterando o valor unitário da marmita de **R$ 17,63** para **R$ 18,46**. O valor total estimado do contrato para o período prorrogado passa a ser de **R$ 27.690,00**.
Fundamento Legal: Arts. 92, XVI, 105 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como cláusulas contratuais pertinentes.
Data da Assinatura: 26 de junho de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:0B3544D8

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2025

Processo Licitatório nº 57/2025 – Inexigibilidade nº 12/2025 – Credenciamento nº 05/2025
Contratante: Município de Lupionópolis – PR.
Contratada: Rosimeire Maria Julio Camilo, CNPJ nº 09.436.075/0001-94.
Objeto: Prorrogação da vigência e reajuste de preços do Contrato nº 136/2025, cujo objeto é o fornecimento de marmitas tamanho médio (M) destinadas ao atendimento das Secretarias Municipais.
Prazo: Fica prorrogada a vigência contratual por mais 12 (doze) meses, passando de **01/08/2026 a 31/07/2027**.
Reajuste: Reajuste de **4,72%**, correspondente à variação acumulada do **IPCA/IBGE** no período de maio/2025 a maio/2026, elevando o valor unitário da marmita de **R$ 17,63** para **R$ 18,46**.
Valor Estimado do Aditivo: R$ **27.690,00** (vinte e sete mil, seiscentos e noventa reais), considerando a estimativa de fornecimento de 1.500 unidades.
Fundamento Legal: Arts. 92, XVI, 105, 107 e 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as cláusulas do Contrato nº 136/2025.
Data da Assinatura: 26 de junho de 2026.
Lupionópolis/PR, 26 de junho de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:F246CBEF

GABINETE/SECRETARIA
PORTARIA Nº68/2026

Instauração do Processo Administrativo de Acompanhamento e Responsabilização – PAAR , em razão do atraso na execução do Contrato nº 01/2026, celebrado com a empresa Paraná Pavimentação e Concreto Ltda.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Federal nº 14.133/2021, e
CONSIDERANDO:
que o Município de Lupionópolis celebrou, em 12 de janeiro de 2026, o Contrato nº 01/2026 com a empresa Paraná Pavimentação e Concreto Ltda, CNPJ 53.594.777/0001-98, oriundo da Concorrência Eletrônica nº 03/2025, cujo objeto é a pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ – 19.477,00 m² – Lote 1, pelo valor total de R$ 4.309.000,00 (quatro milhões e trezentos e nove mil reais);
que o prazo de execução contratual é de 300 (trezentos) dias, com início dos serviços em 29 de janeiro de 2026, devendo a obra ser concluída até 25 de novembro de 2026, conforme cronograma físico-financeiro aprovado pelo PARANACIDADE;
que, na data de 18 de junho de 2026, o cronograma físico-financeiro deveria indicar a execução de pelo menos 47% (quarenta e sete por cento) da obra, correspondente à conclusão das Etapas 1 a 4 e ao avanço de aproximadamente 60% (sessenta por cento) da Etapa 5;
que a única medição aprovada e faturada até a presente data é a Medição nº 1, de 10 de fevereiro de 2026, no valor de R$ 242.175,59 (duzentos e quarenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), representando tão somente 5,62% (cinco vírgula sessenta e dois por cento) do valor total contratado;
que o atraso verificado nas Etapas 2, 3, 4 e 5 do cronograma físico-financeiro constitui inexecução parcial do contrato, nos termos do art. 155, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, e da Cláusula Quarta do Contrato nº 01/2026;
que a instauração do presente processo de acompanhamento tem por finalidade resguardar o interesse público, documentar formalmente o atraso, assegurar o contraditório e a ampla defesa à contratada e subsidiar eventual aplicação de penalidades, na forma dos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021;

R E S O L V E:
Art. 1º Instaurar o **Processo Administrativo de Acompanhamento e Responsabilização – PAAR** , com vistas à apuração do atraso verificado na execução do Contrato nº 01/2026, firmado com a empresa **Paraná Pavimentação e Concreto Ltda**, CNPJ 53.594.777/0001-98.
Art. 2º Designar a servidora **Ariadny Michelly Pelegrino de Campos**, Gestora do Contrato nº 01/2026 (Portaria nº 17/2025), para coordenar as diligências e os atos instrutórios do presente processo, com competência para:
notificar a empresa contratada acerca do atraso e requisitar justificativas documentadas;
analisar as justificativas apresentadas e emitir parecer técnico-administrativo fundamentado;
propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Contrato nº 01/2026, se for o caso;
comunicar ao PARANACIDADE os fatos apurados e as providências adotadas, em cumprimento à Cláusula Décima Segunda do instrumento contratual;
praticar todos os demais atos necessários ao fiel andamento do presente processo.
Art. 3º A empresa **Paraná Pavimentação e Concreto Ltda** fica assegurada do exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 5º, LV, da Constituição Federal.
Art. 4º O presente processo deverá ser instruído com os seguintes documentos mínimos:
cópia do Contrato nº 01/2026 e seus anexos;
cronograma físico-financeiro aprovado pelo PARANACIDADE (SAM nº 42);
Ordem de Serviço nº 01/2026;
Planilha de Medição nº 1 (aprovada em 10/02/2026);
Notificação Extrajudicial nº 01/2026 e comprovante de recebimento;
Relatórios de fiscalização emitidos pelo fiscal Delton da Silva Cardoso e pela fiscal substituta Roseane Cristina Galera;
eventual resposta da contratada à notificação;
parecer jurídico do Procurador Municipal;
demais documentos que se fizerem necessários à instrução.

Art. 5º O não atendimento da notificação ou a apresentação de justificativas insuficientes, a juízo da Administração, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções, observado o *due process* administrativo previsto nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021:
advertência;
multa de mora de 0,1% ao dia sobre o valor da parcela em atraso (Cláusula 19.7.2);
multa compensatória de 5% sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial (Cláusula 19.7.3);
impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, por até 3 (três) anos;
extinção unilateral do Contrato nº 01/2026, com execução da garantia contratual e apuração de perdas e danos.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, comunicada ao PARANACIDADE e ao fiscal do contrato, e juntada aos autos do Contrato nº 01/2026.
Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Lupionópolis/PR, 29 de junho de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal de Lupionópolis

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:01DD366F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 58/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca as Candidatas abaixo relacionados e selecionados pela Décima Primeira no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 25/2026, devidamente publicado em 24/03/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
PAULA ANDRÉIA MUNHOZ A. JULIO GOMES	23	12/01/1984	100º

A candidata acima relacionada no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foi devidamente comunicada, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverá comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.

O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 26 de junho de 2026

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:56758F37

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL Nº 001/2026 PARA VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES OFICIAIS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL PREVISTAS NA PORTARIA ADAPAR Nº 77/2026.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL Nº 001/2026 PARA VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES OFICIAIS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL PREVISTAS NA PORTARIA ADAPAR Nº 77/2026.

PARTÍCIPES: Município de Mandaguari, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, e PELLOSO & PELLOSO LTDA, inscrito no CNPJ nº 00.135.551/0001-62.

OBJETO: Estabelecer a cooperação técnica e operacional entre os partícipes visando viabilizar a execução das atividades oficiais de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal previstas na Portaria ADAPAR nº 77/2026, no âmbito do estabelecimento sob inspeção estadual.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 1.283/1950, Lei nº 7.889/1989, Lei nº 8080/1990, Lei nº 8.171/1991, Lei Orgânica do Município de Mandaguari, Portaria ADAPAR nº 77/2026 e demais normas pertinentes.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação em extrato, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

DATA DE ASSINATURA: 25 de junho de 2026.

Assinam, pela Pessoa Jurídica Credenciada, Enfª Ivoneia de Andrade Aparecido Furtado (Prefeita Municipal) e, pelo Agente Controlador, Nelson Roberto Pelloso (Responsável Legal).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:C5F07247

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 308/2026 - REGULAMENTA O AVANÇO HORIZONTAL DE PROFISSIONAIS DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 308/2026

Súmula: Regulamenta o avanço horizontal de profissionais do Quadro Permanente de Pessoal do Município de Mandaguari, Estado do Paraná e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

Considerando o disposto no artigo 6º, da Lei Municipal Nº 3.208/2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam enquadrados os profissionais do Quadro Permanente de Pessoal do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, como abaixo relacionada na respectiva Classe e Nível correspondente, por ter findado o estágio probatório:

Matrícula	Nome Completo	Cargo	Matriz Salarial
97325	HELIO ALBERTO CUMANI GARCIA	Medico Veterinario	EFE / EFE / GES / REF03

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo nono dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis (29/06/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:644D2765

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 226/2026 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 102/2026 DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL N º. 226/2026
CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 102/2026

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 151/2026. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 188/2026.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM-40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
01	INGRID ANDRESSA MAGALHÃES DIAS	10
02	ITHALA BUNA DAMASCENO MESQUITA FERRARETTO	9.6

Mandaguari, 29 de junho de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:6EB01152

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 227/2026 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 344/2025 DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL N º. 227/2026
CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 344/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 344/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 001/2026.

AUXILIAR EDUCACIONAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
23	KARYANE CARVALHO DE SOUZA	20

INSTRUTOR DE CULTURA E ARTE

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
01	ALEXANDRE MIANO DA COSTA	53

Mandaguari, 29 de maio de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:CEBDD65F

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2026-PMM

AMPLA CONCORRÊNCIA E EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MEI
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE RECARGA DE CILINDROS DE OXIGÊNIO MEDICINAL E MATERIAL DE CONSUMO, PARA FORNECIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E DA ASSISTÊNCIA AO SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 15/07/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 15/07/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 15/07/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: http://compras.gov.br/

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr. Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 29 de junho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:6A577FD5

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE TROCA DE MARCA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 476/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2025
PROCESSO Nº 208/2025

O **MUNICÍPIO DE MANDAGUARI,** Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná**,** neste ato representado pela Prefeita Municipal **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR e do outro lado a empresa **EGC COMERCIO E ATACADISTA DE INFROMATICA E ELETROELETRONICOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.768.037/0001-98, com endereço na ROD BR 101 KM 101 S/N, CONDE, CEP: 58322-000, na cidade de Conde/BA, neste ato representada por sua representante legal, a Senhora **EMMANUELA CAMINHA VELOSO FREIRE COSTA**, inscrita no CPF sob o nº 052.613.584-00, inscrito no CPF sob o nº 317.658.198-06, têm justo e acertado o presente Termo Aditivo *a* **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 476/2025**, nos termos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2025,** bem como pela legislação vigente em especial a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
É do objeto do presente aditivo a substituição da marca do produto abaixo relacionado:

Lote	Descrição	Unidade	Marca homologada	Marca (TROCA)
2	FONTE ALIMENTAÇÃO - ATX 500W 110/220V	UNID	KNUP KP-522	FONENG HDWF 004
22	CABO ÁUDIO E VÍDEO HDMI - (macho x macho)	UNID	EXBOM Cod 00105	TOMATE 4002

CLÁUSULA SEGUNDA:
O presente aditivo fundamenta-se nas informações contidas no requerimento da Contratada solicitando a substituição da marca do item acima, bem como, parecer exarado pela secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais disposições.

E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo à ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Mandaguari/PR, 18 de junho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:1EF612A8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.903/2026

DE 26 DE JUNHO DE 2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a nomeação dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal N° 860 de 18 de junho de 2015,

DECRETA

Art. 1º Nomeia a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, os seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes.

§ 1º Para a Representação Governamental serão os seguintes membros:

I - Representante da Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:
a) Titular: Daiane Santos e
b) Suplente: Andriely Franco de Andrade;

II - Representante da Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:
a) Titular: Audrey Ghizi e
b) Suplente: Cristine do Rocio de Lima;

III - Representante da Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:
a) Titular: Bruna Catarina Kikuchi Baena e
b) Suplente: Tatielle Bora Santana;

IV - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:
a) Titular: Bernadete Cordeiro e
b) Suplente: Gleicy Kelly de Fátima Monteiro de Medeiros;

V - Secretaria Municipal de Saúde:
a) Titular: Érica Vanessa Gelenski e
b) Suplente: Juliana Valério dos Santos Zoellner.

§ 2º Para representantes não governamentais serão os seguintes membros:

I - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE:
a) Titular: Eliane Starepravo Cordeiro e
b) Suplente: Erika Rachel Kuhnen;

II - Associação Brasileira de Amparo à Infância – ABAI:
a) Titular: Jéssica do Vale e
b) Suplente: João Pedro Polidoro da Rocha;

III – Associação de Equoterapia Ivo Clemente:
a) Titular: Alida Mariele Santos Clemente e
b) Suplente: Luciane de Barros Barbosa;

IV – Associação de Pais, Mestres e Professores:
a) Titular: Elis Regina de Oliveira Fonseca e
b) Suplente: Edione Maria de Lima Machado;

V – Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR:
a) Titular: Edilson Rodrigues; e
b) Suplente: Ulysses Lima da Silva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação**, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto N° 1.806, de 14 de janeiro de 2026.**

Mandirituba, 26 de junho de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:AB7811D7

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.904/2026

DE 26 DE JUNHO DE 2026

Súmula: "Homologa a Resolução n.º 03/2026 do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Mandirituba – CMDM".

O Prefeito Municipal de Mandirituba, Paraná, no uso das atribuições que lhe foram conferidas a Lei Orgânica do Município, Lei n.º 907 de 13 de março de 2017 e demais legislações pertinentes.

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução n.º 03/2026 do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Mandirituba que aprovou o Regimento Interno do CMDM, criado pela Lei n.º 907 de 13 de março de 2017, nos termos do anexo único.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Mandirituba, 26 de junho de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
REGIMENTO INTERNO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, criado pela Lei Municipal nº 907/2017, é órgão colegiado, deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo das políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da mulher no Município de Mandirituba.

Art. 2º O CMDM tem por finalidade formular, deliberar, acompanhar, fiscalizar e avaliar políticas públicas que garantam os direitos das mulheres, promovendo a igualdade de gênero e o enfrentamento a todas as formas de discriminação e violência.

Art. 3º Compete ao CMDM, além das atribuições previstas no art. 5º da Lei Municipal nº 907/2017:

I – fiscalizar o cumprimento da legislação federal, estadual e municipal relativa aos direitos da mulher;

II – propor diretrizes para a política municipal dos direitos da mulher;

III – acompanhar a elaboração e execução de programas governamentais;

IV – emitir parecer sobre projetos de lei relacionados à temática da mulher;

V – propor celebração de convênios e parcerias;

VI – instituir comissões temáticas ou grupos de trabalho;

VII – deliberar sobre a aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher;

VIII – promover estudos, debates e conferências municipais.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 4º O CMDM será composto por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes, conforme disposto na legislação municipal vigente:

I – 05 (cinco) representantes do Poder Executivo Municipal;

II – 05 (cinco) representantes da Sociedade Civil, eleitas em Conferência Municipal dos Direitos da Mulher.
Art. 5º As representantes do Poder Executivo serão indicadas pelo Prefeito Municipal, e todas as conselheiras serão nomeadas por Decreto.

Art. 6º O mandato das conselheiras será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 7º O exercício da função de conselheira não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

CAPÍTULO III
DA MESA DIRETORA

Art. 8º A Mesa Diretora será composta por:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente.

Art. 9º A Presidente e a Vice-Presidente serão escolhidas entre seus pares, por eleição direta, para mandato de 01 (um) ano, permitida recondução por igual período, respeitando a alternância entre representantes do Governo Municipal e da Sociedade Civil.

Art. 10 Compete à Presidente:

I – representar o CMDM;

II – presidir reuniões;

III – convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV – exercer voto de desempate;

V – assinar resoluções e documentos oficiais.

Art. 11 Compete à Vice-Presidente substituir a Presidente em suas ausências e impedimentos.
CAPÍTULO IV
DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 12 A Secretaria Executiva será exercida por servidora indicadoa pelo Gestor Municipal, conforme previsão legal.

Art. 13 Compete à Secretaria Executiva:

I – organizar pautas;

II – lavrar atas;

III – expedir convocações;

IV – organizar documentos e arquivos;

V – prestar apoio técnico-administrativo ao CMDM.

CAPÍTULO V
DAS REUNIÕES

Art. 14 O CMDM reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, na primeira quarta do mês às 10 horas, conforme calendário anual aprovado na primeira reunião do ano.

Art. 15 As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas:

I – pela Presidente;

II – por requerimento de 1/3 das conselheiras titulares.

Art. 16 A convocação deverá ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 17 O quórum para instalação das reuniões será:

I – maioria absoluta em primeira convocação;

II – qualquer número, após 30 (trinta) minutos, em segunda convocação.

Art. 18 As deliberações serão tomadas por maioria simples das presentes, observada a exigência de maioria absoluta de titulares para votação.

§1º Não será permitido voto por procuração.

§2º Cada conselheira terá direito a um único voto.

§3º Em caso de empate, caberá à Presidente o voto de qualidade.

CAPÍTULO VI
DAS FALTAS E PERDA DE MANDATO

Art. 19 Perderá o mandato a conselheira titular que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas, sem justificativa por escrito.

Art. 20 A suplente assumirá automaticamente em caso de vacância.

CAPÍTULO VII
DAS COMISSÕES

Art. 21 O CMDM poderá instituir comissões permanentes ou temporárias para estudo de matérias específicas.
Art. 22 As comissões terão composição definida em plenário e prazo determinado para apresentação de relatórios.

CAPÍTULO VIII
DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Art. 23 O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, conforme legislação vigente.

Art. 24 Nenhuma aplicação de recursos ocorrerá sem prévia deliberação do CMDM.

Art. 25 O CMDM acompanhará a execução orçamentária e financeira do Fundo, mediante relatórios periódicos.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 As decisões do CMDM serão formalizadas por meio de Resoluções.

Art. 27 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Plenário, observada a legislação municipal vigente.

Art. 28 Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do CMDM.

Mandirituba, 03 de março de 2026.

PATRÍCIA LAINE DA SILVA
Presidente do CMDM

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:CC32C345

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO 23-2026

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE Pregão - Eletrônico Nº 23/2026
OMUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, o **REVOGAÇÃO TOTAL** da licitação divulgada através do **EDITAL N° 23/2025 – PROCESSO 92/2026 – Modalidade Pregão Eletrônico**, tendo como objeto **Aquisição de sêmen e outros produtos para inseminação artificial do rebanho da bacia leiteira do Município de Manfrinópolis,** nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, para ***READEQUAÇÃO DO OBJETO E NORMAS EDITALÍCIAS***, cuja conveniência se mostra imprópria no momento.
Será elaborado novo edital de licitação com nova data e horário oportunamente divulgados através dos órgãos oficiais de imprensa do município.

Manfrinópolis, 29/06/2026.

JOZINEI DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:BB54A356

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N° 2132/2026 - 29.06.2026

Revoga o procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 23/2026 – Processo Administrativo nº 92/2026, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Fica revogado na sua totalidade o procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 23/2026 – Processo Administrativo nº 92/2026, tendo como objeto a **Aquisição de sêmen e outros produtos para inseminação artificial do rebanho da bacia leiteira do Município de Manfrinópolis,** para fins de readequação do objeto e normas editalícias, cuja conveniência se mostra imprópria no momento.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:31896856

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2026 – PMM

OBJETO: registrar em ata de registro de preços compromisso formal de preços para futuro e eventual fornecimento de materiais hidráulicos, de modo a suprir a demanda da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos.
DATA E HORA DA ABERTURA: 15 DE JULHO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
INÍCIO DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 15 DE JULHO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 15 DE JULHO DE 2026 ÀS 07H59MIN;
Local da sessão pública: Sala de Licitações, Prefeitura de Mangueirinha/PR, Praça Francisco Assis Reis nº1060, CEP 85540.000.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição, no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br. Demais informações, ligar: (46) 3243-8004, (46) 3243-8042 e - mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br.

Mangueirinha – PR, 29 de junho de 2026.

LEANDRO DORINI –
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:5B0BD945

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 160/2026

DECRETO Nº 160, DE 29 DE JUNHO DE 2026

Nomeia SERVIDOR PSS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná Sr. **Leandro Dorini,** no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Nomeia, o servidor PSS abaixo relacionado:

NOME	CARGO	DATA ENTRADA	SECRETARIA
LORECI SALETE OLIVEIRA FREITAS	ENFERMEIRO	22/06/2026	SAÚDE

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:0C6B95B5

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 011/2026

PORTARIA Nº 011, DE 29 DE JUNHO DE 2026

Concede gratificação de direção a servidor público municipal.

O Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **LEANDRO DORINI**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que lhe faculta a Lei 2051/2018.

RESOLVE:

Art. 1.º Art. 1º - Conceder Gratificação de direção a contar de 18 de junho de 2026 para a professora abaixo relacionada.

NOME	ESCOLA	PORCENTAGEM
Airidan Jesus de Campos	Escola Municipal do Campo Professora	45%

	Odila Luchesi Garcez	

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de junho de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:440D798F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 055/2026

ATO DE DESIGNAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, COM CIÊNCIA DO DESIGNADO.
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 023/2026.
CHAMAMENTO PUBLICO N° 010/2026.
CELIO LELIS DA MATA, Prefeito, designa pelo presente para atuar como Gestor e Fiscal do contrato n° 069/2026, os seguintes Servidores:
Atribuição Nome Matrícula
Gestor de contrato: Ademilson de Souza n° 6429
Fiscal do contrato: Fatima Izumi M. Belieri n° 6055
Os Servidores foram cientificados do encargo, exarando sua ciência abaixo:

Ciente do encargo atribuído. Ciente do encargo atribuído.

_____
FATIMA IZUMI M. BELIERI

_____
ADEMILSON DE SOUZA

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito.

Marilena - PR, 26 de junho de 2026.

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:20938C0A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 055/2026.

ATO DE DESIGNAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, COM CIÊNCIA DO DESIGNADO.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 023/2026.
CHAMAMENTO PUBLICO N° 010/2026.

CELIO LELIS DA MATA, Prefeito, designa pelo presente para atuar como Gestor e Fiscal do contrato n° 069/2026, os seguintes Servidores:

Atribuição Nome Matrícula

Gestor de contrato: Ademilson de Souza n° 6429

Fiscal do contrato: Fatima Izumi M. Belieri n° 6055

Os Servidores foram cientificados do encargo, exarando sua ciência abaixo:

Ciente do encargo atribuído. Ciente do encargo atribuído.

FATIMA IZUMI M. BELIERI

ADEMILSON DE SOUZA

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito.

Marilena - PR, 26 de junho de 2026.

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:1118F428

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 236/2026

Súmula: Designa servidor responsável pelo lançamento, alimentação, acompanhamento e controle dos dados relativos ao protesto extrajudicial de Certidões de Dívida Ativa e estabelece supervisão jurídica dos procedimentos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.424/2026, que institui normas para inscrição, controle, cobrança administrativa, protesto extrajudicial e cobrança judicial dos créditos tributários e não tributários da Fazenda Pública Municipal;
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 2.424/2026 atribui aos órgãos municipais responsáveis pela Fazenda, Tributação, Dívida Ativa ou órgão equivalente a competência para apurar, atualizar, controlar e inscrever créditos municipais em dívida ativa, emitir Certidões de Dívida Ativa, promover notificações, providenciar a remessa das CDAs ao Tabelionato de Protesto ou à Central de Remessa de Arquivos e manter controle dos créditos notificados, pagos, parcelados, protestados, ajuizados, suspensos, cancelados ou baixados;
CONSIDERANDO que a referida Lei autoriza o Poder Executivo a encaminhar a protesto extrajudicial as Certidões de Dívida Ativa representativas de créditos tributários e não tributários do Município de Marilena, nos termos da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e demais normas aplicáveis;
CONSIDERANDO que compete à Procuradoria Jurídica do Município orientar juridicamente os setores competentes quanto à inscrição, cobrança, protesto, parcelamento, acordos e ajuizamento de execuções fiscais, bem como realizar, quando solicitado ou necessário, o controle de legalidade das Certidões de Dívida Ativa;
CONSIDERANDO que a supervisão jurídica exercida pelo Advogado Municipal deverá observar as atribuições próprias do cargo, restringindo-se à orientação jurídica, controle de legalidade quando solicitado ou necessário, análise de viabilidade jurídico-econômica e manifestação sobre questões jurídicas relacionadas à cobrança, protesto e execução fiscal, sem abranger atos meramente operacionais de alimentação de sistema, lançamento de dados, remessa de arquivos, controle administrativo ordinário ou rotinas próprias da Secretaria Municipal da Fazenda, Departamento de Tributação, Setor de Dívida Ativa ou órgão equivalente;
CONSIDERANDO a necessidade de designar servidor responsável pela operacionalização do sistema de protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa, sem prejuízo da supervisão jurídica pela Procuradoria Jurídica do Município;
DECRETA:
Art. 1º Fica designada, a partir de 08 de julho de 2026, a servidora **LAYSLA MILENA BALICO**, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Cadastro Tributário, matrícula nº 6349, lotado(a) no(a) Depto de Cadastro Tributário, para atuar como responsável operacional pelo lançamento, alimentação, conferência, acompanhamento e controle dos dados relativos ao protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa do Município de Marilena no sistema competente.

Art. 2º Compete ao(à) servidor(a) designado(a), observadas as orientações da Secretaria Municipal da Fazenda, do Departamento de Tributação, do Setor de Dívida Ativa e da Procuradoria Jurídica:
I - inserir, atualizar e conferir os dados dos créditos inscritos em dívida ativa no sistema utilizado para remessa e acompanhamento dos protestos;
II - preparar os arquivos, relatórios ou informações necessárias à remessa das Certidões de Dívida Ativa ao Tabelionato de Protesto, à Central de Remessa de Arquivos, ao Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, Seção Paraná, ou a outro sistema oficialmente admitido;
III - acompanhar o retorno das informações do sistema, inclusive recepção, aceite, intimação, pagamento, lavratura do protesto, desistência, sustação, cancelamento, anuência, baixa ou qualquer outra ocorrência;
IV - registrar no sistema municipal ou em processo administrativo próprio as providências adotadas, os documentos gerados, os comprovantes de remessa, retornos, pagamentos, parcelamentos, cancelamentos, baixas e demais movimentações;
V - manter controle atualizado dos créditos encaminhados a protesto, pagos, parcelados, suspensos, cancelados, baixados ou pendentes de regularização;
VI - comunicar ao setor competente e à Procuradoria Jurídica eventuais inconsistências cadastrais, retorno negativo do sistema, risco de prescrição, pedidos de revisão, parcelamento, pagamento ou qualquer fato que possa interferir na cobrança;
VII - providenciar, quando autorizado pelo setor competente, a emissão, lançamento ou encaminhamento de carta de anuência, autorização de cancelamento, termo de baixa ou documento equivalente;
VIII - manter arquivo físico ou digital dos documentos relativos à operacionalização dos protestos, permitindo a rastreabilidade das medidas adotadas;
IX - prestar informações à Secretaria Municipal da Fazenda, ao Departamento de Tributação, ao Setor de Dívida Ativa, à Procuradoria Jurídica, à Unidade de Controle Interno e aos demais órgãos competentes, quando solicitado.
Art. 3º Fica designado o Advogado Municipal **MARCIO PINHEIRO ANZILIERO,** matrícula nº 713, para exercer a supervisão jurídica dos procedimentos de protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa do Município de Marilena, nos limites das atribuições próprias do cargo de advogado municipal.
Parágrafo único. A supervisão jurídica prevista no caput não compreende a execução de atos meramente operacionais de alimentação de sistema, lançamento de dados, remessa de arquivos, controle administrativo ordinário, baixa operacional ou demais rotinas próprias dos setores municipais competentes, sem prejuízo da orientação jurídica quando necessária.
Art. 4º A supervisão jurídica prevista no artigo anterior compreenderá:
I - orientar juridicamente os setores competentes quanto à inscrição, cobrança administrativa, protesto extrajudicial, parcelamento, acordos, baixas e ajuizamento de execuções fiscais;
II - auxiliar na elaboração de fluxos, modelos, checklists, notificações, despachos e orientações internas relacionados à cobrança da dívida ativa;
III - realizar, quando solicitado ou necessário, controle de legalidade das Certidões de Dívida Ativa antes do protesto ou do ajuizamento;
IV - manifestar-se, quando necessário, sobre hipóteses de dispensa, suspensão, cancelamento, baixa, revisão, inexigibilidade, prescrição, decadência, parcelamento, ajuizamento ou prosseguimento da cobrança;
V - orientar juridicamente, quando necessário, os procedimentos de comunicação entre o Setor de Dívida Ativa, o Departamento de Tributação, a Secretaria Municipal da Fazenda, o Tabelionato de Protesto, a Central de Remessa de Arquivos e os demais órgãos envolvidos;
VI - avaliar, quando cabível, a viabilidade jurídico-econômica do ajuizamento, prosseguimento, suspensão, extinção ou arquivamento das execuções fiscais.
Art. 5º A designação do servidor responsável pela alimentação e controle do sistema possui natureza exclusivamente administrativa e operacional, não lhe conferindo competência para reconhecimento de prescrição, decadência, inexigibilidade, cancelamento definitivo de crédito, dispensa de cobrança, controle jurídico de legalidade ou decisão sobre ajuizamento de execução fiscal.
Art. 6º Os atos que impliquem revisão, cancelamento, suspensão, baixa definitiva, dispensa de protesto, ajuizamento de execução fiscal, reconhecimento de prescrição, decadência, inexigibilidade ou impossibilidade jurídica de cobrança dependerão de manifestação ou autorização do chefe do poder executivo, podendo se dar por ato normativo.
Art. 7º As atividades previstas neste Decreto deverão observar a Lei Municipal nº 2.424/2026, a Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, a Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, os convênios, termos de cooperação, manuais operacionais, sistemas eletrônicos e normas expedidas pelos Tabelionatos de Protesto, pela Central de Remessa de Arquivos ou por órgão equivalente.
Art. 8º O Prefeito Municipal, a Secretaria Municipal de Finanças, o Departamento de Tributação e o Setor Jurídico poderão expedir orientações internas, fluxos, checklists, modelos de documentos e instruções complementares para a execução deste Decreto.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Marilena, Estado do Paraná, 26 de junho de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:65036BAF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL 002/2026 RELAÇÃO DE INSCRITOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2026

A Comissão Especial de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Edital do PSS 001/2026, divulga a relação de inscritos do processo Seletivo Simplificado para os cargos de: Motorista.

MOTORISTA

Nº Inscrição	NOME	CPF
001	ANTONIO CARLOS BARILE	559.593.429-87
003	DORACI RIBEIRO GONÇALVES	062.256.659-86
010	HELENO CANDIDO	135.938.488-05
009	ISAIAS SENE DE OLIVEIRA	027.890.179-48
017	JESSICA MAYARA VARGA MARTINS	097.184.129-21
011	JOSE CLAUDIO DA SILVA	805.239.789-87
005	JOSE DOMINGOS DE SOUZA	520.014.409-44
007	MARCELO FIRMINO	039.023.299-80
016	MARCOS MURAYAMA MARTINS	020.870.639-90
004	MOISES MIRANDA MARTINS	793.840.999-53
012	RAY RODRIGUES DOS SANTOS	089.526.039-58
002	VALDEMIR CAETANO DOS SANTOS	742.710.919-87
015	VALMIR FERNANDO ALVES DE ALMEIDA	039.602.099-24

MOTORISTA
INSCRIÇÃO DE CARGO POR RESERVA DE VAGAS CONFORME LEI Nº 2323/2025.

Nº Inscrição	NOME	CPF
013	IZALTINO DOS SANTOS PINTO	142.615.498-40
014	JOAO PAULO DIAS DOS SANTOS	090.313.949-98
008	JOZE FRANCISCA DE SOUZA SILVA	303.355.218-86
006	JUAREZ NUNES DA SILVA	847.338.298-49

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Marilena, 29 de Junho de 2026

_____
Presidente da Comissão Especial do PSS

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:931FC9E6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 186/2026

De 27 de Junho 2026
CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Férias de 15 (quinze) dias, ao Servidor Público Municipal Sr. Luiz Carlos de Oliveira matricula 325, referente ao período aquisitivo 2021/2022, a partir do dia 27/06/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 27 DE JUNHO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:28E2EDA7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 29/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 29/2026

A Prefeita Municipal de Mato Rico no uso de suas atribuições legais, com base na Lei n.º 14.133/2021, ADJUDICA E HOMOLOGA a Dispensa de licitação nº 029/2026 – OBJETO **Aquisição de medalhas e troféus personalizados para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de Mato Rico – PR, destinados à premiação da Copa Inverno 2026**, Tendo em vista a documentação referente à Dispensa de Licitação atende a todos os requisitos do Artigo nº 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21. Com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e HOMOLOGO a Dispensa de Licitação n° 029/2026, para contratação do objeto supramencionado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
07- Secretaria de Esportes e Lazer
07.001- Secretaria de Esportes
07.001.27.812.2701.2028 – Manutenção das Atividades esportivas
33.90.32.00.00 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita

FORNECEDOR: CASA TAPI DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA - CNPJ: 76.295.625/0001-90

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor unitário	Valor total
1	MEDALHA DE OURO	72	Und	R$ 10,50	R$ 756,00
2	MEDALHA DE PRATA	72	Und	R$ 10,50	R$ 756,00
3	MEDALHA DE BRONZE	72	Und	R$ 10,50	R$ 756,00
4	Transparência adesiva para medalha	216	Und	R$ 0,80	R$ 172,80
5	TRANSP.TROFEU 5,5 X 5,0CM	4	Und	R$ 5,55	R$ 22,20
6	TRANSP.TROFEU 4,5 X 4,0CM	4	Und	R$ 3,00	R$ 12,00
7	TRANSP.TROFEU 8,0 X 7,0CM	1	Und	R$ 10,00	R$ 10,00
8	TRANSP.TROFEU 6,5 X 6,0CM	1	Und.	R$ 5,50	R$ 5,50
9	TROFEU 401881-DO ZG57/ZG77 VITORIA	4	Und.	R$ 118,00	R$ 472,00
10	TROFEU 401882-DO ZG52/ZG72 VITORIA	4	Und	R$ 107,00	R$ 428,00
11	TROFEU 401501-VMFA ZG63/ZG83 VITORIA	1	Und	R$ 275,00	R$ 275,00
12	TROFEU ZG59/ZG79 VITORIA	1	Und	R$ 257,00	R$ 257,00
13	ESTATUETA FUTEBOL 18CM	8	Und	R$ 27,00	R$ 216,00
14	ESTATUETA FUTEBOL FEMININO	2	Und	R$ 27,00	R$ 54,00
Valor total				4.192,50	

Dessa forma, o valor total adjudicado e homologado é de R$ **4.192,50 (quatro mil cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).**
Mato Rico-Pr, 24 de junho de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:5B284C75

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
LEI Nº 765/2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM A AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar com a Agência de Fomento do Paraná S.A. operações de crédito até o limite de R$ 442.162,65 (Quatrocentos e quarenta e dois mil e cento e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).
Parágrafo único. As operações de crédito estão condicionadas à obtenção pelo município de autorização para sua realização, observada a legislação vigente, em especial as normas aplicáveis ao endividamento público, a Lei Complementar nº. 101/2000 e Resoluções do Senado Federal.
Art. 2º Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada obedecerão aos normativos das autoridades monetárias federais, e em especial à Resolução do Senado Federal e às normas específicas da Agência de Fomento do Paraná S.A.
Art. 3º Os recursos oriundos das operações de crédito autorizadas por esta Lei podem ser destinados, tão somente, para as seguintes finalidades:
I – CENTRO DE CONVIVÊNCIA;
II – CENTRO DE REFERÊNCIA DE AÇÃO SOCIAL;
III – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS;
IV – GINÁSIO DE ESPORTES;
V – CAMPO DE FUTEBOL;
VI - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;
VII - BARRACÃO INDUSTRIAL;
Art. 4º Em garantia das operações de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar à Agência de Fomento do Paraná S.A., as parcelas que se fizerem necessárias da quota-parte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, ou tributos que os venham a substituir, em montante necessário para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, conforme previsão contratual.
Art. 5º Os recursos provenientes das operações de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no orçamento (PPA, LDO e LOA), ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 6º Os orçamentos anuais ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamentos a que se refere o artigo primeiro.
Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ou especiais, para viabilizar as operações de crédito, até o limite fixado no art. 1º desta Lei, e para fazer face às receitas e às despesas provenientes das operações de Crédito.
Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Miraselva/PR, 29 de junho de 2026**.**

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:6CE0925E

GABINETE
LEI Nº 766/2026.

Ementa: Altera o Art. 6º da Lei Municipal nº 755, de 28 de janeiro de 2026, que institui a Contribuição de Melhoria decorrente da obra de ampliação da Avenida Papa João XXIII, para estabelecer um limite máximo de cobrança individual.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA, ESTADO DO PARANÁ,** aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O Art. 6º da Lei Municipal nº 755, de 28 de janeiro de 2026, passa a vigorar acrescido do seguinte Parágrafo único:
"Art. 6º A cobrança da Contribuição de Melhoria observará o duplo limite estabelecido pela legislação federal, sendo:
I - Limite Total: o custo total da obra, apurado e publicado pela Administração Municipal.
II - Limite Individual: a valorização individual obtida por cada imóvel beneficiado.
Parágrafo único. Em observância aos princípios da razoabilidade e da capacidade contributiva, o valor da Contribuição de Melhoria, apurado na forma do *caput*, fica limitado, para cada contribuinte, a 4% (quatro por cento) da valorização individual aferida para o seu respectivo imóvel."
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Miraselva, 29 de junho de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:DC7BFC29

GABINETE
LEI Nº 767/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a receber em doação, com encargo, imóveis destinados à implantação da Avenida Papa João XXIII, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aceitar e receber, em doação com encargo, as áreas de terra que, juntas, perfazem uma área total de **12.318,58 m² (doze mil, trezentos e dezoito metros e cinquenta e oito centímetros quadrados)**, e que se incorporam ao patrimônio público municipal, com a seguinte composição e origem:
I - Uma área de **9.430,50 m² (nove mil, quatrocentos e trinta metros e cinquenta centímetros quadrados)**, a ser desmembrada do imóvel de **Matrícula nº 19.932**, doada da seguinte forma:
a) **6.630,50 m²** provenientes da fração ideal pertencente à Família Arteman;
b) **2.800,00 m²** provenientes da fração ideal pertencente à Mirasol Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
II - Uma área de **2.888,08 m² (dois mil, oitocentos e oitenta e oito metros e oito centímetros quadrados)**, a ser desmembrada do imóvel de **Matrícula nº 2.925**, doada e cedida pelos herdeiros e coproprietários do Espólio de Artur Volpato.
Art. 2º A doação de que trata esta Lei é feita com o encargo de que as áreas recebidas pelo Município sejam destinadas, exclusiva e permanentemente, à implantação do sistema viário correspondente à **Avenida Papa João XXIII**, sendo vedada sua utilização para fins diversos.
Art. 3º Em contrapartida à doação e em conformidade com a Cláusula Quarta do Termo anexo, os imóveis remanescentes das Matrículas nº 19.932 e nº 2.925 ficam isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria que venha a ser instituída em decorrência da execução da obra de implantação da referida avenida, nos termos do que faculta a Lei Municipal nº 755/2026.
Art. 4º As despesas com a lavratura das escrituras públicas definitivas, bem como todos os custos de registro e averbação para a efetiva transferência da propriedade dos imóveis para o patrimônio do Município, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 29 de junho de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:0D995128

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2857 DE 26 DE JUNHO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2857/2026 de 26/06/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001.04.122.0040.2.012		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
76 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	85.000,00
Total Suplementação:			85.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
03.001		GABINETE DA PROCURADORIA	
03.001.02.062.0040.2.006		MANUTENCAO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
39 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	85.000,00
Total Redução:			85.000,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 26 de Junho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C7E55F95

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2860 DE JUNHO DE 2026

DECRETO Nº 2860 DE JUNHO DE 2026

"Convoca a 14ª Conferência Municipal de Saúde de Morretes"

O Prefeito Municipal de Morretes, Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto na Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a **14ª Conferência Municipal de Saúde de Morretes**, etapa municipal da **18ª Conferência Nacional de Saúde**, fórum máximo de deliberação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal, com o tema:
"Saúde, Democracia, Soberania e SUS: Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil."

Art. 2º A 14ª Conferência Municipal de Saúde será realizada no dia **02 de julho de 2026,** das **17h30 às 21h45**, na **Estação das Artes,** situada na Rua Visconde do Rio Branco, nº 30, Centro, Morretes – PR.

Art. 3º A 14ª Conferência Municipal de Saúde será promovida pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Conselho Municipal de Saúde de Morretes, presidida pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde e coordenada pela Comissão Organizadora instituída pela Resolução CMS nº 09/2026.

Art. 4º A Conferência terá por finalidade avaliar a situação de saúde do Município, formular propostas para o fortalecimento das políticas públicas de saúde e ampliar a participação da sociedade na consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 5º A organização e o funcionamento da 14ª Conferência Municipal de Saúde observarão o Regimento Interno aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, em Morretes, 29 de junho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:9C0A4585

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 42/2026

DECRETO Nº 42/2026

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina-Pr, Tania Cristina da Silva Basso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e:

Considerando a realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA de 2026 no Estados Unidos, Canadá e México, no período de 11 de junho a 19 de julho de 2026;
Considerando que alguns jogos da Seleção Brasileira de Futebol estão programados para horários coincidentes com as atividades da Administração Pública Municipal, Decreta:
Art. 1º- Fica **Decretado Ponto Facultativo** para os expedientes nas repartições públicas municipais, na data do jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo FIFA 2026, tendo o seguinte expediente:
I - Para o jogo do dia 29/06/2026 com início às 14:00hrs, o expediente será das 8:00hrs às 12:00hrs.
II - Havendo alteração no horário do jogo da Seleção Brasileira, o horário previsto no inciso I, será revisto.
Art. 2º – O disposto no artigo anterior não se aplica aos Departamentos cujas atividades são consideradas essenciais e indispensáveis ao serviço público municipal, tais como: finanças, compras e licitações, saúde, coleta de lixo, limpeza pública, abastecimento de água e cemitério, ficando sob a responsabilidade de cada Secretário (a) a adoção de escala de trabalho, de modo a evitar prejuízos à população.
Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova América da Colina, 26 de junho de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:382C7B5E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 101/2026

PORTARIA nº 101/2026

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR O sr. Kassio Alexandre da Silva Basso, brasileiro, Secretário de Administração e Planejamento para ser Gestor e, a sra. Fabiana Gomes de Barros Morales, brasileira, Arquiteta Urbanista, REGISTRO CAU NºA124839-1, para Fiscal do Convênio de repasse para produção de até 10 moradias para família baixa renda, no âmbito do Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios, totalizando investimento de R$1.300.000,00

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor imediatamente, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, 29 de junho de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:A064B302

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA 17/2026

PORTARIA N.º 017/2026

SÚMULA: Concede Férias Regulamentares ao servidor da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu e dá outras providências.

O Presidente do Legislativo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 891/2008 - Regime Jurídico único dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 20 dias de Férias regulamentares ao servidor abaixo relacionada no período de 06 de julho de 2026 a 25 de julho de 2026, e indenizar 10 dias em pecúnia.

SERVIDOR	CARGO	Período Aquisitivo	Matricula
Joelson Gregolin	Tesoureiro	22/12/2023 a 22/12/2024	621

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Legislativo Municipal, aos vinte e nove dias do mês de julho de 2026.

MARCIO RUHNKE
Presidente

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:78A657D7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 368/2026

de 25 de junho de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 40 (quarenta) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **26 de junho a 4 de agosto de 2026**, a Servidora Pública Municipal CARMELITA APARECIDA DA SILVA AMADOR, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral *.322.890-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.340.659-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora de Educação Infantil** desde 2 de fevereiro de 2009.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 25 de junho de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:33735501

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 234/2026

de 18 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de licença prêmio, no período compreendido entre ***29 de junho a 28 de julho de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora ANA MARIA ARF CARDOSO, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.123.***-9 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.249.***-00, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM desde 21 de março de 2016.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 18 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:D6D8BDA3

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 235/2026

de 18 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de férias, no período compreendido entre ***29 de junho a 8 de julho de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora BRUNA BOZA PIRES, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 14.***.356-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 119.***.119-**, ocupante do Cargo de ASSESSORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, – C 03 desde 12 de fevereiro de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 18 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:37806023

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 236/2026

de 23 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 23 de junho de 2026, para exercer o Emprego Público de MOTORISTA ”D” OU “E” PSS, o Senhor ADEMIR APARECIDO GONCALVES, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral nº 5.***.733-* SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 906.***.739-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 23 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A4863D40

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 237/2026

de 23 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo.

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir de 23 de junho de 2026, do Emprego Público de ENFERMEIRO PSS, desde 1 de junho de 2026, o Servidor Público Municipal, Senhor WESLLEY RODRIGO PERES BOTELHO, portador do Registro Geral número 1*44***60 SSP-PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 080.***.679-**.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 23 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:651A0326

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 238/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de férias, no período compreendido entre ***13 a 27 de julho de 2026*,** a Servidora Pública Municipal, Senhora ALESSANDRA DA SILVA BARBOSA, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº **.000.***-23 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.079.***-96, ocupante do cargo CLT de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PSF desde 04 de dezembro de 2017.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:DF45F70B

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 239/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias, no período compreendido entre ***6 a 25 de julho 2026***, a servidora pública municipal, Senhora ALINE APARECIDA DE SOUZA ABREU, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 10.***.370-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 068.***.119-**, ocupante do emprego público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO PSS desde 6 de março de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:E74D514A

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 240/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de férias, no período compreendido entre ***6 a 15 de julho 2026***, a servidora pública municipal, Senhora BEATRIZ DAMASQUI QUEIROZ, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 10.***.371-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 066.***.159-**, ocupante do emprego público de NUTRICIONISTA PSS desde 12 de junho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A75362C6

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 241/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de férias, no período compreendido entre ***6 a 15 de julho 2026***, a servidora pública municipal, Senhora CLAUDIA GUERRA DE ALMEIDA, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 10.***.259-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 061.***.049-**, ocupante do emprego público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO PSS desde 11 de junho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C435829D

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 242/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias, no período compreendido entre ***14 de julho a 2 de agosto 2026***, a servidora pública municipal, Senhora CRISTINA GAIA RIBEIRO, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 46***782 SESP/PA, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 719.***.452-**, ocupante do cargo CLT de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF desde 3 de maio de 2018.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:8F0994EE

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 244/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***1 a 30 de julho 2026***, a servidora pública municipal, Senhora ERICA GONÇALVES SOARES SEHN, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 9.***.88* SESP/MG, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 046.***.546-**, ocupante do emprego público de ENFERMEIRO PSS desde 3 de maio de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:25E413BB

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 246/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de férias, no período compreendido entre ***6 a 20 de julho 2026***, a servidora pública municipal, Senhora FRANCIELLY DA SILVA GORMAZ MARIANO, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 9.***.619-* SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 043.***.659-**, ocupante do emprego público de FARMACEUTICO – PSS desde 18 de dezembro de 2024.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:4A05A5AB

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 247/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de férias, no período compreendido entre ***16 a 30 de julho 2026***, a servidora pública municipal, Senhora JOSIANE SANTOS LEITE, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 93***764 SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 059.***.959-**, ocupante do cargo CLT de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF desde 5 de junho de 2019.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A69D1262

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 248/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***2 a 31 de julho 2026***, a servidora pública municipal, Senhora JOSIANE GABRIEL ARJONA, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 10.***.325-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 065.***.569-**, ocupante do cargo CLT de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF desde 3 de maio de 2018.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:02CDC3C1

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 249/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:
CONCEDER 10 (dez) dias de férias, no período compreendido entre ***8 a 17 de julho 2026***, a servidora pública municipal, Senhora JULIANA APARECIDA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 10.***.757-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 070.***.849-**, ocupante do cargo CLT de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF desde 20 de junho de 2012.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:BB53AB62

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 250/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de férias, no período compreendido entre ***1 a 15 de julho 2026***, a servidora pública municipal, Senhora KAREN MILENA DE SOUZA, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral 14.***.931-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 126.***.989-**, ocupante do emprego público de ENFERMEIRO PSS desde 4 de fevereiro de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:61676A28

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 251/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de férias, no período compreendido entre ***6 a 15 de julho 2026***, a servidora pública municipal, Senhora KATIA LETICIA DORIGAO ZANGARI, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 7.***.825-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 005.***.789-**, ocupante do cargo CLT de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF desde 3 de maio de 2016.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F82D3BF3

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 252/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias, no período compreendido entre ***1 a 20 de julho de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora MARIA APARECIDA MARQUES, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 5.***.206-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 843.***.229-**, ocupante do cargo CLT de ENFERMEIRO PSF, desde 24 de maio de 2010.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7541B37C

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 253/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de férias, no período compreendido entre ***6 a 15 de julho de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora MARIA SANDRA DOS SANTOS CZESLIKOSKI portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº **.112.***-8 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.538.***-00, ocupante do cargo CLT de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PSF desde 03 de maio de 2018.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A4E22152

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 254/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de férias, no período compreendido entre ***13 a 27 de julho 2026***, a servidora pública municipal, Senhora MEIRYELE DE SOUSA SANTANA, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral 1.***.302 SSP/PI, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 640.***.663-**, ocupante do emprego público de TECNICO DE ENFERMAGEM PSS desde 4 de fevereiro de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5CA96367

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 255/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de férias, no período compreendido entre ***6 a 15 de julho de 2026*,** a servidora pública municipal, Senhora *SIMONE MITRUT MASAKI*, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.536.***-2 SSP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.828.***-13, ocupante do cargo CLT de ENFERMEIRO PSF desde 20 de outubro de 2010.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:996081F4

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 256/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***1 a 30 de julho de 2026*,** ao servidor público municipal, Senhor *WANDERLEY NOVELI*, portador da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.169.***-6 SSP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.645.***-59, ocupante do cargo CLT de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS PSF, desde 17 de maio de 2016.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:746EE2D5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATO 56-2026 - CIA BRASILEIRA DE COMERCIO LTDA

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

CONTRATO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 16/2026
CONTRATO Nº 56

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 16/2026, homologado em 23/06/2026, integrante do Processo Administrativo nº 61/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa CIA BRASILEIRA DE COMERCIO LTDA, CNPJ nº 35.046.657/0001-74, com endereço RUA GARDENIA, CEP 29104510, representada por HENRIQUE CESAR DO CARMO MOL, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 123.341.*-**, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:**
1. DO OBJETO:
2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **DISPENSA DE LICITAÇÃO, para aquisição de INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS, OFÍCINAS DE MÚSICA, PROJETOS E EVENTOS, para atender as demandas do município de Paiçandu.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO;**
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.
1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.
4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública
6. DA ADESÃO DO CONTRATO

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.
19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.
8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:
10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.
24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. O Prazo de vigência deste Contrato será de 01 (um) ano podendo ser renovado, desde que atendida as disposições do art. 107 e 113, da Lei Federal 14.133/21.

30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como

pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em

que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
78. CONDIÇÕES GERAIS
79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 25 de junho de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____
ISMAEL BATISTA

_____
CIA BRASILEIRA DE COMERCIO LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 3	Quant.: 1	Num: 150	543,90	**Total: 2.175,60**
Item: 3	Unidade: UNIDADE	Marca: Cordeiro	Modelo: VE101N	
Descrição: VIOLÃO NF14 CEQ ELETROACÚSTICO NYLON NATURAL EQUALIZAÇÃO - Violão NF14 CEQ Eletroacústico Nylon Natural Equalização: 3 Bandas - Pré-amplificador Ativo com Afinador Cromático Marcação: Bolinhas Brancas. Tarraxas: Maple escurecido. Tipo: Eletroacústico Flat Cutaway. Cordas: Nylon. Cor: Natural. Tampo: Lindem. Faixa e Fundo: Lindem. Acabamento: Verniz Brilhante. Braço: Basswood com tensor bi-direcional. Escala: Maple Escurecido				
Quantidade: 4	**Valor Unit.: 543,90**	Total Item: 2.175,60		
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 2.175,60				

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:040C03C6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATO 56-2026 - CIA BRASILEIRA DE COMERCIO LTDA

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

CONTRATO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 16/2026
CONTRATO Nº 56

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 16/2026, homologado em 23/06/2026, integrante do Processo Administrativo nº 61/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa CIA BRASILEIRA DE COMERCIO LTDA, CNPJ nº 35.046.657/0001-74, com endereço RUA GARDENIA, CEP 29104510, representada por HENRIQUE CESAR DO CARMO MOL, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 123.341.*-**, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:**

1. DO OBJETO:
2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **DISPENSA DE LICITAÇÃO, para aquisição de INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS, OFÍCINAS DE MÚSICA, PROJETOS E EVENTOS, para atender as demandas do município de Paiçandu.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO;**
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.
1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.
4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública
6. DA ADESÃO DO CONTRATO
7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
16. Dos limites para as adesões
17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.
19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.

8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:

10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.

24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. O Prazo de vigência deste Contrato será de 01 (um) ano podendo ser renovado, desde que atendida as disposições do art. 107 e 113, da Lei Federal 14.133/21.

30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 25 de junho de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____

ISMAEL BATISTA

_____

CIA BRASILEIRA DE COMERCIO LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 3	Quant.: 1	Num: 150	543,90	**Total: 2.175,60**
Item: 3	Unidade: UNIDADE	Marca: Cordeiro	Modelo: VE101N	
Descrição: VIOLÃO NF14 CEQ ELETROACÚSTICO NYLON NATURAL EQUALIZAÇÃO - Violão NF14 CEQ Eletroacústico Nylon Natural Equalização: 3 Bandas - Pré-amplificador Ativo com Afinador Cromático Marcação: Bolinhas Brancas. Tarraxas: Maple escurecido. Tipo: Eletroacústico Flat Cutaway. Cordas: Nylon. Cor: Natural. Tampo: Lindem. Faixa e Fundo: Lindem. Acabamento: Verniz Brilhante. Braço: Basswood com tensor bi-direcional. Escala: Maple Escurecido				
Quantidade: 4	**Valor Unit.: 543,90**			Total Item: 2.175,60
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 2.175,60				

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:406E40EA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATO 57-2026 - SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS LTDA

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR
CONTRATO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 16/2026
CONTRATO Nº 57

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 16/2026, homologado em 23/06/2026, integrante do Processo Administrativo nº 61/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS LTDA, CNPJ nº 29.583.709/0001-49, com endereço AV GETÚLIO VARGAS, CEP 89202002, representada por MARCIO JOSE SCHUTZ, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 918.295.770-34, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. **DO OBJETO:**

2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **DISPENSA DE LICITAÇÃO, para aquisição de INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS, OFÍCINAS DE MÚSICA, PROJETOS E EVENTOS, para atender as demandas do município de Paiçandu.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO;**

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. **DA ADESÃO DO CONTRATO**

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. **Dos limites para as adesões**

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.

19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA**

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.

8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:

10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.
24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. **O Prazo de vigência deste Contrato será de 01 (um) ano podendo ser renovado, desde que atendida as disposições do art. 107 e 113, da Lei Federal 14.133/21.**
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO**
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
73. **DAS PENALIDADES**
74. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
78. **CONDIÇÕES GERAIS**
79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 25 de junho de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 2	Quant.: 1	Num: 996	363,90	**Total: 1.091,70**
Item: 2	Unidade: UNIDADE	Marca: ZELLMER	Modelo: 30"	
Descrição: VIOLÃO INFANTIL 30" NATURAL. DIMENSÕES: 30" (1/4) - Violão Infantil 30" Natural. Dimensões: 30" (1/4). Tarraxas: Pino grosso niqueladas, 3+3. Tipo: Acústico. Cordas: Nylon. Cor: Natural. Tampo: Lindem. Faixa e Fundo: Lindem. Acabamento: Verniz Brilhante. Escala: Maple Escurecido (Dark Maple)				
Quantidade: 3	**Valor Unit.: 363,90**		Total Item: 1.091,70	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 1.091,70				

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:3C2A7D75

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 243/2026

de 25 de junho de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***1 a 30 de julho 2026***, a servidora pública municipal, Senhora FABIANE DE SOUZA RAIMUNDO, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 12.***.099-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 045.***.919-**, ocupante do emprego público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS PSS desde 5 de maio de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de junho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F50C2B94

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 08/2026

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 08/2026
Nº PROC. ADM. 23/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão FUNDACAO DE SAUDE DE PAICANDU, de acordo com a regulamentação realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por VERÔNICA SIMÃO BENATTI e tendo como autoridade THIAGO ALVES CEFALO.

PUBLICAÇÃO: 29/06/2026 10:04
INÍCIO REC. PROPOSTA: 29/06/2026 10:30
FIM REC. PROPOSTA: 16/07/2026 08:30
INÍCIO DISPUTA: 16/07/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 481.120,3200

OBJETO DO PROCESSO

Pregão Eletrônico, tem como objeto a contratação de empresa especializada na terceirização de cozinheiras e auxiliares de cozinha, sendo integralmente responsável pela contratação, gestão, supervisão, capacitação, treinamento e substituição dos colaboradores, bem como pelo cumprimento das legislações trabalhistas, sanitárias e normas de segurança vigentes, para atender as necessidades do Hospital Municipal São José.

Para demais informações contato via e-mail: licitacao@paicandu.pr.gov.br, telefone: 4432440411 ou acesso pelo link:
https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DMmEuTZUihh63bUYQLCensNxGBMdj3hoR7iw2EGpRwnjJZ9xZcVa4Fzj5kU%2FBNewxAUorSd4v72nJu3P7xI_18XMCmM_FUlTiQO6mZ34sTrw%3D

VERÔNICA SIMÃO BENATTI
Paiçandu- PR - 29/06/2026

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:06AAEA45

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 10/2026

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 10/2026
Nº PROC. ADM. 21/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão FUNDACAO DE SAUDE DE PAICANDU, de acordo com a regulamentação realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por VERÔNICA SIMÃO BENATTI e tendo como autoridade THIAGO ALVES CEFALO.

PUBLICAÇÃO: 29/06/2026 08:56
INÍCIO REC. PROPOSTA: 29/06/2026 09:30
FIM REC. PROPOSTA: 15/07/2026 08:30
INÍCIO DISPUTA: 15/07/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 761.000,0000

OBJETO DO PROCESSO

Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia hospitalar, com locação e higienização de enxoval, englobando o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua utilização até o seu retorno em condições ideais de reuso, sob condições higiênico-sanitárias adequadas, destinadas à Fundação de Saúde de Paiçandu.

Para demais informações contato via e-mail: licitacao@paicandu.pr.gov.br, telefone: 4432440411 ou acesso pelo link:
https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DX0IWcxmYBIi6OkLTgWxusGsjEaq0JYv4tcw8SZ245bj5x7iFgH8JzIziT6fU1MWBZHDEIgC02hiZpD8nAeYPX43TdFH78pC6d23t27e9o3Y%3D

VERÔNICA SIMÃO BENATTI
Paiçandu-PR - 29/06/2026

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:46E86D56

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026
PROCESSO Nº 64/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATADO: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, *inscrita no CNPJ sob nº* 34.028.316/0020-76.
OBJETO: O objeto é os serviços contínuos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos destinados à postagem de correspondências, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para atender as necessidades de todas as Secretarias Municipais de Paiçandu.

VALOR: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Paiçandu, 16 de junho de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:23CD88F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATA - AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2026 - 28/5/2026

Ata da Audiência Pública de Apresentação das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2026
Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de maio do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 15 (quinze) horas, na sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na rua Cel. Vida, 211, Centro, foi realizada audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2026 do Poder Executivo Municipal. A audiência pública foi presidida pelo Vereador Lucas dos Santos, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização, também formada pelos Vereadores Fabíola Mereles e Edenir Jose Gaio Flores. Estiveram presentes as autoridades e munícipes que assinaram o livro de presença. O senhor Presidente disse que o § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal preceitua que até o final dos meses de fevereiro, maio e setembro o Poder Executivo deverá demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre anterior, em audiência pública na Comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal ou equivalente nas Casas Legislativas Estaduais e Municipais, que no caso da Câmara Municipal de Palmeira é a Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização. Informou que na audiência será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2026, além disso, o Regime Próprio de Previdência Social, o RPPS, e o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais, o IMASP, também farão as suas respectivas apresentações, demonstrando a aplicação dos recursos, o desempenho atuarial e financeiro de suas atividades no quadrimestre. Disse que audiência pública visa garantir a transparência da gestão fiscal e o controle social, possibilitando à sociedade palmeirense o acompanhamento e a fiscalização da aplicação dos recursos públicos. A audiência foi transmitida ao vivo pelo canal da Câmara Municipal no *YouTube* (https://www.youtube.com/watch?v=SIBONn8yRtI). O senhor Presidente concedeu a palavra ao representante do Poder Executivo, senhor Vitor Henrique Rocha, Secretário Municipal de Finanças, que apresentou os dados a seguir, resumidamente. Na sequência, foi iniciada a apresentação dos resultados fiscais do Município, sendo esclarecido que a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes ao primeiro quadrimestre de 2026 atendem ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente ao artigo 9º, § 4º, que determina a realização de audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro para apresentação e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre e da trajetória da

dívida pública perante o Poder Legislativo. Informou-se, ainda, que os dados apresentados referem-se ao primeiro quadrimestre do exercício de 2026, compreendendo o período de referência da presente audiência, sendo realizada, para fins de análise, comparação com os resultados obtidos no primeiro quadrimestre do exercício de 2025. Prosseguindo, foi apresentada a execução orçamentária da receita referente ao primeiro quadrimestre de 2026. Informou-se que o Município arrecadou o montante de R$ 79.381.242,45 (setenta e nove milhões, trezentos e oitenta e um mil, duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos). Desse total, as receitas correntes somaram R$ 73.421.157,18 (setenta e três milhões, quatrocentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e sete reais e dezoito centavos), destacando-se as transferências correntes, a arrecadação tributária, as receitas de contribuições, as receitas patrimoniais e outras receitas correntes, observada a dedução para formação do FUNDEB no valor de R$ 9.174.711,06 (nove milhões, cento e setenta e quatro mil, setecentos e onze reais e seis centavos). As receitas de capital totalizaram R$ 5.960.085,27 (cinco milhões, novecentos e sessenta mil, oitenta e cinco reais e vinte e sete centavos), sendo compostas por operações de crédito, transferências de capital e alienação de bens, esta última sem arrecadação no período. Na sequência, foi apresentada a execução orçamentária da receita referente ao primeiro quadrimestre de 2026, em comparação com a previsão para o exercício. Informou-se que a receita corrente possuía previsão de R$ 216.546.185,61 (duzentos e dezesseis milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e cinco reais e sessenta e um centavos), tendo sido arrecadados R$ 73.421.157,18 (setenta e três milhões, quatrocentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e sete reais e dezoito centavos), correspondendo a 33,91% da previsão. Destacou-se que a receita tributária atingiu arrecadação de R$ 17.270.137,08 (dezessete milhões, duzentos e setenta mil, cento e trinta e sete reais e oito centavos), equivalente a 35,15% do valor previsto, enquanto as receitas de contribuições alcançaram R$ 1.202.200,05 (um milhão, duzentos e dois mil e duzentos reais e cinco centavos), representando 44,66% da previsão. A receita patrimonial somou R$ 1.711.629,35 (um milhão, setecentos e onze mil, seiscentos e vinte e nove reais e trinta e cinco centavos), superando a previsão anual e alcançando 165,75%. As transferências correntes totalizaram R$ 62.396.124,62 (sessenta e dois milhões, trezentos e noventa e seis mil, cento e vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos), correspondendo a 32,83% do valor estimado, enquanto as demais receitas correntes representaram percentual reduzido de arrecadação. Foi registrada ainda a dedução para formação do FUNDEB no valor de R$ 9.174.711,06 (nove milhões, cento e setenta e quatro mil, setecentos e onze reais e seis centavos). Em relação às receitas de capital, verificou-se arrecadação de R$ 5.960.085,27 (cinco milhões, novecentos e sessenta mil, oitenta e cinco reais e vinte e sete centavos), equivalente a 32,67% da previsão anual, com destaque para as operações de crédito, que atingiram R$ 1.799.385,71 (um milhão, setecentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos), superando o valor previsto para o exercício. Ao final, informou-se que a arrecadação total do Município no primeiro quadrimestre de 2026 foi de R$ 79.381.242,45 (setenta e nove milhões, trezentos e oitenta e um mil, duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), correspondendo a 33,81% da receita prevista para o exercício. Prosseguindo, foi apresentado o comparativo da arrecadação das receitas entre o primeiro quadrimestre dos exercícios de 2025 e 2026. Informou-se que a arrecadação total passou de R$ 71.494.155,21 (setenta e um milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, cento e cinquenta e cinco reais e vinte e um centavos) em 2025 para R$ 79.381.242,45 (setenta e nove milhões, trezentos e oitenta e um mil, duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) em 2026, representando crescimento de 11,03%. As receitas correntes registraram aumento de 5,00%, passando de R$ 69.924.919,47 (sessenta e nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, novecentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos) para R$ 73.421.157,18 (setenta e três milhões, quatrocentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e sete reais e dezoito centavos). Destacou-se o expressivo crescimento da receita tributária, que apresentou aumento de 35,68%, enquanto as receitas de contribuições, patrimonial, transferências correntes e outras receitas correntes registraram pequenas reduções em relação ao mesmo período do exercício anterior. Em relação às receitas de capital, observou-se crescimento significativo de 279,81%, impulsionado principalmente pelo aumento das operações de crédito e das transferências de capital. Concluiu-se que o desempenho da arrecadação no primeiro quadrimestre de 2026 foi superior ao verificado no mesmo período de 2025, refletindo evolução positiva da receita municipal. Em seguida, foi apresentado o comparativo das principais receitas arrecadadas no primeiro quadrimestre dos exercícios de 2025 e 2026. Destacou-se que as receitas provenientes do ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) apresentaram crescimento, assim como a arrecadação do ISS, do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), do IPTU, das taxas, dos repasses do FNDE, do ITBI e dos recursos do SUAS, sendo o maior incremento percentual registrado no ITBI, com crescimento de 177,45%. Por outro lado, verificou-se redução na arrecadação do FUNDEB, do IPVA, dos recursos do SUS, da COSIP, do ITR e do IPI em relação ao mesmo período do exercício anterior. Na sequência, foi apresentada a execução orçamentária da despesa referente ao primeiro quadrimestre de 2026, por categorias econômicas. Informou-se que as despesas correntes concentraram a maior parte da execução, totalizando R$ 48.611.018,13 (quarenta e oito milhões, seiscentos e onze mil, dezoito reais e treze centavos), correspondendo a 87,23% do total liquidado no período, com destaque para as despesas com pessoal e encargos sociais, principal componente do grupo. As demais despesas correntes, incluindo juros e encargos da dívida e outras despesas correntes, também compuseram este montante. As despesas de capital somaram R$ 7.118.548,10 (sete milhões, cento e dezoito mil, quinhentos e quarenta e oito reais e dez centavos), representando 12,77% do total, sendo compostas principalmente por investimentos, além da amortização da dívida. Ao final, registrou-se que o total das despesas liquidadas no período foi de R$ 55.729.566,23 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos), evidenciando predominância das despesas correntes na execução orçamentária. Em seguida, foi apresentada a execução orçamentária da despesa do primeiro quadrimestre de 2026, em relação ao valor orçado para o exercício. Informou-se que o total orçado das despesas foi de R$ 346.303.555,83 (trezentos e quarenta e seis milhões, trezentos e três mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos), tendo sido liquidado no período o montante de R$ 55.729.566,23 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos), correspondente a 16,09% da previsão anual. Destacou-se que as despesas correntes apresentaram execução de 25,64% do valor orçado, com ênfase nas despesas com pessoal e encargos sociais e demais despesas correntes, enquanto os juros e encargos da dívida também integraram o grupo com execução proporcionalmente relevante. As despesas de capital apresentaram menor execução no período, com 4,54% do valor orçado, sendo compostas principalmente por investimentos, além da amortização da dívida. Na sequência, foi apresentado o comparativo da despesa liquidada entre o primeiro quadrimestre dos exercícios de 2025 e 2026. Informou-se que o total das despesas passou de R$ 45.794.913,00 (quarenta e cinco milhões, setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e treze reais) em 2025 para R$ 55.729.566,23 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos) em 2026, representando crescimento de 21,69%. As despesas correntes apresentaram aumento de 10,36%, com variações positivas nas despesas com pessoal e encargos sociais e nas demais despesas correntes, enquanto os juros e encargos da dívida apresentaram redução no período. Destacou-se, ainda, o expressivo crescimento das despesas de capital, que tiveram aumento de 307,76%, impulsionado principalmente pelos investimentos, que registraram variação significativa em relação ao exercício anterior, além do aumento na amortização da dívida Na sequência, foi apresentada a execução orçamentária da despesa por Secretaria referente ao primeiro quadrimestre de 2026. Informou-se que o total liquidado no período foi de R$ 67.536.378,38 (sessenta e sete milhões, quinhentos e trinta e seis mil, trezentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos). Destacaram-se como principais volumes de execução a Secretaria Municipal de Educação, com R$ 16.643.363,14 (dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e três mil, trezentos e sessenta e três reais e quatorze centavos), e a Secretaria Municipal de Saúde, com R$ 15.131.497,74 (quinze milhões, cento e trinta e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos), seguidas pela Secretaria Municipal de Finanças, com R$ 12.475.479,11 (doze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e nove reais e onze centavos), e pela Secretaria

Municipal de Obras e Infraestrutura, com R$ 8.292.364,51 (oito milhões, duzentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e um centavos). As demais secretarias apresentaram execução de menor expressividade, incluindo áreas como Agricultura e Pecuária, Meio Ambiente, Assistência Social, Cultura e Comunicação, além das demais unidades administrativas, refletindo a distribuição dos gastos públicos conforme as respectivas áreas de atuação do Município. Na sequência, foi apresentado o demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida referente ao exercício de 2026. Informou-se que a Dívida Consolidada totalizou R$ 68.242.022,21 (sessenta e oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil, vinte e dois reais e vinte e um centavos) no primeiro quadrimestre, composta majoritariamente por parcelamentos e renegociações de dívidas e por dívidas internas. No mesmo período, as deduções alcançaram R$ 58.158.041,48 (cinquenta e oito milhões, cento e cinquenta e oito mil, quarenta e um reais e quarenta e oito centavos), resultando em Dívida Consolidada Líquida de R$ 10.083.980,73 (dez milhões, oitenta e três mil, novecentos e oitenta reais e setenta e três centavos), indicando redução em relação ao saldo do exercício anterior. Destacou-se ainda que a relação entre a Dívida Consolidada e a Receita Corrente Líquida permaneceu em patamar controlado, com 30,90%, enquanto a Dívida Consolidada Líquida correspondeu a 4,57% da Receita Corrente Líquida. Concluiu-se que os indicadores de endividamento mantiveram-se dentro dos limites legais estabelecidos, com margem de segurança em relação ao limite de 120% da Receita Corrente Líquida e ao limite de alerta de 108%, evidenciando equilíbrio na gestão da dívida pública municipal. Em seguida, foi apresentada a apuração das despesas com pessoal, em conformidade com os dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente o art. 19, inciso III, e o art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b”, que estabelecem os limites de comprometimento da Receita Corrente Líquida. Informou-se que, no período móvel correspondente ao primeiro quadrimestre de 2026, a despesa total com pessoal, para fins de apuração do limite legal, totalizou R$ 94.957.077,06 (noventa e quatro milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, setenta e sete reais e seis centavos), enquanto a Receita Corrente Líquida ajustada foi de R$ 218.119.397,08 (duzentos e dezoito milhões, cento e dezenove mil, trezentos e noventa e sete reais e oito centavos). Com isso, o percentual de comprometimento da despesa com pessoal ficou em 43,53%, permanecendo abaixo do limite máximo legal de 54%, bem como dos limites prudencial e de alerta estabelecidos na legislação. Concluiu-se que o Município manteve-se dentro dos parâmetros legais de controle da despesa com pessoal, evidenciando conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e regularidade na gestão fiscal do período analisado. Em seguida, foi apresentada a demonstração dos gastos com ações e serviços públicos de saúde, em conformidade com a Lei Complementar nº 141/2012, que estabelece a aplicação mínima de 15% da arrecadação de impostos e transferências constitucionais na área da saúde. Informou-se que, no primeiro quadrimestre de 2026, o Município aplicou percentual superior ao mínimo constitucional exigido, alcançando 16,27% quando considerados os valores liquidados e 19,83% quando considerados os valores empenhados. Em termos financeiros, o valor mínimo exigido era de R$ 9.306.879,80 (nove milhões, trezentos e seis mil, oitocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos), enquanto a aplicação efetiva atingiu R$ 10.096.168,87 (dez milhões, noventa e seis mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos) em valores liquidados, e R$ 12.306.926,97 (doze milhões, trezentos e seis mil, novecentos e vinte e seis reais e noventa e sete centavos) quando considerados os empenhos. Concluiu-se que o Município cumpriu e superou o percentual mínimo constitucional de aplicação em saúde no período analisado, mantendo a regularidade do investimento na área conforme as disposições legais vigentes. Na sequência, foram apresentados os demonstrativos relativos aos gastos com educação, em conformidade com o artigo 212 da Constituição Federal, que estabelece a aplicação mínima de 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como os limites específicos relacionados ao FUNDEB. No que se refere à remuneração dos profissionais do magistério, informou-se que o Município aplicou 70,54% dos recursos do FUNDEB, correspondendo ao valor de R$ 7.070.428,06 (sete milhões, setenta mil, quatrocentos e vinte e oito reais e seis centavos), sobre uma despesa total de R$ 7.125.402,40 (sete milhões, cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e dois reais e quarenta centavos), cumprindo o percentual mínimo legal de 70%. Quanto à aplicação geral em manutenção e desenvolvimento do ensino, registrou-se que o percentual aplicado foi de 21,85%, totalizando R$ 13.558.094,08 (treze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, noventa e quatro reais e oito centavos), abaixo do mínimo constitucional exigido de 25%, cujo valor correspondente seria de R$ 15.511.466,33 (quinze milhões, quinhentos e onze mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos), considerando o período de apuração. Por fim, em relação ao limite máximo de 10% para não aplicação em ações de desenvolvimento do ensino no período, constatou-se que o percentual atingido foi de 12,53%, com valor de R$ 1.265.736,22 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e seis reais e vinte e dois centavos), superior ao limite permitido de R$ 1.010.061,15 (um milhão, dez mil, sessenta e um reais e quinze centavos), sendo registrado o dado para fins de acompanhamento e análise fiscal. Em seguida, foi apresentado o demonstrativo dos repasses ao Poder Legislativo referente ao primeiro quadrimestre de 2026. Informou-se que, no período, foram repassados ao Legislativo Municipal o montante de R$ 3.610.681,36 (três milhões, seiscentos e dez mil, seiscentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos). Destacou-se, ainda, que o valor total previsto para repasse até o final do exercício é de R$ 10.832.041,36 (dez milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quarenta e um reais e trinta e seis centavos), não tendo ocorrido, até o presente momento, devoluções de recursos ao Poder Executivo, permanecendo o acompanhamento da execução orçamentária em conformidade com o planejamento anual. Em seguida, foi apresentado o demonstrativo dos aportes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) referentes ao primeiro quadrimestre de 2026. Informou-se que, a título de aporte previdenciário, o Município repassou o montante de R$ 6.906.000,00 (seis milhões, novecentos e seis mil reais) no período analisado, estando previsto o valor total de R$ 17.917.525,76 (dezessete milhões, novecentos e dezessete mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos) para o exercício. No que se refere à taxa administrativa do RPPS, registrou-se o pagamento de R$ 715.159,10 (setecentos e quinze mil, cento e cinquenta e nove reais e dez centavos) no primeiro quadrimestre, com previsão de repasse anual no montante de R$ 2.145.477,10 (dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e dez centavos), permanecendo o acompanhamento da execução conforme o planejamento previdenciário vigente. Por fim, foram prestadas informações acerca da origem e consolidação dos dados apresentados, esclarecendo-se que as informações foram processadas pela Secretaria Municipal de Finanças, por meio do sistema informatizado de gestão, nos módulos de Contabilidade e da Lei de Responsabilidade Fiscal, abrangendo a esfera municipal consolidada. Também foram indicados os meios oficiais de consulta e transparência das informações públicas do Município, incluindo o Portal da Transparência, o site institucional, o Diário Oficial, bem como os canais de protocolo para requerimentos e de ouvidoria para sugestões, reclamações, denúncias e elogios. Foram igualmente apresentados os canais de comunicação institucional por meio das redes sociais oficiais e, por fim, o atendimento presencial na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, Centro, com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h, reforçando o compromisso da Administração Municipal com a transparência e o acesso à informação. Finalizada a apresentação, o senhor Presidente oportunizou a apresentação de questionamentos. Não havendo qualquer manifestação, o senhor Presidente concedeu a palavra ao representante do RPPS, senhor João Eraldo Martins Padilha, Presidente interino da autarquia, que apresentou os dados a seguir, resumidamente. Foi apresentada a estrutura do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), instituído pela Lei Municipal nº 2.404, de 30 de setembro de 2005. Informou-se que o RPPS constitui autarquia previdenciária municipal responsável pela gestão do regime próprio de previdência social dos servidores públicos do Município de Palmeira, abrangendo o gerenciamento dos recursos financeiros e a concessão dos benefícios previdenciários previstos na legislação federal e municipal aplicável, assegurando a administração previdenciária dos servidores vinculados ao Município. Em seguida, foram apresentados os dados referentes aos benefícios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), tendo como base o mês de abril de 2026. Informou-se a existência de 479 aposentadorias e 77 pensões por morte, totalizando 556 benefícios

previdenciários em manutenção no período analisado. Também foram apresentadas as alíquotas de contribuição vigentes no exercício de 2025, destacando-se a contribuição patronal no percentual total de 17,36%, sendo 15,36% destinados à previdência e 2,00% referentes à taxa de administração, além da contribuição dos servidores fixada em 14,00%, conforme a legislação previdenciária municipal aplicável. Em seguida, foram apresentados os recolhimentos previdenciários dos entes municipais referentes ao mês de janeiro do primeiro quadrimestre de 2026. Informou-se que o total recolhido no período foi de R$ 1.500.479,64 (um milhão, quinhentos mil, quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), composto por contribuições da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, do RPPS e dos inativos, com predominância dos valores vinculados ao Poder Executivo Municipal. Referente ao mês de fevereiro do primeiro quadrimestre de 2026 informou-se que o total recolhido no período foi de R$ 1.400.208,41 (um milhão, quatrocentos mil, duzentos e oito reais e quarenta e um centavos), abrangendo contribuições da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, do RPPS e dos inativos. Destacou-se a predominância dos recolhimentos vinculados ao Poder Executivo Municipal, seguido pela Câmara Municipal, com valores de menor expressão no RPPS e nas contribuições dos inativos. Informou-se que o total recolhido no mês de março foi de R$ 1.436.870,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e seis mil, oitocentos e setenta reais), abrangendo contribuições da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, do RPPS e dos inativos. Destacou-se a predominância dos recolhimentos realizados pelo Poder Executivo Municipal, seguidos pela Câmara Municipal, além dos valores de menor expressão relativos ao RPPS e aos inativos. Em seguida, foi informado o total dos recolhimentos previdenciários dos entes municipais referentes ao mês de abril do primeiro quadrimestre de 2026, no valor de R$ 1.606.144,88 (um milhão, seiscentos e seis mil, cento e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), abrangendo contribuições da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, do RPPS e dos inativos, conforme demonstrado nos registros consolidados do período. Foram apresentadas as receitas e despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) referentes ao primeiro quadrimestre de 2026. Informou-se que, no período, as receitas totalizaram R$ 5.943.702,93 (cinco milhões, novecentos e quarenta e três mil, setecentos e dois reais e noventa e três centavos), enquanto as despesas somaram R$ 12.719.897,33 (doze milhões, setecentos e dezenove mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos), resultando em déficit previdenciário de R$ 6.776.194,40 (seis milhões, setecentos e setenta e seis mil, cento e noventa e quatro reais e quarenta centavos) no quadrimestre. Destacou-se que todos os meses do período apresentaram resultado negativo entre receitas e despesas. Em seguida, foram apresentados os dados relativos ao COMPREV e aos recolhimentos de parcelamentos da dívida previdenciária no primeiro quadrimestre de 2026. Informou-se que, no período, o COMPREV registrou receitas no montante total de R$ 895.032,58 (oitocentos e noventa e cinco mil, trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos), provenientes de compensações previdenciárias recebidas mensalmente. No que se refere ao parcelamento da dívida previdenciária, referente ao Termo de Acordo CADPREV nº 00555/2015, com 240 parcelas no total, registrou-se o pagamento das parcelas de nº 126 a 129, totalizando R$ 1.351.587,46 (um milhão, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos) no quadrimestre, demonstrando a continuidade do cumprimento do acordo firmado. Em seguida, foi apresentado o resultado do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), conforme parecer atuarial previdenciário com data-base em 31/12/2025. Informou-se que o déficit atuarial apurado para o exercício de 2026 corresponde ao montante de R$ 18.279.033,18 (dezoito milhões, duzentos e setenta e nove mil, trinta e três reais e dezoito centavos). Foram apresentados os aportes destinados à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) referentes ao primeiro quadrimestre de 2026. Informou-se que os aportes realizados pelo Ente Municipal totalizaram R$ 6.906.000,00 (seis milhões, novecentos e seis mil reais), distribuídos mensalmente ao longo do período, evidenciando o cumprimento parcial da programação de equacionamento do déficit atuarial previsto para o exercício. Em seguida, foi apresentado o repasse referente à taxa de administração do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), correspondente ao percentual de 2% do ente, no primeiro quadrimestre de 2026. Informou-se que os valores foram integralmente repassados pelo Município, totalizando R$ 715.159,10 (setecentos e quinze mil, cento e cinquenta e nove reais e dez centavos) no período, distribuídos de forma mensal e regular entre os meses de janeiro a abril, sem registros de repasse por parte da Câmara Municipal no período. Em seguida, foram apresentadas as despesas administrativas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) referentes ao primeiro quadrimestre de 2026. Informou-se que, no período, as despesas totalizaram R$ 460.007,21 (quatrocentos e sessenta mil e sete reais e vinte e um centavos), distribuídas mensalmente entre janeiro e abril. Foram apresentados os pagamentos de aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) referentes ao primeiro quadrimestre de 2026. Informou-se que, no período, os dispêndios totalizaram R$ 12.719.897,33 (doze milhões, setecentos e dezenove mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos), distribuídos entre os meses de janeiro a abril, refletindo a regularidade dos pagamentos dos benefícios previdenciários mantidos pelo regime. Por fim, foi apresentado o resultado previdenciário do primeiro quadrimestre de 2026, considerando receitas previdenciárias, aportes do CADPREV, cobertura do déficit atuarial, rendimentos, compensação previdenciária (COMPREV) e despesas do RPPS. Informou-se que, no período, as receitas e demais ingressos somaram R$ 5.870.094,01 (cinco milhões, oitocentos e setenta mil, noventa e quatro reais e um centavo), enquanto as despesas totalizaram R$ 12.719.897,33 (doze milhões, setecentos e dezenove mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos), resultando em déficit previdenciário consolidado de R$ 4.365.702,55 (quatro milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos) no período analisado. Em seguida, foram apresentados os dados relativos à concessão e à extinção de benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no primeiro quadrimestre de 2026. Informou-se que, no período, foram concedidas 11 aposentadorias e 1 pensão por morte, totalizando 12 novos benefícios concedidos. No mesmo período, registrou-se a extinção de 1 aposentadoria, sem ocorrência de extinção de pensões, resultando em um saldo líquido positivo de concessões no quadrimestre, evidenciando a continuidade da expansão da base de beneficiários do regime previdenciário municipal. Em seguida, foi apresentada a evolução do saldo financeiro do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no primeiro quadrimestre de 2026, com a respectiva rentabilidade da carteira e comparação com a meta atuarial. Informou-se que o saldo do RPPS apresentou crescimento ao longo do período, passando de R$ 51.212.028,29 (cinquenta e um milhões, duzentos e doze mil, vinte e oito reais e vinte e nove centavos) em janeiro para R$ 53.894.898,39 (cinquenta e três milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e oito reais e trinta e nove centavos) em abril. Destacou-se ainda que a rentabilidade acumulada no quadrimestre foi de 4,09%, com retornos mensais positivos em todos os períodos analisados, demonstrando desempenho favorável da carteira de investimentos em relação à meta atuarial estabelecida, a qual variou ao longo dos meses do quadrimestre. Em seguida, foi apresentado o saldo financeiro do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no primeiro quadrimestre de 2026. Informou-se que o patrimônio financeiro do regime apresentou evolução positiva ao longo do período, passando de R$ 54.859.171,41 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, cento e setenta e um reais e quarenta e um centavos) em janeiro para R$ 57.771.723,38 (cinquenta e sete milhões, setecentos e setenta e um mil, setecentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos) em abril. Destacou-se ainda a composição patrimonial do RPPS, incluindo imóveis avaliados em R$ 5.268.561,00 (cinco milhões, duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e um reais) e sede própria no valor de R$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil reais), resultando em patrimônio total de R$ 64.110.284,38 (sessenta e quatro milhões, cento e dez mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos), considerando a posição de abril de 2026. Por fim, foram destacados pontos relevantes relacionados à gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Informou-se que os aportes mensais destinados ao equacionamento do déficit atuarial vêm contribuindo para a elevação do patrimônio do regime, destacando-se que tais repasses estão sendo regularmente realizados. Ressaltou-se, ainda, a importância da Reforma da Previdência como medida necessária tanto para o equilíbrio financeiro de curto prazo quanto para a

sustentabilidade atuarial de longo prazo do regime previdenciário. Foi mencionada também a relevância da Certificação Institucional Pró-Gestão como instrumento de aprimoramento da governança e da gestão previdenciária. Por fim, foi indicado o endereço eletrônico oficial do RPPS, disponível em https://rppspalmeira.com.br, como canal de transparência e acesso às informações institucionais. Finalizada a apresentação, o senhor Presidente oportunizou a apresentação de questionamentos. Não havendo qualquer manifestação, concedeu a palavra à representante do IMASP, senhora Carina Aparecida de Oliveira, que apresentou os dados a seguir, resumidamente. Em seguida, foi apresentada a estrutura de fundamentação legal do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais (IMASP), instituído pela Lei Municipal nº 2.516/2006, a qual cria o referido Instituto, e regulamentado pelo Decreto nº 5.510/2007. Informou-se que o IMASP possui seu conjunto normativo complementado por portarias específicas, as quais podem ser consultadas no endereço eletrônico oficial do Instituto. Também foi indicado que as normas, atos administrativos e demais informações institucionais encontram-se disponíveis para consulta pública por meio do site oficial do IMASP, reforçando o compromisso com a transparência e o acesso às informações relativas à gestão da assistência à saúde dos servidores municipais. Foi apresentado o organograma do IMASP, evidenciando sua estrutura de governança e representação. Informou-se que o Instituto é composto por conselhos com representação de servidores ativos e aposentados, assegurando participação democrática na gestão. No âmbito dos servidores ativos, destacam-se representantes que compõem a estrutura deliberativa, além dos cargos de tesoureiro, secretário, assessor de contas médicas e fiscal, responsáveis pelo suporte administrativo e controle das atividades institucionais. Quanto aos servidores aposentados, também há representação específica, composta por membros designados para participação nos conselhos, garantindo a representatividade dos beneficiários do sistema de assistência à saúde. Foi apresentada a prestação de contas do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais – IMASP, referente ao primeiro quadrimestre de 2026. Informou-se que a receita arrecadada no período totalizou R$ 3.058.495,44 (três milhões, cinquenta e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos), composta pelas contribuições dos servidores ativos, inativos e dependentes, contribuições patronais do Poder Executivo, Poder Legislativo e RPPS, rendimentos de aplicações bancárias, coparticipação dos servidores e dependentes, bem como pelos valores recebidos a título de dívida, juros e amortização. Foi destacado que as receitas arrecadadas nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril contribuíram para o montante apresentado, evidenciando a composição dos recursos financeiros do Instituto no período. Em seguida, foi apresentado o comparativo das receitas do primeiro quadrimestre dos exercícios de 2025 e 2026. Demonstrou-se que a receita total passou de R$ 2.688.467,40 (dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos), no primeiro quadrimestre de 2025, para R$ 3.058.495,44 (três milhões, cinquenta e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos), no mesmo período de 2026. Foi destacado que houve aumento nas receitas provenientes dos rendimentos de aplicações bancárias, da coparticipação dos servidores e dependentes, das contribuições patronais do Poder Executivo, Legislativo e RPPS, bem como dos recebimentos de dívida, juros e amortização. Por outro lado, verificou-se leve redução na arrecadação das contribuições dos servidores ativos, inativos e dependentes em relação ao exercício anterior. Na continuidade da apresentação, foi demonstrado o comparativo dos saldos bancários do primeiro quadrimestre dos exercícios de 2025 e 2026. Constatou-se que o saldo total das contas bancárias do Instituto passou de R$ 9.985.394,07 (nove milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e noventa e quatro reais e sete centavos), ao final de abril de 2025, para R$ 10.004.457,80 (dez milhões, quatro mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos), ao final de abril de 2026, demonstrando a manutenção do equilíbrio financeiro do Instituto. Na sequência, foram apresentadas as despesas do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais – IMASP referentes ao primeiro quadrimestre de 2026, discriminadas mensalmente entre despesas administrativas e despesas médicas. Informou-se que, no período, as despesas totalizaram R$ 4.489.881,53 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos), sendo demonstrada a composição dos gastos realizados nos meses de janeiro a abril. Em seguida, foi apresentado o comparativo das despesas do primeiro quadrimestre dos exercícios de 2025 e 2026, evidenciando que o total das despesas passou de R$ 1.995.716,43 (um milhão, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e dezesseis reais e quarenta e três centavos), no exercício de 2025, para R$ 4.489.881,53 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos), no mesmo período de 2026. Foi apresentado o demonstrativo do déficit/superávit referente ao primeiro quadrimestre de 2026, informando-se que, no mês de janeiro, foi apurado superávit de R$ 106.098,65 (cento e seis mil, noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos). Nos meses subsequentes foram registrados déficits, sendo R$ 360.290,31 (trezentos e sessenta mil, duzentos e noventa reais e trinta e um centavos) em fevereiro, R$ 955.998,94 (novecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos) em março e R$ 209.949,64 (duzentos e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) em abril, totalizando déficit acumulado no primeiro quadrimestre de R$ 1.526.238,89 (um milhão, quinhentos e vinte e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e oitenta e nove centavos). Na sequência, foi apresentado comparativo entre o primeiro quadrimestre dos exercícios de 2025 e 2026, destacando-se que, em 2025, foi registrado superávit de R$ 692.750,97 (seiscentos e noventa e dois mil, setecentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos), ao passo que, em 2026, verificou-se déficit acumulado de R$ 1.526.238,89 (um milhão, quinhentos e vinte e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e oitenta e nove centavos). Dando continuidade à apresentação, foi informado o quantitativo de vidas atendidas e de atendimentos realizados pelo IMASP no primeiro quadrimestre de 2026, registrando-se o atendimento de 2.965 (duas mil, novecentas e sessenta e cinco) vidas, com a realização de 5.817 (cinco mil, oitocentos e dezessete) atendimentos, abrangendo consultas médicas em diversas especialidades, sessões terapêuticas, exames laboratoriais e cardiológicos, serviços hospitalares, procedimentos clínicos e procedimentos cirúrgicos invasivos. Foi consignado, ainda, que, no mesmo período do exercício de 2025, o IMASP atendeu 2.462 (duas mil, quatrocentas e sessenta e duas) vidas, totalizando 4.656 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis) atendimentos, evidenciando aumento tanto no número de beneficiários atendidos quanto na quantidade de atendimentos realizados no primeiro quadrimestre de 2026. Na sequência, foi apresentado o comparativo da quantidade de beneficiários vinculados ao Poder Executivo, Poder Legislativo e RPPS, informando-se que, no exercício de 2026, o IMASP registrou 2.058 (duas mil e cinquenta e oito) beneficiários em janeiro e fevereiro, 2.062 (duas mil e sessenta e duas) em março e 2.064 (duas mil e sessenta e quatro) em abril. Em comparação com o mesmo período de 2025, quando foram contabilizados entre 2.016 (duas mil e dezesseis) e 2.029 (duas mil e vinte e nove) beneficiários, verificou-se aumento gradual no número de beneficiários atendidos pelo Instituto ao longo do primeiro quadrimestre de 2026. Finalizada a apresentação, o senhor Presidente oportunizou a apresentação de questionamentos. Não havendo nenhuma manifestação, o senhor Presidente agradeceu a presença e a audiência de todos e declarou encerrada a audiência pública, da qual para tudo constar foi redigida a presente ata, assinada pelo senhor Presidente da Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização, Vereador Lucas Santos.

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:B067C91D

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA - PLDO 2027 - 11/6/2026

Ata da audiência pública de apresentação do Projeto de Lei 6757/2026 - Diretrizes Orçamentárias do Município de Palmeira para o exercício financeiro de 2027.

Aos 11 (onze) dias do mês de junho do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 15 (quinze) horas, na sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, situada na Rua Coronel Vida, nº 211, Centro, foi realizada audiência pública para apresentação do Projeto de Lei nº 6757/2026, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Município de Palmeira para o exercício financeiro de 2027 e dá outras

providências", com transmissão ao vivo pelo canal da Câmara Municipal no YouTube. A audiência foi presidida pelo senhor Vereador Lucas dos Santos, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização (CEOFF), também composta pela senhora Vereadora Fabíola Mereles e pelo senhor Vereador Edenir José Gaio Flores. Foi registrada a presença dos munícipes que assinaram o livro de presença. O senhor Presidente informou que a presente audiência pública tem como objetivo dar transparência ao Projeto de Lei nº 6757/2026, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Município de Palmeira para o exercício financeiro de 2027. Destacou que, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é obrigação do Poder Público realizar o planejamento da arrecadação e das despesas, visando manter o equilíbrio financeiro, evitando o improviso e o comprometimento das receitas públicas. Ressaltou que o planejamento permite prever e projetar o futuro, pensar antes de agir, refletindo e buscando o melhor caminho para alcançar os melhores resultados na administração pública. O senhor Presidente explicou que as administrações públicas possuem importantes instrumentos de planejamento, destacando o Plano Plurianual (PPA), que estabelece as diretrizes e os objetivos da administração pública por um período de quatro anos, abrangendo despesas de capital, despesas correntes e aquelas de duração continuada; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece regras para elaboração e execução do orçamento, definindo metas e prioridades, inclusive metas fiscais; e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que detalha as receitas e fixa as despesas pelo período de um exercício financeiro. Informou que a realização da audiência pública atende ao disposto no artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que determina a ampla divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, bem como o incentivo à participação popular mediante a realização de audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Relatou que o Projeto de Lei nº 6757/2026 foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal, protocolado nesta Casa Legislativa em 16/04/2026 e encaminhado em 22/04/2026 para análise da Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização. Conforme ressaltado pelo Poder Executivo, a elaboração do projeto observou a técnica aplicável à elaboração dos orçamentos públicos, contando com participação popular e buscando transformar a Lei de Diretrizes Orçamentárias em instrumento de planejamento e serviço da administração municipal, visando proporcionar melhoria na qualidade dos serviços prestados aos munícipes. Na sequência, o senhor Presidente solicitou à assessoria da Câmara Municipal a realização de apresentação do Projeto de Lei nº 6757/2026. O senhor Ivano Cherobim, Diretor Administrativo e Legislativo, informou que o Projeto de Lei nº 6757/2026 encontra-se disponível na íntegra no site da Câmara Municipal de Palmeira, na seção "Matérias Legislativas", possibilitando o acesso de todos os interessados. Também foi informado que o projeto encontra-se em análise pela Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização e que, após análise e emissão de parecer, será submetido ao Plenário da Câmara Municipal. Durante a apresentação, foram destacados os documentos que compõem o Projeto de Lei nº 6757/2026:

Anexo 1 – Demonstrativo das obras em andamento;
Anexo 2 – Prioridades e metas da administração pública municipal;
Anexo 3 – Estrutura orçamentária do Município de Palmeira;
Anexo 4 – Metas fiscais;
Anexo 5 – Riscos fiscais;
Anexo 6 – Relatório de avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do Município de Palmeira, ano base 2025.

Em seguida, foi apresentada a Orientação Jurídica nº 198/2026, emitida pela Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Palmeira, que analisou o Projeto de Lei nº 6757/2026 quanto aos aspectos de juridicidade. Foi informado que a Procuradoria Jurídica concluiu que a matéria está dentro das atribuições do Poder Executivo Municipal e que compete ao Poder Legislativo deliberar sobre o assunto. Ressaltou ainda que o projeto encontra amparo na Constituição Federal, Constituição do Estado do Paraná, Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Ao final, a Orientação Jurídica nº 198/2026 opinou pela viabilidade técnica do Projeto de Lei Ordinária nº 6757/2026, considerando os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. Na sequência, foi apresentada a Orientação Contábil nº 129/2026, emitida pelo Departamento Contábil da Câmara Municipal de Palmeira, referente à análise da estrutura do projeto. Foi destacado que, segundo a orientação contábil, o projeto encontra-se adequadamente estruturado, especialmente quanto às metas e prioridades para o exercício financeiro de 2027, atendendo aos requisitos legais, sendo composto pelo texto da lei, mensagem e anexos. A orientação contábil destacou que o Anexo 2, referente às prioridades e metas da administração pública municipal para 2027, apresenta o valor total das ações previstas de R$ 233.826.164,43 (duzentos e trinta e três milhões, oitocentos e vinte e seis mil, cento e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos). Contudo, foram apontadas divergências que necessitavam de correção, entre elas: diferença entre o valor das ações previstas no Anexo 2 e os valores constantes nos quadros da receita e despesa do projeto; divergência da estrutura orçamentária constante no Anexo 3 em relação à estrutura constante no Plano Plurianual previsto na Lei nº 6214/2025; divergência no valor da reserva de contingência constante nos anexos, no montante de R$ 3.378.202,83 (três milhões, trezentos e setenta e oito mil, duzentos e dois reais e oitenta e três centavos); e necessidade de verificação das metas e prioridades referentes ao IMASP e ao Regime Próprio de Previdência Social. Diante disso, a Orientação Contábil nº 129/2026 concluiu pela viabilidade do projeto, ressalvando a necessidade de saneamento das irregularidades apontadas. Também foi informado que o Poder Executivo encaminhou solicitações de correção textual no Projeto de Lei nº 6757/2026, incluindo alterações no artigo 24, parágrafo primeiro; no capítulo I, artigo primeiro, parágrafo único, incisos IV e VI; e nos anexos de metas fiscais, item F. Foi registrado que a Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização, por meio do Ofício nº 08/2026, solicitou ao Poder Executivo o saneamento das irregularidades apontadas pelo Departamento Contábil da Câmara Municipal. Também foi informado que a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação emitiu parecer favorável ao projeto, considerando a Orientação Jurídica nº 198/2026 e a regularidade do procedimento legislativo conforme a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara. Na sequência, foi registrado que, em 03/06/2026, o Poder Executivo encaminhou ao Poder Legislativo substitutivo ao Projeto de Lei nº 6757/2026, contemplando as alterações e correções solicitadas. Foi informado ainda que a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal emitiu a Orientação Jurídica nº 262/2026, opinando pela viabilidade técnica do substitutivo ao Projeto de Lei nº 6757/2026, observando-se o prazo constitucional de 30 de junho para devolução da matéria ao Poder Executivo para sanção. Ao final, foi reiterado que o Projeto de Lei nº 6757/2026 e seu substitutivo encontram-se disponíveis na íntegra no site da Câmara Municipal de Palmeira, na seção "Matérias Legislativas", estando a assessoria da Câmara à disposição dos munícipes para esclarecimentos. Após a apresentação, o senhor Presidente oportunizou aos presentes a apresentação de questionamentos, observações e sugestões. Não havendo manifestações, declarou encerrada a audiência pública e solicitou à Secretaria Administrativa da Casa a elaboração da presente ata. Agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a audiência pública, da qual, para tudo constar, foi redigida a presente ata, assinada pelo senhor Presidente da Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização (CEOFF), Vereador Lucas dos Santos.

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:654E0D98

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N°.50.2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 14/07/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços durante a realização do evento "Dia do Tropeiro 2026", promovido pelo Município de Palmeira, a ser realizado exclusivamente no dia 01 de agosto de 2026, no Parque de Exposições Francisco Rutcoski,

mediante valor previamente fixado pela Administração com base em pesquisa de mercado.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

29 de junho de 2026

FRIEDRICH NORBERT KLIEWER
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:07223F8C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 31/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 726/2026

Objeto: Obra de infraestrutura com fornecimento de material contratação direta da empresa Kapa Infraestrutura S/A CNPJ nº 57.152.502/0001-55 conforme Ata de registro de preços 11/2025 do Consorcio Intermunicipal Caminhos do Tibagi; obra com fornecimento de CBUQ, totalizando 8.104,81 m², incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, reparo profundo com RAP, revestimento, meio-fio e sarjeta, calçada, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de obra.

Fundamentação: Art. 75, *Inciso XI*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Solicitação: Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Dotação Orçamentária:
14.001.15.451.0036.1.099.4.4.90.51.00.00 **Fonte:**862 OBRAS E INSTALACOES
14.002.20.606.0037.2102.4.4.90.51.00.00 **Fonte:621** OBRAS E INSTALACOES

Contratada: - KAPA INFRAESTRUTURA S.A., inscrita no CNPJ sob nº **57.152.502/0001-55**, com o valor de R$ 1.183.243,19 (um milhão, cento e oitenta e três mil, duzentos e quarenta e três reais e dezenove centavos).

Mediante o exposto HOMOLOGO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

29 de junho de 2026

GERALDO VASCO
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:0F4974DB

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 03/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 18282/2025 - RESTAURANTE PÔR DO SOL LTDA PROCESSO Nº. 923/2026

A Comissão de Contratação do Município de Palmeira torna público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 03/2025 cujo objeto prevê o credenciamento de pessoa física ou jurídica para empresas especializadas fornecimento de marmitas destinadas aos funcionários públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. O objetivo é cadastrar prestadores de serviço interessados em empresas especializadas em fornecimento de marmitas destinadas aos funcionários públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do município de Palmeira-PR.

Proponente	CPF/CNPJ	Processo Administrativo	Resultado
RESTAURANTE PÔR DO SOL LTDA	55.363.588/0001-30	923/2026	HABILITADO

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência do Município (acesso pelo site www.palmeira.pr.gov.br). Abre-se a partir da data de publicação deste extrato, o prazo de 03 (três) dias para interposição de recursos. Eventuais recursos deverão ser apresentados nos termos do item 4.2.10 do edital.

Publique-se.

OSMAIR LEDERER
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:2AD36493

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 26.223, DE 26/06/2026 - CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO AO PREFEITO MUNICIPAL ALTAMIR SANSON

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo digital nº 1069/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrega do valor ao Prefeito Municipal, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 02.001.04.122.0002.2.004.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	***CPF***	***VALOR DO ADIANTAMENTO***
Altamir Sanson	*456.xxx.xxx-04*	*R$ 10.000,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:9BD5D494

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES AVISO DE SUSPENSÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 08/2026

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE SUSPENSÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 08/2026

AVISO DE SUSPENSÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 381/2026

Objeto: eventual aquisição de materiais de informática, visando atender as necessidades da Autarquia.
O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS por intermédio do Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 1.250 de 16/12/2025, torna público para ciência dos interessados a SUSPENSÃO do processo em epígrafe para retificação do Termo de Referência.

Informamos que todas as publicações relacionadas ao referido processo podem ser acompanhadas através do Portal da Transparência do RPPS que pode ser acessado pelo site: https://rppspalmeira.com.br/

Esclarecimentos e informações poderão ser obtidos pelo telefone (42) 3252-6798 ou pelo e-mail:compraselicitacoes@rppspalmeira.com.br.

Palmeira, 29 de junho de 2026.

ALLYNE ALVES DE PAULA
Agente de Contratação

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:9B9C2318

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 26.219, DE 29/06/2026 - ADIANTAMENTO HELOYSE HELENA SENDECK

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 605/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor (a), com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 10.001.12.122.0023.2.077.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1028

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Heloyse Helena Sendeck	*080.xxx.xxx-00*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:A1E8D8E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 26.220, DE 29/06/2026 - ADIANTAMENTO PRISCILA AGOTTANI

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 601/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor (a), com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 10.001.12.122.0023.2.077.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1028

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Priscila Agottani	*058.xxx.xxx-67*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:EDF2F875

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 26.221, DE 29/06/2026 - ADIANTAMENTO VITOR RODRIGUES DE LARA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 604/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 10.001.12.122.0023.2.077.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1028

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Vitor Rodrigues de Lara	*112.xxx.xxx-89*	*R$ 60,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F73846A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 26.222, DE 29/06/2026 - ADIANTAMENTO TABITA VANUSA RUPPEL

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 605/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:
Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:

Dotação: 10.001.12.122.0023.2.077.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1028

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Tabita Vanusa Ruppel	*052.xxx.xxx-63*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:AE49845E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.386 DE 29/06/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$30.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116 DE 25-07-2025– LDO e nº 6.216-2025 DE 18-12-2025– LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$30.000,00 (trinta mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216-2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
05.003.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ARRECADACAO IMOBILIARIA
05.003.04.129.0007.2.019. MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ARRECADACAO IMOBILIARIA
93 – 3.3.90.39.00.00 - 000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$30.000,00

Total Suplementação: R$30.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
05.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, FINANCAS E ORCAMENTO
05.001.04.123.0006.2.016. MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE
73 – 3.3.90.39.00.00 - 000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$30.000,00

Total Redução: R$30.000,00

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira Estado do Paraná, em 29 de Junho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:F6005276

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 19.384, DE 29 DE JUNHO DE 2026 - ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 18.178, DE 15 DE ABRIL DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere, bem como o contido nos Procedimentos Administrativos n° 608/2026;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os inciso I, II e III, alíneas *b* e *c* do art. 1º do Decreto nº 18.178, de 15 de Abril de 2025, que nomeia Agentes de Contratação, Equipe de Apoio e Comissão de Contratação Permanente, que serão responsáveis pela condução dos processos de despesa protocolados, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 1º** ----------*
I - Agentes de Contratação:
Denise Baggio, matrícula funcional nº 301581;
Osmair Lederer, matrícula funcional nº 301525;
Pregoeira: Maria Eduarda Ratko Jantara, matrícula funcional nº204335;
Suplente: Denise Baggio, matrícula funcional nº 301581;
II) Equipe de Apoio:
Osmair Lederer, matrícula funcional nº 301525;
Aline de Souza Rain, matrícula funcional nº 204093;
Daiane Americano da Cruz, matrícula funcional nº 203876;
III) Comissão de Contratação Permanente:
a) ----------
***b)** Membros:*
Denise Baggio, matrícula funcional nº 301581;
Maria Eduarda Ratko Jantara, matrícula funcional nº 204335;
c) ----------
----------"(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2026, permanecendo inalteradas as demais disposições constantes no Decreto nº 18.178, de 15 de Abril de 2025.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:2AED14CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.217, DE 29/06/2026 - ADIANTAMENTO ZAINE BASSANI ZACARQUIM DE OLIVEIRA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 514/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Diretora de Saúde, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.
Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Zaine Bassani Zacarquim de Oliveira	*728.xxx.xxx-00*	*R$ 300,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:057E69E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
PORTARIA Nº 26.218, DE 29/06/2026 - DESIGNA SERVIDORES COMO GESTOR E FISCAL DE CONVÊNIOS A SEREM CELEBRADOS COM A SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO.

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, com fundamento na Lei Orgânica Municipal, considerando o contido no Procedimento Administrativo n° 776/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Designa servidores como gestor e fiscal de Convênios a serem celebrados entre o Município e a Secretaria de Estado do Turismo, objetivando a realização de evento referente ao **dia do tropeiro**;

I - Gestor: Friedrich Norbert Kliewer, Secretário Municipal de Turismo, portador da cédula de identidade R.G nº 3.xxx.xxx-2, inscrito no CPF sob o nº 619.xxx.xxx-49;

II – Fiscal: Igor Henrique Michalski Moreira, Secretário Municipal de Cultura, portador da cédula de identidade R.G nº 8.xxx.xxx-3, inscrita no CPF sob o nº 037.xxx.xxx-05.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, 29 de junho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:D39A0DD7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 1091/2026
O Secretário Municipal de Esporte do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: LUCAS PRESTES DE OLIVEIRA
MATRÍCULA: N°54900
CARGO: Chefe de divisão de treinamento desportivo
CPF N° 106.614.679.96
OBJETIVO DA VIAGEM: LEVAR DUAS ATLETAS QUE REPRESENTARÃO O MUNICÍPIODE PALMITAL NA SEGUNDA FASE REGIONAL DOS JOGOS DA JUVENTUDE
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 22/06/2026
Data de Retorno: 22/06/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO: SANTA-HELENA -PR **Código do IBGE**: 4123501
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99- outros objetos não ligados ao TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 1 PERNOITE: ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS)
VALOR TOTAL R$: 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS)

Palmital/PR, 22 de Junho de 2026

ADRIANA NALDONY FRANCO DE SOUZA
Secretária Municipal de Esporte

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:02A40AE3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 1092/2026
O Secretário Municipal de Esporte do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: JESSICA THAUELI BARBOSA
MATRÍCULA N° 54328
CARGO: Chefe de divisão de fiscalização
CPF N° 114.689.039-77
OBJETIVO DA VIAGEM: ACOMPANHAR MOTORISTA PARA LEVAR DUAS ATLETAS QUE REPRESENTARÃO O MUNICÍPIODE PALMITAL NA SEGUNDA FASE REGIONAL DOS JOGOS DA JUVENTUDE
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 22/06/2026
Data de Retorno: 22/06/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO: SANTA-HELENA -PR **Código do IBGE**: 4123501
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99- outros objetos não ligados ao TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 1 PERNOITE: ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS)
VALOR TOTAL R$: 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS)

Palmital/PR, 22 de Junho de 2026

ADRIANA NALDONY FRANCO DE SOUZA
Secretária Municipal de Esporte

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:E2F59A67

PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALMITAL
PORTARIA N.º 021/2026

PORTARIA N.º 21/2026

SÚMULA: Concede Gratificação Incentivo Especialização a Servidor Público da PALMITALPREV e dá outras providências.

A Diretora Presidente da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palmital, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Incentivo a Especialização em Grau de Mestrado no percentual de 20% (vinte por cento) sobre os vencimentos ao Procurador Jurídico **ALDECI SANDRO PIEROG**, matrícula n. 181-1, na forma do art. 18, parágrafo único, II, da Lei Municipal n. 1.012/2016.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 29 de junho de 2026.

Registre-se e publique-se

Palmital, 29 de junho de 2026.

ROSILDA MARIA VARELA
Presidente - PALMITALPREV

Publicado por:
Elisangela Martins Dos Santos
Código Identificador:006DE797

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 691/2026

"Decreta a perda do mandato de vereadora da Sra. Marilis Rocha da Silva."

Art.1º - Fica decretada a perda do mandato de vereadora da Sra. Marilis Rocha da Silva tendo em vista o ofício nº 109/2026 – 5ª ZE/PR, oriundo do Juízo da 5ª Zona Eleitoral da Comarca de Paranaguá, o qual comunicou à Câmara Municipal de Paranaguá o resultado da votação e os eleitos tendo em vista a realização da cerimônia de retotalização de votos para as Eleições proporcionais - 2024.
Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação .

PARANAGUÁ, "PALÁCIO CARIJÓ", em 26 de junho de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

IRINEU JOSÉ DA CRUZ ALVES
1º Secretário

GISLEINE DO NASCIMENTO BENTO SILVA
2ª Secretária

Publicado por:
João Nunes da Silva Júnior
Código Identificador:052B785D

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA 48/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 048/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025,

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - MAGISTÉRIO**

NOME DO SEGURADO: **MARIA APARECIDA DA SILVEIRA RAIMUNDO**

CARGO OCUPADO: **PROFESSORA – PROFE20N17-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
1.838.694-1	826.136.569-72	9959-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente – Normal (Magistério), Art. 40, §5 da CF – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição. Proventos integrais à aplicação da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.

VALOR DO PROVENTO: R$ 4.241,05 (quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e cinco centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
94398/2025	27/11/2025	01/03/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:		CNPJ:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ		76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 02 de março de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

***Republicado por incorreção**

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:02B49334

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA 49/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 049/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025,

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - MAGISTÉRIO**

NOME DO SEGURADO: **ISABEL LAIS NASCIMENTO**

CARGO OCUPADO: **PROFESSORA – PROFB20N13-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
3.507.851-7	507.965.939-49	3283-01	Financeiro Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente – Normal (Magistério), Art. 40, §5 da CF – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição. Proventos integrais à aplicação da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.

VALOR DO PROVENTO: R$ 3.070,25 (três mil e setenta reais e vinte e cinco centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
101898/2025	18/12/2025	01/03/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:	**CNPJ:**	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ	76.017.458/0001-15	

PARANAGUÁ, 02 de março de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

***Republicado por incorreção**

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:652F0DBA

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA 50/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 050/2026
O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025;

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA POR IDADE**

NOME DO SEGURADO: **MARIA RAQUEL DOS SANTOS LEE**

CARGO OCUPADO: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – A4012-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
2.011.928-4	380.355.459-49	6799-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006, Decreto 1.730, de 14 de março de 2007, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004 e Artigo 40, §1º, inciso III, "b" da CF.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente – Por Idade. Artigo 40, §1º, inciso III, "b" da CF – Voluntária por Idade. Proventos proporcionais ao tempo de serviço. 90,8858**%** da Média Aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994.

VALOR DO PROVENTO: R$ 2.176,92 (dois mil, cento e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
98334/2025	09/12/2025	01/03/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:		**CNPJ:**
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ		76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 02 de março de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

***Republicado por incorreção**

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:8370762A

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA 60/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 060/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025,

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.**

NOME DO SEGURADO: **MARIO PERCEGONA**

CARGO OCUPADO: **MÉDICO CLÍNICO GERAL – EM20A20-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
900.064-0	170.438.249-15	3414-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente Normal, Art. 40, §1º, inciso III, "a" da CF – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição. Proventos integrais à aplicação da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.

VALOR DO PROVENTO: R$ 15.173,29 (quinze mil, cento e setenta e três reais e vinte e nove centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
89508/2025	11/11/2025	06/03/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:	**CNPJ:**	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ	76.017.458/0001-15	

PARANAGUÁ, 06 de março de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

***Republicado por incorreção**

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:F4397029

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA 68/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 068/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025;

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA POR INVALIDEZ – CÁLCULO PROPORCIONAL**

NOME DO SEGURADO: **AMAURI BILIERI**

CARGO OCUPADO: **MÉDICO GINECOLOGISTA – EM20A12-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
1.776.448-9	280.883.019-04	6119-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006, Decreto 1.730, de 14 de março de 2007, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004 e Artigo 40, § 1º, inciso I da CF.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente – Invalidez – Proporcional, Artigo 40, §1º, inciso I da CF. Proventos proporcionais ao tempo de contribuição. **54.7397% da Média Aritmética** simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitado ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.

VALOR DO PROVENTO: R$ 8.556,58 (oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
44.024/2024	04/07/2024	01/04/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:		CNPJ:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ		76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 31 de março de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

***Republicado por incorreção**

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:39057354

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA 70/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 070/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025;

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA POR INVALIDEZ – CÁLCULO INTEGRAL**

NOME DO SEGURADO: **THIMOTEO ALVES MARINHO NETO**

CARGO OCUPADO: **AGENTE OPERACIONAL – A4008-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
3.035.173-8	321.573.399-49	10271-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006, Decreto 1.730, de 14 de março de 2007, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004 e Artigo 40, § 1º, inciso I da CF.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente – Invalidez – Integral, Artigo 40, §1º, inciso I da CF. Proventos integrais à aplicação da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.

VALOR DO PROVENTO: R$ 2.290,05 (Dois mil, duzentos e noventa reais e cinco centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
54.921/2025	23/07/2025	01/04/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:		CNPJ:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ		76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 31 de março de 2026

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

***Republicado por incorreção**

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:F6D81F0C

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 66/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 066/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025;

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA COMPULSÓRIA.**

NOME DO SEGURADO: **MAURO MATTOS**

CARGO OCUPADO: **AGENTE OPERACIONAL – A4012-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
6.262.414-0	668.507.038-20	6946-02	Financeiro Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente – Compulsória, Art. 40, §1º, inciso II da CF. 54,8885% da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994.

VALOR DO PROVENTO: R$ 1.556,69 (um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012. Para efeito de recebimento, por força do § 3º, do artigo 39, c/c artigo 7º, inciso VII, da Constituição Federal, deverá ser pago o valor correspondente a 01 (um) salário mínimo nacional vigente.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
5533/2026	03/02/2026	19/03/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:	CNPJ:	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ	76.017.458/0001-15	

PARANAGUÁ, 19 de março de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

***Republicado por incorreção**

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:5406A362

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.494

PORTARIA Nº 2.494

"Aplica punições disciplinares em ficha funcional à servidora Yiramys Barbara Alvarez Lebroc."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 203, de 10 de novembro de 2017 e o Decreto Municipal nº 897/2018,

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, constante do processo administrativo nº 53.442/2024;

CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 160, inciso I, da Lei Complementar nº 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá),

RESOLVE:

I - ADVERTIR em ficha funcional, a servidora YIRAMYS BARBARA ALVAREZ LEBROC, matrícula n° 13.010-7, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

II - Determinar que o Departamento de Políticas de Pessoal, da Secretaria Municipal de Administração, proceda as anotações necessárias em ficha funcional e que dê ciência à servidora e ao seu órgão de origem do contido nesta Portaria.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 29 de junho de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B8ED71A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.496

PORTARIA Nº 2.496

“Relota o servidor municipal Luciano Gomes Camizão para o órgão que especifica.”

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 203/2017, e o Decreto Municipal n° 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Portaria nº 314/2017, e tendo em vista o contido no protocolado n° 46.646/2026,

RESOLVE:

I - Relotar o servidor LUCIANO GOMES CAMIZÃO, ocupante do cargo de Agente Operacional, matrícula nº 12.157-1, na Secretaria Municipal de Esportes e Juventude.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 29 de junho de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:09BD721A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.497

PORTARIA Nº 2.497

"Determina o arquivamento de processo administrativo."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com dispositivos da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal); a regulamentação constante do Decreto Municipal nº 254/2017, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 20.356/2025,

RESOLVE:

I - Determinar o arquivamento do Processo Administrativo nº 20.356/2025, nos termos do inciso I do § 1º do art. 179 da Lei Complementar nº 46/2006, instaurado pela Portaria nº 1.279, de 04 de setembro de 2025, em virtude da conclusão dos trabalhos.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 29 de junho de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:E9797F00

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO CHAMADA PÚBLICA Nº 011/2026 PROCESSO Nº 36.226/2026

A Prefeitura Municipal de Paranaguá-Pr, por intermédio da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, através da Comissão Permanente de Contratação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 3.370/2013, do Decreto Municipal nº 4.319/2023, da legislação municipal aplicável, torna público, através deste, que realizará o Chamamento Público para Seleção Pública de entidades sem fins lucrativos para a concessão de Autorização de Uso não onerosa, precária, personalíssima, intransferível e temporária de espaços públicos destinados à comercialização de produtos e à prestação de serviços durante os eventos promovidos pelo Município de Paranaguá, compreendendo os espaços estabelecidos no edital e termo de referência.
As inscrições para a Seleção com toda documentação exigida no edital, deverá ser realizada (obrigatoriamente) no endereço eletrônico, site: https://paranagua.atende.net/autoatendimento/servicos/e-inscricao-selecao-de-organizacoes-da-sociedade-civil-ciclo-festivo-2026 a partir de 28 (vinte e oito) de Junho 2026 à 15 (quinze) de Julho de 2026.
O inteiro teor do edital, poderá ser retirado no endereço: Rua Júlia da Costa, 322 – Centro – Palácio São José – Paranaguá-Pr, 1º andar - Comissão Permanente de Contratação, das 08h:00 às 11h:00 e das 13h:00 às 18h:00, também, através do site: www.paranagua.pr.gov.br – no link chamada pública. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Contratação, através do e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br ou através do telefone 41-3721-1825.
PARANAGUÁ, 28 DE JUNHO DE 2026.

SHEILA DA ROSA MARIA
Comissão Permanente de Contratação

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:2E6167FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026
PROCESSO Nº 24.511/2026
DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL: 29/06/2026
A Prefeitura do Município de Paranaguá comunica a Retificação da publicação em epígrafe.
Onde se lê: Art. 1º - O Pregoeiro **Jean André Nascimento** será substituído, em virtude da redistribuição equitativa de processos, pelo

Sr. Jean André Nascimento, que exercerá a função no Pregão Eletrônico nº 033/2026 – Registro de Preços nº 025/2026 e todas as competências a ela atribuídas.
Leia-se: Art. 1º - O Pregoeiro **Leandro Lino Rolim** será substituído, em virtude da redistribuição equitativa de processos, pelo Sr. Jean André Nascimento, que exercerá a função no Pregão Eletrônico nº 033/2026 – Registro de Preços nº 025/2026 e todas as competências a ela atribuídas.
A Retificação ora mencionada se faz necessária pelo fato de ter havido erro de digitação no momento de elaborar do documento de substituição de Pregoeiro.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Comissão Permanente de Contratação, na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 29 de junho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:F8390EC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 050/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - CNPJ nº 76.017.458/0001-15.
ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE EQUOTERAPIA E INCLUSÃO EQUESTRE-APEIE – CNPJ: 29.284.695/0001-62

Objeto: "Contratação de Serviços de Treinamento, modo presencial, no Município de Curitiba Pr, para Capacitação de servidores públicos municipais, na área do curso que se pretende realizar, com o tema: "XV CURSO BÁSICO DE EQUOTERAPIA DE PONTA GROSSA", contribuindo para o fortalecimento das competências, aperfeiçoamento das atividades e procedimentos, considerando que o Município desenvolve e executa ações vinculadas ao Programa Municipal de Equoteraia, fortalecendo a atuação interdisciplinar e melhoria contínua da qualidade de atendimento prestado à população". Com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea f, e, inteiro teor do processo administrativo nº nº 37.663/2026, em atendimento da Secretaria Municipal de Inclusão.

Processo Administrativo nº: 37.663/2026

Valor total da Contratação: R$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais)

Dotação orçamentária: - 28.001.2300.004.0122.030.3339039.4800.1000

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 26/06/2026

HALLESON RICARDO STIEGLITZ
Secretário Municipal de Inclusão

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:624C9972

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 050/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento – Inexigibilidade de Licitação nº 050/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/21.
Em consequência homologo o presente procedimento.
Paranaguá, 26 de junho de 2026.

HALLESON RICARDO STIEGLITZ
Secretário Municipal de Inclusão

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:E32EF61C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Os Secretários Municipais de Paranaguá – Pr, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 831/2018.

R E S O L V E M:

I. Pelo presente instrumento, com base no art. 71 IV da Lei Federal nº 14.133/21, adjudicar e homologar os itens do objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026,** proferido pela Agente de Contratação/Pregoeira, nomeada pelo Decreto nº 1.203/2025, sobre o Processo Licitatório acima denominado, dando outras providências.

II. Ficam adjudicados e homologados os julgamentos dos itens do referido processo licitatório às licitantes vencedoras: **Itens:** 01, 02, 03, 05, 06, 08, 18, 27, 28, – **Empresa:** FGS COMERCIAL LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 39.988.022/0001-47; **Itens:** 09, 10, 12, 13 – **Empresa:** E. ANTONINI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 58.545.693/0001-88; **Item:** 04 – **Empresa:** INVICTUS FIRE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 12.118.086/0001-30; **Item:** 11 – **Empresa:** JP EXTINTORES COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS – **CNPJ/MF** sob nº 18.375.226/0001-32; **Item:** 07 – **Empresa:** 48.840.445 CLEMILTON CHAVES GIL – **CNPJ/MF** sob nº 48.840.445/0001-06; **Itens:** 14, 15, 16, 17, 20, 23, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 – **Empresa:** DEFESA SISTEMAS CONTRA INCÊNDIO LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 85.241.693/0001-67; **Itens:** 19, 22, 24, 25, 26 – **Empresa:** 100 LIMITES EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO – **CNPJ/MF** sob nº 58.190.337/0001-99; **Item:** 21 – **Empresa:** KPC EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 43.564.630/0001-00. Ficando assim adjudicados e homologados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o Processo Licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026**, que tem por objeto: **"Aquisição e Contratação de Equipamentos para Combate e Prevenção de Incêndio, em atendimento as Secretarias Municipais de Paranaguá"**, de acordo com o quantitativo e especificações contemplados no Termo de Referência do edital licitatório, e inteiro teor do Processo Administrativo nº 94.841/2025.

III. Este Termo de Adjudicação e Homologação entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 25 de junho de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO	***CHRISTIANA SANTOS ROSA***
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral	Secretária Municipal de Serviços Urbanos
FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS	***CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA***
Secretário Municipal de Segurança	Secretário Municipal de Trabalho e Inovação
LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA	***DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO***
Secretário Regional da Ilha dos Valadares	Secretário Municipal de Saúde
MARCIO LUIS PEDRERO VEGA	***CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA***
Secretário Municipal do Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca	Secretário Municipal de Administração
JOSÉ MIGUEL PEREIRA	***EDUARDO FELIPE MIRANDA***
Secretário Municipal de Esportes e Juventude	Secretário Municipal de Obras Públicas
JOSÉ REIS DE FREITAS NETO	***CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO***
Secretário Municipal de Cultura e Turismo	Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:32D3C30E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 050/2026

O Secretário Municipal de Inclusão de Paranaguá, no uso de suas atribuições legais, que disciplina o Decreto 831/2018;

R E S O L V E:

I. Fica homologado o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 050/2026, que tem por objeto: "Contratação de Serviços de Treinamento, modo presencial, no Município de Curitiba Pr, para Capacitação de servidores públicos municipais, na área do curso que se pretende realizar, com o tema: "XV CURSO BÁSICO DE EQUOTERAPIA DE PONTA GROSSA", contribuindo para o fortalecimento das competências, aperfeiçoamento das atividades e procedimentos, considerando que o Município desenvolve e executa ações vinculadas ao Programa Municipal de Equoterapia, fortalecendo a atuação interdisciplinar e melhoria contínua da qualidade de atendimento prestado à população". Com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea f, e, inteiro teor do processo administrativo nº nº 37.663/2026, em atendimento da Secretaria Municipal de Inclusão.

II. Adjudico o termo de fomento a Contratada: **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE EQUOTERAPIA E INCLUSÃO EQUESTRE-APEIE – CNPJ: 29.284.695/0001-62**

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

PARANAGUÁ, 26 de junho de 2026.

HALLESON RICARDO STIEGLITZ
Secretário Municipal de Inclusão

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:A8F1ACA5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 023/2026

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao Sr. Yuri Borges Pascoini, servidor deste Poder Legislativo Municipal, 10 dias de férias regulamentares a partir do dia 30 de junho de 2026, referentes ao período aquisitivo de 16/01/2025 a 16/01/2026, devendo retornar ao serviço no dia 10 de julho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se
Publique-se.

Câmara Municipal de Paranavaí,
em 29 de junho de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:E76AFC63

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO CC 10-2026

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Contratada: INTELTESLA MANUTENÇAO DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 39.879.920/0001-67
Objeto: CONTRATAÇÃO SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇAO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS
Dotação Orçamentária: [2026]
16 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390391700000000000.2001
Prazo de Vigência: 17/06/2026 a 17/06/2027.
Valor: R$340.999,96 (Trezentos e quarenta mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
TIPO/Nº: Contrato nº 10/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 23 de junho de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:171D4697

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
RESOLUÇÃO 10/2026

RESOLUÇÃO Nº 10/2026

Institui e regulamenta a Tabela de Valores para o serviço de Teleconsulta na especialidade de Neuropediatria e estabelece as diretrizes para a sua prestação no âmbito do CIS/AMUNPAR.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/Amunpar, Sr. **Ulisses de Souza,** no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias,
CONSIDERANDO a significativa demanda reprimida por atendimentos especializados em neuropediatria, superior a 2.000 consultas, que afeta os 28 municípios consorciados, conforme demonstrado no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 004/2026;
CONSIDERANDO a escassez de profissionais com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Neuropediatria na região, o que torna a telemedicina a solução técnica mais viável, segura e eficiente para ampliar o acesso e reduzir as filas de espera;
CONSIDERANDO a autorização para a deflagração do processo de Credenciamento para Teleconsulta em Neuropediatria, exarada no Despacho Decisório da Presidência, referente ao Processo Administrativo nº 2027/2026;
CONSIDERANDO a deliberação e concordância dos gestores municipais de saúde, conforme registrado na Ata da 1ª Reunião do CRESEMS da 14ª Região de Saúde, realizada em 19 de fevereiro de 2026, que pactuaram o valor e a modalidade da contratação;
CONSIDERANDO a estrita necessidade de que a prestação de serviços de telemedicina observe as normas éticas e técnicas vigentes, em especial a **Resolução CFM nº 2.314/2022**, que regulamenta a telemedicina, a **Resolução CFM nº 2.299/2021**, que normatiza a emissão de documentos médicos eletrônicos, e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD);
CONSIDERANDO a existência de um **Protocolo de Teleconsulta em Neuropediatria** elaborado pelo corpo técnico do CIS/AMUNPAR, que estabelece os fluxos e diretrizes clínicas para o serviço;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído, no âmbito do CIS/AMUNPAR, o serviço de **Teleconsulta na especialidade de Neuropediatria**, a ser ofertado aos usuários dos 28 municípios consorciados por meio de credenciamento de pessoas jurídicas especializadas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
Art. 2º A remuneração para o serviço de que trata o Art. 1º desta Resolução obedecerá ao valor fixado na Tabela de Procedimentos constante no **Anexo Único** deste ato.

Art. 3º A prestação do serviço de teleconsulta deverá observar rigorosamente as diretrizes assistenciais estabelecidas no **Protocolo de Teleconsulta em Neuropediatria do CIS/AMUNPAR**, bem como as normativas do Conselho Federal de Medicina, em especial a Resolução CFM nº 2.314/2022 e a Resolução CFM nº 2.299/2021, além das disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paranavaí/PR, 26 de junho de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

ANEXO ÚNICO – TABELA DE PROCEDIMENTOS E VALORES		
CÓDIGO	**PROCEDIMENTO**	**VALOR UNITÁRIO (R$)**
03.01.01.030-7	TELECONSULTA MÉDICA NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (NEUROPEDIATRIA)	115,85

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:220C6B0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 134/2026

Dispõe sobre a convocação dos candidatos nomeados no Concurso Público nº 001/2025.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 001/2025, nomeados nos termos da **PORTARIA MUNICIPAL nº 1169/2026**, a comparecerem junto à Diretoria Especial de Recursos Humanos **ATÉ O DIA 17 DE JULHO DE 2026**, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
3º	VIVIANE CRISTINA DE OLIVEIRA BANDINI	XXX.707.889-XX	AFRO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - COLONINHA			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
1º	PATRICIA AMARA DA SILVA	XXX.219.499-XX	AMPLA
2º	ZENIRA ZACARIAS FERREIRA	XXX.591.169-XX	AMPLA

ANALISTA ADMINISTRATIVO			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
6º	LÚCIA FERREIRA DOS SANTOS DA CRUZ	XXX.044.419-XX	AFRO
28º	NICOLAS FERNANDES CARDOSO	XXX.264.579-XX	AMPLA
29º	SARAH GALLETTI DA SILVA	XXX.429.669-XX	AMPLA
30º	VIVIANE DA PAIXAO ARENGUE	XXX.093.379-XX	AMPLA

FISCAL AMBIENTAL			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
1º	GABRIEL ISAQUE VENANCIO MACEDO	XXX.761.459-XX	AMPLA

MOTORISTA			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
19º	ZELDIR GONCALVES GARCETE	XXX.557.389-XX	AMPLA

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
O candidato devera se apresentar junto a Diretoria Especial de Recursos Humanos, munidos dos documentos e exames abaixo relacionados:
a) 01 (uma) foto 3x4 (atualizada dos últimos 12 meses);

b) Carteira de identidade e CPF – cópia e original ou cópia autenticada;

c) Carteira Nacional de Habilitação D ou E – cópia e original ou cópia autenticada;

d) Certidão de Nascimento (quando for solteiro) ou casamento ou declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso), ou ainda com averbação de óbito se viúvo – cópia e original ou cópia autenticada;

e) Título de eleitor com quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa da ausência – cópia e original ou cópia autenticada;

f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino) - cópia e original ou cópia autenticada;

g) Comprovante de PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

h) Certidão de nascimento dos dependentes ou termo de guarda ou tutela ou termo de adoção (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

i) CPF dos dependentes (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

j) Documentos dos dependentes, conforme item 23.3 do Edital de Abertura – cópia e original ou cópia autenticada:

K) Comprovante de residência no nome do candidato com o CEP, ou comprovante do vínculo anexo ao comprovante de residência, ou ainda declaração junto ao contrato de aluguel, se for o caso – cópia e original ou cópia autenticada;

l) Ficha de cadastro (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

m) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

n) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:
I – Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;
II – Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
III – Carga horária do outro vínculo;
IV – Horário de trabalho do outro vínculo;
V – Remuneração do outro vínculo.

o) Certidão que não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

p) Declaração de bens e imóveis; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

q) Última declaração de imposto de renda, com o recibo de entrega na Receita Federal – cópia e original ou cópia autenticada;

r) Declaração de enquadramento na Lei Municipal nº 3.891/2012; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

s) Declaração de nepotismo (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

t) Declaração que não tem sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar ou de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou de entidade de esfera Federal, Estadual ou Municipal.

u) Declaração Negativa de Cargo ou Emprego Público (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos)

v) Certidão que não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

w) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo e o registro no Conselho de Classe, quando for o caso. Para comprovação da escolaridade serão aceitas fotocópias acompanhadas dos originais do diploma registrado ou certificado acompanhado de histórico escolar, reconhecidos pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – CNE ou Secretárias ou Conselhos Estaduais de Educação;

x) Carteira de trabalho – folhas onde constem o número e a série, caso de registro, a folha com a data do 1º emprego, número do PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

y) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão providenciar as certidões abaixo relacionadas:

I – Certidão cível da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico:
https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php

II – Certidão cível da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
***Requisitado no Fórum da Comarca que em que tenha residência nos últimos 5 anos.**

III – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – SINIC, expedida pelo endereço eletrônico: https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/

IV – Certidão criminal da Justiça Militar Federal (residência dos últimos 5 anos), se exerceu ou exerce cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico:
https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa

***Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Federal o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo I do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**

V – Certidão criminal da Justiça Militar Estadual (residência dos últimos 5 anos), se exerceu cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico: https://www.tjmrs.jus.br/certidoes/
https://tjmmg.jus.br/certidao-negativa/
https://certidoes.tjmsp.jus.br/#/

***Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Estadual o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo II, do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**

VI – Certidão do Tribunal de Justiça do Estado (residência dos últimos 5 anos), se ocupou cargo de Deputado Estadual, Vice-governador do Estado, Prefeito, Secretário de Estado, Juiz de Direito, Juiz de Direito Substituto, membro do Ministério Público, disponível no endereço eletrônico:

***Caso o servidor não tenha exercido cargos previstos acima, o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo III do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**

VII – Certidão criminal da Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor

VIII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N

IX – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas do Estado (residência nos últimos 5 anos);

X – Certidão do Conselho Nacional de Justiça do Cadastro Nacional de Condenações Civis por ato de improbidade administrativa – CNIA, disponível no endereço eletrônico: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

EXAMES MÉDICOS:
O candidato deverá apresentar todos os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas.

a) Radiografia do Tórax em PA e Perfil (com laudo e assinatura do médico Radiologista);
b) Radiografia de Coluna Cervical, Torácica e Lombar (com laudo e assinatura do médico radiologista);
c) Eletrocardiograma (com laudo, carimbo e assinatura do médico Cardiologista);
d) Hemograma;
e) Glicose de Jejum;
f) Hemoglobina Glicada;
g) Provas de função hepática (TGO, TGP, Gama GT, Fosfatase Alcalina, Bilirrubina Total e Frações, Eletroforese de Proteínas);
h) Tipagem sanguínea;
i) Creatinina;
j) Sorologia para doença de chagas (detecção por 2 métodos distintos: IgG Quimioluminescência e Imunofluorescência Indireta);
k) VDRL;
l) Colpocitologia Oncótica Parasitária (para mulheres);
m) PSA (para homens acima de 45 anos);
n) Teste de Esforço (Esteira ou Bicicleta) - Com laudo do médico cardiologista (candidatos a partir de 40 anos);
o) Sangue oculto nas fezes (candidatos a partir de 50 anos);
p) Ficha de exame admissional (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

Além dos exames citados acima, o candidato deverá apresentar os exames de acordo com a especificidade do cargo.
a) Cargos da área da saúde:
• Anti-HBS;
• HBsAG;
• Anti-HCV.

b) Cargo de Cozinheiro:
• Parasitológico de fezes.

c) Cargo de Motorista:
• Audiometria;
• Eletroencefalograma.

PARECERES ESPECIALIZADOS (ANEXO V DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 01.001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2025):

•
Agente de Combate a Endemias: Parecer Psiquiátrico, Oftalmológico e Dermatológico (com o carimbo e RQE do especialista);

•

Agente Comunitário de Saúde: Parecer Psiquiátrico, Oftalmológico e Dermatológico (com o carimbo e RQE do especialista);

•
Analista Administrativo: Parecer Psiquiátrico, Oftalmológico (com o carimbo e RQE do especialista);

•
Fiscal Ambiental: Parecer Psiquiátrico, Oftalmológico e Dermatológico (com o carimbo e RQE do especialista);

•
Motorista: Parecer Psiquiátrico, Oftalmológico (com o carimbo e RQE do especialista);

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A Avaliação Médica Admissional será realizada pela Medicina do Trabalho da Prefeitura, após a entrega de todos os documentos e exames;

II - Os documentos e exames listados nos itens anteriores deverão ser entregues na Diretoria Especial de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paranavaí e, em caso de não comparecimento no citado prazo, o convocado será considerado como desistente da vaga;

III - O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, na forma e no prazo descrito no item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025;

IV - O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 16 de abril de 2025.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 29 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:93A610DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 156/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRA. EDIMARA ALINE DENARDI DE OLIVEIRA PAZ.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.717/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGO: AGENTE DE CONSERVAÇÃO
CONTRATADA: EDIMARA ALINE DENARDI DE OLIVEIRA PAZ
CPF/MF: XXX.495.208-XX
SALÁRIO BASE: R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 07 DE ABRIL DE 2026 A 26 DE JUNHO DE 2026
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:C2100E9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 1169/2026

Dispõe sobre a nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2025.

Considerando *a Lei Municipal nº 5.585/2026, que dispõe sobre a ampliação de vagas na Administração Pública;*
Considerando *o Processo Digital nº 31662/2026, no qual a servidora solicita exoneração do cargo de Agente de Combate a Endemias;*

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados em virtude da sua aprovação no **Concurso Público nº 001/2025**, homologado e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 15 de outubro de 2025.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
3º	VIVIANE CRISTINA DE OLIVEIRA BANDINI	XXX.707.889-XX	AFRO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - COLONINHA			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
1º	PATRICIA AMARA DA SILVA	XXX.219.499-XX	AMPLA
2º	ZENIRA ZACARIAS FERREIRA	XXX.591.169-XX	AMPLA

ANALISTA ADMINISTRATIVO			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
6º	LÚCIA FERREIRA DOS SANTOS DA CRUZ	XXX.044.419-XX	AFRO
28º	NICOLAS FERNANDES CARDOSO	XXX.264.579-XX	AMPLA
29º	SARAH GALLETTI DA SILVA	XXX.429.669-XX	AMPLA
30º	VIVIANE DA PAIXAO ARENGUE	XXX.093.379-XX	AMPLA

FISCAL AMBIENTAL			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
1º	GABRIEL ISAQUE VENANCIO MACEDO	XXX.761.459-XX	AMPLA

MOTORISTA GERAL			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
19º	ZELDIR GONCALVES GARCETE	XXX.557.389-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 29 DIAS DE JUNHO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:6BB9B7A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.188/2026

Dispõe sobre a exoneração, a pedido de servidor, do cargo efetivo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família.

Considerando *o requerimento protocolado sob nº 35984/2026, no qual o servidor solicita exoneração do cargo de Psicólogo;*

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, a pedido, o servidor **RODRIGO TADDEU DA SILVA,** matrícula nº 9294-1, nomeado pelo Decreto Municipal nº 18.298/2017, do cargo efetivo de **PSICÓLOGO,** junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família.
Parágrafo único. A exoneração do servidor citado no *caput* dar-se-á a partir de 27 de junho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 29 DIAS DE JUNHO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:702C3925

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.189/2026

Dispõe sobre a exoneração, a pedido de servidor, do cargo efetivo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Considerando *o requerimento protocolado sob nº 36019/2026, no qual a servidora solicita exoneração do cargo de Agente Administrativo;*

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, a pedido, a servidora **ELLEN JULIANE DE ARRUDA,** matrícula nº 8233-1, nomeada pelo Decreto Municipal nº 15.572/2014, do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** junto à Secretaria Municipal de Administração.
Parágrafo único. A exoneração da servidora citada no *caput* dar-se-á a partir de 30 de junho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 29 DIAS DE JUNHO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:B7D50AFD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 571/2026

DECRETO 571/2026

Dispõe sobre a instituição da Comissão de Seleção e Análise de Editais de fomento da PNAB referentes a Lei Federal nº 14399/2022 - Política Nacional Aldir Blanc - do Munícipio de Paulo Frontin e dá outras providencias.

IRENEU INACIO ZACHARIAS, Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA
Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Seleção e Análise de Editais de fomento da PNAB (Política Nacional Aldir Blanc), que será integrada por 04 (quatro) membros, paritária (ou seja, metade do Poder Executivo e metade da sociedade civil), definida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desposto:

PRESIDENTE DA COMISSÃO:
Cleoneia Fiamoncini CPF: XXXXXX61900 – Representante Governamental - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Presidente;

MEMBROS:
Hélio Gawlouski CPF: XXXXXX99972 – Representante da Sociedade Civil / Representante Técnica de Artes;
Luciane Gawlouski CPF: XXXXXX20953 – Representante da Sociedade Civil
Janice Aparecida Gueller CPF: XXXXXX72966 -– Representante Governamental
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 26 de junho de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:9886E4A1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº58/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº58/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, inscrito no CNPJ nº 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA: ANTONIO PRZYBYSZ SOBRINHO pessoa física, inscrita no CPF/MF sob o nº 51*.***.***-04
OBJETO: Locação de Imóvel Urbano Residencial (Aluguel Social), classificado como Benefício Eventual de natureza suplementar e temporária, destinado ao atendimento habitacional de emergência da Sra. N. A. D. (inscrita no CPF/MF sob o nº 06*.***.***-81), em virtude de situação de vulnerabilidade social crítica..
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR TOTAL: R$ 3.000,00 (três mil reais).
VIGÊNCIA: 30 de setembro de 2026.
DATA DA ASSINATURA:26 de junho de 2026.

Paulo Frontin/PR, 29 de junho de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:17C048B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2026

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 004/2026

1º ADITIVO AO CONTRATO DE OBRA PÚBLICA POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA DGT CONSTRUÇÕES LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Douglas Lietz, Decreto 147/2026, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **DGT CONSTRUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.117.408/0001-62, estabelecida na Rua Manoel Claudino Barbosa, nº 1806, Bairro Pioneiros em Fazenda Rio Grande/PR, Cep: 83833-080, telefone (41) 3358-0755, (41) 99212-4800, e-mail: construtoradgt@gmail.com; neste ato representado pela Sra. Ana Carolina Irulegui, portador do CPF nº 047.xxx.659-xx, residente na cidade de São Bento do Sul/SC, denominado **CONTRATADO**, resolvem **FIRMAR TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 047/2026, nos termos da Lei nº 14.133/21 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: O prazo de execução e vigência ficam prorrogados conforme abaixo:

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias de 09/07/2026 a 06/10/2026

PRAZO DE VIGÊNCIA: 275 (duzentos e setenta e cinco) dias de 09/07/2026 a 09/04/2027

Cláusula Segunda: As demais clausulas permanecem inalteradas.

Piên/PR, 26 de junho de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:94E9DEE0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°216 DE 29 DE JUNHO DE 2026

DECRETO N.º 216 DE 29 DE JUNHO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 5.000,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 5.000,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
08	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**	
08.001	**EDUCAÇÃO**	
12.361.9.2.20	**GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
3.3.90.93.00.00	**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**	
2301	**0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica**	**5.000,00**
	SUBTOTAL	**5.000,00**
	TOTAL	**5.000,00**

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....5.000,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	EDUCAÇÃO	
12.361.9.2.20	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2250	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....5.000,00
Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 29 de junho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:7809265F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 032/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 01/2023

EDITAL 032/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Concurso Público - Edital nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:
Convocar os candidatos a seguir relacionados para comparecer na Área de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **30 de junho de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Professor

Classificação	Nome do Candidato
74º	ROSELI MÜLLER ZAPPE

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, 29 de junho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:0FD57796

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ERRATA AO CONTRATO Nº 027/2026

ERRATA AO CONTRATO Nº 027/2026
CONCORRÊNCIA 014/2025

CONTRATANTE: Município de Piên, Estado do Paraná, com sede à Rua Amazonas, nº 373, Centro, inscrito no CGC/MF nº 76.002.666/0001-40, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Maicon Grosskopf, portador da Cédula de Identidade RG nº 10094176-7 e do CPF/MF nº 080.278.589-17, e

Onde lê-sê: CONTRATADA: CONSÓRCIO PROGRESSO liderada pela empresa PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA a qual tem a incumbência de representar o Consórcio junto ao Municipio de Piên/PR e a segunda participante do Consórcio DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Leia-se: CONTRATADA: CONSÓRCIO PROGRESSO CNPJ: 65.409.921/0001-58 constituído pelas empresas PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA (lider 75%) inscrita no CNPJ 32.750.290/0001-87 sediada em Guarapuava/PR e DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 03.222.465/0001-85 com endereço em Francisco Beltão/PR.

OBJETO: Pavimentação de Estrada Rural em Concreto de Cimento Portland, 88.572,62 m2, Estrada KO-305, Trecho 2 e Trecho 3 - Campo Novo - Piên, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito e ensaios tecnológicos.

Juntada de documentação para inserir o CNPJ do Consórcio 65.409.921/0001-58.

Publique-se

Piên/PR, 29 de junho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:11ADED0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Piên/PR, 26 de junho de 2026.

REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Eu, **SUELEN APARECIDA HUMMELGEN RIBEIRO**, convocado (a) pelo Edital nº 031/2026 residente e domiciliado Fragosos, Campo Alegre/SC, portador da cédula de identidade civil com RG nº 4****** e CPF 062******-**, venho mui respeitosamente requerer desistência da vaga de **PROFESSOR** conforme classificação obtida no último Concurso Público 01/2023.

_____
SUELEN APARECIDA HUMMELGEN RIBEIRO

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:46E45B55

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS VEREADORES ELEITOS EM DECORRÊNCIA DA RETOTALIZAÇÃO DOS VOTOS DA ELEIÇÃO PROPORCIONAL DE 2024

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS VEREADORES ELEITOS EM DECORRÊNCIA DA RETOTALIZAÇÃO DOS VOTOS DA ELEIÇÃO PROPORCIONAL DE 2024
Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas e trinta minutos, nas dependências da Câmara Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, sob a Presidência do Vereador MÁRCIO MENIN, Presidente da Câmara Municipal, foi realizada Sessão Solene destinada à posse dos vereadores eleitos em decorrência da retotalização dos votos da eleição proporcional de 2024. Aberta a Sessão, o Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em conformidade com as disposições legais e regimentais desta Casa de Leis, declarou abertos os trabalhos da presente Sessão Solene. Na sequência, solicitou a leitura a de um trecho bíblico. Dando prosseguimento aos trabalhos, foi realizada a leitura do Ofício nº 32/2026 – 083ZE, expedido pela Excelentíssima Senhora Doutora ALEXANDRA APARECIDA DE SOUZA DALLA BARBA, Juíza Eleitoral da 83ª Zona Eleitoral de Santo Antônio do Sudoeste – PR, comunicando a retotalização dos votos da eleição proporcional de 2024, em cumprimento à decisão proferida nos autos do Processo Judicial Eletrônico nº 0600004-69.2026.6.16.0083, que reconheceu a ocorrência de fraude à cota de gênero, com a consequente cassação dos diplomas dos vereadores CLOVIS VIEIRA VELHO, EDSON JOSÉ DA SILVA, RUDINEI BRIEDES e ILUIR ANTONIO VANZETO, bem como a diplomação dos Senhores(a) CELSO VARELA DE OLIVEIRA, LORENICE LÚCIA DE LIMA, MADALENA ASCARI WAUCZINSKI e ADÍLIO JOSÉ POZZOBON para a Legislatura 2025/2028. Em seguida, foi procedida a leitura do Ato da Presidência nº 01/2026, que declarou extintos os mandatos dos vereadores anteriormente mencionados, em estrito cumprimento à decisão da Justiça Eleitoral. Ato contínuo, o Senhor Presidente convidou os Senhores(a) CELSO VARELA DE OLIVEIRA, LORENICE LÚCIA DE LIMA, MADALENA ASCARI WAUCZINSKI e ADÍLIO JOSÉ POZZOBON a adentrarem ao Plenário, oportunidade em que apresentaram os respectivos diplomas expedidos pela Justiça Eleitoral. Na sequência, o Senhor Presidente convidou os vereadores diplomados a prestarem, individualmente, o compromisso legal. Assim, cada vereador dirigiu-se à tribuna e procedeu à leitura do seguinte compromisso:
"PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E PELO BEM-ESTAR DE SEU POVO."
Prestado o compromisso legal, o Senhor Presidente, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno desta Casa, declarou empossados no cargo de Vereador do Município de Pinhal de São Bento, para a Legislatura 2025/2028, os Senhores(a) CELSO VARELA DE OLIVEIRA, LORENICE LÚCIA DE LIMA, MADALENA ASCARI WAUCZINSKI e ADÍLIO JOSÉ POZZOBON. Na sequência, fez uso da palavra os vereadores empossados, os demais vereadores em exercício, o Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e, por fim, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que deu as boas-vindas aos vereadores empossados e desejou êxito no exercício de seus mandatos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Vereadores, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, do Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito, das autoridades e demais presentes e declarou encerrada a presente Sessão Solene. E para constar, lavrou-se a

presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos vereadores empossados e pelos demais vereadores presentes.

Pinhal de São Bento – PR, 22 de junho de 2026.

"A PRESENTE ATA É CÓPIA FIEL EXTRAÍDA DO LIVRO PRÓPRIO"

MÁRCIO MENIN
Presidente

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:78B08DB2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1288/2026

DECRETO Nº 1.288, DE 26 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre a Convocação para XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pinhal de São Bento - PR.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento - PR, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente no município,
RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 17 de novembro de 2026, com início às 08 horas na Casa da Cultura, localizado na Avenida São Roque, Centro, Pinhal de São Bento/PR, tendo como tema central: **"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa"**.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, ocorrerão por conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com utilização do recurso do FIA recebido através da deliberação 013/2025 CEDCA/PR.

Art. 3º Este decreto vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:E40C430C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 92/2026.
LICITAÇÃO: Processo de Inexigibilidade n.º 17/2026.
OBJETO: Contratação de serviço técnico especializado para a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município Pinhal de São Bento-PR, destinado a servir como referência para o planejamento educacional do município no período de 2027 a 2037, em conformidade com a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026.
CONTRATADO: 65.081.933 MARCIA APARECIDA BALDINI
CNPJ: 26.843.103/0001-07
VALOR CONTRATADO: R$ 23.800,00 (Vinte e três mil e oitocentos reais)
DATA DA ASSINATURA: 29/06/2026
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotações

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	01400	05.002.12.361.1201.2027	00107	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses**.**

Pinhal de São Bento/PR, em 29 de junho de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:C8604CE0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3389/2026

PORTARIA Nº. 3.389/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo1º CONCEDER, férias ao servidor público municipal, MARCIO SILVINO BEPPLER, matricula funcional 247-1, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, correspondente ao período aquisitivo 07/05/2024 a 06/05/2025. As férias serão usufruídas por 20 (vinte) dias, entre 06/07/2026 a 25/07/2026.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, 29 de junho de 2026

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:89A4EC16

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
ATA Nº 02/2026

REUNIÃO DA COMISSÃO DE GESTÃO, ESTRATÉGIA, SELEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, situada na Rua Presidente Vargas, Centro, Município de Pinhal de São Bento – PR, os membros da Comissão de Gestão, Estratégia, Seleção e Fiscalização dos recursos oriundos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, designados através da Portaria nº 3.375/2026.
A referida Comissão é composta por representantes de diferentes setores, com a finalidade de garantir transparência, participação institucional, análise técnica e acompanhamento dos processos relacionados à aplicação dos recursos culturais, sendo constituída pelos seguintes membros: Márcia Pettenon Cemin Presidente da Comissão, representando o Departamento Municipal de Cultura, Eva Luzia Barcki Mazuco membro representante da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, Idete Bonetti membro representante do quadro administrativo municipal, Márcio Menin membro representante do Poder Legislativo Municipal, Rudinei Bernardelli membro representante da área administrativa municipal, A reunião teve como objetivo realizar a avaliação dos projetos culturais inscritos no **Edital de Chamamento Público nº 05/2026**, referente aos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura,

conforme os critérios obrigatórios descritos no **Anexo 3 – Avaliação de Mérito Cultural**, mediante análise dos projetos apresentados e atribuição das respectivas notas pelos membros da comissão.
Após a avaliação dos projetos inscritos, foram definidos os resultados da etapa de seleção, conforme classificação abaixo:
Categoria 01 – Encenação Cênica Musical com Temática Natalina
1º Lugar: **Nartistica LTDA** – Nota: **7,5**
2º Lugar: **Gilvana Fátima Schmoeller** – Nota: **7,1**
3º Lugar: **Queli Aparecida de Oliveira Stein** – Nota: **6,8**
Categoria 02 – Projeto Musical
1º Lugar: **Bella Cultura** – Nota: **7,5**
Concluída a análise dos projetos e a atribuição das notas conforme os critérios estabelecidos no edital, a Comissão encerrou esta etapa do processo de seleção, registrando o resultado para os devidos fins administrativos e legais.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão.

Publicado por:
Idete Bonetti
Código Identificador:E2CD6E7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PROVISÓRIO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EDITAL 11/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS CULTURAIS DE APRESENTAÇÕES NO MUNICÍPÍO DE PIRAQUARA-PR.

Nome do Proponente	Área de Atuação	Situação
Alano Igor Pereira Parisotto	Apresentação Musical	**Classificado**
Ana Paula Camargo Vargas	Apresentação Musical	**Classificada**
Anamaria Ribeiro	Apresentação Musical	**Classificada**
Angélica Ferreira Camargo	Oficina de Brincadeira Indígena	**Classificada**
Ciliane Vendruscolo	Contação de História	**Classificada**
Cinthia Oliveira dos Anjos	Apresentação Musical	**Classificada**
Daniel Roberto Walker Nicolini	Apresentação Musical	**Classificado**
Derik Leonhardt Neske	Apresentação Musical	**Classificado**
Elias Tauscher	Apresentação Musical	**Classificado**
Elizabeth Mondesir	Apresentação Musical	**Classificada**
Elon Lucas Jacintho	Contação de História	**Classificada**
Fernanda Afonso	Apresentação Musical	**Classificada**
Fernanda Ariane Piaceski Carvalheiro	Apresentação Musical	**Classificada**
Guilherme Nascimento de Carvalho	Apresentação Musical	**Classificado**
Ingrid Galdino	Apresentação Musical	**Desclassificada por inobservância aos itens 10.2.5 ao 10.2.9 do edital.**
Janine dos Santos Mathias	Apresentação Musical	**Classificada**
Jhonny Mello Souza	Apresentação Musical	**Classificado**
Joao Eduardo Triska dos Santos	Apresentação Musical	**Classificado**
Juliano Cesar Wolfart Batista	Contação de História	**Classificado**
Juliano Kohler Mendes	Apresentação Musical	**Classificado**
Leticia Carine Galeano De Abreu	Apresentação Musical	**Classificada**
Ligia Batista Ferreira	Contação de História	**Classificada**
Lucas Passarelli de Abreu	Apresentação Musical	**Classificado**
Marcio Nascimento	Apresentação Musical	**Desclassificado por inobservância aos itens 10.2 ao 10.2.9 do edital.**
Marisangela Plens Jardim	Apresentação Musical	**Classificada**
Michael Guido Vedovelli da Silva	Apresentação Musical	**Classificado**
Michelle Felix Trevisan Oleiro	Apresentação Musical	**Classificada**
Nelson Mozart	Apresentação Musical	**Classificado**
Pedro Eduardo Ferreria de Souza	Apresentação Musical	**Classificado**
Raphael Fernandes de Souza	Contação de História	**Classificado**
Renatha Schneider Gomes Barboza	Apresentação Musical	**Classificada**
Rodrigo Amaral Canozi	Apresentação Musical	**Classificado**
Rodrigo de Melo	Apresentação Musical	**Classificado**
Rodrigo Ribeiro da Silva	Apresentação Musical	**Desclassificado por inobservância aos itens 10.2 ao 10.2.9 do edital.**
Tatiane Prudente De Oliveira	Contação de História	**Classificada**
Vinicius Dos Santos Mello/Adrimel	Apresentação Musical	**Classificado**
Vlademir Rogério Straub Ferreira	Apresentação Musical	**Classificado**

Os projetos dos candidatos(as) classificados(as) serão encaminhados(as) para análise dos avaliadores pareceristas, conforme disposto no item 12 do Edital.

Piraquara, 30 de Junho de 2026.

ADRIANA PATRICIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial
Decreto N.º 13.385/2025.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:755F05D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
AVISO PREGÃO 42/2026 - CAMISETAS

MUNICÍPIO DE PITANGA – LICITAÇÃO
AVISO – Pregão Eletrônico nº 42/2026

OBJETO: Aquisição de camisetas destinadas aos idosos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Pessoa Idosa – Flor da Idade, mediante realização de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.pitanga.pr.gov.br, opção: Processos Licitatórios, bem como no sítio: https://bnc.org.br, ou no endereço: Rua Vanderlei João Vieira Cleve n° 711 Bairro Santa Regina, Pitanga/PR, CEP: 85.201-606, Secretaria Municipal de Patrimônio, Compras e Logística – Departamento de Licitações e Contratos, em horário de expediente, telefone para contato (42) 3646-1122 – Ramal: 21 e 22. Fim de Recebimento de Propostas em: 13/07/2026, até as 08h00min. Início de Disputa de Preços em: 13/07/2026, às 09h01min (horário de Brasília) em sessão pública no endereço eletrônico: https://bnc.org.br nos termos do Edital e seus anexos. Critério: Menor Preço Global. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Preço Máximo: R$ 9.888,00 (nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais).
DATA 29/06/2026

JEAN MARCEL GRANDE HUBER
Pregoeiro

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:181A6FDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
AVISO PREGÃO 43/2026 - AQUISIÇAO VEICULO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026

OBJETO: Aquisição de **veículo utilitário zero km,** para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte no Município de Pitanga/PR. A aquisição visa dar suporte logístico ao Projeto ETI (Ensino de Tempo Integral) e ao Departamento de Esportes, com a utilização de recursos provenientes da Deliberação 01/2026 - CEE (Fonte 8137), conforme diretrizes de investimento em bens permanentes**.** Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.pitanga.pr.gov.br, opção: Processos Licitatórios, bem como no sítio: https://bnc.org.br, ou no endereço: Rua Vanderlei João Vieira Cleve n° 711 Bairro Santa

Regina, Pitanga/PR, CEP: 85.201-606, Secretaria Municipal de Patrimônio, Compras e Logística – Departamento de Licitações e Contratos, em horário de expediente, telefone para contato (42) 3646-1122 – Ramal: 21 e 22. Fim de Recebimento de Propostas em: 13/07/2026, até as 13h00min. Início de Disputa de Preços em: 13/07/2026, às 14h01min (horário de Brasília) em sessão pública no endereço eletrônico: https://bnc.org.br nos termos do Edital e seus anexos. Critério: Menor Preço Global. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Preço Máximo: R$ 150.584,37 (cento e cinquenta mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos).

DATA Pitanga/PR, 29 de junho de 2026.

JEAN MARCEL GRANDE HUBER
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:4B7E4712

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 736/2026

SÚMULA: Dispõe sobre exoneração de servidores.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:–

Art. 1º – Fica exonerada, a pedido, a **Srª. Maria Aparecida dos Santos**, do cargo em comissão de **Assessor(a) de Secretaria**, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão deste Município, a partir de 30 de junho de 2026, conforme Protocolo 1Doc nº 523/2026, de 26/06/2026.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 29 de junho de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:4F7F1636

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Inexigibilidade nº 11/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: IMPACTO LTDA
CNPJ: 05.306.560/0001-92
OBJETO: Prestação de serviços de profissional de educação física, profissional para execução de serviços de limpeza, operador de máquinas, tratorista, psicólogo, pedagogo e cuidador social, pelo período de 12 meses).
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Manutenção das Atividades dos Serviços Urbanos DESP Nº 261 -3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍ ... 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Lourival Macedo
DATA DA ASSINATURA: 29/06/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:BF8BBA3D

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Inexigibilidade nº 06/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: ABSOLUT GESTÃO EM SAÚDE LTDA
CNPJ: 26.740.375/0001-81
OBJETO: Prestação de serviços de consultas em ginecologia e obstetrícia, pelo período de (12 meses).
SECRETARIA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA Manter as Ações e Serviços do Pronto Atendimento DESP Nº 236 -3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍ ... 00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas VIGÊNCIA**:** 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e João Carlos Rodrigues da Silva
DATA DA ASSINATURA: 29/06/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:780CE024

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1212026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1212026
CONCORRENCIA Nº 009/2026

DATA DA ASSINATURA: 24 de junho de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA
OBJETO: contratação de empresa legalmente estabelecida e especializada, para execução de obra de engenharia de recape asfáltico em CBUQ área de recape total de 5.154,11 m , a ser implantada no Município de Planalto/PR, compreendendo a execução integral dos serviços preliminares e de administração da obra; revestimento; meio-fio; serviços de urbanização; sinalização de transito; ensaios tecnológicos; além de todos os demais serviços, insumos, equipamentos, encargos e providências indispensáveis à perfeita conclusão do empreendimento, na forma dos projetos, memoriais, planilhas, cronograma físico-financeiro e especificações técnicas estabelecidas no Edital de Concorrência Presencial com Inversão de Fases nº 009/2026 e seus anexos.
VALOR TOTAL: R$ 540.500,00 (quinhentos e quarenta mil e quinhentos reais),
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:AAD4B3CF

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2026

PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2026

DATA DA ASSINATURA: 18 de junho de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
DETENTORA DA ATA: ITAMAR MAURI MULLER
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de troféus para competições e jogos, destinado à Secretaria de Esportes do Município de Planalto – PR.
VALOR TOTAL: R$ 35.423,50 (Trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:E1F63FA9

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2026

DATA DA ASSINATURA: 18 de junho de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
DETENTORA DA ATA: JEVERSON IVAN PAESE PITTY SPORTS ME
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de troféus e medalhas para competições e jogos, destinado à Secretaria de Esportes do Município de Planalto – PR.
VALOR TOTAL: R$ 49.135,00 (Quarenta e nove mil, cento e trinta e cinco reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:14B177F5

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 196/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 196/2025, PREGÃO ELETRONICO Nº 025/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS E ELETROELETRÔNICOS LTDA.

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS E ELETROELETRÔNICOS LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **GERVASIO DOS SANTOS MARQUES**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 196/2025, firmado entre as partes em data de 16 de junho de 2025, cujo objeto é a contratação de empresa visando a aquisição de aparelhos de ar condicionado, destinado à todas as secretarias municipais, deste município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quinta (Vigência), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 15 de junho de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

GERVASIO DOS SANTOS MARQUES
Eletro Centro Comercio de Peças e Eletroeletrônicos LTDA

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:CF6C0A06

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 197/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 197/2025, PREGÃO ELETRONICO Nº 025/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E JM COMERCIO DE CLIMATIZADORES LTDA.

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **JM COMERCIO DE CLIMATIZADORES LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **VINICIUS LATCHUK**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 197/2025, firmado entre as partes em data de 16 de junho de 2025, cujo objeto é a contratação de empresa visando a aquisição de aparelhos de ar condicionado, destinado à todas as secretarias municipais, deste município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quinta (Vigência), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 15 de junho de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

VINICIUS LATCHUK
JM Comercio de Climatizadores LTDA

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:ACEEA0D9

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 198/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 198/2025, PREGÃO ELETRONICO Nº 025/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E SUBLIME EQUIPAMENTOS EIRELI.

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **SUBLIME EQUIPAMENTOS EIRELI,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **CASIMIRO GIVULSKI NETO**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 198/2025, firmado entre as partes em data de 16 de junho de 2025, cujo objeto é a contratação de empresa visando a aquisição de aparelhos de ar condicionado, destinado à todas as secretarias municipais, deste município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quinta (Vigência), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 15 de junho de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

CASIMIRO GIVULSKI NETO
Sublime Equipamentos EIRELI

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:FD38B419

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 220/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 220/2025, DISPENSA Nº 011/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E ELOI BONAZZA..

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **ELOI BONAZZA.,** resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 220/2025, firmado entre as partes em data de 30 de junho de 2025, cujo objeto é a aquisição parcelada e contínua de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Segunda (Vigência e Prorrogação), prorrogando o prazo de vigência por 60 (sessenta) dias, finalizando em 29/08/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

ELOI BONAZZA

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:F330FE4B

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 183/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 183/2024 PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E MICEMETAL MULLER INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA,

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **MICEMETAL MULLER INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **IVO ANTONIO MULLER**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 183/2024, firmado entre as partes em data de 10 de junho de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa visando à aquisição de tubos de concreto e meio fio para atender a necessidade das secretarias do Município de Planalto – PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quarta (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 11/06/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

IVO ANTONIO MULLER
Micemetal Muller Indústria e Comércio LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:1BF2EDD2

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 184/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 184/2024 PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E TUBOCERTO DERIVADOS DE CIMENTO LTDA,

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **TUBOCERTO DERIVADOS DE CIMENTO LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **ELOY LATTMANN**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 184/2024, firmado entre as partes em data de 10 de junho de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa visando à aquisição de aduelas para atender a necessidade das secretarias do Município de Planalto – PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quarta (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 11/06/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

ELOY LATTMANN
Tubocerto Derivados de Cimento LTDA

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:00AFE847

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.524/2026 DE 26/06/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13524/2026 de 26/06/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
13		SECRETARIA MUN DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE	
13.001		DIRETORIA GERAL	
13.001.27.812.0032.2.060		ACOES DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
689 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	150.000,00
Total Suplementação:			150.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
13		SECRETARIA MUN DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE	
13.001		DIRETORIA GERAL	
13.001.27.812.0032.2.060		ACOES DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
684 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
691 - 3.3.90.48.00.00	1000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	100.000,00
Total Redução:			150.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 26 de Junho de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:162D553C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 13.460, DE 20 DE MAIO DE 2026

Súmula:"Regulamenta a implantação, dimensionamento e condições de uso para armazenamento temporário de resíduos sólidos no Município de Pontal do Paraná, e dá outras providências."

O PREFEITO DE PONTAL DO PARANÁ- RUDISNEY GIMENES FILHO , no uso das atribuições que lhe confere e conforme o memorando 11.226/2026; Considerando a necessidade de regulamentar a implantação, dimensionamento e condições de uso de abrigos para armazenamento de resíduos sólidos no Município de Pontal do Paraná e conforme solicitado no **Memorando nº 11.226/2026.**

DECRETA:

Art. 1º-Este Decreto regulamenta as condições mínimas para implantação, dimensionamento, localização, características construtivas e uso de abrigos e recipientes destinados ao armazenamento temporário de resíduos sólidos em edificações.

Art. 2º- Para fins deste Decreto, considera-se:

I – abrigo de resíduos: espaço destinado ao armazenamento temporário de resíduos sólidos, devidamente acondicionados em recipientes apropriados, até a realização da coleta;
II – recipiente de acondicionamento: dispositivo, contentor ou equipamento adequado ao armazenamento dos resíduos sólidos, compatível com o tipo e o volume gerado, devendo garantir condições de higiene, segurança e vedação;
III – coleta pública: serviço de coleta de resíduos sólidos realizado diretamente pelo Município ou por meio de concessionária/permissionária;
IV – gerador: pessoa física ou jurídica responsável pela geração de resíduos sólidos;
V – grande gerador: gerador de volume superior a 500 (quinhentos) litros de resíduos por dia, ou cuja geração comprometa a capacidade operacional do

sistema público de coleta, bem como aquele cuja atividade seja caracterizada por elevada geração de resíduos, tais como supermercados, atacadistas, centros comerciais, hospitais, hotéis, restaurantes, edificações de grande porte, indústrias e similares.

Art. 3º- Toda edificação deverá dispor de local adequado para armazenamento temporário de resíduos sólidos, conforme o uso:

I – habitação unifamiliar ou multifamiliar que tenha unidades isoladas com acesso direto para a via pública, deverão prever recipiente de acondicionamento de forma individual para cada unidade;
II – habitação multifamiliar ou condomínios residenciais com acesso comum para as unidades, deverão possuir abrigo de resíduos compatível com o volume gerado;
III – habitação institucional, habitação transitória, atividade comercial e de serviços e atividade comunitária, deverão dispor de abrigo de resíduos compatível com o volume gerado;
IV – grandes geradores deverão elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS.
Art. 4º O abrigo de resíduos deverá:

I – estar localizado dentro do lote, no recuo frontal e junto ao alinhamento predial;
II – permitir acesso direto pela via pública, sem necessidade de ingresso da equipe de coleta;
III – não obstruir o passeio público;
IV – garantir condições adequadas de manuseio, coleta e higienização.

Art. 5º- O dimensionamento do espaço destinado ao armazenamento temporário de resíduos sólidos deverá considerar o volume gerado, a frequência de coleta pública e a necessidade de segregação, devendo atender, cumulativamente, à capacidade volumétrica mínima e à área mínima, conforme segue:

I – habitação unifamiliar ou multifamiliar que tenha unidades isoladas com acesso direto para a via pública:
a) capacidade mínima de 80 (oitenta) litros por unidade residencial;

II – habitação multifamiliar ou condomínios residenciais com acesso comum para as unidades:
a) capacidade mínima de 60 (sessenta) litros por unidade residencial;
b) área mínima de 2,00 m² (dois metros quadrados) para até 10 unidades;
c) acréscimo de 0,15 m² (quinze centésimos de metro quadrado) por unidade adicional;

III – habitação institucional ou habitação transitória:

a) capacidade mínima de 120 (cento e vinte) litros;
b) área mínima de 2,00 m² (dois metros quadrados), podendo ser ampliada conforme a taxa de ocupação ou rotatividade de usuários.

IV – atividade comercial e de serviços ou atividade comunitária:

a) pequeno porte: capacidade mínima de 120 (cento e vinte) litros e área mínima de 1,50 m² (um metro quadrado e cinquenta centímetros);
b) médio porte: capacidade mínima de 500 (quinhentos) litros e área mínima de 3,00 m² (três metros quadrados);
c) grande porte: capacidade superior a 500 (quinhentos) litros e área mínima de 5,00 m² (cinco metros quadrados), ou conforme PGRS.

Parágrafo único. Os valores estabelecidos constituem referência mínima, devendo ser ampliados sempre que o volume real gerado assim exigir.

Art. 6º O armazenamento temporário de resíduos sólidos deverá observar soluções compatíveis com o porte e o volume gerado, admitindo-se as seguintes formas:
I – habitação unifamiliar ou multifamiliar que tenha unidades isoladas com acesso direto para a via pública:

a) dispositivo basculante; ou
b) dispositivo fixo, com ou sem nicho.

II – habitação multifamiliar com acesso comum, habitação institucional, habitação transitória, atividades comerciais e de serviços e atividades comunitárias deverão adotar abrigo de resíduos, com área delimitada para contentores ou contêineres, contendo:

a) cobertura, de forma optativa;
b) fechamento parcial, de forma optativa;
c) ventilação natural;
d) piso impermeável e lavável;
e) contentor ou contêiner conforme regulamentação da ABNT NBR 15911 e suas atualizações, ou outras legislações vigentes.

III – grandes geradores deverão adotar solução compatível com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, com utilização de contêineres ou sistemas equivalentes.

Parágrafo único. A solução adotada deverá ser compatível com o sistema de coleta pública existente no Município.

Art. 7º Os recipientes utilizados para acondicionamento dos resíduos deverão:

I – ser resistentes e laváveis;
II – impedir o acesso de animais e o vazamento de líquidos;
III – ser mantidos em bom estado de conservação e limpeza;
IV – não comprometer a salubridade, a limpeza urbana e o passeio público.

Art. 8º O uso dos abrigos deverá observar:

I – segregação dos resíduos conforme sua natureza;
II – acondicionamento prévio em sacos adequados;
III – manutenção de condições sanitárias e de higiene;
IV – disposição para coleta apenas nos horários estabelecidos pelo serviço público;
V – limpeza do local e da área adjacente em caso de derramamento.

Art. 9º É proibido:

I – armazenar resíduos diretamente sobre o solo;
II – permitir vazamento de líquidos para a via pública;
III – utilizar o abrigo para finalidade diversa;
IV – dispor resíduos fora dos recipientes;
V – utilizar recipientes, contêineres, caçambas ou demais equipamentos públicos de coleta em desacordo com sua destinação, capacidade ou regras de utilização estabelecidas pelo Município;
VI – descartar resíduos cuja responsabilidade de gerenciamento seja exclusiva do gerador em equipamentos públicos destinados à coleta domiciliar ou à coleta seletiva municipal.

Parágrafo único. A vedação prevista no inciso V não se aplica à utilização regular dos recipientes, contêineres e demais equipamentos disponibilizados pelo Município para atendimento do sistema público de coleta domiciliar e de coleta seletiva, observadas as regras de segregação, acondicionamento e destinação dos resíduos.

Art. 10. Os modelos exemplares de recipientes e abrigos de resíduos encontram-se apresentados nos Anexos deste Decreto.

Art. 11. Os projetos de construção de edificações submetidos à aprovação deverão conter a indicação do abrigo de resíduos, com respectivo dimensionamento, localização, capacidade volumétrica e detalhamento construtivo, conforme disposto neste decreto.

Art. 12. As edificações existentes deverão se adequar às disposições deste Decreto quando da aprovação de reforma, ampliação, regularização edilícia ou quando constatada situação de risco sanitário, ambiental ou obstrução do passeio público, mediante notificação do órgão competente.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 20 de maio de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Infraestrutura

ANEXO DO DECRETO Nº 13.460, DE 20 DE MAIO DE 2026

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:94F93A9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. º 13.525 DE 26 DE JUNHO DE 2026.

Súmula: "Estabelece o expediente dos órgãos em entidades da Administração Pública Municipal no dia 29 de junho de 2026 do jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2026"

RUDISNEY GIMENES FILHO, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2026.
DECRETA:

Art. 1º Estabelece o horário de expediente no dia **29 de junho de 2026**, referente ao **jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2026**, que dar-se-á da seguinte forma :
I - No dia **29 de junho de 2026**, data em que o jogo se inicia às 14:00 (horário de Brasília), o expediente na **sede da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná** e as demais Secretarias, Departamentos Externos **será das 08:00 às 13:00 hs.**
As horas não trabalhadas em decorrência do disposto no caput, serão objeto de compensação a partir de :
30 de junho : 08 :00h as 12:00h e das 13:00h ás 17:00 h
01 de julho : 08 :00h as 12:00h e das 13:00h ás 17:00 h
02 de julho : 08 :00h as 12:00h e das 13:00h ás 17:00 h
03 de julho : 08 :00h as 12:00h e das 13:00h ás 17:00 h
06 de julho : 08 :00h as 12:00h e das 13:00h ás 17:00 h

Art. 2º – Excluem-se do presente Decreto as atividades das Escolas , Cmeis , Unidades de Pronto Atendimento da Saúde e demais serviços essenciais á Administração Pública que por sua natureza não admitem paralisação.

Art. 3º-Os servidores celetistas terão descontados do banco de horas as 3 horas não trabalhadas no dia 29 de julho de 2026 e permanecerão com a jornada regular .

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

Art. 5º- Publique-se e registre-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 26 de junho de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:359FD602

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2026

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2026

Em virtude da impossibilidade de notificar pessoalmente os proprietários dos imóveis listados abaixo, bem como por correspondência com aviso de recebimento, ficam os proprietários notificados da abertura de processos administrativos para apuração de infração ambiental por infringência do artigo 1º da lei nº 1913/2019 no município de Pontal do Paraná. Cientifica-se, também, os proprietários do prazo de 20 dias para oferecer defesa administrativa. Os processos estão disponíveis para consulta na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

NOTIFICADO	CPF/CNPJ	Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO	Nº DA NOTIFICAÇÃO	Nº Cadastro Imobiliário
ELTON JOSE MOLLETA	579.***.799-49	28.498/2026	218/2025	42470
AFONSO CELSO ALVES DE MELLO FILHO E S/M	008.***.159-50	25.407/2025	005/2026	14316
SABINE BOROWSKI	561.***.239-53	404/2026	013/2026	1475
SABINE BOROWSKI	561.***.239-53	404/2026	013/2026	1476
PAULINO LEONIO FERREIRA	282.***.109-20	4.128/2026	138/2026	12712
LUIZ JOSE ESCORSIN	230.***.609-25	ATEND. 393/2026	150/2026	38308
JOAO SEVERO TELLES	157.***.579-53	ATEND. 437/2026	157/2026	51407
ISMAEL GOMES PEREIRA	540.***.769-68	ATEND. 450/2026	165/2026	55224
NELSON KAZUHICO SUSAKI	196.***.129-87	31.149/2026	169/2026	24723
RODRIGO SALDANHA ALLEBRANDT	079.***.659-03	11.547/2026	171/2026	38393
RAQUEL SILVANA MICA	000.***.539-45	13.601/2026	177/2026	25666
AVR PROPRIEDADES LTDA	21.***.828/0001-13	11.548/2026	180/2026	38799

Pontal do Paraná, 23 de junho de 2026

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:80CC2398

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 457 DE 29 DE JUNHO DE 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no **Memorando nº 16.932/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar por mais **60 (sessenta) dias,** o prazo para conclusão dos trabalhos da **Comissão de Processo Administrativo Disciplinar,** constituída pela **Portaria nº. 263/2026**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir desta data .

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 29 de junho de 2.026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:BA817438

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 100/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 100/2026			
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO			
Unidade/Órgão Requisitante			
GABINETE DO PREFEITO			
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato		Cargo/Função	
Osmar de Oliveira		Vice- Prefeito	
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente
585.613.589-04			
DADOS DA VIAGEM			
Destino		Data de Início	Data Retorno
Curitiba-PR		10/06/2026	13/06/2026
Motivo da Viagem:			
Participar da Capacitação do Sistema de Benefícios ao Cidadão -SIBEC.			
Justificativa:			
Participar da Capacitação do Sistema de Benefícios ao Cidadão -SIBEC.			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
4	650	2.600,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima		Data: 29/06/2026		
( ) Concedo diárias Refaçam-se os cálculos				
(..) Não concordo		Prefeito Municipal		

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:87AF5CF0

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 102/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 102/2026			
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO			
Unidade/Órgão Requisitante			
GABINETE DO PREFEITO			
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato		Cargo/Função	
Agamemnon Augusto Araujo Paduan		Prefeito	
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente
709.693.109-00			
DADOS DA VIAGEM			
Destino		Data de Início	Data Retorno
Londrina-Pr		12/06/2026	12/06/2026
Motivo da Viagem:			
Participar da Reunião Extraordinária da Amepar.			
Justificativa:			
Participar da Reunião Extraordinária da Amepar.			
CÁLCULO DAS DIÁRIAS			
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1/2	80	80,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS			
(X) Concedo cálculos acima		Data: 08/06/2026	
( ) Concedo diárias Refaçam-se os cálculos			
(..) Não concordo		Prefeito Municipal	

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:BCE9A6EC

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 103/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 103/2026				
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante				
GABINETE DO PREFEITO				
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato		Cargo/Função		
Osmar de Oliveira		Vice - Prefeito		
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente	
585.613.589-04				
DADOS DA VIAGEM				
Destino		Data de Início	Data Retorno	
Curitiba-Pr		24/06/2026	25/06/2026	
Motivo da Viagem:				
Participar da Cpacitação e ações de implementação da nova solução tecnológica de automação integral dos Diários Oficiais Eletrônicos.				
Justificativa:				
Participar da Cpacitação e ações de implementação da nova solução tecnológica de automação integral dos Diários Oficiais Eletrônicos.				
CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
2	650	1.300,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima			Data: 16/06/2026	
( ) Concedo diárias Refaçam-se os cálculos			Prefeito Municipal	
(..) Não concordo				

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:DFDF2742

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 104/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 104/2026			
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO			
Unidade/Órgão Requisitante			
GABINETE DO PREFEITO			
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato			Cargo/Função
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco			Resp. Div de Documentação
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente
590.490.069-49			
DADOS DA VIAGEM			
Destino		Data de Início	Data Retorno
Curitiba-Pr		24/06/2026	25/06/2026
Motivo da Viagem:			
Participar da Cpacitação e ações de implementação da nova solução tecnológica de automação integral dos Diários Oficiais Eletrônicos.			
Justificativa:			
Participar da Cpacitação e ações de implementação da nova solução tecnológica de automação integral dos Diários Oficiais Eletrônicos.			
CÁLCULO DAS DIÁRIAS			
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
2	400	800,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS			
(X) Concedo cálculos acima			Data: 16/06/2026
( ) Concedo diárias Refaçam-se os cálculos			Prefeito Municipal
(..) Não concordo			

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:82F6C032

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 106/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 106/2026				
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante				
GABINETE DO PREFEITO				
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato		Cargo/Função		
Bruna Aparecida do Amaral Costa		Secretária de Educação		
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente	
060.553.759-31				
DADOS DA VIAGEM				
Destino		Data de Início	Data etorno	
Curitiba-Pr		01/07/2026	03/07/2026	
Motivo da Viagem:				
Participar do Evento promovido ela Sec. do Estado da Educação do Paraná.				
Justificativa:				
Participar do Evento promovido ela Sec. do Estado da Educação do Paraná.				
CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
3	400	1.200,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima		Data: 19/06/2026		
( ) Concedo____diárias Refaçam-se os cálculos				
(..) Não concordo		Prefeito Municipal		

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:F967CDF9

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 107/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 107/2026				
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante				
GABINETE DO PREFEITO				
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato		Cargo/Função		
Valdinei de Alcântara Dias		Coordenador		
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente	
034.227.849-50				
DADOS DA VIAGEM				
Destino		Data de Início	Data etorno	
Curitiba-Pr		01/07/2026	03/07/2026	
Motivo da Viagem:				
Participar do Evento promovido ela Sec. do Estado da Educação do Paraná.				
Justificativa:				
Participar do Evento promovido ela Sec. do Estado da Educação do Paraná.				
CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
3	400	1.200,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima			Data: 19/06/2026	
( ) Concedo diárias Refaçam-se os cálculos			Prefeito Municipal	
(..) Não concordo				

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:9B8224E3

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 91/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 91/2026				
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante				
GABINETE DO PREFEITO				
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato		Cargo/Função		
Osmar de Oliveira		Vice - Prefeito		
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente	
585.613.589-04				
DADOS DA VIAGEM				
Destino		Data de Início	Data Retorno	
Prado Ferreira -PR		23/05/2026	23/05/2026	
Motivo da Viagem:				
Participar da cerimônia oficial promovida pelo Governo, Inauguração da Escola Especial (APAE) e Autorzação para construção do trevo de acesso ao município.				
Justificativa:				
Participar da cerimônia oficial promovida pelo Governo, Inauguração da Escola Especial (APAE) e Autorzação para construção do trevo de acesso ao município.				
CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1/2	80	40,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima		Data: 19/05/2026		
( ) Concedo ____ diárias Refaçam-se os cálculos				
(..) Não concordo		Prefeito Municipal		

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:259B7FD1

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 93/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 93/2026				
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante				
GABINETE DO PREFEITO				
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato		Cargo/Função		
Agamemnon Augusto Araujo Paduan		Prefeito		
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente	
709.693.109-00				
DADOS DA VIAGEM				
Destino		Data de Início	Data Retorno	
Curitiba Pr		26/05/2026	27/05/2026	
Motivo da Viagem:				
Atividades desenvolvidas na Secretaria das Cidades.				
Justificativa:				
Atividades desenvolvidas na Secretaria das Cidades.				
CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
2	650	1.300,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima		Data: 22/05/2026		
( ) Concedo diárias Refaçam-se os cálculos				
(..) Não concordo		Prefeito Municipal		

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:2CCF75E8

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 96/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 96/2026				
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante				
GABINETE DO PREFEITO				
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato			Cargo/Função	
Bruna Aparecida do Amaral Costa			Secretária de Educação	
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente	
060.553.759-31				
DADOS DA VIAGEM				
Destino		Data de Início		Data Retorno
Londrina-Pr		26/05/2026		26/05/2026
Motivo da Viagem:				
Participar da Formação Presencial Roótica Kids.				
Justificativa:				
. Participar da Formação Presencial Roótica Kids.				
CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1/2	80	80,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima			Data: 26/05/2026	
( ) Concedo diárias Refaçam-se os cálculos			Prefeito Municipal	
(..) Não concordo				

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:6CB4FAE6

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 98/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 98/2026				
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante				
GABINETE DO PREFEITO				
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato		Cargo/Função		
Agamemnon Augusto Araújo Paduan		Prefeito		
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente	
709.693.109-00				
DADOS DA VIAGEM				
Destino		Data de Início	Data Retorno	
Brasília - DF		10/06/2026	11/06/2026	
Motivo da Viagem:				
Participar da Celebração de Entrega do Selo Diamante Sebrae, Prêmio recebido pela Sala do Empreendedor.				
Justificativa:				
Participar da Celebração de Entrega do Selo Diamante Sebrae, Prêmio recebido pela Sala do Empreendedor.				
CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1	950	950,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima		Data: 29/06/2026		
( ) Concedo ___ diárias Refaçam-se os cálculos				
(..) Não concordo		Prefeito Municipal		

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:2ACC2984

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - DENTISTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Art. 1º - O Prefeito do Município de Porecatu CONVOCA o aprovado e classificado no Concurso Público aberto pelo Edital nº. 001/2026, Cargo Público, para o cargo de Dentista abaixo relacionado:

DENTISTA AMPLA CONCORRÊNCIA

01	JOÃO VICTOR DA MOTA LOBIANCO

Art. 2º - O convocado deverá se apresentar no Edifício Sede da Prefeitura do Município de Porecatu, sito à Rua Barão do Rio Branco, 344, centro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com os documentos conforme anexo VI do Edital Inicial.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis (29.06.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:54B678B6

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ESCRITURÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Art. 1º - O Prefeito do Município de Porecatu CONVOCA o aprovado e classificado no Concurso Público aberto pelo Edital nº. 001/2026, Cargo Público, para o cargo de Escriturário abaixo relacionado:

ESCRITURARIO PESSOA PRETA OU PARDA

01	IGOR ALVES MARQUES

Art. 2º - O convocado deverá se apresentar no Edifício Sede da Prefeitura do
Município de Porecatu, sito à Rua Barão do Rio Branco, 344, centro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com os documentos conforme anexo VI do Edital Inicial.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis (29.06.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:BEF036BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 90/2026

DECRETO Nº 90 DE 29 DE JUNHO DE 2026.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE PORTO AMAZONAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA, Prefeito do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1344 de 17 de dezembro de 2025,
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional para o exercício de 2026, no valor de R$ 3.185.000,00 (Três Milhões, Cento e Oitenta e Cinco Mil Reais), no Orçamento Geral do Município, conforme segue:
05 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.0006.1006 – Construção e Ampliação de Unidades Educacionais
4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES
0530 00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB.....R$ 5.637,98
0531 00948 – RESOL. 479-2025 CRECHE PROG INFANCIA FELIZ.....R$ 1.994.362,02
08 – DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO MUNICIPAL
08.001 – DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO
26.782.0025.1025 – Pavimentação Asfáltica e Obras Complementares
4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES
1630 00000 – Recursos Ordinários (Livres).....R$ 59.250,00
1632 00952 – Convênio SECID 488/2026.....R$ 1.125.750,00

_____
TOTAL .....R$ 3.185.000,00
Art. 2º - Para cobertura do valor previsto no Art. 1º, serão utilizados os seguintes recursos:
Superávit Financeiro
00948 – RESOL. 479-2025 CRECHE PROG INFANCIA FELIZ.....R$ 200.549,31
00000 – Recursos Ordinários (Livres).....R$ 59.250,00
Excesso de Arrecadação
00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB.....R$ 5.637,98
00948 – RESOL. 479-2025 CRECHE PROG INFANCIA FELIZ.....R$ 1.793.812,71
00952 – Convênio SECID 488/2026.....R$ 1.125.750,00

_____
TOTAL .....R$ 3.185.000,00
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Amazonas, 29 de junho de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:62B37486

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 91/2026

DECRETO Nº 91 DE 29 DE JUNHO DE 2026

Institui o Plano Municipal de Expansão da Educação Infantil do Município de Porto Amazonas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação), no Plano Municipal de Educação de Porto Amazonas, instituído pela Lei Municipal nº 1.027, de 23 de junho de 2015, alterada pela Lei Municipal nº 1.319, de 02 de julho de 2025, e nas diretrizes do Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil – CONAQUEI;
CONSIDERANDO a necessidade de planejar a expansão da oferta de vagas na Educação Infantil, assegurando o direito de acesso, permanência e qualidade do atendimento às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade;
CONSIDERANDO o Parecer CME nº 01/2026 e a Resolução CME nº 04/2026, favoráveis à aprovação do Plano Municipal de Expansão da Educação Infantil;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Expansão da Educação Infantil do Município de Porto Amazonas, constante do Anexo Único deste Decreto.
Art. 2º O Plano Municipal de Expansão da Educação Infantil constitui instrumento oficial de planejamento das ações voltadas à ampliação da oferta de vagas e à melhoria da qualidade da Educação Infantil no âmbito da Rede Municipal de Ensino.
Art. 3º Compete ao Departamento Municipal de Educação e Cultura:
I – coordenar a execução das ações previstas no Plano;
II – acompanhar e monitorar o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas;
III – promover avaliações periódicas da implementação do Plano;
IV – propor, quando necessário, sua atualização, considerando a evolução dos dados demográficos, educacionais e financeiros do Município.
Art. 4º O monitoramento e a avaliação do Plano serão realizados anualmente pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, em articulação com a Comissão de Monitoramento instituída pelo Conselho Municipal de Educação.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas – PR, em 29 de junho de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
PLANO MUNICIPAL DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Município de Porto Amazonas – Paraná
2026–2029

Link de acesso ao Pano na íntegra:
https://www.portoamazonas.pr.gov.br/wp-content/uploads/Conteudo/EDUCACAO/PLANO%20MUNICIPAL%20DE%20EXPANS%C3%83O%20DA%20

EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL%20%28COMPROMISSO%20NACIONAL%20PELA%20QUALIDADE%20E%20EQUIDADE%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL%20%20CONAQUEI%29%202026/PLANO%20MUNICIPAL%20DE%20EXPANS%C3%83O%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL%20%28COMPROMISSO%20NACIONAL%20PELA%20QUALIDADE%20E%20EQUIDADE%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL%20-%20CONAQUEI%29%202026.pdf

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:845C5270

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 92/2026

DECRETO Nº 92, DE 29 DE JUNHO DE 2026

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.366/2026, que institui o Projeto "Sou Aluno Nota 10", no âmbito do Município de Porto Amazonas – PR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com fundamento nos incisos IX, X do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.366/2026.

DECRETA:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º. O Projeto "Sou Aluno Nota 10", instituído pela Lei Municipal nº 1.366/2026, tem por finalidade estimular, incentivar e reconhecer o desempenho acadêmico, artístico e cultural dos alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino.
Art. 2º. A execução do Projeto será de responsabilidade do Departamento Municipal de Educação e Cultura, com apoio das equipes diretivas, pedagógicas e docentes das escolas municipais e CMEI.

CAPÍTULO II – DA PARTICIPAÇÃO
Art. 3º. Poderão participar do Projeto todos os alunos regularmente matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino, desde que atendam aos seguintes requisitos:
I – frequência mínima de 75% no ano letivo vigente;
II – participação efetiva nas atividades pedagógicas e avaliativas propostas;
III – cumprimento das normas escolares e postura ética condizente com o ambiente educacional.

CAPÍTULO III – DAS ATIVIDADES
Art. 4º. O Projeto compreenderá ações pedagógicas, culturais e avaliativas, dentre as quais se destacam:
I – Concursos de pintura, desenho, literatura e redação;
II – Olimpíadas do conhecimento;
III – Avaliações diagnósticas internas e externas;
IV – Feiras culturais;
V – Projetos de raciocínio lógico e inovação;
VI – Outras atividades propostas pelas escolas/CMEI e aprovadas pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

CAPÍTULO IV – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Art. 5º. Os critérios para a seleção e premiação dos alunos participantes deverão contemplar, no mínimo:
I – desempenho acadêmico (notas e/ou desempenho em avaliações internas e externas);
II – criatividade e originalidade nas produções artísticas, culturais e científicas;
III – participação, interesse e envolvimento nas atividades escolares;
IV – postura ética, respeito e cooperação no ambiente escolar.
Art. 6º. A avaliação será realizada por uma comissão designada pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, composta por:
I – representantes do Departamento Municipal de Educação e Cultura;
II – professores das escolas municipais;
III – equipe pedagógica das escolas participantes;
IV – convidados externos, quando necessário, de acordo com a natureza da atividade.

CAPÍTULO V – DA PREMIAÇÃO
Art. 7º. Os alunos que se destacarem nas atividades do Projeto "Sou Aluno Nota 10" poderão receber:
I – certificados de participação e mérito;
II – medalhas e troféus;
III – menções honrosas;
IV – prêmios pedagógicos e culturais, compatíveis com a realidade orçamentária do Município.
Parágrafo único. As premiações serão concedidas conforme a disponibilidade orçamentária do Departamento Municipal de Educação e Cultura, priorizando o reconhecimento simbólico, pedagógico e motivacional.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 8º. Caberá ao Departamento Municipal de Educação e Cultura expedir instruções complementares necessárias à plena execução deste Decreto.
Art. 9º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:8B615FF7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 93/2026

DECRETO Nº 93, DE 29 DE JUNHO DE 2026

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.367/2026, que cria o Projeto "Sou Profissional da Educação de Destaque", no âmbito do Município de Porto Amazonas – PR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com fundamento nos incisos IX, X do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.367/2026.

DECRETA:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º O Projeto "Sou Profissional da Educação de Destaque" tem por finalidade reconhecer, incentivar e premiar os profissionais da educação municipal que apresentem comprometimento, dedicação e bom desempenho no exercício de suas funções.
Art. 2º O Projeto será organizado e executado pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, com apoio das equipes gestoras e pedagógicas das instituições de ensino municipais.

CAPÍTULO II – DA PARTICIPAÇÃO
Art. 3º Poderão concorrer ao reconhecimento e à premiação todos os servidores lotados no Departamento Municipal de Educação e Cultura, observados os seguintes critérios:
I – comprometimento com suas funções;
II – participação em formações e capacitações ofertadas pelo município;
III – assiduidade e pontualidade;
IV – contribuição para o bom funcionamento da instituição de ensino;
V – postura ética, colaborativa e de respeito no ambiente escolar.

CAPÍTULO III – DOS CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

Art. 4º Além dos critérios gerais, serão observados:
I – para professores:
a) melhores resultados obtidos com suas turmas em avaliações internas e externas;
b) turmas com maior índice de frequência escolar ao longo do ano letivo;
II – para instituições de ensino:
a) melhores índices de frequência escolar;
b) maior participação e engajamento familiar;
c) melhores resultados de alfabetização e aprendizagem na idade certa, de acordo com as especificidades da Educação Infantil e dos Anos Iniciais, conforme a BNCC e o Referencial Curricular do Paraná.
Art. 5º A avaliação dos critérios será realizada por uma Comissão Avaliadora, instituída pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, composta por:
I – 2 (dois) representantes do Departamento Municipal de Educação e Cultura;
II – 1 (um) pedagogo da Rede Municipal;
III – 1 (um) gestor escolar;
IV – 1 (um) servidor administrativo da Rede Municipal.

CAPÍTULO IV – DA PREMIAÇÃO
Art. 6º Os profissionais e instituições de ensino que se destacarem poderão receber:
I – certificados de reconhecimento;
II – menções honrosas;
III – prêmios pedagógicos, culturais ou simbólicos, de acordo com a disponibilidade orçamentária do Município;
IV – brindes e incentivos motivacionais, compatíveis com as funções desempenhadas.
Art. 7º As premiações serão entregues em eventos organizados pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, preferencialmente em datas comemorativas ligadas à educação.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 8º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.
Art. 9º O Departamento Municipal de Educação e Cultura poderá expedir normas complementares para a execução deste Decreto.
Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:02A3B549

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL N°041/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº041/2026

CONTRATANTE: Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, com sede à Rua Guilherme Schiffer, n°67, Centro, Porto Amazonas - PR, inscrito no CNPJ nº 76.179.837/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Elias Jocid Gomes da Costa, portador da Cédula de Identidade RG nº4.572.335-6 e do CPF/MF nº865.490.069-53, e

CONTRATADA: BRONZE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – CNPJ N°40.909.896/0001-40, com sede na Rua Maestro Francisco Antonello, n°1966, Bairro Fanny, CEP: 81.030-100, Curitiba, PR.

OBJETO: Recape de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 8.216,04 m², compreendendo: serviços preliminares; drenagem; base e sub-base; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico. Trechos: - RUA RODOLFO CASSOU, entre a Rua Ezequias Teixeira e a Rua Barão do Cerro Azul.

VALOR: R$ 1.185.000,00 (um milhão e cento e oitenta e cinco mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 29 de junho de 2026.

FORO: Comarca de Palmeira, Estado do Paraná.

Porto Amazonas, 29 de junho de 2026.

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:BF120547

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 1.369/2026

LEI Nº 1.369
DE 29 DE JUNHO DE 2026

Dispõe sobre a prevenção e o combate à violência escolar, discriminação, o bullyng e cyberbulling nas instituições de ensino públicas e privadas do Município de Porto Amazonas, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Porto Amazonas, a Politica Municipal de Prevenção e Combate à Violência Escolar, Discriminação, Bullying e Cyberbullying nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 2º São objetivos desta Lei:
I – garantir ambiente escolar seguro, saudável e respeitoso;
II – prevenir práticas de violência física, psicológica, moral e virtual no ambiente escolar;
III – combater qualquer forma de discriminação por raça, cor, etnia, religião, gênero, deficiência, condição social ou orientação pessoal;
IV – promover cultura de paz, respeito mútuo e inclusão;
V – proteger a integridade física, emocional e psicológica dos estudantes e profissionais da educação;
VI – incentivar a participação da família e da comunidade escolar na prevenção da violência.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:
I – violência escolar: qualquer ação agressiva física, verbal, psicológica ou patrimonial ocorrida no ambiente escolar;
II – bullying: ato de intimidação sistemática, repetitiva e intencional praticada por indivíduo ou grupo contra outra pessoa, causando sofrimento físico ou emocional;
III – cyberbullying: prática de intimidação, humilhação, ameaça ou constrangimento realizada por meio da internet, redes sociais, aplicativos de mensagens, jogos online ou meios digitais;
IV – discriminação: qualquer distinção, exclusão ou preconceito que prejudique direitos e a convivência escolar.

Art. 4º As instituições de ensino deverão desenvolver ações permanentes de prevenção e combate à violência escolar, incluindo:
I – palestras educativas e campanhas de conscientização;
II – atividades pedagógicas sobre respeito, cidadania e convivência;
III – orientação sobre uso responsável da internet e redes sociais;
IV – capacitação de professores e servidores para identificação de casos;
V – acompanhamento psicológico e pedagógico às vítimas e envolvidos;
VI – criação de canais seguros e sigilosos de denúncia;

VII – mediação de conflitos no ambiente escolar;
VIII – implantação de programas de desenvolvimento socioemocional voltados à promoção da empatia, do respeito mútuo, da inclusão e da resolução pacífica de conflitos;
IX – realização periódica de rodas de conversa, oficinas e grupos de acolhimento destinados a estudantes, familiares e profissionais da educação;
X – incentivo à formação de alunos mediadores ou líderes de convivência escolar, capacitados para auxiliar na prevenção e resolução de conflitos;
XI – elaboração e divulgação de protocolos internos para identificação, acolhimento, encaminhamento e acompanhamento dos casos de violência escolar, bullying, cyberbullying e discriminação;
XII – promoção de campanhas permanentes de conscientização sobre os riscos do cyberbullying, discurso de ódio e uso responsável das tecnologias digitais.

Art. 5º O Poder Executivo poderá promover parcerias com:
I – Conselho Tutelar;
II – Ministério Público;
III – Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal;
IV – Secretarias municipais e estaduais;
V – entidades da sociedade civil;
VI – profissionais das áreas de psicologia, assistência social e educação.
Art. 6º As escolas deverão registrar internamente os casos de violência, bullying, cyberbullying e discriminação, assegurando sigilo e proteção das vítimas.
§ 1º Os registros deverão conter informações suficientes para o acompanhamento pedagógico e administrativo dos casos, preservando-se a identidade dos envolvidos.
§ 2º Os casos considerados graves poderão ser encaminhados aos órgãos competentes, observada a legislação vigente e a proteção integral da criança e do adolescente.

Art. 7º As instituições de ensino deverão prestar acolhimento inicial às vítimas de violência escolar, bullying, cyberbullying e discriminação, promovendo, quando necessário, encaminhamento para acompanhamento psicológico, psicopedagógico, assistencial ou outro serviço especializado disponível na rede pública ou conveniada.

Art. 8º O Poder Executivo poderá disponibilizar canal de comunicação destinado ao recebimento de denúncias relacionadas à violência escolar, bullying, cyberbullying e discriminação, garantindo sigilo das informações e proteção contra represálias aos denunciantes.

Art. 9º Nos casos de cyberbullying, as instituições de ensino deverão orientar estudantes e responsáveis sobre a preservação de provas digitais, os mecanismos de denúncia disponíveis nas plataformas utilizadas e os procedimentos legais cabíveis para proteção dos direitos da vítima.

Art. 10. Fica instituída a Semana Municipal de Combate à Violência Escolar e ao Bullying, a ser realizada anualmente nas escolas do Município, com ações educativas, palestras e atividades de conscientização.
Parágrafo único. Durante a Semana Municipal de Combate à Violência Escolar e ao Bullying poderão ser realizadas campanhas, seminários, concursos culturais, apresentações, debates, rodas de conversa e outras atividades voltadas à promoção da cultura de paz, do respeito às diferenças e da prevenção da violência escolar.

Art. 11. O Departamento Municipal de Educação e Cultura poderá elaborar relatório anual contendo dados estatísticos sobre ocorrências de violência escolar, bullying, cyberbullying e discriminação na rede municipal de ensino, resguardando o sigilo e a identidade dos envolvidos, com a finalidade de subsidiar políticas públicas de prevenção e enfrentamento dessas práticas.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 13. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:0D83F274

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE GARANTIA CE003/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL

Contrato n° 041/2026 - Concorrência Eletrônica n° 003/2026

O Departamento Municipal Rodoviário, por meio de seu Diretor e Gestor do Contrato n° 041/2026, ROBSON RIBEIRO FAGUNDES, oriundo da Concorrência Eletrônica n° 003/2026, no uso de suas atribuições legais e considerando o Parecer Jurídico n° 149/2026 - PJ, juntado aos autos do processo licitatório, vem por meio deste HOMOLOGAR a garantia contratual apresentada pela empresa vencedora do certame.

1. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA
Empresa: BRONZE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ: 40.909.896/0001-40

2. DETALHES DA GARANTIA
Tipo de Garantia: Apólice de Seguro Garantia – Executante Construtor
Número da Apólice: 01-0775-0691898
Número de Registro SUSEP: 05436202600010775069 1898
Seguradora: Junto Seguros S.A.
Valor da Garantia: R$ 59.250,00 (cinquenta e nove mil e duzentos e cinquenta reais)

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E ANÁLISE

A presente homologação fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece as normas gerais de licitações e contratos administrativos, e nas cláusulas editalícias da Concorrência Eletrônica n° 003/2026. O Parecer Jurídico n° 149/2026 - PJ atestou a conformidade da apólice de seguro garantia com os requisitos legais e editalícios, garantindo a segurança jurídica necessária para a formalização do Contrato n° 041/2026.

4. HOMOLOGAÇÃO

Diante do exposto, e em conformidade com o Parecer Jurídico n° 149/2026 - PJ, HOMOLOGO a Apólice de Seguro Garantia n° 01-0775-0691898, emitida pela Junto Seguros S.A., no valor de R$ 59.250,00 (cinquenta e nove mil e duzentos e cinquenta reais), apresentada pela empresa BRONZE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ 40.909.896/0001-40, para fins de assinatura do Contrato n° 041/2026.

Este Termo de Homologação produzirá seus efeitos legais a partir desta data.

Porto Amazonas, 29 de junho de 2026.

ROBSON RIBEIRO FAGUNDES
Diretor do Departamento Municipal Rodoviário
Gestor do Contrato n° 041/2026

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:0AB45FBF

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PARECER CME Nº 01/2026

PARECER CME Nº 01/2026

Interessado: Departamento Municipal de Educação e Cultura

Assunto: Plano Municipal de Expansão da Educação Infantil.

O Conselho Municipal de Educação de Porto Amazonas, após análise do Plano Municipal de Expansão da Educação Infantil, elaborado pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, verifica que o documento atende às diretrizes nacionais para o planejamento da oferta de vagas na Educação Infantil, contemplando diagnóstico, projeções de demanda, metas, estratégias, monitoramento e avaliação.
O Plano demonstra coerência com a realidade educacional do Município e constitui importante instrumento de planejamento para a garantia do direito à educação das crianças de 0 a 5 anos.
Diante do exposto, este Conselho manifesta-se **favoravelmente** à aprovação do Plano Municipal de Expansão da Educação Infantil, recomendando sua instituição por Decreto do Poder Executivo e seu acompanhamento periódico pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, com participação do Conselho Municipal de Educação.
É o parecer.

Porto Amazonas, 29 de junho de 2026.

MARIA TEREZINHA PAIONK MEZZADRI
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:DA80AE08

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
RESOLUÇÃO Nº 04/2026

RESOLUÇÃO CME Nº 04/2026

Aprova o Parecer CME nº 01/2026, favorável ao Plano Municipal de Expansão da Educação Infantil do Município de Porto Amazonas – PR, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO AMAZONAS – PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a legislação municipal vigente, seu Regimento Interno e considerando a deliberação do Plenário realizada em 29 de junho de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Parecer CME nº 01/2026, que se manifesta favoravelmente ao Plano Municipal de Expansão da Educação Infantil do Município de Porto Amazonas – PR.

Art. 2º Recomenda-se ao Poder Executivo Municipal a instituição do Plano Municipal de Expansão da Educação Infantil por meio de Decreto, bem como sua implementação, acompanhamento e avaliação periódica.

Art. 3º O Departamento Municipal de Educação e Cultura deverá promover o monitoramento da execução do Plano, em articulação com a Comissão de Monitoramento instituída pelo Conselho Municipal de Educação e com este Colegiado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Amazonas – PR, 29 de junho de 2026.

MARIA TEREZINHA PAIONK MEZZADRI
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:E64FA62C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
COMUNICADO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR, em atendimento aos princípios da publicidade e transparência, torna público o presente comunicado inicial referente à instauração de processo administrativo para análise de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de quadros de vidros e espelhos sob medida, conforme especificações técnicas, dimensionais e de resistência definidas pelo setor demandante, incluindo todos os materiais necessários, com adequada fixação e acabamento nos locais indicados pela Administração.

VALOR TOTAL: R$ 2.509,99 (Dois mil, quinhentos e nove reais e noventa e nove centavos).

A presente demanda decorre de necessidade administrativa do setor requisitante, relacionada ao atendimento de atividade institucional específica, cuja apuração e instrução ocorrerão no âmbito do respectivo processo administrativo.

Considerando o baixo valor, a simplicidade do objeto, a pronta execução/pagamento e a proporcionalidade do procedimento, **não será realizada divulgação de aviso para recebimento de propostas adicionais**, sem prejuízo da pesquisa de preços, da análise da compatibilidade do valor com o mercado e da seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

O presente comunicado possui caráter exclusivamente informativo, não se tratando de procedimento competitivo, edital, aviso de disputa ou chamamento público, não havendo, nesta fase, recebimento de propostas ou abertura de prazo para participação de interessados.

Este documento tem por finalidade unicamente dar publicidade ao processo administrativo em fase inicial de instrução, não representando, por si só, autorização final da contratação.

Maringá – PR, 15 de junho de 2026.

GABRIELA BARABASZ
Coordenadora Administrativa
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:E2920F1F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 167/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e com o art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes públicos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Chefe da Divisão de Esporte, ***CLÁUDIO DE MOURA***, inscrito no CPF nº ***.***.959-00, **1,5 (uma e meia)**

diárias, no valor unitário de **R$ 527,36 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos)**, totalizando **R$ 791,04 (setecentos e noventa e um reais e quatro centavos)**, destinadas à cobertura de despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento, em razão de viagem oficial ao Município de **Curitiba/PR**, no período de **30 de junho a 1º de julho de 2026.**

Parágrafo único. O deslocamento tem por finalidade a **retirada de kits esportivos junto à Secretaria de Estado do Esporte**, em agendas de interesse da Administração Municipal.

Art. 2º O beneficiário deverá apresentar relatório de viagem e demais comprovantes legais no prazo previsto na legislação municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 29 de junho de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:9F12F5B8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 168/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e com o art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes públicos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA**, ocupante do cargo de **Motorista**, inscrito no CPF nº ***.*******.369-72, **1,5 (uma e meia) diárias**, no valor unitário de **R$ 527,36 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos)**, totalizando **R$ 791,04 (setecentos e noventa e um reais e quatro centavos)**, destinadas à cobertura de despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento, em razão de viagem oficial ao Município de **Curitiba/PR**, no período de **30 de junho a 1º de julho de 2026**.

Parágrafo único. O deslocamento tem por finalidade a **condução do Chefe da Divisão de Esporte, Sr. Cláudio de Moura, para cumprimento da agenda institucional prevista na Portaria nº 167/2026, compreendendo a retirada de kits esportivos junto à Secretaria de Estado do Esporte, em ações de interesse da Administração Municipal.**

Art. 2º O beneficiário deverá apresentar relatório de viagem e demais documentos comprobatórios, na forma e nos prazos estabelecidos pela Lei Municipal nº 491/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 29 de junho de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:E9A79E3B

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ARP Nº 156/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ARP Nº 156/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA E FATIMA DENIZETE ELIZARIO COSTA, NA FORMA ABAIXO:

O Município de Prado Ferreira, com sede na Rua São Paulo, 191, Centro, Prado Ferreira-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.136/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito **SILVIO ANTONIO DAMACENO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas e a empresa **FATIMA DENIZETE ELIZARIO COSTA**, com endereço a RUA DEOCLECIO MILITÃO DUARTE, 151 - CEP: 86618000 - BAIRRO: VILA RURAL, neste ato representada pela **Sra. FATIMA DENIZETE ELIZARIO COSTA,** portadora do CPF nº ***.***.039-20, a seguir denominada CONTRATADA, e em face do resultado obtido no Pregão Eletrônico nº 15/2025, firmam o presente termo aditivo à ARP nº 156/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto no art. 124, I, 'b' da Lei nº 14.133/21, fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) o item nº 01, objetivando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS INDUSTRIALIZADOS E PERECÍVEIS DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO E DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA/PR, conforme indicado por meio do parecer técnico favorável, emitido pelo Sr. Antonio Carlos Dias Salvador.

CLAÚSULA SEGUNDA: O valor acrescido será de R$ 5.313,00 (cinco mil, trezentos e treze reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO
O presente termo aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato, não afetadas pelo presente aditamento.
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Prado Ferreira, 29 de junho de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

FATIMA DENIZETE ELIZARIO COSTA
Fatima Denizete Elizario Costa

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:91B8092B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 083/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor DESIGNA o Servidor Municipal Senhor ALAN BARBOZA DE CARVALHO,

CPF nº. ***.870.988.-** cargo efetivo de "ASSISTENTE ADMINISTRATIVO", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para desempenho de suas atividades profissionais na US Graciosa a partir de 01 de junho de 2026, com efeitos retroativos.

Quatro Barras, 29 de junho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:83DC1339

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 45/2023

OBJETO: O referido Contrato tem por objeto a Contratação de empresa para fornecimento, implantação, treinamento, suporte técnico com operação assistida de solução de tecnologia da informação customizável e totalmente integrado de software de gerenciamento de documentos digitais, com fornecimento de datacenter, software de administração de backups, e fornecimento temporário de pessoal para conversão de 5.000 (cinco mil) caixas, para atender as necessidades deste Município, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório de Pregão Eletrônico nº 35/2023.

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE QUATRO BARRAS, CNPJ nº 76.105.568/0001-80.
CONTRATADA: LAMPART TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 17.555.704/0001-23.

DO OBJETO: O presente Instrumento tem como objeto o reajuste inflacionário do Contrato de Prestação de Serviços n° 45/2023 através do índice IPCA/IBGE, conforme previsto em sua "**CLÁUSULA NONA – "DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO – DO AUMENTO E SUPRESSÃO E REAJUSTE"**" e garantido através do 3º Termo Aditivo ao referido Contrato.

DO REAJUSTE: Utiliza-se o índice IPCA/IBGE acumulado entre os meses junho de 2025 e maio de 2026, que representa 4,725% e reajusta o valor total do Contrato para R$ 979.633,28 (novecentos e setenta e nove mil, seiscentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal, Senhor Loreno Bernardo Tolardo, exarada no Processo administrativo nº 5983/2026, com Parecer Jurídico nº 145/2026, no amparo legal do artigo 57 da Lei n° 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 26 de junho de 2026.

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:0FAA0597

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 49/2023

OBJETO: O referido Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada em orientação técnica, acompanhamento, treinamento e capacitação dos servidores públicos lotados nos setores administrativos, compreendendo a análise das informações inseridas nos sistemas informatizados de gestão pública, com apoio técnico aos serviços de alta complexidade conforme memorial descritivo, visando atender as demandas do Município de Quatro Barras, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório de Tomada de Preços nº 06/2023.

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE QUATRO BARRAS, CNPJ nº 76.105.568/0001-80.
CONTRATADA: TRESOL SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS LTDA, CNPJ nº 44.205.667/0001-04.

DO OBJETO: O presente Instrumento tem como objeto o reajuste inflacionário do Contrato de Prestação de Serviços n° 49/2023 através do índice IPCA/IBGE, conforme previsto em sua "**CLÁUSULA NONA – "DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO – DO AUMENTO E SUPRESSÃO E REAJUSTE"**" e garantido através do 3º Termo Aditivo ao referido Contrato.

DO REAJUSTE: Utiliza-se o índice IPCA/IBGE acumulado de junho/2025 a maio/2026, que representa 4.725% e reajusta o valor mensal para R$ 9.170,10 (nove mil, cento e setenta reais e dez centavos), totalizando para o período de 12 (doze) meses o valor de R$ 110.041,20 (cento e dez mil, quarenta e um reais e vinte centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo decorre de autorização do Prefeito Municipal, Senhor Loreno Bernardo Tolardo, exarada no processo administrativo n° 6234/2026 e amparo legal no artigo 65, § 8° da Lei Federal 8.666/1993.

DATA DE ASSINATURA: 26 de junho de 2026.

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:5D8D8803

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
REQUERIMENTOS DE DIÁRIAS

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:

Requerimento de Diária n° 4726/2026
ALESSANDRO CONDE SANTOS- CPF. XXX.843.849-XX
I)Processo Administrativo n° 10152/2026
II) Cargo do servidor: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – SMEELJ
III)Período de afastamento: 03/07/2026(18h) a 04/07/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 890,28 (oitocentos e noventa reais e vinte e oito centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 890,28 (oitocentos e noventa reais e vinte e oito centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para acompanhar atletas do futsal feminino no Paranaense SUB 11 em Toledo/PR.

Requerimento de Diária n° 4744/2026
ANDRE LUIS DOS SANTOS - CPF. XXX.420.759-XX
I)Processo Administrativo n° 10097/2026
II) Cargo do servidor: CHEFE DE DEPARTAMENTO – SMCT
III)Período de afastamento: 08/07/2026(12h) a 11/07/2026(14h)
IV) Número de diárias: três diárias integrais
V) valor unitário da diária integral: R$ 890,28 (oitocentos e noventa reais e vinte e oito centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 2.670,84 (dois mil seiscentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para IV Encontro de Cultura do Interior do Paraná - ECIP, em Pato Branco/PR.

Quatro Barras, 29 de junho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:639271E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 41/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à despesa abaixo especificada, **Processo n° 9518/2026**. **Objeto:** CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) INSCRIÇÃO INSTITUCIONAL PRESENCIAL PARA A PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO XXXIX CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (CONASEMS). Na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no Artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c o Decreto Municipal regulamentar, tendo em vista a inviabilidade de competição decorrente da natureza técnica especializada do treinamento e da exclusividade institucional da entidade organizadora., com fulcro no com fulcro no inciso IV Art. 74, caput, da Lei n° 14.133/2021 e consonância com o Parecer Jurídico n° 197/2026.
CONTRATADA: CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA MUNICIPAIS DE SAUDE
CNPJ Nº: 33.484.825/0001-88
VALOR TOTAL DE: R$ R$ 400,00 (quatrocentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	Código Reduzido	Subação	Natureza	Fonte
06.001	221	06001103010012207633900390000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1303 – Recurso Livres

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:DCB510E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 42/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à despesa abaixo especificada, **Processo n° 9317/2026**. **Objeto:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA, POR MEIO DE 01 (UMA) INSCRIÇÃO INDIVIDUAL PARA A PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO "II CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL". Na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no Art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/202.com fulcro no com fulcro no inciso IV Art. 74, caput, da Lei n° 14.133/2021 e consonância com o Parecer Jurídico n° 198/2026.
CONTRATADA: HORUS-DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA
CNPJ Nº: 59.048.127/0001-23
VALOR TOTAL DE: R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	Código Reduzido	Subação	Natureza	Fonte
04.003	134	04.003.08.244.0034.2.189.3.3.90.39.00.00.	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1000 – Recurso Livre

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:718C9823

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 43/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à despesa abaixo especificada, Processo n° 9037/2026 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA EM FORMATO DE CURSO PRESENCIAL, INCLUINDO SUPORTE E CERTIFICAÇÃO, VISANDO A CONSTITUIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA DO 1º FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS/PR. Na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no Art. 74, Com base no Art. 74, inciso II (Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais de notória especialização).com fulcro no com fulcro no Art. 74, II E § 2º, da Lei n° 14.133/2021 e consonância com o Parecer Jurídico n° 196/2026.
CONTRATADA: APOENA-CONSULTORIA E ASSESORIA LTDA
CNPJ Nº: 53.919.887/0001-82
VALOR TOTAL DE: R$ 7.220,00 **(sete mil e duzentos e vinte e dois reais)**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	Código Reduzido	Subação	Natureza	Fonte
25.003	577	25.003.12.361.0017.2.032.3.3.90.39.00.00.	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1104 – Recurso Livre

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:5FD37D65

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 44/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à despesa abaixo especificada, Processo n° 10010/2026 A presente licitação tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR, MOTORISTA CATEGORIA “B” E MOTORISTA CATEGORIA “D”, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIAS (ANEXO 01) E NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ANEXO 02) DO REFERIDO EDITAL.com fulcro no com fulcro no Art. 74, II E § 2º, da Lei n° 14.133/2021 e consonância com o Parecer Jurídico n° 253/2026.
CONTRATADO: ALESSANDRO DE LIMA
CPF Nº: 037.971.939-17
VALOR TOTAL DE: R$ 20.070,00 **(vinte mil e setenta reais)**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Código Reduzido	Subação	Natureza
220	3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Fisica

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:E1DCE79F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2026

O Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR, torna público aos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS, forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MEDICAMENTOS em atendimento ao Departamento de Saúde do Município de Rancho Alegre D'Oeste de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste processo e demais anexos.

Data e Horário do recebimento das Propostas e Documentos de habilitação a partir das 08h30min do dia 01 de julho de 2026 às 08h30min do dia 13 de julho de 2026.
Data e Hora da Disputa: às 09h00min dia 13 de julho de 2026 (Horário de Brasília).
Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
INFORMAÇÕES: O Edital e anexos poderão ser solicitados pelo e-mail licita.rancho@hotmail.com, nos sites www.ranchoalegredoeste.pr.gov.br e www.bll.org.br. Informações, dúvidas e pedidos de esclarecimentos pelo telefone (44) 3556-1186 ou deverão ser dirigidos ao Departamento de Licitações.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 29 de junho de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:E5DE3C1F

ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2026

O Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR, torna público aos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS, forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, em atendimento ao Departamento de Saúde do Município de Rancho Alegre D'Oeste de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste processo e demais anexos.

Data e Horário do recebimento das Propostas e Documentos de habilitação a partir das 08h30min do dia 01 de julho de 2026 às 08h30min do dia 15 de julho de 2026.
Data e Hora da Disputa: às 09h00min dia 15 de julho de 2026 (Horário de Brasília).
Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
INFORMAÇÕES: O Edital e anexos poderão ser solicitados pelo e-mail licita.rancho@hotmail.com, nos sites www.ranchoalegredoeste.pr.gov.br e www.bll.org.br. Informações, dúvidas e pedidos de esclarecimentos pelo telefone (44) 3556-1186 ou deverão ser dirigidos ao Departamento de Licitações.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 29 de junho de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:5C824C1F

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR

CONTRATADA: PW EDUCAÇÃO AMBIENTAL LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 67.681.097/0001-16.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCATIVOS COM PROJETO VIDA DOS BIOMAS EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE-PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO E DEMAIS ANEXOS.

VALOR TOTAL: R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).
HOMOLOGADO: 26 de junho de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 74, Inciso III da Lei Federal nº 14.1333/2021.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO"

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 26 de junho de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karina Inacio Almeida
Código Identificador:3B853BD2

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Eu, **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, Prefeito Municipal do Município de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e nos Termos da Lei nº 14.133/2021 e demais alterações;

RESOLVE:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente contratação, nestes termos:

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2026	
OBJETO:	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCATIVOS COM PROJETO VIDA DOS BIOMAS EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE-PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO E DEMAIS ANEXOS.	
CONTRATADO (A)	**PW EDUCAÇÃO AMBIENTAL LTDA**
CNPJ Nº	**67.681.097/0001-16**
VALOR (R$)	**R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).**
PRAZO	**O prazo de execução do objeto será de forma IMEDIATA, no dia 30 de junho de 2026 na Rede Municipal de Ensino de Rancho Alegre D'Oeste/PR.**
FUNDAMENTAÇÃO:	**Artigo 74, Inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021.**

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO"

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 26 de junho de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karina Inacio Almeida
Código Identificador:CEB06A90

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2026

O **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE,** Estado do Paraná**,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.640.1320001/94, através do Prefeito Municipal Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, RECONHECE, com fundamento no caput do artigo 74, da Lei Federal 14.133/21, a inexigibilidade de licitação para o seguinte objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCATIVOS COM PROJETO VIDA DOS BIOMAS EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE-PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO E DEMAIS ANEXOS.
CONTRATADA: PW EDUCAÇÃO AMBIENTAL LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 67.681.097/0001-16.

VALOR TOTAL: R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).
HOMOLOGADO: 26 de junho de 2026. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 74, Inciso III da Lei Federal nº 14.1333/2021.

Diante dos dados expostos e da documentação apresentada, a Autoridade Superior **RATIFICA** a contratação e visando a eficácia dos atos, publique-se na situação de Inexigibilidade, com amparo na legislação supracitada

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO"

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 26 de junho de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karina Inacio Almeida
Código Identificador:1C20A889

CULTURA
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PR

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PR

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às 18h00min, nas dependências do Centro Cultural Vinicius de Moraes, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Cultura de Rancho Alegre D'Oeste/PR, contando com a presença dos conselheiros e demais participantes, conforme lista de presença anexa. Dando início aos trabalhos, foi apresentada a pauta referente à destinação do saldo remanescente do Ciclo 1 da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), no valor de **R$ 7.173,67 (sete mil, cento e setenta e três reais e sessenta e sete centavos)**, transferido para a conta de execução do Ciclo 2. Após esclarecimentos e discussão entre os presentes, foi deliberado e aprovado, por unanimidade, que o referido recurso será destinado à **aquisição de armários para o Departamento Municipal de Cultura**, com finalidade de proporcionar o armazenamento adequado de figurinos, roupas, melhorar a organização, o armazenamento e a conservação dos materiais, equipamentos, documentos utilizados nas atividades culturais do município e demais itens utilizados nas oficinas, em conformidade com a finalidade prevista para a utilização dos recursos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu, Fernanda Melo Moreira, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo(a) Presidente do Conselho Municipal de Cultura e pelos demais presentes.

AUGUSTO DE SOUZA CAMPOS
Presidente

DOMINGOS MERCIAL
Vice-Presidente

PAULO DOS SANTOS M. AZEVEDO
Titular

MARIA CRISTINA DE P. MOREIRA
Vice-Presidente

SIVANILDA N. PEREIRA
Titular

ALINE PEREIRA SAMPAIO
Suplente

Publicado por:
Thiago de Souza Mourão
Código Identificador:EEA1ADC6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 EDITAL Nº 170 – CONVOCAÇÃO PARA POSSE

O Município de Realeza, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 76.205.673/0001-40, neste ato representado por seu administrador Sr. PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos, abaixo relacionados, aprovados e classificados no Concurso Público Nº 01/2022, conforme Edital de Homologação Nº 20/2022, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Realeza, sito à Rua Barão do Rio Branco, Nº 3507, Centro Cívico, no período da manhã (07h30 às 11h) ou no período da tarde (13h às 16h30min), no prazo improrrogável de oito (08) dias úteis, contados a partir de sua convocação (**30 de junho a 09 de julho de 2026**), munido da respectiva documentação exigida, para confirmar a aceitação do cargo. A não apresentação de um dos elementos exigidos, no prazo fixado, resultará na desclassificação do candidato.

PROFESSOR - MULTIDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO	MODALIDADE
0039470	FRANCINE RAQUEL WALKER	56º	AC
0038910	BRUNA ANDRÉIA DILLY	57º	AC
0040591	ADRIELI BIN	58º	AC

Realeza, Estado do Paraná, 29 de junho de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

ANEXO I
CHECK LIST – ENTREGA DOS DOCUMENTOS

NOME: _____

CARGO: _____

O candidato deverá apresentar cópias simples e originais dos seguintes documentos:
a) Carteira de Identidade (RG);
b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
c) Comprovante de endereço atual;
d) PIS/PASEP e Número da CTPS;
e) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;

f) Carteira Nacional de Habilitação;
g) Comprovante de Estado Civil (Certidão de nascimento ou certidão de casamento);
h) Diploma/Certificado de conclusão de Curso (escolaridade):
i) Registro no Respectivo Conselho de Classe e Registro da Especialidade (quando couber);
j) Certidão de Nascimento dos filhos (até 18 anos);
k) Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral.
l) Ficha cadastral
m) Certidão de Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ou do Estado em que reside;
n) Certidão de Antecedentes Criminais, fornecida pelos cartórios judiciais estaduais (Fórum) do domicílio onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos (expedida, no máximo, a três meses de sua apresentação);
o) Certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Federal.
p) Declaração de não acúmulo ou acúmulo lícito de cargos públicos ou proventos;
q) Última Declaração do IR. Se não possuir, entregar a Declaração de Bens e Valores;
r) Declaração de Nada Consta – Demissão por Processo Administrativo Disciplinar;
s) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas para afrodescendentes:
( ) Foto 5X7 (cinco por sete) colorida, de rosto inteiro.
( ) Autodeclaração.

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas PCD:
( ) Laudo médico que comprove a deficiência, emitido há no máximo 180 dias anteriores à convocação.

CANDIDATO(A):
Responsabilizo-me integralmente pela veracidade dos documentos apresentados.

_____
Assinatura

SERVIDOR(A)
Conferi as informações deste documento, bem como as fotocópias apresentadas.

_____
Assinatura

Realeza, ____ de _____ de 2022.

ANEXO II
FICHA CADASTRAL
Nome: _____
Função: _____
Nome do Pai: _____
Nome da Mãe: _____
Sexo: ____ Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____
Raça: _____ Deficiência: ( ) Sim ( ) Não Tipo: _____
Estado Civil: _____ Nome do Cônjuge: _____
Nacionalidade: _____ Tipo Sanguíneo _____
RG.: _____ Órgão Emissor: _____UF: ____ Data Emissão: _____
Título de Eleitor: _____ Zona Eleitoral: _____ Seção: _____
Número CTPS: _____ Série: _____ UF: ____ Data de Exp: _____
PIS/PASEP: _____ CPF: _____
Endereço: _____
E-Mail: _____
Telefone Residencial: ( ) _____ Celular: ( ) _____
Escolaridade: _____
Dependentes de Imposto de Renda
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Aceito a vaga para qual fui convocado e declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, comprometendo-me a submeter-me, a partir desta data, a realizar todas as etapas de admissão exigidas pelo Município de Realeza, bem como estou ciente que posso ser desclassificado pelo descumprimento das normas.

DATA: _____ /_____ /_____

_____
Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO OU ACÚMULO LÍCITO DE CARGOS PÚBLICOS OU PROVENTOS

Eu, _____, abaixo assinado(a), nascido(a) em ____/____/_____, residente e domiciliado(a), à Rua _____ nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº _____ face a minha convocação para o ingresso no Quadro de Servidores do Município de Realeza, na função de _____.
DECLARO, para efeitos de admissão, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, alterado conforme Emenda Constitucional n° 34, de 13 de dezembro de 2001, e o do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Realeza, que:
1. Recebo proventos de aposentadorias como servidor público municipal, estadual ou federal, ressalvados os cargos previstos na Constituição Federal: ( ) Sim ( ) Não
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____ _____, recebendo proventos equivalentes a (R$_____
2. Foi demitido(a) do Serviço Público Municipal, Estadual ou Federal. ( ) Sim ( ) Não
3. Possuo outro cargo, emprego ou função pública: ( ) Sim ( ) Não.
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, onde exerço minhas funções no horário compreendido entre _____, com jornada semanal de _____ horas, recebendo proventos equivalentes a R$_____ .

DECLARO ainda, estar ciente da proibição de acumulação remunerada de cargos públicos, em conformidade ao disposto no artigo 37, da Constituição Federal, bem como das implicações criminais por falsa declaração, conforme o artigo 299 do Código Penal.

Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente.

_____, _____ de _____ de ____.

_____
(assinatura)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE BENS
Eu, _____, portador(a) da Identidade nº_____,e do CPF nº _____, residente e domiciliado à _____, nº ____, Bairro _____, em _____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:
1. _____
_____ Valor: R$ _____
2. _____
_____ Valor: R$ _____

3. _____
_____ Valor: R$ _____
4. _____
_____ Valor: R$ _____
5. _____
_____ Valor: R$ _____
6. _____
_____ Valor: R$ _____

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.
Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima**.**

_____, _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº _____, residente e domiciliado à _____, nº ____, Bairro _____, em _____, declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº _____, aprovado no Concurso Público Nº 01/2022, para o cargo de _____, convocado para assumir o cargo através do Edital de Convocação Nº _____, manifesto e declaro para os devidos fins a minha DESISTÊNCIA em assumir o cargo, renunciando a qualquer direito inerente ao Concurso Público prestado.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº _____, aprovado no Concurso Público Nº 01/2022, para o cargo de _____,
DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de demissão, por abandono do cargo ou dispensa por justa causa, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VIII
SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA

Eu, _____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, no endereço _____, nº_____, no bairro _____, aprovado no Concurso Público Nº 01/2022, para o cargo de _____,
classificado(a) em _____º lugar, venho solicitar o deslocamento do lugar que ocupo atualmente na ordem classificatória do dito Concurso, conforme o Edital de Homologação nº ____/20____ , para o final de lista, onde permanecerei até que seja concedida nova oportunidade para ser nomeado(a), passando a obedecer a nova listagem de classificação, tendo em vista o presente pedido.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:7C0E2272

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.951/2026 29/06/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora abaixo relacionada a partir da data de 30 de junho de 2026 pelo período de um ano a contar dessa data, para continuar exercendo o cargo temporário de Técnico de Enfermagem referente ao processo seletivo simplificado Nº01/2025, conforme Edital de convocação Nº23. Nomeada anteriormente pela Portaria 8.214/2025 de 30/06/2025.
TÉCNICO DE ENFERMAGEM

VANESSA BORTOLOTTO	RG Nº 13.021.426-6 SSP/PR

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:4E76250C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.952/2026 29/06/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - ENQUADRAR o servidor abaixo relacionado em conformidade com as Leis complementares **Nº01 e Nº02 de janeiro de 2022**, a partir de junho de 2026.

SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	NÍVEL	NÍVEL
MARCUS VINICIUS MORAES CIBULSKI	Odontólogo	221501	F07	F08

- ENQUADRAR as servidoras abaixo relacionadas em conformidade com as Leis complementares **Nº01 e Nº03 de janeiro de 2022**, a partir de junho de 2026.

SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	NÍVEL	NÍVEL
ELIZETE MARIA LOTICI	Professor	222761	C08	C09
ELISANGELA DOS SANTOS LUCIETTO	Professor de Educação Infantil	3105717	C 03	C 04
MARCIA LIVI	Professor 2ºpadrão	195262	C07	C08

- ENQUADRAR a servidora abaixo relacionada em conformidade com as Leis complementares **Nº01 e Nº02 de janeiro de 2022**, com fins retroativos a partir de abril de 2026.

SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	NÍVEL	NÍVEL
SOLANGE DA ROSA CHINATTO	Agente Comunitário de Saúde	3105702	D04	D05

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:0BEA5AEB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 83-2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: NOVORTHEC COMÉRCIO INTEGRADO LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES, MOBÍLIAS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS REFERENTES A VERBAS RESTANTES DA RESOLUÇÃO 148/2024 PARA HOSPITAL N.S.A
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 83/2025
VALOR TOTAL: R$810,00 (OITOCENTOS E DEZ REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 19/06/2026
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: VERLUMA COMERCIO LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES, MOBÍLIAS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS REFERENTES A VERBAS RESTANTES DA RESOLUÇÃO 148/2024 PARA HOSPITAL N.S.A, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE REALEZA – PR, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO 83/2025
VALOR TOTAL: R$3.750,00 (TRÊS MIL, SETECENTOS E CINQÜENTA REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 19/06/2026

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:CECEA718

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO CONSORA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO
SEGUNDO TERMO DE DO CONTRATO Nº 499/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: CONSORA CONSTRUTORA
OBJETO: a Contratação de empresa especializada para EXECUÇÃO DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DE EDIFICAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME SERVIÇOS DESCRITOS NO MEMORIAL DESCRITIVO E NOS PROJETOS ANEXOS AO EDITAL.

ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto promover acréscimo quantitativo e qualitativo dos serviços previstos no Contrato de Empreitada nº 499/2024, celebrado para execução da obra de Reforma e Adequação de Barracão, conforme justificativa técnica, planilhas orçamentárias e demais documentos constantes do processo administrativo.
Em decorrência dos serviços acrescidos, fica aditado ao contrato o valor de R$ 60.443,47 (sessenta mil quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e sete centavos), correspondente a 29,56% (vinte e nove com cinquenta e seis por cento) do valor originalmente contratado, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO:
Fica prorrogado o prazo de execução contratual por mais 30 (trinta) dias, contados na forma estabelecida pela fiscalização do contrato, em razão da execução dos serviços acrescidos e de seu impacto no cronograma físico da obra.

REFERENTE: CONCORRÊNCIA Nº 09/2024
DATA DA ASSINATURA: 29/06/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:2E48FDAD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026

A Prefeitura Municipal de Renascença, Estado do Paraná, por intermédio da Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 159/2026, devidamente autorizada pela Prefeita Municipal, Sra. **Fabieli Manfredi**, torna público aos interessados a realização de **CREDENCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU DE SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ANO DE 2026 E 2027, COM O OBJETIVO DE ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IDA KUMMER, E CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL GIRASSOL**, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 003/2026.
O Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos no Portal da Transparência do Município de Renascença, no sítio eletrônico **www.renascenca.pr.gov.br**, bem como junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Getúlio Vargas, nº 901, Centro, Renascença/PR.
O acesso ao credenciamento é livre para todas as pessoas jurídicas prestadoras de serviços na área da saúde compatíveis com o objeto deste Chamamento Público, a partir da data de publicação do Edital.
As inscrições e protocolos apresentados até às **23h59min do dia 24 de julho de 2026** serão analisados na **primeira sessão pública de conferência da documentação de habilitação**, a ser realizada no dia **27 de julho de 2026, às 09h00min**, na sede da Prefeitura Municipal de Renascença.
Após a realização da primeira sessão pública, o credenciamento permanecerá aberto durante toda a vigência do Edital, pelo período de **12 (doze) meses**, para cadastramento permanente de novos interessados, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório.
Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações pelo telefone **(46) 3550-8336** ou pelo e-mail licitacao@renascenca.pr.gov.br.
Renascença, 29 de junho de 2026.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:F10BB473

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 217 DE 29 DE JUNHO DE 2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora Patricia Loduvichak.

Fabieli Manfedi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 68, item I, da Lei Municipal Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015,

R E S O L V E:

Concede licença para tratamento de saúde a servidora **Patricia Loduvichak**, matrícula nº 65991**, Professora com Licenciatura Plena e Pós Graduação,** vinculada à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, no período de 25 de junho de 2026 à 14 de julho de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a dia 25 de junho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFEDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:3D054F33

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO N°: 105/2026 SÚMULA: NOMEIA EMPREGADA PÚBLICA.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. STEFANY MENDES MACHADO, brasileira, portadora do CPF sob nº: XXX. 547.449-XX, para ocupar o emprego público de Técnico de Enfermagem, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:073C84E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO N°: 106/2026 SÚMULA: NOMEIA EMPREGADA PÚBLICA.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. LUCIA GOMES, brasileira, portadora do CPF sob nº: XXX. 974.809-XX, para ocupar o emprego público de Técnico de Enfermagem, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:282DAE74

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 56/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra retificado o Pregão ELETRÔNICO, nº. 56/2026, do tipo MAIOR DESCONTO POR LOTE A PARTIR DE TABELA REFERENCIAL, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 21 de julho de 2026, às 08 Hr 30 min, cujo objeto é PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA TRATORES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL/. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá até às 08 hr 29 min do dia 21/07/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 21/07/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 30 de junho de 2026.

Rio Azul, 29 de junho de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:A74069CD

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 135/2026

Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas municipais no período da tarde do dia 29 de junho de 2026, em razão da realização de partida da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2026, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO AZUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a classificação da Seleção Brasileira de Futebol para a fase eliminatória da Copa do Mundo FIFA 2026;
CONSIDERANDO que a partida será realizada no dia 29 de junho de 2026, às 14h (quatorze horas);
CONSIDERANDO o interesse da Administração em possibilitar aos servidores o acompanhamento do referido evento esportivo, sem prejuízo da manutenção dos serviços públicos essenciais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no período da tarde do dia 29 de junho de 2026, em razão da realização da partida da Seleção Brasileira de Futebol pela fase eliminatória da Copa do Mundo FIFA 2026.

Art. 2º - O disposto neste Decreto não se aplica aos órgãos e às unidades administrativas que prestam serviços públicos essenciais e indispensáveis à população, os quais deverão funcionar normalmente, observadas as escalas e determinações das respectivas chefias.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio Azul-PR, 25 de junho de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:75673974

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE HABILITAÇÃO DE LICITANTES PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

A Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, através da Agente de Contratação designada pelo Decreto nº 8.513/2026, tendo em vista o que consta do processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, que tem por objeto a **"**Locação de Software de Gestão Municipal ERP Integrado Executivo e Legislativo em modalidade SaaS para Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul e Câmara de Vereadores de Rio Branco do Sul.**"** leva ao conhecimento dos interessados o licitante declarado habilitado, sendo-lhe adjudicado o objeto, conforme abaixo:

Empresa	Lote	Descrição	Qtd	Unidade	Valor Unitário(R$)
IPM SISTEMAS LTDA	1 e 2	LICENCIAMENTO MENSAL DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA - EXECUTIVO	24	MÊS	R$ 63.347,00
		GESTÃO E PROVIMENTO DE DATA CENTER	24	MÊS	R$ 6.860,00
		SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - EXECUTIVO	1	MÊS	R$ 55.457,00
		SERVIÇOS DE CONSULTORIA, TREINAMENTO E CONFIGURAÇÃO	600	HORA	R$ 176,00
		SERVIÇOS DE PERSONALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARES	480	HORA	R$ 276,00
		TÉCNICO FIXO LOCAL	72	MÊS	R$ 8.740,00
		LICENCIAMENTO MENSAL DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA - LEGISLATIVO	24	MÊS	R$ 6.747,00
		SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO - LEGISLATIVO	1	UN	R$ 10.722,00
		SERVIÇOS DE CONSULTORIA, TREINAMENTO E CONFIGURAÇÃO	200	HORA	R$ 176,00
		SERVIÇOS DE PERSONALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARES	200	HORA	R$ 276,00
Valor Total (R$)					**2.870.835,00**

Valor Máximo para a contratação **R$ 2.870.835,00 (dois milhões, oitocentos e setenta mil, oitocentos e trinta e cinco reais).**

Vistas do processo poderão ser obtidas perante a própria Agente de Contratação/Equipe de Apoio, em dias de expediente normal, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Rio Branco do Sul, 29 de junho de 2026.

CAMILA NAIARA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:220CCDC6

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DA DISPENSA 040/2025

Extrato: Contrato nº 355/2025. **Modalidade:** Dispensa de Licitação nº 040/2025. **Objeto:** O presente processo de DISPENSA tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOFTWARE de localização de dados cadastrais de devedores, durante prazo de 12 meses, havendo prorrogação de prazo por mais 12 meses. **Dispositivo legal**: **Inciso** Artigo 75, II, Lei 14.133/2021. **Contratado:** Previnity Soluções Inteligentes Em Informação Ltda. **Rescisão amigável a partir do dia:** 31 de Março de 2026. **Data de Assinatura:** 25/03/2026.

CAMILA NAIARA SANTOS
Agente de Contratação - Decreto n.º 7.802/2025
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:8A1BD62A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 095/2026

Aprova a Instrução Normativa nº 04, de 26 de junho de 2026, da Secretaria Municipal de Educação, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná no uso das atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa nº 04, de 26 de junho de 2026, da Secretaria Municipal de Educação, que "Dispõe sobre normas especificas para prevenção e o enfrentamento do uso de Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFS)".

Art. 2º A Instrução Normativa a que se refere no artigo 1º é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 26 de junho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2026

Dispõe sobre normas especificas para prevenção e o enfrentamento do uso de dispositivos eletrônicos para fumar (DEFS).

Art. 1º Em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Paraná, procede-se a definição de condutas a serem adotadas no âmbito das Escolas Municipais de Rio Negro.

Art. 2º Essas definições devem fazer parte do Regimento Escolar de todas as escolas.
Art. 3º Em conformidade com a Legislação Federal e Estadual vigente — notadamente a Lei Federal nº 9.294/1996, que dispõe sobre restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, e a Resolução da ANVISA nº 46/2009, que proíbe a comercialização, importação e propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar (como cigarros eletrônicos, vapes e similares) em todo o território nacional — a Secretaria Municipal de Educação de Rio Negro, estabelece para todas as Unidades Escolares de Rio Negro normas específicas para a prevenção e o enfrentamento do uso desses dispositivos em seu ambiente escolar.
Art. 4º A instituição reafirma seu compromisso com a promoção da saúde, da segurança e do bem-estar dos estudantes, considerando que o uso de dispositivos eletrônicos para fumar é prejudicial, ilegal e incompatível com o ambiente educativo.
Art. 5º Orientações e procedimentos:
§ 1ª Proibição absoluta: É expressamente proibido portar, utilizar ou compartilhar qualquer tipo de dispositivo eletrônico para fumar (DEFS) nas dependências da escola, durante o trajeto escolar ou em atividades promovidas pela instituição.
§ 2ª Ações educativas: As escolas desenvolverão ações pedagógicas voltadas à conscientização dos estudantes sobre os riscos à saúde e sobre as consequências legais do uso de tais dispositivos, integrando o tema às atividades de prevenção às drogas e promoção da vida saudável.
§ 3ª Nos 5ºs anos das Escolas Municipais, haverá o programa PROERD – Programa Educacional de Resistência à Violência e as Drogas, voltado a prevenção e conscientização quanto ao uso de substâncias psicoativas em parceria com a Polícia Militar do Paraná.
Art. 6º Procedimentos para Identificação e Registro
§ 1ª Abordagem inicial
● Ao constatar o porte ou uso de cigarro eletrônico por estudante, a Equipe Gestora deverá:
○ Recolher o Dispositivo;
O dispositivo recolhido não será devolvido aos pais ou responsáveis, uma vez que sua posse e utilização configuram infração às normas da ANVISA e aos princípios de saúde pública. O material será destinado ao recolhimento pela BEPEC e posterior destinação adequada.
○ Convocar imediatamente os responsáveis legais para atendimento presencial; A família ou responsável legal será convocada para comparecimento à escola, com o objetivo de tomar ciência do ocorrido e participar do diálogo educativo sobre o fato.
○ Preencher Ata de Atendimento (anexo I), contendo informações:
■ Como o aluno teve a posse do produto;
■ Orientações fornecidas com base no Regimento Escolar;
Art. 7º Encaminhamentos complementares:
§ 1ª Se o estudante tem costume de utilizar o dispositivo fora do ambiente escolar;
§ 2ª Se os responsáveis tinham conhecimento do porte ou do uso;
§ 3ª Em casos de reincidência, ou quando se verificar a necessidade de acompanhamento específico, a equipe pedagógica poderá encaminhar o estudante, à Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, observando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).
Art. 8º Do Boletim de Ocorrência
§ 1ª Caso se constate que o responsável forneceu o cigarro eletrônico ao menor, a conduta deverá ser registrada em Boletim de Ocorrência (B.O.) pela Patrulha Escolar ou na Delegacia da Mulher e do Adolescente, anexando a Ata do atendimento e o dispositivo eletrônico.
§ 2ª Se o estudante maior de 18 anos for flagrado utilizando ou compartilhando com menores, deverá ser registrado em Boletim de Ocorrência (B.O.) pela Patrulha Escolar ou na Delegacia Regional, anexando a Ata do atendimento e o dispositivo eletrônico.
Art. 9º Identificação de Pontos de Venda Clandestinos
§ 1ª Se a escola obtiver informações sobre locais de venda ilegal de cigarros eletrônicos, deverá colocar estas informações na ata de atendimento.
Art. 10º Ações Preventivas e Educativas
§ 1ª A escola reforça que tais medidas não possuem caráter punitivo, mas educativo e preventivo, buscando assegurar um ambiente escolar saudável, seguro e livre de substâncias e práticas que comprometam o desenvolvimento físico, mental e social de seus estudantes.
§ 2ª São ações preventivas:
● Realização de palestras informativas com profissionais da área da saúde;
● Promoção de campanhas de conscientização com foco em saúde, autonomia e responsabilidade;
● Continuidade no Programa PROERD com foco na prevenção ao uso de substâncias psicoativas
● Desenvolvimento de materiais educativos (cartazes, vídeos, folders);
● Parceria com Conselho Tutelar, Vigilância Sanitária e MPPR para ações integradas nas comunidades escolares.
Art. 11º Amparo Legal:
§ 1ª No Brasil, a comercialização, importação e propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar, incluindo cigarros eletrônicos, são proibidas desde 2009 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em abril de 2024, a Anvisa reforçou essa concessão, estendendo-a também à fabricação, distribuição, armazenamento e transporte desses dispositivos.
§ 2ª No Paraná, a Lei Estadual nº 16.239, de 29 de setembro de 2009, proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não de tabaco, que produza fumaça, incluindo o uso de cigarros eletrônicos, em ambientes de uso coletivo, público ou privado. Em junho de 2023, a Lei nº 21.520 atualizou essa legislação para incluir explicitamente dispositivos como o narguilé.
§ 3ª Além disso, em dezembro de 2024, a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que proíbe a fabricação, importação, comercialização, armazenamento, transporte e propaganda de cigarros eletrônicos em todo o território nacional. O projeto também proíbe expressamente o consumo desses dispositivos em ambientes de uso coletivo, público ou privado, mesmo que parcialmente abertos.
§ 4ª Portanto, tanto no âmbito federal quanto no estadual, há legislações que restringem o uso e a comercialização de cigarros eletrônicos no Brasil e no Paraná.

Rio Negro, 26 de junho de 2026.

JUAREZ KONOPKA
Departamento de Gerenciamento Operacional

VERA MARIA PFEFFER SCHELBAUER
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I ATA DE ATENDIMENTO – USO DE DISPOSITIVO ELETRÔNICO DE FUMAR
Data:__/__/__ Horário: _____ Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, na [Nome da Escola], situada à [endereço completo], foi realizada reunião com a presença da Equipe Gestora da escola e do(s) responsável(is) legal(is) do(a) estudante abaixo identificado(a), a fim de tratar da situação relacionada ao uso de Dispositivo Eletrônico de Fumar (DEF), popularmente conhecido como cigarro eletrônico, pelo(a) estudante na instituição. Dados do(a) Estudante: Nome: _____
Data de nascimento:___/___/___ Idade: _____
Série/Turma: _____ Idade: _____ anos CPF/RG (se houver): _____
1. Procedimentos para Identificação e Registro
1.1. Abordagem Inicial: A Equipe Gestora, ao constatar o uso ou posse do cigarro eletrônico por parte do(a) estudante, tomou as seguintes providências:
● Interrupção imediata do uso do produto;
● Recolhimento e guarda segura do dispositivo;
● Convocação presencial do(s) responsável(is) legal(is).
2. Registro da Ocorrência Durante o atendimento, foram colhidas as seguintes informações:
a) Como o estudante teve acesso ao produto:
☐ Comprou por conta própria
☐ Recebeu de terceiros (amigos, colegas, outros)
☐ Outros (especificar): _____
b) Onde o produto foi adquirido:
☐ Comércio local, (onde):_____
☐ Internet

☐ Colega/escola
☐ Outro (especificar): _____
c) Os responsáveis tinham conhecimento do porte ou uso?
☐ Sim
☐ Não
☐ O responsável forneceu o dispositivo para o estudante.
d) Encaminhamentos realizados pela escola:
☐ Orientação verbal com base no Regimento Escolar
☐ Entrega de materiais informativos
☐ Encaminhamento para orientação pedagógica
☐ Encaminhamento para rede de proteção (CRAS, Conselho Tutelar)
☐ Outros: _____
3. Legislação Aplicada A presente ocorrência está amparada nas seguintes normativas:
● Lei Estadual nº 16.239/2009 e Lei nº 21.520/2023 – Proíbem o uso de produtos fumígenos, inclusive dispositivos eletrônicos, em ambientes fechados de uso coletivo no Paraná;
● RDC Anvisa nº 855/2024 – Proíbe a fabricação, comercialização, importação, propaganda e uso de Dispositivos Eletrônicos de Fumar em todo o território nacional;
● Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990) – Garante a proteção integral à criança e ao adolescente;
● Regimento Escolar da Instituição – Prevê medidas educativas e disciplinares para situações que comprometem a saúde e segurança dos estudantes.
● NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº01/2025 - MPPR/CAOP 4. Observações adicionais:
Assinaturas: [Nome do(a) Diretor(a) ou responsável pela Gestão Escolar]
Cargo: _____
[Nome do Responsável Legal do Estudante] RG/CPF: _____

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:0CE78C7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE VERBA

Ficam notificados os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município que o mesmo recebeu o crédito de recursos financeiros, em 22/06/2026, no valor de R$ 139.119,09 (Cento e Trinta e Nove Mil, Cento e Dezenove Reais e Nove Centavos.) na conta bancária nº 77643-2 Banco do Brasil Ag. 0349-2 vinculada ao Convenio nº 841-2024 de SIT nº 67886, firmado com o Município de Rolândia/PR, e a SECID (Secretaria das Cidades) para a construção de um Meu Campinho no Jardim Novo Horizonte.

Rolândia,29 de junho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:8E819F7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026 – PMR. PROCESSO Nº 109/2026.

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), RETIRADO NA USINA.

Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: NÃO

Valor máximo total R$: 2.328.880,00.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 13/07/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 horas do dia 13/07/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 29 de junho de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:C2CE0D78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO- CONCORRÊNCIA 08/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Salgado Filho torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Concorrência 08/2026**, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações.

Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada para execução de obras de construção de 10 (dez) unidades habitacionais populares, modelo FAC 47, com área de 47,33 m² cada, totalizando 473,30 m² de área construída, em atendimento ao Convênio nº 181/CONV/2026 firmado entre o Município de Salgado Filho – PR, com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), conforme planilha orçamentária de referência constante no Anexo

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	36848 - Unidade habitacional FAC 47 (1 unidade) Conforme Projeto	UN	10	161.686,88	1.616.868,80
Total Geral					**1.616.868,80**

Data de entrega dos envelopes: 14/07/2026 às 08:29 horas no COMPRASGOV.

Data de abertura dos envelopes: 14/07/2026 às 08:30 horas no COMPRASGOV.

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site http://www.salgadofilho.pr.gov.br ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Salgado Filho, fone 4635641202 ou e-mail licitacao.sf@gmail.com

Salgado Filho-PR, 29 de junho de 2026

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:EEFDC0E3

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 74, DE 29 DE JUNHO DE 2026

DECRETO Nº 74, DE 29 DE JUNHO DE 2026

Altera os Membros da Comissão Intersetorial de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência do Município de Salgado Filho-Pr.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.742/93, bem como o estabelecido nas Leis Municipais nº 29/2009, nº 48/2017 alterada pela Lei Municipal nº 51/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar os membros que compõe a Comissão Intersetorial de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência do Município de Salgado Filho.

NOME	REPRESENTAÇÃO
EDSON CAPPELIN	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
REGIANE WINNICKI GIOVANA RAMOS MARIA EDILEUZA SOBRAL DINIZ (Vice-coordenadora geral)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDINA RIVA DUARTE ALEXANDRA ALVES (1ª secretária) MARCIA MARIA TERRAS BARRETO (Coordenadora geral)	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ELIANE MARCIA RUCH PAULA JOZIANE PICINI	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SILVANA TEREZA WELTER ELIANE CIMONI PILGER PIRES	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NEOMAR SEVERO CLEONISE ANA KLEIN LUCIMARA HUDSON NUNES WENER SANTOS ARCOVERDE TEREZINHA FÁTIMA DA ROCHA	CONSELHO TUTELAR
HARI OSCAR WEIPPERT KELI MARISTELA BEUTLER	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
JOICELENE DA GLÓRIA DE OLIVEIRA ANGELA MARIA MAZZARO DE CAMARGO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA ESTADUAL PADRE ANCHIETA - APMF
NEUZA KRAUSE ALCIDES PILATTI	ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS NOSSA SENHORA APARECIDA
MARILENE RIMOLDI CELANTE	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO Á MATERNIDADE, INFÂNCIA E FAMÍLIA
EDER LUIZ BACKOF FABIO ANTÔNIO RODRIGUES	POLÍCIA MILITAR
ELAINE ALVES MACIEL TAFAREL ELAINE RODRIGUES	CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
MARILISEI DIAS KLEIN (2ª Secretária)	VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto nº 32, de 16 de março de 2026.
Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao vigésimo nono dia do mês de junho de ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:4BCA467C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/2026

OBJETO:	Pavimentação acesso a comunidade de Linha dos Gaúchos Estrada Vicinal em CBUQ, 15.021,42 m², Conforme projeto e com recursos Instrumento de Repasse nº 4123006/2025, no valor máximo de R$ 3.222.142,64 (três milhões duzentos e vinte e dois mil, cento e quarenta e dois reais com sessenta e quatro centavos)
CONTRATADO:	JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA
CNPJ:	40.306.265/0001-37
VALOR:	3.222.142,64
VIGÊNCIA:	24/06/2027
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Segunda-Feira, 29 de junho de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:006C5782

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1407/2026

DECRETO Nº 1407, DE 29 DE JUNHO 2026.

Súmula: Reenquadra Servidores Municipais e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Reenquadra a partir de 29 de junho de 2026 os Servidores Municipais abaixo especificados**:**

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	ADMISSÃO	NIVEL
Adenir Zanettin	5592/2	Gari	03/04/2007	09
Andressa Eloise Toscan	8559/1	Recepcionista	15/03/2012	09
Carolina Bonin	15202/1	Recepcionista	01/07/2014	10
Cleimar Moravski	744/1	Fiscal de Tributos	01/11/1994	12
Edimar Zanin	14893/1	Operador de Maquinas	12/06/2024	16
Ernani de Barros	16314/1	Motorista	01/07/2025	09
Gilson Gavenda	15857/1	Operador de Maquinas	11/11/2024	16
Ivanilso Cassol	16306/1	Operador de Maquinas	16/07/2025	14
Jocineia Ribeiro do Nascimento	7714/1	Assistente de Administração	01/02/2012	11
Rafael Pesseti	15172/1	Operador de Maquinas	01/07/2024	16
Renato de Melos	16322/1	Operador de Maquinas	23/07/2025	14
Roberto Carlos Lucietto	9660/1	Assistente de Administração	06/01/2014	12
Rodrigo Korink	14370/1	Recepcionista	04/03/2024	08
Romar Pilatti	11762/1	Motorista	27/11/2019	09
Sandra Regina Bernardi	2810/1	Técnico Agrícola	01/07/2002	10

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, 29 de junho de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:1603664F

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 095/2026

PORTARIA N° 095, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

SÚMULA: - Altera a Função Gratificada concedida a Servidores Municipais abaixo especificados e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Altera a Função Gratificada concedida a Servidores Municipais abaixo especificados, e dá outras providências:

NOME	DEPARTAMENTO	FG
Evertom Eram Bandeira	Vigilância Sanitária/ Endemias	FG - 05
Paulo Cesar Brustolin	Departamento de Esporte	FG - 01

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 29 de junho de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:8731DEB9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2026

Prefeitura convoca classificado/aprovado no Concurso Público nº 001/2025

Edital de convocação de classificados/aprovados no Concurso Público Municipal n. 001/2025 da Prefeitura Municipal de Santa Amélia – Estado do Paraná.

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia – Estado do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, convoca o(s) candidato(s) abaixo(s) relacionado(s), classificado(s)/aprovado(s) no Concurso Público Municipal de n. 001/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Santa Amélia, para no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste edital, recebimento do A/R via correio postal ou o recebimento da correspondência eletrônica de convocação (e-mail), deverá apresentar-se junto ao Departamento de Recursos Humanos, localizado na rua Dr. Alcides Prudente Pavan, 130 – centro – Santa Amélia – PR, no horário de 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, a partir do dia 30 de junho de 2026, para tomar posse de seu cargo, munidos dos seguintes documentos, a serem apresentados, pelo candidatos classificados/aprovados 02 (duas) cópias de cada documento, ***conforme item 19.7.1 do Edital de Concurso Público nº 001/2025:***

Para a nomeação, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos (original e cópia):
a) Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade acompanhado do Boletim de Ocorrência;
b) Cadastro de Pessoa Física CPF conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;
c) Registro Civil de Nascimento/Casamento/Casamento com Averbação de Divórcio;
d) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
f) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
g) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos, carteira de identidade, CPF e caderneta de vacinação dos filhos menores de 7 (sete) anos (fotocópia autenticada ou acompanhada do original);
h) Uma foto 3x4 recente, colorida e com fundo branco;
i) número da conta corrente do Banco do Brasil S/A (se possuir);
j) Documentos pessoais do cônjuge (companheiro/companheira) carteira de identidade e CPF;
k) Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
l) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
m) CNH para os candidatos aos cargos cuja habilitação se faz necessária;
n) Registro junto ao Conselho de Classe do candidato a cargo profissional exigido;
o) Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
p) Declaração de que o candidato não se encontra vinculado a cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
q) Declaração de bens ou declaração de imposto de renda;
r) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
s) Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
t) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
u) Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais (emitidas pelas Justiça Estadual, Federal e o Local de Residência do Candidato). Caso a CND seja positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa;
v) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO emitido por um Médico do Trabalho – Emitido pelo médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Santa Amélia – Pr.;
Obs. 1 -O candidato deverá levar os documentos em uma pasta tipo ofício com elástico (nova).
Obs. 2 - Os documentos solicitados serão autenticados pelo servidor da Prefeitura no ato da apresentação dos documentos originais juntamente com as respectivas fotocópias sem qualquer tipo de custas ou emolumentos.
A falta da apresentação dos documentos e declarações mencionados neste edital de convocação caracterizará a desistência do candidato.
O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
Caso sejam necessários exames complementares para posse, deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Santa Amélia.
O candidato pessoa com deficiência que for convocado para exames médicos admissionais deverá submeter-se aos exames previstos para a comprovação da deficiência declarada e da compatibilidade para o exercício do cargo.
Obs. 3 – O candidato para solicitar as certidões cíveis e criminais deverão comparecer no cartório distribuidor do fórum da Comarca de sua cidade.
Ob. 4 – O candidato para solicitar a certidão da Vara de Execuções Penais estadual deverá entrar no site do tribunal de justiça do seu estado.
Para quem reside na região de Londrina está o link abaixo:
https://site.distribuidorlondrina.com.br/certidao.php
Ob. 5 – O candidato para solicitar as certidões Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais federal deverá acessar o site do Tribunal Regional Federal da sua região. No caso dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, acessar o link abaixo:
https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&id_pagina=2401

CARGO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	**CPF**
Adrian Guilherme dos Santos Henrique	099.***.3*9-66

Prefeitura Municipal de Santa Amélia (PR), 29 de junho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:021AEB73

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DA PORTARIA Nº 407/2026

Onde se lê

Art. 1° Conceder 05 (cinco) dias de férias a servidora pública municipal**EDILÉIA CRISTINA VERSORI,**matrícula n° 19211 ocupante do cargo de provimento efetivo de**DIGITADOR**, Dia 13/07/2026 a 17/07/2026 correspondentes ao período aquisitivo de

2024/2025, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 16 de julho de 2026.

Leia-se

Art. 1° Conceder 05 (cinco) dias de férias a servidora pública municipal**EDILÉIA CRISTINA VERSORI,**matrícula n° 19211 ocupante do cargo de provimento efetivo de**DIGITADOR**, Dia 13/07/2026 a 17/07/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 18 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia, 29 de junho de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:E9C55CA0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 412/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 02 (dois) dias de férias a servidor (a) público (a) municipal **ANGELICA APARECIDA DE OLIVEIRA ,** matrícula n° 36251 ocupante do cargo de provimento efetivo de **SERVENTE** , Dia 13/07/2026 a 14/07/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 15 de Julho de 2026
Art. 2°Conceder 3 (tres) dias de férias de 15/07/2026 a 17/07/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2025/2026, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 18 de Julho de 2026.
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 29 de junho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:C3F941C6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 413/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 05 (cinco) dias de férias a servidor (a) público (a) municipal **CLEUDINEIA DA SILVA ,** matrícula n° 1411 ocupante do cargo de provimento efetivo de **SERVENTE** , Dia 13/07/2026 a 17/07/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2025/2026, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 18 de Julho de 2026
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 29 de junho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:FE253E34

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 414/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 04 (quatro) dias de férias a servidor (a) público (a) municipal**GRACIMEIRI SILVA DE SOUZA ,** matrícula n° 20211 ocupante do cargo de provimento efetivo de **SERVENTE** , Dia 13/07/2026 a 16/07/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 17 de Julho de 2026
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 29 de junho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:0202D9BF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 415/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 05 (cinco) dias de férias a servidor (a) público (a) municipal **JOCIMARA RIBEIRO ,** matrícula n° 35661 ocupante do cargo de provimento efetivo de **SERVENTE** , Dia 13/07/2026 a 17/07/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 18 de Julho de 2026
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 29 de junho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:5DA8ED71

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 416/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 05 (cinco) dias de férias a servidor (a) público (a) municipal **JOSIANE APARECIDA PRESTES ,** matrícula n° 1000951 ocupante do cargo de provimento efetivo de **SERVENTE** , Dia 13/07/2026 a 17/07/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 18 de Julho de 2026
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 29 de junho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:BA2001C7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 417/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, /Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder dispensa do serviço nos termos abaixo relacionados:

Alínea	Nome	Cargo	Motivo	Período
A	Luciani Porcinelli Pelissari Guergolet	Auxiliar administrativo II	Compensação por trabalho prestados á Justiça Eleitoral	13 a 16 de julho de 2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 29 de junho de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:B2282BEC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 418/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 10 (dez) dias de férias a servidor (a) público (a) municipal **KATIA PEREIRA DA SILVA ,** matrícula n° 1369812028 ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO III** , Dia 13/07/2026 a 22/07/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 23 de Julho de 2026
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 29 de junho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:CA387F23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação nº 006/2026

AUTORIZO a contratação direta por *inexigibilidade de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR** CNPJ nº **02.096.060/0001-85**	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física	**Nome: CPF nº:**
	☒ Pessoa Jurídica	**Razão Social**: UNICURSOS CAPACITAÇÃO e TREINAMENTOS LTDA **CNPJ nº:** 19.949.769/0001-89
OBJETO	Contratação de empresa especializada para realização de curso presencial sobre modelos de atuação do controle externo e governança pública, de acordo com os programas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), destinado à capacitação de agentes políticos e servidores públicos, com carga horária de 15 (quinze) horas, incluindo material didático e certificado de participação.	
VALOR ESTIMADO	**R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais).**	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	art. 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Reduzido: 14 Programática:01.001.01.031.0001.1.002.3.3.90.39.00.0 Serviço de terceira pessoa jurídica. Especificação Fonte: 01001	

PUBLIQUE-SE o resultado.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 25 de junho de 2026.

EDINALDO ONÓRIO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:64268E53

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

CONCEDENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR.
CNPJ: 02.096.060/0001-85
SECRETARIA CONCEDENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR.
SERVIDOR/AGENTE POLÍTICO: MÁRCIO ALESSANDRO FERNANDES.
CPF/MF: 006---.---08
CARGO/FUNÇÃO: VEREADOR.
DESTINO: CURITIBA/PR.
N.º DA DIÁRIA CONCEDIDA: 1/2 (MEIA DIÁRIA).
VALOR: R$ 286,27
ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA: O presente requerimento tem por finalidade a concessão de diária para viagem oficial à cidade de Curitiba/PR, nos dias 22, 23 e 24 de junho de 2026, para a participação em reuniões institucionais. No dia 22/06/2026, saída da cidade de Santa Cruz de Monte Castelo/PR à cidade de Curitiba/PR. No dia 23/06/2026, está agendada reunião no Instituto Água e Terra (IAT) com o Secretário para tratar de recursos para o município. No dia 23/06/2026, está agendada reunião no Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR) para tratar sobre assunto referente a sinalizações do município. No dia 23/06/2026, está agendada reunião na Secretaria das Cidades (SECID) com o Secretário Fernando Giacobo, para tratar de recursos para o município de Santa Cruz de Monte Castelo/Pr.
N.º PROCESSO ADMINISTRATIVO: 037/2026

Santa Cruz de Monte Castelo – PR., 29 de junho de 2026.

EDINALDO ONÓRIO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:4797FC6C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2026

O Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, torna público a todos os interessados, que fará realizar, às **08h30min do dia 17 de julho de 2026,** na plataforma Bolsa de Licitação do Brasil – BLL, CONCORRÊNCIA na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto: Avenida Minas Gerais, Centro, Santa Cruz Do Monte Castelo - PR.
Objeto: Pavimentação de via urbana em CBUQ, 994,66 m², incluindo os serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito e ensaios tecnológicos.
Quantidade e unidade de medida: 994,66 m².
Prazo de Execução: 180 (cento e oitenta) dias.

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sitio eletrônico da Prefeitura www.santacruzdemontecastelo.pr.gov.br e na plataforma Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.or.br.
Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 29 de junho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

FERNANDA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação Suplente

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:35339C5E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º102/2026

EXTRATO DO CONTRATO N.º102/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **FORTMAQ MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ de nº 06.313.733/0001-62, com sede na Rua Projetada C, SN, Lote 04, quadra 513, Parque Industrial, CEP: 85.770-000, na cidade de Realeza, Estado de Paraná;
OBJETO: Concretização CONVÊNIO/MAPA Nº 945334/2023 – TRANSFERE GOV.BR N 052582/2023 – celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Agricultura e pecuária/MAPA e o Município de Santa Cruz de Monte Castelo, que tem como objetivo a AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA – TRATOR E 3 (TRÊS) ROÇADEIRAS HIDRAÚLICAS NOVOS, PARA ATENDER OS AGRICULTORES NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, ATENDENDO PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS, BEM COMO AGROALIMENTARES PARA MÉDIOS E PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES;
VALOR: R$ 31.494,00 (trinta e um mil quatrocentos e noventa e quatro reais).
PRAZO DE ENTREGA: O prazo de entrega é de 60 dias do recebimento nota de empenho.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 004/2024.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 19 de junho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:BF1979D7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N.º 007/2026

Extrato do Termo do Contrato N.º 007/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: RAFEH MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 84.985.084/0001-50, sediado(a) na Av. Paulo Libânio, 109, centro, CEP: 87.920-000, na cidade da Santa Cruz de Monte Castelo, Estado de Paraná;
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE DEPÓSITOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, VISANDO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO. O PRESENTE CREDENCIAMENTO TEM POR FINALIDADE ASSEGURAR O FORNECIMENTO CONTÍNUO E EFICIENTE DE PRODUTOS DE QUALIDADE, INDISPENSÁVEIS À MANUTENÇÃO, REFORMA E EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVAS DEFINIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DE MODO A GARANTIR MAIOR CELERIDADE E ECONOMICIDADE NAS CONTRATAÇÕES.
VALOR ESTIMADO: **R$ 647.140,64 (seiscentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta reais e sessenta e quatro centavos).**
PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de entrega será de 24 h após emissão da nota de empenho;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º127/2025, Inexigibilidade nº 034/2025.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 19 de junho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Termo do Contrato N.º 008/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: WR EMPREENDIMENTOS E COMERCIO LTDA-ME, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 05.588.544/0001-30, sediado(a) na Av. Paulo Libânio, 929, centro, CEP: 87.920-000, na cidade da Santa Cruz de Monte Castelo, Estado de Paraná;
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE DEPÓSITOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, VISANDO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO. O PRESENTE CREDENCIAMENTO TEM POR FINALIDADE ASSEGURAR O FORNECIMENTO CONTÍNUO E EFICIENTE DE PRODUTOS DE QUALIDADE, INDISPENSÁVEIS À MANUTENÇÃO, REFORMA E EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVAS DEFINIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DE MODO A GARANTIR MAIOR CELERIDADE E ECONOMICIDADE NAS CONTRATAÇÕES.
VALOR ESTIMADO: **R$ 425.449,67 (quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos).**
PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de entrega será de 24 h após emissão da nota de empenho;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º127/2025, Inexigibilidade nº 034/2025.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 24 de junho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:43F427B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2.929/2026

Republicação por incorreção. Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 21/05/2026.

PORTARIA Nº 2.929/2026

Súmula: Exonera a servidora Sra. ANDRIELI CRISTINA POMARO, e dá outras providências.

Willian Cezar Viega, Prefeito Municipal De Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, usando das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º) Fica exonerada a pedido a **Sra. ANDRIELI CRISTINA POMARO**, matriculado sob o nº 1479, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, no cargo de PROFESSOR (TEMPORÁRIO) a partir do dia 10/05/2026 (inclusive).

Artigo 2º) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10/05/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 20 de Maio de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:2BD61B2A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2965/2026

Republicação por incorreção. Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 25/06/2026.

PORTARIA Nº 2965/2026

Dispõe sobre a nomeação do Sr. VITOR HUGO BEZERRA DA SILVA, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomeia o **Sr. VITOR HUGO BEZERRA DA SILVA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG n° 07****0 e CPF/MF sob n° 115 *** *** 60, para exercer o cargo de SECRETARIO DE HABITAÇÃO desta municipalidade, percebendo vencimento de acordo com Faixa Salarial AGP-04, constante de legislação municipal vigente.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/07/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, aos 24 dias de Junho de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:B45A847D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026–PMSF
Inexigibilidade nº 39/2026-PMSF
Processo Administrativo nº 78/2026-PMSF

I. OBJETO: O presente Edital tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS PARA PINTURA, MATERIAIS HIDRÁULICOS E MATERIAIS ELÉTRICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPAROS E ADEQUAÇÕES DOS PRÓPRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, PARA USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ/PR, MEDIANTE APLICAÇÃO DE PERCENTUAL FIXO DE DESCONTO SOBRE OS VALORES DA TABELA SINAPI**, em condições padronizadas definidas no Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

II. DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM SE CREDENCIAR: conforme definido no item 3 do Edital.
Demais informações pelo telefone: (44) 3101-0999, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé, em horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé www.santafe.pr.gov.br – licitações.

Santa Fé, 29 de junho de 2026.

RODRIGO NUNES MARINHO
Agente de Contratação

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:85A5A0B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 186/2026

Cancela tributos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e as que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e tendo em vista o que dispõe o Artigo 94, § 3º da Lei Complementar 002/2010,

DECRETA

Art. 1° Fica cancelada a multa lançada pelo Munícipio, tendo em vista a nulidade do ato que deu origem a referida multa, por vício de forma, conforme Parecer Jurídico nº 163/2026.

Contribuinte/endereço	Cadastro	Tributo	Exercício	Valor a Cancelar
Madalena Mendes da Silva - Rua Garça, 444 - Centro.	9-7140	Multa	2021	R$ 1.104,28

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 29 de junho de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:335F7A4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO: 185/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$111.625,00 (cento e onze mil e seiscentos e vinte e cinco reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
22		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO (DFOE)	
22.003		DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS (DSU)	
22.003.15.452.0006.2.229		MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
712 - 3.3.90.39.00.00	31852	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	111.625,00
Total Suplementação:			111.625,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.7.2.4.99.0.1.09 CONVENIO ESTADUAL SIT 80553 - SECID / ILUMINAÇÃO	111.625,00
Total da Receita:	111.625,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., aos vinte e nove dias do mês de junho de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:94A3857F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE LICENÇA PARA CASAMENTO À SERVIDORA NATALIA POMIECINSHI.

PORTARIA Nº. 15.968
Data: 30.06.2026

Concede LICENÇA PARA CASAMENTO à servidora NATALIA POMIECINSHI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado pela servidora, sob o nº 0234/2026;

CONSIDERANDO, a Certidão de Casamento emitida, que comprova a celebração do matrimônio

CONSIDERANDO, o disposto no inciso II do art. 172 da Lei Complementar Municipal nº 24, de 19 de dezembro de 2022, que assegura ao servidor licença em razão de casamento;

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER, na forma do inciso II, art. 172 da Lei Complementar nº. 24 de 19.12.2022, **licença para casamento,** a servidora pública **NATALIA POMIECINSHI**, inscrita no CPF nº 109.***.***.-90, no período de 19 de junho de 2026 a 26 de junho de 2026.

Art.2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 19 de junho de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 30 de junho de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:7A109D35

SECRETARIA DA FAZENDA
DECRETO Nº 3946 DATA: 29/06/2026 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

DECRETO Nº 3946
Data: 29/06/2026

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Santa Izabel do Oeste para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2844 de 16 de dezembro de 2025 e da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 43, § 1º, inciso II.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Santa Izabel do Oeste - PR, um Crédito Adicional Suplementar no Exercício Financeiro de 2026, no valor R$ 1.385.420,64 (um milhão, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	10	Secretaria da Assistência Social		
Unidade	005	Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência		
Função	0008	Assistência Social		
Subfunção	0242	Assistência à Pessoa com Deficiência		
Programa de Governo	0016	GESTÃO INTEGRADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS		
Meta	2509	Programas e Projetos desenvolvidos a Pessoa com Deficiência		
Despesa			**Fonte**	**2026**
3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente			10504	53.200,64

Órgão	08	Secretaria do Esporte		
Unidade	001	Secretaria do Esporte		
Função	0027	Desporto e Lazer		
Subfunção	0812	Desporto Comunitário		
Programa de Governo	0008	PROMOÇÃO DO ESPORTE E LAZER PARA TODOS		
Meta	2031	Manutenção das atividades da Secretaria do Esporte		
Despesa			**Fonte**	**2026**
3339030000000000000 - Material de consumo			10503	59.500,00
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica			10503	22.720,00

Órgão	09	Secretaria da Saúde		
Unidade	002	Fundo Municipal de Saúde		
Função	0010	Saúde		
Subfunção	0301	Atenção Básica		
Programa de Governo	0024	ATENÇÃO PRIMÁRIA		
Meta	2110	Manutenção da Rede de Atenção Primária		
Despesa			**Fonte**	**2026**
3339030000000000000 - Material de consumo			01018	50.000,00
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica			01018	300.000,00

Órgão	09	Secretaria da Saúde	
Unidade	002	Fundo Municipal de Saúde	
Função	0010	Saúde	
Subfunção	0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa de Governo	0028	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	
Meta	2019	Termo de Cooperação APAE - Recursos SUS	
Despesa		**Fonte**	**2026**
3335043000000000000 - Subvenções sociais		01018	200.000,00

Órgão	09	Secretaria da Saúde	
Unidade	002	Fundo Municipal de Saúde	
Função	0010	Saúde	
Subfunção	0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa de Governo	0028	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	
Meta	2044	Manutenção das Atividades do Consórcio CONSUD	
Despesa		**Fonte**	**2026**
3337170000000000000 - Rateio pela participação em consórcio público		01018	50.000,00
3337170000000000000 - Rateio pela participação em consórcio público		01018	450.000,00

Órgão	09	Secretaria da Saúde	
Unidade	002	Fundo Municipal de Saúde	
Função	0010	Saúde	
Subfunção	0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa de Governo	0028	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	
Meta	2101	Manutenção das Atividades do Consórcio CIRUSPAR/SAMU	
Despesa		**Fonte**	**2026**
3337170000000000000 - Rateio pela participação em consórcio público		01018	200.000,00

Art. 2º - Como recursos para abertura do Abertura de Crédito Adicional Suplementar, de que trata o presente Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação das Alíneas das receitas, seguintes:

RUBRICA DA RECEITA	**VÍNCULO**	**VALOR**
1713502109000000000 - Emenda - Incremento Temporário MAC - Proposta n° 36000753404202600 - Dep. Matheus Laiola	01018	200.000,00
1713501126000000000 - Emenda - Incremento Temporário APS - Proposta n° 36000755019202600 - Dep. Leandre	01018	400.000,00
1713502108000000000 - Emenda - Incremento Temporário MAC - Proposta n° 36000765229202600 - Dep. Vermelho	01018	650.000,00
1729990103000000000 - Recursos Fundo Municipal para o Esporte - Deliberação n° 001/2026 - Custeio	10503	82.220,00
2429990105000000000 - Incentivo ao Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Del. n° 005/2026 - COEDE/PR	10504	53.200,64
Total		**1.385.420,64**

Art. 3º - Ficam Ajustadas as Cotas de Receitas e o Cronograma de desembolso que sofreram alterações em virtude do presente decreto.
Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de junho de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 29 de junho de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Everton Leandro Camargo Mendes
Código Identificador:B48B9200

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL
DECRETO 125/2026 CMDM

DATA: 26/06/2026

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Eleitoral responsável pela condução do processo de escolha das representantes da sociedade civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM do Município de Santa Lúcia – Estado do Paraná.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, e
Considerando a Lei Municipal nº 1.237/2025, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM;
Considerando a necessidade de realização do processo eleitoral para escolha das representantes da sociedade civil, em razão da inexistência de composição vigente do CMDM;
Considerando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e transparência na Administração Pública;

DECRETA:
Art. 1º - Fica instituída a **Comissão Eleitoral** responsável pela organização, coordenação e execução do processo eleitoral para escolha das representantes da sociedade civil que integrarão o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM de Santa Lúcia – PR.
Art. 2º - A Comissão Eleitoral será composta pelos seguintes membros:
I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:
Secretaria Municipal de Assistência Social
Raquel de Oliveira Da Silva
Secretaria Municipal de Saúde
Rosangela da Costa
Secretaria Municipal de Educação
Jefferson Fogaça Tomacheski
II – MEMBROS CONVIDADOS:
Representante do Poder Legislativo Municipal
Ana Flavia Lorezentti
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção local ou profissional indicado:
Luís Jose Milani
Representante de outro Conselho Municipal constituído
Isadora de Oliveira Frei

Representante da rede de atenção e proteção social do município, com atuação no atendimento às mulheres
Angela Mara Castro
Art. 3º - A Comissão Eleitoral será presidida por uma de suas integrantes, escolhida entre seus membros na primeira reunião, mediante votação simples.
Art. 4º - Compete à Comissão Eleitoral:
I – Elaborar e publicar o edital do processo eleitoral;
II – Receber, analisar e deliberar sobre as inscrições;
III – Habilitar e inabilitar candidaturas;
IV – Julgar recursos;
V – Organizar e conduzir a assembleia e o processo de votação;
VI – Realizar a apuração dos votos;
VII – Homologar e divulgar o resultado final;
VIII – Lavrar atas e garantir a transparência do processo.
Art. 5º - É vedada a participação, na Comissão Eleitoral, de pessoas que possuam vínculo com entidades candidatas ao pleito, de modo a evitar conflito de interesses.
Art. 6º - A Comissão Eleitoral contará com o apoio técnico e administrativo da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Lúcia – PR, 26 de junho 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipa

Publicado por:
Silvana Marisa Korth Scalco
Código Identificador:FE052B4F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
RESOLUÇÃO N.º 003/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a suspensão do recesso parlamentar da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste-PR, na forma que especifica e dá outras providências.

O presidente da mesa diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspenso, na Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste-PR, o recesso parlamentar previsto para ocorrer no período de 01 de julho a 31 de julho de 2026, devido à tramitação de matérias que estão nas Comissões.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, 29 de junho de 2026.

TIAGO VARIZA
Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:EF527DEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 3537 DE 26 DE JUNHO DE 2026

DECRETO Nº 3537 DE 26 DE JUNHO DE 2026

Institui a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Santo Antônio do Paraíso referenteaodecênio2026–2036 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO DEVANIR MARTINELLI, Estado do ,no uso das Atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação como instrumento articulador do Sistema Nacional de Educação, com vigência decenal;
CONSIDERANDO a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026 – 2036 e estabelece o bjetivos, metas e estratégias para a política educacional brasileira, organizados em torno dos pilares acesso, qualidade e equidade;
CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Educação constitui referência obrigatória para a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, no regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Educação é instrumento de planejamento de longoprazo,responsável por definir diretrizes,metaseestratégiasparaaeducaçãonoâmbito municipal, devendo ser elaborado de forma democrática, com ampla participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e do poder público;
CONSIDERANDO as orientações metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação, expressas no Guia Metodológico de Elaboração dos Planos Decenais de Educação e disseminadas no âmbito da Rede de Cooperação Técnica;
CONSIDERANDO que as etapas de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do PME constituem processo contínuo, articulado e baseado em evidências;
CONSIDERANDO a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação em assegurar apoio técnico e administrativo ao processo,

DECRETA:

CAPÍTULO I — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Santo Antônio do Paraíso, referente ao decênio 2026–2036, composta pelas seguintes instâncias:
I —ComissãoGestora;
II —EquipeTécnica;
III —Grupos de Trabalho (GTs).
Parágrafo único. As instâncias de que trata o caput atuarão de forma articulada, complementar e contínua, visando assegurar qualidade técnica, participação social, viabilidade institucional e coerência metodológica ao Plano Municipal de Educação.

Art.2º A elaboração do Plano Municipal de Educação observará as diretrizes metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas:
I —diagnóstico da realida de educacional do Município, fundamenta do em dados oficiais e em escuta participativa;
II —identificação e análise dos problemas educacionais prioritários;
III —definição de objetivos, metas e estratégias compatíveis como P NE 2026–2036 e com as especificidades locais;
IV —consulta evalidação social;
V —elaboração e revisão do texto – base do Projeto de Lei do PME;
VI —encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO II—DA COMISSÃO GESTORA

Art. 3º A Comissão Gestora constitui instância de coordenação política, institucional e deliberativa do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação.

Art.4º Compete à Comissão Gestora:
I —coordenar o processo geral de elaboração do PME;
II —definir diretrizes, cronograma e organização dos trabalhos;
III — instituir e supervisionara Equipe Técnica e os Grupos de Trabalho;
IV —garantira participação social e a transparência do processo;
V — validar o diagnóstico educacional do Município;
VI —deliberar sobre objetivos, metas e estratégias do PME;
VII —aprovar o texto-base do Plano Municipal de Educação;
VIII —acompanhar a tramitação do Projeto de Lei junto ao Poder Legislativo;
IX — articular-se com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Conselho Municipal de Educação, com o Fórum Municipal de Educação e com a Rede de Cooperação Técnica do MEC;
X —assegurar condições institucionais e operacionais para o desenvolvimento dos trabalhos;
XI —designar os Coordenadores dos Grupos de Trabalho;
XII —definir e distribuir os eixos temáticos dos Grupos de Trabalho, com base no PNE 2026–2036;
XIII — deliberar sobre casos omissos e questões superveniente sao processo de elaboração.

Art.5º A Comissão Gestora será composta por representantes das seguintes instituições:
I — 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
II —1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
III —1(um) representante do Fórum Municipal de Educação, quando instituído;
IV —1(um) representante da Comissão de Educação da Câmara Municipal;

V —1(um) representante do Sindicato representativo dos profissionais do magistério público municipal;
VI — 1(um) representante do Sindicato representativo dos servidores da educação municipal;
VII —1(um) representante das instituições privadas de educação básica do Município, quando houver;
VIII —1(um) representante da rede estadual de ensino comunidades no Município;
IX —1(um) representante de instituições de educação superior atuantes no território, quando houver;
X —[outras representações pertinentes à realidade local—incluir conforme o caso].

§1º Cada uma das instituições referidas neste artigo indicará formalmente 1(um) membro titular e 1 (um) suplente.
§ 2º Os membros da Comissão Gestora serão nomeados por ato do Poder Executivo Municipal, mediante indicação formal das respectivas instituições, no prazo máximo de 10 (dez) úteis dias contados da publicação deste Decreto.
§ 3º A coordenação geral da Comissão Gestora será exercida por representante da Secretaria Municipal de Educação, a quem competirá presidir as reuniões e representar a Comissão externamente.
§ 4º A Comissão Gestora reunir-se-á ordinariamente conforme cronograma aprovado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Coordenador ou de um terço de seus membros.
§ 5º As deliberações da Comissão Gestora serão tomadas por maioria simples dos presentes, exigida a presença mínima da maioria absoluta de seus membros, e registradas em ata.
§ 6º A participação na Comissão Gestora é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração de qualquer natureza.

CAPÍTULO III—DA EQUIPE TÉCNICA

Art.6º A Equipe Técnica constitui instância de caráter técnico-operacional, responsável pela condução metodológica, levantamento, análise e sistematização de dados, bem como pela elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação.

Art.7º Compete à Equipe Técnica:
I — levantar, analisar e sistematizar dados educacionais oriundos de fontes oficiais, especialmente do INEP, do IBGE e da Plataforma do PAR;
II — elaborar o diagnóstico da realidade educacional do Município, com identificação dos principais problemas e desigualdades;
III —analisar indicadores e metas dos planos vigentes, especialmente os resultados do PME do ciclo anterior;
IV —apoiar os Grupos de Trabalho na identificação e análise de problemas e na construção da árvore de problemas;
V —orientar a construção metodológica dos trabalhos, observando o Guia Metodológico do MEC;
VI —sistematizar as contribuições oriundas daparticipação social;
VII —garantir coerência entre diagnóstico, objetivos, metas e estratégias;
VIII —elaborar documentos técnicos, relatórios e o texto - basedo PME;
IX —padronizar conceitos, terminologia e metodologia ao longo do processo;
X — assessorar tecnicamente a Comissão Gestora;
XI —subsidiar decisões com base e mevidências;
XII — articular-se com a Rede de Cooperação Técnica do MEC e com a Coordenação Estadual da SASE, quando aplicável.
Parágrafoúnico. A Equipe Técnica não possui caráter deliberativo, cabendo-lhe formular subsídios e recomendações à Comissão Gestora.
Art.8º A Equipe Técnica será composta por, no mínimo, 8 [oito] membros titulares, designados pelo Secretário Municipal de Educação por meio de Portaria específica.
§1º A equipe deverá ser composta, preferencialmente, por servidores públicos de carreira, com perfil multidisciplinar, contemplando experiência em:
I —estatísticas e indicadores educacionais;
II —planejamento e gestão pública;
III —orçamento público e financiamento da educação;
IV —elaboração de documentos técnicos e normativos;
V — currículo, avaliação e práticas pedagógicas das diferentes etapas e modalidades de ensino.
§ 2º Poderão integrar a Equipe Técnica, como membros convidados, técnicos de outras secretarias municipais, representantes de instituições de ensino superior, especialistas e o(a) Técnico(a) Local da Rede de Cooperação para Elaboração dos Planos Decenais do Ministério da Educação.
§ 3º Em razão do caráter contínuo e técnico das atividades, não haverá suplência na Equipe Técnica, podendo, contudo, ser realizada substituição mediante novo ato dedesignação.
§ 4º A Equipe Técnica contará com o suporte administrativo da Secretaria Municipal deEducação.
§5º A coordenação da Equipe Técnica será exercida por servidor designado no ato de sua composição.

CAPÍTULO IV — DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art.9º Os Grupos de Trabalho (GTs) constituem instâncias de caráter participativo e temático, vinculadas aos eixos estruturantes do Plano Nacional de Educação 2026–2036.

Art.10. Compete aos Grupos de Trabalho:
I — analisar a realidade educacional do Município no respectivo eixo temático, com base em dados e evidências;
II —identificar e formular problemas educacionais prioritários;
III —contribuir para a construção da árvore de problemas e da matriz de causas e efeitos;
IV — propor objetivos, metas e estratégias para o PME, em diálogo com o PNE;
V —participar das discussões, escutas evalidações coletivas;
VI —submeter as contribuições à Equipe Técnica para sistematização.

Art. 11. Os Grupos de Trabalho serão organizados por eixos temáticos alinhados ao PNE 2026–2036, podendo contemplar, entre outros:
I — EducaçãoInfantil;
II — AlfabetizaçãoeEnsinoFundamental;
III — EnsinoMédioearticulaçãocomaEducaçãoProfissionaleTecnológica;
IV —EducaçãoIntegraleemtempointegral;
V — Diversidade, Inclusão e Equidade (Educação Especial, Indígena, Quilombola, do Campo e Educação de Jovens e Adultos);
VI —ValorizaçãodosProfissionaisdaEducação;
VII — GestãoDemocrática,EstruturaeFuncionamentodaEducaçãoBásica;
VIII —FinanciamentodaEducação;
IX —Conectividade,InfraestruturaeTecnologiasEducacionais;
X — ArticulaçãocomaEducaçãoSuperior,quandopertinenteàrealidadelocal.
Parágrafo único. Caberá à Comissão Gestora a definição e distribuição final dos eixos temáticos, bem como o agrupamento de eixos correlatos, conforme a realidade do Município e a disponibilidade de participantes.

Art.12. Cada Grupo de Trabalho contará com:
I — 1 (um) Coordenador, designado pela Comissão Gestora em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente entre profissionais com conhecimento técnico ou trajetória reconhecida no eixo temático;
II —1(um)Relator, escolhido entre os participantes do próprio Grupo de Trabalho na primeira reunião.
§ 1º Compete ao Coordenador conduzir as reuniões, zelar pelo cumprimento da metodologia e articular-se com a Equipe Técnica.
§2º Compete a o Relator registrar as discussões, sistematizar deliberações preliminares e encaminhar as contribuições à Equipe Técnica nos prazos definidos pelo cronograma.

Art.13. A participação nos Grupos de Trabalho será aberta ao público, mediante chamamento divulgado pelos canais oficiais do Município.
§1º A inscrição dos participantes ocorrerá por meio de instrumento próprio definido pela Comissão Gestora, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º A participação será voluntária e não remunerada e, quando se tratar de servidores públicos municipais, deverá ocorrer, preferencialmente, fora do horário regular de trabalho.
§3º Poderá ser estabelecido limite de participantes por Grupo de Trabalho, considerando critérios de organização e representatividade.
§ 4º Deverá ser assegurada, sempre que possível, diversidade de representação, contemplando profissionais da educação, gestores, estudantes maiores de idade, famílias, sociedade civil organizada e demais atores interessados.
§ 5º A relação de participantes inscritos por Grupo de Trabalho será registrada e publicizada por meio de Portaria de homologação a ser publicada pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 6º A participação não gera vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO V—DA ARTICULAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS

Art. 14. A articulação entre as instâncias instituídas por este Decreto observará o seguintefluxo metodológico:
I — a Equipe Técnica fornece dados, subsídios e orientação metodológica aos Grupos de Trabalho;
II —os Grupos de Trabalho realizam debates, formulam problemas e apresentam propostas de objetivos, metas e estratégias;
III — a Equipe Técnica sistematiza as contribuições e elabora versão preliminar do texto-base;
IV —a Comissão Gestora analisa, valida e delibera sobre o texto-base;
V — o texto validado é submetido a consulta pública e/ou audiência pública, quando assim deliberado pela Comissão Gestora;
VI — o documento final é consolidado e encaminhado, na forma de Projeto de Lei, ao Poder Legislativo Municipal.

Art.15. Todas as etapas do processo serão registradas em atas, relatórios e demais documentos, assegurando-se transparência, publicidade e rastreabilidade das deliberações.

CAPÍTULO VI—DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As instâncias instituídas por este Decreto têm caráter temporário e finalidade exclusiva, sendo responsáveis unicamente pelo processo de elaboração do Plano Municipal de Educação referente ao decênio 2026–2036.

Art. 17. Após a aprovação do Plano Municipal de Educação, o processo de implementação, monitoramento e avaliação das metas e estratégias será conduzido pelas instâncias permanentes de acompanhamento da política educacional, especialmente pela Comissão
Permanente de Monitoramento e Avaliação do PME e pelo Fórum Municipal de Educação, nos termos da legislação vigente e dos atos normativos próprios.

Art. 18. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas, se necessário.

Art.19. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Gestora, ouvida, quando necessário, a Procuradoria-Geral do Município.

Art.20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Paraíso Santo Antônio do Paraíso - Paraná, 26 de Junho de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal de Santo Antônio do Paraíso

RENATO DIAS DA ROSA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:4B380CDA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 3538/2026

DECRETO Nº 3538/2026

Súmula: Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas municipais em razão da realização da partida da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que são lhe conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a realização da partida da Seleção Brasileira de Futebol pela Copa do Mundo FIFA 2026, no dia **29 de junho de 2026**;

CONSIDERANDO o interesse público em possibilitar aos servidores municipais o acompanhamento do evento esportivo de relevante interesse nacional;

DECRETA:

Art. 1º Ficam dispensados do expediente os servidores públicos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta no dia **29 de Junho de 2026 a partir das 13:00**, em razão da realização da partida da Seleção Brasileira de Futebol pela Copa do Mundo FIFA 2026.

Art. 2º A dispensa de que trata este Decreto não se aplica aos serviços públicos considerados essenciais, que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção, especialmente os serviços de saúde, a critério dos respectivos Secretários Municipais, devam funcionar normalmente.

Art. 3º Os titulares das Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração adotarão as medidas necessárias para garantir a continuidade dos serviços essenciais e o atendimento ao interesse público.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Paraíso, em **26 de Junho de 2026.**

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:13F5314F

LICITAÇÃO E CONTRATOS
ERRATA DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026

ERRATA DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026
Em razão de erro material constante no Termo de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação nº 021/2026, publicado anteriormente, procede-se à seguinte retificação:
ONDE SE LÊ:
A contratação será realizada junto à empresa **LIGA NORTE PARANAENSE DE FUTSAL**, inscrita no CNPJ nº **30.358.870/0001-06**, localizada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, s/nº, Centro, Cornélio Procópio – PR, CEP 86.300-000, com vigência de 06 (seis) meses, pelo valor total de **R$ 8.437,00 (oito mil e quatrocentos e trinta e sete reais)**.
LEIA-SE:
A contratação será realizada junto à empresa **LIGA NORTE PARANAENSE DE FUTSAL**, inscrita no CNPJ nº **30.358.870/0001-06**, localizada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, s/nº, Centro, Cornélio Procópio – PR, CEP 86.300-000, com vigência de 06 (seis) meses, pelo valor total de **R$ 5.782,00 (cinco mil setecentos e oitenta e dois reais)**.
Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Termo de Ratificação.

Publicado por:
Marcelo Feliciano Dos Santos
Código Identificador:88C60145

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO N° 02, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO N° 02, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

Ementa: Dispõe sobre as contas do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste-PR, referente ao exercício financeiro de 2024, e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE-PR APROVOU E EU, VALDIR ANTONIO CARVALHO, PRESIDENTE, NOS MOLDES DO ART. 23, INCISO IV, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste-PR, referente ao exercício financeiro de 2024, da gestão de responsabilidade do Senhor Ricardo Antonio Ortiña.

Parágrafo único. A aprovação das contas que trata o *caput* é realizada de acordo com o Parecer Prévio nº 338/2025, proferido pela Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no Processo nº 171992/25, que recomendou a **REGULARIDADE** das contas.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste-PR, em 29 de junho de 2026.

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:CD28292D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1O TERMO ADITIVO AO CONTRATO NO 01/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA MARTINS SOLUCOES E SERVICOS GERAIS LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO NO 259/2025 – CONCORRÊNCIA/PREGÃO NO 016/2025

1o TERMO ADITIVO AO CONTRATO No 01/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA MARTINS SOLUCOES E SERVICOS GERAIS LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO No 259/2025 – CONCORRÊNCIA/PREGÃO No 016/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na PRAÇA CORONEL DEOLINDO, no 151, em SÃO JERÔNIMO DA SERRA/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 76.290.683/0001-20, neste ato representado pelo(a) Excelentíssimo(a) Sr(a). Prefeito(a) VENICIUS DJALMA ROSA, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade Civil RG sob no 8.241.196-8 e inscrito no CPF/MF no 036.270.189.07, residente e domiciliado(a) neste Município e;

CONTRATADA: MARTINS SOLUCOES E SERVICOS GERAIS LTDA, CNPJ 48.287.009/0001-51, localizada na Rua Maria da Conceicao, nº 133, Centro, cidade de Nilopolis/RJ, endereço eletrônico: licitacoesmssgerais@gmail.com, telefone: (21) 97205-9131, representada por BRUNA BARBOSA MARTINS, portador(a) da cédula de identidade R.G. no 293236342, inscrito(a) no CPF sob no 131662157-00, residente na cidade Nilopolis/RJ, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo a PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA do Contrato nº 001/2026 celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA e a EMPRESA MARTINS SOLUCOES E SERVICOS GERAIS LTDA cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO (CONTENÇÃO DE TALUDES) NA EDIFICAÇÃO DA ESCOLA "06 SALAS – FNDE" NO DISTRITO DE TERRA NOVA – SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR, conforme processo administrativo no 259/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Apesar de não ter sido suspensa a execução do contrato, prerrogativa legal esta que pode ser observada nos §§1º, 5º, 6º e 7° do Art. 115 da nova lei de licitações 14.133/2021, a empresa MARTINS SOLUCOES E SERVICOS GERAIS LTDA teve sua mobilização de equipe de trabalhadores e aporte de investimento na obra em questão reduzida e/ ou comprometida em função das seguintes hipóteses legais, conforme podem ser observadas também nos pareceres técnicos e jurídicos:

I - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

Não obstante, como se observa nos pareceres anexos, a municipalidade e a convenente entendem como justificável e razoável o pedido de PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA em 365 dias do contrato N° 001/2026.

Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 57 da Lei no 8.666/93, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, passando a vencer em 25/06/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, declarando as partes aceitar as disposições estabelecidas neste instrumento.

São Jerônimo da Serra, 25 de junho de2026.

MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR
Contratante

MARTINS SOLUCOES E SERVICOS GERAIS LTDA
Contratada

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:4D36E34F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 24/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 155/2026

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 24/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 155/2026
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS DO TIPO MARMITEX, INCLUINDO BEBIDA E UTENSÍLIOS DESCARTÁVEIS, COM ENTREGA SOB DEMANDA, PARA ATENDER DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**

CONTRATADA:
JOSE ROBERTO BRUNETE PRESTES, CPNJ n.º 42.859.311/0001-50 com sede na Rua Rod Pr 090, 00 - Km 297 5 - Zona Rural, cidade de São Jerônimo da Serra / Paraná, e-mail: joserobertobrunette@gmail.com, telefone: (43) 99847-2573 responsável Sr. JOSE ROBERTO BRUNETE PRESTES, CPF nº 180.542.118-21 RG: 2.682.264-1. Com o valor de R$ 397.500,00 (trezentos e noventa e sete mil e quinhentos reais).

CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365(trezentos e sessenta e cinco) dias.
São Jerônimo da Serra/PR, 29 de junho de 2026.
Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
JOSE ROBERTO BRUNETE PRESTES

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:D203E004

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 027/2026 CONTRATO Nº 090/2026

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 027/2026
CONTRATO Nº 090/2026
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GUARDA-CORPO, DESTINADOS AO HALL EXTERNO DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, COMPOSTO POR ESTRUTURA METÁLICA E FECHAMENTO EM VIDRO, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, PARA ATENDER UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.**
CONTRATADA: **56.979.315 LORENA MENDES,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 256, Centro, cidade de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, fone (43) 9 9955-2090, e-mail lorenamendesempresa@gmail.com, devidamente inscrita no CNPJ nº 56.979.315/0001-87, representada pela Srª **LORENA MENDES,** portadora do CPF nº 141.061.459-01. Com o valor de **R$ 20.899,00 (vinte mil, oitocentos e noventa e nove reais).**
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
São Jerônimo da Serra/PR, 29 de junho de 2026.
Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
56.979.315 LORENA MENDES

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:B1E9B5D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026 PROCEDIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026 RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
PROCEDIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Município de São Jerônimo da Serra – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento de licitação em epígrafe, com objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS DO TIPO MARMITEX, INCLUINDO BEBIDA E UTENSÍLIOS DESCARTÁVEIS, COM ENTREGA SOB DEMANDA, PARA ATENDER DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**
Empresa Vencedora:

• **JOSE ROBERTO BRUNETE PRESTES, CPNJ n.º 42.859.311/0001-50 com sede na Rua Rod Pr 090, 00 - Km 297 5 - Zona Rural, cidade de São Jerônimo da Serra / Paraná, e-mail: joserobertobrunette@gmail.com, telefone: (43) 99847-2573 responsável Sr. JOSE ROBERTO BRUNETE PRESTES, CPF nº 180.542.118-21 RG: 2.682.264-1. Com o valor de R$ 397.500,00 (trezentos e noventa e sete mil e quinhentos reais).**

São Jerônimo da Serra, 29 de junho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:3BF3C627

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL REFERENTE À DISPENSA ELETRÔNICA Nº 027/2026 CONTRATO 080/2026

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL

REFERENTE À DISPENSA ELETRÔNICA Nº 027/2026 CONTRATO 080/2026

Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2026, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.290.683/001-20, com sede na Praça Coronel Deolindo, n. 191, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, **Sr. VENICIUS DJALMA ROSA**, brasileiro, portador da cédula de identidade com o RG sob o nº. 8.241.196-8 e CPF sob o nº. 036.270.189-07, residente e domiciliado nesta cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, e de outro lado a Empresa **FECO MENTAL DO BRASIL LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Fernão Dias, nº 285, Sala C, Bairro Sagrada Família, cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, fone (54) 32280534, e-mail feco.projetos@gmail.com, devidamente inscrita no CNPJ nº 35.151.798/0001-57, representada pelo Srº **DIAMES GALAFASSI,** portador do CPF nº 889.659.4520-20. Dominadas **DISTRATANTES**, resolvem **RESCINDIR AMIGAVELMENTE** o Contrato n.º 027/2026 que objetivou a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GUARDA-CORPO, DESTINADOS AO HALL EXTERNO DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, COMPOSTO POR ESTRUTURA METÁLICA E FECHAMENTO EM VIDRO, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, PARA ATENDER UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.** A rescisão contratual ocorre de forma consensual entre as partes, em razão de circunstâncias supervenientes que inviabilizaram a continuidade da execução do contrato, sem prejuízo ao interesse público. As partes concordam com a extinção do vínculo contratual, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

São Jerônimo da Serra, 29 de junho de 2026

Contratante
Municipio de São Jeronimo da Serra
VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

FECO MENTAL DO BRASIL LTDA
Contratada

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:CD52F12A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
PORTARIA

PORTARIA Nº44/2026
DATA: 29/06/2026

SÚMULA: Exonera Servidor em Cargo de Comissão

O Presidente da Câmara Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e pela Lei Orgânica do Municipio.
RESOLVE
ART. 1º Exonerar a pedido o Senhor Germerson Gregório da Silva, ocupante do Cargo de provimento em comissão de Assessor Legislativo.
ART. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 30 de junho de 2026, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões da Câmara Municipal de São José das Palmeiras, 29 de Junho de 2026.

JONES SILAS GONÇALVES LOUENÇO
Presidente

Publicado por:
Ademir Junkes
Código Identificador:E73D7842

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 161 - SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT PNATE - R$ 70.621,08

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br
CNPJ: 76.290.659/0001-91
DECRETO Nº 161, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

Súmula: Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 70.621,08 (setenta mil, seiscentos e vinte e um reais e oito centavos), e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Municipal 2.286/26,
DECRETA:
Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 70.621,08 (setenta mil, seiscentos e vinte e um reais e oito centavos), para reforço de dotação orçamentária da Secretaria de Educação e Cultura, referente ao Transporte Escolar, a saber:

05 – Secretaria de Educação e Cultura	
05.001 – Setor Educacional	
12.782.0004.2030 Manutenção do Transporte Escolar	
134 – 3.3.90.30.00.00.00 3121 Material de Consumo.....	R$ 14.124,22
135 – 3.3.90.39.00.00.00 3121 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....	R$ 56.496,86

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é oferecido o superávit financeiro apurado em 31/12/2025, como segue:

-SUPERÁVIT FINANCEIRO:	
Fonte 121 – Convênio PNATE 2007.....	R$ 70.621,08

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 29 de junho de 2.026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

FRANCISCA B. DA SILVA BUENO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR
Contador

Publicado por:
Wagner Minoru Tamehiro
Código Identificador:B08CA907

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 163 - ESPECIAL - CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO - R$ 635.395,06

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br
CNPJ: 76.290.659/0001-91
DECRETO Nº 163, DE 29 DE JUNHO DE 2026.

Súmula: Abre crédito adicional especial do valor de R$ 635.395,06 (seiscentos e trinta e cinco mil, trezentos e noventa e cinco reais e seis centavos), e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Municipal 2.284/26, DECRETA:
Art. 1º - Abre crédito adicional especial no valor de R$ 635.395,06 (seiscentos e trinta e cinco mil, trezentos e noventa e cinco reais e seis centavos), para criação de dotações específicas ao atendimento das despesas do Contrato de repasse nº 972472/2024/MDICS/CAIXA não constantes do orçamento em vigor, a saber:

04 – SECRETARIA DE URBANISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
04.001 – DIVISÃO DE URBANISMO	
22.661.0003.1042 Construção de Barracão Industrial	
351 - 4.4.90.51.00.00.00.00 1006 Obras e instalações…….....	R$ 477.500,00
351 - 4.4.90.51.00.00.00.001000 Obras e instalações.....	R$ 157.895,06

Art. 2º - Os recursos para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, são oferecidos como segue:

- Excesso de Arrecadação:	
- Fonte 1006 - por recurso vinculado do Contrato de Repasse 972472/2024/MDICS/CAIXA.....	R$ 477.500,00
- Anulção parcial de dotação:	
04 – SECRETARIA DE URBANISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
04.002 – DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
18.542.0003.2027 Manutenção dos Resíduos Sólidos	
84 – 3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....	R$ 157.895,06

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 29 de junho de 2.026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

GENITO SEVERINO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente

UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR
Contador

Publicado por:
Wagner Minoru Tamehiro
Código Identificador:22FD6AFC

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 162/2026

Súmula: Nomeia candidatos aprovados em Concurso Público e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os candidatos abaixo descritos, aprovados no concurso público Edital de Abertura Publicação nº 001/2024, Edital de Classificação Final Publicação nº18/2024 e Edital de Homologação Classificação Final Publicação nº19/2024

AGENTE DECOMBATE ÀS ENDEMIAS – CLASSIFICAÇÃO GERAL –

NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
ALEX SANDRO NOGUEIRA	73,40	05º

PSICÓLOGO– CLASSIFICAÇÃO GERAL –

NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
WILLY CAETANO DA SILVA	72,00	10º

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 29 de junho de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:009422D6

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 155//2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar público o resultado do exame pré-admissional:

De acordo com o Processo Seletivo Simplificado nº006/2025, Resultado Final Edital nº 21/2025, convocado através do Decreto nº 142/2026, **foi considerado apto, com início em 23 de junho de 2026.**

ENGENHEIRO CIVIL – CLASSIFICAÇÃO GERAL –

NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
IZABELA CRISTINE DA SILVA	45	01º

Publica-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 23 de junho de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:A53BBA4F

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 158/2026

Súmula: Transfere servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Transfere a partir do dia 01 de julho de 2026, a servidora Josyane Martins de Souza Fernandes, Matrícula 1876, função de Auxiliar de Serviços PSS, para prestar serviços na Secretaria Municipal Educação, Escola Municipal Morihito Yamnamoto, cumprindo a carga horária do referido setor.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 25 de junho de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:FD1AA91D

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 163//2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar público o resultado do exame pré-admissional:

De acordo com o Processo Seletivo Simplificado nº006/2025, Resultado Final Edital nº 21/2025, **os candidatos abaixo relacionados, convocados através do Decreto nº 155/2026 e 157/2026 foram considerados aptos, com início dia 01 de julho de 2026.**

AUXILIAR DE SERVIÇOS – CLASSIFICAÇÃO AFRODESCENDENTE

NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
JESSICA MAIARA COSTA	80	08º

AUXILIAR DE SERVIÇOS – CLASSIFICAÇÃO GERAL

NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
EDNA APARECISA CUSTODIO	80	27º

Publica-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 29 de junho de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:ADE2E7D2

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 71/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: IDEAL CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA

Objeto: Execução de Recape Asfáltico em CBUQ no Conjunto Alvorada I e II, conforme projetos.

Valor: R$ 515.500,00 (quinhentos e quinze mil e quinhentos reais).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 27/10/2026.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:0CDBFAA2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
6º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 117/2025

6º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 117/2025

Pregão 23/2025.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA POSTO PAINEIRA LTDA.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **POSTO PAINEIRA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Sapopema-PR à Avenida Joaquim Domingues Guerreiro, 628 Bairro: Alto Alegre - CEP: 84.290-000 - Telefone 43 984240809 - E-mail: postopaineira@hotmail.com . Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 08.333.413/0001-08, neste ato representada pela Sra. Neusa Maria de Lima, brasileira, maior, portadora do CPF: Nº 024.336.579-97, RG: nº 7.697.928-6, residente e domiciliada na cidade de Sapopema-PR, *conforme atos constitutivos da empresa*, tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Supressão de Valor**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto o reajuste de valor, conforme o Art. 130 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
2.1. Na forma do art. 130 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, fica suprido o valor da Gasolina Comum lote nº 04 de: R$: 7,10 (sete reais e dez centavos), para R$: 6,85 (seis reais e oitenta e cinco centavos), referente ao contrato nº 117/2025. Aditivo de Supressão de valor conforme Parecer Jurídico favorável e notas fiscais que comprovam os valores.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUARTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

Sapopema Pr, 29 de junho de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:FC481EF7

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 169/2026

DECRETO Nº 169/2026

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes gerais para a estruturação da Política Municipal de Alfabetização, institui a Comissão Especial de Elaboração e a Comissão de Avaliação e Monitoramento Anual, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPOPEMA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, em especial o inciso VI do artigo 30, os artigos 205, 208 e o §2º do artigo 211, que conferem aos Municípios a competência prioritária na oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e os objetivos fixados pela Lei Federal nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação);
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (RENALFA), combinado com os ditames da Lei nº 15.247/2025;
CONSIDERANDO o Programa Educa Juntos instituído no âmbito do Estado do Paraná pela Lei Estadual nº 21.323/2022, regulamentado pela Resolução nº 5.158/2023 através da estratégia Alfabetiza Juntos;
CONSIDERANDO as normativas de inclusão e equidade da Lei Brasileira de Inclusão (Lei Federal nº 13.146/2015) e da Deliberação CEE/PR nº 02/2016, que vedam qualquer forma de exclusão no processo de apropriação dos códigos de leitura e escrita,
DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para a formulação, implementação e consolidação da Política Municipal de Alfabetização do Município de Sapopema, com a finalidade de assegurar o direito fundamental à alfabetização integral, ao letramento e ao raciocínio matemático essencial.
Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo prioritário as crianças matriculadas na pré-escola (4 e 5 anos de idade) e os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase absoluta na garantia da alfabetização plena até o término do 2º ano.
Art. 3º Constituem eixos pedagógicos essenciais da Política Municipal de Alfabetização:

I – Gestão Pedagógica com foco em evidências científicas e alinhamento à BNCC e ao Referencial Curricular do Paraná;
II – Transição articulada e contínua entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental;
III – Formação continuada e sistemática de professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares;
IV – Práticas de recomposição das aprendizagens para sanar defasagens diagnosticadas a partir do 3º ano do Ensino Fundamental;
V – Promoção da equidade étnico-racial, socioeconômica, regional, de gênero e inclusão integral da Educação Especial.

CAPÍTULO II
DA COMISSÃO ESPECIAL DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 4º Fica instituída a Comissão Especial de Elaboração da Política Municipal de Alfabetização, de caráter temporário, encarregada de formular, discutir e redigir a minuta final da referida política pública no âmbito municipal.
Art. 5º A Comissão Especial de Elaboração será composta por representantes dos seguintes segmentos, sob a coordenação técnica do primeiro:
I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
II – 01 (um) representante da Equipe Técnico-Pedagógica da rede de ensino;
III – 01 (um) representante de Diretores da Educação Infantil;
IV – 01 (um) representante de Diretores do Ensino Fundamental;
V – 01 (um) representante de Professores da Educação Infantil (Pré-escola);
VI – 01 (um) representante de Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
Art. 6º A Comissão Especial terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período por ato motivado, para apresentar o relatório final e a minuta consolidada da regulamentação da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO III
DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 7º Fica instituída a Comissão de Avaliação e Monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, de caráter permanente, com o objetivo de assegurar a aplicação contínua, a verificação de metas e a fiscalização dos resultados educacionais.
§ 1º A fim de garantir a continuidade técnico-pedagógica e o aproveitamento da experiência institucional, a Comissão de Avaliação e Monitoramento será composta pela seguinte estrutura representativa:
I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
II – 01 (um) representante da Equipe Técnico-Pedagógica da rede de ensino;
III – 01 (um) representante de Diretores da Educação Infantil;
IV – 01 (um) representante de Diretores do Ensino Fundamental;
V – 01 (um) representante de Professores da Educação Infantil (Pré-escola);
VI – 01 (um) representante de Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
VII – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME).
§ 2º Os assentos de que trata o § 1º poderão ser ocupados integral ou parcialmente pelos mesmos integrantes que participaram da Comissão Especial de Elaboração, operando-se a transição de funções após a publicação da homologação do relatório final previsto no Art. 6º, com a integração do representante do Conselho Municipal de Educação (CME).
§ 3º Os membros designados para a Comissão de Avaliação e Monitoramento terão um período de vigência de mandato de 02 (dois) anos, permitida uma prorrogação por igual período, mediante ato normativo.
Art. 8º Compete à Comissão de Avaliação e Monitoramento realizar a fiscalização técnica e emitir, obrigatoriamente, um Relatório Técnico Anual versando sobre a execução da política.
Art. 9º O monitoramento anual e a composição do Relatório Técnico deverão aferir, de forma estrita, as seguintes dimensões e indicadores:

• **I – Desempenho e Aprendizagem:** evolução dos índices de fluência leitora e proficiência matemática por meio de avaliações diagnósticas, formativas e exames externos como o Alfabetiza Juntos Paraná;
• **II – Recomposição das Aprendizagens:** quantitativo de planos de intervenção pedagógica individuais criados e o percentual de superação de defasagens nos estudantes do 3º ao 5º ano;
• **III – Formação Continuada:** índice de frequência e engajamento do corpo docente nas trilhas formativas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;
• **IV – Inclusão e Acessibilidade:** adequação metodológica e alcance dos recursos destinados aos estudantes público-alvo da Educação Especial;
• **V – Engajamento Familiar:** mapeamento das ações de integração escola-família e projetos de leitura comunitária.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 As funções exercidas pelos membros de ambas as comissões disciplinadas neste Decreto não serão remuneradas, sendo sua atividade considerada de relevante interesse público municipal.
Art. 11 A coordenação estratégica e o suporte técnico-administrativo necessários para o funcionamento das comissões ficarão sob a estrita responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Sapopema.
Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Sapopema
Sapopema, 29 de junho de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:EC5A60F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
COMUNICADO

REF: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 9-0007/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DESTINADOS AOS SERVIDORES DA AUTARQUIA ÁGUAS DE SARANDI

Sarandi, 29 de junho de 2026.

A Autarquia Águas de Sarandi, por intermédio de seu Pregoeiro, comunica às licitantes participantes do Pregão Eletrônico nº 9-0007/2026 que, em razão da convocação de nova reunião da Comissão Especial de Avaliação de Amostras para reavaliação das amostras apresentadas, conforme solicitação formalizada pelo Pregoeiro, será realizada nova sessão de análise de amostras.
A reunião ocorrerá no dia **01/07/2026 (quarta-feira), às 13h30**, na **Sala de Reuniões da sede da Autarquia Águas de Sarandi**, situada na Avenida Londrina, nº 1764, Jardim Independência, Sarandi/PR.
As licitantes poderão acompanhar os trabalhos da Comissão, caso tenham interesse.

LEANDRO URBANO JACQUES
Pregoeiro
Portaria nº 103/2026

Publicado por:
Leandro Urbano Jacques
Código Identificador:22CFD472

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
PORTARIA N° 056/2026

Súmula: Retifica a Portaria Aposentadoria n° 019/2026 de 18/03/2026.

GILSON RUFINO DE SOUZA, Superintendente da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi – PRESERV, no uso de suas atribuições legais.

I – Considerando diligência do TCE/PR, junto a esta Autarquia Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º - RETIFICA, o valor do provento da servidora **MARIA APARECIDA DE ANDRADE,** inscrita no CPF sob. n° 121.xxx.xxx-71, lotado do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo sob a matrícula nº 6661, com o cargo de Professor - 40hrs – VPC09, concedida pela regra prevista no Art. 40, § 1°, III, "a" da C.F. (Redação anterior à EC 103/2019) 41/03 c/c Art. 36 da LC Municipal n° 264/2011, passando a vigorar com a seguinte redação.

Art. 2° - O valor do provento de aposentadoria será no total de R$ 3.177,41 (três mil cento e setenta e sete reais e quarenta e um centavos), sendo que seu reajuste será sem paridade.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 18/03/2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE
SARANDI, em 29 de junho de 2026

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente do PRESERV

Publicado por:
Jeane Gomes Barbosa de Lima
Código Identificador:B89122A9

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 50/2026 CONTRATO N° 339/2026 ID: 10971

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE N° 50/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**MUNICÍPIO DE SARANDI – PR**
CONTRATADA:	**RADIOTEC SERVICOS TECNICOS RADIOLOGICOS LTDA - EPP**
CNPJ/CPF:	**04.046.189/0003-76**
OBJETO:	**Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços complementares na área da saúde pública, compreendendo a realização de exames de diagnóstico por imagem, na especialidade de Ultrassonografia, a serem executados no Centro de Especialidades (CEME) do Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 40.590,00 (quarenta mil, quinhentos e noventa reais).**
VIGÊNCIA:	**26 de junho de 2026 a 22 de dezembro de 2026.**
ASSINATURA	**26 de junho de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:E765E3F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL RESOLUÇÃO CMDCA

Resolução n.º 28/2026

Dispõe sobre proposta de suplementação do projeto atividade 6007 -- Manutenção das atividades de atendimento da criança e adolescente - Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do município de Sarandi/PR reunido em plenária ordinária no dia 26 de Junho de 2026.

Considerando:

- O Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

- A Lei 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações - em específico os artigos 4º e 7º que estabelecem que a criança e o adolescente tem direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência;

- O ofício SAS/ADM n.º 1223/2026 solicita a inclusão de pauta CMDCA e a apresentação do Sr. Márcio José Bourscheid sobre o pedido de suplementação do Projeto atividade 6007 - Manutenção das atividades de atendimento da criança e adolescente, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) pelo orçamento da saúde através da fonte 1000;

Resolve:

Art. 1º: Aprovar a proposta de suplementação no projeto atividade 6007 -- Manutenção das atividades de atendimento da criança e adolescente - Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi:

Anulação:

Programática e Projeto Atividade	Reduzido	Natureza de Despesa	Fonte	Descrição	Valor
2.249- Gestão da Frota da Secretaria Municipal de Saúde	696	3.3.90.30.00.00	1000	Material de Consumo	R$ 50.000,00
2.226-Manutenção das Atividades da Unidade de Pronto Atendimento-UPA	758	3.3.90.30.00.00	1000	Material de Consumo	R$ 150.000,00

Suplementação:

Programática e Projeto Atividade	Reduzido	Natureza de Despesa	Fonte	Descrição	Valor
6007 - Manutenção das atividades de atendimento da criança e adolescente	555	3.3.90.32.00.00	1000	Material, Bem ou Serviços para distribuição gratuita	R$ 200.000,00

Art. 2o- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se e cumpra-se.

Sarandi-Pr, 29 de Junho de 2026.

LUCINEIRE AP. MONTINI DE OLIVEIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:E0B838E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- CEI BEM MAIOR

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 080/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01 de Agosto de 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 084/2026** - CMES de 23 de junho de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- CEI BEM MAIOR**

Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 26 de junho de 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 080 de 26 de junho de 2026:
PARECER Nº 84/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 23/06/2026.
INTERESSADO: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BEM MAIOR – Rua Brasília, nº 866, Jardim Castelo, Sarandi – Paraná, CEP nº 87112-530.
MANTENEDORA: M DE MATOS ZERO ESCOLA INFANTIL
CNPJ: 46.309.729/0001-45
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDO o Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 04/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Ata da Comunidade Escolar nº 04/2026 da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que o Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndice do Projeto Político Pedagógico – 2026 do CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BEM MAIOR,** com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 23/06/2026 (Vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis), às 08h, **APROVA** e emite **Parecer Favorável,** ao documento **Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 25 de junho de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Adilson Lúcio Costa, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Franciele Chiarato Ribas, Gleice de Almeida Heinz, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante.
Conselheiros Suplentes com voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Vitória Beatriz Reis Monterani.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Jane Buettner, Sandra Regina Kauffman

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:37F6DE07

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- CEI ÁGAPE

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 081/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01 de Agosto de 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 085/2026** - CMES de 23 de junho de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- CEI ÁGAPE**

Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 26 de junho de 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 081 de 26 de junho de 2026:
PARECER Nº 85/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 23/06/2026.
INTERESSADO: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ÁGAPE – Rua José Bonifácio, nº 1917, Jardim Indepêndencia, Sarandi – Paraná, CEP nº 87114-050.
MANTENEDORA: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ÁGAPE LTDA
CNPJ: 13.421.911/0001-34
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDO o Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 06/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Ata da Comunidade Escolar nº 06/2026 da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que o Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndice do Projeto Político Pedagógico – 2026 do CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ÁGAPE,** com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 23/06/2026 (Vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis), às 08h, **APROVA** e emite **Parecer Favorável,** ao documento **Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 25 de junho de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Adilson Lúcio Costa, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Franciele Chiarato Ribas, Gleice de Almeida Heinz, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante.
Conselheiros Suplentes com voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Vitória Beatriz Reis Monterani.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Jane Buettner, Sandra Regina Kauffman

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:3129C089

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- CEI APMI

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 082/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01 de Agosto de 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o

Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 086/2026** - CMES de 23 de junho de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- CEI APMI**

Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 26 de junho de 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 082 de 26 de junho de 2026:
PARECER Nº 86/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 23/06/2026.
INTERESSADO: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E A MATERNIDADE – Rua Taí, nº 119, Jardim Europa, Sarandi – Paraná, CEP nº 87111-130.
MANTENEDORA: ASSOC DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE SARANDI CNPJ: 76.712.967/0001-68

ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDO o Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata Escolar junho/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Ata da Comunidade Escolar junho/2026 da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que o Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndice do Projeto Político Pedagógico – 2026 do CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E A MATERNIDADE,** com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 23/06/2026 (Vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis), às 08h, **APROVA** e emite **Parecer Favorável,** ao documento **Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 25 de junho de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Adilson Lúcio Costa, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Franciele Chiarato Ribas, Gleice de Almeida Heinz, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante.
Conselheiros Suplentes com voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Vitória Beatriz Reis Monterani.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Jane Buettner, Sandra Regina Kauffman

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:64170160

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- CMEI CORRENTE DO AMOR

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 083/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01 de Agosto de 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 087/2026** - CMES de 23 de junho de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- CMEI CORRENTE DO AMOR**

Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 26 de junho de 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 083 de 26 de junho de 2026:
PARECER Nº 87/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 23/06/2026.
INTERESSADO: CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CORRENTE DO AMOR – Rua Ponta Porã, nº 1432, Jardim Bela Vista, Sarandi – Paraná, CEP nº 87112-260.
MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR - SMED - CNPJ: 78.200.482/0001-10
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDO o Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 02/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.

II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Ata da Comunidade Escolar nº 02/2026 da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que o Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndice do Projeto Político Pedagógico – 2026 do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CORRENTE DO AMOR,** com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 23/06/2026 (Vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis), às 08h, **APROVA** e emite **Parecer Favorável,** ao documento **Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 25 de junho de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Adilson Lúcio Costa, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Franciele Chiarato Ribas, Gleice de Almeida Heinz, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante.
Conselheiros Suplentes com voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Vitória Beatriz Reis Monterani.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Jane Buettner, Sandra Regina Kauffman

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:AE656856

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- CMEI JOVANDIR CORREA SOARES

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 084/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01 de Agosto de 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 088/2026** - CMES de 23 de junho de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- CMEI JOVANDIR CORREA SOARES**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 26 de junho de 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 084 de 26 de junho de 2026:
PARECER Nº 88/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 23/06/2026.
INTERESSADO: CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA JOVANDIR CORRÊA SOARES – Avenida Angelo Perini, nº 1188, Jardim Castelo, Sarandi – Paraná, CEP nº 87112-400.
MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR - SMED - CNPJ: 78.200.482/0001-10
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDO o Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 29/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.

II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Ata da Comunidade Escolar nº 29/2026 da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que o Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndice do Projeto Político Pedagógico – 2026 do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA JOVANDIR CORRÊA SOARES,** com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.

Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 23/06/2026 (Vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis), às 08h, **APROVA** e emite **Parecer Favorável,** ao documento **Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 25 de junho de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Adilson Lúcio Costa, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Franciele Chiarato Ribas, Gleice de Almeida Heinz, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante.
Conselheiros Suplentes com voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Vitória Beatriz Reis Monterani.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Jane Buettner, Sandra Regina Kauffman

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:7375D7F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- CMEI JULIA VOLPATO SORDI

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 085/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01 de Agosto de 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 089/2026** - CMES de 23 de junho de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- CMEI JULIA VOLPATO SORDI**

Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 26 de junho de 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 085 de 26 de junho de 2026:
PARECER Nº 89/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 23/06/2026.
INTERESSADO: CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL JÚLIA VOLPATO SORDI – Rua Manuel Antonio Barboza, nº 3, Jardim Social, Sarandi – Paraná, CEP nº 87114-610.
MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR - SMED - CNPJ: 78.200.482/0001-10
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDO o Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 187/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.

II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Ata da Comunidade Escolar nº 187/2026 da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que o Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.

III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndice do Projeto Político Pedagógico – 2026 do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL JULIA VOLPATO SORDI,** com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 23/06/2026 (Vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis), às 08h, **APROVA** e emite **Parecer Favorável,** ao documento **Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 25 de junho de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Adilson Lúcio Costa, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Franciele Chiarato Ribas, Gleice de Almeida Heinz, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante.
Conselheiros Suplentes com voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Vitória Beatriz Reis Monterani.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Jane Buettner, Sandra Regina Kauffman

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:3233CC2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ POLO

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 086/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01 de Agosto de 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 090/2026** - CMES de 23 de junho de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ POLO**

Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 26 de junho de 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 086 de 26 de junho de 2026:
PARECER Nº 90/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 23/06/2026.
INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ POLO EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – Rua Canadá, nº 468, Jardim Castelo, Sarandi – Paraná, CEP nº 87112-560.
MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR - SMED - CNPJ: 78.200.482/0001-10
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDO o Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata Escolar abril/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.

II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Ata da Comunidade Escolar nº abril/2026 da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que o Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação

de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndice do Projeto Político Pedagógico – 2026 da ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ POLO - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL,** com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 23/06/2026 (Vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis), às 08h, **APROVA** e emite **Parecer Favorável,** ao documento **Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 25 de junho de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Adilson Lúcio Costa, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Franciele Chiarato Ribas, Gleice de Almeida Heinz, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante.
Conselheiros Suplentes com voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Vitória Beatriz Reis Monterani.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Jane Buettner, Sandra Regina Kauffman

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:D82B0FE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- ESCOLA MUNICIPAL MASAMI KOGA.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 087/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01 de Agosto de 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 091/2026** - CMES de 23 de junho de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- ESCOLA MUNICIPAL MASAMI KOGA.**
Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 26 de junho de 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 087 de 26 de junho de 2026:
PARECER Nº 91/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 23/06/2026.
INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL MASAMI KOGA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – Rua Estrela Dalva, nº 131, Jardim Universal, Sarandi – Paraná, CEP nº 87114-340.
MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR - SMED - CNPJ: 78.200.482/0001-10
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDO o Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 01/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.

II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Ata da Comunidade Escolar nº 01/2026 da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que o Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndice do Projeto Político Pedagógico – 2026 da ESCOLA MUNICIPAL MASAMI KOGA - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL,** com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 23/06/2026 (Vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis), às 08h, **APROVA** e emite **Parecer Favorável,** ao documento **Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 25 de junho de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Adilson Lúcio Costa, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Franciele Chiarato Ribas, Gleice de Almeida Heinz, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante.
Conselheiros Suplentes com voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Vitória Beatriz Reis Monterani.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Jane Buettner, Sandra Regina Kauffman

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:347D0270

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- ESCOLA MUNICIPAL MERCEDES ROMERO PANZERI.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 088/2026

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01 de Agosto de 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 092/2026** - CMES de 23 de junho de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- ESCOLA MUNICIPAL MERCEDES ROMERO PANZERI.**

Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 26 de junho de 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 088 de 26 de junho de 2026:
PARECER Nº 92/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 23/06/2026.
INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL MERCEDES ROMERO PANZERI EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – Rua Castro Alves, nº 2220, Jardim Independência, Sarandi – Paraná, CEP nº 87114-090.
MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR - SMED - CNPJ: 78.200.482/0001-10
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDO o Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para

as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 02/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.

II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Ata da Comunidade Escolar nº 01/2026 da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que o Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndice do Projeto Político Pedagógico – 2026 da ESCOLA MUNICIPAL MERCEDES ROMERO PANZERI - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL,** com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 23/06/2026 (Vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis), às 08h, **APROVA** e emite **Parecer Favorável,** ao documento **Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 25 de junho de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Adilson Lúcio Costa, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Franciele Chiarato Ribas, Gleice de Almeida Heinz, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante.
Conselheiros Suplentes com voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Vitória Beatriz Reis Monterani.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Jane Buettner, Sandra Regina Kauffman

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:ECE707DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- ESCOLA MUNICIPAL OLINDA DIAS PEREIRA.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 089/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01 de Agosto de 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 093/2026** - CMES de 23 de junho de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- ESCOLA MUNICIPAL OLINDA DIAS PEREIRA.**

Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 26 de junho de 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 089 de 26 de junho de 2026:
PARECER Nº 93/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 23/06/2026.
INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL OLINDA DIAS PEREIRA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – Rua Ana Marta Fantin, nº 291, Parque Alvamar, Sarandi – Paraná, CEP nº 87113-410.
MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR - SMED - CNPJ: 78.200.482/0001-10
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDO o Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata N° 16/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.

II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Ata da Comunidade Escolar nº 16/2026 da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que o Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndice do Projeto Político Pedagógico – 2026 da ESCOLA MUNICIPAL OLINDA DIAS PEREIRA - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL,** com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 23/06/2026 (Vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis), às 08h, **APROVA** e emite **Parecer Favorável,** ao documento **Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 25 de junho de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Adilson Lúcio Costa, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Franciele Chiarato Ribas, Gleice de Almeida Heinz, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante.
Conselheiros Suplentes com voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Vitória Beatriz Reis Monterani.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Jane Buettner, Sandra Regina Kauffman

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:0EE4E29A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 090/2026
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01 de Agosto de 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º - Homologaro **PARECER 094/2026** - CMES de 23 de junho de 2026 do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026- ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE**

Art. 2º -Este ato homologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 26 de junho de 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 090 de 26 de junho de 2026:
PARECER Nº 94/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 23/06/2026.
INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR PAULO FREIRE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – Avenida João de Barro, nº 1018, Conjunto Floresta, Sarandi – Paraná, CEP nº 87112-690.
MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR - SMED - CNPJ: 78.200.482/0001-10
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDO o Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDO o Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDO o Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata N° 51/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Ata da Comunidade Escolar nº 51/2026 da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que o Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndice do Projeto Político Pedagógico – 2026 da ESCOLA MUNICIPAL PROFESOR PAULO FREIRE - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL,** com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 23/06/2026 (Vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis), às 08h, **APROVA** e emite **Parecer Favorável,** ao documento **Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 25 de junho de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Adilson Lúcio Costa, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Franciele Chiarato Ribas, Gleice de Almeida Heinz, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Lucilene Amarante.
Conselheiros Suplentes com voto: Aline Honório Machado, Rosangela Aparecida da Silva Lira, Vitória Beatriz Reis Monterani.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Claudia Cristiane Teixeira dos Santos Gusso, Jane Buettner, Sandra Regina Kauffman

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:9440C288

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
RESOLUÇÃO Nº. 013, DE 29 DE JUNHO 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SARANDI.

Dispõe sobre a aprovação e homologação do Plano de Trabalho e Projeto Institucional "Operação Conexão SUS Sarandi: Monitoramento Emergencial e Planejamento Estruturante (Ciclo 2026-2029)" para captação de recursos junto ao Ministério da Saúde.

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Sarandi, em decisão por ad referendum da plenária, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº. 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/90, Lei Complementar n.º 141 de 13/01/2012 e pela Lei Municipal nº. 2415/2018;
CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 11.485/2026, que regulamenta a fonte de financiamento e a disponibilização de recursos federais destinados ao fortalecimento do controle social e à qualificação das ações dos conselhos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade premente de instrumentalizar os conselheiros e a sociedade civil organizada de Sarandi - PR para atuar no monitoramento prático da execução orçamentária, na auditoria cidadã via DigiSUS, PMS, PAS, LDO e LOA e no planejamento de longo prazo focado no ciclo orçamentário subsequente;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, *por ad referendum* do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, o Plano de Trabalho do Projeto Institucional intitulado **"Operação Conexão SUS Sarandi: Monitoramento Emergencial e Planejamento Estruturante (Ciclo 2026-2029)"**, sob execução do Conselho Municipal de Saúde de Sarandi – PR.

Art. 2º Autorizar o Poder Executivo Municipal e o Fundo Municipal de Saúde a adotarem todas as providências administrativas e técnicas

necessárias junto ao Ministério da Saúde para o cadastramento, recepção e execução financeira do recurso orçamentário de R$ 90.000,00 vinculado à Portaria GM/MS nº 11.485/2026.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser submetida à homologação do Plenário deste Conselho na próxima reunião ordinária.

HUGO SIQUEIRA ROBERT PINTO
Presidente do Conselho Municipal de saúde

Homologo a resolução nº. 013/2026, do Conselho Municipal de Saúde de Sarandi nos termos do § 2º. Art. 1º, da Lei Federal nº. 8.142/90.

DIEGO CARNEIRO DE MIRANDA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Marcio Jose Bourscheid
Código Identificador:C94A7F1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02/2026

Súmula: Institui procedimentos para solicitação e fornecimento de imagens do sistema de videomonitoramento e registros do sistema OCR.

O SUPERINTENDENTE DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE SARANDI, Roberto Carlos Honório, em conjunto com o Secretário Municipal da SEMUTRANS, no uso das atribuições legais que lhes conferem a legislação municipal vigente, através da Portaria nº 997/2025 e Decreto nº 117/2025, RESOLVEM:

Art. 1° - Fica estabelecido que, a partir da publicação desta normativa, o acesso às imagens provenientes do sistema de videomonitoramento da cidade e aos registros do sistema OCR somente será concedido mediante solicitação formal, por meio de ofício expedido pela autoridade competente.

Art. 2° - O ofício deverá conter, obrigatoriamente, a justificativa e o objetivo da solicitação, especificando a finalidade para a qual as imagens serão utilizadas.

Art. 3° - Nos casos de urgência decorrentes de investigação policial, a solicitação poderá ocorrer em caráter emergencial. Nessa hipótese, o Comando da instituição solicitante deverá manter contato direto com o Comando desta instituição, a fim de solicitar a disponibilização das imagens necessárias, observando os procedimentos legais e administrativos aplicáveis.

Art. 4° - O fornecimento das imagens estará condicionado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta normativa, bem como à legislação vigente relativa à proteção de dados, à cadeia de custódia das informações e ao interesse público.

Art. 5° - Esta normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se quaisquer orientações em contrário.

ROBERTO ALEXANDRE TSUTOMU OIKAWA
Secretário Municipal de Segurança Pública
Decreto nº 117/2025

ROBERTO CARLOS HONÓRIO
Superintendente da Guarda Civil Municipal de Sarandi
Portaria nº 997/2025

Sarandi, 29 de junho de 2026.

Publicado por:
Kathe Elena Quinteiro Zigoni
Código Identificador:2B3529A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 3.538/2026

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 150 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

C O N C E D E

Aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares, a partir desta data, de acordo com o período aquisitivo abaixo especificado:

MATR.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	Quantidade de Dias
16561	Arquimedes Firme	15/08/2024 a 14/08/2025	30 dias
9491	Vanessa Costa Leite	01/02/2024 a 31/01/2025	15 dias

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:B0E0AA6A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 3537/2026.

SÚMULA: DETERMINA ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**,**

RESOLVE

Art. 1º. – Instaurar Processo Administrativo em face da empresa LIFEGOV LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 58.XXX.716/0001-XX, para apuração de suas responsabilidades e, consequente reparação de eventuais danos advindos ao Município, em face de conduta adotada na execução da Ata de Registro de Preços n.º 001/2026, oriundo do Processo Licitatório n.º 202/2025 na modalidade Pregão Eletrônico n.º 090/2025.

Art. 2º. – Nomear para compor a Comissão de Processo Administrativo, os seguintes servidores:

- **Marcos Roberto Moleda**, matrícula funcional 11581, Escriturário, Nível 008, Ensino Superior (Presidente);
- **Graciele Oliveira Danielewski Pereira,** matrícula funcional 3761, Escriturário II, Nível 008, Ensino Superior;
- **Adilson Rodrigues**, matrícula funcional 3291, Agente Administrativo I, Ensino Superior, Nível 010;
- **Rosane da Silva Ferraz**, matrícula funcional 4071, Escriturário II, Nível 008, Ensino Superior;
- **Celso Fernando Wolf**, matrícula funcional 9781, Escriturário, Nível 008, Ensino Superior.

Parágrafo único. Para execução dos trabalhos, a Comissão poderá requisitar pareceres e providências dos departamentos e demais servidores que integram os quadros do Município.

Art. 3º. – Determinar à Comissão de Processo Administrativo que em tudo sejam observados e garantidos os Princípios Constitucionais do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa.

Art. 4º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se CIÊNCIA desta à Comissão Processante ora constituída.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:D5E4ED55

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 010/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 106/2026)

OBJETO: Contratação de empresa por Empreitada por preço global, para implantação de empreendimento habitacional de interesse social, com repasse COHAPAR, consistente de 20 (vinte) unidades habitacionais com área individual de 47,33 m2 e área total de 946,60 m2, localizadas no loteamento Jardim Bela Vista, zona urbana do município de Sengés, PR conforme projeto básico, orçamento, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo anexos ao Edital.

VALOR TOTAL: R$3.870.683,50 (tres milhão, oitocentos e setenta, seiscentos e oitenta e tres reais e cinquenta centavos)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 15/07/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h00min do dia 15/07/2026.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h30min do dia 15/07/2026.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

A participação na presente Concorrência se dará mediante realização de sessão pública, por meio da INTERNET, e das condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases por meio do Sistema de Concorrência da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, disponível no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/Home/Login.

Os interessados deverão se inscrever previamente, realizando o devido credenciamento junto à **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**; telefone: **(041) 3097-4600**; e-mail: **contato@bll.org.br**;

Informações Gerais: O Edital encontra-se à disposição dos interessados através do site **www.senges.pr.gov.br**. Mais informações poderão ser obtidas por meio do telefone (43) 3567-1400, no endereço eletrônico: **deptolicitacao@senges.pr.gov.br**

Sengés, 29 e junho de 2026.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:4F765200

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026
(Processo Licitatório n.º 102/**2026**)

OBJETO: O objeto da presente licitação é a Formação de REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual compra de massa asfáltica, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

STONE ASFALTO RAPIDO LTDA(60087399000111) com o lote: 1 no valor total de R$ 42.900,00 (quarenta e dois mil e novecentos reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 29/06/2026

Sengés, 29 de junho de 2026.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:0B817133

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº **026/2026**
PARTÍCIPES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS e ASSOCIAÇÃO MISSÃO MÃO ACOLHEDORA
OBJETO: Aquisição de equipamentos médicos e hospitalares para empréstimos a comunidade da terceira idade.
VIGÊNCIA: 31/04/2027
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.030.08.244.0009.2048.3.3.50.41.00.00
VALOR: R$20.000,00 (Vinte mil reais)
DATA DA ASSINATURA: 30/06/2026
AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL.

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:8D41BEEC

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 091/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3 (terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 24/04/2025 a 23/04/2026 ao senhor **JOÃO FRANCISCO ALMEIDA TORRES,** ocupante do cargo de Assessor de Governo e Relações Institucionais II, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas C.P.F nº 081.586.179-64.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 29 de junho de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

ALEX GEORGES ZARTALOUDIS
Diretor do Departamento de Administração

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:9C3DF217

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 092/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3 (um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 18/06/2025 a 17/06/2026, ao senhor **RENATO FRANCISCO MESQUITA,** ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Engenharia e Fiscalização de Obras, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 537.568.829-91.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 29 de junho de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

GABRIEL DA SILVA GALLI
Diretor do Departamento de Planejamento Urbano

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:89E10AD0

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 093/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 30/06/2024 a 29/06/2025 a senhora **DAIANE DA CONCEIÇÃO PESCADOR,** ocupante do cargo de Procurador Juridico, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 035.439.459-20.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.
Paço Municipal "Santo Soriani", 29 de junho de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

HENRIQUE ZANONI
Procurador Geral

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:0B388F56

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 094/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:

Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 03/04/2025 a 02/04/2026, a senhora **CLAUDIA DIAS DE SOUZA,** ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 033.981.769-09.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.
Paço Municipal "Santo Soriani", 29 de junho de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

ALEX GEORGES ZARTALOUDIS
Diretor do Departamento de Administração

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:CEDC0BEF

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 095/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º- Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 07/06/2024 a 06/06/2025 ao senhor **RODRIGO AUGUSTO ALMEIDA DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de Agente de Veículos Automotores - motorista, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 009.685.329-85.
Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 29 de junho de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

VALTERNEY LUIZ BERSANETI
Diretor do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:7F3CCC61

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 096/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3 (um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 31/05/2025 a 30/05/2026 a senhora **ALAIANA RENE GHISLERE SCARPIM** ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 075.798.249-22.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 29 de junho de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

HELOISA BUZO MAXIMO DIAS
Diretora do Departamento de Assistência Social

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:CFA7C95E

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 097/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:

Artigo 1º - Liberar 1/3 (um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 16/03/2025 a 15/03/2026 ao senhor **IVAN CARLOS PINTO,** ocupante do cargo de Assistente Administrativo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 174.039.218-36.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 29 de junho de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

MARIA DALVA DA SILVA DE MELO
Chefe da Divisão de integração ao Trabalho e Renda

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:C1F4B9BE

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA N.º 098/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:

Artigo 1º. Liberar 1/3(um terço), conceder 30(trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo 06/07/2025 A 05/07/2026 ao senhor **JOSÉ CARLOS DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF 007.893.499-06.

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 29 de junho de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

GRAZIELA FERNANDA ALVES FÁVERO
Diretora do Departamento de Educação

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:2ADC1724

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 44/2026 LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF n.º 78.318.359/0001-07, com endereço na Rua Senador Souza Naves n.º 487, representado por sua Diretora Superintendente, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR, e

CONTRATADA: FELIPE GERMANO COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA, inscrita no CNPJ 12.011.181/0001-30.

OBJETO: Aquisição de itens de informática para a nova UBS Central do Serviço Municipal de Saúde, SERMUSA.

VALOR: R$ 8.628,00 (oito mil e seiscentos e vinte e oito reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 03 (três) meses.

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 29 de Junho de 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:0DC71613

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 45/2026 LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF n.º 78.318.359/0001-07, com endereço na Rua Senador Souza Naves n.º 487, representado por sua Diretora Superintendente, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR, e

CONTRATADA: PRIME TECH SOLUTIONS LTDA, inscrita no CNPJ: **65.874.523/0001-02**, valor de R$ 5.390,30 (Cinco mil, trezentos e noventa reais e trinta centavos centavos).

DALAVIA SISTEMA DE SEGURANÇA E ELETRÔNICO LTDA, inscrita no CNPJ: **13.776.385/0001-25**, valor de R$ 1.616,83 (um mil e seiscentos e dezesseis reais e oitenta e três centavos).

OBJETO: Aquisição e instalação de central de alarme para a NOVA Ubs Central do Serviço Municipal de Saúde.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 03(três) meses.

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 29 de Junho de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do SERMUSA

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:B450825E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 042/2026 DE: 29/06/2026

SÚMULA: Altera a Programação Financeira de Arrecadação Mensal e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026

O Prefeito do Município de Sulina, Estado do Paraná, Senhor **GILBERTO JOÃO ROSSI,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica alterado o Decreto 081/2025 de 23 de outubro de 2025 que dispõe sobre a Programação Financeira de Arrecadação Mensal e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, efetuando alterações diminutivas no cronograma de desembolso, alterações adicionais ao cronograma de desembolso e

alterações adicionais das cotas de receitas de acordo com o Anexo I do presente decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, em 29 de junho de 2026, 40º da Emancipação e 38º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Em 29/06/2026

PUBLICADO EM 30/06/2026, EDIÇÃO 8484, PÁGINA _____, DO JORNAL DE BELTRAO

PUBLICADO EM 30/06/2026, EDIÇÃO 3562, PÁGINAS _____, DO JORNAL DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:8F7B2597

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PORTARIA Nº 089/2026

Dispõe sobre a instituição do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Sulina – Paraná.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE SULINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas e nos termos do art. 205 da Constituição Federal de 1988; do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Ministério da Educação; do Decreto Municipal nº 040/2026, de 26 de junho de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Sulina.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Sulina – Paraná**, responsável pelo planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações relacionadas à implementação da Política Municipal de Alfabetização, em consonância com o Decreto Municipal nº 040/2026, com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e com as diretrizes da Política Estadual de Alfabetização.

Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será composto pelos seguintes membros:

– Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Clecilde Fabiane
– Coordenador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada:
Marinete Aparecida Chioquetta
– Representantes dos Diretores Escolares:
Anivia Marli selzler
– Representantes dos Coordenadores Pedagógicos:
Neusa Fabiane
– Representante do Conselho Municipal de Educação:
Mariza Maria Perin Gillioli
– Representantes dos Professores dos Anos Iniciais:
Ssolange Bolonho dos Santos
– Representantes da Educação Infantil:
Andreia Mohr
– Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação:
Fernanda Fátima Baldissera
Art. 3º Compete ao Comitê:
– acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
– apoiar a execução das ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
– monitorar os indicadores de alfabetização e aprendizagem da Rede Municipal;
– propor ações para melhoria dos resultados educacionais;
– contribuir para a elaboração e acompanhamento do Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização;

– promover a articulação entre escola, Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos envolvidos;
– acompanhar as formações continuadas destinadas aos profissionais da educação;
– elaborar relatórios e registros das ações desenvolvidas.
– acompanhar a execução das metas, estratégias e ações previstas no Decreto Municipal nº 040/2026, de 26 de junho de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização de Sulina.
Art. 4° Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, promover a publicidade, a transparência e o controle social das ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização, disponibilizados em espaço específico da Política Municipal de Alfabetização no Portal da Transparência e/ou no sítio eletrônico oficial do Município os seguintes documentos:

– A Política Municipal de Alfabetização
- O Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização;
– os relatórios de monitoramento e acompanhamento das ações e dos resultados e indicadores de alfabetização;
– documentos orientadores, normativos e demais instrumentos relacionados à implementação da Política Municipal de Alfabetização.

§ 1º A divulgação dos documentos observará os princípios da publicidade, transparência, participação social e acesso à informação, resguardadas as hipóteses legais de sigilo e proteção de dados pessoais.
Art. 5º A participação dos membros será considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sulina – PR, 29 de junho de 2026.

CLECILDE FABIANE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:4B2D57A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PORTARIA Nº. 090/2026

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 52, item XXIV conjugado com o Artigo 77, item II, da Lei Orgânica do Município, e ainda Artigo 152, item X, e Artigos 139 a 143 da Lei Municipal 1.139/2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sulina,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder Licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, para o Servidor Público Municipal Senhor **ALAN LUIZ GRIEBELER,** CPF nº. 079.307.059-78, Matrícula Funcional nº 4928/1, ocupante do Cargo efetivo de **Auxiliar Administrativo I**, compreendendo o período de 01/07/2026 à 30/06/2028.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 29/06/2026.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:4CB4BC7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 13/2025 - ID Nº. 2631

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA**, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e a empresa **S. A. MARQUES & CIA LTDA**, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada por seu representante **ROGÉRIO APARECIDO PASTRE MARQUES**, ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei Federal Nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica alterada a cláusula sétima do contrato inicial, prorrogando sua validade para a data de 30 de julho de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRO – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 29 de junho de 2026.

RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

ROGÉRIO APARECIDO PASTRE MARQUES
S. A. Marques & CIA LTDA
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:DA4B5401

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 14/2025 - ID Nº. 2632

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA,** já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e a empresa **L. B. GONÇALVES - EPP**, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada pelo Senhor **LEONEL BERSAN GONÇALVES,** ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei Federal Nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica alterada a cláusula sétima do contrato inicial, prorrogando sua validade para a data de 30 de julho de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira/PR, 29 de junho de 2026.

RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

L. B. Gonçalves -EPP
LEONEL BERSAN GONÇALVES
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:CD6C0A45

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 15/2025 - ID Nº. 2633

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA**, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e a empresa **CLAUDENIR J DE LIMA LTDA**, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada por seu representante **CLAUDENIR JANUARIO DE LIMA**, ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei Federal Nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica alterada a cláusula sétima do contrato inicial, prorrogando sua validade para a data de 30 de julho de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 29 de junho de 2026

RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

CLAUDEMIR JANUARIO DE LIMA
Claudenir J de Lima LTDA
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:1A7860FE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 39/2024 - ID Nº. 2573

REF. DISPENSA Nº 25/2024

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA VEÍCULOS DA LINHA LEVE

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA,** já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro,** em pleno exercício de seu mandato e funções, e a empresa **ROGERIO SCHEAVAO 02235940919,** já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada pelo Senhor **Rogerio Scheavao,** ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica alterada a cláusula sétima do contrato inicial, prorrogando sua validade para a data de 30 de junho de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 29 de junho de 2026

RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

ROGERIO SCHEAVAO
Rogerio Scheavao 02235940919
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:81A25E81

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
DECRETO LEGISLATIVO ADMINISTRATIVO N.º 06, DE 29 DE JUNHO DE 2026

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, DO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
CONSIDERANDO A PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 213, DE 25 DE JUNHO DE 2026, EXPEDIDO PELO PREFEITO MUNICIPAL;
CONSIDERANDO O JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, NA COPA DO MUNDO FIFA 2026, A REALIZAR-SE NESTA DATA, ÀS 14 HORAS; E,
CONSIDERANDO QUE JÁ PODEM SER CONSIDERADOS COMO DIAS ESPECIAIS OS DIAS DA PARTICIPAÇÃO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL EM JOGOS DA *COPA DO MUNDO*, NOS QUAIS A POPULAÇÃO DEIXA EMANAR SEUS MAIS PROFUNDOS SENTIMENTOS DE PATRIOTISMO E CIVISMO,

D E C R E T A:

ART. 1.º FICA SUSPENSO (INTERROMPIDO) NESTA DATA, NO PERÍODO DA TARDE, O EXPEDIENTE DESTA CÂMARA MUNICIPAL.
PARÁGRAFO ÚNICO. O EXPEDIENTE NO PERÍODO DA MANHÃ SERÁ NORMAL ASSIM COMO A SESSÃO ORDINÁRIA SERÁ MANTIDA EM SEU HORÁRIO REGIMENTAL.
ART. 2.º EXCEPCIONALMENTE FICA ESTABELECIDO NESTA DATA, A TODOS OS SERVIDORES QUE TRABALHEM NO PERÍODO DA TARDE, O SISTEMA DE PLANTÃO (TELEFONE 42 9 3505 0263), PREVISTO NA LEI MUNICIPAL Nº 2.072/2023, PARA FINS DE CUMPRIMENTO INTEGRAL DE CARGA HORÁRIA DIÁRIA.
ART. 3.º ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NESTA DATA.

INÊS APARECIDA FERREIRA.

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:E0129665

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 10/2026
PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO N° 001/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 10/2026
Processo de Seleção Simplificado N° 001/2026

O Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e nos termos do edital de Processo de Seleção Simplificado N° 001/2026, homologado através do Decreto N° 170, de 12 de maio de 2026.

CONVOCA

Os aprovados no PSS nº 001/2026 a comparecem entre os dias **30 de junho de 2026 a 03 de julho de 2026,** no horário das 09:00 as 11:30 horas e das 13:30 as 16:30 horas no Departamento de Recursos Humanos e Pessoal, da Secretaria de Geral de Governo, sito a rua XV de novembro, 135, nesta cidade, para apresentação de documentos indicados no anexo I deste edital, bem como o conhecimento do local do exame de aptidão física e mental.

SECRETÁRIO ESCOLAR

Nome	Cargo	Classificação
RÚBIA RAMOS DE OLIVEIRA	SECRETÁRIO ESCOLAR	6° Lugar

FRANCIELE PAZ BRUN	SECRETÁRIO ESCOLAR	7° Lugar

NUTRICIONISTA

Nome	Cargo	Classificação
ALANA MUZZOLON SILVEIRA	NUTRICIONISTA	3° Lugar

ENGENHEIRO CIVIL

Nome	Cargo	Classificação
HELENO PRUDENCIO DA SILVA FILHO	**ENGENHEIRO CIVIL**	1° Lugar

O não comparecimento até a data estipulada caracterizará desistência, perdendo o candidato os direitos adquiridos em virtude de sua aprovação no referido Teste Seletivo.

Nestes termos, faz a convocação.

Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, 29 de JUNHO de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município de Teixeira Soares (PR)

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 10/2026
Processo de Seleção Simplificado N° 001/2026
ANEXO I
Relação de Documentos para nomeação:
Carteira de identidade – cópia e original
CPF – cópia e original
Carteira de trabalho –
1 foto 3x4
Documento de quitação de obrigações eleitorais
Documento de quitação de obrigações militares
Negativa de antecedentes criminais, estadual e federal
Comprovante de escolaridade
Certidão de casamento – cópia e original
CPF e Certidão de nascimento dos dependentes – cópia e original
Comprovante de residência
Carteira de Motorista

Após entrega dos documentos, abertura de conta no Bradesco.

Teixeira Soares, PR, 29 de junho de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Paula Barbieri
Código Identificador:4CECEAC6

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 19, DE 23 DE ABRIL DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Pedro Paulo Weber, s/n - Parque Cidade Nova
Fone: (42) 3460 1155 ramais 1028 e 1029
E-mail: educacao_teixeira@yahoo.com.br
CNPJ: 30.484.573/0001-07 CEP: 84.530-000
TEIXEIRA SOARES - PARANÁ

PORTARIA Nº 19, de 23 de abril de 2026.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO COMITÊ GESTOR PARA COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e daquelas estabelecidas pelo Decreto Municipal Nº 19/2025, de 08/01/2025,
CONSIDERANDO as orientações do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino SASE;
CONSIDERANDO a necessidade de constituição formal de Comitê Gestor para coordenação dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Educação;
R E S O L V E
Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor para elaboração do Plano Municipal de Educação – PME 2026/2036, composto pelos seguintes membros:
I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
a) Alexandra Ruppel da Silva
b) Eliane Maria Roos Matte
c) Mireila Aparecida Jacomel Pugsley
d) Paula Michele Marchinski
II – Representantes do Conselho Municipal de Educação:
a) Fabíola Gubert Matte
b) Samanta Jagher
III – Representantes do CACS - FUNDEB:
a) Karina Fogaça Mendes
b) Sandra Colossi Pott
IV – Representantes do Conselho de Alimentação Escolar (CAE):
a) Rosemilda Rosa
b) Leonice Kistemacher de Lima
V – Representantes do CMDCA:
a) Renata de Andrade
b) Evelyn Muriel Vieira Bindas
VI – Representantes das Equipes Gestoras das Escolas e Professores Municipais:
a) Maira Francine Mulinari - Diretora
b) Celui Maria Tyski - Coordenadora Pedagógica
c) Renata Surryan Ribeiro - Professor de Educação Infantil
d) Margarida Kupczak de Graauw - Professor do Ensino Fundamental

Art. 2º Compete ao Comitê Gestor coordenar, organizar e acompanhar os trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Educação – PME 2026/2036, em consonância com as diretrizes nacionais e orientações técnicas do Ministério da Educação.
Art. 3º A participação no Comitê Gestor não ensejará o pagamento de gratificações ou quaisquer outras vantagens pecuniárias.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, 24 de abril de 2026.

KELLY REGINA CAMARGO
Secretária Municipal de Educação
Dec. 19/2025 de 08/01/25

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:B4BE0EC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.368/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4368/2026 de 29/06/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 214.107,32 (duzentos e catorze mil cento e sete reais e trinta e dois centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Fazenda e Planejamento	

04.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade	
04.003.04.123.0014.2.022.		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	
1686 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
1685 - 3.1.90.11.00.00	31064	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.000,00
1469 - 3.3.90.39.00.00	31016	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	149.107,32
12.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Obras e Edificações	
12.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras	
12.002.17.512.0012.2.105.		MANUTENÇÃO DAS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	
1503 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
		Total Suplementação:	**214.107,32**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:2ED1F29F

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.369/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026

Decreto nº 4369/2026 de 29/06/2026

Ementa**:** Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 575.337,68 (quinhentos e setenta e cinco mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
1642 - 3.3.90.39.00.00	1016	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	275.337,68
10.001.10.302.0007.2.064.		MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
982 - 3.3.90.39.00.00	1016	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	300.000,00
		Total Suplementação:	**575.337,68**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.1.3.50.91.01.00000000 Fonte: 1016	575.337,68
Total da Receita:	**575.337,68**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:CF8A848D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Ref: Processo Administrativo Sancionatório nº 142/2026.

A Prefeitura Municipal de Terra Rica/PR, torna público, por meio desta, a aplicação de sanções administrativas à empresa **COMERCIO ATACADISTA ILHA BELA, inscrita no CNPJ nº 29.322.621/0001-73,** em vista de conduta irregular praticada pela empresa na execução da Ata de Registro de Preços nº 431/2025.
A apuração da conduta irregular pela referida empresa foi realizada nos termos do Processo Administrativo em epígrafe, que após esgotados todos os procedimentos e recursos previstos nos termos da IN nº 10/2023/GTTNLL, concluiu pela aplicação das sanções de:

Impedimento de licitar e contratar, conforme art. 10, II, da IN nº 10/2023 GTTNLL, pelo período de: "24 (vinte e quatro) meses".
Cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 431/2025, com fundamento na Cláusula Décima Primeira – Do Cancelamento, item 11.1, alínea "a".

Publique-se o presente extrato para conhecimento público.

Terra Rica, 29 de junho de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:E62DB5C0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 215/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - 0003-18, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **83.413.591/0003-18**.

DOMICÍLIO: RUA FREDERICO JENSEN, 180 - CEP: 89066301 - BAIRRO: CENTRO, Blumenau/SC.

OBJETO: Registro de preço para compra de materiais de expediente e material de consumo, Pregão N° 37/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 07/05/2026.

VALOR TOTAL: R$ **93.990,00 (Noventa e Três Mil, Novecentos e Noventa Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e três dias de junho de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Dicapel Papeis e Embalagens LTDA - 0003-18
GIOVANI SURDI DEBASTIANI

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:96E5BFB6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 225/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **48.368.182/0001-84**.

DOMICÍLIO: RUA PERU, 454 - CEP: 85933000 - BAIRRO: CENTRO, Ouro Verde do Oeste/PR.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais médico-hospitalares, destinados ao atendimento das demandas do Hospital Municipal Cristo Redentor demais unidades de Saúde., Pregão N° 43/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 23/06/2026.

VALOR TOTAL: R$ **4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e quatro dias de junho de 2026

MUNICÍPIO DE TERRA RICA
Agnaldo de Souza Costa

OUROMED Distribuidora de Medicamentos LTDA
JOÃO PAULO LENHARDT

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:585D6792

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 037/2026

Lei n° 037/2026

EMENTA: Declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Porteira Branca e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para todos os efeitos, o *Centro de Tradições Gaúchas Porteira Branca*, inscrito no CNPJ sob nº 80.289.465/0001-43, com sede e foro na Avenida São Paulo, s/nº, no Município de Terra Rica, Estado do Paraná.

Art. 2º Cessarão automaticamente os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:

I – altere a finalidade para a qual foi instituída ou deixe de cumpri-la;

II – seja utilizada para fins políticos;

III – utilize recursos públicos em desacordo com a legislação pertinente;

IV – promova atos de desordem ou incentivo à desobediência civil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte seis (29/06/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Origem: Poder Legislativo
Autoria: Vereadora Alessandra Aparecida da Cruz

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:77FF9DBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 036/2026

Lei nº 036/2026

SÚMULA: Declara de utilidade pública a Associação Amigos dos Animais TR – Anjos de Patas e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, para todos os efeitos **Associação Amigos dos Animais TR – Anjos de Patas**, inscrita no CNPJ 66.686.287/0001-63, com sede neste Município, entidade civil de interesse público, sem fins lucrativos.

Art. 2º Cessará automaticamente os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:

I - Altere a finalidade para a qual foi instituída ou negue-se a cumpri-la;

II - Seja utilizada para fins políticos;

III - Utilize recursos públicos em desobediência às legislações pertinentes;

IV - Promova atos de desordem ou de incentivo à desobediência civil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte seis (29/06/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Origem: Poder Legislativo
Autoria: Todos os vereadores

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:4E036D60

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 241/2026

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 241/2026

Que entre si celebraram, de um lado MUNICIPIO DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.587.204/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivan Reis da Silva, inscrito no CPF sob n° 492.820.779-34com sede na Avenida Presidente Arthur da Costa e Silva, nº 95, centro, na cidade de Terra Roxa, estado de Paraná, neste ato denominado EMPREGADOR, e de outro, ROZANE ZOTTI, inscrito no CPF sob n° ***.***.729-**, neste ato denominado EMPREGADO(A) no cargo de Enfermeiro Padrão, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente contrato será prorrogado por mais 05 (cinco) meses, com início em 01/07/2026 e término em 27/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Contrato Administrativo Temporário de Trabalho, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Terra Roxa, 29 de junho de 2026.

_____
Empregador

_____
Empregado(a)

Testemunha: FERNANDO RODRIGO TIMOTEO

Testemunha: MILENE MARIA SANTOS BUENO

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:BD06A1A0

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N° 4665/2026

DECRETO Nº 4665/2026

Designa os membros para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Terra Roxa, e dá outros provimentos.

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal; e;

CONSIDERANDO a Lei nº 902/2012, de 28 de fevereiro de 2012, que instituiu o Conselho de Desenvolvimento Urbano Municipal,

D E C R E T A:

Art.1º - Ficam designados os membros para comporem o Conselho de Desenvolvimento Urbano Municipal:

Representando a Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal:

Titular: Ed Carlos da Silva Trindade
Suplente: Augusto Bachiega Ferreira

Representando o Sindicato Patronal Rural:

Titular: Fernando Volpato Marques
Suplente: Osvair Mauro Frasson

Representando a Associação Comercial:

Titular: Ana Maria Bergamo
Suplente: Jeferson Henrique Lima de Carvalho

Representando as Entidades Sindicais dos Trabalhadores:

Titular: Gilmar José Cardoso
Suplente: Aparecido Soares da Silva

Representando a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB:

Titular: Renata Moreira de Jesus
Suplente: Hugo Henrique Frasson Camargo

Representando o Conselho de Arquitetura e Urbanismo -CAU e Conselho Regional de Engenharia-CREA:

Titular: Eder Carlos da Silva
Suplente: Gabriel de Oliveira Zari

Representando o Poder Público:

Titular: Eder Simões
Suplente: Caroline Cardoso Hachmann

Titular: Carlos Henrique Bueno Anderson
Suplente: Tatiane Barbosa de Lima Bloch

Titular: Everton Soares de Souza Barroso
Suplente: Danubia Serafim Vieira Graton

Titular: Caroline Aranão Passos Selinger
Suplente: Laize Aparecida Kalatay Viacelli

Representando a Indústria da Moda Bebê:

Titular: Jean Rossato
Suplente: Luciane de Paula Fedrigo

Representando a Associações de Moradores:

Titular: Nelson Topolniak
Suplente: Gilberto Aparecido Nougueira

Representando as Associações de Pais, Mestres e Funcionários – APMF

Titular: Paula Regina dos Santos Schreiner
Suplente: Renata Aparecida Pereira

Art. 2º - O mandato do presente Conselho será pelo prazo de 2 (dois) anos, sendo possível a reeleição, desde que não coincida com o início ou término das gestões municipais.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.485/2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:69973244

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL N° 59/2026 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL N.º 59/2026

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público que será realizada Audiência Pública com a finalidade de apresentar, discutir e colher contribuições da população acerca da minuta do Projeto de Lei Complementar que institui o:
"PROGRAMA REGULARIZA TERRA ROXA", destinado à regularização de construções irregulares e clandestinas no Município de Terra Roxa.
Art. 1º Fica convocada a população em geral para participar da Audiência Pública destinada à apresentação, discussão e coleta de contribuições referentes à minuta do Projeto de Lei Complementar que institui o Programa Regulariza Terra Roxa.
Art. 2º A Audiência Pública será realizada no dia 30 de julho de 2026, às 19h00min, no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores de Terra Roxa, situado na Rua Parigot de Souza, nº 78, Centro, Terra Roxa/PR.
Art. 3º A minuta completa do Projeto de Lei Complementar encontra-se disponível para consulta no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, localizado na Avenida Presidente Costa e Silva, nº 95, Centro, Terra Roxa/PR, no horário das 7h30min às 17h00min.
Parágrafo único. A minuta também poderá ser solicitada por meio do e-mail planejamento@terraroxa.pr.gov.br
Art. 4º A Audiência Pública será aberta à participação de toda a população, sendo assegurado aos participantes o direito de manifestação oral ou por escrito.
Parágrafo único. Os interessados que desejarem apresentar contribuições por escrito poderão protocolizar documento no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, até 2 (dois) dias antes da data da audiência pública, na Avenida Presidente Costa e Silva, nº 95, Centro, Terra Roxa/PR, no horário das 7h30min às 17h00min.
Art. 5º As contribuições recebidas durante a Audiência Pública serão analisadas pela Administração Municipal e poderão subsidiar a elaboração da versão final do Projeto de Lei Complementar.
Município de Terra Roxa/PR, 29 de junho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:A732DB93

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17335/2026

PORTARIA Nº 17335/2026

SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias para servidores da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa – PR, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido no Decreto nº 2249/2013 de 25 de outubro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3834/2022, de 02 de fevereiro de 2022.
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZAR diárias para servidores da Secretaria Municipal de Saúde, com fins de encaminhamento e acompanhamento de pacientes a outros Centros médicos especializados, no mês de junho.

Nº	NOME	QUANTIDADE	VALOR
01	Adalto Nolácio da Silva	13	R$ 833,30
02	Adenilson José de Oliveira	14	R$ 897,40
03	Alex Miranda de Sousa	16	R$ 1.025,60
04	Cesar Gon	24	R$ 1.538,40
05	Edi Junior Zanovello Diniz	11	R$ 705,10
06	Fagner Camargo José	15	R$ 961,50
07	Gedion Diogo de Araújo	21	R$ 1.528,00
08	Gilberto Aparecido Faria	24	R$ 1.538,40
09	Gilberto Gregor Ikert	11	R$ 705,10
10	Ledivilson Souza dos Santos	15	R$ 961,50
11	Nilton Jofre Pereira	25	R$ 1.602,50
12	Renan de Oliveira	3	R$ 192,30
13	Tiago Pereira de Oliveira	13	R$ 833,30

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de junho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:72A23022

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 19/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 19/2026, de 26 de junho de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR.

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do Plano Municipal de Saúde de Terra Roxa/PR para o quadriênio 2026-2029.

O Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa – Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela legislação municipal pertinente,
CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Saúde para atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;
CONSIDERANDO a apreciação do Plano Municipal de Saúde 2026-2029 em Reunião Extraordinária realizada no dia 26 de junho de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de que o Plano Municipal de Saúde reflita as deliberações da participação social, especialmente aquelas aprovadas na 13ª Conferência Municipal de Saúde;

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar, com ressalvas, o Plano Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR para o quadriênio 2026-2029, apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A ressalva consiste na obrigatoriedade de revisão do Plano Municipal de Saúde até o mês de setembro de 2026, para inclusão das propostas aprovadas na 13ª Conferência Municipal de Saúde, garantindo a compatibilização do instrumento de planejamento com as deliberações conferenciais e com os princípios da participação social no Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 3º - Após a revisão prevista no artigo anterior, o Plano Municipal de Saúde deverá ser reapresentado ao Conselho Municipal de Saúde para ciência e acompanhamento das adequações realizadas.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Terra Roxa – Paraná, 26 de junho de 2026.
.

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Terra Roxa - PR
Decreto Nº 4421/2025

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:E46BD285

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 20/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 20/2026, de 26 de junho de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR.

Dispõe sobre a aprovação da Programação Anual de Saúde do ano de 2026.

O Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa – Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela legislação municipal pertinente,
CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Saúde para atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;
CONSIDERANDO a apreciação da Programação Anual de Saúde em Reunião Extraordinária realizada no dia 26 de junho de 2026;
CONSIDERANDO que a Programação Anual de Saúde encontra-se em conformidade com as diretrizes e objetivos estabelecidos para a gestão municipal do Sistema Único de Saúde – SUS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Programação Anual de Saúde do Município de Terra Roxa/PR, apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A Programação Anual de Saúde aprovada orientará a execução das ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS no Município de Terra Roxa, observadas as disposições legais e orçamentárias vigentes.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Terra Roxa – Paraná, 26 de junho de 2026.
.

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Terra Roxa - PR
Decreto Nº 4421/2025

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:813D33CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 288, DE 29 DE JUNHO DE 2026

Instaura processo administrativo para apuração de necessidade de retificação da carteira de trabalho de servidor

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Memorando nº 131/2023 - DRH, na forma do art. 65, inciso IX, XXIV, XLIV e XLV, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1° Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar sob nº 05/2026, para apurar necessidade de retificação da carteira de trabalho de servidor.
Art. 2º. Delegar à Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pela Decreto nº 6201, de 21 de maio de 2026, competência para conduzir os trabalhos, apresentando relatório final que deverá ser submetido ao Chefe do Executivo.
Art. 3º. A Comissão terá prazo de até 90 (trinta) dias para concluir os trabalhos e apresentar ao Chefe do Poder Executivo o relatório final
Art. 4º. A Comissão deverá instalar os trabalhos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da publicação desta Portaria.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:1EE8EC64

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de TIJUCAS DO SUL – PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal e a Lei Municipal nº 660/2019 e em conformidade com o item 11 do Edital de Abertura n° 09/2026**, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO/HABILITADO**, conforme resultado final homologado, devidamente publicado no sítio www.diariomunicipal.com.br/amp.

LISTA DE CONVOCAÇÃO

NOME	INSC.	CARGO	CLASSIF.
KARINA DE FATIMA TELMA OLTMANN	105	PROFESSOR – GERAL	35
PAMELA SUELEN CARDOSO DOS REIS BORGES	75	PROFESSOR – GERAL	36

2. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS
2.1 Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da presente publicação, à Diretoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal, sito à Rua XV de Novembro, 1458, Centro, Tijucas do Sul – PR.
2.2 Os candidatos serão atendidos por ordem de chegada.
2.3 O não comparecimento nos termos do item 10 do edital de abertura e a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação dos requisitos mínimos exigidos no Edital de Abertura nº 09/2026 para o cargo especificado neste Edital impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo Simplificado e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.4 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado no caput deste artigo poderá solicitar, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga, conforme previsto no item 11 do Edital de Abertura nº 09/2026
2.5 Sendo verificado, a qualquer tempo, falsidade documental, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, com nulidade da classificação e dos seus efeitos decorrentes, sem prejuízos das sanções penais aplicáveis.
2.6 Para ser contratado, o candidato deverá identificar-se e apresentar os seguintes documentos pessoais originais ou documentos de aplicativos de órgãos oficiais, em situação regular, acrescidos de uma cópia, às suas expensas, ou cópia autenticada em cartório quando não apresentado documento original:
a) Documento de Identidade, com foto, original e cópia;

b) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino, original e cópia;
c) C.P.F., original e cópia;
d) Carteira de Trabalho e Previdência Social e cartão do PIS/PASEP, originais e cópias;
e) Carteira Nacional de Habilitação, com registro de EAR – Exercício de atividade remunerada;
f) Certidão de nascimento ou casamento, original e cópia;
f) Título de Eleitor e comprovante da última votação, originais e cópias;
h) 01 foto 3x4 recente;
i) Comprovante de escolaridade;
j) Comprovante de residência, original e cópia;
k) Certidão de Nascimento e C.P.F. dos filhos até 18 anos de idade, originais e cópias;
l) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
m) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
n) Declaração de Bens e Valores que constitui o patrimônio (modelo 6 – ANEXO X) ou o comprovante da última Declaração Imposto de Renda;
o) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos previstos em lei, caso possua outro vínculo, deverá apresentar declaração do outro órgão público em que o servidor já esteja vinculado indicando a jornada/escala de trabalho; (ANEXO VI);
p) Declaração de não demissão do serviço público; (ANEXO VII);
q) Exames médicos complementares, quando for o caso, para inspeção médica oficial.

3. DA PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO
3.1 O candidato que não atender a convocação ou manifestar desinteresse na sua nomeação será eliminado do Processo Seletivo, decaindo do direito à respectiva vaga.
4. DA EXCLUSÃO DO CANDIDATO
4.1 O candidato será **excluído deste Processo Seletivo Simplificado** na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos itens abaixo:
- tenha sofrido rescisão de contrato de trabalho como penalidade em decorrência de sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente a partir da primeira convocação, excetuados os casos em que a sindicância tenha constatado contratação/admissão indevida por parte da administração;
- tenha sofrido penalidade de demissão em processo administrativo disciplinar após sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente a partir da primeira convocação;
- tiver configurado, no momento da contratação, o acúmulo ilegal de cargos, excetuando-se os casos permitidos pelo Art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- tenha 75 (setenta e cinco) anos completos por ocasião da primeira convocação ou da contratação;
- esteja aposentado, na condição de readaptado definitivo ou por invalidez, em cargo ou função equivalente à pretendida;
- tiver comprovada ilegalidade nos documentos apresentados, ou declaração falsa ou inexata;
- apresente laudo médico atestando deficiência incompatível com a natureza das atribuições e exigências para o desempenho da função;
quando da incompatibilidade de horário com outro cargo público ocupado.Caso seja constatado que o candidato tenha incorrido em qualquer das hipóteses citadas no item

4.2 após sua contratação, estará sujeito à rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante processo administrativo.

4.3 O candidato será **excluído da respectiva lista de classificação** e concorrerá exclusivamente à(s) outra(s) inscrição(ões) realizada(s) na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos itens abaixo:
a) não comprove a escolaridade mínima exigida em cada etapa;
b) ainda que comprovada a escolaridade mínima exigida, conste em seu comprovante de inscrição escolaridade que gere pontuação maior que a efetivamente comprovada na fase de avaliação dos títulos;
c)se inscrito na lista de classificação de PNE, não apresente laudo médico ou apresente em desacordo com o estabelecido neste Edital ou que não caracterize a deficiência de acordo com
a legislação vigente;
d) na data da abertura do contrato não apresente as mesmas condições físicas e mentais declaradas no atestado de saúde ocupacional.

5. DA AVALIAÇÃO MÉDICA
5.1 Os candidatos convocados serão submetidos, antes da nomeação, a Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
5.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.
5.3 A Prefeitura se responsabilizará pelos exames clínicos, sendo notificado individualmente cada candidato quanto a sua realização.
5.4 Exames complementares deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados
no prazo a ser definido pelo Município de Tijucas do Sul.
5.5 A falta da apresentação dos exames mencionados no Item anterior caracterizará desistência do candidato.

Tijucas do Sul, 29 de Junho de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Elias de Arruda Scheer
Código Identificador:38E265D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 306/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder, progressão salarial aos professores abaixo, de acordo com a Lei 308/2011 (Plano de Cargo Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Tomazina), Art. 17, I no percentual previsto no Art. 10, IV, da mesma Lei, retroativo a 01 de abril de 2025.

Matrícula	Nome do Servidor	Situação Anterior		Situação Atual	
		Nível	Classe	Nível	Classe
933	LUCIANO APARECIDO SAI	III	E	III	G
967	SILVANA DE SOUZA MARTINS	III	C	III	E

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 29 de junho de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:99C538BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

Processo Adm: Nº 37/2026

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECAPAGEM PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA (RECAPAGEM) E CONSERTO (VULCANIZAÇÃO) DE PNEUS DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.
Empresas vencedoras valor total: R$ 427.380,50(quatrocentos e vinte e sete mil e trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos):**VALE DO IGUACU COMERCIO DE PNEUS LTDA**(12324320000186) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 no valor total de R$ 427.380,50 (quatrocentos e vinte e sete mil e trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos).
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), segunda-feira, 29 de junho de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:D7BC9503

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

Processo Adm: Nº 37/2026

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECAPAGEM PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA (RECAPAGEM) E CONSERTO (VULCANIZAÇÃO) DE PNEUS DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.
Empresas vencedoras valor total: R$ 427.380,50(quatrocentos e vinte e sete mil e trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos):**VALE DO IGUACU COMERCIO DE PNEUS LTDA**(12324320000186) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 no valor total de R$ 427.380,50 (quatrocentos e vinte e sete mil e trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), segunda-feira, 29 de junho de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:C630CEC8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 08/2026

PROCESSO N°. 20/2026

Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ornamentação e locação de estruturas para eventos, por diária, para atender às necessidades de eventos institucionais da Câmara Municipal de Turvo - PR.
Enquadramento legal:
Lei 14.133/21
Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Justificativa:

A abertura do presente processo licitatório justifica-se fundamentalmente pela necessidade de viabilizar a realização do projeto "Câmara Itinerante" nas localidades do interior do município de Turvo - PR, aproximando o Poder Legislativo da população. Como essas sessões e eventos descentralizados ocorrem em locais que frequentemente não dispõem de infraestrutura apropriada, a contratação de uma empresa especializada para a locação, transporte e montagem completa de estruturas (como painel personalizado, púlpito, mesas e cadeiras) e ornamentação solene é indispensável. Essa medida garante as condições operacionais, o conforto para o público presente e a dignidade institucional necessária para os atos oficiais da Câmara Municipal fora de sua sede oficial, conforme previsto no cronograma da Casa e respaldado pela Lei nº 14.133/21

Despacho e ratificação:
Ratifico o enquadramento legal de afastamento de licitação, nos termos do art. 75 da Lei 14.133/21 em nome de **EVERSON KOZIEL TLUSCIK inscrita no CNPJ n. 57.231.762/0001-16 com valor total de R$ 10.810,00**

Turvo, 29 de junho de 2026

JOSNEI NEVES
Presidente

Publicado por:
Oilson Cordeiro
Código Identificador:AEEB1163

CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 14/2026

Pelo presente instrumento particular contrato, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Dr. João Ferreira Neves, 600 - CEP: 85150000 - BAIRRO: Jardim Filadélfia inscrito no CNPJ/MF sob n°. 00.421.500/0001-05, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. JOSNEI NEVES, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do CPF. n.º 026.866.299-16 e da Cédula de Identidade Civil n.º 7.660.989-6, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa VIEIRA E RETECHESKI LTDA, inscrita sobre o CNPJ/MF nº. 10.902.446/0001-65, com sede na Rua Osório Brasileiro, n°. 11, Bairro: Vila Verde, Palmital-PR, CEP: 85270-000, neste ato representada por RONALDO RETECHESKI, inscrito no CPF/MF sob nº. 023.702.159-50 e portador da Carteira de Identidade RG nº. 7.332.622-2 SESP/PR residente e domiciliado na Rua Osório Brasileiro, n°. 11, fundos, Bairro: Vila Verde, Palmital-PR, CEP: 85270-000 doravante designado CONTRATADA, tem entre si como certo e ajustado o presente contrato, em consonância com todos os elementos da Lei Federal 14.133/21 e processo de Processo de Dispensa de Licitação nº. 09/2026, e com as cláusulas e condições a seguir aduzidas:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de provimento de acesso à internet corporativa via fibra óptica, com garantia de banda simétrica, estabilidade de conexão, fornecimento de endereço de IPv4 público direto (fixo) e equipamentos de extensão de sinal (repetidor).

VALOR: R$ 4,740,00 (quatro mil setecentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: O prazo de execução do presente contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme dita a Lei Federal 14.133/21.

FORO: Comarca de Guarapuava-PR.

Turvo - PR, em 26 de junho de 2026

JOSNEI NEVES
Presidente

RONALDO RETECHESKI
Representante Legal

Publicado por:
Oilson Cordeiro
Código Identificador:493C5F2D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 069/2026

Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Especial em virtude do cancelamento de dotação orçamentária de dotações do exercício.

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Federal n° 4.320/64 e na Lei Municipal n° 18 de 24 de junho de 2026, resolve e

DECRETA:
Art. 1º Ficam alterados os anexos da lei 66/2025 – (PPA 2026/2029) e alterações posteriores, para compatibilização dos três instrumentos de planejamento – PPA –LDO-LOA.

Art. 2º Ficam alteradas as metas e prioridades da administração para 2026 e as metas fiscais da lei n° 32/2025 Diretrizes Orçamentárias - LDO 2026, para a compatibilização dos três instrumentos de planejamento PPA-LDO-LOA.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado, no corrente exercício, a abertura de **Crédito Adicional Especial** no orçamento geral do município no valor de **R$ 12.000,00** (doze mil reais), para atender a finalidade abaixo especificada.

Especial		
Códigos	Descrição	Valor
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.1201.2096	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
6845	00000-Recursos Ordinários (Livres)	12.000,00
	TOTAL	**12.000,00**

Art. 4º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Especial**, que trata o art. 3º deste decreto, decorrerão:

§ 1º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto, em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de **R$ 12.000,00** (doze mil reais), conforme segue:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.1201.2096	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
6860	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
18.541.1201.2099	CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
6920	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
	TOTAL	**12.000,00**

Art. 5° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 29 de junho de 2026

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:71B6261F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 070/2026

Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar em virtude do cancelamento de dotação orçamentária do exercício.

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Federal n° 4.320/64 e na Lei Municipal n° 82 de 24 de novembro de 2025, resolve e

DECRETA:

Art. 1º Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2026, **Crédito Adicional Suplementar** no valor de **R$ 40.000,00** (quarenta mil reais), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
02	PODER EXECUTIVO	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0201.2016	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
70	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
	TOTAL	**40.000,00**

Art. 2º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Suplementar**, que trata o art. 1º deste decreto, decorrerão:

§ 1º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto, em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de **R$ 40.000,00** (quarenta mil reais), conforme segue:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	PODER EXECUTIVO	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0201.2015	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DO PREFEITO	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
20	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
	TOTAL	**40.000,00**

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 29 de junho de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:E5539FFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 130-2026

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N. 1/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 130/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 001/2024, conforme edital nº 001/2024 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 18/2024.
2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Turvo, PR, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 20 do EDITAL nº 001/2024.
3º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito de aprovação do Concurso Público, conforme item 20.8 do Edital nº 001/2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Professor - sede- 20h/semanal

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
23710	Silvana Aparecida Beira	21º

4° Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:B23DEFFA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 131-2026

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N. 1/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 131/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 14.274/2003, resolve, bem como em cumprimento ao dispositivo do Edital Regente do Concurso Público nº 01/2024 em seu item 8.1. que prevê: " será reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso". No item 8.4 prevê "candidato optante pelas vagas de negros aprovado no Concurso, quando convocado, deverá preencher declaração se auto declarando, objetivando se enquadrar nas normas da Lei Estadual nº 14.274/2003".
TORNAR PÚBLICO
1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovado no Concurso Público nº 001/2024, conforme edital nº 001/2024 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 18/2024 e Anexo III do Edital de Classificação Final nº 017/2024, e Anexo I do Edital de Classificação Final nº 024/2024.
2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Turvo, PR, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 20 do EDITAL nº 001/2024.
3º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito de aprovação do Concurso Público, conforme item 20.8 do Edital nº 001/2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Professor - Sede- 20h/semanal – COTAS

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
23549	Marcia Kassandra Aparecida Ferreira Doim dos Santos	6º

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:CDCCE21B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 122/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 59/2026

Contrato Administrativo nº 122/2026 – Inexigibilidade de Licitação Nº 59/2026 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – Contratada: FEDERACAO PARANAENSE DE FANFARRAS E BANDAS, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 00.350.623/0001-94, com sede localizada na Rua Jose Júlio Cleto da Silva, Nº 330, no Município de União da Vitória/PR, CEP 84.600-634, neste ato representada por José Carlos Gonçalves, portador da cédula de identidade Nº 4999843-0 PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 76693627900 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PAGAMENTO DE 02 (DUAS) TAXAS DE INSCRIÇÃO, DESTINADAS À PARTICIPAÇÃO DA BANDA MUNICIPAL E DA FANFARRA MUNICIPAL DE TURVO/PR NA VII COPA GUARDA MIRIM DE BANDAS E FANFARRAS, A SER REALIZADA NO DIA 11 DE JULHO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE IRATI – PR – Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir do dia 26/06/2026 até 25/09/2026 - Valor global: Valor total do Contrato Administrativo: R$ 1.000,00 (mil reais) - Foro: Guarapuava (PR) – Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:B914D6E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 449-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias regulares para a servidora efetiva **Barbara Bohatczuk**, Médica Clinico Geral, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 23 de junho de 2026 a 02 de julho de 2026, referente ao período aquisitivo de 14 de março de 2025 a 13 de março de 2026.
Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 20 (vinte) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado no Art. 1º desta portaria, a ser usufruído pela servidora em momento oportuno.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 23 de junho de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 26 de junho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:23D04866

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 450-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o remanescente de 05 (cinco) dias de férias para o servidor efetivo, **Juliano do Nascimento**, Motorista Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, no período de 13 de julho de 2026 a 17 de julho de 2026. conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 947/2025.

Art. 2º - Converter em abono pecuniário o remanescente de 08 (oito) dias de férias do servidor mencionado no Art. 1º desta portaria.

Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 29 de junho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:B238EED1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2026

Através do presente termo, RATIFICO o procedimento de Dispensa de Licitação nº 26/2026, cujo objeto visa a Contratação direta da empresa Associação Cilla Tech Park de Ciência, Tecnologia e Inovação, inscrita sob o CNPJ 39.600.456/0001-28 mediante Dispensa de Licitação para realização da palestra formativa (workshop) intitulada "Pensamento Computacional na Educação Básica", destinada aos profissionais da rede municipal de ensino, visando à qualificação das práticas pedagógicas e ao fortalecimento das competências relacionadas à cultura digital e à inovação educacional, no valor total de R$ 8.550,00 (oito mil, quinhentos e cinquenta reais), considerando:

•
A regularidade do procedimento executado;

•
A justificativa para escolha da empresa;

•
A razoabilidade do preço exigido como contrapartida para a contratação, demonstrada mediante orçamentos, e;

•
Os documentos relativos à regularidade jurídica, fiscal e trabalhista em face das exigências previstas pelo Artigo 75, inciso XV da Lei nº 14.133/2021.

Estando tudo em conformidade com o conteúdo do Parecer Jurídico, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração de contrato ou instrumento equivalente.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo (PR), 29 de junho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:7091C144

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2026

A Prefeitura Municipal de Turvo (PR) torna público, por meio da sua Comissão Permanente de Licitações (CPL), representada por sua Presidente (designado pelo Decreto Nº 17/2026), para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizou procedimento de Dispensa de Licitação Nº 26/2026, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, através do Processo Administrativo n° 4.588/2026 – 1Doc, autorizado pelo Prefeito Municipal em 27/06/2026, cujos termos obedecem ao que segue:
Contratada: Associação Cilla Tech Park de Ciência, Tecnologia e Inovação, inscrita sob o CNPJ 39.600.456/0001-28

Objeto: Realização da palestra formativa (workshop) intitulada "Pensamento Computacional na Educação Básica", destinada aos profissionais da rede municipal de ensino, visando à qualificação das práticas pedagógicas e ao fortalecimento das competências relacionadas à cultura digital e à inovação educacional.

Valor: R$ 8.550,00 (oito mil, quinhentos e cinquenta reais)

Fundamento legal: Artigo 75, inciso XV da Lei nº 14.133/2021.

Justificativa: A Associação Cilla Tech Park de Ciência, Tecnologia e Inovação possui reconhecida atuação nas áreas de educação, tecnologia e inovação, desenvolvendo metodologia própria para a formação de professores em Pensamento Computacional, com abordagem prática, aplicada e alinhada às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.
A solução proposta não se caracteriza como um curso padronizado disponível de forma ampla no mercado, mas sim como uma capacitação específica, estruturada a partir de conteúdo, metodologia, materiais e estratégias pedagógicas desenvolvidos pela própria instituição, os quais estão diretamente relacionados à sua expertise e experiência institucional.
Dessa forma, a escolha da entidade decorre das características singulares da formação ofertada, da compatibilidade entre sua atuação institucional e os objetivos pretendidos pela Administração, bem como da adequação da metodologia apresentada às necessidades da rede municipal de ensino.
Assim, resta evidenciada a especificidade da solução proposta e a inviabilidade de competição para o atendimento das condições e características pretendidas pela Administração, uma vez que o objeto está vinculado à metodologia própria e à expertise desenvolvida pela Associação Cilla Tech Park.

As informações administrativas relativas à Dispensa de Licitação Nº 26/2026 poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos via Telefone: (42) 3642-1145, Whatsapp (42) 99128-4232 ou por email: licitacao@turvo.pr.gov.br.

Turvo/PR, 29 de junho de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Presidente da Comissão Permanente de Licitações (Decreto n˚17/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:7E95504F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 07/2026

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Turvo – CMAS no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 17, de 17/06/2008, e,

CONSIDERANDO:

O ofício n° 513/2026 do Gabinete do Deputado Aliel Machado, por meio do qual é realiza a indicação de recurso destinado a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Turvo-PR;

A deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social realizada em 26/06/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a indicação do recurso, sendo o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Turvo-PR.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo, 29 de junho de 2026.

MICHELI JOHANN FIGUEIREDO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:F2D3AD48

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRENCIA ELETRÔNICA N° 08/2026

O MUNICÍPIO DE TURVO (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. n° 3.671/2026 (1Doc), ADJUDICA E HOMOLOGA o processo licitatório desenvolvido na modalidade Concorrência Eletrônica N° 08/2026, do tipo maior desconto por lote, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a implantação de 20 unidades habitacionais do programa minha casa minha vida no distrito faxinal da boa vista, termo de compromisso nº 992459/2025, firmado com a caixa econômica federal na âmbito do FHNIS, em favor da empresa ACCOR ENGENHARIA LTDA (CNPJ N° 23.218.154/0001-50) pelo valor de R$ 2.922.343,27 (dois milhões, novecentos e vinte e dois mil, trezentos e quarenta e três reais e vinte e sete centavos).
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 17/2026).
Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 29 de junho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:C89E7C82

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
PORTARIA Nº 34/2026

Concede férias à servidora de provimento em comissão, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná no uso das suas legais atribuições, e tendo em vista a solicitação formulada pela servidora Mara Silvia Moreno Salzedas de Almeida,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam concedidas férias de trinta dias, a contar do dia 01 de julho de 2026, com a conversão de um terço em abono pecuniário, nos termos do Art. 92, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 018/92, à servidora Mara Silvia Moreno Salzedas de Almeida, ocupante do cargo em comissão de Assessor Especial I; férias essas relativas ao período aquisitivo de 15 de maio de 2025 a 14 de maio de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, 29 de junho de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:D079991E

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECRETO N°157/2026

D E C R E T O Nº 157/2026

Anula a Fase Externa do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 030/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que foi constatada divergência entre a forma de julgamento estabelecida no instrumento convocatório, prevista por lote global, e a forma como o certame foi efetivamente processado, por item, tornando necessária a regularização dos atos praticados;

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 71, da Lei Federal 14.133/21, bem como o enunciado das Súmulas 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal, segundo os quais aduzem que compete à Administração Pública anular seus próprios atos;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 479/2026, datado de 25 de março de 2026, emitido pela Procuradoria Geral do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica anulada a Fase Externa do procedimento licitatório instaurado mediante o Edital de Licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 030/2026 – PMU, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de Piso Modular Indoor e revitalização de piso existente, destinados à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Umuarama/PR.
Art.2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 29 de junho de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:D05B8931

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ADITIVOS - FMS

RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO N° 272/2022
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: UNIDADE RADIOLÓGICA DE UMUARAMA EIRELI
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 01 de julho de 2027**.**
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual de até R$ 888.480,00 (oitocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais), perfazendo o valor total deste termo em R$ 888.480,00 (oitocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:183 F:1 - Livres
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:184 F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:185 F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:188 F:70014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:187 F:360218 - Federal
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:313 F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:316 F:360218 - Federal
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 18/06/2026

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO N° 214/2024
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: J. C. COCUS DE OLIVEIRA - CLINICA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 26 de junho de 2027**.**
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual de R$ 289.800,00 (duzentos e oitenta e nove mil e oitocentos reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 289.800,00 (duzentos e oitenta e nove mil e oitocentos reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:183 F:1 - Livres
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:184 F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:185 F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:188 F:70014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:187 F:360218 - Federal
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:313 F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:316 F:360218 - Federal
Cláusula Quarta: Altera-se a fiscal para **JESSICKA FERNANDA DE FIGUEIREDO**, Assistente administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CPF sob nº ***.295.729-**.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 22/06/2026

TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO N° 157/2023
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: UNIDADE RADIOLOGICA DE UMUARAMA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 27 de junho de 2027**.**
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual de R$ 240.600,00 (duzentos e quarenta mil e seiscentos reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 240.600,00 (duzentos e quarenta mil e seiscentos reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:183 F:1 - Livres
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:184 F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:185 F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:188 F:70014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:187 F:360218 - Federal
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:313 F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:316 F:360218 - Federal
Cláusula Quarta: Altera-se o fiscal do contrato para JESSICKA FERNANDA DE FIGUEIREDO, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de SAÚDE, inscrita no CPF nº ***.295.729-**
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 18/06/2026

Umuarama, 29 de junho de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Julia Martins Piffer
Código Identificador:7CBB8A38

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE RESCISÃO - FMS

RESUMO DE TERMO RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 376/2025, CELEBRADO ENTRE A PATRICIA TURBAY SERVIÇOS TERAPÊUTICOS LTDA E FUNDO MUNICÍPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA – PR.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: PATRICIA TURBAY SERVIÇOS TERAPÊUTICOS LTDA,
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de Acompanhante Terapêutico para atendimento no Instituto de Atendimento ao Indivíduo com Transtorno do Espectro Autista - IAITEA, com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 007/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde**
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RAZÕES:
O presente termo de rescisão amigável operar-se-á na forma da lei, e se justifica a pedido da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama, a partir da data de sua assinatura.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
A presente rescisão contratual é formalizada de modo amigável, nos termos do art. 138, Inciso II, da Lei de Licitações (14.133/2021).
CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
As partes dão entre si quitação mútua relativamente à contratação havida, declarando inexistirem quaisquer pendências decorrentes do Contrato Original, tampouco ter ocorrido o descumprimento das Cláusulas que o integram.
Parágrafo Primeiro: As partes exoneram-se de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual, em todas as esferas de direito. Ainda, concordam que, a partir desta data não mais haverá qualquer obrigação entre elas, inclusive de ordem financeira.
Parágrafo Segundo: A presente rescisão não acarretará prejuízos ao ente público.
CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:
Para dirimir todas as questões oriundas do presente Termo de Rescisão, é competente o Foro da Comarca de Umuarama – PR, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Data: 17/06/2026

Umuarama, 29 de junho de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Julia Martins Piffer
Código Identificador:742D90B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO N° 2026/06/349

DIRETORIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO - DCA
-
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO N° 2026/06/349
O Município de Umuarama-Pr, em conformidade com o art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 303/2025 torna público que a administração pretende realizar a dispensa de licitação para contratação de empresa para aquisição de:

ITEM 1 - 01 (Uma) Unidade de Telescópio computadorizado modelo Dobson GoTo, tipo refletor Newtoniano, com sistema automatizado de localização e rastreamento de objetos celestes, tubo óptico retrátil (FlexTube), abertura minima de 305 mm (12") e razão focal f/4.9, destinado a atividades de observação astronômica, difusão científica, treinamentos e ações educacionais. Equipamento com biblioteca eletrônica integrada para localização automática de objetos celestes, estrutura robusta para uso continuo em apresentações públicas e compatível com observação de planetas, nebulosas, estrelas e objetos do céu profundo.

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. As propostas deverão ser encaminhadas até às 23:59h do dia 02 de julho de 2026, no email: compradireta@umuarama.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O NÚMERO DO PROCESSO ACIMA. Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação:
Comprovante de Inscrição de Situação Cadastral e quadro societário.
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual.
Certidão Negativa de Débitos Municipais.
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
Declaração de Responsabilidade Unificada.
Certificado de Regularidade do FGTS- CRF.

Umuarama-Pr, 29 de junho de 2026.

VÂNIO CESAR PRESSINATTE
Diretor de Compras e Almoxarifado

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:FC92D66A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 825/2026

Admite servidora para o provimento de emprego público municipal, em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Edital n. º 027 de 02 de fevereiro de 2026, publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado" do dia 03 de fevereiro de 2026, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, realizado em decorrência do Edital n.º 089/2025,

CONSIDERANDO o que estabelece o art. 37, II, da Constituição Federal; e a Lei Complementar nº 432 de 25 de maio de 2017 e suas alterações, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado,

R E S O L V E :

Art. 1º Admitir a servidora abaixo relacionada, conforme tabela a seguir, para exercer o emprego público sob regime administrativo especial, por tempo determinado.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ATUAÇÃO ESPECÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
40 HORAS SEMANAIS

39º – AMANDA GOMES DA SILVA SANTIAGO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, admissão em 02/07/2026, inscrita no CPF n.º 103.955.009-66, com salário de R$ 5.130,63.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de junho de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

***CLEBER BO*MFIM**
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:8DF24574

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 30/07/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
CRK1145	279350E000031040	21/05/2026	55412
EEO7B03	279350E000030993	21/05/2026	55412
EGP6F65	116100T002293376	03/06/2026	55411
IKY8157	279350S000264547	27/05/2026	60503

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:6149F210

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 03/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
SEB6J89	279350NIC0044215	20/03/2026	50020	R$ 390,46

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:275D8347

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 03/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AJU8638	279350T000140119	07/04/2026	51851	R$ 195,23
AMF5E87	279350T000138178	04/04/2026	70301	R$ 293,47
AND9G55	279350T000140080	06/04/2026	51851	R$ 195,23
AOV7B18	279350T000140092	07/04/2026	51852	R$ 195,23
AOZ7F67	279350T000140097	07/04/2026	51851	R$ 195,23
APS2E87	279350T000140089	07/04/2026	51851	R$ 195,23
AQT5038	279350T000140079	06/04/2026	51851	R$ 195,23
AUB7A79	279350T000140094	07/04/2026	76332	R$ 293,47
AVY4560	279350T000140115	07/04/2026	51852	R$ 195,23
AWK8J03	279350T000140078	06/04/2026	51851	R$ 195,23
AWR4H94	279350T000140083	06/04/2026	54521	R$ 195,23
AWT3G12	279350T000140069	06/04/2026	76332	R$ 293,47
AXA2J26	279350T000140106	07/04/2026	51851	R$ 195,23
AYK2A04	279350T000140102	07/04/2026	76331	R$ 293,47
AYK2A04	279350T000140103	07/04/2026	51930	R$ 293,47
AYR3160	279350T000140098	07/04/2026	51851	R$ 195,23
AZT8988	279350T000140121	07/04/2026	51852	R$ 195,23
AZT8988	279350T000140122	07/04/2026	76331	R$ 293,47
BAH4C66	279350NIC0044226	21/03/2026	50020	R$ 390,46
BAO5742	279350T000140105	07/04/2026	76331	R$ 293,47
BAP9848	279350T000140086	07/04/2026	51852	R$ 195,23
BBA3H39	279350T000140118	07/04/2026	76331	R$ 293,47
BBA3H39	279350T000140117	07/04/2026	51851	R$ 195,23
BBK3C63	279350T000140088	07/04/2026	51851	R$ 195,23
BCF1F85	279350T000140099	07/04/2026	76331	R$ 293,47
BCW6E80	279350T000121117	07/04/2026	70481	R$ 293,47
BDQ3G44	279350T000138179	07/04/2026	76331	R$ 293,47
BDR2A36	279350T000119077	07/04/2026	60412	R$ 195,23
BDS4H82	279350NIC0044218	21/03/2026	50020	R$ 390,46
CSN9B87	279350T000140067	06/04/2026	51851	R$ 195,23
DEM4735	279350T000140081	06/04/2026	51852	R$ 195,23
DGN3407	279350T000140109	07/04/2026	51851	R$ 195,23
GIK8A65	279350T000140076	06/04/2026	51851	R$ 195,23
GLJ1243	279350T000140095	07/04/2026	51851	R$ 195,23
GYM7340	279350T000140104	07/04/2026	51851	R$ 195,23
HSC0H66	279350T000140074	06/04/2026	51851	R$ 195,23
IYO0J29	279350NIC0044217	21/03/2026	50020	R$ 390,46
KJR4E45	279350T000140091	07/04/2026	51851	R$ 195,23
MAF6I90	279350T000140072	06/04/2026	51851	R$ 195,23
MCO6147	279350T000121118	07/04/2026	57380	R$ 293,47
MHA6D11	279350T000140084	07/04/2026	51852	R$ 195,23
NSJ0C69	279350T000140070	06/04/2026	51852	R$ 195,23
OOJ6F47	279350NIC0044220	21/03/2026	50020	R$ 390,46
PUF5E24	279350T000140087	07/04/2026	76331	R$ 293,47
QJL8D40	279350NIC0044219	21/03/2026	50020	R$ 260,32
QJM7C47	279350NIC0044221	21/03/2026	50020	R$ 390,46
QMU5F89	279350T000140073	06/04/2026	76332	R$ 293,47
RHO7I55	279350NIC0044223	21/03/2026	50020	R$ 390,46
RWH4H19	279350NIC0044216	21/03/2026	50020	R$ 586,94
SEH1J43	279350NIC0044222	21/03/2026	50020	R$ 390,46
SEQ1G40	279350NIC0044228	21/03/2026	50020	R$ 390,46
SEZ0E11	279350T000140071	06/04/2026	51851	R$ 195,23
SFA0H50	279350NIC0044229	21/03/2026	50020	R$ 260,32
TBK2E22	279350NIC0044224	21/03/2026	50020	R$ 390,46
TBK2E22	279350NIC0044225	21/03/2026	50020	R$ 586,94
TBT7I71	279350NIC0044227	21/03/2026	50020	R$ 390,46
UBC2J33	279350T000140112	07/04/2026	76331	R$ 293,47
UBF9B14	279350T000140093	07/04/2026	76332	R$ 293,47

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:A2443E15

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO DE 2026 DO CONTRATO Nº 5/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025 – PROCESSO Nº 23/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Da Prorrogação do Prazo de Vigência.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória – PR.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de empresa especializada para executar Construção da Nova Unidade Básica de Saúde (UBS) – Tipo I - Saúde da Família, no bairro São Sebastião, Município de União da Vitória/PR, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, e nos termos da Resolução/SESA nº 388/2023.*
CONTRATADO: CONSTRUTORA ALVIR LOPES LTDA – CNPJ nº 02.746.438/0001-49.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento; o prazo de vigência do Contrato n.º 5/2025 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar 27/06/2026 e a terminar em 26/06/2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 111º da Lei Federal n.° 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 24 de junho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:B7D716B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 344/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. 6º da EC 41/03;

DECRETA:

Art. 1º Concede **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,** ao (a) Servidor (a) Público Municipal:

NOME:	**ARLETE WISNIEWSKI CORREIA**
CPF:	**017.972.329-40**
RG:	**5.341.981-0 PR**
CARGO:	**AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA**
NÍVEL:	**01 F**
MATRÍCULA:	**26**
INVESTIDURA:	**11/07/1994**
PROVENTOS	**INTEGRAL**
PARIDADE:	**COM DIREITO A PARIDADE em relação aos servidores**
VALOR MENSAL:	**R$ 5.244,35 (Cinco mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**

Art. 2º Ressalva-se eventual retificação do presente ato em razão do controle externo e registro do mesmo pelo Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. Ocorrendo este fato de retificação fica garantido ao (a) Servidor (a) o retorno ao Setor em que estava lotado (a) na data de publicação deste.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 23 de junho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:C48FF26A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 353/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:
Art. 1º Ficam nomeados candidatos aprovados em **CONCURSO PÚBLICO,** para os cargos abaixo, **EDITAL Nº 001/2022,** conforme **PORTARIAS nº 2, 3 e 4/2023,** nos termos que fundamentam este Decreto, as pessoas abaixo identificadas, conforme a respectiva data:

Cargo : ENFERMEIRO (A)

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
7º	YOLANDA PRETO	01/07/2026	Secretaria Municipal de Saúde

Cargo : PROFESSORA

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
468º	ADRIANA APARECIDA SILVA MOREIRA	02/07/2026	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 29 de junho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:8FE145C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 354/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado candidato aprovado em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2025,** conforme **PORTARIAS** nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026**,** nos termos que fundamentam este Decreto, a pessoa abaixo identificada, conforme a respectiva data:

Cargo : MÉDICO ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
16º	LEAN LUCCAS GARAGNANI	01/07/2026	Secretaria Municipal de Saúde
17º	JOAO PAULO SCHREINER CORREA	01/07/2026	Secretaria Municipal de Saúde

Cargo : MERENDEIRA (O)

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
6º	ANDRÉ LUIS JANISZEVSKI	01/07/2026	Secretaria Municipal de Educação

Cargo : MOTORISTA

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
18º	JOELCIO ZIMERMANN	01/07/2026	Secretaria Municipal de Saúde

Cargo : TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
5º	JANAICE CEUCHUK	01/07/2026	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 29 de junho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:1C8B7EB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 435/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Lotar a Senhora **KARIME MASSIGNAN GRASSI VIEIRA**, ocupante do cargo de **ARQUITETA,** matrícula 991505055, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir de 01 de julho de 2026.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 29 de junho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:EE476430

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 436/2026

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocados CANDIDATOS APROVADOS para os cargos abaixo relacionados, referentes ao Edital 001/2025, e conforme PORTARIAS nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026, no CONCURSO PÚBLICO, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura, sito à Rua Dr. Cruz Machado nº 205, 4º andar, impreterivelmente NO PERÍODO DOS DIAS 01 a 07 DE JULHO DE 2026 (cinco dias úteis), no horário das 13:00 às 17:00 horas, para entrega de documentação e recebimento dos exames médicos, as pessoas abaixo identificadas:

10° Chamada
Cargo : MÉDICO ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

Colocação	Candidato(a)
25º	ANA AUGUSTA KRASSOWSKI FRANCO
26º	BRENDA DE LIMA BUNHAK

7° Chamada
Cargo : MERENDEIRA

Colocação	Candidato(a)
38º	ROSANA APARECIDA DE OLIVEIRA

Conforme Edital 001/2025, Item 13.15 – **não assumindo a vaga e não havendo o requerimento citado no item 13.14 o candidato será eliminado do concurso público**

Documentação Necessária
01 foto 3X4
Carteira de Trabalho
Fotocópias
Certidão De Nascimento ou Casamento ou União Estável
Certidão De Nascimento e CPF doas Filhos Até 21 Anos
Declaração Dos Dependentes Para Imposto De Renda
Título De Eleitor E Comprovante De Voto Na Última Eleição
RG E CPF
Documento Militar - Masculino
Comprovante De Residência atualizado

Extrato De Pis
Declaração De Imposto De Renda Ou Declaração De Bens
Comprovante De Escolaridade e da formação exigida ao cargo – cópia autenticada
Certidão de antecedentes criminais
Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe do Paraná, quando for o caso
Em caso de PPP e PCD – trazer o Laudo anexado na inscrição do Concurso Público.
No momento da entrega dos documentos solicitados o candidato receberá a relação dos exames admissionais.

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos convocados por esta Portaria nos dias acima citados, impedirá a formalização do ato de posse, resultando na imediata renúncia da vaga existente, conforme Edital.

Art. 3º Deverão os candidatos assumirem a vaga no dia e data a ser definida pelo Município de União da Vitória.

Art. 4º Entra esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 29 de junho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:A10384DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 437/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **Lotar** o(s) seguinte(s) Servidor(es) Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	LOCAL LOTAÇÃO	CARGO	A PARTIR DE:
LUIZ CORREA	1341201	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	29/05/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 29 de junho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:03AE615E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
3º TERMO CONTRATO 16/2025

TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO N º 16/2025

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056xxxxxx98, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa: PARCIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. situada à cidade Pato Branco - Pr, inscrita no CNPJ sob nº 13.670.012/0001-75, neste ato representada por LORIANE COSUELO BENDA KALINOSKI PARCIANELLO, inscrito no CPF/MF sob nº 079xxxxxx06, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições, em conformidade com protocolo 4486/2025 e pareceres técnico e jurídico.

Cláusula Primeira: Do Valor – Fica glosado o valor global de R$ 30.825,56 e acrescido o valor global de R$ 74.952,71, ao contrato original conforme planilhas.

Cláusula Segunda: Permanecem em pleno vigor todas as demais disposições contratuais que não conflitem com o presente aditamento.

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente o contrato de parceria de serviços, por si e por seus sucessores, firmam o presente aditamento em duas vias de igual teor e forma.

Vitorino, em 29/06/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

LORIANE COSUELO BENDA KALINOSKI PARCIANELLO
Contratada
Parcia Construtora e Incorporadora LTDA.

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:2053D57F

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
3º TERMO CONTRATO 64/2025

TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO N º 64/2025

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056xxxxxx98, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa VOXCITY TECNOLOGIA LTDA situada à **GUSTAO BICCA DE OLIVEIRA**, 749, Siderópolis-Sc, inscrita no CNPJ sob nº 19.813.396/0001-14, neste ato representada por DIEGO BERNARDA NETTO, inscrito no CPF/MF sob nº 034xxxxxxx27, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições, em conformidade com protocolo 1448/2025 e pareceres técnico e jurídico.

Cláusula Primeira: Da Vigência: passa sua vigência para 28/07/2027.

Cláusula Segunda: Dos valores:
a) Fica suprimido o valor global de R$ 17.827,20, referente a supressão dos Itens: 07, 08, 09 e 10;
b) Fica acrescido o valor global de R$ 92.837,28, referente a prorrogação do itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 11;
c) Fica aplicado o índice de 3,50% (índice INPC), reequilíbrio dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 11;

Cláusula Terceira: Das quantidades: Fica acrescido os quantitativos de 05 (cinco) unidades no item 05, de 09 (nove) unidades no item 06 e 06(seis) unidades no item 11.

Cláusula Quarta: Permanecem em pleno vigor todas as demais disposições contratuais que não conflitem com o presente aditamento.

Cláusula Quinta: Ratificam-se todas as demais disposições contratuais, que não foram alteradas por este Termo.

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente o contrato de parceria de serviços, por si e por seus sucessores, firmam o presente aditamento em duas vias de igual teor e forma.

Vitorino, em 29/06/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

DIEGO BERNARDA NETTO
Contratada
Voxcity Tecnologia LTDA

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:7FED2C0B

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
PORTARIA 273, DE 29 DE JUNHO DE 2026

Portaria 273, de 29 de junho de 2026

O Prefeito Municipal de Vitorino, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º. Fica designado e constituído o Procurador Jurídico Cristhian Denardi de Britto, matrícula 114714, OAB/PR 37.104/PR, como procurador legal do Município de Vitorino, CNPJ 76.995.463/0001-00, perante o Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 2º. Nesta qualidade, fica o referido procurador autorizado a:
I — presentar o Município de Vitorino em qualquer processo judicial, em trâmite ou a ser futuramente ajuizado, seja de que natureza for;
II — receber, assinar e dar ciência em citações, intimações, notificações e requisições judiciais, sejam elas físicas ou eletrônicas;
III — praticar todos os demais atos processuais necessários para a movimentação, acompanhamento de prazos e peticionamento no sistema.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Vitorino, 29 de junho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Izadora Carniel
Código Identificador:87BA36ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6220/2026 - ERRATA CREDITO ADICIONAL

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

O Município de Vitorino, Estado do Paraná, faz saber através do Prefeito Municipal, o senhor Marciano Vottri, na publicação da Decreto 6220/2026 de 12 de junho de 2026 no Diário Oficial do Município, no dia 16 de junho de 2026, na edição nº 3552:

ONDE SÊ LÊ:
Vitorino, 12 de junho de 2026.

LEIA-SE:
Vitorino, 24 de junho de 2026.

DECRETO nº 6220/2026
Ementa: Abre credito Adicional Suplementar no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) no orçamento do município e da outras providências.

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino – PR, no uso de suas atribuições legais com a base na Lei 2214/2026, decreta:

Art. 1º - Fica aberto Credito Adicional Suplementar no orçamento geral do município, no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) para atender as seguintes Dotações Orçamentárias:

0500 – SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE
0502 – FUNDO MUN SAUDE – GERENCIA DE ADMIN GERAL SAUDE
10.302.0021.2.021 – MANTER CONSORCIO CONIMS
3.3.71.70 – 7006 – Rateio pela Participação em Consorcio R$ 400.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2026 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 3º - Art. 3º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar de que trata esta Lei decorrerão de provável excesso de arrecadação vinculado à Fonte 7006, proveniente de recurso federal destinado ao Fundo Municipal de Saúde de Vitorino, relacionado à Proposta de Incremento ao Piso da Atenção Primária (PAP) n° 36000744068202600, no valor de R$ 400.000,00." (NR)

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vitorino, 12 de junho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Cleonete Spigiorin
Código Identificador:B30BC870

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6221/2026 - ERRATA CREDITO ADICIONAL

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

O Município de Vitorino, Estado do Paraná, faz saber através do Prefeito Municipal, o senhor Marciano Vottri, na publicação da Decreto 6221/2026 de 12 de junho de 2026 no Diário Oficial do Município, no dia 16 de junho de 2026, na edição nº 3552:
ONDE SÊ LÊ:
Vitorino, 12 de junho de 2026.

LEIA-SE:
Vitorino, 24 de junho de 2026.

DECRETO nº 6221/2026
Ementa: Abre credito Adicional Suplementar no valor de R$ 305.000,00 (Trezentos e cinco mil reais) no orçamento do município e da outras providências.

Marciano Vottri, prefeito de Vitorino – PR no uso de suas atribuições e com base na Lei 2215/2026. Decreta:

Art. 1º - Fica aberto Credito Adicional Suplementar no orçamento geral do município, no valor R$ 305.000,00 (Trezentos e cinco mil reais)**,** para atender as seguintes Dotações Orçamentárias:

0700 – SECRETARIA MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL
0703 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0013.2.070 – PSB – BENEFICIOS EVENTUAIS
3.3.90.32 – 260- 7005 – Material, bem ou serviços distrib. grat R$ 305.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2026 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 3º - Para cobertura do que trata o artigo anterior ficam indicados como Fonte de Recurso:

Provável Excesso de Arrecadação
171957010200 - Repasse Emenda Ind Mesa Cheia Fonte 7005 R$ 300.000,00
132101110820 - Rendimentos Fonte 7005 R$ 5.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vitorino, 12 de junho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Cleonete Spigiorin
Código Identificador:A8289928

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 114/2026

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 114/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITORINO,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com art. 37, IX, da Constituição da República e Lei Municipal n° 1532/2016 de 31 de maio de 2016 e considerando o resultado do Concurso Público 001/2024;

TORNA PÚBLICO

1 – A convocação dos aprovados no Concurso Público 001/2024, já homologado**;**

MÉDICO CLÍNICO GERAL II

IN	Candidato	Classificação
1697	Camila Luana Schwerz	6º

2 – Os candidatos classificados e relacionados acima deverão comparecer junto a Prefeitura Municipal de Vitorino situada na Rua Barão de Capanema, nº 134 na **Gerência de Recursos Humanos** entre os dias **30/06/2026** até **06/07/2026** das 08h30min até 11h e das 13h30min até 17h, para tomar posse, conforme instruções do ato de provimento em caráter efetivo. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na desistência.

Vitorino, em 30 de junho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:AB72C2DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI 2214/2026 - ERRATA CREDITO ADICIONAL

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

O Município de Vitorino, Estado do Paraná, faz saber através do Prefeito Municipal, o senhor Marciano Vottri, na publicação da Lei 2214/2026 de 12 de junho de 2026 no Diário Oficial do Município, no dia 16 de junho de 2026, na edição nº 3552:

ONDE SÊ LÊ:
Vitorino, 12 de junho de 2026.

LEIA-SE:
Vitorino, 24 de junho de 2026.

LEI nº 2214, de 24 de junho de 2026

Ementa: Autoriza o Poder executivo a abrir credito Adicional Suplementar no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) no orçamento do município e da outras providências.

A CAMARA MUNICIPAL de Vitorino estado do Paraná aprovou e eu prefeito municipal sanciono a presente lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Credito Adicional Suplementar no orçamento geral do município, no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) para atender as seguintes Dotações Orçamentárias:

0500 – SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE
0502 – FUNDO MUN SAUDE – GERENCIA DE ADMIN GERAL SAUDE
10.302.0021.2.021 – MANTER CONSORCIO CONIMS
3.3.71.70 – 7006 – Rateio pela Participação em Consorcio R$ 400.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2026 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 3º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar de que trata esta Lei decorrerão de provável excesso de arrecadação vinculado à Fonte 7006, proveniente de recurso federal destinado ao Fundo Municipal de Saúde de Vitorino, relacionado à Proposta de Incremento ao Piso da Atenção Primária (PAP) n° 36000744068202600, no valor de R$ 400.000,00." (NR)

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitorino, 24 de junho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Cleonete Spigiorin
Código Identificador:E1BFD6C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI 2215/2026 - ERRATA CREDITO ADICIONAL

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

O Município de Vitorino, Estado do Paraná, faz saber através do Prefeito Municipal, o senhor Marciano Vottri, na publicação da Lei 2215/2026 de 12 de junho de 2026 no Diário Oficial do Município, no dia 16 de junho de 2026, na edição nº 3552:

ONDE SÊ LÊ:
Vitorino, 12 de junho de 2026.

LEIA-SE:
Vitorino, 24 de junho de 2026.

LEI nº 2215, de 24 de junho de 2026
Ementa: Autoriza o Poder executivo a abrir credito Adicional Suplementar no valor de R$ 305.000,00 (Trezentos e cinco mil reais) no orçamento do município e da outras providências.

A CAMARA MUNICIPAL de Vitorino estado do Paraná aprovou e eu prefeito municipal sanciono a presente lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Credito Adicional Suplementar no orçamento geral do município, no valor R$ 305.000,00 (Trezentos e cinco mil reais)**,** para atender as seguintes Dotações Orçamentárias:
0700 – SECRETARIA MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL
0703 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0013.2.070 – PSB – BENEFICIOS EVENTUAIS
3.3.90.32 – 260- 7005 – Material, bem ou serviços distrib. grat R$ 305.000,00
Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2026 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 3º - Para cobertura do que trata o artigo anterior ficam indicados como Fonte de Recurso:
Provável Excesso de Arrecadação
171957010200 - Repasse Emenda Ind Mesa Cheia Fonte 7005 R$ 300.000,00
132101110820 - Rendimentos Fonte 7005 R$ 5.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitorino, 24 de junho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Cleonete Spigiorin
Código Identificador:A48F1462

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 274, DE 29 DE JUNHO DE 2026

Portaria 274, de 29 de junho de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:
I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Helio Moraes Rodrigues – Motorista, conforme requerimento de diárias nº. 185/2026, protocolo 5396/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel/PR, no dia 27 de junho de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY – 7J44;

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 29 de junho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:D2C998BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 275, DE 29 DE JUNHO DE 2026

Portaria 275, de 29 de junho de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 1,5 (uma e meia) diárias para o servidor Delmir Carlos Bueno – Motorista, conforme requerimentos de diárias n. º 186/2026, protocolo n.º 5397/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Curitiba/PR, nos dias 28 e 29 de junho de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J43.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 29 de junho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:11FFBEB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 276, DE 29 DE JUNHO DE 2026

Portaria 276, de 29 de junho de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:
I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Fabiano de Moura – Motorista, conforme requerimento de diárias n. º 187/2026, protocolo n. º 5398/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guarapuava/PR, no dia 28 de junho de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 29 de junho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:501A3213

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 277, DE 29 DE JUNHO DE 2026

Portaria 277, de 29 de junho de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:
I – Autorizar o pagamento de 1 (uma) diária para o servidor Vanderley Dimas Martinello – Motorista, conforme requerimentos de diárias n. º 188/2026, protocolo n. º 5400/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel/PR, no dia 29 de junho de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 29 de junho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:6056A850

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°195/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO
TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°195/2025, ORIUNDO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 16/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES E A EMPRESA SANTINI MEDICAMENTOS LTDA.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Joaquim Bonetti, n° 579, Centro de Enéas Marques-PR, inscrita no CNPJ sob o número 76.205.657/0001-57, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Edson Lupatini, brasileiro, portador do RG sob n° 49383932 e inscrito no CPF n° 861.204.419-72, residente e domiciliado neste Município e;
CONTRATADA: SANTINI MEDICAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o n° 58.66.108/0001-89, com sede na Rua Amazonas, n ° 44, Bairro Pinheirão, CEP: 85.603-190, Município de Francisco Beltrão/PR, neste ato representado por PAULO SERGIO SANTINI, inscrito(a) no CPF sob o n.º 641.418.889-15, residente e domiciliado na Rua São Francisco de Assis, n° 303, Bairro Guanabara, Município de Francisco Beltrão/PR.
O presente TERMO DE APOSTILAMENTO refere-se a ata de registro de preço n° 195/2025 que tem como objeto o sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material médico hospitalar destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Enéas Marques - PR, visando garantir o adequado funcionamento das unidades de saúde e o atendimento contínuo à população, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Estudo Técnico Preliminar anexado a este processo.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES: Pelo presente apostilamento, e com fundamento no Art 124, inciso II, alínea "D" da Lei n° 14.133/2021, Cláusula 12º da Ata de Registro de preço originária conforme justificado pelo gestor e acordado entre as partes da presente ata, aplica-se as seguintes modificações:
§1º Realiza-se a troca de marca do item nº 122 da marca IDEATON para a marca SOOLIS.
§2º O reajuste de preço do item nº 122, onde o mesmo foi reajustado conforme solicitado pela empresa, sendo assim, segue descrição do item mencionado:

Relação de Itens da Licitação							
Item	**Qtde**	**Unidade**	**Preço Unit. anterior**	**Preço Unit. Atual**	**Preço Total**	**Marca**	**Descrição**
122	10000	DRAGEA	R$ 0,029	R$ 0,05	R$ 500,00	SOOLIS	BR0437109 VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1, B2, B3, B5, B6, B12, DRÁGEA

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço originária e não alteradas por este instrumento.
CLÁUSULA TERCEIRA: Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021 e Regulamentação Municipal.

Enéas Marques, 29 de junho de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:FEF04A14

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°233/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°233/2025, ORIUNDO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 17/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES E A EMPRESA ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Joaquim Bonetti, n° 579, Centro de Enéas Marques-PR, inscrita no CNPJ sob o número 76.205.657/0001-57, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Edson Lupatini, brasileiro, portador do RG sob n° 49383932 e inscrito no CPF n° 861.204.419-72, residente e domiciliado neste Município e;
CONTRATADA: ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, inscrito no CNPJ sob o n.º 35.626.812/0001-21, com sede na Avenida Central, n°784, Bairro Centro, CEP: 88.330-670, Município de Balneário Camboriú-SC, neste ato representado por GISLAINE MEDIANEIRA RIZZI DALLA PORTA, inscrito(a) no CPF sob o n.º 559.554.600/04, residente e domiciliado na Rua 2480, n°93, Apartamento 1102, Bairro Centro, CEP: 88330-407, Município de Balneário Camboriú-SC.
O presente TERMO DE APOSTILAMENTO refere-se a ata de registro de preço n° 233/2025 que tem como objeto o sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material médico hospitalar destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Enéas Marques - PR, visando garantir o adequado funcionamento das unidades de saúde e o atendimento contínuo à população, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Estudo Técnico Preliminar anexado a este processo.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES: Pelo presente apostilamento, e com fundamento no Art 124, inciso II, alínea "D" da Lei n° 14.133/2021, Cláusula 12º da Ata de Registro de preço originária conforme justificado pelo gestor e acordado entre as partes da presente ata, aplica-se as seguintes modificações:
§1º O reajuste de preço do item nº 68, 69, e 70, onde o mesmo foi reajustado conforme solicitado pela empresa, sendo assim, segue descrição do item mencionado:

Relação de Itens da Licitação							
Item	**Qtde**	**Unidade**	**Preço Unit. anterior**	**Preço Unit. Atual**	**Preço Total**	**Marca**	**Descrição**
68	0	UNIDADE	R$ 1,18	R$ 1,5543	R$ 0,00	KOLPLAST KOLPLAST	(BR0479759) ESPECULO VAGINAL DEPOLIESTILENO CRISTAL NÃO LUBRIFICADO DESCARTÁVEL TAMANHO G.

69	800	UNIDADE	R$ 1,05	R$ 1,3654	R$ 1.365,40	KOLPLAST KOLPLAST	(BR0479758) ESPÉCULO VAGINAL DE POLIESTILENO CRISTAL NÃO LUBRIFICADO DESCARTÁVEL TAMANHO P.
70	700	UNIDADE	R$ 1,12	R$ 1,4226	R$ 1.422,60	KOLPLAST KOLPLAST	(BR0479757) ESPECULO VAGINALDE POLIESTILENO CRISTAL NÃO LUBRIFICADO DESCARTÁVEL TAMANHO M.

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço originária e não alteradas por este instrumento.
CLÁUSULA TERCEIRA: Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021 e Regulamentação Municipal.

Enéas Marques, 29 de junho de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:9444EA98

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS

Nº CONTRATO	MOD.	Nº LICITAÇÃO	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR	CONTRATADA
78/2026	CE	07/2026	EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ - RUA DAS LARANJEIRAS, EM ATENDIMENTO AO INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4100301/2025 - PROGRAMA MAIS QUE ENERGIA DA ITAIPU BINACIONAL.	26/06/2026	12 MESES	R$ 594.916,68	MR PAVIMENTAÇÕES LTDA CNPJ 52.554.325/0001-10
Nº CONTRATO	**MOD.**	**Nº LICITAÇÃO**	**OBJETO DA CONTRATAÇÃO**	**DATA ASSINATURA**	**VIGÊNCIA**	**VALOR**	**CONTRATADA**
79/2026	CE	07/2026	EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ - RUA PRINCIPAL LAGOA DOS PRETOS, EM ATENDIMENTO AO INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4100301/2025 - PROGRAMA MAIS QUE ENERGIA DA ITAIPU BINACIONAL	26/06/2026	12 MESES	R$ 1.093.993,00	FORTREX OBRAS DE INFRAESTRUTURA LTDA CNPJ 67.121.557/0001-51

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:7773FD7F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 179/2026 ID 3761 - GESTÃO TÉCNICA

MUNICÍPIO DE AMAPORÃ - PR
EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2026 ID 3761

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: GESTÃO TÉCNICA ENG. E PLAN. URBANO LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 40.977.301/0001-94

DO OBJETO:
Contratação de Empresa Especializada para a elaboração de projetos de engenharia, de infraestrutura urbana e pavimentação, em atendimento a **Secretaria Municipal de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente** do município de **Amaporã/PR**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

LOTE ÚNICO				
Item	**Descrição**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
01	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO SEXTAVADO VILA RURAL BELA VISTA (SEM GALERIAS)	1	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00
02	PROJETO PAVIMENTAÇÃO AREA URBANA NO DISTRISTO DE NORDESTINA EM SEXTAVADO (SEM GALERIAS)	1	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00
03	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO NO BAIRRO VILA ALTA	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
04	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO URBANA NO BAIRRO JARDIM DO SOL (PROXIMIDADES DO HOSPITAL)	1	R$ 49.500,00	R$ 49.500,00
05	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO URBANA NO BAIRRO JARDIM INDUSTRIAL (AVENIDA GUAIRAÇA-LIGAÇÃO COM BAIRRO VILA ALTA)	1	R$ 40.000,00	R$ 40.000,00
Valor Total do Lote: R$ 129.500,00 (cento e vinte e nove mil e quinhentos reais)				

DO VALOR:
O Valor Total do presente contrato é de **R$ 129.500,00, incluídos todos os custos operacionais, tributos, encargos, ART, deslocamentos e despesas diretas e indiretas.**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Informo ainda que, o pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais do exercício de 2026, e Superavit do exercício 2025, através das dotações abaixo:

06001154510006203233903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
06002185420008203833903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
06002206080008203733903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O Município de Amaporã efetuará o pagamento após recebimento das respectivas etapas de realização de despesa, junto da Nota Fiscal/Fatura, no setor competente, e conferência da mesma. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias parcela única.

DA VALIDADE:
-O Prazo de vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogáveis de acordo com a lei 14.133/21.

Amaporã/PR, 29 de junho de 2026.

Município De Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gusttavo Lucas de Souza
Código Identificador:C0CF3E71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Inexigibilidade 23/ 2026
b) Objeto Homologado:	AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, TIPO SEDAN, MEDIANTE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2025, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025, GERENCIADA PELO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS – CIMINAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR.

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
RECREIO BH VEICULOS S/A	**01.929.665/0003-09**	**R$ 257.230,00**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO SEDAN, ZERO QUILÔMETRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA	Volkswagen Virtus 170 TSI Automático	UNID	2	128.615,00	257.230,00

Barbosa Ferraz, 01 de Junho de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:760B4613

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES
ANEXO I FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)
1 - DADOS DO AGENTE CULTURAL
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):

CPF:
CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Mini Currículo ou Mini portfólio: (Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você encaminhar o currículo em anexo, se quiser)

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outro tipo, indicar qual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Outro, indicar qual

Vai concorrer às cotas ?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
( ) Pessoa com deficiência

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PESSOA JURÍDICA

1. DADOS DO AGENTE CULTURAL
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outra, indicar qual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
LGBTQIAPN+
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros, indicar qual

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( )Apoio financeiro municipal
( )Apoio financeiro estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( )Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Federal
( )Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( )Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( )Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.
DICA PARA O ENTE FEDERATIVO! A PLANILHA ABAIXO PODE SER DISPONIBILIZADA TAMBÉM EM FORMATO EXCEL PARA FACILITAR A SOMA DOS VALORES.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:F7E740AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS SANITÁRIOS.

O Município de Barra do Jacaré - Paraná, torna-se público o resultado da Licitação Menor Preço; declarando-se como vencedoras as empresas **E-MOV BRASIL COMERCIO DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA** CNPJ 34.556.828/0001-42, RUA ENGENHEIRO ANNES GUALBERTO, Tubarão - SC, CEP 88702-290, **RODO SERVICE LTDA** CNPJ 00.688.075/0004-50, RUA TRENTO 19, Cambé - PR, CEP 86186-190, **P R COMERCIO E MANUTENCAO DE VEICULOS ESPECIAIS LTDA** CNPJ 34.077.277/0001-34, AV MANOEL BLANCO VEGA N°183 Piraju – SP, CEP 18810-802, **COLETTO 3R COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA** CNPJ 30.614.830/0003-31**,** AV. FREI GUILHERME MARIA 1251 Santo Antônio da Platina - PR,CEP 86430-000. por apresentarem propostas de menor valor por itens, perfazendo um valor total de R$ 1.375.200,00 (Um Milhão, Trezentos e Setenta e Cinco Mil e Duzentos Reais), para esta licitação que ora homologo, conforme quadro a seguir:

COLETTO3R COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtd.	Preço	Preço total
4	1	Carro básico Hatch - Veículo automotor equipado com airbags dianteiros com possibilidade de desativação do passageiro e airbags laterais para os ocupantes dianteiros, sistema de alerta sonoro e visual para não utilização dos cintos de segurança dianteiros e traseiros, além do sistema ESS – alerta de frenagem de emergência. Deverá possuir freios ABS com EBD (distribuição eletrônica de frenagem), controle eletrônico de estabilidade (ESC), controle de tração (ASR), bloqueio eletrônico do diferencial (EDS), sistema de frenagem automática pós-colisão (Post Collision Brake) e sistema de monitoramento da pressão dos pneus. O veículo deverá contar com assistente de partida em rampas (HHC – Hill Hold Control), direção elétrica, piloto automático (controle automático de velocidade), sensores de estacionamento traseiros e transmissão automática de 6 velocidades. No quesito conforto e tecnologia, deverá possuir ar-condicionado com filtro de poeira e pólen, computador de bordo, painel de instrumentos digital de 8 polegadas, sistema multimídia com tela touchscreen de 10,1 polegadas com App-Connect, alto-falantes, tomadas USB tipo C, luzes de leitura dianteiras e traseiras, descanso de braço dianteiro com porta-objetos e saídas de ar traseiras, além de sistema Start-Stop. O veículo deverá possuir chave tipo canivete com controle remoto, sistema Kessy de acesso ao veículo sem uso da chave e botão para partida do motor, sistema de alarme com comando remoto (keyless), travamento elétrico e remoto das portas, porta-malas e tampa de combustível, bem como vidros elétricos dianteiros e traseiros com função one touch nos dianteiros. Quanto ao acabamento e ergonomia, deverá possuir banco do motorista com ajuste milimétrico de altura, banco traseiro com encosto rebatível, cintos de segurança dianteiros com regulagem de altura e pré-tensionador, coluna de direção com ajuste de altura e profundidade, volante multifuncional revestido em couro com shift paddles, para-sóis com espelhos iluminados, além de fixação de assento infantil Externamente, o veículo deverá apresentar faróis de LED com luz de condução diurna integrada, retrovisores externos com ajuste elétrico, luz indicadora de direção integrada e função tilt down no lado direito, capas dos retrovisores e maçanetas na cor do veículo, para-choques dianteiro e traseiro na cor do veículo, antena no teto, rodas de aço aro 15 com pneus 185/65 R15 e supercalotas, completando o conjunto de itens de segurança, conforto e tecnologia exigidos.	VW POLO SENSE TSI DE ACORDO COM EDITAL	UN	2,00	108.000,00	216.000,00
TOTAL							216.000,00
E-MOV BRASIL COMERCIO DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Un.	Qtd.	Preço	Preço total
1	1	Veículo SUV 7 Lugares - Veículo de 7 (sete) lugares, cor branca ou prata, no mínimo modelo/2025, 0 (zero) km, todos airbags de fábrica, incluindo air bag de coluna e air bag lateral, motor de no mínimo 4 (quatro) cilindros, motor de no mínimo 110 CV, protetor de motor, direção hidráulica ou elétrica, acompanhando de quatro pneus novos e estepe, ar condicionado, cinto de segurança em todos lugares e todos acessórios de segurança, conforme exigido pelo Código Brasileiro de Trânsito, Alarme Anti-furto / Assistente de partida em acliv Controle eletrônico de estabilidade e tração Luzes indicadoras de direção laterais / Regulagem de altura dos faróis/ Sistema de fixação de cadeiras para crianças ("Isofix e Top Tether") / Maçanetas externas na cor do veículo / Painel de instrumentos digital de no mínimo 7" configurável/ Para-choques pintados na cor do veículo / Trava elétrica da tampa de combustível / Chave tipo canivete dobrável ou chave de presença, com botão no painel tipo 'start stop' / Coluna de direção com regulagem em altura / Limpador e lavador elétrico do vidro traseiro / Trava elétrica de todas as portas com acionamento na chave / Vidro elétrico em todas portas com acionamento por "um toque", anti esmagamento e abertura/Fechamento automático pela chave / Banco do motorista com regulagem de altura / Banco da segunda fileira bipartido e rebatível / Banco da segunda fileira corrediço / Encostos de cabeça laterais e central do banco da segunda fileira / Encosto de cabeça dos bancos dianteiros com ajuste de altura/ Molduras de proteção lateral na cor preta / Antena no Teto / Espelhos retrovisores externos elétricos na cor do veículo / Rack de teto / Câmera de ré digital / Tela LCD sensível ao toque no mínimo 10' / Luz de condução diurna em LED / Faróis dianteiros em LED/	CHEVROLET SPIN LTZ	UN	2,00	159.600,00	319.200,00
TOTAL							319.200,00
P R COMERCIO E MANUTENCAO DE VEICULOS ESPECIAIS LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Un.	Qtd.	Preço	Preço total
3	1	Van 16 lugares - 0 km, ano/modelo 2026/2026 ou superior; Combustível: Diesel; • Potência mínima: 135 cv e torque compatível, com injeção eletrônica; • Transmissão: Manual ou automática, com no mínimo 6 marchas; • Direção: Hidráulica e/ou elétrica; • Freios: Sistema ABS; • Capacidade: 16 lugares (15 passageiros + 1 motorista); • Bancos: Recliináveis em tecido, individuais, com cintos de segurança; • Ar-condicionado frontal e traseiro; • Sistema multimídia com tela mínima de 9', USB e Bluetooth; • Câmera de ré e sensores de estacionamento; • Volante multifuncional com comandos de som; • Vidros elétricos dianteiros e tomadas 12V; • Airbags frontais (motorista e passageiro); • Alarme e luminárias centrais de teto; • Rodas e pneus – conforme linha de montagem • Cortinas em todo o veículo, saída de emergência e tacógrafo; • Kit de ferramentas conforme exigido pelo CONTRAN; • Porta lateral de correr, com fácil acesso para embarque e desembarque; • Pintura branca sólida com plotagem modelo SESA; • Garantia mínima: 12 meses a partir da entrada em operação; • Entrega técnica realizada pelo fornecedor.	RENAULT MASTER L2H2 150CV 2026	UN	1,00	300.000,00	300.000,00
TOTAL							300.000,00
RODO SERVICE LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Un.	Qtd.	Preço	Preço total
2	1	Micro-ônibus 25 lugares - - Veículo tipo micro ônibus Rodoviário para o transporte de passageiros; - Fabricação Nacional com carroceria e chassi integrados; - Zero Km, primeiro Emplacamento; - Ano/Modelo de no mínimo 2025/2026; Proconve P8 EURO VI - Prazo de entrega de 30 (trinta dias) após a autorização de fornecimento emitido pelo Município; - Ar Condicionado de teto; - Para-brisas laminado inteiriço ou bipartido; - Dispositivo de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida conforme legislação vigente; - Alavanca de câmbio no painel; - Capacidade mínima de 25 lugares incluso o motorista;	MARCOPOLO VOLARE ATTACK 8-V8L	UN	1,00	540.000,00	540.000,00

		- Poltronas executivas reclináveis com assento e encosto individual; - Revestimento das poltronas em tecido; - Descansa braço nas laterais; - Largura das poltronas de no mínimo 875mm; - Cinto de segurança abdominal retrátil para todas as poltronas e de três pontos para o motorista; - Janelas do salão com vidros móveis; - Cortinas em todas as janelas do salão; - Direção hidráulica ou elétrica; - Injeção Eletrônica; - Rádio MP3 com USB; - Iluminação interna com LED's - Corredor central com piso antiderrapante, revestido em madeira naval; - Motor com potência mínima de 155 CV; - Computador de Bordo; - Freios ABS com acionamento a ar; - Sistema elétrico de no mínimo 24 volts composto por duas baterias; - Porta pantográfica com acionamento a ar interno e externo; - Combustível diesel S-10 com tanque de capacidade mínima de 150 litros. - Tanque com reservatório de ureia líquida Arla 32 (Obrigatório); - Conjunto óptico de faróis para maior segurança; - Itinerário eletrônico; - Cambio com mínimo de 07 marchas, sendo 06 (seis) a frente e 01 (uma) à Ré; - Rodado duplo no eixo traseiro; - Comprimento de no mínimo de 7.000mm; - Entre eixos de no mínimo de 3.700mm; - PBT (Peso bruto total) de no mínimo 8.500Kg; - Pneus conforme padrão do fabricante; - Um alçapão com saída de emergência; - Saídas de emergência junto as janelas; - Estepe, pneus e rodas, conforme linha de montagem padrão do fabricante; - Ferramentas: macaco, estepe e triângulo de sinalização; - Garantia e assistência técnica do chassi e da carroceria de no mínimo 02 anos, conforme manual do proprietário; - Apresentar declaração do Fabricante que a Proponente é autorizada a comercializar o produto, prestar garantia e assistência técnica no estado do Paraná; - Atestado de capacidade técnica; - Identificado visualmente com as logomarcas padrão do Município e padrão SESA; - A proponente que não se enquadra como fabricante, deverá comprovar que dispõe de assistência técnica autorizada da marca ofertada, contendo estrutura própria e equipe técnica especializada, a uma distância máxima de 150 km do município de Barra do Jacaré-PR, para fins de economicidade e celeridade, quando da sua manutenção e revisões periódicas.					
TOTAL								540.000,00

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 29 de junho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:BB5411F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 203/2026

DECRETO N.º 203/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura De São Roque, para o Exercício de 2026 no total de R$ 689.000,00 (seiscentos e oitenta e nove mil reais).

O Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 combinados com a Lei Municipal n.º 1.320/2025 resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura de São Roque para o exercício de 2026, na importância de R$ 689.000,00 (seiscentos e oitenta e nove mil reais), mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	Secretaria de Administração	
03.003	Departamento de Material e Patrimônio	
4.122.301.2.12	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
520	0000 Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
03.004	Departamento de Serviços e Encargos Sociais	
4.122.301.2.367	EMENDA IMPOSITIVA 17/2025 - LIVRES	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
8070	0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	33.000,00
05	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
05.001	Departamento de Educação	
12.365.521.2.47	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2360	0000 Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2420	0000 Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	200.000,00
06	Secretaria de Saúde	
06.001	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.601.2.88	INCENTIVO A SAÚDE BUCAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4020	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	250.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4030	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4050	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00
06.002	Departamento de Vigilância em Saúde	
10.304.602.2.93	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA EM SAÚDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4250	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	148.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4330	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	18.000,00
	SUBTOTAL	456.000,00
	TOTAL	**689.000,00**

Art. 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

2.

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	Poder Executivo	
02.001	Secretária Executiva Municipal	
4.122.201.2.4	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
10	0000 Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
20	0000 Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
30	0000 Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
	SUBTOTAL	68.000,00
03	Secretaria de Administração	
03.003	Departamento de Material e Patrimônio	
4.122.301.2.12	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
530	0000 Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
03.004	Departamento de Serviços e Encargos Sociais	
4.122.301.2.15	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
630	0000 Recursos Ordinários (Livres)	32.000,00
4.122.301.2.367	EMENDA IMPOSITIVA 17/2025 - LIVRES	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
8080	0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	65.000,00
05	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
05.001	Departamento de Educação	
12.782.523.2.42	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2770	0000 Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
06	Secretaria de Saúde	
06.001	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.601.2.87	AÇÕES PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA - ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
3970	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	456.000,00

	SUBTOTAL	456.000,00
	TOTAL	**689.000,00**

Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1.302/2025, e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1.303/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso de 2026 no que couber.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 29 de junho de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:89330B69

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 309/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 309/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.041/2026
PROCESSO Nº 1.983/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de medicamentos para manutenção da farmácia básica das unidades de saúde do Município, conforme quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.
1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
2.2. Em caso de prorrogação os quantitativos serão renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta Ata é na importância de **R$ 120.323,30** (cento e vinte mil, trezentos e vinte e três reais e trinta centavos).
3.2. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:
Fornecedor: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 04.470.877/0001-05, com sede na Rua Itacolomi, n° 365, Bairro La Salle, CEP 85.505-050, Pato Branco-PR, endereço eletrônico: medigram@medigram.com.br, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por sua sócia administradora a Sra. ANDREA LETICIA GRAMS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF n° 919.***.***-34, residente e domiciliada na Rua Goianáses, n° 331, Bairro Centro, CEP 85.501-020, Pato Branco-PR, endereço eletrônico: farmaceutica@medigram.com.br.

Item	Catmat	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
4	448841	Amoxicilina Associada Com Clavulanato De Potássio - 50mg/ml+12,5mg/ml	EMS	FR	400,00	12,87	5.148,00
14	0432908	DAPAGLIFLOZINA, 10 MG	EMS	CP	50.000,00	1,4602	73.010,00
20	0434874	EMPAGLIFLOZINA, CONCENTRAÇÃO:25 MG	MEDQUIMICA	CP	12.000,00	2,8492	34.190,40
25	0394237	GLICOSAMINA, ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS 1,5 G + 1,2 G, PÓ ORAL, SACHÊ 5G	EUROFARMA	UN	2.000,00	3,3264	6.652,80
33	43402	Prednisolona composição acetato associado ao gatifloxacino sesquidratado concentração 10mg/ml + 3mg/ml solução oftálmica frasco 6ml	ALLERGAN	FR	18,00	73,45	1.322,10

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.
4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Saúde

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.
6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.
6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.
6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.
6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V – não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.4. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão por escopo e terão vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados somente nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.
7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2026, conforme Atestado de Disponibilidade Orçamentária e Financeira constante do Processo Digital nº 1.983/2026 – Despacho 9, em uma ou mais das seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte

2026	2360	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.32.02.00	De Exercícios Anteriores
2026	2360	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.32.02.00	Do Exercício
2026	2370	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.32.02.00	Do Exercício
2026	2375	08.003.10.301.0007.2029	494	3.3.90.32.02.00	De Exercícios Anteriores
2026	2375	08.003.10.301.0007.2029	494	3.3.90.32.02.00	Do Exercício

10.2. Caso a despesa não seja executada no exercício de 2026, as despesas serão suportadas por dotações orçamentárias equivalentes previstas na LOA do exercício subsequente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pela Sra. **Andrea Leticia Grams** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:D2273058

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 311/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 311/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.041/2026
PROCESSO Nº 1.983/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de medicamentos para manutenção da farmácia básica das unidades de saúde do Município, conforme quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação os quantitativos serão renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta Ata é na importância de **R$ 5.867,00** (cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais).

3.2. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 00.656.468/0001-39, com sede na Rua Anita Ribas, n° 410, Bairro Bacacheri, CEP 82.520-610, Curitiba-PR, endereço eletrônico: vendas8.pr@somahospitalar.com.br, vendas10.pr@somahospitalar.com.br, vendas14.pr@somahospitalar.com.br, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por seu procurador o Sr. LUIZ RENATO GAROFANI, brasileiro, casado, inscrito no CPF n° 874.***.***-87, residente e domiciliado na Rua Paulo Setubal, n° 2275, Sobrado 4, Bairro Boqueirão, na cidade de Curitiba-PR, endereço eletrônico: licita2.pr@somahospitalar.com.br.

Item	Catmat	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
15	0292427	DEXAMETASONA, 4MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2.50ML	GENERICO/ HYPOFARMA	AMP	2.500,00	0,74	1.850,00
38	268523	Salbutamol composição 0,5mg/ml, solução injetável 1 ml	GENERICO/ HIPOLABOR	AMP	300,00	13,39	4.017,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Saúde

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.
6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.
6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.
6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.
6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V – não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.4. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão por escopo e terão vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados somente nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.
7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2026, conforme Atestado de Disponibilidade Orçamentária e Financeira constante do Processo Digital nº 1.983/2026 – Despacho 9, em uma ou mais das seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	2360	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.32.02.00	De Exercícios Anteriores
2026	2360	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.32.02.00	Do Exercício
2026	2370	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.32.02.00	Do Exercício
2026	2375	08.003.10.301.0007.2029	494	3.3.90.32.02.00	De Exercícios Anteriores
2026	2375	08.003.10.301.0007.2029	494	3.3.90.32.02.00	Do Exercício

10.2. Caso a despesa não seja executada no exercício de 2026, as despesas serão suportadas por dotações orçamentárias equivalentes previstas na LOA do exercício subsequente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pelo Sr. **Luiz Renato Garofani** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:9F5A03DC

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 312/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 312/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.041/2026
PROCESSO Nº 1.983/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de medicamentos para manutenção da farmácia básica das unidades de saúde do Município, conforme quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação os quantitativos serão renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta Ata é na importância de **R$ 11.744,75** (onze mil, setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos).

3.2. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: NOVA MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 41.365.113/0001-78, com sede na Rua Genuíno Piacentini, n° 59, Bairro Santa Terezinha, CEP 85.506-220, Pato Branco-PR, endereço eletrônico: compras@novamedicamento.com.br, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. FABIO EMANUEL REBONATTO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF n° 046.***.***-90, residente e domiciliado na Rua Severino Oldoni, n° 203, Bairro Parque do Som, CEP: 85.505-448, Pato Branco-PR, endereço eletrônico: licitacao@novamedicamento.com.br.

Item	Catmat	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
8	0267617	CARBAMAZEPINA, DOSAGEM 400MG CPMPRIMIDO	TEUTO	CP	6.000,00	0,43	2.580,00
43	342526	Tiotrópio brometo concentração 18 MCG, cápsula pó p/ inalação, com inalador, frasco 60 (doses)	BOEHRINGER	FR	25,00	366,59	9.164,75

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Saúde

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão por escopo e terão vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados somente nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2026, conforme Atestado de Disponibilidade Orçamentária e Financeira constante do Processo Digital nº 1.983/2026 – Despacho 9, em uma ou mais das seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	2360	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.32.02.00	De Exercícios Anteriores
2026	2360	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.32.02.00	Do Exercício
2026	2370	08.003.10.301.0007.2029	303	3.3.90.32.02.00	Do Exercício
2026	2375	08.003.10.301.0007.2029	494	3.3.90.32.02.00	De Exercícios Anteriores
2026	2375	08.003.10.301.0007.2029	494	3.3.90.32.02.00	Do Exercício

10.2. Caso a despesa não seja executada no exercício de 2026, as despesas serão suportadas por dotações orçamentárias equivalentes previstas na LOA do exercício subsequente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.
12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.
Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pelo Sr. **Fabio Emanuel Rebonatto** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:3ADEF34E

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 322/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 322/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.039/2026
PROCESSO Nº 1.555/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de serviços de controle de vetores e pragas urbanas nos espaços públicos municipais, conforme características, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.
1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 90.039/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados e acrescidos ao saldo remanescente.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 6.238,20** (seis mil, duzentos e trinta e oito reais e vinte centavos).
3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:
Fornecedor: JANDER U. KEHLS DEDETIZACAO E EMPREITEIRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 42.382.823/0001-79, com sede na Avenida Ângelo Perini, n° 202, Bairro Parque São Pedro, CEP 87.112-400, Sarandi-PR, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. JANDER UILSON KEHLS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF n° 078.***.***-20, residente e domiciliado na Rua Josefina Maria de Jesus, n° 4611-B, Bairro Jardim Itália, CEP 87.114-066, Sarandi-PR, endereço eletrônico: jander_kehls@hotmail.com.

Item	Produto/Serviço	Un	Qtde	Preço	Preço total
5	Serviço Especializado em Controle de Vetores e Pragas Urbanas Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo procedimentos de desinsetização, desratização (com fornecimento e instalação de iscas), bem como ações de manejo e controle de aves sinantrópicas (como pombos) e quirópteros (morcegos), visando a eliminação e prevenção da proliferação de baratas, cupins, formigas, mosquitos, insetos em geral, aracnídeos, quilópodes, diplópodes, roedores e demais organismos nocivos à saúde pública. A execução deverá ocorrer de forma periódica, com aplicações semestrais durante o período de 12 (doze) meses, ou conforme a necessidade identificada e formalmente solicitada pelas Secretarias requisitantes. Caso verificada a reincidência ou surgimento de infestação dentro do período de validade do serviço, a empresa contratada deverá realizar	M2	51.985,00	0,12	6.238,20

	reaplicação ou reforço dos procedimentos, sem ônus adicional para a Administração. A contratada deverá utilizar produtos devidamente registrados nos órgãos competentes, obedecendo às normas técnicas e sanitárias vigentes, especialmente à RDC nº 52/2009 da ANVISA, e demais legislações aplicáveis. Ao término de cada execução, deverá ser fornecido comprovante/certificado de realização do serviço, contendo, no mínimo, informações sobre os produtos utilizados, pragas-alvo, locais atendidos, data de aplicação e prazo de validade. Os locais de execução e suas respectivas áreas serão previamente definidos e informados por meio das requisições de compra emitidas pelas unidades administrativas competentes. Os serviços deverão ser executados nas áreas internas e externas das edificações pertencentes ao Município de Candói.				

A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Assistência Social
2	Secretaria de Administração
3	Secretaria de Agricultura e Pecuária
4	Secretaria de Cultura
5	Secretaria de Educação
6	Secretaria de Esportes e Lazer
7	Secretaria de Saúde
8	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
9	Secretaria de Viação e Serviços Públicos

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.
7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.
7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.818 de 2025), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	150	02.002.04.124.0002.2003	0	3.3.90.14.00.00	Do Exercício
2026	520	04.001.04.122.0002.2006	0	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	520	04.001.04.122.0002.2006	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	630	04.002.04.122.0002.2007	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	930	06.001.12.306.0005.2012	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1020	06.001.12.361.0005.2013	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1220	06.001.12.361.0005.2014	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1310	06.001.12.364.0005.2015	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1550	06.002.12.782.0005.2019	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1560	06.002.12.782.0005.2019	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1620	07.001.04.122.0006.2020	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1720	07.002.27.812.0006.2021	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1820	07.003.13.392.0006.2022	0	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	1830	07.003.13.392.0006.2022	2	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1840	07.003.13.392.0006.2022	1060	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	1840	07.003.13.392.0006.2022	1060	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	1980	08.001.10.301.0007.2023	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2100	08.002.10.302.0007.2024	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2180	08.002.10.302.0007.2025	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2310	08.002.10.302.0007.2028	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2400	08.003.10.301.0007.2029	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2590	08.004.10.301.0007.2032	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2610	08.004.10.301.0007.2033	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2710	08.005.10.304.0007.2035	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2820	09.001.08.122.0006.2037	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2860	09.002.08.122.0006.2038	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	2880	09.002.08.122.0006.2039	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3000	09.003.08.122.0006.2040	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3120	09.003.08.244.0006.2043	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3160	09.003.08.245.0006.2044	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3250	09.003.08.245.0006.2045	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3350	09.004.08.243.0006.2047	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3420	09.004.08.243.0006.6048	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3510	09.005.08.241.0006.2050	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3550	09.006.08.244.0006.2051	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3650	10.001.04.122.0003.2052	505	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3730	10.002.06.182.0003.2053	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3790	10.002.26.782.0003.2054	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3800	10.002.26.782.0003.2054	505	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3890	11.001.04.122.0004.2055	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3960	11.002.20.608.0004.2056	1065	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	4010	11.002.20.608.0004.2057	505	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	4260	13.001.04.122.0003.2062	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	4330	13.002.18.541.0003.2063	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	4400	13.003.15.451.0003.2065	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2026, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pelo Sr. **Jander Uilson Kehls** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:3DEFF46B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 256/2026

PORTARIA Nº 256/2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Everton Kuhn Bittencourt	Motorista	01 (uma)	Paranavaí - PR	20,21 de junho de 2026.	Conduzir a Equipe do União Capitão para Partida válida pelo campeonato paranaense de futsal – Série Bronze
Osmar Geraldo as Silva	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	26 de junho de 2026.	Copa Aurinegra.
Salatier Reis Bento	Motorista	02 (dois)	Curitiba – PR	17,18 de junho de 2026.	Quimioterapia.
Andre Pinto	Chefe da Divisão de Lazer	01 (uma)	Céu Azul – PR	20 de junho de 2026.	Acompanhar a Equipe de Bocha masculino Paranaense – Série Prata.
Alter José Ragadali	Secretário de Esporte e Lazer	03 (três)	Curitiba – PR	20,21,22 de junho de 2026.	Buscar Kit Esportivo, agenda com deputado Estadual Hussein, viabilizando recursos para uma van e climatizadores para o ginásio.
Osmar Geraldo da Silva	Motorista	02 (duas)	Guaraniaçu – PR	19,20,21 de junho de 2026.	Conduzir a equipe de atletas de handebol que representou o município no 38° jogos da juventude do Paraná/Responsavel técnica pela equipe.
Daiane A. Ruth Valendolf	Educador Físico	02 (duas)	Guaraniaçu – PR	19,20,21 de junho de 2026.	Conduzir a equipe de atletas de handebol que representou o município no 38° jogos da juventude do Paraná/Responsavel técnica pela equipe.
Alter José Ragadali	Secretário de Esporte e Lazer	01 (uma)	Guaraniaçu – PR	19 de junho de 2026.	38° Jogos da Juventude

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:A07110F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 260/2026 DATA: 29-06-2026

O Prefeito Municipal em Exercício de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com os Artigos 74 a 80 da Lei Municipal n.º 1.784/2012 de 23/03/2012,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias aos Servidores Públicos abaixo relacionados, conforme períodos constantes nos recibos de férias arquivados no assentamento funcional:

Matr.	Servidor(a)	Cargo	Período Aquisitivo	Dias	Período de Férias	Retorno
123940/1	Agnaldo Hartkopf	Motorista	2024 / 2025	15	13-07-26 a 27-07-26	28-07-26
118501/1	André Cristiano Hubner	Técnico Agropecuário	2024 / 2025	30	01-07-26 a 30-07-26	31-07-26
123929/1	Andressa Gasiola Carvalho Garcia	Zelador(a)	2025 / 2026	30	01-07-26 a 30-07-26	31-07-26
123930/1	Andressa Regina Trevisan	Odontólogo(a)	2025 / 2026	10	13-07-26 a 22-07-26	23-07-26
123504/1	Antonio Cezar Kleinhans	Odontólogo(a)	2025 / 2026	12	06-07-26 a 17-07-26	20-07-26
123996/1	Barbara Leticia Toniazzo Schmidt	Chefe da Divisão de Apoio Administrativo	2025 / 2026	10	13-07-26 a 22-07-26	23-07-26
124011/1	Beatriz Ferreira Garcia	Agente de Defesa Civil	2025 / 2026	15	27-06-26 a 11-07-26	13-07-26
121861/1	Bernadete Gonçalves Cavalheiro	Auxiliar de Serviços Gerais	2024 / 2025	15	29-06-26 a 13-07-26	14-07-26
120154/1	Carine Pagnoncelli Rayzer	Agente Sanitarista	2024 / 2025	15	13-07-26 a 27-07-26	28-07-26
118812/1	Elisange Adriana Hartmann	Agente de Serviços Públicos	2024 / 2025	15	05-05-26 a 19-05-26	20-06-26
124398/1	Fany Sofia Figueroa Zeniewicz	Diretor do Departamento de Habitação	2025 / 2026	05	22-06-26 a 26-06-26	29-06-26
118181/1	Jane Andreoli Biasuz	Agente de Administração	2024 / 2025	15	13-07-26 a 27-07-26	28-07-26
123877/1	Joice de Souza Piva	Psicólogo(a)	2024 / 2025	15	13-07-26 a 27-07-26	28-07-26
123410/1	Jucelia Nunes da Silva	Agente Comunitário de Saúde	2024 / 2025	05	13-07-26 a 17-07-26	20-07-26
124200/1	Larissa Gabrieli da Silva	Agente de Atendimento ao Público	2024 / 2025	15	22-06-26 a 06-07-26	07-07-26
123201/1	Lizieli Tatiane Ferri	Agente de Combate às Endemias	2024 / 2025	20	13-07-26 a 01-08-26	03-08-26
123805/1	Luciana Dresch dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	2024 / 2025	30	01-07-26 a 30-07-26	31-07-26
124416/1	Luiz Henrique Beppler Ribeiro	Chefe da Divisão Contábil e Gestão Fiscal	2025 / 2026	15	06-07-26 a 20-07-26	21-07-26

123739/1	Maiara Daiane Teixeira	Agente de Administração	2024 / 2025	15	29-06-26 a 13-07-26	14-07-26
121983/1	Marcia Andreia Ribeiro Parcianello	Agente de Administração	2024 / 2025	05	20-07-26 a 24-07-26	27-07-26
124048/1	Marcos Andre Scapini	Operador de Máquinas	2024 / 2025	10	13-07-26 a 22-07-26	23-07-26
123421/1	Maria Noeli Hoffma Bilibio	Agente Comunitário de Saúde	2024 / 2025	05	25-05-26 a 29-05-26	01-06-26
123421/1	Maria Noeli Hoffma Bilibio	Agente Comunitário de Saúde	2025 / 2026	05	01-06-26 a 05-06-26	08-06-26
123419/1	Marinez Ferreira Piragibe	Agente Comunitário de Saúde	2024/ 2025	15	13-07-26 a 27-07-26	28-07-26
123386/1	Mario de Souza	Operador de Máquinas	2024 / 2025	05	16-06-26 a 20-06-26	22-06-26
123579/1	Max Raphael Pessato	Pedreiro	2025 / 2026	30	02-07-26 a 31-07-26	03-08-26
123408/1	Michael Douglas de Almeida Ruths	Agente Comunitário de Saúde	2024 / 2025	05	13-07-26 a 17-07-26	20-07-26
121992/1	Nilson Fuchs	Pedreiro	2025 / 2026	20	13-07-26 a 01-08-26	03-08-26
124332/1	Patricia Sinhorin Prates	Agente de Administração	2025 / 2026	15	13-07-26 a 27-07-26	28-07-26
115351/1	Paulo Jose Beppler	Agente de Serviços Públicos	2024 / 2025	30	01-07-26 a 30-07-26	31-07-26
124202/1	Reginaldo Carrocia de Almeida	Agente de Combate às Endemias	2025 / 2026	30	08-06-26 a 07-07-26	08-07-26
118771/1	Roseli Fatima da Silva Lima	Agente de Combate às Endemias	2025 / 2026	10	13-07-26 a 22-07-26	23-07-26
124337/1	Sérgio Antonio Tristoni	Assessor de Gabinete	2025 / 2026	15	13-07-26 a 27-07-26	28-07-26
123597/1	Silvane Maria Scheffel	Auxiliar de Saúde Bucal	2024 / 2025	05	08-06-26 a 12-06-26	15-06-26

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 29 de junho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:3EBCE292

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026 EDITAL Nº 022/2026 - RESULTADO DA BANCA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026
EDITAL Nº 022/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CATANDUVAS, ESTADO DO PARANÁ, **Ademar Luiz Burckhardt**, no uso de suas atribuições legais;
Considerando o Edital nº 001/2026 de Abertura do Concurso Público do Município de Catanduvas – PR, publicado em 23 de março de 2026;
Considerando o Edital nº 021/2026 com a convocação para banca de heteroidentificação, publicado em 22 de junho de 2026;

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - O resultado da banca de Heteroidentificação perante a Comissão de Verificação do Pertencimento Étnico-Racial, conforme estabelecido no Edital de Abertura do Concurso Público de Catanduvas - PR, para os candidatos de acordo com anexo único deste Edital.
Art. 2° - O candidato que por qualquer razão **não comparecer ao procedimento de verificação** passa a concorrer nas vagas de **ampla concorrência**.
Art. 3º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, Estado do Paraná, 29 de junho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito do Município de Catanduvas - PR

ANEXO ÚNICO – RESULTADO DA BANCA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

Agente Comunitário de Saúde		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
68	AMANDA KAMILLA GEMELLI	Deferido
3.073	ANSELMO LUAN FREITAS	Ausente
3.019	EDUARDO RAFAEL HENQUE	Ausente
1.464	ELEN APARECIDA BITENCOURT	Ausente
15	GABRIELI OLIVEIRA DA SILVA	Ausente
3.454	GRAZIELI BISPO DOS SANTOS	Ausente
365	LUCIANA MARGARIDA BERGAMASCHI	Ausente
341	MAIARA DOS SANTOS	Ausente
3	PATRICIA BENTO DE SOUZA	Ausente
2.553	RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA	Ausente
1.098	RAQUEL DOS SANTOS LEMOS	Ausente
1.649	SALETE ESMA SABATOVYTCH	Ausente
192	SILVIO MOREIRA DOS PASSOS FILHO	Ausente
1.013	VITOR EMANUEL CARDOSO SCHOARTZ	Deferido

Agente de Apoio		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
2.956	ALESSANDRA FÁTIMA SILVA	Ausente
253	GEOVANE DA SILVA GRANZA	Ausente
223	JOCIANE DE OLIVEIRA SANTOS	Ausente
1.512	LUCAS GABRIEL DOS SANTOS MARX	Ausente
3.064	MARCIO FELIPE SOBRAL HENQUE	Deferido
1.728	SOLANGE FURQUIM DE OLIVEIRA	Ausente

2.461	VALTAIR RANGEL	Deferido

Agente de Endemias		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
2.654	ANA LUIZA SOUZA SCHAFER	Ausente
2.972	CLEIDINALDO DOS SANTOS FIGUEIREDO	Ausente
2.208	EDUARDO RODRIGUES RAMOS	Ausente
3.258	FERNANDO INSAURALD	Deferido
1.436	ISCARLAT TORRES DA COSTA	Deferido
1.951	JACKSON RODRIGO AGUIDA	Deferido
2.908	JOAO ROBERTO DA SILVA	Ausente
934	MATHEUS DANIEL GIACOMIN	Deferido
1.310	MONICA SOUZA SCHAFER	Ausente
1.486	SILVANA BUENO DE LARA	Ausente
3.118	VANIA APARECIDA BEKER LOPES	Ausente

Assistente Administrativo		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
178	ALINE DOS REIS DE SOUZA	Ausente
1.774	ANA BEATRIZ CÓRDOVA DE ALMEIDA	Deferido
36	ANNE CAROLINE WASMAN DOS ANJOS	Ausente
2.905	CAMILA TATIANE GONZAGA	Ausente
478	ELAINE CRISTINA CÓRDOVA DE ALMEIDA	Deferido
1.552	EMANUELY CRISTINA GARCIA DE MORAES	Ausente
2.028	GABRIELA GOMES LIMA GAWLIK	Deferido
2.224	HELENA CURTIS SOARES	Ausente
3.462	JENIFER KAUANNY ALVES	Deferido
1.952	LARISSA KOVALESKI	Deferido
1.316	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Ausente
2.487	THIAGO MAFALDO DOS SANTOS	Ausente

Assistente Educacional		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
18	ALINE CAROLINE CATSCHOR	Ausente
339	BRUNA FERREIRA GÓIS DO AMARAL	Deferido
3.025	CLARICE DOS SANTOS	Ausente
2.802	ELIZETE GOMES DA SILVA	Ausente
156	EVERTON OLIVEIRA RIBEIRO	Deferido
2.744	JAINE DOS DANTOS ZERBINATO	Ausente
872	LUCINEIA OLIVEIRA NAVARRO	Ausente
1.015	MARIA CLAUDIA DA COSTA	Ausente
1.410	MARICE DE FATIMA ALVARENGA	Deferido
1.929	MARLUCI GONÇALVES TAVEIRA	Deferido
1.768	MARYA VITORIA HENQUE	Ausente
403	ROSELY DE FATIMA GOMES VAZ GIULIANI	Deferido
510	STEFANI BENTO BLEMER	Ausente

Assistente Social		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
933	DAIANE TEIXEIRA DOS REIS	Ausente
246	EVANDRO MATOS BARREIRO	Deferido
58	FLÁVIA APARECIDA DOS SANTOS SILVA	Deferido
86	JOZIANE SCHERDOVSKI	Ausente
2.445	VALDECIR CIPRIANO DE PAULA	Ausente

Auditor Fiscal		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
1.633	MATHEUS AQUINO RAMIRES	Ausente

Cozinheira		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
2.449	DÉBORA CRISTINA EFISIO	Deferido
2.330	EVERTON DALLA VECCHIA GOMES	Ausente
801	GEISILANE GONCALVES DOS SANTOS	Deferido
2.434	JOCELINA CONCEICAO	Ausente
638	JULIEINE DE LARA	Ausente
586	MARLI TEREZINHA MACHADO	Ausente
2.177	REGIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	Deferido
2.343	ROBERTO DA SILVA	Ausente
733	SANDRA MARIA DA SILVA PAULA CACHOEIRA	Ausente
290	SIMONE VEIGA DE SOUZA	Ausente
2.943	TÂNIA MARIA DE LIMA CABRAL	Deferido

Dentista		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
299	ALINE MARCIELLI VENTURA DOS SANTOS	Ausente
1.165	ANTONIO ROMILSON PIRES RODRIGUES	Ausente
2.602	CARLA DAYANNA DE MELO MARQUES LOPES	Deferido
2.641	EMANUELLY CARNEIRO	Deferido
2.119	FRANCIELE FERREIRA DOS SANTOS CAZAROTTO	Ausente
401	JULIANA MAGALHÃES MARQUES	Ausente
858	MELQUISEDEQUE LISBOA DOS SANTOS	Ausente
3.321	NICOLAS DA SILVA CUSTODIO	Ausente
130	RAFAELLY BARCELOS ESTEVÃO DA SILVA	Deferido
3.357	STEPHANE JULIANE OLIVEIRA LIMA	Ausente
2.124	STEPHANY LOPES DA SILVA	Ausente

1.877	VITÓRIA RAIANA MONTEIRO	Ausente
463	WILSON JOSÉ SOARES DE CRISTO	Ausente

Enfermeiro		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
1.312	CAMILA GIOVANNA INFANTINO BARRETO	Deferido
2.115	ROBERTO ALMEIDA DE SOUZA	Deferido
880	SALUHU IBRAHIM	Ausente

Engenheiro Civil 40 h		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
2.721	ERICK DE ALMEIDA PACHECO	Ausente

Farmacêutico		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
1.629	ADAMEX NUNES AFONSO	Deferido

Fisioterapeuta		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
1.236	EMILLY MESSIAS DE OLIVEIRA	Deferido
1.581	TICIANE APARECIDA PECCHER DA SILVA	Deferido

Médico		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
2.306	AMANDA RODRIGUES DE SOUZA	Deferido
1.891	ANA CLARA MATOS LINS	Ausente
2.755	BRENO EMANUEL SANTANA REGO	Ausente
3.057	GABRIEL DE LIMA CHINI	Ausente
1.495	GUSTAVO SILVA SANTOS	Ausente
875	JONATHAN PRATES OLIVEIRA CUNHA	Ausente
850	JULIANA CAMPOS BOTELHO	Ausente
2.072	LUCAS CAVALCANTE MOUSINHO	Ausente
2.275	LUCAS OLIVEIRA DE ANDRADE	Ausente
1.373	MARCOS VINICIUS DA COSTA BRITO	Deferido
3.035	MATHEUS YAN SOBRAL TEIXEIRA OLIVEIRA	Ausente
818	ROBSON EDNEY MARIANO NASCIMENTO E SILVA	Ausente
1.843	SABRINY VITÓRIA PAIVA SANTOS	Ausente
2.854	SAMUEL DE SOUZA PINHEIRO MACHADO	Ausente

Médico Plantonista		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
2.184	GECIANE SALINO TEIXEIRA	Deferido
1.813	IGOR QUEIROZ FRANCO	Deferido
2.155	JOSE FRANCISCO NASCIMENTO II	Ausente
599	MARCELO RODRIGO DE AGUIAR DO NASCIMENTO	Ausente
2.403	OCIMAR PARANHOS SANTANA	Deferido

Motorista		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
234	JOÃO GUSTAVO FARIAS	Deferido
203	MARCOS ROBERTO QUERINO DOS SANTOS	Deferido
235	MATHEUS GONCALVES PEDRASSOLLI	Ausente
2.433	NEUDIR PRADO LIMA	Deferido
1.265	RODRIGO CARDOSO	Deferido
2.146	RODRIGO DOS SANTOS SOARES	Deferido

Nutricionista		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
593	ANA ALICE VIEIRA DA ROCHA PAVAN	Deferido
1.523	CIBELY EDUARDA HENQUE TOIGO	Deferido
3.127	HELEM BEATRIZ DOS SANTOS MARQUES	Ausente
2.901	LAURA DOARTE	Ausente

Procurador Jurídico		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
501	ELLAN RIBEIRO DOS SANTOS	Deferido
1.272	ELOISA MEINERZ DA SILVA	Ausente
601	GABRIELA MARIA LUISA POLETTO	Ausente
76	GABRIELLA DE LAETT ERVILHA	Ausente
2.069	MARIA HELENA NICHETTI	Ausente
1.907	SANDERSON MOISES DAVID DE ALMEIDA SOUZA	Ausente
1.081	VIVIANE DE FATIMA FRANCA	Deferido

Professor		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
3.256	ADRIANA DIAS	Deferido
2.705	ALEXANDRE DOS SANTOS CAMER	Deferido
2.020	ANA PAULA DE OLIVEIRA	Deferido
859	ANA VITORIA DOMINGUES FERREIRA	Deferido
3.277	ANGELINA RODRIGUES GONCHOROSKI	Ausente
2.750	CINTHIA MARA ALVES	Deferido
1.516	CLARA CATARINE OLIVERIA DOS SANTOS	Ausente
939	CRISTIANO SALVADOR DE SIQUEIRA	Ausente
2.493	DAIANE DE OLIVEIRA IUNG	Deferido
2.122	DAYANE CRISTINA DOS SANTOS	Deferido

2.490	EDIANE DAS GRAÇAS FERREIRA	Deferido
1.726	EDIANE DINIZ	Deferido
1.532	ELYZE BEATRIS DA SILVA RODRIGUES	Deferido
3.217	ERIKA FERREIRA LOPES	Deferido
1.686	FÁTIMA CAITANO GEMELLI	Deferido
2.571	FERNANDA DA LUZ ANDRADE	Ausente
2.699	IANCARLA CARDOSO	Deferido
2.937	IVANEIDE PIMENTEL DA SILVA PINTO	Ausente
2.377	KAMILA GONSALVES BORGES	Ausente
190	KAROLINE DE SOUZA PADILHA SEIBEL	Deferido
202	LUCIMARA BRUM DE JESUS DE FREITAS	Deferido
936	MARCYELI PEREIRA DOS SANTOS BENTO	Deferido
2.045	MILENA APARECIDA ZANINI ROSIN	Ausente
1.485	MONICA APARECIDA MOREIRA SERINO	Ausente
496	PATRICIA GANZER	Deferido
1.944	PATRICIA PEREIRA	Ausente
3.171	PAULA EDUARDA CORREIA DE LIMA	Ausente
2.732	RAYANE DE ARAUJO ALVES CORREA	Deferido
2.914	SANDRA APARECIDA QUADROS	Deferido
304	SHEILA DA SILVA ALVES	Deferido
3.222	SILVIANE ALVES DA SILVA	Deferido
3.210	VIVIANE DOS SANTOS ALMEIDA THOMÉ	Deferido
2.419	WAGNER XAVIER DE SOUZA	Deferido

Psicólogo		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
1.327	JANAINA ROSELI SIMÕES DIAS MICHELON	Ausente
1.550	MARCOS VINICIUS RIBEIRO MENDES	Ausente

Técnico de Enfermagem		
Inscrição	**Candidato**	**Horário**
695	DANIEL JOAQUIM DE BRITO	Deferido
1.401	FRANCISCO DIAS DE SOUZA JUNIOR	Ausente
797	JUCEIA RITA DA SILVA	Ausente
1.833	MAIARA SILVA GOMES DE MORAES	Ausente
1.849	TIAGO DA SILVA	Ausente
2.761	VERONICA SUTIL DE OLIVEIRA THOMAZONI	Deferido
652	VIVIANE BENNERT RITTER BATISTA	Ausente

Técnico de Informática		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
2.948	DONISETE FRANCISCO PAES	Ausente
1.553	JOAO HENRIQUE DA SILVA	Ausente
303	WELLINGTON OLIVEIRA DOS SANTOS	Deferido

Técnico Radiologia		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
47	DANIELI DOS SANTOS TELLES	Ausente
3.280	ELITON DE CHAVES	Ausente
2.340	HALISON JUNIOR MICHELON	Deferido

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:5AA0FEEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 5/2026 - PROCESSO Nº 46/2026

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 5/2026 - PROCESSO Nº 46/2026
Objeto: Solicita-se a abertura de procedimento licitatório visando à contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação de estrada rural em CBUQ sobre leito natural e sobre pedras irregulares na Comunidade Rural Passo do Leão, Município de Clevelândia - PR, contemplando serviços preliminares, drenagem, terraplenagem, base e sub-base, revestimento asfáltico, sinalização viária, ensaios tecnológicos e placa de obra, conforme Convênio nº 058/2026 - SEAB/PARANACIDADE, Processo Administrativo nº 24.566.172-0, no valor total de R$ 16.394.788,86, visando melhoria da trafegabilidade rural, escoamento da produção agrícola e fortalecimento da infraestrutura viária do município.
Considerando as informações constantes do processo licitatório em epigrafe, a Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a homologação dos mesmo em nome dos licitantes adiante mencionado como vencedores:
CEGE ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 04.484.014/0001-89

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR Uni.	Valor Total
1	1	UN	Execução de obra de pavimentação de estrada rural em CBUQ sobre leito natural e sobre pedras irregulares na Comunidade Rural Passo do Leão, Município de Clevelândia - PR, compreendendo serviços preliminares, drenagem pluvial, terraplenagem, regularização e compactação de subleito, execução de base e sub-base, revestimento asfáltico, sinalização viária horizontal e vertical, ensaios tecnológicos, controle de qualidade e instalação de placa de obra, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e Convênio nº 058/2026 - SEAB/PARANACIDADE	Engenharia	16.384.440,72	16.384.440,72

Clevelândia, 29 de junho de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:FF0E1472

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
CHAMADA PÚBLICA 003/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 078/2025 LISTA DE CREDENCIADOS

CHAMADA PÚBLICA 003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 078/2025
LISTA DE CREDENCIADOS

RECEPCIONISTA:

SUELI CRISTINA DE L. STIGAR	61.439.800/0001-06	CONTRATADA
EDNA PRISCILA FERRARI	61.205.107/0001-60	CONTRATADA
SABRINA DA SILVA	65.867.166/0001-55	73
SABRINA DA SILVA	61.431.032/0001-36	DESCLASSIFICADA
ROZELI GOMES PADILHA	61.082.959/0001-08	DESCLASSIFICADA
MICHELI FLEITER DE OLIVEIRA	05.282.295/0001-50	35
JANETE TRZECIAK	62.633.522/0001-88	DESCLASSIFICADA
RENATA WOJCIK	61.338.514/0001-46	DESCLASSIFICADA
LUANA WROSKI DE JESUS	61.390.745/0001-07	DESCLASSIFICADA
RAFAELLA DA SILVA SOUZA	61.082.520/0001-85	16,89
SANDRA AP TABORDA CRUZ	61.526.812/0001-60	DESCLASSIFICADA
TATIELE F. SIQUEIRA CIDRA	62.175.108/0001-72	0
SILMARA VITORINO RIBEIRO	64.336.777/0001-04	DESCLASSIFICADA
FABIANA PRADO DA SILVA	62.789.737/0001-59	0
GLENDA NICOLLI MARIZ DA SLVA	62.830.463/0001-38	0
ANA CAROLINA SARNICK	61.580.489/0001-02	DESCLASSIFICADA

MERENDEIRA:

JAQUELINE V. DEZATNIK	61.488.555/0001-19	CONTRATADA
ALDA SOARES FRAGOSO	61.299.247/0001-45	CONTRATADA
ELISANGELA P. DOS SANTOS	61.283.392/0001-38	CONTRATADA
DIRCE INES STRIEDER	61.634.223/0001-03	DISTRATO
NEUSA MARIA H. DA SILVA	61.285.456/0001-30	CONTRATADA
ANDRESSA DA S. FERREIRA	61.294.507/0001-90	CONTRATADA
DAIANE PROENÇA DE PAULA	62.021.968/0001-51	CONTRATADA
ROSELI DE FATIMA DE LIMA COLAÇO	62.627.688/0001-91	CONTRATADA
CRISTIANE CAVALIM DE SOUZA CORDEIRO	62.628.772/0001-20	CONTRATADA
ELIANE HOFMAM WOJCIK	62.606.912/0001-69	CONTRATADA
LENI DE JESUS NASCIMENTO SANTOS OLIVEIRA	62.604.526/0001-38	CONTRATADA
SALETE RUCHINSKI DA SILVA	62.695.123/0001-41	CONTRATADA
ANDRESSIELI AP DA SILVEIRA F.	62.686.844/0001-95	CONTRATADA
ANDREA AP GANZERT DE OLIVEIRA	62.668.347/0001-4	CONTRATADA
ROSANGELA SILVEIRA DE SIQUEIRA	62.786.128/0001-80	CONTRATADA
DIANA MACHADO DOS SANTOS	62.722.642/0001-51	CONTRATADA
IVONE DE APARECIDA PINTO DE ALMEIDA	62.654.008/0001-29	CONTRATADA
TALITA JOELISE DE SIQUEIRA	61.318.539/0001-88	CONTRATADA
JAQUELINE APARECDA BARBOSA GUIMARÃES	62.785.219/0001-09	CONTRATADA
ADRIANA MACHADO DOS SANTOS	62.636.233/0001-32	CONTRATADA
ADRIANA MARCIA RAKSA	63.132.943/0001-98	CONTRATADA
LAURA RODRIGUES DA SILVA	45.153.489/0001-70	CONVOCAÇÃO RECUSADA
IVANEA CORREA	63.047.710/0001-97	CONTRATADA
ROSIMAR PINTO	61.294.446/0001-60	CONVOCAÇÃO RECUSADA
ELIANE APARECIDA RIBEIRO	63.292.028/0001-60	CONTRATADA
ANA APARECIDA LEVANDOSKI	64.366.360/0001-94	CONTRATADA
LUCIANE MARTINS DA LUZ DE LIMA	64.263.845/0001-52	DESCLASSIFICADA
VANESSA MOZELE	64.367.529/0001-20	CONTRATADA
SABRINA ALVES RIBEIRO W. BECKER	63.522.238/0001-05	CONVOCAÇÃO RECUSADA
REBECA SILVA PEDROSO	63.652.299/0001-89	CONTRATADA
LILIANE DA SILVA	64.682.426/0001-55	CONTRATADA
ELIANE DA SILVA	35.649.943/0001-24	CONVOCADA
ROSANGELA APARECIDA NOVAKI	5.093.843/0001-25	0
SIMONE TEREZINHA GANZER	23.955.386/0001-90	0
ELIANE DE ALMEIDA	64.495.768/000166	0

AX. SERVIÇOS GERAIS:

SONIA MARIA DOS SANTOS	61.520.070/0001-65	CONTRATADA
ROSIMAR PINTO	61.294.446/0001-60	CONTRATADA
SIBELI GONÇALVES ALMEIDA	61.329.233/0001-27	CONTRATADA
MARIA DE L. GONÇALVES	62.078.173/0001-80	CONTRATADA
JOSE GERVISON DOS SANTOS	60.327.414/0001-51	CONTRATADO

JANAINA DA LUZ SANTANA	62.602.825/0001-33	CONTRATADA
JOCIANE FERNANDES AGUIAR	62.522.300/0001-98	CONTRATADA
MARISE RODRIGUES DE SOUZA	62.645.252/0001-25	CONTRATADA
TEOGENES SANTANA CORREIA DE SOUZA	62.653.339/0001-44	CANCELADO
MARLENE APARECIDA G. D SILVA	62.603.396/0001-19	CONTRATADA
LEILANE APARECIDA GONÇALVES	62.514.326/0001-94	CANCELADA
MARCIA JANETE ROMPAVA	62.781.595/0001-17	CONTRATADA
JOAO CELSO SILVEIRA DOS SANTOS	62.906.685/0001-97	CONTRATADA
GERLEY CRISTINA SOARES DA SILVA	62.628.824/0001-68	CONTRATADA
SILVIA SILVEIRA SIQUEIRA	62.624.737/000132	CONTRATADA
ELEN THAYNA DA SILVA	62.743.420/0001-15	CONTRATADA
ROSANE APARECIDA RIBA BORGES	67.798.643/0001-80	CONTRATADA
JOAO ANTONIO MOREIRA PRESTES	62.887.231/0001-16	CONTRATADA
ELIEGE PADILHA ALVES	62.676.766/0001-48	CONTRATADA
RAFAELA RODRIGUES DE PAULA	62.667.051/0001-29	CONTRATADA
ANA MERI MARIANO GODOI	62.645.236/0001-32	CONTRATADA
LEONILDA DE FATIMA OLIVEIRA	62.766.170/0001-39	CONTRATADA
DAIANE CRISTINA LIMA DE ASSIS PADILHA	62.667.299/0001-90	CONTRATADA
MARIA NEIDE VIANA DA SILVA	60.624.067/0001-29	CONTRATADA
LUIZ CARLOS MOREIRA PRESTES	62.893.984/0001-34	CONTRATADA
PEDRO HENRIQUE VENTURA DE SANTANA	62.849.669/0001-00	CONTRATADA
JOSE AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO	62.865.516/0001-56	CONTRATADA
MARIANE SILVEIRA PEPES	63.216.920/0001-61	CONTRATADA
ROSANA LOURENÇO PADILHA	62.648.200/0001-02	CONTRATADA
PATRICIA MOJORI PADILHA PEPES	63.177.110/0001-43	CONVOCAÇÃO RECUSADA
LEONICE ALVEZ DE OLIVEIRA	63.412.926/0001-04	CONTRATADA
LUANA ALVES PADILHA	63.782.868/0001-00	CONTRATADA
ALINE APARECIDA PEREIRA COLAÇO OSIOWY	64.266.803/0001-75	CONTRATADA
LEONIR BARBOSA LOURENÇO PINTO	64.505.504/0001-46	CONTRATADA
LOEIDI SOUZA MASTRANGE	64.285.155/0001-02	CONTRATADA
LUCIANA DOS SANTOS S. GONÇALVES	55.410.529/0001-75	CONTRATADA
IVANI RAFAEL DE OLIVEIRA	64.574.316/0001-70	CONVOCAÇÃO RECUSADA
ROSANA LOURENÇO PADILHA	62.648.200/0001-02	CONTRATADA
ANDRIELLI DA SILVA KLAUS	64.496.329/0001-78	CONTRATADA
FRANCIELI CETNAROWSKI	64.348.848/0001-99	CONVOCAÇÃO RECUSADA
JHULIANA BAUMEL SALES DA SILVA TOKARSKI	64.246.839/0001-97	DESCLASSIFICADA
BRUNA PINTO PIRES	64.445.355/0001-77	CONTRATADA
FLAVIANE FIORI PADILHA	64.739.376/0001-03	CONVOCAÇÃO RECUSADA
ELAINE CRISTINA C. DE SOUZA U.	35.753.8440001-98	CONTRATADA
ROSANA EXPEDITO STORRER	63.925.092/0001-30	CONTRATADA
EMILLY DA SILVEIRA GOUVEA	64.703.464/0001-47	CONTRATADA
MARIZA REGINA M. DOMIANSKI	65.493.209/0001-80	CONTRATADA
FERNANDA PEREIRA CAMPOS DOS SANTOS	65.436.167/0001-45	CONTRATADA
ANDRESSA PEREIRA VINHAS	64.561.258/0001-40	CONTRATADA
SILVANA PADILHA	52.678.686/0001-78	CONTRATADA
JOSEMAR JOSE BRASÃO	65.469.381/0001-06	CONTRATADO
ROSIMAR PINTO	65.969.488/0001-05	CONTRATADA
JOCEMARA G. DOS SANTOS	65.980.225/0001-5	61
EVA ZAVELINSKI	65.945.053/0001-20	42
SIRLEI FERREIRA MARTINS	66.133.377/0001-09	12
MARIA BERNADETTE STRAPAZZON	67.187.571/0001-58	0
EVA DE JESUS SEMES	65.917.849/0001-70	0
LUCIANE RAMOS	65.553.242/0001-58	0

PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR:

LUCIELE C. DOS SANTOS	61.487.574/0001-20	CONVOCAÇÃO RECUSADA
BRUNA BANCZ DE CAMARGO	61.648.874/0001-44	CONTRATADA
GESSICA ALANE PADILHA	61.658.223/0001-35	CONTRATADA
JOHAN F. MOSCALESKI	61.927.502/0001-57	CONTRATADO
ANDRESA CRISTINA STABACH	61.446.800/0001-25	CONTRATADA
DAYANE CRISITNA CAETANO	62.007.932/0001-25	CONTRATADA
NAILY PADILHA DOS ANJOS	62.030.450/0001-84	CONTRATADA
ELIETE PADILHA	64.301.087/0001-10	CONTRATADA
ADRIANA C. OLECH DO NASCIMENTO	63.501.615/0001-11	CONTRATADA
PATRICIA DO NASCIMENTO W.	63.502.216/0001-75	DESCLASSIFICADA
EDILAINE BOJANO	64.308.488/0001-00	CONTRATADA
CLARICE DE JESUS ALVES ARAUJO DE LIMA	64.346.399/0001-40	DESCLASSIFICADA
ANA KARINA DOS SANTOS	64.452.292/0001-86	CONVOCAÇÃO RECUSADA
GABRIELA PAVAN VIANTE	63.009.279/0001-94	DESCLASSIFICADA
EANDRA CAROLINE PEREIRA	64.312.946/0001-76	DESCLASSIFICADA
THUANNY CRISTINA BENDLIN DA SILVA	64.259.758/0001-21	CONTRATADA
LILIAN CZARNIK	43.456.693/0001-34	CONTRATADA
BETTINA CORDEIRO RODRIGUES	64.342.160/0001-00	CONTRATADA
WILLIAN OPALINSKI	64.282.261/0001-24	CONTRATADO
GENOVEVA MOL	65.778.457/001-77	CONTRATADA
ARYELLY DA SILVA VERONEZI	65.689.173/0001-70	CONTRATADA
VERIDIANE APARECIDA BOCKNEK	65.871.396/0001-98	CONTRATADA
JOISELE AP. WONSOVICZ	61.702.208/0001-47	25
BRUANE FERNANDA BONETO LAURINDO DELVINO	66.756.135/0001-90	10

ATENDENTE:

GABRIELA KOLACHINSKI MUSSIAT	61.731.761/0001-08	CONTRATADA
JOISELE APARECIDA WONSOVIVZ	61.702.208/0001-47	CONTRATADA
ROSANA SONCINE DE LIMA	64.052.193/0001-07	CONVOCAÇÃO RECUSADA

ANA PAULA DA SILVA	61.604.266/0001-38	DESCLASSIFICADA
NATALLY VITORIA PEREIRA DE LIMA	63.481.792/0001-83	CONTRATADA
ISABELE MARIA WOJCIK	64.368.573/0001-55	CONVOCAÇÃO RECUSADA
AMANDA TUGINSKI MOKSINSKI	64.374.120/0001-31	CONTRATADA
FRANCIELE B. PROROK BORA	64.339.256/0001-00	CONTRATADA
JOSSANA EUNICE FERRER	67.672.787/0001-09	5
TAYNA MOL HAMMERSCHMIDT	61.512.996/0001-09	0
TAYANE MOL	61.366.289/0001-51	0

MECÂNICO:

DJALMA SANTANA	43.937.649/0001-46	CONTRATADO

Contenda, 29 de junho de 2026

JAIME KFIATKOSKI
Sec. De Administração

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:FA83B400

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 11/2026. Objeto: Registro de Preços para aquisição de móveis, eletrodomésticos, equipamentos médico hospitalares. Prazo: 01 ano, de 01 de julho de 2026 a 30 de junho de 2027. Contratante: Município de Coronel Vivida. Detentoras:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO
131/2026	41.804.020 AYRTES MARA DE ALMEIDA	41.804.020/0001-00	R$ 9.048,00
132/2026	53.088.755 LORENA RAMOS FIGUEIREDO ISALBERTI	53.088.755/0001-56	R$ 720,00
133/2026	ACHEI INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA	08.221.047/0001-97	R$ 98.000,00
134/2026	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	R$ 3.220,79
135/2026	AR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	18.710.690/0001-38	R$ 26.790,00
136/2026	ARAUJO MÓVEIS E TRANSPORTES LTDA	23.206.565/0001-25	R$ 7.410,00
137/2026	ATHENA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	34.412.925/0001-61	R$ 6.014,00
138/2026	BHDENTAL COMERCIAL LTDA	29.312.896/0001-26	R$ 46.536,00
139/2026	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA	49.704.499/0002-98	R$ 14.000,00
140/2026	CENTRO OESTE COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA	73.334.476/0001-32	R$ 57.916,00
141/2026	DELTA SHOP – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	19.316.524/0001-14	R$ 2.259,95
142/2026	DORAMEL LTDA	17.932.562/0001-76	R$ 9.510,00
143/2026	F.COMM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	49.535.491/0001-64	R$ 3.575,00
144/2026	FELEMI COMERCIAL LTDA	64.037.416/0001-67	R$ 7.500,00
145/2026	FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	20.481.118/0001-96	R$ 15.201,00
146/2026	FLC SUPRIMENTOS LTDA	22.371.010/0001-76	R$ 149.888,00
147/2026	G.E.-FABRICAÇÃO DE MOVEIS RURAL LTDA	04.334.367/0001-00	R$ 249.935,00
148/2026	GESUL COMERCIAL EIRELI	14.711.959/0001-40	R$ 151.615,00
149/2026	GO VENDAS ELETRONICAS EIRELI	36.521.392/0001-81	R$ 8.676,85
150/2026	GO VENDAS ELETRÔNICAS LTDA	36.521.392/0001-81	R$ 60.743,40
151/2026	GUILHERME XAVIER PIVA LTDA	18.136.904/0001-04	R$ 25.375,00
152/2026	INOVA TECH INFORMATICA EIRELI	28.706.488/0001-96	R$ 7.792,00
153/2026	INOVE LICITAÇOES LTDA	23.567.504/0001-93	R$ 33.044,70
154/2026	INTECH ELETROELETRONICOS LTDA	62.320.896/0001-43	R$ 902,79
155/2026	JURANEI MOVEIS SOB MEDIDA LTDA	19.195.482/0001-00	R$ 10.345,00
156/2026	K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	09.251.627/0001-90	R$ 16.950,00
157/2026	KODILEO COMÉRCIO DE CORTINAS LTDA	80.278.310/0001-01	R$ 19.500,00
158/2026	LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	05.652.247/0001-06	R$ 28.950,00
159/2026	MEDICARE TECH EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	56.348.520/0001-44	R$ 52.140,00
160/2026	MEGMED LTDA	16.946.372/0001-45	R$ 31.999,92
161/2026	MORIMED COMERCIAL EIRELI - EPP	26.499.522/0001-73	R$ 6.840,00
162/2026	NOBRE HORSE LTDA	53.800.800/0001-53	R$ 12.550,00
163/2026	OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	33.583.026/0001-69	R$ 27.060,00
164/2026	PRIMAX IND. E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	85.515.542/000150	R$ 7.788,00
165/2026	PROMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA	53.976.974/0001-71	R$ 8.810,00
166/2026	R. A HERNANDES LTDA	08.148.745/0001-04	R$ 23.930,00
167/2026	JOÃO PAULO DE JESUS SANTOS	62.628.807/0001-20	R$ 1.454,00
168/2026	SUPREME ARTIGOS DE PLÁSTICO LTDA	23.036.879/0001-27	R$ 14.355,00
169/2026	TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	21.831.246/0001-85	R$ 5.475,00
170/2026	TONIAL E SILVA LTDA	30.726.171/0001-63	R$ 150.800,00
171/2026	URSA COMERCIAL LTDA	26.628.908/0001-38	R$ 22.466,00
172/2026	VERTYS SOLAR LTDA	04.116.210/0001-09	R$ 150.944,66
173/2026	VIVIANE REFFATTI LTDA	36.141.015/0001-17	R$ 17.469,00
174/2026	WDCL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	39.436.640/0001-84	R$ 51.566,00

Coronel Vivida, 22 de junho de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Juliano Ribeiro
Código Identificador:3862704B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual
Termo aditivo nº 005
Contrato n° 132/2022
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: ATITUDE AMBIENTAL LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E REAJUSTE
O Objeto do presente contrato é **"Contratação de empresa especializada no ramo de coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos dos serviços de saúde produzidos no Pronto Atendimento Municipal e nas Unidades de Saúde deste Município, em conformidade com o que determina a RDC/Anvisa n°. 306/2004 e Resolução n°. 358/05 do CONAMA".** Os valores constantes na tabela abaixo encontram-se **atualizados com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, observando-se as disposições contratuais e legais aplicáveis ao reajuste dos preços, passando a vigorar os valores ora demonstrados.:

Item	Serviço	Un.	Quant. Estimada Mensal	R$ Unit.	R$ Total Mensal	R$ Global Anual
01	Serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde do Município de General Carneiro (coleta de RSS), com coleta com identificação e pesagem dos volumes, incluindo o fornecimento dos materiais, e, com previsão estimada de 02 (duas) coletas/mês	Kg	370	R$10,17	R$ 3.762,90	R$ 45.154,80
TOTAL						**R$** 45.154,80

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1.O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prestação de serviçosmencionados na cláusula anterior, a importância de R$ 45.154,80 (quarenta e cinco mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme descrito na Cláusula SEGUNDA do Contrato nº 132/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA– DO PRAZO

3.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento, conforme estabelecido na Cláusula DÉCIMA do Contrato nº 132/2022, o já possui um total de 24 (vinte e quatro) meses. Assim, o prazo total de vigência das contratações, somando-se os três contratos, será de 48 (quarenta e oito) meses, em conformidade com o que estabelece artigo 57, incisos I e II, da lei 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA– RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA –PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Pregão Eletrônico nº. 031/2022;
Processo nº. 074/2022.
Objeto: "**Contratação de empresa especializada no ramo de coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos dos serviços de saúde produzidos no Pronto Atendimento Municipal e nas Unidades de Saúde deste Município.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 29 de maio de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:12CC35E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

PROJUR

10. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 03/08/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AFJ4730	275710S000010897	13/06/2026	60503
AGX7748	275710T000007885	11/06/2026	65992
AHT1E91	275710S000010822	09/06/2026	60503
AHV3I25	275710NIC0001395	26/05/2026	50020
AKF6C33	275710S000010845	10/06/2026	56732
ALX8127	275710S000010842	10/06/2026	60503
AMA6F07	275710S000010841	10/06/2026	56732
AMJ6G86	275710S000010829	10/06/2026	60503
AMZ7371	275710S000010863	11/06/2026	60503
AOL6I56	275710S000010935	14/06/2026	60503
AQZ6J13	275710S000010828	10/06/2026	60503
ASB6860	275710S000010818	09/06/2026	60503
ASG4E20	275710S000010854	11/06/2026	60503
ASL3B08	275710S000010849	10/06/2026	56732
ATG4967	275710T000003566	15/06/2026	56650
ATN5H58	275710T000003567	15/06/2026	56222
AUD4C48	275710S000010887	12/06/2026	60503
AUO8D99	275710S000010872	11/06/2026	60503
AUQ5I95	275710S000010942	15/06/2026	60503
AVE9519	275710S000010913	12/06/2026	60503
AVM8I31	275710S000010900	13/06/2026	60503
AVU2I36	275710S000010920	15/06/2026	60503
AWA3H63	275710NIC0001379	26/05/2026	50020
AWY1E43	275710NIC0001378	26/05/2026	50020
AWZ8507	275710NIC0001382	26/05/2026	50020
AXE6B02	275710S000010894	13/06/2026	60503
AXY8635	275710NIC0001399	26/05/2026	50020
AYD7168	275710NIC0001375	26/05/2026	50020
AZD7J23	275710S000010827	10/06/2026	60503
AZL1C17	275710NIC0001388	26/05/2026	50020
AZO2461	275710S000010902	14/06/2026	60503
AZO7762	275710S000010892	13/06/2026	60503
AZX4226	275710S000010832	10/06/2026	60503
BAK4D31	275710S000010819	09/06/2026	60503
BBY6J84	275710S000010905	14/06/2026	60503
BDB3D99	275710S000010864	11/06/2026	56732
BDI8E15	275710NIC0001371	26/05/2026	50020
BEL5G43	275710S000010907	14/06/2026	60503
BRY7B55	275710S000010925	13/06/2026	56732
CFD4I67	275710S000010937	15/06/2026	60503
CID1A23	275710S000010888	12/06/2026	60503
CUL4D84	275710S000010837	09/06/2026	60503
EER3399	275710S000010830	10/06/2026	60503
EYQ1D79	275710S000010844	10/06/2026	60503
FDN7A50	275710S000010878	12/06/2026	56732
FIA3G03	275710S000010823	09/06/2026	60503
FIH6B49	275710S000010911	12/06/2026	60503
FMN2G82	275710S000010883	12/06/2026	60503
FMP9F88	275710S000010835	09/06/2026	60503
GAK4E38	275710NIC0001374	26/05/2026	50020
GCR7J05	275710NIC0001387	26/05/2026	50020
GFP0F63	275710S000010901	14/06/2026	60503
GHK1F30	275710S000010931	14/06/2026	60503
GIK6A59	275710S000010939	15/06/2026	60503
HCU5A84	275710S000010880	12/06/2026	60503
HSC9G56	275710S000010831	10/06/2026	60503
INT6A39	275710S000010866	11/06/2026	60503
IQZ4G29	275710S000010875	12/06/2026	60503
IRC1F43	275710S000010903	14/06/2026	60503
ISY1A80	275710S000010873	11/06/2026	60503
IUY1204	275710S000010855	11/06/2026	60503
IXK9B00	275710S000010869	11/06/2026	60503
JBP6I48	275710S000010884	12/06/2026	60503
KAU6I20	275710S000010834	09/06/2026	56732
KLC4D67	275710S000010847	10/06/2026	60503
LCA7637	275710S000010918	15/06/2026	60503
MBC6I62	275710S000010916	12/06/2026	60503
MGG0J52	275710S000010857	11/06/2026	60503
MKN7270	275710S000010932	14/06/2026	60503
MLJ6J76	275710S000010885	12/06/2026	60503
NRJ5C14	275710S000010817	09/06/2026	60503
NRN2090	275710S000010896	13/06/2026	60503
NRN7E00	275710S000010870	11/06/2026	60503
NRS2440	275710S000010876	12/06/2026	60503
NSA9214	275710S000010943	15/06/2026	56732
NSA9214	275710S000010921	15/06/2026	60503
NSY2B43	275710S000010833	10/06/2026	60503
OBG8063	275710S000010879	12/06/2026	60503

OMU6I28	275710NIC0001377	26/05/2026	50020
OMZ1E10	275710NIC0001394	26/05/2026	50020
PPP1348	275710S000010840	10/06/2026	60503
QAD5E71	275710NIC0001384	26/05/2026	50020
QAE7379	275710NIC0001393	26/05/2026	50020
QAJ1128	275710S000010853	11/06/2026	60503
QAS2525	275710S000010865	11/06/2026	60503
QBL1F07	275710S000010919	15/06/2026	60503
QJS4D35	275710S000010941	15/06/2026	60503
RAD4H08	275710S000010899	13/06/2026	60503
RAX7E96	275710S000010858	11/06/2026	56732
RDZ4B60	275710NIC0001376	26/05/2026	50020
RHF2A89	275710S000010890	13/06/2026	60503
RRT1H88	275710NIC0001385	26/05/2026	50020
RRY2E20	275710NIC0001386	26/05/2026	50020
RVS9D59	275710S000010856	11/06/2026	60503
RYE5C17	275710S000010877	12/06/2026	60503
RYS2G57	275710NIC0001396	26/05/2026	50020
SDW1H26	275710S000010934	14/06/2026	60503
SEA4J79	275710S000010923	13/06/2026	60503
SEB8G56	275710S000010933	14/06/2026	60503
SEH7A19	275710NIC0001370	26/05/2026	50020
SEV0G41	275710NIC0001397	26/05/2026	50020
SFJ7J22	275710NIC0001398	26/05/2026	50020
SLY5C26	275710NIC0001383	26/05/2026	50020
SLZ9E85	275710NIC0001381	26/05/2026	50020
SMA8I47	275710S000010821	09/06/2026	60503
SMD8H05	275710S000010927	13/06/2026	60503
SYJ7E17	275710NIC0001372	26/05/2026	50020
TAS7D96	275710NIC0001380	26/05/2026	50020
TBS5F48	275710S000010908	14/06/2026	60503
TPN4F68	275710NIC0001392	26/05/2026	50020
TPR1F44	275710S000010861	11/06/2026	60503
TPV8D92	275710NIC0001389	26/05/2026	50020
TTY0A74	275710NIC0001390	26/05/2026	50020
UBP7B81	275710NIC0001391	26/05/2026	50020

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:AB77BB79

PROJUR

1. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 13/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAA3222	275710S000009779	15/04/2026	60503	R$ 293,47
AAA8D88	275710S000009766	14/04/2026	60503	R$ 293,47
AAW4450	275710S000009764	14/04/2026	60503	R$ 293,47
ABU9J95	275710T000008154	19/04/2026	57380	R$ 293,47
ADO7E73	275710S000009762	13/04/2026	60503	R$ 293,47
ADX0A34	275710NIC0000970	31/03/2026	50020	R$ 586,94
AGI9B18	275710T000008125	19/04/2026	60412	R$ 195,23
AHE6127	275710T000008146	19/04/2026	60412	R$ 195,23
AIZ6E44	275710S000009827	18/04/2026	60503	R$ 293,47
AIZ6E44	275710T000008139	19/04/2026	60412	R$ 195,23
AJT6A37	275710T000006168	19/04/2026	66371	R$ 195,23
AJT6A37	275710T000006167	19/04/2026	65992	R$ 293,47
AJT6A37	275710T000006169	19/04/2026	50100	R$ 880,41
AKJ1J55	275710S000009830	18/04/2026	60503	R$ 293,47
AKJ9G02	275710S000009829	18/04/2026	60503	R$ 293,47
ALW4F55	275710S000009774	14/04/2026	60503	R$ 293,47
AMH8G08	275710S000009850	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AMI8887	275710S000009851	19/04/2026	60503	R$ 293,47
ANB0835	275710T000008132	19/04/2026	60412	R$ 195,23
ANB8F91	275710S000009810	17/04/2026	60503	R$ 293,47
APH2I92	275710NIC0000950	31/03/2026	50020	R$ 586,94
APU5642	275710S000009845	19/04/2026	60503	R$ 293,47
APX8B64	275710NIC0000972	31/03/2026	50020	R$ 586,94
AQL4134	275710T000008153	19/04/2026	57380	R$ 293,47
ASM7H29	275710S000009778	14/04/2026	60503	R$ 293,47
ATS5809	275710S000009757	13/04/2026	60503	R$ 293,47
AVD1A18	275710S000009759	13/04/2026	60503	R$ 293,47
AVF3H77	275710NIC0000974	31/03/2026	50020	R$ 586,94
AVF3H77	275710S000009803	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AVW3A03	275710T000006166	19/04/2026	59670	R$ 1.467,35
AWF1704	275710S000009783	15/04/2026	56732	R$ 130,16
AWF6I92	275710NIC0000936	31/03/2026	50020	R$ 586,94
AWM8J15	275710S000009874	18/04/2026	60503	R$ 293,47
AWX4218	275710S000009787	15/04/2026	60503	R$ 293,47
AXY8473	275710T000007617	19/04/2026	65561	R$ 293,47

AXY8473	275710T000007616	19/04/2026	65992	R$ 293,47
AXY8473	275710T000007614	19/04/2026	50100	R$ 880,41
AXY8473	275710T000007615	19/04/2026	67261	R$ 195,23

AYO2H44	275710S000009861	17/04/2026	60503	R$ 293,47
AYV4H48	275710S000009843	19/04/2026	60503	R$ 293,47
AZN9749	275710T000008142	19/04/2026	60412	R$ 195,23
AZQ1560	275710S000009833	18/04/2026	60503	R$ 293,47
AZQ7B07	275710NIC0000969	31/03/2026	50020	R$ 586,94
BAC3G50	275710NIC0000967	31/03/2026	50020	R$ 586,94
BAG0G28	275710S000009885	19/04/2026	60503	R$ 293,47
BAK7D37	275710T000005548	16/04/2026	57380	R$ 293,47
BAL6H49	275710S000009753	13/04/2026	60503	R$ 293,47
BAY5A33	275710S000009794	16/04/2026	60503	R$ 293,47
BCB3483	275710S000009855	17/04/2026	56732	R$ 130,16
BCG5I30	275710S000009807	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BCJ0G39	275710S000009881	19/04/2026	60503	R$ 293,47
BCM0B09	275710S000009859	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BDA9J02	275710S000009857	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BDE3I57	275710S000009880	19/04/2026	60503	R$ 293,47
BDK3F88	275710T000008116	19/04/2026	59080	R$ 1.467,35
BDM7A01	275710S000009816	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BEK2025	275710S000009808	17/04/2026	60503	R$ 293,47
BEN4H31	275710S000009831	18/04/2026	60503	R$ 293,47
BEZ4B97	275710S000009858	17/04/2026	56732	R$ 130,16
CQL1849	275710S000009784	15/04/2026	60503	R$ 293,47
DSD5A17	275710S000009782	15/04/2026	60503	R$ 293,47
DTE4C26	275710NIC0000947	31/03/2026	50020	R$ 586,94
DWK1307	275710T000008124	19/04/2026	60412	R$ 195,23
DWK6B58	275710S000009834	19/04/2026	60503	R$ 293,47
DWX5B44	275710S000009852	19/04/2026	60503	R$ 293,47
EDH4689	275710T000008126	19/04/2026	60412	R$ 195,23
FAF7G05	275710T000008130	19/04/2026	60412	R$ 195,23
FAM9I96	275710T000008151	19/04/2026	60412	R$ 195,23
FGN2007	275710S000009772	14/04/2026	60503	R$ 293,47
FLV1B45	275710T000005846	15/04/2026	55411	R$ 195,23
FQJ0I82	275710S000009872	18/04/2026	56732	R$ 130,16
GGI2E05	275710NIC0000961	31/03/2026	50020	R$ 586,94
GGM6099	275710S000009813	17/04/2026	60503	R$ 293,47
GVR4A40	275710T000008120	19/04/2026	57380	R$ 293,47
HPP7847	275710S000009805	17/04/2026	60503	R$ 293,47
HSF8848	275710S000009812	17/04/2026	60503	R$ 293,47
HSH7873	275710T000007612	15/04/2026	66371	R$ 195,23
HSH7873	275710T000007611	15/04/2026	50100	R$ 880,41
HSS9H67	275710CND0000018	18/03/2026	50450	R$ 293,47
HSS9H67	275710CND0000020	20/03/2026	50450	R$ 293,47

HTH9A81	275710S000009863	17/04/2026	60503	R$ 293,47
HTJ5684	275710S000009860	17/04/2026	60503	R$ 293,47
HTV9I98	275710T000008150	19/04/2026	60412	R$ 195,23
ILM5E53	275710NIC0000973	31/03/2026	50020	R$ 586,94
ITX9H19	275710NIC0000944	31/03/2026	50020	R$ 586,94
IUI1A46	275710T000008134	19/04/2026	60412	R$ 195,23
IVA3E67	275710NIC0000963	31/03/2026	50020	R$ 586,94
JCD9J89	275710NIC0000948	31/03/2026	50020	R$ 586,94
JDA0F11	275710NIC0000943	31/03/2026	50020	R$ 586,94
JGY6D19	275710T000005845	15/04/2026	55411	R$ 195,23
JHP3266	275710S000009864	17/04/2026	60503	R$ 293,47
JXH9837	275710S000009793	16/04/2026	56732	R$ 130,16
KAQ3D85	275710T000008143	19/04/2026	60412	R$ 195,23
LNL6377	275710CND0000019	20/03/2026	50450	R$ 293,47
LWN9525	275710T000001878	18/04/2026	57380	R$ 293,47
LWX0014	275710S000009790	15/04/2026	60503	R$ 293,47
MCG5504	275710S000009796	16/04/2026	60503	R$ 293,47
MDS9E49	275710S000009758	13/04/2026	60503	R$ 293,47
MDT8624	275710NIC0000977	31/03/2026	50020	R$ 586,94
MEN2G40	275710S000009837	19/04/2026	60503	R$ 293,47
MFN7J87	275710S000009804	17/04/2026	60503	R$ 293,47
MKX3C29	275710S000009828	18/04/2026	60503	R$ 293,47
NRQ1629	275710S000009824	18/04/2026	60503	R$ 293,47
OHO2E16	275710S000009883	19/04/2026	60503	R$ 293,47
OML5A20	275710S000009835	19/04/2026	60503	R$ 293,47
OOH3J16	275710S000009801	17/04/2026	60503	R$ 293,47
OOJ5G72	275710T000005844	15/04/2026	55411	R$ 195,23
OOK4C64	275710NIC0000937	31/03/2026	50020	R$ 586,94
ORX7C11	275710NIC0000931	31/03/2026	50020	R$ 586,94
OWX7C16	275710S000009768	14/04/2026	56732	R$ 130,16
PZB1C92	275710S000009856	17/04/2026	56732	R$ 130,16
QAD8587	275710S000009806	17/04/2026	60503	R$ 293,47
QAD8851	275710S000009882	19/04/2026	60503	R$ 293,47
QAE2D95	275710T000008121	19/04/2026	57380	R$ 293,47
QAL1J58	275710T000008144	19/04/2026	60412	R$ 195,23
QAM4C98	275710S000009773	14/04/2026	56732	R$ 130,16
QAU2F32	116100T003413705	13/04/2026	54522	R$ 195,23
QAZ6I42	275710S000009767	14/04/2026	60503	R$ 293,47
QBT3E60	275710S000009756	13/04/2026	60503	R$ 293,47
QGY7A40	275710T000008129	19/04/2026	60412	R$ 195,23
QHZ8J95	275710NIC0000934	31/03/2026	50020	R$ 260,32

QIW9B51	275710NIC0000976	31/03/2026	50020	R$ 586,94
QJB1B14	275710NIC0000975	31/03/2026	50020	R$ 586,94
QJR9H32	275710S000009752	13/04/2026	60503	R$ 293,47
QSL1D57	275710S000009866	18/04/2026	56732	R$ 130,16
RAE8515	275710T000008149	19/04/2026	60412	R$ 195,23
RHH2G87	275710T000008147	19/04/2026	60412	R$ 195,23
RHV1H07	275710S000009769	14/04/2026	60503	R$ 293,47
RHZ4D35	275710T000008131	19/04/2026	60412	R$ 195,23
RNV8E61	275710S000009781	15/04/2026	60503	R$ 293,47
RVB7H86	275710NIC0000935	31/03/2026	50020	R$ 586,94
RWD9G68	275710S000009825	18/04/2026	60503	R$ 293,47
RWE6G68	275710NIC0000946	31/03/2026	50020	R$ 586,94
RXQ9I01	275710NIC0000953	31/03/2026	50020	R$ 586,94
RYR3E82	275710S000009785	15/04/2026	60503	R$ 293,47
SDT3G01	275710S000009771	14/04/2026	60503	R$ 293,47
SDY8G58	275710NIC0000952	31/03/2026	50020	R$ 586,94
SEV3E86	275710T000008136	19/04/2026	60412	R$ 195,23
SEV8G09	275710NIC0000941	31/03/2026	50020	R$ 586,94
SFC2J69	275710NIC0000958	31/03/2026	50020	R$ 586,94
SFG0I63	275710S000009819	18/04/2026	60503	R$ 293,47
SFM8A03	275710NIC0000964	31/03/2026	50020	R$ 586,94
SMA2F46	275710S000009814	17/04/2026	60503	R$ 293,47
SME5A67	275710S000009879	18/04/2026	60503	R$ 293,47
SMF8C83	275710NIC0000932	31/03/2026	50020	R$ 260,32
SMG5A33	275710NIC0000978	31/03/2026	50020	R$ 586,94
SMK1H75	275710NIC0000942	31/03/2026	50020	R$ 260,32
SPU8B34	275710T000005847	15/04/2026	54526	R$ 195,23
SPW4D84	275710NIC0000939	31/03/2026	50020	R$ 586,94
SQE9G76	275710S000009760	13/04/2026	60503	R$ 293,47
SXC5J17	275710NIC0000955	31/03/2026	50020	R$ 586,94
TAY9F32	275710S000009875	18/04/2026	56732	R$ 130,16
TBK1H24	275710T000008117	19/04/2026	60412	R$ 195,23
TBV7H14	275710NIC0000962	31/03/2026	50020	R$ 586,94
TBY5J45	275710NIC0000979	31/03/2026	50020	R$ 260,32
TJJ3A36	275710NIC0000960	31/03/2026	50020	R$ 586,94
TLX9J08	275710T000008133	19/04/2026	60412	R$ 195,23
TQV5F72	275710NIC0000956	31/03/2026	50020	R$ 586,94
UAY7D42	275710T000008127	19/04/2026	60412	R$ 195,23
UBI0F87	275710S000009867	18/04/2026	60503	R$ 293,47
UBP7J82	275710S000009836	19/04/2026	60503	R$ 293,47
UGW4J94	275710S000009798	16/04/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:56345388

PROJUR

2. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 10/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AHR2605	275710NIC0000925	27/03/2026	50020	R$ 586,94
AIL9D89	275710NIC0000917	27/03/2026	50020	R$ 586,94
AVC8G11	275710NIC0000904	27/03/2026	50020	R$ 260,32
BDI9G53	275710NIC0000905	27/03/2026	50020	R$ 586,94
BEB2I73	275710NIC0000908	27/03/2026	50020	R$ 586,94
BEC2I77	275710NIC0000930	27/03/2026	50020	R$ 586,94
BEL7A84	275710NIC0000898	27/03/2026	50020	R$ 586,94
BEW1D25	275710NIC0000921	27/03/2026	50020	R$ 260,32
CUO0H79	275710NIC0000918	27/03/2026	50020	R$ 586,94
FPZ5D74	275710NIC0000912	27/03/2026	50020	R$ 586,94
GCR7J05	275710NIC0000899	27/03/2026	50020	R$ 586,94
IMQ0E05	275710NIC0000911	27/03/2026	50020	R$ 586,94
INC8616	275710NIC0000915	27/03/2026	50020	R$ 586,94
IPQ7259	275710NIC0000902	27/03/2026	50020	R$ 586,94
JAK9G73	275710NIC0000906	27/03/2026	50020	R$ 586,94
NPE5F18	275710NIC0000903	27/03/2026	50020	R$ 260,32
OOH1383	275710NIC0000916	27/03/2026	50020	R$ 586,94
QAH8B81	275710NIC0000923	27/03/2026	50020	R$ 586,94
RCB3D03	275710NIC0000920	27/03/2026	50020	R$ 260,32
RHT4E07	275710NIC0000919	27/03/2026	50020	R$ 586,94
RRY7F21	275710NIC0000922	27/03/2026	50020	R$ 586,94
RYF2F38	275710NIC0000907	27/03/2026	50020	R$ 586,94
RYU2B95	275710NIC0000910	27/03/2026	50020	R$ 586,94
SIS9D18	275710NIC0000913	27/03/2026	50020	R$ 586,94
SLW2I23	275710NIC0000929	27/03/2026	50020	R$ 260,32
SYP7C07	275710NIC0000909	27/03/2026	50020	R$ 586,94
TAM5A00	275710NIC0000927	27/03/2026	50020	R$ 586,94

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 23/06/2026 08:10 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:065C87BE

PROJUR

3. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 06/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABQ1998	275710T000007970	09/04/2026	60412	R$ 195,23
AEC6196	275710S000009615	07/04/2026	60503	R$ 293,47
AEC6196	275710S000009744	12/04/2026	60503	R$ 293,47
AEO1844	275710T000006973	11/04/2026	65992	R$ 293,47
AES6143	275710S000009710	10/04/2026	60503	R$ 293,47
AFX3E13	275710T000007974	09/04/2026	60412	R$ 195,23
AGH8033	275710T000008091	11/04/2026	60412	R$ 195,23
AIM2D58	275710T000008101	12/04/2026	60412	R$ 195,23
AJM2J25	275710T000008109	12/04/2026	57380	R$ 293,47
AKJ0500	275710T000008009	11/04/2026	60412	R$ 195,23
AKM9D07	275710T000008022	11/04/2026	60412	R$ 195,23
AKX9279	275710T000008040	11/04/2026	57380	R$ 293,47
ALW5D15	275710S000009695	12/04/2026	60503	R$ 293,47
ALZ5121	275710T000003292	12/04/2026	50100	R$ 880,41
ALZ5121	275710T000003293	12/04/2026	66371	R$ 195,23
ALZ5121	275710T000003294	12/04/2026	69120	R$ 88,38
AMH8G08	275710S000009706	09/04/2026	60503	R$ 293,47
AMU6881	275710T000008080	11/04/2026	60412	R$ 195,23
AMV3J01	275710T000003291	12/04/2026	70721	R$ 293,47
AMX2515	275710S000009751	12/04/2026	60503	R$ 293,47
ANY2321	275710T000007949	07/04/2026	60412	R$ 195,23
AOE9G28	275710T000008110	13/04/2026	57200	R$ 195,23
AOJ9F90	275710T000006165	07/04/2026	55411	R$ 195,23
AOK7B74	275710T000007940	07/04/2026	60412	R$ 195,23
APH7G97	275710CND0000017	18/02/2026	50450	R$ 293,47
APW4651	275710T000008005	11/04/2026	60412	R$ 195,23
AQR4F65	275710S000009671	10/04/2026	60503	R$ 293,47
AQZ2J19	275710T000007984	11/04/2026	59080	R$ 1.467,35
ARL4835	275710T000008089	11/04/2026	60412	R$ 195,23
ARS9414	275710S000009734	11/04/2026	60503	R$ 293,47
ARZ3520	275710T000008057	11/04/2026	59080	R$ 1.467,35
ASH4F28	275710S000009619	08/04/2026	60503	R$ 293,47
AST9996	275710T000008060	11/04/2026	59080	R$ 1.467,35
ASZ8900	275710S000009668	10/04/2026	60503	R$ 293,47
ASZ8900	275710T000007945	07/04/2026	57380	R$ 293,47
ATA1A64	275710T000008093	11/04/2026	60412	R$ 195,23
ATB1482	275710S000009614	07/04/2026	60503	R$ 293,47
ATD1G45	275710S000009609	07/04/2026	60503	R$ 293,47
ATI9893	275710T000005547	10/04/2026	58198	R$ 880,41
ATP9A64	275710S000009720	11/04/2026	60503	R$ 293,47
ATQ6E34	275710T000007971	09/04/2026	60412	R$ 195,23
ATT7322	275710T000008052	11/04/2026	59080	R$ 1.467,35
ATU2I45	275710T000007947	07/04/2026	57380	R$ 293,47
AUB6616	275710S000009662	10/04/2026	60503	R$ 293,47
AUE2048	275710T000008077	11/04/2026	60412	R$ 195,23
AUE8D85	275710T000006971	10/04/2026	55090	R$ 130,16
AUF1G99	275710NIC0000881	24/03/2026	50020	R$ 586,94
AUR9027	275710T000007943	07/04/2026	60412	R$ 195,23
AVB5G72	275710T000007957	08/04/2026	60412	R$ 195,23
AVO4885	275710T000007967	08/04/2026	57380	R$ 293,47
AWC6A12	275710T000008099	11/04/2026	60412	R$ 195,23
AWD3C03	275710T000008002	11/04/2026	60412	R$ 195,23
AWF7228	275710T000007962	08/04/2026	60412	R$ 195,23
AWJ9D87	275710S000009611	07/04/2026	60503	R$ 293,47
AWK8D99	275710T000006967	10/04/2026	55680	R$ 195,23
AWM5815	275710S000009651	09/04/2026	60503	R$ 293,47
AWT4820	275710T000007978	09/04/2026	57380	R$ 293,47
AWV9I88	275710S000009731	11/04/2026	60503	R$ 293,47
AWX2I67	275710T000008076	11/04/2026	60412	R$ 195,23
AWX9F32	275710T000008049	11/04/2026	59080	R$ 1.467,35
AXD1A52	275710S000009718	10/04/2026	60503	R$ 293,47
AXF5E58	275710S000009600	07/04/2026	60503	R$ 293,47
AXN5I71	275710T000002531	13/04/2026	55680	R$ 195,23
AXV9G66	275710S000009699	12/04/2026	60503	R$ 293,47
AXW1A18	275710S000009682	11/04/2026	60503	R$ 293,47
AYM3823	275710T000008018	11/04/2026	60412	R$ 195,23
AYO1931	275710T000007941	07/04/2026	60412	R$ 195,23
AYP6695	275710T000007994	11/04/2026	60412	R$ 195,23
AZG1F76	275710S000009737	11/04/2026	60503	R$ 293,47
AZH3108	275710T000008014	11/04/2026	60412	R$ 195,23
AZM5I00	275710T000008020	11/04/2026	60412	R$ 195,23

BAA5J76	275710T000007979	09/04/2026	57380	R$ 293,47
BAC9C68	275710T000007987	11/04/2026	57380	R$ 293,47
BAD2654	275710NIC0000882	24/03/2026	50020	R$ 586,94
BAE5F88	275710S000009639	08/04/2026	56732	R$ 130,16
BAL7E31	275710T000007980	09/04/2026	57380	R$ 293,47
BAT6F73	275710T000008004	11/04/2026	60412	R$ 195,23
BAT6F73	275710T000008033	11/04/2026	57380	R$ 293,47
BAY7A30	275710S000009691	12/04/2026	60503	R$ 293,47
BBW4038	275710T000007954	07/04/2026	60412	R$ 195,23
BBX9H44	275710S000009623	08/04/2026	60503	R$ 293,47
BCD2259	275710T000007952	07/04/2026	60412	R$ 195,23
BCH7E09	275710T000007937	07/04/2026	60412	R$ 195,23
BCR8D94	275710S000009711	10/04/2026	60503	R$ 293,47
BCX3D68	275710S000009696	12/04/2026	60503	R$ 293,47
BDV1G56	275710T000007963	08/04/2026	60412	R$ 195,23
BEE6C80	275710S000009747	12/04/2026	60503	R$ 293,47
BEI8A90	275710S000009715	10/04/2026	60503	R$ 293,47
BEQ2H73	275710S000009633	08/04/2026	60503	R$ 293,47
BEX8E91	275710T000006963	10/04/2026	55417	R$ 195,23
BNB7335	275710T000008068	11/04/2026	60412	R$ 195,23
BZJ7373	275710T000008056	11/04/2026	59080	R$ 1.467,35
CER2G68	275710T000008108	12/04/2026	57380	R$ 293,47
CLN6163	275710T000008098	11/04/2026	60412	R$ 195,23
CWU1E19	275710S000009650	09/04/2026	60503	R$ 293,47
CXB3330	275710S000009673	11/04/2026	60503	R$ 293,47
CYK0553	275710S000009733	11/04/2026	60503	R$ 293,47
DAO3I43	275710T000007968	09/04/2026	57200	R$ 195,23
DHS8E32	275710T000008107	12/04/2026	60412	R$ 195,23
DIV2I54	275710NIC0000888	24/03/2026	50020	R$ 586,94
DNO8505	275710T000007969	09/04/2026	60412	R$ 195,23
DSX6424	275710S000009627	08/04/2026	60503	R$ 293,47
DUK3F98	275710S000009617	07/04/2026	60503	R$ 293,47
DWO2I04	275710S000009713	10/04/2026	56732	R$ 130,16
DXV8B47	275710T000008103	12/04/2026	60412	R$ 195,23
EBL9F35	275710S000009660	10/04/2026	60503	R$ 293,47
EGU8H20	275710T000008031	11/04/2026	57380	R$ 293,47
EIF9D72	275710T000008071	11/04/2026	60412	R$ 195,23
ELS7H52	275710S000009638	08/04/2026	60503	R$ 293,47
EMG7514	275710T000008081	11/04/2026	60412	R$ 195,23
EMO1C75	275710S000009631	08/04/2026	60503	R$ 293,47
EMV7A56	275710S000009634	08/04/2026	60503	R$ 293,47
EOM6G77	275710T000008001	11/04/2026	60412	R$ 195,23
EQA7268	275710S000009725	11/04/2026	56732	R$ 130,16
EUT5J13	275710S000009645	08/04/2026	60503	R$ 293,47
EVM4C99	275710S000009703	09/04/2026	56732	R$ 130,16
FHB8J84	275710S000009708	09/04/2026	56732	R$ 130,16
FIS4C59	275710T000007981	11/04/2026	57380	R$ 293,47
FJH4J07	275710S000009643	08/04/2026	60503	R$ 293,47
FJL3F58	275710T000008061	11/04/2026	60412	R$ 195,23
FKE9E68	275710T000008041	11/04/2026	57380	R$ 293,47
FMW3H09	116100T000393403	04/04/2026	56222	R$ 88,38
FST6H09	275710T000008082	11/04/2026	60412	R$ 195,23
FWQ4H39	275710S000009628	08/04/2026	60503	R$ 293,47
GER0D91	275710S000009621	08/04/2026	60503	R$ 293,47
GGM6099	275710S000009686	11/04/2026	60503	R$ 293,47
GJI1J12	275710S000009632	08/04/2026	60503	R$ 293,47
GKI3C10	275710T000008019	11/04/2026	60412	R$ 195,23
GOB3D66	275710S000009692	12/04/2026	60503	R$ 293,47
HGV5990	275710T000006965	10/04/2026	55680	R$ 195,23
HNE9129	275710T000008104	12/04/2026	60412	R$ 195,23
HSC0501	275710T000008008	11/04/2026	60412	R$ 195,23
HSF8852	275710S000009678	11/04/2026	60503	R$ 293,47
HSJ2A74	275710T000008092	11/04/2026	60412	R$ 195,23
HTV9324	275710S000009605	07/04/2026	60503	R$ 293,47
IFH9666	275710S000009670	10/04/2026	60503	R$ 293,47
IJE5J81	275710S000009653	09/04/2026	60503	R$ 293,47
INT6A39	275710S000009604	07/04/2026	60503	R$ 293,47
IOE1D47	275710T000008047	11/04/2026	59080	R$ 1.467,35
ITO9754	275710NIC0000894	24/03/2026	50020	R$ 586,94
ITZ3E72	275710T000007950	07/04/2026	60412	R$ 195,23
JQC7356	275710T000008085	11/04/2026	60412	R$ 195,23
JQE6669	275710T000008087	11/04/2026	60412	R$ 195,23
KUQ9H51	275710S000009698	12/04/2026	60503	R$ 293,47
LNY8386	275710T000008000	11/04/2026	60412	R$ 195,23
MAC1568	275710T000007992	11/04/2026	60412	R$ 195,23
MAC1568	275710T000008088	11/04/2026	60412	R$ 195,23
MCS7268	275710S000009626	08/04/2026	56732	R$ 130,16
MCS8I32	275710S000009677	11/04/2026	60503	R$ 293,47
MDO5J02	275710S000009742	12/04/2026	60503	R$ 293,47
MGL1A78	275710NIC0000885	24/03/2026	50020	R$ 586,94
MGN7D04	275710S000009746	12/04/2026	60503	R$ 293,47
MIL3818	275710T000008079	11/04/2026	60412	R$ 195,23
MOB6C02	275710T000006019	07/04/2026	51930	R$ 293,47
MSK4A29	275710S000009612	07/04/2026	60503	R$ 293,47
MVV1938	275710S000009622	08/04/2026	60503	R$ 293,47
NHI2J91	275710S000009608	07/04/2026	60503	R$ 293,47

NJN2074	275710T000008024	11/04/2026	60412	R$ 195,23
NRN7E26	275710S000009740	11/04/2026	60503	R$ 293,47
NRQ8B97	275710T000007944	07/04/2026	60412	R$ 195,23
NRS6I41	275710S000009690	12/04/2026	60503	R$ 293,47
NSB1A82	275710T000008051	11/04/2026	59080	R$ 1.467,35
NSD0I06	275710S000009681	11/04/2026	60503	R$ 293,47
NSZ2A96	275710T000008074	11/04/2026	60412	R$ 195,23

OKX2B37	275710NIC0000889	24/03/2026	50020	R$ 586,94
OKY5F18	275710S000009664	10/04/2026	60503	R$ 293,47
OWX7C16	275710S000009636	07/04/2026	56732	R$ 130,16
PBV1445	275710T000007953	07/04/2026	60412	R$ 195,23
PZH8G07	275710T000006974	11/04/2026	60412	R$ 195,23
QAL3G89	275710T000008016	11/04/2026	60412	R$ 195,23
QAV5H39	275710S000009654	09/04/2026	60503	R$ 293,47
QBQ4A88	275710S000009618	08/04/2026	60503	R$ 293,47
QHV3C52	275710S000009613	07/04/2026	60503	R$ 293,47
QIB1E45	275710S000009693	12/04/2026	60503	R$ 293,47
QIR5J23	275710T000008036	11/04/2026	57380	R$ 293,47
QIZ6H76	275710T000007977	09/04/2026	57380	R$ 293,47
QJK3A09	275710NIC0000886	24/03/2026	50020	R$ 586,94
QMZ3B03	275710S000009741	11/04/2026	60503	R$ 293,47
QNE9I98	275710T000002530	13/04/2026	55417	R$ 195,23
QNL6G84	275710S000009689	12/04/2026	60503	R$ 293,47
QPJ4E71	275710S000009601	07/04/2026	56732	R$ 130,16
RHB3I69	275710T000002529	13/04/2026	55417	R$ 195,23
RHT3A88	275710S000009688	11/04/2026	60503	R$ 293,47
RHT6I80	275710NIC0000887	24/03/2026	50020	R$ 586,94
RHU0D39	275710T000007993	11/04/2026	60412	R$ 195,23
RTA9J13	275710S000009640	08/04/2026	60503	R$ 293,47
RUY8F35	275710S000009661	10/04/2026	60503	R$ 293,47
RWD6E36	275710S000009629	08/04/2026	60503	R$ 293,47
RWG9A78	275710S000009675	11/04/2026	60503	R$ 293,47
SDS3H79	275710S000009630	08/04/2026	60503	R$ 293,47
SEF6F16	275710T000008046	11/04/2026	59080	R$ 1.467,35
SEM5B29	275710S000009743	12/04/2026	60503	R$ 293,47
SEN9H43	275710T000008111	13/04/2026	57200	R$ 195,23
SEQ1B43	275710T000007955	07/04/2026	60412	R$ 195,23
SEU1I76	275710T000008102	12/04/2026	60412	R$ 195,23
SFA9F67	275710NIC0000893	24/03/2026	50020	R$ 586,94
SFE2E56	275710S000009732	11/04/2026	56732	R$ 130,16
SFI3J42	275710T000001876	12/04/2026	59670	R$ 1.467,35
SFK3C87	275710S000009642	08/04/2026	60503	R$ 293,47
SMC2C58	275710T000008029	11/04/2026	57380	R$ 293,47
SMD3E53	275710NIC0000890	24/03/2026	50020	R$ 586,94
SMH5D30	275710NIC0000897	24/03/2026	50020	R$ 586,94
SMJ3I25	275710S000009674	11/04/2026	56732	R$ 130,16
SRV0G74	275710S000009697	12/04/2026	60503	R$ 293,47
SWJ9C74	275710NIC0000879	24/03/2026	50020	R$ 586,94
SXV3D72	275710S000009738	11/04/2026	60503	R$ 293,47

TAP2H42	275710T000008042	11/04/2026	57380	R$ 293,47
TAS1D27	275710S000009716	10/04/2026	56732	R$ 130,16
TBG4H48	275710S000009684	11/04/2026	60503	R$ 293,47
TBO7F17	275710T000008094	11/04/2026	60412	R$ 195,23
TBQ8G23	275710S000009709	09/04/2026	60503	R$ 293,47
TKA4G80	275710S000009603	07/04/2026	60503	R$ 293,47
UAU4C29	275710S000009680	11/04/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:FD13C6D6

PROJUR

7. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 10/08/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABJ9G19	275710S000010976	17/06/2026	60503
ADC0G05	275710S000011019	20/06/2026	60503
AEW7E53	275710S000011026	22/06/2026	60503
AGE1696	275710T000007893	18/06/2026	65992
AGE1696	275710T000007894	18/06/2026	50100
AHO5C52	275710S000011035	21/06/2026	60503
AIL7F17	275710S000010975	16/06/2026	60503
AJZ0G79	275710S000010989	19/06/2026	60503
AKB3669	275710S000010958	17/06/2026	60503
AKT4944	275710S000010968	18/06/2026	56732
ALP8320	275710S000010988	18/06/2026	60503
AMA4E24	275710S000011021	20/06/2026	60503
ANG7D11	275710S000010954	17/06/2026	60503
ANS3J54	275710S000010998	19/06/2026	60503

AOJ9F90	275710NIC0001412	02/06/2026	50020
AQZ6J13	275710S000010970	18/06/2026	60503
ASI1G80	275710S000011014	20/06/2026	60503
ASN5262	275710T000007891	18/06/2026	50100
ASN6787	275710S000011037	22/06/2026	56732
ATB1482	275710NIC0001426	02/06/2026	50020
ATO2464	275710T000007898	22/06/2026	66371
AUZ2B76	275710S000011011	20/06/2026	60503
AWK0353	275710S000010979	17/06/2026	60503
AWV9I88	275710NIC0001434	02/06/2026	50020
AXA9B20	275710S000010992	19/06/2026	60503
AYI2J33	275710S000011008	20/06/2026	56732
AYR8595	275710S000010999	19/06/2026	60503
AYY9A26	275710S000011029	22/06/2026	60503
AZW4E78	275710S000010961	17/06/2026	60503
AZY9383	275710S000011033	21/06/2026	60503
BAA5J76	275710NIC0001418	02/06/2026	50020
BAP9362	275710S000011000	19/06/2026	60503
BBX9H44	275710NIC0001427	02/06/2026	50020
BCD2259	275710NIC0001414	02/06/2026	50020
BCZ6H41	275710S000011007	20/06/2026	60503
BDF2E83	275710S000011034	21/06/2026	60503
BDH8H45	275710S000010987	18/06/2026	56732
BDV1G56	275710NIC0001416	02/06/2026	50020

CWQ7540	275710S000011028	22/06/2026	60503
CXY5I80	275710S000010991	19/06/2026	60503
DAO3I43	275710NIC0001417	02/06/2026	50020
DWO2I04	275710NIC0001433	02/06/2026	50020
EFL1G68	275710S000010950	16/06/2026	60503
EML9C03	275710S000010957	17/06/2026	60503
FBQ3C34	275710S000011027	22/06/2026	60503
FQR9D03	275710S000011036	22/06/2026	60503
GDD4G92	275710S000010949	16/06/2026	60503
GFZ1F01	275710S000010951	17/06/2026	60503
HSM9J73	275710S000010960	17/06/2026	60503
HTC8C94	275710S000010990	19/06/2026	60503
IGF3505	275710S000011016	20/06/2026	60503
ITZ3E72	275710NIC0001413	02/06/2026	50020
JWI2B40	275710S000010996	19/06/2026	60503
KRI1C81	275710S000010969	18/06/2026	60503
MCF6378	275710S000011022	20/06/2026	60503
MIJ8B25	275710S000011013	20/06/2026	56732
MSK4A29	275710NIC0001425	02/06/2026	50020
NDF0076	275710S000010963	18/06/2026	60503
NEK5B78	275710S000010978	17/06/2026	60503
NSD9979	275710S000010980	17/06/2026	60503
NUC8140	275710S000011023	21/06/2026	60503
OBG8063	275710S000010982	18/06/2026	56732
OHH0G78	275710T000007896	22/06/2026	54522
OHH0G78	275710S000011032	22/06/2026	60503
OOH1347	275710S000010946	16/06/2026	60503
OOQ8E67	275710S000010972	18/06/2026	60503
PBV1445	275710NIC0001415	02/06/2026	50020
QAR5I41	275710S000011015	20/06/2026	60503
QBT4B60	275710S000011001	19/06/2026	56732
QHY6I38	275710S000011005	19/06/2026	60503
QNE9I98	275710NIC0001411	02/06/2026	50020
QPJ4E71	275710NIC0001423	02/06/2026	50020
RMZ1I00	275710S000010973	16/06/2026	60503
RRY7F21	275710S000010945	16/06/2026	60503
RUY8F35	275710NIC0001430	02/06/2026	50020
RWG5G70	275710S000010944	16/06/2026	60503
RXN3A24	275710S000010993	19/06/2026	60503
RYO0H97	275710S000010952	17/06/2026	60503
SDS3H79	275710NIC0001428	02/06/2026	50020
SDU6G29	275710S000011025	21/06/2026	60503

SEJ8D11	275710S000010967	18/06/2026	60503
SEM1C52	275710S000010955	17/06/2026	60503
SEN9H43	275710NIC0001422	02/06/2026	50020
SEU1I76	275710NIC0001421	02/06/2026	50020
SEV8C83	275710S000010953	17/06/2026	60503
SFK3C87	275710NIC0001429	02/06/2026	50020
SMC2C58	275710NIC0001419	02/06/2026	50020
SXD7D49	275710S000010983	18/06/2026	60503
SXV3D72	275710NIC0001435	02/06/2026	50020
TAP2H42	275710NIC0001420	02/06/2026	50020
TAT8C25	275710S000010994	19/06/2026	60503
TBG4H48	275710NIC0001431	02/06/2026	50020
TBQ8G23	275710NIC0001432	02/06/2026	50020
TBX0D18	275710S000010948	16/06/2026	60503
TBX5E88	275710S000010974	16/06/2026	60503
TKA4G80	275710NIC0001424	02/06/2026	50020

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:599B8B78

PROJUR
8. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 10/08/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AMH6840	275710T000005664	21/06/2026	66531
EFW9I23	275710T000005665	21/06/2026	55411
QAA9D48	275710CND0000022	29/05/2026	50450

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 23/06/2026 08:10 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:30B417B6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGAO ELETRONICO 009/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	009/2026
b) Licitação Nº:	009/2026
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Homologação:	26/06/2026
e) Objeto Homologado:	Contratação de empresa especializada no fornecimento de lanches prontos, acondicionados de forma adequada e individualmente embalados, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraci. Os lanches serão destinados aos pacientes transportados pela Secretaria, proporcionando alimentação apropriada, segura e de qualidade durante os deslocamentos para consultas, exames, tratamentos e demais procedimentos de saúde.

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
25001103010012204533903000000	3886	MATERIAL DE CONSUMO
25001103010012204533903000000	1303	MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: PADARIA E CONFEITARIA MENDONÇA LTDA - CNPJ: 73.331.845/0001-33 - Valor total homologado: R$ 129.409,00 (cento e vinte e nove mil, quatrocentos e nove reais)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	KIT LANCHE Contendo: 01 pão tipo francês (mini), recheado com 01 fatia de presunto magro (de 30 a 40 g) e uma fatia de queijo tipo muçarela ou prato (30 a 40g), este deverá ser embalado individualmente em filme transparente. 01 suco de néctar de frutas de 200 ml, não alcoólico, não fermentado e sem glúten, acondicionado em embalagem cartonada tipo tetra pack, nos sabores uva, maçã, laranja e abacaxi, alternados diariamente. Embalado cada kit em saco plástico transparente e acondicionado em caixa térmica.	PRÓPRIA	UNIDADE	18620	6,95	129.409,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 129.409,00 (cento e vinte e nove mil e quatrocentos e nove reais).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 26 de junho de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:78BF2030

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 018/2026 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando os ditames da Lei Federal n.º 14.133/21 face ao constante nos autos de Processo nº. 072/2026, referente ao Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe.

HOMOLOGO, o procedimento licitatório, na Modalidade Pregão Eletrônico instaurado e registrado sob o n.º 018/2026, com fulcro no **art. 71 da Lei 14.133/21**, a qual objetiva a Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de saúde, compreendendo a disponibilização de profissionais médicos (clínica geral) e enfermeiros, para atuação nas unidades da rede pública municipal de saúde do Município de Iguaraçu/PR, em especial no Pronto Atendimento Municipal com funcionamento ininterrupto (24 horas) e nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

ADJUDICO, o contrato com a empresa:

SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA CNPJ: 37.092.326/0001-04 Endereço: Av. Duque de Caxias, nº1726, Sala 705, Edifício Duque Hall, Londrina/PR, CEP: 86010-190 **Sócio Administrador:** Hugo Fernandes Damasceno **CPF:** 100.xxx.xxx-98 **Valor total do contrato:** R$ 1.309.000,00 (Um milhão, trezentos e nove mil reais)

Item	Unid	Quant	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	Plantão	1000	Prestação de Serviço Médico Profissional em Clínica Geral, visando o atendimento ininterrupto aos usuários do Sistema de Saúde do Município de Iguaraçu/PR, com a permanência de 01 (um) médico no Pronto Atendimento Municipal - UBS 24 horas.	R$ 835,95	R$ 835.950,00
2	Plantão	2300	Prestação de **Serviços Médicos para Atendimento em Consultas Eletivas**, realização de pequenos procedimentos e, quando necessário, atendimento a urgências com encaminhamento para a UBS 24 horas e demais unidades de referência, conforme fluxo assistencial e classificação de risco.	R$ 73,50	R$ 169.050,00
3	Plantão	8000	Prestação de Serviços de Enfermagem, visando o atendimento ininterrupto aos usuários do Sistema de Saúde do Município de Iguaraçu/PR, com a permanência de 01 enfermeiro no Pronto Atendimento Municipal - UBS 24 horas	R$ 38,00	R$ 304.000,00
					R$ 1.309.000,00

Iguaraçu, 29 de junho de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:301C0D5D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ/PR

I - O Presidente da Câmara Municipal de Iporã/PR, usando das atribuições legais, **HOMOLOGA** as inscrições, conforme ANEXO I, referente ao Concurso Público aberto através do Edital nº 01/2026.

II - Informamos aos candidatos homologados que a **prova escrita objetiva** será realizada no dia **19 DE JULHO DE 2026,** com início às **08H00MIN,** na **ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA DELAZIR PINEZI,** sito à Rua Machado de Assis, nº 745 - Centro, em Iporã - PR.

III - Para realizar a prova o candidato deverá apresentar um documento de identidade original conforme disposto no item 9.7. do Edital de Abertura do Concurso Público.

IV - Fica aberto o prazo de 02 (dois) dias para a interposição de recurso contra o presente edital.

Iporã/PR, 29 de junho de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal

ANEXO I

INSCRIÇÃO	VAGA	CANDIDATO
99261	AUXILIAR LEGISLATIVO	ALINE MAIARA RIBEIRO DIAS
99136	AUXILIAR LEGISLATIVO	BEATRIZ DELORTO MENEGATE
99240	AUXILIAR LEGISLATIVO	DANILO BONAMIM VAZ
99258	AUXILIAR LEGISLATIVO	DIEGO SILVA DOS SANTOS
99183	AUXILIAR LEGISLATIVO	EDIVAINE EVANGELISTA TEIXEIRA
99254	AUXILIAR LEGISLATIVO	EDUARDO GASQUE DE ALMEIDA
99153	AUXILIAR LEGISLATIVO	ÉVERTON BENTO BERNARDES
99162	AUXILIAR LEGISLATIVO	EVERTON CÁSSIO DE AZEVEDO CANDIL
99031	AUXILIAR LEGISLATIVO	FABIANE SARDIMS
99113	AUXILIAR LEGISLATIVO	FRANCIELLI SOARES DOS SANTOS VIEIRA
99107	AUXILIAR LEGISLATIVO	GABRIELA BATISTA DOS SANTOS POLI
99108	AUXILIAR LEGISLATIVO	GLEICIELE NAIANE OLIVEIRA DOS SANTOS
99151	AUXILIAR LEGISLATIVO	HELEN STEVANATO DE BRITO
99027	AUXILIAR LEGISLATIVO	IGOR LEANDRO DOS SANTOS ALVES
99245	AUXILIAR LEGISLATIVO	KEMILY ALINE HILARIO FRIGERI
99079	AUXILIAR LEGISLATIVO	KESYA QUINTINO
99160	AUXILIAR LEGISLATIVO	LEANDRO AUGUSTO DE LIMA
99236	AUXILIAR LEGISLATIVO	LEILA MIORINE DA SILVA
99251	AUXILIAR LEGISLATIVO	MARCIO SANTOS DE OLIVEIRA

99135	AUXILIAR LEGISLATIVO	MARIA EDUARDA DIAS FOGANHOLO
99230	AUXILIAR LEGISLATIVO	MAYRA CÂNDIDO DOS SANTOS ARCANJO
99065	AUXILIAR LEGISLATIVO	MISAEL FERREIRA SUZARTE DOS SANTOS
99222	AUXILIAR LEGISLATIVO	PAULO RICARDO DE ALMEIDA
99175	AUXILIAR LEGISLATIVO	RAFAEL DA SILVA SANTOS
99157	AUXILIAR LEGISLATIVO	RAFAEL LOBO SANCHES SOLLER
99076	AUXILIAR LEGISLATIVO	REBECA GODOY DE MACEDO
99116	AUXILIAR LEGISLATIVO	REGINA DE ALMEIDA AGUILAR
99184	AUXILIAR LEGISLATIVO	RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS
99213	AUXILIAR LEGISLATIVO	STEFANO BOAVENTURA SANTOS MACHADO
99101	AUXILIAR LEGISLATIVO	TAIS DE OLIVEIRA
99032	AUXILIAR LEGISLATIVO	TAYNÁ MARQUES BARROS
99217	AUXILIAR LEGISLATIVO	VICTOR DO NASCIMENTO SOUZA
99155	AUXILIAR LEGISLATIVO	VITOR DINIZ RECH
99053	PROCURADOR JURÍDICO	ALINE PEREIRA HERCULANO
99206	PROCURADOR JURÍDICO	AMANDA GABRIELY SANTOS PEREIRA
99211	PROCURADOR JURÍDICO	AMANDA MAIRA SAVICZKI
99181	PROCURADOR JURÍDICO	ANDERSON DE ABREU VIANA
99144	PROCURADOR JURÍDICO	ANDREISY PORTES DE FREITAS SOUZA
99204	PROCURADOR JURÍDICO	ANELISE BARTOLOMEU
99041	PROCURADOR JURÍDICO	ANITA BRANCO DIAS
99165	PROCURADOR JURÍDICO	ARIEL DE MORAES ANDREANI
99036	PROCURADOR JURÍDICO	ARTHUR DOS SANTOS TAVARES
99035	PROCURADOR JURÍDICO	BRUNNA KIRNEV WICHOSKI
99223	PROCURADOR JURÍDICO	BRUNO CEZAR OLIVEIRA DE CASTRO
99163	PROCURADOR JURÍDICO	BRUNO HENRIQUE DE SOUZA SILVA
99166	PROCURADOR JURÍDICO	CAIO SIQUEIRA IOCOHAMA
99085	PROCURADOR JURÍDICO	CAMILA DE CARVALHO FERMIANO
99234	PROCURADOR JURÍDICO	CARLOS HENRIQUE REZENDE DOS SANTOS PEREIRA
99219	PROCURADOR JURÍDICO	CAROLINE ROCHA STABILE DAMASCENO
99253	PROCURADOR JURÍDICO	CESAR AUGUSTO SILVA DUARTE
99037	PROCURADOR JURÍDICO	CHRISTIAN ORO GOMES FERREIRA
99232	PROCURADOR JURÍDICO	CHRISTIANE KAISER PARDINHO
99052	PROCURADOR JURÍDICO	CLAUDIA REGINA DAL MORO BORGES
99172	PROCURADOR JURÍDICO	CLAUDINEIA DA SILVA CASTRO
99182	PROCURADOR JURÍDICO	CLAUDIO PETAGONE SARAIVA ASCENCIO
99043	PROCURADOR JURÍDICO	CRISTIAN PEREIRA DO NASCIMENTO
99062	PROCURADOR JURÍDICO	DANIEL SOARES DE ANDRADE
99173	PROCURADOR JURÍDICO	DENILSON SILVA DE OLIVEIRA
99143	PROCURADOR JURÍDICO	DOUGLAS CONSOLARO VIEIRA
99241	PROCURADOR JURÍDICO	EDEGARD ALVES DA ROCHA JUNIOR
99141	PROCURADOR JURÍDICO	EDMUNDO GONÇALVES BRUECKHEIMER
99256	PROCURADOR JURÍDICO	EJHONE APARECIDO MUNHOZ
99225	PROCURADOR JURÍDICO	ELEOMAR WONS DA SILVA
99215	PROCURADOR JURÍDICO	EVANEI DE JESUS SOUZA
99055	PROCURADOR JURÍDICO	FERNANDA DA COSTA RAHUAN
99250	PROCURADOR JURÍDICO	FERNANDA FRANCO CAMPOS
99038	PROCURADOR JURÍDICO	FILIPE LORENZO CARNELÓS RIBEIRO DE CASTRO
99063	PROCURADOR JURÍDICO	GABRIELLA DE LAETT ERVILHA
99154	PROCURADOR JURÍDICO	GABRIELLY JACOMELI SILVA KARAS
99209	PROCURADOR JURÍDICO	GIVANILDO SERMINI DE PAZ
99121	PROCURADOR JURÍDICO	GRAZIELA MORAIS CARDOSO
99075	PROCURADOR JURÍDICO	GUILHERME TRENTIN
99098	PROCURADOR JURÍDICO	GUSTAVO DE MELO MORETTO
99126	PROCURADOR JURÍDICO	HERNANDES DELGADO JARA
99087	PROCURADOR JURÍDICO	IGOR CAETANO TESTI
99176	PROCURADOR JURÍDICO	ISABELA CAROLINE LAGE
99259	PROCURADOR JURÍDICO	JENIFFER SANTANA DO NASCIMENTO
99210	PROCURADOR JURÍDICO	JOÃO CESAR GOMES ALVES
99028	PROCURADOR JURÍDICO	JOÃO PAULO SALDIVAR DOS SANTOS
99117	PROCURADOR JURÍDICO	JOAO VITOR JAHJAH
99239	PROCURADOR JURÍDICO	JOAQUIM ROSAS
99226	PROCURADOR JURÍDICO	JOSIANE APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS
99049	PROCURADOR JURÍDICO	JUAN FERNANDES VENDRAME
99086	PROCURADOR JURÍDICO	JULIANA DOS SANTOS DE ANDRADE
99202	PROCURADOR JURÍDICO	JULIO ROQUE SOBOTA
99221	PROCURADOR JURÍDICO	JUNIOR CESAR DIAS PIRES
99235	PROCURADOR JURÍDICO	KARINA BORTOLETTO MARANDOLA VIGNOTO
99237	PROCURADOR JURÍDICO	LEONARDO JENSEN RIBEIRO
99169	PROCURADOR JURÍDICO	LIDIANE PILETTI
99257	PROCURADOR JURÍDICO	LILIAN NOGUEIRA ANTONIETTE
99103	PROCURADOR JURÍDICO	LUANA MEURER SCHUELTER
99246	PROCURADOR JURÍDICO	LUANA THAYNA SANTOS PROSDOCIMO
99193	PROCURADOR JURÍDICO	LUCIMARA FÁTIMA DE MACEDO SAVITRAZ
99147	PROCURADOR JURÍDICO	LUMA ALEIXO RODRIGUES DA SILVA
99220	PROCURADOR JURÍDICO	MARCELO GABRIEL MORITA AZUMA
99112	PROCURADOR JURÍDICO	MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA
99073	PROCURADOR JURÍDICO	MARCOS VINICIUS DA SILVA
99102	PROCURADOR JURÍDICO	MARIANE APARECIDA SIQUEIRA
99150	PROCURADOR JURÍDICO	MATEUS DE OLIVEIRA MARTINS
99231	PROCURADOR JURÍDICO	MATHEUS MOREIRA
99249	PROCURADOR JURÍDICO	MAYKON JOSÉ GIACOMELLI FERREIRA
99083	PROCURADOR JURÍDICO	NATIELI JAQUELINE ASSMANN
99238	PROCURADOR JURÍDICO	OACIR SILVA MASCARENHAS
99248	PROCURADOR JURÍDICO	PAULO CESAR CABRAL DE ARAUJO JUNIOR
99214	PROCURADOR JURÍDICO	PAULO HENRIQUE RECHENCHOSKI PORTUGAL PANTOJA
99227	PROCURADOR JURÍDICO	PAULO VÍTOR SNEL DE OLIVEIRA BARROS
99058	PROCURADOR JURÍDICO	PEDRO PEREIRA DA SILVA JUNIOR
99189	PROCURADOR JURÍDICO	RENAN WILLIAM DE DEUS LIMA

99110	PROCURADOR JURÍDICO	RICARDO VIOTTO
99082	PROCURADOR JURÍDICO	RODOLFO FELIPE FERNANDES BOSCHINI
99070	PROCURADOR JURÍDICO	RODRIGO APARECIDO RODRIGUES MORETTI
99056	PROCURADOR JURÍDICO	RODRIGO RAHUAN GOULART
99084	PROCURADOR JURÍDICO	RODRIGO SERAFIM ESPASSO
99069	PROCURADOR JURÍDICO	RONALDO MUNIZ DO CARMO
99188	PROCURADOR JURÍDICO	THIAGO CAMPOS MACEDO
99156	PROCURADOR JURÍDICO	THIAGO DE MAGALHÃES CALDAS
99244	PROCURADOR JURÍDICO	THIAGO PERRUT PAES
99247	PROCURADOR JURÍDICO	VINICIUS SILVA CIECOSKI
99216	PROCURADOR JURÍDICO	WELLINGTON CÂNDIDO RUFATO

*** PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PCD:**

INSCRIÇÃO	VAGA	CANDIDATO
99052	PROCURADOR JURÍDICO	CLAUDIA REGINA DAL MORO BORGES

Publicado por:
Tayná Marques Barros
Código Identificador:74E9ACF2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 001.2./2026 - 34ª CONVOCAÇÃO

Irati, 30 de junho de 2026.

A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 421/2025, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 420/2025 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Francieli Dwulatka; Membros: Gerson Arnold e Delma Braz Serenato) publicados no Diário Oficial do Município em 27/06/2025, Edição 3307, **TORNA PÚBLICO a trigéssima quarta convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMAS/SEMUCI visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 001.2/2025, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 02 de julho de 2026, com horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.**

ASSISTENTE SOCIAL PARA PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS DE CARÁTER TEMPORÁRIO							
Nº inscrição	Nome do candidato	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	TOTAL	Classificação
041	ROSE MARIA GUIMARÃES DA SILVA	100	0	0	75	175	27ª
076	MARIA EDUARDA HANREJSKOW	100	10	0	50	160	28ª
147	CIRLENE KONCERUK KONOPKA	100	50	0	0	150	29º

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:
a. Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;
b. Carteira de Identidade – RG (cópia);
c. Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);
d. PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);
e. Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;
f. Título de Eleitor (cópia);
g. Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);
h. Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);
i. Certidão de Casamento (se couber, cópia);
j. Certidão de Divórcio (se couber, cópia);
k. Comprovante de endereço atual (cópia);
l. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;
m. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;
n. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);
o. Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);
p. Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo

de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;
q. Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;
r. O cargo em Serviço Social, Psicologia, Terapia Ocupacional, Oficineiro(a) Práticas Corporais, Oficineiro(a) Práticas Esportivas, Oficineiro(a) Pilates, Oficineiro(a) de Natação e Hidroginástica, deverão apresentar declaração ou documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;
s. Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), dentro do prazo de validade, para os candidatos convocados à função de Motorista;
t. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.
u. Declaração de Entrega dos Documentos Comprobatórios, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação.

A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

FRANCIELI DWULATKA
Decreto nº 420/2025
Presidente do PSS

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:9AD21C5A

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 002.25/2026 – 21ª CONVOCAÇÃO

Irati, 30 de junho de 2026.

A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 588/2025, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 703/2025 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Gerson Arnold; Membros: Francieli Dwulatka e Julio Alberto Bacil Rodrigues) publicados no Diário Oficial do Município em 13/10/2025, Edição 3383, **TORNA PÚBLICO a vigéssima primeira convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMASDH visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 002.1/2025, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 02 de julho de 2026, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.**

Pedagoga							
Nº	**CANDIDATO**	**Grupo I (100)**	**Grupo II (100)**	**Grupo III (50)**	**Grupo IV (250)**	**TOTAL**	**Classif.**
178	LARISSA DE FÁTIMA CHAVES	50	90	0	117	257	11ª
202	TAINÁ APARECIDA TEIXEIRA	0	20	0	233	253	12ª

Visitador Social							
Nº	**CANDIDATO**	**Grupo I (100)**	**Grupo II (100)**	**Grupo III (50)**	**Grupo IV (250)**	**TOTAL**	**Classif.**
258	ANA HUL	0	100	0	67	167	7ª

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:

a) Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;
b) Carteira de Identidade – RG (cópia);
c) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);
d) PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);
e) Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;
f) Título de Eleitor (cópia);
g) Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);
h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);
i) Certidão de Casamento (se couber, cópia);
j) Certidão de Divórcio (se couber, cópia);
k) Comprovante de endereço atual (cópia);
l) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;
m) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;
n) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);

o) Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, conforme ANEXO e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);
p) Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;
q) Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;
r) O cargo de Terapeuta Ocupacional deverá apresentar documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;
s) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.

A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

GERSON ARNOLD
Decreto nº 703/2025
Presidente do PSS

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:2B2479CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

MUNICIPIO DE ITAMBE
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2027

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4o, § 2o, inciso IV, alínea "a")			R$ 1,00
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI)=(IV-V)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI)=(IX-X)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XIII + XIV)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX)=(XVII-XVIII)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 17/abr/2026 as 09h e 39m.
NOTA:
1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.
2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1° ao 5° bimestre) e a despesa empenhada (no 6° bimestre).

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:48D06538

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNICIPIO DE ITAMBE
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2027

Consolidado						
AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art.4o, § 2o, inciso V)						R$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	
IPTU	Outros Benefícios	TRIBUTAÇÃO	65.000,00	60.000,00	65.000,00	REAJUSTE INFLAÇÃO
ITBI	Outros Benefícios	TRIBUTAÇÃO	10.000,00	10.000,00	10.000,00	REAJUSTE INFLAÇÃO
ISS	Anistia	TRIBUTAÇÃO	10.000,00	10.000,00	10.000,00	REAJUSTE INFLAÇÃO
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	Outros Benefícios	TRIBUTAÇÃO	15.000,00	15.000,00	15.000,00	REAJUSTE INFLAÇÃO
TAXAS	Outros Benefícios	TRIBUTAÇÃO	5.000,00	5.000,00	5.000,00	REAJUSTE INFLAÇÃO
COSIP	Outros Benefícios	TRIBUTAÇÃO	5.000,00	5.000,00	5.000,00	REAJUSTE INFLAÇÃO
TOTAL			**110.000,00**	**105.000,00**	**110.000,00**	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 17/abr/2026 as 09h e 39m.						

Itambe 17 de abril de 2026

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:B8C367E1

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICIPIO DE ITAMBE						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
2027						
Consolidado						
AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)						R$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	50.526.155,89	100,00	42.142.319,72	100,00	37.559.392,78	100,00
TOTAL	**50.526.155,89**	**100,00**	**42.142.319,72**	**100,00**	**37.559.392,78**	**100,00**
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		%		%		%
		0,00		0,00		0,00
TOTAL		**0,00**		**0,00**		**0,00**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 17/abr/2026 as 09h e 38m.						

ITAMBE 17 de abril de 2026

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:DE1D7B6A

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICIPIO DE ITAMBE	
Estado do Paraná	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
2027	
Consolidado	
AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art.4o, § 2o, inciso V)	R$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto para 2027
Aumento Permanente da Receita	43.025.473,85
(-) Transferencias Constitucionais	31.952.100,11
(-) Transferências ao FUNDEF	5.121.342,33
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	5.952.031,41
Reducao Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	5.952.031,41
Saldo Utilizado (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC PPP	0,00
Margem Liquida de Expansao de DOCC (V)=(III-IV)	5.952.031,41
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 17/abr/2026 as 09h e 40m.	

Itambe 17 de abril de 2026

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:F4B3313D

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS I A - RECEITAS

MUNICIPIO DE ITAMBE
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I a – RECEITAS

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2027
Consolidado

Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	45.736.374,12	
2025	49.562.104,84	108,36
2026	30.414.704,87	61,37
2027	31.952.100,11	105,05
2028	33.596.355,11	105,15
2029	35.277.480,38	105,00
Nota:		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	4.771.783,60	
2025	5.127.361,38	107,45
2026	1.752.613,11	34,18
2027	1.840.243,76	105,00
2028	1.932.255,95	105,00
2029	2.028.868,75	105,00
Nota:		
Contribuições		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	892.129,18	
2025	885.812,97	99,29
2026	62.370,20	7,04
2027	65.488,49	105,00
2028	68.762,92	105,00
2029	72.201,07	105,00
Nota:		
Receita Patrimonial		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	744.859,15	
2025	1.117.691,65	150,05
2026	302.856,94	27,10
2027	317.999,79	105,00
2028	333.899,78	105,00
2029	350.594,77	105,00
Nota:		
Aplicações Financeiras		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	726.146,23	
2025	1.103.631,17	151,98
2026	91.178,04	8,26
2027	95.736,94	105,00
2028	100.523,79	105,00
2029	105.549,98	105,00
Nota:		
Outras Receitas Patrimoniais		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	18.712,92	
2025	14.060,48	75,14
2026	211.678,90	1.505,49
2027	222.262,85	105,00
2028	233.375,99	105,00
2029	245.044,79	105,00
Nota:		
Receita de Serviços		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	24.652,21	
2025	63.470,83	257,47
2026	21.150,15	33,32
2027	22.207,66	105,00
2028	23.318,04	105,00
2029	24.483,94	105,00
Nota:		
Transferências Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	38.995.341,90	
2025	42.324.900,04	108,54
2026	26.942.519,49	63,66
2027	28.289.645,48	105,00
2028	29.704.127,74	105,00
2029	31.189.334,13	105,00
Nota:		
Demais Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	307.608,08	
2025	42.867,97	13,94
2026	1.333.194,98	3.110,00
2027	1.416.514,93	106,25
2028	1.533.990,68	108,29
2029	1.611.997,72	105,09
Nota:		
Receitas Correntes Restantes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	307.608,08	

2025	42.867,97	13,94
2026	1.333.194,98	3.110,00
2027	1.416.514,93	106,25
2028	1.533.990,68	108,29
2029	1.611.997,72	105,09
Nota:		
Receitas de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	2.261.982,68	
2025	5.714.715,00	252,64
2026	17.105.198,79	299,32
2027	16.806.454,14	98,25
2028	16.701.561,23	99,38
2029	19.118.273,25	114,47
Nota:		
Operações de Crédito		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	0,00	
2025	0,00	0,00
2026	5.496.626,83	0,00
2027	5.771.458,17	105,00
2028	6.060.031,08	105,00
2029	6.363.032,63	105,00
Nota:		
Alienação de Bens		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	0,00	
2025	0,00	0,00
2026	15.327,06	0,00
2027	16.093,41	105,00
2028	16.898,08	105,00
2029	17.742,98	105,00
Nota:		
Transferências de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	2.261.982,68	
2025	5.714.715,00	252,64
2026	11.593.244,90	202,87
2027	11.018.902,56	95,05
2028	10.624.632,07	96,42
2029	12.737.497,64	119,89
Nota:		
Deduções da Receita		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-5.636.499,12	
2025	-6.065.375,66	0,00
2026	-3.961.028,95	0,00
2027	-4.159.080,40	0,00
2028	-4.367.034,41	0,00
2029	-4.585.386,14	0,00
Nota:		
Renúncia		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-32,62	
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00
2028	0,00	0,00
2029	0,00	0,00
Nota:		
Restituições		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-97,45	
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00
2028	0,00	0,00
2029	0,00	0,00
Nota:		
Descontos Concedidos		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-123.613,98	
2025	-102.337,60	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00
2028	0,00	0,00
2029	0,00	0,00
Nota:		
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-5.512.755,07	
2025	-5.963.038,06	0,00
2026	-3.961.028,95	0,00
2027	-4.159.080,40	0,00
2028	-4.367.034,41	0,00
2029	-4.585.386,14	0,00
Nota:		
Itambe 17 de abril de 2026		

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:2A4D976B

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS II A - DESPESA

MUNICIPIO DE ITAMBE		
Estado do Paraná		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS		
II a - DESPESA		
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF		
Consolidado		
DESPESAS CORRENTES		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	37.811.744,00	
2025	40.802.632,92	107,91
2026	41.895.706,06	102,68
2027	41.490.287,45	99,03
2028	43.760.171,43	105,47
2029	46.150.923,07	105,46
Nota:		
Pessoal e Encargos Sociais		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	18.844.560,40	
2025	19.907.321,44	105,64
2026	23.565.876,40	118,38
2027	24.514.756,70	104,03
2028	25.967.252,23	105,92
2029	27.396.518,50	105,50
Nota:		
Juros e Encargos da Dívida		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	0,00	
2025	0,00	0,00
2026	5.000,00	0,00
2027	23.153,00	463,06
2028	24.311,00	105,00
2029	25.527,00	105,00
Nota:		
Outras Despesas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	18.967.183,60	
2025	20.895.311,48	110,17
2026	18.324.829,66	87,70
2027	16.952.377,75	92,51
2028	17.768.608,20	104,81
2029	18.728.877,57	105,40
Nota:		
DESPESAS DE CAPITAL		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	3.296.175,87	
2025	7.310.636,07	221,79
2026	930.900,00	12,73
2027	2.397.153,40	257,51
2028	1.376.425,50	57,42
2029	2.559.137,42	185,93
Nota:		
Investimentos		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	3.228.127,47	
2025	7.239.227,15	224,25
2026	858.900,00	11,86
2027	2.281.390,40	265,62
2028	1.254.873,50	55,00
2029	2.431.507,42	193,77
Nota:		
Inverções Financeiras		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	0,00	
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00
2028	0,00	0,00
2029	0,00	0,00
Nota:		
Amortização da Dívida		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	68.048,40	
2025	71.408,92	104,94
2026	72.000,00	100,83
2027	115.763,00	160,78
2028	121.552,00	105,00
2029	127.630,00	105,00
Nota:		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	0,00	
2025	0,00	0,00
2026	401.468,65	0,00
2027	348.033,00	86,69
2028	365.435,00	105,00
2029	383.707,00	105,00
Nota:		

ITAMBE 17 de abril de 2026

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:EB00B917

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS II - DESPESAS

MUNICIPIO DE ITAMBE						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS						
II - DESPESAS						
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF						
2027						
Consolidado						R$
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2024	2025	2026	2027	2028	2029
DESPESAS CORRENTES (I)	37.811.744,00	40.802.632,92	41.895.706,06	41.490.287,45	43.760.171,43	46.150.923,07
Pessoal e Encargos Sociais	18.844.560,40	19.907.321,44	23.565.876,40	24.514.756,70	25.967.252,23	27.396.518,50
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	5.000,00	23.153,00	24.311,00	25.527,00
Outras Despesas Correntes	18.967.183,60	20.895.311,48	18.324.829,66	16.952.377,75	17.768.608,20	18.728.877,57
DESPESAS DE CAPITAL (II	3.296.175,87	7.310.636,07	930.900,00	2.397.153,40	1.376.425,50	2.559.137,42
Investimentos	3.228.127,47	7.239.227,15	858.900,00	2.281.390,40	1.254.873,50	2.431.507,42
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	68.048,40	71.408,92	72.000,00	115.763,00	121.552,00	127.630,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (III	0,00	0,00	401.468,65	348.033,00	365.435,00	383.707,00
TOTAL(IV=(I+II+III)	**41.107.919,87**	**48.113.268,99**	**43.228.074,71**	**44.235.473,85**	**45.502.031,93**	**49.093.767,49**

ITAMBE 17 de abril de 2026
Comentários
-

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:EE7AC150

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS III - RESULTADO PRIMÁRIO

MUNICIPIO DE ITAMBE						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS						
III - RESULTADO PRIMÁRIO						
Art4º,§ 2º,incisoIIdaLRF						
2027						R$
Consolidado						
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2024	2025	2026	2027	2028	2029
RECEITAS CORRENTES (I)	45.736.374,12	49.562.104,84	30.414.704,87	31.952.100,11	33.596.355,11	35.277.480,38
Receita Tributária	4.771.783,60	5.127.361,38	1.752.613,11	1.840.243,76	1.932.255,95	2.028.868,75
Receita de Contribuições	892.129,18	885.812,97	62.370,20	65.488,49	68.762,92	72.201,07
Receita Patrimonial	744.859,15	1.117.691,65	302.856,94	317.999,79	333.899,78	350.594,77
Aplicações Financeiras (II)	726.146,23	1.103.631,17	91.178,04	95.736,94	100.523,79	105.549,98
Outras Receitas Patrimoniais	18.712,92	14.060,48	211.678,90	222.262,85	233.375,99	245.044,79
Receita de Serviços	24.652,21	63.470,83	21.150,15	22.207,66	23.318,04	24.483,94
Transferências Correntes	38.995.341,90	42.324.900,04	26.942.519,49	28.289.645,48	29.704.127,74	31.189.334,13
Demais Receitas Correntes	307.608,08	42.867,97	1.333.194,98	1.416.514,93	1.533.990,68	1.611.997,72
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	307.608,08	42.867,97	1.333.194,98	1.416.514,93	1.533.990,68	1.611.997,72
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	45.010.227,89	48.458.473,67	30.323.526,83	31.856.363,17	33.495.831,32	35.171.930,40
RECEITAS DE CAPITAL (V)	2.261.982,68	5.714.715,00	17.105.198,79	16.806.454,14	16.701.561,23	19.118.273,25
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	5.496.626,83	5.771.458,17	6.060.031,08	6.363.032,63
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VIII)	0,00	0,00	15.327,06	16.093,41	16.898,08	17.742,98
Transferências de Capital	2.261.982,68	5.714.715,00	11.593.244,90	11.018.902,56	10.624.632,07	12.737.497,64
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Fiscais de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	2.261.982,68	5.714.715,00	11.593.244,90	11.018.902,56	10.624.632,07	12.737.497,64
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-5.636.499,12	-6.065.375,66	-3.961.028,95	-4.159.080,40	-4.367.034,41	-4.585.386,14
Renúncia	-32,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	-97,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	-123.613,98	-102.337,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	-5.512.755,07	-5.963.038,06	-3.961.028,95	-4.159.080,40	-4.367.034,41	-4.585.386,14

Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX -X)	41.635.711,45	48.107.813,01	37.955.742,78	38.716.185,33	39.753.428,98	43.324.041,90
DESPESAS CORRENTES (XII)	37.811.744,00	40.802.632,92	41.895.706,06	41.490.287,45	43.760.171,43	46.150.923,07
Pessoal e Encargos Sociais	18.844.560,40	19.907.321,44	23.565.876,40	24.514.756,70	25.967.252,23	27.396.518,50
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	0,00	0,00	5.000,00	23.153,00	24.311,00	25.527,00
Outras Despesas Correntes	18.967.183,60	20.895.311,48	18.324.829,66	16.952.377,75	17.768.608,20	18.728.877,57
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	37.811.744,00	40.802.632,92	41.890.706,06	41.467.134,45	43.735.860,43	46.125.396,07
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	3.296.175,87	7.310.636,07	930.900,00	2.397.153,40	1.376.425,50	2.559.137,42
Investimentos	3.228.127,47	7.239.227,15	858.900,00	2.281.390,40	1.254.873,50	2.431.507,42
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	68.048,40	71.408,92	72.000,00	115.763,00	121.552,00	127.630,00
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	3.228.127,47	7.239.227,15	858.900,00	2.281.390,40	1.254.873,50	2.431.507,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	401.468,65	348.033,00	365.435,00	383.707,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	41.039.871,47	48.041.860,07	43.151.074,71	44.096.557,85	45.356.168,93	48.940.610,49
DESPESA TOTAL	41.107.919,87	48.113.268,99	43.228.074,71	44.235.473,85	45.502.031,93	49.093.767,49
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	595.839,98	65.952,94	-5.195.331,93	-5.380.372,52	-5.602.739,95	-5.616.568,59
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	1.321.986,21	1.169.584,11	-5.109.153,89	-5.307.788,58	-5.526.527,16	-5.536.545,61
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 17/abr/2026 as 09h e 28m.						

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:45212C7B

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS I - RECEITAS

MUNICIPIO DE ITAMBE						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS						
I - RECEITAS						
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF						
2027						
Consolidado						R$
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Receitas Correntes	45.736.374,12	49.562.104,84	30.414.704,87	31.952.100,11	33.596.355,11	35.277.480,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.771.783,60	5.127.361,38	1.752.613,11	1.840.243,76	1.932.255,95	2.028.868,75
Contribuições	892.129,18	885.812,97	62.370,20	65.488,49	68.762,92	72.201,07
Receita Patrimonial	744.859,15	1.117.691,65	302.856,94	317.999,79	333.899,78	350.594,77
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	24.652,21	63.470,83	21.150,15	22.207,66	23.318,04	24.483,94
Transferências Correntes	38.995.341,90	42.324.900,04	26.942.519,49	28.289.645,48	29.704.127,74	31.189.334,13
Demais Receitas Correntes	307.608,08	42.867,97	1.333.194,98	1.416.514,93	1.533.990,68	1.611.997,72
Receitas de Capital	2.261.982,68	5.714.715,00	17.105.198,79	16.806.454,14	16.701.561,23	19.118.273,25
Operações de Crédito	0,00	0,00	5.496.626,83	5.771.458,17	6.060.031,08	6.363.032,63
Alienação de Bens	0,00	0,00	15.327,06	16.093,41	16.898,08	17.742,98
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.261.982,68	5.714.715,00	11.593.244,90	11.018.902,56	10.624.632,07	12.737.497,64
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções da Receita	-5.636.499,12	-6.065.375,66	-3.961.028,95	-4.159.080,40	-4.367.034,41	-4.585.386,14
Renúncia	-32,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	-97,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	-123.613,98	-102.337,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	-5.512.755,07	-5.963.038,06	-3.961.028,95	-4.159.080,40	-4.367.034,41	-4.585.386,14
Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**42.361.857,68**	**49.211.444,18**	**43.558.874,71**	**44.599.473,85**	**45.930.881,93**	**49.810.367,49**
Comentários						
-						

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:54AF5D71

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO NOMINAL

MUNICIPIO DE ITAMBE						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS						
IV - RESULTADO NOMINAL						
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF						
2027						
Consolidado						R$
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2024 b	2025 c	2026 d	2027 e	2028 f	2029 g
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	309.549,22	238.140,30	210.158,15	231.173,96	254.291,36	279.720,50
DEDUÇÕES (II)	8.215.236,43	10.829.185,34	9.560.478,12	10.516.525,93	11.568.178,53	12.724.996,38
Ativo Disponível	8.240.705,11	11.125.152,99	9.856.445,77	10.842.090,35	11.926.299,38	13.118.929,32
Haveres Financeiros	24.323,60	23.923,60	23.923,60	26.315,96	28.947,56	31.842,31
(-) Restos a Pagar Processados	49.792,28	319.891,25	319.891,25	351.880,38	387.068,41	425.775,25
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-7.905.687,21	-10.591.045,04	-9.350.319,97	-10.285.351,97	-11.313.887,16	-12.445.275,88
RESULTADO NOMINAL	(b - a*) -1.887.424,82	(c - b) -2.685.357,83	(d - c) 1.240.725,07	(d - e) -935.032,00	(f - e) -1.028.535,20	(g - f) -1.131.388,72

Notas

-

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2023 (-R$ 6,018,262.39)

Itambe 17 de abril de 2026

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:23A899A5

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

MUNICIPIO DE ITAMBE							
Estado do Paraná							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS							
V - Montante da Dívida Pública							
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF							
2027							
Consolidado							R$
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	377.597,62	309.549,22	238.140,30	210.158,15	231.173,96	254.291,36	279.720,50
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	377.597,62	309.549,22	238.140,30	210.158,15	231.173,96	254.291,36	279.720,50
DEDUÇÕES (II)	6.395.860,01	8.215.236,43	10.829.185,34	9.560.478,12	10.516.525,93	11.568.178,53	12.724.996,38
Ativo Disponível	7.562.675,14	8.240.705,11	11.125.152,99	9.856.445,77	10.842.090,35	11.926.299,38	13.118.929,32
Haveres Financeiros	23.923,60	24.323,60	23.923,60	23.923,60	26.315,96	28.947,56	31.842,31
(-) Restos a Pagar Processados	1.190.738,73	49.792,28	319.891,25	319.891,25	351.880,38	387.068,41	425.775,25
DCL (III) = (I - II)	-6.018.262,39	-7.905.687,21	-10.591.045,04	-9.350.319,97	-10.285.351,97	-11.313.887,16	-12.445.275,88

Itambe 17 de abril de 2026

Comentários

-

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:BCD61503

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICIPIO DE ITAMBE						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL						
Art 4º,§ 2º, inciso II da LRF						
2027						
Consolidado						R$
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2024	2025	2026	2027	2028	2029
RECEITAS CORRENTES (I)	45.736.374,12	49.562.104,84	30.414.704,87	31.952.100,11	33.596.355,11	35.277.480,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.771.783,60	5.127.361,38	1.752.613,11	1.840.243,76	1.932.255,95	2.028.868,75
Receita de Contribuições	892.129,18	885.812,97	62.370,20	65.488,49	68.762,92	72.201,07
Receita Patrimonial	744.859,15	1.117.691,65	302.856,94	317.999,79	333.899,78	350.594,77
Aplicações Financeiras (II)	726.146,23	1.103.631,17	91.178,04	95.736,94	100.523,79	105.549,98
Outras Receitas Patrimoniais	18.712,92	14.060,48	211.678,90	222.262,85	233.375,99	245.044,79
Receita de Serviços	24.652,21	63.470,83	21.150,15	22.207,66	23.318,04	24.483,94
Transferências Correntes	38.995.341,90	42.324.900,04	26.942.519,49	28.289.645,48	29.704.127,74	31.189.334,13
Demais Receitas Correntes	307.608,08	42.867,97	1.333.194,98	1.416.514,93	1.533.990,68	1.611.997,72
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas Correntes Restantes	307.608,08	42.867,97	1.333.194,98	1.416.514,93	1.533.990,68	1.611.997,72
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	45.010.227,89	48.458.473,67	30.323.526,83	31.856.363,17	33.495.831,32	35.171.930,40
RECEITAS DE CAPITAL (V)	2.261.982,68	5.714.715,00	17.105.198,79	16.806.454,14	16.701.561,23	19.118.273,25
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	5.496.626,83	5.771.458,17	6.060.031,08	6.363.032,63
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	15.327,06	16.093,41	16.898,08	17.742,98
Alienação de Ativos (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.261.982,68	5.714.715,00	11.593.244,90	11.018.902,56	10.624.632,07	12.737.497,64
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	2.261.982,68	5.714.715,00	11.593.244,90	11.018.902,56	10.624.632,07	12.737.497,64
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-5.636.499,12	-6.065.375,66	-3.961.028,95	-4.159.080,40	-4.367.034,41	-4.585.386,14
Renúncia	-32,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	-97,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	-123.613,98	-102.337,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	-5.512.755,07	-5.963.038,06	-3.961.028,95	-4.159.080,40	-4.367.034,41	-4.585.386,14
Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX -X)	**41.635.711,45**	**48.107.813,01**	**37.955.742,78**	**38.716.185,33**	**39.753.428,98**	**43.324.041,90**
RECEITA TOTAL (I + V)	**42.361.857,68**	**49.211.444,18**	**43.558.874,71**	**44.599.473,85**	**45.930.881,93**	**49.810.367,49**
DESPESAS CORRENTES (XII)	37.811.744,00	40.802.632,92	41.895.706,06	41.490.287,45	43.760.171,43	46.150.923,07
Pessoal e Encargos Sociais	18.844.560,40	19.907.321,44	23.565.876,40	24.514.756,70	25.967.252,23	27.396.518,50
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	0,00	0,00	5.000,00	23.153,00	24.311,00	25.527,00
Outras Despesas Correntes	18.967.183,60	20.895.311,48	18.324.829,66	16.952.377,75	17.768.608,20	18.728.877,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	37.811.744,00	40.802.632,92	41.890.706,06	41.467.134,45	43.735.860,43	46.125.396,07
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	3.296.175,87	7.310.636,07	930.900,00	2.397.153,40	1.376.425,50	2.559.137,42
Investimentos	3.228.127,47	7.239.227,15	858.900,00	2.281.390,40	1.254.873,50	2.431.507,42
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	68.048,40	71.408,92	72.000,00	115.763,00	121.552,00	127.630,00
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	3.228.127,47	7.239.227,15	858.900,00	2.281.390,40	1.254.873,50	2.431.507,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	401.468,65	348.033,00	365.435,00	383.707,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	**41.039.871,47**	**48.041.860,07**	**43.151.074,71**	**44.096.557,85**	**45.356.168,93**	**48.940.610,49**
DESPESA TOTAL	**41.107.919,87**	**48.113.268,99**	**43.228.074,71**	**44.235.473,85**	**45.502.031,93**	**49.093.767,49**
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	**595.839,98**	**65.952,94**	**-5.195.331,93**	**-5.380.372,52**	**-5.602.739,95**	**-5.616.568,59**
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	**1.321.986,21**	**1.169.584,11**	**-5.109.153,89**	**-5.307.788,58**	**-5.526.527,16**	**-5.536.545,61**
Dívida Consolidada	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2024	2025	2026	2027	2028	2029
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	309.549,22	238.140,30	210.158,15	231.173,96	254.291,36	279.720,50
DEDUÇÕES (II)	8.215.236,43	10.829.185,34	9.560.478,12	10.516.525,93	11.568.178,53	12.724.996,38
Ativo Disponível	8.240.705,11	11.125.152,99	9.856.445,77	10.842.090,35	11.926.299,38	13.118.929,32
Haveres Financeiros	24.323,60	23.923,60	23.923,60	26.315,96	28.947,56	31.842,31
(-) Restos a Pagar Processados	49.792,28	319.891,25	319.891,25	351.880,38	387.068,41	425.775,25
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-7.905.687,21	-10.591.045,04	-9.350.319,97	-10.285.351,97	-11.313.887,16	-12.445.275,88
RESULTADO NOMINAL	-1.887.424,82	-2.685.357,83	1.240.725,07	-935.032,00	-1.028.535,20	-1.131.388,72
* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2023 (-R$ 6,018,262.39)						
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 17/abr/2026 as 09h e 30m.						

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:33F24FCF

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICIPIO DE ITAMBE			
Estado do Paraná			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVO			
2027			
Consolidado			
AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS	2025 (a)	2024 (b)	2023 (c)
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I	18.096,24	17.493,32	57.589,76
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	18.096,24	17.493,32	57.589,76
Total	**18.096,24**	**17.493,32**	**57.589,76**
DESPESAS EXECUTADAS	2025 (d)	2024 (e)	2023 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II	250.000,00	0,00	572.754,68
DESPESAS DE CAPITAL	250.000,00	0,00	572.754,68
Investimentos	250.000,00	0,00	572.754,68
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	**250.000,00**	**0,00**	**572.754,68**
SALDO FINANCEIRO	2025 (g) = ((Ia-IId)+ IIIh	2024 (h) = ((Ib-IIe)+ IIIi	2023 (i) = (Ic - IIf)
VALOR (III)	-729.575,36	-497.671,60	-515.164,92
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 17/abr/2026 as 09h e 38m.			

Itambe 17 de abril de 2026

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:25A4E764

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICIPIO DE ITAMBE								
Estado do Paraná								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS								
ANEXO DE METAS FISCAIS								
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR								
2027								
Consolidado								
AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art.4o, § 2o, inciso I)								R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**Metas Previstas 2025 (a)**	**% PIB**	**% RCL**	**Metas Realizadas 2025 (b)**	**% PIB**	**% RCL**	**Variação**	
							Valor (c) = (b - a)	**% (c/a) x 100**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	39.097.105,32	0,000	155,29	49.211.444,18	0,000	195,46	10.114.338,86	25,87
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	33.775.386,39	0,000	134,15	48.107.813,01	0,000	191,07	14.332.426,62	42,43
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	39.097.105,32	0,000	155,29	48.113.268,99	0,000	191,10	9.016.163,67	23,06
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	39.010.705,32	0,000	154,94	48.041.860,07	0,000	190,81	9.031.154,75	23,15
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-5.235.318,93	0,000	-20,79	65.952,94	0,000	0,26	5.301.271,87	-101,26
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-5.235.318,93	0,000	-20,794	65.952,94	0,000	0,26	5.301.271,87	-101,26
Dívida Pública Consolidada (DC)	238.140,30	0,000	0,95	238.140,30	0,000	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada Líquida (DCL)	-10.591.045,04	0,000	-42,07	-10.361.626,91	0,000	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 17/abr/2026 as 09h e 35m.								
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, no cálculo do Resultado Primário (SEM RPPS) - acima da linha, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS. Estas serão apresentadas de forma apartada, com impacto apenas no cálculo do Resultado Primário (COM RPPS) - acima da linha, para fins de transparência. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Nominal (SEM RPPS) - abaixo da linha.								

		R$ 1,00
Parâmetros	**Valor Previsto 2025**	**Valor Realizado 2025**
PIB Nominal	**0,00**	**0,00**
Receita Corrente Líquida - RCL	**132.253,00**	**43.496.729,18**

ITAMBE 17 de abril de 2026

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:6BDDC1AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 147/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 147/2026
DATA: 26.06.2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapejara D´Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 4° inciso VI da LOA - Lei Orçamentária Anual nº 2239/2025 de 02.12.2025 e artigo 50º incisos I e II da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2232/2025 de 04.11.2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, destinados ao suporte das despesas no valor de R$ 7.810.000,00 (sete milhões e oitocentos e dez mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0700	Departamento de Saúde		
0702	Fundo Municipal de Saúde		
103020021.2.028	Consórcio Interm de Saúde - Conims		
3.3.71.70	Rateio pela Participação Consórcio Público	380	8.000,00
3.3.71.70	Rateio pela Participação Consórcio Público 2830	995	700,00
3.3.71.70	Rateio pela Participação Consórcio Público 2831	996	300,00
3.3.71.70	Rateio pela Participação Consórcio Público 2832	997	7.000,00
3.3.71.70	Rateio pela Participação Consórcio Público 2833	998	15.000,00
1000	Depto Municipal De Cultura E Turismo		
1001	Divisão De Promoção Cultural E Turismo		
13.392.0018.2.051	Manutenção da Unidade de Desenv Cultural		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros PF	1093	64.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros PJ	1093	45.000,00
11.00	Departamento de Urbanismo		

11.01	Divisão de Urbanismo		
154510012.1.047	Obras, Equipamentos e Investimentos		
4.4.90.51	Obras e Instalações	1048	70.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações (2898)	912	1.000.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações (2899)	911	5.000.000,00
06.00	Depto de Educação e Esportes		
06.02	Fundo Man. Desenv. Ens. Fund. Val. Mag.		
123610013.2.019	Manutenção da Unidade 30% FUNDEB		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	1100	200.000,00
123650016.2.021	Manutenção 70% Educ Infantil		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	1102	800.000,00
123610013.2.020	Manutenção da Unidade 70% FUNDEB		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	101	600.000,00
TOTAL R$ 7.810.000,00			

Art. 2º - Para cobertura dos créditos a serem abertos em conformidade com a autorização do artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação no valor de no valor de R$ 7.810.000,00 (sete milhões e oitocentos e dez mil reais), conforme dispõe o § 1º, II do art. 43 da Lei Federal 4320/1964 de 17.03.1964, especificados abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
1.3.2.1.01.1.1.03	Rendimentos Saúde (225)	380	8.000,00
1.3.2.1.01.1.1.03	Rendimentos Saúde (258)	995	700,00
1.3.2.1.01.1.1.03	Rendimentos Saúde (260)	996	300,00
1.3.2.1.01.1.1.03	Rendimentos Saúde (262)	997	7.000,00
1.3.2.1.01.1.1.0319	Rendimentos Saúde (264)	998	15.000,00
1.3.2.1.01.1.1.05	Rendimento Outros (209)	1093	1.609,63
1.7.1.9.60.0.1	Transf. Pol. Nac Lei Aldir Blanc (208)	1093	107.390,37
1.3.2.1.01.1.1.05	Rendimento Outros (230)	1048	70.000,00
2.4.2.2.99.0.1.11	Conv. Pav. Asfáltica (270)	912	1.000.000,00
2.4.2.2.99.0.1.11	Conv. Pav. Asfáltica (272)	911	5.000.000,00
1.7.1.5.53.0.1	Transf. Rec Fundeb Matriculas ETI	101	600.000,00
1.7.1.5.50.0.1	Transf. Rec Fundeb VAAT 70% (234)	1102	800.000,00
1.7.1.5.50.0.1	Transf. Rec Fundeb VAAT 15% (235)	1100	200.000,00
TOTAL R$ 7.810.000,00			

Art. 3º - Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 2232/2025 de 04.11.2025 - LDO e Lei n° 2221/2025 do PPA 2026/2029.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 26 (vinte e seis) do mês de junho de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:4D17387E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025 (PD Nº 3217/2025).
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
FORNECEDOR: L H COMERCIO DE TUBOS E MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME, CNPJ SOB Nº 26.773.397/0001-48, REPRESENTADA POR SUA PROCURADORA, SRA. ANA MAURA FILIPAK.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, ITENS 7, 8, 10, 11, 23, 27, 28 E 37.
REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 847/2026 (PD 13731/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE E O PARECER JURÍDICO Nº 538/2026/PGM.
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 220/2025, POR MAIS 12 MESES, A PARTIR DE 26.07.2026 ATÉ 25.07.2027 OBSERVADA A VIGÊNCIA MÁXIMA PERMITIDA, NOS TERMOS DO ART. 84 DA LEI N° 14.133, DE 2021, CONFORME PREVISTO NO ITEM 6.1 DA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, BEM COMO A RENOVAÇÃO LIMITADA AO SALDO REMANESCENTE, CONFORME TABELA ABAIXO DISCRIMINADA:
ITENS

ITEM	CAT MAT	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
7		TUBO DE CONCRETO ARMADO PA1 COM 120CM DIÂMETRO X 100CM COMPRIMENTO. CARGA MÍNIMA DE RUPTURA DE 90 KN/M. ESPESSURA MÍNIMA DA PAREDE DE 11 CM. ARMADURA MÍNIMA 1 X TELA MF 196. APRESENTAR ART DE FORNECIMENTO. OS TUBOS DEVEM ATENDER AOS VALORES DE DIMENSÕES, TOLERÂNCIAS E JUNTAS CONFORME A TABELA 4.1 DA NORMA 8890/2003. OS TUBOS QUEBRADOS EM TRANSPORTE OU DESCARGA, TUBOS COM ENCAIXES QUEBRADOS, COM	UNID.	153	R$ 528,30	R$ 80.829,90

		TRINCAS OU MÁ APARÊNCIA DE ACABAMENTO DEVERÃO SER SUBSTITUÍDOS MARCA PRÓPRIA				
8		TUBO DE CONCRETO ARMADO PA1 COM 150CM DIÂMETRO X 100CM COMPRIMENTO. CARGA MÍNIMA DE RUPTURA DE 90 KN/M. ESPESSURA MÍNIMA DA PAREDE DE 13 CM. ARMADURA MÍNIMA 2 X TELA MF 196. APRESENTAR ART DE FORNECIMENTO. OS TUBOS DEVEM ATENDER AOS VALORES DE DIMENSÕES, TOLERÂNCIAS E JUNTAS CONFORME A TABELA 4.1 DA NORMA 8890/2003. OS TUBOS QUEBRADOS EM TRANSPORTE OU DESCARGA, TUBOS COM ENCAIXES QUEBRADOS, COM TRINCAS OU MÁ APARÊNCIA DE ACABAMENTO DEVERÃO SER SUBSTITUÍDOS. MARCA PRÓPRIA	UNID.	61	R$ 677,00	R$ 41.297,00
10		ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO. ADUELA / GALERIA DE CONCRETO 1,50 X 1,50 X 1,00 M AS GALERIAS DEVEM ATENDER AOS VALORES DE DIMENSÕES, TOLERÂNCIAS E JUNTAS, CONFORME A NORMA NBR VIGENTE. AS GALERIAS QUEBRADOS EM TRANSPORTE OU DESCARGA, GALERIAS COM ENCAIXES QUEBRADOS, COM TRINCAS OU MÁ APARÊNCIA DE ACABAMENTO DEVERÃO SER SUBSTITUÍDOS. MARCA PRÓPRIA	UNID.	38	R$ 2.100,00	R$ 79.800,00
11		ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO. ADUELA / GALERIA DE CONCRETO 2,00 X 2,00 X 1,00 M ,AS GALERIAS DEVEM ATENDER AOS VALORES DE DIMENSÕES, TOLERÂNCIAS E JUNTAS, CONFORME A NORMA NBR VIGENTE.AS GALERIAS QUEBRADOS EM TRANSPORTE OU DESCARGA, GALERIAS COM ENCAIXES QUEBRADOS, COM TRINCAS OU MÁ APARÊNCIA DE ACABAMENTO DEVERÃO SER SUBSTITUÍDOS. MARCA PRÓPRIA	UNID.	38	R$ 3.312,00	R$ 125.856,00
23		TUBO DE CONCRETO PA1 COM 1,00 M DIÂMETRO X 1,00 M COMPRIMENTO, OS TUBOS DEVEM ATENDER AOS VALORES DE DIMENSÕES, TOLERÂNCIAS E JUNTAS, CONFORME A NORMA NBR VIGENTE. OS TUBOS QUEBRADOS EM TRANSPORTE OU DESCARGA, TUBOS COM ENCAIXES QUEBRADOS, COM TRINCAS OU MÁ APARÊNCIA DE ACABAMENTO DEVERÃO SER SUBSTITUÍDOS. MARCA PRÓPRIA	UNID.	375	R$ 358,80	R$ 134.550,00
27		TUBO DE CONCRETO ARMADO PA1 COM 120CM DIÂMETRO X 100CM COMPRIMENTO. CARGA MÍNIMA DE RUPTURA DE 90 KN/M. ESPESSURA MÍNIMA DA PAREDE DE 11 CM. ARMADURA MÍNIMA 1 X TELA MF 196. APRESENTAR ART DE FORNECIMENTO. OS TUBOS DEVEM ATENDER AOS VALORES DE DIMENSÕES, TOLERÂNCIAS E JUNTAS CONFORME A TABELA 4.1 DA NORMA 8890/2003. OS TUBOS QUEBRADOS EM TRANSPORTE OU DESCARGA, TUBOS COM ENCAIXES QUEBRADOS, COM TRINCAS OU MÁ APARÊNCIA DE ACABAMENTO DEVERÃO SER SUBSTITUÍDOS MARCA PRÓPRIA	UNID.	51	R$ 528,30	R$ 26.943,30
28		TUBO DE CONCRETO ARMADO PA1 COM 150CM DIÂMETRO X 100CM COMPRIMENTO. CARGA MÍNIMA DE RUPTURA DE 90 KN/M. ESPESSURA MÍNIMA DA PAREDE DE 13 CM. ARMADURA MÍNIMA 2 X TELA MF 196. APRESENTAR ART DE FORNECIMENTO. OS TUBOS DEVEM ATENDER AOS VALORES DE DIMENSÕES, TOLERÂNCIAS E JUNTAS CONFORME A TABELA 4.1 DA NORM EM TRANSPORTE OU DESCARGA, TUBOS COM ENCAIXES QUEBRADOS, COM TRINCAS OU MÁ APARÊNCIA DE ACABAMENTO DEVERÃO SER SUBSTITUÍDOS.A 8890/2003. OS TUBOS QUEBRADOS MARCA PRÓPRIA	UNID.	50	R$ 677,00	R$ 33.850,00
37		TUBO DE CONCRETO PA2 COM 2,00 M DIÂMETRO X 1,00 M COMPRIMENTO, OS TUBOS DEVEM ATENDER AOS VALORES DE DIMENSÕES, TOLERÂNCIAS E JUNTAS, CONFORME A NORMA NBR VIGENTE. OS TUBOS QUEBRADOS EM TRANSPORTE OU DESCARGA, TUBOS COM ENCAIXES QUEBRADOS, COM TRINCAS OU MÁ APARÊNCIA DE ACABAMENTO DEVERÃO SER SUBSTITUÍDOS. MARCA PRÓPRIA	UNID.	30	R$ 1.769,00	R$ 53.070,00
SALDO REMANESCENTE TOTAL: R$ 576.196,20						

FICA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 220/2025 PRORROGADO NO QUANTITATIVO DESCRITO NA TABELA DO ITEM 1.1 NO VALOR DE R$ 576.196,20 (QUINHENTOS E SETENTA E SEIS MIL, CENTO E NOVENTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS).
FICAM MANTIDAS E RATIFICADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIGINÁRIA, NAQUILO QUE NÃO CONTRARIEM O PRESENTE TERMO ADITIVO.
DATA: 25/06/2026
DATA ASSINATURA: 26/06/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:39718034

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA - CONTRATO Nº003/2021-PML

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Atestamos, para os devidos fins, que os serviços abaixo descritos foram todos executados de acordo com as exigências contratuais, ainda que parte destes tenha sido prestada sem a devida cobertura contratual, por conta da expiração de seu prazo de vigência, nos seguintes termos:

DADOS DO CONTRATO

Licitação: CC 03/2021;
Objeto: Pavimentação de vias urbanas em CBUQ, área de 13.444,73, incluindo: serviços preliminares; terraplenagem; base e sub-base; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização, sinalização de trânsito; drenagem; e ensaios de controle tecnológico.
Empresa: R. M. RIBAS - OBRAS E SERVICOS - EIRELI
- **Contrato:** 011/2022, assinado em 24/01/2022;
- **Prazos:** execução: 20/04/2025; vigência: 21/12/2025

SERVIÇOS PRESTADOS DENTRO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL (ATÉ 21/12/2025)

Medição	Data	Valor	% valor orig. contratual
1	05/03/2022	R$ 0,00	0%
2	04/04/2022	R$ 0,00	0%
3	04/05/2022	R$ 164.224,28	7,9%
4	03/06/2022	R$ 0,00	0%
5	04/07/2022	R$ 0,00	0%
6	04/08/2022	R$ 60.747,61	2,92%
7	05/09/2022	R$ 0,00	0%
8	05/10/2022	R$ 0,00	0%
9	05/11/2022	R$ 166.732,57	8,02%
10	05/12/2022	R$ 347.138,07	16,69%
11	05/07/2023	R$ 290.842,73	13,98%
12	15/09/2023	R$ 368.333,71	17,71%
13	15/11/2023	R$ 179.611,99	8,64%
14	26/03/2024	R$ 250.376,36	12,04%
15	06/06/2024	R$ 0,00	0%
TOTAL PAGO	**R$ 1.828.007,32**		**87,89%**

SERVIÇOS PRESTADOS FORA DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL (APÓS 21/12/2025)

Discriminação	Situação	Valor	% valor orig. contratual
Saldo do contrato original	Pendente de pagamento	R$ 251.830,60	12,11%
Aditivo de supressão	Pendente de aprovação	R$ 86.115,60	4,15%
TOTAL A PAGAR	**R$ 165.715,10**		**7,96%**

Os serviços acima discriminados foram prestados sem cobertura contratual, porém atestamos que foram executados de acordo com as exigências contratuais. Assim, para evitar enriquecimento ilícito do Município de Loanda, **reconhecemos a dívida que totaliza R$ 165.715,10 (Cento e sessenta e cinco mil setecentos e quinze reais e dez centavos)**, a qual será paga à empresa contratada mediante indenização.

E por ser verdade, firmamos o presente.

Loanda, 08 de junho 2026

EDUARDO BASSAN TARTARI
Engenheiro Civil

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal De Loanda

Ciente,

R. M. Ribas – Obras e Serviços EIRELI
REINALDO MENDES RIBAS

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:00F673B2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 090/2026 - CONCEDE LICENÇA ESPECIAL (LICENÇA PRÊMIO) A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 090/2026

Súmula: Concede Licença Especial (Licença Prêmio) a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede ***Licença Especial (Licença Prêmio)***, aos servidores públicos municipais abaixo elencados, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, ocupante dos respectivos cargos, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
1684 JUSCELINO KUBISTCHEK PIRES	02/04/1996	PADEIRO	01/01/2019	À	31/12/2023	13/07/2026	À	01/08/2026
1931 REGINA APARECIDA DE OLIVEIRA PIRES	29/03/2000	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/01/2019	À	31/12/2023	13/07/2026	À	01/08/2026
95118 ALEXANDRE BATISTÃO	05/05/2015	FARMACÊUTICO/BIOQUIMICO	01/01/2019	À	31/12/2023	06/07/2026	À	25/07/2026
10927 MARIA OLGA SANTOS	01/02/2012	GARI	16/08/2020	À	15/08/2025	01/07/2026	À	29/08/2026
96500 ANDERSON HENRIQUE DE CALDAS	05/12/2019	MOTORISTA CAT D	05/12/2019	À	04/12/2024	13/07/2026	À	27/07/2026
95395 MARISA DE LOURDES WOLF	02/03/2017	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01/01/2019	À	31/12/2023	27/07/2026	À	24/09/2026

96782 WILIAN FERNANDES DE OLIVEIRA	02/03/2020	MATORISTA CAT D	02/03/2020	À	01/03/2025	13/07/2026	À	01/08/2026
95166 MAYARA GORETE LESSA	17/08/2015	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/01/2019	À	31/12/2023	06/07/2026	À	04/08/2026
96916 REGINALDO DA SILVA DE SOUZA	01/04/2021	TRATORISTA	01/04/2021	À	31/03/2026	13/07/2026	À	01/08/2026
2136 ADRIANO RODRIGUES BORGES	22/05/2002	MEDICO VETERINARIO	01/01/2019	À	31/12/2023	13/07/2026	À	01/08/2026
95921 DENIS FERNANDO DOS SANTOS SILVA	01/08/2017	RESGATISTA/SOCORRISTA	01/01/2019	À	31/12/2023	14/07/2026	À	02/08/2026
96415 NAYARA PAULA DE CAMPOS	14/10/2019	GARI	21/12/2019	À	19/12/2024	13/07/2026	À	01/08/2026
1348 PAULO SERGIO GREGO	02/04/1996	MOTORISTA CAT D	01/01/2019	À	31/12/2023	13/07/2026	À	01/08/2026
94971 PAULO SERGIO PARRA DE CASTRO	17/04/2015	MOTORISTA CAT D	01/01/2019	À	31/12/2023	13/07/2026	À	01/08/2026
10244 ADRIANA VIDAL GONÇALVES	14/08/2006	GARI	01/01/2019	À	31/12/2023	01/07/2026	À	30/07/2026
10791 LUCILENE FERREIRA DE ALMEIDA	01/04/2011	GARI	01/01/2019	À	31/12/2023	13/07/2026	À	01/08/2026
10546 BENEDITO OLIVEIRA SANTOS	01/07/2008	VIGIA	01/01/2019	À	31/12/2023	27/07/2026	À	25/08/2026
10789 MARIA REGINA ALVES SANTOS	01/04/2011	GARI	26/07/2020	À	25/07/2025	27/07/2026	À	25/08/2026
10119 LUCIANA APARECIDA VICENTE	11/08/2005	GARI	01/01/2019	À	31/12/2023	13/07/2026	À	01/08/2026
2091 ELISABETE DOS SANTOS SILVA	02/05/2002	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/01/2019	À	31/12/2023	13/07/2026	À	11/08/2026
10763 MARIVALDO TELES RIBEIRO	01/03/2011	VIGIA	01/01/2019	À	31/12/2023	13/07/2026	À	01/08/2026
10649 JULIANA CRISTIANE DONHA	01/02/2011	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01/01/2019	À	31/12/2023	08/07/2026	À	27/07/2026
96490 RONISE MARTINS COLARES	04/11/2019	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	04/11/2019	À	03/11/2024	08/07/2026	À	27/07/2026
96468 LUCIANO ANTONIO SOARES	04/11/2019	MOTORISTA CAT E	04/11/2019	À	03/11/2024	01/07/2026	À	30/07/2026
95339 LUCILENE ALVES DE SOUZA	20/09/2016	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01/01/2019	À	31/12/2023	27/07/2026	À	25/08/2026
95157 MARCIA BRUNER PARRA	16/07/2015	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01/01/2019	À	31/12/2023	06/07/2026	À	03/09/2026
10234 VERONICA LACERDA	09/08/2006	GARI	01/01/2019	À	31/12/2023	16/07/2026	À	04/08/2026
10376 APARECIDA GOMES DA SILVA SITA	15/10/2007	GARI	01/01/2019	À	31/12/2023	13/07/2026	A	01/08/2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo nono dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis (29/06/202026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:B96C0894

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 18/2026

SÚMULA: Fixa normas de uso do veículo oficial da Câmara Municipal de Miraselva – PR e adota outras providências.

A Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, aprovou e eu, Valdair Aparecido Palla, Presidente desta Casa Legislativa, promulgo a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º.Esta Resolução fixa as normas para uso do veículo oficial da Câmara Municipal de Miraselva - PR.

Art. 2º. Para os fins desta Resolução, considera-se veículo oficial todo aquele de propriedade da Câmara Municipal de Miraselva, bem como os que estejam à sua disposição, inclusive os locados, cedidos ou vinculados, sob qualquer regime, ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º. O uso do veículo oficial destina-se exclusivamente ao serviço público de âmbito legislativo.

Art. 4º. A condução de veículos oficiais da Câmara Municipal de Miraselva é permitida exclusivamente a vereadores e servidores públicos do Poder Legislativo, respeitado o interesse do serviço e o exercício de suas atribuições.

CAPÍTULO II
DO USO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO

Seção I
Da utilização do veículo

Art. 5º. A utilização do veículo oficial deverá ser precedida de solicitação formal, mediante o preenchimento do formulário constante no Anexo I desta Resolução, a ser apresentado à Presidência da Câmara com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do horário previsto para a partida.

§ 1º. O formulário de que trata o *caput* deste artigo deverá conter todas as informações nele exigidas.

§ 2º. Poderá ser dispensada a exigência do preenchimento dos Anexos I e II e do prazo de antecedência previstos no *caput* para os deslocamentos destinados exclusivamente à manutenção, ao abastecimento, às atividades de emergência e à logística patrimonial, bastando a solicitação e autorização verbal da Presidência.

§ 3º. A dispensa prevista no § 2º também se aplica aos deslocamentos realizados por servidores desta Casa de Leis no exercício de atividades institucionais, administrativas ou operacionais, observada a prévia autorização verbal da Presidência.

§ 4º. Nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º, permanecem obrigatórios o registro do deslocamento no Diário de Bordo (Anexo IV), o controle da quilometragem na forma do art. 18 desta Resolução e o preenchimento do Anexo III nos casos de abastecimento.

Seção II
Do Diário de Bordo

Art. 6º. Fica instituído o Diário de Bordo (Anexo IV), de preenchimento e assinatura obrigatórios pelo condutor sempre que ingressar no veículo oficial para iniciar qualquer deslocamento.

§ 1º. O Diário de Bordo deverá permanecer no interior do veículo, devendo o motorista preencher todas as informações nele constantes.

§ 2º. Ao término de cada mês, o Diário de Bordo preenchido deverá ser recolhido e entregue à administração da Câmara Municipal para fins de arquivamento.

§ 3º. O extravio ou a danificação do Diário de Bordo deverá ser imediatamente comunicado à Presidência, que avaliará as circunstâncias do caso e, se entender pertinente, determinará a lavratura de Boletim de Ocorrência perante a autoridade policial competente, sem prejuízo da apuração administrativa das responsabilidades eventualmente existentes.

Art. 7º. É expressamente vedado:
I – conduzir o veículo oficial sem possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e em categoria compatível com o tipo de veículo;
II – conduzir o veículo oficial sem a devida autorização prévia da Presidência da Câmara Municipal;
III – entregar a direção do veículo a pessoa não autorizada ou que não possua habilitação compatível;
IV – utilizar o veículo oficial para fins particulares, políticos, de lazer ou qualquer atividade alheia ao interesse público;
V – transportar pessoas estranhas aos quadros do Poder Legislativo, salvo em estrito cumprimento de missão oficial ou interesse público devidamente justificado;
VI – transportar servidores e vereadores entre suas residências e o local de trabalho;
VII – transportar caronas, sob qualquer pretexto;
VIII – transportar objetos ou materiais que não guardem relação direta com as atividades legislativas ou de interesse do serviço público;
IX – consumir bebidas alcoólicas, substâncias entorpecentes ou fumar no interior do veículo;
X – afastar-se do veículo, sob qualquer pretexto, sem que este esteja devidamente estacionado e em condições de segurança;
XI – guardar o veículo oficial em residência de servidor ou vereador, salvo por autorização expressa da Presidência em situações excepcionais e justificadas.

Parágrafo único. É vedada a utilização do veículo oficial para deslocamentos dentro do perímetro urbano do Município de Miraselva - PR, salvo nas seguintes hipóteses:
I – Manutenção e Abastecimento: deslocamento estritamente necessário para serviços de manutenção preventiva, corretiva, vistorias técnicas, limpeza ou abastecimento em postos de combustíveis;
II – Atividades de Emergência: situações de comprovada urgência que envolvam o interesse da administração legislativa;
III – Logística de Patrimônio: transporte de materiais, equipamentos ou documentos que, por seu volume, peso ou natureza, exijam o uso do veículo oficial para o desempenho das atividades legislativas;
IV – Atividades Institucionais dos Servidores: deslocamentos realizados por servidores da Câmara Municipal de Miraselva no exercício de suas respectivas atribuições institucionais, administrativas ou operacionais, tais como entrega e retirada de documentos, protocolos, diligências administrativas e demais atividades inerentes ao funcionamento desta Casa de Leis;
V - Outras situações de interesse público: deslocamentos não previstos nos incisos anteriores, desde que devidamente justificados e autorizados pela Presidência.

Art. 8º.Em caso de mais de um requerimento para uso de veículo em horário e data concomitantes, será obedecida a seguinte ordem de prioridade:
I -relevância e interesse público da viagem;
II -ordem de apresentação do requerimento.

Art. 9º. A autorização para conduzir veículos oficiais é condicionada à plena regularidade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do condutor perante o órgão de trânsito.

Parágrafo único. É de responsabilidade do condutor manter sua CNH regularizada perante o órgão de trânsito, devendo comunicar imediatamente à Presidência qualquer alteração, suspensão ou cassação do direito de dirigir.

Seção III
Da seguridade e guarda do veículo

Art. 10.Inexistindo garagem oficial nas dependências da Câmara Municipal de Miraselva, o veículo poderá ser recolhido em garagem do Poder Executivo Municipal, mediante prévia anuência e garantido o acesso aos condutores autorizados.

Art. 11.Fica a Câmara Municipal de Miraselva autorizada a contratar seguro para o veículo oficial.

Art. 12. O veículo oficial deverá ostentar identificação visual que o reconheça como patrimônio da Câmara Municipal de Miraselva, bem como portar as placas de identificação oficial obrigatórias, nos termos da legislação vigente.

Seção IV
Das multas e acidentes de trânsito

Art. 13. Os condutores de veículos oficiais responderão civil, administrativa e regressivamente pelas infrações de trânsito praticadas na direção do veículo, arcando com as respectivas penalidades pecuniárias e pontuação na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

§ 1º. Após a identificação do infrator pela Câmara Municipal, ser-lhe-á garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, assegurando-se a possibilidade de interpor recurso administrativo diretamente ao órgão de trânsito autuador.

§ 2º. É facultado ao condutor infrator realizar o pagamento voluntário do auto de infração com recursos próprios, bastando apresentar o respectivo comprovante de quitação à administração da Câmara Municipal para encerramento do trâmite interno.

§ 3º. Caso o pagamento da multa seja realizado pela Câmara Municipal, o valor será ressarcido mediante desconto na folha de pagamento do servidor ou vereador infrator, autorizado o limite máximo de 10% (dez por cento) de sua remuneração ou subsídio mensal, até a liquidação integral do débito.

§ 4º. Esgotadas as possibilidades de cobrança administrativa ou desconto em folha, inclusive nos casos em que o infrator não possuir mais vínculo com o Legislativo, o débito será encaminhado à Prefeitura Municipal para fins de inscrição em Dívida Ativa.

Art. 14.Em caso de envolvimento do veículo oficial em acidentes de trânsito, é obrigatória a lavratura do Boletim de Ocorrência.

Seção V
Da manutenção do veículo

Art. 15. A manutenção do veículo oficial, bem como a gestão de combustível, lubrificantes, documentação, revisões e limpeza, ficarão a cargo da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Poderão ser celebrados convênios, termos de cooperação ou acordos com o Poder Executivo ou outros órgãos públicos para o compartilhamento de custos, serviços ou infraestrutura, visando à eficiência e à economicidade administrativa.

Art. 16.São deveres dos condutores de veículos oficiais da Câmara Municipal de Miraselva:
I - Manter limpo e bem conservado o veículo sob sua responsabilidade;
II - Levar ao conhecimento da Presidência quaisquer defeitos ou anormalidades constatadas no veículo;
III - Portar os documentos exigidos por lei e apresentá-los aos fiscais de trânsito e da Polícia, sempre que solicitado;
IV - Respeitar as leis de trânsito, fazendo uso correto do cinto de segurança e exigindo que todos os passageiros façam o mesmo;
V - Atender rigorosamente às indicações e sinalizações oficiais de trânsito;
VI - Não dirigir sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, entorpecentes, bem como não fumar e impedir que passageiros façam o mesmo;
VII - Observar os limites relativos à velocidade máxima permitida;
VIII - Ter zelo pelos acessórios, ferramentas e peças de utilização eventual que acompanham o veículo quando de sua circulação, responsabilizando-se por qualquer dano, se agir com culpa ou dolo, mediante ressarcimento à Câmara Municipal;
IX - Zelar pela segurança e integridade dos passageiros, adotando as medidas necessárias para o cumprimento das normas de trânsito e de segurança no interior do veículo;
X - Preencher fidedignamente e zelar pela guarda do Diário de Bordo mantido no interior do veículo;
XI - Observar o disposto nesta Resolução.

Seção VI
Do abastecimento

Art. 17. O abastecimento dos veículos oficiais será realizado, preferencialmente, no posto de combustível vencedor de processo licitatório realizado pela Câmara Municipal.

§ 1º. Nas viagens intermunicipais, o veículo deverá iniciar o percurso com o tanque cheio e buscar retornar com o nível de combustível reduzido, priorizando o abastecimento em rede licitada.

§ 2º. A utilização de adiantamento de valores ou reembolso será considerada medida excepcional e de última instância, condicionada à impossibilidade de utilização da rede licitada e mediante regulamentação específica.

Art. 18. O controle da quilometragem e do consumo de combustível do veículo oficial será realizado pelo cruzamento de dados obtidos com os anexos da presente resolução.

Parágrafo único. O condutor deverá, obrigatoriamente, anexar a Nota Fiscal ou Cupom Fiscal emitido pelo posto de combustível ao formulário de abastecimento (Anexo III) no momento de sua entrega ao setor competente.

Art. 19. A quilometragem registrada no hodômetro que não corresponder aos deslocamentos intermunicipais formalmente autorizados poderá ser classificada pela Câmara Municipal sob a rubrica "uso em atividades institucionais, administrativas e operacionais", desde que vinculada às hipóteses previstas nesta Resolução.

Parágrafo único. Na ausência de registro específico, presume-se que a quilometragem urbana apurada foi destinada às finalidades descritas no *caput*, salvo prova em contrário ou evidente desvio de finalidade.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20.O descumprimento das normas estabelecidas nesta Resolução poderá sujeitar o infrator às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, assegurado o devido processo legal.

Art. 21.Integram esta Resolução o Anexo I (Formulário de Requerimento de Veículo Oficial), o Anexo II (Relatório de Viagem), o Anexo III (Planilha de Controle de Combustível) e o Anexo IV (Diário de Bordo).

Art. 22.Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, 29 de junho de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente

LUIZ CARLOS MAETIASI
1° Secretário

Anexo I
Formulário de Requerimento de Veículo Oficial

Hodômetro de saída:	**Data de saída:**	**Horário de saída:**
Condutor:		
Passageiros: **1 –** **2 -** **3 -** **4 –**		
Endereço(s): **1 -** **2 -** **3 –**		
Atividades:		
Km a ser percorrido (estimativa):	**Data do retorno:**	**Horário do retorno:**
Assino e dou fé das informações, Miraselva - PR, **____/____/_____**		**Assinatura do condutor:**
DESPACHO DA PRESIDÊNCIA **( ) AUTORIZO** **( ) NÃO AUTORIZO. Indeferido o pedido pelo seguinte motivo:**		**Assinatura do presidente:**

Anexo II
Relatório de Viagem

Condutor:	
Passageiros:	1 - 2 - 3 – 4 –
Data da viagem:	
Endereço(s):	1 – 2 – 3 -
Atividades:	
Hodômetro de chegada:	

ASSINO E DOU FÉ DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

Miraselva – PR, ____/____/_____

Assinatura do Condutor: _____

Anexo III
Planilha de Registro de Abastecimento
(Preenchimento obrigatório pelo condutor no ato do abastecimento)

ATENÇÃO CONDUTOR: O preenchimento desta planilha é obrigatório no ato do abastecimento, sendo indispensável a exigência e a entrega da Nota Fiscal junto ao setor competente da Câmara Municipal.

Veículo:

Placa:

Data:

Nome do condutor:

Posto:

Tipo de combustível: ( ) Gasolina ( ) Etanol

Hodômetro (km atual):

Quantidade (litros):

Preço do litro:

Valor total (R$):

Anexo IV
Diário de bordo

MÊS/ANO: ____/_____ VEÍCULO: _____PLACA:_____

ORIENTAÇÕES AO CONDUTOR:
● O preenchimento e a assinatura deste Diário de Bordo são **obrigatórios** a cada vez que o motorista ingressar no veículo para iniciar um deslocamento.
● O extravio ou danificação deste documento exigirá a lavratura imediata de **Boletim de Ocorrência (B.O.)** perante a autoridade policial.
● Este documento deve ser recolhido e entregue à administração da Câmara Municipal no último dia útil de cada mês.

Data	Nome do Condutor	Horário de Saída	Km Inicial	Destino/Finalidade do Ato	Horário Chegada	Km Final	Assinatura

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:30B646D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2854 DE 25 DE JUNHO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2854/2026 de 25/06/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 11.000,00 (onze mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001.12.122.0041.2.015	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO	
98 - 3.3.90.14.00.00 1104	DIARIAS - CIVIL	1.000,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
12.001	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	

12.001.04.122.0040.2.086	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
452 - 3.3.90.39.00.00 1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
Total Suplementação:		11.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001.12.361.0190.2.016	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
116 - 3.3.90.30.00.00 1104	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
12.001	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
12.001.23.695.2177.2.237	INFRAESTRUTURA TURISTICA	
470 - 4.4.90.51.00.00 1000	OBRAS E INSTALACOES	10.000,00
Total Redução:		11.000,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 25 de Junho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:9E22FFA7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2859 DE 29 DE JUNHO DE 2026

DECRETO Nº 2859 DE 29 DE JUNHO DE 2026

> "Altera os Anexos do Decreto nº 2630/2026, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual – PCA para o exercício de 2026, e dá outras providências'".

OPrefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no inciso IV do art. 69, no artigo 87, inciso I, alíneas "a", ambos da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 2.423/2025 regulamenta a elaboração do Plano Anual de Contratações -PCApara o exercício de 2026;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 2630/2026 dispõe sobre Plano Anual de Contratações -PCApara o exercício de 2026;

CONSIDERANDO o Protocolo nº 296/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

CONSIDERANDO o Protocolo nº 6.812/2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

CONSIDERANDO o Protocolo nº 6.827/2026, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

CONSIDERANDO o Protocolo nº 6.816/2026, da Secretaria Municipal de Educação, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

DECRETA:

Art. 1º. Altera os Anexos do Decreto Municipal nº 2.630, de 04 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual – PCA para o exercício de 2026.

Art. 2º. Altera o Anexo I do Decreto Municipal nº 2.630, de 04 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual – PCA para o exercício de 2026, que passa a vigorar na forma do Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. As demais disposições do Decreto Municipal nº 2.630, de 04 de fevereiro de 2026 permanecem inalteradas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 29 de junho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

ANEXO I
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – PCA 2026 ANALÍTICO

SECRETARIA MUNICIPAL	ITEM	OBJETO (RESUMIDO)	RÚBRICA ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSO	VALOR ESTIMADO PARA O OBJETO
Secretaria Municipal de Comunicação	1	Contratação de Agência de Publicidade e Propaganda	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 749.900,00
Secretaria Municipal de Comunicação	2	Aquisição de Equipamentos de Foto e Vídeo	4.4.90.52.00.0	1000	R$ 9.604,53
Secretaria Municipal de Comunicação	3	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Comunicação	4	Aquisição de material de limpeza e higiene	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Comunicação	5	Fornecimento de combustíveis	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 6.400,00
Secretaria Municipal de Comunicação	6	Capacitação de Servidores da Comunicação	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 14.900,00
Secretaria Municipal de Comunicação	7	Aquisição de uniformes	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	8	Gestão de frotas por meio de sistema informatizado, com manutenção preventiva e corretiva dos veículos	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	9	Aquisição de material gráfico	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	10	Locação de impressoras	3.3.90.39.00.0	1000	R$ -
Secretaria Municipal de Comunicação	11	Aquisição de equipamentos de informática	3.3.90.39.00.0	1000	R$ -
Secretaria Municipal de Comunicação	12	Licença de Softwares (Adobe, Canva, Capcut)	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 8.105,00
Secretaria Municipal de Comunicação	13	Manutenção de Equipamentos de Imagem	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	14	Manutenção de ar condicionado (03 unidades)	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	15	Câmara de arbitragem	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.538,46
Secretaria Municipal de Comunicação	16	Contratação do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral IBRADE, para prestação de serviço técnico especializado de capacitação e aperfeiçoamento profissional, voltado aos agentes públicos, servidores e funcionários	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.399,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	**R$ 820.947,99**
Secretaria Municipal de Governo	1	Contratação de empresa especializada em agenciamento de passagens aéreas e hospedagem.	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 14.531,20
Secretaria Municipal de Governo	2	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de uso de aplicativo, que possibilite aos gestores públicos o acesso rápido e fácil de informações estratégicas para a gestão, em atendimento à Secretaria Municipal de Governo.	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 12.000,00
Secretaria Municipal de Governo	3	Amlipa (Associação dos Municípios do Litoral do Paraná)	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 16.000,00
Secretaria Municipal de Governo	4	Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Governo	5	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionados, incluindo aquisição de peças e equipamentos necessários para as manutenções e correções de avarias	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Governo	6	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 60.718,77
Secretaria Municipal de Governo	7	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.510,46
Secretaria Municipal de Governo	8	Contratação de Empresa para fornecimento de materiais de expediente em atendimento às Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Governo	9	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema eletrônico, para a frota de veículos que pertencem ao Município de Morretes	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 22.000,00
Secretaria Municipal de Governo	10	Fornecimento de combustível, para os veículos pertencentes à frota municipal	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Governo	11	Fornecimento de combustível, para os veículos pertencentes à frota municipal	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Governo	12	Contratação de empresa para fornecimentos de materiais de informática e equipamentos para comunicação em atendimento as secretarias municipais	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Governo	13	Contratação de empresa para fornecimento de caixas de papel	02.001.04.122.0040.2.004.3.390.30.00.0	1000	R$ 10.000,00

		A4, para atender a demanda das secretarias municipais			
Secretaria Municipal de Governo	14	Consórcio Multifinalitário	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 700.000,00
Secretaria Municipal de Governo	15	Aquisição de toner	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Governo	16	Aquisição de Frigobar	02.001.04.122.0040.2.004.4.4.90.52.00.00	1009	R$ 13.491,00
Secretaria Municipal de Governo	17	Aquisição de Material de Informática	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Governo	18	Aquisição de ar condicionado	02.001.04.122.0040.2.004.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 24.321,84
Secretaria Municipal de Governo	19	Aquisição de materiais descartáveis	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 184,50
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	**R$ 1.060.251,43**
Secretaria Municipal de Saúde	1	Recarga de oxigênio hospitalar e locação de cilindro	33.90.30.00.00 33.90.39.00.00	1303 1369 31018 1496	R$ 152.604,00
Secretaria Municipal de Saúde	2	Medicamentos para a Rede de Atenção à Saúde	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 1369 1496	R$ 316.425,82
Secretaria Municipal de Saúde	3	Coffee break	33.90.30.00.00	1303 1369 1495 1496 1497	R$ 187.801,60
Secretaria Municipal de Saúde	4	Aquisição de veículos	44.90.52.00.00	1011	R$ 1.764.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	5	Manutenção de Equipamentos com fornecimento das peças para a Rede de Atenção à Saúde	33.90.39.00.00 33.90.30.00.00	1495 31018 1303	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	6	Fraldas descartáveis	33.90.32.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 201.072,00
Secretaria Municipal de Saúde	7	Bolsas para ostomizados e curativos especiais	33.90.32.00.00	1495 31018 1303	R$ 677.530,00
Secretaria Municipal de Saúde	8	Exames Laboratoriais	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 1496 1369	R$ 900.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	9	Kit Lanche TFD	33.90.32.00.00	1017 1018 1303 1495	R$ 333.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	10	Fórmulas nutricionais e suplementos alimentares	33.90.32.00.00	1495 1018 1303	R$ 541.198,32
Secretaria Municipal de Saúde	11	Monitoramento por meio de Dosimetria de Radiação Ionizante.	33.90.39.00.00	1303 1369 1496	R$ 2.400,00
Secretaria Municipal de Saúde	12	Ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 24.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	13	Coleta, transporte, tratamento térmico de acordo com as normas técnicas da ABNT e normativas ambientais dos resíduos da saúde	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 1496 1369	R$ 136.800,00
Secretaria Municipal de Saúde	14	Condicionadores de ar (aquisição e manutenção)	33.90.39.00.00 33.90.30.00.00 44.90.52.00.00	1303 1495 31017 31018 1369 1497	R$ 331.517,84
Secretaria Municipal de Saúde	15	Equipamentos e Acessórios de Informática	44.90.52.00.00 33.90.30.00.00	1005 1500 1303 1497 1495 1011	R$ 205.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	16	Dedetização e desratização	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 1496	R$ 8.922,75
Secretaria Municipal de Saúde	17	Propaganda Volante	33.90.39.00.00	1495 1303 31017	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	18	Material de expediente	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 54.244,50
Secretaria Municipal de Saúde	19	Serviços de telefonia móvel, com aparelhos celulares (em comodato)	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 28.800,00
Secretaria Municipal de Saúde	20	Equipamentos de Proteção Individual (EPI)	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 31017 1369	R$ 27.243,45
Secretaria Municipal	21		33.90.39.00.00	1495	R$ 200.000,00

de Saúde		Gestão e manutenção corretiva e preventiva de veículos automotores		1497 31018 1303 1499	
Secretaria Municipal de Saúde	22	Materiais de limpeza e higiene	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 1005 1369	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	23	Materiais e insumos para reforma, pintura, manutenção predial e pequenos reparos nas Unidades Básicas de Saúde.	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 31017 1369	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	24	Combustível	33.90.30.00.00	1495 1303 1018 1017 1499 1497	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	25	Montagem de bicicletas	33.90.39.00.00	1497 33497	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	26	Projeto Funasa	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 33497	R$ 250.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	27	Câmara de Arbitragem	33.90.39.00.00	1303 1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	28	Próteses Odontológicas	33.90.39.00.00	1495 31018 1303 31017	R$ 475.950,00
Secretaria Municipal de Saúde	29	Equipamentos de Reabilitação Multiprofissional	44.90.52.00.00	1303 1011 500	R$ 35.526,05
Secretaria Municipal de Saúde	30	Confecção de tapetes e reforma de estofado em cadeiras, macas e diversos	33.90.39.00.00	1303 1495 1369 1496 31018	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	31	Persianas - Instalação / Manutenção	33.90.30.00.00 33.90.39.00.00	1303 1495 1369 1496 31018	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	32	Material gráfico e de comunicação visual	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	33	Refeições Embaladas	33.90.30.00.00	1303 1495 1369 31018	R$ 7.200,00
Secretaria Municipal de Saúde	34	Materiais médico hospitalares e insumos para a Rede de Atenção à Saúde do Município de Morretes.	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 867.484,28
Secretaria Municipal de Saúde	35	Espaço Físico, Infraestrutura, e Alimentação, Confecção de Brindes e Banner do Evento	3.3.90.39.00.00	1303 1369 1495 1497	R$ 20.500,00
Secretaria Municipal de Saúde	36	Placas de Veículos	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Saúde	37	Material para artesanato	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 31.649,59
Secretaria Municipal de Saúde	38	Materiais, insumos e equipamentos odontológicos	44.90.52.00.00 33.90.30.00.00 33.90.32.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 197.679,38
Secretaria Municipal de Saúde	39	Materiais descartáveis	33.90.30.00.00	1369 31018 1303	R$ 52.703,85
Secretaria Municipal de Saúde	40	Gás GLP	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 11.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	41	Solução de botão de pânico (central de alarme monitorada)	33.90.39.00.00	1495 1303	R$ 6.498,00
Secretaria Municipal de Saúde	42	Papel A4	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Saúde	43	Solução Integrada para Gestão da Assistência Farmacêutica, Atendimento em Saúde, Infraestrutura em Nuvem e Monitoramento da Atenção Básica	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	44	Aquisição de pneus	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 31017 1369 1499	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	45	Medicamentos Manipulados	33.90.32.00.00	1495 1303 1018	R$ 8.000,00

				1017	
Secretaria Municipal de Saúde	46	Extintores de incêndio	33.90.30.00.00	495 303 1018 1017 1499	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	47	Laudos de Raio-X e PACS	33.90.39.00.00	1369 1496 1303	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	48	Reforma Hospital Municipal Dr. Alcídio Bortolin	33.90.39.00.00	1303 100 1009	R$ 950.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	49	Construção UBS Vila das Palmeiras	33.90.39.00.00	1011	R$ 1.000.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	50	Uniformes para os servidores da Secretaria de Saúde	33.90.30.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303	R$ 56.706,50
Secretaria Municipal de Saúde	51	Tonner	33.90.30.00.00	1495/1497/31018/1303	R$ 57.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	52	Mobiliário, equipamentos e correlatos para a Rede de Atenção à Saúde	33.90.39.00.00	31018 / 1303 / 1369 / 1000 / 1495 / 1499 / 1497 / 1011 / 500	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	53	Divisórias em Drywall e correlatos	33.90.39.00.00	1303 / 1495 / 31005 / 31018 / 1499 / 1369 / 1497	R$ 27.344,82
Secretaria Municipal de Saúde	54	Ferramentas e máquinas	33.90.30.00.00	1495 / 1497 / 1303 / 1011 / 500	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	55	"Materiais e insumos para reforma, pintura, manutenção predial e pequenos reparos nas Unidades Básicas de Saúde	33.90.30.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	56	Roçadas e podas de árvores e arbustos, capinação, raspagem, varrição e remoção de resíduos.."	33.90.39.00.00	1495 / 1496 / 1303 / 1369	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	57	Insumos para hotelaria - HMM	33.90.30.00.00	1303 / 1369	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	58	Gêneros Cárneos	33.90.30.00.00	1303 / 1369 / 31018 /1496	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	59	Aquisição e instalação de vidros.	33.90.30.00.00 / 33.90.39.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369 / 1499	R$ 10.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	**R$ 10.174.751,43**
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	1	Materiais gráficos	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 74.586,60
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	2	Estruturas para eventos	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.293.301,03
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	3	Materiais de limpeza	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.182,63
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	4	Toners	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 842,72
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	5	Material de expediente	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.286,03
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	6	Serviços de agenciamento de viagem	12.001.23.695.2177.2.236.3.3.90.39.00.0 12.001.23.695.2177.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	7	Mão de obra terceirizada.	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 264.166,20
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	8	Gasolina, etanol e diesel	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.1	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	9	Serviços de acesso a internet	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 20.646,96
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	10	Muro de escalada	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	11	Decoração natalina.	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 370.212,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	12	Manutenção em equipamentos e utensílios domésticos	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 116.126,42
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	13	Confecção de Uniformes	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.2	1000	R$ 4.000,20
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	14	Aquisição de ventiladores	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.385,04
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	15	Direitos Autorais - ECAD	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 80.233,74
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	16	Instalação de drywall	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 119.196,56
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	17	Materiais de construção	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.139,64
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	18	Planejamento turístico e metodologia de destinos inteligentes	12.001.23.695.2177.2.236.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 20.200,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	19	Tintas e materiais de pintura	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 49.161,98
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	20	Aparelho de ar condicionado - (Cine Teatro)	12.001.13.392.2178.1.024.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 91.404,78
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	21	Som e iluminação (Cine Teatro)	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	22	Mobiliário de escritório	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 30.275,13
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	23	Política Nacional Lei Aldir Blanc (PNAB)	12.001.13.392.2178.2.240.3.3.50.43.00.0 12.001.13.392.2178.2.240.3.3.90.36.00.0 12.001.13.392.2178.2.240.3.3.90.39.00.0	1031	R$ 6.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	24	Fogos de artifício (baixo ruído)	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 58.366,81
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	25	*Coffee Break*	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.544,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	26	Equipamento de Proteção Individual - EPI	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 2.439,33
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	27	Calhas e rufos	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 33.284,70
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	28	Dedetização, desratização e desinsetização	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 982,47
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	29	Lâmpadas e outros materiais elétricos	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 32.322,60
Secretaria Municipal	30	Artistas, bandas e grupo musicais	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 235.000,00

de Cultura e Turismo					
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	31	Software - Biblioteca	12.001.13.392.2178.1.024.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 4.200,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	32	Profissionais da engenharia e arquitetura.	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	33	Sinalização turística	12.001.23.695.2177.2.237.4.4.90.51.00.0 12.001.23.695.2177.2.237.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 430.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	34	Papel sulfite A4	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.982,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	35	Estande em feiras e eventos de promoção turística	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	36	Letreiro instagramável	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00	1000	R$ 15.367,50
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	37	Computadores e impressoras	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 21.600,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	38	Projeção mapeada (video mapping)	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.	1000	R$ 50.933,33
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	39	Câmara de Arbitragem	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.538,46
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	40	Viação Marumbi - LTDA	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 9.500,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	41	Criação de identidade visual	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 27.960,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	42	Aquisição de Aparelhos de Ar-Condicionado	12.001.04.122.0040.2086.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	43	Repasse anual à Instância de Governança Regional – Adetur Litoral	12.001.23.695.2177.2236.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	44	Aquisição de Instrumentos e Equipamentos Musicais	12.001.23.695.2177.2067.3.3.90.39.00.00 / 12.001.04.122.0040.2086.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	45	Promoção turística de evento de abertura da temporada de inverno.	12.001.23.695.2177.2067.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	46	Aquisição de materiais descartáveis	12.001.04.122.0040.2086.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	47	Locação de mobiliário	12.001.23.695.2177.2067.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 11.805,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	**R$ 4.045.368,85**
Secretaria Municipal de Educação	1	Transporte Escolar	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.0 / 06.001.12.365.0210.2.023.3.3.90.39.00.0 / 06.001.12.367.0210.2.031.3.3.90.39.00.0	1000/1103/1104/ 1110/1043/1107	R$ 3.000.000,00
Secretaria Municipal de Educação	2	Apostilas, formulário e certificados	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.39.00.0 / 06.001.12.365.0220.2.020.3.3.90.39.00.0	1000/1103/ 1104/1107	R$ 241.000,00
Secretaria Municipal de Educação	3	Projetos Educacionais em Tempo Integral	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.39.00.0	1000/1103/ 1104/1044	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Educação	4	Equipamentos Eletrônicos	06.001.12.361.0190.2.016.4.4.90.52.00.0	1000/1103/1104/1107/1044/1041	R$ 1.300,00
Secretaria Municipal de Educação	5	Emenda Impositiva - Aquisição de Uniformes e Kits escolares	06.001.12.361.0190.2.201.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 293.292,93
Secretaria Municipal de Educação	6	Emenda Impositiva - Aquisição de armários e estantes	06.001.12.361.0190.2.186.4.4.90.52.00.0	1000/1103/1104	R$ 29.329,30
Secretaria Municipal de Educação	7	Camisetas formando PROERD	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.32.00.0 06.001.12.365.0220.2.020.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 28.000,00
Secretaria Municipal de Educação	8	Decoração de formatura - PROERD	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.39.00.0 06.001.12.365.0220.2.020.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.000,00
Secretaria Municipal de Educação	9	Utensílios Domésticos e Materiais de Copa e Cozinha	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107	R$ 119.025,42
Secretaria Municipal de Educação	10	Merenda Escolar - Gêneros alimentícios perecíveis.	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 608.050,00
Secretaria Municipal de Educação	11	Merenda Escolar - Gêneros alimentícios não perecíveis.	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 569.696,20
Secretaria Municipal de Educação	12	Merenda Escolar - Hortifrutigrangeiros	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 523.012,00
Secretaria Municipal de Educação	13	Merenda Escolar - Panificados	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 203.314,00
Secretaria Municipal de Educação	14	Merenda Escolar - Agricultura Familiar	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1103/1104/1107/1042/31042	R$ 278.616,00
Secretaria Municipal de Educação	15	Contratação de empresa pra prestação de serviços de limpeza de caixas d'agua, caixas de gorduras e fossas	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107	R$ 9.097,40
Secretaria Municipal de Educação	16	Contratação de aluguel de imóvel para realocação escolar temporária	06.001.12.361.0190.2016. 3.3.90.39.00.00 . 06.001.12.365.0220.2020. 3.3.90.39.00.00	1103/1104	R$ 48.000,00
Secretaria Municipal de Educação	17	Pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia	06.001.12.361.0210.2019.3.3.90.30.00.00	1103/1104/1107/1043/110	R$ 125.551,24
Secretaria Municipal de Educação	18	Aparelhos de ar-condicionado tipo split inverter		1103/1104	R$ 68.711,20
Secretaria Municipal de Educação	19	Bandeiras tipo: Nacional, Estadual e Municipal	06.001.12.365.0210.2023.3.3.90.30.00.00	1103/1104/1107/1043/110	R$ 5.500,00
Secretaria Municipal de Educação	20	Aquisição de mobiliário escolar - Escola Mun. Dulce Seroa da Mota Cherobin	6.001.12.361.0190.2.016.4.4.90.52.00.00	1009	R$ 358.665,46
Secretaria Municipal de Educação	21	Materiais descartáveis	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Educação	22	Ferramentas e equipamentos	06.001.12.361.0190.2.016.4.4.90.52.00.0	1000/1103/1104/1107/1044/1041	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Educação	23	Instalação elétrica, sistemas de ventilação com entrada de energia elétrica trifásica em atendimento a rede básica de ensino	06.001.12.361.0190.2016. 3.3.90.39.00.00 . 06.001.12.365.0220.2020. 3.3.90.39.00.00	1103/1104	R$ 30.807,80
Secretaria Municipal	24	Construção e ampliações de	06.002.12.361.0190.1002	11005/1009	R$ 2.387.054,97

de Educação		escolas municipais - Escola Arlindo			
Secretaria Municipal de Educação	25	Materiais de Artesanato	06.001.12.122.0041.2015.3.3.90.30.00.00 06.001.12.361.0190.2016.3.3.90.30.00.00 06.001.12.365.0220.2020.3.3.90.30.00.00	1103/1104/1107/1041	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Educação	26	Mão de Obra com Dedicação Exclusiva	06.001.12.361.0190.2016.3.3.90.39.00.00	1000/1103/1104	R$ 500.000,00
Secretaria Municipal de Educação	27	Combustivel - Gasolina e Diesel S10	06.001.12.361.0190.2016.3.3.90.30.00.00	1000/1103/1104/1107/1110/1043	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Educação	28	Serviços e peças - Manutenção veicular	06.001.12.365.0210.2023.3.3.90.39.00.00	1000/1103/1104/1107/1110/1044	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Educação	29	Extintor e material de segurança	.3.3.90.30.00.00	1000/1103/1104/1107	R$ 5.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**R$ 6.162.733,25**
Secretaria Municipal de Esporte	1	Aquisição de material esportivo	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 255.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	2	Aquisição de material de limpeza	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	3	Aquisição de material de expediente	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	4	Aquisição de material de construção	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	5	Aquisição de lâmpadas e materiais elétricos	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	6	Equipamentos de informática	15.001.27.812.2190.2.258.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.4.4.90.52.00.0 /	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	7	Aquisição de uniformes	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	8	Aquisição de tintas e material de pintura	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	9	Serviço de chaveiro e aquisição de fechadura	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	10	Serviços gráficos	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	11	Material de copa e cozinha	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	12	Instalação e manutenção de vidros	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	13	Aquisição de eletrodomésticos, mobiliário e aparelho de ar condicionado	15.001.27.812.2190.2.258.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.4.4.90.52.00.0 /	1000	R$ 30.000,00

			15.001.27.812.2190.2.261.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.4.4.90.52.00.0 /		
Secretaria Municipal de Esporte	14	Aquisição de extintores, recargas e acessórios	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	15	Limpeza de caixa d'água	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	16	Aquisição de água	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	17	Aquisição de coffee break	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 5.500,00
Secretaria Municipal de Esporte	18	Placa veicular	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	19	Material permanente	15.001.27.812.2190.2.258.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	20	Material de primeiros socorros	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	21	Instalação do Projeto Meu Campinho	15.001.27.812.1520.1.026.4.4.90.51.00.0 / 15.001.27.812.1520.1.026.4.4.90.51.00.0	1105/1009	R$ 1.254.675,09
Secretaria Municipal de Esporte	22	Transporte esportivo	15.001.27.812.2190.2264.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 44.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	**R$ 781.500,00**
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	1	Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Gás GLP	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	2	Contratação de empresa especializadas para aquisição de motor de popa e bote inflável e remos em atendimento à equipe da defesa civil do Município de Morretes/PR	16.001.06.182.2183.2.258.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	3	Contratação de empresa especializada para aquisição de barracas modular desmontável - dimensões 4,6mx5,5m x2,5m (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos em quando forem necessário ficar em abrigo)	16.001.06.182.2182.2.256.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	4	Contratação de Empresa especializada na aquisição de aparelhos e equipamento de comunicação (radio DMR)	16.001.06.182.2183.2.257.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	5	Contratação de Empresa para fornecimento de telhas fibrocimento 2,44x500x4mm 9ajuda humanitária para atendimento as famílias atingidas por eventos climáticos	16..001.06.182.2181.2.255.3.3.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	6	Contratação de Empresa para fornecimento de Bobina plástica, preta 4x100m (ajuda humanitária para atendimento as famílias atingidas por eventos climáticos	16.001.06.182.2181.2.255.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	7	Contratação de empresa especializada para aquisição de tenda sanfonada em pvc. - Dimensões 6mx3m (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos em quando forem necessário ficar em abrigo)	16.001.06.182.2182.2.256.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	8	Contratação de empresa especializada para aquisição de barreiras de contenção em metro.	16.001.06.182.2181.2. 255..4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	9	Contratação de empresa especializada para aquisição de gerador.	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00,0	1000	R$ 2.000,00

Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	10	contratação de empresa especializada para fornecimento deaquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	11	Contratação de Empresa especializada para aquisição e instalação de calhas, rufos e componentes em alumínio, serviços de manutenção	16.001.06.122. 0040..2.013.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	12	Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva, corretiva e conservação de equipamentos e utensílios domésticos com fornecimento de peças e mão de obra, na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais.	16.001.606.182.2181.2.255.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	13	Contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos de informática	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	14	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado, com manutenção preventiva e corretiva dos veículos que pertencem à Prefeitura Municipal.	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	15	Contratação de empresa especializada para aquisição de cesta básica (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos).	16.001.06.182.2182.2.255.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	16	Contratação de empresa especializada na dedetização e desratização para o controle de pragas urbanas.	16.001.06.182.2182.2.256.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	17	Contratação de empresa especializada para aquisição de Material de Construção	16.001.06.182.2182.2.256.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	18	Contratação de empresa especializada para aquisição de maquinários e equipamentos em geral (motoserra, soprador- para dar a primeira resposta em virtude de um evento climático)	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.90.52.00.10	1000	R$ 500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	19	Contratação de empresa especializada para aquisição de colchoes (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos).	16.001.06.182.2183.2.257.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 2.500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	20	Contratação de empresa especializada para aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as Secretarias Municipais	16.001.06. 182..2183.2. 257..4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	21	Contratação de empresa especializado para aquisição de materiais gráficos diversos, compreendendo banners, faixas e demais peças de comunicação visual	16.001.06.182.2183,2.257.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	22	Contratação o de empresa especializada para fornecimento de toners e cartuchos para abastecimento das impressoras.	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	23	Contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamento de Proteção Individual - EPI.	16.001.06.182.2183.2.257.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	24	contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos pertencentes a frota do município.	16.001.06.1822182.2.256.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	25	Contratação de empresa para fornecimento de material de Higiene e limpeza.	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	26	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, em atendimento aos veículos da frota. Municipal.	16.001.06.182.2183.2.257.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.295,14
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	27	Contratação de empresa especializada no fornecimento de aparelhos celular.	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	28	Contratação de empresa para fornecer caixas de papel A4.	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	29	Aquisição de pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	30	Aquisição de materiais descartáveis	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 500,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	31	Aquisição de ferramentas e equipamentos	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de Climática	Municipal Resiliência	32	Aquisição e instalação de extintores e acessórios	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.00 16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00 16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 1.000,00
Secretaria de	Municipal Resiliência	33	Contratação de empresa especializada para a remoção	16.001.06.182.2183.2.257.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 109.449,49

Climática		integral da cobertura e estrutura metálica da quadra de esportes do Município de Morretes			
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA	**R$ 34.795,14**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	1	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento ao Município de Morretes para coleta de resíduos sólidos	3.3.90.39.00.00.	1000, 1005, 1510, 1511	R$ 1.573.878,37
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	2	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento ao Município de Morretes para destinação de resíduos sólidos	3.3.90.39.00.00.	1000, 1005, 1510, 1511	R$ 850.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	3	Contratação de prestação de serviços de coleta, triagem, reciclagem e comercialização de lixo reciclável por parte de associação	3.3.90.39.00.00.	1000, 1510, 1511	R$ 97.529,95
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	4	Contratação de empresa realizar o Transporte Coletivo	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 702.375,06
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	5	Contratação de estabelecimento médico veterinário para a realização de castração de cães e gatos.	3.3.90.39.00.00	1511	R$ 68.200,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	6	Contratação de Empresa para realizar serviços de roçada, capina, varrição e podas.	3.3.90.39.00.00.	1000, 1510, 1511	R$ 210.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	7	Aquisição de Flores, Vegetação, Árvores, Terra e Complementos	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	8	Contratação de Empresa Especializada para a elaboração e implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 4.250.00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	9	Aquisição de esteira de separação de resíduos recicláveis e esteira de elevação de resíduos.	4.4.9.0.52.00.00	31015,31072	R$ 49.499,99
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	10	Aquisição de Terra Preta e Adubos	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	11	Contratação de empresa especializada para elaboração de PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 29.800,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	12	Contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de Saneamento - Programa Itaipu Mais que Energia	3.3.90.39.00.00.	1000, 31072, 31015	R$ 234.198,27
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	13	Construção de UVR - Programa Itaipu Mais que Energia	4.4.90.51.00.00	1000,31072, 31015	R$ 1.600.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	14	Contratação de Empresa para Realizar a Elaboração do Plano de Mobilidade e Transporte Público	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 297.624,94
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	15	Contratação de Empresa(s) para Estruturação como Planta Saneamento, Genérica de Valores, Voo, Atualização Cadastral, Banco de Dados, Informatização e Relacionados	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 1.000.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	16	Abastecimento de Água Potável - Programa Itaipu Mais que Energia	4.4.90.51.00.00	31015, 31072	R$ 192.999,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	17	Fornecimento de Combustível para Diesel e Arla	3.3.90.30.00.00.	1000,1510,1511	R$ 60.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	18	Fornecimento de Combustível Diesel S10, Diesel 500, Arla e Gasolina.	3.3.90.30.00.00.	1000,1510,1511	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	19	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada	3.3.90.39.00.00.	1000,1510,1511	R$ 90.774,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	20	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada	3.3.90.39.00.00.	1000,1510,1511	R$ 57.327,84
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	21	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada	3.3.90.39.00.00.	1000,1510,1511	R$ 53.985,60
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	22	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado	3.3.90.39.00.00. 3.3.90.30.00.00	1510	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	23	Aquisição de Material de Limpeza e Higiene	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	24	Aquisição de Material de Construção	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	25	Aquisição de Material de Expediente	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 1.500,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	26	Fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa (banco de preços)	3.3.90.39.00.00	1510	R$ 15.000,00

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	27	Aquisição de Material de Pintura e Tintas	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	28	Contratação de empresa especializada para serviços de dedetização de desratização	3.3.90.39.00.00	1511	R$ 108,60
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	29	Contratação de Serviços de Empresa de Propaganda Volante	3.3.90.39.00.00	1511	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	30	Aquisição de Toners e cartuchos de tintas para impressora	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 600,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	31	Aquisição de Equipamentos de Informática, notebook e computador	3.3.90.52.00.00.	1000,1510,1511	R$ 22.865,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	32	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, substituição, manutenção e limpeza de calhas, rufos e condutores,	3.3.90.39.00.00	1000,1510,1511	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	33	Aquisição de Lâmpadas e Materiais Elétrico	3.3.90.30.00.00	1511	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	34	Aquisição de uniformes	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 49.741,27
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	35	Aquisição de EPIs	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 51.162,50
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	36	Aquisição de coffee-break	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 2.305,78
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	37	Aquisição de Tablet	3.3.90.52.00.00.	1000,1510,1511	R$ 5.345,85
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	38	Contratação de empresa especializada em construção civil para reforma e revitalização da Capela Mortuária do Cemitério Municipal Santa Esperança.	3.3.90.39.00.00	1000,1510,1511	R$ 300.458,68
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	39	Contratação de empresa especializada no fornecimento de vacinas antirrábicas, vacina polivalente, medicamento vermífugo, medicamento antipulga, medicamento anticarrapato e fornecimento de ração para atendimento do Programa de Atenção Animal - PATA e emendas impositivas	3.3.90.39.00.00	1000,1510,1511	R$ 122.622,22
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	40	Contratação da Associação para coleta de Recicláveis - ACOMAREM	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 30.360,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	41	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza pública no Município de Morretes Pr.	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 1.800.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	43	Contratação de Empresa para Aquisição de Gás Doméstico para o Funcionamento dos setores da Secretaria	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.071,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	44	Aquisição de Material Gráfico	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 6.455,04
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	45	Aquisição de papel sulfite tamanho A4	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.800,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	46	Aquisição de Material e Insumos Hospitalares	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 2.783,80
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	47	Contratação de empresa especializada em instalação de biodigestor pequeno porte	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 6.370,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	48	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, sucção, transporte e destinação final de efluentes e resíduos sépticos, por meio de caminhão tipo limpa fossa, com tanque de sucção a vácuo e bomba de alta pressão	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 10.400,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	49	Contratação de empresa especializada em esterilização cirúrgica de cães e gatos com microchipagem.	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	50	Contratação de Câmara de Arbitragem	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	51	Contratação de empresa especializada na confecção de placas veiculares no padrão MERCOSUL,	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 426,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	52	Aquisição de Pneus e Itens de Borracharia	3.3.90.30.00.00	1511	R$ 14.123,92
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	53	Aquisição de Gerador de Energia	4.4.90.52.00.00	1000	R$ 6.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	54	Aquisição de Roçadeira	4.4.90.52.00.00	1000	R$ 13.000,00
Secretaria Municipal	55	Aquisição de ferramentas e	4.4.90.52.00.00	1009	R$ 20.000,00

de Meio Ambiente e Urbanismo		equipamentos		1511	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	56	Aquisição de flores, plantas e insumos	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 130.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	57	Aquisição de espelhos convexos	3.3.90.30.00.00	1009	R$ 7.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	58	Aquisição e instalação de extintores, recargas e manutenção, seus acessórios e placas de identificação e segurança	3.3.90.30.00.00 3.3.90.39.00.00. 4.4.90.52.00.00	1510 1000	R$ 6.424,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	**R$ 10.075.192,68**
Secretaria Municipal de Infraestrutura	1	Prestação de serviços continuados envolvendo o sistema de iluminação pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.39.00.0	1507	R$ 291.583,70
Secretaria Municipal de Infraestrutura	2	Software de gestão de iluminação pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.39.00.0	1507	R$ 79.224,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	3	Levantamento topográfico	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 22.500,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	4	Pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 205.830,92
Secretaria Municipal de Infraestrutura	5	Pavimentação em Pavimento Rígido da Estrada da América	09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0/ 09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0	1005 / 1009 -	
Secretaria Municipal de Infraestrutura	6	Aquisição de EPI's e uniformes, destinados ao setor Iluminação Pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.30.00.0	1507	R$ 133.524,50
Secretaria Municipal de Infraestrutura	7	Aquisição de materiais elétricos ao setor Iluminação Pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.30.00.0	1507	R$ 579.645,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	8	Aquisição de Bica Corrida	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 600.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	9	Sondagem ISC e SPT	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 129.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	10	Pavimentação de vias Urbanas em CBUQ	09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0/ 09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0	1005 / 1009	
Secretaria Municipal de Infraestrutura	11	Aquisição materiais de construção.	09.001.15.4.51.0240.2.0.58.3.3.90.3.0.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 226.804,15
Secretaria Municipal de Infraestrutura	12	Locação de Máquinas Pesadas, Equipamentos Rodoviários, para execução de Serviços de manutenção das estradas rurais e vias urbanas, bueiros, serviços agrícolas	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	13	Aquisição complementar de materiais elétricos, destinados a Iluminação Pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.30.00.0	1507	R$ 216.698,90
Secretaria Municipal de Infraestrutura	14	Fornecimento de combustível para abastecimento	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 108.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	15	Fornecimento de combustível para abastecimento de veículos da frota	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 324.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	16	Contratação de Empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 386.137,30
Secretaria Municipal de Infraestrutura	17	Contratação de Empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 568.090,44
Secretaria Municipal de Infraestrutura	18	Contratação de Empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 53.985,60
Secretaria Municipal de Infraestrutura	19	Serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	20	Aquisição de Material de Limpeza para a Prefeitura Municipal de Morretes	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	21	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	22	Aquisição de Tablet	09.001.15.451.0240.2.058.3.90.52.00.00	1507	R$ 22.566,24
Secretaria Municipal de Infraestrutura	23	Câmeras de Monitoramento	09.001.15.451.0240.2.058.3.90.39.00.00	1507	R$ 823.185,12
Secretaria Municipal de Infraestrutura	24	Pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)	09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0	1005	R$ 7.349.827,73
Secretaria Municipal de Infraestrutura	25	contratação com câmaras de arbitragem	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.532,46
Secretaria Municipal de Infraestrutura	26	Material Gráfico	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 13.758,27
Secretaria Municipal de Infraestrutura	27	Aquisição de pré-moldados de concreto (manilhas, blocos e meios-fios)	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 885.785,27
Secretaria Municipal de Infraestrutura	28	Aquisição de aparelhos de ar-condicionado tipo split inverter	09.001.15.451.0241.2.058.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 14.421,49
Secretaria Municipal de Infraestrutura	29	Aquisição de rolo compactador	009.001.15.451.0241.2.058.4.4.90.52.00.0	1105/1504	R$ 630.666,67
Secretaria Municipal de Infraestrutura	30	Pavimentação de vias urbanas – Programa Asfalto Novo Vida Nova	009.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.52.00.0	1005	R$ 19.612.855,56
Secretaria Municipal de Infraestrutura	31	Parques no Município de Morretes	009.001.15.451.0241.2.058.4.4.90.52.00.0 009.001.15.451.1514.1.008.4.4.90.51.00.0	1009	R$ 1.320.050,29
Secretaria Municipal de Infraestrutura	32	Aquisição De Materiais Descartáveis	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 89,20
Secretaria Municipal de Infraestrutura	33	Aquisição de ferramentas e equipamentos	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0/09.0 01.15.451.1514.1008.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 73.113,92
Secretaria Municipal de Infraestrutura	34	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de rastreamento e monitoramento	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 14.003,88

		eletrônico veicular e de máquinas, por meio de tecnologia GPS, incluindo o fornecimento, instalação, configuração e manutenção de dispositivos rastreadores, bem como a disponibilização de plataforma de gestão de frota via web e/ou aplicativo, com monitoramento em tempo real, geração de relatórios e demais funcionalidades de controle operaciona			
Secretaria Municipal de Infraestrutura	35	Aquisição através do Sistema de Registro de Preços de CBUQ pronto, em sacos com 25 Kg cada, para ser aplicado a frio, em operações de tapa buracos em vias pavimentadas deste Município	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000/1504 e 1510	R$ 68.610,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	**R$ 13.421.101,32**
Procuradoria	1	prestação de serviço de gerenciamento, divulgação e publicação dos atos legais	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 9.783,60
Procuradoria	2	fornecimento de galão de água de 20 L (20 litros)	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.091,65
Procuradoria	3	Aquisição e aplicação de insulfilm nas dependências da PGM	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.30.00.01	1000	R$ 1.580,20
Procuradoria	4	capacitação para servidores municipais, no formato in company	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 384.761,72
Procuradoria	5	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 2.967,42
Procuradoria	6	Câmara de Arbitragem	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 11.538,00
Procuradoria	7	Assinatura anual de acesso à ferramenta que contempla conjunto de soluções e trabalhos intelectuais técnico-profissionais especializados	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 7.917,30
Procuradoria	8	Capacitação de alta performance da Faculdade Unypública, destinada a servidores, gestores e líderes que desejam desenvolver equipes de ata performance dentro da gestão pública moderna	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 11.400,00
Procuradoria	9	Contratação do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral-IBRADE, para prestação de serviço técnico especializado de capacitação	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 9.793,00
				PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE MORRETES	**R$ 415.522,59**
Secretaria Municipal da Fazenda	1	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.9039.00.0	1000	R$ 270.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	2	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.9039.00.0	1000	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	3	Empresa contratada para prestação de serviços de acesso à internet, nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em atendimento às Secretarias Municipais.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 101.454,52
Secretaria Municipal da Fazenda	4	contratação de empresa especializada para fornecimento de AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PAPELARIA E MATERIAL DE INFORMÁTICA, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano, conforme as especificações técnicas constantes da documentação que constitui o Anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 10,	04.001.04.123.0040.2. 007..3.3.90.30.00.0	1000	
Secretaria Municipal da Fazenda	5	Contratação de Empresa especializada para aquisição e instalação de calhas, rufos e componentes em alumínio, serviços de manutenção	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 394.898,14
Secretaria Municipal da Fazenda	6	Contratação de empresa especializada na dedetização e desratização para o controle de pragas urbanas.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 10.717,00
Secretaria Municipal da Fazenda	7	Aquisição de toners e cartuchos para abastecimento das impressoras, afim de suprir e garantir as atividades diárias das secretarias municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 60.004,64
Secretaria Municipal da Fazenda	7	Contratação de AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAL DE PINTURA, conforme as especificações técnicas constantes da documentação que constitui o Anexo I do edital de Pregão 031/2025	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.000.0	1000	R$ 288.931,11

Secretaria Municipal da Fazenda	8	Aquisição de 01 frigobar destinados aos servidores	04.001.04.123.0040.2.007.4.4.90.52.00.0	1009	R$ 15.794,91
Secretaria Municipal da Fazenda	9	Aquisição de Material de Construção na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.582.304,26
Secretaria Municipal da Fazenda	10	Aquisição de material de limpeza na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes,	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.043.591,48
Secretaria Municipal da Fazenda	11	Contratação com Câmara de arbitragem, com intuito de implantar este sistema om resolução de conflitos.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	12	Aquisição de equipamentos de Informática, na modalidade Pregão eletrônico n°25/2025	02.001.04.122.0040.2.007.3.3.90.30.00.00 / 02.001.04.122.0040.2.004.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 174.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	13	Contratação de empresa para fornecer caixas de papel A4, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Morretes, pelo período de 12 (doze) meses.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 98.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	14	Aquisição de aparelhos de ar condicionado	04.001.04.123.0040.2.007.4.4.90.52.00.0	1000/1009	R$ 48.687,68
Secretaria Municipal da Fazenda	15	Contratação de empresa especializada em mentoria e orientação aos servidores públicos na execução de atividade de alta complexidade, com foco na alimentação, parametrização e geração dos arquivos destinados à prestação de contas aos órgãos de controle externo, a fim de atender às demandas constantes da agenda de obrigações	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000/3002/3511	R$ 63.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	**R$ 4.289.696,06**
Secretaria Municipal de Agricultura	1	Aquisição de tintas e material de pintura, na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	2	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização, desratização e desinsetização na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender a Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano. EMPRESA DESINRAT	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	4	Aquisição De Material De Construção na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	5	Aquisição de Material de Limpeza para a Prefeitura Municipal de Morretes.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	6	Aquisição de ventiladores em atendimento as Secretarias Municipais de Morretes, pelo período de 1(um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	7	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática, através do sistema de registro de preços, para atender as Secretarias Municipais de Morretes, pelo período de 01(um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	fontes: 1000/1510/1511	R$ 1.600,00
Secretaria Municipal de Agricultura	10	Contratação de serviços de empresa de propaganda volante, para a produção e veiculação de áudio em veículo automotivo para divulgação de comunicados e propagação de trabalhos com a comunidade.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	11	Contratação de empresa para fornecimento de combustível e demais insumos. Diesel S10	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	12	Contratação de empresa para fornecimento de combustível e demais insumos. Diesel S500 e gasolina	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	13	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada para agentes - operacional	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 217.000,00
Secretaria Municipal	15	Contratação de Empresa para	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 70.000,00

de Agricultura		Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada para agentes operacionais - técnico e administrativo			
Secretaria Municipal de Agricultura	16	Contratação de Empresa especializada em gerenciamento de frotas para Manutenção, Fornecimento de Peças, Acessórios e Materiais de Reposição Automotivos e outros	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	17	Contratação de empresa especializada em limpeza, roçada, varredura	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 4.500,00
Secretaria Municipal de Agricultura	18	Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva, corretiva e conservação de equipamentos e utensílios domésticos, com fornecimento de peças e mão de obra - ar condicionado e geladeira	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	19	Aquisição de gêneros alimentícios de panificação: pães, lanches e itens para realização de Coffee Break; em atendimento as Secretarias Municipais do Município de Morretes	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	20	Empresa contratada para prestação de serviços de acesso à internet, nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 21.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	21	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 5.800,00
Secretaria Municipal de Agricultura	22	AQUISIÇÃO DE EPI'S	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 5.200,00
Secretaria Municipal de Agricultura	23	contratação de empresa para a realização de eventos como festa feira, palcos, banheiros químicos, tendas, brigadistas, placas indicativas e orientativas, extintores	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 400.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	24	contratação de empresa especializada no fornecimento de madeira, sombrite e demais materiais necessários para a estrutura barracas da festa feira	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	25	contratação de empresa especializada em montagem e desmontagem de barracas festa feira e portais do evento	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	26	Aquisição de toners para impressoras	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	28	Aquisição de gás GLP de 13 kg	00/01/1900	1000	R$ 1.171,50
Secretaria Municipal de Agricultura	29	Câmara de Arbitragem	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.538,46
Secretaria Municipal de Agricultura	30	Aquisição de insumos (calcário, adubo orgânico), à população de produtores rurais - CONVENIO 716/2025/SEAB	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.00	1000/11005	R$ 629.802,98
Secretaria Municipal de Agricultura	31	Contratação de Empresas para fornecimento de pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia, novos e de primeira linha de fabricação, para utilização em manutenções de veículos e máquinas pesadas, pertencentes à frota municipal para fornecimento de Pneus novos e de primeira linha de fabricação.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.00	1000/1511	R$ 125.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	32	Aquisição de ferramentas e equipamentos	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.00	1000/1511	R$ 15.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	**R$ 2.481.612,94**
Secretaria Municipal de Ação Social	1	Água Mineral	8001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0	1050, 941	R$ 490,00
Secretaria Municipal de Ação Social	2	Imóvel Sede do Conselho Tutelar de Morretes	08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.36.00.0	1000	R$ 26.100,00
Secretaria Municipal de Ação Social	3	Imóvel Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 54.240,00
Secretaria Municipal de Ação Social	4	Aviamentos e matérias para artesanatos	08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0	1050	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	5	Cestas Básicas	08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0/08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0	1000/770	R$ 268.749,00
Secretaria Municipal de Ação Social	6	Equipamentos Musicais	08.001.08.244.0110.2.094.4.4.90.52.00.0	1005	R$ 43.244,24
Secretaria Municipal de Ação Social	7	Serviços funerários	08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00. 00..0	1000,77	R$ 170.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	8	Material de Expediente	Red. 92 05.001.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00. 1000	1000	R$ 7.508,60
Secretaria Municipal de Ação Social	9	Gás GLP	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0;	934,940,941,1000,31050,1005,31005,31105	R$ 4.515,00
Secretaria Municipal de Ação Social	10	Gêneros não perecíveis	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0;	Fonte: 934,941,1005,1050,1000	R$ 8.305,26

			08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0;		
Secretaria Municipal de Ação Social	11	Gerenciamento de Frotas	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0	934, 940, 941, 1000, 1005,31005,31105	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	12	Higiene e limpeza	05.001.04.122.00.40.2.217.3.3.90.00.00	1000	R$ 26.423,62
Secretaria Municipal de Ação Social	13	Hortifruti	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0	941	R$ 31.919,30
Secretaria Municipal de Ação Social	14	KIT Lanches	08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0	1005 / 934 / 940 /1000 / 770	R$ 8.680,00
Secretaria Municipal de Ação Social	15	Material de construção	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.216.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0;08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0	1000 / 940 / 934 / 941 / 1005/ 770 / 1050	R$ 34.121,98
Secretaria Municipal de Ação Social	16	Materiais Elétricos	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0	1000 / 940 / 934 /941 /770 / 1000 / 1000 / 940 / 31050 / 31050 / 1005	R$ 3.850,57
Secretaria Municipal de Ação Social	17	Instituição de Longa Permanência para Idosos	08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0	941, 1000	R$ 182.400,00
Secretaria Municipal de Ação Social	18	Serviços de Mão de Obra Terceirizada	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.00.	934	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	19	Roçada e podas de árvores	08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	770,940,941,934,1000,1005	R$ 86.403,34
Secretaria Municipal de Ação Social	20	Veículo zero KM	08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0	940	R$ 148.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	21	Calhas e Rufos	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.36.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0140.2.052.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0	934/ 940/ 941/ 1000/1005/ 31005	R$ 18.871,30
Secretaria Municipal de Ação Social	22	Câmaras de Arbitragem	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	23	Cárneos	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.057.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 6.127,00
Secretaria Municipal de Ação Social	24	Combustível	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.39.00.0;	1000 770 934 940 941 1050 1005	R$ 75.000,00

			08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.39.00.0		
Secretaria Municipal de Ação Social	25	Dedetização, desratização e desinsetização	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	1000 /770	R$ 1.403,90
Secretaria Municipal de Ação Social	26	Drywall	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0140.2.052.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	1000 / 940 / 941 / 934 /1005	R$ 21.345,46
Secretaria Municipal de Ação Social	27	Equipamento de Informática	08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.00.; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.00.	1005	R$ 38.110,80
Secretaria Municipal de Ação Social	28	Material Gráfico	08.001.08.244.0110.2.057.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0	936 / 770 /1000/e 1005 / 105/ 934/ 940	R$ 20.145,40
Secretaria Municipal de Ação Social	29	Mobiliários em geral	08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0	1000 -/ 941/ 934 / 31005	R$ 47.420,85
Secretaria Municipal de Ação Social	30	Panificação: Pães, lances e itens para *Coffeebreak*	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0;	941	R$ 53.962,78
Secretaria Municipal de Ação Social	31	Propaganda volantes	08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0140.2.052.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.079.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.080.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.0	1000/ 770 / 934/ 940/ 941 / 1050/ 1005	R$ 3.359,62
Secretaria Municipal de Ação Social	32	Rastreamento de Veículos	743 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 7.312,20
Secretaria Municipal de Ação Social	33	Uniformes e vestuários	740 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	934	R$ 21.366,15
Secretaria Municipal de Ação Social	34	Papel A4	08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0	940	R$ 10.350,00
Secretaria Municipal de Ação Social	35	Oficinas Culturais	08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.00	1005	R$ 129.836,16
Secretaria Municipal de Ação Social	36	Construção de Casas - programa Minha Casa Minha Vida	08.001.08.244.0110.2.076.4.4.90.51.00.00; 08.001.08.244.0110.2.076.4.4.90.51.00.00.	1009	R$ 3.172.669,14
Secretaria Municipal de Ação Social	37	Construção do CREAS	08.002.08.122.0140.1.006.4.4.90.51.00.00; 08.002.08.122.0140.1.006.4.4.90.51.00.00.	1018	R$ 836.828,38
Secretaria Municipal de Ação Social	38	Manutenção de Ar Condicionado	08.001.08.245.2186.2.073.3.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.245.2186.2.073.3.3.3.90.30.00.0, 08.001.08.245.0100.2.0254.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.245.0100.2.0254.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.245.0110.2.075.3.3.90.30.00.0	941 / 934 / 641 /651 / 940	R$ 21.430,71
Secretaria Municipal de Ação Social	39	Aquisição de Pneus	8.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 8.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 8.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.30.00.00 08.002.08.243.0100.2053.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.0110.2075.3.3.90.30.00.00	934, 941, 1000, 9406	R$ 8.996,00
Secretaria Municipal de Ação Social	40	Aquisição de Uniformes para Oficinas	8.002.08.243.0100.2094.3.3.90.30.00.00	11005	R$ 13.934,80
Secretaria Municipal de Ação Social	41	Prestação de Serviços para instalação de espelho e barra para Oficina de Ballet	08.002.08.243.0100.2094.3.3.90.39.00.00	11005	R$ 8.116,00
Secretaria Municipal de Ação Social	42	Capacitação para Implementação dos serviços Família Acolhedora	08.002.08.243.0100.2094.3.3.90.39.00.00	11005	R$ 27.700,00
Secretaria Municipal de Ação Social	43	Curso de Defesa Pessoal para Mulheres			R$ 6.312,00
Secretaria Municipal de Ação Social	44	Aquisição de Descartáveis	08.002.08.243.0100.2094.3.3.90.30.00.00	11005	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	45	Aquisição de Ar Condicionado	08.001.08.245.0100.2054.4.4.90.52.00.00 08.001.08.245.2186.2073.4.4.90.52.00.00	1000, 941	R$ 12.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	**R$ 5.820.549,56**
Secretaria Municipal de Administração	1	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 2.233.553,14

Secretaria Municipal de Administração	2	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000, 1510, 1511	R$ 789.688,32
Secretaria Municipal de Administração	3	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000, 1510, 1511	R$ 966.719,05
Secretaria Municipal de Administração	4	Empresa contratada para prestação de serviços de acesso à internet, nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	05.001.04.122.0040.2.221.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 101.454,52
Secretaria Municipal de Administração	5	Contratação de Empresa Jornalística Especializada Para a Prestação de Serviço de Publicações de avisos de Licitações e Afins, em Jornal de Grande Circulação no Estado do Paraná.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 57.480,00
Secretaria Municipal de Administração	6	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de backup, armazenamento, processamento e transmissão de dados em nuvem, com disponibilidade de 02 (terabytes) de espaço virtual em servidor	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 2.105,29
Secretaria Municipal de Administração	7	Contratação de Empresa especializada para desenvolvimento, hospedagem e manutenção do website em conformidade com a Lei Federal de acesso à Informação nº 12.527/11.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 3.069,60
Secretaria Municipal de Administração	8	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PAPELARIA E MATERIAL DE INFORMÁTICA	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Administração	9	Contratação de Empresa especializada para aquisição e instalação de calhas, rufos e componentes em alumínio, serviços de manutenção	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 394.898,14
Secretaria Municipal de Administração	10	Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva, corretiva e conservação de equipamentos e utensílios domésticos com fornecimento de peças e mão de obra	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 786.000,00
Secretaria Municipal de Administração	11	AQUISIÇÃO DE LAMPADAS E MATERIAIS ELÉTRICOS	05.001.04.122.0040.2.217.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 416.904,58
Secretaria Municipal de Administração	12	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00, 05.001.04.122.0040.2.217.3.3.90.00.00	1000	R$ 254.264,79
Secretaria Municipal de Administração	13	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado, com manutenção preventiva e corretiva	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.004.250,00
Secretaria Municipal de Administração	14	Contratação de empresa especializada, fornecimento de licenciamento de software de sistema integrado de gestão pública municipal web, com acesso ilimitado de usuários, e suporte técnico	05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.200.000,00
Secretaria Municipal de Administração	15	Contratação de empresa especializada na dedetização e desratização para o controle de pragas urbanas.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00, 05.001.04.122.0040.2.013.3.3.90.39.00.00, 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 10.717,00
Secretaria Municipal de Administração	16	Aquisição de Material de Construção	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.582.304,26
Secretaria Municipal de Administração	17	Aquisição de toners e cartuchos para abastecimento das impressoras, afim de suprir e garantir as atividades diárias das secretarias municipais	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 60.004,64
Secretaria Municipal de Administração	18	Cessão do Direito de Uso do Licenciamento do ECONSIG-Sistema Eletrônico, via Internet, de Reserva de Margem e Controle de Consignações	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ -
Secretaria Municipal de Administração	19	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço e fornecimento de Seguro de Vida e Acidentes Pessoais para os estagiários da Prefeitura Municipal de Morretes	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 307,20
Secretaria Municipal de Administração	20	Contratação Especializada na Prestação de Serviços com Foco na Inclusão Socioeconômica e Eficiência em compras Públicas no Município de Morretes	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 76.852,80
Secretaria Municipal de Administração	21	Aquisição de material de limpeza	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.043.591,48
Secretaria Municipal de Administração	22	AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAL DE PINTURA	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 288.931,11
Secretaria Municipal de Administração	23	Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Assinatura de Ferramenta de Pesquisa e Comparação de Preços	05.001.04.122.00.40.2.221.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 73.800,00

		Praticados Pela Administração Pública			
Secretaria Municipal de Administração	24	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, em atendimento aos veículos da frota municipal, através de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.429.120,77
Secretaria Municipal de Administração	25	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.615.708,35
Secretaria Municipal de Administração	26	Câmaras de arbitragem, com o intuito de implantar este sistema de resolução de conflitos, considerando as disposições da lei 14.133/2021, bem como a lei complementar municipal nº 47/2021, decreto municipal nº 149/2021 e lei federal nº 9.307/1996, com redação pela lei nº 13.129/15.	05.001.04.122.0040.2.221.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Administração	27	Aquisição de aparelhos telefônicos celulares, desbloqueados, tipo smartphone Android, incluídos todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Administração	28	Aquisição de Papel A4	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 98.000,00
Secretaria Municipal de Administração	29	Aquisição de Gás GLP	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.400,00
Secretaria Municipal de Administração	30	Reforma da Pavimentação da Sede do Corpo de Bombeiros localizada no município de Morretes	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 35.600,00
Secretaria Municipal de Administração	31	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos pertencentes a frota do município de Morretes/PR	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 11.520,00
Secretaria Municipal de Administração	32	Aquisição de Equipamento de Proteção Individual - EPI.	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 78.933,00
Secretaria Municipal de Administração	33	Reforma da Sede da Prefeitura Municipal de Morretes - Rua Praça Rocha Pombo, nº 10, Bairro Centro - Morretes.	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 130.000,00
Secretaria Municipal de Administração	34	Capacitação dos servidores da Prefeitura Municipal nos temas de: licitações e contratos administrativos, processos administrativos disciplinares, contabilidade pública, cálculos judiciais, convênios.	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Administração	35	Contratação de Instituição especializado no treinamento e capacitação do corpo efetivo no desenvolvimento e aprimoramento na análise de gastos com pessoal, atividade e-Social e Lei Geral de Proteção de Dados.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 11.000,00
Secretaria Municipal de Administração	36	Aquisição de equipamento obrigatório para manutenção e extensão de rede de energia elétrica, conforme padrão exigido pela fornecedora, Companhia Paranaense de Energia – Copel.	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 105.000,00
Secretaria Municipal de Administração	37	Contratação de serviços de chaveiros, aquisição de fechadura	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 35.000,00
Secretaria Municipal de Administração	38	Contratação de serviços gráficos, aquisição de banners, faixas, adesivos, crachás	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 62.725,59
Secretaria Municipal de Administração	39	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 500.000,00
Secretaria Municipal de Administração	40	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E INSUMOS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 500.000,00
Secretaria Municipal de Administração	41	AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO E BOBINA DE PAPEL	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00 05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 109.000,00
Secretaria Municipal de Administração	42	AQUISIÇÃO DE CÂMERAS E ACESSORIOS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00 05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Administração	43	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA ATENDER AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 255.000,00
Secretaria Municipal de Administração	44	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 700.000,00
Secretaria Municipal de Administração	45	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS EM DRYWALL	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Administração	46	AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00 05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Administração	47	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Administração	48	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 20.000,00

		MANUTENÇÃO DE VIDROS			
Secretaria Municipal de Administração	49	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, GABINETE MODULAR, ELETRODOMESTICOS E APARELHO DE AR CONDICIONADO	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Administração	50	AQUISIÇÃO DE EXTINTORES, RECARGAS E ACESSORIOS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Administração	51	Dispensa da empresa Correios e Telégrafos	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 15.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	**R$ 17.939.903,63**
Controladoria Geral do Município	1	Terceirização de mão-de-obra de Serviços Administrativos	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000	1000	25.000,00
Controladoria Geral do Município	2	Capacitação e treinamento	14.001.04.122.0202.2.234 - 3.3.90.39.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	3	Manutenção de aparelhos de ar-condicionado	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	4	Manutenção de equipamentos de informática	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	5	Locação de impressoras	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.39.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	6	Material de expediente	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.30.0000	1000	3.000,00
Controladoria Geral do Município	7	Toner e material de informática	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.30.0000	1000	1.500,00
Controladoria Geral do Município	8	Combustível	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.234 - 3.3.90.39.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	9	Material de construção para manutenção	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000	1000	2.500,00
Controladoria Geral do Município	10	Equipamento de informática	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 4.4.90.52.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	11	Aparelho celular	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000	1000	2.500,00
Controladoria Geral do Município	12	Frigobar	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	13	Mobiliário de escritório	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 4.4.90.52.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	14	Contratação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria pública, incluindo diagnóstico e levantamento dos problemas atuais em relação a transparência pública	14.001.04.122.0202.2005.3.3.90.39.00.00	1000	38.640,00
				TOTAL CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO DE MORRETES	**R$ 58.500,00**

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:50A37C41

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATO 58-2026 - CLAUDINEI TONIETTI EPP

MUNICIPIO DE PAICANDU PAIÇANDU-PR

CONTRATO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 16/2026
CONTRATO Nº 58

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 16/2026, homologado em 23/06/2026, integrante do Processo Administrativo nº 61/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa CLAUDINEI TONIETTI EPP, CNPJ nº 28.732.430/0001-17, com endereço PRAÇA PRUDENTE DE MORAES, 78E, CEP 13720000, representada por CLAUDINEI TONIETTI, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 154.553.338-52, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **DISPENSA DE LICITAÇÃO, para aquisição de INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS, OFÍCINAS DE MÚSICA, PROJETOS E EVENTOS, para atender as demandas do município de Paiçandu.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO;**

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO DO CONTRATO

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela

entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.

19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.

8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:

10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa

seja aceita pela Administração.

23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.

24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência deste Contrato será de 01 (um) ano podendo ser renovado, desde que atendida as disposições do art. 107 e 113, da Lei Federal 14.133/21.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no

item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 25 de junho de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

CLAUDINEI TONIETTI EPP

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 4	Quant.: 1	Num: 991	16,00	**Total: 480,00**
Item: 4	Unidade: UNIDADE	Marca: austin cn	Modelo: austin cn	
Descrição: ENCORDOAMENTO PARA VIOLÃO NYLON MÉDIO - Encordoamento Para Violão Nylon Médio. O encordoamento para violão nylon 06 cordas possui um núcleo de náilon revestido de cobre prateado, e melhor custo- benefício que você encontrará num encordoamento, sem perder a qualidade ou o timbre do seu som. Tensão: .028 - .043 Média. Material: Nylon. Revestimento: Cobre Prateado. Acabamento: Color code				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 16,00**			Total Item: 480,00
LOTE 5	Quant.: 1	Num: 523	19,00	**Total: 57,00**
Item: 5	Unidade: UNIDADE	Marca: myth sortidas	Modelo: myth sortidas	
Descrição: KIT PALHETA NYLON (C/12) SORTIDAS - Kit Palheta Nylon (C/12) Sortidas O Kit de Palhetas oferece versatilidade com duas espessuras em uma única palheta, permitindo que o músico alterne entre toque suave e firme com mais praticidade. Ideal para músicos de todos os níveis, combinando desempenho e excelente custo benefício. Cor: variadas. Espessura: 0,50mm (duas pontas) ? Mais flexível				
Quantidade: 3	**Valor Unit.: 19,00**			Total Item: 57,00
LOTE 6	Quant.: 1	Num: 185	22,00	**Total: 132,00**
Item: 6	Unidade: UNIDADE	Marca: smart 03/4	Modelo: smart 03/4	
Descrição: AFINADOR CLIP CROMÁTICO - Afinador Clip Cromático O Afinador Clip Cromático possui um sensor de vibração tipo piezo embutido para os ajustes fáceis e precisos, mesmo durante as performances. Sua tela LCD brilhante é ideal para ambientes de pouca luminosidade, como palcos escuros e locais abertos pouco iluminados. Uma agulha de fácil leitura exibe verde quando em sintonia, porém muda de cor para indicar notas abaixo ou acima do tom. Alimentação: 3V (01x Bateria CR2032). Tipos de Afinação: Violão, Contrabaixo, Violino, Ukulele, Cromático. Frequência: A4 440Hz				
Quantidade: 6	**Valor Unit.: 22,00**			Total Item: 132,00
LOTE 8	Quant.: 1	Num: 170	69,99	**Total: 69,99**
Item: 8	Unidade: UNIDADE	Marca: smart sm	Modelo: 'smart sm	
Descrição: SUPORTE PARA TECLADO COM ALTURA AJUSTÁVEL EM 7 NÍVEIS - COR: PRETO - Suporte Para Teclado é a escolha ideal para músicos que buscam estabilidade e segurança. Com altura ajustável em 7 níveis, barra reforçada e pés antiderrapantes, ele garante firmeza durante ensaios e apresentações. Já o seu design dobrável facilita o transporte, enquanto a alça ajustável se adapta a teclados de diferentes tamanhos. Dimensões: Ajuste de altura em 07 níveis Cor: Preto.				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 69,99**			Total Item: 69,99
LOTE 9	Quant.: 1	Num: 102	16,00	**Total: 160,00**
Item: 9	Unidade: UNIDADE	Marca: suporte clave de sol	Modelo: suporte clave de sol	
Descrição: SUPORTE DE PAREDE PARA INSTRUMENTOS DE CORDAS - Suporte de Parede Para Instrumentos de Cordas. Suporte diferenciado para seu instrumento, suporte de parede para violão, guitarra, baixo ou cavaquinho, com apoio para o braço do instrumento. O material é especial, ele evita que seu instrumento fique com marcas e manchas. - Capacidade de carga: 5Kg - Material: Aço / Plástico - Material especial evitando marcas e manchas no instrumento - Garra anatômica que permite a adaptação do headstock.				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 16,00**			Total Item: 160,00
LOTE 10	Quant.: 1	Num: 208	40,00	**Total: 160,00**
Item: 10	Unidade: UNIDADE	Marca: crbag folk	Modelo: crbag folk	
Descrição: CAPA PARA VIOLÃO FOLK NYLON PRETA - Capa Para Violão Folk Nylon Preta. A Capa Violão Folk é ideal para proteger seu instrumento de batidas e quedas. Conta com uma bolsa externa para você carregar seus acessórios e é ideal para músicos que precisam se locomover com o instrumento				
Quantidade: 4	**Valor Unit.: 40,00**			Total Item: 160,00
LOTE 11	Quant.: 1	Num: 821	49,80	**Total: 149,40**
Item: 11	Unidade: UNIDADE	Marca: crbag 3/4	Modelo: crbag 3/4	
Descrição: CAPA VIOLÃO JUVENIL 3/4 - Capa Violão Juvenil 3/4 Capa para Violão Iatil Juvenil 3/4 é uma proteção essencial para o seu instrumento musical. Confeccionada com materiais de qualidade, oferece segurança contra arranhões e pequenos impactos Marca Musical store. Tipo de estrutura: Poliéster e Nylon. Tipo de violão: ¾. Material do exterior: Nylon 420. Comprimento interior: 100 cm. Largura interior: 38 cm. Altura				

interior: 95 cm. Comprimento exterior: 105 cm. Largura exterior: 40 cm. Altura exterior: 108 cm. Com bolso e almofadada.				
Quantidade: 3	**Valor Unit.: 49,80**			Total Item: 149,40
LOTE 12	Quant.: 1	Num: 234	40,00	**Total: 120,00**
Item: 12	Unidade: UNIDADE	Marca: crbag 1/4	Modelo: crbag 1/4	
Descrição: CAPA PARA VIOLÃO 1/4 KIDS INFANTIL SIMPLES - Capa Para Violão 1/4 Kids Infantil Simples Capa simples para violão 1/4 INFANTIL Contém alça lateral e transversal Bolso frontal para guardar acessórios Material: Nylon 600 Marca: Modelo: kids. Tipo de estrutura: Simples Tipo de violão: infantil ¼. Comprimento: 80cm. Largura: 30cm				
Quantidade: 3	**Valor Unit.: 40,00**			Total Item: 120,00
LOTE 13	Quant.: 1	Num: 618	78,00	**Total: 78,00**
Item: 13	Unidade: UNIDADE	Marca: crbag 5/8	Modelo: crbag 5/8	
Descrição: CAPA PARA TECLADO COMPACT 5/8 - Capa Para Teclado Compact 5/8 Nylon Modelo: Compact 5/8 A Capa Para Teclado Nylon Compact 5/8, é ideal para proteger seu instrumento de batidas e quedas. Conta com uma bolsa externa para você carregar seus acessórios e é ideal para músicos que precisam se locomover com o instrumento. Material: Nylon Dimensões: 97x15x37c				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 78,00**			Total Item: 78,00
LOTE 14	Quant.: 1	Num: 086	14,90	**Total: 149,00**
Item: 14	Unidade: UNIDADE	Marca: combat 4043	Modelo: combat 4043	
Descrição: BAQUETA COM MAÇANETA MC48P PRETA - Baqueta Com Maçaneta MC48P Preta. A Baqueta Com Maçaneta MC48P, também conhecida como maceta, é um modelo projetado para bumbos marciais e de fanfarra. Possuindo um cordão pendente no cabo, permitindo a prática de giros com facilidade. Material: Cabo madeira 300mm. Dimensões: Comprimento: 300mm. Diâmetro: 25mm. L. 9 5/8´´ D. 0,984				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 14,90**			Total Item: 149,00
LOTE 16	Quant.: 1	Num: 218	17,90	**Total: 89,50**
Item: 16	Unidade: UNIDADE	Marca: profire 5b	Modelo: profire 5b	
Descrição: BAQUETA PARA BATERIA 5B MODELO: NI 5BM - Baqueta Para Bateria 5B Modelo: NI 5BM - Ponta grande flecha, levemente oval. Proporciona mais taque peso e volume que uma 5A. Ideal para o Hard-rock, como também muito usada nas bandas marciais, fanfarras e na prática de exercícios técnicos. Embalagem: Par com 2. Tipo: 5B. Ponta: Ponta de Madeira. Material: Madeira. Dimensões: Comprimento de 420mm com diâmetro de 15,9mm. L.16 1/2" - D.0,626"				
Quantidade: 5	**Valor Unit.: 17,90**			Total Item: 89,50
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**1.644,89**

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:C47183F8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATO 58-2026 - CLAUDINEI TONIETTI EPP

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR
CONTRATO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 16/2026
CONTRATO Nº 58

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 16/2026, homologado em 23/06/2026, integrante do Processo Administrativo nº 61/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa CLAUDINEI TONIETTI EPP, CNPJ nº 28.732.430/0001-17, com endereço PRAÇA PRUDENTE DE MORAES, 78F, CEP 13720000, representada por CLAUDINEI TONIETTI, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 154.553.338-52, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. **DO OBJETO:**

2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **DISPENSA DE LICITAÇÃO, para aquisição de INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS, OFÍCINAS DE MÚSICA, PROJETOS E EVENTOS, para atender as demandas do município de Paiçandu.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO;**

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. **DA ADESÃO DO CONTRATO**

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
16. **Dos limites para as adesões**
17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.
19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.
2. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA**
3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.
8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:
10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.
24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. **O Prazo de vigência deste Contrato será de 01 (um) ano podendo ser renovado, desde que atendida as disposições do art. 107 e 113, da Lei Federal 14.133/21.**
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará
os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO**
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
60. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
73. **DAS PENALIDADES**
74. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. **CONDIÇÕES GERAIS**
79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 25 de junho de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

CLAUDINEI TONIETTI EPP

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 4	Quant.: 1	Num: 991	16,00	**Total: 480,00**
Item: 4	Unidade: UNIDADE	Marca: austin cn	Modelo: austin cn	
Descrição: ENCORDOAMENTO PARA VIOLÃO NYLON MÉDIO - Encordoamento Para Violão Nylon Médio. O encordoamento para violão nylon 06 cordas possui um núcleo de náilon revestido de cobre prateado, e melhor custo- benefício que você encontrará num encordoamento, sem perder a qualidade ou o timbre do seu som. Tensão: .028 - .043 Média. Material: Nylon. Revestimento: Cobre Prateado. Acabamento: Color code				
Quantidade: 30	**Valor Unit.: 16,00**		Total Item: 480,00	
LOTE 5	Quant.: 1	Num: 523	19,00	**Total: 57,00**
Item: 5	Unidade: UNIDADE	Marca: myth sortidas	Modelo: myth sortidas	
Descrição: KIT PALHETA NYLON (C/12) SORTIDAS - Kit Palheta Nylon (C/12) Sortidas O Kit de Palhetas oferece versatilidade com duas espessuras em uma única palheta, permitindo que o músico alterne entre toque suave e firme com mais praticidade. Ideal para músicos de todos os níveis, combinando desempenho e excelente custo benefício. Cor: variadas. Espessura: 0,50mm (duas pontas) ? Mais flexível				
Quantidade: 3	**Valor Unit.: 19,00**		Total Item: 57,00	
LOTE 6	Quant.: 1	Num: 185	22,00	**Total: 132,00**
Item: 6	Unidade: UNIDADE	Marca: smart 03/4	Modelo: smart 03/4	

Descrição: AFINADOR CLIP CROMÁTICO - Afinador Clip Cromático O Afinador Clip Cromático possui um sensor de vibração tipo piezo embutido para os ajustes fáceis e precisos, mesmo durante as performances. Sua tela LCD brilhante é ideal para ambientes de pouca luminosidade, como palcos escuros e locais abertos pouco iluminados. Uma agulha de fácil leitura exibe verde quando em sintonia, porém muda de cor para indicar notas abaixo ou acima do tom. Alimentação: 3V (01x Bateria CR2032). Tipos de Afinação: Violão, Contrabaixo, Violino, Ukulele, Cromático. Frequência: A4 440Hz				
Quantidade: 6	**Valor Unit.: 22,00**		Total Item: 132,00	
LOTE 8	Quant.: 1	Num: 170	69,99	**Total: 69,99**
Item: 8	Unidade: UNIDADE	Marca: smart sm	Modelo: 'smart sm	
Descrição: SUPORTE PARA TECLADO COM ALTURA AJUSTÁVEL EM 7 NÍVEIS - COR: PRETO - Suporte Para Teclado é a escolha ideal para músicos que buscam estabilidade e segurança. Com altura ajustável em 7 níveis, barra reforçada e pés antiderrapantes, ele garante firmeza durante ensaios e apresentações. Já o seu design dobrável facilita o transporte, enquanto a alça ajustável se adapta a teclados de diferentes tamanhos. Dimensões: Ajuste de altura em 07 níveis Cor: Preto.				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 69,99**		Total Item: 69,99	
LOTE 9	Quant.: 1	Num: 102	16,00	**Total: 160,00**
Item: 9	Unidade: UNIDADE	Marca: suporte clave de sol	Modelo: suporte clave de sol	
Descrição: SUPORTE DE PAREDE PARA INSTRUMENTOS DE CORDAS - Suporte de Parede Para Instrumentos de Cordas. Suporte diferenciado para seu instrumento, suporte de parede para violão, guitarra, baixo ou cavaquinho, com apoio para o braço do instrumento. O material é especial, ele evita que seu instrumento fique com marcas e manchas. - Capacidade de carga: 5Kg - Material: Aço / Plástico - Material especial evitando marcas e manchas no instrumento - Garra anatômica que permite a adaptação do headstock.				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 16,00**		Total Item: 160,00	
LOTE 10	Quant.: 1	Num: 208	40,00	**Total: 160,00**
Item: 10	Unidade: UNIDADE	Marca: crbag folk	Modelo: crbag folk	
Descrição: CAPA PARA VIOLÃO FOLK NYLON PRETA - Capa Para Violão Folk Nylon Preta. A Capa Violão Folk é ideal para proteger seu instrumento de batidas e quedas. Conta com uma bolsa externa para você carregar seus acessórios e é ideal para músicos que precisam se locomover com o instrumento				
Quantidade: 4	**Valor Unit.: 40,00**		Total Item: 160,00	
LOTE 11	Quant.: 1	Num: 821	49,80	**Total: 149,40**
Item: 11	Unidade: UNIDADE	Marca: crbag 3/4	Modelo: crbag 3/4	
Descrição: CAPA VIOLÃO JUVENIL 3/4 - Capa Violão Juvenil 3/4 Capa para Violão Iatil Juvenil 3/4 é uma proteção essencial para o seu instrumento musical. Confeccionada com materiais de qualidade, oferece segurança contra arranhões e pequenos impactos Marca Musical store. Tipo de estrutura: Poliéster e Nylon. Tipo de violão: ¾. Material do exterior: Nylon 420. Comprimento interior: 100 cm. Largura interior: 38 cm. Altura interior: 95 cm. Comprimento exterior: 105 cm. Largura exterior: 40 cm. Altura exterior: 108 cm. Com bolso e almofadada.				
Quantidade: 3	**Valor Unit.: 49,80**		Total Item: 149,40	
LOTE 12	Quant.: 1	Num: 234	40,00	**Total: 120,00**
Item: 12	Unidade: UNIDADE	Marca: crbag 1/4	Modelo: crbag 1/4	
Descrição: CAPA PARA VIOLÃO 1/4 KIDS INFANTIL SIMPLES - Capa Para Violão 1/4 Kids Infantil Simples Capa simples para violão 1/4 INFANTIL Contém alça lateral e transversal Bolso frontal para guardar acessórios Material: Nylon 600 Marca: Modelo: kids. Tipo de estrutura: Simples Tipo de violão: infantil ¼. Comprimento: 80cm. Largura: 30cm				
Quantidade: 3	**Valor Unit.: 40,00**		Total Item: 120,00	
LOTE 13	Quant.: 1	Num: 618	78,00	**Total: 78,00**
Item: 13	Unidade: UNIDADE	Marca: crbag 5/8	Modelo: crbag 5/8	

Descrição: CAPA PARA TECLADO COMPACT 5/8 - Capa Para Teclado Compact 5/8 Nylon Modelo: Compact 5/8 A Capa Para Teclado Nylon Compact 5/8, é ideal para proteger seu instrumento de batidas e quedas. Conta com uma bolsa externa para você carregar seus acessórios e é ideal para músicos que precisam se locomover com o instrumento. Material: Nylon Dimensões: 97x15x37c				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 78,00**		Total Item: 78,00	
LOTE 14	Quant.: 1	Num: 086	14,90	**Total: 149,00**
Item: 14 Unidade: UNIDADE		Marca: combat 4043	Modelo: combat 4043	
Descrição: BAQUETA COM MAÇANETA MC48P PRETA - Baqueta Com Maçaneta MC48P Preta. A Baqueta Com Maçaneta MC48P, também conhecida como maceta, é um modelo projetado para bumbos marciais e de fanfarra. Possuindo um cordão pendente no cabo, permitindo a prática de giros com facilidade. Material: Cabo madeira 300mm. Dimensões: Comprimento: 300mm. Diâmetro: 25mm. L. 9 5/8´´ D. 0,984				
Quantidade: 10	**Valor Unit.: 14,90**		Total Item: 149,00	
LOTE 16	Quant.: 1	Num: 218	17,90	**Total: 89,50**
Item: 16 Unidade: UNIDADE		Marca: profire 5b	Modelo: profire 5b	
Descrição: BAQUETA PARA BATERIA 5B MODELO: NI 5BM - Baqueta Para Bateria 5B Modelo: NI 5BM - Ponta grande flecha, levemente oval. Proporciona mais taque peso e volume que uma 5A. Ideal para o Hard-rock, como também muito usada nas bandas marciais, fanfarras e na prática de exercícios técnicos. Embalagem: Par com 2. Tipo: 5B. Ponta: Ponta de Madeira. Material: Madeira. Dimensões: Comprimento de 420mm com diâmetro de 15,9mm. L.16 1/2" - D.0,626"				
Quantidade: 5	**Valor Unit.: 17,90**		Total Item: 89,50	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 1.644,89				

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:110EA552

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - D.E 18/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Responsavel: ISMAEL BATISTA no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº :	70/2026
b) Modalidade :	Compra por Dispensa
c) Data Homologação :	
d) Objeto Homologado :	Contratação de empresa especializada em engenharia para elaboração de projetos executivos destinados à demolição de estrutura existente e construção de 05 (cinco) pontes localizadas em estradas rurais do Distrito de Água Boa, no Município de Paiçandu/PR, contemplando o desenvolvimento de projetos executivos completos, levantamento planialtimétrico, estudos de solo e laudos, memoriais de cálculo e
e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:	

Fornecedor

CONSTRUTORA L. 7. LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	PROJETOS EXECUTIVOS DE 5 (CINCO) PONTES EM ÁREA RURAL	serviço	Serv	1,000	48.000,0000	48.000,00
Total:						48.000,00

Paiçandu, 25 de junho de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:3E4D43EC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - P.E 18/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - D.E 18/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Responsavel: ISMAEL BATISTA no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº :	50 /2026
b) Modalidade :	Pregão
c) Data Homologação :	19/06/2026
d) Objeto Homologado :	Aquisição de medicamentos de uso Veterinário e humano, materiais hospitalares para atendimento de animais em situação de rua, e demais animais pertencentes ao programa de Saúde e Bem Estar Animal instituido pela Lei Municipal nº3079/2021, regulamentada pelo Decreto 31/2023.
e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:	

Fornecedor

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS

Item Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
33 SULFATO DE VINCRISTINA 1MG/ML	BLAU	Fr	100,000	28,5800	2.858,00
			Total:		2.858,00

Fornecedor

J DE BRITO - DISTRI DE MED E CORRELATOS

Item Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
74 AGULHA 25X7 CX X/100	MEDIX	CX	5,000	8,3000	41,50
76 AGULHA 40X12 CX C100	MEDIX	CX	2,000	8,6000	17,20
			Total:		58,70

Fornecedor

NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA

Item Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
30 CEFALEXINA 500MG (CX COM 8 UNIDADES)	BOERINGE	CX	30,000	8,9500	268,50
32 PREDNISOLONA 20MG (CX COM 10 UNIDADES)	BOERINGE	CX	20,000	5,7000	114,00
53 DOXICICLINA 100MG CX COM 15 COMPRIMIDOS	BOERINGE	CX	55,000	8,8500	486,75
57 DIAZEPAM 10MG/2ML CX COM 50	BOERINGE	CX	1,000	80,0000	80,00
58 ÁLCOOL 70% LIQUIDO 1L CX COM 12	BOERINGE	CX	5,000	68,6300	343,15
61 LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO M CX COM 100	BOERINGE	CX	10,000	21,7400	217,40
77 AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES 1L	BOERINGE	CX	5,000	8,1900	40,95
79 AGUA PARA AUTOCLAVE GALÃO 5L CX 2	BOERINGE	CX	30,000	19,2200	576,60
38 SERINGA 3ML LUER LOCK (COM AGULHA 25X7)	BOERINGE	Ud	500,000	0,2700	135,00
39 SERINGA 1ML COM AGULHA	BOERINGE	Ud	500,000	0,3100	155,00
40 SERINGA 20ML LUER LOCK SEM AGULHA	BOERINGE	Ud	100,000	0,4600	46,00
47 SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250ML (UMA BOLSA)	BOERINGE	Ud	250,000	3,6300	907,50
48 SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML (UMA BOLSA)	BOERINGE	Ud	500,000	2,8800	1.440,00

49 EQUIPO MACROGOTAS COM INJETOR LATERAL	BOERINGE	Ud	300,000	0,6900	207,00
50 CLOREXIDINA 2 % SOLUÇÃO AQUOSA	BOERINGE	Ud	2,000	21,8400	43,68
63 FITA PARA AUTOCLAVE 19MMX30MT	BOERINGE	Ud	5,000	4,0700	20,35
66 ESPARADRAPO BRANCO 10CMX4,5M	BOERINGE	Ud	20,000	7,1100	142,20
71 COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE. 13 LITROS	BOERINGE	Ud	20,000	5,3400	106,80
80 RIFAMICINA SODICA SPRAY 10MG/ML 20ML	BOERINGE	Ud	5,000	6,4900	32,45
81 CATETER 20	BOERINGE	Ud	15,000	0,7000	10,50
84 SONDA URETRAL TAMANHO 4	BOERINGE	Ud	30,000	1,1000	33,00
85 SONDA URETRAL TAMANHO 6	BOERINGE	Ud	20,000	1,2300	24,60
52 TOBRAMICINA COLÍRIO 3MG/5ML	BOERINGE	Fr	3,000	5,9200	17,76
34 ATROPINA 0,25MG/ POR ML INJETÁVEL - 1ML	BOERINGE	AMP	50,000	1,0100	50,50
35 ADRENALINA 1 MG/ML INJETAVEL	BOERINGE	AMP	50,000	1,5900	79,50
46 METROCLOPRAMIDA INJETAVÉL 10MG/2ML	BOERINGE	AMP	20,000	0,6300	12,60
54 FUROSEMIDA 10MG/2ML	BOERINGE	AMP	25,000	0,7200	18,00
68 TALA DE ALUMÍNIO COM ESPUMA PARA IMOBILIZAÇÃO COM	BOERINGE	PCT	10,000	14,9500	149,50
69 TALA DE ALUMÍNIO COM ESPUMA PARA IMOBILIZAÇÃO COM 12	BOERINGE	PCT	5,000	18,1000	90,50
73 CAMPO CIRÚRGICO ESTÉRIL 25CMX28CM COM 4 CAMADAS	BOERINGE	PCT	20,000	9,9000	198,00
			Total:		6.047,79
Fornecedor					
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA					
Item Descrição	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
70 ENVELOPE PARA ESTERILIZAÇÃO AUTOCLAVE 9X23	BOERINGE	Ud	2.000,000	0,4500	900,00
			Total:		900,00
Fornecedor					
LS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA					
Item Descrição	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
59 FIO DE SUTURA NYLON COM AGULHA (2,5CM - 3/8) 2-0 COM 24	TECNOFIO	CX	50,000	29,5000	1.475,00
60 FIO DE SUTURA NYLON COM AGULHA (2,5CM - 3/8) 3-0 COM 24	TECNOFIO	CX	50,000	29,5000	1.475,00
			Total:		2.950,00
Fornecedor					
MEDINGA COMERCIAL LTDA					
Item Descrição	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
29 IVERMECTINA 6 MG (CX COM 4 COMPRIMIDOS)	NEOQUIMIC	CX	60,000	4,0000	240,00
31 PREDNISOLONA 5MG (CX COM 10 UNIDADES)	NEOQUIMIC	CX	25,000	6,4600	161,50
55 ITRACONAZOL 100MG CX COM 15	GEOLAB	CX	30,000	27,1700	815,10
			Total:		1.216,60
Fornecedor					
L A DALLA PORTA JUNIOR					
Item Descrição	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
24 ATADURA ELASTICA 10 CM	Polarfix	Ud	100,000	8,9000	890,00
42 SCALP 23	MEDIX	Ud	100,000	0,1900	19,00
43 SCALP 21	MEDIX	Ud	100,000	0,2000	20,00
44 SCALP 25	MEDIX	Ud	100,000	0,1900	19,00
62 LUVA ESTÉRIL 7,0	MEDIX	Ud	100,000	1,3000	130,00
65 COMPRESSA GAZE 11FIOS, 430GR 5 DOBRAS 8 CAMADAS NAO	ERIMAR	Ud	20,000	16,2200	324,40
82 CATETER 22	m2life m2life	Ud	20,000	0,6800	13,60
83 CATETER 24	m2life m2life	Ud	20,000	0,7500	15,00
64 ATADURA 12%ALGODÃO 24%POLIÉSTER 4% ELASTANO 10	ERIMAR	PCT	20,000	17,2700	345,40
86 ATADURA FORRAÇÃO DE ALGODÃO 15CMX1,8MT PACOTE COM	ERIMAR	PCT	5,000	15,5600	77,80
			Total:		1.854,20
Fornecedor					
BICHO WEB SAUDE ANIMAL LTDA					
Item Descrição	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
4 PRAZIQUANTEL: 50MG, PAMOATO DE PIRANTEL: 144MG,	DUPRANTE	CX	30,000	5,7500	172,50
19 ACEPROMAZINA 0,2% 10ML (FRASCO) INJETAVEL	APROMAZI	Fr	7,000	34,8800	244,16
20 CETAMINA 10 ML (FRASCO)	CETAMIN	Fr	200,000	31,8900	6.378,00
26 VITAMINA B12 20ML 100MG INJETAVÉL	HIPOVITA	Fr	10,000	23,3600	233,60
			Total:		7.028,26
Fornecedor					
FAROVET PRODUTOS VETERINARIOS LTDA					
Item Descrição	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
5 PRAZIQUANTEL 175MG, PAMOATO DE PIRANTEL 504MG,	WOLRD	CX	30,000	35,0000	1.050,00
6 PRAZIQUANTEL 20 MG, PAMOATO DE PIRANTEL 230 MG CX COM	WOLRD	CX	30,000	4,7300	141,90
8 ENROFLOXACINA 50MG (CX COM 150 UNIDADES)	WOLRD	CX	30,000	89,9900	2.699,70
13 NITEMPIRAM 11,4 MG	DECHRA	Cp	120,000	15,8300	1.899,60
14 NITEMPIRAM 57 MG	DECHRA	Cp	120,000	15,2300	1.827,60
22 DIPIRONA INJETÁVEL 50ML (FRASCO)	LEMA	Fr	10,000	10,1400	101,40
23 DEXAMETASONA INJETÁVEL 2MG/ML 10 ML (AMPOLA FRASCO)	LEMA	Fr	10,000	5,7900	57,90
27 VITAMINA K 20ML 150MG INJETAVEL	SM VITAKA	Fr	10,000	11,9900	119,90
18 SUPLEMENTO VITAMINICO	LAVIZOO	PCT	10,000	75,1600	751,60
			Total:		8.649,60

Paiçandu, 19/06/2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:45441333

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 19.385, DE 29 DE JUNHO DE 2026 - AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere a**Lei Orgânica**do Município, com fulcro na Lei Municipal n° 4.093, de 21 de Março de 2016, considerando o contido no Procedimento Administrativo n° 12539/2026:

DECRETA:

Art. 1ºA autorização para a realização de teste seletivo para a contratação de pessoal por tempo determinado, visando atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na área da Saúde, visando a ocupação dos seguintes cargos públicos:

EMPREGO PÚBLICO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO BASE	VAGAS	VAGAS RESERVADAS A DEFICIENTES FÍSICOS
Assistente de Farmácia	40 horas	R$ 1.827,72	1	0
Assistente Social	30 horas	R$ 5.159,21	1	0
Auxiliar Administrativo	40 horas	R$ 2.549,43	1	0
Cirurgião Dentista	20 horas	R$ 3.332,40	1	0
Cirurgião Dentista Estratégia – ESF	40 horas	R$ 6.664,80	2	0
Enfermeiro	36 horas	R$ 5.159,21	1	0
Enfermeiro – ESF	40 horas	R$ 5.159,21	2	0
Farmacêutico	40 horas	R$ 5.159,21	1	0
Fisioterapeuta	30 horas	R$ 3.870,76	1	0
Fonoaudiólogo	40 horas	R$ 5.159,21	1	0
Médico – ESF	40 horas	R$ 19.006,04	1	0
Médico Clínico Geral	20 horas	R$ 9.503,03	1	0
Motorista II	40 horas	R$ 2.659,66	1	0
Nutricionista	40 horas	R$ 5.159,21	1	0
Psicólogo	40 horas	R$ 5.159,21	1	0
Técnico em Enfermagem	40 horas	R$ 2.206,87	3	0
Técnico em Higiene Dentária	40 horas	R$ 2.206,87	1	0
Terapeuta Ocupacional	30 horas	R$ 3.870,76	1	0

Art. 2° O teste seletivo se funda na necessidade de suprir o trabalho dos cargos citados no artigo 1º, em substituição de servidores que se encontrem em licença maternidade, afastamentos de saúde, bem como outros afastamentos legais, mediante contratações via seleção pública.

Parágrafo único. As vagas para a referida seleção pública são as previstas na Lei Municipal nº4.093, de 21 de Março de 2016.

Art. 3º Os empregos constantes do artigo 1º são regidos pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com contratação por prazo determinado de até 12 meses, nos termos das Leis Municipais nº4.093, de 21 de Março de 2016.

Parágrafo único. Permanecendo a necessidade que gerou a contratação, o prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser prorrogado, quantas vezes forem necessárias, desde que não ultrapasse o limite máximo de até 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 4º Fica nomeada comissão especial para realização do teste seletivo, composta pelos seguintes servidores efetivos:

I – Daniele Borkoski de Pauli – Servidora efetiva; matrícula funcional 204332; Cargo: Auxiliar Administrativo; Qualificação Profissional: Tecnólogo em Processos Gerenciais - Presidente;

II – Kamila Dusi Bochenek - Servidora efetiva; matrícula funcional 204446. Cargo: Psicólogo; Qualificação Profissional: Bacharel em Psicologia – Membro;

III – Liliane de Fatima Padilha – Servidora efetiva; matrícula funcional 203667. Cargo: Auxiliar Administrativo; Qualificação Profissional: Bacharel em Administração Pública – Membro;

Art. 5º A comissão supra será responsável por todos os trabalhos do teste seletivo, que será realizado por execução direta, inclusive pelos trabalhos de deliberação, análise e julgamento de todos os atos do procedimento de teste seletivo.

Art. 6º É determinado aos membros da comissão especial a observância do rol de inscritos, devendo se declarar impedido na ocorrência do candidato inscrito ser cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afins até o terceiro grau, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único. Na ocorrência de impedimento entre membros da comissão em virtude de vínculo com qualquer candidato, deverá o Poder Executivo, imediatamente à manifestação de impedimento, nomear novo membro para compor a comissão.

Art. 7º O direito de ação contra quaisquer atos relativos ao teste seletivo prescreve em 3 meses, a contar da data em que for publicada homologação do resultado final.

Art. 8º Decorrido o prazo mencionado no artigo anterior, e inexistindo ação pendente, as provas e os materiais serão considerados inservíveis e poderão ser descartados, exceto sob a forma de incineração por razões ambientais.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:7F24DA32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA 20/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 020/2026
O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025,
RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - MAGISTÉRIO**
NOME DO SEGURADO: **LUCI GONÇALVES ALVES**
CARGO OCUPADO: **PROFESSORA – PROFE20N25-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
3.871.243-8	562.911.249-04	2419-02	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.
FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente – Normal (Magistério), Art. 40, §5 da CF – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição. Proventos integrais à aplicação da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.
VALOR DO PROVENTO: R$ 5.081,53 (cinco mil e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
74802/2025	22/09/2025	05/02/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:		**CNPJ:**
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ		76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 05 de fevereiro de 2026.
ALI EL KADRI
Diretor Presidente
***Republicado por incorreção**

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:02BA0FCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.495

PORTARIA Nº 2.495

"Concede férias aos servidores constantes da relação anexa."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal Complementar nº 203/2017, e conforme o que dispõe o Decreto nº 897/2018 e o que preceitua o artigo 63 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido nos protocolados nº 31.145, 34.863, 37.759, 38.522, 38.945, 39.043, 39.305, 39.413, 39.434, 39.547, 39.666, 39.694, 39.859, 39.868, 39.889, 39.893, 39.933, 39.987, 40.462, 40.528, 40.544, 40.546, 40.697, 40.826, 40.905, 41.087, 41.099, 41.228, 41.266, 41.461, 41.494, 41.506, 41.640, 41.705, 41.706, 41.825, 41.881, 42.109, 42.123, 42.616 e 42.619/2026,

RESOLVE:

I - Conceder férias aos servidores conforme os períodos aquisitivos que discrimina:

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
6.302-2	EDISON DOS SANTOS ANTÔNIO	03.06.2025 A 02.06.2026	30	06.07.2026	04.08.2026
8.513-4	LUCIANE CHIARELLI MAGALHÃES	02.02.2025 A 01.02.2026	30	13.07.2026	23.07.2026
				04.01.2027	14.01.2027
				15.01.2027	25.01.2027
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
8.011-2	ADRIANA PENICHE DOS SANTOS	20.06.2025 A 19.06.2026	30	24.06.2026	08.07.2026
				02.12.2026	16.12.2026
10.200-2	AMANDA DOS SANTOS DOMARESKI FRANCO	01.07.2021 A 30.06.2022	30	20.07.2026	29.07.2026
				05.01.2027	24.01.2027
1.860-1	PAULO CHARBUB FARAH	31.03.2025 A 30.03.2026	30	11.01.2027	29.01.2027
				05.04.2027	14.04.2027
478-1	REGINALDO MARTINS	06.06.2016 A 05.06.2017	30	01.07.2026	30.07.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
8.718-1	ALESSANDRA DA COSTA RICARDO MACHADO	28.02.2023 A 27.02.2024	30	06.07.2026	10.07.2026
				05.10.2026	14.10.2026
				01.12.2026	15.12.2026
10.881-1	ANDREIA SOARES SILVA	14.07.2024 A 13.07.2025	30	06.07.2026	20.07.2026
				31.08.2026	04.09.2026
				07.12.2026	16.12.2026
6.247-1	EVERALDO DE LIMA	03.06.2025 A 02.06.2026	30	06.07.2026	10.07.2026
				15.03.2027	03.04.2027
				28.07.2027	01.08.2027
10.080-4	IARA CORREIA SCUCUGLIA	13.04.2024 A 12.04.2025	30	10.07.2026	24.07.2026

				04.01.2027	18.01.2027
6.218-2	JULIO CEZAR CHRISTAKIS SANTOS	03.06.2021 A 02.06.2022	30	14.07.2026	28.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
10.299-1	SIDNEI DE OLIVEIRA NEVES	14.12.2024 A 13.12.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ORÇAMENTO - SEMFA					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
6.128-1	ANDREA NIEVES PORTALET	03.06.2026 A 02.06.2026	30	08.06.2026	12.06.2026
				08.09.2026	02.10.2026
6.391-1	CLAUDIO JOSÉ PEREIRA	01.07.2025 A 30.06.2026	30	15.07.2026	29.07.2026
				14.08.2026	28.08.2026
5.193-1	FABIEL ALEX SANDRO SILVA RICARDO	08.05.2023 A 07.05.2024	30	24.06.2026	03.07.2026
				19.08.2026	28.08.2026
				14.10.2026	23.10.2026
2.769-1	GILVANA ALVES FERMINO DA COSTA	01.05.2024 A 30.04.2025	30	15.06.2026	29.06.2026
				15.09.2026	29.09.2026
6.132-1	HEDY CESAR DE OLIVEIRA	03.06.2025 A 02.06.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLOG					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
2.776-1	JUSSIMARA NASCIMENTO FANINI	28.06.2022 A 27.06.2023	30	03.08.2026	17.08.2026
				01.12.2026	15.12.2026
98.992-2	GEAN MORENO RODRIGUES MARTINS	06.03.2025 A 05.03.2026	30	14.07.2026	28.07.2026
				04.12.2026	18.12.2026
4.441-1	RENATA CRISTIANE LOPES DOS SANTOS	01.03.2025 A 28.02.2026	30	20.07.2026	29.07.2026
				04.01.2027	13.01.2027
				10.02.2027	19.02.2027
7.367-1	RICARDO FEITOSA ANTUNES	26.01.2025 A 25.01.2026	30	03.07.2026	17.07.2026
				13.10.2026	27.10.2026
10.421-3	SEBASTIÃO RENATO FURTATO	14.09.2024 A 13.09.2025	30	06.07.2026	10.07.2026
				24.08.2026	02.09.2026
				18.01.2027	01.02.2027
99.039-1	TATIANE ALESSANDRA SOLIS	10.03.2025 A 09.03.2026	30	13.07.2026	17.07.2026
				05.01.2027	29.01.2027
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL - SEMEDI					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
6.961-2	ADÃO JORGE	30.09.2024 A 29.09.2025	30	15.06.2026	30.06.2026
				15.08.2026	30.08.2026
9.442-1	ADENAURI VANHONI XAVIER	04.06.2025 A 03.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
3.599-1	ANA VALDEREZ COSTA	25.04.2025 A 24.04.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
9.451-1	ANDERSON JOSÉ LOPES PEREIRA	11.06.2025 A 10.06.2026	30	13.07.2026	19.07.2026
				04.01.2027	26.01.2027
7.880-1	ANDREIA CONSTANTE RODRIGUES	03.05.2025 A 02.05.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
8.040-1	ALESSANDRA PINHEIRO MOLINO	30.06.2025 A 29.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
10.390-1	CLAUDIA LUCIANE REBELLO PEREIRA	05.07.2024 A 04.07.2025	30	20.07.2026	25.07.2026
				04.01.2027	13.01.2027
				15.03.2027	28.03.2027
10.188-1	CLAUDINEIA RODRIGUES DE SOUZA	30.06.2025 A 29.06.2026	30	01.09.2026	30.09.2026
6.308-1	CRISTIANE DOS SANTOS	03.06.2025 A 02.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
7.921-1	DANIELE DA SILVA	01.06.2025 A 31.05.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
9.039-2	DARLENE DE FATIMA ALVES ARMINDO VITALINO	03.05.2025 A 02.05.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
9.453-1	DIRCELIA CONCEIÇÃO RODRIGUES	03.06.2025 A 02.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
9.238-1	ELAINE DA SILVA TAVARES TIGRE	03.03.2024 A 02.03.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
5.160-1	GEIZA DOS SANTOS ESTEVES	07.06.2025 A 06.06.2026	30	11.06.2026	10.07.2026
10.160-1	HILDA MARA SANTANA	07.06.2025 A 06.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
5.054-1	JOÃO LUIZ DUTRA DE ARAÚJO	21.03.2023 A 20.03.2024	30	20.07.2026	03.08.2026
				13.10.2026	27.10.2026
1.964-1	JOANIR FULGENCIO	15.01.2025 A 14.01.2026	30	13.07.2026	27.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
880-1	JOVILINA POSSA MIQUILINO	24.06.2025 A 23.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
7.849-1	JUSIANE DE OLIVEIRA WASSÃO	03.05.2025 A 02.05.2026	30	08.09.2026	30.09.2026
				16.01.2026	23.01.2026
7.069-1	LINDACIR DOS PASSOS PINHEIRO ARZAN	10.02.2024 A 09.02.2025	30	13.07.2026	19.07.2026
				10.08.2026	19.08.2026
				14.09.2026	26.09.2026
6.264-1	LUCILENE DE OLIVEIRA NEVES ROSA	03.06.2025 A 02.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
4.526-1	LUCIMAR NARCISO	02.06.2025 A 01.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
9.458-1	LUCIMARA DE LIMA	01.06.2026 A 31.05.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
9.479-1	MARIA ANEILDA PEREIRA KESSILE	30.06.2025 A 29.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
5.734-1	MARIA MADALENA DA SILVA MIRANDA	07.06.2025 A 06.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
9.480-1	MARIA DO SOCORRO SOUZA PEREIRA	30.06.2025 A 29.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
12.918-5	MARCIELE RODRIGUES CORREA	18.03.2025 A 17.03.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026

6.309-1	MARINÊS DA SILVA PEREIRA	03.06.2025 A 02.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
5.539-2	NIRLENE MODESTO DOS SANTOS	01.01.2025 A 31.12.2025	30	28.05.2026	26.06.2026
9.937-1	NOEMI LOURENÇO DOS SANTOS	06.06.2025 A 05.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
7.893-1	PATRICIA DOS SANTOS ALVES GARCIA	31.05.2025 A 30.05.2026	30	20.07.2026	24.07.2026
				05.01.2027	29.01.2027
10.116-1	REGIS EDUARDO ALBUQUERQUE	13.05.2022 A 12.05.2023	30	01.07.2026	30.07.2026
6.314-2	RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS	03.06.2025 A 02.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
6.816-1	ROBERTO SANTOS BAKA	31.03.2025 A 30.03.2026	30	10.08.2026	15.08.2026
				19.10.2026	28.10.2026
				08.02.2027	21.02.2027
7.776-1	ROSANA LISBOA RODRIGUES	02.05.2025 A 01.05.2026	30	13.07.2026	27.07.2026
				04.12.2026	18.12.2026
9.460-1	ROSANA RODRIGUES DO AMARAL	03.06.2025 A 02.06.2025	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
5.739-1	ROZELI DE FATIMA ALVES CARDOSO	07.06.2025 A 06.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
8.043-1	ROSANGELA FERREIRA DA VEIGA	30.06.2025 A 29.06.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
1.064-1	SANDRA MARA DE ALMEIDA NUNES	08.02.2025 A 07.02.2026	30	05.01.2026	27.01.2026
				13.07.2026	19.07.2026
5.269-1	SANDRO APARECIDO DA SILVA	18.06.2025 A 17.06.2026	30	06.07.2026	20.07.2026
				03.08.2026	17.08.2026
8.948-2	SANDRO JUNIOR SZLACHTA GONÇALVES	31.03.2025 A 30.03.2026	30	10.12.2026	08.01.2027
5.113-1	SIRLENE RODRIGUES	19.04.2025 A 18.04.2026	30	06.07.2026	25.07.2026
				04.01.2027	13.01.2027
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
6.271-1	ADRIANE ALBINI DE OLIVEIRA	03.06.2023 A 02.06.2024	30	08.07.2026	17.07.2026
				04.01.2027	23.01.2027
4.255-1	ALCILENE DO ROSÁRIO BARBOSA	31.07.2024 A 30.07.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
12.046-1	ALINE DO PILAR DA COSTA ANDRADE	16.09.2024 A 15.09.2025	30	13.07.2026	22.07.2026
				19.10.2026	23.10.2026
				04.12.2026	18.12.2026
6.622-1	ALINE ROSA RODRIGUES AGOSTINHO	31.01.2025 A 30.01.2026	30	13.07.2026	17.07.2026
				03.08.2026	07.08.2026
				05.01.2027	24.01.2027
95.884-2	ANA CAROLINE PEREIRA DA COSTA	24.02.2025 A 23.02.2026	30	06.07.2026	20.07.2026
				08.09.2026	22.09.2026
9.434-2	ANA PAULA PINHEIRO DA SILVEIRA	12.06.2024 A 11.06.2025	30	20.07.2026	24.07.2026
				14.12.2026	18.12.2026
				11.01.2027	30.01.2027
11.328-4	ANGIE ALINE ALBINI	17.10.2024 A 16.10.2025	30	20.07.2026	02.08.2026
				08.12.2026	18.12.2026
				01.02.2027	05.02.2027
96.382-2	CAMILA SOARES MOTTA CELESTINO	06.03.2025 A 05.03.2026	30	13.07.2026	22.07.2026
				08.09.2026	27.09.2026
9.014-1	CAROLINE BRASÍLIO BARBOZA	04.06.2025 A 03.06.2026	30	10.08.2026	14.08.2026
				08.09.2026	17.09.2026
				04.01.2027	18.01.2027
4.459-1	CÉLIA REGINA PEREIRA CORDEIRO	19.03.2024 A 18.03.2025	30	06.07.2026	20.07.2026
				03.08.2026	17.08.2026
12.033-1	CLAUCIA PEREIRA TEIXEIRA	06.09.2024 A 05.09.2025	30	20.07.2026	18.08.2026
7.770-1	CLAUDIA CORDEIRO DE SOUZA	31.03.2025 A 30.03.2026	30	13.07.2026	27.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
7.245-1	CLAUDIA MICHELON DA LUZ WILDNER	20.02.2025 A 19.02.2026	30	01.07.2026	05.07.2026
				16.11.2026	25.11.2026
				04.01.2027	18.01.2027
10.858-1	CLEUZA FRANCISCA DA SILVA	26.06.2024 A 25.06.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
7.303-5	CRISTIANO ARAJARA DA ROSA	04.04.2023 A 03.04.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
9.468-1	DANIEL FARIAS PORTELLA	01.06.2023 A 31.05.2024	30	20.07.2026	03.08.2026
				21.12.2026	04.01.2027
11.047-1	DANIELLE PIRES LUIZ	22.04.2025 A 21.04.2026	30	13.07.2026	27.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
96.185-3	DANILO DA SILVA KADOR	24.03.2025 A 23.03.2026	30	14.07.2026	24.07.2026
				14.12.2026	18.12.2026
				15.02.2027	28.02.2027
8.029-1	DAVIELLE VINHA SANTOS MACHADO	29.06.2021 A 28.06.2022	12	16.07.2026	27.07.2026
12.803-2	DAYAHNA CAROLINE MOREIRA REIS	13.04.2024 A 12.04.2025	30	11.07.2026	20.07.2026
				01.01.2027	20.01.2027
8.994-1	DÉBORA CRISTINA DA SILVA PRADI	10.06.2023 A 09.06.2024	30	01.07.2026	15.07.2026
				08.09.2026	22.09.2026
11.032-1	DEISY MENDES SILVA	30.03.2024 A 29.03.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
10.115-1	DENISE ROVER	30.04.2025 A 29.04.2026	30	20.07.2026	03.08.2026
				02.11.2026	16.11.2026
4.319-1	DIREMA ZELA RIBEIRO BASÍLIO	17.08.2024 A 16.08.2025	30	08.07.2026	27.07.2026
				14.09.2026	23.09.2026
9.513-1	DORALI HIDECO MITSUNAGA SUZUKI	31.07.2025 A 30.01.2026	20	06.07.2026	11.07.2026
				19.10.2026	01.11.2026
4.837-2	EDINA MAGALI OLEGÁRIO SOUZA	08.03.2024 A 07.03.2025	30	06.07.2026	04.08.2026
7.743-1	EDUARDO CARLOS DOS SANTOS	31.03.2024 A 30.03.2025	30	15.07.2026	13.08.2026
6.143-1	ELAINE MARTINELLI BORNANCIN MOLINO	04.06.2025 A 03.06.2026	30	10.07.2026	24.07.2026
				17.08.2026	26.08.2026
				21.09.2026	25.09.2026
5.730-2	ELIANE COSTA MARIANO	07.06.2025 A 06.06.2026	30	31.07.2026	07.08.2026
				13.10.2026	17.10.2026
				04.01.2027	20.01.2027

4.885-1	EVELYN CAROLINE SCREMIN CORRÊA DA CUNHA	14.03.2023 A 13.03.2024	30	13.07.2026	22.07.2026
				26.10.2026	14.11.2026
7.483-1	FERNANDO COSTA	01.07.2023 A 30.06.2024	30	13.07.2026	27.07.2026
				21.11.2026	30.11.2026
				21.12.2026	25.12.2026
95.824-4	FLÁVIA DE SOUZA MIRANDA	06.07.2024 A 05.07.2025	30	06.07.2026	04.08.2026
6.781-1	GILMAR THEODORO LOURENÇO	31.03.2024 A 30.03.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
93.819-5	GLAUCI BEZERRA RIBEIRO GOMES	20.04.2025 A 19.04.2026	30	06.07.2026	20.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
98.006-1	GLEICIANE TORCATO MORAIS ELPIDIO	20.07.2024 A 19.07.2025	30	13.07.2026	11.08.2026
95.016-4	GRACIELE CRISTINA RICHTER	10.05.2025 A 09.05.2026	30	03.07.2026	17.07.2026
				02.10.2026	16.10.2026
96.986-3	GREYCE KELY SANTOS SILVA OLIVEIRA DE SÁ	14.06.2025 A 13.06.2026	30	17.07.2026	31.07.2026
				18.02.2027	04.03.2027
94.886-5	ISABELY DE SOUZA	24.06.2024 A 23.06.2025	30	14.07.2026	28.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
93.924-4	IZABELA DO NASCIMENTO LOPES DA SILVA	20.04.2024 A 19.04.2025	30	09.07.2026	07.08.2026
95.000-4	JÉSSICA PRISCILA BEZERRA MACHADO	23.05.2025 A 22.05.2026	30	08.07.2026	22.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
7.389-2	JOCILENE MARIA CÂNDIDO ABUD	30.06.2025 A 29.06.2026	30	10.07.2026	08.08.2026
9.556-1	JOSIELI CASTRO DE MORAIS	20.08.2025 A 19.02.2026	20	09.07.2026	28.07.2026
4.848-1	JUSSARA SILVA	08.03.2025 A 07.03.2026	30	06.07.2026	04.08.2026
94.857-3	KELLI MERI TANIMOTO	17.06.2025 A 16.06.2026	30	17.07.2026	31.07.2026
				12.02.2027	26.02.2027
6.615-2	LILIAN ELIAS DE PAULA	01.02.2023 A 31.01.2024	30	01.07.2026	15.07.2026
				03.08.2026	17.08.2026
9.525-1	LILIANE MARIA PEREIRA OLIVEIRA	31.07.2024 A 30.07.2025	30	13.07.2026	11.08.2026
98.487-1	LUANA DO NASCIMENTO CARVALHO	17.06.2025 A 16.06.2026	30	13.07.2026	27.07.2026
				16.12.2026	23.12.2026
				04.01.2027	10.01.2027
6.154-3	LUCIA HELENA TEIXEIRA PEREIRA	03.06.2025 A 02.06.2026	30	13.07.2026	27.07.2026
				02.01.2027	16.01.2027
5.399-1	MARCIA REGINA NASCIMENTO ALVES	03.01.2025 A 02.01.2026	30	14.07.2026	28.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
7.791-2	MARCIO LUIZ ZOLDAN	03.05.2024 A 02.05.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
7.266-1	MARIA APARECIDA RAINERTE	19.02.2025 A 18.02.2026	30	01.07.2026	15.07.2026
				01.08.2026	15.08.2026
96.198-3	MARIA JOSEFINA RAQUEL DE UGARTE MONTANO	14.02.2025 A 13.02.2026	30	06.07.2026	20.07.2026
				26.10.2026	09.11.2026
93.752-5	MARIA LUCÉLIA DA SILVA	23.05.2025 A 22.05.2026	30	13.07.2026	17.07.2026
				24.08.2026	28.08.2026
				04.01.2027	23.01.2027
94.022-2	MARILENE LOLI	12.03.2025 A 11.03.2026	30	06.07.2026	20.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
11.369-4	MARJORI KELLI GONÇALVES	21.08.2024 A 20.08.2025	30	13.07.2026	27.07.2026
				23.11.2026	07.12.2026
94.463-2	MELINA FERNANDES DERES	06.03.2024 A 05.03.2025	30	02.07.2026	31.07.2026
6.295-1	MELISSA RUSSI MACHADO	03.05.2025 A 02.05.2026	30	20.07.2026	03.08.2026
				10.08.2026	14.08.2026
				26.01.2027	04.02.2027
4.447-1	MIRIAM PEREIRA FARIAS CALISTO	02.03.2025 A 01.03.2026	30	06.07.2026	10.07.2026
				04.01.2027	28.01.2027
96.721-1	NATALIA CRISTY FELTZ GOMES	24.06.2025 A 23.06.2026	30	13.07.2026	27.07.2026
				14.01.2027	28.01.2027
7.404-1	NELSON PEREIRA DA CUNHA NETO	01.07.2023 A 30.06.2024	30	13.07.2026	22.07.2026
				26.10.2026	14.11.2026
98.571-1	NOARA GOMES	10.07.2024 A 09.07.2025	30	15.06.2026	14.07.2026
95.376-1	OSVALDO SEBASTIÃO SILVA GODO	03.07.2024 A 02.07.2025	30	15.07.2026	29.07.2026
				05.11.2026	09.11.2026
				01.01.2027	10.01.2027
98.321-1	PAMELA WOLFF	09.04.2025 A 08.04.2026	30	13.07.2026	27.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
10.391-4	REGINALDO ASSUNÇÃO	30.06.2024 A 29.06.2025	30	06.07.2026	15.07.2026
				10.08.2026	14.08.2026
				21.09.2026	05.10.2026
7.267-1	ROSANA LEANDRO DA SILVA	18.02.2024 A 17.02.2025	30	13.07.2026	27.07.2026
				03.11.2026	17.11.2026
7.844-2	ROSE MARIA DE FREITAS ALVES	04.05.2023 A 03.05.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
6.892-1	ROSELI DOS SANTOS FREITAS	01.11.2023 A 30.04.2024	20	03.07.2026	22.07.2026
8.009-2	SÉRGIO PAULO AGUILERA MACHADO	17.06.2021 A 16.06.2022	30	14.07.2026	29.07.2026
				27.10.2026	04.11.2026
				01.12.2026	05.12.2026
12.172-1	SERINO DE ABREU	18.11.2024 A 17.11.2025	30	18.06.2026	02.07.2026
				01.12.2026	15.12.2026
95.888-4	SILVANI SANTOS MORENO	24.04.2025 A 23.04.2026	30	06.07.2026	04.08.2026
93.930-5	SUELLEN SOUZA DE ARAUJO	20.04.2025 A 19.04.2026	30	09.07.2026	28.07.2026
				08.03.2027	17.03.2027
9.530-1	TALICIA FERREIRA LIMA	01.08.2022 A 31.07.2023	30	13.07.2026	27.07.2026
				08.09.2026	22.09.2026
9.155-1	THAIS DE OLIVEIRA SOARES	09.12.2024 A 08.12.2025	30	04.07.2026	19.07.2026
				04.01.2027	17.01.2027
9.531-1	THIAGO AUGUSTO AMÓDIO	31.07.2023 A 30.07.2024	24	01.07.2026	24.07.2026
8.574-1	VANESSA FREITAS DE QUADROS LAGOS	11.06.2025 A 10.06.2026	30	13.07.2026	17.07.2026
				09.09.2026	18.09.2026
				18.01.2027	01.02.2027
10.771-1	VÂNIA DE FÁTIMA GOMES	05.05.2025 A 04.05.2026	30	20.07.2026	03.08.2026
				10.08.2026	14.08.2026
				26.01.2027	04.02.2027
11.329-5	VIVIANE BRIM DOS SANTOS MORETTI	27.12.2024 A 26.12.2025	30	10.07.2026	24.07.2026

				19.01.2027	02.02.2027
7.416-1	WILLIAM JOSÉ FREITAS DA ROCHA	30.06.2024 A 29.06.2025	30	13.07.2026	17.07.2026
				21.10.2026	30.10.2026
				18.01.2027	01.02.2027
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA - SEMSEG					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
6.920-1	ANDERSON LUIZ FERNANDES	01.09.2024 A 31.08.2025	30	06.07.2026	19.07.2026
				23.11.2026	02.12.2026
				04.01.2027	09.01.2027
6.285-1	ADENILDO FERREIRA DA SILVA	03.06.2025 A 02.06.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
10.486-2	AMILTON BATISTA DE ARAÚJO JUNIOR	17.11.2022 A 16.11.2023	30	01.07.2026	30.07.2026
8.591-1	CLAUDIA APARECIDA MENDES BELO	31.07.2023 A 30.07.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
11.169-1	CLEONICE VEIGA DE SOUZA	01.08.2023 A 31.07.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
10.877-2	CRISTIANE ADRIANO COSTA PIRES	07.07.2023 A 06.07.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
7.717-1	EDSON ALVES MARCELINO	31.03.2024 A 30.03.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
7.715-2	EDUARDO RODRIGUES	31.03.2025 A 30.03.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
6.925-1	ELISÂNGELA MARTINS CELESTINO	01.09.2023 A 31.08.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
5.770-1	FABIANO COSTA PINTO	02.07.2024 A 01.07.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
8.601-1	GEZIEL XAVIER	31.07.2024 A 30.07.2025	30	06.07.2026	04.08.2026
10.779-1	JOEL SOARES DA SILVA JUNIOR	29.05.2025 A 28.05.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
10.857-1	LEANDRO DA SILVA RICARDO FERNANDES	19.06.2023 A 18.06.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
7.320-1	LÉIA TAVARES	01.03.2024 A 28.02.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
5.816-1	LEOVANIR FREITAS DA SILVA JUNIOR	03.07.2023 A 02.07.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
6.319-1	LUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA PINTO	03.06.2025 A 02.06.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
6.938-1	MARCELO DE AVELINO FRANCO	01.09.2023 A 31.08.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
5.782-1	MARCELO GIOVANI DOS SANTOS LIMA	02.07.2023 A 01.07.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
11.069-1	MARCIELLE DA SILVA MARODIN	22.05.2024 A 21.05.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
97.484-2	MICHEL DE SOUSA ARAUJO	16.02.2024 A 15.02.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
6.053-1	MICHELLANGELO LEANDRO ILLIPRONTE	01.03.2024 A 28.02.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
10.465-1	MIRIAM DO ROCIO RIBEIRO DE CARVALHO	10.11.2021 A 09.11.2022	30	01.07.2026	30.07.2026
97.499-2	MURILO DOS SANTOS LOPES PIRES	16.02.2024 A 15.02.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
11.085-1	OLIMAR DA SILVA PINHEIRO	25.05.2023 A 24.05.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
97.495-2	RAFAEL AUGUSTO DA SILVA	16.02.2024 A 15.02.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
10.794-1	RAFAEL DE FREITAS MACENO	09.06.2023 A 08.06.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
10.789-1	RAFAEL LACERDA NASCIMENTO	09.06.2024 A 08.06.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
7.700-1	RENATA LOPES FARIAS	08.04.2024 A 07.04.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
11.161-1	ROSANA SOUZA DE ARAUJO AMARAL	01.08.2024 A 31.07.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
10.505-2	SELMA DO ROCIO BARBOSA	12.12.2023 A 11.12.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
11.088-1	TATIANE CARLA DOMINGUES GOMES	25.05.2024 A 24.05.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
7.765-1	WELLINGTON FREITAS DA SILVA	31.03.2022 A 30.03.2023	30	01.07.2026	30.07.2026
6.568-1	WELLINGTON LUIZ PINHEIRO ADAMS	13.01.2023 A 12.01.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO - SEMUR					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
9.935-1	ANDRÉ CRISTIANO BATISTA	17.03.2025 A 16.03.2026	30	20.07.2026	31.07.2026
				04.01.2027	21.01.2027
4.194-1	ANDRÉ LUIZ SOARES DE FREITAS	01.08.2024 A 31.07.2025	30	13.07.2026	27.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
9.051-1	DIOVALDO MAURICIO DE PAULA	03.06.2025 A 02.06.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
10.086-1	HELIO EDISON DA CRUZ JUNIOR	14.04.2025 A 13.04.2026	30	14.07.2026	28.07.2026
				03.12.2026	17.12.2026
692-1	JAIRO BORGES TEODORO	02.06.2025 A 01.06.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
1.512-1	ROGÉRIO JOSÉ LISBOA	02.06.2025 A 01.06.2026	30	06.07.2026	20.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SEMSU					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
94.121-1	CHRISTIANARA SANTOS ROSA	29.03.2021 A 28.03.2022	30	01.07.2026	30.07.2026
6.289-1	GENESI FERREIRA PEREIRA	02.06.2024 A 01.06.2025	30	16.07.2026	30.07.2026
				17.08.2026	31.07.2026
10.134-1	JAIR ANDRIOLI DE SOUZA	11.05.2023 A 10.05.2024	30	17.07.2026	15.08.2026
9.339-1	JAMIL DE FREITAS MARIA JUNIOR	02.03.2024 A 01.03.2025	30	06.07.2026	19.07.2026
				21.09.2026	29.09.2026
				09.12.2026	15.12.2026
1.609-1	JOÃO FÉLIX NETO	02.06.2025 A 01.06.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
8.017-1	JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA NASCIMENTO	17.06.2024 A 16.06.2025	30	13.07.2026	27.07.2026
				04.01.2024	18.01.2027
390-1	NELSON BRANCO	01.04.2025 A 31.03.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
8.937-1	PETERSON STYVE FALANGA	12.03.2025 A 11.03.2026	30	13.07.2026	22.07.2026
				04.01.2027	23.01.2027
8.527-1	RITA DE KASSIA NANAMI ABE	07.03.2025 A 06.03.2026	30	06.07.2026	10.07.2026
				04.01.2027	28.01.2027
5.153-1	ROSIANE KREUTZER DE PAULA	21.04.2025 A 20.04.2026	30	06.07.2026	10.07.2026
				09.12.2026	18.12.2026
				01.03.2027	15.03.2027
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E INOVAÇÃO - SETRIN					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
12.788-8	DEISI DO ROCIO LEAL	12.02.2025 A 11.02.2026	30	15.06.2026	14.07.2026
9.439-1	HELISON ZOLA DOS SANTOS	01.06.2024 A 31.05.2025	30	08.07.2026	17.07.2026
				28.09.2026	12.10.2026
				11.01.2027	15.01.2027
11.299-1	JENIFER DE FREITAS BEZERRA	19.09.2024 A 18.09.2025	30	29.06.2026	28.07.2026
7.209-1	JOVANE MARISA ZANELATTO DE SOUZA	09.02.2025 A 08.02.2026	30	25.06.2026	24.07.2026
9.419-1	NIVALDO JOSE SUAVE	06.05.2024 A 05.05.2025	30	03.07.2026	07.07.2026
				08.09.2026	17.09.2026
				04.01.2027	18.01.2027
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SEMOP					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
4.812-2	ALCIDES DA SILVA	08.03.2025 A 07.03.2026	30	22.07.2026	20.08.2026
6.311-1	ALEXSANDRO DIBE DOS SANTOS	03.06.2025 A 02.06.2026	24	15.07.2026	07.07.2026
4.926-1	ANDRÉ LUIZ PIOLI MARCELINO	14.03.2022 A 13.03.2023	30	06.07.2026	04.08.2026

9.408-1	ANGELINA FORCATO	07.05.2025 A 06.05.2026	30	13.07.2026	22.07.2026
				04.01.2027	23.01.2027
9.049-1	ANTONIO CARLOS MENDES FARIAS	31.05.2025 A 30.05.2026	30	06.07.2026	04.08.2026
6.337-1	ANTONIO PEDRO SOARES	03.06.2020 A 02.06.2021	30	20.07.2026	18.08.2026
4.992-1	CEZAR VICENTE DE SOUZA	15.03.2025 A 14.03.2026	30	06.07.2026	04.08.2026
9.514-1	CRISTIANE ALVES MARTINS	01.07.2025 A 30.06.2026	30	13.07.2026	27.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
2.215-1	ELIANE RAMOS MENDES	09.04.2024 A 08.04.2025	30	20.07.2026	18.08.2026
7.075-1	ELZA PINTO PERSCHIN	09.02.2024 A 08.02.2025	30	29.06.2026	13.07.2026
				30.11.2026	14.12.2026
6.202-2	EREMILTO ALVES DE LIMA	03.06.2025 A 02.06.2026	30	06.07.2026	04.08.2026
11.525-1	FÁBIO RUEDA	14.01.2023 A 13.01.2024	30	13.07.2026	27.07.2026
				13.08.2026	27.08.2026
9.053-1	GILSON LOPES	31.05.2025 A 30.05.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
6.303-1	JAIRTON MATOZO OLIVEIRA	03.06.2025 A 02.06.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
2.752-1	JAMIL MATOZO OLIVEIRA	14.06.2025 A 13.06.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
7.351-2	JULIO ALTEMAR OLIVEIRA FERNANDES	01.06.2025 A 31.05.2026	30	06.07.2026	04.08.2026
2.877-1	ORLANDO FERREIRA	28.06.2025 A 27.06.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
6.224-1	OSMAR PADILHA	03.06.2025 A 02.06.2026	18	06.07.2026	23.07.2026
4.697-1	SÉRGIO LUIZ GONÇALVES DO AMARAL	08.03.2025 A 07.03.2026	30	13.07.2026	22.07.2026
				04.01.2027	23.01.2027
93.838-1	THIAGO MANTOVANI SCOMASSON	03.12.2024 A 02.12.2025	30	20.07.2026	18.08.2026
7.516-1	TIMÓTEO ANTONIO DA SILVA	30.11.2024 A 29.11.2025	24	01.07.2026	24.07.2026
5.237-2	WLADIMIR GONÇALVES FREIXO	31.05.2025 A 30.05.2026	30	01.07.2026	15.07.2026
				03.11.2026	17.11.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEDEHAB					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
12.290-2	FUMIKO JULIANA FUNAKI	10.02.2025 A 09.02.2026	30	13.07.2026	26.07.2026
				24.08.2026	30.08.2026
				21.09.2026	29.09.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCA - SEMMADESP					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
10.385-2	ALAN MULLER MENDONÇA XAVIER	23.05.2025 A 22.05.2026	30	17.07.2026	31.07.2026
				13.10.2026	27.10.2026
8.396-3	ALLAN GABRIEL DA COSTA ALVES	31.05.2025 A 30.05.2026	30	13.07.2026	11.08.2026
2.062-1	BERNARDETE DO ROCIO CORDEIRO CHAGAS	01.05.2025 A 30.04.2026	30	01.07.2026	15.07.2026
				01.08.2026	15.08.2026
7.333-1	CLAUDINEI MATIAS GONÇALVES	01.03.2023 A 29.02.2024	30	01.07.2026	30.07.2026
4.770-1	DANIEL MACANHÃO PINTO	08.03.2025 A 07.03.2026	30	20.07.2026	28.07.2026
				13.10.2026	19.10.2026
				01.12.2026	14.12.2026
6.251-2	DARCI DE JESUS VARELA	03.06.2025 A 02.06.2026	30	20.07.2026	18.08.2026
6.240-2	DAVID TEODORO	03.06.2024 A 02.06.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
11.517-1	EDUARDO JOSE PODOLAK	14.01.2024 A 13.01.2025	30	20.07.2026	26.07.2026
				11.01.2027	02.02.2027
1.391-1	ELIZEU JUNQUEIRA TRIZOTE DE CAMPOS	14.09.2023 A 13.09.2024	30	20.07.2026	18.08.2026
5.172-1	GILBERTO REIS	21.04.2024 A 20.04.2025	30	15.07.2026	13.08.2026
9.054-1	JOEL MENDES VELOZO	03.06.2024 A 02.06.2025	30	13.07.2026	27.07.2026
				14.09.2026	28.09.2026
11.341-1	KLEBERSON DOS SANTOS PINTO	28.09.2022 A 27.09.2023	30	13.07.2026	11.08.2026
9.591-1	LIZIANE MATOSO DE SOUZA	31.10.2023 A 30.10.2024	30	08.07.2026	22.07.2026
98.904-1	LAERTES ROCHA JUNIOR	11.02.2025 A 10.02.2026	30	15.06.2026	29.06.2026
				11.01.2027	25.01.2027
6.217-1	LEONARDO DOS SANTOS BRENZINK	02.06.2025 A 01.06.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
8.032-2	RENATO CESAR LIMA DOS SANTOS	30.06.2024 A 29.06.2025	30	13.07.2026	11.08.2026
6.204-1	RENE DOS SANTOS	03.06.2025 A 02.06.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
9.086-2	SERGIO RODRIGO RAMILIO	01.07.2025 A 30.06.2026	30	01.07.2026	08.07.2026
				03.08.2026	10.08.2026
				01.09.2026	14.09.2026
5.137-1	SUELI NASCIMENTO BALDOINO	19.04.2025 A 18.04.2026	24	01.07.2026	24.07.2026
4.716-1	VALDIR DA COSTA AGOSTINHO	08.03.2025 A 07.03.2026	30	20.07.2026	18.08.2026
5.639-1	VERA LUCIA ALVES DA SILVA	02.04.2025 A 01.04.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E IGUALDADE RACIAL - SEMDIR					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
93.880-1	ADRIANA ROCHA	20.01.2025 A 19.01.2026	30	01.07.2026	15.07.2026
				15.09.2026	29.09.2026
10.128-2	ANA PERLA GALVÃO	14.01.2023 A 13.01.2024	30	13.07.2026	26.07.2026
				14.12.2026	18.12.2026
				13.01.2027	23.01.2027
95.594-2	BEATRIZ MARTINS DAS NEVES	26.05.2025 A 25.05.2026	30	13.07.2026	17.07.2026
				20.07.2026	24.07.2026
				30.11.2026	19.12.2026
97.737-1	CAROLINE RAMOS DAS NEVES	14.10.2024 A 13.10.2025	30	06.07.2026	04.08.2026
4.897-1	DANIEL DOS SANTOS ALBINO	15.03.2021 A 14.03.2022	30	06.07.2026	04.08.2026
7.910-1	DANIELE LOPES ALVES	31.05.2025 A 30.05.2026	30	14.07.2026	28.07.2026
				01.12.2026	15.12.2026
7.847-2	DARLAN JANES MACEDO SILVA	01.02.2024 A 31.01.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
10.545-1	DIELLE MENDONÇA GASPAR	07.02.2025 A 06.02.2026	30	14.07.2026	28.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
7.222-1	EDILSON ACHE	09.02.2023 A 08.02.2024	30	29.06.2026	28.07.2026
2.649-4	INÊS DO ROCIO SILVA SECCON	09.06.2025 A 08.06.2026	30	01.07.2026	15.07.2026
				03.08.2026	17.08.2026
97.172-2	LUIZ GUSTAVO PEREIRA LOPES	10.03.2025 A 09.03.2026	30	13.07.2026	22.07.2026
				04.01.2027	23.01.2027
8.019-1	PATRICIA VIEIRA ALVES	31.05.2025 A 30.05.2026	30	13.07.2026	27.07.2026
				07.12.2026	21.12.2026
93.883-1	PRISCILLA ROQUE	19.01.2025 A 18.01.2026	30	13.07.2026	17.07.2026
				20.07.2026	24.07.2026
				08.09.2026	27.09.2026

95.125-2	SARA DE OLIVEIRA PINTO	18.03.2025 A 17.03.2026	30	22.07.2026	31.07.2026
				21.09.2026	05.10.2026
				18.01.2027	22.01.2027
95.653-2	SIMONE ANDREIA DE SOUZA IZIDORO	10.01.2025 A 09.01.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
6.954-1	SOLANGE GONÇALVES MAYER	01.09.2024 A 31.08.2025	30	20.07.2026	24.07.2026
				08.11.2026	12.11.2026
				06.01.2027	25.01.2027
11.427-1	SÔNIA TERESINHA BONAFINI SILVEIRA	20.11.2024 A 19.11.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
97.564-1	VALÉRIA DA SILVA GOMES	14.09.2024 A 13.09.2025	30	06.07.2026	04.08.2026
6.263-3	VILMARA SCREMIN	03.06.2024 A 02.06.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
8.938-1	WELINGTON DOS SANTOS FRANDJI	12.03.2021 A 11.03.2022	30	06.07.2026	10.07.2026
				03.08.2026	07.08.2026
				09.09.2026	28.09.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - SECULTUR					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
4.698-2	CARMEM MESQUITA DOS SANTOS	09.03.2025 A 08.03.2026	30	13.07.2026	22.07.2026
				31.08.2026	04.09.2026
				04.01.2027	18.01.2027
7.595-1	CLEVERSON LUIZ FRANÇA LEANDRO	02.01.2025 A 01.01.2026	30	06.07.2026	10.07.2026
				04.01.2027	28.01.2027
7.297-1	DERLIANE MARTINS	03.03.2025 A 02.03.2026	30	10.07.2026	19.07.2026
				08.01.2027	27.01.2027
5.232-1	ERCILIA CRISTINE PEREIRA	09.05.2025 A 08.05.2026	30	13.07.2026	17.07.2026
				11.01.2027	20.01.2027
				01.02.2027	15.02.2027
3.618-1	IZABEL DO ROSARIO	21.06.2025 A 20.06.2026	30	14.07.2026	28.07.2026
				05.01.2027	19.01.2027
11.530-1	MARCOS XAVIER RIBEIRO	21.01.2025 A 20.01.2026	30	27.07.2026	10.08.2026
				04.01.2027	18.01.2027
6.209-2	RUBENS JOSE DOS SANTOS FRANÇA	03.06.2024 A 02.06.2025	30	06.07.2026	10.07.2026
				08.09.2026	02.10.2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE - SESPOR					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
93.899-6	ALAN FERREIRA DE JESUS	07.03.2025 A 06.03.2026	30	01.07.2026	30.07.2026
SECRETARIA REGIONAL DA ILHA DOS VALADARES - SERVAL					
MAT.	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**DIAS**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
11.180-1	BRUNEY DA COSTA LOURENÇO	29.08.2024 A 28.08.2025	30	01.07.2026	15.07.2026
				03.08.2026	17.08.2026
2.070-1	CYRO ABALEM JUNIOR	01.05.2024 A 30.04.2025	30	01.07.2026	30.07.2026
5.030-1	GEOVANE LUIZ DA SILVA	22.03.2024 A 21.03.2025	30	01.07.2026	15.07.2026
				03.08.2026	17.08.2026
3.251-1	ROSI MIRANDA DA SILVA	26.06.2025 A 25.06.2026	30	14.07.2026	28.07.2026
				04.01.2027	18.01.2027
6.582-1	TONI EMERSON GRAZA DA SILVA	15.01.2023 A 14.01.2024	30	01.07.2026	30.07.2026

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 29 de junho de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:EBF49F9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.498

PORTARIA Nº 2.498

“Concede usufruto de Licença Prêmio aos servidores.”

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 203/2017, e o Decreto nº 897/2018, considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá) regulamentado pelo Decreto nº 2.028/11, e tendo em vista o contido nos protocolados sob nº 30.539, 39.858, 40.031, 40.344, 40.799, 40.906, 41.082, 41.098, 41.465, 42.127, 42.745 e 46.242/2026,

RESOLVE:

I - Conceder o usufruto de Licença Prêmio por assiduidade, 60 (sessenta) dias, aos servidores constantes da relação anexa, parte integrante desta Portaria, com início em 01 de julho de 2026 e término em 29 de agosto de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 29 de junho de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO DA PORTARIA Nº 2.498/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**DATA DE ADMISSÃO**
9.500-1	LEDA DO ROCIO ARMSTRONG LOPES	TÉCNICO EM RAIO-X	03/07/2008
6.891-1	MARILENE RIBEIRO VIANA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	02/05/2002
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCA – SEMMADESP			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**DATA DE ADMISSÃO**
9.062-1	RAFAEL SEREZUELA	AGENTE OPERACIONAL	01/06/2007
8.555-1	JOCIMAR JOSÉ SANTOS	AGENTE OPERACIONAL	02/05/2006
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS – SEMSU			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**DATA DE ADMISSÃO**
7.425-1	JUCINEI DOS SANTOS PAIFFER	JARDINEIRO	01/07/2003
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E INOVAÇÃO – SETRIN			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**DATA DE ADMISSÃO**
12.932-2	INDYANARA FONSECA DE MENEZES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	03/07/2015
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**DATA DE ADMISSÃO**
9.149-1	NORMA SUELI GONÇALVES DO ROSÁRIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/12/2007
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA – SEMSEG			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**DATA DE ADMISSÃO**
6.937-1	MANOEL MARTINS DA VEIGA	GUARDA CIVIL MUNICIPAL	03/09/2002
6.585-1	LINS DOS SANTOS JOAQUIM	GUARDA CIVIL MUNICIPAL	14/01/2002
SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E IGUALDADE RACIAL - SEMDIR			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**DATA DE ADMISSÃO**
93.856-1	GISELE DA COSTA GONÇALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	11/01/2016
12.140-1	LUZIMARA DA COSTA PINTO BARBOSA	AGENTE OPERACIONAL	05/11/2023
7.445-1	MÁRCIA REGINA SCOMASSON	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	04/08/2003
13.077-1	THAIS GUIMARÃES PIRES	EDUCADOR SOCIAL	22/09/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**DATA DE ADMISSÃO**
94.793-1	ANA CAROLINA MATTOS FARIA	PROFESSOR	12/01/2018
96.225-1	LARISSA TOMÁS FIGUEIREDO DOS ANJOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	03/02/2020
3.588-2	LISNEIDE ZATTAR LOPES	PROFESSOR	01/03/1993
11.943-1	LORENA PAOLA CUSTODIO DUARTE DE MATOS	EDUCADOR INFANTIL	02/08/2013
4.375-2	MAGDA OLIVEIRA SANTOS	PROFESSOR	10/05/2018
4.635-1	MARIA JORACI DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	26/01/1999
8.880-1	RAFAELA DOS SANTOS DEMETRIO	PROFESSOR	09/03/2007
8.880-2	RAFAELA DOS SANTOS DEMETRIO	PROFESSOR	14/05/2018
9.245-3	ROSIANA VAZ PINTO DO NASCIMENTO	PROFESSOR	03/03/2008
11.882-1	RUBIAMARA MAYUMI POLICARPO NISHIDA BUENO	EDUCADOR INFANTIL	19/06/2013
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**DATA DE ADMISSÃO**
4.388-1	NADJA PEREIRA DOS SANTOS	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	10/11/1997
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS - SEMOP			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**DATA DE ADMISSÃO**
4.814-1	ANDRE LUIZ PEDROSO DOS SANTOS	AGENTE OPERACIONAL	08/03/1999

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:E8F67B52

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
RESOLUÇÃO 08/20026

RESOLUÇÃO Nº 08/2026

Dispõe sobre a instituição da Tabela de Valores Específica para o Ambulatório Hospitalar 24 Horas (Módulo Assistencial II – Microrregião de Loanda) e dá outras providências.

1. PREÂMBULO
O **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando a **Autorização da Autoridade Competente** exarada no **Processo Digital nº 1155/2026 e Ata da Diretoria Executiva de 12/06/2026**;
CONSIDERANDO o teor do **Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 003/2026**, que demonstra de forma inequívoca que a assistência em regime de prontidão hospitalar 24h, destinada ao Módulo Assistencial II (Microrregião de Loanda), possui matriz de custos e riscos operacionais substancialmente distinta dos serviços eletivos convencionais;
CONSIDERANDO a necessidade imperativa de garantir a continuidade dos serviços de urgência e emergência, bem como a manutenção de estrutura hospitalar de retaguarda em região com restrição de oferta assistencial;
CONSIDERANDO as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, especialmente no que tange ao instituto do Credenciamento e à necessidade de fixação de preços que assegurem a exequibilidade do certame perante o mercado regional;
CONSIDERANDO a aprovação da diretoria executiva em 12 de junho de 2026 para a prática de valores do Anexo I.

RESOLVE:

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º — Fica aprovada a Tabela de Valores para procedimentos laboratoriais e de imagem destinados exclusivamente ao atendimento no Ambulatório Hospitalar 24h do Módulo Assistencial II (Microrregião de Loanda), conforme os valores constantes no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º — Os valores fixados nesta Resolução constituem **Preço Público de Prontidão Hospitalar**, não se confundindo com os valores da Tabela Eletiva Geral (Resolução nº 29/2025), dada a natureza ininterrupta, a obrigatoriedade de processamento imediato e a manutenção de capacidade ociosa para pronto-atendimento inerente ao Ambulatório Hospitalar 24h.

Parágrafo Único — A composição de valores ora estabelecida baseia-se na média de mercado regional, especificamente em unidades hospitalares da região COMAFEN, visando garantir a atratividade do credenciamento, a segurança jurídica do certame e a prevenção do vazio assistencial na localidade de execução.

Art. 3º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário para o objeto específico aqui delimitado.

Paranavaí, 26 de junho de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

ANEXO ÚNICO — TABELA DE VALORES (MÓDULO ASSISTENCIAL II)		
ITEM	**ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS EM UNIDADE HOSPITALAR (MICRORREGIÃO LOANDA)**	**VALOR UNIT**
1	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	16,39
2	DOSAGEM DE AMILASE	16,51
3	DOSAGEM DE BILIRRUBINATOTAL E FRAÇÕES	16,61
4	DOSAGEM DE CÁLCIO	15,30
5	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	16,90
6	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	16,67
7	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	16,20
8	DOSAGEM DE CREATININA	17,02
9	DOSAGEM DE CREATINO FOSFOQUINASE (CPK)	25,76
10	DOSAGEM DE CREATINO FOSFOQUINASE FRAÇÃO MB	30,54
11	FERRITINA PESQUISA E/OU DOSAGEM	24,03
12	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	17,89
13	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	20,80
14	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	16,96
15	DOSAGEM DE FOSFORO	16,12
16	DOSAGEM DE FRAÇÃO PROSTÁTICA DA FOSFATASE ÁCIDA	21,39
17	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	16,94
18	DOSAGEM DE GLICOSE	16,24
19	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICADA	19,98
20	DOSAGEM DE MAGNÉSIO	16,18
21	DOSAGEM DE MUCO–PROTEÍNAS	21,68
22	DOSAGEM DE POTÁSSIO	17,42
23	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	18,46
24	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	19,95
25	DOSAGEM DE SÓDIO	16,80
26	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO–OXALA- CÉTICA (TGO)	16,84
27	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO–PIRÚVICA (TGP)	16,97
28	DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS	15,91
29	DOSAGEM DE UREIA	17,31
30	VITAMINAB12-PESQUISA E/OU DOSAGEM	22,22
31	GASOMETRIA	14,65
32	1,25 HIDROXI VITAMINAD - PESQUISA E/OU DOSAGEM	19,98
33	CONTAGEM DE PLAQUETAS	17,25
34	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	16,00
35	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	15,59
36	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO-DUKE	15,72
37	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLATINA PARCIAL	19,12
38	KPTT DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL	19,12
39	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE EPROTROMBINA (TAP)	18,48
40	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS)	17,44
41	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	17,44
42	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	23,13
43	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	18,00
44	HEMATÓCRITO	18,43
45	HEMOGRAMA COMPLETO	20,82
46	PROVADE RETRACAO DO COAGULO	15,20
47	PROVADO LAÇO	14,09
48	COOMBS DIRETO TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA	21,13
49	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATOIDE	18,29
50	DOSAGEM DE ANTÍGENO PROSTÁTICO - PSA TOTAL	23,33
51	DOSAGEM DE PROTEÍNA C REATIVA	19,10
52	1+HIV2, PESQUISADE ANTICORPOS	26,38
53	PESQUISAANTI CORPOSANTI ESTREPTOLISINAO (ASLO)	17,93
54	ANTI-TPO (ANTI-TIREO PEROXIDASE)	28,76
55	HEPATITE B-HBSAC (ANTI-ANTIGENODESUPERFÍCIE) PESQUISA E/OU DOSAGEM	23,83
56	HEPATITE C-ANTI-HCV - PESQUISAE/OU DOSAGEM	26,42
57	TOXOPLASMOSE IGG-PESQUISA E/OU DOSAGEM	22,89
58	HEPATITE B, HBCAC IGG (ANTI-HBCTOTAL) -PESQUISA E/OU DOSAGEM	23,31
59	TOXOPLASMOSE IGM - PESQUISA E/OU DOSAGEM	24,14
60	HEPATITE B - HBSAG (AU,ANTIGENO AUSTRALIA)- PESQUISA E/OU DOSAGEM	23,83
61	SÍFILIS-VDRL	24,32
62	DOSAGEM DE TROPONINA	29,47

63	PESQUISADE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	17,80
64	PESQUISADE ROTAVIRUS NAS FEZES	20,99
65	ANALISE DE CARACTERES FÍSICOS , ELEMENTOS E SEGMENTO DA URINA	19,29
66	CLEARANCE DE CREATININA	18,64
67	DOSAGEM DE MICROGLOBULINANA URINA	23,43
68	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA24H)	18,21
69	DOSAGEM DE GONADOTROFINACORIÔNICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	27,74
70	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE .LH	20,16
71	TIREOESTIMULANTE, HORMONIO (TSH) -PESQUISAE/OU DOSAGEM	16,66
72	T4 LIVRE- PESQUISA E/OU DOSAGEM	21,92
73	ANTIBIOGRAMA IDENTIFICAÇÃO BACTERIANA	23,99
74	BACILOSCOPIA BAAR(TUBERCULOSE) CONTROLE	23,23
75	BACILOSCOPIA BAAR (TUBERCULOSE) DIAGNOSTICO	23,23
76	BACTEROSCOPIA (GRAM)	16,00
77	UROCULTURA	26,19
78	CULTURA BAAR	31,36
79	CULTURAPARA IDENTIFICAÇÃO MORFOLÓGICADE FUNGOS	24,11
80	EXAME MICRO BIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	25,13
81	DETERMINAÇÃO DIRETAE REVERSA DE GRUPO ABO	19,22
82	PESQUISADO FATOR RH (INCLUI FRACO)	16,01
83	TESTE INDIRETO ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	22,60
84	SECREÇÃO VAGINAL EXAME AFRESCO EXAME MICRO - BIOLOGICO	16,00
85	DENGUE - ARBOVÍRUS (TESTE RÁPIDO)	28,32
86	TESTE RÁPIDO DEANTÍGENO E/OU PESQUISA PARA H1N1	86,88
87	TESTE RÁPIDO DEANTÍGENO E/OU PESQUISA PARA COVID (SARS-CoV-2)	86,88
88	CONSULTA MÉDICA - CLINICO GERALATENDIMENTO NÃO ELETIVO	100,00
89	CONSULTA ESPECIALIZADAANESTESIOLOGIA EM AMBIENTE HOSPITALAR (AVALIAÇÃO)	68,45
90	CONSULTA ESPECIALIZADA CARDIOLOGIA EM AMBIENTE HOSPITALAR (PARARISCO CIRURGICO)	68,45
91	CONSULTA ESPECIALIZADA CIRURGIADE CABEÇA E PESCOÇO EM AMBIENTE HOSPITALAR	68,45
92	CONSULTA ESPECIALIZADA CIRURGIAGERAL EMAMBIENTE HOSPITALAR	68,45
93	CONSULTA ESPECIALIZADA CIRURGIAVASCULAR EM AMBIENTE HOSPITALAR	68,45
94	CONSULTA ESPECIALIZADA COLOPROCTOLOGIA EM AMBIENTE HOSPITALAR	115,85
95	CONSULTA ESPECIALIZADA GINECOLOGIA EM AMBIENTE HOSPITALAR	68,45
96	CONSULTA ESPECIALIZADA MASTOLOGIAEM AMBIENTE HOSPITALAR	115,85
97	CONSULTA ESPECIALIZADA NEUROCIRURGIA EM AMBIENTE HOSPITALAR	115,85
98	CONSULTA ESPECIALIZADA OBSTETRÍCIAEM AMBIENTE HOSPITALAR	68,45
99	CONSULTA ESPECIALIZADA OFTALMOLOGIAEM AMBIENTE HOSPITALAR	68,45
100	CONSULTA ESPECIALIZADA ORTOPEDIA EM AMBIENTE HOSPITALAR	68,45
101	CONSULTA ESPECIALIZADA OTORRINOLARINGOLOGIAEM AMBIENTE HOSPITALAR	68,45
102	CONSULTA ESPECIALIZADA PNEUMOLOGIA EM AMBIENTE HOSPITALAR	115,85
103	CONSULTA ESPECIALIZADA UROLOGIAEM AMBIENTE HOSPITALAR	68,45
104	ATADURA GESSADA DE GRANDE PORTE	438,35
105	ATADURA GESSADA DE MÉDIO PORTE	349,75
106	ATADURA GESSADA DE PEQUENO PORTE	269,43
107	BOTAD'UNA	222,50
108	CURATIVOS DE GRANDE PORTE	47,81
109	CURATIVOS DE MÉDIO PORTE	38,86
110	CURATIVOS DE PEQUENO PORTE	28,60
111	ELETROCARDIOGRAMA EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	81,98
112	ENTUBAÇÃO OROTRAQUEAL (SERV.MEDICOE TUBO ORO TRAQUEAL)	333,33
113	COLETA, EXAME, ANÁLISE E LAUDO DE ANATOMOS- PATOLÓGICOS	85,20
114	INCISÃO COM SUTURA OU DEBRIDAMENTO MÉDIO PORTE E RETIRADADE CORPO ESTRANHO	339,45
115	INCISÃO COM SUTURA OU DEBRIDAMENTO PEQUENO PORTE E RETIRADADE CORPO ESTRANHO	276,51
116	INCISÃO COM SUTURA OU DEBRIDAMENTO GRANDE PORTE E RETIRADADE CORPO ESTRANHO	437,01
117	MEDICAÇÃO DE GRANDE PORTE POR ATÉ 02 HORAS	89,73
118	MEDICAÇÃO DE MÉDIO PORTE	68,57
119	MEDICAÇÃO DE PEQUENO PORTE	52,91
120	INTERNAMENTO OBSERVAÇÃO DE ATÉ 12 HORAS (MEDICAÇÃO INCLUSA)	333,33
121	PROCEDIMENTO DE ANESTESIA (SEDAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS DE GRANDE PORTE)	366,67
122	PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS DE GRANDE PORTE (EM CENTRO CIRURGICO AMBULATORIAL)	900,00
123	RAIO X DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (COM LAUDO MÉDICO)	69,96
124	REDUÇÃO DE INCRUENTACOM SEDAÇÃO	253,79
125	SERVIÇO DEAUXILIAR DE ENFERMAGEM PARA REMOÇÃO ATE 100KM	233,33
126	SERVIÇO AUXILIAR DE ENFERMAGEM PARAREMOÇÃO DE 101KM ATÉ 300KM	320,00
127	SERVIÇO MEDICO DE REMOÇÃO ATÉ 100KM	1.855,27
128	SERVIÇO MÉDICO DE REMOÇÃO DE 101 KM ATÉ 300 KM	2.226,52
129	SONDAGEM NASOENTERAL SEM RAIOX	222,62
130	SONDAGEM VESICAL DE DEMORA	145,67
131	SONDAGEM VESICAL DE ALÍVIO	60,00
132	ULTRASSONOGRAFIA EM CARÁTER DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (COM LAUDO MÉDICO)	148,22

Nota: Tabela de aplicação exclusiva e restrita ao Módulo Assistencial II (Microrregião de Loanda), fundamentada na média de mercado local e nos custos de logística regionalizada aprovados pela Diretoria Geral e Diretoria Executiva.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:BCE791D4

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa daAutuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 17/08/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AAA3998	277490F000210456	21/06/2026	60503
AAH3280	277490F000210045	15/06/2026	60503
AAO1538	277490F000209928	13/06/2026	60503
AAT5238	277490F000210471	21/06/2026	60503
AAX2H52	277490F000210021	14/06/2026	60503
AAX2H52	277490F000209971	14/06/2026	60503
ABL8883	277490W000040313	10/06/2026	55412
ABL8883	277490W000040065	05/06/2026	55412
ABL8883	277490W000040261	10/06/2026	55412
ABL8883	277490W000040418	11/06/2026	55412
ABL8H28	277490F000209720	11/06/2026	60503
ABV7522	277490F000210057	15/06/2026	60503
ABW1624	277490F000210402	20/06/2026	60503
ABW1624	277490F000209926	13/06/2026	60503
ABY0538	277490F000209958	14/06/2026	60503
ABZ0087	277490W000040006	03/06/2026	55412
ACS8G68	277490W000040150	08/06/2026	55412
ACS8G68	277490W000040034	05/06/2026	55412
ACS8G68	277490W000039917	02/06/2026	55412
ACV9229	277490W000040161	08/06/2026	55412
ACZ1266	277490F000209826	12/06/2026	60503
ADA7999	277490W000039969	03/06/2026	55412
ADA7999	277490W000039986	03/06/2026	55412
ADC2J38	277490F000209748	11/06/2026	60503
ADE0912	277490W000039925	02/06/2026	55412
ADI4B25	277490F000210464	21/06/2026	60503
ADI4B25	277490F000210235	18/06/2026	60503
ADM8686	277490F000210130	16/06/2026	60503
ADZ6C38	277490F000210465	21/06/2026	60503
AEU4A87	277490W000040191	09/06/2026	55412
AEU7558	277490W000040024	05/06/2026	55412
AEX3H92	277490F000209768	11/06/2026	60503
AEY8644	277490F000210343	19/06/2026	60503
AEY8644	277490F000210175	17/06/2026	60503
AEY8644	277490F000209816	12/06/2026	60503
AFB0157	277490W000040125	08/06/2026	55412
AFC4369	277490F000209675	10/06/2026	60503
AFG9977	277490W000040300	10/06/2026	55412
AFN0436	277490F000209792	12/06/2026	56732
AFN7349	277490W000040218	09/06/2026	55412
AFR0E13	277490F000209742	11/06/2026	60503
AFR9E51	277490F000209934	13/06/2026	60503
AFS0265	277490F000210267	18/06/2026	60503
AFU6024	277490W000040048	05/06/2026	55412
AGB1F35	277490F000209712	11/06/2026	60503
AGF7F87	277490F000209841	12/06/2026	60503
AGO7G67	277490F000210158	17/06/2026	60503
AGP3505	277490W000040123	08/06/2026	55412
AHC7374	277490F000209927	13/06/2026	60503
AHG2462	277490W000040129	08/06/2026	55412
AHG5747	277490W000039974	03/06/2026	55412
AHK8793	277490W000040169	08/06/2026	55412
AHR3J96	277490T000007002	25/06/2026	51851
AHV3377	277490W000039942	02/06/2026	55412
AHV5537	277490F000210319	19/06/2026	60503
AHV8747	277490F000210116	16/06/2026	60503
AIC7360	277490F000209694	11/06/2026	60503
AIE6824	277490W000040310	10/06/2026	55412
AIK8F40	277490F000209697	11/06/2026	60503
AIL7A93	277490F000210219	17/06/2026	60503
AIL7B09	277490W000040304	10/06/2026	55412
AIO5J94	277490W000040211	09/06/2026	55412
AIS7750	277490F000209691	11/06/2026	56732
AIW9E77	277490F000210467	21/06/2026	60503
AIX9C48	277490F000209961	14/06/2026	60503
AJA0408	277490F000210034	15/06/2026	60503
AJA0H34	277490F000210327	19/06/2026	60503
AJC0522	277490F000209977	14/06/2026	60503
AJC5272	277490W000040168	08/06/2026	55412
AJD7G57	277490F000210309	19/06/2026	60503
AJD8754	277490W000040040	05/06/2026	55412
AJF7309	277490F000210161	17/06/2026	60503
AJG6801	277490F000210403	20/06/2026	60503
AJI6985	277490F000209775	11/06/2026	60503
AJL9944	277490W000040405	11/06/2026	55412
AJO8644	277490W000040234	09/06/2026	55412
AJP2518	277490W000040055	05/06/2026	55412
AJP2518	277490W000040018	03/06/2026	55412
AJP2518	277490W000040032	05/06/2026	55412
AJP2518	277490W000040149	08/06/2026	55412
AJP2518	277490W000040241	09/06/2026	55412
AJP2518	277490W000040322	10/06/2026	55412
AJP8889	277490F000209735	11/06/2026	60503
AJQ8F80	277490F000209706	11/06/2026	60503
AJR3E86	277490F000209953	14/06/2026	60503
AJS2B85	277490F000210407	20/06/2026	56732
AJX0H69	277490F000209814	12/06/2026	60503
AJX7I96	277490W000039932	02/06/2026	55412

AJZ3848	277490F000209930	13/06/2026	60503
AJZ3848	277490F000209901	13/06/2026	60503
AJZ3848	277490F000210149	17/06/2026	60503
AJZ3848	277490F000210228	18/06/2026	60503
AJZ3848	277490F000210304	19/06/2026	60503
AJZ3848	277490F000209795	12/06/2026	60503
AKD5C89	277490F000209821	12/06/2026	60503
AKD6420	277490W000040382	11/06/2026	55412
AKE2C32	277490W000040105	06/06/2026	55412
AKF2H54	277490F000210390	20/06/2026	60503
AKG7192	277490F000210375	20/06/2026	60503
AKI6A24	277490W000040005	03/06/2026	55412
AKI9891	277490F000209945	14/06/2026	60503
AKJ4H27	277490F000209779	12/06/2026	60503
AKL0G39	277490F000210331	19/06/2026	60503
AKL3C32	277490F000209673	10/06/2026	60503
AKL5755	277490F000209636	10/06/2026	60503
AKM3C23	277490W000040165	08/06/2026	55412
AKM3C23	277490W000040143	08/06/2026	55412
AKM7139	277490W000040137	08/06/2026	55412
AKQ0I71	277490F000210101	16/06/2026	60503
AKR3570	277490F000210348	19/06/2026	60503
AKR3570	277490F000209797	12/06/2026	60503
AKR5812	277490F000210241	18/06/2026	60503
AKT9C86	277490W000040141	08/06/2026	55412
AKU3I71	277490F000210078	15/06/2026	60503
AKV2A54	277490W000040365	11/06/2026	55412
AKV5A03	277490F000209906	13/06/2026	60503
AKY0122	277490F000210131	16/06/2026	60503
AKY6306	277490W000040219	09/06/2026	55412
ALC7726	277490F000209671	10/06/2026	60503
ALC9383	277490W000040058	05/06/2026	55412
ALD5118	277490F000210277	18/06/2026	60503
ALG7E07	277490W000039926	02/06/2026	55412
ALH2H38	277490F000210509	23/06/2026	56732
ALP8293	277490F000210075	15/06/2026	60503
ALS2499	277490F000209896	13/06/2026	60503
ALS4A64	277490F000210000	14/06/2026	60503
ALZ3C12	277490F000209964	14/06/2026	60503
AMC5970	277490W000039927	02/06/2026	55412
AMC6407	277490W000040206	09/06/2026	55412
AME4805	277490W000039922	02/06/2026	55412
AMJ5651	277490F000209719	11/06/2026	60503
AMJ6299	277490W000040385	11/06/2026	55412
AMN1696	277490F000209984	14/06/2026	60503
AMO3C59	277490W000040013	03/06/2026	55412
AMP9G66	277490F000210490	21/06/2026	60503
AMS2911	277490F000209960	14/06/2026	60503
AMS7B50	277490T000007001	25/06/2026	57380
AMV9D30	277490W000040101	06/06/2026	55412
AMW3068	277490F000209850	12/06/2026	60503
AMW3447	277490F000209931	13/06/2026	60503
AMY7494	277490F000209942	14/06/2026	60503
AMZ3D05	277490F000210377	20/06/2026	60503
AMZ6747	277490F000210218	17/06/2026	60503
AMZ6747	277490F000210171	17/06/2026	60503
ANC4658	277490F000209882	13/06/2026	60503
ANC6946	277490F000209738	11/06/2026	60503
ANF0J55	277490F000210214	17/06/2026	60503
ANF7996	277490W000040157	08/06/2026	55412
ANF7996	277490W000040117	08/06/2026	55412
ANI9553	277490F000210242	18/06/2026	60503
ANI9553	277490F000210373	20/06/2026	60503
ANJ7546	277490W000040163	08/06/2026	55412
ANK1765	277490F000209947	14/06/2026	60503
ANK6B17	277490F000209937	13/06/2026	60503
ANK9I60	277490W000040256	09/06/2026	55412
ANL0E66	277490W000040114	08/06/2026	55412
ANL0E66	277490W000039933	02/06/2026	55412
ANL7505	277490W000040239	09/06/2026	55412
ANN3F26	277490F000210189	17/06/2026	60503
ANO6D39	277490F000210064	15/06/2026	60503
ANP2C89	277490F000210113	16/06/2026	60503
ANP7141	277490F000210198	17/06/2026	60503
ANQ3868	277490F000209758	11/06/2026	60503
ANQ8G34	277490F000210359	20/06/2026	60503
ANR6412	277490F000210414	20/06/2026	60503
ANS2093	277490W000040281	10/06/2026	55412
ANS7972	277490F000210482	21/06/2026	60503
ANS7972	277490F000209919	13/06/2026	60503
ANU4E11	277490W000039958	02/06/2026	55412
ANU8E00	277490F000210451	21/06/2026	60503
ANW1584	277490W000040272	10/06/2026	55412
ANW1584	277490F000209667	10/06/2026	60503
ANW1584	277490F000209677	10/06/2026	60503
ANW5706	277490W000040162	08/06/2026	55412
ANX3294	277490F000210279	18/06/2026	60503
ANX8832	277490W000040252	09/06/2026	55412
ANY6F58	277490W000040368	11/06/2026	55412

ANY6F58	277490W000040342	11/06/2026	55412
ANY6F58	277490W000040391	11/06/2026	55412
AOA4J73	277490W000040115	08/06/2026	55412
AOB3G95	277490W000040136	08/06/2026	55412
AOD0B31	277490F000209879	13/06/2026	60503
AOI8C31	277490F000209752	11/06/2026	60503
AOK6B37	277490W000040176	08/06/2026	55412
AOK6B37	277490W000040142	08/06/2026	55412
AOK6B37	277490W000040362	11/06/2026	55412
AOK6B37	277490W000040275	10/06/2026	55412
AOK6B37	277490W000040240	09/06/2026	55412
AOK6B37	277490W000040411	11/06/2026	55412
AOK6B37	277490W000040193	09/06/2026	55412
AOK6B37	277490W000040323	10/06/2026	55412
AOL8J94	277490W000040280	10/06/2026	55412
AOP8012	277490W000039967	02/06/2026	55412
AOQ1J48	277490T000007003	25/06/2026	51851
AOR2A56	277490F000210048	15/06/2026	60503
AOT3489	277490F000209856	12/06/2026	60503
AOT9567	277490W000040414	11/06/2026	55412
AOT9J81	277490F000209756	11/06/2026	60503
AOT9J81	277490F000210202	17/06/2026	60503
AOT9J81	277490F000209869	13/06/2026	60503
AOT9J81	277490F000210126	16/06/2026	60503
AOT9J81	277490F000209867	12/06/2026	60503
AOT9J81	277490F000210008	14/06/2026	60503
AOT9J81	277490F000210302	19/06/2026	60503
AOT9J81	277490F000209778	11/06/2026	60503
AOT9J81	277490F000210037	15/06/2026	60503
AOT9J81	277490F000210247	18/06/2026	60503
AOV5G08	277490F000210248	18/06/2026	60503
AOW7D26	277490F000210436	21/06/2026	60503
AOW7D26	277490F000209718	11/06/2026	60503
AOW7D26	277490F000210260	18/06/2026	60503
AOW7D26	277490F000210236	18/06/2026	60503
APB7611	277490F000210453	21/06/2026	60503
APB7611	277490F000210493	21/06/2026	60503
APC6F97	277490F000209744	11/06/2026	60503
APG0B93	277490F000210295	18/06/2026	60503
APG0B93	277490F000210062	15/06/2026	60503
APG0B93	277490F000210291	18/06/2026	60503
APG3873	277490W000039940	02/06/2026	55412
API9G31	277490F000209661	10/06/2026	60503
APL0I07	277490F000210430	20/06/2026	60503
APM8896	277490F000210204	17/06/2026	60503
APQ5083	277490W000040043	05/06/2026	55412
APQ5083	277490W000040360	11/06/2026	55412
APQ8307	277490F000209737	11/06/2026	60503
APV1964	277490F000210073	15/06/2026	60503
APW6J44	277490F000210513	22/06/2026	60503
APY8428	277490F000210435	21/06/2026	60503
APZ4670	277490W000040107	06/06/2026	55412
APZ4670	277490W000040033	05/06/2026	55412
APZ4670	277490W000040388	11/06/2026	55412
APZ4670	277490W000040222	09/06/2026	55412
AQB8539	277490W000040036	05/06/2026	55412
AQC5A46	277490F000210489	21/06/2026	60503
AQE3627	277490F000209886	13/06/2026	60503
AQE7312	277490F000209946	14/06/2026	60503
AQF5I22	277490F000209635	10/06/2026	60503
AQF7G98	277490W000040319	10/06/2026	55412
AQG1480	277490F000210022	15/06/2026	60503
AQG1480	277490F000210330	19/06/2026	60503
AQG1480	277490F000209893	13/06/2026	60503
AQG1480	277490F000210056	15/06/2026	60503
AQG1480	277490F000210115	16/06/2026	60503
AQG7315	277490F000210401	20/06/2026	60503
AQG9I81	277490F000210001	14/06/2026	60503
AQJ8640	277490W000040288	10/06/2026	55412
AQK6369	277490W000040106	06/06/2026	55412
AQK6369	277490W000040078	06/06/2026	55412
AQK8142	277490F000209877	13/06/2026	60503
AQN0278	277490F000209692	11/06/2026	60503
AQN8927	277490W000040207	09/06/2026	55412
AQP3D19	277490F000210351	19/06/2026	60503
AQQ2J23	277490F000210197	17/06/2026	60503
AQQ9805	277490W000040086	06/06/2026	55412
AQR1G70	277490W000040392	11/06/2026	55412
AQR4B63	277490F000210265	18/06/2026	60503
AQR8C07	277490F000210200	17/06/2026	60503
AQS8A40	277490W000040273	10/06/2026	55412
AQS8A40	277490W000040128	08/06/2026	55412
AQS8A40	277490W000040188	09/06/2026	55412
AQS8A40	277490W000040355	11/06/2026	55412
AQS8A40	277490W000040395	11/06/2026	55412
AQS9866	277490W000040089	06/06/2026	55412
AQT5128	277490F000209837	12/06/2026	60503
AQV4C51	277490W000040245	09/06/2026	55412
AQV4C51	277490W000040369	11/06/2026	55412

AQX7203	277490F000209777	11/06/2026	60503
AQY0380	277490F000210450	21/06/2026	60503
AQY2I36	277490F000210276	18/06/2026	60503
ARB8I39	277490F000209741	11/06/2026	60503
ARJ9E61	277490W000040338	10/06/2026	55412
ARJ9E61	277490W000040314	10/06/2026	55412
ARK1J24	277490F000210015	14/06/2026	60503
ARL6E21	277490W000040243	09/06/2026	55412
ARQ0409	277490F000210457	21/06/2026	60503
ARQ6987	277490F000209730	11/06/2026	60503
ARS8210	277490F000210122	16/06/2026	60503
ARS8210	277490F000209731	11/06/2026	60503
ARV0192	277490W000040283	10/06/2026	55412
ARV0192	277490F000209932	13/06/2026	60503
ARW7278	277490F000210275	18/06/2026	60503
ARX1570	277490F000210010	14/06/2026	60503
ARY3611	277490F000210033	15/06/2026	60503
ARZ0A71	277490W000040246	09/06/2026	55412
ASC8E84	277490F000209714	11/06/2026	60503
ASH9356	277490F000210094	16/06/2026	60503
ASJ8490	277490W000040413	11/06/2026	55412
ASJ8490	277490W000040225	09/06/2026	55412
ASJ8490	277490W000040170	08/06/2026	55412
ASJ8490	277490W000040378	11/06/2026	55412
ASJ8490	277490W000040073	05/06/2026	55412
ASM3I98	277490F000209999	14/06/2026	56732
ASM4I76	277490W000040171	08/06/2026	55412
ASM9665	277490F000210308	19/06/2026	60503
ASM9665	277490T000007006	25/06/2026	51851
ASM9665	277490F000210519	22/06/2026	56732
ASN1265	277490W000040257	09/06/2026	55412
ASN8681	277490W000039921	02/06/2026	55412
ASP2I70	277490W000040235	09/06/2026	55412
ASR2625	277490T000007004	25/06/2026	51851
ASR7952	277490W000040349	11/06/2026	55412
ASR7952	277490W000039995	03/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040064	05/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040076	05/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040045	05/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040095	06/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040423	11/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040393	11/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040381	11/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040020	05/06/2026	55412
ASR7952	277490W000039929	02/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040331	10/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040131	08/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040293	10/06/2026	55412
ASR7952	277490W000039951	02/06/2026	55412
ASR7952	277490W000039966	02/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040154	08/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040221	09/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040008	03/06/2026	55412
ASR7952	277490W000040200	09/06/2026	55412
ASR7952	277490W000039980	03/06/2026	55412
ASS3545	277490T000006173	25/06/2026	76331
ASU1J78	277490W000040287	10/06/2026	55412
ASU8315	277490W000039949	02/06/2026	55412
ASV0C03	277490F000210350	19/06/2026	60503
ASV2A24	277490F000210097	16/06/2026	60503
ASW7640	277490F000209786	12/06/2026	60503
ASX5076	277490W000040254	09/06/2026	55412
ASX5076	277490F000210070	15/06/2026	60503
ASZ9817	277490W000040023	05/06/2026	55412
ATA6E97	277490F000209713	11/06/2026	60503
ATA6E97	277490F000209770	11/06/2026	60503
ATB8248	277490W000040233	09/06/2026	55412
ATE3866	277490F000209766	11/06/2026	60503
ATE3866	277490F000210433	20/06/2026	60503
ATF8A38	277490F000210362	20/06/2026	60503
ATF8A38	277490F000209956	14/06/2026	60503
ATG1627	277490F000210379	20/06/2026	60503
ATG2D29	277490F000210411	20/06/2026	60503
ATG9G89	277490F000209881	13/06/2026	60503
ATJ8713	277490W000040056	05/06/2026	55412
ATK2F53	277490F000210303	19/06/2026	60503
ATK8843	277490F000210483	21/06/2026	60503
ATK8843	277490F000210485	21/06/2026	60503
ATN3H18	277490F000210003	14/06/2026	60503
ATQ1195	277490W000040420	11/06/2026	55412
ATQ2G82	277490F000209666	10/06/2026	60503
ATR3815	277490F000209732	11/06/2026	60503
ATR5945	277490W000039914	02/06/2026	55412
ATR5945	277490W000039937	02/06/2026	55412
ATR5945	277490W000040079	06/06/2026	55412
ATR5945	277490W000040253	09/06/2026	55412
ATR5945	277490W000040408	11/06/2026	55412
ATR5945	277490W000040046	05/06/2026	55412
ATS7397	277490F000210053	15/06/2026	60503

ATY3520	277490F000209685	11/06/2026	60503
ATY3520	277490W000040366	11/06/2026	55412
ATY3520	277490W000040061	05/06/2026	55412
ATY5E95	277490F000210480	21/06/2026	60503
AUB6192	277490W000040229	09/06/2026	55412
AUE6568	277490F000210281	18/06/2026	60503
AUE8G80	277490F000210481	21/06/2026	60503
AUF8C20	277490F000210286	18/06/2026	60503
AUF8C20	277490F000210227	18/06/2026	60503
AUF8C20	277490F000210025	15/06/2026	60503
AUG2B54	277490W000040132	08/06/2026	55412
AUG8G22	277490F000210226	18/06/2026	60503
AUG9C43	277490F000210207	17/06/2026	60503
AUL7F04	277490W000040213	09/06/2026	55412
AUM5295	277490F000209708	11/06/2026	60503
AUN1J48	277490W000039936	02/06/2026	55412
AUO1917	277490F000209757	11/06/2026	60503
AUO4E87	277490W000040263	10/06/2026	55412
AUQ7853	277490F000210268	18/06/2026	60503
AUQ9459	277490F000210139	16/06/2026	60503
AUR0877	277490W000040389	11/06/2026	55412
AUR0895	277490F000210505	21/06/2026	60503
AUW9621	277490W000040011	03/06/2026	55412
AUW9621	277490W000039997	03/06/2026	55412
AUY6108	277490F000210137	16/06/2026	60503
AUY6854	277490F000210203	17/06/2026	60503
AUZ1C77	277490F000209798	12/06/2026	60503
AVA2724	277490F000209740	11/06/2026	60503
AVB2467	277490F000209995	14/06/2026	60503
AVB7F74	277490F000210047	15/06/2026	60503
AVC9713	277490F000210153	17/06/2026	60503
AVE3E54	277490F000209670	10/06/2026	60503
AVG8179	277490W000040030	05/06/2026	55412
AVI7C25	277490F000210124	16/06/2026	60503
AVJ0A68	277490W000040201	09/06/2026	55412
AVJ8G88	277490F000210515	22/06/2026	60503
AVK9F34	277490W000040402	11/06/2026	55412
AVK9F34	277490W000040359	11/06/2026	55412
AVK9F34	277490W000039920	02/06/2026	55412
AVK9F34	277490W000040124	08/06/2026	55412
AVK9F34	277490W000040087	06/06/2026	55412
AVK9F34	277490W000039953	02/06/2026	55412
AVK9F34	277490W000040223	09/06/2026	55412
AVK9F34	277490W000040166	08/06/2026	55412
AVK9F34	277490W000040192	09/06/2026	55412
AVL9235	277490W000040027	05/06/2026	55412
AVL9235	277490W000039957	02/06/2026	55412
AVL9235	277490F000210292	18/06/2026	60503
AVP6471	277490F000210138	16/06/2026	60503
AVR0C97	277490F000210106	16/06/2026	60503
AVS4G12	277490F000210306	19/06/2026	60503
AVS6692	277490F000209690	11/06/2026	60503
AVS6692	277490F000209872	13/06/2026	60503
AVS6692	277490F000210254	18/06/2026	60503
AVS6692	277490F000209702	11/06/2026	60503
AVS6692	277490F000209789	12/06/2026	60503
AVU0J39	277490F000209793	12/06/2026	56732
AWB3J49	277490F000210201	17/06/2026	60503
AWC0674	277490F000210156	17/06/2026	60503
AWC0674	277490W000040371	11/06/2026	55412
AWD5588	277490F000210274	18/06/2026	60503
AWE6128	277490W000040000	03/06/2026	55412
AWE6128	277490W000040085	06/06/2026	55412
AWE6128	277490W000040021	05/06/2026	55412
AWE6128	277490W000040116	08/06/2026	55412
AWE6128	277490W000040015	03/06/2026	55412
AWE6128	277490W000040060	05/06/2026	55412
AWE6128	277490W000040183	08/06/2026	55412
AWE6128	277490W000040194	09/06/2026	55412
AWE6128	277490W000039973	03/06/2026	55412
AWE6128	277490W000039968	02/06/2026	55412
AWE6128	277490W000039952	02/06/2026	55412
AWE6128	277490W000040264	10/06/2026	55412
AWE6128	277490W000040294	10/06/2026	55412
AWE6128	277490W000039941	02/06/2026	55412
AWE6128	277490W000040315	10/06/2026	55412
AWE6128	277490W000040344	11/06/2026	55412
AWE6128	277490W000039924	02/06/2026	55412
AWE6128	277490W000040376	11/06/2026	55412
AWG9F58	277490F000209952	14/06/2026	60503
AWH4803	277490F000210370	20/06/2026	56732
AWH9I69	277490W000040374	11/06/2026	55412
AWI5A11	277490F000209868	13/06/2026	60503
AWI5A11	277490F000210357	20/06/2026	60503
AWI6109	277490F000209632	10/06/2026	60503
AWJ0862	277490F000210510	23/06/2026	56732
AWJ2A87	277490F000209804	12/06/2026	60503
AWM3F21	277490F000210026	15/06/2026	60503
AWM8243	277490F000210270	18/06/2026	60503

AWN7I87	277490F000210184	17/06/2026	60503
AWO0I06	277490F000209978	14/06/2026	60503
AWO0I06	277490F000210011	14/06/2026	60503
AWQ1A40	277490F000210364	20/06/2026	60503
AWQ1A40	277490F000210299	19/06/2026	60503
AWQ8851	277490F000209672	10/06/2026	60503
AWU6F85	277490F000210170	17/06/2026	60503
AWV5J51	277490W000040009	03/06/2026	55412
AWW0206	277490W000040255	09/06/2026	55412
AWW4I30	277490F000210416	20/06/2026	60503
AWZ4G09	277490W000040320	10/06/2026	55412
AXC6D58	277490W000040306	10/06/2026	55412
AXD1102	277490F000209787	12/06/2026	60503
AXD7484	277490F000210213	17/06/2026	60503
AXG2F38	277490F000209659	10/06/2026	60503
AXG4185	277490F000209857	12/06/2026	60503
AXI1224	277490W000040309	10/06/2026	55412
AXJ1A77	277490F000210173	17/06/2026	60503
AXJ3C35	277490F000210369	20/06/2026	60503
AXJ9724	277490F000209990	14/06/2026	60503
AXO7H55	277490F000209751	11/06/2026	60503
AXQ9189	277490W000040072	05/06/2026	55412
AXR2149	277490W000040044	05/06/2026	55412
AXR8A38	277490F000210014	14/06/2026	60503
AXU2348	277490W000040205	09/06/2026	55412
AXU4359	277490F000209810	12/06/2026	60503
AXU4359	277490F000209774	11/06/2026	60503
AXY7A44	277490F000209802	12/06/2026	60503
AXZ0981	277490W000040361	11/06/2026	55412
AYC4G79	277490F000210027	15/06/2026	60503
AYD0367	277490F000210386	20/06/2026	60503
AYE0840	277490W000040014	03/06/2026	55412
AYG2182	277490W000040350	11/06/2026	55412
AYJ6708	277490F000209645	10/06/2026	60503
AYJ6708	277490F000210050	15/06/2026	60503
AYJ7875	277490F000210209	17/06/2026	60503
AYK0531	277490F000209699	11/06/2026	60503
AYM7484	277490F000209842	12/06/2026	60503
AYN4G07	277490W000040354	11/06/2026	55412
AYO7355	277490F000209722	11/06/2026	60503
AYP3G64	277490F000210125	16/06/2026	60503
AYP4E69	277490F000210476	21/06/2026	60503
AYS7D54	277490F000210387	20/06/2026	60503
AYS8722	277490F000210216	17/06/2026	60503
AYY3013	277490F000209753	11/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000210144	16/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000209781	12/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000210040	15/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000209785	12/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000210383	20/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000210044	15/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000209936	13/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000209734	11/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000210224	18/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000209809	12/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000209628	10/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000209832	12/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000210128	16/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000210397	20/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000210092	16/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000210123	16/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000209828	12/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000210472	21/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000210310	19/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000210117	16/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000210486	21/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000210428	20/06/2026	60503
AYY4G32	277490F000209909	13/06/2026	60503
AYZ7C52	277490F000210174	17/06/2026	60503
AZA2G24	277490F000209705	11/06/2026	60503
AZB7093	277490F000210429	20/06/2026	60503
AZB7A12	277490F000210091	16/06/2026	60503
AZB8591	277490F000210443	21/06/2026	60503
AZB8591	277490F000210438	21/06/2026	60503
AZC0703	277490F000209963	14/06/2026	60503
AZC7G05	277490F000210135	16/06/2026	60503
AZE0149	277490W000040178	08/06/2026	55412
AZF2773	277490W000040035	05/06/2026	55412
AZF4768	277490W000040210	09/06/2026	55412
AZH7950	277490W000040175	08/06/2026	55412
AZI9C87	277490F000210269	18/06/2026	60503
AZJ6J54	277490F000210199	17/06/2026	60503
AZK5629	277490F000210084	16/06/2026	60503
AZK5629	277490F000210017	14/06/2026	60503
AZK5629	277490F000210079	15/06/2026	60503
AZK5629	277490F000210111	16/06/2026	60503
AZK5629	277490F000209820	12/06/2026	60503
AZK5629	277490F000209951	14/06/2026	60503
AZK5629	277490F000210083	16/06/2026	56732

AZM0B02	277490F000210255	18/06/2026	60503
AZN8D66	277490F000210326	19/06/2026	60503
AZP1441	277490F000210112	16/06/2026	60503
AZQ1463	277490F000210222	18/06/2026	60503
AZQ8571	277490F000210220	17/06/2026	60503
AZT0I25	277490W000040145	08/06/2026	55412
AZT0I25	277490W000040172	08/06/2026	55412
AZW4A43	277490F000210147	17/06/2026	60503
AZX6311	277490F000209745	11/06/2026	60503
AZZ5I94	277490W000039956	02/06/2026	55412
BAB3A18	277490F000210261	18/06/2026	60503
BAB3A18	277490F000210262	18/06/2026	60503
BAC2F12	277490F000209796	12/06/2026	56732
BAF9111	277490F000209915	13/06/2026	60503
BAJ4D51	277490F000209863	12/06/2026	60503
BAK2D79	277490F000209807	12/06/2026	60503
BAK5614	277490F000210038	15/06/2026	60503
BAL0398	277490F000209848	12/06/2026	60503
BAL6A88	277490F000210422	21/06/2026	60503
BAP3F86	277490F000210246	18/06/2026	60503
BAP3F86	277490F000210288	18/06/2026	60503
BAP9524	277490F000210164	17/06/2026	60503
BAR4376	277490F000209767	11/06/2026	60503
BAS8C41	277490F000210352	19/06/2026	60503
BAV4G30	277490F000210076	15/06/2026	60503
BAX5658	277490W000040133	08/06/2026	55412
BAX5658	277490W000040401	11/06/2026	55412
BAY0689	277490F000209642	10/06/2026	60503
BBA2515	277490W000040119	08/06/2026	55412
BBD3797	277490F000210080	15/06/2026	60503
BBD9J48	277490F000210423	20/06/2026	60503
BBG7F29	277490F000210376	20/06/2026	60503
BBG7F29	277490F000210406	20/06/2026	60503
BBH3850	277490F000209668	10/06/2026	60503
BBK0E51	277490W000040184	08/06/2026	55412
BBK9F05	277490F000209860	12/06/2026	60503
BBL5I26	277490F000210110	16/06/2026	60503
BBL6C24	277490F000210332	19/06/2026	60503
BBM4I71	277490W000040001	03/06/2026	55412
BBN8G73	277490W000040404	11/06/2026	55412
BBO4207	277490F000210036	15/06/2026	60503
BBO4781	277490F000210392	20/06/2026	60503
BBO8I17	277490F000209663	10/06/2026	60503
BBS8199	277490W000040419	11/06/2026	55412
BBS8199	277490W000040390	11/06/2026	55412
BBW1023	277490W000040328	10/06/2026	55412
BBW6F36	277490W000040196	09/06/2026	55412
BBX1668	277490F000210421	20/06/2026	60503
BBY3D74	277490F000210498	21/06/2026	60503
BCA7341	277490F000209771	11/06/2026	56732
BCD1C14	277490F000209711	11/06/2026	60503
BCF4H91	277490F000209764	11/06/2026	60503
BCF8F92	277490F000209965	14/06/2026	60503
BCF8F92	277490F000209986	14/06/2026	60503
BCG2I85	277490F000210285	18/06/2026	60503
BCG6I64	277490W000039962	02/06/2026	55412
BCH5D85	277490F000209769	11/06/2026	60503
BCI8J85	277490F000210132	16/06/2026	60503
BCI8J85	277490F000210102	16/06/2026	60503
BCN6968	277490F000210425	22/06/2026	60503
BCO7E65	277490F000210393	20/06/2026	60503
BCP9614	277490F000209646	10/06/2026	60503
BCQ9202	277490F000210030	15/06/2026	60503
BCT0F48	277490W000040139	08/06/2026	55412
BCT0F48	277490W000040334	10/06/2026	55412
BCV6B88	277490F000210051	15/06/2026	60503
BCW1H73	277490F000210358	20/06/2026	60503
BCW6B92	277490F000209643	10/06/2026	60503
BCW7J04	277490F000209859	12/06/2026	60503
BCX4G86	277490F000210408	20/06/2026	60503
BCX9I95	277490F000210341	19/06/2026	60503
BCY7G37	277490W000039970	03/06/2026	55412
BCY7G37	277490W000040041	05/06/2026	55412
BCZ4I78	277490F000210502	21/06/2026	60503
BCZ5B93	277490F000210329	19/06/2026	60503
BCZ5E59	277490F000209736	11/06/2026	60503
BDA8I30	277490W000039963	02/06/2026	55412
BDA8I30	277490W000040302	10/06/2026	55412
BDB6A59	277490F000210305	19/06/2026	60503
BDB9F76	277490F000210089	16/06/2026	56732
BDC3B44	277490F000209791	12/06/2026	56732
BDE4E69	277490F000210088	16/06/2026	60503
BDE5A11	277490F000209704	11/06/2026	60503
BDE6F33	277490F000209808	12/06/2026	60503
BDG9J48	277490F000210237	18/06/2026	60503
BDG9J48	277490F000210232	18/06/2026	60503
BDK8C58	277490F000210410	20/06/2026	60503
BDK8H63	277490F000210382	20/06/2026	60503
BDL6G39	277490F000209784	12/06/2026	60503

BDN4H62	277490F000210511	23/06/2026	56732
BDO9C79	277490F000210361	20/06/2026	60503
BDQ2E24	277490W000040074	05/06/2026	55412
BDQ9E92	277490F000210338	19/06/2026	60503
BDW1J49	277490F000209664	10/06/2026	60503
BDZ3B63	277490F000210127	16/06/2026	60503
BEA8B22	277490W000040258	09/06/2026	55412
BEB4I88	277490F000210192	17/06/2026	60503
BEC3H08	277490F000210311	19/06/2026	60503
BED4B06	277490F000210497	21/06/2026	60503
BED5C46	277490F000210049	15/06/2026	60503
BED7J14	277490T000006178	25/06/2026	76331
BEE6H51	277490F000209707	11/06/2026	60503
BEF7G80	277490F000210252	18/06/2026	60503
BEH1441	277490F000210251	18/06/2026	60503
BEH7C12	277490F000209630	10/06/2026	60503
BEI4B68	277490W000040148	08/06/2026	55412
BEI4B68	277490W000040017	03/06/2026	55412
BEJ4D83	277490F000209660	10/06/2026	60503
BEK4E56	277490F000209973	14/06/2026	60503
BEO0J98	277490F000210151	17/06/2026	60503
BEP8D83	277490F000209762	11/06/2026	60503
BEP9J69	277490F000210447	21/06/2026	60503
BER1348	277490F000209983	14/06/2026	60503
BES5C11	277490F000209992	14/06/2026	60503
BEV4F36	277490W000040054	05/06/2026	55412
BEY4J44	277490W000039964	02/06/2026	55412
BEY4J44	277490W000040347	11/06/2026	55412
BEY4J44	277490W000039945	02/06/2026	55412
BEY7E46	277490W000040080	06/06/2026	55412
BEZ5G25	277490F000210448	21/06/2026	60503
BGP9782	277490F000210307	19/06/2026	60503
BIP4G02	277490F000210063	15/06/2026	60503
BMW3983	277490F000209824	12/06/2026	60503
BOV8569	277490F000209638	10/06/2026	56732
BTC9608	277490W000040274	10/06/2026	55412
BTC9608	277490W000040317	10/06/2026	55412
BUA3973	277490F000210140	16/06/2026	60503
BXP8330	277490F000209970	14/06/2026	60503
BXP8352	277490F000210206	17/06/2026	60503
BZT6157	277490F000209917	13/06/2026	60503
CAG2267	277490W000040231	09/06/2026	55412
CBD1F97	277490F000210499	21/06/2026	60503
CCP5080	277490F000210507	21/06/2026	60503
CDY8J07	277490F000210148	17/06/2026	60503
CEE7320	277490F000210195	17/06/2026	60503
CEN7198	277490W000040312	10/06/2026	55412
CEN7198	277490W000040268	10/06/2026	55412
CEN7198	277490W000040303	10/06/2026	55412
CFM2460	277490F000210514	22/06/2026	60503
CFM2460	277490W000040097	06/06/2026	55412
CHJ0206	277490W000040372	11/06/2026	55412
CHW5931	277490W000040289	10/06/2026	55412
CHW5931	277490W000039954	02/06/2026	55412
CIX2549	277490W000039978	03/06/2026	55412
CLJ6G70	277490F000210145	17/06/2026	60503
CNI4137	277490T000006174	25/06/2026	76331
COL4278	277490W000040135	08/06/2026	55412
CPM3440	277490W000040092	06/06/2026	55412
CPR3I54	277490W000040308	10/06/2026	55412
CPY6752	277490W000040146	08/06/2026	55412
CQB3302	277490F000210381	20/06/2026	60503
CQB3302	277490F000210233	18/06/2026	60503
CQZ5979	277490F000210444	21/06/2026	60503
CUL1I44	277490F000209782	12/06/2026	56732
CUM1E16	277490T000006180	25/06/2026	76331
CVX1627	277490F000210067	15/06/2026	60503
CWC5G52	277490F000209830	12/06/2026	60503
CWF8H47	277490W000040104	06/06/2026	55412
CWI2J45	277490W000040186	09/06/2026	55412
CXK8F91	277490F000210225	18/06/2026	60503
CXX3268	277490W000040417	11/06/2026	55412
CYB5219	277490F000210339	19/06/2026	60503
CYJ6608	277490F000209684	11/06/2026	60503
CYJ6608	277490F000209682	11/06/2026	60503
CYO7D33	277490F000210492	21/06/2026	60503
CYU1741	277490F000210086	16/06/2026	60503
CYX5H05	277490F000209688	11/06/2026	56732
CZL4I69	277490F000209911	13/06/2026	60503
CZL4I69	277490F000210473	21/06/2026	60503
CZU3454	277490F000210133	16/06/2026	60503
CZU3454	277490F000209657	10/06/2026	60503
DAI5945	277490W000040093	06/06/2026	55412
DCA3E46	277490F000209627	10/06/2026	60503
DCF9E32	277490W000040341	11/06/2026	55412
DCF9E32	277490W000040262	10/06/2026	55412
DCY8J60	277490W000040421	11/06/2026	55412
DDM3C54	277490W000040367	11/06/2026	55412
DFB9955	277490F000210484	21/06/2026	60503

DFC4604	277490F000210437	21/06/2026	60503
DFF3716	277490F000209749	11/06/2026	60503
DFK2I20	277490W000039935	02/06/2026	55412
DFN5634	277490F000209656	10/06/2026	60503
DGG6G95	277490F000209655	10/06/2026	60503
DHK6E35	277490W000040358	11/06/2026	55412
DHT3G49	277490W000040012	03/06/2026	55412
DIQ3H90	277490F000209625	10/06/2026	60503
DIQ5696	277490F000209834	12/06/2026	60503
DJC1011	277490W000040112	08/06/2026	55412
DJC7D83	277490W000040070	05/06/2026	55412
DJD5G85	277490T000007005	25/06/2026	51930
DJE0J25	277490F000209658	10/06/2026	60503
DJN4F56	277490F000210217	17/06/2026	60503
DJP1A90	277490W000040406	11/06/2026	55412
DLO4A10	277490F000209818	12/06/2026	60503
DNV7B79	277490F000210460	21/06/2026	60503
DNV7B79	277490F000209925	13/06/2026	60503
DNV7B79	277490F000209888	13/06/2026	60503
DNY3E55	277490W000040037	05/06/2026	55412
DPE8E08	277490F000210069	15/06/2026	60503
DQA2159	277490F000210160	17/06/2026	60503
DRK6D73	277490W000040297	10/06/2026	55412
DTE2253	277490F000210419	21/06/2026	60503
DTP1A66	277490F000209825	12/06/2026	60503
DUC6J09	277490F000210196	17/06/2026	60503
DUI3736	277490F000209723	11/06/2026	60503
DWF5357	277490F000209993	14/06/2026	60503
DXG3481	277490W000040057	05/06/2026	55412
DXG3481	277490W000040286	10/06/2026	55412
DXG3481	277490W000040228	09/06/2026	55412
DXG3481	277490W000040311	10/06/2026	55412
DXG3481	277490W000040120	08/06/2026	55412
DXG3481	277490W000040397	11/06/2026	55412
DXG3481	277490W000040177	08/06/2026	55412
DXG3481	277490W000040370	11/06/2026	55412
DXG3481	277490W000039923	02/06/2026	55412
DXT7A63	277490W000040096	06/06/2026	55412
DYB0J08	277490F000210494	21/06/2026	60503
DYM9I94	277490F000209716	11/06/2026	60503
EAG7G55	277490W000040356	11/06/2026	55412
EAX2062	277490W000040284	10/06/2026	55412
ECZ8516	277490F000210093	16/06/2026	60503
ECZ8516	277490W000039976	03/06/2026	55412
ECZ8516	277490F000209801	12/06/2026	60503
EGC8J99	277490F000210169	17/06/2026	60503
EGS3D78	277490F000209897	13/06/2026	60503
EHJ2955	277490F000210506	21/06/2026	60503
EIC1699	277490W000039918	02/06/2026	55412
EIP8652	277490F000210399	20/06/2026	60503
EKR0F08	277490F000210466	21/06/2026	60503
EKU1I97	277490F000210154	17/06/2026	60503
EKV7355	277490W000040029	05/06/2026	55412
ENI0C35	277490F000210479	21/06/2026	60503
ENQ3D07	277490F000209647	10/06/2026	60503
ENQ6C90	277490F000209640	10/06/2026	60503
EOW0429	277490F000209800	12/06/2026	60503
ETK6C54	277490F000210500	21/06/2026	60503
ETP6721	277490F000209626	10/06/2026	60503
ETU2J77	277490W000039930	02/06/2026	55412
ETY7835	277490W000040343	11/06/2026	55412
ETY7835	277490W000040160	08/06/2026	55412
EUW6D76	277490F000209924	13/06/2026	60503
EVD0834	277490W000040279	10/06/2026	55412
EXF9494	277490W000039934	02/06/2026	55412
EYP4B03	277490W000039944	02/06/2026	55412
FCR4E87	277490F000210023	15/06/2026	56732
FCS9F97	277490F000210256	18/06/2026	60503
FDF1D20	277490F000209900	13/06/2026	60503
FDG2062	277490W000040386	11/06/2026	55412
FEI6I40	277490F000209835	12/06/2026	60503
FFJ3B57	277490F000210342	19/06/2026	60503
FGD5350	277490F000209844	12/06/2026	60503
FGP6173	277490F000210020	14/06/2026	60503
FGR4F30	277490W000040249	09/06/2026	55412
FHF3G17	277490W000040204	09/06/2026	55412
FIG5A18	277490F000209721	11/06/2026	60503
FIX1633	277490F000209889	13/06/2026	60503
FLJ3F91	277490F000209644	10/06/2026	60503
FLJ3F91	277490F000210328	19/06/2026	60503
FLV1649	277490F000209739	11/06/2026	60503
FOA0C22	277490W000040144	08/06/2026	55412
FPA8B84	277490F000209864	12/06/2026	60503
FSD2E45	277490F000209910	13/06/2026	60503
FSD2E45	277490F000210344	19/06/2026	60503
FTA6C26	277490F000209904	13/06/2026	60503
FTC5C80	277490F000209871	13/06/2026	60503
FTK0374	277490F000210150	17/06/2026	60503
FTN3I99	277490W000040259	09/06/2026	55412

FVD0E08	277490F000209623	10/06/2026	60503
FXZ7C17	277490F000210243	18/06/2026	60503
FYY4E20	277490F000209733	11/06/2026	60503
GBA7I94	277490W000040118	08/06/2026	55412
GFM6E69	277490F000210028	15/06/2026	60503
GGQ3B84	277490F000209780	12/06/2026	60503
GHQ7D39	277490W000040321	10/06/2026	55412
GHQ7D39	277490W000040291	10/06/2026	55412
GWV0545	277490F000209966	14/06/2026	60503
GZU7J84	277490F000210006	14/06/2026	60503
GZU7J84	277490F000209923	13/06/2026	60503
GZU7J84	277490F000210007	14/06/2026	60503
HBL2D51	277490F000209652	10/06/2026	60503
HBR4I93	277490F000209783	12/06/2026	60503
HCQ0592	277490W000039971	03/06/2026	55412
HGR2D32	277490F000209980	14/06/2026	60503
HHR6B63	277490W000040352	11/06/2026	55412
HHR6B63	277490W000040127	08/06/2026	55412
HHR6B63	277490W000040332	10/06/2026	55412
HHR6B63	277490W000040403	11/06/2026	55412
HHR6B63	277490W000040173	08/06/2026	55412
HHR6B63	277490W000040208	09/06/2026	55412
HHR6B63	277490W000040269	10/06/2026	55412
HHR6B63	277490W000040244	09/06/2026	55412
HLB8I41	277490F000210002	14/06/2026	60503
HPR2A71	277490W000040091	06/06/2026	55412
HRH5808	277490F000209773	11/06/2026	60503
HRK5808	277490F000209674	10/06/2026	60503
HRK5808	277490F000210143	16/06/2026	60503
HSB9387	277490W000040167	08/06/2026	55412
HSB9387	277490W000040182	08/06/2026	55412
HSD5144	277490W000040025	05/06/2026	55412
HSD7898	277490F000210427	20/06/2026	60503
HTQ4I62	277490W000040103	06/06/2026	55412
HUV1E58	277490F000209817	12/06/2026	60503
IOI9584	277490F000210099	16/06/2026	60503
IOI9584	277490F000210136	16/06/2026	60503
ISG3134	277490F000209799	12/06/2026	60503
ITJ0B98	277490W000040387	11/06/2026	55412
IYW0H70	277490W000039916	02/06/2026	55412
JEW7D51	277490F000210337	19/06/2026	60503
JUI0876	277490W000040250	09/06/2026	55412
JYL8156	277490W000040364	11/06/2026	55412
JYP5720	277490F000209806	12/06/2026	60503
KES8038	277490F000209709	11/06/2026	60503
KHJ3388	277490F000209724	11/06/2026	60503
KQM5218	277490W000040301	10/06/2026	55412
KUY9J54	277490F000209680	11/06/2026	56732
KXK3595	277490F000210284	18/06/2026	60503
LCI3A65	277490F000210503	21/06/2026	60503
LOP5B73	277490F000210081	15/06/2026	60503
LOP5B73	277490F000210068	15/06/2026	60503
LUG4J65	277490W000040329	10/06/2026	55412
LXJ9E59	277490F000210155	17/06/2026	60503
LXT3J00	277490W000040266	10/06/2026	55412
LZF6J18	277490F000209895	13/06/2026	60503
MBC8002	277490W000040179	08/06/2026	55412
MBC8002	277490W000040031	05/06/2026	55412
MBF9J70	277490F000210336	19/06/2026	60503
MBL6I22	277490W000040285	10/06/2026	55412
MBV8824	277490F000209811	12/06/2026	60503
MDE2H85	277490F000210349	19/06/2026	60503
MEL8H72	277490T000006171	25/06/2026	76331
MFS5J58	277490W000040084	06/06/2026	55412
MGD5E52	277490W000040212	09/06/2026	55412
MGH0486	277490W000040199	09/06/2026	55412
MGI4B59	277490W000040232	09/06/2026	55412
MGS6H11	277490F000210234	18/06/2026	60503
MHU9592	277490F000209866	12/06/2026	60503
MHU9592	277490F000209776	11/06/2026	60503
MJI9740	277490F000210263	18/06/2026	60503
MJY5F43	277490F000209654	10/06/2026	60503
MKT5D72	277490F000210294	18/06/2026	60503
MLA2766	277490W000040099	06/06/2026	55412
MMK1190	277490W000039947	02/06/2026	55412
MNH0008	277490F000210300	19/06/2026	60503
MPZ5J12	277490W000040180	08/06/2026	55412
MRP3440	277490W000040215	09/06/2026	55412
MWG5C35	277490F000209875	13/06/2026	60503
NDO5B61	277490W000040265	10/06/2026	55412
NDX3I60	277490W000040059	05/06/2026	55412
NHM9682	277490F000209823	12/06/2026	60503
NJH7H91	277490F000210188	17/06/2026	60503
NJN8765	277490W000040050	05/06/2026	55412
NME5657	277490F000209899	13/06/2026	60503
NRP5E22	277490W000040100	06/06/2026	55412
NSB3066	277490W000040108	06/06/2026	55412
NVO3620	277490F000209827	12/06/2026	60503
NXJ7A07	277490F000210318	19/06/2026	60503

NXX6B29	277490F000210108	16/06/2026	60503
OAP0J60	277490W000040028	05/06/2026	55412
OAV9G30	277490W000039988	03/06/2026	55412
OBG2I06	277490F000209935	13/06/2026	60503
OBO6565	277490W000040335	10/06/2026	55412
OFN5634	277490W000040138	08/06/2026	55412
OHF3J69	277490F000210488	21/06/2026	60503
OLW1G05	277490F000209982	14/06/2026	60503
OOH4D67	277490F000210157	17/06/2026	60503
OOU4F98	277490F000209892	13/06/2026	60503
OPF8H23	277490F000209696	11/06/2026	60503
OWJ3G65	277490W000040068	05/06/2026	55412
OWJ3G65	277490F000209991	14/06/2026	60503
OXD5I27	277490F000209884	13/06/2026	60503
OXD9G92	277490F000209858	12/06/2026	60503
OXZ7H07	277490W000039959	02/06/2026	55412
PDW5H42	277490W000040230	09/06/2026	55412
PHU9J19	277490F000209686	11/06/2026	60503
PQY1B62	277490W000040278	10/06/2026	55412
QAR0748	277490F000209972	14/06/2026	56732
QBW4C51	277490F000209717	11/06/2026	60503
QCG6J08	277490F000210016	14/06/2026	60503
QIJ1I28	277490F000210167	17/06/2026	60503
QJM6E23	277490F000209878	13/06/2026	60503
QKO9F36	277490F000210418	20/06/2026	60503
QLW2B58	277490F000210215	17/06/2026	60503
QMS6F86	277490W000040345	11/06/2026	55412
RDC0C08	277490F000210019	14/06/2026	60503
REZ5E65	277490F000209763	11/06/2026	60503
RHA2G39	277490F000210333	19/06/2026	60503
RHA7G15	277490F000210182	17/06/2026	60503
RHA7G15	277490F000210516	22/06/2026	60503
RHA7G15	277490F000210439	21/06/2026	60503
RHA7G15	277490F000210163	17/06/2026	60503
RHA7G15	277490F000210394	20/06/2026	60503
RHA7G15	277490F000209957	14/06/2026	60503
RHB4E55	277490F000209788	12/06/2026	60503
RHB5J59	277490F000209940	14/06/2026	60503
RHD7H54	277490F000209650	10/06/2026	60503
RHE3F33	277490W000040337	10/06/2026	55412
RHE3F33	277490W000040424	11/06/2026	55412
RHE3F33	277490W000040396	11/06/2026	55412
RHE3F33	277490W000039998	03/06/2026	55412
RHE3F33	277490W000039960	02/06/2026	55412
RHE3F33	277490F000210391	20/06/2026	60503
RHG4J61	277490F000209997	14/06/2026	60503
RHL2I87	277490W000040224	09/06/2026	55412
RHL4H16	277490F000210449	21/06/2026	60503
RHL6B38	277490F000210168	17/06/2026	60503
RHL7B92	277490F000210474	21/06/2026	60503
RHP6F69	277490F000210508	22/06/2026	56732
RHQ4E20	277490F000210518	22/06/2026	56732
RHQ6E97	277490F000210459	21/06/2026	60503
RHR8E89	277490F000210365	20/06/2026	56732
RHR8E89	277490F000210347	19/06/2026	60503
RHT5G85	116100T003107718	19/06/2026	55680
RHV5A79	277490F000210323	19/06/2026	60503
RHV7F53	277490F000210431	20/06/2026	60503
RHW9C34	277490F000210296	19/06/2026	60503
RHX7C09	277490F000210360	20/06/2026	60503
RLI5I61	277490F000209948	14/06/2026	60503
RLM1B15	277490F000209839	12/06/2026	60503
RMD8E00	277490F000210378	20/06/2026	60503
RMD8E00	277490F000210176	17/06/2026	60503
RNV6D82	277490W000040098	06/06/2026	55412
RRO4B39	277490F000210085	16/06/2026	60503
RTB0E09	277490F000209701	11/06/2026	60503
RYK5F29	277490F000210212	17/06/2026	60503
SDQ6E78	277490F000209651	10/06/2026	60503
SDT0D79	277490W000040357	11/06/2026	55412
SDT6A37	277490F000210041	15/06/2026	60503
SDU4E75	277490W000040174	08/06/2026	55412
SDX5H50	277490F000210129	16/06/2026	60503
SDY6I27	277490F000210322	19/06/2026	60503
SDZ1G85	277490W000040267	10/06/2026	55412
SDZ1G85	277490W000039982	03/06/2026	55412
SEB5B13	277490W000040307	10/06/2026	55412
SEB8D75	277490F000210181	17/06/2026	60503
SEE1B81	277490F000210165	17/06/2026	60503
SEH3E41	277490F000210013	14/06/2026	60503
SEH9A67	277490W000040290	10/06/2026	55412
SEL3F79	277490F000210413	20/06/2026	60503
SEN2I13	277490F000210024	15/06/2026	60503
SEP8F11	277490W000040047	05/06/2026	55412
SEQ3D00	277490W000040305	10/06/2026	55412
SER2I83	277490W000040004	03/06/2026	55412
SET5H55	277490F000210366	20/06/2026	60503
SEV5J41	277490F000209760	11/06/2026	60503
SEW7D04	277490F000210400	20/06/2026	60503

SEY5F55	277490F000209687	11/06/2026	56732
SEY8I13	277490F000209700	11/06/2026	60503
SFA8C45	277490F000210052	15/06/2026	60503
SFD2I66	277490F000209631	10/06/2026	60503
SFD3D07	277490F000210468	21/06/2026	60503
SFE8B59	277490F000209683	11/06/2026	60503
SFE8B59	277490F000210043	15/06/2026	60503
SFG7D34	277490W000039996	03/06/2026	55412
SFI7A51	277490W000040400	11/06/2026	55412
SFM2B17	277490F000210074	15/06/2026	60503
SFM6C26	277490F000209852	12/06/2026	60503
SFO4J12	277490W000040022	05/06/2026	55412
SFO4J12	277490W000040122	08/06/2026	55412
SFO4J12	277490W000040088	06/06/2026	55412
SFO4J12	277490W000040270	10/06/2026	55412
SFO4J12	277490W000040152	08/06/2026	55412
SFO4J12	277490W000039975	03/06/2026	55412
SFO4J12	277490W000040190	09/06/2026	55412
SFO4J12	277490W000040181	08/06/2026	55412
SFO7B80	277490F000209761	11/06/2026	60503
SHL9D47	277490F000209729	11/06/2026	60503
SHL9D47	277490F000210301	19/06/2026	60503
SLW9A55	277490F000210283	18/06/2026	60503
SMK4I60	277490F000210238	18/06/2026	60503
SML5F47	277490F000210470	21/06/2026	60503
SPL4J70	277490F000210082	16/06/2026	56732
SYT6A17	277490F000209985	14/06/2026	60503
TAI1G26	277490F000210424	20/06/2026	60503
TAI4F21	277490F000209812	12/06/2026	60503
TAI7H06	277490T000006078	25/06/2026	54521
TAJ0J85	277490F000209836	12/06/2026	60503
TAJ1F86	277490F000209840	12/06/2026	60503
TAJ9B72	277490W000040399	11/06/2026	55412
TAL2G07	277490F000210071	15/06/2026	60503
TAM9A81	277490F000210103	16/06/2026	60503
TAQ2G62	277490W000040038	05/06/2026	55412
TAW1A39	277490W000040140	08/06/2026	55412
TAW4G81	277490F000210032	15/06/2026	60503
TAY4A41	277490F000210230	18/06/2026	60503
TBC1D40	277490F000209815	12/06/2026	60503
TBC7B81	277490F000209941	14/06/2026	60503
TBD9J32	277490T000004655	25/06/2026	50450
TBD9J32	277490T000004658	25/06/2026	52151
TBD9J32	277490T000004657	25/06/2026	76173
TBD9J32	277490T000004656	25/06/2026	51420
TBD9J32	277490F000209679	11/06/2026	60503
TBI2C41	277490W000039928	02/06/2026	55412
TBI7E31	277490F000210345	19/06/2026	60503
TBJ0H16	277490F000209905	13/06/2026	60503
TBJ2F42	277490F000210229	18/06/2026	60503
TBJ3C53	277490W000040379	11/06/2026	55412
TBL1E37	277490F000209962	14/06/2026	60503
TBL7D54	277490F000209979	14/06/2026	60503
TBM3I89	277490F000209649	10/06/2026	60503
TBN9J34	277490F000210259	18/06/2026	60503
TBR8A87	277490F000209939	13/06/2026	60503
TBT8F73	277490F000209876	13/06/2026	60503
TBU6F66	277490F000209843	12/06/2026	60503
TBW7J11	277490F000210211	17/06/2026	60503
TBX4J42	277490W000040339	10/06/2026	55412
TBX5D94	277490F000209918	13/06/2026	60503
TCG3H59	277490F000210159	17/06/2026	60503
UAW3I59	277490W000040003	03/06/2026	55412
UAY9J78	277490F000210520	22/06/2026	60503
UAZ5E58	277490F000210114	16/06/2026	60503
UBC5E23	277490F000210266	18/06/2026	60503
UBF2D43	277490F000210119	16/06/2026	60503
UBF9I17	277490F000209988	14/06/2026	60503
UBH0E83	277490W000040053	05/06/2026	55412
UBH0G81	277490F000210104	16/06/2026	60503
UBH7A38	277490W000039950	02/06/2026	55412
UBI6B91	277490F000210054	15/06/2026	60503
UBK3H12	277490F000210434	20/06/2026	60503
UBL7G41	277490F000210368	20/06/2026	60503
UBL9H65	277490F000210004	14/06/2026	60503
UBO7F25	277490F000210346	19/06/2026	60503
UBQ7A23	277490F000209950	14/06/2026	60503
UBR2J57	277490F000210105	16/06/2026	60503
UBR6B28	277490F000209933	13/06/2026	60503
UBR9D71	277490W000040271	10/06/2026	55412
UBU6F36	277490W000040410	11/06/2026	55412
UBZ0H42	277490F000210039	15/06/2026	60503
UBZ6F20	277490F000210314	19/06/2026	60503
UBZ6F57	277490F000210415	20/06/2026	60503
UCA0B63	277490F000209822	12/06/2026	60503
UCA0C18	277490F000210298	19/06/2026	60503
UCA9A63	277490F000210009	14/06/2026	60503

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:4F601B6A

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 17/08/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AGA4457	277490T000000549	20/04/2026	54870	R$ 195,23
AJO3649	277490T000002260	20/04/2026	76332	R$ 293,47
AKH8901	277490T000002134	20/04/2026	59910	R$ 293,47
AKS7A53	277490T000002128	20/04/2026	59910	R$ 293,47
ALC4862	277490T000002255	20/04/2026	76332	R$ 293,47
ALE7156	277490T000002139	20/04/2026	59910	R$ 293,47
ANK1765	277490T000001374	18/04/2026	76252	R$ 293,47
ANS9469	277490T000002136	20/04/2026	59910	R$ 293,47
AOJ0E14	277490T000001372	18/04/2026	76251	R$ 293,47
AOL6322	277490T000002251	20/04/2026	59910	R$ 293,47
APM3G65	277490T000002135	20/04/2026	59910	R$ 293,47
ARN7A18	277490T000001343	20/04/2026	76331	R$ 293,47
AUB9B15	277490T000001046	21/04/2026	54522	R$ 195,23
AVM3827	277490T000002133	20/04/2026	59910	R$ 293,47
AVM6103	277490T000001053	20/04/2026	54870	R$ 195,23
AWU8E85	277490T000002256	20/04/2026	76332	R$ 293,47
AYR7434	277490T000002129	20/04/2026	59910	R$ 293,47
AYZ3D46	277490T000002150	20/04/2026	59910	R$ 293,47
BAG4B30	277490T000001369	18/04/2026	61220	R$ 293,47
BAI5326	277490T000001870	20/04/2026	76252	R$ 293,47
BAT3096	277490T000001346	20/04/2026	51930	R$ 293,47
BAW2731	277490T000002141	20/04/2026	59910	R$ 293,47
BBG7748	277490T000002252	20/04/2026	76332	R$ 293,47
BCG2B74	277490T000001370	18/04/2026	76252	R$ 293,47
BCY8G86	277490T000001375	18/04/2026	76331	R$ 293,47
BEI3F60	277490T000001868	20/04/2026	55680	R$ 195,23
DBZ7035	277490T000002127	20/04/2026	76332	R$ 293,47
DPS4A81	277490T000001373	18/04/2026	76251	R$ 293,47
DQL0714	277490T000001342	20/04/2026	76331	R$ 293,47
DQT0715	277490T000002147	20/04/2026	59910	R$ 293,47
EGC7G97	277490T000002254	20/04/2026	76332	R$ 293,47
HSU0141	277490T000002140	20/04/2026	59910	R$ 293,47
MJS3J99	277490T000001051	20/04/2026	51851	R$ 195,23
PXB2H56	277490T000002126	20/04/2026	76332	R$ 293,47
RHM0D94	277490T000002131	20/04/2026	59910	R$ 293,47
RMD8E00	277490T000001869	20/04/2026	56222	R$ 88,38
SDY3A39	277490T000001334	16/04/2026	76331	R$ 293,47
SEL4E95	277490T000002142	20/04/2026	59910	R$ 293,47
SEL4E95	277490T000002145	20/04/2026	76332	R$ 293,47
SFK1J10	277490T000001866	20/04/2026	55920	R$ 130,16
SFL3H78	277490T000002149	20/04/2026	59910	R$ 293,47
TAT1F62	277490T000000550	20/04/2026	76331	R$ 293,47
TAX4H29	277490T000002146	20/04/2026	59910	R$ 293,47
UAT7F23	277490T000002138	20/04/2026	76332	R$ 293,47

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:9AA4F52B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.899/2026- REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná

Decreto Nº 27899 de 24 de junho de 2026 - Republicação

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 1.289.000,00 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil reais)." O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 1.289.000,00 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 04.001 (344)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional Programática: 04.001.0010.0122.0006.2251	**Atividade:**Conselho Municipal de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 4.000,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ		
Unidade Orçamentária: 17.001 (1811)	COORDENAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	
Funcional Programática: 17.001.0013.0392.0002.2880	**Atividade:**Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (597)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2441	**Atividade:**Educação Infantil (Creche) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190040000 - Contratação por tempo determinado	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 250.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (588)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2440	**Atividade:**Educação Básica - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 1.000.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 09.002 (1362)	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 09.002.0018.0541.0012.2202	**Atividade:**Consórcio Intermunicipal Caiuá - Ambiental (CICA)	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3371700000 - Rateio pela participação em consórcio público	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 1.289.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (341)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0122.0006.2251	**Atividade:** Conselho Municipal de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 4.000,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ		
Unidade Orçamentária: 17.001 (1821)	COORDENAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	
Funcional Programática: 17.001.0013.0392.0002.2880	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (599)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2441	**Atividade:** Educação Infantil (Creche) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 250.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (564)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.1060	**Projeto:** Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Escolares	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 1.000.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 09.001 (1303)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 09.001.0018.0541.0012.1155	**Projeto:** Obras de Revitalização, Preservação e Controle Ambiental	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 1.289.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Paranavaí, 24 de junho de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:867EFBB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.904/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 27904 de 26 de junho de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 194.616,00 (cento e noventa e quatro mil e seiscentos e dezesseis reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 194.616,00 (cento e noventa e quatro mil e seiscentos e dezesseis reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (308)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 100.000,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ		
Unidade Orçamentária: 17.001 (1804)	COORDENAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	
Funcional Programática: 17.001.0013.0392.0009.1885	**Projeto:** Reforma/Ampliação de Unidades Culturais	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 45.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (138)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2218	**Atividade:** CIUENP - Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 3.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (777)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0361.0005.2560	**Atividade:** Atividades de Manutenção do Ensino - Recursos Livres	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.003 (827)	CONVÊNIO E PROGRAMAS DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	
Funcional Programática: 06.003.0012.0361.0005.2520	**Atividade:** Salário Educação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00107 - Salário Educação	R$ 41.616,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$ 194.616,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (310)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3191130000 - Contribuições patronais	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 100.000,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ		
Unidade Orçamentária: 17.001 (1805)	COORDENAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	
Funcional Programática: 17.001.0013.0392.0009.1885	**Projeto:** Reforma/Ampliação de Unidades Culturais	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 45.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (137)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2218	**Atividade:** CIUENP - Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná	

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 3.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (774)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0361.0005.2560	**Atividade:** Atividades de Manutenção do Ensino - Recursos Livres	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.003 (828)	CONVÊNIO E PROGRAMAS DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	
Funcional Programática: 06.003.0012.0361.0005.2520	**Atividade:** Salário Educação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00107 - Salário Educação	R$ 41.616,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		**R$ 194.616,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 26 de junho de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:74B44278

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 17/2026 - Processo Administrativo nº 63 /2026

OBJETO: Contratação de serviço técnico especializado para a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município Pinhal de São Bento-PR, destinado a servir como referência para o planejamento educacional do município no período de 2027 a 2037, em conformidade com a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026.
O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.133/2021, ADJUDICA e HOMOLOGA a presente licitação nos seguintes termos:

65.081.933 MARCIA APARECIDA BALDINI - CNPJ: 65.081.933/0001-04.						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	13913	Contratação de serviço técnico especializado para a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município Pinhal de São Bento - PR, destinado a servir como referência para o planejamento educacional do município no período de 2027 a 2037, em conformidade com a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026	1,00	SERVIÇO	23.800,00	23.800,00
TOTAL 23.800,00						

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 23.800,00 (Vinte e três mil e oitocentos reais).

Pinhal de São Bento - PR, em 29 de junho de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:DBC092B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
A Prefeitura Municipal de Piraquara, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial, torna público o presente Edital de Chamamento Público para seleção de projetos culturais a serem executados mediante celebração de Termo de Execução Cultural, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, instituída pela Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022.
Este edital fundamenta-se, ainda, na Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), nos Decretos nº 11.740, de 18 de outubro de 2023 (Decreto PNAB), e nº 11.453, de 23 de março de 2023 (Decreto de Fomento), na Instrução Normativa MinC nº 10, de 28 de dezembro de 2023, bem como nas demais normas aplicáveis.
A PNAB é baseada na cooperação federativa entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em parceria com a sociedade civil, visando o fortalecimento do financiamento público continuado da cultura, o respeito à diversidade e a democratização do acesso às ações culturais. As diretrizes e condições de execução no âmbito municipal foram construídas com participação social, por meio de consulta pública, e aprovadas pelo Conselho Municipal de Cultura.
Dessa forma, o presente edital destina-se a apoiar projetos culturais apresentados por agentes culturais do Município de Piraquara, conforme condições, requisitos e procedimentos estabelecidos neste instrumento e em seus anexos.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objeto do Edital
O objeto deste Edital é a **seleção de 10 (dez) projetos de oficinas culturais** para receberem apoio financeiro, por meio da celebração de **Termo de Execução Cultural**, com o objetivo de incentivar, fomentar e fortalecer a formação, a capacitação e o acesso da população às diversas manifestações culturais no Município de Piraquara/PR.
Para fins deste Edital, considera-se **oficina cultural** a ação formativa de caráter prático e/ou teórico-prático, voltada à **transmissão de saberes, técnicas, processos criativos ou conhecimentos culturais**, conduzida por agente cultural qualificado, com carga horária definida, público-alvo identificado e metodologia compatível com os objetivos propostos.
As oficinas culturais deverão observar os objetivos da **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei nº 14.399/2022)**, o **Plano de Aplicação de Recursos (PAR) do Município de Piraquara** e a legislação vigente, podendo contemplar, entre outras, ações nas áreas de **artes visuais, música, teatro, dança, literatura, audiovisual, cultura popular, cultura urbana, culturas tradicionais, patrimônio cultural, economia criativa e outras manifestações culturais**.
O presente Edital foi elaborado com base nos resultados da **consulta pública realizada no âmbito da PNAB**, em consonância com as diretrizes definidas pelo **Conselho Municipal de Cultura**, e em conformidade com o **Plano de Aplicação de Recursos aprovado pelo Ministério da Cultura**.

1.2 Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados 10 (dez) projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

1.3 Valor total do edital
O valor total deste edital é de R$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais).
Cada projeto contemplado receberá o montante de R$: 14.000,00 (Quatorze mil reais).
A despesa correrá à conta de dotação específica referente a Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).
Sobre o valor total repassado pelo Município de Piraquara ao agente cultural, **não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS**, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

1.4 Prazo de inscrição
De 01/07/2026 a 30/07/2026, até às 16h. As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

1.5 Das especificidades das oficinas
1.5.1 Relação das Oficinas Culturais, Especificidades Orientadoras, Carga Horária

Oficina/ Categoria	Possibilidades Orientadoras (não excludentes)	Carga Horária Mínima
Oficina de Artes Visuais	Desenho, pintura, gravura, ilustração, colagem, grafite, muralismo, fotografia, escultura, cerâmica, mosaico, arte digital, processos criativos e experimentação artística	60 (sessenta) horas
Oficina de Música	Prática de instrumentos, canto, coral, técnica vocal, percussão, ritmos populares, teoria musical básica, composição, arranjo, produção musical e sonorização	60 (sessenta) horas
Oficina de Dança	Dança contemporânea, urbana, popular ou tradicional, criação coreográfica, expressão corporal, danças afro-brasileiras, indígenas, regionais, hip hop e breaking	60 (sessenta) horas
Oficina de Teatro e Artes Cênicas	Jogos teatrais, interpretação, improvisação, dramaturgia, criação de cenas, teatro comunitário, teatro do oprimido, performance, clown e circo	60 (sessenta) horas
Oficina de Audiovisual e Cultura Digital	Produção e edição de vídeo, roteiro, direção, fotografia audiovisual, podcast, rádio, animação, stop motion, narrativas digitais e mídias sociais	60 (sessenta) horas
Oficina de Literatura e Oralidade	Escrita criativa, poesia, slam, cordel, leitura e mediação literária, contação de histórias, memória oral, narrativas locais e relatos de vida	60 (sessenta) horas
Oficina de Cultura Popular e Tradicional	Saberes e fazeres tradicionais, manifestações populares, artesanato, culturas afro-brasileiras e indígenas, práticas transmitidas pela oralidade, identidade cultural local	60 (sessenta) horas
Oficina de Cultura Urbana	Hip hop, rap, breaking, DJ, graffiti, street art, moda urbana, cultura periférica, produção cultural de rua, identidade e território	60 (sessenta) horas
Oficina de Economia Criativa e Gestão Cultural	Produção cultural, gestão cultural, economia criativa, elaboração de projetos, comunicação e marketing cultural, empreendedorismo cultural, organização de coletivos	60 (sessenta) horas
Oficina de Escrita de Editais, Currículo Cultural e Portfólio	Leitura e interpretação de editais, estruturação de projetos culturais, elaboração de currículo cultural, construção de portfólio artístico, plataformas de fomento, noções de prestação de contas	60 (sessenta) horas

1.5.2 As possibilidades descritas na coluna “Possibilidades Orientadoras” têm caráter meramente orientativo, não sendo excludentes, podendo os proponentes apresentar outras abordagens, conteúdos ou metodologias compatíveis com a categoria da oficina cultural escolhida, desde que respeitados os objetivos deste Edital e a carga horária mínima estabelecida.

1.6 Quem pode participar

Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside nomunicípio de Piraquarahá pelo menos**2 (dois) anos.**

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O agente cultural pode ser:

I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI);

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc.);

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc.);

IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.

1.7 Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:

I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

IV- O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas neste item.

V- Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.

VI- A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

VII – **Agentes culturais que não tenham cumprido integralmente as obrigações previstas em editais da Lei Paulo Gustavo e/ou da Política Nacional Aldir Blanc PNAB (Ciclo 1), incluindo a não realização, a não comprovação das contrapartidas pactuadas ou a não conclusão da respectiva prestação de contas.**

1.8 Quantidade de projetos por agente cultural

Cada agente cultural poderá inscrever apenas 1 (um) projeto neste edital, sendo que poderá ser contemplado com, no máximo, 1 (um) projeto.

1.9 ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

Inscrições: etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais, conforme regras e prazos estabelecidos neste edital;

Seleção, composta por duas fases:

I- Análise Preliminar de Enquadramento e Admissibilidade – etapa realizada pela Comissão de Análise, Seleção e Monitoramento, designada pela Portaria nº 16/2026 da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial, destinada à verificação do cumprimento das exigências formais previstas no edital.

Nesta fase, serão conferidos:

a) a documentação obrigatória;

b) o atendimento aos requisitos de participação;

c) o correto preenchimento do formulário de inscrição;

d) a adequação da proposta ao objeto do edital

Constatadas pendências formais ou dúvidas quanto à documentação apresentada, poderá ser aberta diligência para esclarecimento ou saneamento, no prazo a ser definido pela Comissão. A diligência terá caráter exclusivamente saneador, vedada a alteração substancial do projeto.

O não atendimento às exigências formais ou à diligência implicará na inabilitação da proposta.

II – Avaliação técnica de mérito cultural, realizada por pareceristas avaliadores, com base nos critérios definidos neste edital;

Habilitação: etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar a documentação de habilitação, conforme disposto neste edital;

Assinatura do Termo de Execução Cultural: etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural.

2. CRONOGRAMA DESTE EDITAL

Etapa	Período
Publicação do Edital	30/06/2026
Período de inscrições	01/07/2026 a 30/07/2026, até às 16h
Análise preliminar de enquadramento e admissibilidade (Fase I)	03/08/2026 a 06/08/2026
Resultado (Fase I)	07/08/2026
Avaliação técnica de mérito cultural pelos pareceristas (Fase II)	07/08/2026 a 20/08/2026
Divulgação do resultado preliminar da seleção	24/08/2026
Período de recurso da seleção	25/08/2026 a 27/08/2026 até as 16h00
Divulgação do resultado final da seleção	02/09/2026
Convocação para a etapa de habilitação	03/09/2026
Envio da documentação de habilitação	03/09/2026 a 08/09/2026 até as 16h00
Divulgação do resultado preliminar da habilitação	10/09/2026
Período de recurso da habilitação	10/09/2026 a 14/09/2026
Divulgação do resultado final da habilitação	17/09/2026
Assinatura do Termo de Execução Cultural	17/09/2026 a 21/09/2026 até as 16h00
Previsão de repasse dos recursos	a partir de 22/09/2026
Período de execução dos projetos	12 meses a partir do recebimento do recurso

3. INSCRIÇÕES

O agente cultural deverá se inscrever através do link: https://forms.gle/CKyhvrX7WQ8yyXAt7 , que constará a seguinte documentação obrigatória:

a) Formulário de inscrição conforme o link supracitado, que constitui o Plano de Trabalho (projeto);

b) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;

c) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ;

d) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

e) O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

f) A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

4. COTAS

Categoria de cotas

Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:

I. pessoas negras (pretas e pardas);

II. pessoas indígenas;

III. pessoas com deficiência.

A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no ítem 5. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração. A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

5. DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS POR COTAS

Considerando o número total de projetos a serem selecionados neste Edital (10 projetos), fica assegurada a reserva mínima de vagas para ações afirmativas, nos termos da Instrução Normativa MinC nº 10/2023, conforme tabela abaixo:

Modalidade	Total de vagas	Quantidade de vagas
Ampla concorrência	10	7
Pessoas negras (pretas e pardas)	10	1
Pessoas indígenas	10	1
Pessoas com deficiência (PcD)	10	1
Total	10	10

As vagas reservadas às ações afirmativas correspondem a, no mínimo, 01 (uma) vaga por categoria, assegurada a concorrência concomitante entre as cotas e a ampla concorrência, conforme previsto na legislação vigente.

5.1 Concorrência concomitante

Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.2 Desistência do optante pela cota

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.3 Remanejamento das cotas

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.4. Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ

As pessoas jurídicas e os coletivos ou grupos culturais sem CNPJ poderão concorrer às vagas reservadas às ações afirmativas previstas neste Edital, desde que comprovem o atendimento a ao menos um dos requisitos abaixo, nos termos da Instrução Normativa MinC nº 10/2023:

I – pessoas jurídicas em que mais da metade do quadro societário seja composta por pessoas negras (pretas e pardas), indígenas ou pessoas com deficiência;

II – pessoas jurídicas ou coletivos ou grupos culturais sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou pessoas com deficiência em posições de liderança, coordenação ou protagonismo no projeto cultural apresentado;

III – pessoas jurídicas ou coletivos ou grupos culturais sem CNPJ cuja equipe principal do projeto cultural seja majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou pessoas com deficiência;

IV – outras formas de composição que comprovem o protagonismo efetivo de pessoas negras, indígenas ou pessoas com deficiência na concepção, execução ou gestão do projeto cultural.

Para fins de comprovação, as pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo ou grupo cultural sem CNPJ deverão apresentar auto declaração, conforme os modelos constantes nos Anexos VII e VIII deste Edital, sem prejuízo de outras diligências que possam ser realizadas pela Comissão de Seleção ou pelos avaliadores/pareceristas.

A verificação do atendimento aos requisitos de ações afirmativas será realizada no momento da inscrição, com base nas informações e auto declarações apresentadas, sem prejuízo de posterior verificação, diligência ou apuração, nos termos da legislação vigente.

6 COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

6.1 Preenchimento do modelo

O agente cultural deve preencher o Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária que estão inseridos dentro do link de inscrição apresentado no ítem 3.

O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando a Prefeitura Municipal de Piraquara de qualquer responsabilidade civil ou penal.

6.2 Previsão de execução do projeto

Os projetos apresentados deverão ser executados atéo período de 12 meses.

6.3 Custos do projeto

I – O agente cultural deverá preencher a planilha orçamentária constante no formulário de inscrição, indicando os custos do projeto por categoria, acompanhados de valores condizentes com as práticas de mercado.

II – O agente cultural poderá informar a referência de preço utilizada para composição do orçamento, de acordo com as características, especificidades e realidades do projeto apresentado.

III – O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, tais como aquelas relacionadas a povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, ou outras realidades que justifiquem tal excepcionalidade.

IV – O valor total solicitado para o projeto não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme estabelecido no presente edital no item 1.3.

V – O apoio financeiro concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio privado direto e outros programas e/ou apoios federais, estaduais ou municipais, sendo vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.

VI – Na hipótese de cobrança de ingresso, taxa de participação ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser integralmente revertidos à execução do próprio projeto, devendo o agente cultural apresentar, na planilha orçamentária, a previsão de arrecadação, bem como a indicação dos itens que serão custeados com tais recursos.

7. RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

São medidas de acessibilidade:

I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

8. ETAPA DE SELEÇÃO

8.1 Da composição da seleção

A seleção dos projetos inscritos neste Edital será realizada em duas etapas, conforme descrito no item 1.9:

I – análise preliminar de enquadramento e admissibilidade, realizada pela Comissão de Análise, Seleção e Monitoramento, nomeada pela Portaria nº 16/2026 da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial, destinada à verificação do cumprimento das exigências formais previstas neste Edital; e

II – avaliação técnica de mérito cultural, realizada por avaliadores/pareceristas credenciados por meio do Edital nº 04/2025, designados especificamente para esse fim, responsáveis pela análise técnica e atribuição de pontuação aos projetos habilitados na etapa anterior.

8.2 Dos princípios da avaliação

Os avaliadores/pareceristas atuarão de forma independente, técnica e imparcial, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e do interesse público.

8.3 Da quantidade de avaliadores por projeto

Cada projeto será avaliado por até 02 (dois) avaliadores/pareceristas, designados conforme a necessidade administrativa e a complexidade das propostas apresentadas.

8.4 Dos critérios e da pontuação

A avaliação dos projetos será realizada com base nos critérios e pontuações estabelecidos no Anexo II – Critérios de Avaliação, sendo atribuída pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

8.5 Da nota final

A nota final de cada projeto corresponderá à média aritmética simples das notas atribuídas pelos avaliadores/pareceristas, observadas as regras de cotas e ações afirmativas previstas neste Edital.

8.6 Da classificação dos projetos

Serão considerados classificados os projetos que obtiverem as maiores pontuações, respeitado o número de vagas disponíveis, a reserva de vagas para ações afirmativas e os critérios de desempate, quando aplicáveis.

8.6.1 Critérios de desempate

Em caso de empate na pontuação final dos projetos, serão adotados os seguintes critérios de desempate, na ordem abaixo:
I – maior pontuação no critério de mérito cultural e relevância da proposta;
II – maior pontuação no critério de impacto social, territorial e democratização do acesso à cultura;
III – maior pontuação nas ações de acessibilidade e inclusão;
IV – maior tempo de atuação cultural comprovada no Município de Piraquara;
V – persistindo o empate, será realizado sorteio público.
Os critérios de desempate serão aplicados antes da definição da classificação final e da aplicação das regras de remanejamento e suplência.

8.7 Da emissão dos pareceres técnicos

Os avaliadores/pareceristas deverão emitir parecer técnico fundamentado, contendo justificativa clara da pontuação atribuída, o qual integrará o processo administrativo do Edital.

8.8 Dos impedimentos e conflitos de interesse

Os avaliadores/pareceristas ficam impedidos de avaliar projetos:
I – de sua autoria ou de autoria de pessoa com a qual possuam vínculo profissional, econômico, familiar ou afetivo;
II – de agentes culturais com os quais tenham mantido relação contratual ou parceria nos últimos 02 (dois) anos;
III - em qualquer outra hipótese que configure conflito de interesse, nos termos da legislação vigente.

8.9 Da divulgação do resultado preliminar

O resultado preliminar da seleção será divulgado nos meios oficiais do Município de Piraquara, conforme prazos estabelecidos no cronograma constante do item 2 deste Edital.

8.10 Da interposição de recursos

Caberá recurso contra o resultado preliminar, nos prazos e condições definidos no cronograma previsto no item 2.

8.11 Da análise dos recursos

Os recursos interpostos serão analisados pela Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial, com base nos pareceres técnicos emitidos, podendo os avaliadores/pareceristas responsáveis pela análise inicial serem consultados para esclarecimentos técnicos, bem como solicitar complementação de informações ou documentos, quando estritamente necessário à correta compreensão do recurso apresentado.

8.12 Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
V- Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

8.13 Análise do mérito cultural

A análise de mérito cultural dos projetos será realizada pelos avaliadores/pareceristas credenciados, mediante atribuição fundamentada de notas conforme os critérios estabelecidos no Anexo II deste Edital.

8.14 Análise da planilha orçamentária

Os avaliadores/pareceristas vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os avaliadores/pareceristas podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

8.15 Valores incompatíveis com o mercado

Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 8.10, exclusivamente através do e-mail **smcir@piraquara.pr.gov.br**.

8.16 Recurso da etapa de seleção

O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial dos municípios e no site oficial da Prefeitura Municipal de Piraquara.

9. REMANEJAMENTO DE VAGAS

9.1 Do remanejamento entre categorias

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, em razão de insuficiência de projetos habilitados ou classificados, os recursos financeiros originalmente destinados a essa categoria poderão ser remanejados para outra categoria, observada a ordem de classificação geral dos projetos, respeitados os critérios de cotas e ações afirmativas previstos neste Edital.

9.2 Da ordem de remanejamento

O remanejamento de vagas e recursos ocorrerá da seguinte forma:
I – inicialmente, para os projetos classificados e não contemplados, observada a ordem decrescente de pontuação final;
II – mantida, sempre que aplicável, a reserva de vagas para cotas, nos termos do item 5 deste Edital;
III – persistindo vagas ou recursos remanescentes, estes poderão ser destinados a projetos classificados em outras categorias, desde que compatíveis com o objeto do Edital e o Plano de Aplicação de Recursos – PAR.

9.3 Da compatibilidade com o Plano de Aplicação de Recursos

O remanejamento de vagas e recursos deverá observar, em todos os casos, a compatibilidade com o Plano de Aplicação de Recursos do Município de Piraquara, aprovado pelo Ministério da Cultura, bem como os limites orçamentários estabelecidos neste Edital.

9.4 Da destinação de recursos remanescentes

Na hipótese de não preenchimento de todas as vagas previstas neste Edital, mesmo após a aplicação das regras de remanejamento, os recursos financeiros remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, conforme deliberação da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial e respeitada a legislação vigente.

9.5 Cadastro de suplentes

Os projetos classificados e não contemplados dentro do número de vagas previstas neste Edital comporão cadastro de suplentes, obedecida a ordem decrescente de pontuação final, observadas as reservas de vagas destinadas às ações afirmativas.
Os suplentes poderão ser convocados nos casos de:
I – desistência do proponente originalmente contemplado;
II – inabilitação documental;

III – impedimento superveniente;
IV – não assinatura do Termo de Execução Cultural no prazo estabelecido; ou
V – disponibilidade de recursos remanescentes ou suplementares.
A convocação dos suplentes observará rigorosamente a ordem de classificação e os critérios de cotas previstos neste Edital.

10. ETAPA DE HABILITAÇÃO

10.1 Da separação entre seleção e habilitação

A etapa de habilitação não será realizada concomitantemente à etapa de seleção, em conformidade com o disposto no art. 10, § 1º, da Lei nº 14.903/2024, sendo obrigatória apenas para os agentes culturais cujos projetos tenham sido selecionados no resultado final deste Edital.

10.2 Dos convocados para habilitação

Somente os agentes culturais classificados e selecionados serão convocados para a etapa de habilitação, por meio de publicação nos canais oficiais do Município de Piraquara e comunicação eletrônica, conforme cronograma previsto no item 2 deste Edital.

10.3 Da forma de envio da documentação

A documentação de habilitação deverá ser enviada exclusivamente por correio eletrônico (e-mail), para o **smcir@piraquara.pr.gov.br**, no prazo estabelecido no cronograma.

10.4 Da identificação obrigatória no envio por e-mail

No campo "assunto" do e-mail de envio da documentação de habilitação, o agente cultural deverá obrigatoriamente informar:
I – o nome completo do proponente;
II – o nome do projeto cultural aprovado;
III – a identificação do Edital, conforme indicado na convocação.

10.5 Da responsabilidade pelo envio correto

É de inteira responsabilidade do agente cultural o correto envio da documentação, bem como a conferência das informações prestadas, não sendo aceitos documentos enviados fora do prazo, em formato diverso do solicitado ou sem a identificação exigida neste item.

10.6 Da análise da Habilitação

A análise da documentação de habilitação será realizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial, com a finalidade de verificar o atendimento às exigências legais e administrativas para a celebração do Termo de Execução Cultural.

10.7 Da Inabilitação

O não atendimento às exigências desta etapa, o envio incompleto da documentação ou o descumprimento dos prazos estabelecidos poderá acarretar a inabilitação do agente cultural, sem prejuízo da convocação de suplentes, observada a ordem de classificação e as regras de remanejamento previstas neste Edital.

10.8 Documentos necessários

O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar, no prazo estipulado no item 2 deste Edital, após a publicação do resultado final da seleção, por meio do e-mail **smcir@piraquara.pr.gov.br,** os seguintes documentos:
Se o agente cultural for **pessoa física**:
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho ou nova CIN Nacional);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.
A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.
Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais,
VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho.
Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, em nome do representante do grupo.
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.
VI - As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
VII - Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
VIII- Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

10.9 Do recurso da etapa de habilitação

Contra a decisão da etapa de habilitação caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil subsequente à publicação.

I – O recurso deverá ser dirigido à Comissão de Análise do Plano de Trabalho da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial de Piraquara, e apresentado exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço de e-mail indicado na publicação do resultado da habilitação, contendo a identificação do proponente e do projeto aprovado.
II – A análise inicial dos recursos será realizada pela Comissão de Análise do Plano de Trabalho da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial, com foco na verificação do atendimento às exigências formais e documentais da etapa de habilitação.
III – Caso o recurso seja parcial ou integralmente acolhido, e se faça necessária a análise de aspectos técnicos ou artísticos relacionados ao projeto, a Comissão poderá submeter o recurso ao avaliador/parecerista responsável pela análise técnica, exclusivamente para reanálise técnica pontual, sem prejuízo da vedação à reavaliação ampla do mérito cultural, salvo nos limites expressamente justificados.
IV – O recurso apresentado fora do prazo ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital não será reconhecido.
V – Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado nos meios oficiais do Município de Piraquara.
VI – Encerrada a etapa de habilitação, não caberá novo recurso administrativo no âmbito deste Edital.

11. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS

11.1 Termo de Execução Cultural

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial,contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

11.2 Recebimento dos recursos financeiros

Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária **específica** aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
I - A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

12. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e da Prefeitura Municipal de Piraquara, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

13. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

13.1 Monitoramento e avaliação realizados pela comissão de avaliação e controle de resultados.

Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

13.2 Como o agente cultural presta contas a Prefeitura Municipal de Piraquara

O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo IV deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até120 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
O **Relatório Financeiro** da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Desclassificação de projetos

Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
I) Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão a desclassificação do agente cultural.

14.2 Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site: www.piraquara.pr.gov.br O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são **de inteira responsabilidade dos agentes culturais.** Para tanto, devem ficar atentos as publicações nosite da prefeitura municipal de Piraquarae nas mídias sociais oficiais.

14.3 Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail: **smcir@piraquara.pr.gov.br**

15 Anexos do edital

Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I- Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de Avaliação de Mérito Cultural;
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Declaração PCD
Anexo VIII – Formulário de interposição de recurso

ADRIANA PATRÍCIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:34F7FEAF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADTIVIO CONTRATO 465-2026 - RUI PROTESES

TERMO ADITIVO Nº.06
CONTRATO Nº. 465/2023

Termo Aditivo de prazo e valor ao Contrato nº. 465/2023, celebrado entre o Município de Pitanga e a empresa CLÍNICA DENTÁRIA DR. RUI LTDA ME,, na forma a seguir:

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PITANGA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com sede administrativa no Centro Administrativo 28 de Janeiro, nº 171, Centro, Pitanga/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **DIRCEU MORAES**, e, de outro lado, a empresa **CLÍNICA DENTÁRIA DR. RUI LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº **08.101.408/0001-61**, estabelecida na Rua Felicita Rother, nº 375, Centro, CEP 86870-000, Município de Ivaiporã/PR, ajustam, por mútuo consenso, o presente **Termo Aditivo** ao Contrato nº 465/2023, cujo objeto é a prestação de **serviços de moldagem, confecção e entrega de próteses dentárias, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO
O prazo de vigência do Contrato nº 465/2023, anteriormente prorrogado, com vencimento em **30 de junho de 2026**, fica prorrogado por mais **12 (doze) meses**, passando seu vencimento para **30 de junho de 2027**, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR
Renovam-se, para o período prorrogado, os quantitativos e os valores do contrato, conforme demonstrado abaixo:

Lote	Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit (R$)	Valor total (R$)
1	1	53022	PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL, realização de moldagem com materiais inclusos odontológicos para realizar todas as etapas;	UN	240	259,00	62.160,00
2	1	23421	PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL realização de moldagem com materiais inclusos odontológicos para realizar todas as etapas;	UN	240	279,00	66.960
3	1	53025	PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR realização de moldagem com materiais inclusos odontológicos para realizar todas as etapas;	UN	350	239,00	83.650,00
4	1	23423	PRÓTESE TOTAL MAXILAR realização de moldagem com materiais inclusos odontológicos para realizar todas as etapas;	UN	350	279,00	97.650,00
Valor total							310.420,00

CLÁUSULA TERCEIRA: Mantêm-se inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Pitanga, 29/06/2026.

Originalmente Assinado

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

_____
CLÍNICA DENTÁRIA DR. RUI LTDA ME

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:309A60A9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 154/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 154/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 023/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E DOUGLAS POSSAN LTDA.

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **DOUGLAS POSSAN LTDA** neste ato representada por seu Administrador, Sr. **DOUGLAS POSSAN**, resolvem em comum acordo aditivar o contrato administrativo nº 154/2025, firmado entre as partes em data de 05 de junho de 2025, cujo objeto é a aquisição de materiais elétricos, para atender as necessidades das secretarias municipais deste município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Em virtude do mútuo acordo entre as partes, fica acrescida a quantidade aos itens constantes na cláusula Primeira, (do objeto), totalizando a importância de R$ 19.282,21 (dezenove mil, duzentos e oitenta e dois reais e vinte e um centavos), pertinente ao Contrato Administrativo nº 154/2025, celebrado entre as partes em data de 05 de junho de 2025, conforme planilha demonstrativa abaixo, tendo como importe o valor total da contratação de R$ 77.821,97 (setenta e sete mil, oitocentos e vinte e um reais e noventa e sete centavos). passando o objeto total contratado no valor de R$ 97.104,18 (noventa e sete mil, cento e quatro reais e dezoito centavos).

Lote	Item	Produto	UN	Quant	Preço	Preço total
01	07	Fio elétrico rígido 1X10mm. C/ Inmetro. Rolo com tamanho mínimo de 100mts. Cor Vermelho.	RL	1	1.126,79	1126,79
01	08	Fio elétrico rígido 1X10mm. C/ Inmetro. Rolo com tamanho mínimo de 100mts. Cor Preta.	RL	1	1.126,79	1126,79

01	11	Cabo P.P. 2X1,5mm C/ Inmetro. Rolo com tamanho mínimo de 100mts.	RL	1	424,83	424,83
01	13	Soquete de porcelana modelo E27 C/ Inmetro.	UN	50	1,79	89,5
01	14	Plafon, Soquete Porcelana 100W modelo E27, C/ Inmetro.	UN	50	2,49	124,5
01	15	Lâmpada de LED 15W, Bivolt, cor branca, modelo E27, C/ Inmetro.	UN	125	3,39	423,75
01	16	Lâmpada de LED 20W, Bivolt, cor branca, modelo E27, C/ Inmetro.	UN	60	4,6	276
01	17	Lâmpada de LED 40W, Bivolt, cor branca modelo E27, C/ Inmetro.	UN	60	10	600
01	18	Lâmpada de LED 60W, Bivolt, cor branca modelo E27, C/ Inmetro.	UN	10	48,6	486
01	19	Lâmpada tubular de LED 18W	UN	20	6,98	139,6
01	20	Cabo Alumínio Ramal Triplex 16mm. Rolo com tamanho mínimo de 100mts.	RL	1	1.076,80	1076,8
01	29	Disjuntor Bipolar 70A, C/ Inmetro.	UN	5	31	155
01	30	Disjuntor Tripolar 50A, C/ Inmetro.	UN	12	40	480
01	31	Disjuntor Tripolar 100A, C/ Inmetro.	UN	5	110	550
01	32	Fita Isolante preta. Rolo com tamanho mínimo de 20mts C/ Inmetro.	RL	50	3,89	194,5
01	33	Relê sensor fotocélula bivolt, acende automático, C/ Inmetro.	UN	250	13	3250
01	34	Reator vapor de sódio/metálico 70W, C/ Inmetro, uso externo.	UN	50	51	2550
01	35	Reator vapor de sódio/metálico 150W, C/ Inmetro, uso externo.	UN	50	57	2850
01	36	Conector Derivação perfurante 70mm², C/ Inmetro.	UN	75	6,95	521,25
01	37	Conector Derivação perfurante 95mm², C/ Inmetro.	UN	25	7,54	188,5
01	38	Lâmpada de vapor de sódio 70W modelo E27, C/ Inmetro.	UN	75	14,65	1098,75
01	40	Braço de iluminação pública de 3m, espessura da chapa #3mm, com sapata de fixação, NTC COPEL.	UN	2	183	366
01	41	Braço de iluminação pública de 1,20m, espessura da chapa #3mm, com sapata de fixação de ferro, NTC COPEL.	UN	5	169	845
01	42	Conector de derivação perfurante tipo CDP 10/70mm.	UN	25	7,95	198,75
01	43	Parafuso rosca dupla 300mm com duas porcas.	UN	10	13,99	139,9

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço), em virtude do acréscimo ao item constante na Cláusula Primeira (do objeto), passando o valor total contratado na importância R$ 97.104,18 (noventa e sete mil, cento e quatro reais e dezoito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica alterada a Cláusula Quinta (Vigência), prorrogando-se o prazo de vigência contratual por 12(doze) meses, finalizando em 05 de junho de 2027.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

DOUGLAS POSSAN
Douglas Possan LTDA

Testemunhas:

_____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:6FDEDEC7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 101/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 101/2026				
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante				
GABINETE DO PREFEITO				
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato		Cargo/Função		
Maria Aparecida de Jesus Souza		Secretária de Serviço Social		
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente	
171.316.768-96				
DADOS DA VIAGEM				
Destino		Data de Início	Data Retorno	
Curitiba-Pr		10/06/2026	13/06/2026	
Motivo da Viagem:				
Participar da Capacitação do Sistema de Benefícios ao Cidadão -SIBEC.				
Justificativa:				
Participar da Capacitação do Sistema de Benefícios ao Cidadão -SIBEC.				
CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
4	400	1.600,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima		Data: 29/05/2026		
( ) Concedo diárias Refaçam-se os cálculos				

(..) Não concordo	Prefeito Municipal

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:256DDF93

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 105/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 105/2026				
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante				
GABINETE DO PREFEITO				
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato		Cargo/Função		
Nauany Fernanda Antônio		Assessora de Planejamento		
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente	
108.900.189-44				
DADOS DA VIAGEM				
Destino		Data de Início	Data Retorno	
Curitiba-Pr		24/06/2026	25/06/2026	
Motivo da Viagem:				
Participar da Cpacitação e ações de implementação da nova solução tecnológica de automação integral dos Diários Oficiais Eletrônicos.				
Justificativa:				
Participar da Cpacitação e ações de implementação da nova solução tecnológica de automação integral dos Diários Oficiais Eletrônicos.				
CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
2	400	800,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima		Data: 16/06/2026		
( ) Concedo diárias Refaçam-se os cálculos				
(..) Não concordo		Prefeito Municipal		

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:963C0967

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 91/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 99/2026				
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante				
GABINETE DO PREFEITO				
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato			Cargo/Função	
Elaine Andreia Alcantara Dias Silva			Assessora de Gabinete	
CPF:	Identidade		Banco	Conta Corrente
006.325.419-03				
DADOS DA VIAGEM				
Destino		Data de Início	Data Retorno	
Brasília - DF		10/06/2026	11/06/2026	
Motivo da Viagem:				
Participar da Celebração de Entrega do Selo Diamante Sebrae, Prêmio recebido pela Sala do Empreendedor.				
Justificativa:				
Participar da Celebração de Entrega do Selo Diamante Sebrae, Prêmio recebido pela Sala do Empreendedor.				
CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
2	700	1.400,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima		Data:29/06/2026		
( ) Concedo diárias Refaçam-se os cálculos				
(..) Não concordo		Prefeito Municipal		

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:93C3185C

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 92/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 92/2026			
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO			
Unidade/Órgão Requisitante			
GABINETE DO PREFEITO			
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato Cargo/Função			
Ana Maria Camargo Costa Vanzella Secretária de Cultura			
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente
058.850.168-95			
DADOS DA VIAGEM			
Destino	Data de Início		Data Retorno
Londrina- PR	26/05/2026		26/05/2026
Motivo da Viagem:			
Participar da Capacitação de Desenvolvimento Territorial.			
Justificativa:			

Participar da Capacitação de Desenvolvimento Territorial.				
CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1/2	80	80,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima			Data: 21/05/2026	
( ) Concedo diárias Refaçam-se os cálculos				
(..) Não concordo			Prefeito Municipal	

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:AF714027

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 94/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 94/2026				
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante				
GABINETE DO PREFEITO				
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato		Cargo/Função		
Osmar de Oliveira		Vice - Prefeito		
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente	
585.613.589-04				
DADOS DA VIAGEM				
Destino		Data de Início	Data Retorno	
Rolandia Pr		27/05/2026	27/05/2026	
Motivo da Viagem:				
Prestigiar a Solenidade da entrega de Comando do 15° Batalhão de Polícia Militar.				
Justificativa:				
Prestigiar a Solenidade da entrega de Comando do 15° Batalhão de Polícia Militar.				
CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1	80	80,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima		Data: 22/05/2026		
( ) Concedo diárias Refaçam-se os cálculos				
(..) Não concordo		Prefeito Municipal		

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:D96697BF

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 95/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 95/2026				
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante				
GABINETE DO PREFEITO				
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato			Cargo/Função	
Arilda Batista de Araújo			Secretária de Saúde	
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente	
520.254.629-72				
DADOS DA VIAGEM				
Destino		Data de Início	Data Retorno	
Londrina-Pr		03/06/2026	03/06/2026	
Motivo da Viagem:				
Participar de Reunião de Alinhamento Regional dos Agendadores.				
Justificativa:				
Participar de Reunião de Alinhamento Regional dos Agendadores.				
CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1/2	80	80,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima		Data: 25/05/2026		
( ) Concedo diárias Refaçam-se os cálculos		Prefeito Municipal		
(..) Não concordo				

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:9F7069A5

CONTABILIDADE
CONCESSÃO DE DIÁRIA 97/2026

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA 97/2026			
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO			
Unidade/Órgão Requisitante			
GABINETE DO PREFEITO			
Proponente (Dirigente /Chefe Imediato Cargo/Função			
Arilda Batista de Araújo Secretária de Saúde			
CPF:	Identidade	Banco	Conta Corrente

520.254.629-72				
DADOS DA VIAGEM				
Destino	Data de Início		Data Retorno	
Rolândia-Pr	10/06/2026		10/06/2026	
Motivo da Viagem:				
Participar de Reunião Ordinária do CRESEMS.				
Justificativa:				
Participar de Reunião Ordinária do CRESEMS				
CÁLCULO DAS DIÁRIAS				
Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1/2	80	80,00		
CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
(X) Concedo cálculos acima		Data: 28/05/2026		
( ) Concedo diárias Refaçam-se os cálculos				
(..) Não concordo		Prefeito Municipal		

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:FA6548AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO BEVILACQUA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 298/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: BEVILACQUA & BEVILACQUA S/C LTDA
OBJETO: O objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos para atender as demandas conforme termo de referência da secretaria de saúde do município de REALEZA/PR, e especificações abaixo:
ADITIVO:
Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente contrato para **27de Agosto de 2027**, conforme faculta o disposto no Artigo 107, da Lei Federal nº. 14.133/2021, e suas alterações subsequentes.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	2	79489	ATENDIMENTO PRESENCIAL DIURNO EM DIAS ÚTEIS (de segunda à sexta feira) Serviços Médicos em GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA na Unidade Básica de Saúde a ser definida.		HORAS	1.400,00	210,13	294.182,00
TOTAL								294.182,00

REFERENTE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 11/2025
DATA DA ASSINATURA: 29/06/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:37765D0C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO JEAN

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 312/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: 51.811.728 JEAN ROBERTO DA SILVA THEIS
OBJETO: objeto a Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de mão-de-obra e peças para avaliação e manutenção corretiva de eletrodomésticos (máquinas de lavar roupas, secadoras de roupas, centrífugas, lavadoras de alta pressão, forno elétrico, forno micro-ondas e bebedouro).
ADITIVO: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente contrato para **06 de Agosto de 2027**, conforme faculta o disposto no Artigo 84, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01/04/2021 e suas alterações subsequentes;

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	QTDE.	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	79969	SERVIÇO POR HORA TÉCNICA TRABALHADA PARA AVALIAÇÃO/MANUTENÇÂO CORRETIVA DE ELETRODOMÉSTICOS DA LINHA DE COZINHA, INCLUINDO DESLOCAMENÍO, RETIRADA E ENTREGA DO ITEM (NÁO INCLUI PEÇAS): FORNO ELÉTRICO E MICRO-ONDAS.	HORAS	222,00	59,99	13.317,78
LOTE: 001 - Lote 001	2	79970	VALOR ESTIMADO PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA FORNO ELÊTRICO E MICRO-ONDAS: FORNECIMENIO DE PEÇAS EM CONFORMIDADE COM A MARCA DO APARELHO, COM GARANTIA DÉ, NO Mínimo 90 (NOVENTA) DIAS.	UNID	1,00	26.710,00	26.710,00
LOTE: 002 - Lote 002	1	79971	SERVIÇO POR HORA TÉCNICA TRABALHADA PARA AVALIAÇÂO/IUANUTENÇÃO CORRETIVA DE ELETRODOMESTICOS DA LINHA DE LAVANDERIA, INCLUINDO DESLOCAMENTO, RETIRADA E ENTREGA DO ITEM (NÃO INCLUI PEÇAS): MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, CENTR|FUGA, SECADORAS DE ROUPAS, LAVADORA DE ALTA PRESSÃO (VAP).	HORAS	542,00	64,99	35.224,58
LOTE: 002 -	2	79972	VALOR ESTIMADO PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS DE	UNID	1,00	70.528,00	70.528,00

Lote 002			REPOSIÇAO PEÇAS PARA MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, Centrífugas, SECADORA DE ROUPAS E LAVADORA DE ALTA PRÉSSÃO (VAP): FORNECIMENTO DE PEÇAS EM CONFORMIDADE COM A MARCA DO APARELHO, COM GARANTIA DE, NO MÍNIMO 90 (NOVENTA) DIAS, PEÇA ORIGINAL DE E REPOSIÇÃO.				
LOTE: 003 - Lote 003	1	79973	SERVIÇO POR HORA TÉCNICA TRABALHADAPARA AVALAÇÂO/MANUTENÇÁO CORRETIVA INCLUINDO DESLOCAMENTO, RETIRADA E ENTREGA DO ITEM (NÂO INCLUI PEÇAS) BEBEDOURO DE COLUNA E INDUSTRIAL	HORAS	139,00	64,99	9.033,61
LOTE: 003 - Lote 003	2	79974	VALOR ESTIMADO PARA O FORNECIMENTO PEÇAS PARA BEBEDOURO DE COLUNA E INDUSTRIAL: FORNECIMENTO DE PEÇAS EM CONFORMIOADE COM A MARCA DO APRELHO, COM GARANTIA DE, NO Mínimo 90 (NOVENTA) DIAS, PEÇA ORIGINAL DE REPOSTÇÂO VALOR ESTIMADO.	UNID	1,00	20.145,00	20.145,00
LOTE: 004 - Lote 004	1	79975	SERVIÇO POR HORA TÉCNICA TRABALHADAPARA AVALAÇÂO/MANUTENÇÁO CORRETIVA INCLUINDO DESLOCAMENTO, RETIRADA E ENTREGA DO ITEM (NÂO INCLUI PEÇAS) GELADEIRAS, FREEZERS E CONGELADORES, INDUSTRIAIS E DOMÉSTICOS.	HORAS	265,00	64,99	17.222,35
LOTE: 004 - Lote 004	2	79976	VALOR ESTIMADO PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA GELADEIRAS, FREEZERS E CONGELADORES, INDUSTRIAIS E DOMÉSTICOS: FORNECIMENTO DE PEÇAS EM CONFORMIOADE COM A MARCA DO APARELHO, COM GARANTIA DE, NO MÍNIMO, 90 (NOVENTA) DIAS, PEÇA ORIGINAL DE REPOSIÇÃO VALOR ESTIMADO.	UNID	1,00	39.836,75	39.836,75
VALOR TOTAL: 232.018,07							

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 32/2025
DATA DA ASSINATURA: 29/06/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:9801819E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO V & V NUTRIÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 276/2025
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2025 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: V & V NUTRIÇÃO HOSPITALAR LTDA
OBJETO: objeto a Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de FÓRMULAS INFANTIS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES para suprir a demanda das Unidades Básicas de Saúde e Hospital NSA, atendendo as necessidades da Secretaria de Saúde de Realeza – PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ADITIVO: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução da presente ata de registro de preços para **20 de Julho de 2027**, conforme faculta o disposto no Artigo 84, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01/04/2021 e suas alterações subsequentes.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	2	79506	ALIMENTO NUTRICIONAL COMPLETO E BALANCEADO PARA CONSUMO ORAL OU enteral nutrição completa e balanceada normocalórica e normoprotéica especialmente desenvolvida para atender às necessidades de crianças de 01 a 10 anos. Isenta de lactose e glúten. lata de 400 gr. Marca de referência: nutren jr/nestlé ou de melhor qualidade.	TROPHIC JUNIOR	UNID	300,00	51,50	15.450,00
LOTE: 001 - Lote 001	3	79509	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, fórmula líquida, hipercalórica (1,5 Kcal/ml) e nutricionalmente completa, capaz de satisfazer as necessidades nutricionais de pacientes com uso de nutrição oral e enteral por curtos ou longos períodos. Dieta enteral, sem sacarose, sem lactose, sem glúten. Embalagem com 1.000 ml. Marca referência: Isosource 1.5 ou de melhor qualidade. AMPLA CONCORRENCIA.	TROPHIC SOYA	UNID	2.625,00	28,00	73.500,00
LOTE: 001 - Lote 001	4	79513	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, fórmula líquida, hipercalórica (1,5 Kcal/ml) e nutricionalmente completa, capaz de satisfazer as necessidades nutricionais de pacientes com uso de nutrição oral e enteral por curtos ou longos períodos. Dieta enteral, sem sacarose, sem lactose, sem glúten. Embalagem com 1.000 ml. Marca referência: Isosource 1.5 ou de melhor qualidade. COTA ME/EPP.	TROPHIC SOYA	UNID	875,00	28,80	25.200,00
LOTE: 001 - Lote 001	5	79508	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, fórmula líquida, normocalórica (1,2 Kcal/ml) e nutricionalmente completa, capaz de satisfazer as necessidades nutricionais de pacientes com uso de nutrição oral e enteral por curtos ou longos períodos. dieta enteral, sem sacarose, sem lactose, sem glúten. Embalagem com 1.000 ml. Marca referência: Isosource soya ou de melhor qualidade.	TROPHIC SOYA	UNID	2.000,00	18,70	37.400,00
LOTE: 001 - Lote 001	6	79507	DIETA NUTRICIONALMENTE COMPLETA E NORMOCALÓRICA NA DILUIÇÃO PADRÃO. Fórmula à base de proteína isolada de soja, rica em isoflavonas. Hipossódica. Isenta de lactose, sacarose e glúten. Indicada para paciente em risco nutricional, anorexia, idosos, cardiopatas, distúrbios neurológicos. embalagem de 800 gramas. Marca referência: Nutrison soya ou de melhor qualidade. AMPLA CONCORRENCIA.	TROPHIC SOYA	UNID	750,00	59,00	44.250,00
LOTE: 001 - Lote 001	7	79512	DIETA NUTRICIONALMENTE COMPLETA E NORMOCALÓRICA NA DILUIÇÃO PADRÃO. Fórmula à base de proteína isolada de soja, rica em isoflavonas. Hipossódica. Isenta de lactose, sacarose e glúten. Indicada para paciente em risco nutricional, anorexia, idosos, cardiopatas, distúrbios neurológicos. embalagem de 800 gramas. Marca referência: Nutrison soya ou de melhor qualidade. COTA ME/EPP	TROPHIC SOYA	UNID	250,00	59,00	14.750,00
TOTAL								210.550,00

REFERENTE: PREGÃO Nº 23/2025
DATA DA ASSINATURA: 29/06/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:A91BD899

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PROCESSO SELETIVO MODALIDADE EMPREGO PÚBLICO Nº 02/2026 EDITAL Nº07/2026 CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

O Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, em conjunto com a Comissão Organizadora de Testes Seletivos, nomeada através da Portaria nº 131/2025, resolve,
RESOLVE

1º - CONVOCAR os seguintes candidatos classificados conforme Edital de Homologação 05/2026 para assumirem as respectivas vagas no Processo Seletivo Nº02/2026.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40H (SEC. SAÚDE)

TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS							
ORDEM	**NOME**	**NASC.**	**LOCAL**	**DR**	**CCA**	**TSFE**	**PT**
6	JULIANA DE SIQUEIRA ZANELA	12/05/1984	SEDE	30	30	10	70

Os(as) Candidatos(as) acima convocados(as), deverão comparecer munidos dos documentos abaixo relacionados, no Departamento de Recursos Humanos, do Município de Reserva do Iguaçu, no período de **30/06/2026 a 06/07/2026, das 08:30 às 11:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.**

FASE II – CONTRATAÇÃO CONDICIONADA À EXISTÊNCIA DE VAGA

CÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS

1-Cédula de Identidade;

2-CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física;

3-Registro no Conselho de Classe (COREN);

4-Certidão de Casamento ou Escritura de União Estável (se casado/convivente) ou certidão de nascimento;

5-Certidão de Nascimento dos dependentes (se possuir);

6-CPF dos dependentes;

7-Certificado de escolaridade/diploma/histórico escolar;

8-Certificado Militar (para homens);

9-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

10-Título de Eleitor;

11-Comprovante de Conta Bancária; (Cresol);

12-Comprovante de residência. (água, luz, internet, atualizado);

13 – CTPS Carteira de Trabalho.

14 - Declaração de não acumulação remunerada de cargo público, excetuando-se os casos estabelecidos no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, bem como funções ou empregos, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, diretamente ou indiretamente, pelo Poder Público, na forma do disposto no art. 37, inciso XVII, da Constituição Federal. **(ANEXO I DO PRESENTE EDITAL)**

15 – Atestado De Saúde Ocupacional – Aso (Exame Admissional)**

**Exames necessários para o cargo:
Técnico de Enfermagem: Exame clínico;
Hemograma Completo;
anti-HBS;
HBS Ag.
OBS: É necessário que o exame seja feito por um MÉDICO DO TRABALHO

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Reserva do Iguaçu/PR, 30 de junho de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito de Reserva do Iguaçu - PR
Comissão Organizadora de Testes Seletivos Município de Reserva do Iguaçu - PR

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS

Eu, _____, portador da Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARO para fins de posse no emprego público de _____, na Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, **QUE NÃO EXERÇO** qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja inacumulável com a carreira em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.
DECLARO, outrossim, QUE NÃO PERCEBO proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos Arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja inacumulável com a carreira em que tomarei posse.
DECLARO, também, estar ciente de que devo comunicar a esse Órgão qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se o processo administrativo disciplinar de que trata a Lei Complementar nº 04/1991.
DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DECLARO, por fim, que tomo ciência de toda a legislação supra referida.

Reserva do Iguaçu - PR, _____de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:FCFEF0E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 219/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ							
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO							
CNPJ: 01.612.413/0001-90							
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr							
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057							
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA							
DIÁRIA N°.219/2026							
(campo de preenchimento pela contabilidade)							
Nome do Agente Público: FELIPE BUENO				CPF: 010.306.159-26			
Função: SECRETARIO ESPORTES				Unidade de Lotação: SECRETARIA ESPORTES			
Município de destino:CURITIBA							
Local do Evento: SECRETARIA ESPORTES, GINÁSIO TARUMÃ, SECID, ALESP.							
Saída:28/06/2026				Chegada: 01/07/2026			
Motivo do Deslocamento:							
CURSO ESPORTE QUE QUEREMOS SELO DIAMENTO;							
RETIRADA KITS ESPORTIVOS;							
CURSO PEDALA PARANÁ;							
CURSO DIRETOR ENSINO.							
CÁLCULO DAS DIÁRIAS							
CÁLCULO DAS DIÁRIAS							
N° Diárias com Pernoite: 03				Valor Unitário da Diária: R$510,00			
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$255,00			
Valor Total das Diárias: R$ 1.785,00							
Meio de Transporte:		Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)	

Rio Branco do Ivaí, 26 de JUNHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:5FBABBD4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 12/2026

Expirado o prazo recursal, torna-se público a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto em favor da(s) empresa(s):

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	Pavimentação acesso a comunidade de Linha dos Gaúchos Estrada Vicinal em CBUQ, 15.021,42 m², Conforme projeto e com recursos Instrumento de Repasse nº 4123006/2025, no valor máximo de R$ 3.222.142,64 (três milhões duzentos e vinte e dois mil, cento e quarenta e dois reais com sessenta e quatro centavos)	JUMBO PAVIMENTACAO LTDA	1,0	3.222.142,64	3.222.142,64

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
JUMBO PAVIMENTACAO LTDA	3.222.142,64

Salto do Lontra, 29 de junho de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:176EB603

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 411/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Veiculo	Atividade	Valor
A	Ana Carolina Maluta Gomes	Profesora Regente	Santo Antonio da Platina /Pr	30/06/2026	UBR-0G92	Participar de premiação do concurso de redações, poemas e desenhos – junho verde 2026	R$ 45,00

Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de Educação
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 29 de Junho de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:9C953052

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.195/2026 - ANEXO 1 - METAS E PRIORIDADES

Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão-PR	
Rua Jerônimo Faria Martins, nº 514 – Ed. Odoval dos Santos – Centro	
CEP 86225-000	
CNPJ – 76.290.691/0001-77	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027	
ANEXO 1 - METAS E PRIORIDADES	
Projeto de lei	
AMP (CF, Art. 165, § 2º)	R$ 1,00

Programa: 0001 - PROMOVER A INTEGRAÇÃO DAS UNIDADES LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO

Objetivos: PROMOVER A INTEGRACAO DAS UNIDADES LEGISLATIVA DO MUNICIPIO

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade		2027
01 - LEGISLATIVO MUNICIPAL	01 - Legislativa	**A:** 1001 - INVESTIMENTO CÂMARA MUNICIPAL	P	UNID	Meta Física	0,00
001 - CÂMARA MUNICIPAL	031 - Ação legislativa	**P:** INVESTIMENTO CÂMARA MUNICIPAL			Meta Financeira	50.000,00
01 - LEGISLATIVO MUNICIPAL	01 - Legislativa	**A:** 2001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - CÂMARA MUNICIPAL	031 - Ação legislativa	**P:** MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL			Meta Financeira	1.366.000,00

Programa: 0002 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO

Objetivos: GESTAO E DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVA

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade		2027
02 - SECRETARIA GERAL DE GABINETE	01 - Legislativa	**A:** 1002 - INVESTIMENTO DIVISÃO DE CAPITAL GABINETE	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - GABINETE DO PREFEITO	122 - Administração geral	**P:** INVESTIMENTO DIVISÃO DE CAPITAL GABINETE			Meta Financeira Meta	12.000,00
02 - SECRETARIA GERAL DE GABINETE	04 - Administração	**A:** 2002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	A	unidade.	Física	0,00
001 - GABINETE DO PREFEITO	122 - Administração geral	**P:** MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			Meta Financeira	1.018.000,00

Programa: 0002 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO

Objetivos: GESTAO E DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVA

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade		2027
02 - SECRETARIA GERAL DE GABINETE	04 - Administração	**A:** 2003 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	A	unidade.	Meta Física	0,00
002 - PROCURADORIA GERAL	061 - Ação judiciária	**P:** MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA			Meta Financeira	430.000,00
02 - SECRETARIA GERAL DE GABINETE	04 - Administração	**A:** 2004 - MANUTENÇÃO CONTROLE INTERNO	A	unidade.	Meta Física	0,00
003 - CONTROLE INTERNO	124 - Controle interno	**P:** MANUTENÇÃO CONTROLE INTERNO			Meta Financeira	211.829,20

Programa: 0002 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO

Objetivos: GESTAO E DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVA

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade		2027
03 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA	24 - Comunicações	**A:** 1003 - INVESTIMENTO DIVISÃO COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E TRANSPARÊNCIA	722 - Telecomunicações	**P:** INVESTIMENTO DIVISÃO COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA			Meta Financeira	11.000,00
03 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA	24 - Comunicações	**A:** 2005 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E TRANSPARÊNCIA	722 - Telecomunicações	**P:** MANUTENÇÃO DA DIVISÃO COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA			Meta Financeira	170.000,00

Programa: 0002 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO

Objetivos: GESTAO E DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVA

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade		2027
04 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E PATRIMÔNIO	26 - Transporte	**A:** 1004 - INVESTIMENTO DIVISÃO TRANSPORTE E PATRIMÔNIO	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE TRANSPORTES, PATRIMÔNIO E FROTAS	782 - Transporte rodoviário	**P:** INVESTIMENTO DIVISÃO TRANSPORTE E PATRIMÔNIO			Meta Financeira	11.000,00
04 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E PATRIMÔNIO	26 - Transporte	**A:** 2006 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO TRANSPORTE E PATRIMÔNIO	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE TRANSPORTES, PATRIMÔNIO E FROTAS	782 - Transporte rodoviário	**P:** MANUTENÇÃO DA DIVISÃO TRANSPORTE E PATRIMÔNIO			Meta Financeira	258.000,00

Programa: 0002 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO

Objetivos: GESTAO E DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVA

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade		2027
05 - SECRETARIA DE FINANÇAS E FAZENDA	04 - Administração	**A:** 1005 - INVESTIMENTO DIVISÃO FINANÇAS E FAZENDA	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE FINANÇAS E FAZENDA	122 - Administração geral	**P:** INVESTIMENTO DIVISÃO FINANÇAS E FAZENDA			Meta Financeira	11.000,00
05 - SECRETARIA DE FINANÇAS E FAZENDA	04 - Administração	**A:** 2007 - CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE FINANÇAS E FAZENDA	122 - Administração geral	**P:** CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP			Meta Financeira	363.700,00
05 - SECRETARIA DE FINANÇAS E FAZENDA	04 - Administração	**A:** 2008 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE FINANÇAS E FAZENDA	123 - Administração financeira	**P:** MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA			Meta Financeira	148.000,00

Programa: 0002 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO

Objetivos: GESTAO E DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVA

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade		2027
05 - SECRETARIA DE FINANÇAS E FAZENDA	04 - Administração	**A:** 2010 - SENTENÇAS, INDENIZAÇÕES, DEVOLUÇÕES E RESTITUIÇÕES	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE FINANÇAS E FAZENDA	129 - Administração de receitas	**P:** SENTENÇAS, INDENIZAÇÕES, DEVOLUÇÕES E RESTITUIÇÕES			Meta Financeira	40.000,00
05 - SECRETARIA DE FINANÇAS E FAZENDA	04 - Administração	**A:** 2011 - MAN. DA DIVISÃO TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CADASTRO	A	unidade.	Meta Física	0,00
002 - DIVISÃO DE CADASTROS, TRIBUTOS E ARRECADAÇÕES	129 - Administração de receitas	**P:** MAN. DA DIVISÃO TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CADASTRO			Meta Financeira	150.000,00
05 - SECRETARIA DE FINANÇAS E FAZENDA	04 - Administração	**A:** 2012 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE	A	unidade.	Meta Física	0,00
003 - DIVISÃO DE CONTABILIDADE	121 - Planejamento e orçamento	**P:** MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE			Meta Financeira	274.000,00

Programa: 0003 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Objetivos: AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade		2027
05 - SECRETARIA DE FINANÇAS E FAZENDA	28 - Encargos especiais	**A:** 1006 - AMORTIZAÇÃO DE DIVIDAS PUBLICAS	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE FINANÇAS E FAZENDA	844 - Serviço da dívida externa	**P:** AMORTIZAÇÃO DE DIVIDAS PUBLICAS			Meta Financeira	306.000,00
05 - SECRETARIA DE FINANÇAS E FAZENDA	28 - Encargos especiais	**A:** 2009 - AMORTIZAÇÃO E JUROS DAS DIVIDAS MUNICIPAIS	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE FINANÇAS E FAZENDA	844 - Serviço da dívida externa	**P:** AMORTIZAÇÃO E JUROS DAS DIVIDAS MUNICIPAIS			Meta Financeira	178.000,00

Programa: 0013 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Objetivos: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade		2027
05 - SECRETARIA DE FINANÇAS E FAZENDA	99 - Reserva de contingência ou reserva legal do rpps	**A:** 2065 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	A	UNIDADE	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE FINANÇAS E FAZENDA	999 - Reserva de contingência	**P:** RESERVA DE CONTINGÊNCIA			Meta Financeira	154.000,00
Programa: 0002 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO						
Objetivos: GESTAO E DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVA						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
06 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	04 - Administração	**A:** 1007 - INVESTIMENTO DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	122 - Administração geral	**P:** INVESTIMENTO DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			Meta Financeira	22.000,00
06 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	04 - Administração	**A:** 2013 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	122 - Administração geral	**P:** MANUTENÇÃO DA DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			Meta Financeira	1.795.000,00
06 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	04 - Administração	**A:** 2014 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	A	unidade.	Meta Física	0,00
002 - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	128 - Formação de recursos humanos	**P:** MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS			Meta Financeira	69.000,00
Programa: 0004 - ATENÇÃO A GESTÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Objetivos: ATENÇÃO A GESTÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 1008 - INVESTIMENTO DIV. AÇÕES PÚBLICAS E DESENV. SOCIAL	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	**P:** INVESTIMENTO DIV. AÇÕES PÚBLICAS E DESENV. SOCIAL			Meta Financeira	21.000,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 1009 - INVESTIMENTO PROGRAMA IGD BF	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	**P:** INVESTIMENTO PROGRAMA IGD BF			Meta Financeira	30.000,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2015 - TRANSFERÊNCIA PARA APAE			Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	242 - Assistência à Pessoa com Deficiência	**P:** TRANSFERÊNCIA PARA APAE	A	unidade.	Meta Financeira	3.025,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2016 - MANUTENÇÃO CONSELHO TUTELAR	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	**P:** MANUTENÇÃO CONSELHO TUTELAR			Meta Financeira	192.000,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2017 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	**P:** MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			Meta Financeira	1.133.000,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2018 - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	**P:** SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV			Meta Financeira	68.000,00
Programa: 0004 - ATENÇÃO A GESTÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Objetivos: ATENÇÃO A GESTÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2019 - PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA - PAIF	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	**P:** PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA - PAIF			Meta Financeira	55.525,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2020 - PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PAS	A	unitaria	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	**P:** PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PAS			Meta Financeira	56.625,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2021 - PROGRAMA IGD BF	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	**P:** PROGRAMA IGD BF			Meta Financeira	14.025,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2022 - PROGRAMA AUXILIO FUNERAL	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	**P:** PROGRAMA AUXILIO FUNERAL			Meta Financeira	15.000,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2023 - PROGRAMA AUXILIO NATALIDADE	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	**P:** PROGRAMA AUXILIO NATALIDADE			Meta Financeira	10.000,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2024 - PROGRAMA NOVA CASA	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	**P:** PROGRAMA NOVA CASA			Meta Financeira	10.000,00
Programa: 0004 - ATENÇÃO A GESTÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Objetivos: ATENÇÃO A GESTÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2025 - PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	**P:** PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO			Meta Financeira	900.000,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2026 - CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	**P:** CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			Meta Financeira	163.000,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2027 - PROGRAMA ALUGUEL SOCIAL	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	244 - Assistência comunitária	**P:** PROGRAMA ALUGUEL SOCIAL			Meta Financeira	36.900,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2028 - MANUTENÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE			Meta Física	0,00
002 - FUNDO M. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	243 - Assistência à criança e ao adolescente	**P:** MANUTENÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	A	unidade.	Meta Financeira	32.000,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	08 - Assistência social	**A:** 2029 - MANUTENÇÃO DOS DIREITOS DO IDOSO	A	unidade.	Meta Física	0,00
003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - FMDI	241 - Assistência à Pessoa Idosa	**P:** MANUTENÇÃO DOS DIREITOS DO IDOSO			Meta Financeira	32.000,00
07 - SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E	08 - Assistência social	**A:** 2063 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS	A	unidade 10	Meta Física	0,00

DESENVOLVIMENTO SOCIAL		DIREITOS DA MULHER				
004 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	244 - Assistência comunitária	**P:** MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DA MULHER			Meta Financeira	20.000,00
Programa: 0005 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO						
Objetivos: GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 1010 - INVESTIMENTO DIVISÃO ENSINO FUNDAMENTAL	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	361 - Ensino fundamental	**P:** INVESTIMENTO DIVISÃO ENSINO FUNDAMENTAL			Meta Financeira	74.000,00
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 1011 - INVESTIMENTO DIVISÃO ENSINO INFANTIL	P	unidade.	Meta Física	0,00
002 - DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL	365 - Educação infantil	**P:** INVESTIMENTO DIVISÃO ENSINO INFANTIL			Meta Financeira	206.000,00
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2030 - MANUTENÇÃO DIVISÃO EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	361 - Ensino fundamental	**P:** MANUTENÇÃO DIVISÃO EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL			Meta Financeira	951.941,75
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2031 - MANUTENÇÃO SALARIO EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL A		unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	361 - Ensino fundamental	**P:** MANUTENÇÃO SALARIO EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL			Meta Financeira	101.500,00
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2032 - MANUTENÇÃO FUNDEB FUNDAMENTAL	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	361 - Ensino fundamental	**P:** MANUTENÇÃO FUNDEB FUNDAMENTAL			Meta Financeira	1.720.000,00
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2033 - TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	364 - Ensino superior	**P:** TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO			Meta Financeira	185.000,00
Programa: 0005 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO						
Objetivos: GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2034 - MANUTENÇÃO DIVISÃO EDUCAÇÃO INFANTIL	A	unidade.	Meta Física	0,00
002 - DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL	365 - Educação infantil	**P:** MANUTENÇÃO DIVISÃO EDUCAÇÃO INFANTIL			Meta Financeira	646.000,00
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2035 - MANUTENÇÃO SALARIO EDUCAÇÃO INFANTIL	A	unidade.	Meta Física	0,00
002 - DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL	365 - Educação infantil	**P:** MANUTENÇÃO SALARIO EDUCAÇÃO INFANTIL			Meta Financeira	101.500,00
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2036 - MANUTENÇÃO FUNDEB INFANTIL	A	unidade.	Meta Física	0,00
002 - DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL	365 - Educação infantil	**P:** MANUTENÇÃO FUNDEB INFANTIL			Meta Financeira	1.153.000,00
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2037 - MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO JOVENS E MENORES	A	unidade.	Meta Física	0,00
003 - DIVISÃO DE ENSINO ESPECIAL E JOVENS E MENORES	366 - Educação de jovens e adultos	**P:** MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO JOVENS E MENORES			Meta Financeira	114.000,00
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2038 - MANUTENÇÃO FUNDEB EDUCAÇÃO JOVENS E	A	unidade.	Meta Física	0,00
003 - DIVISÃO DE ENSINO ESPECIAL E JOVENS E MENORES	366 - Educação de jovens e adultos MENORES	**P:** MANUTENÇÃO FUNDEB EDUCAÇÃO JOVENS E MENORES			Meta Financeira	20.000,00
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2039 - BOLSA ESTUDANTE - EJA	A	unidade.	Meta Física	0,00
003 - DIVISÃO DE ENSINO ESPECIAL E JOVENS E MENORES	366 - Educação de jovens e adultos	**P:** BOLSA ESTUDANTE - EJA			Meta Financeira	32.900,00
Programa: 0005 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO						
Objetivos: GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2040 - MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL	A	unidade.	Meta Física	0,00
003 - DIVISÃO DE ENSINO ESPECIAL E JOVENS E MENORES	367 - Educação especial	**P:** MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL			Meta Financeira	205.000,00
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2041 - MANUTENÇÃO FUNDEB EDUCAÇÃO ESPECIAL	A	unidade.	Meta Física	0,00
003 - DIVISÃO DE ENSINO ESPECIAL E JOVENS E MENORES	367 - Educação especial	**P:** MANUTENÇÃO FUNDEB EDUCAÇÃO ESPECIAL			Meta Financeira	440.000,00
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2042 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAMENTAL	A	unidade.	Meta Física	0,00
004 - DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR	361 - Ensino fundamental	**P:** MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAMENTAL			Meta Financeira	343.000,00
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2043 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR INFANTIL	A	unidade.	Meta Física	0,00
004 - DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR	365 - Educação infantil	**P:** MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR INFANTIL			Meta Financeira	232.000,00
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2044 - MERENDA ESCOLAR FUNDAMENTAL	A	unidade.	Meta Física	0,00
005 - DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR	361 - Ensino fundamental	**P:** MERENDA ESCOLAR FUNDAMENTAL			Meta Financeira	186.000,00
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12 - Educação	**A:** 2045 - MERENDA ESCOLAR INFANTIL	A	unidade.	Meta Física	0,00
005 - DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR	365 - Educação infantil	**P:** MERENDA ESCOLAR INFANTIL			Meta Financeira	178.000,00
Programa: 0006 - DESENVOLVIMENTO CULTURAL						
Objetivos: DESENVOLVIMENTO CULTURAL						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	13 - Cultura	**A:** 2046 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CULTURA	A	unidade.	Meta Física	0,00
006 - DIVISÃO DE CULTURA	392 - Difusão cultural	**P:** MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CULTURA			Meta Financeira	731.181,00
Programa: 0007 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
Objetivos: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
09 - SECRETARIA DE EMPREGABILIDADE E TURISMO	11 - Trabalho	**A:** 1012 - INVESTIMENTO DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO	332 - Relações de trabalho	**P:** INVESTIMENTO DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO			Meta Financeira	11.000,00
09 - SECRETARIA DE EMPREGABILIDADE E TURISMO	11 - Trabalho	**A:** 2047 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO	A	unidade.	Meta Física	0,00

001 - DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO	332 - Relações de trabalho	**P:** MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO			Meta Financeira	738.000,00
09 - SECRETARIA DE EMPREGABILIDADE E TURISMO	11 - Trabalho	**A:** 2048 - PROGRAMA LINHA DO EMPREGO	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO	332 - Relações de trabalho	**P:** PROGRAMA LINHA DO EMPREGO			Meta Financeira	550.000,00
Programa: 0008 - DESENVOLVIMENTO AO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO						
Objetivos: DESENVOLVIMENTO AO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
10 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	27 - Desporto e lazer	**A:** 1013 - INVESTIMENTO DIVISÃO ESPORTE E LAZER	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER	812 - Desporto comunitário	**P:** INVESTIMENTO DIVISÃO ESPORTE E LAZER			Meta Financeira	12.000,00
10 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	27 - Desporto e lazer	**A:** 2049 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER	812 - Desporto comunitário	**P:** MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER			Meta Financeira	220.000,00
Programa: 0009 - GESTÃO DA POLITICA DE SAÚDE E PREVENÇÃO						
Objetivos: GESTÃO DA POLITICA DE SAÚDE E PREVENÇÃO						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
11 - SECRETARIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO	10 - Saúde	**A:** 1014 - INVESTIMENTO DIVISÃO SAÚDE E PREVENÇÃO	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	301 - Atenção básica	**P:** INVESTIMENTO DIVISÃO SAÚDE E PREVENÇÃO			Meta Financeira	93.000,00
11 - SECRETARIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO	10 - Saúde	**A:** 2050 - REPASSE GOVERNO ESTADUAL	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	301 - Atenção básica	**P:** REPASSE GOVERNO ESTADUAL			Meta Financeira	165.200,00
11 - SECRETARIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO	10 - Saúde	**A:** 2051 - MANUTENÇÃO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	301 - Atenção básica	**P:** MANUTENÇÃO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA			Meta Financeira	723.600,00
Programa: 0009 - GESTÃO DA POLITICA DE SAÚDE E PREVENÇÃO						
Objetivos: GESTÃO DA POLITICA DE SAÚDE E PREVENÇÃO						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
11 - SECRETARIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO	10 - Saúde	**A:** 2052 - MANUTENÇÃO AGENTES COMUNITÁRIOS SAÚDE	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	301 - Atenção básica	**P:** MANUTENÇÃO AGENTES COMUNITÁRIOS SAÚDE			Meta Financeira	597.420,00
11 - SECRETARIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO	10 - Saúde	**A:** 2053 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	301 - Atenção básica	**P:** MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO			Meta Financeira	4.311.729,05
11 - SECRETARIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO	10 - Saúde	**A:** 2054 - PROGRAMA NASCER SAUDÁVEL	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	301 - Atenção básica	**P:** PROGRAMA NASCER SAUDÁVEL			Meta Financeira	20.000,00
11 - SECRETARIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO	10 - Saúde	**A:** 2055 - MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	301 - Atenção básica	**P:** MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA			Meta Financeira	10.000,00
11 - SECRETARIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO	10 - Saúde	**A:** 2056 - MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	304 - Vigilância sanitária	**P:** MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA			Meta Financeira	197.884,00
11 - SECRETARIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO	10 - Saúde	**A:** 2057 - CORONAVÍRUS COVID-19	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	305 - Vigilância epidemiológica	**P:** CORONAVÍRUS COVID-19			Meta Financeira	1.000,00
Programa: 0010 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA - ESTRUTURA						
Objetivos: DESENVOLVIMENTO DA INFRA - ESTRUTURA						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
12 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	15 - Urbanismo	**A:** 1015 - INVESTIMENTO DIVISÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	452 - Serviços urbanos	**P:** INVESTIMENTO DIVISÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			Meta Financeira	141.500,00
12 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	15 - Urbanismo	**A:** 2058 - MANUTENÇÃO LIMPEZA PUBLICA	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	452 - Serviços urbanos	**P:** MANUTENÇÃO LIMPEZA PUBLICA			Meta Financeira	339.860,00
12 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	15 - Urbanismo	**A:** 2059 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	452 - Serviços urbanos	**P:** MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS			Meta Financeira	2.638.900,00
12 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	25 - Energia	**A:** 2060 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	752 - Energia elétrica	**P:** MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			Meta Financeira	128.255,00
Programa: 0011 - GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA						
Objetivos: GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	20 - Agricultura	**A:** 1017 - INVESTIMENTO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	606 - Extensão rural	**P:** INVESTIMENTO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			Meta Financeira	11.000,00
Programa: 0011 - GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA						
Objetivos: GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	20 - Agricultura	**A:** 2061 - MANUTENÇÃO DA DIV. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	606 - Extensão rural	**P:** MANUTENÇÃO DA DIV. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE			Meta Financeira	1.236.000,00
Programa: 0012 - DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA, EMPREGO E DEFESA CIVIL						
Objetivos: DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA, EMPREGO E DEFESA CIVIL						
Órgão Unidade	**Função Subfunção**	**Ação Produto**	**Tipo(*)**	**Unidade**		**2027**
14 - SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA CIVIL	06 - Segurança pública	**A:** 1018 - INVESTIMENTO SEGURANÇA E DEFESA CIVIL	P	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DA SEGURANÇA E DEFESA CIVIL	183 - Informação e inteligência	**P:** INVESTIMENTO SEGURANÇA E DEFESA CIVIL			Meta Financeira	12.000,00
Programa: 0012 - DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA, EMPREGO E DEFESA CIVIL						
Objetivos: DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA, EMPREGO E DEFESA CIVIL						

Órgão Unidade	Função Subfunção	Ação Produto	Tipo(*)	Unidade		2027
14 - SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA CIVIL	06 - Segurança pública	**A:** 2062 - MANUTENÇÃO SEGURANÇA E DEFESA CIVIL	A	unidade.	Meta Física	0,00
001 - DIVISÃO DA SEGURANÇA E DEFESA CIVIL	183 - Informação e inteligência	**P:** MANUTENÇÃO SEGURANÇA E DEFESA CIVIL			Meta Financeira	180.000,00
					Total Geral:	**29.800.000,00**
SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, 30 de março de 2026						

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:F2E25502

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.195/2026 - DEMONSTRATIVO DE METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO II - DESPESAS

Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão-PR						
Rua Jerônimo Faria Martins, nº 514 – Ed. Odoval dos Santos – Centro						
CEP 86225-000						
CNPJ – 76.290.691/0001-77						
Demonstrativo de Metodologia e Memória de Cálculo II - Despesas						
2027						
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF						**R$ 1,00**
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	**EXECUTADA**		**ORÇADA**	**PREVISÃO**		
	2024	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
EXCETO FONTES RPPS	35.547.132,14	44.907.289,71	28.900.000,00	29.800.000,00	31.000.000,00	32.550.000,01
Despesas correntes	29.421.755,12	30.801.489,12	27.963.471,71	28.834.345,68	29.995.429,80	31.495.201,29
Pessoas e encargos sociais	12.743.975,78	13.466.962,68	13.514.228,04	13.935.730,53	14.497.340,46	15.222.207,48
Juros e encargos da dívida	161.090,73	193.000,00	197.364,01	203.502,03	211.703,16	222.288,32
Outras despesas correntes	16.516.688,61	17.141.526,44	14.251.879,66	14.695.113,12	15.286.386,18	16.050.705,49
Tranferências constitucionais e legais						
Demais despesas correntes	16.516.688,61	17.141.526,44	14.251.879,66	14.695.113,12	15.286.386,18	16.050.705,49
Despesas de capital	6.125.377,02	14.105.800,59	783.661,29	808.033,16	840.596,90	882.626,75
Investimentos	5.863.036,45	13.723.075,88	465.580,34	480.059,89	499.406,31	524.376,63
Inversões financeiras						
Concessão de empréstimos e financiamentos						
Aquisição de título de capital já integralizado						
Aquisição de título de crédito						
Demais inversões financeiras						
Amortização da dívida	262.340,57	382.724,71	318.080,95	327.973,27	341.190,59	358.250,12
Reserva de contingência			152.867,00	157.621,16	163.973,30	172.171,97
Pagamento de restos a pagar de despesas primárias						
COM FONTES RPPS						
Despesa total						
Despesa primária						
Despesa não primária						
TOTAL						
Fonte: MUNICIPIO DE (SANTA CECILIA DO PAVAO PR)						
SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, 30 de março de 2026						

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:2BD6B3F8

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.195/2026 - DEMONSTRATIVO DE METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO I - RECEITAS

Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão-PR						
Rua Jerônimo Faria Martins, nº 514 – Ed. Odoval dos Santos – Centro						
CEP 86225-000						
CNPJ – 76.290.691/0001-77						
Demonstrativo de Metodologia e Memória de Cálculo I - RECEITAS						
2027						
						R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**ARRECADADA**		**ORÇADA**	**PREVISÃO**		
	2024	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
EXCETO FONTES RPPS	**35.567.598,30**	**46.073.173,40**	**28.900.000,00**	**29.800.000,00**	**31.000.000,00**	**32.550.000,00**
Receitas correntes	**31.493.532,11**	**35.305.072,06**	**28.752.500,00**	**29.652.500,00**	**30.852.500,00**	**32.395.125,00**
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	1.901.845,06	2.172.717,81	1.935.510,00	1.999.942,00	1.954.467,00	2.052.190,35
Receita patrimonial	**496.968,08**	**1.074.735,06**	**294.200,00**	**296.394,00**	**299.591,00**	**314.570,55**
Aplicações financeiras	496.968,08	1.074.735,06	294.200,00	296.394,00	299.591,00	314.570,55
Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes	29.088.345,58	0,00	26.522.790,00	27.356.164,00	28.598.442,00	30.028.364,10
Demais receitas correntes	**6.373,39**	**32.057.619,19**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras receitas financeiras	6.373,39	30.552.713,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas correntes restantes	0,00	1.504.905,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de capital	**4.074.066,19**	**10.768.101,34**	**147.500,00**	**147.500,00**	**147.500,00**	**154.875,00**
Operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de emprétimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	**0,00**	**526.600,00**	**100.000,00**	**100.000,00**	**100.000,00**	**105.000,00**
Receitas de alienação de bens temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de alienação de bens permanentes	0,00	526.600,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	105.000,00
Outras alienações de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tranferências de capital	**4.074.066,19**	**10.241.501,34**	**47.500,00**	**47.500,00**	**47.500,00**	**49.875,00**
Convênios	4.074.066,19	10.241.501,34	47.500,00	47.500,00	47.500,00	49.875,00
Outras transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras receitas de capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras receitas de capital não primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COM FONTES RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita primária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita não primária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, 30 de março de 2026

_____

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:F36816D5

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.195/2026 - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2027

Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão-PR			
Rua Jerônimo Faria Martins, nº 514 – Ed. Odoval dos Santos – Centro			
CEP 86225-000			
CNPJ – 76.290.691/0001-77			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE RISCOS FISCAIS			
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
2027			
ARF (LRF, art 4o, § 3o)			
PASSIVOS CONTINGENTES		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
SUBTOTAL	**0,00**	**SUBTOTAL**	**0,00**
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
SUBTOTAL	**0,00**	**SUBTOTAL**	**0,00**
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**
FONTE: Sistema ÁGILIBlue Contabilidade, Unidade Responsável SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, Data da emissão 30/3/2026 e hora de emissão 16:49:53			
SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, 30 de março de 2026			

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:3E380390

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.195/2026 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2027

Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão-PR						
Rua Jerônimo Faria Martins, nº 514 – Ed. Odoval dos Santos – Centro						
CEP 86225-000						
CNPJ – 76.290.691/0001-77						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
2027						
AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio/Capital	52.850.369,91	100,00	36.314.428,78	100,00	28.506.995,65	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**52.850.369,91**	**100,00**	**36.314.428,78**	**100,00**	**28.506.995,65**	**100,00**
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, 30 de março de 2026						

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:29D8B3C1

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.195/2026 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2027

Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão-PR	
Rua Jerônimo Faria Martins, nº 514 – Ed. Odoval dos Santos – Centro	
CEP 86225-000	
CNPJ – 76.290.691/0001-77	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
2027	
AMF –Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V	
EVENTOS	**Valor Previsto para 2027**
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao Fundeb	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00

Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00
FONTE: Sistema ÁGILIBlue Contabilidade, Unidade Responsável SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, Data da emissão 30/3/2026 e hora de emissão 16:49:33	

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, 30 de março de 2026

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:DF23C28C

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.195/2026 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2027

Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão-PR											
Rua Jerônimo Faria Martins, nº 514 – Ed. Odoval dos Santos – Centro											
CEP 86225-000											
CNPJ – 76.290.691/0001-77											
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS											
ANEXO DE METAS FISCAIS											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
2027											
AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4o, §2o, inciso II)											
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.567.598,30	46.073.173,40	22,80	28.900.000,00	37,27	29.800.000,00	3,02	31.000.000,00	3,87	32.550.000,00	4,76
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	35.064.256,83	13.919.124,35	60,30	28.505.800,00	51,17	29.403.606,00	3,05	30.600.409,00	3,91	32.130.429,45	4,76
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.547.132,14	44.907.289,71	20,84	28.900.000,00	35,65	29.800.000,00	3,02	31.000.000,00	3,87	32.550.000,01	4,76
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	35.123.700,84	44.331.565,00	20,77	28.384.555,04	35,97	29.268.524,70	3,02	30.447.106,25	3,87	31.969.461,57	4,76
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I ? II)	-59.444,01	-30.412.440,65	99,80	121.244,96	100,40	135.081,30	10,24	153.302,75	11,89	160.967,88	4,76
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III ? IV)	-59.444,01	-30.412.440,65	99,80	121.244,96	100,40	135.081,30	10,24	153.302,75	11,89	160.967,88	4,76
Dívida Pública Consolidada (DC)	3.468.993,74	0,00	0,00	3.468.993,74	0,00	3.468.993,74	0,00	3.468.993,74	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-1.599.850,87	0,00	0,00	-1.607.051,20	0,00	-1.607.051,20	0,00	-1.607.051,20	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-4.763.890,92	-1.102.955,47	76,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.607.051,20	0,00
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	28.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	0,00	0,00	0,00	28.505.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	28.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	0,00	0,00	0,00	28.384.555,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I ? II)	0,00	0,00	0,00	121.244,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III ? IV)	0,00	0,00	0,00	121.244,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	3.468.993,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	-1.607.051,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema ÁGILIBlue Contabilidade, Unidade Responsável SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, Data da emissão 30/3/2026 e hora de emissão 16:47:30											

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, 30 de março de 2026

_____

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:6D44386F

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.195/2026 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I.A - RECEITAS

Prefeitura Municipal de Santa Cecília do		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS		
I.a - RECEITAS		
EXERCÍCIO DE 2027		
Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF		**R$ 1,00**
Receitas correntes		
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	30.990.190,64	0,00%
2025	2.172.717,81	-92,99%
2026	28.458.300,00	1209,80%
2027	29.356.106,00	3,15%
2028	30.552.909,00	4,08%
2029	32.080.554,45	5,00%
Receita patrimonial		
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	496.968,08	0,00%
2025	1.074.735,06	116,26%
2026	294.200,00	-72,63%

2027	296.394,00	0,75%
2028	299.591,00	1,08%
2029	314.570,55	5,00%
Demais receitas correntes		
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	6.373,39	0,00%
2025	32.057.619,19	502891,64%
2026	0,00	-100,00%
2027	0,00	0,00%
2028	0,00	0,00%
2029	0,00	0,00%
Alienação de bens		
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	0,00	0,00%
2025	526.600,00	0,00%
2026	100.000,00	-81,01%
2027	100.000,00	0,00%
2028	100.000,00	0,00%
2029	105.000,00	5,00%
Tranferências de capital		
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	4.074.066,19	0,00%
2025	10.241.501,34	151,38%
2026	47.500,00	-99,54%
2027	47.500,00	0,00%
2028	47.500,00	0,00%
2029	49.875,00	5,00%
Receita total (EXCETO FONTES RPPS)		
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	35.567.598,30	0,00%
2025	46.073.173,40	29,54%
2026	28.900.000,00	-37,27%
2027	29.800.000,00	3,11%
2028	31.000.000,00	4,03%
2029	32.550.000,00	5,00%

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, 30 de março de 2026

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:0E0C12EE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.195/2026 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II.A - DESPESAS

Prefeitura Municipal de Santa Cecília do		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS		
II.a - DESPESAS		
EXERCÍCIO DE 2027		
Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF		**R$ 1,00**
EXCETO FONTES RPPS		
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	35.547.132,14	0,00%
2025	44.907.289,71	26,33%
2026	28.900.000,00	-35,65%
2027	29.800.000,00	3,11%
2028	31.000.000,00	4,03%
2029	32.550.000,01	5,00%
Despesas correntes		
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	29.421.755,12	0,00%
2025	30.801.489,12	4,69%
2026	27.963.471,71	-9,21%
2027	28.834.345,68	3,11%
2028	29.995.429,80	4,03%
2029	31.495.201,29	5,00%
Despesas de capital		
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	6.125.377,02	0,00%
2025	14.105.800,59	130,28%
2026	783.661,29	-94,44%
2027	808.033,16	3,11%
2028	840.596,90	4,03%
2029	882.626,75	5,00%

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, 30 de março de 2026

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:D7D04A4F

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.195/2026 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS RESULTADO NOMINAL

Prefeitura Municipal de Santa Cecília do
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS			
RESULTADO NOMINAL			
EXERCÍCIO DE 2027			
Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF			**R$ 1,00**
ESPECIFICAÇÃO	**2027**	**2028**	**2029**
Resultado primário (I)	135.081,30	153.302,75	160.967,88
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (II)	0,00	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (III)	0,00	0,00	0,00
Resultado nominal (I + (II - III))	135.081,30	153.302,75	160.967,88
Fonte: MUNICIPIO DE (SANTA CECILIA DO PAVAO PR)			

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, 30 de março de 2026

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:3584CD0A

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.195/2026 - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS RESULTADO PRIMÁRIO

Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão-PR						
Rua Jerônimo Faria Martins, nº 514 – Ed. Odoval dos Santos – Centro						
CEP 86225-000						
CNPJ – 76.290.691/0001-77						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS						
RESULTADO PRIMÁRIO						
EXERCÍCIO DE 2027						
Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF						R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
EXCETO FONTES RPPS	**35.567.598,30**	**46.073.173,40**	**28.900.000,00**	**29.800.000,00**	**31.000.000,00**	**32.550.000,00**
RECEITAS CORRENTES (I)	**31.493.532,11**	**35.305.072,06**	**28.752.500,00**	**29.652.500,00**	**30.852.500,00**	**32.395.125,00**
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	1.901.845,06	2.172.717,81	1.935.510,00	1.999.942,00	1.954.467,00	2.052.190,35
Receita patrimonial	**496.968,08**	**1.074.735,06**	**294.200,00**	**296.394,00**	**299.591,00**	**314.570,55**
Aplicações financeiras (II)	496.968,08	1.074.735,06	294.200,00	296.394,00	299.591,00	314.570,55
Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes	29.088.345,58	0,00	26.522.790,00	27.356.164,00	28.598.442,00	30.028.364,10
Demais receitas correntes	**6.373,39**	**32.057.619,19**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras receitas financeiras (III)	6.373,39	30.552.713,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas correntes restantes	0,00	1.504.905,20	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	**30.990.190,64**	**3.677.623,01**	**28.458.300,00**	**29.356.106,00**	**30.552.909,00**	**32.080.554,45**
RECEITAS DE CAPITAL (V)	**4.074.066,19**	**10.768.101,34**	**147.500,00**	**147.500,00**	**147.500,00**	**154.875,00**
Operações de crédito (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de emprétimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	**0,00**	**526.600,00**	**100.000,00**	**100.000,00**	**100.000,00**	**105.000,00**
Receitas de alienação de bens temporários (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de alienação de bens permanentes (IX)	0,00	526.600,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	105.000,00
Outras alienações de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tranferências de capital	**4.074.066,19**	**10.241.501,34**	**47.500,00**	**47.500,00**	**47.500,00**	**49.875,00**
Convênios	4.074.066,19	10.241.501,34	47.500,00	47.500,00	47.500,00	49.875,00
Outras transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras receitas de capital não primárias (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V-VI-VII-VIII-IX-X)	**4.074.066,19**	**10.241.501,34**	**47.500,00**	**47.500,00**	**47.500,00**	**49.875,00**
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL (XII) = (IV+XI)	**35.064.256,83**	**13.919.124,35**	**28.505.800,00**	**29.403.606,00**	**30.600.409,00**	**32.130.429,45**
EXCETO FONTES RPPS	**35.547.132,14**	**44.907.289,71**	**28.900.000,00**	**29.800.000,00**	**31.000.000,00**	**32.550.000,01**
DESPESAS CORRENTES (XIII)	**29.421.755,12**	**30.801.489,12**	**27.963.471,71**	**28.834.345,68**	**29.995.429,80**	**31.495.201,29**
Pessoas e encargos sociais	12.743.975,78	13.466.962,68	13.514.228,04	13.935.730,53	14.497.340,46	15.222.207,48
Juros e encargos da dívida (XIV)	161.090,73	193.000,00	197.364,01	203.502,03	211.703,16	222.288,32
Outras despesas correntes	**16.516.688,61**	**17.141.526,44**	**14.251.879,66**	**14.695.113,12**	**15.286.386,18**	**16.050.705,49**
Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão-PR						
Rua Jerônimo Faria Martins, nº 514 – Ed. Odoval dos Santos – Centro						
CEP 86225-000						
CNPJ – 76.290.691/0001-77						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS						
RESULTADO PRIMÁRIO						
EXERCÍCIO DE 2027						
Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF						R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Tranferências constitucionais e legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais despesas correntes	16.516.688,61	17.141.526,44	14.251.879,66	14.695.113,12	15.286.386,18	16.050.705,49
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	**29.260.664,39**	**30.608.489,12**	**27.766.107,70**	**28.630.843,65**	**29.783.726,64**	**31.272.912,97**
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	**6.125.377,02**	**14.105.800,59**	**783.661,29**	**808.033,16**	**840.596,90**	**882.626,75**
Investimentos	5.863.036,45	13.723.075,88	465.580,34	480.059,89	499.406,31	524.376,63
Inversões financeiras	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Concessão de empréstimos e financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida (XX)	262.340,57	382.724,71	318.080,95	327.973,27	341.190,59	358.250,12
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	**5.863.036,45**	**13.723.075,88**	**465.580,34**	**480.059,89**	**499.406,31**	**524.376,63**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	152.867,00	157.621,16	163.973,30	172.171,97
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS (XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIV) = (XV+XXI+XXII+XXIII)	**35.123.700,84**	**44.331.565,00**	**28.384.555,04**	**29.268.524,70**	**30.447.106,25**	**31.969.461,57**
RESULTADO PRIMÁRIO (XII-XXIV)	**-59.444,01**	**-30.412.440,65**	**121.244,96**	**135.081,30**	**153.302,75**	**160.967,88**
COM FONTES RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Receita total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita primária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita não primária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COM FONTES RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesa total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesa primária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa não primária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR, 30 de março de 2026						

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:1F2C4B3C

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL 12/2026

PREGÃO PRESENCIAL 12/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 12/2026
Validade da ata: de 29/06/2026 até 29/06/2027

ANEXO I - DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS

METALURGICA E TORNEARIA ARAUJO LTDA

Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	Confecções e instalações de grades de metalon 20mm x 30mm parede 1,20 mm com coluna 60 mm x 60 mm com fundo de pintura sendo o mesmo parafusado ou chumbado no concreto 30 mpa.		METROS	200,0000	R$ 274,00	R$ 54.800,00
2	Confecções e instalações de portões de metalon 20mmx30mm parede 1,20mm com travessas 40mm x 40 mm na 1,20 mm confundo de pintura, sendo o mesmo parafusado ou chumbado no concreto 30mpa		METROS	50,0000	R$ 310,00	R$ 15.500,00
3	Fabricação e colocação de cobertura em policarbonato alveolar 6mm com estrutura em metalon e pintura automotiva com os acessórios de colocação		METROS	200,0000	R$ 419,00	R$ 83.800,00
4	Serviço de instalação de calhas c/ material incluso.		METROS	300,0000	R$ 69,86	R$ 20.958,00
5	Serviço de instalação de rufos c/ material incluso.		METROS	300,0000	R$ 51,79	R$ 15.537,00
6	Serviço de prensa de mangueira hidráulica 1'.		METROS	50,0000	R$ 268,00	R$ 13.400,00
7	Serviço de prensa de mangueira hidráulica 1/2.		METROS	50,0000	R$ 108,00	R$ 5.400,00
8	Serviço de prensa de mangueira hidráulica 3/4.		METROS	50,0000	R$ 133,00	R$ 6.650,00
9	Serviço de prensa de mangueira hidráulica 3/8.		METROS	50,0000	R$ 103,00	R$ 5.150,00
10	Serviço de solda e oxigênio.		HORA	300,0000	R$ 150,00	R$ 45.000,00
11	Serviço de Solda elétrica c/ Eletrodo grosso.		UND	200,0000	R$ 34,00	R$ 6.800,00
12	Serviço de solda MIG.		HORA	300,0000	R$ 150,00	R$ 45.000,00
13	Serviço de torno.		HORA	300,0000	R$ 109,99	R$ 32.997,00
Valor total						**R$ 350.992,00**

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:7D5748BC

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO				
PROCESSO ADMINISTRATIVO				
Pregão Presencial				
12/2026	**Data de abertura:**		18/06/2026	
18/06/2026	**Data homologação:**		29/06/2026	
Por item	**Critério de avaliação:**		Menor preço	
Proposta - Lance	**Condição de pagamento:**		Parcelada	
Não	**Chamamento:**	Não	**Registro de preço:**	Sim

SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA

Nos termos do Art. 28, inciso I, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão de Contratação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
METALURGICA E TORNEARIA ARAUJO LTDA	33.810.934/0001-48	R$ 350.992,00
Total:		**R$ 350.992,00**

METALURGICA E TORNEARIA ARAUJO LTDA - Não Exclusivo

Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
Confecções e instalações de grades de metalon 20mm x 30mm parede 1,20 mm com coluna 60 mm x 60 mm com fundo de pintura sendo o mesmo parafusado ou chumbado no concreto 30 mpa.	METROS	200,0000	R$ 274,0000	R$ 54.800,00
Confecções e instalações de portões de metalon 20mmx30mm parede 1,20mm com travessas 40mm x 40 mm na 1,20 mm confundo de pintura, sendo o mesmo parafusado ou chumbado no concreto 30mpa	METROS	50,0000	R$ 310,0000	R$ 15.500,00
Serviço de Solda elétrica c/ Eletrodo grosso.	UND	200,0000	R$ 34,0000	R$ 6.800,00
Fabricação e colocação de cobertura em policarbonato alveolar 6mm com estrutura em metalon e pintura automotiva com os acessórios de colocação	METROS	200,0000	R$ 419,0000	R$ 83.800,00
Serviço de prensa de mangueira hidráulica 1'.	METROS	50,0000	R$ 268,0000	R$ 13.400,00
Serviço de prensa de mangueira hidráulica 1/2.	METROS	50,0000	R$ 108,0000	R$ 5.400,00
Serviço de prensa de mangueira hidráulica 3/4.	METROS	50,0000	R$ 133,0000	R$ 6.650,00

Serviço de prensa de mangueira hidráulica 3/8.	METROS	50,0000	R$ 103,0000	R$ 5.150,00
Serviço de solda e oxigênio.	HORA	300,0000	R$ 150,0000	R$ 45.000,00
Serviço de solda MIG.	HORA	300,0000	R$ 150,0000	R$ 45.000,00
Serviço de torno.	HORA	300,0000	R$ 109,9900	R$ 32.997,00
Serviço de instalação de calhas c/ material incluso.	METROS	300,0000	R$ 69,8600	R$ 20.958,00
Serviço de instalação de rufos c/ material incluso.	METROS	300,0000	R$ 51,7900	R$ 15.537,00
Valor Total: R$ 350.992,00				

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 29 de junho de 2026

CLAUDIO COVRE
Prefeito

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:978AC3A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO: 184/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$25.940,00 (vinte e cinco mil e novecentos e quarenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
14		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO (PGM)	
14.001		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
14.001.02.062.0002.2.142		MANUTENÇÃO DA ÁREA JURÍDICA	
77 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	390,00
16		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)	
16.001		GABINETE DO SECRETARIO	
16.001.06.183.0002.2.262		MANUTENÇÃO DO POSTO DE ATENDIMENTO VIRTUAL DA RECEITA FEDERAL (PAV)	
142 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	390,00
21		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS)	
21.004		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	
21.004.08.244.0017.2.222		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
643 - 3.3.71.70.00.00	1000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	17.640,00
23		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO (SAMASAN)	
23.003		DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO (DMAS)	
23.003.18.541.0021.2.241		MANUTENÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS	
853 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.520,00
Total Suplementação:			25.940,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução						
10		ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
10.001		RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO				
10.001.04.122.0002.2.101		MANUTENÇAO DOS ORGAOS DA ADMINISTRAÇAO MUNICIPAL				
10 - 3.3.91.97.00.00	1000	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	17.640,00			
14		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO (PGM)				
14.001		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO				
14.001.02.062.0002.2.142		MANUTENÇÃO DA ÁREA JURÍDICA				
76 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	390,00			
16		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)				
16.001		GABINETE DO SECRETARIO				
16.001.06.183.0002.2.262		MANUTENÇÃO DO POSTO DE ATENDIMENTO VIRTUAL DA RECEITA FEDERAL (PAV)				
141 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	390,00			
23		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO (SAMASAN)				
23.001		GABINETE DO SECRETARIO				
23.001.04.122.0002.2.235		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO				
770 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.520,00			
23.003		DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO (DMAS)				
23.003.18.541.0021.2.258		ATENÇÃO AO ATERRO MUNICIPAL				
Redução						
864 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00			
Total Redução:			25.940,00			

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., aos vinte e nove dias do mês de junho de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:1F076D78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 168/2026

DECRETO Nº 168/2026.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no total de R$ 156.500,00 (Cento e cinquenta e seis mil e quinhentos reais).

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 42, da Lei n.º 4.320/1964 e Art. 8º, Inc. III, IV e V da Lei municipal nº 1641/2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para exercício de 2026, Crédito Adicional Suplementar, conforme especifica a seguir na importância de R$ 156.500,00 (Cento e cinquenta e seis mil e quinhentos reais).

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
06	EDUCAÇÃO	
06.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2012	MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1001	00156-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	70.000,00
12.365.0006.2015	MANUT. DO ENSINO INFANTIL CRECHE - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1471	00156-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	53.000,00
12.361.0006.2012	MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1002	00157-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	30.000,00
	SUBTOTAL	**153.000,00**
11	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
18.541.0013.2032	INCENTIVAR, RECUPERAR E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.500,00
	SUBTOTAL	**3.500,00**
	TOTAL	**156.500,00**

Art. 2º - Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no artigo anterior, serão utilizados recursos de cancelamento parcial e o excesso de arrecadação financeiro de acordo com o que dispõe o art. 43 § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de Março de 1964 e Art. 8º, Inc. III e IV da Lei municipal nº 1641/2025.

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
11	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
18.541.0013.2032	INCENTIVAR, RECUPERAR E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
3310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.500,00
	SUBTOTAL	**3.500,00**
	TOTAL	**3.500,00**

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.5.50.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT - PRINCIPAL	153.000,00
	TOTAL	**153.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema – Pr, 29 de junho de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:581C9B3C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 41/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB O REGIME DE EMPREITADA INTEGRAL, PARA O FORNECIMENTO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO ELETROMECÂNICA DE DUAS UNIDADES DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) MODULAR HORIZONTAL COMPACTA, CONSTITUIDAS POR SISTEMA DE LODO ATIVADO, COMPREENDENDO A TOTALIDADE DAS ETAPAS DE OBRAS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES NECESSÁRIAS À SUA IMPLANTAÇÃO, SOB SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE, ATÉ A ENTREGA DO EMPREENDIMENTO E SUA ENTRADA EM OPERAÇÃO.

O Diretor Geral da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, o Senhor Cesar Augusto Foss, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,
especialmente a Lei n.º 14.133/2021 e suas regulamentações, resolve **ADJUDICAR** e **HOMOLOGAR** a presente licitação à(s) seguinte(s) empresa(s):

FORNECEDOR: CHAPECO INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA
CNPJ: 79.915.955/0001-29

ITEM	CÓD.	DESCRITIVO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	78131	FORNECIMENTO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO ELETROMECÂNICA DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) MODULAR HORIZONTAL COMPACTA, CONSTITUÍDA POR SISTEMA DE LODO ATIVADO. CADA MÓDULO ESTÁ PROJETADO PARA VAZÃO MÉDIA DE 210,97 M³/DIA, COM DBO DE SAÍDA DE 60,0 MG/L.	UNID.	02	360.000,00	720.000,00
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR (R$)						**720.000,00**

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO PARA O CERTAME: R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

Sarandi, 29 de junho de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor Geral
Decreto nº 10/2025
Águas De Sarandi-SMSA

Publicado por:
Renato Hiran Ausek
Código Identificador:CCEC06A1

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº345/2026 ID: 10977 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0015/2026

Fornecedor: ROTO MOBIL LTDA
CNPJ: 47.810.229/0001-55

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/ Espec.
1	78637	CASA DO TARZAN COM PONTE.	unid	22	R$ 12.999,99	R$ 285.999,78	REYS
2	78638	PLAYGROUND DE MADEIRA.	unid	12	R$ 14.999,99	R$ 179.999,88	REYS
					TOTAL:	R$ 465.999,66	

Valor total: R$465.999,66 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos).

Sarandi, 19 de junho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:52521EAD

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº346/2026 ID: 10978 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0015/2026

Fornecedor: SOLUCOES DELTA LTDA
CNPJ: 58.038.611/0001-09

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/ Espec.
8	78644	BALANÇO EM FORMATO NAVIO, COM ESCORREGADOR NA LATERAL.	unid	11	R$ 3.030,00	R$ 33.330,00	FRESO
					TOTAL:	R$ 33.330,00	

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
6	78644	BALANÇO EM FORMATO NAVIO, COM ESCORREGADOR NA LATERAL.	unid	3	R$ 3.030,00	R$ 9.090,00	FRESO
7	78646	CASINHA DE BONECA.	unid	5	R$ 5.640,00	R$ 28.200,00	BRINK MOBIL
					TOTAL:	R$ 37.290,00	

Valor total: R$70.620,00 (setenta mil, seiscentos e vinte reais).
Sarandi, 19 de junho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:C21C6716

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 042/2026 DE: 29/06/2026 - ANEXO I DESPESA

Prefeitura Municipal de Sulina - PR
Cronograma de Execução Mensal de Desembolso
Artigo 8º da LC n.º 101/2000 (LRF)
Janeiro a Junho/2026

DECRETO Nº 042/2026 – Anexo I

Grupo de Despesa	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada						Total Cronograma Desembolso	Fixação Atualizada
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho		
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
Unidade Gestora: 0 - PREFEITURA MUNICIPAL								
Fonte de Recurso: 0 - Recursos Ordinários (Livres)								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	656.208,00	653.072,00	653.072,00	603.072,00	653.072,00	643.072,00	7.780.000,00	7.780.000,00
	653.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00		
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	41.850,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	500.000,00	500.000,00
	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	809.890,82	806.020,38	776.020,38	906.020,38	751.020,38	696.020,38	9.581.115,00	9.581.115,00
	806.020,38	806.020,38	806.020,38	806.020,38	806.020,38	806.020,38		
4 - INVESTIMENTOS	57.669,30	57.393,70	87.393,70	7.393,70	112.393,70	177.393,70	844.000,00	844.000,00
	57.393,70	57.393,70	57.393,70	57.393,70	57.393,70	57.393,70		
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	50.220,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	600.000,00	600.000,00
	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00		
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.555,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	150.000,00	150.000,00
	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00		
Total da Fonte de Recurso 0	**1.628.393,12**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**19.455.115,00**	**19.455.115,00**
	1.620.611,08	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**		
Fonte de Recurso: 101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	202.219,20	201.252,80	201.252,80	190.247,79	191.252,80	201.252,80	2.394.994,99	2.394.994,99
	201.252,80	201.252,80	201.252,80	201.252,80	201.252,80	201.252,80		
Total da Fonte de Recurso 101	**202.219,20**	**201.252,80**	**201.252,80**	**190.247,79**	**191.252,80**	**201.252,80**	**2.394.994,99**	**2.394.994,99**
	201.252,80	**201.252,80**	**201.252,80**	**201.252,80**	**201.252,80**	**201.252,80**		
Fonte de Recurso: 102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.220,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	59.980,00	49.980,00	610.000,00	610.000,00
	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.740,00	16.660,00	16.660,00	37.665,01	16.660,00	16.660,00	221.005,01	221.005,01
	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00		
4 - INVESTIMENTOS	837,00	833,00	833,00	-9.167,00	833,00	833,00		
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	-	
Total da Fonte de Recurso 102	**67.797,00**	**67.473,00**	**67.473,00**	**78.478,01**	**77.473,00**	**67.473,00**	**831.005,01**	**831.005,01**
	67.473,00	**67.473,00**	**67.473,00**	**67.473,00**	**67.473,00**	**67.473,00**		
Fonte de Recurso: 103 - Educação / 10% Sobre Transferências Cons								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	117.221,85	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65	1.400.500,00	1.400.500,00
	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	174.012,30	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70	2.079.000,00	2.079.000,00
	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70		
4 - INVESTIMENTOS	11.383,20	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80	136.000,00	136.000,00
	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80		
Total da Fonte de Recurso 103	**302.617,35**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**3.615.500,00**	**3.615.500,00**
	301.171,15	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**		
Fonte de Recurso: 104 - Educação / 25% sobre Impostos								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.122,67	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03	539.100,00	539.100,00
	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	85.399,11	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99	1.020.300,00	1.020.300,00
	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99		
Total da Fonte de Recurso 104	**130.521,78**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**1.559.400,00**	**1.559.400,00**
	129.898,02	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**		
Fonte de Recurso: 107 - Salário Educação								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.312,70	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30	171.000,00	171.000,00
	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30		
Total da Fonte de Recurso 107	**14.312,70**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**171.000,00**	**171.000,00**
	14.244,30	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**		
Fonte de Recurso: 124 - PNATE Estadual								
3 - OUTRAS DESPESAS	9.625,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	115.000,00	115.000,00

CORRENTES	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50		
Total da Fonte de Recurso 124	**9.625,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**115.000,00**	**115.000,00**
	9.579,50	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**		
Fonte de Recurso: 125 - ESCOLA TEMPO INTEGRAL FNDE LEI 14640/2023								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.770,90	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10	57.000,00	57.000,00
	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10		
Total da Fonte de Recurso 125	**4.770,90**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**57.000,00**	**57.000,00**
	4.748,10	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 129 - FNDE - Kit Ensino Fund. Anos Iniciais - Termo Compromisso 954793-8 - Processo 23400.001361/2023-61								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.000,00						12.000,00	12.000,00
	12.000,00	-	-	-	-	-		
Total da Fonte de Recurso 129							**12.000,00**	**12.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 133 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR - CLIMATIZAÇÃO - TER. COMP. EMENDAS N 948210-5 - EMENDA PARLAMENTAR N 40890004/2023. DEP FEDERAL ORIOVISTO GUIMARÃES.								
4 - INVESTIMENTOS	5.678,70						5.678,70	5.678,70
	5.678,70	-	-	-	-	-		
Total da Fonte de Recurso 133							**5.678,70**	**5.678,70**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 134 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR - CLIMATIZAÇÃO - TER. COMP. EMENDAS N 948211-5 - EMENDA PARLAMENTAR N 40890004/2023. DEP FEDERAL ORIOVISTO GUIMARÃES.								
4 - INVESTIMENTOS	29.627,00						29.627,00	29.627,00
	29.627,00	-	-	-	-	-		
Total da Fonte de Recurso 134							**29.627,00**	**29.627,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 135 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR - MOBILIÁRIO DE SALA DE AULA - PROPOSTA N 67164/2025 - EMENDA PARLAMENTAR N 40890011/INDIV. DEP FEDERAL ORIOVISTO GUIMARÃES.								
4 - INVESTIMENTOS	20.455,54						20.455,54	20.455,54
	20.455,54	-	-	-	-	-		
Total da Fonte de Recurso 135							**20.455,54**	**20.455,54**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 136 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR - MOBILIÁRIO OUTROS AMB. ESCOLAR-PROPOSTA N 068037/2025 - EMENDA PARLAMENTAR N 40890011/INDIV. DEP FEDERAL ORIOVISTO GUIMARÃES.								
4 - INVESTIMENTOS	101.552,33						101.552,33	101.552,33
	101.552,33	-	-	-	-	-		
Total da Fonte de Recurso 136							**101.552,33**	**101.552,33**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 137 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MATERIAL ESPORTIVO - COMP TER COMP. N 955099-8 - PROCESSO N 23400.001415/2023-98 - EMENDA DE BANCADA.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.816,36						7.816,36	7.816,36
	7.816,36	-	-	-	-	-		
Total da Fonte de Recurso 137							**7.816,36**	**7.816,36**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 138 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MOBILIÁRIO DE SALA DE AULA - TERMO COMP. N 985624-6 - PROCESSO N 23400.001516/2025-21 - EMENDA PARLAMENTAR.								
4 - INVESTIMENTOS			2.714,00				2.714,00	2.714,00
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Total da Fonte de Recurso 138	-	-	**2.714,00**	-	-	-	**2.714,00**	**2.714,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 139 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -BRINQUEDOS - TERMO COMP. N 954790-8 - PROCESSO N 23400.001360/2023-16 - EMENDA DE BANCADA.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.073,43						36.073,43	36.073,43
	36.073,43	-	-	-	-	-		
Total da Fonte de Recurso 139							**36.073,43**	**36.073,43**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 140 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MOBILIÁRIO SALA DE AULA - TERMO COMP. N 985626-6 - PROCESSO N 23400.001515/2025-86 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	11.845,00						11.845,00	11.845,00
	11.845,00	-	-	-	-	-		
Total da Fonte de Recurso 140							**11.845,00**	**11.845,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 141 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -EQUIPAMENTO DE COZINHA - TERMO COMP. N 985426-5 - PROCESSO N 23400.001423/2025-04 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	27.342,00						27.342,00	27.342,00
	27.342,00	-	-	-	-	-		
Total da Fonte de Recurso 141							**27.342,00**	**27.342,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 142 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MOBILIÁRIO SALA DE AULA - TERMO COMP. N 990873-6 - PROCESSO N 23400.001514/2025-31 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	7.679,00						7.679,00	7.679,00
	7.679,00	-	-	-	-	-		
Total da Fonte de Recurso 142							**7.679,00**	**7.679,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 143 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -EQUIPAMENTO DE TIC - TERMO COMP. N 990872-5 - PROCESSO N 23400.001870/2025-55 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	49.210,74						49.210,74	49.210,74
	49.210,74	-	-	-	-	-		
Total da Fonte de Recurso 143							**49.210,74**	**49.210,74**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 144 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MOBILIÁRIO SALA DE AULA - TERMO COMP. N 989977-6 - PROCESSO N 23400.001672/2025-91 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	41.800,00						41.800,00	41.800,00
	41.800,00	-	-	-	-	-		
Total da Fonte de Recurso 144							**41.800,00**	**41.800,00**
	-	-	-	-	-	-		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		

Fonte de Recurso: 145 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -EQUIPAMENTO DE TIC - TERMO COMP. N 962848-5 - PROCESSO N 23400.001299/2024-98 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	364.435,20						364.435,20	364.435,20
	364.435,20	-	-	-	-	-		
Total da Fonte de Recurso 145							**364.435,20**	**364.435,20**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 146 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MOBILIÁRIO OUTROS AMB. ESCOLARES- TERMO COMP. N 989980-6 - PROCESSO N 23400.001674/2025-81 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	14.672,19						14.672,19	14.672,19
	14.672,19	-	-	-	-	-		
Total da Fonte de Recurso 146							**14.672,19**	**14.672,19**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 303 - Saúde/Percentual Receita Vinculada								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	223.646,40	222.577,60	222.577,60	222.577,60	222.577,60	222.577,60	2.672.000,00	2.672.000,00
	222.577,60	222.577,60	222.577,60	222.577,60	222.577,60	222.577,60		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	415.503,54	413.517,86	413.517,86	413.517,86	413.517,86	413.517,86	4.964.200,00	4.964.200,00
	413.517,86	413.517,86	413.517,86	413.517,86	413.517,86	413.517,86		
4 - INVESTIMENTOS	16.321,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	195.000,00	195.000,00
	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50		
Total da Fonte de Recurso 303	**655.471,44**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**7.831.200,00**	**7.831.200,00**
	652.338,96	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**		
Fonte de Recurso: 341 - Incremento Temp. da Atenção Primária a Saúde -PAP-DEP. FED.ELTON WELTER -EMENDA BANCADA 71170007 - PROP. 36000782941/2026-00								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES					100.000,00		100.000,00	100.000,00
	-	-	-	-	**100.000,00**	-		
Total da Fonte de Recurso 341							**100.000,00**	**100.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 342 - CONVÊNIO 726/2026 - SECID - PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIAS URBANAS.								
4 - INVESTIMENTOS						3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00
	-	-	-	-	-	**3.500.000,00**		
Total da Fonte de Recurso 342							**3.500.000,00**	**3.500.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
4 - INVESTIMENTOS						298.500,00		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
							298.500,00	298.500,00
Total da Fonte de Recurso 343	-	-	-	-	-	**298.500,00**	**298.500,00**	**298.500,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 344 - SULINA ESPORTE FORTE - CONVÊNIO TRANSFEREGOV. PROPOSTA 022397/2026 - MINISTÉRIO DO ESPORTE.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES						196.000,00	196.000,00	196.000,00
	-	-	-	-	-	**196.000,00**		
Total da Fonte de Recurso 344							**196.000,00**	**196.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	108.391,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	1.295.000,00	1.295.000,00
	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.308,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	840.000,00	840.000,00
	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00		
Total da Fonte de Recurso 494	**178.699,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**2.135.000,00**	**2.135.000,00**
	177.845,50	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**		
Fonte de Recurso: 504 - ROYALTIES								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	172.170,90	171.348,10	-208.651,90	51.348,10	171.348,10	171.348,10	1.557.000,00	1.557.000,00
	171.348,10	171.348,10	171.348,10	171.348,10	171.348,10	171.348,10		
4 - INVESTIMENTOS	33.480,00	33.320,00	413.320,00	153.320,00	33.320,00	33.320,00	900.000,00	900.000,00
	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00		
Total da Fonte de Recurso 504	**205.650,90**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**2.457.000,00**	**2.457.000,00**
	204.668,10	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**		
Fonte de Recurso: 507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.118,80	26.989,20	26.989,20	-23.010,80	26.989,20	26.989,20	274.000,00	274.000,00
	26.989,20	26.989,20	26.989,20	26.989,20	26.989,20	26.989,20		
4 - INVESTIMENTOS	8.788,50	8.746,50	8.746,50	58.746,50	8.746,50	8.746,50	155.000,00	155.000,00
	8.746,50	8.746,50	8.746,50	8.746,50	8.746,50	8.746,50		
Total da Fonte de Recurso 507	**35.907,30**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**429.000,00**	**429.000,00**
	35.735,70	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**		
Fonte de Recurso: 510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia								

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.951,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	95.000,00	95.000,00
	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50		
Total da Fonte de Recurso 510	**7.951,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**95.000,00**	**95.000,00**
	7.913,50	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**		
Fonte de Recurso: 511 - Taxas - Prestação de Serviços								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.995,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	215.000,00	215.000,00
	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50		
Total da Fonte de Recurso 511	**17.995,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**215.000,00**	
	17.909,50	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**		**215.000,00**
Fonte de Recurso: 512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
4 - INVESTIMENTOS	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
Total da Fonte de Recurso 512	**1.674,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**20.000,00**	**20.000,00**
	1.666,00	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**		
Fonte de Recurso: 613 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA (BANCO DO BRASIL/2026).								
4 - INVESTIMENTOS			2.500.000,00				2.500.000,00	2.500.000,00
Total da Fonte de Recurso 613	-	-	**2.500.000,00**	-	-	-	**2.500.000,00**	**2.500.000,00**
	-	-	-	-	-	-		

Fonte de Recurso: 786 - FEAS PPAS I								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.440,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	65.000,00	65.000,00
	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50		
4 - INVESTIMENTOS	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
Total da Fonte de Recurso 786	**6.277,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**75.000,00**	**75.000,00**
	6.247,50	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**		
Fonte de Recurso: 789 - SANEPAR - Comp. Fin. ao MEIO AMBIENTE M								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
Total da Fonte de Recurso 789	**837,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**10.000,00**	**10.000,00**
	833,00	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**		
Fonte de Recurso: 834 - SESA PR APSUS CUSTEIO								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.370,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	100.000,00	100.000,00
	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00		
Total da Fonte de Recurso 834	**8.370,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**100.000,00**	**100.000,00**
	8.330,00	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**		
Fonte de Recurso: 838 - FES/PR Bloco de Investimento da Rede ASPS - AÇÕES DE VIGL Res. 615/19 FES/PR								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES					1.825,37		1.825,37	1.825,37
Total da Fonte de Recurso 838	-	-	-	-	**1.825,37**	-	**1.825,37**	**1.825,37**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 884 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao (PNAE) Programa Nacional de Alimentação Escolar								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.859,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	70.000,00	70.000,00
	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00		
Total da Fonte de Recurso 884	**5.859,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**70.000,00**	**70.000,00**
	5.831,00	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**		
Fonte de Recurso: 885 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao (PNATE) Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.859,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	70.000,00	70.000,00
	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00		
Total da Fonte de Recurso 885	**5.859,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**70.000,00**	**70.000,00**
	5.831,00	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**		
Fonte de Recurso: 909 - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil e CadÚnico (IGD-PAB)								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				11,69			11,69	11,69
Total da Fonte de Recurso 909	-	-	-	**11,69**	-	-	**11,69**	**11,69**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 934 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SUAS) PAIFI/IDOSO/PROJOVEM/PETI								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.458,10	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90	113.000,00	113.000,00
	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90		
4 - INVESTIMENTOS	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
Total da Fonte de Recurso 934	**10.295,10**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**123.000,00**	**123.000,00**
	10.245,90	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**		
Fonte de Recurso: 936 - COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS) IGDs								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	418,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	5.000,00	5.000,00
	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50		
Total da Fonte de Recurso 936	**418,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**5.000,00**	**5.000,00**
	416,50	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**		
Fonte de Recurso: 940 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO ÚNICO - BL GBF								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.511,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	30.000,00	30.000,00
	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00		
4 - INVESTIMENTOS	1.255,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	15.000,00	15.000,00
	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50		
Total da Fonte de Recurso 940	**3.766,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**45.000,00**	**45.000,00**
	3.748,50	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**		
Fonte de Recurso: 941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e AltaComplexidade								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
Total da Fonte de Recurso 941	**837,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**10.000,00**	**10.000,00**
	833,00	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**		
Fonte de Recurso: 952 - SECID/PR CV 522/2023 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS VILA NOVA ESTADUAL								
4 - INVESTIMENTOS	1.336.535,78						1.336.535,78	1.336.535,78
Total da Fonte de Recurso 952	**1.336.535,78**	-	-	-	-	-	**1.336.535,78**	**1.336.535,78**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 954 - SECID BARRACÃO FEIRA CV 27/2025								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
4 - INVESTIMENTOS	356.835,05						356.835,05	356.835,05
Total da Fonte de Recurso 954	**356.835,05**	-	-	-	-	-	**356.835,05**	**356.835,05**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 965 - SEDEF/CEDCA/FIA - INCENTIVO CRECHE								
4 - INVESTIMENTOS	900.960,69						900.960,69	900.960,69
Total da Fonte de Recurso 965	**900.960,69**	-	-	-	-	-	**900.960,69**	**900.960,69**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 966 - CV-944/2024-SECID-PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIAS URBANAS								
4 - INVESTIMENTOS	229.372,26			1.000.000,00			1.229.372,26	1.229.372,26
Total da Fonte de Recurso 966	**229.372,26**	-	-	**1.000.000,00**	-	-	**1.229.372,26**	**1.229.372,26**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 972 - Unidade Habitacional - Moradia Digna - Termo de Comp n 970312/2024 MCIDADES/CAIXA - OP n 1098954-56.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES						26.621,00	26.621,00	26.621,00

4 - INVESTIMENTOS	3.250.000,00					-26.621,00	3.223.379,00	3.223.379,00
Total da Fonte de Recurso 972	**3.250.000,00**	-	-	-	-	-	**3.250.000,00**	**3.250.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 976 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS: HATCH/UTILITÁRIO PICK UP - CONVÊNIO n 708/2025 - SECID.								
4 - INVESTIMENTOS	118.740,50						118.740,50	118.740,50
Total da Fonte de Recurso 976	**118.740,50**	-	-	-	-	-	**118.740,50**	**118.740,50**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 978 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO PICK UP - CONVÊNIO n 1590/2025 - SECID								
4 - INVESTIMENTOS	95.000,00						95.000,00	95.000,00
Total da Fonte de Recurso 978	**95.000,00**	-	-	-	-	-	**95.000,00**	**95.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 980 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS - TRATORES - SECID - CONVÊNIO n 2192/2025								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
4 - INVESTIMENTOS	680.000,00						680.000,00	680.000,00
Total da Fonte de Recurso 980	**680.000,00**	-	-	-	-	-	**680.000,00**	**680.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 984 - UNIDADES HABITACIONAIS - TERMO DE COMPROMISSO n 983416/2025/MCIDADES/CAIXA - OPERAÇAO 1104105-49.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	64.774,37						64.774,37	64.774,37
4 - INVESTIMENTOS	2.506.099,34						2.506.099,34	2.506.099,34
Total da Fonte de Recurso 984	**2.570.873,71**	-	-	-	-	-	**2.570.873,71**	**2.570.873,71**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 986 - INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ - ENVELHECIMENTO ATIVO - DELIBERAÇÃO 049/2025/CEDIPI/PR.								
4 - INVESTIMENTOS					45.000,00		45.000,00	45.000,00
Total da Fonte de Recurso 986	-	-	-	-	**45.000,00**	-	**45.000,00**	**45.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 988 - - REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOS IMIGRATES - TERMO DE CONVÊNIO n 1797/2025 - SECID								
4 - INVESTIMENTOS	1.000.000,00						1.000.000,00	1.000.000,00
Total da Fonte de Recurso 988	**1.000.000,00**	-	-	-	-	-	**1.000.000,00**	**1.000.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 990 - PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL - CONVÊNIO n 2112/2025-SECID - LINHA BOM JESUS.								
4 - INVESTIMENTOS	2.600.000,00						2.600.000,00	2.600.000,00
Total da Fonte de Recurso 990	**2.600.000,00**	-	-	-	-	-	**2.600.000,00**	**2.600.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 991 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLA MUNICIPAL - TERMO CONVÊNIO N 1796/2025 - SECID.								
4 - INVESTIMENTOS	230.000,00						230.000,00	230.000,00
Total da Fonte de Recurso 991	**230.000,00**	-	-	-	-	-	**230.000,00**	**230.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 992 - SEAB - PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO - DECRETO N 6.515/2012 - CV N 903/2025 - "ESTRADA BOA" LINHA AREIÃO.								
4 - INVESTIMENTOS	8.267.583,02						8.267.583,02	8.267.583,02
Total da Fonte de Recurso 992	**8.267.583,02**	-	-	-	-	-	**8.267.583,02**	**8.267.583,02**
	-	-	-	-	-	-		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 993 - SEAB - PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO-DECRETO N 6.515/2021-"ESTRADA BOA" CV N 909/2025 - SEDE OURO.								
4 - INVESTIMENTOS	3.079.218,41						3.079.218,41	3.079.218,41
Total da Fonte de Recurso 993	**3.079.218,41**	-	-	-	-	-	**3.079.218,41**	**3.079.218,41**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 994 - SEAB-PROGRAMA DE ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO "ESTRADA BOA" CV N 790/2025 - LINHA SURUBI.								
4 - INVESTIMENTOS	3.314.806,00						3.314.806,00	3.314.806,00
Total da Fonte de Recurso 994	**3.314.806,00**	-	-	-	-	-	**3.314.806,00**	**3.314.806,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 995 - ASSISTENCIA SOCIAL - INCREMENTO TEMPORÁRIO - GND 3 - CUSTEIO - Emenda Individual n 202630410001 - DEP FED. ELIEL MACHADO PROCESSO 71000014795/2026-29.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				100.000,00			100.000,00	100.000,00
Total da Fonte de Recurso 995	-	-	-	**100.000,00**	-	-	**100.000,00**	**100.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 996 - FNAS- CUSTEIO APAE - DEP FED. ALIEL MACHADO/30410001 - Emenda Individual - Proposta 4126652/2026-0001								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES					50.000,00		50.000,00	50.000,00
Total da Fonte de Recurso 996	-	-	-	-	**50.000,00**	-		**50.000,00**
	-	-	-	-	-	-	**50.000,00**	
Fonte de Recurso: 997 - Incremento Temp. da Atenção Primária a Saúde -PAP-DEP. FED. LEANDRE DAL PONTE -INDIVIDUAL 37020012 - PROP. 36000741540/2026-00								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES					300.000,00		300.000,00	300.000,00
Total da Fonte de Recurso 997	-	-	-	-	**300.000,00**	-	**300.000,00**	**300.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 998 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS - CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR n 992554/2026 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES					191.000,00		191.000,00	191.000,00
Total da Fonte de Recurso 998	-	-	-	-	**191.000,00**	-	**191.000,00**	**191.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR								

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.925,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	250.000,00	250.000,00
	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00		
Total da Fonte de Recurso 1040	**20.925,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**250.000,00**	**250.000,00**
	20.825,00	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**		
Fonte de Recurso: 1045 - Outros Recursos não Vinculados								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.044,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	120.000,00	120.000,00
	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00		
Total da Fonte de Recurso 1045	**10.044,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**120.000,00**	**120.000,00**

	9.996,00	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**		
Fonte de Recurso: 1051 - Transferencia do Governo Federal Vencimentos dos ACS e dos ACE								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.295,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	350.000,00	350.000,00
	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00		
Total da Fonte de Recurso 1051	**29.295,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**350.000,00**	**350.000,00**
	29.155,00	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**		
Fonte de Recurso: 1063 - Transf da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento a Cultura LEI/14.399/2022.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES						46.224,57	46.224,57	46.224,57
Total da Fonte de Recurso 1063	-	-	-	-	-	**46.224,57**	**46.224,57**	**46.224,57**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 1064 - PISO ENFERMAGEM PR412665 FMS								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.674,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	20.000,00	20.000,00
	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00		
Total da Fonte de Recurso 1064	**1.674,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**20.000,00**	**20.000,00**
	1.666,00	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**		
Fonte de Recurso: 5000 - Recursos Ordinários (Livres)								
4 - INVESTIMENTOS				419.132,71			419.132,71	419.132,71
Total da Fonte de Recurso 5000	-	-	-	**419.132,71**	-	-	**419.132,71**	**419.132,71**
	-	-	-	-	-	-		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 5101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				11.690,43			11.690,43	11.690,43
Total da Fonte de Recurso 5101	-	-	-	**11.690,43**	-	-	**11.690,43**	**11.690,43**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5103 - Educação / 10% Sobre Transferências Cons								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				19.297,12			19.297,12	19.297,12
Total da Fonte de Recurso 5103	-	-	-	**19.297,12**	-	-	**19.297,12**	**19.297,12**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5104 - Educação / 25% sobre Impostos								
4 - INVESTIMENTOS				75.895,80			75.895,80	75.895,80
Total da Fonte de Recurso 5104	-	-	-	**75.895,80**	-	-	**75.895,80**	**75.895,80**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5105 - Alienação de Bens da Educação								
4 - INVESTIMENTOS				89.288,29			89.288,29	89.288,29
Total da Fonte de Recurso 5105	-	-	-	**89.288,29**	-	-	**89.288,29**	**89.288,29**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5107 - Salário Educação								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				79.136,71			79.136,71	79.136,71
4 - INVESTIMENTOS				60.000,00			60.000,00	60.000,00
Total da Fonte de Recurso 5107	-	-	-	**139.136,71**	-	-	**139.136,71**	**139.136,71**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5124 - PNATE Estadual								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				231,45			231,45	231,45
Total da Fonte de Recurso 5124	-	-	-	**231,45**	-	-	**231,45**	**231,45**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5125 - ESCOLA TEMPO INTEGRAL FNDE LEI 14640/2023								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				72,88			72,88	72,88
Total da Fonte de Recurso 5125	-	-	-	**72,88**	-	-	**72,88**	**72,88**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5126 - MANUTENÇÃO ED. INFANTIL - Novas Turmas								
4 - INVESTIMENTOS				58.363,76			58.363,76	58.363,76
Total da Fonte de Recurso 5126	-	-	-	**58.363,76**	-	-	**58.363,76**	**58.363,76**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5131 - SAÚDE - Compensações Perdas de Arrecadação do ICMS - LC 194/2022 e 201/2023								
4 - INVESTIMENTOS				11.539,48			11.539,48	11.539,48
Total da Fonte de Recurso 5131	-	-	-	**11.539,48**	-	-	**11.539,48**	**11.539,48**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5132 - Educação - Compensações Perdas de Arrecadação do ICMS - LC 194/2022 e 201/2023								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				3.846,55			3.846,55	3.846,55
Total da Fonte de Recurso 5132	-	-	-	**3.846,55**	-	-	**3.846,55**	**3.846,55**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5303 - Saúde/Percentual Receita Vinculada								
4 - INVESTIMENTOS				168.052,82			168.052,82	168.052,82
Total da Fonte de Recurso 5303	-	-	-	**168.052,82**	-	-	**168.052,82**	**168.052,82**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5335 - SESA Atenção Primária - Res. 1466/2023								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				50.135,21			50.135,21	50.135,21
Total da Fonte de Recurso 5335	-	-	-	**50.135,21**	-	-	**50.135,21**	**50.135,21**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5336 - SESA Assis. Desastres Naturais Res. n 1657/2023								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				7,69			7,69	7,69
Total da Fonte de Recurso 5336	-	-	-	**7,69**	-	-	**7,69**	**7,69**
	-	-	-	-	-	-		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 5337 - FES/PR - Apoio Financeiro para ações Emergenciais com ênfase em Dengue no Estado do Paraná - Resolução SESA n 285/2024 e similares								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				412,74			412,74	412,74
Total da Fonte de Recurso 5337	-	-	-	**412,74**	-	-	**412,74**	**412,74**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5338 - FES/PR ProVigiA-PR Investimento								
4 - INVESTIMENTOS				6.011,77			6.011,77	6.011,77
Total da Fonte de Recurso 5338	-	-	-	**6.011,77**	-	-	**6.011,77**	**6.011,77**
	-	-	-	-	-	-		

Fonte de Recurso: 5339 - Emenda Parlamentar - Incremento PAP - SAÚDE								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				378,45			378,45	378,45
Total da Fonte de Recurso 5339	-	-	-	**378,45**	-	-	**378,45**	**378,45**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5340 - Incremento do Piso da Atenção Primária - PAP - Emenda de Bancada								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.147,18			1.147,18	1.147,18
Total da Fonte de Recurso 5340	-	-	-	**1.147,18**	-	-	**1.147,18**	**1.147,18**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				200.000,00			200.000,00	200.000,00
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				232.198,25			232.198,25	232.198,25
Total da Fonte de Recurso 5494	-	-	-	**432.198,25**	-	-	**432.198,25**	**432.198,25**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5496 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.279,87			1.279,87	1.279,87
Total da Fonte de Recurso 5496	-	-	-	**1.279,87**	-	-	**1.279,87**	**1.279,87**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5499 - Gestão do SUS								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				39.909,63			39.909,63	39.909,63
Total da Fonte de Recurso 5499	-	-	-	**39.909,63**	-	-	**39.909,63**	**39.909,63**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5501 - Alienação de Bens								
4 - INVESTIMENTOS				118.264,33			118.264,33	118.264,33
Total da Fonte de Recurso 5501	-	-	-	**118.264,33**	-	-	**118.264,33**	**118.264,33**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5504 - ROYALTIES								
4 - INVESTIMENTOS				256.902,79			256.902,79	256.902,79
Total da Fonte de Recurso 5504	-	-	-	**256.902,79**	-	-	**256.902,79**	**256.902,79**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF								
4 - INVESTIMENTOS				83.430,56			83.430,56	83.430,56
Total da Fonte de Recurso 5507	-	-	-	**83.430,56**	-	-	**83.430,56**	**83.430,56**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2.518,95			2.518,95	2.518,95
Total da Fonte de Recurso 5510	-	-	-	**2.518,95**	-	-	**2.518,95**	**2.518,95**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5511 - Taxas - Prestação de Serviços								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				27.764,37			27.764,37	27.764,37
Total da Fonte de Recurso 5511	-	-	-	**27.764,37**	-	-	**27.764,37**	**27.764,37**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)								
4 - INVESTIMENTOS				1.856,00			1.856,00	1.856,00
Total da Fonte de Recurso 5512	-	-	-	**1.856,00**	-	-	**1.856,00**	**1.856,00**
	-	-	-	-	-	-		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 5556 - TRANSFERÊNCIA LEI 9615/98								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				8,50			8,50	8,50
Total da Fonte de Recurso 5556	-	-	-	**8,50**	-	-	**8,50**	**8,50**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5786 - FEAS PPAS I								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				44.879,26			44.879,26	44.879,26
Total da Fonte de Recurso 5786	-	-	-	**44.879,26**	-	-	**44.879,26**	**44.879,26**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5789 - SANEPAR - Comp. Fin. ao MEIO AMBIENTE M								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				9.520,39			9.520,39	9.520,39
Total da Fonte de Recurso 5789	-	-	-	**9.520,39**	-	-	**9.520,39**	**9.520,39**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5810 - EMENDA INCREMENTO PAB								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2.307,49			2.307,49	2.307,49
Total da Fonte de Recurso 5810	-	-	-	**2.307,49**	-	-	**2.307,49**	**2.307,49**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5819 - FES Bloco de Custeio daas Ações e Serviços Públicos de Saúde - VIGIA SUS Res 616/15								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				91,32			91,32	91,32
Total da Fonte de Recurso 5819	-	-	-	**91,32**	-	-	**91,32**	**91,32**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5831 - SESA Programa Estadual de Qualificação da Assistência Farmacêutica - IOAF								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				24,86			24,86	24,86
Total da Fonte de Recurso 5831	-	-	-	**24,86**	-	-	**24,86**	**24,86**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5834 - SESA PR APSUS CUSTEIO								

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				121.798,46			121.798,46	121.798,46
	-	-	-	**121.798,46**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5834							**121.798,46**	**121.798,46**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5835 - SESA PR SAÚDE BUCAL								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2.404,86			2.404,86	2.404,86
	-	-	-	**2.404,86**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5835							**2.404,86**	**2.404,86**

	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5837 - FES/PR Bloco de Custeiro ASPS - AÇÕES DE VIGL Res. 615/19								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				111,22			111,22	111,22
	-	-	-	**111,22**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5837							**111,22**	**111,22**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5838 - FES/PR Bloco de Investimento da Rede ASPS - AÇÕES DE VIGL Res. 615/19 FES/PR								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				70.499,38			70.499,38	70.499,38
	-	-	-	**70.499,38**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5838								
	-	-	-	-	-	-	**70.499,38**	**70.499,38**
Fonte de Recurso: 5847 - FNS Enfrentamento da Emergência COVID19								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				26,64			26,64	26,64
	-	-	-	**26,64**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5847							**26,64**	**26,64**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5850 - FES/PR IOAF Bloco Investimento ASPS Res. 724-2019								
4 - INVESTIMENTOS				11.593,88			11.593,88	11.593,88
	-	-	-	**11.593,88**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5850							**11.593,88**	**11.593,88**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5851 - FES/PR IOAF Bloco de Custeio ASPS Res. 724-2019								
4 - INVESTIMENTOS				3.909,50			3.909,50	3.909,50
	-	-	-	**3.909,50**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5851							**3.909,50**	**3.909,50**
	-	-	-	-	-	-		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 5857 - MIN ECON. TRANSF. ESPECIAL PROP 4477								
4 - INVESTIMENTOS				269,63			269,63	269,63
	-	-	-	**269,63**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5857							**269,63**	**269,63**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5860 - FNS Enfrentamento da Emergência COVID19 Portaria 1666/2020								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				52,70			52,70	52,70
	-	-	-	**52,70**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5860							**52,70**	**52,70**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5869 - FNS BLOCO DE CUSTEIO COVID-19 Portaria 3008/2020								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				71,72			71,72	71,72
	-	-	-	**71,72**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5869							**71,72**	**71,72**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5870 - FNS GESTAO DO SUS- IMPL SEG AL E NUT NA SAUDE - PORTARIA 2141/2020								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				131,67			131,67	131,67
	-	-	-	**131,67**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5870							**131,67**	**131,67**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5873 - FES/PR BL CUSTEIO RES. 356/2021 EMERGENCIA COVID-19								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				22,63			22,63	22,63
	-	-	-	**22,63**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5873							**22,63**	**22,63**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5874 - FNS BL CUSTEIO PORTARIA 894/2021 EMERGENCIA COVID-19								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				118,11			118,11	118,11
	-	-	-	**118,11**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5874							**118,11**	**118,11**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5875 - FNS BL CUSTEIO PORTARIA 731/2021 EMERGENCIA COVID-19								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				172,17			172,17	172,17
	-	-	-	**172,17**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5875							**172,17**	**172,17**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5880 - Contribuições e Legados de Entidades não Gover.ECA/FMDCA								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				10.678,06			10.678,06	10.678,06
4 - INVESTIMENTOS				5.000,00			5.000,00	5.000,00
Total da Fonte de Recurso 5880	-	-	-	**15.678,06**	-	-	**15.678,06**	**15.678,06**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5883 - FIA/CEDCA - Programa INCENTIVO CMDCA								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				651,14			651,14	651,14
	-	-	-	**651,14**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5883							**651,14**	**651,14**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5884 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao (PNAE) Programa Nacional de Alimentação Escolar								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				17,20			17,20	17,20
	-	-	-	**17,20**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5884							**17,20**	**17,20**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5885 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao (PNATE) Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				10,19			10,19	10,19
	-	-	-	**10,19**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5885							**10,19**	**10,19**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5893 - FES/PR REFORMA/AMPLIAÇÃO UBS RES. 932/2021								
4 - INVESTIMENTOS				2.340,69			2.340,69	2.340,69

	-	-	-	**2.340,69**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5893	-	-	-	-	-	-	**2.340,69**	**2.340,69**
Fonte de Recurso: 5899 - FES/PR IOAF Bloco de Custeio ASPS Res. 1016/2021								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				69,28			69,28	69,28
	-	-	-	**69,28**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5899	-	-	-	-	-	-	**69,28**	**69,28**
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 5901 - FES/PR ProVigiA-PR Resolução 1102/2021 Custeio								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				23.661,66			23.661,66	23.661,66
	-	-	-	**23.661,66**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5901	-	-	-	-	-	-	**23.661,66**	**23.661,66**
Fonte de Recurso: 5904 - FNS BL CUSTEIO CV19 - CORONAVIRUS (COVID-19) - SAPS - PORTARIA 377/2022								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				346,02			346,02	346,02
	-	-	-	**346,02**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5904	-	-	-	-	-	-	**346,02**	**346,02**
Fonte de Recurso: 5909 - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil e CadÚnico (IGD-PAB)								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				379,33			379,33	379,33
	-	-	-	**379,33**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5909	-	-	-	-	-	-	**379,33**	**379,33**
Fonte de Recurso: 5910 - Incentivo Finan. de Investimento para Aqui. Equi. Reabilitação Multiprof. Sindrome pós COVID-19 Res. SESA 870/2021								
4 - INVESTIMENTOS				2.397,10			2.397,10	2.397,10
	-	-	-	**2.397,10**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5910	-	-	-	-	-	-	**2.397,10**	**2.397,10**
Fonte de Recurso: 5911 - Incentivo Finan. para Custeio em Reabilitação Multiprof. Sindrome pós COVID-19 Resolução SESA 870/2021								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				9.218,87			9.218,87	9.218,87
	-	-	-	**9.218,87**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5911	-	-	-	-	-	-	**9.218,87**	**9.218,87**
Fonte de Recurso: 5912 - MANUT. DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICO DE SAÚDE CUSTEIO DA GESTÃO DO SUS								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				100,89			100,89	100,89
	-	-	-	**100,89**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5912	-	-	-	-	-	-	**100,89**	**100,89**
Fonte de Recurso: 5917 - SIGTV INVESTIMENTO SUAS FNAS APAE								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
4 - INVESTIMENTOS				69,37			69,37	69,37
	-	-	-	**69,37**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5917	-	-	-	-	-	-	**69,37**	**69,37**
Fonte de Recurso: 5923 - TRANS. ESPECIAL EQU. AGRICULTURA PROPOSTA 019177-2022								
4 - INVESTIMENTOS				2,11			2,11	2,11
	-	-	-	**2,11**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5923	-	-	-	-	-	-	**2,11**	**2,11**
Fonte de Recurso: 5927 - PROCAD - SUAS CadUnico								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				6.047,69			6.047,69	6.047,69
4 - INVESTIMENTOS				5.000,00			5.000,00	5.000,00
Total da Fonte de Recurso 5927	-	-	-	**11.047,69**	-	-	**11.047,69**	**11.047,69**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5928 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - TRANSF. INSTITUIÇÕES PRIVADAS								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				7.535,63			7.535,63	7.535,63
4 - INVESTIMENTOS				163.050,00			163.050,00	163.050,00
Total da Fonte de Recurso 5928	-	-	-	**170.585,63**	-	-	**170.585,63**	**170.585,63**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5934 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SUAS) PAIFI/IDOSO/PROJOVEM/PETI								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				35.608,86			35.608,86	35.608,86
	-	-	-	**35.608,86**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5934	-	-	-	-	-	-	**35.608,86**	**35.608,86**
Fonte de Recurso: 5936 - COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS) IGDs								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				28,09			28,09	28,09
	-	-	-	**28,09**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5936	-	-	-	-	-	-	**28,09**	**28,09**
Fonte de Recurso: 5940 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO ÚNICO - BL GBF								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				78.981,98			78.981,98	78.981,98
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Total da Fonte de Recurso 5940	-	-	-	**78.981,98**	-	-	**78.981,98**	**78.981,98**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e AltaComplexidade								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2.572,76			2.572,76	2.572,76
	-	-	-	**2.572,76**	-	-		
Total da Fonte de Recurso 5941	-	-	-	-	-	-	**2.572,76**	**2.572,76**
Fonte de Recurso: 5942 - FES/PR TRANSPORTE SANITÁRIO SESA 767/2022								
4 - INVESTIMENTOS				178.147,37			178.147,37	178.147,37
	-	-	-	**178.147,37**	-	-		

Total da Fonte de Recurso 5942	-	-	-	-	-	-	**178.147,37**	**178.147,37**
Fonte de Recurso: 5944 - INC CENTRO CONVIVENCIA DELIB.15/2022 CEDIPR - CAPITAL								
4 - INVESTIMENTOS	-	-	-	1.704,50 **1.704,50**	-	-	1.704,50	1.704,50
Total da Fonte de Recurso 5944	-	-	-	-	-	-	**1.704,50**	**1.704,50**
Fonte de Recurso: 5945 - INC CENTRO CONVIVENCIA DELIB.15/2022 CEDIPR - CUSTEIO								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	4.460,75 **4.460,75**	-	-	4.460,75	4.460,75
Total da Fonte de Recurso 5945	-	-	-	-	-	-	**4.460,75**	**4.460,75**
Fonte de Recurso: 5946 - INC PRIM INFÂNCIA DELIBERAÇÃO 47/2022 CEDCA/PR								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	5.612,72 **5.612,72**	-	-	5.612,72	5.612,72
Total da Fonte de Recurso 5946	-	-	-	-	-	-	**5.612,72**	**5.612,72**
Fonte de Recurso: 5948 - Recursos Educação - Recursos não vinculados da compensação de impostos								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	56,10 **56,10**	-	-	56,10	56,10
Total da Fonte de Recurso 5948	-	-	-	-	-	-	**56,10**	**56,10**

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 5955 - FEAS - FDPI - DELIB. 019/2023-CEDI/PR								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				10.656,62			10.656,62	10.656,62
Total da Fonte de Recurso 5955	-	-	-	**10.656,62**	-	-	**10.656,62**	**10.656,62**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5957 - TRSNF. ESPECIAL INVEST. DEP. GIACOBO 2023								
4 - INVESTIMENTOS				8,18			8,18	8,18
Total da Fonte de Recurso 5957	-	-	-	**8,18**	-	-	**8,18**	**8,18**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5958 - PR VIAJA MAIS 60								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				23.832,23			23.832,23	23.832,23
Total da Fonte de Recurso 5958	-	-	-	**23.832,23**	-	-	**23.832,23**	**23.832,23**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5960 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social - ECA/FMDCA Deliberação 078/2022-Higiene Íntima Criança/Adolescente								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				140,63			140,63	140,63
Total da Fonte de Recurso 5960	-	-	-	**140,63**	-	-	**140,63**	**140,63**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5961 - Transferencia Especial - Emenda Parlamentar:202419680009-Giacobo								
4 - INVESTIMENTOS				27.274,42			27.274,42	27.274,42
Total da Fonte de Recurso 5961	-	-	-	**27.274,42**	-	-		**27.274,42**
	-	-	-	-	-	-	**27.274,42**	
Fonte de Recurso: 5962 - SEAB - CALÇAMENTO RAMPA MUNICIPAL								
4 - INVESTIMENTOS				11.028,56			11.028,56	11.028,56
Total da Fonte de Recurso 5962	-	-	-	**11.028,56**	-	-	**11.028,56**	**11.028,56**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5964 - ASSIST. SOCIAL - EMENDA PARLAMENTAR n 20380018 - FLAVIO ARNS.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				81.323,14			81.323,14	81.323,14
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Total da Fonte de Recurso 5964	-	-	-	**81.323,14**	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**81.323,14**	**81.323,14**
Fonte de Recurso: 5968 - FAEC-Fundo de Ações Estratégicas e Compesação-SESA-SUS								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				254,77			254,77	254,77
Total da Fonte de Recurso 5968	-	-	-	**254,77**	-	-	**254,77**	**254,77**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5969 - Inc. do Piso da Atenção Primária-PAP-Emenda Individual 30410006-Dep. Fed. Aliel Machado								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				3.361,57			3.361,57	3.361,57
Total da Fonte de Recurso 5969	-	-	-	**3.361,57**	-	-	**3.361,57**	**3.361,57**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5970 - Incremento do Piso de Atenção Primária - PAP Emenda Individual 30410006 - Dep Aliel Machado								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.548,31			1.548,31	1.548,31
Total da Fonte de Recurso 5970	-	-	-	**1.548,31**	-	-	**1.548,31**	**1.548,31**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5971 - SEAB CV - IMPLEMENTAÇÃO DO PROG ESTRADAS RURAIS - CONVÊNIO - 084/2025.								
4 - INVESTIMENTOS				12.414,48			12.414,48	12.414,48
Total da Fonte de Recurso 5971	-	-	-	**12.414,48**	-	-	**12.414,48**	**12.414,48**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5973 - IMCREMENTO TEMP. DA ATENÇÃO PRIM A SAÚDE - PAP-DEP FED ALIEL MACHADO /30410014-INDIVIDUAL 36000657792/2025.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				172.630,77			172.630,77	172.630,77
Total da Fonte de Recurso 5973	-	-	-	**172.630,77**	-	-	**172.630,77**	**172.630,77**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5974 - INCREMENTO TEMP. DA ATENÇÃO PRIM A SAÚDE - PAP-DEP FED GLEISI HOFFMANN /40110001-INDIVIDUAL 36000657857/2025.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				101.532,99			101.532,99	101.532,99
Total da Fonte de Recurso 5974	-	-	-	**101.532,99**	-	-	**101.532,99**	**101.532,99**
	-	-	-	-	-	-		

Grupo de Despesa	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada						Total Cronograma Desembolso	Fixação Atualizada
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho		
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
Fonte de Recurso: 5975 - -SEPCA/PR - Fortalecimento em Âmbito Municipal do Sistema Estadual da Política da Criança e do Adolecente - DELIBERAÇÃO N 013/2025 - CEDCA/PR.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				165.224,75			165.224,75	165.224,75
4 - INVESTIMENTOS				195.000,00			195.000,00	195.000,00
Total da Fonte de Recurso 5975	-	-	-	**360.224,75**	-	-	**360.224,75**	**360.224,75**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5977 - INCREMENTO TEMP. DA ATENÇÃO PRIMARIA A SAUDE-PAP SEN FLAVIO ARNS/60060003 PROPOSTA 36000698282/2025-00								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				163.464,46			163.464,46	163.464,46
Total da Fonte de Recurso 5977	-	-	-	**163.464,46**	-	-	**163.464,46**	**163.464,46**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5979 - FNAS CUSTEIO APAE Beto Richa/43140004 - Individual								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				102.519,02			102.519,02	102.519,02
Total da Fonte de Recurso 5979	-	-	-	**102.519,02**	-	-	**102.519,02**	**102.519,02**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5981 - Transferencia Especial - Emenda Parlamentar: 202545000010-Welter								
4 - INVESTIMENTOS				20.300,00			20.300,00	20.300,00
Total da Fonte de Recurso 5981	-	-	-	**20.300,00**	-	-	**20.300,00**	**20.300,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5982 - Transferencia Especial - Emenda Parlamentar: 202537020015-Leandre								
4 - INVESTIMENTOS				259.109,69			259.109,69	259.109,69
Total da Fonte de Recurso 5982	-	-	-	**259.109,69**	-	-	**259.109,69**	**259.109,69**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5983 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - FEDERAL								
4 - INVESTIMENTOS				6.078,91			6.078,91	6.078,91
Total da Fonte de Recurso 5983	-	-	-	**6.078,91**	-	-	**6.078,91**	**6.078,91**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5984 - UNIDADES HABITACIONAIS - TERMO DE COMPROMISSO n 983416/2025/MCIDADES/CAIXA - OPERAÇAO 1104105-49.								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
4 - INVESTIMENTOS				229.126,29			229.126,29	229.126,29
Total da Fonte de Recurso 5984	-	-	-	**229.126,29**	-	-	**229.126,29**	**229.126,29**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5985 - Incremento Temp. da Atenção Primária a Saúde -PAP - DEP FED. BETO RICHA/43140002 - INDIVIDUAL 36000713304/2025-00								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				4.726,42			4.726,42	4.726,42
Total da Fonte de Recurso 5985	-	-	-	**4.726,42**	-	-	**4.726,42**	**4.726,42**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5986 - INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ - ENVELHECIMENTO ATIVO - DELIBERAÇÃO 049/2025/CEDIPI/PR.								
4 - INVESTIMENTOS				30.283,96			30.283,96	30.283,96
Total da Fonte de Recurso 5986	-	-	-	**30.283,96**	-	-	**30.283,96**	**30.283,96**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5987 - PROGRAMA ESTADUAL DE FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - PROAPS PARANÁ - RESOLUÇÃO SESA N 1572/2025.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				38.290,86			38.290,86	38.290,86
Total da Fonte de Recurso 5987	-	-	-	**38.290,86**	-	-	**38.290,86**	**38.290,86**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5989 - INCREMENTO TEMP. DA ATENÇÃO PRIM A SAÚDE - PAP-DEP FED ALIEL MACHADO /50410001- PROPOSTA 36000715837/2025-00.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				87.390,54			87.390,54	87.390,54
Total da Fonte de Recurso 5989	-	-	-	**87.390,54**	-	-	**87.390,54**	**87.390,54**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 51015 - Cessão Onerosa - Pre-Sal - Lei nº 13.885/2019								
4 - INVESTIMENTOS				2.387,64			2.387,64	2.387,64
Total da Fonte de Recurso 51015	-	-	-	**2.387,64**	-	-	**2.387,64**	**2.387,64**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 51045 - Outros Recursos não Vinculados								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				25.014,42			25.014,42	25.014,42
Total da Fonte de Recurso 51045	-	-	-	**25.014,42**	-	-	**25.014,42**	**25.014,42**
	-	-	-	-	-	-		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 51051 - Transferencia do Governo Federal Vencimentos dos ACS e dos ACE								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				61.708,59			61.708,59	61.708,59
Total da Fonte de Recurso 51051	-	-	-	**61.708,59**	-	-	**61.708,59**	**61.708,59**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 51053 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2,89			2,89	2,89
Total da Fonte de Recurso 51053	-	-	-	**2,89**	-	-	**2,89**	**2,89**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 51063 - Transf da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento a Cultura LEI/14.399/2022.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				430,80			430,80	430,80
Total da Fonte de Recurso 51063	-	-	-	**430,80**	-	-	**430,80**	**430,80**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 51064 - PISO ENFERMAGEM PR412665 FMS								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				4.206,60			4.206,60	4.206,60
Total da Fonte de Recurso 51064	-	-	-	**4.206,60**	-	-	**4.206,60**	**4.206,60**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 51072 - TRANSF. ITAIPU BINACIONAL - PROGRAMA MAIS QUE ENERGIA								
4 - INVESTIMENTOS				572.817,30			572.817,30	572.817,30

Total da Fonte de Recurso 51072	- -	- -	- -	**572.817,30** -	- -	- -	**572.817,30**	**572.817,30**
Fonte de Recurso: 51073 - AFM - Apoio Financeiro aos Muncípios Repartição de Receitas								
4 - INVESTIMENTOS				884,84			884,84	884,84
Total da Fonte de Recurso 51073	- - - -	- - - -	- - - -	**884,84 -** - -	- - - -	- - - -	**884,84**	**884,84**
Total da Unidade Gestora 0	**32.328.178,20** **3.551.013,61**	**3.551.013,61** **3.551.013,61**	**6.053.727,61** **3.551.013,61**	**9.896.528,49** **3.551.013,61**	**4.238.838,98** **3.551.013,61**	**7.591.738,18** **3.551.013,61**	**84.966.106,73**	**84.966.106,73**
Unidade Gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada** **Janeiro** **Julho**	**Fevereiro** **Agosto**	**Março** **Setembro**	**Abril** **Outubro**	**Maio** **Novembro**	**Junho** **Dezembro**	**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
Fonte de Recurso: 1 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	88.722,00 88.298,00	88.298,00 88.298,00	88.298,00 88.298,00	88.298,00 88.298,00	88.298,00 88.298,00	88.298,00 88.298,00	1.060.000,00	1.060.000,00
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.796,71 52.544,39	52.544,39 52.544,39	52.544,39 52.544,39	52.544,39 52.544,39	52.544,39 52.544,39	52.544,39 52.544,39	630.785,00	630.785,00
4 - INVESTIMENTOS	15.066,00 14.994,00	14.994,00 14.994,00	14.994,00 14.994,00	14.994,00 14.994,00	14.994,00 14.994,00	14.994,00 14.994,00	180.000,00	180.000,00
Total da Fonte de Recurso 1	**156.584,71** **155.836,39**	**155.836,39** **155.836,39**	**155.836,39** **155.836,39**	**155.836,39** **155.836,39**	**155.836,39** **155.836,39**	**155.836,39** **155.836,39**	**1.870.785,00**	**1.870.785,00**
Total da Unidade Gestora 1	**156.584,71** **155.836,39**	**155.836,39** **155.836,39**	**155.836,39** **155.836,39**	**155.836,39** **155.836,39**	**155.836,39** **155.836,39**	**155.836,39** **155.836,39**	**1.870.785,00**	**1.870.785,00**
TOTAL GERAL	**32.484.762,91** **3.706.850,00**	**3.706.850,00** **3.706.850,00**	**6.209.564,00** **3.706.850,00**	**10.052.364,88** **3.706.850,00**	**4.394.675,37** **3.706.850,00**	**7.747.574,57** **3.706.850,00**	**86.836.891,73**	**86.836.891,73**

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:55EF50ED

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 042/2026 DE: 29/06/2026 - ANEXO I RECEITA

Prefeitura Municipal de Sulina - PR
Programação Financeira da Receita Mensal
Junho/2026
DECRETO Nº° 042/2026 – Anexo I

R$ 1,00

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA MENSAL** **Jan** **Jul**	**Fev** **Ago**	**Mar** **Set**	**Abr** **Out**	**Mai** **Nov**	**Jun** **Dez**	**Total Programação Financeira**	**Previsão Atualizada 2026**
RECEITAS CORRENTES (A)	4.384.937,49 4.308.359,30	4.308.359,30 4.308.359,30	4.308.359,30 4.308.359,30	4.408.370,99 4.308.359,30	4.951.184,67 4.308.359,30	4.550.583,87 4.308.359,30	52.761.951,42	52.761.951,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	277.967,70 276.639,30	276.639,30 276.639,30	276.639,30 276.639,30	276.639,30 276.639,30	276.639,30 276.639,30	276.639,30 276.639,30	3.321.000,00	3.321.000,00
Impostos	251.183,70 249.983,30	249.983,30 249.983,30	249.983,30 249.983,30	249.983,30 249.983,30	249.983,30 249.983,30	249.983,30 249.983,30	3.001.000,00	3.001.000,00
Taxas	25.947,00 25.823,00	25.823,00 25.823,00	25.823,00 25.823,00	25.823,00 25.823,00	25.823,00 25.823,00	25.823,00 25.823,00	310.000,00	310.000,00
Contribuição de Melhoria	837,00 833,00	833,00 833,00	833,00 833,00	833,00 833,00	833,00 833,00	833,00 833,00	10.000,00	10.000,00
Contribuições	34.233,30 34.069,70	34.069,70 34.069,70	34.069,70 34.069,70	34.069,70 34.069,70	34.069,70 34.069,70	34.069,70 34.069,70	409.000,00	409.000,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	34.233,30 34.069,70	34.069,70 34.069,70	34.069,70 34.069,70	34.069,70 34.069,70	34.069,70 34.069,70	34.069,70 34.069,70	409.000,00	409.000,00
Receita Patrimonial	29.295,00 29.155,00	29.155,00 29.155,00	29.155,00 29.155,00	29.166,69 29.155,00	30.980,37 29.155,00	29.155,00 29.155,00	351.837,06	351.837,06
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.348,00 3.332,00	3.332,00 3.332,00	3.332,00 3.332,00	3.332,00 3.332,00	3.332,00 3.332,00	3.332,00 3.332,00	40.000,00	40.000,00
Valores Mobiliários	25.947,00 25.823,00	25.823,00 25.823,00	25.823,00 25.823,00	25.834,69 25.823,00	27.648,37 25.823,00	25.823,00 25.823,00	311.837,06	311.837,06
Receita Agropecuária	5.022,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	60.000,00	60.000,00
Receita Agropecuária	5.022,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	60.000,00	60.000,00
Receita de Serviços	5.022,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	60.000,00	60.000,00
Outros Serviços	5.022,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	4.998,00 4.998,00	60.000,00	60.000,00
Transferências Correntes	4.033.397,49 3.958.499,30	3.958.499,30 3.958.499,30	3.958.499,30 3.958.499,30	4.058.499,30 3.958.499,30	4.599.499,30 3.958.499,30	4.200.723,87 3.958.499,30	48.560.114,36	48.560.114,36
Transferências da União e de suas Entidades	2.733.117,99 2.664.433,80	2.664.433,80 2.664.433,80	2.664.433,80 2.664.433,80	2.764.433,80 2.664.433,80	3.305.433,80 2.664.433,80	2.906.658,37 2.664.433,80	33.025.114,36	33.025.114,36
Transfe. dos Estados, Distrito Federal e de suas Entidades	1.031.602,50 1.026.672,50	1.026.672,50 1.026.672,50	1.026.672,50 1.026.672,50	1.026.672,50 1.026.672,50	1.026.672,50 1.026.672,50	1.026.672,50 1.026.672,50	12.325.000,00	12.325.000,00
Transferências de Instituições Privadas	837,00 833,00	833,00 833,00	833,00 833,00	833,00 833,00	833,00 833,00	833,00 833,00	10.000,00	10.000,00
ESPECIFICAÇÃO	**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA MENSAL** **Jan** **Jul**	**Fev** **Ago**	**Mar** **Set**	**Abr** **Out**	**Mai** **Nov**	**Jun** **Dez**	**Total Programação Financeira**	**Previsão Atualizada 2026**
Transferências de Outras Instituições Públicas	267.840,00 266.560,00	266.560,00 266.560,00	266.560,00 266.560,00	266.560,00 266.560,00	266.560,00 266.560,00	266.560,00 266.560,00	3.200.000,00	3.200.000,00
DEDUÇÕES (B)	-604.397,70 -601.509,30	-601.509,30 -601.509,30	-601.509,30 -601.509,30	-601.509,30 -601.509,30	-601.509,30 -601.509,30	-601.509,30 -601.509,30	-7.221.000,00	-7.221.000,00
RECEITAS CAPITAL (D)	28.704.223,12		2.502.714,00	1.000.000,00	45.000,00	3.798.500,00	36.050.437,12	36.050.437,12
RECEITA TOTAL (A-B+D)	32.484.762,91 3.706.850,00	3.706.850,00 3.706.850,00	6.209.564,00 3.706.850,00	4.806.861,69 3.706.850,00	4.394.675,37 3.706.850,00	7.747.574,57 3.706.850,00	81.591.388,54	81.591.388,54

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 29/Jun/2026, 07h e 58m.

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:7B030A3F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LEI N° 1255/2026 DE 26/06/2026 - PROGRAMAS E AÇÕES

Prefeitura Municipal de Sulina-PR			
LDO-2027-Alteração Legal 1			
Unidade Gestora: CONSOLIDADO		Metas das Ações Prog. Gov.	
Fundamento Legal: 1255 - Lei - Aprovada na Íntegra			
Programa / Ação		**Valores**	
		2027	**Total**
1-PROCESSO LEGISLATIVO		2.020.447,80	2.020.447,80
2.001.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS		2.020.447,80	2.020.447,80
2-DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		712.800,00	712.800,00
2.002.000-MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		712.800,00	712.800,00
3-ASSESSORAMENTO SUPERIOR		1.053.540,00	1.053.540,00
2.003.000-ASSESSORAMENTO SUPERIOR		738.936,00	738.936,00
2.004.000-MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO		314.604,00	314.604,00
4-DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS		4.897.492,20	4.897.492,20
2.005.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO		4.558.372,20	4.558.372,20
2.008.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO		339.120,00	339.120,00
5-ENCARGOS ESPECIAIS		1.950.696,00	1.950.696,00
0.001.000-Encargos Especiais		1.950.696,00	1.950.696,00
7-MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO		9.864.612,00	9.864.612,00
2.009.000-MERENDA ESCOLAR		237.600,00	237.600,00
2.010.000-MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		2.764.368,00	2.764.368,00
2.011.000-TRANSPORTE ESCOLAR		1.916.244,00	1.916.244,00
2.012.000-MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		1.192.320,00	1.192.320,00
2.017.000-FUNDEB		3.054.240,00	3.054.240,00
2.018.000-FUNDEB - Manutenção Ensino Infantil		511.920,00	511.920,00
2.058.000-FUNDEB Educação Tempo Integral - ETI		187.920,00	187.920,00
9-PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES HISTÓRICAS E CULTURAIS		1.086.480,00	1.086.480,00
2.015.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS		1.086.480,00	1.086.480,00
10-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESPORTO E LAZER		820.800,00	820.800,00
2.016.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESPORTO E LAZER		820.800,00	820.800,00
13-FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		644.760,00	644.760,00
6.001.000-CONSELHO TUTELAR		357.480,00	357.480,00
6.002.000-FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		114.480,00	114.480,00
6.003.000-MENOR APRENDIZ		86.400,00	86.400,00
6.004.000-Programa Primeira Infância		86.400,00	86.400,00
14-DEFESA E PROMOÇÃO DO IDOSO		191.592,00	191.592,00
2.021.000-ATENÇÃO A PESSOA IDOSA		191.592,00	191.592,00
15-ATENÇÃO AO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS		70.200,00	70.200,00
2.022.000-ATENÇÃO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA		70.200,00	70.200,00
16-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.803.600,00	1.803.600,00
2.019.000-DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS		524.880,00	524.880,00
2.023.000-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.278.720,00	1.278.720,00
17-Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde.		507.600,00	507.600,00
2.028.000-MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		507.600,00	507.600,00
18-SAÚDE PARA O BEM DE TODOS		10.709.496,00	10.709.496,00
2.029.000-Atenção Primária em Saúde		6.300.936,00	6.300.936,00
2.034.000-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIA DO SUDOESTE DO PARANÁ - CIRUSPAR		140.400,00	140.400,00
2.052.000-Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS		3.726.000,00	3.726.000,00
2.056.000-REDE DE URGENCIA E EMERGENCIA		401.760,00	401.760,00
2.057.000-CONSORCIO PARANÁ SAÚDE		140.400,00	140.400,00
19-VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA		54.000,00	54.000,00
2.035.000-VIGILÂNCIA SANITÁRIA		27.000,00	27.000,00
2.036.000-VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		27.000,00	27.000,00
20-SANEAMENTO BÁSICO URBANO E RURAL		837.000,00	837.000,00
2.038.000-SANEAMENTO BÁSICO URBANO E RURAL		837.000,00	837.000,00
21-ESTRADAS VICINAIS		5.990.004,00	5.990.004,00
1.001.000-PAVIMENTAÇÃO RURAL		163.080,00	163.080,00
2.039.000-MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		5.826.924,00	5.826.924,00
22-MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS		2.118.960,00	2.118.960,00
1.002.000-PAVIMENTAÇÃO URBANA		119.880,00	119.880,00
1.003.000-AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		129.600,00	129.600,00
2.040.000-MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS		1.869.480,00	1.869.480,00
23-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA		1.616.760,00	1.616.760,00
2.041.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA		1.400.760,00	1.400.760,00
2.043.000-MEIO AMBIENTE		216.000,00	216.000,00
25-DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E TURÍSTICO		677.160,00	677.160,00
2.044.000-DESENVOLVIMENTO COMERCIAL		594.000,00	594.000,00
2.045.000-DESENVOLVIMENTO TURISTICO		83.160,00	83.160,00
28-AUXILIO A ESTUDANTES		270.000,00	270.000,00
2.055.000-AUXÍLIO A ESTUDANTES		270.000,00	270.000,00
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA		162.000,00	162.000,00
2.999.000-RESERVA DE CONTINGÊNCIA		162.000,00	162.000,00
TOTAL DA LDO		48.060.000,00	48.060.000,00
MICHELI HOFFMANN	***JACKSON ROBERTO SCHNEIDER***	***GILBERTO JOÃO ROSSI***	
Coordenadora UCI	PR-052990/O-0	Prefeito Municipal	
Dados Aprovados pelo Legislativo			
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 26/Jun/2026, 13h e 58m.			

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:54174C49

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LEI N° 1255/2026 DE 26/06/2026 - PROPOSTA DE PROGRAMA SETORIAL

Prefeitura Municipal de Sulina-PR				
LDO 2027 - 2027 - Alteração Legal 1				
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações				
Dados Aprovados pelo Legislativo				
Exercício: 2027				
Situação: Aprovada na Íntegra	**Fundamento Legal: 1255**	**Data: 26/06/2026**	**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO				
Unidade Responsável:	01.01 - LEGISLATIVO MUNICIPAL			
Programa:	1 - PROCESSO LEGISLATIVO		**Tipo:**	Apoio Administrativo
Objetivo:	Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo, legislar e fiscalizar os atos administrativos.			
Função: 1-Legislativa	Subfunção: 31-Ação Legislativa			
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	Atividade	Apoio Administrativo	Un	2.020.447,80
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manutenção das Atividades Legislativas - Aprovação e apreciação de Leis, fiscalização e acompanhamento dos Atos Administrativos			
Metas Físicas / Análise Acumulativa				
Total				
1,00				
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			**2.020.447,80**	
Unidade Responsável:	02.01 - GABINETE DO PREFEITO			
Programa:	2 - DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		**Tipo:**	Apoio Administrativo
Objetivo:	Manutenção do Gabinete do Prefeito, com atendimento à população e agendamentos do Poder Executivo, implementando a diretriz de cidade global, com governo aberto e transparente, que dialoga com seus cidadãos.			
Função: 4-Administração	Subfunção: 122-Administração Geral			
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Atividade	Apoio Administrativo	Un	712.800,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Execução da gestao administrativa plena, primando pela qualidade do serviço público prestado a população, buscando eficiencia e eficácia nos atos praticados.			
Metas Físicas / Análise Acumulativa				
Total				
1,00				
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**712.800,00**
Unidade Responsável:	02.02 - ASSESSORAMENTO SUPERIOR			
Programa:	3 - ASSESSORAMENTO SUPERIOR		**Tipo:**	Apoio Administrativo
Objetivo:	Proporcionar assessoramento superior adequado, com suporte jurídico e de planejamento ao Poder Executivo Municipal.			
Função: 4-Administração	Subfunção: 122-Administração Geral			
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.003 - ASSESSORAMENTO SUPERIOR	Atividade	Apoio Administrativo	Un	738.936,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Assessoramento Superior - Dar Suporte Jurídico e de Planejamento ao Peder Executivo Municipal, manter as atividades pertinentes ao serviço de Assessoramento.			
Metas Físicas / Análise Acumulativa				
Total				
1,00				
Situação: Aprovada na Íntegra	**Fundamento Legal: 1255**	**Data: 26/06/2026**	**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO				
Função: 4-Administração	Subfunção: 124-Controle Interno			
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.004 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	Atividade	Apoio Administrativo	Un	314.604,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Desenvolver atividades atinentes ao acompanhamento, monitoramento e controle interno da Administração Municipal			
Metas Físicas / Análise Acumulativa				
Total				
1,00				
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**1.053.540,00**
Unidade Responsável:	03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Programa:	4 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS		**Tipo:**	Apoio Administrativo
Objetivo:	Desenvolvimento de cultura institucional voltada para a gestão de resultados, eficiência da alocação de recursos públicos, sustentabilidade fiscal e a busca de melhoria para a tomada do setor público		de decisões, objetivando a eficiência da ação	
Função: 4-Administração	Subfunção: 122-Administração Geral			
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAADMINISTRAÇÃO	Atividade	Apoio Administrativo	Un	4.558.372,20
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Melhorar a eficiência administrativa, financeira, tributária e orçamentária. Atingir o maior número possível de participantes nas audiências públicas. Melhorar a capacidade técnica e profissional dos servidores, controlar os limites de gastos para atender a legislação, Manter o controle dos atos de pessoal, do patrimônio público e dos serviços gerais da administração produzindo informações gerenciais para a tomada de decisão responsável, participativa e representativa.			
Metas Físicas / Análise Acumulativa				
Total				
1,00				
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**4.558.372,20**
Programa:	5 - ENCARGOS ESPECIAIS		**Tipo:**Operações Especiais	
Objetivo:	Atender as despesas públicas não estão relacionadas a nenhuma área de atuação do Governo.			
Função: 28-Encargos Especiais	Subfunção: 846-Outros Encargos Especiais			
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
0.001 - Encargos Especiais	Op. Especial	Outros Produtos	Un	1.950.696,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Atender as despesas que não estão relacionadas a nenhuma área específica de atuação do governo.			
Metas Físicas / Análise Acumulativa				
Total				
1,00				
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**1.950.696,00**

Programa:	9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**Tipo:**	Apoio Administrativo
Objetivo:	Atender a possíveis passívos contingentes.			
Situação: Aprovada na Íntegra	**Fundamento Legal: 1255**	**Data: 26/06/2026**	**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO				
Função: 99-Reservas	Subfunção: 999-Reserva de Contingência			
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Atividade	Unidade	Un	162.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Metas Físicas / Análise Acumulativa				
Total				
1,00				
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**162.000,00**
Unidade Responsável:	04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO			
Programa:	7 - MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO		**Tipo:**Finalístico	
Objetivo:	Fomentar, incentivar e sanar as dificuldade de aprendizado em parceria com o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizado do Governo Federal, Ofertar aulas de musicalização em todas as turma de Ensino Fundamental. Trabalhar o material disponibilizado pela Estado no Programa Educa Juntos em todas as turmas do Ensino Fundamental. Ampliar a oferta da Jornada Ampliada para todas as turmas do Ensino Fundamental. Fomentar e ampliar a oferta de merenda escolar adquirindo mais produtos da agricultura familiar. Ampliar a oferta na Educação Infantil junto ao CMEI. Ofertar Jornada Ampliada para alunos de 04 e 05 anos. Incentivar e proporcionar condições de cursos de aperfeiçoamento profissional para todos os servidores da educação. Fortalecer o corpo docente com a contratação de novos profissionais. Revisitar o Plano de carreira do Magistério Municipal. Premiação aos profissionais da Educação com bons resultados nas avaliações externas (IDEB) Construção de uma creche no municipio para atender crianças de 06 meses a 02 anos. Melhorar a infra estrutura das escolas do municipio, com reformas, ampliações e/ou construção de novos ambientes necessários ao bom atendimento da demanda. Aquisição e/ou substituição de equipamentos, quando necessário. Construção de uma quadra de areia próximo da escola municipal. Ampliar e melhorar o transporte escolar com aquisição de novos veículos.			
Função: 12-Educação	Subfunção: 306-Alimentação e Nutrição			
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.009 - MERENDA ESCOLAR	Atividade	Alunos Atendidos	Pessoas	237.600,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Garantir o fornecimento de alimentação escolar saudável, nutritiva e adequada para todos os alunos da educação básica, com o intuito de promover a saúde, melhorar o desempenho escolar e contribuir para a redução das desigualdades sociais, assegurando que a alimentação não seja um obstáculo para a frequência e o aprendizado dos estudantes.			
Metas Físicas / Análise Acumulativa				
Total				
1,00				
Função: 12-Educação	Subfunção: 361-Ensino Fundamental			
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Atividade	Alunos Atendidos	Pessoas	2.764.368,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Envolver os alunos nas diversas atividades realizado durante o ano dentro e fora da escola de cunho pedagogico e de socialização. Sanar as dificuldade dos discentes por meio de projetos e atendimento em contra-turno escolar (Jornada Ampliada). Sanar as defazagens de aprendizad, promovendo atendimento individualizado com os alunos que necessitarem. Realizar atendimentos com os diversos profissionais que fazem parte da rede. Elaborar plano de recomposição das aprendizagens.			
Metas Físicas / Análise Acumulativa				
Total				
215,00				
Função: 12-Educação	Subfunção: 361-Ensino Fundamental			
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.011 - TRANSPORTE ESCOLAR	Atividade	Alunos Atendidos	Pessoas	1.916.244,00
Situação: Aprovada na Íntegra	**Fundamento Legal: 1255**	**Data: 26/06/2026**	**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO				
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Garantir o acesso de alunos residentes em áreas rurais ou de difícil acesso à educação básica, por meio do transporte escolar seguro e eficiente. O objetivo é proporcionar a equidade no acesso à educação, permitindo que os alunos possam frequentar as aulas regularmente, independentemente de sua localização geográfica. Substituição da frota municipal conforme a necessidade.			
Metas Físicas / Análise Acumulativa				
Total				
1,00				
Função: 12-Educação	Subfunção: 365-Educação Infantil			
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	Atividade	Alunos Atendidos	Pessoas	1.192.320,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Promover meios de interação onde a criança desenvolva sua capacidade de ser independente, melhorando a auto estima e suas possibilidades de comunicação. Disponibilizar aos educandos da Educação Infantil materias didatico e pedagogicos que atendem as necessidas básica de aprendizado. Adqirir equipamentes e utenssilios que proporcione conforto e gerem segurança aos educandos. Melhorar a infraestrutura da unidade escolar. Garantir o acesso universal e de qualidade à Educação Infantil, assegurando que todas as crianças tenham a oportunidade de iniciar o seu percurso educacional de forma adequada, com foco na primeira infância, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos, em consonância com os direitos fundamentais da criança à educação			
Metas Físicas / Análise Acumulativa				
Total				
161,00				
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**6.110.532,00**
Unidade Responsável:	04.02 - DEPARTAMENTO DE CULTURA			
Programa:	9 - PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES HISTÓRICAS E CULTURAIS		**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Ampliar as atividades culturais do município, atingindo o maior número de pessoas e promovendo nossa cultura local. Realizar e fortalecer eventos em datas como Emancipação Política e Administrativa Municipal, Festa do Colono e Motorista, Festividades e Feira da Páscoa e Natal e Oktoberfest. Reativar a Banda Municipal, fortalecer a fanfarra e o coral, com aquisição de novos instrumentos musicais. Implementar aulas de canto e instrumentos nas escolas. Ampliar o "FEMUCAN" e criar um festival regional para incentivar nossos intérpretes, com apoio dos municípios vizinhos. Oferecer aulas de danças típicas, como danças germânicas, gauchescas e balé. Realizar aulas teatrais, reformando o auditório para palestras, reuniões aulas de teatro e atividades culturais. Utilizar o espaço para aulas de instrumentos e ensaios do coral. Manutenção do Centro de Eventos e demais locais que são utilizados para atrações culturais, fortalecer a biblioteca e preservar o acervo histórico no Casarão. Continuar e fortalecer a "Noite da Família" com apresentações e espetáculos, reforçar a "Noite Cultural" anual com as instituições de ensino locais e vizinhas. Criar um festival para crianças das escolas municipais.			
Função: 13-Cultura	Subfunção: 392-Difusão Cultural			
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.015 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	Atividade	Outros Produtos	Un	1.086.480,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Criar e implementar espaços de expressão cultural, estimulando o talento local desde a infância, e fortalecer eventos que envolvem diferentes gerações e comunidades.			
Metas Físicas / Análise Acumulativa				
Total				
1,00				
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**1.086.480,00**
Unidade Responsável:	04.03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES			
Programa:	10 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESPORTO E LAZER		**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Estimular a prática esportiva; desenvolver o espírito competitivo e a integração entre os praticantes e entre os moradores das diversas comunidades do município; descobrir novos talentos; ocupar crianças, adolescentes e jovens, através da ampliação do opções e incentivo à prática de atividades esportivas; estimular crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos à prática das mais diversas modalidades, condizentes às capacidades individuais, promovendo saúde e qualidade de vida. Construção, ampliação e/ou adaptação de espaços esportivos.			
Situação: Aprovada na Íntegra	**Fundamento Legal: 1255**	**Data: 26/06/2026**	**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO				
Função: 27-Desporto e Lazer	Subfunção: 813-Lazer			
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESPORTO E LAZER	Atividade	Outros Produtos	Un	820.800,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Estimular a prática esportiva , desenvolver o espírito competitivo e a integração entre os participantes e as diversas comunidades, descobrir novos talentos. Ampliar e oferta de atividades e modalidades esportivas e de lazer.			

Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**820.800,00**
Unidade Responsável:	04.04 - FUNDEB				
Programa:	7 - MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Fomentar, incentivar e sanar as dificuldade de aprendizado em parceria com o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizado do Governo Federal, Ofertar aulas de musicalização em todas as turma de Ensino Fundamental. Trabalhar o material disponibilizado pela Estado no Programa Educa Juntos em todas as turmas do Ensino Fundamental. Ampliar a oferta da Jornada Ampliada para todas as turmas do Ensino Fundamental. Fomentar e ampliar a oferta de merenda escolar adquirindo mais produtos da agricultura familiar. Ampliar a oferta na Educação Infantil junto ao CMEI. Ofertar Jornada Ampliada para alunos de 04 e 05 anos. Incentivar e proporcionar condições de cursos de aperfeiçoamento profissional para todos os servidores da educação. Fortalecer o corpo docente com a contratação de novos profissionais. Revisitar o Plano de carreira do Magistério Municipal. Premiação aos profissionais da Educação com bons resultados nas avaliações externas (IDEB) Construção de uma creche no municipio para atender crianças de 06 meses a 02 anos. Melhorar a infra estrutura das escolas do municipio, com reformas, ampliações e/ou construção de novos ambientes necessários ao bom atendimento da demanda. Aquisição e/ou substituição de equipamentos, quando necessário. Construção de uma quadra de areia próximo da escola municipal. Ampliar e melhorar o transporte escolar com aquisição de novos veículos.				
Função: 12-Educação	Subfunção: 361-Ensino Fundamental				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.017 - FUNDEB		Atividade	Alunos Atendidos	Pessoas	2.838.240,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter o FUNDEB com detalhamento das ações para o Ensino Fundamental. O objetivo da ação é garantir a redistribuição de recursos financeiros para a educação básica, promovendo a redução das desigualdades educacionais entre as regiões do país. Por meio do Fundeb, visa-se assegurar o acesso à educação de qualidade para todos os estudantes, com foco em garantir oportunidades mais justas para aqueles que se encontram em contextos de maior vulnerabilidade social e econômica. Fortalecer a Gestão Educacional. Ampliar o convênio com as escolas de Educação Especial.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
215,00					
Função: 12-Educação	Subfunção: 361-Ensino Fundamental				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.058 - FUNDEB Educação Tempo Integral - ETI		Atividade	Alunos Atendidos	Pessoas	187.920,00
Situação: Nova	Objetivo da Ação: Financiar a expansão e manutenção de matrículas em tempo integral na educação básica, garantindo recursos para ampliar a jornada escolar				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
120,00					
Função: 12-Educação	Subfunção: 365-Educação Infantil				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.018 - FUNDEB - Manutenção Ensino Infantil		Atividade	Alunos Atendidos	Pessoas	511.920,00
Situação: Aprovada na Íntegra	**Fundamento Legal: 1255**	**Data: 26/06/2026**		**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO					
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: O objetivo da ação é garantir a redistribuição de recursos financeiros para a educação básica, promovendo a redução das desigualdades educacionais entre as regiões do país. Por meio do Fundeb, visa-se assegurar o acesso à educação de qualidade para todos os estudantes, com foco em garantir oportunidades mais justas para aqueles que se encontram em contextos de maior vulnerabilidade social e econômica. Garantir o acesso universal e de qualidade à Educação Infantil, assegurando que todas as crianças tenham a oportunidade de iniciar o seu percurso educacional de forma adequada, com foco na primeira infância, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos, em consonância com os direitos fundamentais da criança à educação.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
161,00					
Função: 12-Educação	Subfunção: 367-Educação Especial				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.017 - FUNDEB		Atividade	Alunos Atendidos	Pessoas	216.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter o FUNDEB com detalhamento das ações para o Ensino Fundamental. O objetivo da ação é garantir a redistribuição de recursos financeiros para a educação básica, promovendo a redução das desigualdades educacionais entre as regiões do país. Por meio do Fundeb, visa-se assegurar o acesso à educação de qualidade para todos os estudantes, com foco em garantir oportunidades mais justas para aqueles que se encontram em contextos de maior vulnerabilidade social e econômica. Fortalecer a Gestão Educacional. Ampliar o convênio com as escolas de Educação Especial.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**3.754.080,00**
Unidade Responsável:	05.01 - DEPARTAMENTO DO FMAS				
Programa:	15 - ATENÇÃO AO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Promover e garantir a oferta de ações de inclusão social e convivência social de pessoas com deficiências, com o resgate da cidadania e espaço na família e na sociedade. Manutenção das atividades/ações de atendimentos e fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.				
Função: 8-Assistência Social	Subfunção: 242-Assistência à Pessoa com Deficiência				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.022 - ATENÇÃO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA		Atividade	Pessoas Atendidas	Pessoas	70.200,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Promover a valorização e o respeito à Pessoa com Deficiência, assegurando os direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia, inclusão social e participação efetiva na sociedade, por meio de ações de prevenção de deficiências, habiliitação e reabilitação, equiparação de oportunidades e proteção social.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**70.200,00**
Programa:	16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.				
Função: 8-Assistência Social	Subfunção: 244-Assistência Comunitária				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.019 - DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS		Atividade	Apoio Administrativo	Un	524.880,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS				
Situação: Aprovada na	**Íntegra**	**Fundamento Legal: 1255**	**Data: 26/06/2026**	**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO					
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
Função: 8-Assistência Social	Subfunção: 245-Serviços Socioassistenciais				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.023 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		Atividade	Pessoas Atendidas	Pessoas	1.278.720,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter as atividades do Fundo Municipal de Assistência Social, que é composto por um conjunto integrado de programas e serviços executados diretamente pela Secretaria Municipal de Promoção Social e/ou em parceria com entidades conveniadas que compõem de maneira integrada e articulada a rede de serviços de assistência social do município, pública e privada. A Proteção Social Básica consiste em prevenir situações de risco, desenvolvendo potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Aprimorar a gestão do SUAS com ações articuladas com o Bolsa Família, em parceria com as políticas públicas de saúde e de educação; fortalecimento do Conselho de Assistência Social, implantação da vigilância socioassistencial e organização da rede de serviços.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
100,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**1.803.600,00**
Programa:	28 - AUXILIO A ESTUDANTES			**Tipo:**	Apoio Administrativo

Objetivo:	AUXILIO A ESTUDANTES				
Função: 8-Assistência Social	Subfunção: 245-Serviços Socioassistenciais				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.055 - AUXÍLIO A ESTUDANTES		Atividade	Pessoas Atendidas	Pessoas	270.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: AUXÍLIO A ESTUDANTES				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
80,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**270.000,00**
Unidade Responsável:	05.02 - DEPARTAMENTO DO FMDCA				
Programa:	13 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Assegurar as estruturas de manutenção e implementação de órgãos de garantia de direitos como o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Programa Menor Aprendiz, Casa Lar e Familia Acolhedora; Fortalecer e articular as atividades da Rede de Proteção e atendimento a criança e ao adolescente no município de Sulina. Fortalecimento Do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.				
Função: 8-Assistência Social	Subfunção: 243-Assistência à Criança e ao Adolescente				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
6.001 - CONSELHO TUTELAR		Atividade	Pessoas Atendidas	Pessoas	357.480,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar.				
Situação: Aprovada na Íntegra	**Fundamento Legal: 1255**	**Data: 26/06/2026**		**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO					
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
Função: 8-Assistência Social	Subfunção: 243-Assistência à Criança e ao Adolescente				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
6.002 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		Atividade	Outros Produtos	Un	114.480,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Assegurar estruturas de manutenção do órgão, desenvolver atividades da rede de proteção e atendimento a criança e adolescente em consonância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na cobertura de direitos e fortalecimento do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
Função: 8-Assistência Social	Subfunção: 243-Assistência à Criança e ao Adolescente				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
6.003 - MENOR APRENDIZ		Atividade	Pessoas	Pessoas	86.400,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Contribuir com a formação técnico-profissional, possibilitar novas leituras de mundo, tomada de decisões e intervenções positivas na sociedade.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
Função: 8-Assistência Social	Subfunção: 243-Assistência à Criança e ao Adolescente				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
6.004 - Programa Primeira Infância		Atividade	Crianças Atendidas	Pessoas	86.400,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Propor uma política de promoção e defesa dos direitos fundamentais da criança de zero até os seis anos de idade por meio de ações articuladas.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
335,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**644.760,00**
Unidade Responsável:	05.03 - DEPARTAMENTO DE FMDPI				
Programa:	14 - DEFESA E PROMOÇÃO DO IDOSO			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Garantir e promover o acesso de idosos aos direitos sociais, como forma de estimular o alcance da cidadania e promoção social.				
Função: 8-Assistência Social	Subfunção: 241-Assistência à Pessoa Idosa				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.021 - ATENÇÃO A PESSOA IDOSA		Atividade	Idosos Atendidos	Pessoas	191.592,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: ATENÇÃO A PESSOA IDOSA				
Situação: Aprovada na Íntegra	**Fundamento Legal: 1255**	**Data: 26/06/2026**		**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO					
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**191.592,00**
Unidade Responsável:	06.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO				
Programa:	17 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde.			**Tipo:**	Apoio Administrativo
Objetivo:	Manter as unidades de saúde do município íntegras e operacionais, visando atender com qualidade a população sulinense.				
Função: 10-Saúde	Subfunção: 122-Administração Geral				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.028 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		Atividade	Apoio Administrativo	Un	507.600,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Garantir e organizar os serviços e Sistemas de Saúde, de modo a melhorar a qualidade dos cuidados prestados aos pacientes.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**507.600,00**
Unidade Responsável:	06.02 - DEP DE PRONTO ATENDIM E SAÚDE PREVENTIVA				
Programa:	18 - SAÚDE PARA O BEM DE TODOS			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Possibilitar o acesso direto da população as ações e serviços públicos de saúde, através da rede própria, contratada ou conveniada, por meio da gestão decentralizada com os desenvolvimentos de equipes do programa saúde da família.				
Função: 10-Saúde	Subfunção: 301-Atenção Básica				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.029 - Atenção Primária em Saúde		Atividade	Pacientes Atendidos	Pessoas	6.300.936,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades, garantindo o acesso a população aos serviços de uma forma mais rápida e efetiva, bem como a maior abrangência dos serviços de saúde.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
100,00					

Função: 10-Saúde	Subfunção: 302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.034 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIA DO SUDOESTE DO PARANÁ - CIRUSPAR		Atividade	Cobertura Populacional	%	140.400,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manter convênio que tratem das ações e serviços na área de regulamentação de urgência e emergência, transporte de pacientes graves e atendimento pré-hospitalar móvel que estejam ligados a Política Nacional de Atenção as Urgências do SUS, entre outras ações de urgência e emergência na área da saúde				
Situação: Aprovada na Íntegra	**Fundamento Legal: 1255**	**Data: 26/06/2026**		**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO					
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
Função: 10-Saúde	Subfunção: 302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.052 - Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS		Atividade	Cobertura Populacional	%	3.726.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Exercer ações integradas entre o município e o CONINS visando a racialização, humanização, da equipe, atuando na promoção, prevenção e reabilitação da saúde da população.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
Função: 10-Saúde	Subfunção: 302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.056 - REDE DE URGENCIA E EMERGENCIA		Atividade	Cobertura Populacional	%	401.760,00
Situação: Nova	Objetivo da Ação: Garantir o acesso da população aos serviços de urgência e emergência garantindo um atendimento integro e unitário.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
Função: 10-Saúde	Subfunção: 302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.057 - CONSORCIO PARANÁ SAÚDE		Atividade	Pacientes Atendidos	Pessoas	140.400,00
Situação: Nova	Objetivo da Ação: Otimização e eficácia do sistema de distribuição no setor público e no desenvolvimento de iniciativas que possibilitem a redução nos preços dos produtos, viabilizando inclusive o acesso da população aos produtos do setor privado				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**10.709.496,00**
Unidade Responsável:	06.03 - DEP VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SANEAMENTO				
Programa:	19 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Investigar doenças infecciosas, sejam de casos isolados ou de surtos, constituindo ações fundamentais para realizar conjunto de medidas e controle, bem como atender as metas de promoção e prevenção a saúde, atingindo cobertura vacinal, realizando campanhas de conscientização, entre outros.				
Função: 10-Saúde	Subfunção: 304-Vigilância Sanitária				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.035 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA		Atividade	ESTABELECIMENTOS	Un	27.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Monitorar e fiscalizar o cumprimento das determinações das diversas legislações sanitárias, que normatizam e regulam toda produção ou prestação de serviços de interesse a saúde				
Situação: Aprovada na Íntegra	**Fundamento Legal: 1255**	**Data: 26/06/2026**		**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO					
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
Função: 10-Saúde	Subfunção: 305-Vigilância Epidemiológica				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.036 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		Atividade	NOTIFICAÇÕES SINAN	Un	27.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Investigar doenças infecciosas, sejam de casos isolados ou de surtos, constituindo ações fundamentais e imprevisíveis de qualquer conjunto de medidas e controle.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**54.000,00**
Unidade Responsável:	07.01 - DEP VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS				
Programa:	21 - ESTRADAS VICINAIS			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Recuperar, readequar, conservar e preservar as estradas vicinais, com a frota própria ou contratada, além da aquisição de equipamentos para melhorar as condições de transportes das pessoas, da produção agropecuária, dos insumos e outras mercadorias; Manutenção e construção de infraestrutura, pavimentação rural; Reestruturação do parque de máquinas, com aquisição de equipamentos. construção e conservação de pontes, bueiros e galerias, oferecendo trafegabilidade com segurança e conforto, fomentando e melhorando a eficácia do transporte rodoviário e a eficiência dos serviços públicos. Construção/reforma de pontos de ônibus.				
Função: 26-Transporte	Subfunção: 782-Transporte Rodoviário				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.001 - PAVIMENTAÇÃO RURAL		Projeto	Pavimentação de Vias	M	163.080,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Pavimentação de estradas rurais com pedras irregulares, recapeamento asfáltico ou pavimentação asfáltica.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
Função: 26-Transporte	Subfunção: 782-Transporte Rodoviário				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.039 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		Atividade	Restauração de Estradas Vicinais	m²	5.826.924,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manutenção e recuperação de estradas não pavimentadas com frota própria ou contratada, reestruturação do parque de máquinas com a aquisição de equipamentos, além da construção e/ou manutenção de pontos de ônibus.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**5.990.004,00**
Unidade Responsável:	07.02 - DEP OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
Situação: Aprovada na Íntegra	**Fundamento Legal: 1255**	**Data: 26/06/2026**		**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO					
Programa:	22 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Pavimentação de vias urbanas. Pavimentação de passeios públicos, em conformidade com a legislação municipal. Acessos a deficientes. Arborização e ajardinamentos. Aberturas de ruas. Sinalização horizontal e vertical de ruas, avenidas e locais públicos. Ampliação e melhoria com manutenção da iluminação pública; implantação de rota alternativa de tráfego com construção de nova ponte sobre o rio capivara Construção de uma ponte sobre o Rio Capivara, desviando o trânsito pesado do centro da cidade; Construção de Unidades Habitacionais. Construção, ampliação, manutenção/modernização de				

	bens públicos. Revitalização do Lago Municipal. Aquisição de Equipamentos, Construção de Pontos de ônibus e modernizar o sistema de transmissão de TV.				
Função: 15-Urbanismo	Subfunção: 452-Serviços Urbanos				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.002 - PAVIMENTAÇÃO URBANA		Projeto	Pavimentação de Vias	M	119.880,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Pavimentação de vias urbanas de acordo com as características do trafego.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
Função: 15-Urbanismo	Subfunção: 452-Serviços Urbanos				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
1.003 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		Projeto	Outros Produtos	Un	129.600,00
Situação: Nova	Objetivo da Ação: Ampliar a Rede de Iluminação Pública em ruas dos perímetros urbanos do Município				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
Função: 15-Urbanismo	Subfunção: 452-Serviços Urbanos				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.040 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS		Atividade	Outros Produtos	Un	1.869.480,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Garantir condições de trafegabilidade satisfatórias, com condições de rolamento e aderências das pistas que possa conferir comodidade e segurança no tráfego. Manter, melhorar e qualificar a oferta dos equipamentos e serviços públicos.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**2.118.960,00**
Unidade Responsável:	08.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA				
Programa:	23 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAAGRICULTURA			**Tipo:**	Apoio Administrativo
Objetivo:	Promoção da produção agropecuária e preservação do meio ambiente no Município, com prestação de assistência técnica qualificada, manutenção de máquinas e equipamentos que assistem Agricultores Familiares; incentivo ao acesso pelos agricultores a novas tecnologias e serviços; criação de atividades de apoio, treinamento de mão-de-obra e profissionalização rural; subsídio municipal para aquisição de insumos; realização de obras e serviços de infra-estrutura; estímulo a permanência das famílias no campo; incentivos às associações de agricultores; incentivos com fornecimentos de subsídios relativos a serviços de máquinas e combustível para realização de trabalhos nas propriedades rurais;entre outros.				
Função: 20-Agricultura	Subfunção: 608-Promoção da Produção Agropecuária				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
Situação: Aprovada na Íntegra	**Fundamento Legal: 1255**	**Data: 26/06/2026**		**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO					
2.041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA		Atividade	Outros Produtos	Un	1.400.760,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**1.400.760,00**
Unidade Responsável:	08.02 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE				
Programa:	20 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO E RURAL			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Manutenção das atividades de saneamento básico urbano e rural.				
Função: 17-Saneamento	Subfunção: 512-Saneamento Básico Urbano				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.038 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO E RURAL		Atividade	UNIDADES ATENDIDAS	Un	837.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Controle e prevenção de doenças, melhoria da qualidade de vida da população, através do acesso à água potável e de adequado manejo e controle do esgotamento sanitário e resíduos sólidos domiciliares e provenientes de atividades agropecuárias.				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
600,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**837.000,00**
Programa:	23 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAAGRICULTURA			**Tipo:**	Apoio Administrativo
Objetivo:	Promoção da produção agropecuária e preservação do meio ambiente no Município, com prestação de assistência técnica qualificada, manutenção de máquinas e equipamentos que assistem Agricultores Familiares; incentivo ao acesso pelos agricultores a novas tecnologias e serviços; criação de atividades de apoio, treinamento de mão-de-obra e profissionalização rural; subsídio municipal para aquisição de insumos; realização de obras e serviços de infra-estrutura; estímulo a permanência das famílias no campo; incentivos às associações de agricultores; incentivos com fornecimentos de subsídios relativos a serviços de máquinas e combustível para realização de trabalhos nas propriedades rurais;entre outros.				
Função: 18-Gestão Ambiental	Subfunção: 541-Preservação e Conservação Ambiental				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.043 - MEIO AMBIENTE		Atividade	Unidade	Un	216.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Estimular medidas de preservação e conservação ambiental				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**216.000,00**
Unidade Responsável:	09.01 - DEPARTAMENTO DE TURISMO				
Programa:	25 - DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E TURÍSTICO			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Promoção do comércio e desenvolvimento turísticos do município.				
Situação: Aprovada na Íntegra	**Fundamento Legal: 1255**	**Data: 26/06/2026**		**Tipo: Lei**	
Unidade Gestora: CONSOLIDADO					
Função: 23-Comércio e Serviços	Subfunção: 695-Turismo				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.045 - DESENVOLVIMENTO TURISTICO		Atividade	Outros Produtos	Un	83.160,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Manutenção das Atividades do Desenvolvimento e Turístico				
Metas Físicas / Análise Acumulativa					
Total					
1,00					
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA					**83.160,00**
Unidade Responsável:	09.02 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO				
Programa:	25 - DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E TURÍSTICO			**Tipo:**	Finalístico
Objetivo:	Promoção do comércio e desenvolvimento turísticos do município.				
Função: 23-Comércio e Serviços	Subfunção: 691-Promoção Comercial				
Descrição Ação		**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**

2.044 - DESENVOLVIMENTO COMERCIAL	Atividade	Outros Produtos	Un	594.000,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: Promover o desenvolvimento das atividades econômicas locais.			
Metas Físicas / Análise Acumulativa				
Total				
1,00				
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**594.000,00**
Unidade Responsável:	11.01 - DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO			
Programa:	4 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS		**Tipo:**	Apoio Administrativo
Objetivo:	Desenvolvimento de cultura institucional voltada para a gestão de resultados, eficiência da alocação de recursos públicos, sustentabilidade fiscal e a busca de melhoria para a tomada de decisões, objetivando a eficiência da ação do setor público			
Função: 4-Administração	Subfunção: 121-Planejamento e Orçamento			
Descrição Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**	**Unidade Medida**	**Metas Fiscais (R$ 1)**
2.008 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO	Atividade	Apoio Administrativo	Un	339.120,00
Situação: Em Elaboração	Objetivo da Ação: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO			
Metas Físicas / Análise Acumulativa				
Total				
1,00				
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA				**339.120,00**
TOTAL NA LDO				**48.060.000,00**

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:A4AF44C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO 270/2026

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 82 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, autorizado a abrir no orçamento-programa para o exercício de 2026 um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 794.284,69 (Setecentos e Noventa e Quatro Mil, Duzentos e Oitenta e Quatro Reais e Sessenta e Nove Centavos)** nas seguintes dotações:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
04.002	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0002.2004	Manutenção da Educação Básica - Ensino Fundamental	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
960	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.721,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1030	00102-Fundeb 40%	20.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1060	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.000,00
04.003	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
12.365.0007.2029	Manutenção da Educação Básica - Infantil	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1161	00000-Recursos Ordinários (Livres)	90.450,34
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1172	00000-Recursos Ordinários (Livres)	746,31
1165	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.800,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
1182	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.568,32
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
1184	00102-Fundeb 40%	365,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1206	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.556,50
	SUBTOTAL	144.207,47
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2082	Atendimento das Equipes Multiprofissionais na APS	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
2171	65494-CEF 575829703-4 INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS - EMULTI	8.637,00
10.301.0012.2078	Programa Saúde Bucal	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
1836	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	10.876,98
10.301.0012.2079	Programa Saúde da Família	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
1931	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	6.194,00
10.301.0012.2080	Piso de Atenção Básica-PAB	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
1991	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	66.089,00
10.301.0012.2081	Gestão de Pessoal Agente Comunitário de Saúde	

3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
2126	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	9.726,00
10.301.0012.2085	Manutenção da Academia da Saúde	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2231	57494-APOIO A MANUTENÇÃO DOS POLOS DA ACADEMIA DE SAÚDE FTE 57494	5.286,00
10.301.0012.2078	Programa Saúde Bucal	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1846	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	821,82
10.301.0012.2079	Programa Saúde da Família	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1936	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	88.766,00
10.301.0012.2080	Piso de Atenção Básica-PAB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2001	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	184.087,00
10.301.0012.2081	Gestão de Pessoal Agente Comunitário de Saúde	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2136	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	63.051,58
10.301.0012.2082	Atendimento das Equipes Multiprofissionais na APS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2191	65494-CEF 575829703-4 INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS - EMULTI	1.607,00
10.301.0012.2078	Programa Saúde Bucal	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1856	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	2.126,13
10.301.0012.2079	Programa Saúde da Família	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1941	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	1.211,00
10.301.0012.2080	Piso de Atenção Básica-PAB	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2011	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	14.827,00
10.301.0012.2081	Gestão de Pessoal Agente Comunitário de Saúde	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2141	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	1.901,15
10.301.0012.2079	Programa Saúde da Família	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
1946	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	17.831,00
10.301.0012.2080	Piso de Atenção Básica-PAB	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2021	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	15.910,00
10.301.0012.2085	Manutenção da Academia da Saúde	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2247	57494-APOIO A MANUTENÇÃO DOS POLOS DA ACADEMIA DE SAÚDE FTE 57494	877,41
10.301.0012.2079	Programa Saúde da Família	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1956	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	13.900,00
10.301.0012.2080	Piso de Atenção Básica-PAB	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2041	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	26.426,00
10.301.0012.2081	Gestão de Pessoal Agente Comunitário de Saúde	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2161	82494-CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494	4.827,10
10.301.0012.1173	Aquisição de Equipamentos para Atenção Básica	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1831	55494-CEF 575829703-4 PORT 7744/25 CUSTEIO ATENCÃO PRIMARIA FTE 55494	3.999,99
1829	56518-CEF-568940537-6 EMENDA IND AQUISIÇÃO DE EQUI E 28740013/26 FTE 56518	100.368,00
	SUBTOTAL	649.347,16
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0027.2055	Manutenção e Atendimento PSE-Alta e Média Complexidade -Proteção Social Criança e Adolescente	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3410	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200,06
	SUBTOTAL	200,06
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
10.001	GABINETE DO SECRETARIO DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS	
26.122.0018.2107	Gestão Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
4380	00000-Recursos Ordinários (Livres)	530,00
	SUBTOTAL	530,00
	TOTAL	794.284,69

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R$ 794.284,69

Art. 2º -Para fazer face ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado:

I- Cancelamento no valor **R$ 144.737,47 (Cento e Quarenta e Quatro Mil, Setecentos e Trinta e Sete Reais e Quarenta e Sete Centavos**) nas seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
04.002	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0002.2004	Manutenção da Educação Básica - Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
925	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.721,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
995	00102-Fundeb 40%	20.000,00
1005	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.000,00

04.003	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
12.365.0007.2029	Manutenção da Educação Básica - Infantil	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1155	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	90.450,34
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1170	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	746,31
1171	00102-Fundeb 40%	1.800,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
1175	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.568,32
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
1185	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	365,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1200	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	14.556,50
	SUBTOTAL	144.207,47
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
10.001	GABINETE DO SECRETARIO DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS	
26.122.0018.2107	Gestão Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
4360	00000-Recursos Ordinários (Livres)	530,00
	SUBTOTAL	530,00
	TOTAL	144.737,47

TOTAL DO CANCELAMENTO R$ 144.737,47

II- Superávit Financeiro do Exercício de 2025 no valor de **R$ 200,06 (Duzentos Reais e Seis Centavos**) nas seguintes fontes de recursos:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	200,06
	TOTAL	200,06

III- Excesso de arrecadação de receita, no valor de **R$ 649.347,16 (Seiscentos e Quarenta e Nove Mil, Trezentos e Quarenta e Sete Reais e Dezesseis Centavos)** contabilizado na seguinte rubrica:

1.7.1.3.50.1.1.34.00.00.00.00 - CEF-569003819-5 INCREMENTO DO PAP EMENDA DE BANCADA 71170007/2026 FTE 82494.....R$ 528.571,76

1.7.1.3.50.1.1.35.00.00.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS - EMULTI FTE 65494.....R$ 10.244,00

1.7.1.3.50.1.1.08.00.00.00.00 - APOIO A MANUTENÇÃO DOS POLOS DA ACADEMIA DE SAÚDE.....R$ 6.163,41

2.4.1.1.51.1.1.02.00.00.00.00 - CEF-568875202-1 EMENDA INDIVIDUAL AQUI DE EQUIP EMENDA 28740013/26 FTE 55518.....R$ 3.999,99

2.4.1.1.51.1.1.03.00.00.00.00 - CEF-568940537-6 EMENDA IND AQUISIÇÃO DE EQUI E 28740013/26 FTE 56518.....R$ 100.368,00

Art. 3º - Ficam incluídas na programação financeira e/ou cronograma de desembolso os seguintes valores como segue:

Alterações Adicionais das Cotas de Receita
Fonte: 82494 JUNHO R$ **528.571,76**
Fonte: 65494 JUNHO R$ **10.244,00**
Fonte: 57494 JUNHO R$ **6.163,41**
Fonte: 55518 JUNHO R$ **3.999,99**
Fonte: 56518 JUNHO R$ **100.368,00**

Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso

Fonte: 0000 JUNHO R**$ 200,06**
Fonte: 82494 JUNHO R$ **528.571,76**
Fonte: 65494 JUNHO R$ **10.244,00**
Fonte: 57494 JUNHO R$ **6.163,41**
Fonte: 55518 JUNHO R$ **3.999,99**
Fonte: 56518 JUNHO R$ **100.368,00**

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, 29 DE JUNHO DE 2026 (29/06/2026) .

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Morales Périco de Souza
Código Identificador:713428A6

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
HOMOLOGA PREGÃO 07

Sumula: Homologação de Processo Licitatório N.º 45/2026, Instrumento Convocatório N.º 7/2026.

ARIANO SERGIO NUNES, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Terra Rica, no uso de suas atribuições que são conferidas por Lei, resolve:

HOMOLOGAR:

Art. 1º - - A homologação da Ata da Pregoeira, nomeada pela Portaria sob N.º 38 datada de 26 (vinte e seis) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente à Licitação Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2026** Processo Licitatório N.º 45, datado de 26/06/2026

58.512.868 DAVID APARECIDO DOS SANTOS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob Nº **58.512.868/0001-50.** Perfazendo um valor total de R$ 6.770,00 (seis mil setecentos e setenta reais)

JEFERSON CHAVES GONCALO 09296242975 inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob Nº **26.251.558/0001-33.** Perfazendo um valor total de R$ 13.561,04 (treze mil quinhentos e sessenta e um reais e quatro centavos)

Contratação de empresa para **REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE BORRACHARIA para o atendimento das diversas áreas do Samae.**

58.512.868 DAVID APARECIDO DOS SANTOS								
Classificação	Lote	Item	Código do produto	Nome do produto/serviço	Valor do item	Situação	Status no item	Justificativa
1	1	1	61782	SERVIÇO DE SOCORRO POR KM CARROS BAIXOS Serviço de socorro de borracharia para veículos leves, prestado por quilômetro rodado, destinado ao atendimento emergencial da frota municipal. O serviço compreende o deslocamento de equipe e veículo de apoio até o local indicado pela Administração para execução de reparos em pneus, incluindo consertos de furos, remendos, montagem, desmontagem, calibragem, substituição de rodas e demais procedimentos necessários para restabelecimento das condições de tráfego do veículo. Deverão estar inclusos todos os custos com mão de obra, deslocamento, combustível, ferramentas, equipamentos, tributos e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços. A medição será realizada por quilômetro efetivamente percorrido na prestação do atendimento.	1.152,00	Classificado		
1	1	2	61783	SERVIÇO DE SOCORRO NA AREA URBANA TERRA RICA CARROS BAIXOS Serviço de socorro de borracharia para veículos leves, prestado na área urbana de Terra Rica/PR, compreendendo o deslocamento de equipe especializada até o local de atendimento para execução de serviços emergenciais em pneus e rodas, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.	1.051,20	Classificado		
1	1	3	61784	RODIZIO DE PNEUS CARROS BAIXOS Serviço de rodízio de pneus para veículos leves, compreendendo a remoção, reposicionamento e reinstalação dos pneus conforme especificação técnica do fabricante do veículo, visando promover o desgaste uniforme dos pneus, aumentar sua vida útil e manter as condições adequadas de dirigibilidade e segurança. Inclui mão de obra, ferramentas, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.	320,80	Classificado		
1	1	4	61785	DESMONTAGEM/MONTAGEM EM PNEUS CARROS BAIXOS Serviço de desmontagem e montagem de pneus para veículos leves, compreendendo a retirada e reinstalação do pneu na roda, utilizando equipamentos e ferramentas adequados, observando os procedimentos técnicos necessários para garantir a integridade do conjunto roda/pneu e a segurança na utilização. Inclui mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.	774,40	Classificado		
1	1	5	61786	BICO DE CAMARA OU PNEU Incluindo a válvula CARRO BAIXO Fornecimento e substituição de bico de câmara ou pneu (válvula), para veículos leves, compreendendo a retirada do componente danificado e a instalação de novo conjunto, garantindo a vedação adequada e a correta manutenção da pressão de ar dos pneus. Inclui o fornecimento da válvula, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.	288,00	Classificado		
1	1	6	61787	CONSERTO DE PNEU CARRO BAIXO Serviço de conserto de pneu para veículos leves, compreendendo a identificação e reparação de perfurações, furos ou danos passíveis de recuperação, visando restabelecer as condições adequadas de utilização do pneu. Inclui a mão de obra necessária à execução do serviço, bem como o fornecimento de remendos para câmara de ar, manchões, colas, soluções vulcanizantes e demais materiais e insumos indispensáveis à perfeita execução dos reparos.	2.553,60	Classificado		
1	3	1	61797	DESMONTAGEM/MONTAGEM EM PNEUS MOTOS Serviço de desmontagem e montagem de pneus para motocicletas, compreendendo a retirada e reinstalação do pneu na roda, utilizando equipamentos e ferramentas adequados, observando os procedimentos técnicos necessários para garantir a integridade do conjunto roda/pneu, o correto assentamento do pneu e a segurança na utilização. Inclui mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.	133,80	Classificado		
1	3	2	61798	CONSERTO DE PNEU MOTOS Serviço de conserto de pneu para motocicletas, compreendendo a identificação e reparação de perfurações, furos ou danos passíveis de recuperação, visando restabelecer as condições adequadas de utilização do pneu. Inclui a mão de obra necessária à execução do serviço, bem como o fornecimento de remendos para câmara de ar, manchões, colas, soluções vulcanizantes e demais materiais e insumos indispensáveis à perfeita execução dos reparos.	366,00	Classificado		
1	3	3	61800	BICO DE CAMARA PARA OU PNEU MOTOS Fornecimento e substituição de bico de câmara ou pneu (válvula) para motocicletas, compreendendo a retirada do componente danificado e a instalação de novo conjunto, garantindo a vedação adequada e a correta manutenção da pressão de ar dos pneus. Inclui o fornecimento da válvula, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.	130,20	Classificado		

JEFERSON CHAVES GONCALO 09296242975

Classificação	Lote	Item	Código do produto	Nome do produto/serviço	Valor do item	Situação	Status no item	Justificativa
1	2	1	61790	SERVIÇO DE SOCORRO POR KM LINHA PESADA Serviço de socorro de borracharia para veículos pesados, prestado por quilômetro rodado, compreendendo o deslocamento de equipe especializada até o local de atendimento para execução de serviços emergenciais em pneus e rodas de caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pesados, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.	1.054,40	Classificado		
1	2	2	61791	SERVIÇO DE SOCORRO NA AREA URBANA TERRA RICA LINHA PESADA Serviço de socorro de borracharia para veículos pesados, prestado na área urbana de Terra Rica/PR, compreendendo o deslocamento de equipe especializada até o local de atendimento para execução de serviços emergenciais em pneus e rodas de caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pesados, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.	1.165,08	Classificado		
1	2	3	61792	RODIZIO DE PNEUS Serviço de rodízio de pneus para veículos pesados, compreendendo a remoção, reposicionamento e reinstalação dos pneus conforme especificações técnicas do fabricante e configuração do veículo, visando promover o desgaste uniforme dos pneus, aumentar sua vida útil e manter as condições adequadas de segurança e desempenho. Inclui mão de obra, ferramentas, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.	341,90	Classificado		
1	2	4	61793	DESMONTAGEM/MONTAGEM EM PNEUS LINHA PESADA Serviço de desmontagem e montagem de pneus para veículos pesados, compreendendo a retirada e reinstalação do pneu na roda, utilizando equipamentos e ferramentas adequados para caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pesados, observando os procedimentos técnicos necessários para garantir a integridade do conjunto roda/pneu e a segurança na utilização. Inclui mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.	4.547,60	Classificado		
1	2	5	61794	BICO DE CAMARA OU PNEU LINHA PESADA Fornecimento e substituição de bico de câmara ou pneu (válvula) para veículos pesados, compreendendo a retirada do componente danificado e a instalação de novo conjunto, garantindo a vedação adequada e a correta manutenção da pressão de ar dos pneus. Inclui o fornecimento da válvula, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços em caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pesados.	770,78	Classificado		
1	2	6	61795	CONSERTO DE PNEU LINHA PESADA Serviço de conserto de pneu para veículos pesados, compreendendo a identificação e reparação de perfurações, furos ou danos passíveis de recuperação, visando restabelecer as condições adequadas de utilização do pneu. Inclui a mão de obra necessária à execução do serviço, bem como o fornecimento de remendos para câmara de ar, manchões, colas, soluções vulcanizantes e demais materiais e insumos indispensáveis à perfeita execução dos reparos em caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pesados.	5.681,28	Classificado		

Art. 2º - Esta Homologação entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficando revogadas as disposições em contrário.

Terra Rica – Estado do Paraná ao 29/06/2026.

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:2C5C8AA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026 - EDITAL Nº 16/2026 - RESULTADO PÓS RECURSOS DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01

A Comissão de acompanhamento do ingresso de afro-brasileiros e indígenas do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, nomeados pela Portaria nº 24, de 01 de junho de 2026, **DIVULGA O RESULTADO PÓS RECURSOS DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01.**
Art. 1º Fica **DIVULGADO PÓS RECURSOS** o resultado do procedimento de heteroidentificação e análise de documentação comprobatória do Edital de Convocação nº 01, de acordo com as características fenotípicas, conforme os critérios utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos candidatos que permitissem a ratificação de sua autodeclaração como afro-brasileiros, tais como cor da pele, a textura do cabelo e os formatos do rosto, lábio e nariz, que combinados, ou não, confirmam tal autodeclaração, de acordo com o item 5, do Edital nº 09, do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026.
Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Tijucas do Sul, 30 de junho de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

ANEXO I –
COTA RACIAL

NOME	INSC	CARGO	DATA DE NASCIMENTO	NT	NTS	NF	CLASSIF.	RESULT.
DANIELE DO ROCIO SANTOS	15	PROFESSOR - GERAL	07/11/1982	30	0	30	2	DEFERIDO

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:2C024261

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

A Pregoeira, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 22/2026, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificações em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

VALE DO IGUACU COMERCIO DE PNEUS LTDA - CNPJ N° 12.324.320/0001-86

LOTE 01 – RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO					
ITEM	QTDE	UNID.	SERVIÇOS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	12	UN	RECAPAGEM A FRIO EM PNEU 750X16 (CONVENCIONAL), COM PROFUNDIDADE MINIMA DE SULCO DE 11MM	400,00	4.800,00
2	20	UN	RECAPAGEM A FRIO EM PNEU 215/75R17,5 (RADIAL), COM PROFUNDIDADE MINIMA DE SULCO DE 13MM	409,00	8.180,00
3	40	UN	RECAPAGEM A FRIO EM PNEU 1000R20 (RADIAL) BORRACHUDO, COM PROFUNDIDADE MINIMA DE 22MM	749,50	29.980,00
4	28	UN	RECAPAGEM A FRIO EM PNEU 1100R22 (RADIAL) BORRACHUDO, COM PROFUNDIDADE MINIMA DE 22MM	849,50	23.786,00
5	40	UN	RECAPAGEM A FRIO EM PNEU 295/80R22,5 (RADIAL) BORRACHUDO PROFUNDIDADE MINIMA DE 22MM. COM	679,00	27.160,00
6	6	UN	RECAPAGEM A QUENTE EM PNEUS 12X16,5, ALTURA MINIMA DAS GARRAS DE 25MM	1.192,00	7.152,00
7	8	UN	RECAPAGEM A QUENTE EM PNEUS 12.5/80X18, ALTURA MINIMA DAS GARRAS DE 25MM	1.539,00	12.312,00
8	4	UN	RECAPAGEM A QUENTE EM PNEUS 14 9X28 (TM 95), ALTURA MINIMA DAS GARRAS DE 25MM	2.572,50	10.290,00
9	4	UN	RECAPAGEM A QUENTE EM PNEUS 184X30 (TM 95). ALTURA MINIMA DAS GARRAS DE 25MM	3.976,00	15.904,00
10	20	UN	RECAPAGEM A QUENTE EM PNEUS 1400X24, ALTURA MINIMA DAS GARRAS DE 25MM	2.498,00	49.960,00
11	10	UN	RECAPAGEM A QUENTE EM PNEUS 19.5L24. ALTURA MINIMA DAS GARRAS DE 25MM	2.749,00	27.490,00
12	25	UN	RECAPAGEM A QUENTE EM PNEUS 17,5X25, ALTURA MINIMA DAS GARRAS DE 25MM	3.149,50	78.737,50
14	60	UN	RECAPAGEM A FRIO EM PNEU 275/80R22,5 (RADIAL) BORRACHUDO COMPROFUNDIDADE MINIMA DE SULCO DE 22MM.	849,00	50.940,00
15	10	UN	VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 750X16	169,00	1.690,00
16	20	UN	VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 215/75R17,5	175,00	3.500,00
17	20	UN	VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 1000R20	245,00	4.900,00
18	12	UN	VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 1100X22	245,00	2.940,00
19	10	UN	VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 1100R22	245,00	2.450,00
20	50	UN	VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 275/80R22,5	245,00	12.250,00
21	10	UN	VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 12X16,5	478,00	4.780,00
22	8	UN	VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 12,5/80X18	478,00	3.824,00
23	8	UN	VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 14.9X28	590,00	4.720,00
24	15	UN	VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 1400X24	590,00	8.850,00
25	10	UN	VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 19.5L24	690,00	6.900,00
26	25	UN	VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 17.5X25	690,00	17.250,00
27	4	UN	VULCANIZAÇÃO EM PNEUS 18.4X30	740,00	2.960,00
28	15	UN	VULCANIZAÇÃO EM PNEUS295/80X22.5	245,00	3.675,00
VALOR DA LICITAÇÃO				427.380,50	

Valor total a ser registrado para o fornecedor: R$ 427.380,50 (Quatrocentos e vinte e sete mil trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos).

DESCLASSIFICADOS/INABILITADOS

DC COMÉRCIO E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA – 03.050.725/0001-82

Três Barras do Paraná, 29 de junho de 2026.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Pregoeira

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:AD611804

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 31/07/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAX0144	279350E000031863	26/05/2026	55412
ABG8J77	279350E000031829	26/05/2026	55412
ABJ4352	279350E000032165	27/05/2026	55412
ACS5I16	279350E000031956	26/05/2026	55412
ACX6A11	279350E000031824	26/05/2026	55412
ADJ3860	279350E000031526	25/05/2026	55412
AEP6H73	279350E000032139	27/05/2026	55412
AFN8495	279350E000031524	25/05/2026	55412
AFX1849	279350E000031769	26/05/2026	55412
AFZ8402	279350E000031534	25/05/2026	55412
AGF0I66	279350E000031804	26/05/2026	55412
AGS8I26	116100T003392480	04/06/2026	54521
AGW7B51	116100T003392475	04/06/2026	53800
AHH6929	279350E000031836	26/05/2026	55412
AHO1C35	279350E000031533	25/05/2026	55412
AHX7I80	279350E000031879	26/05/2026	55412
AIH4B97	279350E000032097	27/05/2026	55412
AIL8H10	279350E000032150	27/05/2026	55412
AJC5D32	279350E000032059	27/05/2026	55412
AJK0839	279350E000032107	27/05/2026	55412
AKA4F28	279350E000031787	26/05/2026	55412
AKF0C55	279350E000031930	26/05/2026	55412
AKR5B00	279350E000032031	27/05/2026	55412
AKT9582	279350E000032202	27/05/2026	55412
ALT6C49	279350E000031652	25/05/2026	55412
ALY5C12	116100T003392492	04/06/2026	54521
AMB9520	279350E000031541	25/05/2026	55412
AMG2I18	279350E000031635	25/05/2026	55412
AMM9G78	279350E000032058	27/05/2026	55412
AMQ7676	279350E000031574	25/05/2026	55412
ANL9C06	279350E000031573	25/05/2026	55412
ANM9381	279350E000031871	26/05/2026	55412
AOE3C26	279350E000031545	25/05/2026	55412
AON5C62	116100T003392493	04/06/2026	54521
AOQ5813	279350E000031542	25/05/2026	55412
AOR1552	279350E000032118	27/05/2026	55412
AOV3I38	279350E000031983	26/05/2026	55412
AOV6I89	279350E000031807	26/05/2026	55412
APE2110	279350E000031795	26/05/2026	55412
APK0393	279350E000031697	25/05/2026	55412
APL0051	279350E000031568	25/05/2026	55412
APM6I92	116100T003392476	04/06/2026	54521
APM7H80	116100T003392490	04/06/2026	54521
APR3669	279350E000032136	27/05/2026	55412
APR4A67	279350E000032192	27/05/2026	55412
APS6J06	279350E000031544	25/05/2026	55412
AQD5773	279350E000031564	25/05/2026	55412
AQF2G04	279350E000032015	27/05/2026	55412
AQF5A69	279350E000031645	25/05/2026	55412
AQG4504	279350E000031902	26/05/2026	55412
AQP7D00	279350E000031999	26/05/2026	55412
AQP7D00	279350E000032127	27/05/2026	55412
AQV6F68	279350E000031995	26/05/2026	55412
AQV6F68	279350E000032144	27/05/2026	55412
AQY9D53	279350E000031557	25/05/2026	55412
ARL9G78	279350E000031714	25/05/2026	55412
ARO7B05	279350E000031603	25/05/2026	55412
ARP0I60	279350E000032064	27/05/2026	55412
ARW9343	279350E000031782	26/05/2026	55412
ARY8I59	116100T003392477	04/06/2026	54521
ARZ2374	279350E000031551	25/05/2026	55412
ARZ2374	279350E000031797	26/05/2026	55412
ASC8816	279350E000031636	25/05/2026	55412
ASJ3I09	279350E000032000	26/05/2026	55412
ASM4805	279350E000031980	26/05/2026	55412
ASP6F12	279350E000031765	26/05/2026	55412
ASW0I56	279350E000031906	26/05/2026	55412
ATA2G77	279350E000032126	27/05/2026	55412
ATB2F78	279350E000031793	26/05/2026	55412
ATC0F28	279350E000032176	27/05/2026	55412
ATE1G45	279350E000031932	26/05/2026	55412
ATN1D21	279350E000031555	25/05/2026	55412
ATO2H77	279350E000031565	25/05/2026	55412
ATO2H77	279350E000032088	27/05/2026	55412
AUF2I31	279350E000031629	25/05/2026	55412
AUG8J80	279350E000032101	27/05/2026	55412
AUI7A14	279350E000032162	27/05/2026	55412
AUN9D06	279350E000031794	26/05/2026	55412
AUU3874	279350E000032080	27/05/2026	55412
AVH0E36	279350E000031721	25/05/2026	55412
AVM3462	279350E000032132	27/05/2026	55412
AVV4189	279350E000031739	26/05/2026	55412
AVV5I19	279350E000031667	25/05/2026	55412

AVV7J80	279350E000031986	26/05/2026	55412
AVW5I55	279350E000031753	26/05/2026	55412
AWC0E48	279350E000031865	26/05/2026	55412
AWO1J80	279350E000032038	27/05/2026	55412
AWT2C17	279350E000032092	27/05/2026	55412
AWT2C17	279350E000031599	25/05/2026	55412
AWT2C17	279350E000031822	26/05/2026	55412
AWU6G36	116100T003392484	04/06/2026	54521
AWU9179	279350E000031762	26/05/2026	55412
AWV4D05	279350E000031738	26/05/2026	55412
AXC0C66	279350E000031598	25/05/2026	55412
AXH0I74	279350E000031748	26/05/2026	55412
AXM8654	279350E000031869	26/05/2026	55412
AXM8854	279350E000031806	26/05/2026	55412
AXO3G92	279350E000031733	26/05/2026	55412
AXU6D16	279350E000031905	26/05/2026	55412
AXY8A84	279350E000031750	26/05/2026	55412
AYL2937	279350E000032095	27/05/2026	55412
AZK7868	279350E000032134	27/05/2026	55412
AZM0B90	279350E000031549	25/05/2026	55412
AZM3577	116100T003463489	04/06/2026	54521
AZT8H88	279350E000032074	27/05/2026	55412
AZV5E66	279350E000031927	26/05/2026	55412
BAD8C79	279350E000032195	27/05/2026	55412
BAF8F22	279350E000031609	25/05/2026	55412
BAG3542	279350E000032060	27/05/2026	55412
BAK0716	279350E000031921	26/05/2026	55412
BAO5B94	279350E000032017	27/05/2026	55412
BAQ5E00	279350E000032030	27/05/2026	55412
BAY4895	279350E000031745	26/05/2026	55412
BAY4I63	279350E000031677	25/05/2026	55412
BAZ1C30	279350E000032034	27/05/2026	55412
BAZ7884	279350E000032052	27/05/2026	55412
BBA9E54	279350E000032112	27/05/2026	55412
BBG5J61	279350E000031814	26/05/2026	55412
BBI0D97	279350E000031675	25/05/2026	55412
BBN1B19	279350E000031982	26/05/2026	55412
BBS1716	279350E000031961	26/05/2026	55412
BBX1E60	279350E000031637	25/05/2026	55412
BCD3F20	279350E000031950	26/05/2026	55412
BCD3F20	279350E000031694	25/05/2026	55412
BCE6D22	279350E000031766	26/05/2026	55412
BCL6296	279350E000031820	26/05/2026	55412
BCN3J77	279350E000032087	27/05/2026	55412
BCN9C60	279350E000031842	26/05/2026	55412
BCP1D58	279350E000031672	25/05/2026	55412
BCQ9E82	279350E000031560	25/05/2026	55412
BCU2F47	279350E000031583	25/05/2026	55412
BCZ1B60	279350E000031819	26/05/2026	55412
BDA2B50	116100T003392489	04/06/2026	54521
BDF3E11	279350E000031808	26/05/2026	55412
BDJ5H35	279350E000031928	26/05/2026	55412
BDL5J63	279350E000032124	27/05/2026	55412
BDN8C53	279350E000031837	26/05/2026	55412
BDO7C02	279350E000031596	25/05/2026	55412
BDP9I52	279350E000031579	25/05/2026	55412
BDT1G27	279350E000031989	26/05/2026	55412
BEB7B95	279350E000031945	26/05/2026	55412
BEC2J30	279350E000031676	25/05/2026	55412
BEF1B59	279350E000032027	27/05/2026	55412
BEI6B32	279350E000031642	25/05/2026	55412
BEN1F34	279350E000031855	26/05/2026	55412
BEO5J99	279350E000031929	26/05/2026	55412
BEO5J99	279350E000032205	27/05/2026	55412
BER9A88	279350E000031742	26/05/2026	55412
BEV7I27	279350E000031559	25/05/2026	55412
BEZ8B12	279350E000032055	27/05/2026	55412
BFJ5802	279350E000032021	27/05/2026	55412
BFJ5802	279350E000031743	26/05/2026	55412
CEK7D50	279350E000032193	27/05/2026	55412
CEM3I14	279350E000031588	25/05/2026	55412
CKF1464	279350E000031582	25/05/2026	55412
CLN8F68	279350E000031540	25/05/2026	55412
CPV1J90	279350E000031577	25/05/2026	55412
CRK1145	279350E000031592	25/05/2026	55412
CTA4763	279350E000031584	25/05/2026	55412
CUG7D39	279350E000032135	27/05/2026	55412
CXY5B15	279350E000032025	27/05/2026	55412
DGG3152	279350E000031669	25/05/2026	55412
DGO1G41	279350E000031711	25/05/2026	55412
DHK5048	279350E000031620	25/05/2026	55412
DHX0C40	279350E000031612	25/05/2026	55412
DIV0088	279350E000031580	25/05/2026	55412
DOQ9J91	116100T003392483	04/06/2026	54521
DRJ5G23	279350E000031704	25/05/2026	55412
DRM6628	279350E000032036	27/05/2026	55412
DXH6C75	279350E000031754	26/05/2026	55412
EBI7D56	279350E000031952	26/05/2026	55412
EEH6399	279350E000031934	26/05/2026	55412

EJI8D04	279350E000031610	25/05/2026	55412
ENK1J37	279350E000031719	25/05/2026	55412
ENN9939	279350E000031732	26/05/2026	55412
EPA4B64	279350E000031912	26/05/2026	55412
EPY3A85	279350E000032153	27/05/2026	55412
ERY3182	279350E000032082	27/05/2026	55412
ERY5721	279350E000031823	26/05/2026	55412
EUY7J63	279350E000031653	25/05/2026	55412
EVX4I70	279350E000031831	26/05/2026	55412
EWK8I58	279350E000031641	25/05/2026	55412
EYG8C52	279350E000032111	27/05/2026	55412
EZB6806	279350E000031973	26/05/2026	55412
FAD4F08	279350E000032003	26/05/2026	55412
FAG5I59	279350E000031703	25/05/2026	55412
FDO8D08	279350E000031830	26/05/2026	55412
FDW4I19	279350E000032159	27/05/2026	55412
FGT1D77	279350E000032190	27/05/2026	55412
FMG7A87	279350E000031589	25/05/2026	55412
FNY8C90	279350E000032062	27/05/2026	55412
FPC2H93	279350E000032050	27/05/2026	55412
FTU9I36	279350E000031600	25/05/2026	55412
FTY4A15	279350E000031812	26/05/2026	55412
FVV6E15	279350E000031622	25/05/2026	55412
FVW6B72	279350E000032084	27/05/2026	55412
FYL3A57	279350E000031778	26/05/2026	55412
GBP8088	279350E000031861	26/05/2026	55412
GGL0D05	279350E000031671	25/05/2026	55412
GGY0H58	279350E000031615	25/05/2026	55412
GGY0H58	279350E000031856	26/05/2026	55412
GHX2170	279350E000031872	26/05/2026	55412
GJM2A46	279350E000031712	25/05/2026	55412
GUB3302	279350E000032033	27/05/2026	55412
GXS2G12	279350E000031777	26/05/2026	55412
GYM5H31	279350E000031878	26/05/2026	55412
HFB7F19	279350E000031730	26/05/2026	55412
HSE7A84	279350E000032133	27/05/2026	55412
HSG3991	279350E000032151	27/05/2026	55412
IWY5C72	116100T003392479	04/06/2026	54521
IXL9J62	116100T003392481	04/06/2026	54521
JFB2A82	279350E000032069	27/05/2026	55412
JMG5F59	279350E000032116	27/05/2026	55412
JPH0369	279350E000031520	25/05/2026	55412
JQA6933	279350E000031920	26/05/2026	55412
JYW3C03	279350E000031941	26/05/2026	55412
JZL1522	279350E000031728	26/05/2026	55412
KME2J60	279350E000031926	26/05/2026	55412
KMV1494	279350E000031522	25/05/2026	55412
KPP5G27	279350E000031991	26/05/2026	55412
LCY0C43	279350E000031868	26/05/2026	55412
LJF6C15	279350E000031840	26/05/2026	55412
LTY2I82	279350E000031539	25/05/2026	55412
LWT3J52	279350E000031734	26/05/2026	55412
LXK4J82	279350E000031773	26/05/2026	55412
MEP9A70	279350E000031937	26/05/2026	55412
MEX3B54	116100T003463488	04/06/2026	54521
MHB7C22	279350E000031749	26/05/2026	55412
MHY1B22	279350E000031792	26/05/2026	55412
MJK1D06	279350E000031763	26/05/2026	55412
MKF8B99	279350E000031919	26/05/2026	55412
MKL4F43	279350E000032073	27/05/2026	55412
NBL4595	279350E000031764	26/05/2026	55412
NDY1559	279350E000031851	26/05/2026	55412
NHG6H03	279350E000031892	26/05/2026	55412
NHL8F45	279350E000031729	26/05/2026	55412
NJC5F05	279350E000032086	27/05/2026	55412
NRL3551	279350E000031776	26/05/2026	55412
NSC1J92	279350E000031891	26/05/2026	55412
OEC4370	279350E000032022	27/05/2026	55412
OKH6D80	279350E000032085	27/05/2026	55412
OMD4F69	279350E000031679	25/05/2026	55412
OPB1H34	279350E000031768	26/05/2026	55412
OPU3J87	279350E000032063	27/05/2026	55412
ORB0F59	279350E000031960	26/05/2026	55412
PAC6H19	279350E000032199	27/05/2026	55412
PHG2H32	279350E000031775	26/05/2026	55412
PMW3D61	279350E000032065	27/05/2026	55412
PSU6D67	279350E000031625	25/05/2026	55412
PZG0J32	279350E000031723	25/05/2026	55412
QAN2A92	279350E000031706	25/05/2026	55412
QCR7E49	279350E000031957	26/05/2026	55412
QNO9D24	279350E000031656	25/05/2026	55412
QNO9D24	279350E000031909	26/05/2026	55412
QOV0C85	279350E000031646	25/05/2026	55412
QQB2E27	279350E000032130	27/05/2026	55412
QXD1G05	279350E000032079	27/05/2026	55412
QXE5G88	279350E000032071	27/05/2026	55412
RHF9G03	279350E000031799	26/05/2026	55412
RHK8C60	279350E000031772	26/05/2026	55412
RHM4F29	279350E000032183	27/05/2026	55412

RHM9H07	116100T003392487	04/06/2026	54521
RHQ7C23	279350E000031576	25/05/2026	55412
RHT0I35	279350E000031623	25/05/2026	55412
RHU6A39	279350E000031790	26/05/2026	55412
RHZ1H10	279350E000032143	27/05/2026	55412
RSN3I83	279350E000032005	26/05/2026	55412
RXY3I56	279350E000032113	27/05/2026	55412
SCX8A13	279350E000032041	27/05/2026	55412
SDS8H66	279350E000031940	26/05/2026	55412
SDU1E93	279350E000031661	25/05/2026	55412
SDY7G83	279350E000031870	26/05/2026	55412
SEB9A33	279350E000032198	27/05/2026	55412
SEE9H88	279350E000031658	25/05/2026	55412
SEF2D95	279350E000031630	25/05/2026	55412
SEP5H08	279350E000032061	27/05/2026	55412
SEP6B67	279350E000031962	26/05/2026	55412
SEP6C56	279350E000032066	27/05/2026	55412
SET2F88	279350E000032007	26/05/2026	55412
SEX2J30	279350E000031606	25/05/2026	55412
SEX3I75	279350E000031563	25/05/2026	55412
SEZ3J08	116100T003392491	04/06/2026	54521
SEZ5A85	279350E000031530	25/05/2026	55412
SFC1D77	279350E000031756	26/05/2026	55412
SFC4B79	116100T003392488	04/06/2026	54521
SFG0F74	279350E000031632	25/05/2026	55412
SFG7E10	279350E000031590	25/05/2026	55412
SFK3H57	279350E000031939	26/05/2026	55412
SFM9J23	279350E000031681	25/05/2026	55412
SFO4E90	279350E000031845	26/05/2026	55412
SGZ7E31	279350E000031686	25/05/2026	55412
SUQ5H69	279350E000032179	27/05/2026	55412
SXF7H00	279350E000031774	26/05/2026	55412
TAL9H13	279350E000031802	26/05/2026	55412
TAL9I87	279350E000032093	27/05/2026	55412
TBA7J55	279350E000031543	25/05/2026	55412
TBG1A50	279350E000031660	25/05/2026	55412
TBK1H55	279350E000031567	25/05/2026	55412
TBK8F05	279350E000031914	26/05/2026	55412
TKM3G80	279350E000031969	26/05/2026	55412
TMD3A47	279350E000031716	25/05/2026	55412
UBF9A83	116100T003392478	04/06/2026	54521
UBL2G25	279350E000031670	25/05/2026	55412
UBP3G47	279350E000031974	26/05/2026	55412
UBQ1D17	279350E000032039	27/05/2026	55412
UBR8H16	279350E000032083	27/05/2026	55412
UBX5D51	279350E000031977	26/05/2026	55412

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:23502706

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 03/08/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAO2814	279350S000264999	02/06/2026	60503
AAO2G48	279350S000264911	01/06/2026	60503
AAY3F26	279350S000265220	05/06/2026	60503
ABK1453	279350S000265223	05/06/2026	60503
ABK4F25	279350S000265274	06/06/2026	60503
ABL9E37	279350S000265013	02/06/2026	60503
ACH7011	279350S000265070	03/06/2026	60503
ACL7064	279350S000265242	05/06/2026	60503
ACS8H02	279350S000265391	07/06/2026	60503
ADE1H00	279350S000264914	01/06/2026	60503
AEA3652	279350S000264981	02/06/2026	60503
AED5A33	279350S000265239	05/06/2026	60503
AFG5486	279350S000265316	06/06/2026	60503
AFX2449	279350S000264979	02/06/2026	60503
AGL5890	279350S000265314	06/06/2026	60503
AGL7117	279350S000265394	07/06/2026	56732
AGU7747	279350S000264905	01/06/2026	60503
AGV7B71	279350S000265138	04/06/2026	60503
AGY2007	279350S000264998	02/06/2026	56732
AGY2458	279350S000265273	06/06/2026	60503
AHG6G79	279350S000264938	01/06/2026	60503
AHI7104	279350S000265407	07/06/2026	60503
AHL6569	279350S000264953	01/06/2026	60503
AHN9037	279350S000264985	02/06/2026	60503
AHQ7781	279350S000264922	01/06/2026	60503
AHS0880	279350S000265384	07/06/2026	60503
AHX3407	279350S000265014	02/06/2026	60503

AIF2032	279350S000265321	06/06/2026	60503
AIT1F05	279350S000264952	01/06/2026	60503
AJS2568	279350S000264930	01/06/2026	60503
AJS6412	279350S000265059	03/06/2026	60503
AJU0F81	279350S000265112	04/06/2026	60503
AJY2A93	279350S000265325	06/06/2026	60503
AKC9A90	279350S000265276	06/06/2026	60503
AKK3C57	279350S000265317	06/06/2026	60503
AKO1382	279350S000265169	04/06/2026	60503
ALA1D69	279350S000264967	02/06/2026	60503
ALA8C86	279350S000264945	01/06/2026	60503
ALB8A66	279350S000264921	01/06/2026	60503
ALD6749	279350S000265187	05/06/2026	56732
ALF5G25	279350S000265047	03/06/2026	60503
ALH5440	279350S000264908	01/06/2026	60503
ALP3B74	279350S000264941	01/06/2026	60503
ALQ2E95	279350S000264942	01/06/2026	60503
ALY3D21	279350S000265254	06/06/2026	60503
AMA7884	279350S000265192	05/06/2026	60503
AMB4B77	279350S000264955	01/06/2026	60503
AMG6267	279350S000265259	06/06/2026	60503
AMH4B21	279350S000265339	07/06/2026	60503
AMI6303	279350S000265309	06/06/2026	60503
AMK4708	279350S000265007	02/06/2026	60503
AML5D49	279350S000265241	05/06/2026	60503
AMQ5A97	279350S000265287	06/06/2026	60503
AMQ5A97	279350S000265352	07/06/2026	60503
AMR3H39	279350S000265191	05/06/2026	60503
AMV3224	279350S000265175	04/06/2026	60503
AMV9533	279350S000264931	01/06/2026	60503
AMX9068	279350S000265081	03/06/2026	60503
AMY1159	279350S000265340	07/06/2026	60503
AMZ7D69	279350S000265164	04/06/2026	60503
ANC0H58	279350S000265380	07/06/2026	60503
ANC6E70	279350S000265029	02/06/2026	60503
ANH2D98	279350S000265078	03/06/2026	60503
ANM0548	279350S000265098	03/06/2026	60503
ANM0548	279350S000265207	05/06/2026	60503
ANN3393	279350S000265152	04/06/2026	60503
ANR8529	279350S000265272	06/06/2026	60503
ANU8517	279350S000265156	04/06/2026	60503
ANV3H39	279350S000265238	05/06/2026	60503
ANV8193	279350S000265041	03/06/2026	56732
ANX2A93	279350S000265337	07/06/2026	60503
AOB0543	279350S000264956	02/06/2026	56732
AOH0542	279350S000265356	07/06/2026	60503
AOH7726	279350S000265121	04/06/2026	60503
AOI0C60	279350S000264904	01/06/2026	60503
AON9H39	279350S000265377	07/06/2026	60503
AOP9I95	279350S000265002	02/06/2026	60503
AOR8G14	279350S000265263	06/06/2026	60503
AOS4F64	279350S000265022	02/06/2026	60503
AOS5828	279350S000264897	01/06/2026	60503
AOX6745	279350S000265052	03/06/2026	60503
APC1077	279350S000265001	02/06/2026	60503
APH9610	279350S000264903	01/06/2026	60503
APJ8J57	279350S000265226	05/06/2026	60503
APO3254	279350S000264902	01/06/2026	60503
APO3254	279350S000264976	02/06/2026	60503
APX2G74	279350S000265368	07/06/2026	60503
AQG2J88	279350S000265286	06/06/2026	60503
AQH2I93	279350S000265135	04/06/2026	60503
AQH2I93	279350S000265358	07/06/2026	60503
AQH2I93	279350S000265346	07/06/2026	60503
AQH2I93	279350S000265350	07/06/2026	60503
AQH2I93	279350S000265049	03/06/2026	60503
AQH2I93	279350S000265301	06/06/2026	60503
AQH2I93	279350S000265347	07/06/2026	60503
AQH2I93	279350S000265299	06/06/2026	60503
AQH7I75	279350S000265043	03/06/2026	60503
AQN8C37	279350S000264961	02/06/2026	56732
AQR2794	279350S000264996	02/06/2026	60503
AQR8A77	279350S000265267	06/06/2026	56732
AQS9C61	279350S000265302	06/06/2026	60503
AQU8260	279350S000265196	05/06/2026	60503
AQY5J03	279350S000264926	01/06/2026	60503
AQZ6G04	279350S000265188	05/06/2026	60503
ARG6633	279350S000265168	04/06/2026	60503
ARK5B04	279350S000265184	05/06/2026	60503
ARN0D74	279350S000265061	03/06/2026	60503
ARO1D43	279350S000265044	03/06/2026	60503
ARO5I23	279350S000265172	04/06/2026	60503
ARU3681	279350S000265381	07/06/2026	60503
ARU7A20	279350S000265281	06/06/2026	60503
ASA1143	279350S000265386	07/06/2026	60503
ASB2E38	279350S000265375	07/06/2026	56732
ASB4F58	279350S000265360	07/06/2026	60503
ASO3929	279350S000265114	04/06/2026	56732
ASR4D27	279350S000264988	02/06/2026	60503

ASS9543	279350S000265012	02/06/2026	60503
AST8H83	279350S000264944	01/06/2026	60503
ASU0791	279350S000265005	02/06/2026	60503
ATF5A30	279350S000265100	03/06/2026	60503
ATJ3880	279350S000265038	03/06/2026	60503
ATJ5806	279350S000265199	05/06/2026	60503
ATJ8698	279350S000265270	06/06/2026	60503
ATK2213	279350S000264995	02/06/2026	60503
ATQ2I45	279350S000265250	05/06/2026	60503
ATR1276	279350S000265260	06/06/2026	56732
ATU0058	279350S000265210	05/06/2026	60503
ATU7B83	279350S000265202	05/06/2026	60503
ATY1568	279350S000265020	02/06/2026	60503
AUF6G20	279350S000265200	05/06/2026	60503
AUI0J76	279350S000264932	01/06/2026	60503
AUL9H37	279350S000264993	02/06/2026	60503
AUP9B09	279350S000265102	03/06/2026	56732
AUU1287	279350S000265230	05/06/2026	60503
AUX0684	279350S000265006	02/06/2026	60503
AUZ9095	279350S000265312	06/06/2026	60503
AUZ9I93	279350S000265016	02/06/2026	60503
AVB4J62	279350S000265262	06/06/2026	56732
AVQ9395	279350S000265255	06/06/2026	60503
AVZ0F80	279350S000264964	02/06/2026	56732
AWD7598	279350S000264895	01/06/2026	60503
AWI5J03	279350S000265209	05/06/2026	60503
AWM6C47	279350S000265101	03/06/2026	60503
AWO2B90	279350S000265030	02/06/2026	60503
AWS0893	279350S000265159	04/06/2026	60503
AXB9H01	279350S000265258	06/06/2026	56732
AXC7I90	279350S000265161	04/06/2026	60503
AXM3210	279350S000265182	05/06/2026	60503
AXP9333	279350S000265096	03/06/2026	60503
AXR9E58	279350S000265099	03/06/2026	60503
AXX4860	279350S000264915	01/06/2026	60503
AXZ1530	279350S000265015	02/06/2026	60503
AXZ1530	279350S000264959	02/06/2026	60503
AYD4629	279350S000264983	02/06/2026	60503
AYD4629	279350S000265328	06/06/2026	60503
AYD4629	279350S000265236	05/06/2026	60503
AYF8D27	279350S000265149	04/06/2026	60503
AYI1896	279350S000265341	07/06/2026	60503
AYN4B06	279350S000265278	06/06/2026	60503
AYO9J83	279350S000265334	06/06/2026	60503
AYO9J83	279350S000265333	06/06/2026	60503
AYX8H09	279350S000265245	05/06/2026	60503
AZB2E89	279350S000265244	05/06/2026	60503
AZH9I70	279350S000265010	02/06/2026	60503
AZJ1279	279350S000265398	07/06/2026	60503
AZK1472	279350S000265021	02/06/2026	56732
AZQ8C51	279350S000264933	01/06/2026	60503
AZZ5C24	279350S000265233	05/06/2026	56732
BAF9E55	279350S000265064	03/06/2026	60503
BAM4467	279350S000265055	03/06/2026	60503
BBE5G84	279350S000265039	03/06/2026	60503
BBJ1G87	279350S000264950	01/06/2026	60503
BBL7C76	279350S000264935	01/06/2026	56732
BBO5J48	279350S000264943	01/06/2026	60503
BBO6C53	279350S000265024	02/06/2026	60503
BBR1E96	279350S000265397	07/06/2026	60503
BBR5327	279350S000265126	04/06/2026	60503
BBT2B38	279350S000265091	03/06/2026	60503
BBV2077	279350S000265221	05/06/2026	60503
BBW1I99	279350S000265403	07/06/2026	60503
BCC3097	279350S000265011	02/06/2026	60503
BCE1A34	279350S000265353	07/06/2026	60503
BCH4F06	279350S000265109	04/06/2026	60503
BCH8122	279350S000265205	05/06/2026	60503
BCJ3A19	279350S000265111	04/06/2026	56732
BCQ6096	279350S000265089	03/06/2026	60503
BCY2D27	279350S000265128	04/06/2026	60503
BDD4H36	279350S000265265	06/06/2026	60503
BDE9E95	279350S000265271	06/06/2026	60503
BDI2F87	279350S000265180	05/06/2026	60503
BDJ5G35	279350S000264970	02/06/2026	60503
BDM8C35	279350S000265115	04/06/2026	60503
BDP5C32	279350S000265249	05/06/2026	60503
BDQ9C32	279350S000264947	01/06/2026	60503
BDS8C82	279350S000265215	05/06/2026	60503
BDX8A99	279350S000265211	05/06/2026	60503
BDY9G84	279350S000265124	04/06/2026	56732
BEA4E41	279350S000265151	04/06/2026	56732
BEA7F73	279350S000265104	03/06/2026	60503
BEG5B31	279350S000264929	01/06/2026	60503
BEN2J97	279350S000265132	04/06/2026	60503
BEQ1J02	279350S000264954	01/06/2026	60503
BER1120	279350S000265076	03/06/2026	60503
BER3J10	279350S000265000	02/06/2026	60503
BEU3H93	279350S000264982	02/06/2026	60503

BEZ4A41	279350S000265227	05/06/2026	60503
BGF7718	279350S000265284	06/06/2026	60503
BRM4F71	279350S000265077	03/06/2026	60503
CGW6C42	279350S000265189	05/06/2026	60503
CLE2E29	279350S000265351	07/06/2026	60503
CVV7546	279350S000265145	04/06/2026	60503
CWC2E48	279350S000265181	05/06/2026	56732
CYK2265	279350S000265069	03/06/2026	60503
CYS3E18	279350S000265162	04/06/2026	60503
DBC8B31	279350S000265157	04/06/2026	60503
DEB8135	279350S000265166	04/06/2026	60503
DEY6H52	279350S000265295	06/06/2026	60503
DNK6E48	279350S000265213	05/06/2026	60503
DOK2745	279350S000264919	01/06/2026	60503
DPU2H30	279350S000265256	06/06/2026	60503
EBA1C52	279350S000265174	04/06/2026	60503
EBX5E63	279350S000265364	07/06/2026	60503
ECI1I03	279350S000265292	06/06/2026	56732
EEE9G48	279350S000265046	03/06/2026	60503
EEE9G48	279350S000265194	05/06/2026	60503
EEE9G48	279350S000265048	03/06/2026	60503
EEE9G48	279350S000264899	01/06/2026	60503
EEE9G48	279350S000265179	05/06/2026	60503
EEE9G48	279350S000265120	04/06/2026	60503
EEP4B93	279350S000264900	01/06/2026	60503
EII5545	279350S000264980	02/06/2026	60503
ELS8J01	279350S000265222	05/06/2026	60503
EMS6A34	279350S000265257	06/06/2026	60503
EPH1J21	279350S000265071	03/06/2026	56732
ERD2F71	279350S000265130	04/06/2026	60503
ERU0B07	279350S000265343	07/06/2026	60503
EVM9G69	279350S000265173	04/06/2026	60503
EWX1549	279350S000264968	02/06/2026	60503
EZL2B03	279350S000265330	06/06/2026	60503
FBC4E75	279350S000264974	02/06/2026	56732
FDT4361	279350S000265186	05/06/2026	56732
FED0777	279350S000265036	03/06/2026	60503
FEH8I06	279350S000265093	03/06/2026	60503
FHM4A92	279350S000265373	07/06/2026	60503
FJJ4E39	279350S000265057	03/06/2026	60503
FJP3H00	279350S000265147	04/06/2026	60503
FKU9D01	279350S000265304	06/06/2026	60503
FMF5E38	279350S000265032	02/06/2026	60503
FMM9B31	279350S000265122	04/06/2026	60503
FRO6B66	279350S000265119	04/06/2026	60503
FTO4A15	279350S000265131	04/06/2026	60503
FZT0C76	279350S000265178	04/06/2026	60503
GDH5E65	279350S000265389	07/06/2026	56732
GEF6B96	279350S000265342	07/06/2026	60503
GET6H74	279350S000265329	06/06/2026	60503
GFF8I07	279350S000265338	07/06/2026	60503
GRS2B87	279350S000265392	07/06/2026	60503
GRS2B87	279350S000265261	06/06/2026	60503
HBK7556	279350S000265289	06/06/2026	60503
HIU5H82	279350S000265085	03/06/2026	60503
HJJ6E51	279350S000265083	03/06/2026	60503
HNA3F89	279350S000265144	04/06/2026	56732
HRZ6477	279350S000264973	02/06/2026	60503
HSZ1D18	279350S000265300	06/06/2026	60503
HSZ1D18	279350S000265277	06/06/2026	60503
HSZ3497	279350S000265042	03/06/2026	60503
HTU7J33	279350S000265146	04/06/2026	60503
HTW9453	279350S000264925	01/06/2026	60503
IJF4C04	279350S000264928	01/06/2026	60503
IKW0282	279350S000265195	05/06/2026	60503
IKY8157	279350S000265155	04/06/2026	60503
IKY8157	279350S000265311	06/06/2026	60503
IMZ1094	279350S000264920	01/06/2026	56732
IPF1C41	279350S000265406	07/06/2026	60503
IPO0G06	279350S000265251	05/06/2026	60503
ITS5J71	279350S000265103	03/06/2026	60503
IUC5D24	279350S000265110	04/06/2026	56732
IVC4372	279350S000265137	04/06/2026	60503
IYF1G30	279350S000265405	07/06/2026	56732
JOD1I19	279350S000265033	02/06/2026	60503
JZR5316	279350S000264962	02/06/2026	60503
JZR5316	279350S000265034	02/06/2026	60503
KEE3A59	279350S000265374	07/06/2026	56732
KHX5A78	279350S000265268	06/06/2026	60503
KZP3609	279350S000265269	06/06/2026	60503
LPJ6G25	279350S000265253	05/06/2026	60503
MCO6147	279350S000264893	01/06/2026	60503
MDE5396	279350S000265018	02/06/2026	60503
MDL8405	279350S000265294	06/06/2026	60503
MEC2051	279350S000264912	01/06/2026	60503
MEW2J98	279350S000265183	05/06/2026	56732
MHX4872	279350S000265229	05/06/2026	60503
MIK6F90	279350S000265280	06/06/2026	60503
MIT2986	279350S000265154	04/06/2026	60503

MKH0D11	279350S000265400	07/06/2026	56732
MKV7155	279350S000265318	06/06/2026	60503
MQN1G78	279350S000265303	06/06/2026	60503
MUJ3D14	279350S000265404	07/06/2026	60503
NCL1265	279350S000265206	05/06/2026	60503
NEJ6520	279350S000264994	02/06/2026	60503
NFH8F92	279350S000265171	04/06/2026	60503
NHE1H48	279350S000264992	02/06/2026	60503
NOI8A18	279350S000265264	06/06/2026	60503
NQQ8373	279350S000264957	02/06/2026	56732
NRQ8539	279350S000264923	01/06/2026	60503
NSP5148	279350S000265313	06/06/2026	60503
OUM9E13	279350S000265094	03/06/2026	60503
PYG2D25	279350S000265025	02/06/2026	60503
QAL3A37	279350S000265385	07/06/2026	60503
QCZ2J77	279350S000265296	06/06/2026	56732
QHW3G87	279350S000265234	05/06/2026	60503
QHW8C42	279350S000265331	06/06/2026	60503
QIS4I62	279350S000265310	06/06/2026	60503
QIT0H19	279350S000265123	04/06/2026	56732
QMY6H06	279350S000265065	03/06/2026	60503
QWR5E26	279350S000265248	05/06/2026	60503
QYP9A18	279350S000265053	03/06/2026	60503
RBP9H30	279350S000265176	04/06/2026	60503
REZ2A97	279350S000265185	05/06/2026	60503
REZ8F82	279350S000265160	04/06/2026	56732
RHA0G12	279350S000264978	02/06/2026	60503
RHA0G12	279350S000264990	02/06/2026	60503
RHD3C14	279350S000265232	05/06/2026	60503
RHH7J90	279350S000265355	07/06/2026	60503
RHL3F21	279350S000265288	06/06/2026	60503
RHL5E50	279350S000265073	03/06/2026	60503
RHR9F47	279350S000265028	02/06/2026	60503
RHT5F89	279350S000264986	02/06/2026	60503
RHT9E93	279350S000265037	03/06/2026	60503
RHU7E38	279350S000265326	06/06/2026	60503
RHX2B57	279350S000265148	04/06/2026	60503
RID4D49	279350S000265266	06/06/2026	60503
RNB5A79	279350S000265074	03/06/2026	60503
RNE5H52	279350S000265068	03/06/2026	60503
RNN5J71	279350S000265060	03/06/2026	60503
RWI2D53	279350S000265307	06/06/2026	60503
SDS5G10	279350S000265204	05/06/2026	60503
SDY5C40	279350S000265050	03/06/2026	60503
SEB4G30	279350S000265212	05/06/2026	60503
SEB5I22	279350S000265063	03/06/2026	60503
SED9B00	279350S000265027	02/06/2026	60503
SEE2I90	279350S000265354	07/06/2026	60503
SEF9D83	279350S000265140	04/06/2026	60503
SEJ0I54	279350S000265031	02/06/2026	60503
SEL1E51	279350S000265003	02/06/2026	60503
SEL7B48	279350S000265197	05/06/2026	60503
SEM9G06	279350S000264984	02/06/2026	60503
SET3C77	279350S000265163	04/06/2026	60503
SET3C77	279350S000265332	06/06/2026	60503
SET3C77	279350S000265105	03/06/2026	60503
SET3C77	279350S000265177	04/06/2026	60503
SET3C77	279350S000265054	03/06/2026	60503
SET3C77	279350S000265080	03/06/2026	60503
SET3C77	279350S000265158	04/06/2026	60503
SET3C77	279350S000265082	03/06/2026	60503
SET3C77	279350S000265293	06/06/2026	60503
SEW8H57	279350S000265066	03/06/2026	60503
SEX3J06	279350S000265201	05/06/2026	60503
SEZ8J37	279350S000265231	05/06/2026	60503
SFD2C25	279350S000265118	04/06/2026	60503
SFI4I95	279350S000264917	01/06/2026	60503
SPF5D94	279350S000264916	01/06/2026	60503
SSS5B49	279350S000265393	07/06/2026	56732
SVG4C48	279350S000264991	02/06/2026	60503
TAI5E12	279350S000265367	07/06/2026	60503
TAL1G55	279350S000265219	05/06/2026	60503
TAO6B23	279350S000265095	03/06/2026	60503
TBA4C44	279350S000265090	03/06/2026	60503
TBJ1F85	279350S000264972	02/06/2026	60503
TBL6H38	279350S000265084	03/06/2026	60503
TBS2G45	279350S000264901	01/06/2026	60503
TBS7C44	279350S000265370	07/06/2026	60503
TBS8I45	279350S000265008	02/06/2026	60503
TBW4G70	279350S000265298	06/06/2026	60503
TBW8G79	279350S000265134	04/06/2026	60503
UBF6I78	279350S000265247	05/06/2026	60503
UBF7F05	279350S000265045	03/06/2026	60503
UBG1H12	279350S000265279	06/06/2026	60503
UBJ3G47	279350S000265129	04/06/2026	60503
UBK2G37	279350S000265306	06/06/2026	60503
UBT4B12	279350S000265319	06/06/2026	60503
UBV8G81	279350S000265087	03/06/2026	60503
UBX5E58	279350S000265297	06/06/2026	60503

UCA3G12	279350S000265023	02/06/2026	56732
UCA6D96	279350S000264987	02/06/2026	60503

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:84DFE3CA



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026 EDITAL Nº 023/2026 - RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026
EDITAL Nº 023/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CATANDUVAS, ESTADO DO PARANÁ, **Ademar Luiz Burckhardt**, no uso de suas atribuições legais;
Considerando o Edital nº 001/2026 de Abertura do Concurso Público do Município de Catanduvas – PR, publicado em 23 de março de 2026;
Considerando o Edital nº 013/2026 com o resultado da prova objetiva;
Considerando o Edital nº 017/2026 com o resultado da prova prática;
Considerando o Edital nº 018/2026 com a retificação do gabarito e resultado da prova objetiva;
Considerando o Edital nº 019/2026 com o resultado da avaliação de títulos;
Considerando o Edital nº 022/2026 com o resultado da banca de heteroidentificação;

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - O Resultado do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital de Abertura do Concurso Público de Catanduvas - PR, para os candidatos de acordo com anexos deste Edital.
Art. 2º - A publicação do resultado final do Concurso Público está feita em três listas, por ordem decrescente da pontuação final, sendo a primeira a lista geral com a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos PcD e PPP (Anexo I); a segunda, contendo somente a pontuação dos candidatos PPP (Anexo II); e a terceira, contendo somente a pontuação dos candidatos PcD (Anexo III).
Art. 3º - Todos os cálculos citados neste edital para composição de média foram considerados até a segunda casa decimal, sendo que a nota final, não sofrerá qualquer processo de arredondamento ou aproximação.
Art. 4º - Em caso de igualdade na nota do Resultado do Concurso Público, foi utilizado como critério de desempate, o contido no item 9.5 do Edital nº 001/2026 de abertura.
Art. 5º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, Estado do Paraná, 29 de junho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito do Município de Catanduvas - PR

ANEXO I – RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO
Ampla Concorrência

Agente Comunitário de Saúde										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.019	EDUARDO RAFAEL HENQUE	5	3	4	14	88,50	88,50	APROV	1º	12/01/1989
2.488	ADILSON ERMELINO DA COSTA	4	4	5	13	86,50	86,50	APROV	2º	26/02/1987
1.737	MARIA LUIZA MARTINS DA ROSA	5	4	5	12	85,50	85,50	APROV	3º	08/07/2009
31	RAFAELA FRANCO DE OLIVEIRA	5	2	5	13	84,50	84,50	APROV	4º	10/03/2001
2.244	IVONETE RODRIGUES DE FRANÇA	5	2	3	14	83,50	83,50	APROV	5º	08/03/1991
3.303	ANDRESSA VIDAL	5	3	5	12	83,00	83,00	APROV	6º	13/10/1996
3	PATRICIA BENTO DE SOUZA	5	4	5	11	81,50	81,50	APROV	7º	09/02/1993
1.013	VITOR EMANUEL CARDOSO SCHOARTZ	5	4	5	11	81,50	81,50	APROV	8º	06/09/2000
3.110	ABNER LUCAS DE LIMA SANTOS	5	2	5	12	80,50	80,50	APROV	9º	25/12/2002
785	IVONE APARECIDA DA ROCHA MORETTO	5	3	4	11	76,50	76,50	APROV	10º	11/08/1975
23	JOÃO ANTONIO ROTH KUCHMA	4	2	4	12	75,00	75,00	APROV	11º	28/09/2006
1.934	MARLA DE ANDRADE RAMOS	5	3	5	10	75,00	75,00	APROV	12º	05/08/2002
2.793	EVELYN ANDRADE VIEIRA	5	3	5	10	75,00	75,00	APROV	13º	15/05/2008
199	MÁRCIA GEOVANA SILVEIRA	3	3	4	12	74,50	74,50	APROV	14º	23/05/2002
3.036	SUSAMARA DA ROCHA	4	0	4	13	74,00	74,00	APROV	15º	10/08/1987
98	LUCIANE BOSQUETTE MARIN DA SILVA	5	1	5	11	74,00	74,00	APROV	16º	26/03/1987
2.881	LADIOMAR EDUARDO VOGEL DA COSTA	3	2	3	13	73,50	73,50	APROV	17º	27/10/2004

2.150	EDERSON DALLA VECCHIA GOMES	4	3	4	11	73,50	73,50	APROV	18º	15/03/2003
3.374	FRANCIELI PRADO DA SILVA	4	3	4	11	73,50	73,50	APROV	19º	01/07/2006
3.073	ANSELMO LUAN FREITAS	4	2	5	11	73,50	73,50	APROV	20º	06/06/2003
2.591	BRENDA VEBER DOS SANTOS	4	2	5	11	73,50	73,50	APROV	21º	03/05/2006
1.685	DIRLEIA CARNEIRO DE SOUZA	4	3	3	11	71,00	71,00	APROV	22º	11/12/1995
341	MAIARA DOS SANTOS	5	2	4	10	70,00	70,00	APROV	23º	24/08/1995
2.607	RAFAEL PRADO DA CUNHA	4	2	5	10	69,50	69,50	APROV	24º	30/08/2003
1.416	LETÍCIA DAIANE DOS SANTOS	4	1	4	11	68,50	68,50	APROV	25º	25/10/1998
1.077	TARSILA MARIA PENA	5	3	4	9	68,50	68,50	APROV	26º	09/01/2003
3.191	DANIEL LAGNI	5	3	4	9	68,50	68,50	APROV	27º	05/03/2006
3.377	CAMILA SOUZA ZANIZ	5	2	5	9	68,50	68,50	APROV	28º	18/05/2001
3.093	JAQUELINE FÁTIMA PIETROBOM	3	2	4	11	68,00	68,00	APROV	29º	03/08/1998
490	ANISIANE JHEINEFER NASCIMENTO ALEXANDRE	4	3	3	10	67,00	67,00	APROV	30º	29/08/2001
2.366	FRANCIELI MARQUES FARIA	2	2	3	12	66,50	66,50	APROV	31º	20/11/2000
186	PATRICIA MACKIEVICZ	3	2	5	10	66,50	66,50	APROV	32º	28/05/1989
2.708	CLEIDE ANTUNES DOS SANTOS	4	0	4	11	66,00	66,00	APROV	33º	14/06/1992
428	EDINA FERREIRA DE LIMA	5	1	5	9	66,00	66,00	APROV	34º	14/02/1987
3.075	TATIANE JAKUBOVSKI	2	0	3	13	65,50	65,50	APROV	35º	06/04/1995
3.053	DAYANE SUZANE DA SILVA TATSCH	3	2	3	11	65,50	65,50	APROV	36º	20/12/1993
1.978	RONIZE VIEIRA	3	1	4	11	65,50	65,50	APROV	37º	27/12/1986
2.268	JULIANA MARTINS DA SILVA	4	2	5	9	65,50	65,50	APROV	38º	07/06/2001
975	ADRIELI RIBEIRO COITO	3	3	5	9	65,00	65,00	APROV	39º	05/07/1995
56	WESLEY FERNANDO BERNARDI RIBEIRO	5	3	4	8	64,50	64,50	APROV	40º	07/08/1999
977	ADRIAN VITOR MACHADO DOS SANTOS	4	4	4	8	64,00	64,00	APROV	41º	09/03/2005
2.930	VANESSA VIEIRA DOS SANTOS ROJANSKI	5	1	4	9	63,50	63,50	APROV	42º	02/10/1991
365	LUCIANA MARGARIDA BERGAMASCHI	5	1	4	9	63,50	63,50	APROV	43º	13/11/1991
1.328	IARA FRANCIELI PEREIRA DOS SANTOS	4	2	4	9	63,00	63,00	APROV	44º	01/11/1993
15	GABRIELI OLIVEIRA DA SILVA	4	1	5	9	63,00	63,00	APROV	45º	22/03/2005
1.649	SALETE ESMA SABATOVYTCH	2	2	3	11	62,50	62,50	APROV	46º	03/07/1969
2.553	RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA	4	2	2	10	62,00	62,00	APROV	47º	06/10/2008
2.530	JONAS PILZ	2	4	4	9	62,00	62,00	APROV	48º	19/03/1994
2.561	GRAZIANE DAL MASO GOMES	4	3	4	8	61,50	61,50	APROV	49º	29/06/1992
3.466	JANETE APARECIDA SMEK	3	2	4	9	60,00	60,00	APROV	50º	25/02/1967
1.379	ANDERSON ZANINI FELLER	3	2	4	9	60,00	60,00	APROV	51º	21/02/2001
222	ADRIAN BRUM DE FREITAS	4	4	4	7	60,00	60,00	APROV	52º	21/10/2009
1.098	RAQUEL DOS SANTOS LEMOS	4	3	5	7	60,00	60,00	APROV	53º	21/04/1993
1.464	ELEN APARECIDA BITENCOURT	4	2	4	8	59,00	59,00	APROV	54º	08/03/1994
68	AMANDA KAMILLA GEMELLI	4	2	4	8	59,00	59,00	APROV	55º	16/12/1997
80	ROSELI MARCELO	4	1	5	8	59,00	59,00	APROV	56º	26/08/1979
3.415	JARBAS ANTÔNIO DE JESUS DE OLIVEIRA	4	1	5	8	59,00	59,00	APROV	57º	18/12/1999
1.090	ANDREIA RAMOS	2	1	4	10	58,50	58,50	APROV	58º	26/03/1994
192	SILVIO MOREIRA DOS PASSOS FILHO	3	3	4	8	58,50	58,50	APROV	59º	15/02/1995
2.032	JANETE BOER	1	1	5	10	58,00	58,00	APROV	60º	30/11/1970
516	GESSI SCHLLEMER	4	0	4	9	58,00	58,00	APROV	61º	13/04/1980
2.525	DANIEL DOUGLAS COSTA SANTIAGO	4	0	4	9	58,00	58,00	APROV	62º	04/06/1996
3.290	DICIMAR JOSÉ BRUCHEZ	4	1	4	8	56,50	56,50	APROV	63º	22/12/1973
1.513	MARIANA BURCKHARDT	4	1	4	8	56,50	56,50	APROV	64º	13/09/1999
3.054	VERA LUCIA FERREIRA	3	2	4	8	56,00	56,00	APROV	65º	30/10/1982
2.990	FRANCIELI SANT´ANA	3	2	4	8	56,00	56,00	APROV	66º	23/06/1985
2.748	ELZA PIAIA	3	1	5	8	56,00	56,00	APROV	67º	03/04/1979
2.897	DOUGLAS KROIN FARIAS	4	0	3	9	55,50	55,50	APROV	68º	13/08/1992
2.521	SOLANGE ROCHA WEIZENMANN	3	1	3	9	55,00	55,00	APROV	69º	17/12/1981
1.733	VANDA MARTINS	3	0	4	9	55,00	55,00	APROV	70º	10/10/1984
653	MAYARA PATRICIA MOREIRA	1	3	5	8	55,00	55,00	APROV	71º	09/01/1994
2.365	TIAGO AMBROSIO MANOEL	4	2	4	7	55,00	55,00	APROV	72º	28/03/1987
3.454	GRAZIELI BISPO DOS SANTOS	4	0	4	8	54,00	54,00	APROV	73º	02/12/1992
2.418	ANGELA ADRIANA DE LIMA DE SOUZA	2	1	3	9	52,00	52,00	APROV	74º	16/07/1979
710	MARLISE OLIVEIRA RAMOS	3	1	3	8	51,00	51,00	APROV	75º	07/03/1988
90	VALDECIR KENE	2	1	4	8	50,50	50,50	APROV	76º	11/03/1980
596	DIONI ALVES DE CARVALHO	3	2	5	6	50,50	50,50	APROV	77º	12/09/2003

1.749	VANIA LUZIA GONÇALVES NOGUEIRA	1	2	4	8	50,00	50,00	APROV	78º	08/05/1978
675	CLAUDETE RAMOS PIRES CORREIA	4	0	4	7	50,00	50,00	APROV	79º	10/05/1993

Agente de Apoio

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
728	KAILAINE STEFANI ALMEIDA DA SILVA	4	2	3	10	82,00	82,00	APROV	1º	10/08/2004
2.956	ALESSANDRA FÁTIMA SILVA	4	1	4	10	82,00	82,00	APROV	2º	29/05/1987
2.764	JOSIANE PATRICIA GONCALVES SUTIL	4	1	4	10	82,00	82,00	APROV	3º	13/04/1992
3.340	NADIR BAZZI	3	1	5	10	82,00	82,00	APROV	4º	16/08/1973
3.044	JOSE CARLOS VIEIRA	4	1	4	9	76,50	76,50	APROV	5º	19/10/2007
2.731	JANIA APARECIDA DOS SANTOS	3	2	4	9	76,50	76,50	APROV	6º	10/05/1985
136	LAURA CRISTINE KEPPEL HUFF	4	0	3	10	76,00	76,00	APROV	7º	27/06/2008
947	JOSE DOS ANJOS	3	1	3	10	76,00	76,00	APROV	8º	30/06/1972
3.008	JOSE ALBERTO DE LIMA	3	2	5	8	74,00	74,00	APROV	9º	23/08/1971
3.371	SILVIA RODRIGUES DIOGO	5	1	2	9	73,50	73,50	APROV	10º	14/06/1988
895	ADRIANO PEGORARO	4	1	3	9	73,50	73,50	APROV	11º	08/01/1998
2.046	ORLANDO ANTUNES DA ROSA	3	1	4	9	73,50	73,50	APROV	12º	22/05/1990
3.064	MARCIO FELIPE SOBRAL HENQUE	3	1	4	9	73,50	73,50	APROV	13º	30/05/1996
826	RONIMAR BARBOSA	3	1	2	10	73,00	73,00	APROV	14º	08/10/1995
2.538	VALDECIR BUENO	3	1	5	8	71,00	71,00	APROV	15º	19/08/1979
253	GEOVANE DA SILVA GRANZA	2	2	3	9	70,50	70,50	APROV	16º	18/10/1996
746	ROSANA APARECIDA FURQUIM BIAZIN	4	1	3	8	68,00	68,00	APROV	17º	19/10/1984
1.806	KAUAN HENRIQUE DOS ANJOS	4	1	3	8	68,00	68,00	APROV	18º	06/09/2004
2.560	SOELI BEIS	3	3	2	8	68,00	68,00	APROV	19º	18/07/1975
2.300	IZELI DOS SANTOS	3	2	3	8	68,00	68,00	APROV	20º	28/12/1979
2.461	VALTAIR RANGEL	3	1	4	8	68,00	68,00	APROV	21º	19/10/1983
904	JAMIR LUIZ PEGORARO	2	1	3	9	67,50	67,50	APROV	22º	27/02/1964
1.512	LUCAS GABRIEL DOS SANTOS MARX	3	1	2	9	67,50	67,50	APROV	23º	06/10/2006
2.015	MARIZA RIBEIRO	3	1	1	9	64,50	64,50	APROV	24º	17/06/1993
223	JOCIANE DE OLIVEIRA SANTOS	2	0	5	7	59,50	59,50	APROV	25º	04/06/1998
1.728	SOLANGE FURQUIM DE OLIVEIRA	2	1	2	8	59,00	59,00	APROV	26º	29/06/1993

Agente de Endemias

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.908	JOAO ROBERTO DA SILVA	5	4	4	14	91,00	91,00	APROV	1º	11/11/1980
1.693	ALICE MARCHIORO	5	3	5	13	87,00	87,00	APROV	2º	12/10/1999
1.192	HERICK MATHEUS SURDI PANHO	5	3	5	13	87,00	87,00	APROV	3º	30/08/2004
2.341	MARCOS AUGUSTO ANCIUTTI	3	5	5	13	86,00	86,00	APROV	4º	06/09/1970
2.420	HUELINTON HONORATO	4	3	4	14	85,50	85,50	APROV	5º	08/02/1989
901	EMILY HAGNE GOMES KIIHL PEREIRA	5	2	4	13	82,00	82,00	APROV	6º	14/01/1997
696	DEBORA CRISTINA PORTELLA	4	3	5	12	80,00	80,00	APROV	7º	08/04/1997
3.467	EDIMIR RICARDO LASKOSKI	4	1	5	13	79,00	79,00	APROV	8º	25/03/1976
540	JAQUELINE FERNANDES DA SILVA	5	4	4	11	79,00	79,00	APROV	9º	01/05/2004
3.392	WILLIAN FELIPE BRUCHEZ	5	2	4	12	78,00	78,00	APROV	10º	05/11/1995
60	JULIANA DOS SANTOS ORTEGA	4	2	5	12	77,50	77,50	APROV	11º	01/09/1998
3.311	GABRIEL MARCHIORO	5	3	4	11	76,50	76,50	APROV	12º	31/10/1995
3.047	MIRELE DE LIMA BARTZIKI	5	3	4	11	76,50	76,50	APROV	13º	11/07/2000
2.096	LIAMAR DE FREITAS GONCALVES	4	4	4	11	76,00	76,00	APROV	14º	21/09/1999
3.373	MATHEUS FERRAZ CALDAS	4	2	4	12	75,00	75,00	APROV	15º	08/05/1980
1.501	DIOMARA AP PIOVEZAN LAGNI	5	3	5	10	75,00	75,00	APROV	16º	03/07/1988
2.512	KAUÃ FELIPE DA SILVA LIMA	4	4	3	11	73,50	73,50	APROV	17º	19/02/2003
2.941	GUILHERME BERNARDI GOMES VIEIRA	3	3	5	11	73,00	73,00	APROV	18º	15/04/2009
1.695	MOACIR COUCEIRO DE ARRUDA FALCAO FILHO	5	3	4	10	72,50	72,50	APROV	19º	03/07/1966
2.208	EDUARDO RODRIGUES RAMOS	5	2	5	10	72,50	72,50	APROV	20º	30/05/1997
2.325	MILENA SOTEL DE SOUZA	4	2	4	11	71,00	71,00	APROV	21º	22/09/2001
1.544	VICTOR FLOR DOS SANTOS	3	3	4	11	70,50	70,50	APROV	22º	06/06/2000
3.118	VANIA APARECIDA BEKER LOPES	5	1	5	10	70,00	70,00	APROV	23º	29/11/1995
2.212	ELAINE DA COSTA E SILVA	2	2	4	12	69,00	69,00	APROV	24º	06/01/1989
2.415	FRANCISCA ALVES DE LIMA	4	1	4	11	68,50	68,50	APROV	25º	04/09/1984
3.312	RENAN PEREIRA PRADO	5	3	4	9	68,50	68,50	APROV	26º	13/05/2004

2.817	GABRIELA BILSKI SCHEIFER	5	2	5	9	68,50	68,50	APROV	27º	06/01/2008
1.619	IVANI DA PARECIDA KOVALESKI DOURADO	4	3	4	9	65,50	65,50	APROV	28º	14/11/1970
1.486	SILVANA BUENO DE LARA	4	3	4	9	65,50	65,50	APROV	29º	24/09/1982
2.230	JOSIANE AVILA	3	3	5	9	65,00	65,00	APROV	30º	04/08/1989
2.064	ANDERSON LUIZ HECKLER	5	2	5	8	64,50	64,50	APROV	31º	30/06/1994
934	MATHEUS DANIEL GIACOMIN	3	2	4	10	64,00	64,00	APROV	32º	04/01/1995
1.310	MONICA SOUZA SCHAFER	3	2	4	10	64,00	64,00	APROV	33º	12/12/1997
2.589	SANDRO PASCOAL PAGANINI	3	2	5	9	62,50	62,50	APROV	34º	06/04/1980
2.397	CRIZELI DOLLA DA SILVA	5	3	3	8	62,00	62,00	APROV	35º	12/06/2000
296	JOCIELE PEROTONI	5	1	5	8	62,00	62,00	APROV	36º	02/08/1993
2.567	JOÃO VICTOR PANHO FERREIRA LOPES	3	2	3	10	61,50	61,50	APROV	37º	24/06/2003
3.137	ANA MARIA DOS SANTOS ZAROR	4	3	4	8	61,50	61,50	APROV	38º	20/01/2002
1.951	JACKSON RODRIGO AGUIDA	4	2	5	8	61,50	61,50	APROV	39º	03/10/1997
2.614	IZMARA DE PAULA THOME	4	2	3	9	60,50	60,50	APROV	40º	24/05/2003
337	JOÃO HENRIQUE MARTINSON BREDA	4	3	5	7	60,00	60,00	APROV	41º	20/05/2003
3.471	CLAUDINEIA RODRIGUES SCHAEFER	5	1	4	8	59,50	59,50	APROV	42º	14/10/1988
1.436	ISCARLAT TORRES DA COSTA	4	2	4	8	59,00	59,00	APROV	43º	17/01/2000
3.258	FERNANDO INSAURALD	4	1	5	8	59,00	59,00	APROV	44º	04/09/2001
2.935	JOSLAINE SOUZA	3	2	3	9	57,50	57,50	APROV	45º	08/06/2006
2.991	BRENDA DOS SANTOS DA SILVA	4	1	1	10	57,00	57,00	APROV	46º	17/02/2010
1.908	LUCIANA CORREIA	4	1	4	8	56,50	56,50	APROV	47º	31/12/1991
1.620	TAILAINE GUIMARÃES DA SILVA	3	2	4	8	56,00	56,00	APROV	48º	21/06/2001
841	THIEGO HASPER	2	3	4	8	55,50	55,50	APROV	49º	15/09/1997
2.458	ALLISON FELIPE GANZER DE OLIVEIRA	2	2	5	8	55,50	55,50	APROV	50º	27/01/1997
2.972	CLEIDINALDO DOS SANTOS FIGUEIREDO	4	1	5	7	55,00	55,00	APROV	51º	09/02/1988
2.138	GABRIELI FÁTIMA PAGANINI DA SILVA	4	1	5	7	55,00	55,00	APROV	52º	01/02/2008
1.655	KAUAN GABRIEL MAINARDES GARCIA	3	2	3	8	53,50	53,50	APROV	53º	17/05/2005
1.142	THAYANE SILVA CORREA BERNARDI	3	4	4	6	53,00	53,00	APROV	54º	19/11/2000
1.238	CLAUDINEIA MOREIRA TAVARES	4	0	5	7	52,50	52,50	APROV	55º	10/03/1992
2.849	DELIS MARIA LOUREIRO	3	1	3	8	51,00	51,00	APROV	56º	02/08/1985
2.324	IRINITA SOTEL DE SOUZA	3	0	4	8	51,00	51,00	APROV	57º	12/06/1969
2.654	ANA LUIZA SOUZA SCHAFER	4	2	4	6	51,00	51,00	APROV	58º	30/03/2008

Assistente Administrativo

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.583	BIANCA DUFFEK TITON	5	5	4	15	97,50	97,50	APROV	1º	26/11/2008
1.774	ANA BEATRIZ CÓRDOVA DE ALMEIDA	5	4	4	15	95,00	95,00	APROV	2º	15/06/2009
3.133	IVONETE DUARTE DE LIMA	5	3	5	15	95,00	95,00	APROV	3º	14/01/1983
2.383	GENIFFER DALLA VECCHIA	5	3	5	15	95,00	95,00	APROV	4º	10/05/1996
3.048	PAULO HENRIQUE RAMOS DUFFECK	5	3	5	15	95,00	95,00	APROV	5º	26/09/2005
3.187	ARTHUR LAGOS DE OLIVEIRA	5	3	5	15	95,00	95,00	APROV	6º	27/03/2006
2.028	GABRIELA GOMES LIMA GAWLIK	5	4	3	15	92,50	92,50	APROV	7º	16/01/2000
3.462	JENIFER KAUANNY ALVES	5	3	4	15	92,50	92,50	APROV	8º	13/04/2004
1.952	LARISSA KOVALESKI	5	2	5	15	92,50	92,50	APROV	9º	13/03/2001
3.116	JHENYFER XAVIER DA SILVA	5	2	5	15	92,50	92,50	APROV	10º	14/02/2008
2.501	ADRIANE GERALDINA DUFFEK	3	4	5	15	91,50	91,50	APROV	11º	13/03/1989
1.630	RENATO RADEL JUNIOR	5	3	5	14	91,00	91,00	APROV	12º	11/10/1994
618	DAIANE ALVES DA SILVA	5	1	5	15	90,00	90,00	APROV	13º	08/06/1989
2.965	ALLANA VITORIA PIMENTEL GARCIA	4	3	4	15	89,50	89,50	APROV	14º	28/11/2007
650	DAVI OLIVEIRA PINHEIRO	3	3	5	15	89,00	89,00	APROV	15º	18/05/2008
946	ANA CAROLINE GALLI	5	3	4	14	88,50	88,50	APROV	16º	06/04/1994
3.230	KAUÃ SILVESTRE ROSSI	5	3	4	14	88,50	88,50	APROV	17º	27/09/2004
3.105	DORALINA ANTUNES DOS SANTOS	5	2	5	14	88,50	88,50	APROV	18º	17/11/1975
3.006	PRISCILA FUENTES ROMERO	5	2	5	14	88,50	88,50	APROV	19º	21/08/1988
178	ALINE DOS REIS DE SOUZA	5	2	5	14	88,50	88,50	APROV	20º	17/06/1997
29	FELIPE FRANCO DE OLIVEIRA	5	2	5	14	88,50	88,50	APROV	21º	24/09/2004
2.370	JEZIÉLI DE SOUZA STACIAK	5	1	4	15	87,50	87,50	APROV	22º	01/12/2000
2.181	VANDRESSA MARCELINO VILBOSKI	5	1	4	15	87,50	87,50	APROV	23º	28/08/2003
36	ANNE CAROLINE WASMAN DOS ANJOS	4	2	4	15	87,00	87,00	APROV	24º	27/05/2003
3.140	DAVID DE LIMA FERNANDES	3	3	4	15	86,50	86,50	APROV	25º	07/08/1995
499	FABRÍCIA NETO CÔRTES	3	2	5	15	86,50	86,50	APROV	26º	15/09/1987

2.467	ARTHUR FELIPE PAVAN WEICH	5	3	3	14	86,00	86,00	APROV	27º	27/07/2009
478	ELAINE CRISTINA CÓRDOVA DE ALMEIDA	5	2	4	14	86,00	86,00	APROV	28º	05/05/1982
1.960	ISAÍAS CARDOSO	4	1	4	15	84,50	84,50	APROV	29º	04/12/1968
1.441	ERENI BORAK	5	2	3	14	83,50	83,50	APROV	30º	21/12/1964
2.586	SUSANA DE FATIMA TEIXEIRA PAGANINI	4	2	4	14	83,00	83,00	APROV	31º	27/02/1983
3.332	GISELE BARETA	4	2	4	14	83,00	83,00	APROV	32º	09/01/1986
1.552	EMANUELY CRISTINA GARCIA DE MORAES	4	2	4	14	83,00	83,00	APROV	33º	13/10/2008
3.219	MARIA LUIZA DE FREITAS MOREIRA	5	3	3	13	82,00	82,00	APROV	34º	13/05/2006
117	PEDRO HENRIQUE GAVA LIBERATTI	4	3	4	13	81,50	81,50	APROV	35º	03/08/2000
2.426	JOÃO PEDRO SOUZA	5	2	5	12	80,50	80,50	APROV	36º	02/02/2001
2.107	MIRELLA KARINE MANDRICK	5	2	5	12	80,50	80,50	APROV	37º	09/01/2005
1.604	MILENA SILVA DE LIMA	5	2	5	12	80,50	80,50	APROV	38º	03/12/2007
3.285	LUANA OLIVEIRA DE MORAES	3	3	3	14	80,00	80,00	APROV	39º	10/06/2008
2.879	NELLIANY BERNALDE	3	2	4	14	80,00	80,00	APROV	40º	15/12/1998
2.182	MILENA LAISA PASSOS DOS SANTOS	4	4	4	12	80,00	80,00	APROV	41º	07/03/2001
2.572	ANANDA CARINE THOMAZ	4	3	5	12	80,00	80,00	APROV	42º	05/06/1996
3.156	SARA CRISTIANE DE OLIVEIRA	5	1	4	13	79,50	79,50	APROV	43º	21/04/1988
581	RAYSSA TOIGO RIBEIRO	4	3	3	13	79,00	79,00	APROV	44º	10/12/2006
2.895	SONIA MARA DA ROSA	4	2	4	13	79,00	79,00	APROV	45º	29/04/1996
2.841	GABRIELE VITORIA DOARTE GALESKI	4	0	4	14	78,00	78,00	APROV	46º	24/09/2005
2.086	GENECI DIOGO	5	2	4	12	78,00	78,00	APROV	47º	29/04/1986
2.416	EDER FRANCISCO LIMA	3	2	3	14	77,50	77,50	APROV	48º	28/04/1981
3.267	RYAN RICARDO MENCK ZIMMERMANN	4	4	3	12	77,50	77,50	APROV	49º	18/08/2007
1.189	NATAN MENDES DOS SANTOS	5	1	3	13	77,00	77,00	APROV	50º	11/01/2005
3.179	MARGARETH DE ANDRADE SOUZA	4	1	4	13	76,50	76,50	APROV	51º	05/04/1982
2.005	SILVANA FREITAS DOS SANTOS	4	1	4	13	76,50	76,50	APROV	52º	30/06/1992
2.350	LETICIA ANGELA DE OLIVEIRA	4	1	2	14	75,50	75,50	APROV	53º	29/10/1996
743	JHON VITOR DA SILVA	5	1	5	11	74,00	74,00	APROV	54º	30/05/2007
66	ISABELLI BUHLER LAGNI	3	1	4	13	73,50	73,50	APROV	55º	12/12/2004
2.224	HELENA CURTIS SOARES	3	1	4	13	73,50	73,50	APROV	56º	19/11/2008
2.905	CAMILA TATIANE GONZAGA	2	2	4	13	73,00	73,00	APROV	57º	05/11/1995
2.929	JOSIANE BARRETO DA COSTA OENNING	2	1	5	13	73,00	73,00	APROV	58º	21/10/1987
1.617	DYENNIFER CAMILA TOCHINSKI BAZZI	5	1	3	12	73,00	73,00	APROV	59º	31/01/2001
2.730	ALCIDES MANOEL ANTONIO DA COSTA	3	3	5	11	73,00	73,00	APROV	60º	14/02/1984
3.300	LUCAS KEMPER	3	1	3	13	71,00	71,00	APROV	61º	17/08/2001
286	GISLAINE FERREIRA GONCALVES	2	1	4	13	70,50	70,50	APROV	62º	05/10/1991
1.910	SAMARA APARECIDA PALHANO	4	2	3	11	68,50	68,50	APROV	63º	21/07/1994
1.316	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	5	3	4	9	68,50	68,50	APROV	64º	27/05/1994
11	ARIANE APARECIDA CAMARGO DE SOUZA	3	2	4	11	68,00	68,00	APROV	65º	08/02/2000
3.107	JULIANA RODRIGUES DE SENE	3	0	4	12	67,00	67,00	APROV	66º	22/02/1987
3.122	ALINE DIELI CESAR DA SILVA	4	1	5	10	67,00	67,00	APROV	67º	06/04/2002
2.316	CAROLINY DE RAMOS ZEPKA	3	3	2	11	65,50	65,50	APROV	68º	12/07/2008
2.487	THIAGO MAFALDO DOS SANTOS	3	1	1	11	58,00	58,00	APROV	69º	03/07/2007

Assistente Educacional

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.658	KELWYN GABRIEL BRZEZINSKI DA SILVA	5	5	5	15	100,00	100,00	APROV	1º	03/04/2006
1.804	BEATRIZ BERNADETE MACIEL	5	4	4	15	95,00	95,00	APROV	2º	10/03/1983
1.825	NATHALY RAPHAELA DARIO	5	4	4	15	95,00	95,00	APROV	3º	07/11/1985
306	ISABELLY DE LARA DUARTE	5	3	5	15	95,00	95,00	APROV	4º	15/12/2006
1.846	SONIA CRISTIANE SILVESTRE	5	2	5	15	92,50	92,50	APROV	5º	19/04/1985
2.623	LUCAS DE OLIVEIRA FARIA	5	2	5	15	92,50	92,50	APROV	6º	26/01/2005
1.403	LUCIMARI LIMA DOS SANTOS	4	3	5	15	92,00	92,00	APROV	7º	08/06/1995
1.803	CLARA DANISIELI OLIVEIRA	5	2	4	15	90,00	90,00	APROV	8º	28/10/2007
1.493	GLADES MARIA MORETTO ZIMMERMANN	5	1	5	15	90,00	90,00	APROV	9º	01/06/1974
339	BRUNA FERREIRA GÓIS DO AMARAL	4	3	4	15	89,50	89,50	APROV	10º	23/03/1994
2.600	LEONILDA APARECIDA DOS SANTOS	4	2	5	15	89,50	89,50	APROV	11º	17/04/1978
2.794	LUCIANE PEREIRA PRADO GARCIA	4	2	5	15	89,50	89,50	APROV	12º	11/03/1990
1.781	LOUISE N RAFANIN	3	4	4	15	89,00	89,00	APROV	13º	02/12/2005
211	ANDRIELE GONÇALVES DA COSTA	5	2	3	15	87,50	87,50	APROV	14º	23/03/2001
403	ROSELY DE FATIMA GOMES VAZ GIULIANI	5	1	4	15	87,50	87,50	APROV	15º	28/03/1967

1.382	AMANDA MARTINS DOS REIS DE SOUZA	5	1	4	15	87,50	87,50	APROV	16º	08/07/2001
872	LUCINEIA OLIVEIRA NAVARRO	4	3	3	15	87,00	87,00	APROV	17º	23/02/1998
685	WALQUIRIA DALILA CONRADI MEURER	4	2	4	15	87,00	87,00	APROV	18º	23/01/1991
2.987	DALVANE ROCHA	4	2	4	15	87,00	87,00	APROV	19º	10/03/1992
2.599	DAIANE DA SILVA	4	2	4	15	87,00	87,00	APROV	20º	20/08/1992
3.025	CLARICE DOS SANTOS	4	2	4	15	87,00	87,00	APROV	21º	10/05/2007
320	JOÃO GABRIEL MARTINS DOS SANTOS	3	2	5	15	86,50	86,50	APROV	22º	31/03/2005
2.738	ANA ALICE DA SILVA BOSI	4	2	5	14	85,50	85,50	APROV	23º	30/03/2010
1.451	ANA LUIZA DOS SANTOS CURTIS	4	2	3	15	84,50	84,50	APROV	24º	15/04/2006
2.832	LUANA PATRICIA FREITAS JAKUBOVSKI	4	1	4	15	84,50	84,50	APROV	25º	15/10/1994
116	FLAVIA HENNINGS LIBERATTI	4	1	4	15	84,50	84,50	APROV	26º	28/08/2000
2.966	ISABELA DOS SANTOS RODRIGUES	4	1	4	15	84,50	84,50	APROV	27º	28/06/2007
1.768	MARYA VITORIA HENQUE	4	1	4	15	84,50	84,50	APROV	28º	22/11/2007
2.944	IANDRA PRADO SIQUEIRA	4	1	4	15	84,50	84,50	APROV	29º	26/04/2008
1.628	MARIA CRISTINA SILVA DA ROSA	3	2	4	15	84,00	84,00	APROV	30º	02/08/1987
260	FERNANDA PACHECO DA ROSA	5	1	4	14	83,50	83,50	APROV	31º	20/10/1999
2.231	MARIA ALVES SANTOS	4	2	4	14	83,00	83,00	APROV	32º	13/02/1984
1.410	MARICE DE FATIMA ALVARENGA	4	2	4	14	83,00	83,00	APROV	33º	15/05/1993
3.041	SUELEN SOZIN GIRELLI	4	1	5	14	83,00	83,00	APROV	34º	02/04/2000
716	TEREZINHA APARECIDA LANGEMBERG	3	3	4	14	82,50	82,50	APROV	35º	11/10/1996
2.649	VIVIANE APARECIDA ORBEN	4	1	3	15	82,00	82,00	APROV	36º	09/04/1975
358	GIOVANA FERREIRA ROSA	3	2	3	15	81,50	81,50	APROV	37º	22/01/2002
2.802	ELIZETE GOMES DA SILVA	3	1	4	15	81,50	81,50	APROV	38º	22/07/1978
2.647	GILVANA MACHINER DOS SANTOS	3	1	4	15	81,50	81,50	APROV	39º	02/05/1986
1.872	TAIS DE LIMA INHAIA	3	1	4	15	81,50	81,50	APROV	40º	17/10/2002
1.015	MARIA CLAUDIA DA COSTA	2	1	5	15	81,00	81,00	APROV	41º	24/02/1986
18	ALINE CAROLINE CATSCHOR	3	3	3	14	80,00	80,00	APROV	42º	26/04/1997
2.696	ROSANE LEONILDA DA COSTA OLIVEIRA	3	2	4	14	80,00	80,00	APROV	43º	11/06/1992
3.201	JOAO VITOR DE OLIVEIRA DOS SANTOS	5	2	3	13	79,50	79,50	APROV	44º	06/07/2005
510	STEFANI BENTO BLEMER	4	2	4	13	79,00	79,00	APROV	45º	04/09/2008
2.744	JAINE DOS DANTOS ZERBINATO	2	2	3	15	78,50	78,50	APROV	46º	12/06/2007
670	KAMILY GABRIELLY LOPES DOS SANTOS	3	2	3	14	77,50	77,50	APROV	47º	03/11/2005
2.381	CAMILA COSTA	3	1	4	14	77,50	77,50	APROV	48º	27/06/1997
2.712	KAOANY APARECIDA DAMBROSKI DE SOUZA	4	1	4	13	76,50	76,50	APROV	49º	26/07/1997
32	EDUARDA FERNANDES DOS SANTOS	1	1	4	15	75,50	75,50	APROV	50º	18/04/2009
430	ANAIENY CANAL DE OLIVEIRA	4	0	3	14	75,50	75,50	APROV	51º	06/09/2004
1.718	CAMILA BIANCA PAULINO MONTEIRO	3	0	4	14	75,00	75,00	APROV	52º	17/12/2003
3.408	VANESSA FREITAS RODRIGUES	2	1	4	14	74,50	74,50	APROV	53º	26/04/2001
1.720	JEVERSON MACEDO MENDES	1	3	3	14	74,00	74,00	APROV	54º	02/02/1994
1.490	MARILENE BARTZIKI CAMARGO	4	0	4	13	74,00	74,00	APROV	55º	20/06/1997
156	EVERTON OLIVEIRA RIBEIRO	2	2	4	13	73,00	73,00	APROV	56º	17/01/1998
3.328	RAYANE PEDROSO DE LIMA	5	0	4	12	73,00	73,00	APROV	57º	20/11/2003
2.633	ADRIANA SILVA DE OLIVEIRA	3	1	2	14	72,50	72,50	APROV	58º	29/04/1985
3.148	FRANCIELI PRADO DE CARVALHO	3	0	3	14	72,50	72,50	APROV	59º	16/01/2004
3.063	ZENILDA ANTUNES DO NASCIMENTO	0	1	5	14	71,00	71,00	APROV	60º	13/01/1980
1.929	MARLUCI GONÇALVES TAVEIRA	2	1	2	14	69,50	69,50	APROV	61º	12/09/1988
75	JESSICA TAMARA PACHECO DA COSTA	3	0	3	13	68,50	68,50	APROV	62º	06/05/2003
2.605	FATIMA APARECIDA CARVALHO FURQUIM	2	1	3	11	60,00	60,00	APROV	63º	04/01/1993
1.805	ELUINA DOS SANTOS ROSA DOS ANJOS	0	1	2	11	51,50	51,50	APROV	64º	05/11/1979

Assistente Social									
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.026	ADERNANDA SILVA DA ROSA	4	4	4	18	86,00	86,00	APROV	1º	19/08/1989
1.597	OSMAR DA SILVA TAVARES JUNIOR	4	2	5	16	77,50	77,50	APROV	2º	15/09/1983
1.047	CASSIANA DO AMARAL GUEDES	3	3	5	16	77,00	77,00	APROV	3º	05/08/1989
316	KELY CAROLINE DOMINGUES	5	4	4	14	77,00	77,00	APROV	4º	10/09/1994
152	LOUISE MARIANE SILVEIRA VIEIRA	4	3	3	16	75,00	75,00	APROV	5º	21/08/1990
2.788	DEBORAH RODRIGUES MONTEIRO BARBOSA	5	3	4	14	74,50	74,50	APROV	6º	01/04/1985
70	LAVINIA GONÇALVES DOS SANTOS	4	1	3	17	73,00	73,00	APROV	7º	15/02/2000
58	FLÁVIA APARECIDA DOS SANTOS SILVA	4	0	5	16	72,50	72,50	APROV	8º	02/03/1991
3.313	JEANILSO MUNHOZ MACEDO	3	2	4	16	72,00	72,00	APROV	9º	27/01/1988

3.270	NATHALIA ELIZABETH PACHECO	5	3	4	13	71,50	71,50	APROV	10º	16/01/2002
2.947	CLEUSA MESSIAS HENRIQUE MACIEL	4	4	4	13	71,00	71,00	APROV	11º	05/09/1982
3.168	SIMARA LADWIG	5	3	2	14	69,50	69,50	APROV	12º	16/11/1986
3.114	JULIANA RITTER SOUTO	2	2	4	16	69,00	69,00	APROV	13º	13/08/1989
246	EVANDRO MATOS BARREIRO	1	3	4	16	68,50	68,50	APROV	14º	13/03/1991
3.232	DIANDRA APARECIDA GIONGO	2	3	4	14	65,50	65,50	APROV	15º	25/08/1989
86	JOZIANE SCHERDOVSKI	3	3	4	13	65,50	65,50	APROV	16º	13/07/1983
816	CLAUDIA REJANE SILVA PACHECO	3	4	4	12	65,00	65,00	APROV	17º	11/11/1980
1.182	DULCILEIA ALVES VIEIRA	4	2	2	14	64,00	64,00	APROV	18º	27/07/1976
1.275	KARINE ELIANE BERGAMINI	2	2	3	15	63,50	63,50	APROV	19º	18/04/1984
1.335	JULIA RICHARDI	4	2	3	13	63,50	63,50	APROV	20º	02/05/1997
1.970	ROSANGELA STEINHEUSER DE CAMARGO	4	4	2	12	63,00	63,00	APROV	21º	09/02/1982
441	LEOBINA GULHAK	2	2	5	13	62,50	62,50	APROV	22º	12/04/1982
933	DAIANE TEIXEIRA DOS REIS	3	1	3	14	61,00	61,00	APROV	23º	16/09/1986
3.238	DEBORA WIETOZIKOSKI	2	1	4	14	60,50	60,50	APROV	24º	23/05/1984
2.445	VALDECIR CIPRIANO DE PAULA	1	1	5	14	60,00	60,00	APROV	25º	12/02/1976

Atendente de Consultório Dentário

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.326	NICOLY FERREIRA MORAIS	5	2	5	9	68,50	68,50	APROV	1º	30/01/2006
682	ANA PAULA DE QUADROS DA ROCHA	5	3	5	7	63,00	63,00	APROV	2º	05/04/2002
2.532	JUANA CARMEN SMEK WEBER	4	2	5	8	61,50	61,50	APROV	3º	18/01/2007
352	MARIANA SIGNOR PINTO	2	3	5	6	50,00	50,00	APROV	4º	09/06/2008

Auditor Fiscal

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
1.631	LARISSA DALLELASTE BORILLI	4	3	5	13	71,00	71,00	APROV	1º	15/12/1994
556	GUSTAVO PISTA SILVA	5	4	4	11	68,00	68,00	APROV	2º	20/01/2002
1.253	MATEUS BOSSA VICARI	4	4	4	11	65,00	65,00	APROV	3º	29/06/2002
375	ELDER RIOS DE OLIVEIRA	5	3	5	10	65,00	65,00	APROV	4º	29/09/1996
1.633	MATHEUS AQUINO RAMIRES	5	1	4	12	63,50	63,50	APROV	5º	16/08/1998
2.698	PEDRO AUGUSTO SEVERO JOSEFI	4	4	5	9	61,50	61,50	APROV	6º	22/03/1996
16	DIRCEU LUIZ GARCIAS DA SILVA	4	3	3	11	60,00	60,00	APROV	7º	02/05/1991

Cozinheira

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.498	EDIVANIA DA SILVA LIMA	5	2	5	9	85,50	85,50	APROV	1º	11/06/1994
149	GRAZIELI DE OLIVEIRA MARTINS	4	2	4	10	85,00	85,00	APROV	2º	06/01/1985
2.177	REGIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	4	3	4	9	82,50	82,50	APROV	3º	09/11/1986
2.330	EVERTON DALLA VECCHIA GOMES	3	1	4	10	79,00	79,00	APROV	4º	29/06/1997
907	DEMETRIOS SOLDAN GEHLEN	5	2	4	8	77,00	77,00	APROV	5º	10/03/1999
1.761	JULIANA DA SILVA	4	0	5	9	76,50	76,50	APROV	6º	08/07/1988
345	JHESSICA ESTABELINI	5	1	4	8	74,00	74,00	APROV	7º	29/01/1992
1.646	ZENIR GROBS	4	2	5	7	71,50	71,50	APROV	8º	21/10/1973
585	SOLENI DE OLIVEIRA	4	2	3	8	71,00	71,00	APROV	9º	22/07/1988
1.504	CRISTINA FATIMA CURTIS	3	0	2	10	70,00	70,00	APROV	10º	13/05/1983
3.211	FABIANA LEMES DA COSTA	5	1	4	7	68,50	68,50	APROV	11º	08/04/1999
1.643	MARIA LUCIA DIOGO	3	2	5	7	68,50	68,50	APROV	12º	02/05/1977
962	LUCINEIA RAMOS DA SILVA	4	3	2	7	65,50	65,50	APROV	13º	14/12/1977
39	LAIZ DOS SANTOS ANDRADE	4	1	4	7	65,50	65,50	APROV	14º	11/12/1996
586	MARLI TEREZINHA MACHADO	3	2	2	8	65,00	65,00	APROV	15º	12/08/1980
290	SIMONE VEIGA DE SOUZA	1	1	3	9	64,50	64,50	APROV	16º	29/05/1986
2.263	ROSELI APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA	4	3	3	6	63,00	63,00	APROV	17º	03/02/1980
2.243	ALINE ANTUNES DOS SANTOS	5	0	3	7	62,50	62,50	APROV	18º	15/09/2000
801	GEISILANE GONCALVES DOS SANTOS	4	1	3	7	62,50	62,50	APROV	19º	02/10/1993
1.178	JUCÉLIA DE FÁTIMA SATIL FERREIRA	3	1	4	7	62,50	62,50	APROV	20º	09/02/1987
43	AMANDA IZABELI ALVES FERREIRA SUTIL	3	1	4	7	62,50	62,50	APROV	21º	17/04/2005
100	NEIVA BAZZI DA SILVA	2	2	4	7	62,50	62,50	APROV	22º	16/08/1973
188	SANDRA FERREIRA	4	1	1	8	62,00	62,00	APROV	23º	12/01/1986
1.923	SIRLEI CARDOSO DOS SANTOS MANDRICK	4	2	4	5	57,50	57,50	APROV	24º	03/11/1971

733	SANDRA MARIA DA SILVA PAULA CACHOEIRA	4	2	2	6	57,00	57,00	APROV	25º	28/11/1979
3.172	MELANIA LEMES	3	2	3	6	57,00	57,00	APROV	26º	08/04/1994
2.943	TÂNIA MARIA DE LIMA CABRAL	3	1	4	6	57,00	57,00	APROV	27º	28/07/1995
638	JULIEINE DE LARA	3	0	5	6	57,00	57,00	APROV	28º	06/05/1994
2.434	JOCELINA CONCEICAO	4	2	3	5	54,50	54,50	APROV	29º	10/12/1986
195	CARLA CAROLINI DA SILVA	4	0	3	6	54,00	54,00	APROV	30º	25/09/2003
3.207	SILMARA LIMA DALLA VECCHIA	3	2	5	4	52,00	52,00	APROV	31º	27/07/1981
2.449	DÉBORA CRISTINA EFISIO	4	1	3	5	51,50	51,50	APROV	32º	27/05/1995
2.343	ROBERTO DA SILVA	4	0	4	5	51,50	51,50	APROV	33º	02/11/1970
3.159	PATRICIA FARIAS DOS SANTOS	2	2	4	5	51,50	51,50	APROV	34º	17/03/1993
1.446	GRACIELI FERNANDA DOS SANTOS	3	0	3	6	51,00	51,00	APROV	35º	26/09/1980
1.423	FRANCIELE SILVA DOS SANTOS	3	0	3	6	51,00	51,00	APROV	36º	10/09/1992
157	MAYARA JAQUELINE NOGUEIRA BORILLE	3	0	3	6	51,00	51,00	APROV	37º	06/02/1997

Dentista

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
798	ISABELLY RIBEIRO COELHO	5	5	4	20	97,50	97,50	APROV	1º	24/06/2003
1.848	JOÃO ARTHUR SARTORI HERBER	5	5	5	19	97,00	97,00	APROV	2º	25/05/1998
773	MATHEUS FERREIRA FALEIROS DA SILVA	4	5	4	20	94,50	94,50	APROV	3º	22/02/1999
1.165	ANTONIO ROMILSON PIRES RODRIGUES	5	5	4	19	94,50	94,50	APROV	4º	23/02/1997
2.207	JOÃO VÍTOR GRAVINA VENTORIM	5	5	4	19	94,50	94,50	APROV	5º	10/12/1999
1.071	VERA LÚCIA MAINARD	5	5	4	19	94,50	94,50	APROV	6º	16/01/2003
2.535	SAMUEL MELO GOMES	5	2	5	20	92,50	92,50	APROV	7º	12/07/1993
297	INGRID HORST DA SILVA	4	5	3	20	92,00	92,00	APROV	8º	02/05/2003
1.478	NATHALIA PINHEIRO PONTELI	5	4	4	19	92,00	92,00	APROV	9º	03/03/2000
858	MELQUISEDEQUE LISBOA DOS SANTOS	4	5	4	19	91,50	91,50	APROV	10º	03/06/1996
1.900	PAULA FERNANDA MORO PUGA	4	5	4	19	91,50	91,50	APROV	11º	01/08/2003
2.843	ARÃO GASPAR PACHECO NETO	4	4	5	19	91,50	91,50	APROV	12º	19/05/2003
382	PEDRO ILO REBELO DE AZEVEDO	5	5	4	18	91,50	91,50	APROV	13º	30/12/1990
2.022	GUSTAVO LESSIO	5	5	4	18	91,50	91,50	APROV	14º	19/11/2003
831	CESAR DUFFEEK GRANEMANN	4	2	5	20	89,50	89,50	APROV	15º	22/05/1989
3.249	JÉSSICA LARISSA BRANDALISE	5	3	4	19	89,50	89,50	APROV	16º	15/05/1997
3.400	TATIARA MARTINS	4	4	4	19	89,00	89,00	APROV	17º	16/08/1991
233	DANIELI LAIS CAVALHEIRO	4	4	4	19	89,00	89,00	APROV	18º	23/02/2004
772	LUIZA WAMMES	4	3	5	19	89,00	89,00	APROV	19º	14/02/2003
2.189	FERNANDO HARUO IDE	5	5	3	18	89,00	89,00	APROV	20º	08/01/1984
1.540	THABATA MAPURUNGA DE ALBUQUERQUE RIBEIRO	5	5	3	18	89,00	89,00	APROV	21º	06/01/1989
2.756	GUILHERME GHELLER ROCHA	5	5	3	18	89,00	89,00	APROV	22º	05/12/2000
2.125	JULIANA APARECIDA BIANCO ARMANDO	5	3	5	18	89,00	89,00	APROV	23º	30/10/1999
2.117	JULIA MONTIEL COUTINHO ZANELLA DE AVILA	5	3	5	18	89,00	89,00	APROV	24º	16/08/2002
3.281	RAFAEL DAL SANTOS MARCON	4	5	4	18	88,50	88,50	APROV	25º	20/04/1998
2.807	MATEUS PACER DE LIMA	4	5	4	18	88,50	88,50	APROV	26º	04/03/2001
1.856	LETICIA RAQUEL GODOY	4	2	4	20	87,00	87,00	APROV	27º	09/11/1992
3.237	ALEX CANDIDO RIBEIRO	5	3	3	19	87,00	87,00	APROV	28º	29/01/1992
1.906	VALÉRIA SUEMI DOS SANTOS	5	3	3	19	87,00	87,00	APROV	29º	20/11/1994
3.437	VICTOR MIGUEL GONÇALVES SILVA	5	3	3	19	87,00	87,00	APROV	30º	15/04/1998
2.921	FERNANDA RODRIGUES DA SILVA	5	2	4	19	87,00	87,00	APROV	31º	08/12/2003
1.556	ANA LUIZA LEITE	4	4	3	19	86,50	86,50	APROV	32º	24/10/2002
2.249	LUCIMARA FELISBERTO DA SILVA	4	4	3	19	86,50	86,50	APROV	33º	07/10/2003
1.228	EMILIA VALERIA DOS SANTOS	4	3	4	19	86,50	86,50	APROV	34º	28/12/1999
2.386	ROSIELLY WANESSA SIQUEIRA MEDINA	4	3	4	19	86,50	86,50	APROV	35º	14/12/2001
688	CAMILLE DOS SANTOS CHIQUIM GALDINO	4	2	5	19	86,50	86,50	APROV	36º	11/09/2002
1.156	HUMBERTO FRANCISCO BALLEN MONTEIRO	5	3	4	18	86,50	86,50	APROV	37º	19/12/1987
1.148	MARIA THEREZA DE OLIVEIRA BRANDÃO	5	3	4	18	86,50	86,50	APROV	38º	26/08/1998
1.002	VALENTINA ADRIANA BATTISTI	5	3	4	18	86,50	86,50	APROV	39º	04/06/1999
2.648	LARISSA MIORANZA	5	4	4	17	86,00	86,00	APROV	40º	16/06/2004
281	BARBARA MATTHES AUGSTEN	5	4	4	17	86,00	86,00	APROV	41º	06/10/2004
401	JULIANA MAGALHÃES MARQUES	5	3	2	19	84,50	84,50	APROV	42º	16/10/1981
3.435	SARA JULIA DEROSSI KLEIN	5	1	4	19	84,50	84,50	APROV	43º	22/05/1998
133	SAMIRA NAYAB BLACK ZULFIQAR	3	2	4	20	84,00	84,00	APROV	44º	11/12/2002
1.894	VITOR HUGO FOCKINK MATEUS	5	3	3	18	84,00	84,00	APROV	45º	15/05/2004

336	GIOVANNA REIS OVIDIO BALDASSIM	5	1	5	18	84,00	84,00	APROV	46º	26/09/2003
2.479	LUIZ FELIPE KUIAVSKI LOURENCO	3	2	5	19	83,50	83,50	APROV	47º	07/01/1999
708	FLÁVIA RAFAELLA ALCANTARA ALVARENGA	4	3	4	18	83,50	83,50	APROV	48º	16/10/2001
2.460	JÚLIA NOVAIS DE PAULO	4	3	4	18	83,50	83,50	APROV	49º	27/04/2002
3.307	HENRIQUE DA SILVA OLIVEIRA	5	5	2	17	83,50	83,50	APROV	50º	14/11/1975
2.644	NATALIA DENUZZI ACHITTI	4	5	3	17	83,00	83,00	APROV	51º	18/10/1999
1.758	ISABELA BAGGIO	5	1	2	20	82,50	82,50	APROV	52º	20/02/2002
2.206	KAMILA TAYSA ROSA DOS SANTOS	4	4	5	16	82,50	82,50	APROV	53º	07/06/1997
3.348	EDIANA AMANDA PIANA BISINELLA	4	3	2	19	81,50	81,50	APROV	54º	20/07/1997
2.076	CHILIANE DE SOUZA CARVALHO	4	2	3	19	81,50	81,50	APROV	55º	26/11/1991
1.023	AGATHA KALINE CHIMELLO DA CRUZ	5	2	3	18	81,50	81,50	APROV	56º	09/09/2000
299	ALINE MARCIELLI VENTURA DOS SANTOS	3	3	3	19	81,00	81,00	APROV	57º	09/10/1995
1.494	MARIA EDUARDA BASSO	3	3	3	19	81,00	81,00	APROV	58º	15/08/2002
2.709	MAILSON DE OLIVEIRA CORREIA	4	2	4	18	81,00	81,00	APROV	59º	01/03/1992
130	RAFAELLY BARCELOS ESTEVÃO DA SILVA	4	2	4	18	81,00	81,00	APROV	60º	17/01/2000
2.811	GIOVANNA SAYUMI DE SOUSA SATO	5	1	5	17	81,00	81,00	APROV	61º	28/02/2002
463	WILSON JOSÉ SOARES DE CRISTO	2	3	4	19	80,50	80,50	APROV	62º	05/03/1970
2.704	GABRIELLA OLIVEIRA PASA	4	4	3	17	80,50	80,50	APROV	63º	17/07/1997
2.477	ELISANE FREITAS DE MENESES	4	3	4	17	80,50	80,50	APROV	64º	16/02/2000
1.132	PÂMELA CRISTINA BRAND	4	1	3	19	79,00	79,00	APROV	65º	24/05/2003
1.636	MARIA RENATA BARBOSA SEIDEL	5	2	2	18	79,00	79,00	APROV	66º	24/09/1992
1.918	MAHYARA BRANCHI	3	2	3	19	78,50	78,50	APROV	67º	22/08/2000
2.124	STEPHANY LOPES DA SILVA	4	2	3	18	78,50	78,50	APROV	68º	17/01/2004
2.752	SOFIA ISADORA CIELO	5	1	4	17	78,50	78,50	APROV	69º	14/10/2005
1.645	ROSA MARIA PREBIANCA HENNIES	4	3	4	16	77,50	77,50	APROV	70º	19/01/2005
699	LIN CHI WEN	2	5	3	17	77,00	77,00	APROV	71º	18/07/1970
2.187	LUIZA ATAMANTCHUK DE ÁVILA	3	2	2	19	76,00	76,00	APROV	72º	30/11/2004
2.359	MILENA CASANOVA	4	1	3	18	76,00	76,00	APROV	73º	05/04/1999
2.166	NATHALIA ASSOLINI CRESTANI	2	2	3	19	75,50	75,50	APROV	74º	21/02/1997
2.646	ANA CÁSSIA GIACOMEL DALL' AGNOLO	3	1	4	18	75,50	75,50	APROV	75º	28/06/1995
1.877	VITÓRIA RAIANA MONTEIRO	4	2	3	17	75,50	75,50	APROV	76º	03/10/2003
725	EDGAR DE BORBA CUBA JÚNIOR	4	1	4	17	75,50	75,50	APROV	77º	15/12/1998
2.885	STÉFANY BALDWIN BUTTENMULLER VILAS BOAS	5	3	2	16	75,50	75,50	APROV	78º	09/02/2002
2.369	THAÍS HELEN PEREIRA	5	1	4	16	75,50	75,50	APROV	79º	11/08/1991
2.183	JULIANA PEREIRA NOLETO	2	2	4	18	75,00	75,00	APROV	80º	17/08/1992
3.321	NICOLAS DA SILVA CUSTODIO	2	2	4	18	75,00	75,00	APROV	81º	25/04/1998
1.850	GRAZIELA CRISTINA MARCA	4	3	3	16	75,00	75,00	APROV	82º	07/10/1976
3.038	LUCAS EIJI YONEKURA	4	2	4	16	75,00	75,00	APROV	83º	19/02/2007
1.862	FERNANDA GABRIELLI POLIDO	5	2	4	15	75,00	75,00	APROV	84º	23/06/1997
1.399	JORDANA BHEATRICY VIANA	3	2	2	18	73,00	73,00	APROV	85º	19/04/2002
2.882	AURICK BALDWIN BUTTENMULLER VILAS BOAS	1	3	2	19	72,50	72,50	APROV	86º	09/04/1996
1.657	GISELE BUCHIMANN GALVÃO	1	2	3	19	72,50	72,50	APROV	87º	18/04/1994
3.244	STEPHANIE IZADORA WIRTTI GIRELLI	3	2	3	17	72,50	72,50	APROV	88º	02/05/1997
407	MARIA EDUARDA DOS SANTOS	3	3	3	16	72,00	72,00	APROV	89º	11/04/2000
301	PAULO ANDREI NAKONESCZNY	3	2	4	16	72,00	72,00	APROV	90º	24/10/2005
2.152	AMANDA MATHEUS GRANZOTTO PEREIRA	2	5	2	16	71,50	71,50	APROV	91º	31/05/1984
2.602	CARLA DAYANNA DE MELO MARQUES LOPES	3	2	3	16	69,50	69,50	APROV	92º	30/09/1989
3.357	STEPHANE JULIANE OLIVEIRA LIMA	3	2	3	16	69,50	69,50	APROV	93º	31/07/2003
1.417	RICHARD FÉLIX DE QUEIROZ	4	4	2	14	69,00	69,00	APROV	94º	14/05/2002
3.082	JAQUELINE TAJARIOL	1	3	4	16	68,50	68,50	APROV	95º	20/11/2001
3.382	DIEGO KENJI AMORIM SHIMOKAWA	5	3	4	12	68,50	68,50	APROV	96º	26/01/1998
1.240	LUIZ HENRIQUE TOLOMEOTTI STESKI	2	1	3	17	67,00	67,00	APROV	97º	21/01/2002
325	KETLLYN CAROLINE PASTORIO NOGUEIRA	1	1	4	17	66,50	66,50	APROV	98º	19/06/2000
2.641	EMANUELLY CARNEIRO	3	2	3	15	66,50	66,50	APROV	99º	20/03/2004
857	EDLAINE B. LOVATEL	2	2	2	16	64,00	64,00	APROV	100º	01/09/2004
2.119	FRANCIELE FERREIRA DOS SANTOS CAZAROTTO	3	2	2	15	64,00	64,00	APROV	101º	11/04/1996
2.339	ALISON BELINSKI	1	2	4	15	63,00	63,00	APROV	102º	25/04/2005
1.663	EDUARDA BOREK	1	1	3	16	61,00	61,00	APROV	103º	09/01/2002
738	ELOISE LAIANA DAS NEVES	2	1	3	15	61,00	61,00	APROV	104º	17/07/2000
1.783	ELOISA ARAUJO	4	2	2	13	61,00	61,00	APROV	105º	24/12/2004
2.193	MARIA FENANDA APARECIDA BULIN	2	2	3	14	60,50	60,50	APROV	106º	21/03/2006

Eletricista											
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**PRÁTICA**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
2.975	REGINALDO MAIDA DOS SANTOS	5	2	4	8	62,00	100,00	84,80	APROV	1º	13/11/1996

Enfermeiro										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
880	SALUHU IBRAHIM	5	3	4	17	83,50	83,50	APROV	1º	15/03/1981
1.717	HELOÍSA BORRI PISCINATO	5	4	4	13	74,00	74,00	APROV	2º	11/05/2002
3.132	PAOLA MAKIELLE PICOLO	4	4	5	13	73,50	73,50	APROV	3º	02/07/1999
648	SOFIA REGINA MORELLO GONGORA	5	3	3	14	72,00	72,00	APROV	4º	02/04/1993
1.707	LETICIA NATACHA BERNARDY	5	2	4	14	72,00	72,00	APROV	5º	23/07/1996
449	HELEN DE FRANÇA KAILER	4	5	4	12	70,50	70,50	APROV	6º	08/02/2001
3.472	KEILA GUINDANI BECKER	5	3	4	12	68,50	68,50	APROV	7º	23/04/2001
1.840	MARISA DE FÁTIMA TESSARI	5	2	3	13	66,50	66,50	APROV	8º	22/04/1982
2.115	ROBERTO ALMEIDA DE SOUZA	5	2	3	13	66,50	66,50	APROV	9º	28/01/1983
2.108	PRISCILA BATISTA GONTIJO GARCIA	5	2	3	13	66,50	66,50	APROV	10º	07/01/1994
359	RENÉE OLIVEIRA CARVALHO	5	1	4	13	66,50	66,50	APROV	11º	22/06/1987
1.057	DANIELE SILVA DE SOUZA	3	3	3	14	66,00	66,00	APROV	12º	05/01/2005
1.312	CAMILA GIOVANNA INFANTINO BARRETO	5	3	3	12	66,00	66,00	APROV	13º	30/07/2001
2.575	YSABELA DE TOLEDO PAIVA PERBELINI	3	3	4	13	65,50	65,50	APROV	14º	19/02/2004
2.399	THAISE MOREIRA DA SILVA	5	2	5	11	65,50	65,50	APROV	15º	14/10/1998
2.389	MARIA CECILIA ATAMANTCHUK DA SILVA	5	3	2	12	63,50	63,50	APROV	16º	30/06/2001
1.591	DEYSE DE AQUINO DOS SANTOS	5	2	2	12	61,00	61,00	APROV	17º	02/11/1982
3.320	JULYE STEPHANI DE OLIVEIRA ROCHA	4	2	3	12	60,50	60,50	APROV	18º	17/09/1998
1.819	MARIA JULIA NAVARRO KASSIM	5	2	4	10	60,00	60,00	APROV	19º	04/02/1992

Engenheiro Ambiental										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.000	MATHEUS KOPP PRANDINI	3	4	3	18	80,50	80,50	APROV	1º	10/06/1996
2.491	CRISTINA HARUMI ENOKIDA	4	3	4	15	74,50	74,50	APROV	2º	10/03/1989
369	KATGEANES ALVES COMARELLA	5	5	3	11	68,00	68,00	APROV	3º	18/08/1986

Engenheiro Civil 20 h										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.102	PEDRO SONDA MISAEL	3	5	3	12	65,00	65,00	APROV	1º	04/04/1998
1.714	ISABELLA DEINA DE ANDRADE	5	5	3	10	65,00	65,00	APROV	2º	16/07/2005
1.883	KIMBERLY EMANUELLI SANTIN	4	4	3	11	62,50	62,50	APROV	3º	25/03/1996

Engenheiro Civil 40 h										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
35	RODRIGO MATEUS RYCHWICKI	5	5	5	19	97,00	97,00	APROV	1º	04/06/2001
38	HENRIQUE FORNAJEIRO COVEZZI DA SILVA	5	5	4	16	85,50	85,50	APROV	2º	19/06/2000
2.582	EDUARDO LUIZ GILNEK	5	5	5	12	76,00	76,00	APROV	3º	13/05/1995
1.729	KEVIN YUGO SATO	4	5	4	13	73,50	73,50	APROV	4º	22/06/1994
2.851	GABRIEL BECKER DA CONCEIÇÃO	5	4	3	13	71,50	71,50	APROV	5º	02/07/2001
2.743	RAFAEL ANTONIO AGNOLETTO	4	4	4	13	71,00	71,00	APROV	6º	05/12/1979
3.394	WANDER LUCIO TRINDADE	5	5	4	10	67,50	67,50	APROV	7º	20/08/1975
2.102	DOUGLAS LUAN DE OLIVEIRA TORRES	4	5	2	12	65,50	65,50	APROV	8º	17/09/1988
3.196	PAULO MASSASHI HAYASHI JUNIOR	4	4	4	11	65,00	65,00	APROV	9º	03/06/1990
2.721	ERICK DE ALMEIDA PACHECO	5	5	3	10	65,00	65,00	APROV	10º	18/03/1991
845	ANDRÉ MARCOS FACIONI	4	5	4	10	64,50	64,50	APROV	11º	26/05/1994
718	MARCELO DE MELO	5	4	5	8	61,50	61,50	APROV	12º	01/02/1982
3.138	AMANDA PEREIRA LEMKE	5	4	5	8	61,50	61,50	APROV	13º	26/02/2000
1.795	VERÔNICA LAURENCI	5	4	5	8	61,50	61,50	APROV	14º	10/10/2000
423	CLÁUDIA GIBBERT	5	2	4	10	60,00	60,00	APROV	15º	03/07/1997

Farmacêutico										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
126	JOÃO PAULO GONÇALVES DE FREITAS	4	4	3	13	68,50	68,50	APROV	1º	05/03/2006

1.134	SAMIRIA DE AZEVEDO MATIAS	4	4	4	11	65,00	65,00	APROV	2º	05/03/2000
2.652	DAVI SANTINI RAMOS	3	3	4	12	62,50	62,50	APROV	3º	21/09/1992
3.434	LUANA FÁTIMA PANDINI	3	4	4	11	62,00	62,00	APROV	4º	05/10/1986
1.629	ADAMEX NUNES AFONSO	4	2	4	11	60,00	60,00	APROV	5º	14/04/1976

Fisioterapeuta

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.557	RAFAEL DE SOUZA PERERA	2	4	3	19	80,50	80,50	APROV	1º	21/06/1996
3.483	SARAH CAMARGO FERREIRA	3	4	3	18	80,50	80,50	APROV	2º	05/05/1999
348	MAIKON MURILO PEDRON	4	3	4	17	80,50	80,50	APROV	3º	21/12/1983
396	NATALIA MAXIMINO DONDÉ	4	2	3	18	78,50	78,50	APROV	4º	03/11/2002
144	STELLY GIOVANNA DE PAULA ANTONIETTI	2	2	4	19	78,00	78,00	APROV	5º	28/03/2002
63	BEATRIZ STIPP LANGARO	3	3	3	18	78,00	78,00	APROV	6º	17/11/2001
2.625	KEZIA QUINTINO CERQUEIRA	3	2	3	17	72,50	72,50	APROV	7º	13/03/2002
3.001	MURILO PIANA ALBUQUERQUE	4	2	3	16	72,50	72,50	APROV	8º	02/02/2002
667	CLARICE VESOLOSKI FAGUNDES	4	1	4	16	72,50	72,50	APROV	9º	09/01/2003
1.542	PAMELA GIOVANA HOTZ	4	3	3	15	72,00	72,00	APROV	10º	15/02/1996
1.794	GABRIEL FELIPE TABALIPA KUHN	4	2	4	15	72,00	72,00	APROV	11º	08/06/2005
2.852	MATHEUS DIAS MARTINS	3	3	4	15	71,50	71,50	APROV	12º	03/06/1994
1.236	EMILLY MESSIAS DE OLIVEIRA	2	2	3	17	69,50	69,50	APROV	13º	02/10/2000
3.369	TAINÁ MIORANZA LORENÇATO	4	2	3	15	69,50	69,50	APROV	14º	24/05/2004
2.994	CAMILLY BUHLER LAGNI	2	4	3	15	68,50	68,50	APROV	15º	08/02/2006
978	DANIEL PELISSARI MORAES	2	1	3	17	67,00	67,00	APROV	16º	01/11/1998
932	DJENIFFER PESSATTO ZANELLA	3	3	3	14	66,00	66,00	APROV	17º	25/10/2006
2.765	EMILI MOROSINI	1	2	2	17	64,00	64,00	APROV	18º	11/02/2003
1.565	ANDRESSA PITARELLI	3	1	3	15	64,00	64,00	APROV	19º	06/09/2002
3.294	GABRIELE FAVARO MISIAK	2	2	3	15	63,50	63,50	APROV	20º	21/05/2001
2.292	IGOR BERNART MACHADO	3	4	1	14	63,50	63,50	APROV	21º	25/06/2003
1.581	TICIANE APARECIDA PECCHER DA SILVA	3	2	3	14	63,50	63,50	APROV	22º	26/06/2004
2.144	ERVELISE RENGEL PRADO	2	3	3	14	63,00	63,00	APROV	23º	02/03/1979
1.130	MIRIAN HARUMI KINOSHITA	2	2	2	15	61,00	61,00	APROV	24º	29/03/1973
2.853	MARIA EDUARDA FRERIS	4	1	3	13	61,00	61,00	APROV	25º	05/10/2004
3.124	GISELI DA SILVA BIERNASKI	1	1	4	15	60,50	60,50	APROV	26º	11/09/2007

Fonoaudiólogo

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.758	KELLY FÁTIMA DA CRUZ	4	5	3	12	68,00	68,00	APROV	1º	16/01/2005
711	BIANCA REGINA RHODEN SOARES	4	1	4	12	60,50	60,50	APROV	2º	09/06/2006

Mecânico

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	PRÁTICA	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.695	CARLOS EDUARDO DE LIMA	4	1	4	13	76,50	95,00	87,60	APROV	1º	14/02/1999

Médico

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	TÍTULOS	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.982	VINICIUS GUTH	5	5	5	17	91,00	0,00	81,90	APROV	1º	28/08/2000
442	MATHEUS ZAGO	5	4	4	18	89,00	0,00	80,10	APROV	2º	01/10/2000
1.361	PEDRO BONIFACIO FERNANDES JUNIOR	5	4	4	16	83,00	50,00	79,70	APROV	3º	11/05/1995
2.813	SAMUEL PEDRO SOLIS RODRIGUES DA SILVA	3	5	4	19	88,50	0,00	79,65	APROV	4º	08/08/2000
2.791	ALESSANDER GHIZZI ALVES	4	4	5	16	82,50	50,00	79,25	APROV	5º	25/04/1997
1.579	WASHINGTON WALLACE SOUZA LINS	5	5	5	16	88,00	0,00	79,20	APROV	6º	12/07/1998
2.559	NAIARA FABIANA DE LARMELIN	5	4	4	17	86,00	0,00	77,40	APROV	7º	01/12/2001
2.348	MARIANA VESCO DINIZ	5	4	4	17	86,00	0,00	77,40	APROV	8º	19/04/2003
52	CLARISSA COELHO DE OLIVEIRA LIMA	5	3	5	15	80,00	50,00	77,00	APROV	9º	27/09/1983
3.083	ISADORA MARCON	4	5	4	17	85,50	0,00	76,95	APROV	10º	20/02/2001
2.053	CRISTIANO EDUARDO ANTUNES	5	5	4	16	85,50	0,00	76,95	APROV	11º	16/04/1988
1.763	LARA CRISTINA OLIVER GIMENEZ	5	2	3	15	72,50	100,00	75,25	APROV	12º	31/10/1985
3.101	ADILSON GABRIEL FARIAS	5	4	4	16	83,00	0,00	74,70	APROV	13º	24/02/2003
3.353	JULIA NAOMI VADA	4	5	4	16	82,50	0,00	74,25	APROV	14º	20/02/2001

3.057	GABRIEL DE LIMA CHINI	4	5	4	16	82,50	0,00	74,25	APROV	15º	14/08/2001
2.912	MARIA HELENA FERNANDES ZANCAN	4	4	5	16	82,50	0,00	74,25	APROV	16º	16/06/1999
3.331	SUYANNE PAULA SCHWADE GIROTTO	3	4	3	18	80,50	0,00	72,45	APROV	17º	04/11/1997
1.706	MARCELLA BIEITES MARINHO DA SILVA FURQUIM	5	4	3	16	80,50	0,00	72,45	APROV	18º	17/04/1981
2.175	JOANA SIMIONI	5	4	3	16	80,50	0,00	72,45	APROV	19º	31/07/2000
3.341	EVANDRO SMIGUEL DE GODOY	5	3	4	16	80,50	0,00	72,45	APROV	20º	01/07/1997
217	LURIAN NATHALIA FRITSCH DOS REIS	2	5	3	18	80,00	0,00	72,00	APROV	21º	12/06/2001
3.361	MYLENA DE OLIVEIRA	3	3	5	17	80,00	0,00	72,00	APROV	22º	12/03/1999
1.834	JOSÉ RICARDO BONAMETTI	4	5	3	16	80,00	0,00	72,00	APROV	23º	28/09/1992
1.152	FELIPE MARTINS FONTES	4	4	4	16	80,00	0,00	72,00	APROV	24º	28/02/1992
2.269	VITORIA HERBELLA NEVES	4	4	4	16	80,00	0,00	72,00	APROV	25º	21/11/1994
1.911	LUIZA LIRA	5	4	4	15	80,00	0,00	72,00	APROV	26º	22/08/2000
2.812	DANIELA DE CAMPOS PERIN	5	4	4	15	80,00	0,00	72,00	APROV	27º	09/02/2001
1.432	GUSTAVO ÂNGELO MEDEIROS	5	4	4	15	80,00	0,00	72,00	APROV	28º	28/11/2002
2.295	MAURO RONALDO AVELLO CORRÊA	2	4	5	17	79,50	0,00	71,55	APROV	29º	31/07/1998
232	DANIELE CRISTINA VICENTIN	4	4	5	15	79,50	0,00	71,55	APROV	30º	20/05/1983
700	RAFAELA CANDIDO	4	4	5	15	79,50	0,00	71,55	APROV	31º	28/02/1997
2.145	VITORIA GABRIELA GRANDO	4	4	5	15	79,50	0,00	71,55	APROV	32º	01/01/2002
1.243	JULIANO ALCINDO DE ALMEIDA	5	5	4	14	79,50	0,00	71,55	APROV	33º	21/07/1995
1.915	KATRINE DE SOUZA FERREIRA	5	5	4	14	79,50	0,00	71,55	APROV	34º	20/09/1998
1.242	NATALIA MAGAGNIN SILVA	5	5	5	13	79,00	0,00	71,10	APROV	35º	06/03/1999
452	LOUISE ETIENNE HOSS	4	2	3	18	78,50	0,00	70,65	APROV	36º	23/04/2002
1.843	SABRINY VITÓRIA PAIVA SANTOS	2	3	3	19	78,00	0,00	70,20	APROV	37º	15/10/2001
1.452	PEDRO HENRIQUE CASTRO SILVA	5	4	3	15	77,50	0,00	69,75	APROV	38º	03/09/1998
2.971	GIULIANO GONÇALO NUNES	5	4	3	15	77,50	0,00	69,75	APROV	39º	21/11/2000
1.332	PABLO BONAN	3	3	4	15	71,50	50,00	69,35	APROV	40º	29/07/1990
3.370	HELOÍSA GEMELLI TANSINI DA SILVA	4	5	3	15	77,00	0,00	69,30	APROV	41º	22/03/2003
1.168	LUISA BIANCA REIS PARODE	4	4	4	15	77,00	0,00	69,30	APROV	42º	06/12/2000
2.864	NICOLI LIBER BARATIERI	4	4	4	15	77,00	0,00	69,30	APROV	43º	01/09/2002
2.331	JULIANA BRETAS CAMARGO	5	4	4	14	77,00	0,00	69,30	APROV	44º	20/07/1994
1.842	ISABELLE LORENA UNSER	5	4	4	14	77,00	0,00	69,30	APROV	45º	24/03/1998
1.299	TONY HIROSHI KATSURAGAWA	4	4	3	12	65,50	100,00	68,95	APROV	46º	05/08/1963
3.184	MARIA FERNANDA MARIOT	3	5	4	15	76,50	0,00	68,85	APROV	47º	21/06/2002
3.199	PAULO RENNAN SCHINEIDER SOBRAL	4	4	5	14	76,50	0,00	68,85	APROV	48º	19/02/2000
1.249	BIANCA TRAVAGLIA BARBIZAN	5	4	5	13	76,50	0,00	68,85	APROV	49º	06/11/2000
3.274	MARIA GABRIELA ALVES	4	4	5	13	73,50	25,00	68,65	APROV	50º	18/03/1995
2.282	VANESSA ALEXANDRA HOFSTATTER WRUCK	2	5	4	14	70,50	50,00	68,45	APROV	51º	18/06/1997
2.306	AMANDA RODRIGUES DE SOUZA	5	1	3	17	76,00	0,00	68,40	APROV	52º	28/07/2000
464	NATALIA REGINA SOUZA DA SILVA	4	5	3	12	68,00	70,00	68,20	APROV	53º	09/05/1990
1.772	GUILHERME HENRIQUE DA COSTA FERREIRA	3	2	4	17	75,00	0,00	67,50	APROV	54º	04/09/1997
756	IAN THEODORO RUDENCO GOMES PALMA	5	4	2	15	75,00	0,00	67,50	APROV	55º	27/05/1999
2.071	TAYANE VILAS BOAS RIOS	3	2	4	16	72,00	25,00	67,30	APROV	56º	27/12/1990
2.676	RODRIGO ROGERIO DE SOUZA	3	4	3	16	74,50	0,00	67,05	APROV	57º	14/06/1999
3.180	LEONARDO PILLONI SILVEIRA	5	5	2	14	74,50	0,00	67,05	APROV	58º	08/09/2003
1.955	GABRIEL AUGUSTO COFFY VARNIER	5	4	3	14	74,50	0,00	67,05	APROV	59º	05/05/2000
3.455	RONAN DUTRA BAUERMANN	5	4	3	13	71,50	25,00	66,85	APROV	60º	29/09/1995
1.373	MARCOS VINICIUS DA COSTA BRITO	3	3	4	14	68,50	50,00	66,65	APROV	61º	21/07/1966
876	PRISCILLA CARVALHO RODRIGUES CARDOSO	4	3	4	13	68,50	50,00	66,65	APROV	62º	12/08/1990
527	AMANDA THAYNA MENONCIN	3	4	4	15	74,00	0,00	66,60	APROV	63º	20/01/1998
2.893	HENRIQUE PRATI	3	4	4	15	74,00	0,00	66,60	APROV	64º	14/07/1998
3.429	SARA PRISCILIA DOS REIS ALVES	4	5	3	14	74,00	0,00	66,60	APROV	65º	24/11/1997
3.464	MARIANA DA SILVA POSSOBON	4	5	3	14	74,00	0,00	66,60	APROV	66º	29/09/2003
2.854	SAMUEL DE SOUZA PINHEIRO MACHADO	4	4	4	14	74,00	0,00	66,60	APROV	67º	19/11/1999
1.348	FABIANO ENGEL MOLINA	5	4	4	13	74,00	0,00	66,60	APROV	68º	13/05/1996
955	RAFAEL YASSUNAGA VITORINO	4	4	4	13	71,00	25,00	66,40	APROV	69º	14/03/1981
210	HENRIQUE CASSOL DE OLIVEIRA	3	5	4	14	73,50	0,00	66,15	APROV	70º	10/09/2000
1.679	FELLIPE DE LIRIO MARCOLIN	4	4	5	13	73,50	0,00	66,15	APROV	71º	08/08/1995
3.097	CARLA LUZIA GANZALA	4	4	5	13	73,50	0,00	66,15	APROV	72º	10/12/2000
3.416	ISABELA MAÍRA MEIER JARDIM	5	5	4	12	73,50	0,00	66,15	APROV	73º	08/07/2001
1.195	DIEGO HENRIQUE NEVES MARTINS	5	5	5	11	73,00	0,00	65,70	APROV	74º	20/09/1993
2.346	ISADORA LETÍCIA DALBOSCO DA SILVA	3	2	4	16	72,00	0,00	64,80	APROV	75º	19/07/2001

2.678	MARIA LÚCIA NEPPEL DIAS	4	1	5	15	72,00	0,00	64,80	APROV	76º	26/06/2000
1.388	MURILLO FERREIRA CITON	2	3	4	16	71,50	0,00	64,35	APROV	77º	20/11/1992
1.046	CAROLINA NUÑO MOREIRA	3	4	3	15	71,50	0,00	64,35	APROV	78º	06/01/2000
1.668	GABRIELLA ROSA DE SOUZA MACULAN	3	4	3	15	71,50	0,00	64,35	APROV	79º	09/06/2002
2.286	ELOISA MACHADO FERREIRA	4	3	4	14	71,50	0,00	64,35	APROV	80º	12/12/1999
2.740	RAFAELA ARNEIRO GONÇALVES CARON	4	2	5	14	71,50	0,00	64,35	APROV	81º	14/07/1988
19	ERICK CAMPOS	4	2	5	14	71,50	0,00	64,35	APROV	82º	10/03/2001
672	ANA CAROLINE DA COSTA	3	3	4	13	65,50	50,00	63,95	APROV	83º	09/05/1994
686	SAMARA CASIMIRO SOUZA MOREIRA	4	3	4	12	65,50	50,00	63,95	APROV	84º	11/11/1999
2.985	ALINE CRISTINE BUSNELLO	2	4	4	15	71,00	0,00	63,90	APROV	85º	02/02/1996
2.741	FELIPE PIEROZAN GIACOMEL	3	4	4	14	71,00	0,00	63,90	APROV	86º	26/11/1995
2.318	MARINA GOMES ALDENUCCI	4	5	3	13	71,00	0,00	63,90	APROV	87º	04/02/2000
1.647	MÔNICA LIZIANE DALLA POZZA	4	4	4	13	71,00	0,00	63,90	APROV	88º	04/09/1996
2.436	LARA ALMINO DE SOUZA NOBRE	4	4	4	13	71,00	0,00	63,90	APROV	89º	19/08/1998
1.926	CARLA KARNOSKI	4	4	4	13	71,00	0,00	63,90	APROV	90º	16/11/2000
2.409	SARA RUBECHINI MORAES	4	3	5	12	68,00	25,00	63,70	APROV	91º	08/10/1997
545	HELLEN PINHO CANDADO	2	4	4	13	65,00	50,00	63,50	APROV	92º	06/02/1988
171	PATRICIA TSEN	3	5	4	13	70,50	0,00	63,45	APROV	93º	24/07/2000
3.404	VICTOR DE SOUZA PIANOVSKI	3	4	5	13	70,50	0,00	63,45	APROV	94º	23/05/2001
3.035	MATHEUS YAN SOBRAL TEIXEIRA OLIVEIRA	4	4	5	12	70,50	0,00	63,45	APROV	95º	07/12/1994
1.800	ANA FERNANDA SOUZA RIOS	5	5	4	11	70,50	0,00	63,45	APROV	96º	06/11/1998
3.079	RAFAEL MIOTO MESQUINI	4	3	3	14	69,00	0,00	62,10	APROV	97º	07/10/1999
2.755	BRENO EMANUEL SANTANA REGO	4	2	4	14	69,00	0,00	62,10	APROV	98º	25/05/1996
2.275	LUCAS OLIVEIRA DE ANDRADE	5	3	3	13	69,00	0,00	62,10	APROV	99º	31/01/1998
2.866	FERNANDA MARCHI DURIGON AHN	2	2	4	15	66,00	25,00	61,90	APROV	100º	22/11/1988
2.998	KESSIA ALLANA BAIOCCO	4	3	3	12	63,00	50,00	61,70	APROV	101º	30/01/1987
2.969	MARIA VITÓRIA FREITAS OLIVEIRA	3	4	3	14	68,50	0,00	61,65	APROV	102º	08/07/2000
875	JONATHAN PRATES OLIVEIRA CUNHA	4	4	3	13	68,50	0,00	61,65	APROV	103º	21/06/1999
2.373	ADAILTON BORGES DOS SANTOS	4	3	4	13	68,50	0,00	61,65	APROV	104º	08/05/1995
3.421	BRENDA APARECIDA MATESCO KUASNEI DE MATTOS	5	4	3	12	68,50	0,00	61,65	APROV	105º	04/04/2002
3.071	LUCAS MAIDL	3	4	4	13	68,00	0,00	61,20	APROV	106º	14/01/2000
2.227	TIAGO CARON	3	3	5	13	68,00	0,00	61,20	APROV	107º	15/01/1989
1.989	KATHIA TERUMI OTSUKI	4	4	4	12	68,00	0,00	61,20	APROV	108º	10/01/1998
1.495	GUSTAVO SILVA SANTOS	5	3	5	11	68,00	0,00	61,20	APROV	109º	02/11/1999
2.101	AMANDA GURTAT TEIXEIRA	3	3	5	12	65,00	25,00	61,00	APROV	110º	06/04/1998
2.873	MATHEUS ALEIXO DA COSTA	3	5	4	12	67,50	0,00	60,75	APROV	111º	08/05/1998
1.998	CAMILA BEGUI DO NASCIMENTO PETECK	5	3	2	13	66,50	0,00	59,85	APROV	112º	24/07/1993
919	CRISTIANE BRAZ CÂNDIDO	3	3	2	14	63,50	25,00	59,65	APROV	113º	19/01/1983
2.770	CLÓRES LEAL DE CARVALHO	3	3	3	14	66,00	0,00	59,40	APROV	114º	09/02/1987
3.206	FRANCIELY PEREIRA GIACOMEL	3	3	3	14	66,00	0,00	59,40	APROV	115º	11/04/1997
2.595	SUZIANI RODRIGUES BARBOSA DE JESUS	4	4	2	13	66,00	0,00	59,40	APROV	116º	06/11/2000
850	JULIANA CAMPOS BOTELHO	5	4	2	12	66,00	0,00	59,40	APROV	117º	13/01/2001
1.509	MAYARA COSTA CARNEIRO RAMOS	5	3	3	12	66,00	0,00	59,40	APROV	118º	21/08/1994
2.255	ISABELA MACEDO RIBAS	5	3	3	12	66,00	0,00	59,40	APROV	119º	24/09/1997
3.433	ISADORA ORIGE RAUEN	4	5	2	12	65,50	0,00	58,95	APROV	120º	25/09/2000
1.247	LETÍCIA RIBEIRO COSTA	4	4	3	12	65,50	0,00	58,95	APROV	121º	16/07/2001
1.267	MARIA CAROLINA CASAGRANDE	4	3	4	12	65,50	0,00	58,95	APROV	122º	01/04/1996
3.458	JULIA MUNARETTO ZONIN	4	3	4	12	65,50	0,00	58,95	APROV	123º	26/09/1999
3.004	GABRIEL YUKIO ISHIKAWA	4	3	4	12	65,50	0,00	58,95	APROV	124º	21/12/1999
2.680	JOÃO VICTOR RISSO	2	4	4	13	65,00	0,00	58,50	APROV	125º	12/04/2003
2.251	IZADORA MAITAN DO NASCIMENTO	3	4	4	12	65,00	0,00	58,50	APROV	126º	29/12/1999
2.861	JULIANO SAULO ADAMI	4	4	4	11	65,00	0,00	58,50	APROV	127º	17/06/1981
335	LARISSA CEOLA GUCHERT	4	4	4	11	65,00	0,00	58,50	APROV	128º	02/11/1997
3.021	AMANDA SHMITT DE OLIVEIRA	4	4	4	11	65,00	0,00	58,50	APROV	129º	31/05/1999
763	HELOÍSA MARTENDAL PAZINI	5	3	1	13	64,00	0,00	57,60	APROV	130º	28/09/1999
1.183	WENYO JOSE CARVALHO SANTOS	4	3	2	13	63,50	0,00	57,15	APROV	131º	09/10/1986
2.142	MONIQUE VIEIRA GERALDO	4	2	3	13	63,50	0,00	57,15	APROV	132º	25/07/2001
2.229	FERNANDA CAROLINE ARRAES	5	2	3	12	63,50	0,00	57,15	APROV	133º	29/04/2003
2.072	LUCAS CAVALCANTE MOUSINHO	4	3	3	12	63,00	0,00	56,70	APROV	134º	22/07/1990
2.388	CESAR LEANDRO DREHMER	4	2	4	12	63,00	0,00	56,70	APROV	135º	11/02/1976
314	ALEXANDER JORDAN QUIALA	3	4	3	12	62,50	0,00	56,25	APROV	136º	26/08/1979

2.067	MARIA EDUARDA PEREIRA	3	3	4	12	62,50	0,00	56,25	APROV	137º	16/05/2001
3.426	LAURA MARCELA MAGALHÃES	4	3	4	11	62,50	0,00	56,25	APROV	138º	05/06/2001
2.835	ANNE CAROLINE DE MORAIS QUINTINO	4	3	4	11	62,50	0,00	56,25	APROV	139º	27/08/2001
3.253	GEOVANA CORREIA DE MENEZES	4	3	4	11	62,50	0,00	56,25	APROV	140º	24/10/2002
2.504	GABRIELLI PARZIANELLO	4	3	4	11	62,50	0,00	56,25	APROV	141º	28/10/2002
818	ROBSON EDNEY MARIANO NASCIMENTO E SILVA	5	2	5	10	62,50	0,00	56,25	APROV	142º	03/04/1977
2.952	BRUNA ALVES GABRIEL	3	3	5	11	62,00	0,00	55,80	APROV	143º	03/07/2001
3.452	AMANDA GONÇALVES TOCHETTO	4	5	3	10	62,00	0,00	55,80	APROV	144º	14/12/1998
2.014	CONRRADO BUSSELI FILHO	4	3	5	10	62,00	0,00	55,80	APROV	145º	06/04/2000
1.891	ANA CLARA MATOS LINS	5	4	4	9	62,00	0,00	55,80	APROV	146º	05/12/1997
473	NELSON SALDANA BAPTISTA	3	2	3	13	60,50	0,00	54,45	APROV	147º	14/11/1994
721	LUCAS CARVALHO DA MATA ALVES RIBEIRO LEOCADIO	3	2	3	13	60,50	0,00	54,45	APROV	148º	11/12/1998
1.006	KELLY LIBERALI	2	3	3	13	60,00	0,00	54,00	APROV	149º	23/11/1993
1.085	KARINA BIAVATTI ZAVAREZZI	2	3	3	13	60,00	0,00	54,00	APROV	150º	19/07/2000
2.867	WELLINGTON JOSÉ DE ALMEIDA	3	3	3	12	60,00	0,00	54,00	APROV	151º	10/05/1994
1.566	ANA CAROLINA TURCATTO POLIDORIO	4	3	3	11	60,00	0,00	54,00	APROV	152º	14/05/2000

Médico Plantonista

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	TÍTULOS	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
3.242	LUIGI BRUNO PERUZO IACONO	4	5	5	15	82,00	0,00	73,80	APROV	1º	30/05/1991
2.155	JOSE FRANCISCO NASCIMENTO II	4	4	4	15	77,00	0,00	69,30	APROV	2º	02/07/1984
1.177	HENDRICK LUIZ SCHARNESKI	5	4	4	13	74,00	25,00	69,10	APROV	3º	10/06/1991
3.126	LUCAS RIBAS ANGELI	5	4	5	13	76,50	0,00	68,85	APROV	4º	02/08/2002
85	MAYRA SANTOS DE LIMA	2	4	5	14	70,50	50,00	68,45	APROV	5º	08/10/1987
1.547	ANDRE LUIS SOUZA DE OLIVEIRA	5	3	5	11	68,00	50,00	66,20	APROV	6º	17/09/1993
543	ANNA JULIA WUNSCH DIAS	4	4	5	13	73,50	0,00	66,15	APROV	7º	15/02/2000
2.204	NATÁLIA REGINA VIEIRA IACONO	2	5	5	14	73,00	0,00	65,70	APROV	8º	02/03/1993
1.301	CLEYTON GABRIEL PADILHA RIBEIRO	1	4	3	17	71,50	0,00	64,35	APROV	9º	29/12/1999
3.029	MATHEUS ALONSO ASTRATH	2	3	4	16	71,50	0,00	64,35	APROV	10º	25/01/1999
873	MICHELL RISSO	3	2	5	14	68,50	25,00	64,15	APROV	11º	23/01/1980
318	ANTHONY FELIPE MORANDO BORGES	2	4	4	15	71,00	0,00	63,90	APROV	12º	05/07/2003
3.189	GIANCARLO JERÔNIMO SARTOR TUMELERO	4	5	3	13	71,00	0,00	63,90	APROV	13º	07/05/1998
1.813	IGOR QUEIROZ FRANCO	3	2	4	15	69,00	0,00	62,10	APROV	14º	01/11/1996
2.601	FELIPE PATRICKY DE ANDRADE	3	4	3	14	68,50	0,00	61,65	APROV	15º	28/09/1994
1.167	LUIZ BRESSAN	4	4	4	12	68,00	0,00	61,20	APROV	16º	16/06/1997
942	MAGALI ANZILIERO	3	4	4	11	62,00	50,00	60,80	APROV	17º	25/01/1990
2.184	GECIANE SALINO TEIXEIRA	3	3	5	11	62,00	50,00	60,80	APROV	18º	27/11/1990
1.967	GISELA MALENA MACHADO PIENIAK	3	4	2	14	66,00	0,00	59,40	APROV	19º	30/10/1999
996	GIOVANNA CALVES CASTILHO	4	4	3	12	65,50	0,00	58,95	APROV	20º	17/02/2001
406	EDUARDO VINICIUS OZORIO	2	4	4	13	65,00	0,00	58,50	APROV	21º	28/01/1998
911	HUGO DIAS LESO	4	5	3	11	65,00	0,00	58,50	APROV	22º	11/09/2000
599	MARCELO RODRIGO DE AGUIAR DO NASCIMENTO	2	5	4	12	64,50	0,00	58,05	APROV	23º	07/05/2001
2.351	PAOLA SANTOS DE MORAES	3	2	4	13	63,00	0,00	56,70	APROV	24º	25/09/1986
916	BRUNO MARCEL HUKUSINA	4	2	4	12	63,00	0,00	56,70	APROV	25º	16/06/1985
2.403	OCIMAR PARANHOS SANTANA	1	4	3	14	62,50	0,00	56,25	APROV	26º	14/04/1977
347	ALESSANDRA FLÁVIA MARIN	3	3	4	12	62,50	0,00	56,25	APROV	27º	12/07/1997
1.596	MAURÍCIO LUCAS HONETTA ANZILIERO	4	3	4	11	62,50	0,00	56,25	APROV	28º	22/01/1997
2.078	DYLSON JUNYOR NECKEL LINDEN	3	5	5	9	61,00	0,00	54,90	APROV	29º	17/03/2003
1.857	DANIEL CEZAR SERVIM SANTUCIA	2	3	3	13	60,00	0,00	54,00	APROV	30º	22/08/1998
3.099	POLLYANE VIEIRA DE ALMEIDA	3	3	3	12	60,00	0,00	54,00	APROV	31º	04/03/1987

Médico Veterinário

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
642	ISABELA CASTAGNA BALDO	3	4	5	12	67,50	67,50	APROV	1º	12/10/1991
2.762	SUELEN PATRICIA LENZ	3	3	5	12	65,00	65,00	APROV	2º	25/04/2002
2.547	JOAO HENRIQUE BRESSAN MALAVAZI	5	4	4	10	65,00	65,00	APROV	3º	14/03/1987

Motorista

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	PRÁTICA	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.517	ERIVELTO CELESTINO FREIRE	5	2	4	14	86,00	100,00	94,40	APROV	1º	24/11/1997

2.988	CLESIO ROQUE CORDEIRO NUNES	3	3	5	14	85,00	100,00	94,00	APROV	2º	21/10/1989
1.453	MARCELO ANTONIO THOMAZONI	5	2	5	13	84,50	100,00	93,80	APROV	3º	25/04/1980
1.829	HIGOR NARDI MACHADO	4	3	5	13	84,00	100,00	93,60	APROV	4º	11/06/2002
1.554	GABRIEL APARECIDO PECCHER	3	3	4	14	82,50	100,00	93,00	APROV	5º	10/10/2002
2.146	RODRIGO DOS SANTOS SOARES	4	2	5	13	81,50	100,00	92,60	APROV	6º	16/02/1994
3.164	ALEXANDRO RAFAEL CARDOSO DE MATTIA	5	2	5	12	80,50	100,00	92,20	APROV	7º	17/04/1983
2.554	LINCOLN JACOB NOGUEIRA	4	2	4	13	79,00	100,00	91,60	APROV	8º	04/12/1980
234	JOÃO GUSTAVO FARIAS	4	3	5	11	76,00	100,00	90,40	APROV	9º	04/05/2000
1.517	EDUARDO MATHEUS DOS SANTOS CONTE	5	5	4	9	73,50	100,00	89,40	APROV	10º	12/03/2000
1.265	RODRIGO CARDOSO	3	3	4	13	78,50	95,00	88,40	APROV	11º	06/07/1992
235	MATHEUS GONCALVES PEDRASSOLLI	3	3	4	11	70,50	100,00	88,20	APROV	12º	03/06/2000
2.963	ANDRÉ LUIZ PERIN NORA	5	3	3	13	82,00	92,00	88,00	APROV	13º	16/02/2004
1.005	JAMILE DE LIMA JIUKOWSKI	4	4	4	11	76,00	95,00	87,40	APROV	14º	10/06/1983
1.927	ELEZARINO DE CARVALHO FERREIRA	4	3	5	11	76,00	95,00	87,40	APROV	15º	25/03/1982
3.182	ELIEL NAZARO DA SILVA	3	2	4	11	68,00	100,00	87,20	APROV	16º	17/02/1981
2.444	EDSON PORTELA DE OLIVEIRA	1	4	4	11	67,00	100,00	86,80	APROV	17º	25/04/2004
203	MARCOS ROBERTO QUERINO DOS SANTOS	4	2	4	10	67,00	100,00	86,80	APROV	18º	24/04/1982
1.411	GERONIMO FERREIRA MAIA JÚNIOR	5	2	4	11	74,00	95,00	86,60	APROV	19º	24/02/1998
1.284	ROSMAR BUHLER	4	3	4	9	65,50	100,00	86,20	APROV	20º	24/05/1971
2.433	NEUDIR PRADO LIMA	3	2	4	13	76,00	80,00	78,40	APROV	21º	02/05/1991
3.076	ELIS VALERIA BROCHI RAMOS	4	3	4	9	65,50	85,00	77,20	APROV	22º	14/11/1995

Nutricionista

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
494	DANIEL MASSAHARU ENOKIDA	4	3	5	20	92,00	92,00	APROV	1º	26/12/1985
671	KELVIN DOLVITSCH FAREZIN	4	5	5	18	91,00	91,00	APROV	2º	19/01/2002
3.127	HELEM BEATRIZ DOS SANTOS MARQUES	5	1	4	20	87,50	87,50	APROV	3º	05/07/2002
2.435	ROBERTA VIGANÓ TOMAZI CASAGRANDE	5	3	3	19	87,00	87,00	APROV	4º	14/11/1996
630	FELIPE DE SOUZA ANDRADE	3	3	4	20	86,50	86,50	APROV	5º	31/01/2002
3.060	FERNANDA LOZOWEI	3	2	4	20	84,00	84,00	APROV	6º	11/04/1999
2.023	MARIA RITA LIEBER DA SILVA	5	2	5	17	83,50	83,50	APROV	7º	20/12/2004
1.992	LIVIA COMIM RAMOS	5	1	3	19	82,00	82,00	APROV	8º	07/03/2004
437	LISIANY DENARDIN	4	2	3	19	81,50	81,50	APROV	9º	27/04/1992
2.805	FAGNER MACHADO QUINTANA	4	3	3	18	81,00	81,00	APROV	10º	21/09/1991
2.634	THAIS CRISTINA DA CHAGA	4	2	4	18	81,00	81,00	APROV	11º	07/06/2005
376	TASSIA MARIA DANTAS CRUZ	4	2	5	17	80,50	80,50	APROV	12º	22/05/1994
593	ANA ALICE VIEIRA DA ROCHA PAVAN	3	3	4	17	77,50	77,50	APROV	13º	14/09/1979
748	KELI CRISTINA LOUREIRO BORDIN DAMBROSIO	3	2	3	18	75,50	75,50	APROV	14º	05/09/1984
1.523	CIBELY EDUARDA HENQUE TOIGO	2	4	3	17	74,50	74,50	APROV	15º	01/03/2006
2.886	IGOR MATHEUS FERNANDES MILARÉ	3	4	3	16	74,50	74,50	APROV	16º	11/05/2005
1.750	CAMILA COSTA CAÇADOR	3	3	4	16	74,50	74,50	APROV	17º	03/09/2001
1.257	LETICIA DALLEMOLE DONDE	3	2	1	18	70,50	70,50	APROV	18º	05/03/2001
767	EMANOELI MORESCHI MOREIRA	3	2	2	17	70,00	70,00	APROV	19º	09/05/1985
1.699	IOMARA GAFURI LIKES	4	2	3	15	69,50	69,50	APROV	20º	24/09/1993
2.901	LAURA DOARTE	1	1	3	18	67,00	67,00	APROV	21º	20/12/2003
747	SOLANGE FELIX	2	1	2	17	64,50	64,50	APROV	22º	04/10/1992
3.240	ANNA PAULA BORBA	2	2	3	14	60,50	60,50	APROV	23º	10/01/1984

Operador de Máquinas

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	PRÁTICA	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
941	DENILSON DA SILVA FERREIRA	4	1	4	13	76,50	100,00	90,60	APROV	1º	03/12/2002
175	ANDRE JULIANO SOUZA DA SILVA	4	1	3	12	70,00	100,00	88,00	APROV	2º	04/08/1991
3.385	ADRIANO BORILLE	3	3	3	14	80,00	80,00	80,00	APROV	3º	26/02/1990
1.621	ANDERSON DOS SANTOS	3	1	5	14	80,00	60,00	68,00	APROV	4º	27/07/1975

Procurador Jurídico

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
3.401	HEITOR NICANOR PONTES CARDOSO DA SILVA	5	5	5	19	97,00	97,00	APROV	1º	09/03/1988
2.959	LUCIMARA FATIMA DE MACEDO SAVITRAZ	5	3	4	20	92,50	92,50	APROV	2º	27/02/1998
501	ELLAN RIBEIRO DOS SANTOS	4	4	4	20	92,00	92,00	APROV	3º	22/05/1989

1.698	JOAO PEDRO MICHELON FOGASSA	5	4	4	19	92,00	92,00	APROV	4º	27/09/2000
1.972	MATEUS DE OLIVEIRA MARTINS	4	2	5	20	89,50	89,50	APROV	5º	20/07/1998
366	DIEGO CARDOSO TORRES	3	4	5	19	88,50	88,50	APROV	6º	09/11/1995
219	ARTHUR DOS SANTOS TAVARES	4	4	5	18	88,50	88,50	APROV	7º	14/09/2000
49	JOÃO PAULO SALDIVAR DOS SANTOS	3	5	5	18	88,00	88,00	APROV	8º	26/02/1997
2.036	IAN DE COL NARDO	4	4	4	18	86,00	86,00	APROV	9º	23/04/1999
736	LEOVANIR LOSSO LISBOA	4	3	5	18	86,00	86,00	APROV	10º	01/06/1982
2.149	ROGÉRIO BENETIS BOLDORI	3	3	4	19	83,50	83,50	APROV	11º	13/04/1989
1.987	LUIZ AUGUSTO KONOPATZKI FILHO	5	3	4	17	83,50	83,50	APROV	12º	05/11/1985
1.832	SINTIA DA MOTTA	5	3	4	17	83,50	83,50	APROV	13º	04/03/1992
1.854	EDY CARLOS CHIELE	3	3	5	18	83,00	83,00	APROV	14º	15/12/1977
1.081	VIVIANE DE FATIMA FRANCA	4	4	5	16	82,50	82,50	APROV	15º	01/11/1983
744	ADRIANA DA SILVA	5	4	5	15	82,50	82,50	APROV	16º	29/01/1987
2.876	EDSON HLASCZUK	5	4	5	15	82,50	82,50	APROV	17º	03/06/1994
937	JESSICA RORATO	4	5	5	15	82,00	82,00	APROV	18º	11/04/1994
3.213	ARLINDO LIMA DE OLIVEIRA	1	4	3	20	80,50	80,50	APROV	19º	14/06/1981
3.030	GABRIELLE FURLAN FRANZOI	4	2	5	17	80,50	80,50	APROV	20º	18/04/1995
480	BIANCA RODRIGUES MÜHL	4	2	5	17	80,50	80,50	APROV	21º	18/08/2003
533	RAFAELA SCHERER BATISTA	4	4	4	16	80,00	80,00	APROV	22º	17/04/1997
758	VAGNER DE OLIVEIRA	4	3	5	16	80,00	80,00	APROV	23º	30/05/1975
578	JOAO FELIPE PERIOLO	3	4	5	16	79,50	79,50	APROV	24º	01/02/2000
3.231	GIBSON MARTINE VITORINO FILHO	3	4	5	16	79,50	79,50	APROV	25º	15/02/2001
154	FERNANDO HENRIQUE PIZZATO	4	4	5	15	79,50	79,50	APROV	26º	26/03/1992
115	JACKSON MICHAEL BORTH GARCIA	3	4	3	17	77,50	77,50	APROV	27º	29/06/1990
3.250	VITOR ALBERTO BENIN	4	3	5	15	77,00	77,00	APROV	28º	29/03/1991
1.510	CHRISTINE KIKUTI FREIRE SCHARNESKI	4	0	3	19	76,50	76,50	APROV	29º	08/06/1989
2.955	CARLITO KASPERAVICIUS	1	4	5	17	76,50	76,50	APROV	30º	17/03/1973
2.250	EMANUELLA DAYANE PASA	4	5	4	14	76,50	76,50	APROV	31º	02/04/1998
483	ALEXANDRE HARDT BORTOLOTTO	4	2	2	18	76,00	76,00	APROV	32º	20/04/1993
1.210	MARCELO ADRIANO BARBOSA CORONA	4	2	4	16	75,00	75,00	APROV	33º	11/07/1999
3.379	VICTOR AUNÃ LEITES	4	3	4	15	74,50	74,50	APROV	34º	26/11/2004
2.047	THALIA DE JESUS MACHADO	4	2	5	15	74,50	74,50	APROV	35º	10/09/2000
3.042	TAINÁ RITTER RODRIGUES DE LARA	2	3	5	16	74,00	74,00	APROV	36º	08/12/2004
2.909	HUANDY MICHEL TEDESCO	3	4	4	15	74,00	74,00	APROV	37º	10/08/1986
1.124	REGEANY MERLI DE LIMA	4	3	5	14	74,00	74,00	APROV	38º	16/08/1989
1.796	PATRICIA SIMIONI MACHADO	3	5	4	14	73,50	73,50	APROV	39º	19/01/2001
1.893	GABRIEL AUGUSTO MENEGAZZO	5	1	3	16	73,00	73,00	APROV	40º	04/09/1995
2.322	MARILIA FERNANDA SCHACHT	5	1	3	16	73,00	73,00	APROV	41º	03/02/2001
1.155	VALDECIR GOMES DA SILVA	3	5	5	13	73,00	73,00	APROV	42º	12/02/1973
1.755	GABRIELA BALDISSERA BACHINSKI	3	2	4	16	72,00	72,00	APROV	43º	22/03/1997
1.157	MAIARA APARECIDA PASSARIN	3	4	3	15	71,50	71,50	APROV	44º	21/04/1983
1.414	RAFAELA KATRYNE ALVES	3	4	3	15	71,50	71,50	APROV	45º	12/04/1989
2.523	JAQUELINE PILZ SANTIAGO	4	3	4	14	71,50	71,50	APROV	46º	07/02/1996
749	JOAO ANTUNES RIBEIRO JUNIOR	2	3	5	15	71,00	71,00	APROV	47º	24/04/1977
433	FERNANDO CÉSAR NUNES ALVES	4	3	5	13	71,00	71,00	APROV	48º	05/08/1992
680	ANDREY LUIS SCHREINER	2	5	4	14	70,50	70,50	APROV	49º	18/06/1997
2.156	RODRIGO JOSÉ DE L. GARCIA	1	5	5	14	70,00	70,00	APROV	50º	03/04/1981
1.272	ELOISA MEINERZ DA SILVA	3	3	2	16	69,50	69,50	APROV	51º	20/04/1996
1.205	JOAO PEDRO RODRIGUES GARCIA	4	2	3	15	69,50	69,50	APROV	52º	09/07/1998
601	GABRIELA MARIA LUISA POLETTO	4	1	4	15	69,50	69,50	APROV	53º	09/02/2000
2.259	ENZO RUAN VALDUGA KAFER	2	2	4	16	69,00	69,00	APROV	54º	20/08/2001
2.232	ABRAÃO ECKARDT ROCHA	3	2	5	14	68,50	68,50	APROV	55º	28/07/2002
1.341	RENATO AUGUSTO DOS SANTOS	2	4	4	14	68,00	68,00	APROV	56º	27/10/1986
76	GABRIELLA DE LAETT ERVILHA	4	3	5	12	68,00	68,00	APROV	57º	12/04/2003
3.233	ANDRÉ ROSA	3	1	4	15	66,50	66,50	APROV	58º	22/05/2002
1.920	LEONARDO CHEREDRA PACHENKI	3	3	3	14	66,00	66,00	APROV	59º	30/08/1998
3.197	SOFIA SANTOS NASCIMENTO	3	3	3	14	66,00	66,00	APROV	60º	06/09/2001
1.624	RICARDO CHIQUIN	3	3	4	13	65,50	65,50	APROV	61º	27/04/1994
2.997	ROBSON EDUARDO CHIOQUETTA ANTONIETTI	4	4	3	12	65,50	65,50	APROV	62º	28/06/1992
2.924	GABRIELLY JACOMELI SILVA KARAS	4	1	3	14	64,00	64,00	APROV	63º	26/04/2000
3.020	GABRIELA PRETZ ROTH	2	2	3	15	63,50	63,50	APROV	64º	23/06/1994

2.759	NICOLE VANDERLEIA OLIVEIRA DA SILVA	3	2	4	13	63,00	63,00	APROV	65º	19/11/1999
3.024	JOÃO MARIA FERREIRA DA SILVA	3	2	5	12	62,50	62,50	APROV	66º	18/08/1958
3.111	JOSIANE DA SILVA MOREIRA	1	3	5	13	62,00	62,00	APROV	67º	05/08/1990
2.120	FABIANE MALFATO VENANCIO PEREIRA	4	1	3	13	61,00	61,00	APROV	68º	11/04/1996
2.069	MARIA HELENA NICHETTI	2	0	5	14	60,50	60,50	APROV	69º	25/05/1983
1.863	RAFAEL DO PRADO MAY	4	3	2	12	60,50	60,50	APROV	70º	11/01/2000
615	JOÃO CÉSAR GOMES ALVES	2	2	4	13	60,00	60,00	APROV	71º	24/09/1998
1.907	SANDERSON MOISES DAVID DE ALMEIDA SOUZA	4	3	3	11	60,00	60,00	APROV	72º	27/07/2003

Professor

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	TÍTULOS	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
1.286	VALDERI DOS SANTOS	5	3	5	15	95,00	50,00	90,50	APROV	1º	17/05/1982
1.241	JOCIMARA AVILA	5	4	5	14	93,50	50,00	89,15	APROV	2º	23/05/1994
613	ANNA CLAUDIA RADEL	5	4	5	13	89,50	50,00	85,55	APROV	3º	11/11/1991
1.277	KEMELLY KARINE BRUCHEZ	5	3	4	14	88,50	50,00	84,65	APROV	4º	12/11/1999
1.215	CRISLAINE CURTIS	4	3	5	14	88,00	50,00	84,20	APROV	5º	17/07/1987
1.065	CAROLINE MARIA TRENTIN CHETCO	5	3	5	13	87,00	50,00	83,30	APROV	6º	01/09/1998
1.775	ERICA CASAGRANDE VIGANÓ	4	2	5	15	89,50	10,00	81,55	APROV	7º	20/02/2003
1.304	ELIANE BORTOLINI	4	3	5	13	84,00	50,00	80,60	APROV	8º	18/09/1997
2.750	CINTHIA MARA ALVES	4	2	4	14	83,00	50,00	79,70	APROV	9º	01/03/1996
1.602	MELANIA TOKARSKI BELIN	5	3	5	12	83,00	50,00	79,70	APROV	10º	22/02/1985
2.842	FERNANDO LOPES	5	3	4	14	88,50	0,00	79,65	APROV	11º	29/05/2005
2.466	DAIANA PANHO	4	4	5	12	82,50	50,00	79,25	APROV	12º	24/02/1984
592	EDNA KARINE PACHECO BOLIN	5	1	5	13	82,00	50,00	78,80	APROV	13º	09/11/1990
2.632	AMANDA SCOPEL SCARMOCIN	4	4	3	13	81,50	50,00	78,35	APROV	14º	29/10/2002
256	CLEISE MACHADO	5	3	4	12	80,50	50,00	77,45	APROV	15º	14/12/1983
2.968	LUCIANE CARDOSO	5	3	5	12	83,00	25,00	77,20	APROV	16º	11/02/1986
1.009	SINARA DA SILVA	5	3	5	12	83,00	25,00	77,20	APROV	17º	03/08/1986
2.581	NERLEI MULLER	4	3	5	12	80,00	50,00	77,00	APROV	18º	01/04/1976
349	LILIANE DE FATIMA STEFFENS	4	1	5	13	79,00	50,00	76,10	APROV	19º	16/08/1987
954	ANDRESSA GUERRA	5	4	4	12	83,00	10,00	75,70	APROV	20º	26/04/2001
1.726	EDIANE DINIZ	5	3	5	12	83,00	10,00	75,70	APROV	21º	13/03/1993
2.376	ARIELE MOREIRA BORILLE RAMBO	5	2	4	12	78,00	50,00	75,20	APROV	22º	15/03/1993
378	ADRIELY CULTZ	5	2	4	12	78,00	50,00	75,20	APROV	23º	18/09/1994
3.106	EDILAINE ROSA RIBEIRO	5	3	4	12	80,50	25,00	74,95	APROV	24º	27/09/1989
1.944	PATRICIA PEREIRA	4	2	5	12	77,50	50,00	74,75	APROV	25º	15/03/1995
2.957	CAMILLE VITÓRIA ALMEIDA PEREIRA PAIVA	5	4	4	12	83,00	0,00	74,70	APROV	26º	03/01/2003
225	JACSON RUAN DE MORAES WOLF	5	4	4	12	83,00	0,00	74,70	APROV	27º	25/03/2009
1.311	ALINE VITORIA DE SOUZA	5	3	5	12	83,00	0,00	74,70	APROV	28º	09/01/2000
1.190	ADELVANA SURDI	5	1	3	13	77,00	50,00	74,30	APROV	29º	02/04/1987
1.549	MYCHELLE DE JESUS	4	4	5	12	82,50	0,00	74,25	APROV	30º	28/09/2005
1.429	LUCIANE ALVES BLEMER	4	1	4	13	76,50	50,00	73,85	APROV	31º	14/11/1986
1.200	LUANA KAROLINE DE OLIVEIRA DE BORBA	5	2	5	11	76,50	50,00	73,85	APROV	32º	13/01/2000
1.522	ANA LUIZA DE FARIAS RIBEIRO	5	1	4	12	75,50	50,00	72,95	APROV	33º	21/02/2003
1.184	SUZAMAR LODOVIKA HARTWIG	3	3	5	13	81,00	0,00	72,90	APROV	34º	25/07/1983
2.723	IVANIR DE FATIMA GROBS	4	3	3	12	75,00	50,00	72,50	APROV	35º	12/10/1969
2.490	EDIANE DAS GRAÇAS FERREIRA	4	2	4	12	75,00	50,00	72,50	APROV	36º	21/03/1987
2.699	IANCARLA CARDOSO	5	3	5	10	75,00	50,00	72,50	APROV	37º	11/01/1995
2.179	DANIELE DAL CANTON	5	3	4	12	80,50	0,00	72,45	APROV	38º	25/03/2005
1.637	DEBORAH DAIANY DOURADO	5	2	4	11	74,00	50,00	71,60	APROV	39º	21/07/1990
3.350	LETICIA BOLZAN DE SOUZA	5	1	4	13	79,50	0,00	71,55	APROV	40º	06/04/1995
2.087	SOLANGE BERNARDI GOMES	5	2	5	11	76,50	25,00	71,35	APROV	41º	13/09/1986
2.176	DANIELE TERESINHA FORCELINI	5	2	4	12	78,00	10,00	71,20	APROV	42º	16/11/1980
729	MARLENE FATIMA BURCKHARDT	3	1	4	13	73,50	50,00	71,15	APROV	43º	18/12/1985
315	ANA PAULA CORREIA	4	3	4	11	73,50	50,00	71,15	APROV	44º	31/01/1986
1.658	GEISIANI DA SILVA DE OLIVEIRA	4	3	4	11	73,50	50,00	71,15	APROV	45º	08/09/1997
173	KAROLINA FERREIRA ESMA	5	3	5	11	79,00	0,00	71,10	APROV	46º	30/08/2009
1.744	LETHICIA THAINA NASCIMENTO RAFANIN COLAÇO	3	3	5	11	73,00	50,00	70,70	APROV	47º	10/09/1995
1.129	LEILA HEDIANI JAVORSKI	4	4	5	11	78,50	0,00	70,65	APROV	48º	20/12/1984
690	CIBELE LUPATO	2	4	5	11	72,50	50,00	70,25	APROV	49º	30/09/1996
512	MARIA LETICIA CASAROTTO PIANA	5	2	5	10	72,50	50,00	70,25	APROV	50º	25/02/1988

1.855	TAISA CARLA RODRIGUES DUARTE DE MOURA	5	2	4	12	78,00	0,00	70,20	APROV	51º	29/01/1989
2.447	MAISA DA COSTA FORNASA	5	2	4	12	78,00	0,00	70,20	APROV	52º	11/05/2008
202	LUCIMARA BRUM DE JESUS DE FREITAS	5	1	5	12	78,00	0,00	70,20	APROV	53º	12/10/1989
1.937	MARIA EDUARDA PEDROZO DA SILVA	5	1	5	12	78,00	0,00	70,20	APROV	54º	31/10/1999
924	ANDREIA LIMA HARTECOF	3	1	5	12	72,00	50,00	69,80	APROV	55º	17/04/1987
2.256	SILVANA APARECIDA VIEIRA RAMBO	4	3	5	10	72,00	50,00	69,80	APROV	56º	17/05/1980
3.349	ADRIANO DIAS DOS SANTOS	4	3	4	12	77,50	0,00	69,75	APROV	57º	05/01/1990
2.913	MATHEUS VINICIUS DA SILVA BORGES	4	3	4	12	77,50	0,00	69,75	APROV	58º	27/05/2004
2.392	ANDRIELI AMARO PIRES DE CARVALHO	4	3	4	12	77,50	0,00	69,75	APROV	59º	24/11/2005
3.306	ALINE DANIELI DOS SANTOS DE SOUZA	4	2	5	12	77,50	0,00	69,75	APROV	60º	27/11/1985
408	DANIANE MAGALI MARAFON DA ROSA	3	3	4	12	74,50	25,00	69,55	APROV	61º	05/09/1981
787	ANA KARLA VILELA DE FARIAS	4	4	4	11	76,00	10,00	69,40	APROV	62º	01/05/2000
1.828	ALEXIA EDUARDA DO NASCIMENTO	5	2	4	11	74,00	25,00	69,10	APROV	63º	18/01/2000
1.600	JUSSARA PECCHER DUFFECK	4	2	4	11	71,00	50,00	68,90	APROV	64º	09/03/1983
229	KELLY KENE FORTUNATO	4	2	4	11	71,00	50,00	68,90	APROV	65º	29/09/1999
1.997	MARIA FERNANDA HOBOLD	5	3	4	11	76,50	0,00	68,85	APROV	66º	14/04/2008
839	SARAH EMANUELLI FARIAS	4	2	4	12	75,00	10,00	68,50	APROV	67º	28/07/1997
1.440	DANIELA VANESSA BERGAMASCHI	3	3	4	11	70,50	50,00	68,45	APROV	68º	22/03/1995
3.049	MARINES DE RAMOS	4	4	5	9	70,50	50,00	68,45	APROV	69º	08/08/1985
1.963	ELIZETE DE FATIMA WAGNER	5	2	4	10	70,00	50,00	68,00	APROV	70º	19/02/1980
2.810	KARINE VENGEN TOMAZINI	4	1	4	12	72,50	25,00	67,75	APROV	71º	18/02/2003
1.947	FRANCIELI HENDGES MARCELINO GODIN	5	2	4	11	74,00	10,00	67,60	APROV	72º	13/08/1997
2.519	MONIQUE JAQUELAINE DE OLIVEIRA CARNEIRO	4	2	4	12	75,00	0,00	67,50	APROV	73º	09/02/1996
2.833	ERIKA SILVEIRA DE SOUZA	4	2	4	12	75,00	0,00	67,50	APROV	74º	26/04/2006
1.395	MARIA HELENA GELINSKI DIOGO	4	2	5	11	73,50	10,00	67,15	APROV	75º	13/04/1983
634	LETÍCIA MARIA KUHN VIZENTIN	3	3	4	12	74,50	0,00	67,05	APROV	76º	08/01/2005
2.847	ADRIELI BAZZO SANTORUM DE OLIVEIRA	3	2	5	12	74,50	0,00	67,05	APROV	77º	31/07/1995
1.245	CAMILLI ESMA DA COSTA	5	3	3	11	74,00	0,00	66,60	APROV	78º	26/08/2005
2.719	ARIELLY KARINE ALVES BARBOSA	5	2	4	11	74,00	0,00	66,60	APROV	79º	18/11/2001
496	PATRICIA GANZER	4	1	5	11	71,00	25,00	66,40	APROV	80º	11/05/1989
2.927	JOSIELLI HOIÇA	5	3	5	9	71,00	25,00	66,40	APROV	81º	22/11/1984
2.410	MARIA KAROLINY TOCHINSKI DOS SANTOS	4	3	4	11	73,50	0,00	66,15	APROV	82º	17/02/2003
1.198	SUZANA FERRAZ PACHECO	5	1	4	10	67,50	50,00	65,75	APROV	83º	25/10/1987
2.670	NOELI NEPOMOCENO SARTORETTO	4	2	4	10	67,00	50,00	65,30	APROV	84º	20/09/1977
1.532	ELYZE BEATRIS DA SILVA RODRIGUES	4	1	4	12	72,50	0,00	65,25	APROV	85º	09/02/2007
2.100	MARCOS DE OLIVEIRA RIBEIRO	5	3	4	10	72,50	0,00	65,25	APROV	86º	17/01/1997
2.298	HELLEN LETICIA DE LIMA SANTOS	5	3	4	10	72,50	0,00	65,25	APROV	87º	15/05/2004
3.171	PAULA EDUARDA CORREIA DE LIMA	5	3	4	10	72,50	0,00	65,25	APROV	88º	06/03/2005
2.493	DAIANE DE OLIVEIRA IUNG	3	2	4	12	72,00	0,00	64,80	APROV	89º	23/02/1992
1.355	VERA PERIN NORA	5	2	4	9	66,00	50,00	64,40	APROV	90º	20/03/1978
2.305	ILDA TOCHINSKI DOS SANTOS	5	3	4	9	68,50	25,00	64,15	APROV	91º	27/07/1974
3.473	VIVIANI NUNES DA SILVA BILSKI	4	2	5	9	65,50	50,00	63,95	APROV	92º	04/06/1981
1.475	ROSANE DIAS DA SILVA	4	3	3	11	71,00	0,00	63,90	APROV	93º	08/04/1993
2.128	TACIANE RAMOS POTRATZ	4	2	4	11	71,00	0,00	63,90	APROV	94º	19/07/1995
2.299	KIMBERLY DANIELA DE SOUZA SCANDOLARA	4	1	5	11	71,00	0,00	63,90	APROV	95º	29/09/1992
2.394	CAMILE DAL CANTON	4	1	5	11	71,00	0,00	63,90	APROV	96º	25/03/2005
1.574	GRACIELA MARIZA SCHWAMBACH	3	2	4	11	68,00	25,00	63,70	APROV	97º	19/05/1982
2.914	SANDRA APARECIDA QUADROS	3	2	4	11	68,00	25,00	63,70	APROV	98º	08/06/1986
3.081	MARIA VITORIA STIPP	2	1	4	13	70,50	0,00	63,45	APROV	99º	06/10/2006
2.733	FERNANDA TROMBETTA	4	4	5	9	70,50	0,00	63,45	APROV	100º	05/12/1984
1.035	EDISLAINE DE ALMEIDA LEVITSKEI	5	1	4	10	67,50	25,00	63,25	APROV	101º	15/11/1992
2.766	BERENICE APARECIDA DUFFEK TITON	4	2	3	10	64,50	50,00	63,05	APROV	102º	19/10/1983
723	KAUANA POSSAMAI PERIN	4	1	4	10	64,50	50,00	63,05	APROV	103º	29/10/2002
2.887	ZENAIDE APARECIDA ALVES BOENO	2	4	5	9	64,50	50,00	63,05	APROV	104º	01/07/1979
1.424	MARIZETE PIRES	5	1	5	10	70,00	0,00	63,00	APROV	105º	24/08/1980
859	ANA VITORIA DOMINGUES FERREIRA	5	1	5	10	70,00	0,00	63,00	APROV	106º	27/02/2008
2.414	FRANCIELLI QUEIROZ BILSKI	4	2	4	10	67,00	25,00	62,80	APROV	107º	12/12/1982
2.465	DAIANE CRISTINA RAMOS	4	2	4	10	67,00	25,00	62,80	APROV	108º	05/06/1985
2.304	EMANUELY ARAUJO DOS SANTOS	4	3	4	10	69,50	0,00	62,55	APROV	109º	18/07/2004
145	GONCALINA TRINDADE RODRIGUES	4	0	3	11	63,50	50,00	62,15	APROV	110º	09/01/1989
1.738	CAMILLY PAVAN	3	3	5	10	69,00	0,00	62,10	APROV	111º	28/09/2008

2.705	ALEXANDRE DOS SANTOS CAMER	4	2	4	9	63,00	50,00	61,70	APROV	112º	14/07/1992
304	SHEILA DA SILVA ALVES	4	1	4	11	68,50	0,00	61,65	APROV	113º	30/12/1998
3.221	HELOISA CORREIA GARCIA	5	2	5	9	68,50	0,00	61,65	APROV	114º	23/09/2005
2.027	ANGÉLICA DE FÁTIMA DE ALMEIDA LARA	3	2	4	11	68,00	0,00	61,20	APROV	115º	02/10/1991
1.366	JÉSSICA FERREIRA NAVARRO	3	2	4	11	68,00	0,00	61,20	APROV	116º	24/05/2002
128	EDUARDA CAMARGO SILVESTRE DA COSTA	2	2	5	11	67,50	0,00	60,75	APROV	117º	17/08/2006
1.055	LUANA BRUNETTO RODRIGUES	5	1	4	10	67,50	0,00	60,75	APROV	118º	16/06/2008
2.122	DAYANE CRISTINA DOS SANTOS	3	2	3	10	61,50	50,00	60,35	APROV	119º	29/04/1989
1.818	VERIDIANA ALVES DA SILVA	3	1	4	10	61,50	50,00	60,35	APROV	120º	12/08/1981
2.804	ANGELA FONGARO LAGNI	4	2	5	8	61,50	50,00	60,35	APROV	121º	17/04/1979
936	MARCYELI PEREIRA DOS SANTOS BENTO	4	1	5	10	67,00	0,00	60,30	APROV	122º	08/10/1994
2.020	ANA PAULA DE OLIVEIRA	3	3	4	10	66,50	0,00	59,85	APROV	123º	29/12/1994
2.377	KAMILA GONSALVES BORGES	4	2	2	11	66,00	0,00	59,40	APROV	124º	10/11/2005
693	ALINE DE CASTRO	5	2	4	9	66,00	0,00	59,40	APROV	125º	31/12/2000
3.453	JEFESON SOUZA DAMASCENO	5	1	5	9	66,00	0,00	59,40	APROV	126º	04/02/1997
409	FERNANDA PORTELLA PIZZATO	4	2	4	9	63,00	25,00	59,20	APROV	127º	18/02/1996
2.757	NAYARA CASSIELI PEREIRA DOS SANTOS	4	3	4	9	65,50	0,00	58,95	APROV	128º	15/08/1995
3.277	ANGELINA RODRIGUES GONCHOROSKI	3	2	4	10	64,00	10,00	58,60	APROV	129º	06/10/1990
2.190	SHAIANE RIBEIRO DA ROSA	5	1	4	8	59,50	50,00	58,55	APROV	130º	25/03/1988
2.419	WAGNER XAVIER DE SOUZA	4	2	4	8	59,00	50,00	58,10	APROV	131º	02/05/1994
226	AMANDHA DOS SANTOS POSTAL	4	1	4	10	64,50	0,00	58,05	APROV	132º	22/04/2008
1.466	VANESSA LUIZA MARCHIORO	5	3	4	8	64,50	0,00	58,05	APROV	133º	17/11/1985
57	FÁTIMA DA SILVA	3	3	3	10	64,00	0,00	57,60	APROV	134º	03/02/1999
3.217	ERIKA FERREIRA LOPES	2	1	5	10	61,00	25,00	57,40	APROV	135º	11/02/1995
190	KAROLINE DE SOUZA PADILHA SEIBEL	5	0	3	10	62,50	0,00	56,25	APROV	136º	03/04/2003
3.210	VIVIANE DOS SANTOS ALMEIDA THOMÉ	3	3	4	9	62,50	0,00	56,25	APROV	137º	23/11/1989
2.430	VANESSA OIDELLA DE OLIVEIRA	5	1	5	8	62,00	0,00	55,80	APROV	138º	30/06/2005
2.098	DAIANY ROCHA	3	2	3	10	61,50	0,00	55,35	APROV	139º	16/08/1987
2.732	RAYANE DE ARAUJO ALVES CORREA	3	2	3	10	61,50	0,00	55,35	APROV	140º	15/09/2001
1.485	MONICA APARECIDA MOREIRA SERINO	4	3	4	8	61,50	0,00	55,35	APROV	141º	13/10/1991
848	EVELYN ELIAS	2	2	4	10	61,00	0,00	54,90	APROV	142º	13/11/2008
2.953	JULIANA CASEIRO RIBEIRO GONÇALES	4	1	4	9	60,50	0,00	54,45	APROV	143º	29/06/1981
2.425	VITÓRIA CRISTINA MOREIRA CORREA	3	1	4	9	57,50	25,00	54,25	APROV	144º	04/11/1998
1.686	FÁTIMA CAITANO GEMELLI	5	2	4	6	54,00	50,00	53,60	APROV	145º	13/05/1975
1.520	RHUANA THUYSA MANIARDES DE SOUZA	4	1	4	8	56,50	25,00	53,35	APROV	146º	21/05/1999
2.382	JUCIANE DOALTE	1	1	5	10	58,00	10,00	53,20	APROV	147º	01/02/1989
2.574	SUZANA FATIMA SOUZA SANOTO	3	1	4	9	57,50	10,00	52,75	APROV	148º	13/07/1974
2.045	MILENA APARECIDA ZANINI ROSIN	2	2	3	10	58,50	0,00	52,65	APROV	149º	19/02/2006
2.480	MARIA IZABEL ROCHA	4	2	2	9	58,00	0,00	52,20	APROV	150º	21/05/2001
2.462	NIKELI DE LIMA BARTZIKI	4	1	3	9	58,00	0,00	52,20	APROV	151º	11/07/2000
3.222	SILVIANE ALVES DA SILVA	5	1	5	7	58,00	0,00	52,20	APROV	152º	29/07/1987
263	LUANA MARTINS DA ROSA	5	1	5	7	58,00	0,00	52,20	APROV	153º	21/08/2003
1.530	FABIANA FAGUNDES ALVES	3	1	3	9	55,00	25,00	52,00	APROV	154º	23/07/1986
1.971	EVELLIN MARIA DACOREGIO CIRINO	4	1	4	8	56,50	10,00	51,85	APROV	155º	03/04/1996
3.256	ADRIANA DIAS	3	2	3	9	57,50	0,00	51,75	APROV	156º	02/05/1985
1.273	MARILENE HOCHMANN SIQUEIRA	2	1	5	9	57,00	0,00	51,30	APROV	157º	23/01/1983
935	MARIA ROSA BRANCO DE CAMARGO	4	0	2	9	53,00	25,00	50,20	APROV	158º	23/03/1975
1.615	MERY TEREZINHA OLIVEIRA DA SILVA	2	1	4	9	54,50	10,00	50,05	APROV	159º	27/09/1990
939	CRISTIANO SALVADOR DE SIQUEIRA	2	3	4	8	55,50	0,00	49,95	APROV	160º	15/11/1991
2.563	FERNANDA CORDEIRO DOARTE	3	1	3	9	55,00	0,00	49,50	APROV	161º	07/04/1995
1.684	ROSANGELA TROMBETTA DA SILVA	2	1	2	10	53,50	0,00	48,15	APROV	162º	12/07/1981
231	KELY CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS	3	1	4	8	53,50	0,00	48,15	APROV	163º	20/01/1987
383	EDINEIA DOS SANTOS DOS SANTOS	3	1	4	8	53,50	0,00	48,15	APROV	164º	27/11/1998
2.199	JUCIMARA FERNANDA DOALTE CORREA	3	0	4	8	51,00	10,00	46,90	APROV	165º	24/07/2000
162	KATIANE APARECIDA DA SILVA RIBEIRO	3	1	5	7	52,00	0,00	46,80	APROV	166º	15/09/1994
2.529	DIESSICA DOS SANTOS RIBEIRO SCHRAN	3	1	3	8	51,00	0,00	45,90	APROV	167º	02/05/1997
2.571	FERNANDA DA LUZ ANDRADE	4	2	4	6	51,00	0,00	45,90	APROV	168º	24/12/1996
1.516	CLARA CATARINE OLIVERIA DOS SANTOS	2	1	4	8	50,50	0,00	45,45	APROV	169º	24/06/2007
2.937	IVANEIDE PIMENTEL DA SILVA PINTO	3	2	5	6	50,50	0,00	45,45	APROV	170º	05/02/1976

Profissional de Educação Física											
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**TÍTULOS**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.395	JUNIOR CESAR DO PRADO	5	1	3	17	76,00	50,00	73,40	APROV	1º	04/07/1991
3.120	GABRIELLY MACHADO MARIN	4	3	3	16	75,00	35,00	71,00	APROV	2º	28/12/2001
3.009	FELIPE DA SILVA TROMBETA	5	2	2	15	70,00	50,00	68,00	APROV	3º	11/03/2001
3.268	JULIO CESAR TESSARO	3	4	4	15	74,00	0,00	66,60	APROV	4º	26/02/1987
1.676	BEATRIZ DA SILVA PRESCHLAK	4	1	2	17	70,50	0,00	63,45	APROV	5º	16/07/1997
2.551	THIAGO JONATA ALMEIDA DA SILVA BOCCHI	4	1	2	16	67,50	0,00	60,75	APROV	6º	13/06/1994
2.253	TALLES SILVA DO NASCIMENTO	4	2	3	14	66,50	0,00	59,85	APROV	7º	08/09/2005
1.012	LUAN MATEUS MALAVSKI CAMPOS	2	3	3	13	60,00	50,00	59,00	APROV	8º	20/01/2003
148	RAUANA RODRIGUES	1	2	4	15	63,00	10,00	57,70	APROV	9º	18/09/2000
2.635	GABRIELLA RADEL	2	1	3	15	61,00	0,00	54,90	APROV	10º	24/02/2003
2.983	EDSON ZANATTA	2	0	4	15	61,00	0,00	54,90	APROV	11º	12/08/1969
189	LUCIANO REBTT DE MORA	3	1	3	14	61,00	0,00	54,90	APROV	12º	06/08/1993

Psicólogo										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.016	VALÉRIA CARDOZO BRITO	5	4	3	16	80,50	80,50	APROV	1º	14/06/1995
2.612	REGIS MALISZEWSKI DA SILVA	5	5	4	13	76,50	76,50	APROV	2º	06/01/1982
2.459	DANUZA CAROLINA DE SOUZA	5	1	5	14	72,00	72,00	APROV	3º	19/11/1992
1.327	JANAINA ROSELI SIMÕES DIAS MICHELON	5	4	3	12	68,50	68,50	APROV	4º	02/06/2001
1.607	RAYANE BULIN ESPINDOLA PEREIRA	5	1	4	13	66,50	66,50	APROV	5º	16/12/2002
3.338	CLAUDIANE APARECIDA PEREIRA ALIXANDRE	4	3	2	13	63,50	63,50	APROV	6º	29/07/1990
3.016	JÚLIA GABRIELLY GEREMIA MOREIRA	5	3	2	12	63,50	63,50	APROV	7º	12/12/2003
54	LUMA FERNANDA CARLETTO	2	3	3	14	63,00	63,00	APROV	8º	08/11/1993
2.726	VANESSA SILVA DESTO	5	3	3	11	63,00	63,00	APROV	9º	25/03/1988
1.827	VICTOR BERNART PANDINI	3	3	4	12	62,50	62,50	APROV	10º	07/05/1997
3.165	MAURILIO VELTER LIMA	4	1	3	13	61,00	61,00	APROV	11º	20/06/2001
1.747	JULIANA CLAUDIA SANTIN	4	2	3	12	60,50	60,50	APROV	12º	29/03/1980
1.550	MARCOS VINICIUS RIBEIRO MENDES	4	2	3	12	60,50	60,50	APROV	13º	04/02/1997
1.868	MATHEUS BULIGON MATIAZZO	4	2	3	12	60,50	60,50	APROV	14º	01/01/2001
3.002	FABIANA PEREIRA DE ANDRADE	5	2	4	10	60,00	60,00	APROV	15º	22/01/1980
191	CAMILA DA CUNHA ALEXANDRE	5	2	4	10	60,00	60,00	APROV	16º	15/09/2003

Técnico de Enfermagem										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
2.961	CLAUDIOMIRO JOSE DA SILVA JUNIOR	5	4	5	13	89,50	89,50	APROV	1º	22/02/2005
652	VIVIANE BENNERT RITTER BATISTA	5	3	5	13	87,00	87,00	APROV	2º	11/01/1988
1.713	GILVANETE DE MORAES	3	2	5	14	82,50	82,50	APROV	3º	08/03/1993
3.062	LAYANA MOREIRA LOPES	5	2	4	13	82,00	82,00	APROV	4º	14/10/2001
830	EVELIN FERNANDA KNIPHOFF MICHEL	5	0	5	13	79,50	79,50	APROV	5º	12/12/2007
695	DANIEL JOAQUIM DE BRITO	5	4	4	11	79,00	79,00	APROV	6º	17/04/1987
3.375	SARAH EMILLY AMARAL FERREIRA	4	4	3	12	77,50	77,50	APROV	7º	22/03/2008
1.833	MAIARA SILVA GOMES DE MORAES	4	1	5	12	75,00	75,00	APROV	8º	26/03/1993
1.849	TIAGO DA SILVA	4	2	3	12	72,50	72,50	APROV	9º	06/10/1992
327	KAUANY VITÓRIA DE OLIVEIRA RANGEL	4	2	3	12	72,50	72,50	APROV	10º	07/06/2006
532	GISELI APARECIDA FERREIRA	4	1	5	11	71,00	71,00	APROV	11º	24/05/2002
1.966	DÉBORA KOENE	4	1	4	11	68,50	68,50	APROV	12º	21/12/1985
797	JUCEIA RITA DA SILVA	5	4	4	8	67,00	67,00	APROV	13º	08/10/1981
1.221	DIANA APARECIDA DA COSTA	3	1	4	10	61,50	61,50	APROV	14º	17/10/1978
418	ELAINE BOCHENECKI DE LIMA	3	1	4	10	61,50	61,50	APROV	15º	15/05/1994
2.761	VERONICA SUTIL DE OLIVEIRA THOMAZONI	4	1	5	8	59,00	59,00	APROV	16º	22/01/1989
1.401	FRANCISCO DIAS DE SOUZA JUNIOR	5	3	4	6	56,50	56,50	APROV	17º	26/03/1987
250	MERIELEN MARINELO CHAVES	3	1	5	8	56,00	56,00	APROV	18º	20/11/1984
2.993	RAQUEL HOLOISA SANTANA DA SILVA	2	0	5	8	50,50	50,50	APROV	19º	03/06/2004

Técnico de Higiene Dental										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
2.711	YASMIN IZIDIO SOUSA	3	3	4	14	82,50	82,50	APROV	1º	21/07/2005
1.996	CELENI ADRIANA DE FREITAS MOREIRA	4	2	5	13	81,50	81,50	APROV	2º	12/05/1980

166	FRANCIELE FREIRE DO NASCIMENTO MACIEL	2	1	4	13	70,50	70,50	APROV	3º	10/05/1994

Técnico de Informática										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.484	RODRIGO PRADO PEREIRA	5	4	4	11	79,00	79,00	APROV	1º	07/07/1999
647	WILLIAM FELIPE DE OLIVEIRA PINHEIRO	3	5	5	10	74,00	74,00	APROV	2º	01/06/1995
3.050	LEONARDO DIOGO FREITAS	5	3	5	8	67,00	67,00	APROV	3º	11/02/1996
1.721	LEONARDO FERREIRA SANTOS	4	2	4	9	63,00	63,00	APROV	4º	07/07/2002
1.553	JOAO HENRIQUE DA SILVA	4	2	5	8	61,50	61,50	APROV	5º	03/12/2003
551	JOSE AUGUSTO BULIM DOS SANTOS	5	2	3	8	59,50	59,50	APROV	6º	27/05/2003
303	WELLINGTON OLIVEIRA DOS SANTOS	5	1	4	8	59,50	59,50	APROV	7º	11/02/2007
2.948	DONISETE FRANCISCO PAES	2	3	4	8	55,50	55,50	APROV	8º	17/06/1961
1.444	KLEITON DA SILVA RAGAGNAN	5	3	5	5	55,00	55,00	APROV	9º	29/03/1998
2.932	RUDINEI BERNALDE	5	2	4	6	54,00	54,00	APROV	10º	15/05/1987
216	VALDECIR DE MOURA	4	2	5	6	53,50	53,50	APROV	11º	02/08/1969
3.443	KAUA HENRIQUE MASARO LUKASEWICZ	4	3	5	5	52,00	52,00	APROV	12º	23/12/2006

Técnico Radiologia										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
122	ALEXANDRE MENDES PALOSCHI	3	5	4	11	75,50	75,50	APROV	1º	12/04/2003
120	LAUANA CARLA GUILHERME DE SOUZA	4	4	4	10	72,00	72,00	APROV	2º	23/08/2004
3.280	ELITON DE CHAVES	4	2	5	9	65,50	65,50	APROV	3º	22/11/1994
2.340	HALISON JUNIOR MICHELON	3	3	4	9	62,50	62,50	APROV	4º	13/05/1994
2.438	ANGELO AUGUSTO MADRUGA	5	2	4	8	62,00	62,00	APROV	5º	29/10/1987
47	DANIELI DOS SANTOS TELLES	5	2	4	8	62,00	62,00	APROV	6º	04/12/1992
3.360	ALINE ZANATTO	3	1	5	9	60,00	60,00	APROV	7º	19/11/2002
3.130	CLAEVERSON DOS SANTOS	3	3	3	8	56,00	56,00	APROV	8º	23/10/1995
45	LENA LUISA CAMBRUSSI	4	2	4	6	51,00	51,00	APROV	9º	16/05/1991

Terapeuta Ocupacional										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**

Topógrafo										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.548	ALAN SANTOS DA SILVA	4	2	4	10	67,00	67,00	APROV	1º	03/09/1996
2.432	GIOVANE GANZER LOPES	4	3	3	9	63,00	63,00	APROV	2º	07/07/1996

ANEXO II – RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO

Pessoa Preta ou Parda

Agente Comunitário de Saúde										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.013	VITOR EMANUEL CARDOSO SCHOARTZ	5	4	5	11	81,50	81,50	APROV	1º	06/09/2000
68	AMANDA KAMILLA GEMELLI	4	2	4	8	59,00	59,00	APROV	2º	16/12/1997

Agente de Apoio										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.064	MARCIO FELIPE SOBRAL HENQUE	3	1	4	9	73,50	73,50	APROV	1º	30/05/1996
2.461	VALTAIR RANGEL	3	1	4	8	68,00	68,00	APROV	2º	19/10/1983

Agente de Endemias										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
934	MATHEUS DANIEL GIACOMIN	3	2	4	10	64,00	64,00	APROV	1º	04/01/1995
1.951	JACKSON RODRIGO AGUIDA	4	2	5	8	61,50	61,50	APROV	2º	03/10/1997
1.436	ISCARLAT TORRES DA COSTA	4	2	4	8	59,00	59,00	APROV	3º	17/01/2000
3.258	FERNANDO INSAURALD	4	1	5	8	59,00	59,00	APROV	4º	04/09/2001

Assistente Administrativo										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.774	ANA BEATRIZ CÓRDOVA DE ALMEIDA	5	4	4	15	95,00	95,00	APROV	1º	15/06/2009
2.028	GABRIELA GOMES LIMA GAWLIK	5	4	3	15	92,50	92,50	APROV	2º	16/01/2000
3.462	JENIFER KAUANNY ALVES	5	3	4	15	92,50	92,50	APROV	3º	13/04/2004
1.952	LARISSA KOVALESKI	5	2	5	15	92,50	92,50	APROV	4º	13/03/2001
478	ELAINE CRISTINA CÓRDOVA DE ALMEIDA	5	2	4	14	86,00	86,00	APROV	5º	05/05/1982

Assistente Educacional										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
339	BRUNA FERREIRA GÓIS DO AMARAL	4	3	4	15	89,50	89,50	APROV	1º	23/03/1994
403	ROSELY DE FATIMA GOMES VAZ GIULIANI	5	1	4	15	87,50	87,50	APROV	2º	28/03/1967
1.410	MARICE DE FATIMA ALVARENGA	4	2	4	14	83,00	83,00	APROV	3º	15/05/1993
156	EVERTON OLIVEIRA RIBEIRO	2	2	4	13	73,00	73,00	APROV	4º	17/01/1998
1.929	MARLUCI GONÇALVES TAVEIRA	2	1	2	14	69,50	69,50	APROV	5º	12/09/1988

Assistente Social										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
58	FLÁVIA APARECIDA DOS SANTOS SILVA	4	0	5	16	72,50	72,50	APROV	1º	02/03/1991
246	EVANDRO MATOS BARREIRO	1	3	4	16	68,50	68,50	APROV	2º	13/03/1991

Cozinheira										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
2.177	REGIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	4	3	4	9	82,50	82,50	APROV	1º	09/11/1986
801	GEISILANE GONCALVES DOS SANTOS	4	1	3	7	62,50	62,50	APROV	2º	02/10/1993
2.943	TÂNIA MARIA DE LIMA CABRAL	3	1	4	6	57,00	57,00	APROV	3º	28/07/1995
2.449	DÉBORA CRISTINA EFISIO	4	1	3	5	51,50	51,50	APROV	4º	27/05/1995

Dentista										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
130	RAFAELLY BARCELOS ESTEVÃO DA SILVA	4	2	4	18	81,00	81,00	APROV	1º	17/01/2000
2.602	CARLA DAYANNA DE MELO MARQUES LOPES	3	2	3	16	69,50	69,50	APROV	2º	30/09/1989
2.641	EMANUELLY CARNEIRO	3	2	3	15	66,50	66,50	APROV	3º	20/03/2004

Enfermeiro										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
2.115	ROBERTO ALMEIDA DE SOUZA	5	2	3	13	66,50	66,50	APROV	1º	28/01/1983
1.312	CAMILA GIOVANNA INFANTINO BARRETO	5	3	3	12	66,00	66,00	APROV	2º	30/07/2001

Farmacêutico										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.629	ADAMEX NUNES AFONSO	4	2	4	11	60,00	60,00	APROV	1º	14/04/1976

Fisioterapeuta										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.236	EMILLY MESSIAS DE OLIVEIRA	2	2	3	17	69,50	69,50	APROV	1º	02/10/2000
1.581	TICIANE APARECIDA PECCHER DA SILVA	3	2	3	14	63,50	63,50	APROV	2º	26/06/2004

Médico											
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**TÍTULOS**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
2.306	AMANDA RODRIGUES DE SOUZA	5	1	3	17	76,00	0,00	68,40	APROV	1º	28/07/2000
1.373	MARCOS VINICIUS DA COSTA BRITO	3	3	4	14	68,50	50,00	66,65	APROV	2º	21/07/1966

Médico Plantonista											
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**TÍTULOS**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.813	IGOR QUEIROZ FRANCO	3	2	4	15	69,00	0,00	62,10	APROV	1º	01/11/1996
2.184	GECIANE SALINO TEIXEIRA	3	3	5	11	62,00	50,00	60,80	APROV	2º	27/11/1990

2.403	OCIMAR PARANHOS SANTANA	1	4	3	14	62,50	0,00	56,25	APROV	3º	14/04/1977

Motorista

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	PRÁTICA	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.146	RODRIGO DOS SANTOS SOARES	4	2	5	13	81,50	100,00	92,60	APROV	1º	16/02/1994
234	JOÃO GUSTAVO FARIAS	4	3	5	11	76,00	100,00	90,40	APROV	2º	04/05/2000
1.265	RODRIGO CARDOSO	3	3	4	13	78,50	95,00	88,40	APROV	3º	06/07/1992
203	MARCOS ROBERTO QUERINO DOS SANTOS	4	2	4	10	67,00	100,00	86,80	APROV	4º	24/04/1982
2.433	NEUDIR PRADO LIMA	3	2	4	13	76,00	80,00	78,40	APROV	5º	02/05/1991

Nutricionista

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
593	ANA ALICE VIEIRA DA ROCHA PAVAN	3	3	4	17	77,50	77,50	APROV	1º	14/09/1979
1.523	CIBELY EDUARDA HENQUE TOIGO	2	4	3	17	74,50	74,50	APROV	2º	01/03/2006

Procurador Jurídico

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
501	ELLAN RIBEIRO DOS SANTOS	4	4	4	20	92,00	92,00	APROV	1º	22/05/1989
1.081	VIVIANE DE FATIMA FRANCA	4	4	5	16	82,50	82,50	APROV	2º	01/11/1983

Professor

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	TÍTULOS	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.750	CINTHIA MARA ALVES	4	2	4	14	83,00	50,00	79,70	APROV	1º	01/03/1996
1.726	EDIANE DINIZ	5	3	5	12	83,00	10,00	75,70	APROV	2º	13/03/1993
2.490	EDIANE DAS GRAÇAS FERREIRA	4	2	4	12	75,00	50,00	72,50	APROV	3º	21/03/1987
2.699	IANCARLA CARDOSO	5	3	5	10	75,00	50,00	72,50	APROV	4º	11/01/1995
202	LUCIMARA BRUM DE JESUS DE FREITAS	5	1	5	12	78,00	0,00	70,20	APROV	5º	12/10/1989
496	PATRICIA GANZER	4	1	5	11	71,00	25,00	66,40	APROV	6º	11/05/1989
1.532	ELYZE BEATRIS DA SILVA RODRIGUES	4	1	4	12	72,50	0,00	65,25	APROV	7º	09/02/2007
2.493	DAIANE DE OLIVEIRA IUNG	3	2	4	12	72,00	0,00	64,80	APROV	8º	23/02/1992
2.914	SANDRA APARECIDA QUADROS	3	2	4	11	68,00	25,00	63,70	APROV	9º	08/06/1986
859	ANA VITORIA DOMINGUES FERREIRA	5	1	5	10	70,00	0,00	63,00	APROV	10º	27/02/2008
2.705	ALEXANDRE DOS SANTOS CAMER	4	2	4	9	63,00	50,00	61,70	APROV	11º	14/07/1992
304	SHEILA DA SILVA ALVES	4	1	4	11	68,50	0,00	61,65	APROV	12º	30/12/1998
2.122	DAYANE CRISTINA DOS SANTOS	3	2	3	10	61,50	50,00	60,35	APROV	13º	29/04/1989
936	MARCYELI PEREIRA DOS SANTOS BENTO	4	1	5	10	67,00	0,00	60,30	APROV	14º	08/10/1994
2.020	ANA PAULA DE OLIVEIRA	3	3	4	10	66,50	0,00	59,85	APROV	15º	29/12/1994
2.419	WAGNER XAVIER DE SOUZA	4	2	4	8	59,00	50,00	58,10	APROV	16º	02/05/1994
3.217	ERIKA FERREIRA LOPES	2	1	5	10	61,00	25,00	57,40	APROV	17º	11/02/1995
190	KAROLINE DE SOUZA PADILHA SEIBEL	5	0	3	10	62,50	0,00	56,25	APROV	18º	03/04/2003
3.210	VIVIANE DOS SANTOS ALMEIDA THOMÉ	3	3	4	9	62,50	0,00	56,25	APROV	19º	23/11/1989
2.732	RAYANE DE ARAUJO ALVES CORREA	3	2	3	10	61,50	0,00	55,35	APROV	20º	15/09/2001
1.686	FÁTIMA CAITANO GEMELLI	5	2	4	6	54,00	50,00	53,60	APROV	21º	13/05/1975
3.222	SILVIANE ALVES DA SILVA	5	1	5	7	58,00	0,00	52,20	APROV	22º	29/07/1987
3.256	ADRIANA DIAS	3	2	3	9	57,50	0,00	51,75	APROV	23º	02/05/1985

Técnico de Enfermagem

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
695	DANIEL JOAQUIM DE BRITO	5	4	4	11	79,00	79,00	APROV	1º	17/04/1987
2.761	VERONICA SUTIL DE OLIVEIRA THOMAZONI	4	1	5	8	59,00	59,00	APROV	2º	22/01/1989

Técnico de Informática

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
303	WELLINGTON OLIVEIRA DOS SANTOS	5	1	4	8	59,50	59,50	APROV	1º	11/02/2007

Técnico Radiologia

Inscrição	Candidato	L.P	M. R.L	C.G. AT	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.340	HALISON JUNIOR MICHELON	3	3	4	9	62,50	62,50	APROV	1º	13/05/1994

ANEXO III – RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO
Pessoa com Deficiência

Agente Comunitário de Saúde										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.377	CAMILA SOUZA ZANIZ	5	2	5	9	68,50	68,50	APROV	1º	18/05/2001

Agente de Apoio										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.340	NADIR BAZZI	3	1	5	10	82,00	82,00	APROV	1º	16/08/1973
3.008	JOSE ALBERTO DE LIMA	3	2	5	8	74,00	74,00	APROV	2º	23/08/1971

Agente de Endemias										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
696	DEBORA CRISTINA PORTELLA	4	3	5	12	80,00	80,00	APROV	1º	08/04/1997
3.392	WILLIAN FELIPE BRUCHEZ	5	2	4	12	78,00	78,00	APROV	2º	05/11/1995
934	MATHEUS DANIEL GIACOMIN	3	2	4	10	64,00	64,00	APROV	3º	04/01/1995
2.567	JOÃO VICTOR PANHO FERREIRA LOPES	3	2	3	10	61,50	61,50	APROV	4º	24/06/2003

Assistente Administrativo										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
117	PEDRO HENRIQUE GAVA LIBERATTI	4	3	4	13	81,50	81,50	APROV	1º	03/08/2000

Assistente Educacional										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.720	JEVERSON MACEDO MENDES	1	3	3	14	74,00	74,00	APROV	1º	02/02/1994

Dentista										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
382	PEDRO ILO REBELO DE AZEVEDO	5	5	4	18	91,50	91,50	APROV	1º	30/12/1990
2.369	THAÍS HELEN PEREIRA	5	1	4	16	75,50	75,50	APROV	2º	11/08/1991

Engenheiro Civil 40 h										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.729	KEVIN YUGO SATO	4	5	4	13	73,50	73,50	APROV	1º	22/06/1994

Médico											
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**TÍTULOS**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
2.269	VITORIA HERBELLA NEVES	4	4	4	16	80,00	0,00	72,00	APROV	1º	21/11/1994
875	JONATHAN PRATES OLIVEIRA CUNHA	4	4	3	13	68,50	0,00	61,65	APROV	2º	21/06/1999
919	CRISTIANE BRAZ CÂNDIDO	3	3	2	14	63,50	25,00	59,65	APROV	3º	19/01/1983

Professor											
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**TÍTULOS**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
2.382	JUCIANE DOALTE	1	1	5	10	58,00	10,00	53,20	APROV	1º	01/02/1989
1.684	ROSANGELA TROMBETTA DA SILVA	2	1	2	10	53,50	0,00	48,15	APROV	2º	12/07/1981

Profissional de Educação Física											
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**TÍTULOS**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.395	JUNIOR CESAR DO PRADO	5	1	3	17	76,00	50,00	73,40	APROV	1º	04/07/1991

Topógrafo										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**M. R.L**	**C.G. AT**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
2.432	GIOVANE GANZER LOPES	4	3	3	9	63,00	63,00	APROV	1º	07/07/1996

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:E5CCDABD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.501/2026 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICIPIO DE ITAMBE												
Estado do Paraná												
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS												
ANEXO DE METAS FISCAIS												
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES												
2027												
Consolidado												
AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4o, §2o, inciso II)												
ESPECIFICAÇÃO	VALOR A PREÇOS CORRENTES											
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	42.361.857,68	49.211.444,18	-13,919	43.228.074,71	13,841	43.025.473,85	0,471	45.502.031,93	-5,443	49.093.767,49	-7,316	
Receitas Primárias (I) (EXCETO FONTES RPPS)	41.635.711,45	48.107.813,01	-13,453	37.640.269,84	27,809	37.158.278,74	1,297	39.341.477,06	-5,549	42.625.184,88	-7,704	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	40.147.630,61	47.032.866,07	-14,639	42.103.574,71	11,708	43.025.473,85	-2,143	44.242.031,93	-2,750	47.788.767,49	-7,422	
Despesas Primarias (II) (EXCETO FONTES RPPS)	40.079.582,21	46.961.457,15	-14,654	42.026.574,71	11,742	42.886.557,85	-2,005	44.096.168,93	-2,743	47.635.610,49	-7,430	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	
Receitas Primárias (III) (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	
Despesas Primarias (IV) (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha V = (I) - (II)	1.556.129,24	1.146.355,86	35,746	-4.386.304,87	-126,135	-5.728.279,11	-23,427	-4.754.691,87	20,476	-5.010.425,61	-5,104	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha VI = V + (III - IV)	1.556.129,24	1.146.355,86	35,746	-4.386.304,87	-126,135	-5.728.279,11	-23,427	-4.754.691,87	20,476	-5.010.425,61	-5,104	
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	
Dívida Pública Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR A PREÇOS CONSTANTES											
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	42.361.857,68	49.211.444,18	-13,919	43.228.074,71	13,841	43.025.473,85	0,471	45.502.031,93	-5,443	49.093.767,49	-7,316	
Receitas Primárias (I) (EXCETO FONTES RPPS)	41.635.711,45	48.107.813,01	-13,453	37.640.269,84	27,809	37.158.278,74	1,297	39.341.477,06	-5,549	42.625.184,88	-7,704	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	40.147.630,61	47.032.866,07	-14,639	42.103.574,71	11,708	43.025.473,85	-2,143	44.242.031,93	-2,750	47.788.767,49	-7,422	
Despesas Primarias (II) (EXCETO FONTES RPPS)	40.079.582,21	46.961.457,15	-14,654	42.026.574,71	11,742	42.886.557,85	-2,005	44.096.168,93	-2,743	47.635.610,49	-7,430	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	
Receitas Primárias (III) (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	
Despesas Primarias (IV) (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha V = (I) - (II)	1.556.129,24	1.146.355,86	35,746	-4.386.304,87	-126,135	-5.728.279,11	-23,427	-4.754.691,87	20,476	-5.010.425,61	-5,104	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha VI = V + (III - IV)	1.556.129,24	1.146.355,86	35,746	-4.386.304,87	-126,135	-5.728.279,11	-23,427	-4.754.691,87	20,476	-5.010.425,61	-5,104	
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	
Dívida Pública Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	

Linha											
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 17/abr/2026 as 09h e 37m.											
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, no cálculo do Resultado Primário (SEM RPPS) - acima da linha, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS. Estas serão apresentadas de forma apartada, com impacto apenas no cálculo do Resultado Primário (COM RPPS) - acima da linha, para fins de transparência. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Nominal (SEM RPPS) - abaixo da linha.											
Itambe 17 de abril de 2026											

Publicado por:
Marta Gonçalves de Lima Benesciutti
Código Identificador:4F982E77

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL Nº 084/2026

GABARITO PROVISÓRIO
Edital nº 065, 1º de junho de 2026.

A Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna pública a divulgação do **GABARITO PROVISÓRIO** do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária profissionais para atuarem na Secretaria Municipal de Educação, no intuito de atender à necessidade temporária e por excepcional interesse público nos termos do IX, art. 37 da Constituição Federal de1988 e da Lei Municipal nº 1.878, de 18 de fevereiro de 2009, conforme abaixo:

I – GABARITO PROVISÓRIO

Motorista de Transporte Escolar (Sede e Lageado dos Vieiras)

B	**D**	**C**	**D**	**B**	**B**	**C**	**D**	**B**	**B**
B	**C**	**B**	**C**	**C**	**C**	**C**	**B**	**C**	**A**
C	**C**	**B**	**C**	**C**					

II – INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Fica aberto o prazo de interposição de recursos:

O recurso deverá ser interposto no prazo de 2 (dois) dias úteis após a publicação deste edital;
O recurso deverá ser interposto exclusivamente via *internet*, no endereço eletrônico < www.rionegro.pr.gov.br>.
A Comissão do Processo Seletivo Simplificado, após análise dos pedidos de recursos, publicará a gabarito definitivo através de Edital a ser divulgado por meio do endereço eletrônico www.rionegro.pr.gov.br

Rio Negro, 29 de junho de 2026.

VERA MARIA PFEFFER SCHELBAUER
Presidente Da Comissão Organizadora Do Processo Seletivo Simplificado

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:35082E67